

UNIVERSIDADE DE GRANADA
FACULDADE DE FILOSOFIA E LETRAS
Departamento de Pré-História e Arqueologia



*O POVOAMENTO PROTO-HISTÓRICO E A ROMANIZAÇÃO DA BACIA
SUPERIOR DO RIO COURA:
ESTUDO, MUSEALIZAÇÃO E DIVULGAÇÃO*

VOLUME I

TESE DE DOUTORAMENTO

MARIA DE FÁTIMA MATOS DA SILVA

GRANADA, 2006

*O POVOAMENTO PROTO-HISTÓRICO E A ROMANIZAÇÃO DA BACIA
SUPERIOR DO RIO COURA:
ESTUDO, MUSEALIZAÇÃO E DIVULGAÇÃO*

VOLUME I

**Memória apresentada por
Maria de Fátima Matos da Silva
Para optar pelo grau de Doutora
em História pela Universidade de Granada**

O Director

**Assinado: Pedro Aguayo de Hoyos
Professor Titular de Pré-História**

Esta Tese foi realizada no Departamento de Pré-História e Arqueologia, tendo seguido o programa de Doutorado em Arqueologia e Território

Foi subsidiada pela Fundação para a Ciência e Tecnologia ao abrigo do Programa *PRAXIS XXI* – Bolsa de Doutorado PRAXIS XXI/BD/3006/94.

AGRADECIMENTOS

Esta obra, como todos os projectos arqueológicos, resulta, em grande parte, de um trabalho de equipa, sem o qual a sua consecução não seria possível. Como tal, gostaria de prestar a minha singela homenagem a todos os que, das mais diversas formas, tornaram viável a realização deste projecto, muitos deles através do mais anónimo e despretensioso contributo, penitenciando-me, desde já, pelo eventual esquecimento de alguns:

- À Câmara Municipal de Paredes de Coura, em especial ao Presidente António Pereira Júnior e ao Vereador António Lebrão Esteves, o apoio concedido a todos os níveis, nomeadamente financeiro, e ao Gabinete de Arqueologia e Património e todos os seus colaboradores;

Uma palavra de agradecimento também ao Dr. Anibal de Almeida, pelas preciosas informações e pelo companheirismo demonstrado no arranque deste projecto, ao Eng.º Miguel Guerreiro, assim como, na pessoa do Sr. Cândido Gonçalves, a todos os funcionários da Câmara Municipal de Paredes de Coura, pela disponibilidade demonstrada;

- À Universidade Portucalense Infante D. Henrique, especialmente ao Prof. Doutor Humberto Baquero Moreno e ao Dr. Albérico Mendonça Tavares, pelos incentivos e pela disponibilização dos meios logísticos e financeiros;

- Ao meu Orientador, Prof. Doutor Pedro Aguayo de Hoyos, por todos os ensinamentos, conselhos e apoios;

- À Fundação para a Ciência e Tecnologia que, através da concessão de uma Bolsa de Doutoramento ao abrigo do Programa *PRAXIS XXI*, financiou parcialmente este projecto e o Curso de Doutoramento na Universidade de Granada;

- Ao Instituto Politécnico de Tomar, nas pessoas do Prof. Doutor Luiz Oosterbeck, do Dr. Paulo Félix e do Prof. Doutor João Coroado;

- Aos Departamentos de Pré-História e Arqueologia – em especial ao Prof. Doutor Francisco Contreras Córtez – e de História Antiga da Universidade de Granada;

- À Prof. Doutora Isabel Figueiral, da Universidade de Montpellier, que, com grande profissionalismo, analisou e estudou centenas de amostras antracológicas e carpológicas; aos Profs. Doutores Bernardina Padial, Maria Oliva Ariza Rodriguez e Andrés Adroher Auroux, da Universidade de Granada, pelas diversas análises que muito valorizaram este estudo; ao Prof. Doutor Engº Roberto Cavalheiro, da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, aos Profs. Doutores João Coroado, do Instituto Politécnico de Tomar, e João Abrunhosa, da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto;

- Ao Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico – Divisão de Arqueologia da Região Norte, que financiou parcialmente as escavações durante alguns anos, e sobretudo ao Prof. Doutor Lino Augusto Tavares que, desde o primeiro momento, em 1990, apadrinhou o Projecto de Investigação. Uma palavra de amizade para a Dra. Anabela Lebre e o Dr. Orlando Sousa.

• Ao Dr. Fernando Real, pelo apoio, responsabilidade da tramitação burocrática aquando da aprovação inicial do projecto pelo Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico (IPPAR) e pelo incentivo e disponibilidade concedidos no esclarecimento de dúvidas, resolução de problemas, mesmo quando, injustamente, o Instituto Português de Arqueologia entendeu não financiar o nosso Projecto. A ele o meu muito obrigado.

• Ao Instituto Português de Arqueologia – Extensão de Vila do Conde, pela disponibilidade dos Drs. Leonor Pereira e Pedro Faria;

• Ao Museu Regional de Arqueologia de D. Diogo de Sousa, na pessoa da sua Directora, Dra. Isabel Silva, que sempre me recebeu com o maior carinho e disponibilizou todos os técnicos e laboratórios de conservação e restauro, desenho arqueológico e fotografia, possibilitando inclusive o estágio de alguns dos meus colaboradores. Uma palavra de amizade também ao Vítor Hugo Coimbra;

• À Comissão de Coordenação da Região Norte, na pessoa da Dra. Marília Vieira, que sempre me orientou no sentido a boa execução do Projecto "Musealização e Divulgação do Povoado Fortificado de Cossourado", financiado pelo FEDER, no âmbito do Subprograma C do PRONORTE, e pela Câmara Municipal de Paredes de Coura;

• Ao Museu Nacional de Arqueologia, na pessoa do seu Director, Dra. Olinda Sardinha, e das suas Técnicas;

• Ao Museu Pio XII, Braga;

• Ao Instituto Português da Juventude, Delegação de Viana do Castelo;

• À população do concelho de Paredes de Coura em geral, pelo seu sincero e desinteressado contributo, e, sobretudo, a todos os jovens que conosco colaboraram nos programas financiados pelo Instituto Português da Juventude (O.T.L. e J.V.S.) e que, por terem sido dezenas, não nos é possível aqui enumerar;

• Aos muitos ex-alunos da Universidade Portucalense Infante D. Henrique, da Universidade de Granada, da Universidade de Sevilha, da Universidade de Santiago de Compostela, das Universidades do Porto, de Aveiro e de Lisboa, do Instituto Politécnico de Tomar e a muitos outros colaboradores e amigos;

• Aos que sempre próximo de mim estiveram, em múltiplas funções e disponibilidades, principalmente o Paulo Félix, a Paula Oliveira, o Alberto Araújo, o António França, o Sérgio Paiva e o Nuno Farinhote;

• E, porque os últimos são os primeiros, à minha Família:

- Aos meus Pais e ao meu irmão, a paciência, o apoio e o carinho incondicional que sempre me deram (Pai, apesar de não poderes ver a obra feita, estarás sempre no meu coração!);

- Ao meu marido Carlos, uma imensa gratidão por tudo o que juntos sonhámos e juntos vimos crescer;

- À minha filha Sofia.

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS	4
ÍNDICE	6
INTRODUÇÃO	16
FICHA TÉCNICA	19
OS OBJECTIVOS E A METODOLOGIA GERAL	
1.1 OBJECTIVOS	20
1.2 FASEAMENTO E METODOLOGIA	21

PRIMEIRA PARTE

CAPITULO I – A GEOGRAFIA DA BACIA SUPERIOR DO RIO COURA	26
1.1 ENQUADRAMENTO NO CONTEXTO GEOMORFOLÓGICO DO MINHO	27
1.2 GEOLOGIA	30
1.3 GEOMORFOLOGIA	34
1.3.1 Evolução tectónica e paleogeográfica	34
1.3.2 Relevo	34
1.3.3 Hidrografia	36
1.3.4 Hidrogeologia	39
1.3.5 Recursos minerais	40
1.4.O CLIMA, A VEGETAÇÃO E OS TIPOS DE SOLO	40
1.4.1 Clima	40
1.4.2 Vegetação e fauna actual	41
1.4.3 Tipos de Solo	43
1.4.3.1 Capacidade actual de uso do solo	44

CAPITULO II – A EVOLUÇÃO DO POVOAMENTO NO NOROESTE E OS MODELOS INTERPRETATIVOS

2.1 OS ANTECEDENTES: O CALCOLÍTICO E A IDADE DO BRONZE NO NOROESTE	46
2.1.1 A evolução do povoamento na Idade do Cobre do Noroeste	46
2.1.2 A evolução do povoamento na Idade do Bronze do Noroeste	52
2.1.2.1 O Bronze Inicial	52
2.1.2.2 O Bronze Médio	53
2.1.2.3 O Bronze Final	54
2.2 A IDADE DO FERRO	62
2.2.1 Historiografia da Investigação da Idade do Ferro do Noroeste Peninsular	62
2.2.2 A ocupação do espaço: área geográfica e etnias	66
2.2.3 A organização do espaço e os tipos de construção dos povoados fortificados da Idade do Ferro	69
2.2.3.1 Organização dos povoados	70
2.2.3.1.1 Implantação topográfica	70

2.2.3.1.2 A Distribuição do espaço e o ordenamento urbano	70
2.2.3.1.2.1 O Espaço público	72
2.2.3.1.2.1.1 O Sistema defensivo	72
2.2.3.1.2.1.1.1 Os Materiais e as técnicas de construção	73
2.2.3.1.2.2 O Espaço privado	75
2.2.3.1.2.2.1 Os Materiais de construção	75
2.2.3.1.2.2.2 As plantas das habitações	76
2.2.3.1.2.2.3 Tipos de aparelho	77
2.2.3.1.2.2.4 Entradas	78
2.2.3.1.2.2.5 Vestíbulos	79
2.2.3.1.2.2.6 Lareiras	79
2.2.3.1.2.2.7 Pavimento	79
2.2.3.1.2.2.8 Coberturas	80
2.3 OS MODELOS INTERPRETATIVOS SÓCIO-CULTURAIS E A EVOLUÇÃO CRONOLÓGICA	
2.3.1 Os esquemas evolutivos e as cronologias da Idade do Ferro	91
2.3.2 As fases radiocarbónicas	95
2.4 A ROMANIZAÇÃO	104
CAPÍTULO III – A OCUPAÇÃO DA BACIA SUPERIOR DO RIO COURA DA PRÉ-HISTÓRIA RECENTE À ROMANIZAÇÃO NO REGISTO DE PROSPECÇÃO – UMA PERSPECTIVA DE ARQUEOLOGIA ESPACIAL	
3.1 METODOLOGIA	110
3.2 OS PRIMEIROS OCUPANTES: OS VESTÍGIOS DO PALEOLÍTICO E DO CALCOLÍTICO	116
3.2.1 Os vestígios do Paleolítico	116
3.2.2 Os vestígios do Neolítico/Calcolítico	119
3.2.2.1 Distribuição espacial dos monumentos megalíticos da bacia superior do rio Coura	128
3.2.2.1.1 Os factores geomorfológicos e geológicos	128
3.2.2.1.2 O factor hidrográfico	130
3.2.2.1.3 Os tipos de solo	130
3.2.2.1.4 O factor altitude	131
3.2.2.1.5 O factor visibilidade	131
3.2.2.2 As estelas da Boulhosa	134
3.3 OS VESTÍGIOS DA IDADE DO BRONZE	144
3.3.1 O Bronze Final	144
3.3.1.1 Os machados de bronze	147
3.3.1.1.1 O estudo estatístico	150
3.3.1.1.2 Contextualização no noroeste	153
3.4 OS VESTÍGIOS DA IDADE DO FERRO	156
3.4.1. Distribuição espacial dos povoados da Idade do Ferro	173
3.4.1.1 A distribuição/organização dos povoados fortificados na bacia superior do rio Coura	174

3.4.1.2 O factor geológico	175
3.4.1.3 Dispersão por altitudes	176
3.4.1.4 Visibilidade	177
3.4.1.5 Os tipos de solo	181
3.4.2 A obtenção de matérias-primas	181
3.4.3 Estudos teóricos de Arqueologia Espacial	183
3.4.3.1 Territórios potenciais de exploração económica	183
3.4.3.2 Territórios Teóricos	184
3.5 OS VESTÍGIOS DA ROMANIZAÇÃO	188
3.5.1 As alterações provocadas nos povoados fortificados	188
3.5.2 A Romanização do vale	192
3.5.2.1 Os assentamentos do tipo <i>Villa</i>	196
3.5.3. Os tesouros monetários	201
3.5.4 Os locais de culto e as necrópoles	204
3.5.5 O traçado da Quarta Via ou XIX do Itinerário Antonino e os miliários	207
3.5.6 DISPERSÃO ESPACIAL DO POVOAMENTO ROMANO	225

CAPITULO IV – RESULTADOS DAS CAMPANHAS DE ESCAVAÇÕES ARQUEOLÓGICAS EM POVOADOS FORTIFICADOS

4.1 METODOLOGIA DAS INTERVENÇÕES E DO ESTUDO DA CULTURA MATERIAL	228
4.2 O POVOADO FORTIFICADO DE COSSOURADO	234
4.1.1 Contextualização histórica	234
4.1.2 Localização e enquadramento geográfico	236
4.2.2.1 Tipo de solo e vegetação	239
4.2.2.2 Povoamento actual	240
4.2.3 Topografia e cartografia dos diversos sectores	240
4.2.3.1 Sector A	240
4.2.3.2 Sector E	241
4.2.3.3 Sector C	244
4.2.3.4 Sector D	245
4.2.3.5 Sector F	246
4.2.3.6 Sector G	246
4.2.3.7 Sectores H e I	247
4.2.4 O Povoado	248
4.2.5 A Escavação Arqueológica	250
4.2.5.1 Objectivos, metodologia e generalidades da intervenção	250
4.2.5.2 Estudo micro-espacial das estruturas	253
4.2.5.2.1 Sector A	257

4.2.5.2.2 Sector E	259
4.2.5.2.3 Sector C	262
4.2.5.2.4 Sector F	264
4.2.5.2.5 Sector G	265
4.2.5.2.6 Sector H	265
4.2.5.2.7 Sector I	267
4.2.5.2.8 Dimensões das estruturas dos diversos sectores	269
4.2.5.2.9 Distâncias inter-estruturas	271
4.2.5.2.10 Sector D - Estruturas da muralha interna	271
4.2.5.2.10.1 Sector H - Sondagem na muralha interna	273
4.2.5.2.10.1.1 Dimensões da muralha	273
4.2.5.2.11 Estudo micro-espacial das estruturas	278
4.2.5.2.12 Articulação dos espaços	279
4.2.5.3 A estratigrafia dos sectores de habitação e serviços	282
4.2.5.3.1 Sector A	282
4.2.5.3.2 Sector E	284
4.2.5.3.3 Sector C	285
4.2.5.3.4 Sector F	285
4.2.5.3.5 Sectores H e I	285
4.2.5.4 A estratigrafia do sector de defesa	286
4.2.6 Cultura material	290
4.2.6.1 - Espólio Cerâmico	290
4.2.6.1.1 Cerâmica de importação pré-romana	305
4.2.6.1.2 Tipologia da cerâmica decorada	305
4.2.6.1.3 Tipologia das vasilhas cerâmicas e sua distribuição espacial	308
4.2.6.2 Espólio metálico	319
4.2.6.3 Espólio em pasta vítrea	328
4.2.6.4 Espólio lítico	329
4.2.6.5 Macrorestos vegetais carbonizados	340
4.2.6.6 Distribuição micro-espacial da cultura material	341
4.2.7 Resultado das análises	351
4.2.7.1 Datações por radiocarbono	351
4.2.7.2 Estudo antracológico e carpológico	353
4.2.7.3 Estudo zooarqueológico	359
4.2.7.4 Estudos analíticos de cerâmicas	359
4.2.7.5 Análises metalográficas	364
4.2.8 Ideias a reter	364
4.3 O POVOADO FORTIFICADO DE ROMARIGÃES	
4.3.1 Contextualização arqueológica e histórica	372

4.3.2	Localização e enquadramento geográfico	375
4.3.2.1	Tipo de solo e vegetação	377
4.3.2.2	Povoamento actual	377
4.3.3	Topografia e cartografia	377
4.3.4	O povoado	380
4.3.5	A escavação arqueológica do Sector A	382
4.3.5.1	Objectivos, metodologia e generalidades da intervenção	382
4.3.5.2	As estruturas e o estudo micro-espacial	385
4.3.5.2.1	Articulação dos espaços	392
4.3.5.3	A estratigrafia dos sectores de habitação e serviços	392
4.3.6	O Sector B	395
4.3.6.1	A estratigrafia	397
4.3.6.2	O espólio: generalidades	398
4.3.7	O Sector C e a estratigrafia das estruturas de defesa	400
4.3.8	Cultura material	400
4.3.8.1	Espólio cerâmico	401
4.3.8.1.1	Cerâmica de importação pré-romana e romana	408
4.3.8.1.2	Tipologia da cerâmica decorada	409
4.3.8.1.3	Tipologia das vasilhas cerâmicas e sua distribuição espacial	413
4.3.8.2	Espólio metálico	420
4.3.8.3	Espólio em pasta vítrea	423
4.3.8.4	Espólio lítico	423
4.3.8.5	Macrorestos vegetais carbonizados	428
4.3.8.6	Distribuição micro-espacial da cultura material	428
4.3.9	Resultado das análises	431
4.3.9.1	Datações por radiocarbono	431
4.3.9.2	Estudo antracológico e carpológico	433
4.3.9.3	Estudos analíticos de cerâmicas	436
4.3.10	Ideias a reter	441
4.4	O POVOADO FORTIFICADO DE CRISTELO	
4.4.1	Contextualização arqueológica e histórica	446
4.4.2	Localização e enquadramento geográfico	448
4.4.2.1	Tipos de solo e vegetação	450
4.4.2.2	Povoamento actual	450
4.4.3	Topografia e cartografia	450
4.4.4	O povoado	452
4.4.4.1	Achados ocasionais encontrados ao longo dos tempos	453
4.4.5	A escavação arqueológica do Sector intervencionado (A)	457
4.4.5.1	Objectivos, metodologia e generalidades da intervenção	457

4.4.5.2 - As estruturas e o estudo micro-espacial	461
4.4.5.3 A estratigrafia das áreas de habitação e serviços	468
4.4.6 Cultura material	471
4.4.6.1 Espólio cerâmico	471
4.4.6.1.2 Tipologia da cerâmica decorada	485
4.4.6.1.3 Tipologia das vasilhas cerâmicas e sua distribuição espacial	494
4.4.6.2 Espólio metálico	505
4.4.6.3 Espólio lítico	509
4.4.6.4 Macrorestos vegetais carbonizados	514
4.4.6.5 Distribuição micro-espacial da cultura material	514
4.4.7 Resultados das análises	518
4.4.7.1 Datações por radiocarbono	518
4.4.7.2 Estudo antracológico e carpológico	519
4.4.7.3 Estudos analíticos de cerâmicas	521
4.4.8 Ideias a reter	524
CAPÍTULO V – OS POVOADOS FORTIFICADOS DA BACIA SUPERIOR DO RIO COURA NO CONTEXTO DA CULTURA CASTREJA	
5.1 O MODELO INTERPRETATIVO DA OCUPAÇÃO HUMANA DA BACIA SUPERIOR DO RIO COURA - CONSIDERAÇÕES GERAIS	528
5.2 OS MODELOS EVOLUTIVOS E AS CRONOLOGIAS DOS POVOADOS DA IDADE DO FERRO DA BACIA SUPERIOR DO RIO COURA	531
5.3 O REVESTIMENTO VEGETAL DA IDADE DO FERRO NA BACIA SUPERIOR DO RIO COURA E A EXPLORAÇÃO DOS RECURSOS	539
5.3.1 A bacia superior do rio Coura - Fase 1	540
5.3.2 A bacia superior do rio Coura - Fases 2 e 3	544
5.4 ALGUNS ELEMENTOS SOBRE A FAUNA	545
5.5 AS ACTIVIDADES ARTESANAIS NOS POVOADOS FORTIFICADOS DA BACIA SUPERIOR DO RIO COURA	545
5.5.1 Os trabalhos de construção	546
5.5.2 O trabalho dos metais e a sua distribuição nos povoados estudados	547
5.5.2.1 A tecnologia e os objectos da metalurgia do ferro	548
5.5.2.2 A tecnologia e os objectos da metalurgia do bronze e outros metais	548
5.5.3 Os trabalhos de carpintaria	550
5.5.4 A olaria e os tipos de vasilhas da bacia superior do rio Coura	550
5.5.4.1 O fabrico da cerâmica	550
5.5.4.2 Características da cerâmica da bacia superior do rio Coura	551
5.5.4.3 Características da cerâmica das Fases 2 (Fase 1 de Cristelo) e 3 (Fase 2 de Cristelo) da bacia superior do rio Coura	553
5.5.4.4 A tipologia das vasilhas	555
5.5.4.5 Tipologia da cerâmica decorada	562
5.5.4.6 Estudos analíticos de cerâmicas das diversas fases	566
5.5.4.7 A cerâmica de importação pré-romana	568

5.5.5 A actividade têxtil	570
5.5.6 Os objectos de adorno/prestígio: de uso pessoal e social	574
5.5.7 Outros trabalhos e actividades	575
5.5.7.1 Os utensílios em pedra	575
5.5.7.2 Os trabalhos em couro e pele	575
5.5.7.3 A cestaria	575
5.6 A SOCIEDADE DA IDADE DO FERRO NA BACIA SUPERIOR DO RIO COURA	576

SEGUNDA PARTE

CAPITULO I – CONCEITOS E MODELOS DE INTERPRETAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO	586
1.1 A INTERPRETAÇÃO DO PATRIMÓNIO	588
1.2 A VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO	589
1.3 A EVOLUÇÃO DA VALORIZAÇÃO ARQUEOLÓGICA EM PORTUGAL	593
1.3.1 A fase inicial do Projecto de Valorização da bacia superior do rio Coura	597
CAPÍTULO II – A CONSERVAÇÃO, CONSOLIDAÇÃO E RESTAURO DOS POVOADOS FORTIFICADOS	600
2.1 MÉTODOS E TÉCNICAS DE CONSERVAÇÃO, CONSOLIDAÇÃO E RESTAURO DAS ESTRUTURAS	602
CAPITULO III – A MUSEALIZAÇÃO, DIVULGAÇÃO E VALORIZAÇÃO DOS POVOADOS DA IDADE DO FERRO	606
3.1 O PROJECTO DE MUSEALIZAÇÃO E A RECONSTITUIÇÃO DAS ESTRUTURAS	606
3.2 - A RECONSTITUIÇÃO PALEO-AMBIENTAL	608
3.3 INSTRUMENTOS DE SINALIZAÇÃO E EXPLICAÇÃO	609
3.4 A ILUMINAÇÃO ARTIFICIAL DOS POVOADOS	610
3.5 A PROTECÇÃO DO SÍTIO ARQUEOLÓGICO	612
3.6 ESPAÇO MUSEOLÓGICO MONOGRÁFICO E/OU MUNICIPAL	612
3.7 A INFORMAÇÃO DO PÚBLICO E OS MEIOS DE DIVULGAÇÃO	615
3.8 O CASTRO, A ESCOLA E AS CRIANÇAS	618
CAPÍTULO IV – A VALORIZAÇÃO, RENTABILIZAÇÃO E DIFUSÃO COMO CULMINAR DO PROCESSO DE GESTÃO DO PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO: O CASO DE PAREDES DE COURA	622
4.1 O POVOADO FORTIFICADO DE COSSOURADO: PROJECTO DE MUSEALIZAÇÃO E DIVULGAÇÃO	622
4.1.1 Objectivos	622
4.1.2 O Projecto de Valorização do Povoado	623
4.1.2.1 O Projecto de Conservação Física	625
4.1.2.1.1 Estruturas e o Meio	625
4.1.2.1.2 Unidades de Intervenção	625
4.1.2.3 Tratamento dos pisos internos e da área envolvente	626
4.1.2.4 Perfis Estratigráficos	629

4.1.2.5 Reconstituição de uma unidade doméstica	629
4.1.2.5.1 Localização	631
4.1.2.5.2 Piso e drenagem	631
4.1.2.5.3 Muros	631
4.1.2.5.4 Portas	632
4.1.2.5.5 Coberturas	632
4.1.3 A execução do projecto de conservação, restauro e reconstituição	633
4.1.3.1 Construção de duas construções "castrejas" de acordo com a arquitectura da época	641
4.1.4 Tratamento da área envolvente às estruturas dos sectores A, E e C	644
4.1.5 Tratamento da área envolvente do povoado	644
4.1.6 Conservação e restauro do espólio arqueológico	645
4.1.7 Sinalização/informação	645
4.1.8 Divulgação	646
4.1.9 A continuidade do projecto de valorização e divulgação do povoado de Cossourado	648
4.2 ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS DE DINAMIZAÇÃO E DIVULGAÇÃO DO POVOADO FORTIFICADO DE COSSOURADO: UMA EXPERIÊNCIA DE "HISTÓRIA AO VIVO"	651
4.2.1 Motivações e primeiros passos	652
4.2.2 A preparação da acção	653
4.2.2.1 A elaboração do plano da acção	653
4.2.2.2 O plano da acção	654
4.2.2.3 A divisão das tarefas por turma	657
4.2.2.4 Actividades didáctico-pedagógicas	657
4.2.2.5 Implementação das actividades interdisciplinares	663
4.2.2.6 A concretização da acção	663
4.2.2.7 Actividades de consolidação dos conhecimentos	663
4.3 ACÇÕES DE VALORIZAÇÃO NOS POVOADOS FORTIFICADOS DE ROMARIGÃES E DE CRISTELO	665
4.3.1 O povoado fortificado de Romarigães	665
4.3.2 O povoado fortificado de Cristelo	666
4.4 O MUSEU REGIONAL DE PAREDES DE COURA	667
PALAVRAS FINAIS	682
BIBLIOGRAFIA	690

RESUMEN DE LA TESIS

TRADUCCIÓN DE LAS PALABRAS FINALES

VOLUMES ANEXOS

VOLUME II – CARTA ARQUEOLÓGICA DA BACIA SUPERIOR DO RIO COURA

VOLUME III – QUADROS DE ESTUDO SISTEMÁTICO DO ESPÓLIO E ESTUDOS ANALÍTICOS

INTRODUÇÃO

A Tese de Doutoramento que aqui se apresenta resulta do trabalho de investigação que temos vindo a realizar, desde 1989, ao abrigo de um Protocolo entre a Universidade Portucalense Infante D. Henrique e a Câmara Municipal de Paredes de Coura.

Durante estes anos, desenvolveram-se diversas actividades consignadas no referido Protocolo e, posteriormente, no Projecto do Gabinete de Arqueologia e Património, cuja instituição, em 1992, teve como principal finalidade promover a assessoria no domínio do património cultural. Entre os diversos projectos então encetados, destacam-se a elaboração da Carta Arqueológica Concelhia, aqui incluída no volume II, e o Projecto de Investigação intitulado *Estudo, Musealização e Divulgação do Povoamento Proto-Histórico e Romanização da Bacia Superior do Rio Coura*, que deram origem à Tese de Doutoramento que aqui se apresenta.

A frequência do Doutoramento no Departamento de Pré-História e Arqueologia na Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade de Granada, sob orientação do Prof. Doutor Pedro Aguayo de Hoyos, constituiu mais um estímulo à concretização dos objectivos iniciais.

A opção pelo estudo da bacia superior do rio Coura resultou da análise de vários factores:

- a abundância de povoamento da Idade do Ferro numa área restrita como a bacia superior do rio Coura, a ausência de estudos sobre esse período cronológico e a necessidade do seu conhecimento;
- a importância dos assentamentos, nomeadamente da Cidade de Romarigães ou Castro do Coto do Ouro, classificado como Imóvel de Interesse Público;
- a necessidade de defesa e protecção destes povoados, ameaçados pela urbanização, pela proliferação de estradas e estradões, pelo impacto causado pela auto-estrada Braga-Valença, pelas acções de florestação e por outros problemas que, constantemente e de forma irremediável, têm danificado várias estruturas;
- o empenho da Câmara Municipal de Paredes de Coura na divulgação e consequente dinamização destes espaços de evidente interesse turístico, na afirmação da importância patrimonial e no conhecimento mais aprofundado do passado da região;
- a preferência da signatária pela investigação desta área cronológico-cultural – a designada Cultura Castreja.

Em termos cronológicos, este Projecto de Investigação foi balizado entre as fases de transição da Idade do Bronze para a Idade do Ferro e entre esta última e a Romanização. Estes períodos de transição são objecto de análise cuidada, dada a importância do estudo e da busca das soluções de continuidade/descontinuidade e do impacto causado nestas duas épocas. Desta forma, procurámos abrir perspectivas de estudo e investigação, de modo a traçar as linhas condutoras de possíveis trabalhos futuros que venham colmatar as dúvidas entretanto suscitadas.

Como veremos no desenrolar deste trabalho, existem duas linhas mestras às quais – não obstante não nos filiarmos em qualquer corrente teórico-interpretativa – tentámos manter-nos fiéis. Qualquer delas está implícita no próprio título do Projecto de Investigação que deu o mote a esta obra.

A primeira diz respeito à análise científica dos dados obtidos em prospecção ou em escavação arqueológica e que se pode, em termos gerais, considerar como uma abordagem no âmbito da Arqueologia Espacial.

A segunda linha de orientação prende-se com o objectivo claramente definido de estudar um espaço arqueológico e torná-lo compreensível e apetecível à comunidade, assumindo-se como um projecto integrado de investigação arqueológica – uma perspectiva a que podemos chamar de Arqueologia para a Comunidade.

Nesta linha de pensamento, colocámos especial atenção num ponto que consideramos fundamental para a compreensão da obra: a sua vertente de divulgação do património arqueológico da bacia superior do rio Coura. Como tal, procurámos imprimir a todo o texto um carácter pedagógico, que pretende informar com clareza todos os potenciais leitores, seja qual for o seu grau de conhecimentos sobre os temas tratados. Assim, aquilo que para alguns poderá parecer demasiado simplista e óbvio fica aqui justificado, pois, para outros, será certamente um contributo no sentido da compreensão da realidade que se pretende transmitir.

No sentido de dar solução a todos os elementos referidos, organizámos esta obra em duas partes e em diversos capítulos. Acrescem ainda dois volumes anexos.

A primeira parte, composta por cinco capítulos, é antecedida pela apresentação dos objectivos e pela explicação da metodologia geral utilizada, bem como das fases percorridas na evolução do estudo.

A apresentação dos capítulos abre com uma abordagem ao espaço regional, onde se insere a área de investigação, nos domínios da geografia, do clima, do revestimento vegetal, dos tipos de solo, entre outros elementos fundamentais para a caracterização da zona e para a compreensão da evolução do seu povoamento.

No capítulo seguinte, efectua-se uma abordagem que tem por base o macro-espaço: apresenta-se uma síntese e o historial das investigações centradas no período compreendido entre o Calcolítico e a Romanização; analisa-se a evolução do povoamento no Noroeste Peninsular e os diversos modelos interpretativos, concedendo especial atenção à Idade do Ferro e à Cultura Castreja, inserindo sumária e pontualmente a área em estudo nas problemáticas em questão.

No capítulo III, voltamos novamente a uma menor escala de análise – a escala regional – perspectivando-se a evolução do povoamento na bacia superior do rio Coura desde a Pré-História Recente (embora se abordem igualmente os dados relativos à Pré-História Antiga) até à Romanização, somente com base nos resultados da prospecção arqueológica. Neste capítulo aprofunda-se ainda a metodologia seguida.

No capítulo IV efectua-se, numa perspectiva de interpretação micro espacial, uma análise, sobretudo descritiva, das intervenções de escavação arqueológica realizadas, durante uma década e alternadamente, em três povoados da Idade do Ferro da bacia superior do rio Coura: Cossourado, Romarigães e Cristelo.

Por último, no capítulo V, analisamos, a uma escala de interpretação regional e extra-regional, os resultados obtidos com os trabalhos de prospecção (perspectiva geral) e os trabalhos de

escavação arqueológica. Fazemos igualmente a inserção do estudo e a análise do que de novo os três povoados fortificados intervencionados proporcionaram para o conhecimento da Idade do Ferro do Noroeste Peninsular e, bem assim, da Cultura Castreja.

A segunda parte, dividida em quatro capítulos, aborda de uma forma teórica os conceitos de conservação, restauro, valorização e divulgação dos espaços arqueológicos castrejos e apresenta a sua aplicação prática, mediante a descrição das acções desenvolvidas no concelho de Paredes de Coura.

No capítulo I reportamo-nos a algumas considerações teóricas sobre conceitos, legislação e historial da valorização do património castrejo em Portugal.

No capítulo II fazemos, igualmente, uma abordagem teórica – embora definindo algumas aplicações práticas – sobre a conservação, consolidação e restauro dos povoados fortificados da Idade do Ferro.

No capítulo seguinte – o terceiro – referimo-nos às diversas valências de que a musealização se pode socorrer por forma a que a valorização consiga atingir os seus objectivos, apontando, designadamente, alguns modos de actuação junto dos diversos públicos, como, por exemplo, as crianças e os jovens.

No IV capítulo, já com um carácter prático, relatamos e analisamos o trabalho de valorização, rentabilização e difusão que desenvolvemos no concelho de Paredes de Coura, com especial destaque para o povoado fortificado de Cossourado.

Além do presente volume, acrescem a esta obra, como referimos, dois volumes anexos que inserem:

- Volume II – Carta Arqueológica da bacia superior do rio Coura;
- Volume III – Quadros de estudo sistemático do espólio arqueológico e de estudos analíticos.

FICHA TÉCNICA

Desenho de espólio arqueológico: Fátima Matos Silva, Carlos Gouveia da Silva, Paula Cristina Oliveira, Raquel Guerra e Amélia Marques (Técnica do Museu Regional de Arqueologia de D. Diogo de Sousa).

Desenho de plantas, alçados e perfis estratigráficos: Fátima Matos Silva;

Desenhos elaborados informaticamente: Fátima Matos Silva;

Digitalização de desenhos arqueológicos e outras imagens: Fátima Matos Silva e Alberto Araújo;

Cartografia elaborada informaticamente: Fátima Matos Silva e Alberto Araújo;

Cartografia: Fátima Matos Silva;

Fotografia: Fátima Matos Silva e Carlos Gouveia da Silva.

Arranjo gráfico dos três volumes da Tese de Doutoramento: Fátima Matos Silva;

Restauro de peças: Vítor Hugo Coimbra e Isabel Marques, Técnicos do Museu Regional de Arqueologia de D. Diogo de Sousa; Alunos e Técnicos do Centro de Conservação e Restauro da Universidade Portucalense; Alberto Araújo e Nuno Farinhote.

OBJECTIVOS E METODOLOGIA GERAL

1.1 OBJECTIVOS

Os objectivos desta Tese decorrem do estabelecido no Projecto de Investigação *Estudo, Musealização e Divulgação do Povoamento Proto-Histórico e Romanização da Bacia Superior do Rio Coura* e daquilo que são as suas três grandes fases, explícitas no próprio tema: o estudo do povoamento, a sua conservação e restauro e, por último, a dinamização e divulgação dos sítios arqueológicos.

O Projecto de Investigação foi aprovado pelo Conselho Consultivo do Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico – IPPAR, em 20 de Junho de 1994. Esta aprovação, face à nova política então encetada, foi renovada, em 1998, pelo Instituto Português de Arqueologia para o quadriénio de 1998-2001. Refira-se que, anteriormente a estes projectos, um outro, intitulado *Estudo, Conservação, Restauro, Dinamização e Divulgação do Povoamento Castrejo na Bacia Superior do rio Coura*, foi submetido (em 1991) à aprovação do extinto I.P.P.C. (Instituto Português do Património Cultural).

O projecto de investigação que deu corpo à presente tese privilegiou os seguintes objectivos:

- O sistema de evolução da paisagem humana e natural, perspectivando a evolução diacrónica e sincrónica e procurando as soluções de continuidade/descontinuidade, conforme as cronologias estipuladas;
- A estratégia de ocupação do vale, a obtenção de matérias-primas e a exploração dos recursos;
- A hierarquia dos povoados, mediante a análise sistemática da sua localização, dimensões, diferenciação e eventual especialização, em articulação com o quadro geomorfológico;
- A valorização do espaço arqueológico através da conservação, do restauro e, posteriormente, da dinamização e divulgação, o que nos levou a um leque de outros objectivos não menos importantes do que os já mencionados;
- A elaboração de levantamentos topográficos e o estudo da arquitectura dos povoados;
- A análise dos agentes erosivos e a busca de soluções;
- A consolidação, o restauro, a reconstrução parcial e a protecção das estruturas postas a descoberto, adaptando-se cada técnica a cada estrutura e, conseqüentemente, a cada situação;
- A construção de réplicas de estruturas, nomeadamente habitacionais, e a sua adaptação a espaço museográfico visitável;
- A valorização dos assentamentos e a sua protecção pela conveniente sinalização (tipo informativo, tipo didáctico-explicativo), vedação e, se possível, iluminação, bem como a melhoria dos acessos;

- A plantação de vegetação adequada nas áreas livres de estruturas e vestígios, segundo dados conhecidos sobre o que seria a flora típica da região na Idade do Ferro, com vista à reconstituição do contexto ambiental (vegetação, cursos fluviais, singularidades geomorfológicas);

- A criação de um espaço museológico destinado à exposição do património arqueológico e à realização de actividades pedagógicas.

- A execução de actividades de divulgação e dinamização dos assentamentos intervencionados e/ou de maior interesse patrimonial e turístico.

No âmbito destas actividades queríamos realçar a utilização de recursos do Gabinete de Arqueologia e Património da Câmara Municipal de Paredes de Coura, como:

- Publicações, como os *Cadernos de Arqueologia e Património* (versão geral e versão monográfica);

- Conferências, conversas, palestras e a realização de congressos, jornadas, debates, mesas redondas;

- Cursos com características de formação e sensibilização na área do Património e da Arqueologia;

- Vários meios audiovisuais com múltiplos fins;

- Material de divulgação, como desdobráveis e outros prospectos e roteiros turísticos com carácter pedagógico e informativo, elaborados de acordo com o nível etário e cultural do público a que se destinam;

- Exposições temáticas em vários pontos do concelho, com maletas pedagógicas preparadas para o efeito que se traduzem numa aproximação do meio;

- Visitas guiadas aos sítios arqueológicos;

- Actividades diferenciadas com as escolas do concelho.

Foram igualmente utilizados diversos meios externos ao Gabinete de Arqueologia e Património da Câmara Municipal de Paredes de Coura, a saber:

- Meios de comunicação local, regional ou nacional;

- Comunicações em Congressos e outras organizações científicas;

- Artigos em revistas da especialidade sobre o desenrolar dos estudos.

Apesar de enunciados como um propósito claro, é evidente que não foi possível concretizar todos os objectivos consignados no Projecto de Investigação, uma vez que muitos deles dependiam da conjugação de esforços de várias entidades, situação que, infelizmente, nem sempre foi possível articular.

1.2 FASEAMENTO E METODOLOGIA

A metodologia genérica de investigação assentou em várias etapas.

A **primeira** consistiu na realização de um trabalho prévio de gabinete que englobou diversas tarefas:

- Caracterização geográfica, geológica e geomorfológica da região, de modo a compreender o ambiente natural envolvente na Antiguidade e procurando a sua reconstituição;

- Estudo do clima, dos tipos de solo e da vegetação actual, tentando, sempre que possível, extrapolar para a antiguidade;
- Levantamento exaustivo das fontes documentais, bibliográficas, gráficas e respectivo tratamento informático;
- Elaboração de inquéritos arqueológico-toponímicos e posterior distribuição a Juntas de Freguesia, Párcos e outras entidades e pessoas do concelho, uma acção mais tarde repetida com a colaboração dos professores e alunos da Escola EB 2,3 + S de Paredes de Coura. Finalmente foi feita a sua recolha e tratamento;
- Análise da cartografia, de tipologia e escalas diversas, obtendo-se informação diversa, como a toponímia arqueológica e a localização de sítios arqueológicos já cartografados;
- Elaboração de diversas fichas-tipo para trabalho de campo, referentes a monumentos e vestígios.

A **segunda** etapa consistiu na realização de diversos trabalhos de campo:

- Realização de prospecção de todos os vestígios e estações de que se conheciam referências bibliográficas ou informações fornecidas pelos inquéritos toponímico-arqueológicos e, posteriormente, das áreas que, por razões topográficas e/ou toponímicas, se nos apresentavam como mais prováveis, por exemplo, para a implantação de monumentos megalíticos, povoados fortificados ou assentamentos romanos. Estes trabalhos de prospecção foram realizados ao longo de vários anos, embora de forma sazonal, tendo-se percorrido praticamente todo o concelho numa busca sistemática de estações e vestígios.
- Paralelamente estudámos materiais depositados em Museus – Museu Pio XII, em Braga, e Museu Nacional de Arqueologia, em Lisboa – e em residências particulares.

A **terceira** etapa constou de novo trabalho de gabinete, efectuando-se então a coordenação e análise de todos os elementos:

- Elaboração de um catálogo informatizado de vestígios e estações, através de fichas e bases de dados feitas previamente de forma a permitir os mais diversos tipos de pesquisas, nomeadamente a criação de uma base de dados ao serviço de variadas entidades, como, por exemplo, o Museu Regional de Paredes de Coura. Assim, a informatização de todos os dados (com principal destaque para as peças propriamente ditas) e dos desenhos arqueológicos possibilitará ao Museu efectuar a gestão do inventário para os fins que em cada momento se afigurarem necessários, seja a nível interno ou externo, para consulta de outros investigadores e demais interessados.
- Execução de estudos teóricos de arqueologia espacial através da cartografia (de vários tipos, com a conseqüente variada informação) precisa de todos os locais e vestígios;
- Reelaboração do levantamento topográfico da Cidade de Romarigães e solicitação ao G.A.T. de Valença dos levantamentos de Cossourado, Cristelo e Giesteira. Como estes não foram elaborados, a Câmara Municipal de Paredes de Coura financiou o levantamento topográfico do povoado de Cossourado.

A **quarta** etapa consistiu num misto do trabalho de campo e de gabinete, localizada no tempo entre 1992 e 2001.

- Escavações parcial de três povoados fortificados – Romarigães, Cossourado e Cristelo –, alternadamente ou em simultâneo;
- Caracterização do meio ambiente e dos potenciais locais de exploração dos recursos naturais e, sempre que possível, detecção dos locais de obtenção de matérias-primas;
- Tratamento, em gabinete, do espólio arqueológico recolhido e dos dados obtidos.

A **quinta** etapa teve como objectivo primordial dar a conhecer à população do concelho o desenrolar do trabalho.

- Consolidação, restauro, reconstituição parcial, protecção e conservação das estruturas descobertas, segundo os métodos mais aconselhados para cada caso em particular, igualmente com a ajuda de especialistas. Este tipo de intervenções foi realizado no povoado de Romarigães com a consolidação das estruturas e em Cossourado através do projecto "Musealização e Divulgação do Povoado Fortificado de Cossourado";
- Sinalização dos povoados fortificados de Romarigães e de Cossourado e do núcleo megalítico de Chã de Lamas, com recurso a vários tipos de placas; estudo da sua eventual vedação e iluminação (concluindo-se pela sua inviabilidade, ditada por diversos factores);
- Limpeza e manutenção das estações, em consonância com a autarquia e com os órgãos responsáveis;
- Estudo das hipóteses de construção de réplicas das estruturas e da s possível transformação em espaços museográficos no próprio povoado;
- Divulgação e dinamização de forma a informar correcta e didacticamente a população e os visitantes em geral, e neles despertar uma consciência colectiva para a preservação e conhecimento do passado. Igualmente se analisou cada caso em particular e em consonância com a autarquia e outras Instituições, no sentido de se criar uma política de conjunto que abrangesse o Concelho.

PRIMEIRA PARTE

CAPÍTULO I – A GEOGRAFIA DA BACIA SUPERIOR DO RIO COURA

A escolha da bacia superior do rio Coura para aplicação deste Projecto deveu-se essencialmente às razões apontadas nos objectivos, e como consequência do conhecimento da zona, através dos trabalhos de levantamento para a Carta Arqueológica. Por outro lado, a geomorfologia da região, zona de transição entre o interior e o litoral, a montanha e o vale, suscitava interessantes estudos de índole arqueológica, inexistentes, pelo que todas as dúvidas que daí advinham eram razões mais que suficientes para optarmos por esta região, constituindo, assim, um desafio extraordinariamente aliciente.

A escolha da investigação sobre a ocupação humana da bacia e, particularmente, apenas pela bacia superior de um rio com tão pouca importância no sistema hidrográfico nacional, poderia, aparentemente, parecer pouco relevante e inconclusiva para o estudo das épocas que nos propúnhamos estudar. Refira-se, contudo, que a tendência para a investigação numa macro-escala do povoamento pré e proto-histórico do noroeste peninsular tem vindo a diminuir, dado que, pelo menos no que diz respeito ao estudo da Cultura Castreja e da Romanização do noroeste, não parece ter resolvido os problemas que se colocavam e que se mantêm.

Se por um lado o noroeste tem características que o individualizam das demais zonas do norte de Portugal e da Galiza, tem, por outro lado, particularidades, marcas próprias, que somente com uma investigação numa micro-escala se poderão, eventualmente, vir a compreender. Apesar de aparentemente seguir os cânones culturais destas épocas, terão sido a geomorfologia, o clima, a rede hidrográfica, enfim, a geografia desta região que ajudaram a moldar a sua ocupação humana, criando na unidade uma diversidade assaz interessante.



Foto 1 – Vista parcial da Lagoa da Salgueirinha.

A bacia superior do rio Coura é limitada a NE, E e SE por zonas de bastante altitude, como a Serra da Boulhosa, o Monte de Lamas e o Corno de Bico (Serra de Bico), que oscilam entre os 700 e os 835 metros, inclinando-se esta área geográfica no sentido do mar, variando as altitudes, nesta faixa poente, entre os 120 e os 350 metros.

O rio Coura, de traçado sinuoso, corre em vale estreito, tendo vários afluentes, como a Ribeira de Bruzendes, a das Poldras, a dos Cavaleiros, e nascentes como a Lagoa da Salgueirinha, em Chã de Lamas, Vascões (**Foto 1**). Passa em cotas compreendidas entre os 500 e os 120 metros, esta última quando sai do concelho e entra no de Vila Nova de Cerveira. Separa esta área geográfica sensivelmente pelo meio, percorrendo um talvegue sinuoso e apertado no sentido NE-SO.

O território, em termos genéricos, é representado por terrenos arcaicos e graníticos, onde abunda o porfiróide, de grão grosso, existindo ainda frequentes afloramentos xistentos.

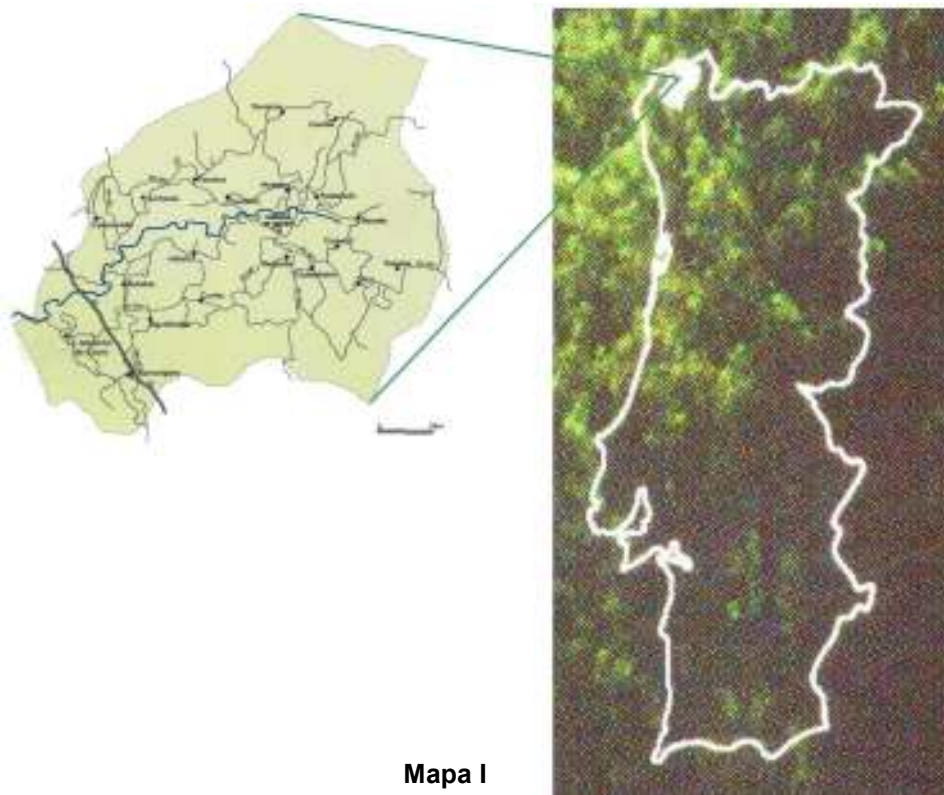
É um concelho que revela actualmente fraca densidade populacional, dispersa por pequenas aldeias situadas nos constantes montes e vales que aqui afloram, ainda cobertos, por vezes, por vegetação autóctone, proporcionando elementos paisagísticos de rara beleza como é o caso da Área Protegida de Corno de Bico.

A agricultura continua a ser a actividade económica predominante.

1.1 - ENQUADRAMENTO NO CONTEXTO GEOMORFOLÓGICO DO MINHO

Como se pode analisar pela cartografia reproduzida (**Mapas I, II e III**), o concelho de Paredes de Coura situa-se no distrito de Viana do Castelo, na região geográfica do Alto Minho ou Minho Setentrional

(BIROT 1950), no "coração" do mesmo, dado localizar-se em zona central em relação aos concelhos que o circundam – Ponte de Lima, Arcos de Valdevez, Monção, Valença e Vila Nova de Cerveira. Os outros concelhos do distrito que não



Mapa I

têm "fronteira" com Paredes Coura são



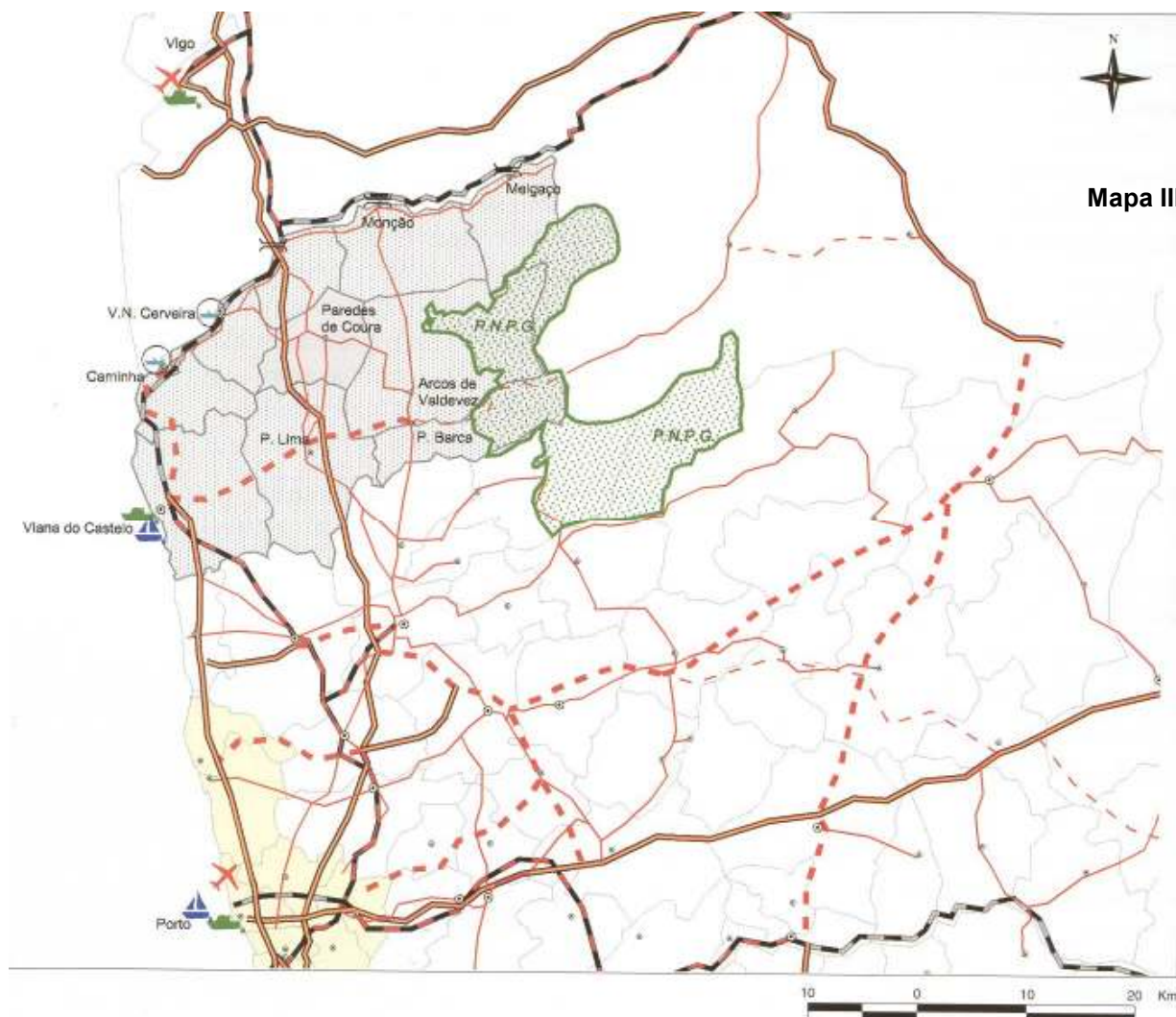
Bacias hidrográficas do Alto Minho segundo Carlos A. Ferreira de Almeida (1987, 13)

Viana do Castelo, Ponte da Barca, Melgaço e Caminha.

Na cartografia dos Serviços Cartográficos do Exército, à escala 1/25.000, a área da bacia superior do rio Coura, assim como o concelho de Paredes de Coura, ocupam parte dos mapas referenciados com os números 7 (1949 e 1997), 8 (1949 e 1996), 15 (1949 e 1996) e 16 (1948 e 1996).

Esta região, bastante montanhosa, é atravessada longitudinalmente pelas bacias hidrográficas do Minho, Lima, Âncora e pelo Coura – afluente do Minho, perto da sua foz –, assim como pelos vários afluentes destes rios. Geomorfologicamente caracteriza-se por "uma sucessão de relevos, alguns de certa imponência, separados por vales estreitos e declivosos ou por pequenas depressões originadas por erosão diferencial" (TEIXEIRA 1961, 9).

Numa perspectiva genérica, o Minho aparece-nos como um amplo anfiteatro aberto ao mar e à influência oceânica (DIAS 1949b), devido, em parte, ao seu relevo e ao sistema de drenagem dos



seus principais rios.

No interior as serras são altas e próximas entre si. Na zona litorânea os vales são largos, separados por interflúvios pouco significativos, em termos de altitude.

Está situado na zona paleogeográfica e tectónica do Maciço Hespérico, mais precisamente na sua Zona Centro Ibérica e na sub-zona da Galiza Média – Trás-os-Montes, oriental, com uma predominância, como se referiu, das rochas graníticas.

Os vales graníticos apresentam já um estágio de maturidade, sendo ladeados por vertentes bastante declivosas, por vezes abruptas.

O modelado granítico, apesar do abrupto das pendentes, apresenta uma boa conservação das superfícies de erosão, quer nas vertentes de vales, como nas escarpas, acentuando-se estas características nas regiões de manchas graníticas e alcalinas (RIBEIRO 1955; FERREIRA 1978).

Integra-se, ainda, no sistema orográfico do Maciço Galaico Duriense (Sistema Transmontano e dos Pirinéus Cantábricos), em que sobressai a Serra de Coura, que atinge 889, 782 e 766 metros de

altitude (Serra S. Silvestre, Serra de Corno do Bico, da Boulhosa e de Chã das Pipas), contrastando com as serras vizinhas.

Apesar de se tratar de uma área pequena, apresenta-se bastante diversificada, como vimos. Passa quase abruptamente de zonas de vale, com cotas que rondam os 200 a 400 metros de altitude, para outras de montanha, com 600 e mais de 800 metros, o que se reflecte, obviamente, no povoamento, que, conforme o período cronológico, se encontra preferencialmente localizado em determinadas áreas.

Em consequência destes factores, temos uma área morfológica com grandes contrastes, intercalada por vales e montanhas, na qual a bacia estudada não foge à regra.

1.2 - GEOLOGIA

O mapa geológico desta área está incluído nas folhas dos Serviços Geológicos de Portugal, 1-C, pertencente a Caminha (Esc.1: 50.000 - 1961) e 1-D, referindo-se aos Arcos de Valdevez (Esc.1: 50.000 - 1988) – **Mapa IV** (1).

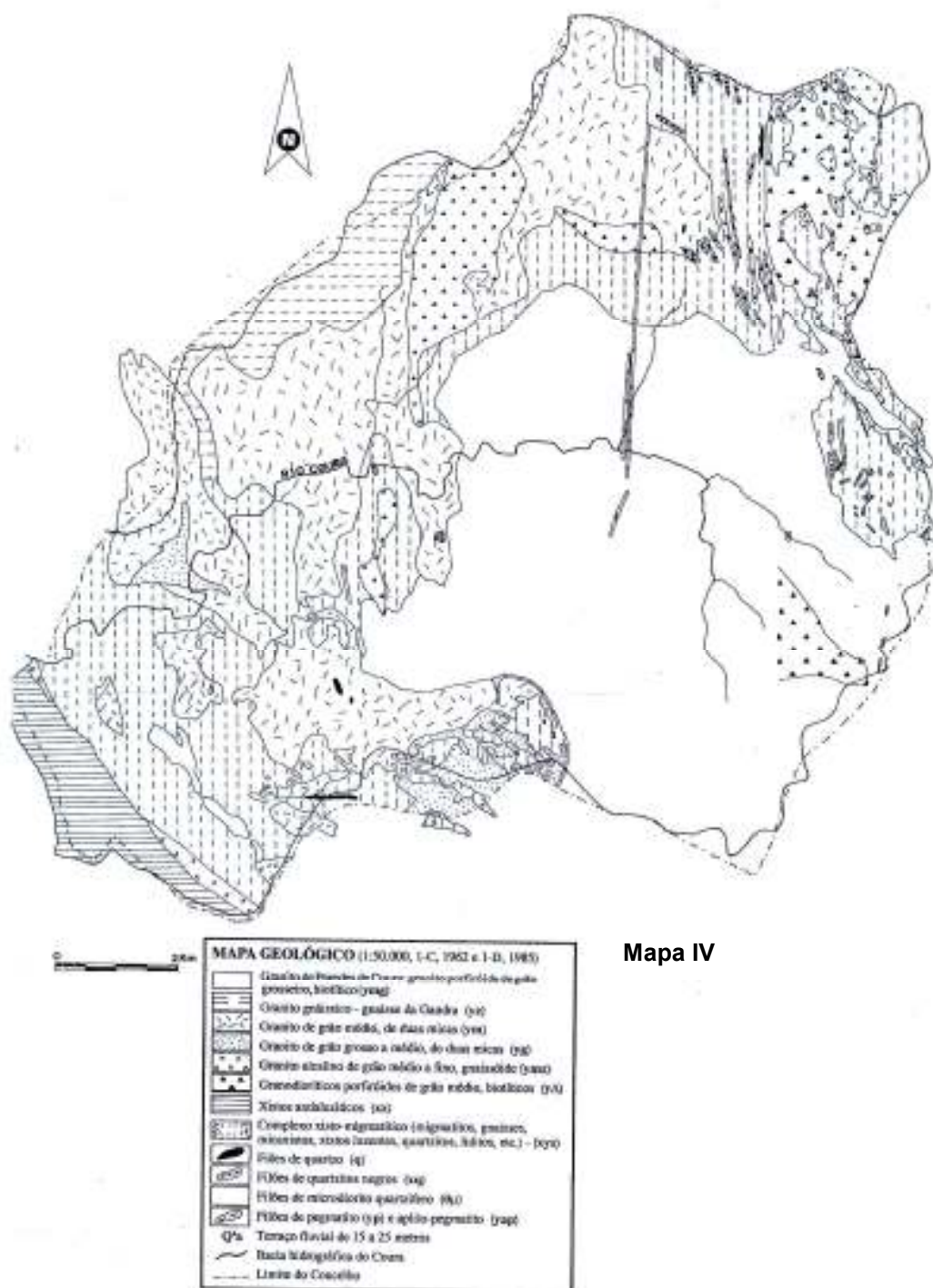
Os estudos geológicos remontam a 1899 e são da autoria de Nery Delgado e Paul Choffat. Estes apontam a existência, nesta região, de terrenos arcaicos e graníticos, intercalados com algumas manchas de depósitos modernos.

Os granitos de Paredes de Coura foram estudados posteriormente por Torre de Assunção e Beak-Lamy, em 1953 e 1955, respectivamente. Em 1953 analisaram-se granitos porfiróides das proximidades da vila de Paredes de Coura, concluindo-se da existência de "microclina e mais raramente, ortose. Como minerais acessórios (...) o zircão, a apatite e a alanite". A esfena é dada como muito abundante. A sua composição química indica um granito aquerítico, com rochas de "acentuado pendor para os tipos grano-dioríticos" (TEIXEIRA 1961, 7).

Trata-se de um granito de cor cinzenta, "com megacristais de feldspato branco de dimensões variáveis, podendo atingir 7 x 4 cm, numa matriz granular muito grosseira e biotítica" (MOREIRA 1988, 22).

Esta mancha insere-se num extenso maciço que se prolonga para sudeste até à região da Beira Interior.

(1) A união das duas cartas é impossível em uma mancha xistosa, dada a sua não continuidade do mapa 1-D para o 1-C.



Mapa IV

Os estudos geocronológicos efectuados por F. Mendes (1968) atribuem-lhe uma idade de 318 ± 1 M.a. (método Rb / Sr, em biotite) Vestefaliano superior.

A formação geológica da bacia superior do Coura é, pois, em grande escala, arcaica e granítica, havendo, no entanto, depósitos actuais "quer de tipo nateiro, quer de tipo arenoso, na confluência do Rio Coura com o rio Minho" (TEIXEIRA 1961, 13), já fora da área estudada.

Atribuídos cronologicamente ao Pleistocénico, existem depósitos de terraço, não só na parte terminal do Coura, como também nas margens deste rio, nomeadamente em Venade, no lugar da

Aldeia Velha (15 a 25m - Q^{4a}), onde existem calhaus de grandes dimensões. Também em Venade existem terraços de 30 a 40 m (Q¹). Estes dois locais situam-se relativamente próximos do povoado fortificado da Giesteira. Nas proximidades de Coura temos terraços de 45 a 55 metros (Q^{2b}).

Ao analisarmos as duas Cartas Geológicas que compreendem a bacia superior do Coura, deparamos com a grande abundância de granito, de vários tipos, intercalado com manchas e filões de outras rochas, em muito menor quantidade.

Os quartzitos negros fazem a sua aparição na Serra da Boulhosa, no interior de uma mancha xisto-migmatítica. São zonados e formados por leitos alternantes de quartzo e de óxidos de ferro, sendo igualmente atravessados por veios quartzo-biotíticos.

Nesta região, entre os grandes maciços de granito porfiróide de Paredes de Coura e Monção, encontram-se bastantes afloramentos xistentos, com predominância das "formações migmatíticas e ocorrem filões e massas graníticas e pegmatíticas, que, pela sua densidade e dimensões, não são cartografáveis" (*idem*, 18). São rochas geralmente muito alteradas, de tons amarelados, que se observam em Cossourado, Romarigães (nomeadamente no povoado fortificado), Mentrestido, Infesta, Rubiães, Porreiras, Insalde, Boulhosa, entre outros locais. Uma grande mancha de granito porfiróide, a designada *mancha de Paredes de Coura*, de orientação NO-SE, ocupa toda a parte oriental do concelho. Inclui, além de Paredes de Coura, as freguesias de Mozelos, Padornelo, Parada, Castanheira, Bico e Labruja (actualmente pertencente a Ponte de Lima).

Trata-se de um granito de grão grosso, azulado, quando possui na sua composição muitos e grandes cristais de feldspato. Apesar de ter alguns encraves xistentos e secreções escuras, é um granito bastante uniforme quanto à sua composição e textura.

A erosão criou enormes blocos isolados que são elementos típicos da paisagem courense.

Em Insalde e Infesta existem estreitas faixas de granito porfiróide, com passagem a granodiorito, que acompanham rochas xistentas. Em Insalde a rocha porfiróide forma alinhamentos extensos e longos, com grandes blocos.

A designada mancha de S. Silvestre é um grande afloramento granodiorítico (rocha relacionada com o granito porfiróide, mas com assimilação de materiais xistentos) que se prolonga até Formariz (Vila Meã). Contacta com o granito de Ferreira e S. Lourenço, com os gnaisses da Gandra e com o xisto-migmatítico de Porreiras.

É uma rocha de grão grosso ou médio, vislumbrando-se muitos blocos arredondados. A mancha granodiorítica de Infesta é um afloramento alongado, que alastra entre Cunha (Monte do Cruzeiro) e Castanheira. Encontra-se envolvida por rochas xisto-migmatíticas e a sul contacta com o granito porfiróide de Coura. Este granito é uma rocha escura, de grão médio ou fino, biotítica, também com muitos blocos arredondados nos quais aparecem muitos cristais de feldspato.

A mancha de Porreiras e Insalde é do mesmo tipo das anteriores. A sul contacta com zona xistenta e a norte com o granito alcalino de S. Lourenço, sobretudo de grão grosso e fino.

Os estudos sobre o granodiorito de Paredes de Coura feitos por F. Mendes (1968) apontaram para uma cronologia de 295 ± 8 M.a. (método do Rb /Sr, em biotite).

Alguns encraves de xisto e restos de terrenos silúricos ocorrem próximo do cemitério e igreja de Insalde. No entanto, a povoação assenta, em parte, sobre rocha granodiorítica.

Esta rocha aparece-nos, ainda, em faixas estreitas e compridas na freguesia de Romarigães e no povoado do mesmo nome.

Os xistos pelíticos, com intercalações de quartzitos e liditos (metassedimentos do Paleozóico), ocorrem em S. Martinho de Vascões, tendo uma orientação de NO-SE. A norte deste local assinalam-se bancadas de liditos "de grão muito fino, negras, constituídas essencialmente por grãos de quartzo e grande quantidade de grafite" (MOREIRA 1988, 13).

Os granitos alcalinos, de duas micas ou só com biotite, distribuem-se pelo concelho, essencialmente por duas manchas, designadas de Antas e Travanca.

A mancha de Antas, de granito de grão grosso, situa-se entre esta localidade e Rubiães. É de formato sub-triangular, com um vértice em Antas, outro em Rubiães e, o último, a leste do alto do Monte da Sé. A erosão criou também aqui muitos penedos arredondados, vendo-se bastantes próximo da capela de S. Bartolomeu de Antas. Esta mancha atravessa o designado granito de Cossourado.

Na região do vértice geodésico da Travanca ocorrem vários afloramentos de granito deste tipo, que se localiza entre o granito porfiróide de Rendufe e o de grão médio de Agualonga.

O granito de grão médio aflora em várias manchas, designadas de Ferreira, Cossourado, Romarigães, entre outras.

Entre os afloramentos de granito porfiróide de Paredes de Coura existem muitas manchas de granito alcalino de grão médio a fino, por vezes grosseiro e de duas micas. São de grandes dimensões nas freguesias de Ferreira, Linhares, Cossourado, Rubiães, Agualonga entre outras, e de dimensões menores em Romarigães e S. Martinho de Coura.

Em S. Lourenço aflora numa forma alongada que se estende até Venade de Baixo e Insalde. Trata-se de um granito de grão médio, com algum grosseiro, alcalino de duas micas.

O granito de grão médio e fino, de aspecto gnaissóide, alcalino de duas micas, tem a sua aparição na zona de Gamboa, indo até Outeiral (Romarigães), e em Gândaras, perto de Ribeirinho (Coura).

O granito alcalino, de duas micas e textura gnáissica, por vezes com aspecto de gnaisse ocelado, ocorre entre o Picoto de Penices e a capela de S. Bento da Porta Aberta. Tem ainda, por vezes, encraves xistentos, como na estrada de S. Bento a Fontoura.

Os filões de microdiorito quartzífero atravessam várias manchas desta área, manchas essas de características xisto-gnáissicas (Porreiras) ou porfiróides (Paredes de Coura). Nas proximidades de Padornelo têm textura porfírica, sendo o quartzo pouco abundante.

Os filões de quartzo são relativamente abundantes no concelho. Aparecem na Serra da Boulhosa, perto de Insalde, na Portela Grande, em Romarigães, e num grande filão que vai da Chã de Cortelhas até Venade, passando o Coura, até às Pedras Ruivas. Afloram em filões intrusivos nos afloramentos xistentos, no povoado fortificado da Portela da Bustarenga.

1.3 - GEOMORFOLOGIA

1.3.1 - Evolução tectónica e paleogeográfica

A área da bacia superior do rio Coura é caracterizada geologicamente, na sua maior extensão, por granitos tardi-tectónicos, geralmente de grão grosseiro, que se instalaram "no final da última fase de deformação hercínica" (MOREIRA 1988, 14), intercalados com algumas manchas do complexo xisto-grauváquico ante-ordovício e séries metamórficas derivadas.

As rochas mais antigas pertencem ao complexo xistento, sendo constituídas por depósitos formados no fundo dos mares, que em tempos ante-ordovícicos e provavelmente ante-paleozóicos cobriam várias regiões da Península.

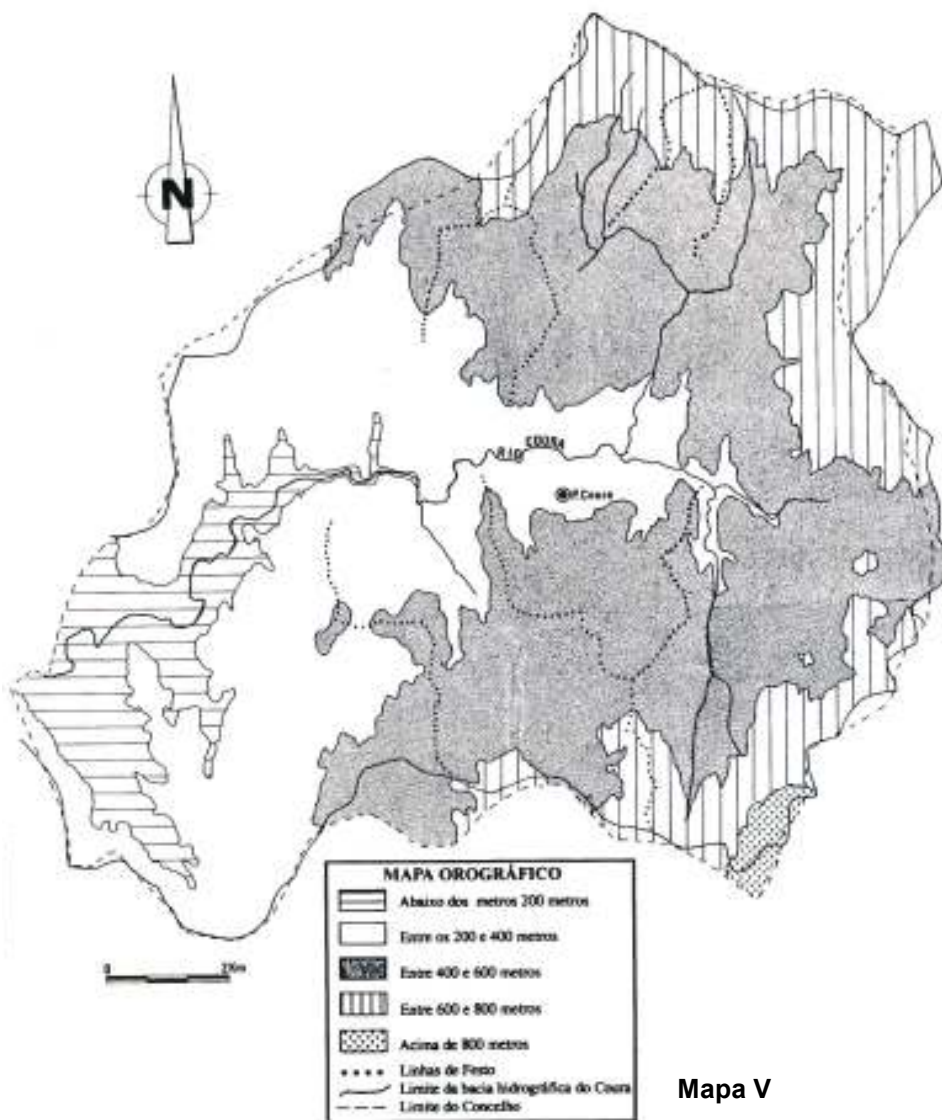
Este território "estaria, portanto, consolidado e emerso no final da granitização hercínica. Daí em diante jamais a erosão deixou de o atacar, originando, em relação com a resistência das diferentes rochas, a morfologia actual" (TEIXEIRA 1961, 39).

1.3.2 – Relevo (Mapas V, VI e VII)

"O modelado da região é resultante da acção da erosão normal" e é originado "por erosão diferencial, sendo o granito de grão grosseiro e o (...) porfiróide as rochas mais resistentes. O de grão fino altera-se mais rapidamente facilitando a erosão. O xisto, em geral muito metamorfozido e alterado, é erodido com facilidade" (*idem*, 12).

O relevo é mais acentuado nas zonas graníticas devido às diferenças geológicas do terreno.

As terras de Cossourado, Rubiães e



Mapa V

Romarigães são pouco acidentadas, subindo o relevo para Paredes de Coura, através de formas suaves e arredondadas.

A nordeste ergue-se a serra da Boulhosa (747 m de altitude, no v.g. Córdio) que, juntamente com o alto das Lagoas (782m), constitui um rebordo que limita esta região face à baixa de Monção.

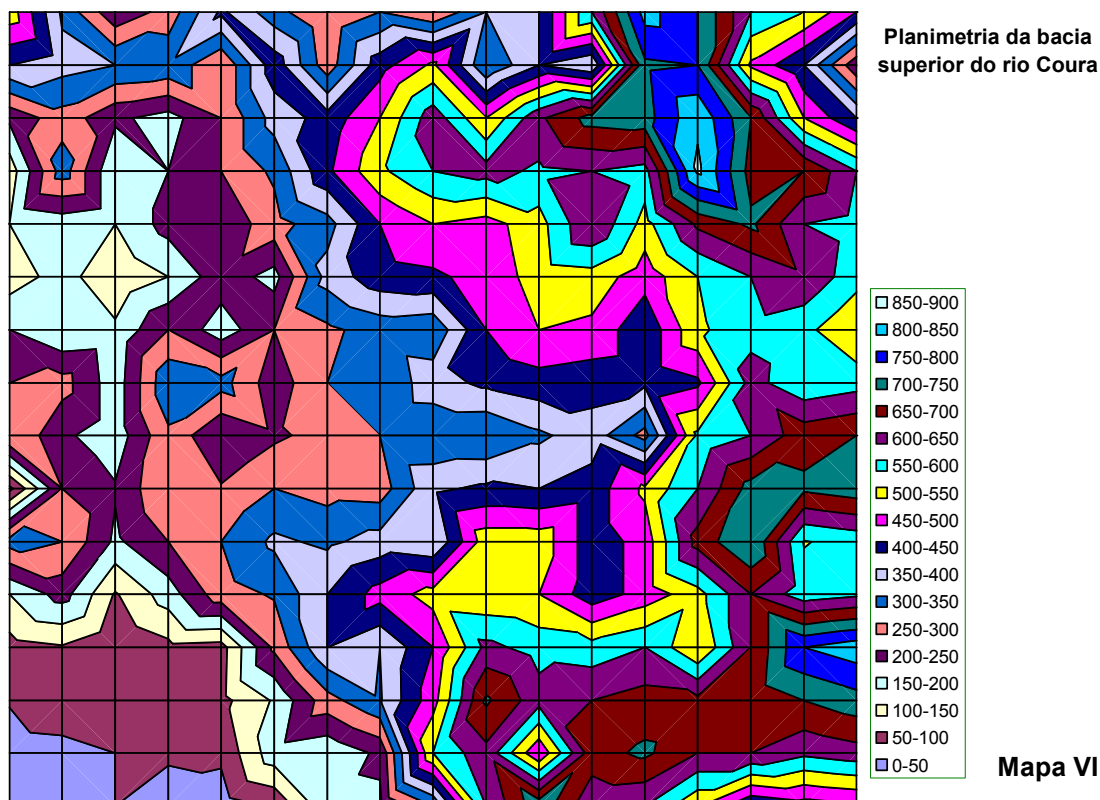
A sul situa-se o Monte da Travanca (700m), com vertentes abruptas para a Labruja e Bário. Atinge em Corno de Bico (situado a SE do concelho) um dos maiores pontos de altitude do Alto Minho (885m).

Como temos vindo a constatar estamos na presença de uma zona bastante acidentada, tendo grandes variações de altitude, que atingem pontos muito elevados em toda a parte leste (com valores entre os 400 e 900 metros), e locais de menor altitude, a oeste (entre 130 e 400 metros). Trata-se, pois, de um relevo formado por intersecção das vertentes que desce gradualmente para o mar.

O rio Coura corre de leste para oeste, em vale jovem, estreito, de vertentes por vezes íngremes. O seu leito, apesar de pequeno, é, no entanto, muito marcante, pois é em redor da sua bacia e das dos seus afluentes que se concentram as zonas mais férteis.

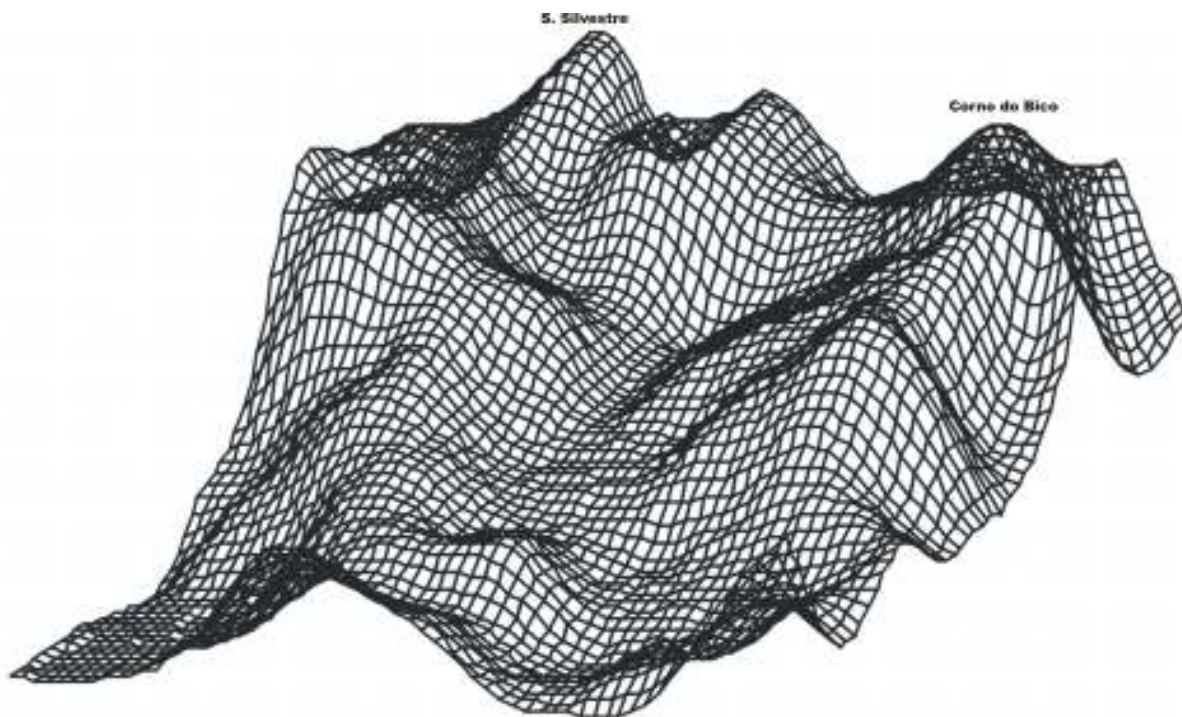
Os campos agricultados, de dimensões reduzidas, encontram-se no vale ou a meia encosta, sendo as zonas mais elevadas arborizadas ou incultas e de grandes dimensões. Também o relevo se desenvolve a partir daí, atingindo as maiores altitudes na periferia da sua bacia hidrográfica.

Estas constatações actuais têm, muito provavelmente, validade para o passado, como veremos, tendo vindo a ser condicionadoras do povoamento desde tempos pré-históricos até à



actualidade.

Na planura dos vales destacam-se, por vezes, pequenas colinas com altitudes que não excedem os 200 metros, formando pequenos ilhéus de rocha granítica que, regra geral, ladeiam ou se situam na proximidade do Coura. Alguns tomam a forma de esporões, de maior altitude, que propiciaram, tal como os anteriores, a ocupação humana, por exemplo, na Idade do Ferro.



Mapa VII – Topografia simplificada da bacia superior do rio Coura.

Em zonas superiores aos esporões, com maior altitude e com grande destaque na paisagem geralmente coincidindo com as linhas de fecho, localizam-se igualmente povoados da Idade do Ferro.

As zonas mais elevadas (com altitudes superiores a 600 metros), onde existem vastas chãs, como Chã de Lamas, Corno do Bico, Boulhosa, Chã das Pipas, Porreiras (Chã dos Cubos), foram sobretudo ocupadas pelas populações do Neolítico e Calcolítico, dos quais as necrópoles megalíticas, tal como se verifica noutras zonas das Serras da Peneda, do Gerês e da Amarela, são os principais vestígios.

1.3.3 – Hidrografia (Mapa VIII e gráfico I)

O rio Coura (**Foto 2**) apenas na sua parte terminal (a partir de Argelo e Vilar de Mouros) atinge o perfil de equilíbrio, correndo, no geral, "em vale estreito e encaixado, com relevos importantes de um e outro lado". Em zona xistenta, o vale é mais apertado (TEIXEIRA 1961, 9), como entre Covas e S. Martinho de Coura.

Os afluentes do Coura correm em leitos de perfil muito inclinado, cheios de rápidos e quedas, como as ribeiras de Arga, Argela e outras.

Este rio tem sido alvo de várias descrições, atribuindo-lhe cada autor uma possível nascente e uma designação diferente através dos tempos.

Por exemplo, Contador de Argote (1784, 109), na esteira do referido por Estrabão, no seu *Livro III da Geographia*, aponta o Coura como o *Benis* dos tempos romanos, ou *Belion*, segundo outros autores.

Pinho Leal (1874, 412) refere que a sua nascente se situa na serra de Corno de Bico, no "Regueiro das Sebôllas", e que no séc. I d.C. seria designado de "Froylano", tal como é referido na *Carta de Divisão dos Condados D'Entre Douro e Minho*, feita em 1026, por D. Fernando, rei de Leão.

Por sua vez, José Augusto Vieira (1886 [1987], 131 e 133) aponta uma das nascentes do Coura para o "sítio de Ral" na Serra da Boulhosa e a outra em Corno de Bico, no mesmo local referido por Contador de Argote.

Em suma, a origem do rio *Benis*, *Belion*, *Froylano* ou Coura verifica-se através da junção de várias nascentes e outras tantas linhas de água, de que podemos citar a lagoa da Salgueirinha (Chã de Lamas), a ribeira de Reiriz, o rio dos Cavaleiros e muitas outras de menor caudal.

Para o aumento da sua bacia, na sua parte superior e ao longo do percurso que atravessa a área em estudo, inúmeros afluentes nele desaguam, quer na margem norte, quer na margem sul, sendo de referir, pelo seu maior caudal, o ribeiro da Pantanha, o do Fundão, a de Bruzendes, a das Poldras, a da Codeceira e o regato do Outeiral.

Durante o seu percurso possui várias quedas de água e levadas, aproveitadas para irrigação das terras.



Foto 2 - Troço do rio Coura.



Bacia hidrográfica do rio Coura

Em Penices tem a particularidade de desaparecer, tornando-se um rio subterrâneo, reaparecendo cerca de 200 metros depois, no lugar do Poço do Alves.

Alguns dos seus recantos mais pitorescos, tem na última década sido aproveitados para locais de lazer, de atracção turística, sendo o de maior destaque a praia fluvial do Taboão (**Foto 3**), muito próxima da vila de Paredes de Coura. Esta além dos atractivos paisagísticos alberga anualmente um dos maiores concertos de música rock de Portugal.

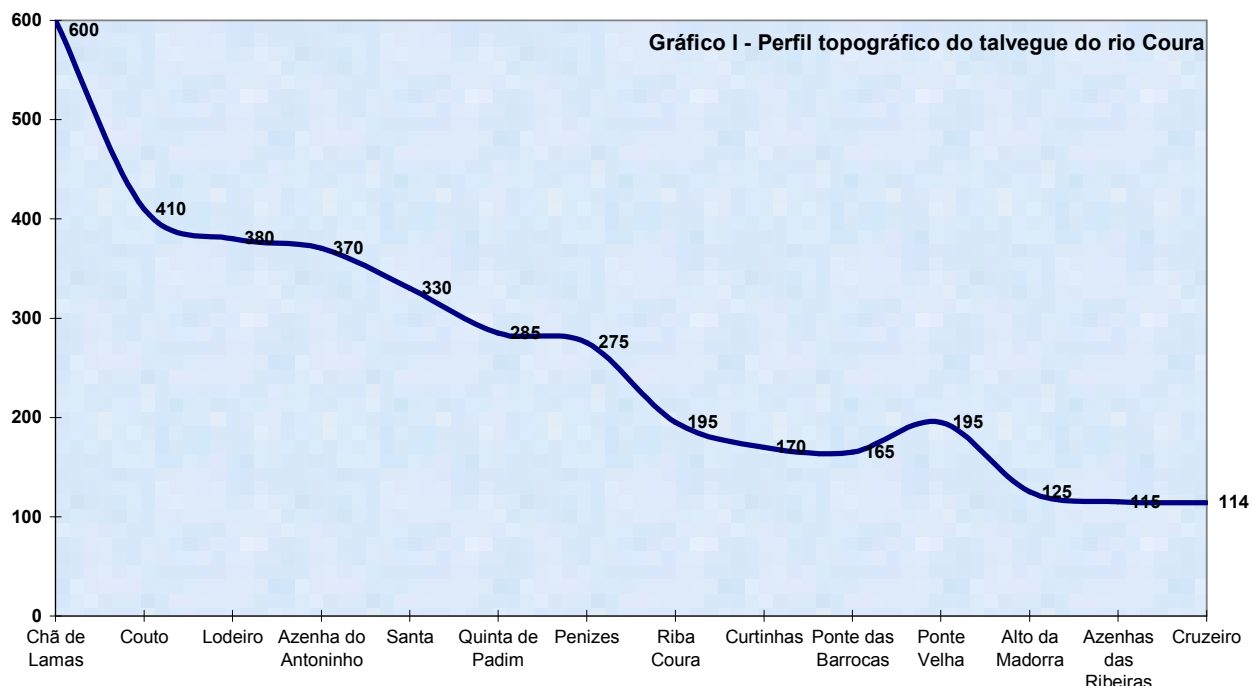


Fotos 3 e 4 – Vista parcial da praia fluvial do Taboão e moinho hidráulico.

Outros pontos de grande interesse são os diversos moinhos (**Foto 4**) e serrações hidráulicas que ladeiam as suas margens, alguns deles convertidos em casas de férias. Igualmente existiram moinhos de linho.

A sua foz situa-se no rio Minho, perto da foz deste, em Caminha, constituindo o seu principal afluente. Possui uma extensão aproximada de 35 km, desde a nascente até à foz.

O gráfico anexo (**Gráfico I**) permite-nos visualizar o perfil do talvegue do Coura, bem como



concluir que, numa extensão de sensivelmente catorze quilómetros, em linha recta, (desde a nascente até à área em que sai desta zona), tem um perfil muito sinuoso, com uma grande variabilidade de altitudes, passando neste pequeno espaço dos 600 metros para cotas bastante baixas (114 metros).

A direcção dominante, como se referiu, é de leste para oeste, com traçado variável mas de predominância horizontal, dividindo esta área em duas partes de dimensões semelhantes.

Como a maioria dos rios portugueses, tem um regime irregular, acompanhando a variação anual das precipitações: menor caudal no Verão e maior no Inverno.

A sua bacia hidrográfica apresenta fraco revestimento vegetal, com fortes declives, constituída por rochas de permeabilidade reduzida e muito reduzida, conduzindo, assim, a um rápido escoamento das águas. Este facto, que outrora, talvez, não se verificasse com tanta acuidade, implica um fraco rendimento do solo.

A fauna piscícola era, em tempos idos, abundante, nomeadamente no que diz respeito às trutas e às bogas, aos escalos e às enguias. As trutas são actualmente criadas em viveiros (**Foto 5**).



Foto 5 – Vista aérea do troço do rio Coura onde se situam os viveiros de trutas.

1.3.4 - Hidrogeologia

A região apresenta boas condições hidrogeológicas, com numerosas nascentes de carácter permanente, como na Boulhosa.

As águas subterrâneas são aproveitadas por galerias de minas, geralmente para rega, pois grande partes das culturas agrícolas são de regadio.

As azenhas e moinhos de moer milho e linho, que aproveitam a força hidráulica de ribeiros e regatos, são abundantes, estando ainda há alguns anos alguns em funcionamento, assim como algumas serrações hidráulicas.

A nascente de Grichões, com caudal abundante, é servida como água de mesa. É oligossalina e muito radioactiva. Recentemente foi reaberta e comercializada.

1.3.5 - Recursos minerais

Os recursos minerais mais explorados nesta área são o estanho e o volfrâmio (minas de S. Silvestre). No entanto, actualmente estão quase todos paralisados.

As antigas concessões de Lamas, a norte de S. Martinho de Vascões, ainda conservam vestígios de mineração (e mesmo as habitações dos seus trabalhadores), tendo sido exploradas para extracção de estanho e volfrâmio, no período da II Guerra Mundial. Existem igualmente concessões mineiras de estanho, em outros locais de Paredes de Coura, numa área aproximada de 250 hectares.

Nesta esta área regista-se, ainda, a cassiterite, a tautalite, a volframite e a columbite. Os filões de cassiterite existem na Serra de Corno do Bico.

Vários autores (ALMEIDA, 1866; LEAL 1874; VIEIRA 1886 [1987]) apontam para a existência de minas de ouro, aparentemente exploradas pelos romanos, na serra da Boulhosa, freguesia de Insalde.

Em relação aos recursos líticos, pode-se referir a existência de pedreiras de exploração de granito. O granito é usado actualmente para a preparação de paralelepípedos ou esteios de cantaria, o de grão médio e fino na escultura, sendo vulgar existirem santos e outras figuras talhadas nesta pedra, nas igrejas da região.

As argilas são também ainda exploradas no terraço das Barrocas (S. Pedro da Torre, Valença), sendo as telhas e tijolos o seu produto final mais comum.

1.4 - O CLIMA, A VEGETAÇÃO ACTUAL E OS TIPOS DE SOLO

1.4.1 - Clima

Em termos climáticos esta zona caracteriza-se pela confluência de um clima de altitude com um outro de influência atlântica, com temperaturas moderadas e grande quantidade de pluviosidade.

Estudos elaborados entre 1931 e 1960 mostram a uniformidade do "valor médio anual de dias de precipitação", havendo "uma gradação na direcção noroeste-sudeste na quantidade recebida". O esboço pluviométrico (baseado na Carta Pluviométrica de Portugal, Observatório do Infante D. Luiz, 1943) é caracterizado por uma frequência pluviométrica que oscila entre os 2.000 e 2.500 milímetros anuais. Os valores médios mensais de precipitação registam o seu máximo em Dezembro e o mínimo em Julho ou Agosto.

A humidade do ar caracteriza uma região saturada.

Os ventos são geralmente moderados, dominantes de norte e NE.

A quantidade de geada é pouco elevada, sendo maior na área sudeste do concelho.

Evidentemente que não existem estudos sobre o clima nas épocas a que se reporta este trabalho. No entanto, e por analogia com estudos de outras zonas, pode ser apontado para esta região um clima frio e húmido.

1.4.2 – Vegetação e fauna actual

Na área central desta bacia hidrográfica temos uma zona ecológica diferenciada das faixas leste e oeste do concelho. Trata-se de uma zona híbrida, caracterizada por um pólo atlântico (designado puro), por outro sub atlântico (de características mais continentais) e por um outro atlante-mediterrâneo. Sendo assim híbrido, favorece o aparecimento de uma vegetação também muito variada de carvalho negral (*Quercus Pyrenaica*, *Q. Toza*), carvalho alvarinho ou roble (*Quercus Robur*), sobreiro (*Quercus Suber*), castanheiro (*Castanea sativa*), pinheiro manso (*Pinus Pinea*), pinheiro bravo (*Pinus Pinaster*) e bétula (*Betula pubescens*) (ALBUQUERQUE 1954).



Foto 6 – Carvalhal na Área de Paisagem Protegida de Corno de Bico.

A faixa leste – a mais alta da bacia – possui uma zona ecológica típica da área sub atlântica, com carvalho negral, castanheiro e bétula, sendo, pois, menos variada.

Traduz, assim, um clima chuvoso e húmido, com Invernos moderados e estios quentes. Possui características atlânticas e algumas mediterrâneas (mas muito menores), com menor precipitação, terrenos regadios e propensão para o pinheiro bravo.

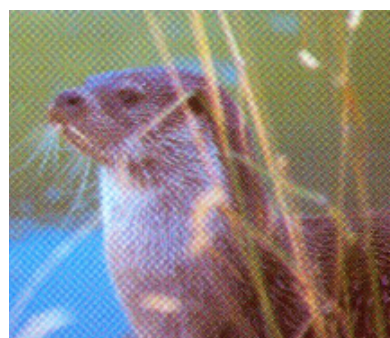
No entanto, com a intervenção do homem a paisagem vegetal espontânea do concelho foi significativamente alterada, tendo algumas espécies sido reduzidas, como os carvalhos (**Foto 6**) e o teixo, outras introduzidas, como o eucalipto e a acácia, e outras ainda expandidas, como, por exemplo, o pinheiro bravo.

Os pinheiros ganharam uma grande importância em detrimento dos carvalhos e castanheiros, outrora abundantes e importantes na alimentação, assim como o eucalipto, árvore de propagação muito recente.

A vegetação rasteira e arbustiva tem-se desenvolvido, designadamente o tojo utilizado para estrume e para cama do gado. Espécie rara e protegida, mas ainda relativamente abundante em Paredes de Coura, é o azevinho (*Ilex aquifolium* - Foto 7), já existente, pelo menos, na Idade do Ferro, como o comprovaram as análises antracológicas.



Em alguns locais de altitude considerável, sobretudo na serra de Corno do Bico, ainda se conserva, em parte, a paisagem vegetal espontânea, um dos factores que levaram à sua classificação como Área de Paisagem Protegida. Esta zona é uma das mais bem estudadas da região quer em termos de revestimento vegetal, quer do tipo de fauna (Fotos 8 a 12) e flora existente. Aí “destacam-se os carvalhais de carvalho alvarinho (*Quercus robur*), os bosques ripícolas e turfeiras. Associados a uma prática agrícola tradicional surgem os prados de feno que possuem uma riqueza e individualidade florística próprias.” (Comissão Directiva da Paisagem Protegida de Corno de Bico, 2002)



Fotos 8 a 12 – Alguma da fauna existente na área da Paisagem Protegida de Corno de Bico e zonas limítrofes: garranos, corço (*Capreolus capreolus*), lobo (*Canis lupus*), lagarto-de-água (*Lacerta schreiberi* – Lugar da Cachada) e lontra (*Lutra lutra*).

As zonas de menor altitude (vales, vertentes e socacos) estão dominadas pela policultura intensiva de cereais, legumes, milho, utilizando-se o sistema da rotação de culturas com vista ao melhoramento e não esgotamento dos solos.

A vinha é também abundante, assim como os terrenos de ervas para pastagem.

A visualização de todo o percurso do Coura é não só bastante fácil, como interessante em termos de fotografia aérea (escala 1:10.000), dado que é ladeado por uma linha (nas duas margens) de vegetação arbórea de choupo e salgueiro.

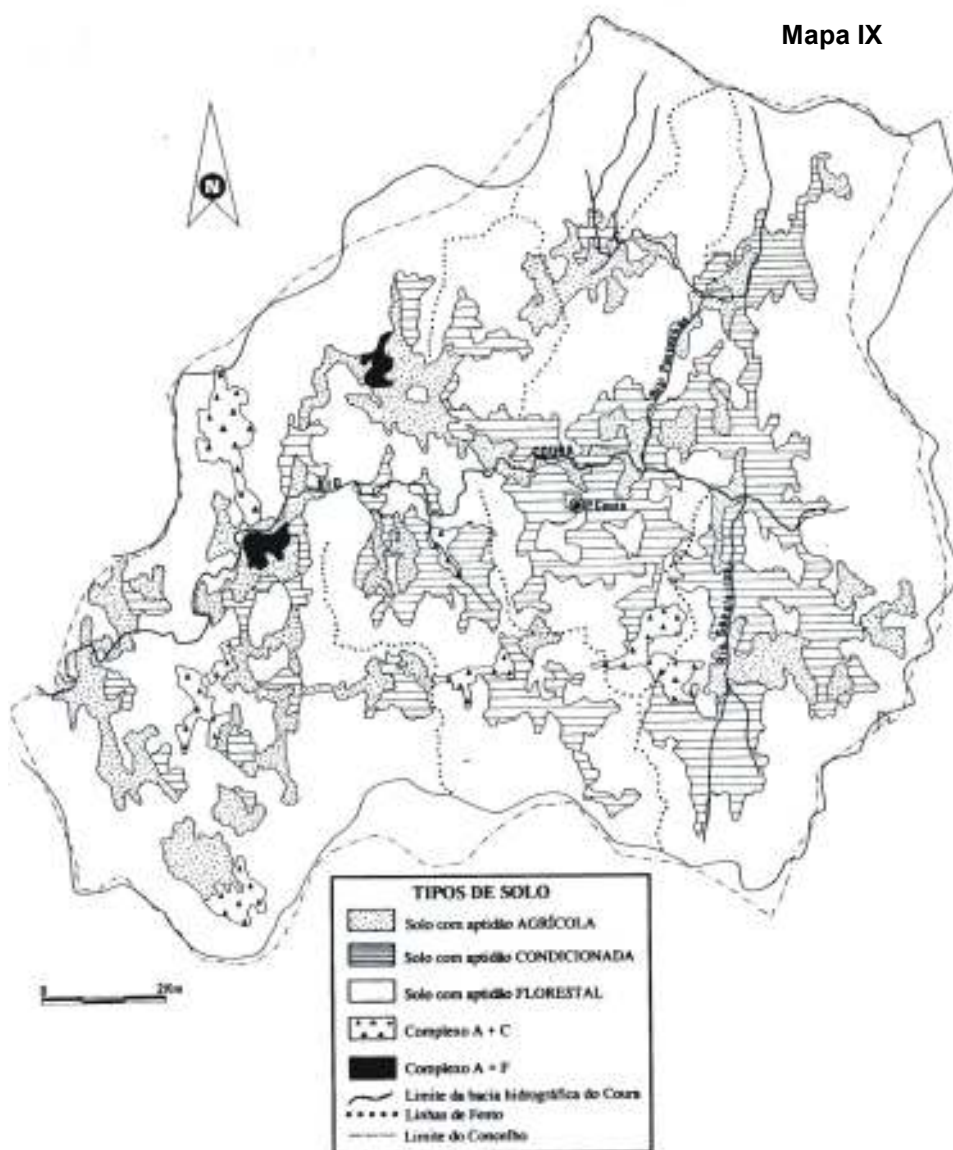
Em relação às áreas ocupadas pelos povoados fortificados, apenas a respeitante ao povoado de Cristelo está coberta pelo aparente revestimento vegetal do passado, através da existência de carvalhos e videiros. A maioria dos povoados (Giesteira, Cossourado, Romarigães) foi alvo de incêndios que lhe tem destruído a vegetação autóctone, sendo, posteriormente e ao longo dos últimos dez a quinze anos, repovoados, sobretudo, por pinheiro bravo e demais vegetação arbustiva e rasteira.

Em algumas zonas, como em Lousado, tem-se recentemente feito um esforço no sentido da replantação de espécies nativas.

1.4.3 - Os tipos de solo (Mapa IX)

Segundo o esboço pedológico (CARDOSO *et alii* 1969), esta área divide-se, grosso modo, por dois tipos de solo: a leste, e numa margem reduzida, o solo litólico, muito insaturado, e o solo argiluviado, pardo-acinzentado; a oeste, e ocupando a maior parte do território, o solo litólico, também muito insaturado e com afloramentos rochosos.

Os solos litólicos insaturados são aqueles em que a percentagem de saturação é pequena e que derivam dos granitos e granodioritos. Por sua vez, os argiluvitados pardo-acinzentados têm maior capacidade de saturação,



embora também baixa, desenvolvendo-se em regiões de clima sem características mediterrâneas. São solos derivados de xistos sedimentares ou metamórficos.

Os solos graníticos e de rochas afins, situados sobretudo em áreas de pouco declive, onde não existe grande escorrência, são no geral bons para a agricultura. São solos leves, fáceis de cultivar, permeáveis e relativamente espessos.

Os solos xistentos, pelo contrário, situados em áreas de declive, são constituídos, sobretudo, por cascalheiras estéreis, excepto no caso de zonas baixas, onde existe um solo argiloso espesso. São terrenos pobres e difíceis de trabalhar.

1.4.3.1 - Capacidade actual de uso do solo

A principal actividade económica, tal como noutros tempos, é a agricultura, em geral de subsistência.

A área do concelho corresponde a 13.802 hectares (138 km²), praticamente coincidentes com a área da bacia hidrográfica. No entanto, apenas 10% correspondem a solos do Tipo A, ou seja, solos com capacidade de uso agrícola. Os solos do Tipo C, designados de uso agrícola condicionado, aparecem-nos com uma percentagem de 14%. Assim, existem cerca de 3.634 hectares de solos com aptidão agrícola, ou seja, 26,3% do total.

Uma vez que as explorações agrícolas ocupam 5.666,9 ha (41% da área do concelho), pode-se deduzir da sua pouca rentabilidade, dado ocuparem muitos terrenos sem aptidão agrícola.

A estrutura da propriedade é vincadamente de dimensões reduzidas (**Foto 13**) e dispersa, pertencendo, normalmente, as explorações a uma facha etária idosa.

A maioria das explorações é composta por terras aráveis. Existem também muitas terras ocupadas permanentemente por pastagens.



Foto 13 – Paisagem do concelho de Paredes de Coura.

As culturas principais são as arvenses, predominando as de regadio. As culturas dispersas mais importantes são a vinha e as árvores de fruto.

Em fins do século XVII esta área seria muito rica em trigo, centeio, milho, feijão, linho mourisco e galego, frutas, e ainda em caça miúda, veados e javalis (COSTA 1868, 261).

Predomina o trabalho manual e a tracção animal, em detrimento da mecânica, que a pequena área da exploração e a configuração do terreno não favorece.

A área florestal ocupa 26,7% da sua totalidade (2,69 hectares), ou seja, uma situação nitidamente inferior à do valor geral do continente (33,2%).

As espécies actualmente mais importantes são as resinosas (3,12 ha), com predomínio do pinheiro bravo (3,00 ha). As folhosas ocupam 0,52 ha.

As culturas principais, em termos produtivos, não em área ocupada, são, por ordem decrescente, o centeio, o vinho, o milho, a batata, o feijão, o trigo, a fava e a aveia.

Na pecuária predominam os bovinos, seguindo-se os suínos e, por fim, os ovinos.

CAPITULO II – A EVOLUÇÃO DO POVOAMENTO NO NOROESTE E OS MODELOS INTERPRETATIVOS

2.1 OS ANTECEDENTES: O CALCOLÍTICO E A IDADE DO BRONZE NO NOROESTE

A panorâmica bibliográfica relacionada com o Calcolítico (Idade do Cobre) e a Idade do Bronze no Noroeste apresenta-se em Portugal relativamente pobre, na medida em que é escassa e, em alguns casos, bastante antiga, descrevendo-se, sobretudo, materiais descontextualizados. Existe, ainda, outro tipo de publicações, com carácter monográfico, muitas delas fruto de relatórios de escavação.

As obras de síntese são poucas: conhecendo-se a de H. Savory (1985) e as mais recentes, da autoria de S. Oliveira Jorge (1990), e nomeadamente a de João Luís Cardoso (2000), ou ainda, no caso da Idade do Bronze, de Ana Bettencourt (2000), que têm vindo a colmatar algumas das lacunas existentes. Embora os contrapontos de análise continuem a ser reduzidos, se comparados com os estudos efectuados nesta área geográfica sobre outras épocas - a Idade do Ferro, por exemplo -, começamos a ter uma ideia mais concreta dos problemas, designadamente no que respeita às etapas evolutivas destes períodos cronológicos.

Perante esta realidade, procuramos focar as teorias e os trabalhos mais recentes, sem sermos exaustivos, de forma a fazer o ponto da situação possível. Temos, contudo, a consciência de que existem estudos mais recentes que se encontram por publicar, sobretudo no que diz respeito à designada Cultura Megalítica, os quais trariam, eventualmente, alguma clareza mais a estas épocas que continuam nebulosas.

2.1.1 A evolução do povoamento na Idade do Cobre do Noroeste

Da análise dos títulos conhecidos relativos ao espaço e ao período em questão, ressalta, à partida, o facto de apenas existirem artigos de fundo, tentativas de sistematização de dois autores portugueses, designadamente Susana O. Jorge e João Luís Cardoso para além de Maria de Jesus Sanches, embora, esta última, se debruce sobre a região de Trás-os-Montes e Alto Douro (1997).

Esta fase de estudo – Idade do Cobre ou Calcolítico –, que ocupa a segunda metade do III e inícios do II milénios a. C. (entre cerca de 2700/2500 e 1800/1700 a. C.), caracteriza-se, no território português, pelo aparecimento de comunidades onde se observa a emergência de novos comportamentos sociais e onde se desenvolvem "embriões de sociedades hierarquizadas" (JORGE 1990, 163) que, em algumas regiões, parecem revestir-se de alguma complexidade social. Contudo, e apesar de as várias regiões de Portugal (Alentejo, Algarve, Estremadura, Beiras e região norte) não funcionarem como zonas estanques, mas antes como zonas de inter-influências, com algumas áreas culturais homogéneas, afigura-se impossível abordar todos os territórios, não só pela falta de estudos mas também pela diversidade regional para a qual não existe uma caracterização particular.

Segundo o modelo interpretativo de Susana Oliveira Jorge, esta emergência de sociedades hierarquizadas parece dever-se a uma mudança de atitude face à tradicional ideologia do poder,

coetânea com uma intensificação socio-económica, em que se assiste ao "alargamento das relações e intercâmbios supra-regionais [e à]... sobrevalorização do "habitat" como local física e aglutinador da identidade cultural" (*id.*, *ib.*), chegando a existir povoados monumentalizados como Castelo Velho (JORGE 2000; 2002).

Susana O. Jorge (1991), embora realçando a falta de provas arqueológicas do processo de neolitização do litoral ibérico, aponta, por hipótese, a existência de dois processos: uma neolitização inicial, nas áreas costeiras das províncias do Minho e Douro Litoral, integrada no grande movimento de aculturação de origem mediterrânica que aconteceu após o V milénio a.C.; e, um outro processo registado no interior do norte de Portugal, sobretudo em Trás-os-Montes e Alto Douro, que teria sido ocupado, ao longo do IV milénio, por comunidades que haviam assimilado as inovações culturais veiculadas no interior da Península, particularmente na Meseta Espanhola e nos vales de grandes rios, como o Douro. Assim, temos dois processos evolutivos de neolitização, cada um com características próprias, que podem explicar a progressiva variabilidade cultural e mesmo as assimetrias de desenvolvimento do norte de Portugal, a partir do IV milénio, e que vão permanecer posteriormente na Idade do Cobre.

De facto, em certas regiões, alguns grupos iniciaram a construção de monumentos megalíticos, como expressão de um comportamento religioso que pode indicar um desenvolvimento do sistema produtivo, com a existência de alguns excedentes, traduzindo simultaneamente uma coesão social em torno de territórios bem delimitados; noutras zonas, por outro lado, comunidades mais arcaicas fazem perdurar os artefactos e as formas de comportamento e vivência tradicionais.

Na primeira metade do III milénio, o norte de Portugal é então progressivamente ocupado por populações que incrementam a utilização mais intensa dos solos. Conhecem-se os primeiros assentamentos abertos de altura, como a Vinha da Soutilha (Chaves) que domina o vale do Tâmega, afluente do Douro. Ressalve-se que outros autores, como João Luís Cardoso (2000), consideram que este povoado é cronologicamente atribuível ao Neolítico Final, antecedendo o aparecimento no Calcolítico dos povoados também de altura, mas fortificados, como Castelo Velho (Freixo de Numão), Castanheiro do Vento ou o Castro de Palheiros, em Murça, os dois primeiros escavados por Susana Jorge e o último por M. Jesus Sanches.

No sentido de explicar o modelo cultural desta fase, a autora (JORGE 1991, 263) avança três possibilidades:

- A primeira refere-se à variabilidade dos sistemas de povoamento dos povoados conhecidos. Apesar das dificuldades em extrapolar é possível supor que esta variabilidade se relaciona com a existência de uma grande diversidade de recursos e da respectiva exploração, sobretudo nas regiões já estudadas de uma forma mais intensa como Chaves, Mirandela e Mogadouro.

- A segunda, prende-se com a variedade dos artefactos cerâmicos. Ou seja, se por um lado continuam a existir peças de tradição neolítica e de influência mediterrânica, paralelamente emergem dois tipos de cerâmica que, grosso modo, caracterizam duas áreas: o Minho e Trás-os-Montes com cerâmica doméstica muito decorada; no Minho e em Trás-os-Montes, e o leste transmontano, com

cerâmica raramente decorada. A produção material sugere então um progressivo regionalismo ao longo do III milénio a.C..

- A terceira, por último, aponta para a falta de elementos indicadores dos rituais funerários desta época.

Sabe-se que a construção de monumentos megalíticos reduz-se em determinadas etapas e regiões, sendo muitos deles reutilizados ao longo do III milénio. Nestes casos, as oferendas funerárias distinguem-se, salvo raras excepções, dos materiais detectados em povoados cronologicamente coevos. Parece também haver uma dissociação espacial entre os dois tipos de sítios.

Outro ponto importante a realçar nesta fase é o valor simbólico que teriam o povoado e o túmulo. A diversidade de situações existentes, que veremos seguidamente, dificulta a explicação deste valor.

- Em primeiro lugar, temos os assentamentos que foram ocupados por populações que construíram túmulos megalíticos, os quais fornecem espólio não especializado, relacionado com oferendas funerárias.

- Outros assentamentos existem que, apesar de terem tido o mesmo tipo de ocupação e de tumulações, parecem possuir uma especialização nas oferendas, considerada a selectividade de alguns destes artefactos. Contudo, ocorrem também em povoados.

- Um outro caso aponta-nos para enterramentos que se efectuariam em túmulos planos, sem mamoa, diversificados ou sob caos de pedras. Ocorrem geralmente em locais de implantação de povoados e são, em qualquer dos tipos, de difícil detecção. Dois dos três monumentos megalíticos do Couto da Pinheira (MEG 32 e 33), em Porreiras, eventualmente, inserem-se neste caso. Contudo, não se conhece nesta zona qualquer povoado atribuível ao Calcolítico.

Estamos, pois, em presença de uma dualidade cultural: populações que ocuparam povoados sedentários com uma elevada representação simbólica, por um lado, e grupos humanos que investiram sobretudo na construção de túmulos, por outro. Pensamos que a bacia superior do rio Coura se enquadra sobretudo neste segundo grupo.

Regra geral, até ao momento, não se detectaram monumentos funerários próximos de povoados sedentários, tal como na área por nós estudada, em que se conhecem diversos locais de enterramento e se desconhece qualquer povoado com eles relacionado.

Na bacia superior do rio Coura os povoados não ocuparam, provavelmente, chãs com altitudes próximas daquelas em que ocorrem tumulações, dado que devem ter-se deslocado para altitudes mais baixas - junto de vales férteis. A sua identificação apresenta-se assim bastante difícil, facto que resulta de diversos factores: a maior utilização destas zonas ao longo dos tempos; o facto de serem sítios arqueológicos normalmente marcados pela ausência de estruturas pétreas; e, a falta de unidade geográfica de relativa proximidade entre os povoados aos quais corresponde a construção e uso de determinada necrópole. Uma dificuldade de identificação que apenas poderá ser contornada caso se encontrarem nos dois locais (povoado e túmulo) uma cultura material de excepção, com evidentes traços de uniformidade.

Susana Jorge, contudo, apesar de ao longo de anos e em diversas publicações (JORGE 1985; 1986; 1989; 1990) ter pretendido provar este modelo, pensa ser preferível, na actual conjuntura, reformular estas ideias, uma vez que a diversidade regional do norte não permite formular um modelo explicativo unitário para toda a região (JORGE 1991). A tese da dualidade cultural deverá ser encarada em face de cada região e dos elementos arqueológicos que cada uma fornece relativamente aos dois tipos de estruturas - povoado e necrópole - em causa

Assiste-se, actualmente, a uma fase de transição em que os arqueólogos questionam as suas próprias teorias, defendidas até muito recentemente. Teorias essas muito radicadas no pensamento histórico-cultural predominante na arqueologia europeia ocidental e continental. Nesta fase dos conhecimentos apenas se sabe que nada autoriza os arqueólogos a fazerem interpretações baseadas em esquemas simplistas e lineares, dada a diversidade de situações que se nos apresentam no norte Calcolítico.

Na segunda metade do III milénio a. C. assiste-se a um importante movimento de *colonização* interna desta área, um movimento expansionista em direcção a vales férteis de baixa altitude, por parte das comunidades que construíram sepulcros de corredor indiferenciado (e talvez de outra tipologia), de grandes dimensões, como o dólmen de Santa Marta (Penafiel), a Anta da Barrosa ou a mamoa 1 de S. Romão do Neiva (monumento onde ocorreu cerâmica metopada de "tipo Penha", cuja aparição está, normalmente, associada a povoados), Romão do Neiva 2 e Eireira (Viana do Castelo), esta última situada em planície litoral a escassos metros do mar. A estes poderemos juntar muitos outros (em cuja escavação colaboramos), como a mamoa de Chafé implantada em zona dunar, - que muito embora possua uma estrutura dolménica incipiente, forneceu um espólio muito vasto e rico; as mamoas do Rapido, da Palmeira de Faro, da Portelagem, e da Cruzinha (composta por dois túmulos, abarcados por uma mesma mamoa, e que, ao contrário do habitual, não sofreu acções pós-deposicionais antrópicas), entre outras, que após a sua devida inserção no contexto local e regional e respectiva publicação, fornecerão certamente novos e interessantes dados.

Ocorrem também nestes dólmens gravuras e pinturas nos esteios, provavelmente coevas da construção do túmulo. Embora quase todas ainda permaneçam inéditas, conhecemos algumas cujos motivos representam seres antropomórficos, linhas quebradas e onduladas (gravadas ou pintadas a ocre ou em branco - Palmeira de Faro, Esposende), entre muitos outros, uma vez que grande parte dos sepulcros tem fornecido elementos gravados e/ou pintados. A inserção desta simbologia neste tipo de sepulcros pode traduzir o aparecimento de grupos mais prestigiados na liderança das comunidades litorais.

Alguns destes monumentos, de arquitectura evolucionada e de grandes dimensões, ocorrem implantados de forma isolada (Eireira, Barrosa), ao contrário do modelo mais comum, relativo a necrópoles situadas em chãs planálticas de interior.

Haverá um novo modelo de ocupação pelas "comunidades megalíticas" do litoral? Haverá uma valorização simbólica do espaço em torno dos sepulcros?

No referido contexto de *colonização* de novas terras férteis, estes imponentes sepulcros do litoral poderiam ser verdadeiros marcos territoriais. Se este modelo explicativo carece de

comprovação, poderá, no entanto, ser usado pelo menos na estratégia futura de investigação da região.

Contudo, desconhecem-se os povoados conectáveis com os sepulcros megalíticos desta fase (segunda metade do III milénio a.C.). Este desconhecimento deve-se, entre outras razões, à falta de prospecções; à ausência de projectos que relacionem o mundo funerário com o mundo dos vivos, ao facto de, muito possivelmente, serem compostos por construções perecíveis, de difícil detecção e, talvez, à sua destruição pela intensa prática agrícola e consequente antropização dos locais.

Em diversas regiões onde a investigação se encontra mais desenvolvida, parece existir, apesar da diversidade dos seus recursos naturais, uma ocupação sistemática, dada a "autêntica explosão populacional por parte de comunidades que habitavam povoados sedentários (de ar livre ou em gruta/abrigo sob rocha) com características bem individualizáveis" (JORGE 1990, 200). A consolidação do sistema agrícola manifesta-se através da intensa exploração de solos, cuja capacidade produtiva é reduzida. A diversidade de assentamentos conhecidos desta fase está relacionada com a grande variedade de sistemas de povoamento implantados em locais com características estratégicas próprias. Assim, existem povoados de altura, sem defesas (Vinha da Soutilha, Chaves) que coexistem com povoados de altura, com defesas naturais (Pastoria, S. Lourenço, Chaves, ou Castelo Velho, Vila Nova de Foz Côa) e com povoados de altura, fortificados com estruturas construídas (Castelo Velho, Fase II e Pastoria, Fase II) ou com povoados abertos de vale (Gândara, Esposende)

Os materiais detectados nestes povoados reflectem igualmente a existência de uma grande diversidade regional.

No norte de Portugal, através da detecção de fragmentos cerâmicos abundantemente decorados com formas e estilos relativamente homogéneos, conhecem-se alguns povoados pré-históricos, dispersos por todo o território (do litoral ao interior), destacando-se as estações da zona da serra da Penha (Guimarães) e, mais recentemente, o povoado da Sola, Braga (BETTENCOURT 2000).

A introdução da decoração metopada na cerâmica, em algumas regiões litorais e em Trás-os-Montes Ocidental, acentua a delimitação dos "territórios de semelhança estilística" conhecidos na fase anterior. O espólio revela ainda alguns materiais coevos de expressão supra-regional, resultado de relações existentes entre várias comunidades peninsulares, também revelador do desenvolvimento tecnológico e da complexificação social existente (JORGE 1990).

Ocorrem artefactos vários como "ídeos com cornos" em cerâmica, vasos com decoração oculada, objectos em cobre e, a partir do fim do III milénio e inícios do II, em alguns povoados, cerâmica campaniforme de estilo marítimo.

A adopção de alguns artefactos de estilo muito difundido pela Península e a construção de alguns povoados fortificados, como Castelo Velho, - ambas as situações com afinidades mediterrânicas - sugere a emergência de um novo tipo de elite, da segunda metade do III milénio, que exibem o seu poder, projectando-se através de objectos de ostentação e de arquitecturas domésticas de prestígio com filiação meridional (*idem*, 266).

A sua hegemonia não se explica apenas pela gestão das fontes de subsistência, mas pelo controle inter-regional da procura de objectos e matérias-primas ligadas às manifestações exteriores do seu poder. Nesta perspectiva, deve encarar-se o litoral e algumas vias de penetração importantes, como o rio Douro e seus afluentes, como eixos de comunicação fundamentais para a difusão de produtos, de grupos e de ideias.

Pela primeira vez, detectaram-se vasos decorados de tipo doméstico em contextos funerários megalíticos (antas de grandes dimensões, com corredor, como Eireira, Afife). Contudo, como geralmente sucede, também aqui se desconhecem os respectivos povoados.

Pode-se concluir então que, no fim do III milénio e começos do II a. C., o norte de Portugal passa por uma época decisiva no que diz respeito à complexificação social. A fortificação de alguns povoados, o desenvolvimento da metalurgia do cobre, a circulação de produtos campaniformes, são elementos que indiciam vastas transformações na estrutura social e na organização do poder destas comunidades.

Ao efectuarmos o balanço sobre a evolução do povoamento na Idade do Cobre em Portugal, constatamos que entre o sul, o Centro e o norte existem múltiplos pontos de distanciamento. Contudo, a um nível mais genérico e de acordo com propostas dos vários autores, observamos a existência de vários pontos de sintonia, relacionados com as mudanças ocorridas. Destacam-se:

- A ocupação sistemática de novas áreas;
- A progressiva sedentarização, relacionada com uma melhoria da rentabilização do sistema agro-pastoril;
- O progressivo desenvolvimento da hierarquização social e a constituição de alguns grupos sociais mais estáveis e poderosos;
- O incremento de intercâmbios de matérias-primas e objectos de prestígio;
- A formação de sistemas de interdependência a nível da macro escala que condicionaram a evolução de cada comunidade.

O cobre é o elemento novo e o elemento de união que circula entre múltiplos contextos. Muitas comunidades não produziam artefactos mas intercambiam o metal, sob a forma de matéria-prima ou de objectos. De resto, o contacto das populações com o cobre não define o seu grau de relação com o metal, nem o impacto social que o mesmo produzia no seio do grupo. Contudo, a sua presença em determinada comunidade define já mais uma etapa de evolução destas sociedades pré-históricas peninsulares.

No que diz respeito a este projecto, pelo facto de não se incluir no seu âmbito cronológico e nos respectivos objectivos, apenas se efectuou o levantamento dos abundantes monumentos megalíticos e estudou o espólio arqueológico associado, como a estela da Boulhosa e a estela-menir também desse local da freguesia de Insalde. Deste estudo daremos nota no capítulo III. Podemos, não obstante adiantar que não são conhecidas quaisquer referências bibliográficas a povoados calcolíticos nesta área da bacia superior do rio Coura, embora em finais de 2004, tenhamos encontrado em Montuzelo 1 (PVF 3) diversos fragmentos cujas características técnicas e morfológicas os inserem em grupos ceramológicos cronologicamente atribuíveis ao Calcolítico.

É provável que, num futuro próximo, façamos intervenções arqueológicas em algum dos monumentos megalíticos. Contudo, se continuarmos a desconhecer os seus povoados, não poderemos ter uma visão muito real - nem diferente de outros investigadores - do que seria a vida dos povos do Neolítico/Calcolítico.

2.1.2 A evolução do povoamento na Idade do Bronze do Noroeste

A partir de 1800/1700 a. C., assiste-se à substituição gradual dos túmulos megalíticos por sepulturas de inumação individual, com oferendas fundamentalmente compostas por armas de cobre e adornos de ouro, prata ou cobre. Simultaneamente, os povoados com vasos decorados, de tradição calcolítica, desaparecem do registo arqueológico. Entra-se no mundo do Bronze Antigo que parece representar, a todos os níveis, uma reorganização das estruturas sociais e simbólicas, particularmente no que diz respeito ao poder.

Desenvolvem-se mecanismos cada vez mais apertados de interacção social. Emergem verdadeiras "unidades sociopolíticas" regionais, em que os territórios, com uma forte identidade cultural e uma organização interna centralizada, passam a depender de um novo tipo de liderança. Essa liderança é assumida, no seio de cada comunidade, por um grupo restrito de indivíduos unidos por laços de sangue, sendo o poder e os privilégios transmitidos hereditariamente. Caminha-se para um poder cada vez mais centralizado, que no Bronze Final pode recorrer a fórmulas de heroicização (JORGE 1990).

2.1.2.1 O Bronze Inicial

Este período, cronologicamente situado entre cerca de 1800/1700 a.C. e cerca de 1500 a.C., começa a dispor no norte de Portugal, de alguns estudos baseados em escavações (JORGE 1986), que conduzem a uma primeira interpretação cultural.

Reafirma-se a importância crescente do fenómeno campaniforme tardio nesta região, ocorrendo cerâmicas de tipo Palmela/Ciempouzelos, associadas ou não ao tipo marítimo e a estilos locais, quer isoladamente, quer acompanhadas por artefactos metálicos campaniformes.

Nesta fase, na Serra da Aboboreira, a antiga dissociação entre espaço habitado e sepulcral parece ter desaparecido.

Ocorrem igualmente, em diversos contextos sepulcrais, artefactos metálicos de âmbito campaniforme ou com afinidades atlânticas, mas não se detecta a cerâmica campaniforme clássica. Estes contextos são geralmente integrados no grupo conhecido por "Montelavar", embora não se deva agrupar num todo essa realidade tão diversa, dado que os tipos de tumulação são muito heterogéneos (RUIZ-GÁLVEZ PRIEGO 1979).

Paralelamente aos monumentos megalíticos, existe um tipo de sepulcros de inumação individual que possuem espólio muito pobre e deixam transparecer um fundo tradicional. Temos, neste caso, as câmaras cistóides ou cistas sob *tumulus* ou sem mamoa, como a de Anha (Viana do Castelo). São sepulcros que indicam "profundas transformações na organização social de algumas comunidades [e] terão sido contemporâneos, pelo menos numa primeira etapa da Bronze Inicial, do

fim do processo em que se inserem os contextos habitacionais (e sepulcrais?) de tradição calcolítica com cerâmicas decoradas" (*idem*, 222).

Independentemente da provável sobrevivência da arte esquemática em abrigos pintados ou rochas insculturadas (com origem no Neolítico Final), surge um novo tipo de arte rupestre, afecto ao noroeste peninsular, que se desenvolve por toda a Idade do Bronze. Trata-se dos "santuários" de ar livre constituídos por rochas gravadas, em grande parte integráveis no grupo galaico-português, definido por Sobriño Lorenzo Ruza (1985) e muitos outros autores, e discutido por V. O. Jorge (1986; 1987) e A. M. Baptista (1986).

Em suma, o quadro cultural do norte de Portugal exprime-se, por uma heterogeneidade de contextos e pelo aparecimento de uma nova realidade social em que se dá a ascensão de lideranças mais estáveis. Por outro lado, a circulação de objectos metálicos (em cobre, prata e ouro) revela uma nova escala de interacção de âmbito atlântico (JORGE 1990, 224).

Para finalizar, e em relação a esta fase da Proto-História portuguesa, podemos destacar os regionalismos e as assimetrias de desenvolvimento cultural que se caracterizam, *grosso modo*, pela coexistência de contextos habitacionais e sepulcrais tradicionais a que se contrapõem outros grupos inovadores que introduzem os enterramentos individuais, com espólio sobretudo relacionado com armas, jóias e adornos de metal (cobre, ouro e prata) e "depósitos", embora sejam ainda muito poucos, sendo de referir o nível IIa do povoado da Sola, Braga (BETTENCOURT 2000, 49).

A uniformidade desta fase, no dizer de Susana O. Jorge (1980), ocorre em termos de organização social, pelo surgimento de pequenos "chefados" que dependem da sua inserção em certos mecanismos alargados de interacção social. Estes mecanismos reflectem-se na uniformidade do espólio de "elite", como sejam os espólios funerários e os "depósitos" e "tesouros".

Contudo, são necessários ainda muitos estudos para comprovar esta realidade e conhecer as trajectórias de evolução de cada região.

2.1.2.2 O Bronze Médio

Este período que decorre entre c. de 1500 e c. de 1200 a.C. encontra-se muito omissos em informações, estando pouco conhecido sobretudo no norte, embora seja uma fase importante para esta zona, na medida que aqui se terão fabricado, pela primeira vez, artefactos em bronze (CARDOSO 2000), renunciando já as características do Bronze Final.

Com excepção do Alentejo e Algarve onde se desenvolve um contexto cultural individual de influência mediterrânica, em todo o resto de Portugal os testemunhos arqueológicos são poucos, quer em relação a sepulcros, como aos povoados e aos "depósitos" e "tesouros" que se tornam frequentes nesta fase. Se os dois primeiros são de muito difícil identificação e de que temos exemplos na fase IIb do povoado da Sola (BETTENCOURT 2000), os segundos são conhecidos apenas por achados avulsos, descontextualizados, que sugerem a hipótese de um novo tipo de poder que se encontra por definir.

Assim, esta etapa tem sido assimilada à anterior por alguns autores (RUIZ-GÁLVEZ PRIEGO 1984; COFFYN 1985). S. O. Jorge (1990) pensa, pelo contrário, que, esta fase, possui uma grande

singularidade, testemunhada na emergência de uma nova ordem social, inovadora, onde se criaram as bases para a formação das sociedades complexas do Bronze Final.

No norte, assim como nas Beiras e parte da Estremadura, ocorrem alguns artefactos metálicos (machados planos e outros de "tipo Bojões-Barcelos") bem como *tesouros* e *depósitos* com grandes afinidades morfológicas atlânticas, existindo entre eles objectos em bronze (MONTEAGUDO 1977) que apontam para alterações tecnológicas (a utilização da liga de bronze) e provável controlo, no norte e Centro, de "circuitos simultâneos de procura e distribuição do cobre e estanho, o que pressupõe uma estrutura de relações supra-regionais (...) mais complexas do que as dos inícios do II milénio a.C." (JORGE 1990, 229).

Ao contrário do Alentejo e Algarve, esta inovação tecnológica não é paralela a uma renovação das estruturas sepulcrais, pelo que se continua a utilizar os monumentos megalíticos como, por exemplo, na Beira Alta.

Estamos, pois, perante duas realidades provocadas não apenas por influências diversas (sul: mediterrânico; norte-centro: atlântico) mas por estímulos naturais diferentes: a "descoberta" do estanho pelos povos do norte e centro.

Perante estes factos, S. O. Jorge (*id.*, *ib.*) avança um novo modelo explicativo, semelhante ao Bronze Médio Bretão (BRIARD 1984) que se traduziu por uma mudança da simbologia funerária. Ou seja, a simbologia de poder do "chefe" terá passado da exuberância dos túmulos, para a riqueza armazenada nos "depósitos" metálicos. Este fenómeno explicaria, no registo arqueológico, a ausência de sepulcros desta fase.

A liderança de algumas comunidades do norte e beiras poderia também ter-se consolidado na manutenção e ampliação dos santuários de ar livre galaico-portugueses já referidos. O carácter abstracto desta arte "atlântica" e o seu forte simbolismo adequa-se ao aumento da complexidade social, gerado no âmbito de uma renovação e expansão dos circuitos de troca de artefactos metálicos, à escala peninsular e extra peninsular (JORGE 1990, 230). Este modelo aproximaria mais, em termos simbólicos e sociais, as populações do norte e centro, deste período, das do Bronze Final, pelo menos em algumas regiões.

Paralelamente, ocorrem vastas transformações na paisagem, resultantes de uma desflorestação acentuada, devido ao desenvolvimento da pastorícia. Este fenómeno resultará da sedentarização da população que também levou a uma especialização da agricultura (CARDOSO 2000), como indicam os dados da paleobotânica, embora os povoados desta época sejam praticamente desconhecidos. São enquadráveis nestas cronologias os povoados da Sola (fase IIb, Braga), de Castelo Velho (fase III, Vila Nova de Foz Côa), da Bouça do Frade (fases I e II, Baião), e o de Castelo de Fraião (Valença) e do Monte Padrão (Santo Tirso).

2.1.2.3 O Bronze Final

Esta fase da Proto-História que, segundo alguns autores, emerge nos finais do II milénio e inícios do I a.C. (cerca de 1250 e de 700 a.C.), é muito abundante em materiais arqueológicos. Apesar de ocorrerem geralmente descontextualizados, são indicadores dos intercâmbios entre a região atlântica, a bacia do Mediterrâneo e, numa fase terminal, a Europa Central.

Aparentemente, o desenvolvimento desta época e a sua generalização à escala europeia têm, como elementos geradores, as jazidas de cobre e estanho de que a Península Ibérica seria abundante, bem como a existência de uma sociedade muito hierarquizada (JORGE 1990).

Contudo, há uma grande necessidade de aprofundar os poucos estudos feitos à escala regional, no sentido de compreender a especificidade de cada região e então tentar compreender as possíveis unidades que permitam estabelecer o esboço cultural da Península e do actual Portugal, nesta época.

Podemos, pois, dizer que o Bronze Final em Portugal é pouco conhecido, uma vez que os estudos elaborados até aqui se baseavam sobretudo na análise formática, posteriormente também metalográfica, dos machados e outros materiais de bronze. Estudo esse, como referimos, descontextualizado e, por isso, pouco revelador dos povoados, necrópoles e, das comunidades que os fabricaram e que persistem em continuar bastante "silenciosas".

Com base nestes achados, estabeleceram-se as mais variadas cronologias, desde a de P. Bosch Gimpera (1932) à de M. Santa Ollala (1946), que dividem a Idade do Bronze Peninsular em duas grandes áreas culturais de desenvolvimento: o Bronze Atlântico e o Bronze Mediterrânico. Esta terminologia foi muito utilizada, nomeadamente para os achados detectados na zona litoral da Península (KALB 1979; 1980; 1980a; RUÍZ-GALVEZ PRIEGO 1984; COFFYN 1985), marcando a investigação até aos anos oitenta e mesmo posteriores (BLASCO 1993).

H. Savory (1949; 1951) e E. Mac White (1951), embora seguindo o esquema dicotómico de Santa-Ollala, afinaram as cronologias, tendo o mérito de elaborar um estudo tipológico dos machados. Mac White apresenta um modelo explicativo baseado em correntes difusionistas, acerca da introdução deste tipo de achado na Península, segundo o qual terá vindo por França, pela região cantábrica, passando posteriormente pela Catalunha e chegando, desta forma, à Península.

Os trabalhos de síntese sobre a Idade do Bronze centraram-se, sobretudo, nas obras de J. V. Evans (1951), C. Hawkes (1952), E. Mac White (1951), A. Coffyn (1985), Ruíz-Galvez Priego (1980), Susana Jorge (1986; 1990), Ana Bettencourt (1998; 2000) e João Luís Cardoso (2000), tendo conseqüentemente sido editadas diversas cronologias e modelos interpretativos resultantes das diversas opiniões destes e de outros investigadores.

Diversos autores, pela premência do conhecimento do contexto em que estas peças de bronze se encontravam inseridas, tentaram articular o seu estudo com outros materiais, nomeadamente com a cerâmica de "tipo Penha" (sabe-se hoje que erradamente), de "tipo Baiões e Santa Luzia" e com a "Cultura de Alpiarça", como é o caso de F. Kalb (1980a).

Esta orientação dos trabalhos é incentivada também pela obra de L. Monteagudo (1977, 1981) e pelos trabalhos de A. Coffyn (1985) sobre o Bronze Final Atlântico. Este último, estabelece para o período uma cronologia situada entre 900-700 a.C., fase na qual se terá verificado um florescimento na metalurgia do bronze do noroeste e documentado os contactos atlânticos (ALMAGRO GORBEA 1986).

Continuando o percurso, podemos referir alguns estudos que se distribuem por diversas áreas do actual território português e que nos elucidam sobre as várias perspectivas da investigação sobre a Idade Bronze, sobretudo na sua parte final.

Phylline Kalb (1980) subdivide a fachada atlântica portuguesa em três subáreas artefactuais: o Alentejo e Algarve, área de produção de cobre; as Beiras e o norte, zona de produção de estanho; e a Estremadura, área de "comércio", onde confluem e se difundem vários produtos elaborados nas áreas referidas anteriormente, mas também em outras regiões peninsulares e extra peninsulares, como resultado da localização estratégica desta zona e do controlo que exercia na via fluvial do Baixo Tejo.

Ao que parece, conclui pela existência de uma preferência regional por certos objectos metálicos. Assim, nas Beiras e norte predominam os machados de talão, e na Estremadura os de alvado. Contudo, em todo o território português circulam objectos utilitários e de ourivesaria com afinidades formáticas.

Em termos de tipologia de povoamento, ocorrem, nesta fase, em algumas zonas da Beira Baixa, povoados de altura, uns com condições naturais de defesa, outros fortificados (SENNA-MARTINEZ 1983-84; KALB 1979).

O que assemelha entre si estes povoados são os materiais exumados, como os vasos e as cerâmicas brunidas e carenadas, típicos do Baixo Tejo, Alentejo e norte, mas que aqui assumem formas decorativas autóctones, designadas de "tipo Baiões/Santa Luzia". Esta cerâmica aparece muitas vezes associada a artefactos metálicos, sendo o mais famoso o "depósito" do povoado de Nossa Senhora da Guia, em Viseu, que não apresenta sinais de utilização (SILVA *et alii* 1984; SILVA 1986).

A importância deste conjunto, encontrado no interior de um recinto habitado, segundo Almagro-Gorbea (1986), é o de para além de provar a prática de uma importante metalurgia num povoado com cerâmica brunida, revelar a penetração de comportamentos simbólicos e rituais mediterrânicos no seio de comunidades situadas na fachada atlântica peninsular, cronologicamente ainda durante o Bronze Final III (900/700 a.C.).

Contudo, este povoado, como os seus semelhantes de todo o centro e norte, possui uma arquitectura muito incipiente que contrasta com a aparente complexidade social destas sociedades, que se integrariam em redes de "comércio" à escala europeia (JORGE 1990). De facto, o urbanismo ou proto-urbanismo, se exceptuarmos raras zonas como o sudeste espanhol, só se imporá numa fase adiantada da Idade do Ferro e até, em algumas zonas, sob o domínio romano.

Os objectos metálicos desta época são normalmente encontrados em contextos muito diversificados, como povoados de tipologia diversa, grutas, túmulos, depósitos fluviais e terrestres, eventuais santuários, ou até na iconografia das estelas do sudoeste e centro-oeste ou nas estátuas-menires do noroeste. A tal variedade contextual tem correspondido, obviamente, uma grande diversidade de modelos interpretativos.

Infelizmente, a historiografia sobre o Bronze Final, designado por muitos de Bronze Atlântico, tem sido muito semelhante nos quarenta anos posteriores aos trabalhos de MacWhite (1951), subsistindo diversos problemas, entre os quais o facto de não ter sido definido o contexto cultural dos variados depósitos e achados isolados de peças de bronze, - no fundo os principais elementos caracterizadores desta fase.

O Colóquio realizado em 1995, em Lisboa, centrado no tema "Existe uma Idade do Bronze Atlântico?" e publicado em 1998, em edição electrónica, pelo Instituto Português de Arqueologia, teve como mérito revelar os resultados, do debate que se havia já iniciado e que questionava o próprio conceito de Bronze Atlântico, criado por M. Santa Ollala (1938-41) com base em critérios tipológicos.

A maioria dos autores considera o Bronze Atlântico peninsular como um fenómeno cronologicamente atribuível aos finais da Idade do Bronze, cuja área de implantação é o norte, noroeste, centro-oeste e o sudoeste da Península Ibérica. Nesta região o conceito tem sido utilizado para definir "uma identidade cronotipológica e cronotecnológica, com produções metalúrgicas de filiação preferencialmente atlântica, sem exclusão das influências continentais e mediterrâneas. Além das semelhanças artefactuais estas regiões estariam ligadas pela posição oceânica, pela riqueza em jazidas minerais e pela ausência de povoados e de contextos tumulares." (BETTENCOURT 1998, 23).

Uma outra alteração fundamental na evolução dos estudos dos artefactos de bronze foi a realização de análises metalográficas (SILVA 1986), que pretenderam precisar não só o tipo de mineral e a sua percentagem na composição das peças, como também localizar os seus centros de produção.

As análises de machados de talão e alvado revelaram a utilização de altas percentagens de chumbo (RUÍZ-GALVEZ PRIEGO 1980; 1984a), o que concede a estas peças uma grande fragilidade. Esta descoberta vem corroborar a ideia de vários autores, segundo a qual estes machados teriam escassa aplicação prática em termos laborais, servindo antes como "moeda de troca" ou até como objectos de prestígio.

Recentemente, Ana Bettencourt (2001) estudou diversos achados de bronze provenientes de estações de Entre Douro e Minho, tentando afinar as respectivas cronologias, sobretudo as relativas aos objectos referentes ao Bronze Médio, ao Bronze Final e à transição para a Idade do Ferro e Ferro Inicial. Este estudo baseou-se em diversas premissas: o estudo formático, o estudo do contexto de achamento, as evidências da origem local do fabrico, as técnicas de fabrico e os resultados de vinte análises metalográficas.

Em relação aos objectos atribuídos cronologicamente ao Bronze Médio, considera que devem ter coexistido com objectos de bronze e cobre, cuja tecnologia também se manteria. O bronze seria quase exclusivamente utilizado para a elaboração de machado planos, com um carácter simbólico, enquanto os objectos de cobre andariam associados a contextos essencialmente funerários.

A liga de bronze utilizada nesta época, sobretudo numa fase inicial, apresenta má qualidade, continuando a ser ainda utilizado o arsénio, usado normalmente nos objectos de cobre. Numa fase mais adiantada, a qualidade melhora significativamente, embora persistam alguns objectos que por possuírem grande quantidade de estanho, são muito quebradiços. No entanto, "parece irrefutável (...) que a metalurgia do bronze foi conhecida durante grande parte do Bronze Médio" (*idem*, 35), como já referimos, ao contrário do que tem sido defendido por outros autores, designadamente Senna Martinez (1989), Mohen (1980) ou Raquel Vilaça (1995; 1997).

Os artefactos atribuídos ao Bronze Final, revelaram uma composição binária de cobre e estanho, com grande quantidade do segundo metal, resultante de alterações tecnológicas que segundo a autora, são indicadoras de transformações económicas, sociais e ideológicas.

Na fase de transição entre a Idade do Bronze e a do Ferro as ligas apresentam-se ternárias cobre, estanho e chumbo, - verificando-se, assim, a adição de chumbo, factor indicativo de grande qualidade técnica.

Segundo A. Pereira Dinis, as "ligas ternárias, com percentagens de cobre rondando os 60%, de estanho à volta de 10% e de chumbo pelos 20%, são uma das características dos artefactos de bronze do Bronze Final III em Portugal" (1993-94, 196).

Já no Ferro Inicial, embora as ligas continuem a ser ternárias, o teor de chumbo é muito variável, dependendo da funcionalidade dos objectos.

Uma das novidades deste estudo é a de ter incluído no Ferro Inicial a maioria dos machados de talão de dois anéis, genericamente atribuíveis ao Bronze Final (como os encontrados na bacia superior do rio Coura).

Para o norte de Portugal, Susana O. Jorge (1988) estabeleceu também uma cronologia para esta fase, que divide em duas etapas distintas: a primeira entre cerca de 1250 e 1100 a.C. e a segunda entre cerca de 1000/900 e 700 a.C..

Esta autora caracteriza a primeira etapa pela existência de uma crescente produção e circulação de objectos de bronze, com manifestação, em alguns artefactos, de uma leve influência mediterrânica.

Paralelamente, existiria uma grande transformação dos sistemas de subsistência, atingindo-se uma inequívoca especialização agro-pastoril, através de uma tecnologia sofisticada, com uso de animais de tiro. Essa intensificação económica permitiria a auto-suficiência de toda a comunidade, condição indispensável para a consolidação do sistema social hierarquizado, e do sistema de organização habitacional - elementos comprovados pela escavação do povoado da Bouça do Frade, em Baião, intervencionado por esta autora (JORGE 1988). Este povoado, cujas estruturas são compostas apenas por fossas, buracos de poste e lareiras, teria uma função habitacional, pelo que abundam os vasos de provisões, transporte e uso culinário, além de moinhos manuais, lareiras e buracos de poste de estruturas em madeira, com variada funcionalidade. Não possuía especiais condições naturais de defesa. Existiriam provavelmente áreas de habitação, outras com estruturas de armazenamento, redil de animais ou outras funções, ligadas a actividades domésticas (*idem*, 60).

Associada a este povoado, Susana Jorge escavou igualmente a necrópole do Tapada da Caldeira (JORGE 1980), com sepulturas abertas no saibro. Em face dos dados fornecidos pela escavação de uma sepultura infantil, a autora coloca a hipótese da transmissão hereditária de um estatuto social superior no seio da comunidade nos séculos XIII-XII a. C.. Esta constatação, aliada à intensificação económica, sugere que a posse e transmissão da terra era a base fundamental de sustentação da estabilidade de novas elites.

Este contexto leva-a a concluir que, nesta primeira etapa, especialmente no norte (Minho e Douro Litoral), terão emergido, correlacionados com povoados de vocação agro-pastoril, necrópoles

de sepulturas planas, de inumação individual (abertas no saibro ou em cistas), contendo um ou mais vasos cerâmicos, entre os quais taças de "largo bordo horizontal".

Igualmente nesta primeira fase, ao contrário da seguinte, não parecem existir indícios de forte competição social.

No segundo período, é notória a maior quantidade de produção e circulação de objectos metálicos, inclusivamente de ourivesaria, muitos deles de fabrico local, segundo modelos alógenos, provavelmente de influência mediterrânea (ALMAGRO-GORBEA 1986).

Paralelamente aos tipos de habitat e necrópoles referidos para a primeira fase, que continuam a ser utilizados, surgem os primeiros povoados de altura, com defesas naturais e artificiais, onde ocorrem objectos metálicos e cerâmicas brunidas reveladores de maior prestígio (JORGE 1988; MARTINS, 1990). Nestes é também mais notório o eventual sistema hierarquizado de povoamento, bem como o aparecimento de "povoados centrais" que gerem a produção e circulação metálicas e a redistribuição de produtos de consumo.

Neste modelo de povoamento, os povoados abertos, com fossas, poderiam funcionar como "celeiros" da comunidade e estar interligados com os povoados de altitude. Esta localização, bem como as fortificações, seriam justificadas pela necessidade de gestão da produção e circulação à distância do metal, defendendo-se também mais facilmente face a possíveis agressões que a eventual competição provocaria.

Este contexto social levará a desigualdades e assimetrias e à ascensão de certos chefes que, por sua vez, se revelam na elaboração de algumas estátuas-menires, como as de Chaves, Ermida, Bouça e, entre outras, a da Boulhosa (Paredes de Coura) – embora esta, em termos contextuais, se enquadre numa cronologia calcolítica.

Estas estátuas, não obstante a tipologia diversa que apresentam, seriam representações com carácter antropomórfico, relativas a personagens com estatuto superior, glorificadas na sua função de comando, sendo a sua figura, possivelmente, divinizada e heroificada. Desta forma mantinha-se viva a memória do "chefe" no seio da comunidade que honrava.

Fazendo o balanço ao tipo de enfoque com que os estudos apresentados foram feitos, podemos concluir, grosso modo, que perpassam por esta análise três tipos de modelos explicativos da época aqui estudada.

No primeiro modelo, autores - como Susana Oliveira Jorge - explicam as inovações e mudanças através de causas económicas, que se reflectem obviamente em transformações sociais. Inovações e mudanças essas que, podendo embora ser influenciadas por elementos alógenos, acontecem por uma "criatividade" autóctone que, através dos tempos e por vários tipos de estímulos, sobretudo de carácter natural, ou seja, ditados pelo ecossistema em que estão situados, vão desenvolvendo as formas de vida, a cultura em que estão inseridos, "lutando" ou coexistindo contra o tradicional conservadorismo.

Num segundo modelo, e ao contrário do argumentado por esta autora, outros investigadores defendem que as referidas mudanças, abundantes nesta época, se processaram como consequência do *habitual* difusionismo que Susana Jorge tenta genericamente refutar.

Por último, num terceiro modelo, incluem-se aqueles que procuram uma solução de compromisso entre os dois tipos de modelos explicativos da evolução do povoamento nesta época.

Os estudos mais recentes terão levado diversos investigadores a abandonar as suas anteriores perspectivas difusionistas e a adoptarem um conjunto de pressupostos da Arqueologia Social. É o caso de Marisa Ruiz-Galvez Priego (1993), que procura uma "identidade" de natureza socio-política e simbólico-ritual para o Bronze Final do noroeste Peninsular e para os elementos metálicos encontrados em vários povoados do Bronze Final.

Esta postura abriu novas perspectivas de interpretação para o Bronze Atlântico, que levaram a alguns exageros, como Gómez de Soto, que chega mesmo a defender "uma forma arcaica de integração europeia" (SOTO 1993, 196), parecendo querer criar uma unidade/identidade europeia com raízes na Idade do Bronze.

M. Ruiz-Gálvez Priego (1995a) aplicou igualmente à Idade do Bronze peninsular o modelo de "Economia - Mundo", defendendo que os contextos onde os artefactos se encontram diferem de região para região, pelo que os seus significados e os rituais em que se inserem devem ser também diversos. Defende ainda que a associação de objectos de influência ocidental ou oriental representam essencialmente fenómenos de "emulação" e não de "aculturação" ou "imitação". Neste contexto, os diversos artefactos "são manipulados e adaptados à linguagem local e aos conceitos próprios de poder" (1995a, 154).

A pretensa unidade sócio-simbólica encontrada através da metalurgia não é, pois, válida. De facto, investigar a Idade do Bronze, como qualquer outra época, apenas faz sentido quando a pesquisa se processar à escala regional, com uma inventariação sistemática e um estudo profícuo dos locais habitados. Locais estes que são unidades com interesses económicos, ideológicos, sociais e "políticos", inseridos num contexto regional e supra-regional.

É também premente o abandono dos estudos isolados de cada povoado, necrópole, ou de qualquer estação arqueológica sem que se faça a sua inserção na realidade abrangente, caracterizadora da sua identidade cultural, assim como não se deverá optar pela aceitação de estudos e generalizações efectuados com base em mapas de distribuição de objectos ou estações.

Nos finais dos anos 80 e na década de noventa do século XX, foram escavados e dados a conhecer alguns povoados - como Castelo de Matos, S. Julião, Barbudo, Bouça do Frade -, que se associam a outros já conhecidos, como Penha, Santa Luzia e Senhora da Guia, e que permitiram aos diversos autores caracterizar o tipo de povoamento desta época. Assim, os povoados são agrupados em dois grupos: o primeiro, inclui os povoados de altura, com estruturas circulares e ovais, constituídas por alicerces em pedra, a que se sobrepõem paredes construídas com postes e barro, cuja estação mais emblemática é a da Senhora da Guia (Baiões); o segundo grupo é composto pelos povoados de vale do tipo Bouça do Frade, Monte Calvo e Lavra, cujos elementos caracterizadores são as fossas no saibro ou silos subterrâneos de armazenamento.

Este modelo é defendido também por Susana Jorge (1988), que considera que os povoados de altura exerciam uma função de controlo e comercialização de produção metalúrgica, estabelecendo contactos à distância. Os povoados de vale seriam - na mesma perspectiva - centros de

armazenamento de cereais com abundantes excedentes agrícolas, que resultam numa intensificação agrária e numa hierarquização social.

Manuela Martins (1990) considera igualmente que os povoados de altura desenvolveram uma economia baseada no controle do metal associada a uma concentração do poder, de forma a evitar a desintegração social. Quanto às comunidades de planície pensa que sobrevivem graças a uma economia de subsistência, auto-suficiente.

Em 1992, as duas autoras publicam um artigo em que reiteram estas ideias, estabelecendo uma cronologia e criando uma proposta de evolução cultural, segundo a qual os povoados de vale são caracterizadores de uma primeira fase do Bronze Final, balizada entre 1250 e 1000/950 a.C., e os povoados de altura, caracterizadores do segundo período, cronologicamente situado entre 1000/900 e 700 a.C. Estes estariam sobretudo vocacionados para o comércio atlântico e mediterrânico e seriam geradores de uma sociedade mais hierarquizada, que possuía abundantes peças metálicas, inclusivamente peças de ourivesaria. Atribuem, as referidas autoras, a esta época a elaboração da maioria das estátuas-menir do norte de Portugal.

Em 1997, Susana Oliveira Jorge reaprecia o modelo anteriormente proposto, considerando-o "uma passado pobre" que alimenta uma história frouxa, uma vez que é baseado em investigações a que faltam muitos elementos, pelo que o conhecimento sobre esta época continua a ser muito superficial.

Os mais recentes trabalhos - um deles ainda não publicado - de Ana Bettencourt (2004a, 25-40 e 2004b, no prelo), apesar de procurarem caracterizar pormenorizadamente estas épocas, separando o Bronze Final dos elementos caracterizadores do Ferro Inicial e criando uma extensa fase de transição entre as duas épocas, não consegue explicar o porquê da existência, na perspectiva de diversos investigadores, de uma sociedade diferente da anterior que se convencionou designar de Cultura Castreja. A falta de conhecimentos deste período é justificada, segundo a autora, pela ausência de projectos de investigação nesta área, embora considere que existem "largas dezenas de jazidas da Idade do Bronze no norte de Portugal (...) pelo menos, cerca de 30 povoados inseríveis no Bronze Final, a par de muitas outras jazidas da Idade do Bronze, mas de cronologia e classificação mais incerta" (BETTENCOURT 2004b, no prelo).

Em termos cronológicos, considera que o Bronze Final não termina no século VII mas se prolonga pela larga fase de transição entre esta época e a Idade do Ferro Inicial, que dura até à primeira metade do séc. IV a.C., embora se manifeste de "forma assimétrica entre o litoral e o interior". Baseia o seu estudo na caracterização dos povoados de Santa Marta da Falperra e de Penices, na bacia do Ave, de S. Julião, na bacia do Cávado, de Santo Estevão da Facha, na bacia do Lima, e do Coto da Pena, na bacia do Minho, de Vasconcelos, entre o Ave e o Cavado, e de S. João de Rei I, na bacia do Cávado.

Considera, a mesma autora, que no Ferro Inicial existe um reordenamento da ocupação do espaço, coexistindo povoados em remates de esporões ou nas vertentes (sempre com boa visibilidade), com povoados de vale. Seriam amuralhados, "independentemente das suas estruturas internas, serem em pedra ou em materiais perecíveis".

O sistema agro-silvo-pastoril intensificou-se, permanecendo a metalurgia do bronze, uma vez que a do ferro ainda era desconhecida, embora circulassem objectos deste metal, através de intercâmbios supra-regionais.

Outras alterações ocorrem a nível das vasilhas cerâmicas, mantendo-se o fabrico manual e as cozeduras redutoras. Desaparecem algumas formas do Bronze Final e aumentam outras, "revelando profundas alterações nos hábitos de cozinha". Em termos decorativos, aumenta o uso da estampilha, combinado com motivos incisos.

Todas estas alterações "representativas de mudanças ideológicas, políticas e socio-económicas, face aos finais da Idade do Bronze, permitem-nos admitir estarmos perante uma nova etapa cronológico-cultural (...). Deste modo, a fase de transição Bronze/Ferro torna-se especialmente importante porque traduz um período de vários séculos que permitirá perceber melhor qual a relação das comunidades do Bronze Final com as do Ferro Inicial." (BETTENCOURT 2004b, no prelo).

Apesar do consenso de que as origens da Cultura Castreja devem ser procuradas no Bronze Final, este problema encontra-se ainda por resolver, não só devido à referida descontextualização de muitos achados mas também, muito provavelmente, porque durante muitos anos se defendeu que os locais de ocupação dos povoados abertos da Idade do Bronze no noroeste foram os mesmos eleitos para a implantação dos povoados fortificados na Idade do Ferro, mesmo que com descontinuidade de ocupação, o que não provocou a procura desses assentamentos em outros locais. Alterações pós-deposicionais transformaram igualmente a estratigrafia dos níveis atribuídos ao Bronze Final.

Nesta tentativa de encontrar a continuidade, sobretudo no noroeste, entre a fase final da Idade do Bronze e a Idade do Ferro, caracterizada pela existência da Cultura Castreja, M. Dolores Fernández-Posse (1998) considera que essa continuidade se pode estabelecer através do "grupo cultural Baiões/Santa Luzia", uma vez que a cerâmica incisa, metopada na tradição da cerâmica do "tipo Penha", tida quase como um fosse director desta época, deixou de o ser, dado ter-se provado ser bastante mais antiga, calcolítica, o que criou, sob este prisma, um vazio cerâmico (*id.*, *ib.*).

Concluiremos, com as palavras de João Luís Cardoso: é nesta conjuntura, na região de Entre Douro e Minho, "florescente e estabilizada desde o Bronze Pleno", alicerçada numa economia agro-pastoril a que o povoamento do Bronze Final deu, aparentemente, continuidade "que teve início, no Bronze Final a Cultura Castreja " (CARDOSO 2000, 351). Falta saber como e porquê.

2.2 A IDADE DO FERRO

2.2.1 Historiografia da Investigação da Idade do Ferro do Noroeste Peninsular

Os estudos da Idade do Ferro do Noroeste Peninsular estão bastante mais desenvolvidos e são mais antigos do que os estudos relativos à Idade do Bronze, embora se confundam com a investigação dos povoados fortificados, geralmente designados castros, citânias ou cidades.

Não pretendemos apresentar aqui o historial minucioso desses estudos, por extenso e desnecessário que seria, dado que outros já o fizeram. Apenas destacaremos os mais importantes, sem o contributo dos quais o conhecimento que agora possuímos não seria uma realidade.

Em diversos autores da antiguidade clássica, tanto gregos como latinos, encontramos referências aos povos do noroeste peninsular, algumas vezes de forma generalizada, outras de maneira mais concreta. Em relação à Galiza, esses textos foram reproduzidos parcialmente e comentados em obra, onde também se pode consultar diversa bibliografia antiga (ROMERO MASIÁ e POSE MESURA 1988).

Entre os autores clássicos que nos forneceram elementos mais pormenorizados sobre os povos da Idade do Ferro, refira-se Plínio, que visitou a Hispânia, descrevendo os *conventus* jurídicos, o seu número de habitantes, os povos e os seus costumes, as explorações auríferas, entre outros elementos.

Outro autor de referência é Estrabão, que apesar de nunca ter estado na Península Ibérica, baseou os seus escritos do famoso *Livro III da Geografia* em autores anteriores e em relatos de contemporâneos. Nesta publicação, que deve ser lida de forma crítica, descreve os povos do noroeste peninsular, referindo-se aos seus usos e costumes.

Deixando os autores clássicos – outros haveria a mencionar –, e dedicando-nos apenas à historiografia castreja de finais do século XIX, do século XX e de inícios do XXI, temos uma vasta bibliografia portuguesa e espanhola, sobretudo galega, que se dedicou largamente e através dos tempos a diversos assuntos relacionados com a "Cultura Castreja".

Tanto em Portugal como em Espanha, apesar da existência de diversas publicações, não existe uma obra sobre a historiografia desta época, embora existam diversos autores que tenham escrito artigos ou capítulos de livros sobre o tema (LE MOS 1985; SILVA 1986; MARTINS 1990, SILVA 1996; TABOADA CHIVITE 1973; ACUÑA CASTROVIEJO 1991 e 1996; CALO LOURIDO 1993).

Em Portugal há a destacar, entre os autores pioneiros, Francisco Martins Sarmiento, que se dedicou sobretudo aos estudos da Citânia de Briteiros e do Castro de Sabroso, com uma extensa bibliografia compilada em obras como os *Dispersos* (1933), F. A. Pereira (1933; 1938-1941) e Abel Viana (1926a; 1926b; 1930; 1932), que se dedicaram, sobretudo, ao estudo de castros alto-minhotos.

Aos trabalhos destes pioneiros segue-se a continuação dos estudos em Briteiros, através de Mário Cardoso (1937; 1938; 1946; 1952; 1953; 1959; 1962; 1980), e as investigações na Citânia de Sanfins, com Afonso do Paço, em diversos castros transmontanos, com especial destaque para o de Carvalhelhos, com Joaquim dos Santos Júnior.

Tal como os primeiros, também este grupo de investigadores travou relações de intercâmbio de ideias com os homónimos galegos, o que levou, posteriormente, à organização de reuniões periódicas nos dois países, de que se destacam os *Seminários de Arqueologia do Noroeste Peninsular*, organizações onde se davam a conhecer as novidades arqueológicas e se trocavam experiências e conhecimentos.

Contudo, só nos últimos vinte anos do século XX foi possível avançar significativamente no conhecimento da cultura castreja do noroeste peninsular. Para isso contribuíram os trabalhos de Hawkes, através dos estudos estratigráficos efectuados em diversos castros do norte (HAWKES 1984). Elaboraram-se também diversos trabalhos sobre ourivesaria, escultura e decoração arquitectónica castreja, clarificando-se problemas até aí existentes. Resolveram-se as dúvidas sobre

a funcionalidade dos monumentos com forno e "pedra formosa". O estudo da cerâmica foi sistematizado nas obras de C. A. Almeida (1974), que considera a existência de quatro estilos (A a D), estabelecendo uma sequência cronológica e uma hipótese de tipologia baseada na forma, e J. Rey Castiñeiras (1982; 1983; 1986-87) que estabelece outra tipologia e outra evolução cronológica.

As últimas gerações de arqueólogos portugueses preocuparam-se essencialmente com o estudo evolutivo dos povoados. De entre as diversas obras publicadas destacam-se as de Carlos A. Almeida (1983; 1984), Armando C. Silva (1983-84; 1986; 1990) e o trabalho de Jorge Alarcão (1992).

É, em suma, graças aos trabalhos de investigação de Carlos Alberto Ferreira de Almeida, infelizmente já desaparecido, Armando Coelho Ferreira da Silva, Manuela Martins e Francisco Queiroga (os três últimos, sobretudo através das suas teses de doutoramento e trabalhos posteriores), que a cultura castreja do noroeste português, na sua área meridional, tem vindo a ser bastante mais conhecida.

No que se refere aos estudos galegos, a obra *Protohistoria. Los castros gallegos* de A. del Castillo, publicada em 1907, é considerada a primeira publicação especificamente dedicada aos castros, embora o autor lhes atribua a categoria de fortalezas.

A etapa compreendida entre os princípios do século XX e a Guerra Civil espanhola proporcionou as primeiras escavações sistemáticas levadas a efeito em castros, fruto do trabalho do *Seminário de Estudos Galegos*, criado em 1923.

A partir de 1914, iniciou-se, também, as escavações em Sta. Tecla, que continuaram até 1923 (CALVO 1914, 1920, 1924).

De entre os diversos objectivos que pautaram a criação do *Seminário de Estudos Galegos* há a destacar a criação de uma terminologia científica (BOUZA BREY 1926), a criação das bases para o levantamento dos castros existentes e, posteriormente, a elaboração de uma síntese sobre o que se conhecia sobre a Cultura Castreja.

No pós Guerra Civil retomam-se as escavações em povoados bem conhecidos como: Baroña, Borneiro, Castromao, Elviña, O Neixón, Troña, Vigo e Viladonga.

Em 1944, é criado o *Instituto Padre Sarmiento de Estudios Gallegos*, onde continuarão alguns dos investigadores do *Seminário*, que edita os *Cuadernos de Estudios Gallegos*.

Alguns dos nomes de maior destaque pela obra que produziram são os de F. Lopez Cuevillas (1933; 1947; 1951, 1953, 1989), Maluquer de Motes (1973; 1975b; 1987-88) e Taboada Chivite. O primeiro escreve, em 1953, a obra *La civilización céltica en Galicia*, ainda hoje considerada, pelo menos em alguns aspectos, uma obra de consulta obrigatória.

Na década de 80 do século XX, sobretudo devido à actividade dos novos arqueólogos saídos das universidades, verifica-se um incremento das investigações. Durante este período desenvolvem-se escavações em diversos povoados, alguns em continuidade, outros pela primeira vez, evidenciando-se as levadas a efeito em Troña, Vigo, Torroso, Sta. Tecla, Penalba, Viladonga, Baroña, Borneiro, Castromao, San Cibrán de Lás y A Graña.

As escavações de Torroso, Penalba e A Graña tiveram o mérito de anteciparem para os séculos VIII-VII a.C. a ocupação dos povoados fortificados da Idade do Ferro, enquanto que outras, como as realizadas na Citânia do Monte Mózinho, na área portuguesa, e em Sta. Tecla e San Cibrán

de Lás, na área galega, revelaram as transformações deste tipo de povoados no período posterior ao contacto com os romanos.

As publicações, editadas apresentam muitas vezes um carácter monográfico, baseado no estudo de um povoado em particular, enquanto outras, desenvolvem uma análise espacial ao povoamento na Idade do Ferro, como por exemplo, as obras dedicadas a diversas áreas geográficas da Galiza: Trasdeza, Viana do Bolo, região ocidental da Corunha (AGRAFOXO PÉREZ 1989), Santiago de Compostela, entre outros. Existem ainda outras publicações que se dedicam ao estudo de temas diversos relacionados com a cultura castreja como a arquitectura (ROMERO MASIÁ 1976; CARBALLO ARCEO 1996), o estudo evolutivo dos povoados (ACUÑA CASTROVIEJO 1977; FARIÑA BUSTO 1983), os povoados e a sua relação com os sistemas de exploração mineira (LUZÓN *et alii* 1980), ou, ainda, a revisão dos conhecimentos sobre a Cultura Castreja (PEREIRA MENAUT 1983; CALO LOURIDO 1993; HIDALGO CUÑARRO 1996; FERNÁNDEZ-POSSE 1998).

Não obstante todos os estudos que se têm desenvolvido, sobretudo na área galega, não se pode considerar que actualmente as investigações relacionadas com os povoados fortificados da Idade do Ferro tenham atingido um ponto de saturação. Pelo contrário, apesar de se terem conseguido grandes avanços no conhecimento da fase inicial desta cultura, e do seu em contacto, no final, com o mundo romano, todo o desenrolar das fases intermédias apresenta-se ainda muito confuso, sobretudo pelas diversas *nuances* que estas fases desenvolveram consoante as diversas áreas geográficas onde se situam os povoados.

Dolores Fernández-Posse (1998) considera que, nas últimas décadas, os conhecimentos sobre esta cultura não evoluíram significativamente, na medida em que - segundo defende -, não é teorizando pormenorizadamente sobre as estratigrafias associadas à procura de datas de radiocarbono cada vez mais antigas que se vão solucionar os problemas evolutivos. A falta de uma base teórica sólida e de uma metodologia conveniente dificultou os trabalhos dos arqueólogos de outros tempos, se assim não fosse estes teriam evoluído mais no conhecimento do que o que se conseguiu com os projectos actuais, que beneficiam de uma evolução metodológica outrora inexistente.

No decorrer das duas últimas décadas, a investigação sobre os povoados fortificados do noroeste peninsular, sobretudo no caso português, tem feito bastantes progressos mercê de uma série de projectos de investigação que se dedicaram a este tipo de comunidade. Infelizmente, nos últimos anos, essa investigação sofreu um abrandamento significativo, não estando a decorrer, tanto quanto julgamos saber, qualquer projecto de investigação cuja temática esteja especificamente relacionada com os povoados fortificados da Idade do Ferro do noroeste português. Facto, que derivará, eventualmente, de uma política cultural e orçamental incorrecta, fomentada pelos últimos governos, em que os financiamentos a projectos de investigação são muito baixos ou nulos. Por outro lado, a chamada arqueologia de gestão tem dado os seus frutos, através dos diversos projectos de valorização de povoados deste âmbito cronológico.

Outro tipo de investigação, de que raramente se vêem os resultados, é a que resulta dos trabalhos da arqueologia empresarial, - acompanhamentos, estudos de impacte, escavações diversas -, embora com pouca incidência nestes povoados.

Infelizmente, também na Galiza, nos últimos anos, a arqueologia de investigação tem dado lugar às escavações de emergência, aos estudos de impacto, à arqueologia de gestão, a qual embora necessária, têm prejudicado o evoluir das investigações, dos projectos de investigação e das escavações sistemáticas. Esta panorâmica pouco animadora é ainda agravada pela diminuição de publicações ou no caso das intervenções da arqueologia de gestão pela sua ausência, resultando num desconhecimento por parte dos investigadores do que de realmente se passa em termos de novas descobertas (ACUÑA CASTROVIEJO 1996; PEÑA SANTOS 1996).

Outro elemento que tem levado "ao perigoso entorpecimento em que se encontra a Arqueologia Galega em geral e, em particular (...), a relacionada com o mundo castrejo (...) é o celtismo como sinal de identidade galega (PEÑA SANTOS 1996, 67), fruto também, no dizer deste autor, da "proliferação galopante da literatura arqueológica pseudocientífica (...) que veio encher o profundo buraco criado pela ausência de procura da sociedade de informação, devido ao descrédito da produção "oficial" e a recusa, por inteligível e pelo aborrecido, do discurso dos diversos arqueólogos" (*id.*, *ib.*).

2.2.2 A ocupação do espaço: área geográfica e etnias

A região à qual se convencionou associar a Cultura Castreja, foi designada por Estrabão de Lusitânia, "a maior das nações ibéricas" (Estrabão III, 3, 1-3); delimitava a sul, com o rio Tejo, "o flanco meridional, (...) ao ocidental e ao setentrional o Oceano, e ao oriental os Cântabros, os Astures, os Vetões e os Vaceus" (Estrabão, III, 3, 3). Apresentava a região como tendo de "longitude (...) três mil estádios; a sua latitude, um pouco inferior" (*id.*, *ib.*), o que corresponderia a cerca de 555 km, no sentido norte-sul.

Partindo desta delimitação estabelecida por Estrabão, muitos estudiosos da Proto-História Peninsular têm fornecido a sua contribuição para o estudo da delimitação da área castreja, associando a obra de Estrabão a outras fontes clássicas, aos novos dados arqueológicos e à toponímia.

A Cultura Castreja, como qualquer outra cultura ou civilização, não pode ser delimitada por linhas, barreiras ou fronteiras, mas compreendida em zonas de influência ou de transição mais ou menos longas. Nesta perspectiva, temos como limites, a noroeste, o Atlântico; a leste, na esteira de Lopez Cuevillas (1933), o rio Návía, e na zona de Bierzo, os rios Tuela e Tua. A sul, "o Rio Douro não é limite" (ALMEIDA 1973-74, 199), mas sim a bacia norte do rio Vouga, como comprovam as intervenções arqueológicas nos Castros de Ovil, em Espinho, de Romariz, Vila da Feira, UI, em Oliveira de Azeméis ou o da Cárcoda (S. Pedro do sul).

Uma das propostas mais recentes de F. Calo Lourido (1993) apresenta-nos um mundo imerso numa área geográfica condicionante das relações exteriores e interiores, aberto pela costa marítima e pela zona sul, enquanto se fecha em relação à Meseta através de algumas candeias montanhosas, mesmo essas passíveis de serem ultrapassadas. Regra geral, a natureza conduziu a um isolamento passível de ser quebrado apenas por alguns contactos e influências mútuas, estabelecidas através

de caminhos naturais. Estes elementos justificariam alguns dos elementos mais característicos desta cultura, que, no fundo, são o seu sinal de identidade, marcados pela peculiaridade desta geografia.

Jorge Alarcão (1992, 51), numa postura mais arrojada, considera que a área castreja engloba todo o norte de Portugal, e se prolonga a sul do rio Douro, pelo litoral, até ao rio Vouga e, no interior, inclusivamente até ao Nordeste alentejano, ultrapassando, desta forma, o rio Tejo.

Parece, pois, claro que o mundo castrejo, se exceptuarmos a tese de Jorge Alarcão, distribuíase, na sua máxima extensão, por uma área geográfica uniforme em termos geológicos, geomorfológicos e climáticos, sendo consequência e herdeira de uma tradição cultural anterior. Poucas vezes como se verificou nesta área, se terá produzido no dizer de Bello Diéguez e Peña Santos, uma adequação tão clara entre espaço natural e espaço cultural (BELLO DIÉGUEZ e PEÑA SANTOS, 1995).

Evidentemente que estas constatações têm também aplicação na arte castreja, assunto a que em tempos nos dedicamos (SILVA 1986; 1987; 1988). O rio Douro não é barreira intransponível. Se os grandes focos artísticos se situam a norte deste rio, em especial no noroeste e no nordeste peninsular, deixando uma faixa central com muito pouca representação, a margem sul tem também alguns exemplares artísticos de grande importância: os berrões de Almofala e Castelo Mendo, a cabeça de guerreiro da Guarda.

É, pois, necessário insistir que nenhum processo cultural possui limites territoriais precisos, nem sequer se pode tentar adivinhar em que zona as suas características são mais puras, ou marcantes, uma vez que esse espaço se dilui obrigatoriamente por áreas marginais, as quais, neste caso, se encontram a sul e a leste.

No que diz respeito à **distribuição étnica** geral dos povos que habitavam a área em questão, persistem muitas dúvidas. Num exagero, tempos houve em que a cada autor correspondia um diferente mapa distributivo.

De um modo geral, com ligeiras diferenças, os autores mais recentes optaram pela geografia que se segue.

Entre o Minho e o Lima, estariam os Leunos; do Lima até ao Cávado, os Seurbos. Os Brácaros, com sede na região de Braga, controlariam o território restante até ao Douro (ALARCÃO 1974, 18; SILVA 1983-84, 144).

Os Gróvios, como também referiu Leite de Vasconcelos, "povo [esse] que formava uma tribo ou ramificação dos *Celtici*" (1913, 199), ocupariam e coroariam esta área, pois possuíam "uma área de movimentação relativamente extensa que podemos situar entre os rios Douro e Minho (zona de fixação) e entre este (Minho) e o norte da Galiza (zona de deslocação e influência)" (MARQUES 1984, 93). Nesta perspectiva seriam estes povos que ocupariam a área da bacia superior do rio Coura; segundo outros autores, seriam os Leunos.

Os Galaicos, nome pelo qual se designaram em sentido lato os povos do noroeste, teriam irradiado da zona de *Cale*, na margem esquerda do Douro, constituindo-se como um grupo étnico maior.

A sul do rio Douro até ao Vouga, pelo litoral, situar-se-iam os Turdulos Velhos, e no interior, os *Paesures* (ALARCÃO 1974; SILVA 1983-84). Os Lusitanos ocupariam o interior da zona ao sul do Vouga e a norte do Tejo; os Turdulos, o litoral; e os Taporas, a zona interior beirã, talvez sujeitos aos Lusitanos.

No interior nortenho, os *Equaesos*, estender-se-iam pela zona do Gerês; os Turodos, pelo núcleo primitivo da flaviana Chaves; os Ebisocos e os Interamnicos, pela região de entre Tâmega e Tua ou Tâmega e Tuela – encontrando-se alguns destes povos referidos no "Padrão dos Povos", de Chaves.

O nordeste português, numa ligação geográfica à Meseta espanhola, estaria ocupado pelos Zoelas.

São estes os povos que terão criado e desenvolvido a Cultura Castreja do Entre-Douro-e-Minho, como parecem testemunhar as fontes clássicas, nomeadamente Plínio, os dados epigráficos, a toponímia (no caso dos Gróvios - MARQUES 1984) e os dados arqueológicos. Alguns destes povos não estão, contudo, ainda confirmados.

A conjugação e sistematização dos dados relativos à Idade do Ferro e aos povoados fortificados do noroeste, remete-nos para a existência de uma sociedade aparentemente igualitária, com focos de maior desenvolvimento em determinadas épocas. Numa fase mais recuada, esse maior desenvolvimento regista-se nas zonas litorais e, numa fase mais recente, o foco de desenvolvimento inverte-se para o interior.

Essa sociedade igualitária estaria alicerçada em laços de sangue e organizada segundo grupos etários, sendo os "anciãos" o grupo de maior relevo social, tal como acontece na maioria das sociedades tribais (SILVA 1986; CARO BAROJA 1970; MARTINS 1990).

Os dados epigráficos e iconográficos não favorecem, contudo, esta teoria, uma vez que apontam para a existência de um chefe guerreiro, representado nas esculturas de guerreiros galaicos.

Os povoados estariam organizados então em *castella*, com um *princeps*, e enquadrados dentro de *civitates* ou *populi* (TRANOY 1981; SILVA 1986).

Temos, pois, uma sociedade que evolui de formas de organização mais simples para outras mais complexas, atingindo, na transição do I milénio, uma grande complexificação, não só a nível da sociedade, como também dos povoados, com a reestruturação do ordenamento urbano e do sistema defensivo. Contudo, este florescimento deve ser encarado não como um fenómeno abrangente, mas como uma realidade regional, onde existiriam assimetrias, com épocas e áreas de desenvolvimento distintas. Simultaneamente verificar-se-ia a existência, numa mesma área, de povoados que se desenvolveram e tiveram continuidade durante os séculos da Idade do Ferro e da romanização, e outros que, sem motivo aparente, se extinguiram muito cedo - tal como alguns povoados fortificados da bacia superior do rio Coura -, não tendo atingido a complexificação social e a reestruturação urbanística registada noutros povoados.

Parece não existirem dúvidas que, durante o último milénio a.C., o noroeste peninsular possuía uma unidade própria, quando comparado com outras áreas vizinhas, como pode ser o caso da

Meseta norte espanhola ou do centro de Portugal. De facto, falarmos do noroeste peninsular durante o primeiro milénio a.C. significa algo mais do que referir uma simples situação espaço-temporal, já que a região possui uma componente cultural específica que a distingue de outras regiões vizinhas ou mais afastadas com distinta expressão cultural. Apesar do seu carácter periférico face a outras regiões, era uma sociedade permeável a influências externas designadamente através das rotas mediterrânicas que chegavam por via atlântica, já iniciadas na Idade do Bronze, e que se constata nas suas várias fases evolutivas (REY CASTIÑEIRA 2000).

Essa identidade cultural do noroeste peninsular durante a Idade do Ferro manifesta-se na semelhança de atributos culturais, quer falemos da cultura material (metalurgia, ourivesaria, cerâmica), da organização do espaço, da forma de implantar os povoados no território, ou, ainda, da organização social. A prova disso é que, aquando da conquista romana, nos últimos anos do milénio, os historiadores e geógrafos greco-latinos registam a identidade dos povos galaicos, não se verificando a mesma situação em relação aos outros povos vizinhos. Ou seja, vistos do exterior, os povos do noroeste formavam uma unidade, apesar de não sabermos se eles próprios tinham consciência dessa identidade.

Falar de unidade não pressupõe, contudo, admitir a uniformidade. Ao afirmarmos que existe uma unidade cultural do noroeste face ao exterior, importa, todavia, matizar tal afirmação, visto existir, também, diversidade interna. Observa-se uma fragmentação regional bastante acentuada, que é testemunhada tanto pelos objectos da vida quotidiana (cerâmicas, objectos de metal, etc.), como por determinados indicadores de carácter económico e social (povoados, distribuição de bens de prestígio, etc.). Por outro lado, tal fragmentação é comum tanto na Galiza como no norte de Portugal, sem que se possa falar de uma diferenciação entre estas duas áreas, uma vez que parecem existir unidades, ou subunidades regionais, que afectam ambos os lados da actual fronteira político-administrativa. Exemplificando, verifica-se que os castros portugueses minhotos constituem uma forte unidade cultural com os seus congéneres galegos mais próximos do rio Minho (sul da Galiza), enquanto que estes, por seu turno, apresentam, geralmente, diferenças marcantes relativamente aos do norte da Galiza.

Em resumo, o noroeste peninsular constituiu, durante o último milénio a.C., um mosaico de povos que ocupam áreas mais ou menos extensas, com uma idiosincrasia própria, que se manifesta em segmentos da cultura material e noutras vertentes, estando, todavia, inseridos, no seu conjunto, numa realidade cultural aglutinadora de modelos e comportamentos sociais.

2.2.3 A organização do espaço e os tipos de construção dos povoados fortificados da Idade do Ferro

Este sub-capítulo não deve ser encarado como uma nova teorização em torno da organização interna dos povoados mas como um apanhado de ideias esclarecedoras, um manual, ainda que incompleto, sobre o que é na realidade um povoado fortificado da Idade do Ferro. Contudo, privilegiamos o estudo dos povoados na sua fase - chamemos-lhe assim - de apogeu, em que as estruturas são totalmente construídas em pedra, possuindo anexos, canalizações e pátios, em que o repertório construtivo é, em síntese, mais complexo para que, assim, tenhamos exemplo de diversos

tipos de estruturas que nos povoados de fases mais antigas ainda não ocorrem (como os anexos, os arruamentos, os balneários, entre outros).

Neste estudo damos maior destaque ao estudo dos materiais e no seu tratamento, bem como dos sistemas construtivos. Servimo-nos das plantas e estudos de diversos povoados publicados e que foram escavados em área. De entre estes trabalhos podemos mencionar ALMEIDA 1965, 1983, 1984, 1985, 1986; ALMAGRO GORBEA 1977; BALIL 1972a, 1972b, 1974; CARDOSO 1946, 1962, 1980); CARO BAROJA 1943; DIAS 1948, 1949a; GARCIA Y BELLIDO 1985; HIDALGO CUÑARRO 1984, 1986; JORDA CERDÁ 1984; LÓPEZ-CUEVILLAS 1933, 1934, 1947, 1953 [1989]; LÓPEZ-CUEVILLAS, F. e R. S. PINTO, 1933-34; MASIÁ 1976; OLIVEIRA *et alii*, 1988; PEREIRA 1933; PERICOT GARCIA 1950; SILVA 1986. Como fizemos uma análise dos estudos publicados por estes autores, abstemo-nos de os mencionar constantemente no texto.

Na falta de elementos continuamos a pesquisa na área etnográfica, designadamente na designada arquitectura primitiva portuguesa, nomeadamente sobre as suas coberturas, fazendo analogias com outras épocas e culturas mais recentes, numa perspectiva etnoarqueológica. A obra "Construções Primitivas de Portugal" ⁽²⁾ (OLIVEIRA *et alii*, 1988), descreve abundantes estruturas similares, também com cobertura em colmo, ainda habitadas, em várias aldeias portuguesas, de plantas circulares e rectangulares⁽³⁾. Muitas delas situam-se no Alto-Minho, como pudemos confirmar, designadamente na Branda de Bruzegalinhãs, no Soajo, ou na de Santo António, em Monção, esta com estruturas em falsa cúpula.

2.2.3.1 - Organização dos povoados

2.2.3.1.1 - Implantação topográfica

Os povoados localizam-se, regra geral, no alto de montes com altitudes que oscilam entre os 100 e os 1000 metros, sendo raros os que se situam acima dos 1000 metros. Ocupam quer pequenos montes costeiros - castros litorâneos - quer, no caso dos castros ditos de montanha, zonas elevadas, embora preferindo zonas orográficas intermédias.

(2) A título de exemplo podemos apontar o interessante aproveitamento do espaço que se fazia nas cabanas da aldeia dos Cabeçudos, no concelho de Marvão, em que numa "choça" de planta circular, de diâmetro inferior a cinco metros, existia, além do poste central, a lareira, duas camas, duas arcas, uma mesa, cinco cadeiras e um louceiro, sobrando ainda bastante espaço para circulação. Tal como as construções castrejas, eram construídas em granito, irregular, a seco, com uma espessura de paredes de cinquenta centímetros. Não tinham alicerces, assentando directamente no afloramento granítico que servia de piso. A altura variava entre o metro e o metro e trinta. A porta (1,30x80cm) permitia a iluminação e a ventilação da habitação.

A cobertura era cónica, feita em paus de carvalho e sobreiro "com a ponta inferior assente sobre a parede, enganchados em cima uns dos outros. As construções maiores tinham um poste de madeira de carvalho no centro, de 3,40 m de altura, terminando em forquilha. No topo (...) pousavam os paus que partiam do bordo da parede - os tiravões - formando uma capucha cónica". Sobre estes colocavam paus de sobreiros "bem galhentos, que serviam para prender a cobertura vegetal exterior, que aqui era sempre de giesta (e não de palha)" (OLIVEIRA *et alii* 131-132).

Jorge Dias (1948, 164-172) estudou a extrema semelhança destas estruturas com as dos povoados fortificados do Noroeste, comparando-as com as cabanas do Castro de Coaña. Neste local existiam ainda anexos em tudo semelhantes aos "caranguejos".

(3) De resto, mesmo em locais de exploração turística existem cabanas elaboradas em materiais perecíveis, com cordas a ligar os troncos, o colmo a servir de cobertura, de planta circular, onde se alojam duas a quatro pessoas. Para não referir, por extenso que seria, os inúmeros tipos de cabanas utilizadas na actualidade por diversos povos.

Estão distribuídos geograficamente pelo litoral, junto a rios e pelo interior. Localizam-se em pequenas colinas de planície, planaltos de montanhas, esporões, colinas, encostas, entre outros espaços.

Ocupam, geralmente, uma área variável, que vai desde dos dois aos dez hectares. Essa ocupação pode ser permanente, temporária ou ocasional, conforme a função a que se destina o povoado (habitação e labor, vigia ou pastorícia).

2.2.3.1.2 - A Distribuição do espaço e o ordenamento urbano

A organização dos povoados fortificados é muito variável, sendo notória a sua evolução no sentido do ordenamento urbanístico, o qual, embora incipiente, reflecte uma evolução social e mental no sentido do isolamento, passando-se da comunidade grupal para um sentimento do privado, também associado a uma complexificação social.

Os povoados de cronologia mais antiga apresentam um ordenamento rudimentar, apesar de existir um princípio de organização, baseado numa via de acesso ao recinto principal (como em Coaña), ou uma via paralela à muralha e às várias "pracetas" da entrada. Geralmente, as ruas não são ladeadas por paredes, como nos povoados com urbanismo mais desenvolvido. Temos os exemplos de Coaña, Borneiro, Baroña, Troña, Terroso e Sabroso.

O urbanismo, que geralmente se reveste de uma forma ortogonal, tende para o isolamento, evitando-se o contacto entre os núcleos habitacionais familiares.

Briteiros possui o maior desenvolvimento urbanístico conhecido, apresentando, na direcção norte-sul, ruas principais com uma largura que varia entre 2 e 2,50 metros, que comunicam com ruas secundárias, mais estreitas, desembocando em pracetas com pavimento empedrado.

Sanfins também apresenta um urbanismo desenvolvido, com uma rua paralela à muralha interior, outra perpendicular a esta (com 80 centímetros de largura) e o início de outra na mesma direcção.

Outra particularidade do ordenamento urbanístico reflecte-se no desenvolvimento de bairros com um conjunto de várias construções pertencentes a uma só família rodeadas por um muro de pouca altura. Cada edifício, segundo diversos autores, teria uma função: cozinha e sala de comer, dormitório, cortes para gado, palheiro, entre outras. O espaço entre as casas servia para currais, depósito ou armazenamento de lenhas e ferramentas agrícolas. Como exemplos mais marcantes conhece-se Sabroso e Santa Luzia (LOPEZ CUEVILLAS 1989).

Para além destas, poderiam existir outras divisões construídas com materiais perecíveis, como seria o caso da própria cerca externa do bairro. Assim sendo, pode deduzir-se que o sistema de bairros é mais comum e mais antigo do que se tem defendido, visto existirem em certos povoados casas organizadas em bairros, com muros de pedra, anteriores à Fase III (de A. Coelho) da Idade do Ferro. Contudo, as reconstituições deste tipo de estruturas levantam problemas bastante mais significativos do que as construções totalmente em pedra.

O facto de os povoados se situarem em zonas elevadas com desníveis criou a necessidade da construção de rampas e escadas, assim como de paredes para contenção de terras, por vezes

situadas atrás das próprias casas ou adoadas às paredes, evitando-se desabamentos e infiltrações de humidade.

As preocupações tendentes a evitar a humidade reflectem-se na pavimentação das praças, ruas e áreas situadas próximo das casas com um empedrado de lajes, na construção de pequenos canais, com pedra imbricada ou na abertura de canais na própria rocha, em volta das cabanas, para escoamento das águas, para além de esgotos.

2.2.3.1.2.1 - O Espaço público

Os locais e edifícios de utilidade pública são diversos. Nestes contam-se as pequenas praças, lajeadas ou não, rodeadas, por vezes, por estruturas específicas.

Na periferia do povoado, fora do primeiro ou segundo lanço de muralha, em zona baixa, existem ocasionalmente balneários. Localizam-se junto a uma nascente, e são constituídos por fornalha, câmara, antecâmara e átrio, para onde desemboca a chamada "Pedra Formosa", muitas vezes ricamente decorada. No átrio, existem tanques e pias. Um sistema de canalizações vindas da nascente e esgotos completa a estrutura balneária (SILVA 1987; ALMAGRO-GORBEA e ÁLVAREZ-SANCHÍS 1993).

A sua função, discutida pelos arqueólogos ao longo dos tempos e à qual também nos dedicamos (SILVA 1987), será a de banho tipo sauna, com água quente ou fria.

Outros elementos completam a urbanística dos povoados, nomeadamente as fontes, anexas ao balneário ou de serventia pública e as de mergulho.

Os locais religiosos estão mal documentados nesta época. No entanto, conhecem-se santuários rupestres de ar livre (como em Paços de Ferreira) e templos. Estes últimos situados em local de destaque no povoado - a designada "acrópole".

Em locais privilegiados estariam também os recintos de reunião – possuem, em geral, planta variada, composta por bancos adossados à parede e lareira central.

As necrópoles, geralmente de incineração, são outra componente, surgindo sob a forma de fossa ou cista, embora também existam inumações em urna. A sua detecção é muito rara, pelo que o nosso conhecimento sobre elas é muito deficitário.

Auxiliar precioso para o conhecimento das actividades económicas desta época são os edifícios de actividades artesanais, como os fornos de pão, de cerâmica ou de fundição.

As oficinas de olaria, metalurgia, ourivesaria, fiação, tecelagem, moagem e outras completam as estruturas dos espaços de utilidade pública, alguma delas de muito difícil identificação no registo arqueológico.

2.2.3.1.2.1.1 - O sistema defensivo

Os povoados aparecem-nos normalmente cercados por muralhas, podendo esporadicamente assim não suceder, caso as condições geográficas não o justifiquem.

O número de linhas defensivas é muito variado, embora a maioria dos povoados possua uma ou duas. No caso da Galiza a maioria possui apenas uma, embora sejam também frequentes os casos de duplas ou triplas cinturas (ROMERO MASIÁ e FERNÁNDEZ-POSSE 1985; AGROFOXO

1989; CARBALLO ARCEO 1990). Os povoados que possuem um grande número de muralhas - como Os Castros (CRIADO BOADO *et alii*, 1991), que tem cinco - são uma excepção.

Esta defesa pode dividir-se em dois tipos, passíveis de ocorrerem simultaneamente: a defesa natural, com aproveitamento das vertentes alcantiladas, penhascos e mesmo os rios e o mar, e a defesa artificial com a construção de cinturas ou lanços de muralhas, fossos, terraplenos, taludes, pedras fincadas ("cavalos de frisa") ou ainda de outros elementos.

2.2.3.1.2.1.1.1 - Os materiais e as técnicas de construção

Os materiais de construção utilizados são a terra, o granito, o xisto, o basalto e os elementos vegetais.

As técnicas de construção dos sistemas defensivos ou de amuralhados são muito variadas, existindo um polimorfismo construtivo. Essas técnicas podem organizar-se tipologicamente da seguinte forma:

- 1 - Talude em terra, associado a um fosso;
- 2 - Construção em pedra e terra, sendo os paramentos interno e externo feitos por grandes pedras e o enchimento por pedras pequenas e terra;
 - 2A - Tipo de construção idêntico ao anterior mas com enchimento de terra e troncos;
- 3 - Estrutura construída em pedra e troncos de madeira, aproveitando a topografia inclinada do terreno. Os troncos são dispostos em camadas alternadas com a pedra;
 - 3A - Sistema idêntico ao anterior. Contudo, os troncos não são colocados em camadas mas distribuídos irregularmente por entre as pedras. O amuralhamento não aproveita a topografia do terreno - constrói antes alicerces próprios;
- 4 - A estrutura é toda construída em pedra, sendo os paramentos interno e externo elaborados com grandes blocos graníticos e o enchimento feito com pedras menores, dispostas de forma irregular.

O tipo de aparelho e o paramento da construção são, pois, bastante variados, tendo sido detectadas estruturas com mais de um tipo de aparelho e também com paramentos interno e externo diversos.

O talhe da pedra difere conforme a natureza desta. Assim, no caso do granito aparecem-nos pedras arredondadas ou poliédricas; no caso do xisto, pedras estreitas e planas (MASIÁ 1976) – materiais que podem ser utilizados sozinhos ou combinados.

Em relação às formas de construção utilizadas, podemos referir que as muralhas geralmente assentam os seus alicerces sobre a rocha natural.

O aparelho de construção é muito variado, dependendo do material utilizado, do tipo de estrutura e, evidentemente, do gosto do artífice. De entre os vários tipos conhecidos podemos referir:

- O horizontalizado, feito com pedras rectangulares, geralmente em materiais xistosos, como em Coãna, Pendia e Villadonga. Existem poucos exemplos construídos em granito (Cividade de Âncora e câmara do balneário do Monte da Saia (SILVA 1986)).

- O irregular ou *opus incertum*, com utilização de pedra pouco trabalhada. Foi aplicado, sobretudo em anexos, em muros de sustentação de terras e em paramentos internos.

- O poligonal, onde as pedras são bem trabalhadas e assentes, por vezes, sem auxílio de outras mais pequenas. Regra geral, era usado em paramentos externos ou em muralhas, como em Sabroso.

- O helicoidal ou reticulado, com pedras dispostas em hélice. Era utilizado sobretudo nas superfícies curvas (Sta. Luzia - Viana do Castelo, Sta. Tecla, Cameixa) e nas muralhas (Sabroso, Arados, Briteiros, Sanfins, Monte Murado, Cárcoda). Excepcionalmente este aparelho aparece em xisto no castro de Cidadelhe (Mesão Frio), coexistindo com o tabular ou horizontalizado (SILVA 1986).

- Por fim, o ciclópico, elaborado com grandes pedras, de que existem exemplos em Sabroso, Troña e Medeiros. Era utilizado na construção de muralhas.

Estes aparelhos ocorrem nos mais variados tipos de estruturas, seja de habitação, de serviços ou de defesa.

As pedras fincadas no solo apareceram, por exemplo, em Cossourado, Sanfins e Briteiros. Eram usadas no paramento externo ou nos alicerces das estruturas, aparentemente para evitar a humidade.

O tipo de construção não é muito variado, sendo utilizado o muro seco (Troña), com argamassa de barro (Briteiros, Coaña) ou de terra (Borneiro), ou efectuado o aproveitamento de rochas naturais. Nos interstícios, mesmo que houvesse argamassa ou terra, poderiam existir pequenas lascas para ajudar a regularizar o aparelho.

Em relação aos paramentos, as muralhas possuem-no interna e externamente, de forma vertical ou oblíqua. No geral, o paramento externo é feito com pedra de maior porte, mais bem trabalhada, e o interno é mais irregular, com pedras menores. O contrário ocorre no povoado de Cossourado, em Paredes de Coura.

Em termos de dimensões, apresentam dois a três metros de largura, podendo em alguns casos atingir seis e nove metros, como no Castro de Baroña. A sua altura terá sido igualmente considerável. Ocasionalmente possuíam parapeito e contrafortes, internos ou externos.

Os acessos aos povoados faziam-se através de rampas ou de escadas, ou sob as duas formas. Estas terminavam numa porta ou entrada, de complicada tipologia. O acesso podia ainda ser dificultado por um passadiço com troncos atravessados e por portas.

As entradas das muralhas podem apresentar-se segundo a tipologia que se segue:

A - entrada simples com ângulos arredondados; A1 - entrada simples com ângulos arredondados numa face e rectos noutra; A2 - entrada simples com ângulos rectos;

B - entrada simples com extremidades espessas e arredondadas; B1 - entrada simples com extremidades prolongadas em corredor;

C - entrada dificultada com corredor feito por prolongamento paralelo às muralhas; C1 - entrada dificultada por labirinto; C2 - entrada dificultada por elementos adicionais circulares; C3 - entrada dificultada por muro contíguo; C4 - entrada dificultada por torreões; C5 - entrada dificultada por barbacã.

Geralmente, a entrada situa-se na sequência de caminhos ou arruamentos que continuam no interior. No caso dos povoados com uma organização urbanística mais elaborada, os arruamentos interiores são, por vezes, ladeados por muros.

Muitas muralhas sofreram várias fases de construção ou reconstruções, coevas ou posteriores, o que pode levantar problemas graves aquando do seu restauro.

Em relação às suas plantas, podem ter vários formatos, desde o circular ao oblongo, acompanhando, regra geral, a geografia do terreno. O seu número é também variável.

Dentro do espaço público existem muitas outras estruturas, como ruas, muretes, escadas, rampas de acesso, monumentos com forno, cisternas, canalizações e "esgotos", poços, fornos, estruturas religiosas, que têm de ser estudadas meticolosamente antes de serem consolidadas ou restauradas.

2.2.3.1.2.2 – O espaço privado

Os edifícios particulares têm normalmente a função de habitação e podem aparecer isolados ou em núcleos. Estes núcleos podem surgir delimitados por muros, isolados ou agrupados com unidades de função doméstica, como cozinha, com aquecimento (lareira), silo ou forno.

Algumas das estruturas que completam estes núcleos têm por função a guarda de animais. São estruturas independentes ou anexas às habitações, geralmente com prisões de gado nas paredes. Outras funções são as funerárias (em pequenas cistas), religiosas (com pequenos altares de culto) e de armazenamento.

2.2.3.1.2.2.1 - Os materiais de construção

As habitações mais antigas não eram construídas em pedra, mas com elementos perecíveis, vegetais ou adobes (barro - Sabroso). O entrançado de varas coberto com barro está documentado no povoado do Alto de Penacova (Arcos de Valdevez) e nos Castros de Palmou, Rio (Marín) e Cameixa. As paredes de barro referidas por Plínio e designadas por taipa foram encontradas em Sanfins (ALMEIDA 1965, 203). O barro misturado com palha e vime foi detectado no Castro de S. Mamede, Paradela. Em Cameixa, no Castro do Rio, no Castro de Palmou (Marín) e no Alto de Penacova (Arcos de Valdevez), aparece-nos madeira, ramos entrelaçados e palha com barro na parte inferior da estrutura, aliás, como se tem verificado noutros locais de outras épocas, nomeadamente em povoados calcolíticos andaluzes (Acinipo, Ronda).

A cobertura era feita com materiais perecíveis (giesta, colmo ou outro tipo de ramagens), nas estruturas circulares, e, numa fase mais tardia, pós contacto com os romanos, com tégula e ímbrice, nas construções angulares, tal como se documenta em Âncora, Romariz ou Monte Murado (SILVA 1986, 64).

A estrutura que suportava a cobertura era elaborada de igual forma, com materiais perecíveis, revestidos, por vezes, de barro. Destas estruturas apenas nos restam, quando muito, os buracos onde encaixavam os postes que as sustentavam.

A partir do momento em que as paredes passam a ser feitas com materiais duradouros, começam a ser utilizados os mesmos que referimos no caso das muralhas: granito, xisto, basalto, adobe e a mistura destes elementos.

O reboco das paredes aparece, entre outros, nos povoados de Romariz, Monte Murado, Terroso, Âncora, Castro de Moldes (Castelo do Neiva) e S^a da Assunção (Barbeita).

2.2.3.1.2.2.2 - As plantas das habitações

As plantas das estruturas são muito variadas, e, ao longo dos tempos, como veremos, suscitaram alimentaram diversos debates sobre a sua origem – sobretudo da planta circular -, a sua evolução formática, pretendendo-se descobrir se a planta circular é anterior à angular, se se verificou a situação inversa ou, ainda, se ambas coexistiam.

De uma forma sintética, as plantas podem ser de formato circular elipsoidal, alongado (com combinação de paredes rectas e curvas), rectangular, trapezoidal, quadrangular (por vezes com ângulos vivos ou arredondados). No entanto, a forma dominante é a curva ou melhor dizendo, a circular.

Podemos classificar as plantas segundo várias tipologias. Assim temos:

1 - redondas simples; 1A - redondas com vestíbulo angular ou curvo; 1B - redondas com vestíbulo formado por muros rectos paralelos;

2 - alongadas com um ou vários muros curvos;

3 – angulares;

3A - angulares com vestíbulo;

4 - mistas, associando as formas anteriores, uma vez que, por vezes, se faziam aproveitamentos acoplando-se casas construídas anteriormente.

Qualquer tipo de estrutura pode apresentar várias fases de construção e reconstruções, com reaproveitamentos de materiais anteriores (mós, por exemplo) como se observa num lajeado do Monte Mózinho (SOEIRO 1984).

Em relação às dimensões e após análise de vários povoados, podemos referir que a espessura das paredes variava, em média, entre 40 e 60 centímetros; o diâmetro das estruturas circulares simples entre 3 e 5 metros; a largura das oblongas entre 2 e 4,50 metros, a largura das angulares entre 2,50 e 4,50 (no caso das quadradas) e entre 2 e 5 metros (no caso das rectangulares). Apesar desta grande diversidade registam-se diversas excepções, como é o caso de algumas estruturas em Cossourado (Paredes de Coura), que apresentam dimensões muito superiores às referidas.

A definição da altura das cabanas é ainda mais discutível dado que nunca foi encontrada nenhuma intacta. Embora nos pareçam medidas exageradas, foram detectadas paredes com bastante altura em Cendufe, Santa Tecla e Coaña, podendo, segundo dados bibliográficos, a casa "castreja" atingir os 3.80 e 4 metros de altura (ALMEIDA 1965, 203), ou até um pouco mais.

De qualquer forma, cada caso tem de ser analisado na sua singularidade, pelo que quando se decide fazer a reconstituição de uma estrutura, as medidas têm, evidentemente, de estar relacionadas com os elementos fornecidos pelo registo arqueológico. Cada povoado fortificado tem forçosamente de ser primeiro escavado, estudado e somente depois interpretado no sentido da sua

valorização. Não são os elementos bibliográficos que nos vão ditar as formas de restauro e, sobretudo, de reconstituição.

A utilização de pedras fincadas no solo, no alicerce das estruturas, tal como a colocação de pedras de grande envergadura na base destas, parece documentar a necessidade de provocar o rápido escoamento de águas. Assim, a água que caía da cobertura escorria para fora, evitando-se também a infiltração das águas externas, que corriam junto ao solo. Era ainda comum a construção, para escoamento, como em Sta. Tecla e Briteiros. Nestes dois povoados verifica-se uma inclinação para o interior das paredes, facilitando-se o escoamento. Este tipo de construção evidencia uma preocupação urbanística e, de igual forma, uma procura da melhoria das condições de vida.

Centrando-nos nas estruturas propriamente habitacionais (embora nas restantes se observem estas características), podemos caracterizar as plantas e anexos em vários tipos e variantes, como sejam:

A - Circular: com entrada; sem entrada; sem vestíbulo; com vestíbulo em corredor; com vestíbulo angular; com vestíbulo de cantos arredondados; com vestíbulo de cantos angulares e com meio vestíbulo.

B - Alongada: de cantos arredondados interna e externamente; de cantos arredondados externamente e rectos internamente; de cantos mistos; com ou sem vestíbulo e com ou sem entrada.

C - Rectangular: com ou sem vestíbulo e com ou sem entrada.

D - Quadrada: com ou sem entrada e com ou sem vestíbulo.

E - Irregular: de cantos arredondados interna e externamente; de cantos arredondados externamente e rectos internamente e de cantos rectos interna e externamente.

Todas estas estruturas podem apresentar portas e, raramente, gelosias.

Lopez Cuevillas (1989) considera que não existiam janelas. No entanto, estes elementos existiram, embora raramente e em muito pequeno formato. Em Briteiros, por exemplo, existe uma pedra muito pequena, com vestígios de gonzo, talvez pertencente à estrutura superior, ou inferior, de uma janela que teria portada. Foi, igualmente, documentada uma janela no Castro da Sra. da Assunção, em Barbeita (Monção) e, aparentemente, uma outra no Castro de S. Lourenço, em Esposende. Conhecem-se também os tríscele vazados que serviriam de gelosias, e, ainda, pequenas frestas que ligam a anexos, e se prestavam para lançar comida aos animais.

As entradas, em alguns casos, estão ornamentadas com pedras decoradas com variados motivos (entrançados, SSS, "postes") e com tríscele (SILVA 1986, 31-68 e 1987, 121-147).

Os muros podem também ser secos ou preenchidos com argamassa, com alicerces assentes na rocha ou escavados no saibro de base.

Os paramentos são idênticos aos aplicados nas muralhas, embora apareça nestas estruturas, por vezes, o reboco interno.

Em suma, conforme a função a que eram destinadas, as estruturas aparecem-nos com dimensões, plantas e acabamentos muito variados. O polimorfismo arquitectónico é uma constante.

2.2.3.1.2.2.3 - Tipos de aparelho

Os tipos de aparelho, similares aos das estruturas defensivas, podem agrupar-se em:

1 - Lajes rectangulares - as paredes são feitas com materiais xistosos (Coaña, Pencia, Borneiro).

2 - Irregular - as pedras são pouco ou nada trabalhadas. Em povoados de cronologia mais antiga este tipo de aparelho é praticamente o único. Em épocas tardias da Idade do Ferro passa a ser utilizado, sobretudo, em construções anexas ou em muros de sustentação de terras, embora existindo excepções.

3 - Poligonal - as pedras são bem trabalhadas e, por vezes, assentam sem auxílio de outras menores. É o mais usado na parte exterior das casas ou em grandes blocos, para a construção de muralhas (Sabroso, Medeiros).

4 - Helicoidal ou reticulado - as pedras são dispostas em forma de hélice. Este tipo adapta-se bem a paredes curvas. Abunda no Minho português e no galego, com exemplos em Santa Tecla e Troña.

5 - Pedras fincadas - são compostas por grandes pedras, espetadas no solo, em ponta. Usava-se no paramento externo, para evitar que a humidade se infiltrasse na parte inferior das casas (Briteiros, Tecla, Sanfins).

Geralmente, na face externa das estruturas o paramento é feito com pedras maiores e é mais bem trabalhado; internamente apresenta-se mais irregular e recorre a pedras menores, existindo, evidentemente, várias excepções.

2.2.3.1.2.2.4 - Entradas

As entradas das habitações eram de dois tipos: umas abertas ao nível do solo exterior e outras abertas a um nível bastante mais elevado. No caso das entradas altas, como em Briteiros e outros povoados, o acesso far-se-ia por uma rampa ou escada.

Os lintéis e as ombreiras eram elaborados com pedras monolíticas ou justapostas, que poderiam ser decoradas. Os lintéis, quando decorados, geralmente eram unos (SILVA 1986; 1987). Em alguns casos podiam ser de madeira, talvez também decorada.

As portas eram fechadas por uma tranca, apoiada em ambas as ombreiras (ou umbrais); por uma tranca giratória que apoiava na ombreira (em buraco); e por outras de correr (passador). Podiam também possuir um ferro na vertical, que levantava a fechadura.

Muitos umbrais apresentam os buracos dos gonzos das portas, podendo daí supor-se que a porta seria presa a troncos por fibras vegetais, tiras de couro ou outros materiais.

No caso do piso interior ser mais baixo do que o exterior - o que era muito raro -, existiam escadas internas (Castro de Pencia).

A altura das portas variava entre 1,60 e 1,80 metro e a largura rondava o metro. Geralmente tinham apenas uma porta, conhecendo-se um caso com duas, em Coaña.

Nas cabanas que não possuíam porta alguma a entrada fazia-se pelo telhado, evidentemente com a ajuda de escadas.

2.2.3.1.2.2.5 - Vestíbulos

A altura que teriam os vestíbulos, vulgarmente designados "caranguejos", constitui outro problema. Provavelmente não atingiriam a altura da casa (embora existam opiniões contrárias) e seriam cobertos do mesmo modo.

Poderiam, aparentemente, ser ornamentados com pilastras decoradas (Castro de Cendufe, Arcos de Valdevez - PEREIRA 1933) que sustentavam a armação do telhado.

Aparecem anexos a outras estruturas, geralmente habitacionais, podendo no seu espaço situar-se fornos ou outras estruturas de trabalho artesanal. Poderiam, ainda, ser utilizados para arrumos e para guardar animais de pequeno porte. No caso de terem esta função, os vestíbulos possuíam prisões de gado com diversas formas. Aí existiam também pias para comida e água para que o gado lhes pudesse aceder. Estas cortes estão sempre relacionadas com as habitações, mesmo que construídas com materiais perecíveis. Muitas não têm porta, devendo possuir rampas de madeira para o gado poder entrar.

2.2.3.1.2.2.6 - Lareiras

As lareiras aparecem, por vezes, assentes directamente no solo, constituídas apenas por pedras dispostas circularmente. Contudo, existem também sob várias formas, em vários materiais (pedra e/ou argilas), não parecendo apresentar uma evolução cronológica, pois ocorrem com diversa tipologia no mesmo nível estratigráfico.

Podiam ser elaboradas com pedras fincadas no solo em formato de cista, eventualmente abertas num dos lados. As mais estruturadas possuíam uma pedra horizontal com duas perfurações, para segurar troncos, formando uma estrutura para sustentar as painéis. O fundo ou lastro, e mesmo as paredes, também podiam ser feitos em barro.

Geralmente situam-se no centro das habitações, embora se conheçam casos de lareiras localizadas no exterior.

O pão seria cozido de várias formas em fornos que, embora raros, podiam localizar-se no "caranguejo". Conhecem-se também fornos de cerâmica e outros relacionados com a actividade metalúrgica.

2.2.3.1.2.2.7 - Pavimento

O pavimento ou piso das estruturas podia ser feito com o aproveitamento da rocha natural, em terra batida, saibro, lajeado ou outros materiais, por vezes com elementos decorativos ou simbólicos (Castro da Assunção).

A terra argilosa e a pedra ou o solo natural ocorrem em inúmeros locais, como Santa Luzia e Briteiros, no primeiro caso, e Borneiro, Coaña e Pendia, no segundo.

O pavimento da casa situava-se, em muitos casos, acima do solo exterior, a fim de evitar a infiltração de humidade.

2.2.3.1.2.2.8 - Coberturas

A cobertura das estruturas fazia-se, como se referiu, com elementos vegetais (madeira, colmo ou outros), com tégula e ímbrice, ou, ainda, com lajes de xisto (ALMEIDA 1965), talvez em falsa cúpula, como parece ter existido em Sabroso (LOPEZ CUEVILLAS 1989).

Aparentemente, a cobertura de colmo, giesta ou outro tipo de vegetação, pousava directamente sobre uma estrutura de madeira que assentava no alto da parede.

No caso de existirem telhas, estas deveriam colocar-se sobre uma armação de madeira ou de ramos. A terem coexistido, a cobertura em telha foi tardia e resultado da romanização.

Apesar do desconhecimento concreto de como seria a cobertura, alguns autores (*id.*, *ib.*) defendem que nas casas redondas a armação para sustentar o telhado seria disposta radialmente, com os ramos assentes na parede e no poste central, que, por sua vez, estaria encaixado num buraco ou numa abertura efectuada na pedra (o designado buraco de poste). Este, no entanto, nem sempre existia.

Nas construções alongadas os postes centrais são duplicados. Cobriam-se as partes curvas com paus em raio e as partes rectas com travessas, em duas águas, que se fixavam num extremo da parede e numa viga.

Assim, aparentemente, temos as casas redondas cobertas por uma superfície cónica (podendo ser também plana ou com uma ligeira inclinação) e as alongadas por telhado de duas águas, na parte central (ou planas, com ligeira inclinação), e superfícies semicónicas, arredondadas, nos extremos. Sobre as travessas sobrepunham-se sucessivas camadas de palha ou outro material perecível.

Em alguns casos, a armação prescinde dos postes e assenta em traves angulares e numa horizontal, onde apoiam os vértices, sobre vigas que, por sua vez, se encaixam na parede.

Inicialmente, segundo o mesmo autor, este tipo de armação do telhado seria utilizado nas casas angulares e só posteriormente nas redondas, devido ao maior peso desta estrutura. Contudo, os dois tipos coexistiram, dado que são detectadas estruturas de planta diversa sem vestígios do buraco de poste, como em Cossourado.

Para que a cobertura externa não se levantasse em dias de vento - e ainda de acordo com Lopez Cuevillas - as várias camadas do material de cobertura eram entrelaçadas com ramos ou varas, que nas cabanas de duas águas se entrecruzavam no alto do telhado e se cruzavam com outras varas transversais, prendendo-se estas às primeiras. Conhecem-se casos em que ocorrem apenas varas transversais, presas por ramos atados a um cotovelo que sustentava as tábuas do telhado, colocando-se igualmente pedras perfuradas no bordo, nas quais assentavam as primeiras camadas de palha. Estas pedras de xisto, perfuradas, planas e pouco compridas que ajudavam a fixar as camadas de palha, estão bem documentadas no povoado de Moldes (Castelo de Neiva), por exemplo

2.3 OS MODELOS INTERPRETATIVOS SÓCIO-CULTURAIS E A EVOLUÇÃO CRONOLÓGICA

Ao longo dos tempos, várias discussões têm motivado os investigadores no sentido de encontrar soluções para os diversos problemas que o estudo da Idade do Ferro o nordeste e noroeste peninsular tem levantado. Um deles, como vimos, estava relacionado com a área de implantação da cultura representativa desta época cronológica no norte de Portugal e na Galiza, e com os povos que teriam ocupado essa área. Actualmente, embora já não suscitem tantos debates, são problemas que continuam em aberto, uma vez que não estão, na realidade, solucionados.

Outro problema que, de igual forma, tem levantado questões pertinentes é o da **origem da planta circular das habitações e a sua evolução formática**: derivaria a planta circular da angular, verificar-se-ia a situação inversa ou, teriam ambas coexistido. Este tema, tal como a petrificação das estruturas caracterizou grande parte da literatura sobre a Cultura Castreja, desde Cuevillas até aos anos oitenta do século passado, convertendo-se num "destacado fósil/guia de la Cultura" (FERNÁNDEZ-POSSE 1998, 76).

Relativamente ao primeiro problema, várias correntes de opinião procuram soluções em diversas épocas e culturas, pautando-se, regra geral, por explicações difusionistas que defendem que as plantas circulares e ovaladas resultam de influências, contactos ou migrações de componentes étnicos forâneos, procedentes do Mediterrâneo ou de áreas continentais.

Temos, assim, a designada teoria africana, de Gordon Childe (1962, 48), segundo a qual a origem cultural da planta circular teria ocorrido no Neolítico Inicial, no Egipto, e se teria expandido através do norte de África (PERICOT GARCIA 1950, 124); a teoria céltica, defendida por Schulten (1943) e Bosch Gimpera (1933); a corrente autóctone, de Jorge Dias (1946), de carácter patriótico, que aponta para uma evolução do simples para o complexo (as primeiras casas seriam feitas de ramos e barro, com sustentáculo central de apoio ao tecto) e, posteriormente, com a sedentarização ocorreria a petrificação das casas e, por fim, uma fase de ampliação das mesmas, surgindo a forma rectangular e o celeiro; e, a teoria mediterrânica, defendida por autores como Maluquer de Motes (1973), Almagro Gorbea (1977) e C. A. F. Almeida (1965). O aparecimento da planta circular ter-se-ia verificado no Egeu e a sua expansão alastrado a todo o Mediterrâneo.

Em Portugal existem casas redondas, de fases anteriores à aqui mencionada, em Vila Nova de S. Pedro, Penha Verde ou Zambujal (Torres Vedras).

O noroeste, de acordo com Carlos Alberto F. de Almeida, teria recebido as casas redondas "com o neolítico tardio, com os dólmenes e, podemos dizer, com a procura do ouro e do estanho em que era rico" (1965, 203). A cultura castreja apresenta-se individualizada, "com formas arcaicas, nomeadamente a redondez das suas casas" (*id.*, *ib.*). Assim sendo, a planta redonda antecede a rectangular.

António Garcia y Bellido refere que a casa redonda é um testemunho antiquíssimo que resistiu no noroeste à intensa celtização da Península, ocorrida entre os séculos X-IX a.C. A casa redonda castreja – defende este autor - é herança indígena, pré-céltica (sendo a celtização menos intensa no noroeste que no centro da Península (GARCIA Y BELLIDO 1985) que persiste tardiamente (SILVA 1986).

Alguns autores (OLIVEIRA *et alii*, 1988, 78) defendem que as estruturas de planta circular seriam utilizadas para habitação e as angulares para "lojas de animais, arrumação, lenhas".

Os autores mais recentes têm opiniões diferentes, sendo praticamente unânimes na defesa de uma origem autóctone do tipo construtivo castrejo, em que o predomínio da planta circular é de facto uma realidade visível tanto nas estruturas domésticas, de funcionalidade diversas, como nas defensivas. Reconhecem, contudo, como Júlio Carballo Arceo (1996), a existência coeva deste tipo de planta em outras regiões europeias, como nas Ilhas Britânicas (CUNLIFFE, 1991) e, em menor quantidade, na Bretanha (AUDOUZE e BUCHSENSCHUTZ 1989, 91-92), definindo, desta forma, uma tradição atlântica.

Tal como defende António da Peña Santos (1996), pensamos não ser necessário olhar para o exterior para entender o predomínio da arquitectura circular, mas sim analisar a dinâmica das comunidades castrejas, uma vez que estruturas com uma planta tão simples não necessitariam dos meandros da difusão para serem adoptadas pelas diversas comunidades.

A omnipresença da planta curva na arquitectura doméstica parece responder a uma clara tradição arquitectónica local, perfeitamente adaptada ao meio ambiente "y derivada directamente de las cabañas de materiales perecederos propias de la economía de modelo itinerante practicada durante la Edad del Bronce. Cuando estas comunidades se fijan al territorio y edifican sus primeras aldeas estables, repetirán básicamente su arquitectura tradicional cambiando antes o después los materiales perecederos por los muros de mampostería. El proceso parece claro y responde a una dinámica de carácter autóctono sin que necesariamente haya que buscar influencias exóticas, pero al tiempo deja entrever con relativa claridad ese apego por lo tradicional que siempre ha caracterizado a las comunidades galaicas" (PEÑA SANTOS 1996, 20).

Parece-nos, tal como já em 1946 defendia Jorge Dias, que a opção pelas construções circulares e mesmo pela sua cobertura com materiais vegetais, perecíveis, deve-se mais a razões de ordem prática do que a uma corrente cultural. No caso das coberturas, seria mais fácil o acesso aos materiais vegetais do que a utilização de quaisquer outros, como, por exemplo, a lousa ou, posteriormente, a tégula. Esta última teria de ser elaborada e era, à época, desconhecida dos povoados que ainda não tinham sido romanizados.

A opção pela planta circular dever-se-ia, sob o ponto de vista técnico, a razões relacionadas com a topografia do terreno (com bastante declive), à qual se adaptaria com maior facilidade, a uma economia de espaço, uma vez que permite construções de reduzidas dimensões e com bom aproveitamento espacial, e a uma economia de tempo, já que se trata de um tipo de construção mais fácil de levantar e de cobrir, uma vez que as estruturas angulares necessitavam de cunhais (que eram desconhecidos), sendo mais difícil a sustentação das paredes e a construção da cobertura. Outro elemento muito importante a ter em consideração na escolha do tipo de construção terá sido o factor climático, uma vez que a planta circular oferece uma maior resistência as intempéries.

Em face do conhecimento dos povoados da bacia superior do rio Coura, podemos afirmar que as cabanas circulares e as alongadas, de planta ovalada ou sub rectangular, terão coexistido, tendo, muito provavelmente, sido construídas na mesma época, como o revela o arranjo urbanístico do povoado de Cossourado. Noutros povoados da mesma zona, porém, apenas existem plantas

circulares, como parece ser o caso de Romarigães. Contudo, apresentam dimensões muito maiores do que as que se registam em povoados mais tardios, onde se observa uma preferência por estruturas circulares, de menores dimensões (como Cristelo), possivelmente em resultado da pressão demográfica. A nosso ver, os vários tipos de plantas coexistiram em vários povoados, em diversas épocas e com funções também diversas.

As construções alongadas, com cantos, "son conocidas en territorio galaico desde las fases más tempranas de la implantación del fenómeno castrejo, como revelan los yacimientos de A Lanzada y Torroso" (PEÑA SANTOS 1996).

Raramente apresentam cantos em ângulo recto, uma vez que não era conhecida a forma de executar os cunhais, pelo que as paredes eram justapostas ou arredondados os cantos. Qualquer destes exemplos ocorre em Cossourado.

Schulten (1943) crê que as casas tinham apenas a parte inferior em pedra e a restante parede em ramos e barro. Não nos parece que esta perspectiva esteja correcta – se tida como abrangente –, dado o volume de pedra que habitualmente se encontra associado ao derrube. Não nos opomos, no entanto, a que possam ter existido algumas dessas cabanas.

É possível que o alicerce fosse feito com pedras de maior envergadura ou com pedras fincadas e a parte superior com pedras menores. Evidentemente que numa fase de transição entre a construção de estruturas com materiais perecíveis e a construção de estruturas com pedra, se podem ter conjugado os dois tipos de materiais, como está documentado, por exemplo, no povoado de Acinipo, na província de Ronda (Andaluzia), no qual foi detectada uma estrutura circular calcolítica construída nestes moldes.

As construções com materiais perecíveis foram identificadas em diversos locais. Em 1943, nas escavações do Castro do Rio, em Villamarín, foram encontrados fragmentos de barro com negativos de ramos vegetais entrecruzados. Este facto levou à conclusão de que as cabanas seriam elaboradas com o recurso a um entrançado de ramos reforçado por barro. Este tipo de material foi também detectado em Sabroso, Santa Olaia e San Mamede, bem como em povoados de cronologia anterior (Outeiro de Assenta, Castro de Rotura, Penacova) (LOPEZ CUEVILLAS 1947). Existem, ainda, casos raros (Castro de Meirás, na Corunha) de muros feitos com argamassa de pedra, a granel, misturada com barro que se obtém numa estrutura de madeira – provavelmente uma tentativa de imitação da argamassa romana.

O mesmo autor defende a coexistência deste tipo construtivo com a petrificação das cabanas. Refere ainda que existiam povoados em que a petrificação não chegou a verificar-se, como no Castro do Rio, sendo mais abundante a utilização deste tipo construtivo em zonas do litoral (*idem*, 143 e 146).

Esta evolução morfológica das plantas reflecte a "aquisição de novas técnicas de construção patentes na diversidade dos aparelhos e nas soluções dos ângulos e das coberturas (...) sendo determinantes neste processo o uso de utensílios de ferro no tratamento dos materiais (SILVA 1986, 62).

Os canteiros destes povoados desconheciam, aparentemente, outra maneira de elaborar os cantos das habitações, por exemplo, com pedras entrecruzadas (em cunhal), limitando-se a juntar os

muros sem os unir, ou colocando nos ângulos pedras quadradas de tamanho médio, ficando assim os muros independentes, ou seja, sem ligação entre os três elementos. Geralmente optavam por esquinas e cantos curvos, mesmo nas estruturas angulares.

Em relação às portas, verificava-se situação idêntica. Prescindia-se dos encaixes nas paredes e adossavam-se a estas os dintéis, sem qualquer união, como em Briteiros, Âncora e Sabroso. Casos existem em que não eram utilizados dintéis, padieiras ou soleiras, como nos povoados estudados no vale do Coura.

Diversos autores têm debatido a própria terminologia de designação da "cultura" em estudo – a cultura castreja -, um tema que se tem mantido mais actual do que os anteriormente abordados.

Tradicionalmente, o termo *Castro* definia um povoado amuralhado, localizado geralmente em altura, com um grande desenvolvimento durante a Idade do Ferro (LÓPEZ-CUEVILLAS 1989; 1990). Nesta linha de pensamento, C. Ferreira de Almeida (1983) precisou o termo *castro* como designando apenas os povoados fortificados que possuíam muralhas e construções pétreas. Assim sendo, pelo facto de a petrificação, segundo alguns autores, ser tardia, a "cultura castreja" ocorreria apenas a partir do séc. IV a.C., - o que será pouco provável.

Nos últimos anos, os arqueólogos tem posto em causa a utilização indiscriminada dos termos *castro* e *cultura castreja* (HÖCK 1980; MARTINS, 1988; 1990), uma vez que, os povoados do Bronze Final e os característicos da Idade do Ferro reflectem realidades diferentes - daí não poderem ser denominados da mesma forma e, evidentemente, não poderem ser englobados numa mesma cultura, como se tem vindo a fazer.

À visão reducionista do passado, opõem-se outras, como a de Júlio Carballo Arceo, - que partilhamos - para quem o castro deve ser entendido como um território muito mais amplo: "O castro como assentamento não pode ser entendido somente como o espaço povoado, das muralhas para dentro, é fundamental conhecer a sua relação com o território imediato onde se exploram os recursos económicos, e também a relação que estabelece com outros povoados, tanto do ponto vista económico, como político e social. As interacções destes diferentes domínios reflectem-se na configuração do espaço urbanizado, entendido este em sentido amplo" (1996, 160).

É nesta perspectiva que consideramos mais correcto designar o castro como povoado fortificado da Idade do Ferro, enquanto não se encontre outra definição que seja por si só muito mais abrangente e que inclua o espaço habitacional, a área defensiva e a sua envolvente, algo como povoado fortificado da Idade do Ferro e seu território ou sua área de influência. Povoado fortificado é, também, uma definição mais ampla, no sentido de incluir as várias designações que tradicionalmente se utilizavam (*castro*, *citânia*, *cividade*). Pretende englobar todos os tipos de locais habitados durante a Idade do Ferro, independentemente do seu tipo construtivo, dimensões e cronologia, e que, tanto quanto se sabe, seriam sempre fortificados (nem que fosse por defesas naturais) mas que, cronologicamente, teriam emergido nas épocas de transição Bronze/Ferro, na Idade do Ferro, ou Ferro/Romanização. Mesmo assim, como referimos, não é suficientemente abrangente, sobretudo no que diz respeito à sua realidade envolvente.

Estreitamente relacionada com o tema anteriormente, também, a discussão do termos Cultura Castreja continua perfeitamente actual. Tradicionalmente, a definição desta cultura tinha por base a acentuação - a nosso ver exagerada - das características consideradas essenciais de um Castro (LÓPEZ-CUEVILLAS, 1989; ACUÑA CASTROVIEJO 1977; SILVA 1986).

Numa perspectiva mais recente e na continuidade da sua definição de castro, Manuela Martins (1988), tal como outros autores (CARBALLO ARCEO 1996), questiona-se sobre a existência de uma unidade cultural que afecte todo o noroeste peninsular durante o espaço de tempo compreendido entre a última fase do Bronze Final e a Romanização. Como aparentemente não há continuidade entre os poucos povoados de altura calcolíticos do norte de Portugal e da Galiza e os primeiros castros do Bronze Final / Idade do Ferro, pode-se estimar que a emergência dos povoados apenas ocorre na última fase do Bronze Final (CALO LOURIDO e SIERRA RODRIGUEZ 1983; CARBALLO ARCEO 1996).

Carballo Arceo (1990, 165-166), tal como outros autores, apesar de concordar com a necessidade de definição desta terminologia, defende que a principal prioridade consiste na verificação da existência ou não de continuidade entre a sociedade do Bronze Final e a do Ferro.

Parece haver, contudo, um consenso recente entre os diversos estudiosos de que a investigação sobre o fenómeno castrejo, considerados os poucos elementos disponíveis, a grandeza da área geográfica de implantação deste fenómeno, a sua larga perduração no tempo, a falta de investigações em grande parte do território e a cada vez mais frequente ocorrência de particularidades distintivas de cada nova área em estudo, que colocam novas questões, não permite qualquer tentativa de sistematização com pretensões globalizantes.

Estes temas como outros têm, suscitadas amplas discussões, como vimos, divergindo as opiniões dos diversos investigadores ao longo dos tempos.

No caso português, não existe tradição no domínio da reflexão teórica conhecendo-se, somente, a formulação de algumas considerações no âmbito das teses de doutoramento. Não obstante, recentemente tem-se procurado definir algumas opções epistemológicas e teóricas que reflectem um eclectismo bem patente no livro de Jorge Alarcão, "Para uma conciliação das arqueologias" (editado em 1996), uma tentativa de consenso entre as diversas posições teórico-interpretativas das "várias arqueologias" que poderá conduzir a uma pretensa ilusão de unidade, que apenas existirá em certos pontos. Trata-se, contudo, de uma posição de abertura dos arqueólogos portugueses face às distintas "escolas", reveladora da maturidade da disciplina, imprescindível para a coexistência e o diálogo entre todos (JORGE e JORGE 1998).

Os modelos utilizados em Arqueologia foram importados, regra geral, das Ciências Sociais. São representações do passado resultantes da metodologia utilizada no processo de investigação e reflectem, no fundo, a capacidade de cada investigador para construir teoricamente o passado.

No que respeita ao tema em análise, designadamente os **modelos interpretativos sócio-culturais relativos à Cultura Castreja**, verifica-se que tanto investigadores portugueses como espanhóis, trabalham e escrevem sem adoptarem qualquer tipo de corrente teórica, ainda que se debrucem, naturalmente e cada vez mais, sobre os modelos interpretativos e evolutivos desta cultura.

Apenas Manuela Martins se dedicou a este tema, muito embora numa perspectiva de sistematização, aquando da apresentação das suas provas de agregação, posteriormente adaptadas e publicadas (1993-94). Por esse facto, teremos o seu trabalho como base para a sistematização que de seguida apresentaremos, acrescentando e alterando aquilo que entendermos oportuno.

Podemos considerar que, *grosso modo*, os estudos relacionados com Idade do Bronze - a fase antecessora da Idade do Ferro - podem agrupar-se em dois grandes modelos:

- O **modelo histórico-cultural**, no qual se enquadram os investigadores cronologicamente situados até finais da década de 60, que valorizavam sobretudo os artefactos "permitindo acumular um considerável saber sobre as sequências regionais" (MARTINS 1994-94, 74);

- O **modelo processual e funcionalista** das últimas décadas, cujos investigadores, através de prospecções sistemáticas, valorizaram os contextos regionais sobre as diferentes perspectivas, nomeadamente a diversidade do meio ambiente, os padrões regionais de povoamento e as formas de subsistência. A principal finalidade é, sobretudo, o conhecimento do desenvolvimento social, o que leva a considerar o intercâmbio e o comércio como "processos privilegiados de interacção entre sociedades" (MARTINS 1998, 73).

Qualquer destes modelos privilegia, portanto, embora de forma diferente, o papel dos objectos e das tecnologias ditas de importação e o seu valor explicativo na evolução cultural das sociedades da Idade do Bronze, pelo que, numa primeira fase, se desenvolveram teorias de carácter migracionista e difusionista, cujo mentor foi, nos anos 30, Gordon Childe. Estas correntes derivaram, posteriormente, para explicações mais elaboradas sobre o processo de intercâmbio regional e supra-regional e mais de acordo com os preceitos das teorias processualistas, que tiveram o seu auge entre os anos 60, e inícios dos anos 90.

Apesar dos diversos estudos de caracterização dos objectos, dos processos de evolução social, resultante do inter-relacionamento dos diferentes grupos, e da "interpretação simbólica da cultura material, permanecem incapazes de abarcar a ampla teia de interacções humanas envolvidas nos processos de troca" (*idem*, 76), tanto mais que os objectos e as próprias matérias-primas não possuem um valor económico mas ideológico que lhe advém "da sua raridade, exotismo e simbolismo, ou do simples prestígio que acrescentam a quem os possui" (*idem*, 75).

Os estudos sobre a Idade do Ferro - a que já fizemos referência - ocorrem a partir do **século XVI** e tem continuidade no século seguinte, configurando-se o que se poderá designar de **primeiro modelo interpretativo**, embora se verifique uma reduzida coerência das explicações, dado que os estudos dessas épocas derivam da curiosidade de alguns eruditos sobre a monumentalidade das ruínas dos castros aos quais eram atribuídas cronologias diversas, designadamente romanas, e a funcionalidade de fortalezas.

O **modelo seguinte** corresponde cronologicamente ao **século XIX** e deriva da corrente caracterizadora de toda a cultura de então, o **Romantismo**. É nesta época que, pode-se considerar, que se dá o nascimento da arqueologia dos castros, especialmente com os trabalhos de Francisco Martins Sarmento. Preconizando ideais tradicionalistas e patrióticos é criado o conceito de "cidades mortas", no sentido da procura das origens das diversas regiões. Os estudos são, assim, imbuídos de

um carácter regionalista amador, resultante do isolamento dos diversos investigadores, que infelizmente, só é ultrapassado nos anos oitenta do século XX.

O **terceiro modelo**, apelidado de **histórico-culturalista ou historicista**, tem as suas balizas cronológicas nos anos **20 e 30 do século XX**. Em termos conceptuais, podemos falar de uma reflexão sobre a identidade e os particularismos regionais, cujo pioneiro foi P. Bosch Gimpera (1932; 1933; 1939; 1942), que apresentou o primeiro modelo interpretativo coerente, nascido da grande quantidade de achados que iam surgindo e para os quais os investigadores apenas procuravam filiações étnicas. Este autor não só sistematizou a cultura dos castros, posteriormente apelidada de Castreja, como lhe atribuiu uma cronologia, inserindo-a na Idade do Ferro Peninsular e considerando-a uma cultura de tradição pós-hallstática, dadas as características das armas e das peças de ourivesaria conhecidas. Organizou, igualmente, os dados existentes sobre a Cultura do Bronze do Sudoeste, mais tarde designada de Cultura do Bronze Atlântico (actualmente também questionada), pelo que as duas culturas caracterizavam o noroeste ibérico no I milénio a.C..

A partir daqui, durante cerca de cinquenta anos, houve, a preocupação essencial de caracterizar a cultura material da Cultura Castreja, definir a sua área geográfica, os grupos étnicos que a ocupavam e perspectivar a sua evolução cronológica, tendo F. Lopez Cuevillas sido um dos maiores sistematizadores dos diversos temas, sobretudo nos anos 50. Nesta lógica, todos os assuntos eram estudados num esforço de sistematização, procurando-se o traço comum que cada tópico desta cultura teria, por exemplo, em termos de arquitectura, arte decorativa arquitectónica, escultura, monumentos com forno, metalurgia, cerâmica, ourivesaria, etc.

Pela falta de metodologia que persistiu até aos anos 80, os estudos eram baseados num enquadramento cronológico relativo e não absoluto, no qual o contexto estratigráfico não era considerado.

A Cultura dos Castros foi, pois, definida com base num conjunto de vestígios materiais, provenientes dos castros mas, regra geral, descontextualizados. De resto, o esquema cronológico-evolutivo era baseado no estudo dos fósseis directores, que justificavam todas as migrações, conquistas, em suma, todas as influências externas.

O Castro era tido como uma povoação com casas redondas, em pedra, fortemente amuralhada, situada no alto de um monte e, cuja origem se deveria à invasão indo-europeia dos Sefes (na primeira metade do séc. VI a.C.), como defende L. Cuevillas (1953 [1989] 37 e 332), povo esse referido por Avieno na "Ora Marítima".

Paralelamente, tentava-se definir os povos que o habitavam e a sua evolução social, sobretudo através das fontes literárias clássicas e da linguística, concedendo-se um grande destaque à celtização do noroeste, a qual gerou – e ainda continua a gerar - abundante bibliografia.

Deste modo, criaram-se estereótipos desta "Cultura", que ainda hoje perduram em diversos meios, designadamente nos manuais escolares, onde se defende, basicamente, a existência de uma cultura céltica, que povoou aldeias do tipo castro, por todo o noroeste peninsular, uma área limitada por fronteiras mais ou menos rígidas, com grande uniformidade e durante a Idade do Ferro. Uma ideia que deriva sobretudo da sistematização da literatura clássica, do estudo de grandes povoados como Briteiros, Sanfins, Mózinho, Santa Tecla entre outros, e cuja cronologia, sabemos hoje, é

bastante tardia e, de forma alguma, caracterizadora de toda a evolução da ocupação do noroeste peninsular durante a Idade do Ferro.

Segundo esta corrente historicista, a emergência da cultura castreja, as alterações, a evolução cronológica derivam, essencialmente, numa atribuição reducionista, de modelos migracionistas, invasionistas ou difusionistas. Nesta perspectiva, podemos identificar, grosso modo, quatro grandes grupos de opiniões sistematizadoras desta "Cultura" e da sua evolução cronológica aos quais nos anos 90, que no entanto já não se enquadram no âmbito desta corrente.

No **primeiro grupo** incluímos investigadores como P. Bosch Gimpera (1932; 1933; 1939; 1942), Santa Olalla (1946), F. Lopez Cuevillas (1953 [1989], 1954), Blanco Freijeiro (1960) e Mário Cardoso (1962) que justificam a emergência e evolução cronológica e cultural do noroeste com base em invasões indo-europeias e célticas, pautando-se a sua evolução posterior por influxos externos, designadamente hallstáticos e romanos.

Num **segundo grupo**, ideologicamente muito próximo do anterior, temos investigadores como C. Hawkes (1971), Mário Cardoso (1958), C. A. Ferreira de Almeida (1983, 1983a, 1986), A. Castroviejo (1977), A. Tranoy (1981) e Armando Coelho (Silva 1986). Defendem que a evolução de alguns elementos culturais deriva de alterações internas. Também, e simultaneamente, que a emergência e as alterações significativas são justificadas pelas influências hallstáticas e pela conquista romana.

No **terceiro grupo**, incluem-se aqueles que enquadram a emergência dos castros no contexto do Bronze Final. O precursor desta corrente foi J. Maluquer de Motes (1973), que **nos anos 70**, considerou a evolução dos povoados como resultado de um processo cultural local, favorecido por uma adaptação particular ao meio (MALUQUER DE MOTES 1973).

Nos **anos oitenta** e posteriores diversos investigadores, na sequência do defendido anteriormente, entendem a emergência dos povoados castrejos como resultado do desenvolvimento da metalurgia do bronze, evidentemente enquadrados nas características geomorfológicas do noroeste peninsular. Esta nova teoria ganha força através das primeiras datações de C14 que antecipam para a primeira metade do I milénio a.C. a cronologia de alguns povoados como o Coto da Pena (SILVA 1986), S. Julião e Barbudo (MARTINS 1990). Armando Coelho Ferreira da Silva por utilizar uma série de elementos externos para justificar a evolução da Cultura Castreja (nomeadamente de origem atlântica, centro europeia, meridional e romana) é o principal representante desta corrente historicista, sendo o seu esquema evolutivo o mais conhecido e citado.

O **quarto grupo**, por último, é fruto das **investigações posteriores aos anos oitenta** que originaram novas interrogações. Os seus mentores são bastante críticos em relação aos modelos defendidos anteriormente, e valorizam mais a evolução cronológica, política, económica, social e cultural, inserida no contexto geomorfológico e ambiental de cada sociedade. Valorizam, em suma, a totalidade do registo arqueológico.

Trata-se de um modelo **mais positivista**, na medida em que recorre à contextualização estratigráfica, às datações por radiocarbono, às análises antracológicas, carpológicas, palinológicas e edafológicas, ao estudo dos povoados mediante a utilização de modelos de arqueologia espacial,

nomeadamente o estudo da evolução dos processos económicos e sociais das comunidades da Idade do Ferro e sua inserção na evolução da paisagem (CARBALLO ARCEO 1996a; 1997).

Na Galiza desenvolveram-se diversas investigações enquadráveis nas teorias interpretativas da Arqueologia da Paisagem (CRIADO BOADO 1993a; 1993b), e estudos aplicados, designadamente na província da Corunha (PARCERO OUBIÑA 1995). A estes foram associadas também novas metodologias apoiadas no emprego de Sistemas de Informação Geográfica (SIG), de forma a definir os diversos modelos de ocupação nas várias fases da Idade do Ferro (PARCERO OUBIÑA 2000).

Em termos histórico-evolutivos, a sequência passa a ser menos segmentada por factos históricos e artefactos, mais conforme aos processos de dinâmica económica e social da Nova História. Esta nova perspectiva, que permanece até à actualidade, não rejeita obviamente as influências externas. Olha para os produtos alógenos como elementos dinâmicos, produto de relações inter-regionais e extra-regionais, ao mesmo tempo motores de alterações e mudanças no seio da comunidade autóctone, já que muitas vezes são o motivo da produção de excedentes ou do seu aumento, por exemplo, no que respeita a extracção de minérios para troca com os produtos vindos do exterior. Com esses produtos viajam, evidentemente, ideias e tecnologias.

Um bom exemplo da articulação dos diversos factores como explicação para a origem e a evolução da Cultura Castreja, designadamente a relativa à galega, é a tese de António da Peña Santos e José Manuel Vázquez Varela (1996), segundo os quais as alterações são interpretadas como resultado de factores endógenos mas também exógenos, associados a um aumento demográfico e ao desenvolvimento económico.

Cada vez mais se aposta na explicação da emergência dos povoados fortificados, nos inícios do I milénio a.C., como resultado de diversos contextos geomorfológicos, no quadro do desenvolvimento económico agro-pastoril e metalúrgico, e da complexificação social que se terá generalizado nesta época.

Os bens de prestígio não parecem ser apenas os objectos materiais mas também, como desde outras épocas até à actualidade, a posse da terra - um factor preponderante no sentido da monumentalização dos povoados, como elemento de ostentação de poder e de controle de demarcação territorial de visibilidade que se terá desenvolvido.

Armando Coelho (SILVA 1986) defende a existência de culturas arqueológicas específicas de uma determinada região, constituídas por grupos com características étnicas particulares. Valoriza o tempo em detrimento do espaço, na medida em que a investigação é orientada no sentido da identificação da cultura material comum e da delimitação de fronteiras étnico-políticas e suas etapas de desenvolvimento.

Manuela Martins (1987, 1993-94), por sua vez, tendo em consideração a diversidade cultural e não obstante a existência de uma "modalidade de ocupação do território, aparentemente comum a uma vasta área geográfica (MARTINS 1993-94, 42), desconfia da possibilidade de englobar toda essa diversidade num conceito abrangente de cultura, neste caso "castreja", a qual apenas acontece "num momento relativamente avançado da Idade do Ferro" (*id.*, *ib.*).

Privilegia os particularismos espaciais e temporais das comunidades que se desenvolveram durante a Idade do Ferro no noroeste, perspectivando a cultura como "algo que se forja permanentemente dentro dessas coordenadas" (*id., ib.*).

A investigadora divide evolução da Cultura Castreja (MARTINS 1990, 1992) em três fases. Numa primeira fase, a partir dos século VIII/VII a. C., surgem, no contexto dinâmico do Bronze Final, povoados fortificados com um povoamento hierarquizado interna e externamente, espaço no qual "se estruturarão novas relações económicas, serão definidos novos territórios socio-políticos e emergirá uma nova ordem e hierarquia, sustentadas por novos sistemas de alianças e de parentesco e por uma nova ideologia, traduzida na auto-concepção das comunidades enquanto entidades territoriais, ligada a espaços sócio-económicos e simbólicos bem definidos" (MARTINS 1993-94, 56).

O controlo estratégico protagonizado pelos povoados fortificados mais antigos vai, contudo, esmorecendo, dando lugar a uma segunda fase de desenvolvimento em que ocorre um novo tipo de povoamento, cada vez mais próximo do vale intensificando-se, eventualmente, a exploração agro-pecuária, bem como económica e verificando-se "um aumento da complexidade social, traduzidos pelo desenvolvimento da metalurgia do bronze e do ferro" (*id., ib.*), tornando a emergir grandes castros, protagonistas da terceira fase. Estes possuiriam elevada população, acentuada hierarquização no povoamento, notória também nas remodelações e reconstruções de alguns povoados que, novamente, reforçam a visibilidade, sendo estes os povoados com os atributos típicos da cultura castreja. Uma divisão trifásica que se enquadra num modelo de arqueologia pós-processualista.

O que separa essencialmente as teses de A. Coelho e M. Martins são não tanto as perspectivas em relação à emergência da cultura castreja mas, sobretudo, sobre o seu desenvolvimento. Enquanto o primeiro explica a evolução da cultura castreja à luz da corrente histórico-culturalista, e a interpreta como um processo que sofre avanços e recuos mercê de elementos externos, M. Martins vê uma continuidade de transformações e mudanças que levam à emergência da cultura castreja no Bronze Final, por motivações autóctones, geradoras das diversas transformações.

Contudo, aproximam-se quando partilham teorias relativas à hierarquização e à complexificação social. Contudo, outros investigadores, de meados da década de noventa e inícios dos anos de 2000, não parecem ver no registo arqueológico, de forma tão clara a hierarquização e a complexificação social preconizada por A. Coelho e M. Martins, isto se exceptuarmos os povoados de longa duração, cujo desenvolvimento ocorre sobretudo pós contactos com os romanos ou são criados já em contacto com a nova civilização, como é o caso da Citânia do Mózinho, em Penafiel.

Jorge Alarcão (1992) prevê igualmente três fases de evolução, que o mesmo explica por motivações económicas, políticas e militares.

É muito interessante verificar a diversidade de novas teorias resultantes das diversas perspectivas pós anos 80/90 como, por exemplo, as de alguns autores que defendem que a expedição de Décimo Júnio Bruto (em 138-136 a.C.) terá funcionado como um motor de desenvolvimento da região, nos finais do milénio. Quanto a nós, terá sido um motor de união entre os

povos autóctones e, em algumas zonas, motor de transformação, no sentido do progresso, face às novidades trazidas pelos romanos. Contudo, esse desenvolvimento verificou-se apenas em determinados locais, pois em outras zonas as transformações resultaram na criação de povoados relativamente diferentes, mais pequenos e camuflados na paisagem, eventualmente com alterações que se reflectem na cultura material, mas não nas habituais formas de desenvolvimento e de prosperidade características de povoados de grande envergadura e de longa duração como Sanfins, Briteiros ou Santa Tecla.

A diversidade de opiniões acerca destas épocas mais recentes parece centrar-se no facto de que diversos autores quererem, de alguma forma, apresentar novidades, sobretudo no que diz respeito à evolução cronológica da cultura castreja, e, especialmente, em relação à época da sua emergência. Assim, alguns autores aceitam o aparecimento dos castros no Bronze Final e, conseqüentemente, a sua grande antiguidade, enquanto outros defendem que a cultura castreja apenas ocorre no momento em que se inicia a petrificação das estruturas - a partir do século VI a. C.. Outros investigadores, como Ana Bettencourt (2004a; 2004b), apontam o início da cultura castreja apenas para o século IV a.C., ou para os primeiros séculos da romanização. Estas últimas perspectivas enquadram-se na definição típica de Castro, pela importância que conferem à petrificação.

2.3.1 Os esquemas evolutivos e as cronologias da Idade do Ferro

Neste sub-capítulo e seguintes, pretende-se fazer a análise dos estudos sobre **os esquemas evolutivos e as cronologias** desta fase da Proto-História Peninsular e não apresentar novos dados ou conjecturas especulativas.

Apesar de muitos autores terem apresentado várias cronologias e opções de evolução sobre a Idade do Ferro, este é um dos problemas que permanece em aberto, uma vez que a maioria dos povoados apresenta muitas dificuldades de datação, não só pelos materiais (cerâmicas grosseiras com padrões formáticos e decorativos muito padronizados, escassos materiais metálicos, por exemplo) e pela pouca informação que fornecem, mas sobretudo pelos fenómenos pós-deposicionais que actuaram fortemente sobre os vestígios.

Outro elemento que poderia fornecer valiosas informações, nomeadamente sobre as mentalidades, seriam as necrópoles. Contudo, praticamente não são conhecidas, não só pelo facto de estes povos praticarem a incineração, mas também porque, aparentemente, as suas cerimónias não recorreriam a materiais e objectos duradouros, como potes funerários para deposição das cinzas.

A maioria dos autores portugueses divide esta cultura em três ou cinco etapas cronológicas: Carlos A. F. de Almeida (1983) aponta cinco períodos de desenvolvimento e evolução da "Cultura Castreja": o *Pré-Castrejo*, o *Castrejo Antigo*, o *Médio*, o *Recente* e o *Final*; Armando C. Silva (1986, 65) sugere três períodos para a Idade do Ferro, cada um deles subdividido em duas fases; Manuela Martins (1990, 113) indica quatro etapas e Jorge Alarcão (1992, 43) três.

Para Armando Coelho a Cultura Castreja teria emergido na Fase IA (correspondente ao Bronze Final Atlântico II), com uma cronologia entre 900 e 700/650 a.C., e evoluído para fases sucessivas, que designou por Fase IB (700/650 a 500), Fase IIA (500 a 200), Fase IIB (200 a 138-136), Fase IIIA

(138-136 à segunda metade do século I a.C.) e, finalmente, Fase IIIB (que se situaria, sensivelmente, entre os finais do século I a.C. e a época flaviana - (69-96, dinastia do Flávios). Esta cronologia baseia-se sobretudo nos diversos impulsos e alterações provocadas por relações externas, de carácter continental ou mediterrânico, fundamentadas no registo arqueológico das diversas intervenções realizadas pelo autor, concedendo-se especial relevo aos materiais cerâmicos, designadamente de importação. Trata-se da cronologia mais aceite no actual estado de conhecimentos.

Manuela Martins (1990), como referimos, aponta quatro fases, embora a última seja já de nítida influência romana. A primeira corresponde ao Bronze Final e situa-se no intervalo compreendido entre os séculos X/IX e VII/VI a.C.; a segunda, corresponde à Idade do Ferro e situa-se entre os séculos VII/VI a.C. e o século II a.C.; a terceira corresponde também à Idade do Ferro e está balizada entre o século I a.C. e meados do século I e, por último, a fase IV correspondente à Romanização.

Jorge Alarcão publica, em 1992, uma outra cronologia, bastante mais simples, igualmente com três fases evolutivas: a primeira dos séculos X a VIII a.C.; a segunda dos inícios do século VII a.C. e finais do II a.C.; a terceira, com início nos finais do século II a.C..

Carlos A. F. de Almeida (1983), por seu lado, caracteriza cada fase explicitando os seus elementos típicos e evidenciando a sua transição e evolução. Apesar de falíveis, aponta-nos cinco períodos de desenvolvimento e evolução da "Cultura Castreja": o *Pré-Castrejo*, o *Castrejo Antigo*, o *Médio*, o *Recente* e o *Final*. Em termos cronológicos, esta evolução apresenta uma lógica pertinente, em muitos pontos actual, tanto mais que já foi elaborada há mais de vinte anos.

A fase pré-castreja ou de formação, com níveis atribuíveis aos séculos VII-VI a.C., corresponde aos povoados situados em pequenos montes, salpicados de rochas, que permitiam abrigos e defesas naturais, auxiliadas por muralhas elementares em sistema de taludes de terra e pedras. As suas habitações resumiam-se a cabanas feitas de barro e fibras vegetais. Utilizavam-se objectos de cerâmica carenada e brunida e os utensílios de bronze continuavam em vigência.

O período do "castrejo antigo" tem os seus primórdios no século IV a.C., e atinge o século I a.C. É marcado pela introdução da tecnologia do ferro e pela conseqüente petrificação das casas do noroeste que não se terá verificado "antes do século III a.C." (*idem*, 161), um facto que por ser tardio vem provar a continuidade da Idade do Bronze Final no Ferro Inicial (LOURIDO 1983). O bronze continua a ser utilizado, até pela maior facilidade do seu trabalho.

Neste período antigo, a economia cerealífera era de grande importância, como atestam os vestígios de trigo, painço, ervilha, bolota e as mós oblongas ou de vaivém.

O período "castrejo médio" tem os seus inícios no século I a.C. "ou talvez só a partir da invasão-reconhecimento de César (61 a.C.)" (ALMEIDA 1983, 71) e prevalece até Augusto.

Como resultado da política de César para a Lusitânia e da conquista de Augusto, a evolução da cultura castreja é um facto. Nesta fase, verifica-se a construção de muralhas imponentes, de casas com vestíbulo e a ocorrência de moinhos circulares.

O período "castrejo recente" desenrola-se durante o reinado de Augusto (27 a.C. - 14 d.C.), sendo a época em que a arte decorativa arquitectónica atinge o seu desenvolvimento e auge, da qual há muitos testemunhos na área castreja meridional, desde Mózinho a Âncora, passando por Briteiros

e Sabroso, entre outros (SILVA 1986; 1987). O aparelho poligonal, com colocação denteada, evolui para o reticulado. As esculturas de guerreiros galaicos e os monumentos com forno e "Pedra Formosa" serão, porventura, inovações desta fase (ALMEIDA 1983; 1986).

Constroem-se muralhas relativamente estreitas, de faces verticais, e desenvolve-se "um urbanismo de tendência ortogonal" (*idem*, 1983), com casas organizadas em pequenos conjuntos - os "bairros" - destinados a famílias extensas, como se verifica em Sanfins (SILVA 1986). A cerâmica é feita a torno, mas com aspecto e recurso a técnicas indígenas.

Augusto determina que os autóctones vivessem em castros de planície com certa capacidade administrativa, nascendo assim os castros agrícolas ou "Castella", descendentes dos povoados tradicionais, mais altos, que existem em paralelo.

O período "castrejo final" tem os seus primórdios na época flávia (pós 69 d.C., com Vespasiano), na região meridional, e um pouco mais tarde, na zona norte (ALMEIDA 1983). A cultura castreja entra em decadência, o romano começa a impor-se, aculturado e transformando.

Em linhas gerais, são estas as fases evolutivas da cultura castreja defendidas por Carlos A. F. de Almeida para a área meridional. Esta visão da evolução dos povoados é baseada no conhecimento existente na época, sobretudo a partir dos povoados de grande envergadura. Embora esteja apoiada na cultura material, teria que ser adaptada às datações que o radiocarbono tem actualmente fornecido, o que remeteria as cronologias referidas certamente para épocas mais antigas.

A síntese das diversas teorias elaborada por Felipe Árias Vilas (1996) é bastante interessante, na medida em que caracteriza, quase século a século, os elementos mais marcantes de cada período. Além disso, faz terminar o "Castrejo Final" em época bastante tardia (século V d. C.) o que, a nosso ver, será mais condizente com a realidade das diversas regiões, do que as posições que colocam o fim do castrejo no século I d.C..

Parece-nos que este processo foi muito mais lento do que o que se tem referido ao longo dos tempos, pois, se o abandono da maioria dos povoados é uma realidade, o *modus vivendi* autóctone continua - ainda que com alterações resultantes do contacto com os romanos - até épocas tardias, embora possa não atingir o século V como Árias Vilas propõe. O final da cultura castreja varia conforme as zonas e o respectivo interesse que os romanos manifestavam por cada uma em particular.

O incremento da quantidade e da qualidade das escavações arqueológicas realizadas na última década traduziu-se num avanço significativo em termos de obtenção de dados cronológicos. Se até recentemente se considerava que estes povoados tiveram o seu início no século VII a.C. (FARIÑA BUSTO *et alii*, 1983), a escavação de novos assentamentos, como Penalba (ALVAREZ NÚÑEZ 1986) e Torroso (PEÑA SANTOS, 1982), associada aos resultados das investigações desenvolvidas no norte de Portugal, permitiu antecipar a cronologia inicial dos povoados fortificados para o século VIII a.C., existindo alguns cuja datação aponta para finais do século IX a.C. (CARBALLO ARCEO e FÁBREGAS VALCARCE 1991).

Uma síntese de diversos autores permite-nos verificar a problemática que se coloca face ao estabelecimento da cronologia inicial desta etapa. O início estipulado por cada autor é, por consequência, muito variável:

- Carlos Alberto Ferreira de Almeida (1983) - finais do século IV a.C.;
- Armando Coelho F. Silva (1986) - século VI a.C.;
- Manuela Martins (1990) - época de transição entre os séculos VI / V a.C.;
- Jorge Alarcão (1992) - século VII a.C.;
- Xulio Carballo Arceo (1990) - século V a.C.;
- Ana Bettencourt (2001) apresenta os dados mais recentes. Considera o segundo quartel do I milénio a.C., como a época mais provável, sobretudo no que diz respeito às áreas litorais do Nordeste Peninsular. Afina posteriormente esta cronologia (2004a; 2004b) e defende em primeiro lugar "que se considere o Bronze Final como uma fase cronológico-cultural autónoma, distante em termos temporais da Idade do Ferro; segundo, que se aceite a existência de um período de transição Bronze/Ferro como uma fase cronológico-cultural com identidade e autonomia, (...) desenvolvida entre os séculos VII e os finais do V/inícios do séc. IV a.C. e terceiro que se considere uma cronologia adentro do séc. IV a.C. para os inícios da Idade do Ferro do noroeste que poderá, consoante as áreas, resultar de factores essencialmente endógenos ou de um complexo e, ainda, pouco conhecido processo de miscigenação entre as populações indígenas e outras, de origem meridional, talvez apenas existente na faixa mais litoral" (2004b, no prelo).

As perspectivas mais recentes dos arqueólogos ditos processualistas, designadamente Ana Bettencourt, Brochado de Almeida e A. Dinis no caso português e Júlio Carballo Arceo, na Galiza, admitem para o norte de Portugal e para a Galiza a existência de diversas assimetrias, pelo que a Idade do Ferro terá surgido e desenvolvido de forma diferente nas várias áreas geográficas, apontando-se uma origem mais antiga para as áreas litorais e uma mais recente para as zonas interiores: segundo quartel do I milénio a.C. (BETTENCOURT 2001) e primeira metade do século IV a.C. (CARBALLO ARCEO 1990), respectivamente.

Se as etapas cronológico-culturais sugerem interpretações diferentes dos diversos autores, também o modelo teórico sobre o povoamento - nomeadamente no que diz respeito ao plano económico e social - difere. Armando Coelho Silva (1992), Manuela Martins (1990; 1996) e Jorge Alarcão (1992; 1996) consideram que a relativa pobreza do registo arqueológico da Idade do Ferro Inicial deriva de uma recessão e mesmo de um retrocesso em relação às sociedades do Bronze Final, no que respeita à metalurgia do bronze, à agricultura e ao intercâmbio supra-regional.

Contudo, outro grupo de arqueólogos, como J. Carballo Arceo (1989; 1990) e A. Peña Santos (1992) considera que, na Galiza, e na mesma época, ocorre uma intensificação da agricultura e um incremento de contactos supra-regionais, designadamente entre o noroeste e a área meridional. Da mesma ideia partilham Ana Bettencourt (2001) e Francisco Queiroga (1992), que rebatem ponto a ponto as ideias defendidas pelo grupo português e que, nesse sentido, defendem não ter havido uma recessão da metalurgia do bronze uma vez que são os objectos desta liga que dominam praticamente toda a Idade do Ferro "até ao século I a. C." (BETTENCOURT 2001, 45).

Sobre a agricultura, através da síntese elaborada por Ana Bettencourt (2001), considera a existência de "um dinamismo agro-silvo-pastoril crescente que, embora a ritmos distintos, de região para região, terá focado todo o noroeste Português" (2001, 44 e 45) e peninsular. Baseia a sua posição num conjunto de dados do registo arqueológico, associados ao estudo da situação geográfica dos povoados de vale e esporão baixo com acesso a solo de tipo agrícola em territórios de trinta minutos, e de estudos polínicos, paleocarpológicos, arqueozoológicos e antracológicos elaborados na última década para o noroeste peninsular.

A mesma autora comprova, igualmente, a inexactidão referida em relação ao enfraquecimento do intercâmbio supra-regional. Além da sua manutenção, defende mesmo o seu crescimento nesta época e em épocas posteriores, tanto na bacia do rio Coura, como na bacia do rio Minho e em toda a área litoral do noroeste peninsular, onde os diversos autores vão registando cada vez mais artefactos que se convencionou designar de importação. É o caso de cerâmicas com motivos estampilhados, cerâmicas púnicas, áticas, vidros, fíbulas designadas de tipo Santa Luzia e anulares hispânicas, objectos e técnicas da metalurgia do ferro e matérias-primas, como sílex e chumbo.

Estas trocas comerciais seriam resultado de rotas de intercâmbio supra-regionais desenvolvidas por via marítima, fluvial (Minho ou Douro) e terra e seriam alimentadas pela oferta de estanho, ouro fluvial, gado bovino e cavalari e peles existentes no noroeste em quantidade diversa, conduzidos, posteriormente, para as diversas feitorias fenício/púnicas estabelecidas na costa "mesmo a norte do Tejo, como por exemplo Santa Olaia (Montemor-o-Velho" (*idem*, 46).

Os estudos da última década, tiveram como factor preponderante a associação dos estudos arqueológicos com os resultantes das análises paleoecológicas, com a elaboração de novos modelos interpretativos resultantes do estudo de novos povoados até então nunca intervencionados e com a cultura material obtida – de onde resultaram novas e diversificadas teorias explicativas.

2.3.2. As fases radiocarbónicas

O crescente interesse pelo estudo dos povoados e a utilização de métodos de datação absoluta, designadamente os radiocarbónicos (C14), têm proporcionado resultados diversos, tendo sido neste domínio, aliás, que as mudanças se têm feito sentir de forma mais evidente, não tanto pela quantidade das séries (no caso português as séries castrejas ainda são escassas) mas porque várias datações anteciparam, a antiguidade dos povoados fortificados da Idade do Ferro, ajudando a sublinhar as teorias que defendiam a sua emergência no Bronze Final, ainda que o registo arqueológico seja pouco claro. Por outro lado, como veremos, parecem indicar o fraco desenvolvimento da Idade do Ferro na sua fase final, concretamente no contacto com o mundo romano.

Quadro I – Datações radiométricas dos povoados do noroeste português

Proveniência Contexto (estratigrafia, estrutura, quadrado)	Referência do laboratório Datação C14 (B.P.) Conversão	Datas Calibradas Intersecções; 2 sigma-cal AC	Tipo de amostra	Bibliografia	Observações
COSSOURADO - Paredes de Coura COS 94A - Quadrado M0 (camada 3) Interior da cabana 1	UGRA-503: 2220 ± 80 Entre 350 e 190 a.C. Sécs. IV e II a.C.	Intersecções: 353, 304, 208 cal AC 2 sigma (95,4%): 400 – 58	Bolotas de carvalho carbonizadas	-	-
COSSOURADO - Paredes de Coura COS 94A - A0/AA0 (2) Interior da cabana 1	UGRA-505: 2240 ± 80 Entre 370 e 210 a.C. Sécs. IV e III a.C.	Intersecções: 361, 282, 257 cal AC 2 sigma (95,4%): 411- 47	Tipo de giesta; <i>Quercus suber</i> (sobreiro); <i>Sambucus sp.</i> (sabugueiro); <i>Pistacia lentiscus</i> (lentisco)	-	-
COSSOURADO - Paredes de Coura COS 97D - GO (3) Parte interna da muralha	UGRA- 556 2230 ± 80 Entre 360 e 200 a.C. Sécs. IV e II a.C.	Intersecções: 357; 288; 250 cal AC 2 sigma (95,4%): 404- 55	Madeira carbonizada	-	-
COSSOURADO - Paredes de Coura COS 95A - Q5 (3) Interior da cabana 5	Sac-1505: 2590 ± 40 Entre 680 e 600 a.C. Sécs. VII e VI a.C.	Intersecção: 795 cal AC 2 sigma: 815-762; 622-599 cal AC	Bolotas carbonizadas	-	-
COSSOURADO - Paredes de Coura COS 96C - B3 (3) Interior da cabana 1C	Sac-1493: 2680 ± 40 Entre 770 e 690 a.C. Sécs. VIII e VII a.C.	Intersecção: 818 cal AC 2 sigma: 903-796 cal AC	Madeira carbonizada	-	-
ROMARIGÃES - Paredes de Coura ROMA 94A - N2 (3) Dentro da cabana 1	UGRA-502: 2400 ± 70 Entre 520 e 380 a.C. Sécs. VI e IV a.C.	Intersecção: 407 cal AC 2 sigma (95,4%): 771 – 369	<i>Quercus sp.</i> caducifólio (carvalho)	-	-
ROMARIGÃES - Paredes de Coura ROMA 93A - M0 (3) Dentro da cabana 1	UGRA-50 2200 ± 80 Entre 330 e 170 a.C. Sécs. IV e II a.C.	Intersecções: 337, 324, 202 cal AC 2 sigma (95,4%): 393 – 50	<i>Populus sp.</i> (choupo ou álamo)	-	-
ROMARIGÃES - Paredes de Coura ROMA 96A - M2 (3) Dentro da cabana 1	Sac-1494: 2500 ± 40 Entre 590 e 510 a.C. Séc. VI a.C.	Intersecções = 760; 672; 665; 632; 592; 584; 560 cal AC Para 2 sigma = 793 - 411 cal AC	Madeira carbonizada	-	-
CRISTELO - Paredes de Coura CRIS 97A - D2 (3) 1ª FASE - exterior da cabana 1	UGRA-555 1890 ± 60 Entre 120 a.C. e 0 Sécs. II a.C. e I a.C.	Intersecção: 125 cal AC 2 sigma (95,4%): 1 - 255 e 299 - 317	Madeira carbonizada	-	-
CRISTELO - Paredes de Coura CRIS 98A - M0,M1 e N0 (3) 2ª FASE - dentro da cabana 3	UGRA-580: 2040 ± 70 Entre 160 e 20 a.C. Sécs. II a.C. e I a.C.	Intersecção: 36 cal AC 2 sigma (95,4%): 330 - 330 e 200 – 126	Leguminosas do tipo giestas, codeços e tojo	-	-
COTO DA PENA - Caminha Campanha de 1980-83	UGRA-200: 2930 ± 100 Entre 1080 e 880 a. C. Sécs. XI e IX a. C.	1420-900 a. C. 2 sigma: 1406-842 a. C.	Sementes carbonizadas	SILVA 1986, 34	Atribuição cronológica do autor: Bronze Final/Ferro Inicial

COTO DA PENA - Caminha Campanha de 1980-83	UGRA-220: 2920 ± 100 Entre 1070 e 810 a. C. Sécs. XI e IX a. C.	1420-840 a. C. 2 sigma: 1401-836 a. C.	Sementes carbonizadas	SILVA 1986, 34	Atribuição cronológica do autor: Bronze Final/Ferro Inicial
STO. ESTEVÃO DA FACHA - Ponte de Lima Quadrado QXIII (10) Campanha de 1979-80	CSIC-400: 2160 ± 50 Entre 260 e 160 a. C. Sécs. III e II a. C.	380-100 a. C.	Carvão vegetal	ALMEIDA <i>et alii</i> 1982, 79	-
STO. ESTEVÃO DA FACHA - Ponte de Lima Quadrado QXIII (10) Campanha de 1979-80	CSIC-500: 2210 ± 50 Entre 310 e 210 a.C. Sécs. IV e III a.C.	390-122 a. C.	Carvão vegetal e sementes carbonizadas	ALMEIDA <i>et alii</i> 1982, 79	-
BARBUDO - Vila Verde Estrutura de madeira; corte 4, camada 2 Campanha de 1983-85	ICEN-21: 2650 ± 40 Entre 740 e 660 a.C. Sécs. VIII e VII a.C.	898-794 a. C.	Carvão vegetal	MARTINS 1989, 66	-
BARBUDO - Vila Verde Estrutura de madeira; corte 4, camada 2 Campanha de 1983-85	CSIC-735: 2750 ± 60 Entre 860 e 740 a.C. Sécs. IX e VIII a.C.	1040-810 a. C.	Carvão vegetal	MARTINS 1989, 66	-
BARBUDO - Vila Verde Estrutura de madeira; corte 4, camada 2 Campanha de 1983-85	CSIC-735R: 2740 ± 50 Entre 840 e 740 a.C. Sécs. IX e VIII a.C.	1000-810 a. C.	Carvão vegetal	MARTINS 1989, 66	-
S. JULIÃO - Vila Verde Sector B, corte I, camada 1b Exterior do talude e do fosso Campanha de 1982-84	ICEN-23: 2700 ± 40 Entre 790 e 710 a.C. Século VIII a.C.	923-804 a. C.	Carvão vegetal	MARTINS 1988, 129	-
S. JULIÃO - Vila Verde Corte 1, nível de base do talude defensivo da acrópole Campanha de 1982-84	ICEN-27: 2890 ± 45 Entre 985 e 895 a.C. Sécs. X e IX a.C.	1259-931 a. C.	Carvão vegetal	MARTINS 1988, 126-127	Esta datação define, segundo a autora, o <i>terminus post quem</i> da construção do talude defensivo da acrópole
S. JULIÃO - Vila Verde Corte 1, nível de base do talude defensivo da acrópole Campanha de 1982-84	ICEN-28: 2820 ± 40 Entre 910 e 830 a.C. Sécs. X e IX a.C.	1094-900 a. C.	Carvão vegetal	MARTINS 1988, 126-127	-
S. JULIÃO - Vila Verde Corte 1, nível de base do talude defensivo da acrópole Campanha de 1982-84	GIF-6993: 2840 ± 80 Entre 970 e 810 a.C. Sécs. X e IX a.C.	1260-830 a. C.	Carvão vegetal	MARTINS 1986, 159; MARTINS 1988, 126-127	-
S. JULIÃO - Vila Verde Corte 3, camada IIIa, camada que sobrepõe o pavimento mais recente de uma cabana Campanha de 1985	GIF-7013: 2750 ± 60 Entre 860 e 740 a.C. Sécs. IX e VIII a.C.	1040-810 a. C.	Carvão vegetal	MARTINS 1986, 159; MARTINS 1988, 126-128	-
S. JULIÃO - Vila Verde Corte 1, nível de base do talude defensivo da acrópole Campanha de 1982-84	CSIC-734: 2900 ± 50 Entre 1000 e 900 a.C. Sécs. X e IX a.C.	1260-932 a. C.	Carvão vegetal	MARTINS 1988, 130	-
S. JULIÃO - Vila Verde	ICEN-829: 2660 ± 45 Entre 755 e 665 a.C. Sécs. VIII e VII a.C.	899-790 a. C.	-	BETTENCOURT 1994	-
SANTINHA - Amares Corte 1, quadrado A6	CSIC-1145: 2800 ± 33 Entre 883 e 817 a.C. Séc. IX a.C.	2 sigma: 1016-890 a. C.	Carvão vegetal	BETTENCOURT 2001	Atribuição cronológica da autora: Santinha I, Bronze Final, séc. X a.C.

SANTINHA - Amares Corte 2, camada 2	CSIC-1315: 2837 ± 27 Entre 914 e 860 a.C. Sécs. X e IX a.C.	2 sigma: 1051-903	Carvão vegetal	BETTENCOURT 2001	Atribuição cronológica da autora: Santinha I, Bronze Final, séc. X a.C.
SANTINHA - Amares Corte 1, quadrado A5	CSIC-1084: 2793 ± 53 Entre 896 e 790 a.C. Séc. IX e VIII a.C.	2 sigma: 1052-826	Carvão vegetal	BETTENCOURT 2001	Atribuição cronológica da autora: Santinha I, Bronze Final, séc. X a.C.
SANTINHA - Amares Corte 3, quadrado E10 Base da muralha, camada 1	CSIC-1085: 2761 ± 50 Entre 861 e 761 a.C. Séc. IX e VIII a.C.	2 sigma: 1006-810	Carvão vegetal	BETTENCOURT 2001	Atribuição cronológica da autora: Santinha I, Bronze Final, séc. X a.C.
S. JOÃO DE REI/MONTE DO CASTRO - Póvoa de Lanhoso Fossa 1 - corte I, quadrado D1, camada 6e Ocupação mais antiga da plataforma superior do povoado	UtC-4784: 2220 ± 37 Entre 307 e 233 a.C. Sécs. IV e III a.C.	2 sigma: 377-189 (100) a. C.	Carvão vegetal	BETTENCOURT 2000, 241	Análise por espectrometria de massa com acelerador (AMS). Atribuição cronológica da autora: Ferro Inicial - meados do século IV a inícios do II a. C. (S. João de Rei II)
S. JOÃO DE REI/MONTE DO CASTRO - Póvoa de Lanhoso Contemporânea da Fossa 1 - quadrado E1, camada 6 Ocupação mais antiga da plataforma superior do povoado	CSIC-1146: 2183 ± 27 Entre 260 e 206 a.C. Séc. III a.C.	2 sigma: 363-279; 252-157; 136-126	Carvão vegetal	BETTENCOURT 2000, 241	Análise por espectrometria de massa com acelerador (AMS). Atribuição cronológica da autora: Ferro Inicial - meados do século IV a inícios do II a. C. (S. João de Rei II)
S. JOÃO DE REI/MONTE DO CASTRO - Póvoa de Lanhoso Corte 2: camada superior de uma fossa aberta no saibro - quadrado A2b, camada 3 Primeira ocupação do povoado -	CSIC-1149: 2435 ± 30 Entre 515 e 455 a.C. Sécs. VI e V a.C.	2 sigma: 556-401; 761-672; 664-635	Carvão vegetal	BETTENCOURT 2000, 245	Atribuição cronológica da autora: transição da I. do Bronze para a I. do Ferro - finais do século VI a. C. a finais do V a. C. (S. João de Rei I)
S. JOÃO DE REI/MONTE DO CASTRO - Póvoa de Lanhoso Corte 2 - quadrado A2c, camada 3 Primeira ocupação do povoado	CSIC-1150: 2357 ± 30 Entre 437 e 377 a.C. Sécs. V e IV a.C.	2 sigma: 426-375; 504-436	Bolotas carbonizadas	BETTENCOURT 2000, 245	Atribuição cronológica da autora: transição da I. do Bronze para a I. do Ferro - finais do século VI a. C. a finais do V a. C. (S. João de Rei I)
S. JOÃO DE REI/MONTE DO CASTRO - Póvoa de Lanhoso Corte 2 - "fossa" 2, quadrado A2c, camada 3 Primeira ocupação do povoado	CSIC-1150: 2443 ± 35 Entre 528 e 458 a.C. Sécs. VI e V a.C.	2 sigma: 762-401; 595-575; 566-404	Bolotas carbonizadas	BETTENCOURT 2000, 245	Atribuição cronológica da autora: transição da I. do Bronze para a I. do Ferro - finais do século VI a. C. a finais do V a. C. (S. João de Rei I)
CABANAS - Braga Corte 1 - perfil A/B	UtC-5661: 2798 ± 29 Entre 877 e 819 a.C. Séc. IX a.C.	2 sigma: 1003-892; 885-847	Carvão vegetal	BETTENCOURT 2000, 206	Análise por espectrometria de massa com acelerador (AMS) Atribuição cronológica da autora: séc. X a.C.

VASCONCELOS/MONTE DO CRASTO - Braga Corte 1, camada 1b, quadrado B3	UtC-4328: 2504 ± 36 Entre 590 e 518 a.C. Séc. VI a.C.	2 sigma: 791-494; 440-426	Carvão vegetal	BETTENCOURT 2000, 286	Atribuição cronológica da autora: séculos VII e VI a.C.
CASTELO DE MATOS - Baião	OxA-1759: 2730 ± 70 Entre 850 e 710 a.C. Sécs. IX e VIII a.C.	1010-794 a. C.	-	BETTENCOURT 1994	-
CASTELO DE MATOS - Baião	OxA-2147: 2710 ± 90 Entre 850 e 670 a.C. Sécs. IX e VII a.C.	1036-767 a. C.	-	BETTENCOURT 1994	-
CASTELO DE MATOS - Baião	OxA-2146: 2700 ± 90 Entre 840 e 660 a.C. Sécs. IX e VII a.C.	1024-610 a. C.	-	BETTENCOURT 1994	-
ERMIDAS - Famalicão Camada 5 - fase de construção da muralha Campanha de 1983	GAK-11460: 2480 ± 120 Entre 650 e 410 a.C. Sécs. VII e V a.C.	893-370 a. C.	Carvão vegetal	QUEIROGA 1985, 35	O autor considera que esta cronologia é mais antiga do que o contexto arqueológico em que se insere
ERMIDAS - Famalicão Camada 5 - fase de construção da muralha Campanha de 1983	GAK-11461: 2650 ± 120 Entre 820 e 580 a.C. Sécs. IX e VI a.C.	1060-410 a. C.	Carvão vegetal	QUEIROGA 1985, 35	-
ROMARIZ - Vila da Feira Nível mais profundo da escavação arqueológica Campanha de 1980-82	UGRA-203: 2550 ± 100 Entre 700 e 500 a.C. Sécs. VII e V a.C.	910-400 a. C.	Bolotas carbonizadas	SILVA 1986, 40	-
SENHORA DA GUIA - Baiões, S. Pedro do sul Campanha de 1973	GrN-7484: 2650 ± 130 Entre 830 e 570 a.C. Sécs. IX e VI a.C.	1100-410 a. C.	Carvão vegetal e restos de madeira de uma ponta de lança, em bronze	KALB 1974-77, 141	-

A catalogação que fizemos de grande parte das datações radiométricas efectuadas em povoados do noroeste português (Quadro I), mediante o recurso a diversa bibliografia, designadamente o trabalho de X. Carballo Arceo e R. Fábregas Valcarce (1991), ao qual acrescentamos publicações mais recentes, permitiu coligir uma série de 32 datas, para além, das 10 que agora apresentamos referentes aos povoados por nós estudados em Paredes de Coura, perfazendo, assim, um total de 42.

A estas datações, devidamente calibradas (na maioria dos casos pela curva de Stuiver e Pearson (1993)) e, sempre que possível, considerados os seus contextos arqueológicos, foram retiradas aquelas que os diversos autores refutam em relação ao registo arqueológico, designadamente algumas publicadas por Manuela Martins, em 1987 e 1988, referentes ao povoado de S. Julião. Na falta de outros dados para a apresentação das datas calibradas, escolhemos a curva bidecadal, o método B de probabilidades e o desvio "standart", correspondente a 2 sigma (95,4% de segurança), embora, num ou noutro caso, os autores não façam qualquer referência sobre a metodologia seguida.

Apresentamos as datações num quadro (**Quadro I**) organizado de norte para sul, tendo o rio Minho como limite norte e excluindo as datas galegas por razões operacionais e pelo interesse em articular e comparar, em gráficos (**Gráficos II, III e IV**) as datas dos povoados da área castreja portuguesa já publicadas, até porque em relação à Galiza os estudo conhecidos são muito mais abundantes.

Se agruparmos as datas radiocarbónicas B.P e os seus intervalos aleatoriamente, como se observa no **Gráfico II**, cuja ordem obedece ao esquema apresentado no quadro, ou seja a localização geográfica, não retiramos, como seria de esperar, qualquer conclusão significativa, tão somente que as datas B.P. médias dos povoados de S. Julião, Santinha e Barbudo parecem possuir alguma semelhança entre si, agrupando-se numa área central do gráfico, com uma variabilidade de cerca de trezentos anos.

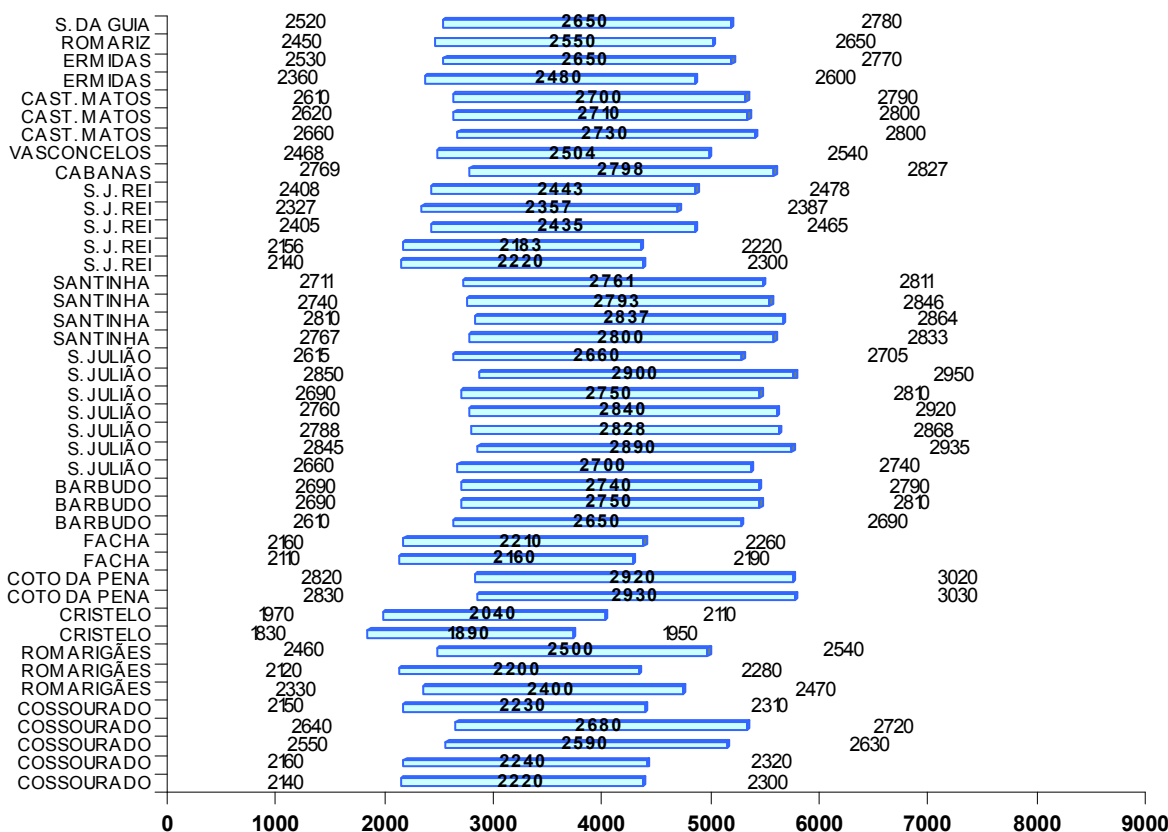


Gráfico II

Contudo, se o agrupamento no gráfico for efectuado não pela distribuição geográfica mas pela ordem cronológica (**Gráfico III**) - seja ela em datas radiocarbónicas B.P. ou datas históricas -, essas datas articulam-se em grupos que nos permitem retirar algumas conclusões, ainda que possam não ser acompanhadas pelo registo arqueológico actualmente conhecido. O gráfico respeitante às datas convertidas (**Gráfico IV**) permite-nos, naturalmente, uma análise mais rápida e uma articulação

mental e cronológica mais simples. Se optássemos por elaborar o gráfico com base nas datas calibradas a 2 sigma, os resultados poderiam ser diferentes, provavelmente fariam recuar ainda mais os níveis datados por estas análises, como poderia suceder, em alguns casos, o contrário.

Mediante a análise dos gráficos é possível agrupar algumas datas e conseqüentemente alguns povoados que parecem definir, mais numas épocas que noutras, diversas etapas cronológicas que se organizam, genericamente, em cinco grupos, dentro dos quais se observam algumas variações. Este esquema evolutivo apresenta-se relativamente diferente dos habitualmente defendidos para a evolução da Cultura Castreja.

No primeiro grupo temos os povoados com níveis mais antigos, como S. Julião, Santinha, Barbudo, Cabanas e Coto da Pena, correspondentes ao intervalo compreendido entre o século X e meados do IX, ou seja, ao período de tempo atribuído ao Bronze Final. Neste grupo de datas registam-se, aparentemente, três subgrupos: um mais antigo, entre 980 e 940 a.C., que inclui os povoados de Coto da Pena e S. Julião; um outro intermédio, entre 890 e 878, relativo a S. Julião e Santinha; e, um mais recente, entre 850 e 843, relativo aos povoados da Santinha e de Cabanas.

No segundo grupo surgem os povoados de Santinha, S. Julião, Barbudo, Castelo de Matos, Cossourado, Senhora da Guia e Ermidas. É o grupo que possui maior quantidade de datas e cronologicamente está compreendido entre 811 e 700 a.C., ou seja, entre o século IX e o VIII, período que podemos considerar como os inícios da Idade do Ferro. Estranhamente, apenas neste grupo aparecem pela primeira vez os povoados cronologicamente atribuídos ao Bronze Final, como o de Castelo de Matos, em Baião, e o da Senhora da Guia, em S. Pedro do Sul. Trata-se de um grupo mais homogêneo que o anterior, mas que também poderia ser subdividido em dois ou três grupos; essa subdivisão, no entanto, tal como as anteriores, não nos traria qualquer informação adicional.

O terceiro grupo é aquele em que as datações apresentam menos unidade entre si, e intervalos muito longos, e que, tradicionalmente, coloca mais problemas aos técnicos de datações. Situa-se cronologicamente, entre 640 e 407 a.C., isto é entre os séculos VII e V, período onde se enquadram algumas das datações referentes aos povoados da bacia superior do rio Coura, como Cossourado e Romarigães, e as estações como Romariz, Vasconcelos, Ermidas e S. João de Rei. São cronologias que se inserem no que podemos designar por Castrejo Antigo.

Um quarto grupo que, ao contrário do anterior, é o mais uniforme da série de datações. Situa-se entre 290 e 210 a.C. (século III), e onde se enquadram os povoados de Cossourado, Romarigães, Santo Estevão da Facha e S. João de Rei. Correspondente a uma fase a que podemos chamar de Castrejo Médio.

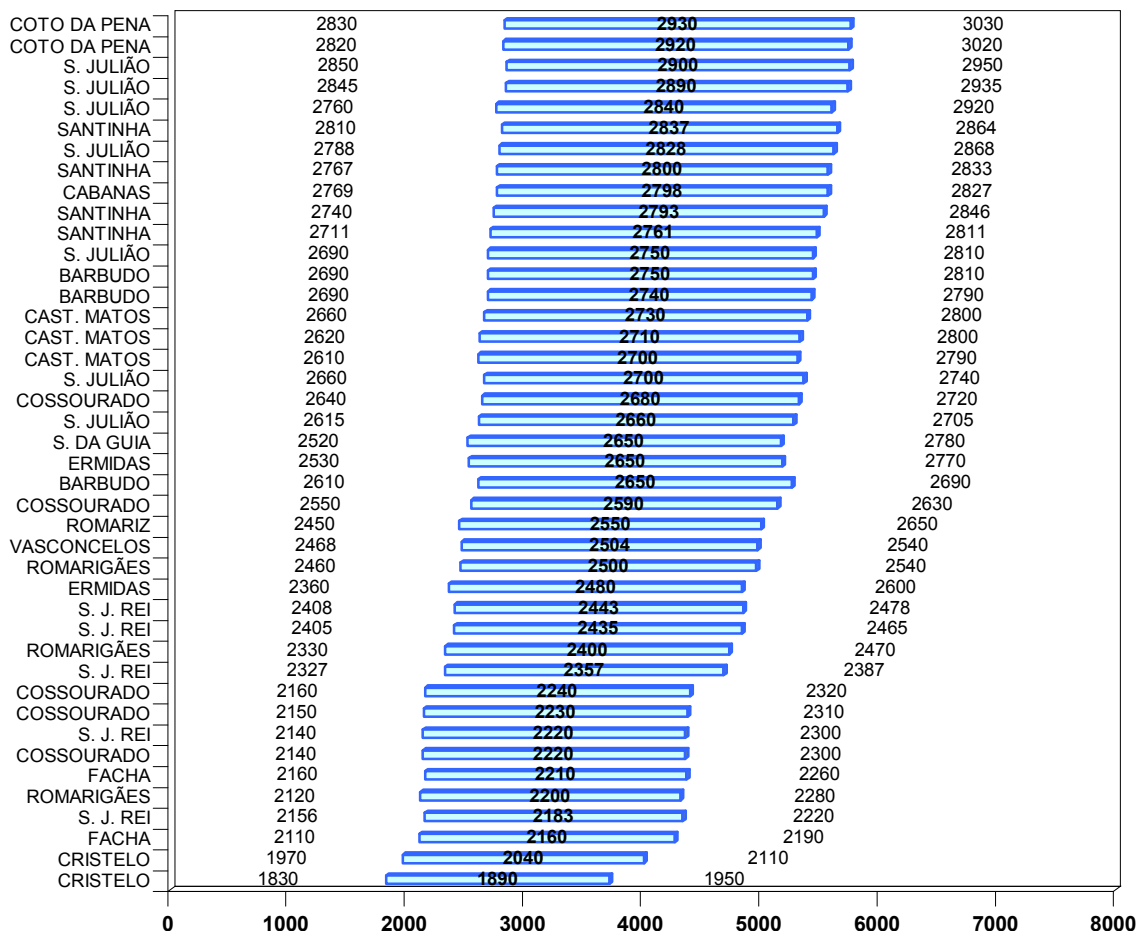


Gráfico III

Tal como na Galiza (REY CASTIÑEIRA 1996), o povoamento castrejo parece entrar em decadência a partir do século II a.C.. Nesta seriação cronológica estão totalmente ausentes as datas referentes a esse intervalo de tempo (século II a.C.) e que formariam o quinto e último grupo, correspondente ao início da fase final da Idade do Ferro. Apenas existem duas datas relativas ao povoado de Cristelo (Paredes de Coura), relativas ao século I a.C..

Supomos que, pelo menos na área portuguesa, não foram publicadas datações de povoados de cronologia recente, quando, na verdade, sabemos que existem vários. Estranhamente, também o século IV não apresenta qualquer datação.

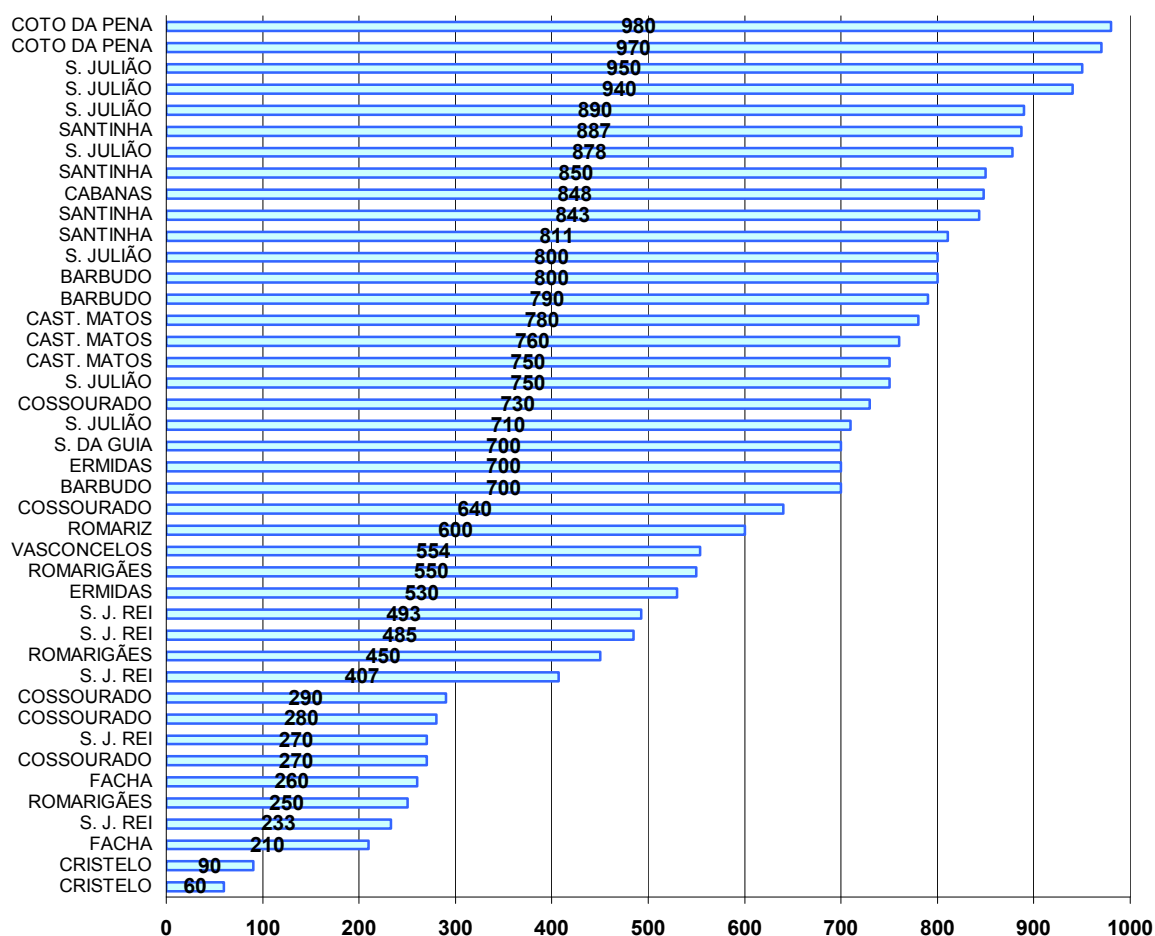


Gráfico IV

Todas as datas apresentadas são aceites, como referimos, pelos diversos investigadores que as publicaram, pelo que pressupomos que são coerentes com a cultura material, a estratigrafia e as estruturas com as quais estão relacionadas. Contudo, é necessário ter em conta os diferentes critérios adoptados por cada um dos investigadores, a metodologia de estudo de cada estação, a forma de recolha e acondicionamento da amostra a datar e o tipo de método utilizado pelos laboratórios que fizeram as análises.

Posto isto, podemos considerar esta seriação radiocarbónica como um indicador de localização no tempo de cada povoado ou das suas diversas fases de ocupação, um auxiliar precioso dos diversos esquemas evolutivos dos povoados fortificados da Idade do Ferro, não devemos, no entanto, tomá-la como uma base dos estudos e, muito menos, o alicerce das periodizações de qualquer esquema evolutivo.

2.4 - A ROMANIZAÇÃO

Apesar de no noroeste peninsular esta época estar muito mais documentada do que a anterior, através de inúmeras estações e vestígios arqueológicos, é ainda difícil precisar a forma como a romanização dos povoados se processou, ou como se terá realizado o povoamento das zonas rurais relativamente distantes dos grandes centros como *Bracara Augusta* ou *Acquae Flaviae*.

Ao longo dos tempos têm sido efectuados diversos estudos abrangentes que não especificam, porém, os particularismos de cada área. São trabalhos que se centram sobretudo no conhecimento de *Bracara Augusta* e das suas áreas de influência, ou então, no caso de estudos pontuais, nas descrições de achados, da rede viária (CAAMAÑO GESTO 1977/78; ALMEIDA 1979; 1980; SANTOS 1979; ALMEIDA 1980; ARAÚJO 1982), da epigrafia e da numismática. Em relação ao norte de Portugal, os próprios conceitos de *villa*, *vicus*, casal e outros estão por precisar, levando a constantes conclusões erradas.

Tito Lívio, na "*História de Roma*", refere as expedições de Décimo Júnio Bruto e a sua passagem no rio Lima (o *Lethes*), em 137 a. C., altura a partir da qual os povos indígenas começam a ceder. Todavia só com a *Pax* de Augusto se dará a integração e a pacificação destes povos. O poderio romano e a sua influência vão aculturando e transformando a paisagem.

Aparecem cidades com vários estatutos jurídicos; o cultivo das terras aumenta, deslocando-se os povos indígenas para o vale; abrem-se minas para exploração dos metais (dos quais esta área era rica, facto que tanto agradava aos invasores); fundam-se instituições; erguem-se monumentos.

Esta imagem amplamente difundida, mesmo nos manuais escolares, não corresponde à realidade, muito menos no noroeste. Aqui, a romanização teve efeitos pouco visíveis, sobretudo no que respeita às típicas manifestações arquitectónicas romanas, como cidades, grandes *villae*, pontes e aquedutos.

Houve, sim, um aumento da exploração económica da terra, com a descida gradual das comunidades indígenas para o vale que, no fundo, em diversas áreas, já exploravam e/ou viviam. Essa deslocação gradual do local de habitação não implica o abandono dos povoados, já que muitos são ocupados até épocas tardias, nomeadamente até à Idade Média.

É, de facto, o tema da romanização dos povoados e da criação de novas formas de povoamento com a deslocação de áreas de desenvolvimento que mais nos interessa. A temática foi já abordada por vários autores, como Tranoy (1981; 1983), A. Le Roux (1982), Fernández Ochoa (1986), Jorge Alarcão (1992), E. Carrocera Fernández (1996), para referir apenas alguns, embora permaneçam várias questões por esclarecer, concretamente as de âmbito cronológico, existindo uma "imagem deformada da Romanização" (MARTINS 1990, 29).

O abandono dos castros – que ainda não tinham sido abandonados anteriormente –, terá acontecido, em muitos dos casos, de uma forma gradual, entre a época de Augusto e o século II d.C., ou até e período posterior, uma vez que existem castros como Viladonga, em Lugo, em que esse abandono só se verificou no século V, outros que foram reocupados já na Alta Idade Média e outros, ainda, como Mózinho, que apenas foram construído já no período de contacto com os romanos.

Apesar do que referem os textos literários da Antiguidade, como os de Estrabão, Plínio "o Velho", Ptolomeu, Hidácio, Paulo Orósio e de outros autores, a realidade da conquista e da romanização do noroeste terá sido algo diferente.

A peculiar romanização do noroeste não pressupõe uma ruptura total com o mundo pré-romano. Os povos indígenas conservarão durante bastante tempo muitas das suas tradições culturais, embora sofrendo alterações graduais que se tornarão decisivas.

De facto, as imposições romanas acabariam por provocar alterações e transformações nos povos do noroeste, por exemplo, na sua estrutura social. Nos principais centros urbanos, encontramos uma organização social de marcada influência romana; mas, por outro lado, no mundo rural castrejo essa transformação é menor e, provavelmente, mais lenta: persiste a estrutura social, a cultura material, as crenças (pelo menos até ao século II d. C.), assim como as formas de assentamento, em povoados fortificados, embora alguns sejam abandonados e, paulatinamente, recebem novas influências.

Pelas investigações arqueológicas sabemos que existiram diferentes reacções face à conquista romana. Para além de respostas violentas, como guerras e recrutamento de escravos para trabalho nas minas e vias, soldados, para o exército romano, houve igualmente soluções pacíficas, muitas vezes expressas em pactos, que se traduziram na descida dos habitantes dos castros para os vales ou para as suas encostas. A outros povos foi permitido manterem-se nos seus assentamentos castrejos. A conquista não produziu um abandono total e imediato por todo o noroeste, mas antes a adaptação de diversas soluções que resultaram numa evolução e em transformações consideráveis.

No vale do Cavado, dos 44 povoados identificados, 19 (43%) foram romanizados (MARTINS 1990). Diversos povoados como Santo Ovídio (Fafe), atingiram uma certa vitalidade mesmo na época de Augusto; outros conseguiram-no mais tardiamente, como Briteiros ou Sanfins. Sanfins, aliás, revela essa dinâmica cultura material, na transformação urbanística e na aquisição de alguns produtos de importação, de luxo, reveladores de "um certo poder de compra dos habitantes" (ALARCÃO 1992, 66).

Por outro lado, em meados do século I d.C., os povoados de Âncora e Romariz entram em declínio (SILVA 1986); no vale do Cávado uns são abandonados (Lago), enquanto outros (S. Julião e Barbudo) perduram, embora sem o desenvolvimento dos povoados de longa duração.

Nesta época, enquanto alguns povoados registam um intenso processo de romanização, outros são abandonados, ainda que parcialmente, passando a população a ocupar o vale a poucos metros de distância, como se verificou em Cristelo, ou na área limítrofe de Santo Estevão da Facha, onde foi encontrada uma casa redonda a 377 metros do castro, provavelmente da época de Augusto (ALMEIDA 1990).

Como é sabido, Roma efectuou a conquista da Península Ibérica em fases sucessivas. A conquista iniciou-se em 218 a.C., quando se deu o desembarque das tropas de Cneu Cipião, em Ampúrias, tendo sido fundada a primeira localidade, segundo J. Alarcão (1988), entre 221-218, perto de Portimão (*Portus Hanniballus*).

Após lutas e guerras, travadas ao longo de várias décadas, o procônsul Décimo Júnio Bruto, avançando junto à fachada atlântica, fortificou Olisipo, que usou como base de operações, e

rapidamente atravessou o Douro, o Lima e o Minho (ALARCÃO 1988). Aparentemente apenas se conhecem vestígios das suas incursões pelo noroeste, na Cividade de Terroso (Póvoa de Varzim), uma vez que as suas campanhas, tal como as de diversos sucessores, não resultaram numa efectiva ocupação do território.

A conquista da Península Ibérica apenas foi concluída por Augusto, que terá dominado as províncias da Galécia, das Astúrias e da Cantábria. Contudo, foram necessárias diversas campanhas (26 e 25 a.C.) para conseguir esse desiderato, continuando ainda a existirem diversas revoltas dos povos locais, combatidas pelos romanos em 24, 22 e 19 a.C.. Apenas nesta última data Augusto terá considerado que estavam criadas as condições para concretizar reformas de carácter político-administrativo no noroeste.

Apesar de a evolução histórico-política desta região ser pouco conhecida, a partir destas lutas parece ter ocorrido um incremento económico e um desenvolvimento urbanístico que prosseguiu por todo o século I d.C.. Um incremento que se faz notar também na rede viária, em resultado da paz e do conseqüente progresso social e económico.

A estabilização trouxe, de igual forma, o desenvolvimento das práticas agrícolas e pastoris, criando-se um novo tipo de povoamento rural que reestruturou a posse da terra e intensificou a exploração agrária. Este conjunto de transformações reflecte-se na criação das *villae*, explorações vocação essencialmente agrícola, e de outros tipos de assentamento, como os *vicus* (pequenas aldeias abertas), ou os *castella*, pequenos castros tardios, de vocação mineira, cuja investigação apenas agora começa, sobretudo na Galiza.

Os estudos de C. A. Brochado de Almeida (1990), no vale do Lima, e especialmente de Manuela Martins (1990), no vale médio do Cávado, apontam a existência destas novas formas de vida, levantando uma nova problemática sobre o povoamento rural e definindo as categorias dos sítios passíveis de se terem desenvolvido nesta época.

CAPÍTULO III – A OCUPAÇÃO DA BACIA SUPERIOR DO RIO COURA DA PRÉ-HISTÓRIA RECENTE À ROMANIZAÇÃO NO REGISTO DE PROSPECÇÃO – UMA PERSPECTIVA DE ARQUEOLOGIA ESPACIAL

3.1 METODOLOGIA

Antes de abordarmos a temática em título, importa explicitar sumariamente a metodologia seguida no desenvolvimento do trabalho, concretamente nas etapas relativas ao levantamento bibliográfico, à pesquisa cartográfica, ao estudo em diversos museus e à prospecção de campo - metodologia essa que permitiu inventariar uma quantidade significativa de estações e outros vestígios arqueológicos - e enquadrar a apresentação e a respectiva interpretação dos vestígios e estações numa perspectiva de arqueologia espacial.

A investigação iniciou-se com um trabalho prévio de gabinete, que englobou diversas tarefas: a elaboração, distribuição e tratamento dos inquéritos arqueológico-toponímicos (inquéritos estes posteriormente publicados nos *Cadernos de Arqueologia e Património*, 1993/94), a análise da documentação cartográfica, em várias escalas e tipos, e a implantação na cartografia das estações arqueológicas e do espólio avulso cujas referências havíamos recolhido.

A cartografia utilizada foi diversificada, tendo os estudos incidido na Carta Geológica, na escala 1:50.000, designadamente as folhas 1-C (1962) e 1-D (1985), e nos levantamentos dos Serviços Cartográficos do Exército, na escala 1:25.000, as edições mais antigas e as mais recentes, referenciadas com os números 7 (1949 e 1997), 8 (1949 e 1996), 15 (1949 e 1996) e 16 (1948 e 1996). Outras cartas com escalas diferentes foram igualmente utilizadas, como as cartas 1:50.000 e 1:10.000.

Para a realização do trabalho de campo foram elaboradas várias fichas-tipo, referentes aos diversos sítios e peças. A prospecção no terreno, iniciada de seguida, teve por base uma metodologia de abordagem tanto quanto possível sistemática, uma vez que o território em análise – a bacia superior do rio Coura – apresenta uma geomorfologia muito acidentada, com abundante vegetação rasteira e arbustiva que em muito dificultou os trabalhos.

A bibliografia sobre a área é, na esmagadora maioria dos casos, muito antiga – século XIX ou inícios do século XX – e tem o mérito de, por vezes, descrever elementos que actualmente já não existem.

Foram pesquisadas não apenas as obras monográficas sobre o concelho, nomeadamente a de Narcizo A. Cunha (1909 [1979]) e outras mais recentes que pouco mais adiantam (CORREIA 1957; OLIVEIRA 1976), mas também as de consulta e referência tradicional neste género de trabalhos, como as *Memórias para a História Eclesiástica do Arcebispado de Braga* (ARGOTE 1728; 1732-34),

as *Memórias Paroquiais de 1758* (CARDOSO 1758 e AZEVEDO 1896), a *Corografia Portuguesa* (COSTA 1868), o *Minho Pittoresco* (VIEIRA 1886 [1987]), o *Portugal Antigo e Moderno* (LEAL 1873-90), as *Religiões da Lusitânia* (VASCONCELOS 1905-13), o *Arqueólogo Português*, a *Revista de Guimarães*, os *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, as obras de Francisco Martins Sarmento, jornais e revistas locais e regionais, como *O Distrito de Braga* e o *Arquivo do Alto Minho*, entre outras mais recentes, com especial destaque para os trabalhos de Vítor O. Jorge (1982), Armando Coelho (SILVA 1986) e Jorge Alarcão (1988a).

Para o estudo da epigrafia e da rede viária consultámos as obras de Emílio Hübner (1869-92), Martins Capella (1895), Brochado de Almeida (1979 e 1980), Carlos Alberto Ferreira de Almeida (1968), Rosa Araújo (1962 e 1982) e Luciano dos Santos (SANTOS 1979; SANTOS *et alii* 1983).

Paralelamente foram estudadas as peças encontradas no território de Paredes de Coura e actualmente depositadas no Museu Pio XII, em Braga, e no Museu Nacional de Arqueologia, em Lisboa.

Numa segunda etapa retomámos o trabalho de gabinete, elaborando bases de dados e ficheiros de modo a mais facilmente podermos coordenar e estudar os elementos recolhidos. Para uma melhor compreensão da obra mantivemos a numeração e o respectivo código atribuído em publicações anteriores (SILVA 1994). Às estações e vestígios descobertos após o ano de 1994 foi atribuída uma numeração sequencial à já publicada, tendo-se seguido a mesma metodologia (localização temporal e espacial).

O trabalho de carta arqueológica – inserido no **volume II** – encontra-se organizado em fichas relativas a estações arqueológicas e espólio e é apresentado por freguesia, por ordem cronológica – mais concretamente por grandes épocas históricas: Pré-História Antiga, Pré-História Recente e Romanização – e por ordem alfabética.

Em cada ficha a designação das estações e do espólio é antecedida por um código constituído por três letras iniciais maiúsculas, referentes ao período cronológico ou ao tipo de estação, e por um número relativo de ordenação. As iniciais maiúsculas utilizadas são as que se seguem:

- PHA – Pré-História Antiga (inclui espólio lítico paleolítico);
- PHR – Pré-História Recente (inclui machados de pedra polida avulsos – PHR –, duas estelas – PHR –, um possível habitat – PHR – e monumentos megalíticos – MEG);
- BRZ – Proto-História (inclui machados de talão cronologicamente atribuíveis ao Bronze Final e eventuais povoados com a mesma cronologia);
- PV – Povoados não fortificados eventualmente atribuíveis à Idade do Bronze;
- PVF – Povoados fortificados da Idade do Ferro;
- TOP – Toponímia arqueológica (locais dos quais se conhecem referências bibliográficas ou que apresentam características topográficas e toponímicas indicadoras de povoamento na Idade do Ferro mas que, até ao momento, se mostraram inconclusivos nesse domínio).
- ROM – Romanização.

Os vestígios romanos, bastante diversificados, apresentam variadas designações: *TÉGULA* – ocorrência deste material não associado a outro espólio, tal como *MÓS ROTATIVAS* e *TIJOLO*; *HABITAT* – ocorrência de espólio cerâmico associado a mós ou estruturas; *VILLA* – ocorrência de diversos materiais associados e, especialmente, caracterizadores de uma estrutura com peristilo; *TESOURO MONETÁRIO* – achamento de um conjunto de moedas romanas; *LOCAL DE CULTO* – existência de aras votivas e, eventualmente, outros materiais; *NECRÓPOLE* – ocorrência de aras funerárias ou de *tégula* associadas a referências bibliográficas; *FORNOS* – ocorrência de *tégula* associada a referências bibliográficas; *MILIÁRIO* e *PONTE* – existência deste tipo de monumento.

Sempre que dúvidas persistem quanto à determinação da tipologia do sítio arqueológico ou à sua cronologia é acrescentado um ponto de interrogação ao código de identificação e à designação.

As fichas de estação e espólio estão estruturadas em diversos itens gerais: localização, que compreende o lugar, as coordenadas planimétricas U.T.M. (X e Y), a altitude e as respectivas cartas militares (Escala 1/25.000) e geológicas (Escala 1/50.000); descrição dos locais de implantação das estações ou de descoberta dos achados avulsos (geologia, geomorfologia, vegetação e povoamento actual); descrição do sítio e/ou espólio; condições de acesso; estado de conservação; bibliografia conhecida (apresentada por ordem cronológica de edição) e, em alguns casos, observações diversificadas. Nos casos em que, por motivos diversos, se afigurou necessário, foram introduzidos outros itens por forma a melhor enquadrar o conhecimento do sítio arqueológico ou da peça em análise.

Em muitas das fichas, tal como no acompanhamento do texto do presente volume, são incluídos desenhos arqueológicos, fotografias, digitalizações de peças, plantas, alçados, perfis estratigráficos, levantamentos e perfis topográficos de monumentos e de áreas de implantação. Todos os elementos gráficos (mapas, fotografias e desenhos arqueológicos), assim como a maior parte das peças, foram digitalizados.

A implantação dos sítios e achados arqueológicos foi realizada em diversos tipos de mapas (geológico, hidrográfico, orográfico e tipos de solo), através dos quais se efectuaram, posteriormente, diversos estudos.

Os povoados fortificados – uma vez que nos interessa efectuar um estudo mais aprofundado da geomorfologia dos locais onde assentam e a localização dos vestígios de amuralhamentos – foram implantados no ortofotomapa do Instituto Geográfico e Cadastral, à escala 1:10.000, segundo dados da cobertura fotográfica efectuada em 1991. Foram ainda elaborados os perfis norte/sul e este/oeste (por vezes também outras orientações), igualmente na escala 1:10.000, de forma a definir a orografia de cada povoado e a localização das respectivas cinturas de defesa.

Ao texto é anexada informação, condensada em quadros e gráficos, sobre o contexto geomorfológico e geológico, assim como a descrição das próprias estações e do espólio.

No volume II são inseridos, igualmente, quadros com a descrição do espólio lítico e ceramológico e diversas imagens, designadamente desenhos arqueológicos realizados à escala, digitalizações de peças e fotografias.

Na bacia superior do rio Coura foram identificados dezanove povoados com ocupação durante a Idade do Ferro e em épocas anteriores, nem sempre coincidentes com os elementos apresentados no catálogo de Armando Coelho (SILVA 1986, 71-72) onde estão inventariados catorze povoados. No inventário agora elaborado foram considerados povoados somente os sítios que se apresentam como certos – evidentemente em resultado dos trabalhos de prospecção, uma vez que apenas em três foram efectuadas escavações arqueológicas. Alguns casos – com vestígios arqueológicos actuais praticamente nulos – permanecem ainda envoltos em dúvidas, embora tenhamos considerado credíveis as poucas referências bibliográficas existentes. Outros ainda são referidos como toponímia arqueológica, apesar de poderem ser locais onde provavelmente existiu povoamento proto-histórico.

Os povoados mais vezes mencionados em bibliografia são aqueles que têm um maior destaque na paisagem (Cossourado e Romarigães, por exemplo), quer pela sua altitude, quer pela evidência das estruturas defensivas. Nem sempre os que ao longo dos tempos têm fornecido mais espólio (como Cristelo) são os mais referenciados.

No que diz respeito à Idade do Ferro, é nosso objectivo realizar, neste capítulo, um estudo baseado na geomorfologia das áreas ocupadas e na topografia dos terrenos, a qual nem sempre, especialmente devido à existência de denso revestimento vegetal, nos pode indicar o número e o local por onde circundariam as linhas de defesa ou onde se encontravam as estruturas habitacionais. Pretendemos, ainda, conhecer a ocupação humana deste território, sobretudo durante o período compreendido entre o Bronze Final e a Romanização (privilegiando-se, no entanto, o estudo dos povoados fortificados), procurando perspectivar as soluções de continuidade/descontinuidade da ocupação dos povoados e, dessa forma, da evolução do povoamento na área em estudo.

Se a caracterização do povoamento da Idade do Ferro na bacia superior do rio Coura se apresenta complexa e rodeada de incertezas, a do período romano é ainda mais problemática.

O estudo desta como de outras etapas da evolução época baseou-se, como referido, na prospecção e nos dados bibliográficos, muito pouco precisos, com referências a achados e topónimos muitas vezes difíceis ou mesmo impossíveis de localizar. Nestes casos, a caracterização geomorfológica e a localização dos vestígios e estações foram realizadas por aproximação.

Outro facto que colocou diversas dificuldades ao nosso trabalho teve que ver com a existência de fenómenos pós-deposicionais. Se os povoados – a maior parte, pelo menos – permaneceram desabitados ao longo dos séculos, os sítios onde foram encontrados os achados de características romanas são, como habitualmente, zonas onde a acção humana se fez sentir de forma vincada desde essa época. São áreas onde a actividade agrícola foi e continua a ser normalmente intensa, destruindo grande parte dos vestígios e adulterando outros, uma vez que os romanos também privilegiaram os vales e as encostas para os seus assentamentos. É, no entanto, no âmbito desses

trabalhos agrícolas que se têm detectado a maioria dos vestígios romanos, já que geralmente não apresentam as evidências topográficas dos povoados proto-históricos.

Em face destas constatações, dispomos de uma visão parcelar da ocupação humana desta época, pois é de crer que muitas mais estações terão existido. Por outro lado, muitos dos vestígios mais não são que fragmentos de tégula recolhidos sem quaisquer referências estratigráficas ou outro tipo de contexto, fornecendo-nos uma informação muito vaga, nem sempre coincidente com uma ocupação romana comprovada, uma vez que a utilização deste tipo de material de cobertura teve uma perduração cronológica extensa.

As estações onde ocorreram elementos arquitectónicos e epigráficos conjugados com espólio cerâmico são mais raras mas mais conclusivas. Os miliários, por sua vez, têm a propriedade de, quando possuem a epígrafe completa, falarem por si próprios, suscitando por esse facto dúvidas menores.

Sobre os miliários efectuámos um estudo pormenorizado que compreendeu o desenho, à escala, das epígrafes de cada monólito, a medição das letras, dos espaços interlineares e dos próprios monólitos, a caracterização da matéria-prima e a definição do contexto em que actualmente se enquadram. As medidas das letras foram retiradas individualmente e em altura, ao passo que as medidas dos espaços interlineares foram retiradas apenas no local mais estreito, correspondendo, por isso, à medida mínima, motivo pelo qual ocorrem por vezes valores negativos resultantes da colocação de letras de determinada linha no espaço à partida respeitante às letras de outra linha.

Da análise da Carta Arqueológica resulta uma síntese de ideias que enquadrámos à luz das teorias da Arqueologia Espacial, sobretudo no que aos povoados fortificados da Idade do Ferro diz respeito. Esse estudo foi elaborado de forma mais sumária no que concerne à distribuição dos monumentos megalíticos e à ocupação romana. Já no que se refere ao Paleolítico e à Idade do Bronze, designadamente na sua parte final, fazemos apenas uma análise de carácter descritivo baseada no estudo de peças, sem recorrer à distribuição espacial no território.

A Arqueologia Espacial surgiu "em Inglaterra em grande parte como uma influência directa da «Nova Geografia» e da «Nova Biologia» sobre a «Nova Arqueologia» dos anos 70, completada pelo impacto do artigo de Binford, publicado em 1964, intitulado «A consideration of archaeological research design», em especial entre os investigadores americanos, e sobretudo pelas teorias desenvolvidas inicialmente nos trabalhos de David Clarke (1972) e de Colin Renfrew (1973)". Mas foi sobretudo devido à prospecção de superfície que a Arqueologia Espacial assumiu um papel de importância relevante na investigação arqueológica, permitindo reavaliar os dados disponíveis, integrando-os em contextos territoriais mais vastos do que o sítio a que pertencem e procurando interrelacionar as estações e os achados relativos a esse território.

Assim, tendo por finalidade analisar o tipo de ocupação padronizada em termos de distribuição espacial, a arqueologia serviu-se de modelos de outras ciências e adaptou-os aos fins em vista.

D. Clarke (1979, 9) define os objectivos da Arqueologia Espacial como o conjunto de relações e elementos das actividades humanas em todas as escalas, quer a nível dos artefactos, quer a nível da geomorfologia que ocupavam, do meio ambiente em que actuaram e da interacção entre todos estes aspectos. Destaca três escalas de estudo: o micro espaço, o semi-micro espaço e o macro espaço.

A combinação de vários modelos, como o de Von Thünen (1966), de 1826, e o de Christaller (1966) e Chisholm (1962), e, mais recentemente, os de Vita Finzi e Higgs (1970, 1972, 1978), Higgs (1972) e Vita Finzi (1975), aperfeiçoados por I. Davidson e G. Bailey (1984), conduziu a uma série de estudos, baseados, essencialmente, na teoria do lugar central criado por Von Thünen e nas áreas de exploração de recursos naturais. Os designados polígonos de Thiessen são estabelecidos a partir do desenho de linhas perpendiculares estabelecidas entre os pontos médios da distância existente entre os diversos povoados. Este método permite definir áreas teóricas de influência de cada centro e assenta num princípio de facilidade de acesso.

Após a análise das mamoadas inventariadas na área em questão, foi possível demarcar algumas características que levaram a uma melhor compreensão do megalitismo.

No que diz respeito sobretudo aos povoados da Idade do Ferro, o estudo da geomorfologia revelou-se muito importante, uma vez que a escolha do local terá sido determinante pelo investimento de tempo e trabalho que implicava a construção de um povoado com características defensivas, e pela necessidade de os habitats se localizarem em zonas potencialmente capazes de proporcionar uma exploração económica suficiente para sustentar as necessidades de uma comunidade agro-pastoril.

Assim, o estudo da forma, das dimensões e da topografia do terreno são factores importantes para o presente trabalho, dado que, em relação ao tipo de sociedade que se desenvolveu, às cronologias e à própria função do povoado, não temos elementos conclusivos. No entanto, pensamos que a maior parte terá tido uma ocupação permanente.

A distribuição cartográfica dos povoados foi essencial para este tipo de análise.

Estes modelos de análise das áreas de exploração, de aprovisionamento e de territórios potenciais de influências são importantes para o estudo do contexto em que evoluíram as comunidades da Idade do Ferro, embora apresentem alguns problemas pelo facto de serem estudos aplicados às categorias modernas de utilização da terra e de não dispormos de conhecimentos relativos à distribuição dos tipos de solos nas épocas em questão. A distribuição edáfica também não é semelhante à actual e os conhecimentos que possuímos são escassos.

Outro factor a ter em conta é o que se relaciona com a suposição de que a tecnologia é uma variável independente que determina a gama de produtos a explorar, o que afecta o tipo e a forma da área de exploração. A tecnologia é, contudo e até certo ponto, uma resposta à natureza e à distribuição dos recursos (BUTZER 1989, 209). Para além destes problemas ainda se podem levantar outros, sistematizados por Ian Hodder e Clive Orton (1976) e por Roper (1979).

Pensamos, em suma, que na mente do arqueólogo deve estar sempre presente o modelo da "Caixa Negra", defendido por D. Clarke, isto é, a consciência de que os investigadores apenas possuem um conhecimento parcial e fragmentário da vivência das comunidades (CLARKE 1984).

3.2 OS PRIMEIROS OCUPANTES: OS VESTÍGIOS DO PALEOLÍTICO AO CALCOLÍTICO

3.2.1 Os vestígios do Paleolítico (Mapa X)

A bacia superior do rio Coura constitui uma área bastante rica em termos arqueológicos, revelando um povoamento provavelmente contínuo desde tempos pré-históricos - nomeadamente paleolíticos - até à actualidade.

No entanto, trata-se de um território pouco estudado, existindo apenas escassas referências, pouco precisas, sobre as estações e os materiais detectados ao longo dos tempos.

Os achados líticos referentes à presença paleolítica são raros. Apenas temos conhecimento de alguns objectos encontrados em três locais de achamento: lugar da Mó, freguesia de Parada (PHA 03 - Figs. 11 a 14, vol. II); Sigoelos, freguesia de Ferreira (ambos localizados em vales de perfil suave que correspondem a patamares do rio Coura); e, por último, lugar da Pedreira, freguesia de Ferreira (PHA 02).

Relativamente aos achados do lugar da Mó, temos um conjunto de quatro bifaces, dois de formato amigdalóide (**Figura 1**) e outros dois de formato ovalado (segundo a classificação de F. Bordes – **Foto 14**), elaborados em quartzito rolado de proveniência fluvial. São peças características do Paleolítico Inferior e da Cultura Acheulense.

Os achados encontrados no lugar de Sigoelos (PHA 01 - Figs. 1 a 9, vol. II) correspondem também a quatro bifaces, dois de formato ovalado e outros dois de formato amigdalóide (**Foto 15**), com as mesmas características e cronologia dos apontados anteriormente. Acresce um seixo talhado de tipo "chopper", eventualmente de cronologia mais antiga ainda que os anteriores, além de uma lasca e dois polidores.

Na Pedreira de Ferreira foi igualmente encontrado um biface discóide, quartzítico (Fig. 10, vol. II). Trata-se de um achado descontextualizado, que apresenta arestas muito vivas, pelo que temos alguma relutância em situá-lo no Paleolítico Inferior.

Os materiais atribuídos a esta época nem sempre permitem uma definição cronológica precisa, como vimos. Contudo, alguns deles, sobretudo os bifaces, pelas características morfológicas e pelo desgaste que apresentam, permitem-nos uma atribuição cronológico/cultural passível de ser inserida na Cultura Acheulense. Considerados os mais universais dos instrumentos humanos, os bifaces eram talhados para serem utilizados com a mão em funções muito variadas.

Provenientes das escavações do povoado fortificado de Cossourado, existem outros quatro bifaces, prováveis peças também do Paleolítico Superior e da Cultura Acheulense que foram reutilizadas na Idade do Ferro, tendo, inclusivamente, em algumas peças sido feito, parcialmente, novo talhe, estando o talhe mais antigo muito polido. Existem ainda nesse povoado, outros seixos talhados mas que apresentam um talhe de arestas vivas pelo que podem ser resultado da indústria lítica da Idade do Ferro, aparentemente bem comprovada na vizinha Galiza.

Como se depreende pouco podemos referir sobre esta tão vasta e tão antiga época da evolução do homem.

Nesta zona, estes primeiros habitantes, privilegiaram as zonas perto do rio Coura e de outras linhas de água que para ele correm, nas proximidades das quais se situam os dois locais referidos. O leito do rio seria o seu principal fornecedor quer de matéria-prima para elaborar a utensilagem mencionada, quer de alimento, quer de água potável. Seria também nas proximidades das suas margens e na área envolvente que, de forma nómada, pernoitavam, caçavam, recolhiam o que a natureza fornecia, enfim viviam. Certamente construíam cabanas de materiais perecíveis, uma vez que, nesta zona, não existem grutas ou abrigos sobre rocha.

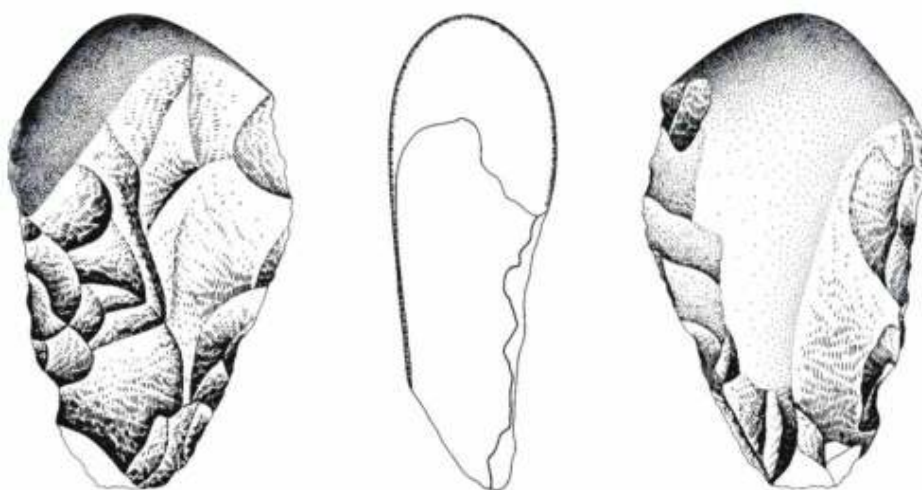


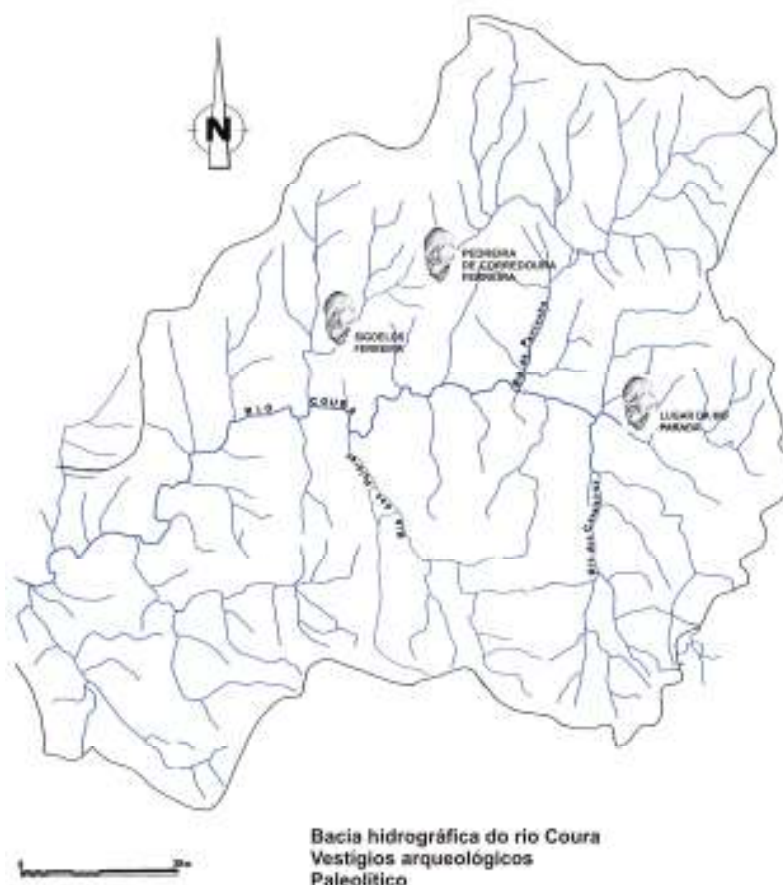
Figura 1 – PHA 03 Lugar da Mó - Biface amigdalóide, nº 2, escala 1:3.



Foto 14 - PHA 03 Lugar da Mó - Biface ovalado, nº 1, escala 1:3.



Foto 15 - PHA 01 Sigoelos – Biface amigdalóide, nº 1, escala 1:4.



3.2.2 Os vestígios do Neolítico/Calcolítico (Mapa XI)

O Neolítico/Calcolítico está muito melhor documentado, através da existência de bastantes monumentos megalíticos, de que temos actualmente referência a sessenta e um, embora cerca de duas dezenas estejam destruídos. Contudo, podemos presumir que outrora o seu número seria mais elevado. Evidentemente que a falta de trabalhos de escavação arqueológicas não nos permite situá-los cronologicamente. Contudo, supomos que a grande maioria serão atribuíveis ao Calcolítico e, alguns deles, dadas as pequenas dimensões, e a configuração cistóide da câmara, devem pertencer à fase final desta época, ou já da transição para a Idade do Bronze.

Tal como acontece com outras áreas minhotas, dispersam-se pelas extensas chãs das zonas de maior altitude da bacia, circundando-a perifericamente. Aí existem ainda necrópoles com grande número de monumentos, como em Corno de Bico, Chã de Lamas (SILVA e FÉLIX 1992), Porreiras e Insalde, estando muitos deles inéditos. Em zonas de menor altitude aparecem-nos casos isolados, talvez devido à intensa actividade agrícola que terá destruído outros monumentos.

Contudo, mesmo nas zonas de maior altitude e em face da crescente reflorestação, nos últimos tempos têm sido destruídos vários monumentos, apesar dos nossos esforços com vista à sua salvaguarda.

Apesar dos abundantes vestígios sabemos muito pouco sobre as comunidades neolíticas e calcolíticas que erigiram estes monumentos megalíticos na área da bacia superior do rio Coura, uma vez que esse conhecimento resulta apenas de trabalhos de prospecção arqueológica e não de escavações. Apesar disso, como em boa parte do território português, conhecemos melhor os seus "mortos" do que propriamente os vivos, dado não termos qualquer povoado confirmado destas épocas.

Os trabalhos de prospecção de campo e a investigação bibliográfica revelaram, como referimos acima, sessenta e um monumentos megalíticos dos quais vinte e cinco já foram total ou parcialmente destruídos. Contudo, não temos prova concreta da existência de qualquer povoado se exceptuarmos os achados avulsos da Boulhosa (PHR 10) e alguns fragmentos de cerâmica campaniforme, que voltaremos a referir, provenientes do povoado fortificado de Montuzelo 1. Posto isto, depreendemos nós, que existiria uma extrema valorização destas comunidades do mundo para lá da morte, em detrimento dos seus locais de vivência quotidiana.

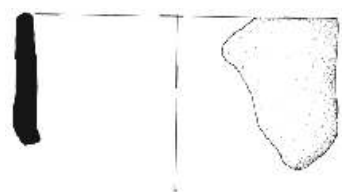


Figura 2 – Potinho troncocónico, de bordo arredondado, escala 1:3 (MEG 3/92 – 1).

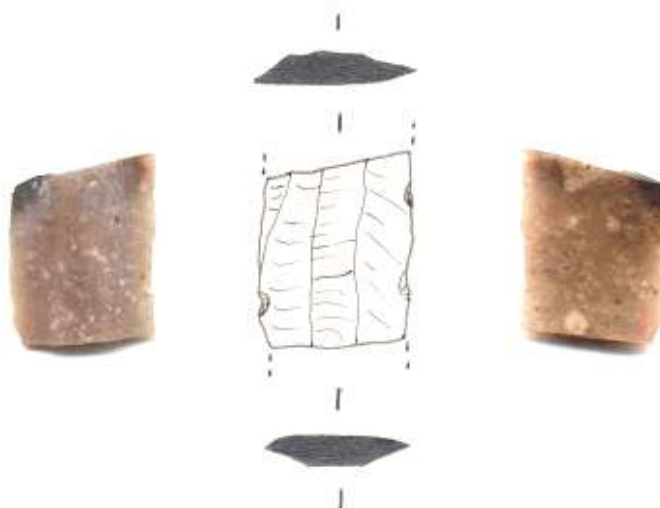
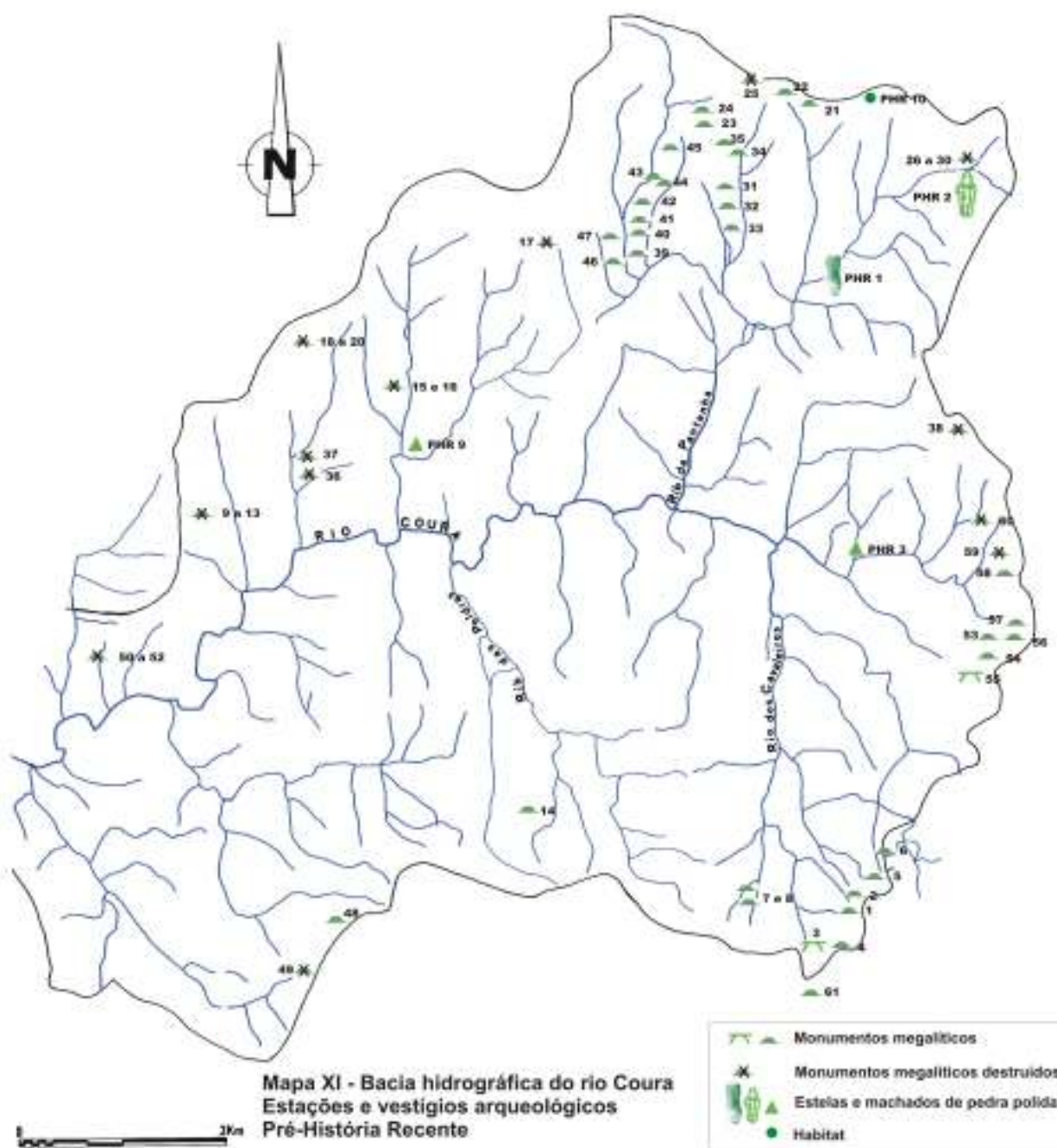


Figura 3 – Lâmina de sílex, escala 1:1.



Mapa XI - Bacia hidrográfica do rio Coura
Estações e vestígios arqueológicos
Pré-História Recente

- 1 e 2 - Mamoas 1 e 2 de Chã de Agueiros, Coroa de Bico, Bico.
- 3 e 4 - Antela e Mamoas 2 do Cruz Vermelha, Como de Bico, Bico.
- 5 - Mamoas da Poça do Forno, Como de Bico, Bico.
- 6 - Mamoas da Chã do Galo, Como de Bico, Bico.
- 7 e 8 - Mamoas 1 e 2 de Chã de Campela, Bico.
- 9 a 13 - Mamoas 1 a 5 de Cossourado, Alto do Carizol, Cossourado.
- 14 - Mamoas do Pólo, Cunha.
- 15 e 16 - Mamoas 1 e 2 do Alto da Cemeira, Ferreira.
- 17 - Mamoas de S. Silvestre, Ferreira.
- 18 a 20 - Mamoas 1 a 3 do Monte do Carvalho, Ferreira e Linhares.
- 21 e 22 - Mamoas 1 e 2 do Monte Cárdeo, Insalde.
- 23 e 24 - Mamoas 1 e 2 do Oural das Eguas ou das Cruzes, Lamas Covas, Insalde.
- 25 - Mamoas de Chã das Pipas, Insalde.
- 26 a 30 - Núcleo megalítico da Fonte da Queimada ou da Bouhosa: Mamoas do Forno do Ouro; Mamoas do Coto do Rosário ou Coto do Forno; Mamoas do Montinho Dentro das Poças; Mamoas de Antra ou Curmas e Mamoas da Bouhosa, Insalde (Paredes da Coura) e Abeder (Monção).
- 31 a 33 - Mamoas 1 a 3 do Couto da Pinheira, Insalde.
- 34 e 35 - Mamoas 1 e 2 de Chão de Pomeiras, Insalde.
- 36 e 37 - Mamoas 1 e 2 do Descompado, Linhares.
- 38 - Mamoas das Armadas, Padomado.

- 39 - Mamoas dos Agueiros, Pomeiras.
- 40 - Mamoas do Alto do Moento do Couto, Pomeiras.
- 41 e 42 - Mamoas 1 e 2 da Fonte Cavada, Pomeiras.
- 43 e 44 - Mamoas 3 e 4 de Chão de Pomeiras, Pomeiras.
- 45 - Mamoas do Duleiro do Melho, Pomeiras.
- 46 e 47 - Mamoas 1 e 2 de Porto Rabel ou Picões, Pomeiras.
- 48 - Mamoas da Portela, Romarigães.
- 49 - Mamoas da Portela Pequena da Latruija, Romarigães.
- 50 a 52 - Mamoas 1 a 3 do Antas, Rubiães.
- 53 a 57 - Núcleo Megalítico da Chã de Lamas (mamoas 1 a 5), S. Martinho de Vascões.
- 58 - Mamoas 6 de Chã de Lamas ou da Coustada da Mã, S. Martinho de Vascões.
- 59 - Mamoas 7 de Chã de Lamas ou da Mestreira, S. Martinho de Vascões.
- 60 - Mamoas 8 de Chã de Lamas ou da Buraco da Moura, S. Martinho de Vascões.
- 61 - Mamoas de Salgueiros Gordos, Labrujo (Ponte de Lima).
- PHR 1 - Estela insculptada da Bouhosa, Caxal, Insalde.
- PHR 2 - Estela menor da Bouhosa, Insalde.
- PHR 3 - Machado de pedra polida, Parada.
- PHR 9 - Machado de pedra polida, Sigalco, Ferreira.
- PHR 10 - Habitat (?), Cooperativa Agrícola da Bouhosa, Insalde.

Em relação a outro tipo de espólio exumado, ele é francamente reduzido. Possuímos uma grande mó de vaivém, bem como alguma cerâmica manual proveniente de um pequeno pote, troncocónico (**Figura 2**), encontrados nas proximidades da Antela da Cruz Vermelha (MEG 3 – Figura 5 a 7 e fotos 4 e 5, vol. II), bem como um fragmento de uma lâmina de sílex (**Figura 3** – inclui desenho arqueológico e digitalização da peça, pelo que não a consideramos fotografia não tendo, assim, duas numerações), proveniente da mamoa 1 do Cárdio e, uma conta de colar em âmbar (Fig. 31, vol.II), da M3 de Chã de Lamas, e que se encontra no Museu Nacional de Arqueologia.

Em relação a espólio proveniente dos monumentos megalíticos ou de povoados associados, além do referido, existem, ainda, no Museu Pio XII, em Braga, quatro machados de pedra polida, todos em granito de grão fino, sendo um deles da freguesia de Parada (**Foto 16**). No lugar de Sigoelos (com ocupação romana), em Ferreira, foi também encontrado um pequeno machado de pedra polida (**Figura 4**), em anfíbolito, eventualmente votivo, e fruto de reutilizações. Nas escavações do povoado fortificado de Cossourado detectaram-se, reutilizados, mais dois machados de pedra polida, um em xisto fibrolítico e outro em quartzo-xisto anfíbolítico, e uma enxó, também em quartzo-xisto anfíbolítico (s.v. Capítulo IV).

Salvo no caso das escassas peças encontradas relacionadas com dólmenes, facilmente se conclui que todos os outros achados são peças descontextualizadas.

No caso das peças elaboradas em matérias-primas alheias ao extracto geológico da região, por exemplo, em sílex, apontamos para a existência de contactos entre estas comunidades e outras supra-regionais, contactos esses que faziam circular bens e matérias-primas.

Dentro das mesmas balizas cronológicas conhecemos diferentes expressões megalíticas, que, muito embora obedecendo a um padrão simbólico comum, cada comunidade adaptou os seus monumentos de acordo com os recursos disponíveis. Esta questão é importante para a compreensão do megalitismo

em Paredes de Coura, uma vez que a construção das mamoas está também directamente relacionada com a proximidade da matéria-prima em que eram elaboradas, podendo ser o granito, de diversos tipos, o grauvaque ou outro tipo de pedras que o substrato geológico fornecia. Este elemento teve uma importância significativa para além de outros factores, como a riqueza dos solos e a dimensão e diversidade de recursos nos territórios de exploração, que condicionaram o maior, ou menor número de excedentes das comunidades, que se vieram a projectar, da mesma forma, nos



Foto 16 – PHR 03 – Machado de pedra polida de Parada. escala 1:3.

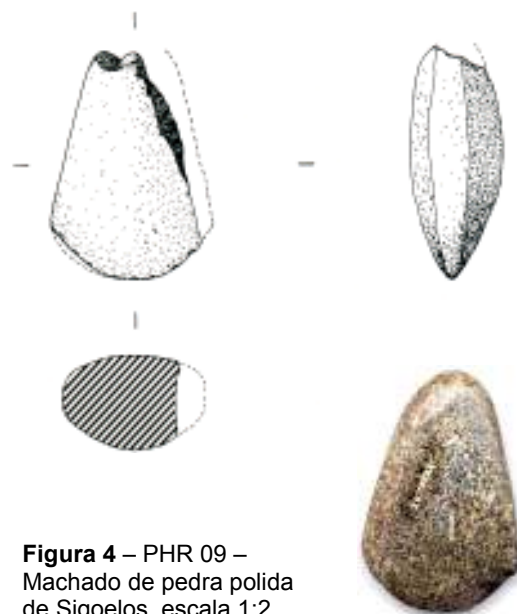


Figura 4 – PHR 09 – Machado de pedra polida de Sigoelos, escala 1:2.

diferentes graus de sedentarização, condicionando, proporcionalmente, o investimento na ritualização dos seus mitos.

Partindo da relação entre o número de horas-homem necessário à construção dos sepulcros e o número de tumulados, facilmente se percebe que apenas uma pequena parcela da comunidade tinha direito a este tipo de sepulcro. Contudo, o esforço empregue e o tempo despendido neste tipo de construções, não se justificava se não fosse para que estes perdurassem no tempo e no espaço, por isso, o uso de matérias-primas como a pedra. Desta feita, estes sepulcros surgem com um “monumentalismo para exibir a morte” (CRIADO BOADO 1989, 78).

Estas expressões arquitectónicas escondem um vasto e complexo mundo emergente fruto das sociedades que gradualmente se sedentarizavam. Parece, assim, que se pode estabelecer uma relação directa entre as primeiras comunidades de agricultores e pastores com o despontar dos monumentos megalíticos, uma vez que os mesmos implicam uma fixação territorial, ainda que temporária. Não seria plausível que construíssem este tipo de monumentos, para logo os abandonar. Este culto implica permanência territorial, isto é, ocupação de um espaço específico, mais ou menos bem delimitado. Deslocar-se-iam conforme as necessidades de subsistência, não sendo totalmente sedentários, deixavam as suas marcas nas zonas que ocupavam.

Outro elemento que podemos inferir relaciona-se com a organização social destas comunidades e com as suas relações na comunidade. Organizar-se-iam de forma tribal, embora com uma hierarquização social, já que o tipo de construção megalítica implicava uma hierarquia definida e estruturada, e, a atestar pela grande difusão de monumentos existentes, ainda que construídos em épocas distintas, haveria uma noção bem elaborada de poder. Assim sendo, o grande número de monumentos existentes, mais concretamente no que diz respeito à área do conjunto megalítico de Porreiras / Insalde, num curto espaço territorial, é um indicador de que a comunidade que os construiu teria de ser numerosa, implicando um número significativo de horas-homens de trabalho e uma estabilidade económica e social.

Passando à análise concreta dos monumentos estudados, podemos referir que as únicas estruturas dolménicas que conhecemos, pertencem à Antela da Cruz Vermelha, Bico e à mamoa 3 de Chã de Lamas, Vascões (integrada na Área de Paisagem Protegida de Corno de Bico).

A primeira é uma pequena anta com uma câmara sub rectangular, constituída por oito esteios graníticos, sem tampa (**Figura 5**). O esteio de cabeceira, um monólito natural afeiçoado *in situ*, apresenta, na face interior, uma cruz insculpida e, sobre si, uma outra cruz de cimento, pintada a vermelha, com 80 cm, de construção relativamente recente. Os outros sete esteios, de pequenas dimensões, estão algo fragmentados e deslocados das suas posições de origem. Em frente a este pequeno dólmen existem restos de uma outra mamoa (mamoas 2 da Cruz Vermelha) e a escassos metros, as mamoas 1 e 2 da Chã de Agueiros (**Foto 17**).

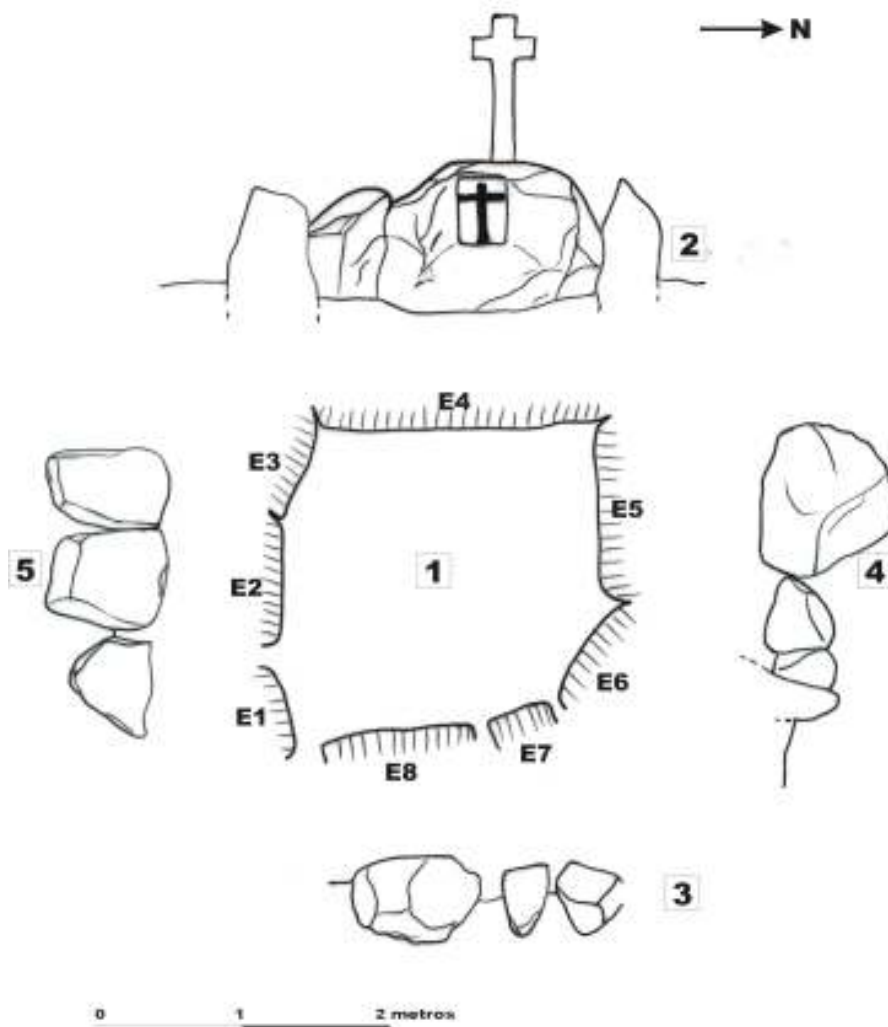


Figura 5 – MEG 3 - Mamoia 1 ou Antela da Cruz Vermelha.
Planta esquemática e alçados: 2 – sul-norte, lado oeste; 3 - sul-norte, lado leste;
4 – leste-oeste, lado norte; leste-oeste, lado sul.



Foto 17 – MEG 1 - Mamoia 1 de Chã de Aqueiros.

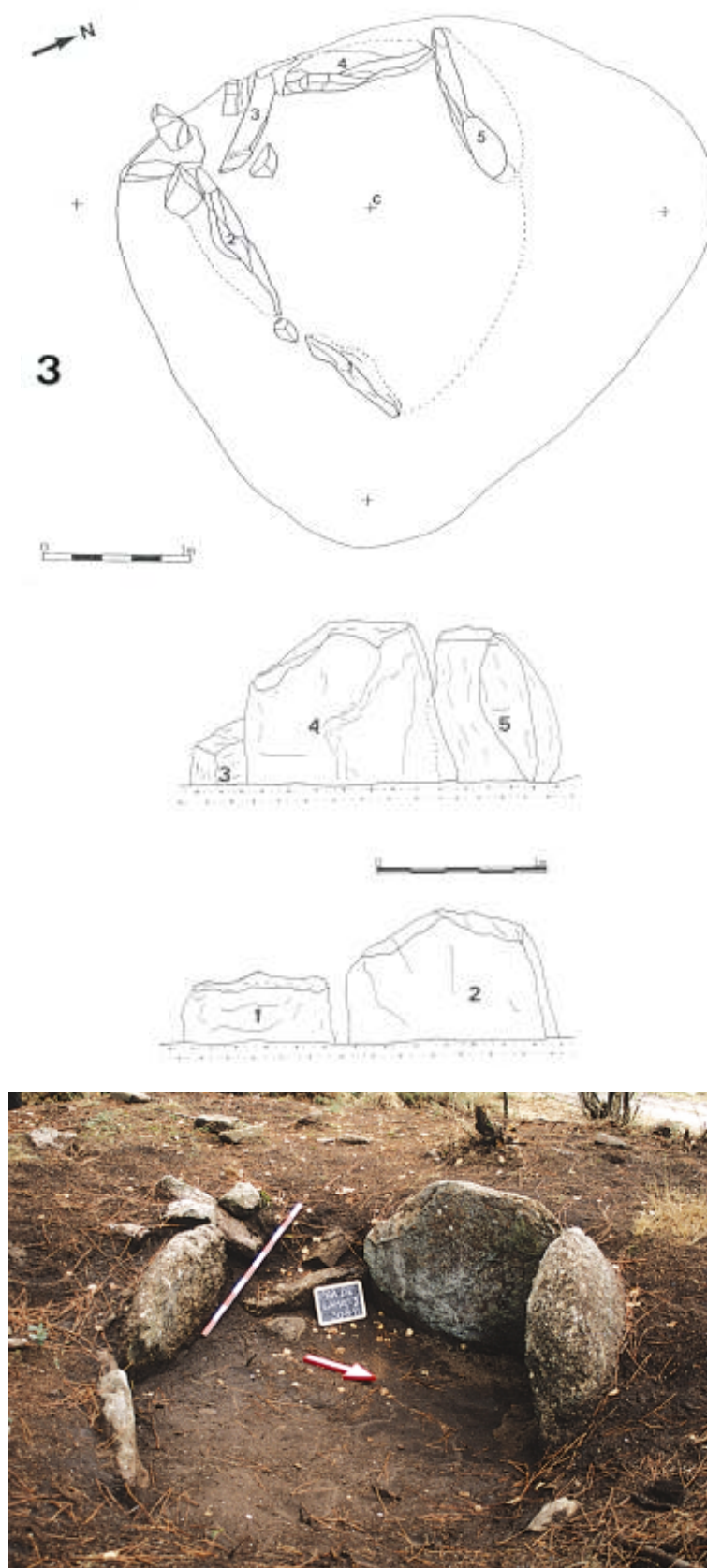


Figura 6 e Foto 18 – MEG 55 - Planta e alçados (S-N; NE-SO) da estrutura dolménica da Mamoa 3 de Chã de Lamas.

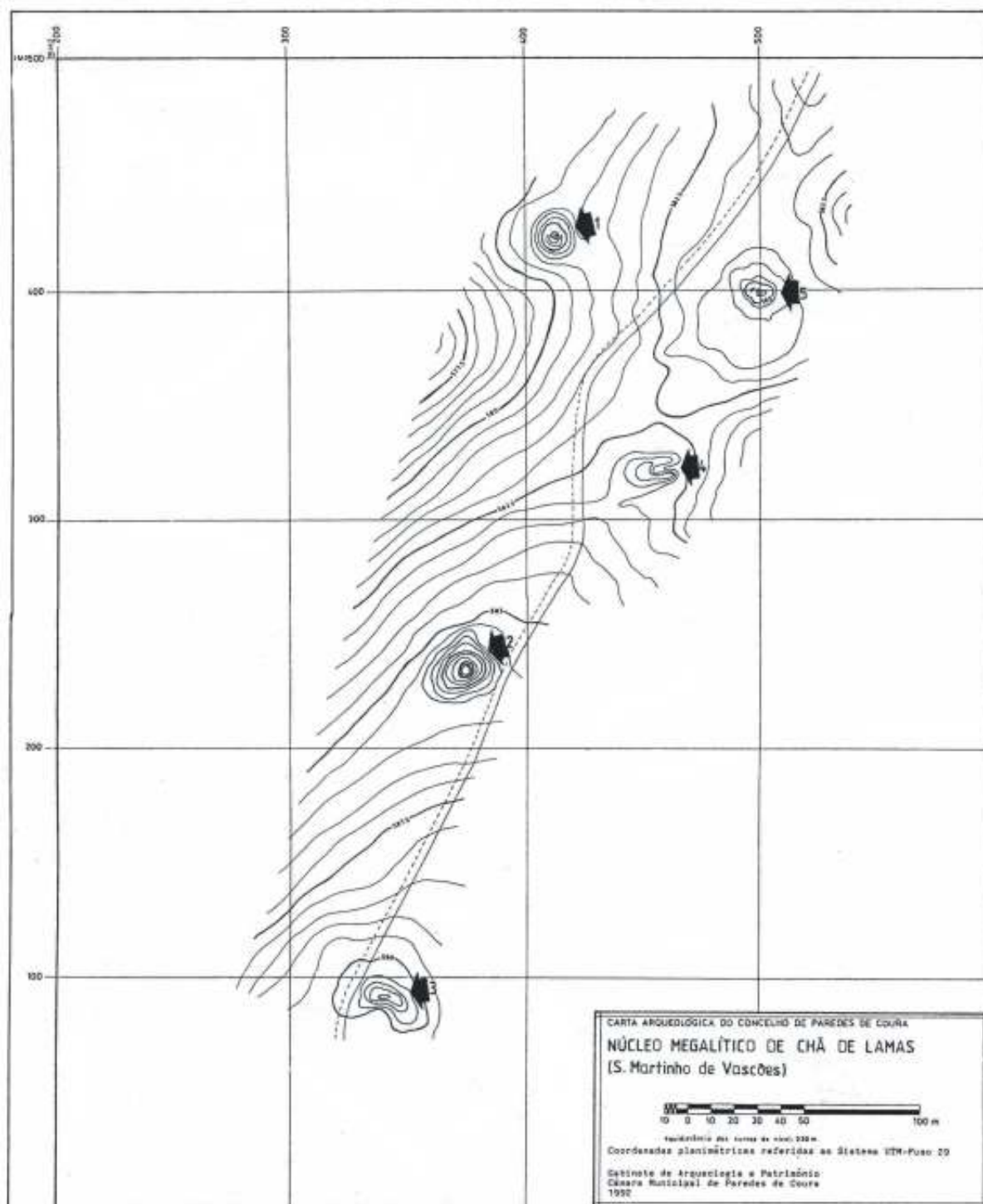


Figura 7 – Núcleo megalítico de Chã de Lamas. Implantação topográfica dos monumentos.

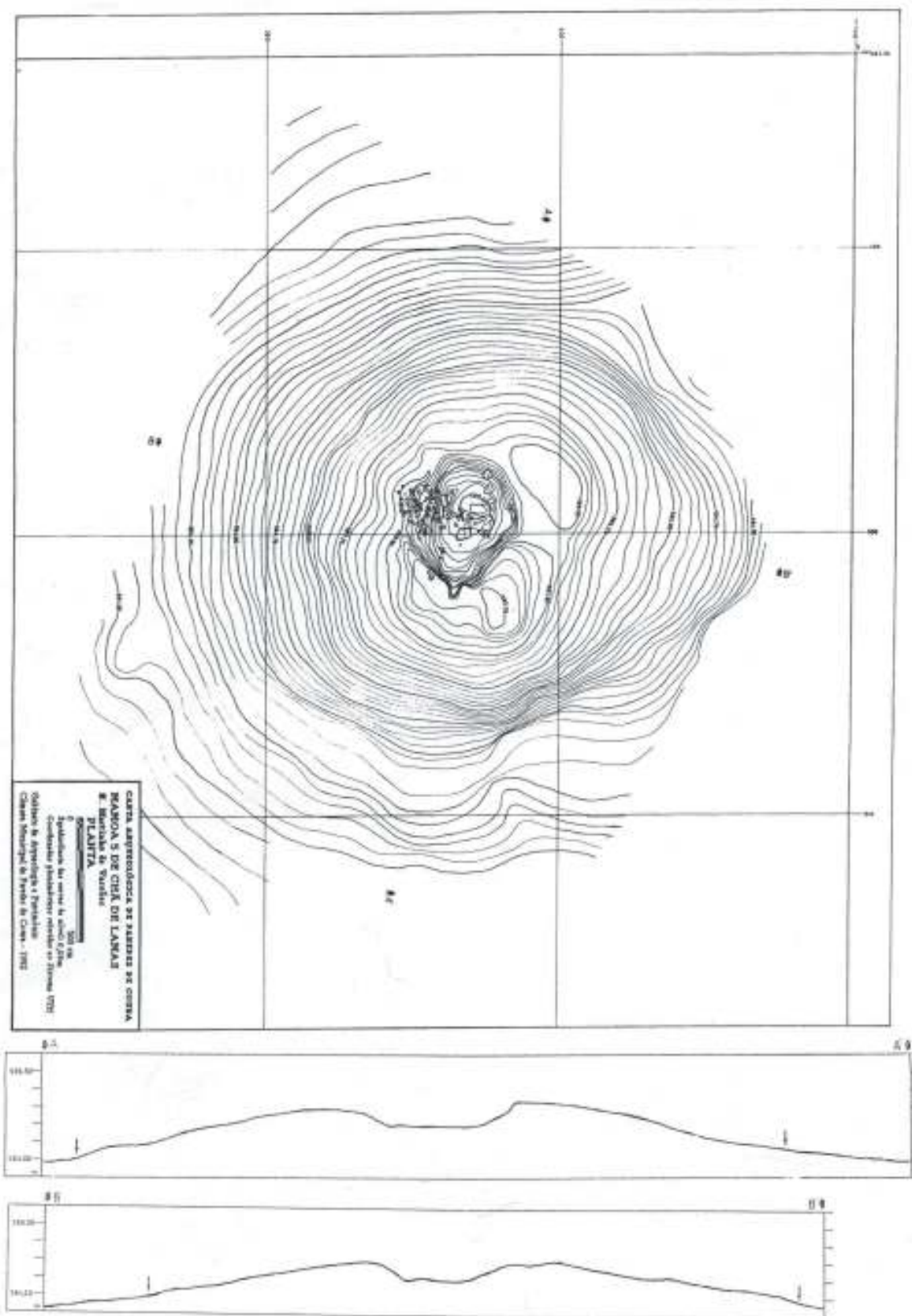


Figura 8 – Núcleo megalítico de Chã de Lamas. Topografia e perfis topográficos da mamoa 5 (MEG 57).

A mamoa 3 de Chã de Lamas (**Foto 18; Figura 6**), está inserida em um núcleo composto por cinco mamoas (**Figuras 7 e 8**), implantadas numa extensa chã, próximo da Lagoa da Salgueirinha. As mamoas (MEG 53 a 57) apresentam - exceptuando a M3 - grandes dimensões e vestígios de couraça pétreo. Dado que todas elas sofreram acções de violação ao longo dos tempos, os monumentos 1 e 5 evidenciam, à superfície, topos de alguns esteios. Em 1881, Narcizo A. Cunha e Pestana de Vasconcelos escavaram a M3, tendo posto a descoberto uma câmara funerária de planta poligonal, constituída por cinco lajes.

Outro monumento escavado eventualmente por Leite de Vasconcelos ou Martins Sarmiento, uma vez que a bibliografia não é precisa, é a Mamoa 1 do Oural das Éguas ou das Cruzes (MEG 23), situada na chã de Porreiras, mas da qual só resta o esteio de cabeceira (os outros foram aproveitados para construção de muros divisórios de propriedades que existem em redor). Este esteio possui insculturado com uma pequena cruz, muito provavelmente elaborada posteriormente, e constituída por cinco pequenas covinhas.

Através de desenhos deixados por J. Leite Vasconcelos (1909) foi possível conhecer as plantas poligonais de mais dois monumentos, actualmente destruídos, a mamoa do *Forninho do Ouro* (MEG 26 - **Figura 9**) e a mamoa do *Côto do Rodêllo* ou Coto da forca (MEG 27 - **Figura 10**).

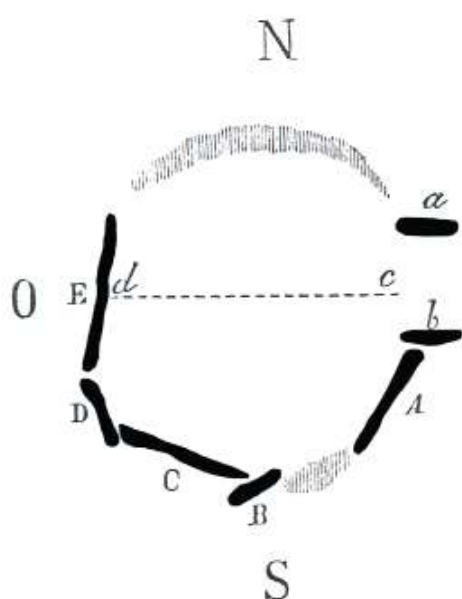


Figura 9 – Planta da estrutura dolménica do Forninho do Ouro.

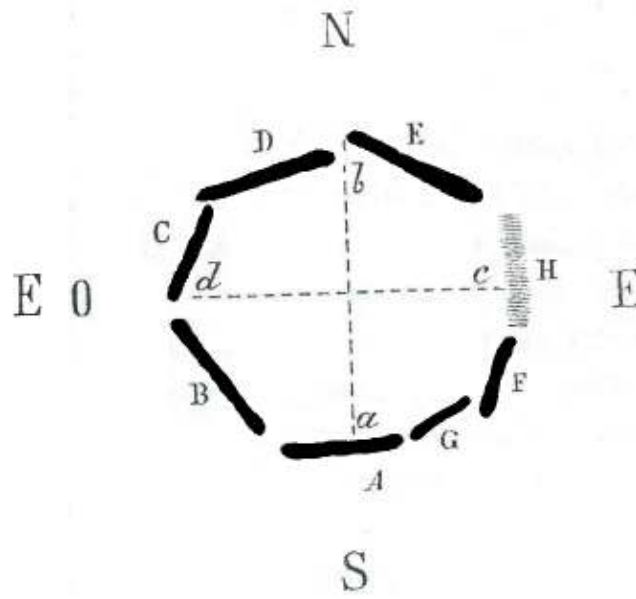


Figura 10 – Planta da estrutura dolménica do Coto da Forca.

Tal como em outras áreas da Galiza, ou na vizinha Valença, os túmulos ou mamoas foram construídos com uma camada de terra e pedras que configura o pequeno monte da mamoa ou *tumulus*, de formato circular. Não existem com frequência exemplares de grandes dimensões,

excepto em cerca de meia dúzia de casos, embora, exista uma grande variedade, pelo que os diâmetros oscilam entre os 10 e 30 metros, sendo o diâmetro médio de 19 metros. Em termos de altura, temos como medida máxima 2,5 metros, e mínima de 0,5 metros. A altura média ronda os 1,60 metros.

Este tipo de construção - a mamoa - cobre diversos tipos de antas, de planta igualmente diversa, que, infelizmente, como referido, pouco conhecemos.

Para a sua construção, havia que localizar em primeiro lugar a matéria-prima, predominando nesta área o uso do granito, e em alguns casos o xisto e o grauvaque. Para a sua extracção buscar-se-iam linhas de fractura naturais na rocha, onde introduziriam pequenas cunhas de madeira que depois de molhadas, dilatavam, favorecendo a ruptura do bloco de pedra.

Para o transporte destes blocos empregavam-se, provavelmente, pequenos troncos e cordas, que segundo diversos estudos, seriam puxados por 5 ou 6 pessoas. Estas seriam suficientes para arrastar uma pedra de uma tonelada, pelo que, provavelmente, com um número variável entre 30 e 40 pessoas se poderia levantar os ortostatos das antas de maiores dimensões.

A primeira pedra a ser erigida seria o ortostato de cabeceira, isto é, o situado em frente à entrada. Seria colocado com uma certa inclinação para o interior, enterrado até um terço do seu tamanho, calçando-o com pequenas pedras e nele iam-se apoiando sucessivamente as restantes pedras da câmara megalítica, utilizando a técnica da imbricação. Uma vez situados os blocos de pedra no lugar preciso, colocava-se a terra extraída em torno das mesmas, em forma de rampa.

A seguir completava-se o túmulo, que podia levar uma couraça - capa de pedras cuidadosamente colocada que impediria a erosão -, e um anel pétreo, exterior, que evita o seu desmoronamento. O corredor de acesso, se o tivesse, levantava-se seguindo a mesma técnica e, em frente dele, se empedrava ou não uma área de tipo átrio para indicar o acesso ao recinto funerário.

3.2.2.1 Distribuição espacial dos monumentos megalíticos da bacia superior do rio Coura

3.2.2.1.1 Os factores geomorfológicos (Mapa XII) e geológicos (Mapa XIII)

As zonas mais elevadas, com altitudes superiores a 600 metros, onde existem vastas chãs, como Chã de Lamas, Corno do Bico, Boulhosa, Chã das Pipas, Porreiras (Chã dos Cubos), foram as áreas de eleição para a construção das diversas necrópoles megalíticas, tal como se verifica noutras zonas das Serras da Peneda, do Gerês e da Amarela. Evidentemente que nas zonas mais baixas da bacia superior do rio Coura este monumentos também existiram, como aliás temos diversas referências bibliográficas, contudo, a maior procura destas áreas pelas diversas populações ao longo dos séculos levou ao seu desaparecimento.

Em termos geológicos, as 61 mamoas, localizam-se maioritariamente em zonas graníticas, com algumas excepções, em que estão localizadas em zonas cujo extracto geológico pertence ao complexo xisto-migmático. De referir também que grande parte das mamoas se localizam perto do filão de microdiorito quartzífero que atravessa Paredes de Coura, existindo uma associação entre o elemento natural (o quartzo) e a construção artificial (o túmulo), procurado explicitamente pelos grupos construtores. Esta situação confirma-se no terreno, por exemplo, nas mamoas 1 e 2 do Monte Cárdio (MEG 19 e 20), além de outras, sobretudo situadas na área de Porreiras, em que a carapaça

lítica era constituída por grande quantidade de quartzo. Nas proximidades das mamoaas do Cárdio (parcialmente destruídas) existe um afloramento de xisto com quartzo. É, pois, frequente, encontrar disposto nos túmulos, o quartzo branco ou leitoso, utilizado como calço, revelando um aparente prestígio deste material.

As comunidades megalíticas certamente conheciam muito bem os locais de obtenção das matérias-primas, pelo que todos os estudos de acessibilidade são pouco válidos, embora nos sirvam como hipótese de trabalho e de alguma compreensão sobre a distribuição das mamoaas e a satisfação das necessidades de matérias-primas destas comunidades.

O granito existe, com abundância em toda a região, sobretudo nas variedades de grão grosso e, com menos ocorrência, nas de grão médio. De facto, a acessibilidade à matéria-prima mais utilizada, para a construção das mamoaas, tal como para os esteios das mesmas, era fácil. Afirmação esta muito simplista, resultando de uma observação empírica, pois, não prova que os construtores utilizaram a matéria-prima mais próxima para a sua construção. O facto de conhecermos muito poucas câmaras dolménicas, não nos permite ter certeza quando ao tipo de matéria-prima utilizada e à sua relação com o extracto geológico, pelo que estes considerandos são, essencialmente válidos para o material utilizado na construção da mamoa.

O aproveitamento de afloramentos rochosos não é estranho ao megalitismo courense, já que na mamoa 1 da Cruz Vermelha (MEG 3 - **Foto 19**) o esteio de cabeceira aproveitou um monólito natural, posteriormente afeiçoado de forma a lhe ser conferido o aspecto de ortostato.



3.2.2.1.2 O factor hidrográfico (Mapa XIV)

Em termos hidrográficos o concelho de Paredes de Coura, mostra-se extremamente rico, já que por todo ele, nascem e correm cursos de água. Os recursos hídricos são ainda hoje abundantes nesta zona, quer pela existência do rio, de ribeiros e linhas de água, quer pelos poços e nascentes. Nascentes e lagoas abundam mesmo nos locais de maior altitude, na periferia da bacia hidrográfica - Lagoa da Salgueirinha, em Chã de Lamas e na serra de Bico, onde existem também várias lagoas, designadas localmente de poças (exemplo mamoa da Poça do Ramos, por se localizar ao lado da lagoa com essa designação).

É interessante verificar que muitos dos monumentos megalíticos se situam nas proximidades das áreas referidas. Este facto, talvez derive de alguns factores como: a proximidade dos cursos de água; o facto de se tratar geologicamente da zona que oferece maior facilidade para obtenção de matérias-primas, como o granito, e, eventualmente, a existência de matérias plásticas para o fabrico das cerâmicas.

Apesar de o rio Coura ser o curso de água principal, não parece ter tido influência significativa na localização dos monumentos megalíticos.

3.2.2.1.3 Os tipos de solos (Mapa XV)

A área do concelho corresponde a 13.802 hectares (138 Km²), praticamente coincidentes com a área da bacia hidrográfica. No entanto, actualmente apenas 10% correspondem a solos do Tipo A, ou seja, solos com capacidade de uso agrícola. Os solos do Tipo C, designados de uso agrícola condicionado, aparecem-nos com uma percentagem de 14%. Assim, existem apenas cerca de 3.634 hectares de solos com aptidão agrícola, ou seja 26,3% do total.

As mamoas detectadas e estudadas até ao momento situam-se, geralmente, em locais com solos de aptidão florestal, facto derivado da altitude a que se situam - zonas de maior erosão, não se verificando nenhum monumento em zonas agrícolas, nem em áreas de solos com aptidão agrícola condicionada. Assim sendo, e analisando os mapas do tipo de solo e o orográfico verificámos que as mamoas situam-se, preferencialmente, em zonas de solos sem aptidão agrícola que normalmente correspondem a zonas de monte.

Segundo Felipe Criado Boado (1988), esta situação não é a realidade do megalitismo do NO Peninsular, já que o tipo de terrenos em que se centra o megalitismo é arenoso, sendo, normalmente, solos bem drenados e ligeiros que resultam fáceis de trabalhar. Assim, as terras de monte eram as mais adequadas para a tecnologia neolítica/calcolítica. Para remover solos pesados, típicos das terras de vale, que possibilitam o lavradio, seria necessário um tipo de arado e outros recursos técnicos específicos não existentes na época. Estes elementos levam-nos a inferir que as terras agora consideradas boas para a agricultura, na altura não o eram.

A aparição em zonas de vale e em terras baixas de alguns dos monumentos megalíticos mais desenvolvidas da Galiza, com espólios mais completos e que precisaram de maiores quantidades de trabalho, talvez assinala a pratica de algum tipo de intensificação agrária (CRIADO BOADO 1988). No que toca à realidade de Paredes de Coura, não se pode atestar a validade desta afirmação, mas através da referência dos cinco monumentos em Cossourado (MEG 7 a 11), já desaparecidas, que

eram mamoaas de “forma muito saliente”, situando-se estes numa cota de na e 170 metros de altitude, fica a questão de que se estas pertenceram a comunidades mais desenvolvidas em termos agrícolas. De qualquer forma não sabemos até que ponto a agricultura estaria desenvolvida, uma vez que, todos os dados apontam para que mesmo na Idade do Ferro, essa actividade não fosse preponderante, sendo a recolecção ainda um sustentáculo significativo destas sociedades já perfeitamente sedentárias.

3.2.2.1.4 O factor altitude (Mapa XVI)

Os monumentos megalíticos situam-se em locais que oscilam entre as cotas de 400 e 800 metros de altitude, havendo uma prevalência para a ocupação de locais situados entre as cotas de 500 e 600 metros.

É natural retirar a conclusão de que as construções megalíticas se situam em altitudes superiores a 400 metros de altitude. Mas não é correcto afirmar que estas não se localizaram abaixo destas cotas, uma vez que existem diversos monumentos nesta situação (MEG 34, 35, 47, 48, 49 e 50). Contudo, como já referimos, as zonas com cotas inferiores a 400 metros, foram aquelas onde a intervenção humana mais se fez sentir.

Aparentemente, e tal como na vizinha Galiza, os valores máximos na densidade de monumentos megalíticos coincidem com áreas de topografia elevada e interior, sendo os túmulos escassos nas zonas de vale, de relevo deprimido (CRIADO BOADO 1988).

3.2.2.1.5 O factor visibilidade

Estamos, como se tem vindo a referir, na presença de uma região com muitos acidentes geomorfológicas, uma vez que, numa área que não excede os 15 Km (no sentido E-O e N-S, nos locais mais extensos), rondando os 14.000 hectares, existe uma grande variabilidade de cotas que, naturalmente, se traduz em constantes montes e vales.

Salvo raras excepções, a área em estudo, parece também confirmar a ideia de que as mamoaas foram, e algumas continuam a ser, marcos territoriais. Neste sentido, observando a Carta Topográfica 1/5000, por exemplo, na área de Porreiras e Insalde, pode-se afirmar, com certo rigor, que a maior parte dos monumentos se situam ao longo dos caminhos, tendo como excepção três delas a 1, 2 e 3 do Couto da Pinheira (MEG 31, 32 e 33), que se situam numa plataforma que em termos de visibilidade pode avaliar-se como privilegiada, já que desta se observam todas as restantes zonas onde se localizam as mamoaas. Contudo, também elas, em tempos não muito distantes, também ladeavam um caminho que as unia, visível na erosão do terreno.

F. Criado Boado e Jacobo Sastres (1993) consideram que, na Galiza, um elevado número de mamoaas e, sobretudo, os agrupamentos importantes de túmulos, estavam sempre relacionados com lugares de trânsito utilizados indistintamente pelos animais e pelos homens.

Uma das particularidades que se verifica na análise da localização das mamoaas é que normalmente se agrupam em núcleos de duas. Tal como na Galiza os grandes agrupamentos de mamoaas não são um fenómeno dominante, tão pouco predominam os casos de mamoaas isoladas. O mais frequente é o aparecimento de túmulos agrupados em pares ou em grupos formados por 3 ou 4

exemplares. Nestes casos é normal que junto a um túmulo de grandes proporções e/ou acentuadas condições de visibilidade, existam túmulos de pequenas dimensões e que disponham de uma visibilidade mais restrita. De resto como é habitual em muitas zonas, designadamente na Serra da Aboboreira.

A visibilidade existe de forma directa (aquela que obtém visibilidade plena de outro monumento) nas mamoas que se encontram agrupadas em núcleos, isto é, só de mamoa para mamoa ou mamoas do mesmo núcleo. Enquanto que a visibilidade indirecta (a que vislumbra não o monumento mas a área em que se localiza) apenas é obtida de núcleo para núcleo.

Neste sentido é significativo o facto de que as zonas que ocupam necrópoles importantes correspondem a áreas que possuem um privilégio espacial, por disporem de uma marcada visibilidade zonal. Nalguns casos, como em Porreiras/Insalde, concentra-se o maior número de túmulos e ocorrem as necrópoles mais extensas.



Foto 20 – Núcleo megalítico de Chã de Lamas: mamoa 1 (MEG 53).



Foto 21 – Núcleo megalítico de Chã de Lamas: mamoas 4 (MEG 56) e 5 (MEG 57).

Em jeito de **ideias a reter**, dado que este estudo não é minimamente conclusivo, podemos referir que a matéria-prima mais utilizada nos esteios ou na carapaça lítica foi o granito. Verificou-se também o uso do quartzo. É maioritariamente nas áreas como a Lagoa da Salgueirinha, Chã de Lamas e Serra de Bico que as mamoadas se situam, talvez por se tratar geologicamente de zonas que oferecem maior facilidade na obtenção de matérias-primas.

Em termos de altitude, os monumentos distribuem-se por zonas entre os 500 e os 600 metros, coincidindo com áreas topográficas elevadas e interiores, tendo em oposição poucos monumentos em zonas de vale, hoje desaparecidos. Uma das particularidades desta distribuição é o facto de que as mamoadas acompanham os limites da bacia superior do rio Coura, próximo ou no local das linhas de fecho, regra geral, coincidentes com os limites do actual concelho de Paredes de Coura. Tal como se situam ao longo de caminhos, próximas de vias que teriam sido utilizadas eventualmente desde a sua construção.

No que toca à visibilidade entre as mamoadas, verificamos que, por regra, se agrupam em núcleos de duas, tendo em termos visuais apenas visibilidade directa de uma para a outra dentro de cada núcleo. Visibilidade indirecta é obtida de núcleo para núcleo. Poder-se-á dizer que as mamoadas do núcleo de Porreiras / Insalde, zona onde se verifica o maior aglomerado de monumentos deste tipo, tiveram, na altura da construção, em consideração o factor visibilidade.

Em termos genéricos e em analogia com outras zonas estudadas, designadamente os monumentos da Serra da Aboboreira, e alguns núcleos do litoral minhoto, as mamoadas em termos de organização espacial apresentam-se em núcleos e parecem organizar-se de forma a que as mais pequenas, se posicionam em torno de outras de maior volumetria/monumentalidade. Os casos mais emblemáticos situam-se na área de Chã de Lamas ou da vasta chã de Porreira / Insalde. Estas, as de menores dimensões, como a mamoadas 3 de Chã de Lamas, são enquadradas por estruturas de grande envergadura, como as 1 e 5 (**Fotos 20 e 21**).

Cronologicamente, e também em analogia com zonas limítrofes mais bem estudadas como a galega, os monumentos megalíticos courenses, terão existido ao longo do terceiro milénio a.C., e princípios ou meados do segundo milénio, tendo o seu início por volta do IV milénio a.C..

Se exceptuarmos alguns particularismos o fenómeno megalítico na área portuguesa, evoluiu no sentido da existência de dólmenes de câmara poligonal com corredor bem diferenciado, passando posteriormente a monumentos de menor envergadura (JORGE 2000), que evoluíram para túmulos pequenos e baixos, de tipo cista, de inumação individual, com plantas sub rectangulares e poligonais (CARDOSO 2000). Partindo deste pressuposto e como se mencionou, apenas podemos apontar a hipótese de que os monumentos com câmara de configuração cistóide como a mamoadas 3 de Chã de Lamas e a Antela da Cruz Vermelha terão uma cronologia mais recente que os de maior envergadura, atribuível ao Calcolítico Final, transição desta época para a Idade do Bronze, ou até uma cronologia mais recente.

3.2.2.2 As estelas da Boulhosa

Provavelmente do final do Neolítico ou do período de transição para o Calcolítico (entre o 4º e o 2º milénio antes de Cristo), temos a estela insculturada da Boulhosa (PRH01), detectada no lugar de Casal (VASCONCELOS 1909; 1910), freguesia de Insalde, próximo de um núcleo megalítico.

Ao período de transição entre o Calcolítico e a Idade do Bronze Inicial é, ainda, atribuída a estela menor da Boulhosa (PRH02), freguesia de Insalde, simbolizando, aparentemente, uma figura feminina.

A primeira das peças, a estela insculturada (**Foto 22; Figura 11**), foi descrita, em 1910, por J. Leite de Vasconcelos da seguinte forma: "é uma laje toscamente aparelhada na metade superior, que está toda ella insculpturada. Podemos suppor dividida em duas partes iguaes esta metade. Em baixo vêem-se muitos sulcos, que formam figuras sub-quadrangulares, inclusas umas nas outras. Em cima não posso dizer ao certo o que o artista quis representar (ninguem pensará que seja uma cara); apenas ao lado direito do observador me parece que se desenha um machado" (1910, 31).

Trata-se, pois, de um monólito, com 1,78 m de altura e 0,75m de largura máxima, cuja parte superior foi aplanada e gravada. Os sulcos são pouco profundos e algo irregulares, tendo sido obtidos por picotagem, marcando linhas que variam entre os 0,5 e 0,7 cm de largura. As concavidades existentes no topo central da peça possuem um diâmetro que oscila entre os 2 a 2,5 cm.

O conjunto escultórico é composto por gravuras de contornos esquemáticos e geométricos e encontra-se dividido em duas áreas distintas. Uma interpretação dos motivos leva-nos a referir que na primeira área, de carácter esquemático-simbólico, temos, por hipótese, uma figura antropomórfica, definida por várias linhas e quatro "fossetes". Desta figura partem várias linhas que definem, à esquerda, figuras rectangulares e, à direita, a estilização de um instrumento semelhante a um machado, ou outro instrumento de trabalho, encabado. As linhas da esquerda podem também, eventualmente, definir instrumentos deste género.

Contudo, numa segunda interpretação podemos atribuir à figura central a estilização de um rosto, pretendendo as linhas geométricas laterais representar os ombros.



A segunda área da superfície insculturada, de carácter geométrico-simbólico, apresenta-se unida à primeira por uma linha externa, composta por quinze rectângulos concêntricos.

Assim sendo, o conjunto das duas partes poderá, de alguma forma, como aliás sugere J. Leite de Vasconcelos (*idem*, 31), querer simbolizar a esquematização de uma figura humana. Essa sugestão é também partilhada por Vitor e Susana O. Jorge (1990, 199). De resto, existem alguns exemplares - designadamente a estela da Mamoa 1 de Chã do Brinco (Cinfães), entre outras encontradas no sul de Portugal, na Galiza e em França - que apresentam diversas, ainda que ligeiras, semelhanças.

A superfície posterior do monólito não foi tratada ou gravada.

A parte inferior apresenta-se também em bruto, sugerindo o seu enterramento em posição vertical.

A sua função permanece ainda hoje desconhecida. No entanto, o facto de ter estado colocada no solo em posição vertical, próximo de monumentos megalíticos (caso não tenha feito parte integrante da estrutura dos mesmos, o que não nos parece provável), permite-nos atribuir-lhe uma funcionalidade semelhante à desempenhada pelos menires. Esta opinião é igualmente partilhada pelos autores citados (V. e S. JORGE 1990, 199): "Pode ter sido o esteio de um dólmen, mas, evidentemente, não excluimos a hipótese de ter tido uma função diferente".

Qualquer que tenha sido a sua funcionalidade, seria, sem dúvida, uma peça com um importante valor simbólico que se depreende mas do qual se desconhece o real significado, muito provavelmente, no entanto, relacionado com o mundo dos mortos.

A segunda peça que inicialmente referimos, a estela menir da Boulhosa (**Foto 23**; escala 1:10), foi encontrada entre Fonte da Queimada e Fonte dos Tornos, na Serra da Boulhosa, igualmente nas proximidades de um núcleo megalítico que conseguimos identificar como sendo o núcleo megalítico da Fonte da Queimada ou da Boulhosa, de que faziam parte os monumentos: MEG 26 - Mamoa do *Forninho do Ouro*, MEG 27 - Mamoa do *Côto do Rodêllo* ou Coto da Forca, MEG 28 - Mamoa do *Montinho Detrás das Poças*, MEG 29 - Mamoa de *Antre os Curraes* e MEG 30 - Mamoa da Boulhosa, hoje destruídos.

Trata-se, em qualquer das estelas, de peças que estariam colocadas nas proximidades de monumentos megalíticos, de que hoje não restam vestígios.

Tal como a anterior foi elaborada em granito de grão fino que existe nas proximidades da área de achamento - uma das raras manchas deste tipo de granito na bacia superior do rio Coura.



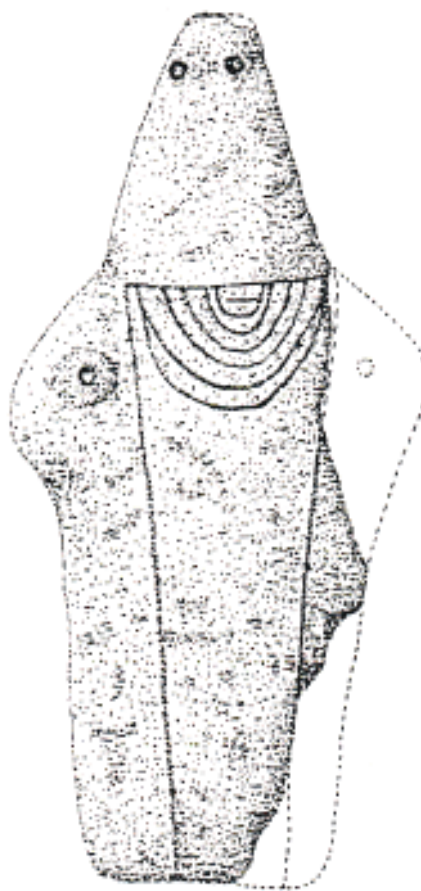
Segundo a primeira descrição desta peça, trata-se de uma pedra "achatada (...) [em que] quis-se sem duvida representar um busto humano. (...) A parte correspondente à cabeça é triangular; em cima vêem-se os olhos (falta o nariz e a boca). Esta parte triangular acha-se separada do tronco anteriormente por um sulco horizontal correspondente ao pescoço, e d'ahi descem seis curvas concêntricas que representam outros tantos colares. Aos lados a figura expande-se em duas saliências indicativas dos ombros; para o lado de dentro há duas cavidades que denotam seios ou mamilos. O tronco está relevado na frente, o que indicará de modo grosseiro a arca do peito e o abdómen." (VASCONCELOS 1910, 32).

Já na altura em que foi encontrada, e segundo o mesmo autor, lhe faltava o "ombro" esquerdo, o qual foi restaurado, no então designado Museu Etnológico Português, "com gesso" e pintado "da cor da pedra" (*id., ib.*). A face posterior da peça encontra-se em bruto.

O desenho (**Figura 12**; escala 1:10) que se apresenta desta estela é baseado na provável simetria que a peça teria e no decalque, em vinil, elaborado sobre a peça no Museu Nacional de Arqueologia. Temos assim uma representação gráfica diferente, e mais correcta, em nossa opinião. Aliás, em trabalhos recentes que conhecemos e que a ela se referem (JORGE 1982; BARCELO 1988; JORGE e JORGE 1990; ALMAGRO GORBEA 1993) ou é utilizado o desenho publicado por E. Anati (1968), ou se apresenta uma versão redesenhada a partir do mesmo (BARCELO 1988; JORGE e JORGE 1990; ALMAGRO GORBEA 1993).

A estela foi, pois, esculpida numa laje de granito, apresentando um acentuado antropomorfismo, com a indicação da cabeça, cónica, sem marcação do pescoço, e com duas saliências laterais indicativas dos ombros, segundo alguns autores, ou de seios, segundo outros. Apresenta ainda dois orifícios na cabeça, indicativos dos olhos, e outros dois, de maior diâmetro, mas menos profundos, na parte superior do tronco e nos inícios das saliências laterais. Na parte superior central, ocupando um espaço desde o pescoço, figuram seis semicírculos concêntricos. O exterior não encosta no lado superior do motivo sub rectangular, e dentro do semicírculo interior existe uma pequena linha horizontal, paralela ao topo do motivo sub rectangular.

Relativamente à interpretação que desta peça se faz podemos referir que o primeiro autor que a noticiou descreve-a como uma figura humana feminina - um ídolo (VASCONCELOS 1910). Num artigo de M. Jesus Sanches e V. O. Jorge (1987), a estela-menir da Boulhosa é apenas citada quando os autores se referem aos grupos de estelas-menires existentes no norte de Portugal. Estes autores seguem o esquema tripartido defendido por Susana O. Jorge (1986) que a coloca num grupo solitário, por si apenas constituído. A mesma autora, em publicação de 1990, chama a atenção para



as características peculiares desta peça, com elaboração mais esquemática e tosca que as demais, referindo-a como "célebre estátua (feminina?)". Embora cronologicamente a insira no Calcolítico, considera que "poderá vir na tradição das mais antigas tentativas de figuração escultórica humana, de raiz megalítica, anunciando remotamente futuras estátuas-menires do Norte de Portugal" (JORGE 1990, 208).

No que diz respeito aos círculos gravados que apresenta, têm sido os mesmos unanimemente interpretados como colares, os quais, associados aos eventuais seios, levam a considerar esta estela-menir uma figura feminina. A ausência/presença de armas neste tipo de representações tem sido também um elemento em consideração na atribuição do sexo.

O antropomorfismo desta estela-menir advém-lhe principalmente da sua forma, de contorno sinuoso, acentuado pelos atributos decorativos que ostenta.

De salientar que apenas está gravada numa das faces e é uma peça achatada e não de vulto redondo, tal como a encontrada, em 1999, no Alto da Escrita, em Tabuaço.

Em termos cronológicos, tema que já se abordou, podemos inserir esta peça no Calcolítico ou no Neolítico Final, considerando-se que "poderá vir na tradição das mais antigas tentativas de figuração escultórica humana, de raiz megalítica, anunciando remotamente futuras estátuas-menires do Norte de Portugal" (JORGE 1990, 208). Contudo, a sua cronologia tem suscitado diversas interrogações, sendo até, ultimamente, inserida na Idade do Bronze.

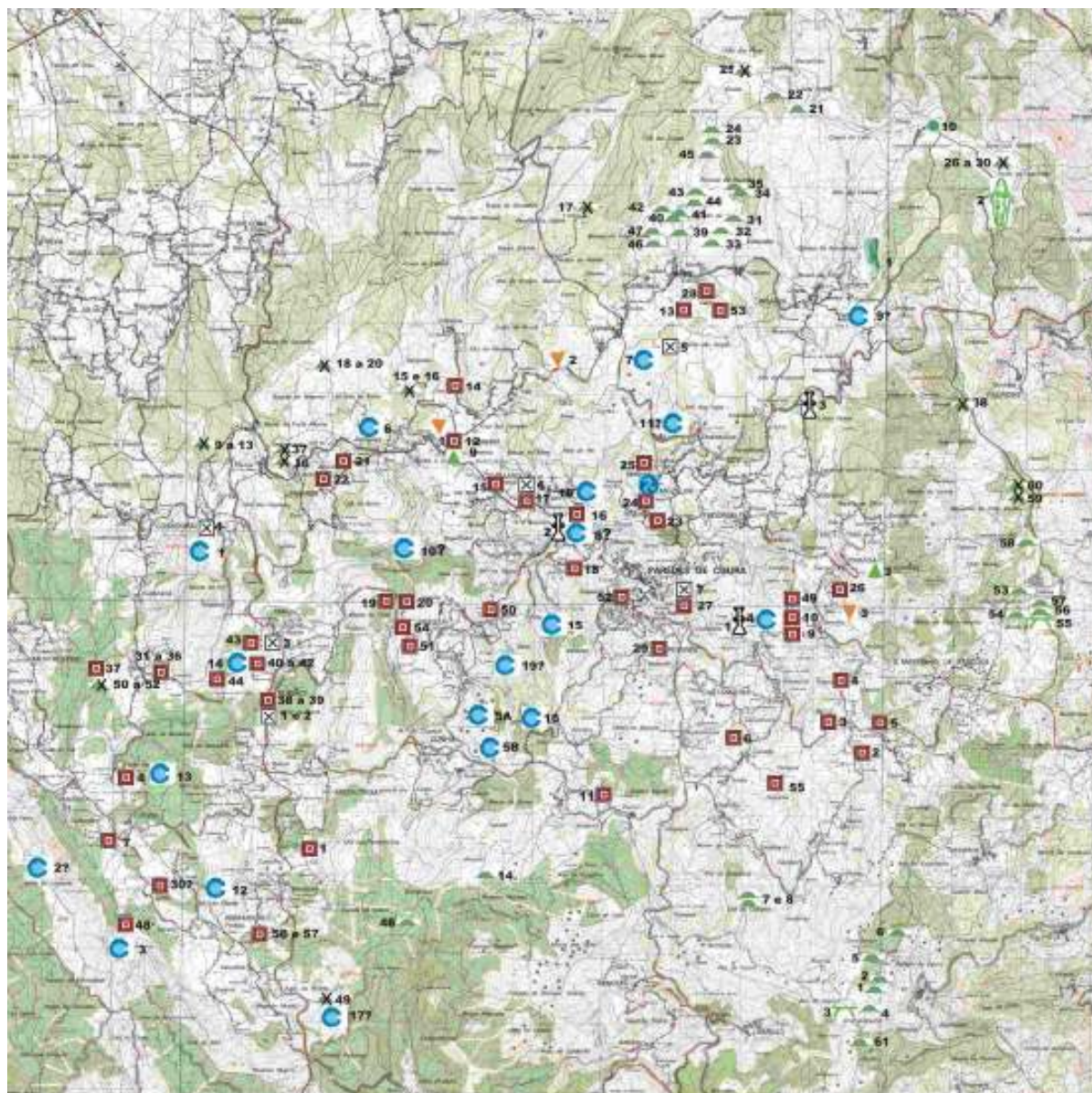
Em nossa opinião - como conhecedores do local de achamento -, ambas as peças são oriundas de um núcleo de monumentos megalíticos, no qual teriam uma implantação e uma função de considerável destaque na sociedade que as produziu.

A estela-menir possui atributos que, aliados ao contexto arqueológico em que foi encontrada, lhe conferem bastante antiguidade. Assim, o facto de não ter sido objecto de tratamento escultórico na parte posterior, não apresentar vulto redondo (é achatada como uma estela), ter pouca espessura, e o tipo de elementos gravados que apresenta aproximam-na estilística e cronologicamente da mencionada estela insculturada da Boulhosa, enquadra-a mais numa figuração escultórica megalítica do que nas estátuas-menires de tradição calcolítica.

Em resumo, trata-se de uma representação da figura humana, do sexo feminino, um ídolo com um valor simbólico que se infere mas de que se desconhece o real valor. Os círculos gravados que apresenta, unanimemente interpretados como colares, e a ausência de armas são elementos que reforçam essa interpretação mais consensual.

Desenhos desta peça foram também utilizados com uma finalidade didáctico-pedagógica em diversas aulas e sessões com jovens, sobretudo, nos concelhos de Paredes de Coura e de Ponte de Lima.

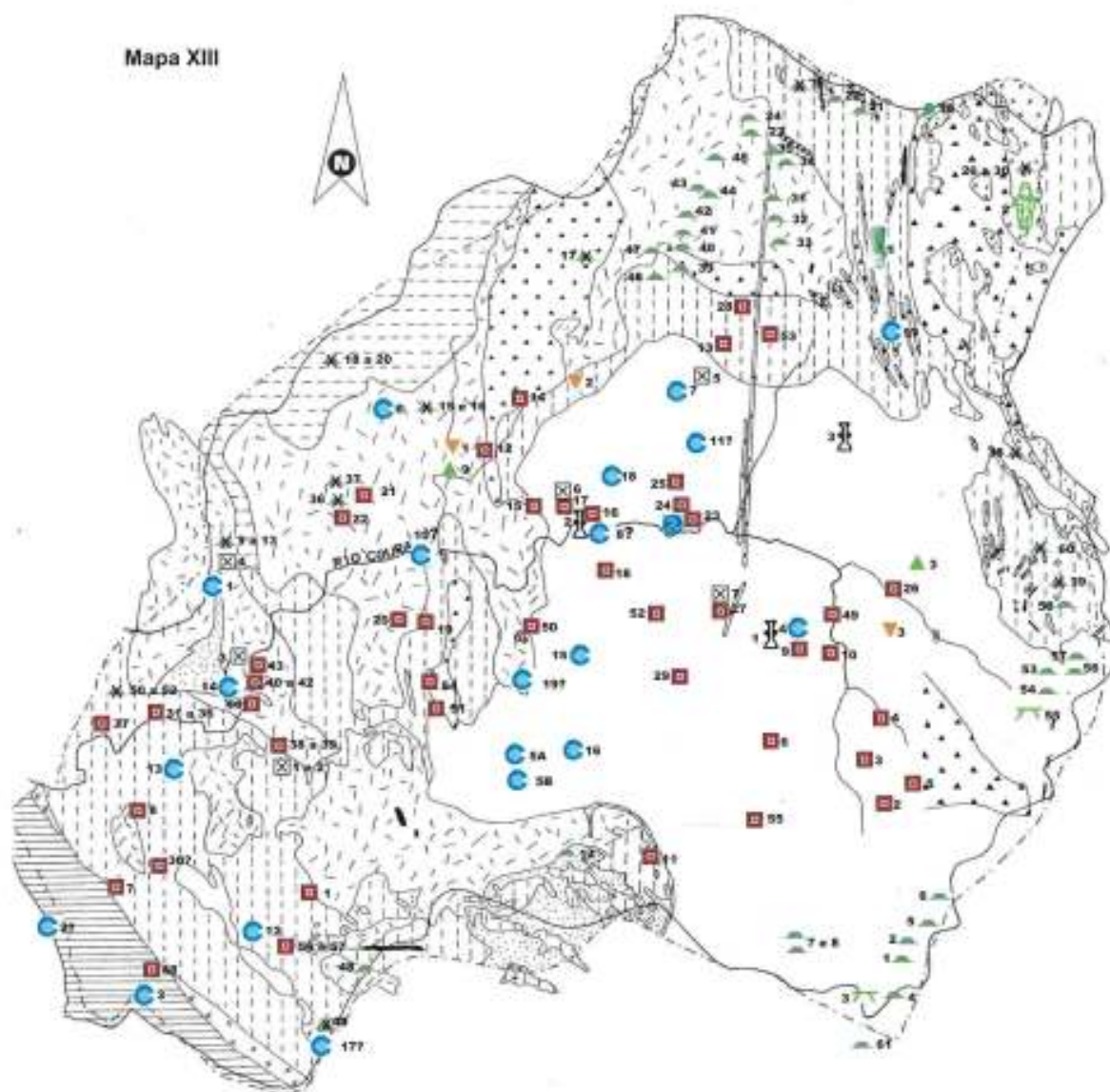
Uma vez que as peças originais se encontram no Museu Nacional de Arqueologia, em Lisboa, foram elaboradas réplicas expostas no Núcleo de Arqueologia do Museu Regional de Paredes de Coura.



Mapa XII
Bacia superior do rio Coura
Estações e vestígios arqueológicos
 Carta militar (S.C.E), 1:25.000 - reduzida,
 folhas 7 (1997), 8 (1996), 15 (1996) e 16 (1996).

	Pré-História Antiga: bifaces e outros utensílios
	Pré-História Recente: Antas, mamoas e mamoas destruídas
	Estelas, machados de pedra polida e habitat
	Proto-História: Idade do Bronze: machados Idade do Ferro: povoados e triscele
	Época Romana: Estações e espólio Via romana
	Idade Média

Mapa XIII



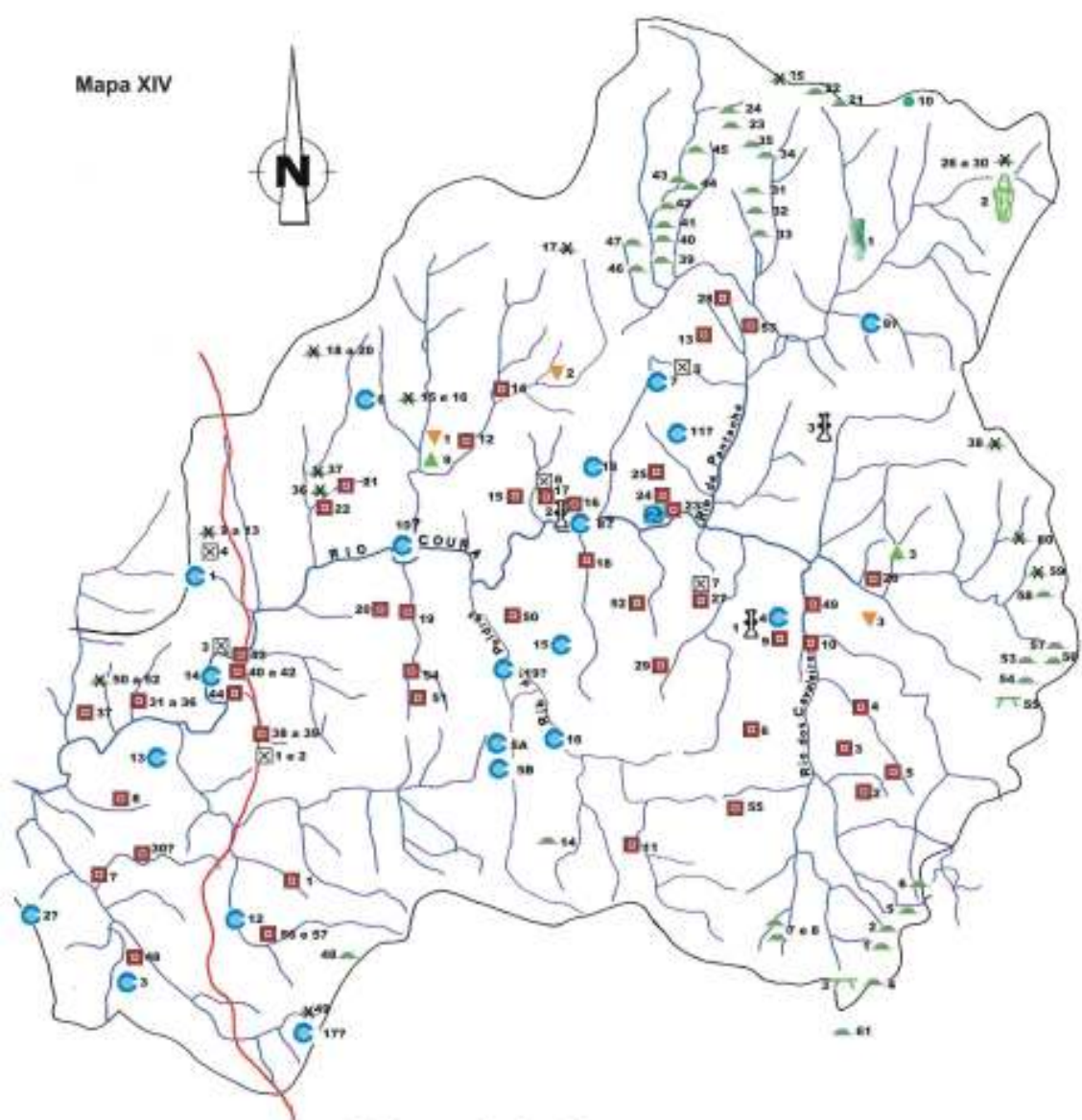
0 2 Km

MAPA GEOLÓGICO (1:50.000, I-C, 1962 e I-D, 1985)

	Granito de Paredes de Coura: granito porfírico de grão grosseiro, biotítico (ymg)
	Granito gaidoso - granito da Gaidosa (ya)
	Granito de grão médio, de duas micas (ym)
	Granito de grão grosso a médio, de duas micas (yg)
	Granito alcalino de grão médio a fino, gnaissóide (yma)
	Gnaiss biotíticos porfíricos de grão médio, biotíticos (yfa)
	Xistos anisoclásticos (xa)
	Complexo xisto-migmatítico (migmatites, gnaisses, micaxistos, xistos lueros, quartzitos, lídios, etc.) - (xya)
	Fíões de quartzo (q)
	Fíões de quartzos negros (vq)
	Fíões de microclínio quartzítico (mq)
	Fíões de pegmatito (yp) e apólo-pegmatito (yap)
	Terço fluvial de 15 a 25 metros
	Bacia hidrográfica do Coura
	Limite do Concelho

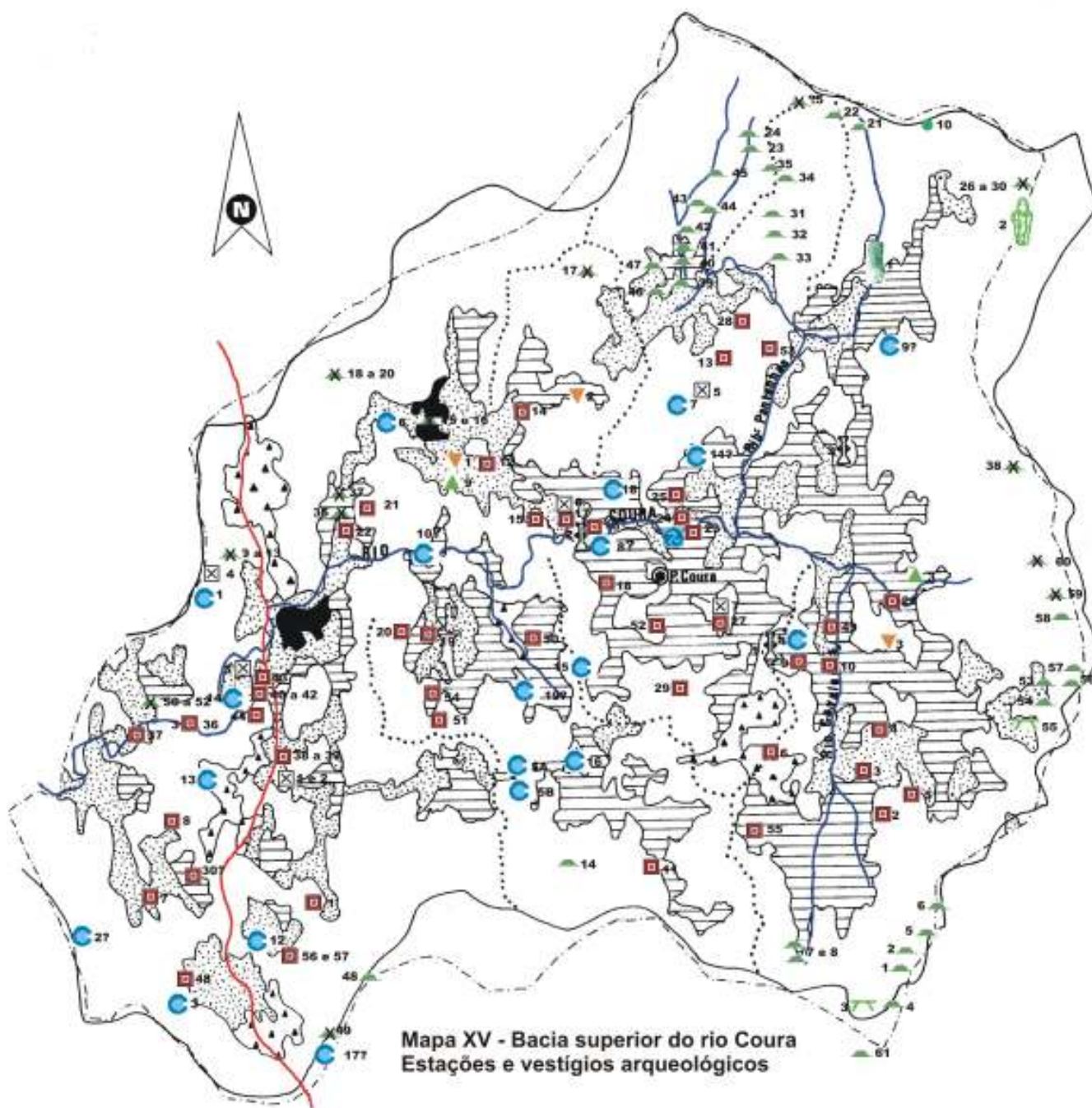
Bacia superior do rio Coura
Estações e vestígios arqueológicos

- Pré-História Antiga: bifaces e outros utensílios
- Pre-História Recente:**
- Antas, mamóas e mamóas destruídas
- Estelas, machados de pedra polida e habitat
- Proto-História:**
- Idade do Bronze: machados
- Idade do Ferro: povoados e triscele
- Época Romana:**
- Estações e espólio
- Via romana
- Idade Média



Bacia superior do rio Coura
Estações e vestígios arqueológicos

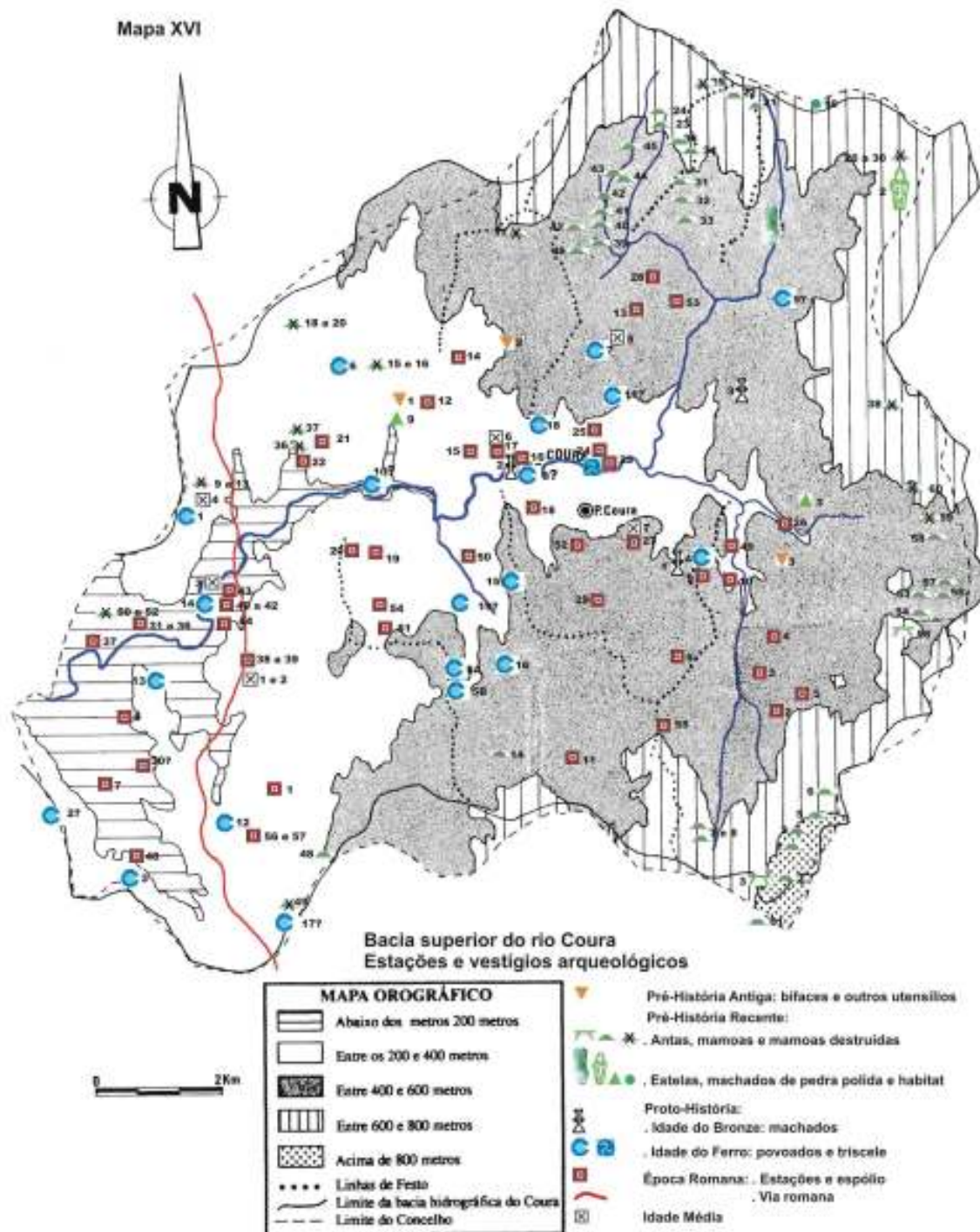
	Pré-História Antiga: bifaces e outros utensílios
Pré-História Recente:	
	Antas, mamoas e mamoas destruídas
	Estelas, machados de pedra polida e habitat
Proto-História:	
	Idade do Bronze: machados
	Idade do Ferro: povoados e trípode
	Época Romana: Estações e espólio
	Via romana
	Idade Média



Mapa XV - Bacia superior do rio Coura
Estações e vestígios arqueológicos

TIPOS DE SOLO	
	Solo com aptidão AGRÍCOLA
	Solo com aptidão CONDICIONADA
	Solo com aptidão FLORESTAL
	Complexo A + C
	Complexo A + F
	Limite da bacia hidrográfica do Coura
	Linhas de Fecho
	Limite do Concelho

	Pré-História Antiga: bifaces e outros utensílios
	Pré-História Recente:
	Antas, mamoas e mamoas destruídas
	Estelas, machados de pedra polida e habitat
	Proto-História:
	Idade do Bronze: machados
	Idade do Ferro: povoados e triscele
	Época Romana: Estações e espólio
	Via romana
	Idade Média



3.3 OS VESTÍGIOS DA IDADE DO BRONZE

3.3.1 O Bronze Final

Os vestígios materiais até hoje encontrados nesta área, referentes à Idade do Bronze Final, são escassos ⁽⁴⁾, não podendo, por ora, serem apontados, com a certeza que gostaríamos de ter, povoados desta época, ou níveis estratigráficos que lhe correspondam (por exemplo, em povoados fortificados), mas sim alguns instrumentos caracterizadores desta época, em tempos designados como os seus "fósseis directores". É o caso de duas dezenas de machados de bronze que constituem fortes indicadores de uma ocupação por comunidades desta época no vale do rio Coura.

No actual estado dos trabalhos de prospecção e tendo em consideração as características topográficas e o aparecimento de alguns machados, podemos aventar a hipótese da existência de um povoado aberto em Cabeludas. O Alto da Coguluda ou Porta da Várzea é um monte com perfil arredondado, que apresenta no topo uma superfície relativamente plana, alongada no sentido Norte-sul, onde se encontra grande quantidade de blocos graníticos de porte considerável. Topográfica e geomorfologicamente, o recinto evidencia as características habitualmente associadas a um povoado aberto da Idade do Bronze. Para além dos machados, não foi registada, até ao momento, a ocorrência de qualquer outro espólio.

No lugar do Castelo (PVF? 8), local onde se encontraram catorze machados de bronze, a possibilidade da existência de um povoado da Idade do Bronze parece-nos um pouco remota. Estaremos antes na presença de um local típico de ocultação. Contudo, alguns autores referem-se a este local como um "Castro". Estão neste caso Abel Viana (1932, 161), Narcizo A. Cunha (1909 [1979], 131) e A. C. Silva (1986, nº 71), embora não especifiquem esta atribuição. No local não existem vestígios de estruturas de defesa ou de outro tipo, embora tenhamos detectado alguns fragmentos cerâmicos diversificados, atípicos, de pequenas dimensões que cronologicamente são atribuíveis à romanização ou à época medieval. Na altura do achado dos machados Narcizo A. Cunha diz ter encontrado fragmentos de tégula. Actualmente, na área em questão não se observam vestígios de estruturas de defesa ou de outro tipo. Não obstante, o monte apresenta características geomorfológicas de um povoado de vale.

Nas escavações arqueológicas realizadas no povoado fortificado da Idade do Ferro de Cristelo não encontramos níveis os materiais atribuíveis à Idade do Bronze, pelo que desta época apenas se conhecem três machados de bronze.

No povoado fortificado de Montuzelo 1 encontramos cerâmica cronologicamente atribuível ao Bronze Final. Trata-se de uma cerâmica de fabrico manual, possuindo uma pasta relativamente depurada. De entre os fragmentos encontrados, na maioria dos casos atípicos, destaca-se um que possui várias digitações, além de bordos e de um fundo plano de vasilha.

Na área envolvente deste povoado de fortificado de Montuzelo, no lugar da Cumieira ou de Irijó, freguesia de Infesta, identificamos o povoado de Irijó (PV 15). Trata-se de um monte com perfil arredondado, que apresenta no topo uma superfície relativamente plana, alongada no sentido norte-

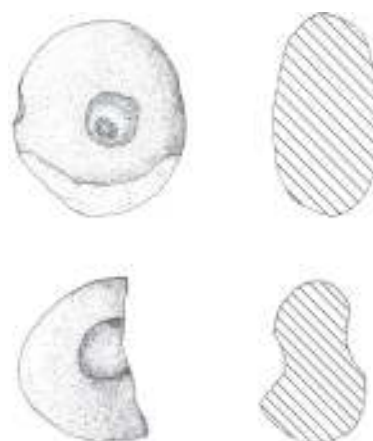
⁽⁴⁾ J. Correia refere que em Vascões, perto das mamoas de Chã de Lamas e da Lagoa da Salgueirinha, teria aparecido "um sarcófago com inúmeros objectos da Idade do Bronze", objectos esses que não viu (1957, 37), e dos quais não possuímos qualquer outra referência.

sul, onde se encontra grande quantidade de blocos graníticos de porte considerável. Não se observam vestígios de linhas defensivas. Topográfica e geomorfologicamente, o recinto evidencia as características habitualmente associadas a um povoado aberto da Idade do Bronze, sendo em tudo, semelhante ao da Coguluda. Infelizmente este estará actualmente destruído quer pela abertura de corta-fogos, quer pelas plantações de eucaliptos entretanto efectuadas.

Em diversos penedos ocorrem formações geológicas associadas a lendas, nomeadamente as relacionadas com pegadas de Nossa Senhora.

Os materiais conhecidos - líticos e ceramológicos - foram encontrados após o revolvimento de terras efectuado aquando da abertura de corta-fogos e da plantação de eucaliptos.

O espólio lítico (descrito em quadro do volume II) é constituído por uma mó de vaivém, em granito de grão fino, com vestígios de uso por fricção longitudinal; um percutor, em quartzito de proveniência fluvial; e dois "martelos" (**Figuras 13 e 14**) de formato esférico - um deles completo -, em granito de grão fino, muito rolado, de proveniência fluvial, com cavidades centrais toscas, pelo que inferimos que teriam sido encabados e utilizados como percutores. Cronologicamente estes objectos devem ser anteriores à Idade do Ferro, eventualmente do Bronze Final, dos quais se conhecem paralelos em alguns locais da Andaluzia, designado *tipo 8*, mas de funcionalidade e cronologia desconhecidas.



Figuras 13 e 14 – Martelos (?).
Esc.: ¼.

Em recente deslocação a Ávila (Abril de 2006) ao visitar a exposição *Vettonia: Cultura y Naturaleza*, encontramos um paralelo para estes percutores. A peça em questão estava colocada numa vitrina organizada apenas com utensílios de trabalho de oleiro, sendo considerada como um objecto para moer desengordurante ("moledera para desgrasante"), proveniente do povoado de Las Cogotas (Cardeñosa, Ávila). A vitrina estava inserida na sala que contém materiais arqueológicos provenientes do Museo Arqueológico Nacional (Madrid), ou seja, de escavações realizadas até meados do século XX, infelizmente, não apontavam a cronologia, pelo que desconhecemos em que horizonte cultural de Las Cogotas o podemos inserir.

Os fragmentos de cerâmica, de reduzidas dimensões, são de fabrico manual e constituídos por pasta relativamente depurada, cozida em forno de atmosfera redutora.

Na mesma área e na mesma freguesia, de Infesta, identificamos ainda outro povoado designado de Monte de Assureira (PV 16). Trata-se de um esporão com uma altitude considerável, em cuja zona mais elevada se encontra grande quantidade de blocos graníticos de porte considerável. Não se observam vestígios de linhas defensivas.

O assentamento que poderá ter existido neste local estará actualmente destruído quer pela abertura de corta-fogos, quer pelas plantações de eucaliptos entretanto efectuadas. Trata-se um local que pode ter albergado um povoado, não muito grande, cuja posição geográfica e topográfica permite

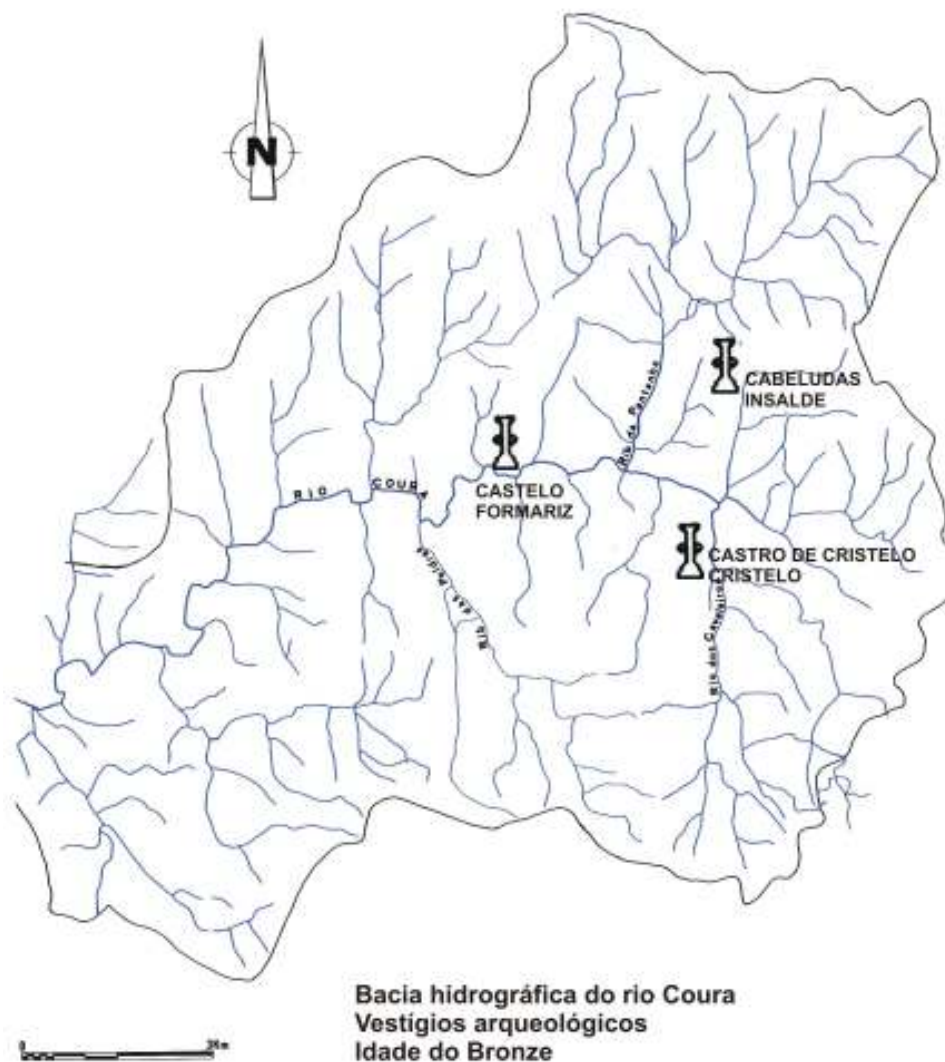
a visibilidade para uma vasta área da bacia do rio Coura. Entre este local e o povoado fortificado de Montuzelo passa o Ribeiro do rio Pinheiro.

Nos regos das plantações de eucaliptos e nos caminhos dos corta-fogos, aparecem fragmentos de cerâmica, de reduzidas dimensões, fabricados manualmente. São constituídos por pasta relativamente depurada, cozida em forno de atmosfera redutora, muito semelhante à do povoado fortificado de Cossourado, ou seja, da Idade do Ferro. Alguns fragmentos apresentam uma ganga negra, reveladora de terem pertencido a vasilhas de utilização culinária.

Em relação a este local temos mais dúvidas em lhe atribuir uma cronologia, do que em relação aos anteriores, por possuímos ainda poucos elementos, provavelmente será um assentamento do Bronze Final, ou se uma fase inicial da Idade do Ferro. O mesmo podemos referir em relação ao recentemente descoberto (Setembro de 2005) eventual povoado dos Vales (PV? 19).

Trabalhos de prospeção recentes (2004) da Profa. Doutora Ana Bettencourt, incluídos no projecto "A Reconstituição da Paisagem no Entre-Douro-e-Minho, desde meados do III aos finais do II milénios a.C". levaram à recolha de cerâmica que atribui a esta cronologia. Estes achados, que desconhecemos, tiveram lugar no eventual povoado fortificado da Pena, que em seu entender, são provenientes de uma sepultura.

Mapa XVII



3.3.1.1 Os machados de bronze (Mapa XVII)

Uma vez que os eventuais povoado desta etapa cronológica estão por estudar e não possuímos mais elementos além dos referidos, resta-nos estudar os machados de bronze, de dois anéis, encontrados, como referido, em três pontos distintos da área da bacia superior do rio Coura.

O achado mais significativo em termos de quantidade de peças é o do depósito do lugar do Castelo, composto por catorze machados de talão. Nos outros dois locais (Cabeludas e Cristelo) apenas apareceram três exemplares em cada.

O grupo de machado de bronze, de dois anéis, corresponde a vinte exemplares, embora só saibamos o paradeiro de catorze. Segundo a bibliografia que se lhes refere (MONTEAGUDO 1977, 167), três seriam de proveniência desconhecida. Contudo, em trabalhos de prospecção foi possível, como veremos, descobrir a sua proveniência. Tratam-se de machados de talão, bifaces, de duplo anel que possuem lâmina estreita, com nervuras laterais em ambas as faces, gume alargado, curvilíneo, por vezes fracturado. O talão possui ressalto médio elevado de secção variável, entre a hexagonal e a ovóide, sendo espessado e de cantos angulosos, curvos ou terminando em triângulo, conforme o tipo a que se refere, continuando em abas laterais em ambas as faces

Um dos machados (de tipo 38B, das Cabeludas - nº 14) possui dois sulcos centrais na lâmina, além das típicas nervuras laterais.

Os anéis são de secção semicircular, o cabeção (cone de fundição ou bolo de fundição) de secção, geralmente, circular, por vezes com um desnível de poucos milímetros que se visualiza apenas em perfil. Conservam o cone de fundição e as rebarbas.

A justaposição das duas partes do molde nem sempre foi correcta, pelo que podem apresentar um pequeno desvio. Por vezes, possuem também vários negativos, derivados da existência de bolhas de ar nas valvas.

A primeira tipologia conhecida, de E. Mac White (1951, 64-68), divide este tipo de machado em três grupos. Por analogia podemos classificar os materiais aqui detectados como pertencentes ao seu terceiro grupo, que, segundo aquele autor, pode ter sido influenciado pelos machados de cubo que têm a mesma secção exterior. Por se situarem tipologicamente afastados dos machados modelo deste tipo, E. Mac White deduz serem mais tardios. Refere, ainda, que, dada a grossura do talão e a existência do cabeção (apenas existe nos machados peninsulares), muito dificilmente seriam encabados, pelo que deveriam ser votivos.

Este tipo de machado tem a sua área de concentração na Galiza e norte de Portugal, estendendo-se até ao norte europeu, pelos Pirinéus, e até ao sul, pela Andaluzia, além de existirem também na França e Inglaterra. Conclui que esta expansão se deveu ao comércio de estanho, e que, apesar de todos terem origem na Península, muitos seriam de fabrico local. Realça ainda a existência de uma variação muito rara em três machados do depósito de Castelo, correspondentes aos números 5, 7 e 9.

Por seu lado, a tipologia mais recente, de L. Monteagudo (1977), atribui-lhes o Grupo 29, do tipo Minho e variantes.

O conjunto apresenta grandes semelhanças formáticas, sendo o elemento mais vincadamente caracterizador e, portando, diferenciador de cada subgrupo, o formato do ressalto da espera do talão,

que se apresenta de cantos angulares (correspondente ao tipo 29A), arredondados (tipo 29B - também na mesma tipologia), ou, num único caso, em formato sub triangular (tipo 29C).

Além dos três mencionados de Cristelo (Figs. 43 a 45, vol. II), apareceram outros, em igual número, em 1935, aquando da abertura da estrada Paredes de Coura-Extremo, no lugar de Cabeludas (Figs. 48 a 50, vol. II), na junção das freguesias de Insalde e Padornelo.

Após um estudo pormenorizado, descobrimos algumas imprecisões na atribuição da proveniência destes materiais e na sua classificação tipológica.

Apesar de possuírem ligeiras diferenças entre eles, apresentam as mesmas características dos anteriores (de Cristelo), assim como a mesma tipologia. No entanto, um dos referidos como sendo deste local (Cabeludas) não o é. Assim, temos um machado de tipologia muito diferente dos outros desta área, sem cabeça. Seguindo a mesma tipologia, classificamo-lo como pertencendo ao grupo 38 B (5) . Estão depositados no Museu Pio XII, em Braga.

O maior e último grupo de machados de bronze (**Figura 15 e Foto 24**) apareceu no local do Castelo, pequena elevação fronteiriça ao rio Coura. Possuem as mesmas características dos anteriores, formando, contudo, dentro da sua homogeneidade, três subgrupos tipológicos, com grandes semelhanças formáticas entre si. Actualmente, estão depositados no Museu Nacional de Arqueologia, tendo sido grande parte deles restaurados para exposição.

Em resumo, temos na bacia superior do rio Coura, três conjuntos de machados de bronze, de talão, bifaces de dois anéis, distribuídos por três tipos, dentro do grupo caracterizante do Minho (Grupo 29), e por um elemento tipológica e cronologicamente muito distinto dos anteriores, fruto, talvez, de relações externas com o Minho, da Galiza de então.

O Quadro II, referente ao enquadramento dos locais onde foram detectados estes vestígios do Bronze Final, mostra-nos que estes apareceram sempre na base de montes com eventual ocupação, mas em épocas diversas. Assim, temos um de cronologia duvidosa (Castelo), outro eventualmente do Bronze Final (Coguluda) e outro da Idade do Ferro (Cristelo).

(5) A publicação de L. Monteagudo conta com várias imprecisões, atribuindo a Paredes de Coura um machado de Afife e não referindo outro de Cabeludas.



Figura 15 (números 4 a 11) - BRZ 2 - Machados de talão do Castelo, escala 1:5.



Foto 24 – Machados de talão do Castelo (números 11, 10, 6, 4, 5, 8, 9).

3.3.1.1.1 O estudo estatístico

Apresentamos o tratamento estatístico destes materiais em quadros sinópticos (**Quadros III, IV e V**) e gráfico de barras (**Gráfico V**), de forma a permitir uma visualização rápida e precisa dos dados obtidos.

Distribuem-se por três núcleos e por quatro grupos. Assim, temos em Cristelo três exemplares todos pertencentes ao mesmo grupo – o 29A. No entanto, dado que dois deles se encontram incompletos, não nos é permitido um tratamento preciso.

Provenientes do lugar do Castelo teríamos 14 exemplares, dos quais apenas conseguimos localizar oito. Estes distribuem-se por três grupos: quatro no tipo 29A, três no 29B e um no 29C, este último esteticamente mais elaborado. Quanto aos outros seis não possuímos elementos para classificá-los.

O grupo das Cabeludas é muito heterogéneo, quer nos tipos, quer nos pesos e dimensões. Um deles pertence ao tipo 29A, outro ao 29B e outro ao 38B.

O machado nº 14 (**Foto 25 e Figura 16**), apesar de apresentar grandes semelhanças com os do grupo 35 B (nomeadamente os nºs. 1327 e 1328 - L. Monteagudo) e do grupo 37 D (cujo exemplar mais caracterizador é um exemplar da Corunha - nº 1399 - segundo o mesmo autor), foi por nós inserido no Grupo 38 B, tendo como paralelo mais próximo o nº 1449, da mesma tipologia, que apareceu no Monte do Sino (freguesia de S. Jorge, concelho de Guimarães e cronologicamente atribuído ao período entre 1100 e 1000 a.C.).

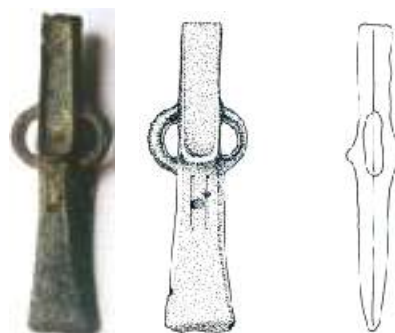


Foto 25 e Figura 16 – Cabeludas, Insalde - Machado de talão de dois anéis, nº 14, tipo 38B; escala: 1:5.

Deste grupo existem apenas nove na Península Ibérica.

Como apenas o "grupo do Castelo" possui uma amostra passível de ser tratada estatisticamente, dado possuir maior quantidade de exemplares, vamos referi-los em particular, tanto mais que em relação aos seus congêneres, do grupo 29, são muito semelhantes.

Assim, os exemplares do "grupo do Castelo" pertencentes ao 29A oscilam entre 23,3 e 27,3 cm e 1025 e 1275 gramas de peso. A média situa-se respectivamente nos 24,9 cm e 1137,5 gramas. Ao analisarmos os seus tamanhos, se exceptuarmos o caso do nº 7, de grandes proporções, verificámos a existência de bastante regularidade. Contudo, o seu peso é pouco similar.

Os materiais do grupo 29B oscilam entre os 23,3 e 24,4 centímetros de comprimento e as 1200 e 1250 gramas em peso. A média situa-se respectivamente nos 24,06 cm e 1225 gramas. Trata-se do grupo mais homogêneo.

QUADRO II - ENQUADRAMENTO DOS VESTÍGIOS DO BRONZE FINAL

Nº	LUGAR	FREGUESIA	GEOLOGIA	Geomorfologia	Hidrografia	Tipo Solo	Altitude	CONTEXTO ARQUEOLÓGICO	TIPOLOGIA DOS MACHADOS
1	S. SEBASTIÃO	Cristelo	Granito calco-alcalino de grão grosso	Base de elevação	Abundante Proximidade do rio Coura	C	495,5	Povoado fortificado de Cristelo – PVF 5	29 A = 3
2	CASTELO	Formariz	Granito calco-alcalino de grão grosso	Base de pequena elevação	Abundante Proximidade do rio Coura	A	290,0	Possível povoado fortificado - PVF(?) 8	29 A = 4 29 B = 3 29 C = 1
3	CABELUDAS	Insalde	Complexo xisto-migmatítico	Base de elevação	Abundante	A	470,0	Possível povoado da Idade do Bronze - machados de talão	29 A = 1 29 B = 1 38 B = 1

QUADRO III - DESCRIÇÃO DOS MACHADOS DE TALÃO

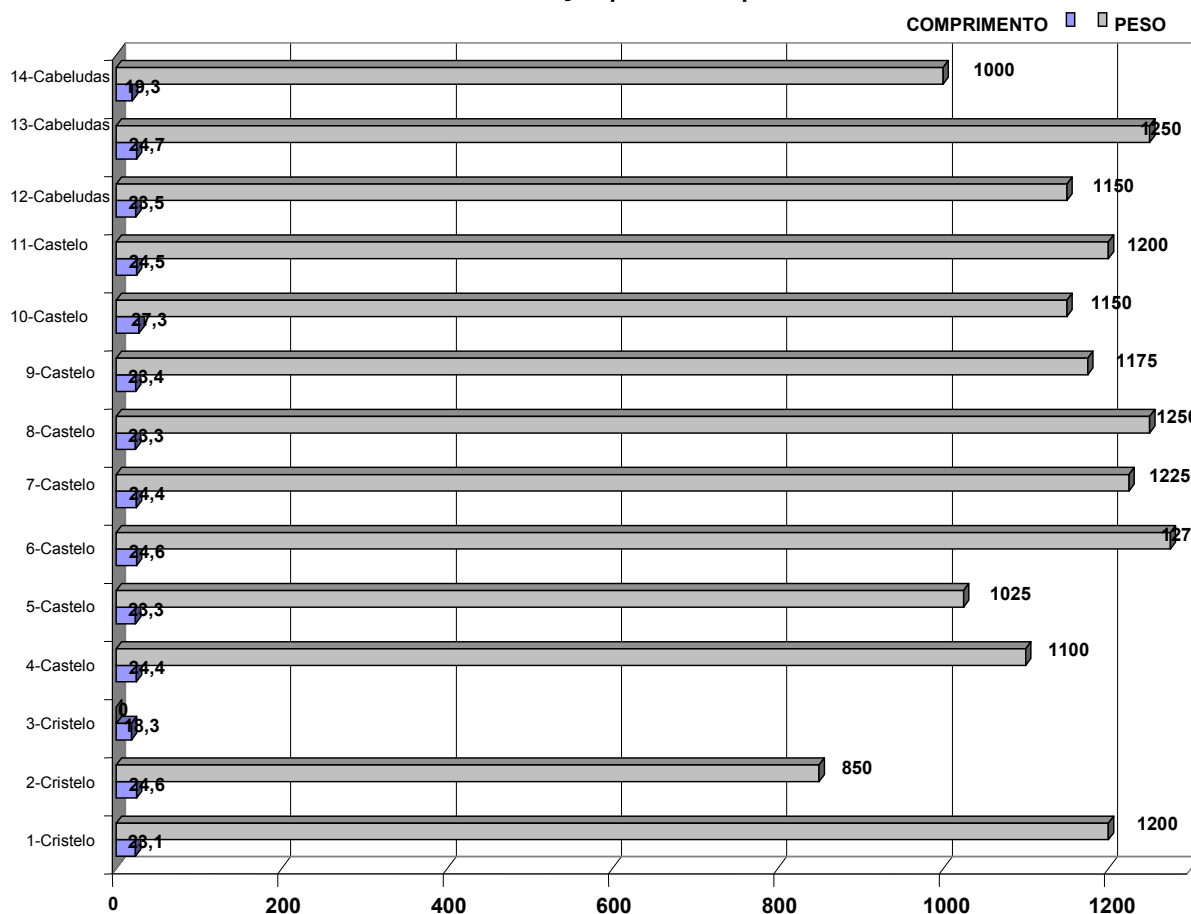
Nº	PROVENIÊNCIA Lugar - Freguesia	TIPO	CABEÇA	BIFACE	ANÉIS	COMPRIMENTO (cm) *	PESO (grs.)	CRONOLOGIA	CONSERVAÇÃO	DEPÓSITO
1	S. Sebastião Cristelo	29A	X	X	2	23,1 - 19,9	1200	B.F III - I A I.F	Bom	M.N.A.
2	S. Sebastião Cristelo	29A	(?)	X	2	24,6 (?) - 19,3	850	B.F III - I A I.F	Mau	M.N.A.
3	S. Sebastião Cristelo	29A	(?)	X	2	18,3 (?) - 14,3 (?)	(?)	B.F III - I A I.F	(?)	(?)
4	Castelo - Formariz	29A	X	X	2	24,4 - 21,0	1100	B.F III - I A I.F	Bom	M.N.A.
5	Castelo - Formariz	29A	X	X	2	23,3 - 21,6	1025	B.F III - I A I.F	Bom	M.N.A.
6	Castelo - Formariz	29A	X	X	2	24,6 - 20,6	1275	B.F III - I A I.F	Bom	M.N.A.
7	Castelo - Formariz	29B	X	X	2	24,4 - 20,5	1225	B.F III - I A I.F	Bom	M.N.A.
8	Castelo - Formariz	29B	X	X	2	23,3 - 20,5	1250	B.F III - I A I.F	Bom	M.N.A.
9	Castelo - Formariz	29C	X	X	2	23,4 - 19,8	1175	B.F III - I A I.F	Bom	M.N.A.
10	Castelo - Formariz	29A	X	X	2	27,3 - 23,3	1150	B.F III - I A I.F	Bom	M.N.A.
11	Castelo - Formariz	29B	X	X	2	24,5 - 20,3	1200	B.F III - I A I.F	Razoável	M.N.A.
12	Cabeludas Insalde	29A	X	X	2	23,5 - 20,5	1150	B.F III - I A I.F	(?)	M.PIO XII (?)
13	Cabeludas Insalde	29B	X	X	2	24,7 - 20,5	1250	B.F III - I A I.F	Bom	M. PIO XII
14	Cabeludas Insalde	38B	Sem	X	2	(?) - 19,3	1000	1100-1000a.C.(?)	Bom	M.PIO XII

* Com e sem bolo de fundição.

QUADRO IV - TRATAMENTO ESTATÍSTICO DOS MACHADOS DE BRONZE

GRUPO	COMPRIMENTO média (em cm)	PESO média (em grs.)	COMPRIMENTO oscilação - com cabeção (em cm)	COMPRIMENTO oscilação - sem cabeção (em cm)	PESO Oscilação (em grs.)
29A - CASTELO	24.9	1137.5	23.3 - 27.3	20.6 - 23.3	1025 - 1275
29B - CASTELO	24.06	1225	23.3 - 24.4	20.3 - 20.5	1200 - 1250
29A (Geral)	20.64	1107	23.1 - 27.3	19.3 - 23.3	1025 - 1275
29B (Geral)	24.2	1218	23.3 - 24.7	20.3 - 20.5	1200 - 1250

Gráfico V - Machados de bronze: relação peso e comprimento



Na generalidade dos exemplares da bacia superior do rio Coura, pertencentes ao Grupo 29 A, o seu comprimento varia entre os 23,1 e 27,3 centímetros, com cabeção, e 19,3 e 23,3, medidos até

ao final do talão. O seu peso oscila entre as 1025 e 1275 gramas, evidentemente em relação aos machados completos e com bolo de fundição.

O tipo 29 A possui, então, em média, 20,64 cm de comprimento e 1107 gramas de peso.

Em relação ao tipo 29B, este apresenta medidas entre os 23,3 e 24,7 cm, com uma média de 24,2. O seu peso oscila entre as 1200 e 1250 gramas, com a média a bater nas 1218 gramas.

O tipo 29 C apenas apresenta um exemplar com 23,4 centímetros de comprimento e 1175 gramas de peso, posicionando-se na zona intermédia entre o grupo A e o B.

O grupo 38B também apresenta apenas um exemplar, sem cabeção, com 19,3 cm de comprimento e 1000 gramas. Evidentemente não permite analogias.

O tratamento estatístico das peças fornece-nos algumas conclusões algo díspares. Se fizermos uma análise genérica do grupo de catorze machados localizados na bacia superior do rio Coura, temos o grupo 29A como o mais leve e de menores dimensões, enquanto o grupo 29B se apresenta mais pesado e com maiores proporções.

No entanto, uma análise particular ao grupo de maiores dimensões, o do Castelo, e por isso a permitir uma análise com maior rigor, demonstra-nos ser o grupo 29A o mais leve mas, simultaneamente, o de maiores dimensões, devido ao referido caso do machado nº7, enquanto que o grupo 29B aparece-nos com menores proporções, apesar de continuar a ser o mais pesado.

No geral, o seu estado de conservação é bom, faltando o talão e o cabeção apenas a dois e o cabeção a um.

3.3.1.1.2 Contextualização no Noroeste

Em termos de distribuição geográfica dos paralelos destes tipos de machados, podemos referenciar, em relação ao grupo maioritário e segundo a tipologia de L. Monteagudo (que temos vindo a citar), que o grupo 29, referente ao Minho, apresenta uma grande variabilidade de formas, incluindo ainda subdivisões em cada subgrupo. Dentro deste grupo a variante 29A é a que possui maior representatividade, existindo raros exemplares abaixo do rio Douro e em Trás-os-Montes. O Minho possui a maior quantidade de machados desta tipologia. Merece ser realçada a área por nós estudada, que se destaca, face a todas as demais, por possuir sete exemplares. Na Galiza a maior concentração encontra-se na província de Lugo.

O tipo 29B tem representantes na Beira Interior e em Trás-os-Montes. Em relação ao maior grupo trata-se do volumoso achado detectado em S. Martinho de Bougado (Santo Tirso - 1888), um "esconderijo de fundidor" com trinta exemplares - cinco pertencem a este grupo. A maior incidência verifica-se também no Minho e igualmente tendo a maior representatividade nesta área e na pertencente ao actual concelho de Monção. A Galiza possui poucos exemplares.

O Tipo C apresenta uma grande dispersão mas com muito pouca representação. Contudo, o Minho continua a apresentar a maior concentração.

Destaca-se neste levantamento a quantidade dos achados da bacia superior do rio Coura ⁽⁶⁾, sendo em relação à variante 29A e B a área com maior incidência de todos os achados destes tipos de espólio, apontando, talvez, para uma área de fabrico, com um foco regional relativamente desenvolvido.

O tipo 29C é bastante raro, tal como o 38B, mas também aqui é representado com um exemplar para cada. A maior concentração deste tipo (38B) situa-se nas províncias de Pontevedra e Corunha, daí designar-se o Grupo 38 B por *Tipo de Redondela* (Pontevedra).

Os materiais estudados evidenciam um desenvolvimento da metalurgia do bronze típico desta época e um trabalho na maioria dos casos regional.

Cronologicamente são atribuídos ao Bronze Final. L. Monteagudo refere-os como pertencendo a um "Bronze Tardio" (1977, 173) e A. C. Silva, mais específico, atribui-os ao Bronze Final III, correspondendo já à Fase I A da Idade do Ferro (900 a 700/650 a. C. - SILVA 1986), também Ana Bettencourt (2001) os posiciona numa cronologia relativamente recente, considerando que são elaborados já no Ferro Inicial.

Ao machado com o número 14, do tipo 38B, pode-se, apenas por analogia com outros exemplares, atribuir uma cronologia um pouco mais antiga, entre 1100 e 1000 a.C.

Pela análise dos materiais constata-se a existência em todos (excepto num dos casos) do cone de fundição e das rebarbas, o que nos indica a sua não utilização.

No seguimento de outros autores (MARQUES 1987), questionamo-nos sobre o conceito de "esconderijo de fundidor". Seriam antes objectos com fim comercial, de troca, como que de uma moeda se tratassem.

Parece-nos que as teorias que ligam a funcionalidade destes materiais ao aumento da população e ao necessário abate de árvores, para o aumento dos locais de cultivo e pastorícia, típico dos fins da Idade do Bronze e início da Idade do Ferro, não terá razão de ser. A fragilidade destas peças e a sua não utilização assim o parece comprovar.

A ausência de estruturas de actividade metalúrgica é também nesta área uma realidade.

A sua ocultação junto a povoados fortificados ou nas suas zonas limítrofes igualmente se confirma aqui, tal como acontece com os achados do concelho de Monção, entre outros do Alto Minho.

Os povoados da Idade do Bronze continuam por conhecer devido à falta de escavações nesta área da bacia superior do rio Coura e talvez devido à sua eventual escassez no Alto Minho. Os achados dos níveis estratigráficos pertencentes a esta época estão, muito possivelmente, por encontrar, excepto em casos esporádicos, como no Coto da Pena, em Caminha, ou na Sr^a da Graça, em Monção. No povoado da S^a da Assunção, em Barbeita, além de existirem diversas gravuras rupestres em afloramentos graníticos, eventualmente, datáveis desta época, ou relativamente anteriores, ocorrem, tanto quanto julgamos saber, alguns fragmentos de cerâmica que se podem

⁽⁶⁾ Essa representatividade seria muito mais elevada, se tivesse sido possível o estudo de todos os machados que, ao longo dos tempos, foram encontrados nesta área, nomeadamente o conjunto do Castelo, que de 14 apenas conseguimos estudar oito.

atribuir a esta cronologia. Infelizmente a não publicação dos dados dessas escavações, levou à perda de muita informação.

As nossas escavações feitas nos povoados fortificados da Idade do Ferro de Romarigães, Cristelo e Cossourado, não nos apresentaram espólio francamente caracterizador desta época. Após provam a continuidade do povoamento na Idade do Ferro, eventualmente, em locais diferentes dos ocupados anteriormente (Idade do Bronze). A continuidade é também reflectida na maior quantidade de objectos de bronze utilizados nestes povoados de cronologia posterior. Em Cristelo, de cronologia muito mais recente, tardia em relação aos povoados fortificados de Cossourado e Romarigães, os objectos de bronze, sobretudo de adorno (como nos outros povoados) continuam a ser usados. A metalurgia desta liga está comprovada sumariamente em Cossourado e da do ferro apenas em Cristelo.

Em Cossourado foi também encontrado um verdadeiro "esconderijo de fundidor" com inúmeros restos de peças, desta liga, como machados, que seriam posteriormente "reciclados", ou seja, novamente fundidos e elaboradas novas peças. Algumas delas apresentam-se muito chumbadas.

Em suma, as formas de povoamento, a estrutura social, económica e mental desta "população silenciosa" continua a criar-nos muitas dúvidas interpretativas, pelo que apenas podemos fazer conjecturas, como as que se seguem.

Os locais onde surgiram os machados em estudo encontram-se geomorfologicamente implantados, segundo os estudos actuais, em áreas com boas potencialidades económicas. Assim, o acesso aos recursos naturais (solos para a agricultura e pastagem, recursos hídricos e minerais, nomeadamente o granito e as argilas) seria relativamente fácil.

A prática da caça e da pesca não seria muito difícil, quer pela proximidade do rio, quer pela proximidade da montanha. Tal situação não só permitiria a transumância de gados, como ainda a obtenção de recursos naturais (madeira e caça, que ainda hoje perdura).

A matéria-prima para elaboração destes achados não seria de difícil acessibilidade, dada a relativa abundância de estanho e cassiterite nas redondezas.

O tipo de fabrico seguiria os métodos habituais, em moldes feitos em barro e utilizando o método da cera perdida, como é confirmado pelas rebarbas laterais e pelas assimetrias de algumas peças, em resultado do desajustamento das valvas (MOHEN 1978). Aliás, têm sido detectados vários moldes deste tipo, como, por exemplo, no depósito de Baiões (SILVA 1986).

Podemos, assim, concluir da riqueza dos achados do Bronze Final, para alguns Bronze Atlântico, nesta área e da separação tipológica dos machados da zona do Alto Minho (margem portuguesa do rio Minho) em relação às zonas mais para sul das margens do Lima e para o interior. Como relata o monografista do concelho, Narcizo A. Cunha, referindo-se ao fabrico dos machados, "(...) não pode duvidar-se de que esta indústria atingiu notável desenvolvimento, como denuncia a correcção e até certa elegância dos seus produtos" (CUNHA 1909 [1979], 127).

3.4 - OS VESTÍGIOS DA IDADE DO FERRO (Mapa XVIII)

Os povoados detectados nesta região, concretamente em número de dezanove (ou vinte se tivéssemos contabilizado os sítios arqueológicos de Montuzelo como dois povoados), apresentam características passíveis de serem agrupados em quatro conjuntos. Em relação aos povoados de Cossourado, Romarigães e Cristelo, locais onde realizamos escavações arqueológicas, faremos uma abordagem sumária, pois a eles se dedica todo o capítulo IV. Importa aqui então referir as características intrínsecas desses povoados, bem como o espólio detectado.

Dos dezanove povoados consideramos dezasseis como povoados fortificados. Seis deles, face à destruição que sofreram ao longo dos anos, apresentamo-los como duvidosos em relação ao real tipo de assentamento que aí existiu. Contudo, existe diversa bibliografia que os considera como castros, estando nesse caso os povoados de Lousado (S. Martinho de Coura), Castelo (Formariz), Castelinho (Insalde), Bruzendes (Linhares), Pena (Mozelos) e Cidade Murada (Romarigães). Acrescem ainda outros três povoados que, aparentemente, não apresentam estruturas de defesa evidentes, pelo que os referimos apenas como povoados (PV). A sua cronologia é, nesta altura das investigações, duvidosa, podendo embora terem sido ocupados até inícios da Idade do Ferro, devem ter tido uma ocupação anterior. No que respeita aos povoados de Montuzelo 1 e 2 consideramo-los como um por fazerem parte de uma mesma unidade geomorfológica, terem tido em determinada fase da Idade do Ferro um amuralhamento conjunto e uma consequente ocupação coeva.



Foto 26 – Perspectiva parcial do vale do rio Coura, desde o hipotético povoado de Lousado. Neste trecho vislumbram-se os povoados de Cossourado (C), Montuzelo 1 (M) e Alto da Madorra (AM).



Mapa XVIII - Bacia hidrográfica do rio Coura
Estações e vestígios arqueológicos
Proto-História

PVF 1 - Povoado Fortificado de Cossourado.
 PVF (?) 2 - Povoado Fortificado (?) de Lousado. S. Martinho de Coura.
 PVF 3 - Povoado Fortificado da Paifeira da Bustarenga. S. Martinho de Coura.
 PVF 4 - Povoado Fortificado de Cristelo.
 PVF 5A - Povoado Fortificado de Montuzelo 1. Infesta.
 PVF 5B - Povoado Fortificado de Montuzelo 2 ou Alto da Cidade. Cunha.
 PVF 6 - Povoado Fortificado da Madona. Feneira.
 PVF 7 - Povoado Fortificado da Giesteira. Feneira, Formiz, Mouselos e Padomelo.
 PVF(?) 8 - Povoado Fortificado (?) do Castelo. Formiz.
 PVF(?) 9 - Povoado Fortificado (?) do Castelinho. Insalde.

PVF(?) 10 - Povoado Fortificado (?) de Bruzendes. Linhares.
 PVF(?) 11 - Povoado Fortificado (?) da Pena. Mouselos.
 PVF 12 - Povoado Fortificado de Romarigões.
 PVF 13 - Povoado Fortificado do Alto da Madona. Rubiães.
 PVF 14 - Povoado Fortificado do Crasto. Rubiães.
 PV 15 - Povoado da Cumieira. Infesta.
 PV 16 - Povoado da Monte da Assureira. Infesta.
 PVF(?) 17 - Povoado Fortificado (?) da Cidade Murada. Romarigões.
 PVF 18 - Povoado Fortificado da Cidade. Formiz.
 PV (?) 19 - Povoado (?) das Vales. Infesta.
 ESP 1 - Triscele de Fovais. Mouselos.

Incluídos num primeiro grupo temos quatro povoados (**Foto 26 – Cossourado e Montuzelo 1**) situados em elevações de destaque na paisagem, defendidos por duas ou três cinturas de muralhas. São eles o povoado fortificado de Cossourado, o da Giesteira, o de Montuzelo 1 e o de Cristelo.

Os seus amuralhamentos são construídos em pedra, acompanhando as variações da topografia do terreno, não existindo as três muralhas quando o declive da encosta é mais acentuado e, conseqüentemente, de defesa mais fácil. O povoado da Giesteira conjuga vários tipos de defesa. O amuralhado em pedra, o talude em terra e o aproveitamento do terreno com vertentes abruptas que não necessitaram da construção de defesas. Os outros povoados deste grupo, aparentemente, apenas possuem defesas construídas em pedra, Montuzelo (PVF 5A – **Foto 27**) e Cossourado (PVF 1). Já em Cristelo (PVF 4) esta era sobretudo natural, na parte oeste. Nos outros pontos cardeais, foram construídos taludes e não muralhas com estrutura pétreo. Todos eles apresentam vestígios de estruturas circulares de cabanas, ao contrário dos outros grupos de povoados.

São assentamentos que ocupam áreas relativamente extensas, superiores a 300 metros de comprimento (cálculos feitos em linha recta através da cartografia à escala 1:10.000), excepto o de Cristelo, um pouco mais reduzido (Quadro VI).



Foto 27 – Vista parcial do povoado fortificado de Montuzelo 1.

O tipo de ocupação em termos cronológicos que tiveram é dispare, variando em cada um deles, embora só o da Giesteira, possua indícios (abundância de tégula) de ter sido romanizado.

Em termos de espólio, oferecem também mais elementos que os outros povoados de menor envergadura, caracterizando-se por uma cerâmica indígena de fabrico micáceo e por uma outra de fabrico mais depurado, com menos desengordurante de mica mas, igualmente, de feição indígena.

Os povoados fortificados de Montuzelo (PVF 5A e 5B – **Foto 27** e **Figura 20**) situam-se numa elevação de encostas com bastante inclinação, de perfil arredondado, com dois cabeços, onde abundam afloramentos graníticos, especialmente em Montuzelo 1. A erosão é bastante forte pelo que os rochedos estão muito boleados e, alguns, em destaque.

QUADRO V – ENQUADRAMENTO GEOMORFOLÓGICO E ARQUEOLÓGICO DOS POVoados

Código	Lugar	Freguesia	Geologia e minerais	Geomorfologia	Hidrografia	Tipo solo	Altitude	Espólio	Estruturas Muralhas = M Cabanas = C
PVF1	FORTE DA CIDADE	Cossourado	Granito alcalino de grão médio	Elevação de grande envergadura	Abundante	F	375,71	Diversos	M = 3 C = Sim
PVF(?)2	LOUSADO	S. Martinho de Coura	Xistos andaluzíticos Estanho	Elevação de grande envergadura	Abundante	F	324,91	Cerâmica (I.F)	M = 2 (?) C = (?)
PVF3	PORTELA DA BUSTARENGA	S. Martinho de Coura	Xistos andaluzíticos Estanho	Esporão	Abundante	F	221,0	Cerâmica (I.F); mós e vaivém giratórias	M = 3 (1 talude + fosso) C = Sim
PVF4	S. SEBASTIÃO	Cristelo	Granito calco-alcalino de grão grosso	Pequena elevação	Abundante Proximidade do Coura	C	490,75	Diversos	M = 2/3 C = Sim
PVF5A e PVF5B	MONTUZELO 1 e MONTUZELO 2	Cunha e Infesta	Granito calco-alcalino de grão grosso	Elevação de grande envergadura com dois cabeços	Abundante	F	495,5 468,0	Cerâmica (I.C./I.B/I.F); mós de vaivém e percutores	M = 2/3 (+ fosso) C = Sim
PVF6	MADORRA	Ferreira	Granito alcalino de grão médio	Elevação	Abundante	A	353,0	Cerâmica (I.F)	M = 2 C = ?
PVF7	GIESTEIRA	Ferreira e outras	Granito calco-alcalino de grão grosso	Elevação de grande envergadura	Abundante	F	603,0	Cerâmica (I.F/R)	M = 3 (1 talude) C = Sim
PVF(?)8	CASTELO	Formariz	Granito calco-alcalino de grão grosso	Pequena elevação	Abundante Proximidade do Coura	A	300,0	Machados de talão e cerâmica indiferenciada	M = 1 C = ?
PVF18	CIDADE	Formariz	Granito calco-alcalino de grão grosso	Elevação média	Abundante Proximidade do Coura	A	360,0	Desconhece-se	M = 2 C = ?
PVF(?)9	CASTELINHO	Insalde	Complexo xisto-migmatítico	Encosta	Abundante	F	476,0	Desconhece-se	M = ? C = ?
PVF(?)10	BRUZENDES	Linhares	Granito alcalino de grão médio e complexo xisto-migmatítico	Esporão	Abundante Proximidade do Coura	C	223,5	Desconhece-se	M = ? C = ?
PVF(?)11	PENA	Moselos	Granito calco-alcalino de grão grosso	Elevação	Abundante	F	564,0	Cerâmica (I.B)	M = ? C = ?
PVF12	COUTO D'OURO	Romarigães	Granito calco-alcalino grão grosso, complexo xisto-migmatítico	Elevação alongada no vale	Abundante	F	280,18	Diversos	M = 2/3 (talude + fosso) C = Sim
PVF(?)17	CIDADE MURADA	Romarigães	Complexo xisto-migmatítico	Elevação	Escassa	F	442	Tégula	M = 2 (?) C = ?
PVF13	ALTO DA MADORRA	Rubiães	Complexo xisto-migmatítico. Afloramentos graníticos	Elevação	Abundante Proximidade do Coura	F	234,0	Cerâmica (I.F)	M = 1 C = ?
PVF14	CRASTO	Rubiães	Granito alcalino de grão médio	Pequena elevação	Abundante Prox. Coura	A	186,0	Desconhece-se	M = 1 C = ?

PV 15	CUMIEIRA OU IRIJO	Infesta	Granito calco- alcalino de grão grosso	Elevação	Abundante	C	451,0	Mó vaivém, percutor, "martelos"	M = Não C = ?
PV 16	ASSUREIRA	Infesta	Granito calco- alcalino de grão grosso	Esporão	Abundante	F	446,0	Cerâmica (B.F/I.F?)	M = Não C = ?
PV(?) 19	VALES	Infesta	Granito calco- alcalino de grão grosso	Pequena elevação	Abundante	C	303,0	Desconhece- se	M = 1 (talude) C = ?

QUADRO VI - TIPOLOGIA E CARACTERÍSTICAS DOS POVOADOS FORTIFICADOS

Nº	Designação	Tipo	Altitude	Linhas Defensivas	Dimensões (em metros)	Área em hectares	Ocupação
1	Cossourado	1	375,71	3	310 (SSO-NNE) x 240 (E-O)	7,44 hectares 74.400 m ²	F
4	Cristelo	1	495,5	2/3 (?)	150 (N-S) x 200 (E-O)	3 hectares 30.000 m ²	BF - F
5A e B	Montuzelo 1 e 2	1	495,5	2/3 (+ fosso)	+ 300 (N-S, E-O)	9 hectares 90.000 m ²	C-BF - F
7	Giesteira	1	603,0	3 (1 talude)	+300 (NNO-SSE)	9 hectares 90.000 m ²	F - R
2	Lousado	2	324,91	2 (?)	200 (N-S, E-O)	4 hectares 40.000 m ²	F
3	Bustarenga	2	221,0	3 (talude/fosso)	150 (N-S, E-O)	2,25 hectares 22.500 m ²	F
6	Madorra	2	355,0	2	+200 (N-S, E-O)	4 hectares 40.000 m ²	F
8	Castelo	3	290,0	1	150 (N-S, E-O) (?)	2,25 hectares 22.500 m ²	BF e (?)
10	Bruzendes	3	223,5	(?)	(?)	(?)	(?)
14	Crasto	3	201,0	1	100 (N-S, E-O)	1 hectare 10.000 m ²	F
13	Alto Madorra	3	186,0	1	100 (N-S, E-O)	1 hectare 10.000 m ²	F
18	Cidade	3	360,0	2	200 (N-S, E-O)	4 hectares 40.000 m ²	F
12	Romarigães	4	280,18	2/3 (talude/fosso)	240 (N-S) 175 (E-O)	4,2 hectares 42.000 m ²	F
9 (?)	Castelinho	Indeter- minado	476,0	(?)	(?)	(?)	F(?)
11(?)	Pena	Indeter- minado	564,0	(?)	(?)	(?)	F(?)
15	Cumieira	Indeter- minado	451,0	(?)	(?)	(?)	B(?)
16	Assureira	Indeter- minado	446,0	(?)	(?)	(?)	B(?)
17 (?)	Cidade Murada	Indeter- minado	442,0	(?)	(?)	(?)	F(?)
19 (?)	Vales	Indeter- minado	303,0	Talude	(?)	(?)	B(?)

Montuzelo 1 situa-se no cimo do monte e na sua vertente, sensivelmente entre as cotas 480 e 495, representando esta a altitude máxima. As dimensões do recinto excedem os trezentos metros de comprimento e de largura, sendo um povoado de grandes dimensões. O topo do monte possui, no sentido norte-noroeste/sul-sudeste, cerca de 200 metros de comprimento.

Possuía uma linha de defesa que circundava a plataforma superior na sua totalidade. Passava entre as cotas 480 (a norte) e 490 (a sul) e tinha cerca de 150 metros de comprimento no sentido

norte/sul. Actualmente, tal como todas as estruturas existentes, foi destruída, sobretudo na vertente sul e leste, aquando da plantação de eucalipto e da construção de um corta-fogo. Abaixo da muralha interna observa-se vestígios de uma segunda linha defensiva que, partindo da vertente norte do povoado, contorna a elevação ao longo da vertente leste, terminando na encosta sul do Alto da Cidade ou Montuzelo 2.

Montuzelo 1 seria um povoado de grandes dimensões, com várias áreas habitacionais que ocupavam a extensa plataforma superior do monte. Algumas cabanas de planta circular afloravam, não há muitos anos, à superfície, em duas áreas situadas nos limites oeste e nordeste do topo do monte – dois núcleos, precisamente, onde se registou o aparecimento de cerâmica e de alguns materiais líticos.

Existem vários pios de formato circular, de dimensões variáveis, em diversos afloramentos graníticos.

Alguns rochedos de grandes dimensões encontram-se encostados, formando, pela sua junção, autênticos abrigos naturais.

O povoado fortificado do **Alto da Cidade ou Montuzelo 2** encontra-se situado numa elevação contornada pela ribeira do rio Pinheiro.

Possui uma muralha interna que circunda na totalidade a plataforma superior e uma externa que, como referido anteriormente, contorna o povoado e Montuzelo 1 através da vertente leste da elevação em que ambos se encontram implantados.

A entrada que actualmente dá acesso ao topo do monte deverá ser a mesma utilizada durante a ocupação do povoado, uma vez que a muralha se eleva de ambos os lados. Está voltada a noroeste, em posição frontal para Montuzelo 1.

A área ocupada pela estação é bastante mais reduzida que a de Montuzelo 1, encontrando-se confinada somente à plataforma superior, com cerca de 150 metros de diâmetro. No espaço situado entre a muralha superior e a interior não devem existir estruturas pelo facto de ambas estarem construídas muito próximo uma da outra. A densa vegetação que cobre o solo não permite observar quaisquer vestígios de construções ou de espólio.

Tal como em Montuzelo 1, existem bastantes penedos com pios e guilhos. No centro de um desses penedos, a sudeste, figura uma lagareta de formato sub circular (78 cm x 70 cm x 8 cm), com um canal de escoamento para o exterior.

A primeira referência a estes povoados surge, aparentemente, nas Memórias Paroquiais de 1758. Nesse documento menciona-se que, na freguesia de Cunha, existia "hum piqueno monte a que chamão o Monte de Ventozello", onde "está um sitio a que chamão a Cidade [Montuzelo 1] a qual está com seus fossos e cercada com seus baluartes de torrão tudo; e perto desta no mesmo monte está outra fortificação da mesma sorte mas mais piquena [Alto da Cidade ou Montuzelo 2] e tudo quazi razo com o monte, as quais fortificacoens se prezume que serão feitas pelos romanos ou pellos mouros".

Outra bibliografia que se lhes refere aponta os topónimos *Cidade de Pedrauca*, na freguesia de Infesta, e *Cidade*, na freguesia de Cunha (MOITA 1966, 537; OLIVEIRA 1976, 24-25 e 31; SILVA

1986, 71, nº 60 e nº 61), como dois povoados distintos, que, pelo menos, na Idade do Ferro terão coexistido.

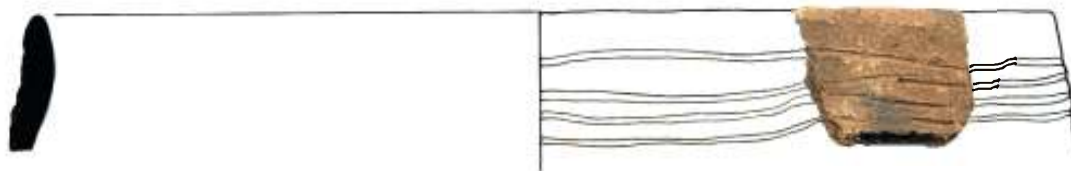
Numa pequena elevação situada a oeste de Montuzelo 1, designada **Monte do Cruzeiro**, encontrava-se, na última década dos anos 90 do século XX, com alguma facilidade e numa área pequena, grande quantidade de cerâmica idêntica à cerâmica de características castrejas encontrada em Montuzelo 1. Surgia nas terras retiradas aquando da construção de um campo de futebol e a uma cota que ronda os 415 metros de altitude. Tratar-se-ia, provavelmente, de terras deslocadas de Montuzelo 1. Não se encontrou qualquer estrutura.

Em termos de espólio o povoado de **Montuzelo 1** tem fornecido, nas proximidades da muralha interna, na área oeste do povoado e, sobretudo, na zona mais elevada, em torno do marco geodésico, com alguma frequência, fragmentos de cerâmica (uma vez que o terreno foi revolvido para a plantação de um eucalipto), cujas características técnicas e morfológicas permitem agrupá-los em três tipos, com cronologias atribuíveis ao Calcolítico, ao Bronze Final e à Idade do Ferro.

A cerâmica da Idade do Ferro é a característica da Cultura Castreja, cujos elementos técnicos nos permitem apontar dois tipos de cerâmica. O primeiro tipo possui grande percentagem de desengordurante de mica e pouco de quartzo. Os tons variam entre os acinzentados e os acastanhados. Os cernes são, por vezes, negros. A pasta é pouco depurada e revela uma cozedura razoável, em atmosfera redutora. O segundo tipo de cerâmica diferencia-se do primeiro, essencialmente, por utilizar uma pasta cerâmica bastante mais depurada, com desengordurante de menores dimensões.

Como não possuímos peças completas ou fragmentos de tamanho significativo, não é possível apontar diferenças morfológicas significativas. Assim, podemos apenas referir que ocorrem alguns fragmentos de bordos, de fundos, bem como um fragmento de uma pequena vasilha, de cerâmica muito fina, com decoração em relevo.

A cerâmica cronologicamente atribuível ao Bronze Final é, como as anteriores, de fabrico manual, possuindo uma pasta mais depurada que a das outras épocas. De entre os fragmentos encontrados, na maioria dos casos atípicos, destaca-se um que possui várias digitações, além de bordos e de um fundo plano de vasilha.



Os fragmentos mais antigos pertencem a vasos hemisféricos (**Figura 17**), por vezes com decoração de tipo incisa, geométrica, em alguns casos metopada

Figura 17 - PVF5/2004 – 22
Bordo arredondado de vaso hemisférico, com decoração incisa, geométrica.
Escala 1/3.

(**Figura 18**), em bandas alternadas de linhas horizontais ou oblíquas que se cruzam ou não. A um deles acresce uma decoração unglada. De um modo geral podemos referir que possuem uma decoração na tradição da gramática decorativa do campaniforme de Ciempouzelos, excepto um pequeno fragmento, com decoração característica do campaniforme marítimo (**Figura 19**), com uma pasta bastante mais depurada do que os demais, mais compacta e de melhor cozedura.

Apresentam, regra geral, pastas pouco depuradas, com a utilização de desengordurantes como a mica e o quartzo, este último de dimensão média a grande. Um dos fragmentos decorados apresenta como desengordurante a paragonite (mica dourada). As colorações internas e externas predominantes são as acastanhadas claras. A cozedura foi feita em atmosfera redutora, a temperaturas pouco elevadas, pelo que é deficiente.

Este tipo de cerâmica foi durante muito tempo atribuído ao Bronze Final – a designada cerâmica de tipo “penha” –, erro que, pela nossa parte, foi igualmente cometido em relação a um fragmento anteriormente publicado (PVF5/93 – 17; SILVA 1996).

Alguns autores (BETTENCOURT 2000; 2001; SANCHES 1977) atribuem este tipo de cerâmica ao Calcolítico, com cronologias balizadas entre finais do IV e meados do III milénio a.C..

Estas cerâmicas de Montuzelo 1 foram analisadas por especialistas – designadamente o Prof. Doutor M. Carrilero, da Universidade de Almeria – que, por analogia com outras cerâmicas de diversas estações do sul de Portugal e Espanha, consideram que, à excepção do fragmento com decoração campaniforme marítimo, os diversos fragmentos são produto de uma interpretação local da decoração do campaniforme tipo Ciempouzelos, com cronologias atribuíveis aos finais do Calcolítico e inícios da Idade do Bronze, e possível perduração durante o II milénio a.C.



Figura 18 - PVF5/2004 – 22
Fragmento de cerâmica com decoração metopada, incisa, geométrica. Escala 1/2.



Figura 19 - PVF5/2004 – 23
Fragmento de cerâmica com decoração incisa, geométrica, no estilo campaniforme marítimo. Escala 1/1.

Contudo, existem fragmentos análogos que se podem atribuir a horizontes muito variáveis, cronologicamente perduráveis entre o Neolítico e a Idade do Bronze.

Pelo facto de serem achados descontextualizados, não é possível, neste momento, apontar que tipo de assentamento terá existido em Montuzelo 1 em épocas anteriores à Idade do Ferro. Não obstante, estes dados vêm antecipar em muito a ocupação desta zona, mesmo que essa ocupação se tenha processado de uma forma descontínua.

Quanto a espólio lítico foram encontradas várias mós de vaivém e rebolos, assim como percutores graníticos. À superfície do povoado existe muita pedra, em granito de grão fino, médio e grosso. No povoado do **Alto da Cidade ou Montuzelo 2** o espólio é nulo.

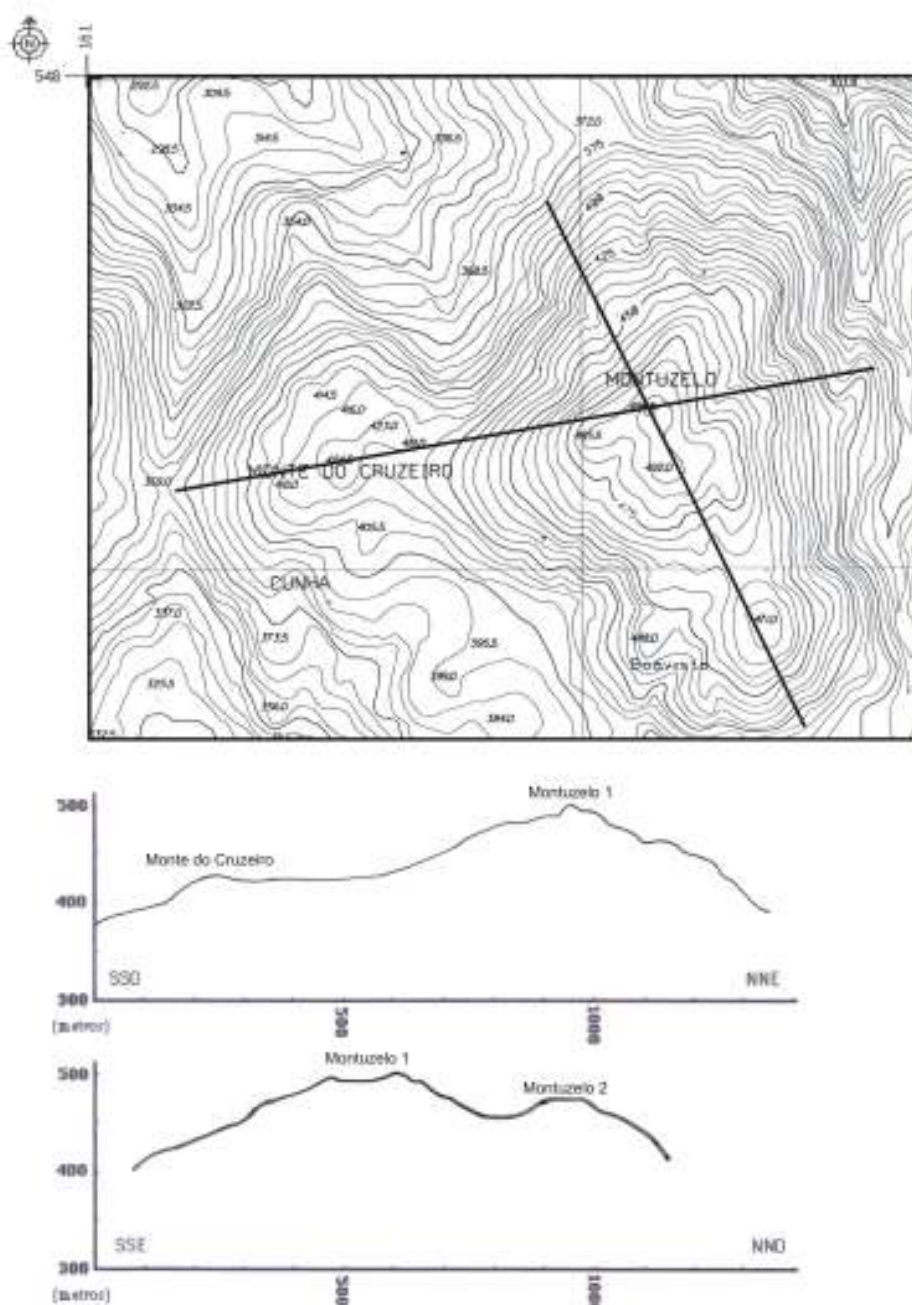


Figura 20 – Implantação dos povoados fortificados de Montuzelo 1 e 2 no Ortofotomapa, e respectivos perfis tipográficos.

O povoado de Cristelo forneceu, em escavação, milhares de fragmentos de cerâmica e outro espólio lítico e metálico que será abordado no capítulo IV. Ao contrário do que em tempos publicamos, não se trata de um povoado romanizado, embora de cronologia muito mais tardia que, por exemplo, o de Cossourado. Em determinada época consideramos que teria sido romanizado devido ao espólio dessa romano, que aí se foi encontrando (tégula, ânfora, uma ara, mós giratórias, entre muitos outros), mas que, como veremos, só ocorre numa nível superficial, pós abandono do povoado castrejo.

O povoado fortificado da Giesteira (**Foto 28**) localiza-se numa elevação de grande altitude, de encostas abruptas, com perfil ovalado. Em todo o monte abundam afloramentos graníticos de grão fino a médio e grosso, assim como muitos rochedos bastante boleados em resultado da erosão, que, pelo facto de se encontrarem encostados uns aos outros, configuram autênticos abrigos naturais, tal como se verifica em Montuzelo 1. No topo do monte existe um recinto plano de grandes dimensões, sub-circular, encimado por uma pequena elevação onde assenta um marco geodésico.

Existem algumas referências a este povoado, embora pouco esclarecedoras.

Em 1866, José Avelino de Almeida refere: "No mais alto monte d'esta freguezia ha um grande forte com trincheira. Chamão-lhe Crasto. Acha-se muito devassado pela diuturnidade dos tempos" (1866, 439). A esta descrição, sucessivamente transcrita ao longo dos anos, vários autores vão acrescentando algo mais. Pinho Leal adianta que seria "provavelmente obra dos romanos, porque, pouco distante passava uma das vias militares romanas (ou ramal d'ella)" (LEAL 1874, 215).

Narcizo A. Cunha designa-o como "crasto de Venade" referindo que "é a fortificação em que a natureza, com os seus gigantescos penedos, mais colaborou para a sua defesa e segurança. Os *ciprianistas* não o tem largado. A cada passo vão lá fazer novas escavações, para ... *desencantar a moura*. Há uns anos, puseram a descoberto uma grande viga carbonizada, e ao presente, noutra escavação, vêem-se os topos doutras vigas, nas mesmas condições. Tem aparecido muitas tegulas de rebordo não só neste sítio, mas nos circunvisinhos" (1909 [1979], 134).

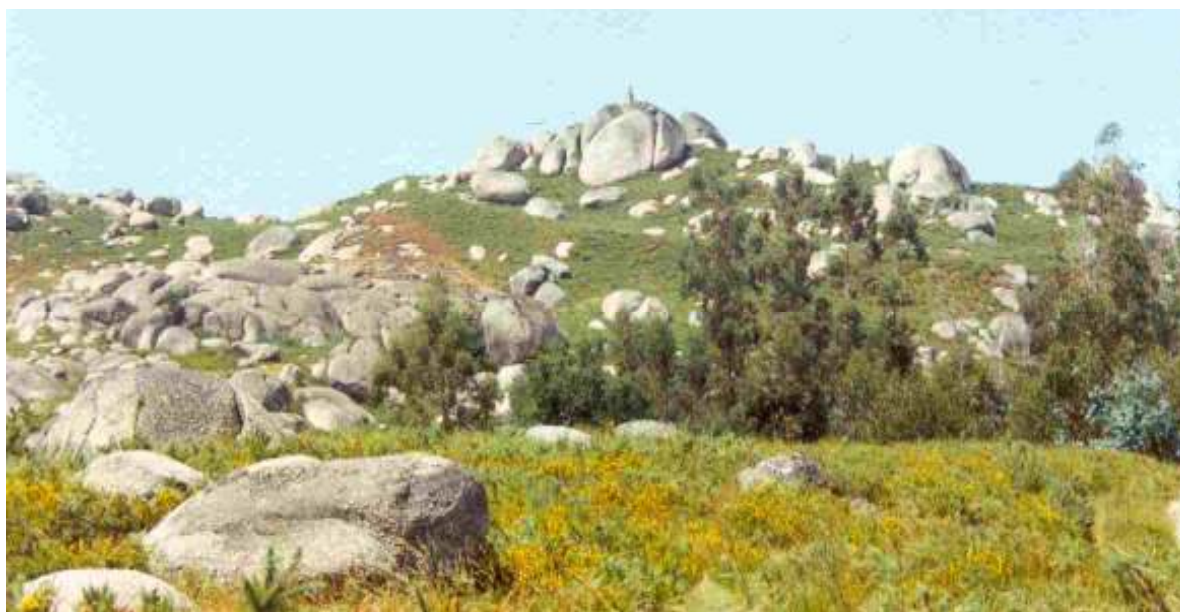


Foto 28 – Vista parcial do povoado fortificado da Giesteira.

Mais recentemente, embora sem especificar o local exacto, A. L. de Oliveira refere uma particularidade aparentemente situada neste monte: "na encosta norte, abre-se uma pequena pia circular, denominada dos quatro abades" (1976, 29).

O povoado situa-se no cimo do monte e nas suas vertentes, sensivelmente entre as cotas 570 e 603, representando esta a altitude máxima. O perfil do monte é bastante arredondado, apresentando no topo uma superfície plana com muitos rochedos. As dimensões do recinto rondam os trezentos metros de comprimento e de largura, tratando-se, pois, de um povoado de grandes dimensões (**Figura 22**).

As muralhas são três: uma em torno da plataforma superior e as outras – de localização relativamente fácil – na vertente Sudeste. Apresentam um sistema construtivo constituído provavelmente por paredes em pedra, exceptuando a única linha de defesa existente a oeste, em forma de talude com volume considerável, provavelmente construída em terra.

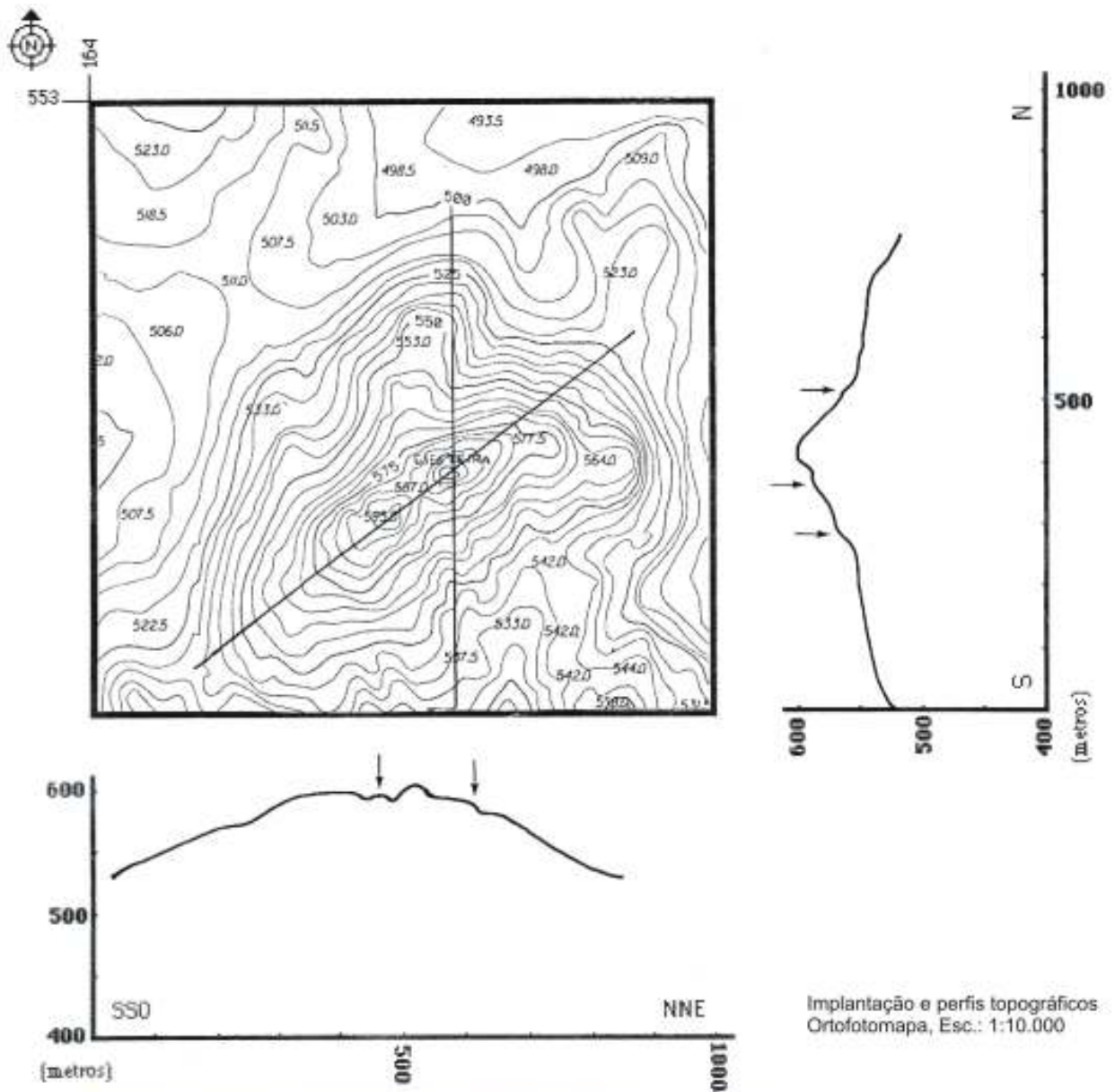
A muralha intermédia – a mais extensa e de planta irregular – corre, pela vertente sul, de leste a oeste a uma altitude variável.

Nenhuma das linhas defensivas forma um circuito fechado, uma vez que todas elas são interrompidas na encosta norte, de vertente mais acentuada e, conseqüentemente, de mais fácil defesa.

À superfície observam-se estruturas de cabanas circulares e nos rochedos vários pios de igual configuração.

Ao percorrer-se o monte encontram-se com facilidade fragmentos de cerâmica com maior ou menor quantidade de desengordurante micáceo, de características castrejas, em que se inclui um fragmento, aqui representado, decorado com punção impressa arrastada (**Figura 21**). Existem, também, outros fragmentos cuja forma induzida e características da pasta apontam para cronologias anteriores à Idade do Ferro, bem como outro tipo de cerâmica, doméstica e de construção, de características romanas (nomeadamente tégula) que parecem apontar para a romanização do povoado.





Implantação e perfis topográficos
Ortofotomapa, Esc.: 1:10.000



Foto aérea, Esc.: 1:5000, I.G.C.
Cobertura fotográfica de Maio de 1991

Figura 22 – Povoado fortificado da Giesteira.

O tríscele detectado nas proximidades deste povoado é, provavelmente, mais um dado para confirmar a sua romanização e o desenvolvimento que terá atingido, possuindo inclusivamente estruturas pétreas com decoração.

Em termos cronológicos, este tríscele (**Figura 23**), terá, eventualmente, uma cronologia que aponta para a fase final da Idade do Ferro. Estaria inserido no muro de uma cabana, com o objectivo de embelezar o lar, mas também figurando



a representação de um motivo com carácter simbólico-religioso, muito provavelmente relacionado com os símbolos astrais, nomeadamente o sol, sendo assim testemunho de um culto heliolátrico (SILVA 1987).

Os povoados do tipo que vimos a estudar ocupavam uma posição estratégica no vale e teriam funções ligadas à actividade agro-pastoril e uma ocupação permanente.

O segundo grupo de assentamentos ocupa zonas de menor altitude, mas bem visíveis na paisagem, se exceptuarmos o povoado da Bustarenga, bastante camuflado (**Foto 29 e Figura 24**). Apresentam duas ou três linhas de defesa, construídas em pedra ou em talude com fossos.



Foto 29 – Vista do povoado fortificado da Bustarenga.

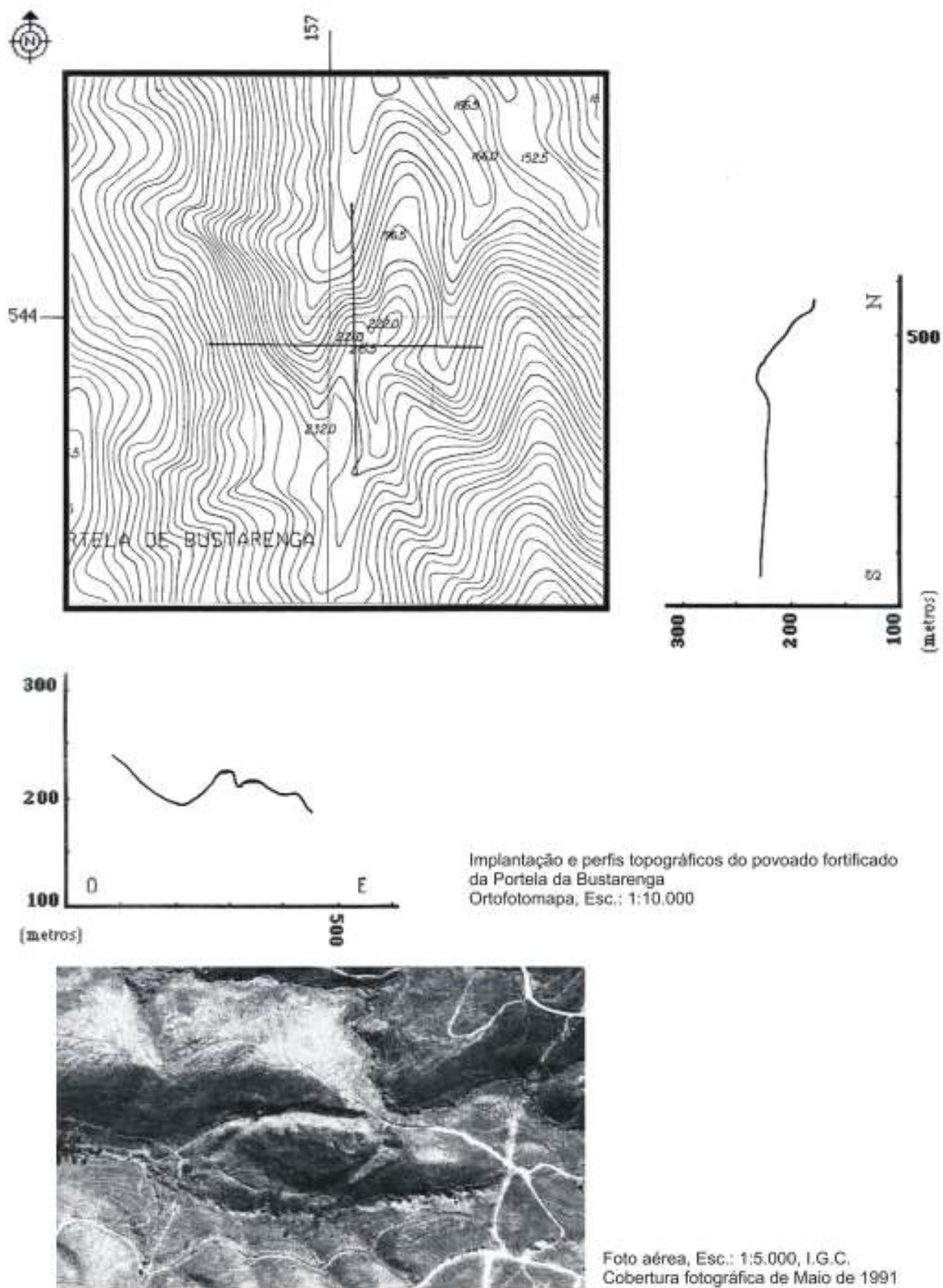


Figura 24 – Povoado fortificado da Portela da Bustarenga.

Os povoados da Madorra (PVF 6 - **Figura 25**) e de Lousado (PVF? 2) estão muito destruídos, não possibilitando um estudo preciso, pelo que nos debruçaremos no estudo possível do povoado da Bustarenga (PVF 3).

Trata-se de um povoado de dimensões reduzidas, se comparado com outros desta região, que assenta sobre um esporão elaborado propositadamente pelos povos da época, através de um considerável trabalho de engenharia.

O seu topo, de pequenas dimensões (cerca de 50 metros de diâmetro), é contornado por uma cintura de muralha, alongada, constituída por lajes de xisto e granito, que se apresentou bem visível, sobretudo a oeste, após a ocorrência de um incêndio nos anos noventa do século XX. Uma outra muralha, intermédia, aparentemente mais destruída, situa-se a meio da encosta, à qual se segue, nas encostas leste e oeste, um fosso com uma cota de base de 210 e 190 metros, respectivamente, atingindo, por isso, uma grande profundidade face à altitude máxima do povoado (221 metros). O fosso separa o esporão das elevações contíguas, tornando o povoado numa zona independente, de encostas com elevado pendor. No estreito talvegue que se criou corre, por vezes, em anos de maior pluviosidade, uma linha de água. Após o fosso externo da vertente oeste foi construído um talude, também alongado, que contorna pela base o povoado.

O recinto interior está coberto por grande quantidade de pedras, em granito de grão fino e xisto, provenientes do derrube de estruturas. O granito foi, muito provavelmente, recolhido noutros locais. Possuía boas condições de defesa e vigilância, dominando o vale. Encontra-se, contudo, bastante camuflado na paisagem, o que sugere uma escolha estratégica e planeada do local para a implantação do povoado. Este tipo de situação geográfica, segundo o esquema evolutivo que preconizamos para o povoamento desta área ao longo da Idade do Ferro, permite, em comparação com outros povoados, situar cronologicamente a Portela da Bustarenga no século II a. C., altura em que os povoados com evidente destaque na paisagem haviam sido abandonados. A existência de uma mina de estanho muito próxima, a ter sido explorada na Idade do Ferro, e em analogia com outros povoados de algumas zonas da Galiza, faz pensar na hipótese de se tratar de um povoado mineiro.

Ao longo dos tempos tem sido encontrada cerâmica indígena (de que possuímos exemplares fornecidos pela população), para além de várias mós circulares, graníticas, e de uma mó de vaivém – materiais estes que revelam a existência de actividades artesanais relacionadas com a olaria e a moagem de cereais, bem como uma ocupação permanente do local.

Os povoados deste segundo grupo possuem dimensões mais reduzidas que os anteriores, entre os 150 e os 200 metros de comprimento.

Actualmente, apenas a Bustarenga apresenta vestígios de construções habitacionais.

O povoado da Madorra foi alvo de extracção de pedra, facto que o destruiu muito, assim como a passagem do gasoduto e os trabalhos de florestação.

O espólio que possuímos refere-se ao habitat da Bustarenga, caracterizando-se também por cerâmica indígena semelhante à detectada no primeiro grupo. Detectaram-se também várias mós

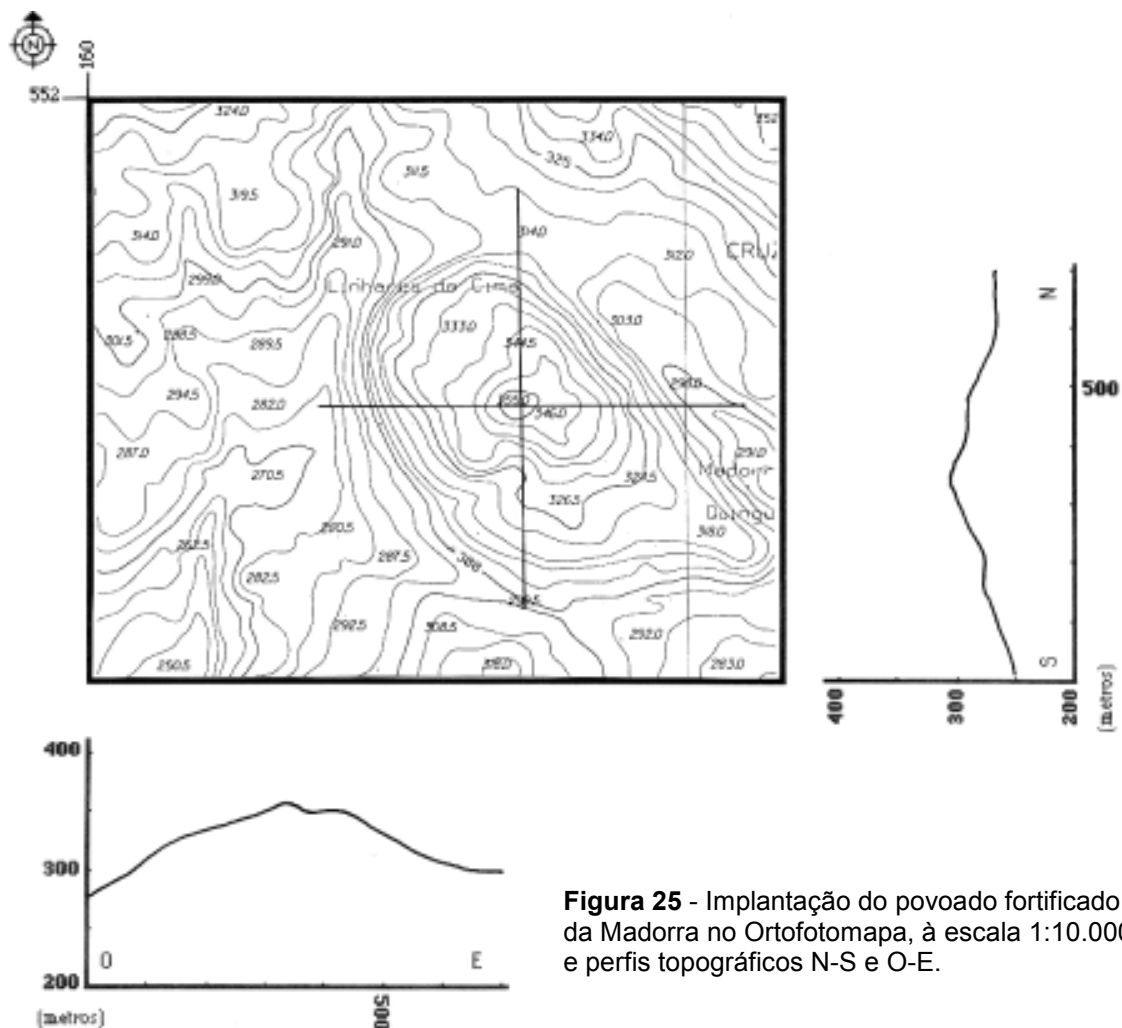


Figura 25 - Implantação do povoado fortificado da Madorra no Ortofotomapa, à escala 1:10.000 e perfis topográficos N-S e O-E.

circulares, graníticas e uma mó de vaivém. Revelam actividades artesanais similares e uma ocupação permanente.

Os povoados do terceiro grupo (Castelo - PVF 8, Bruzendes - PVF 10, Crasto - PVF 14, Alto da Madorra - PVF 13 (**Figura 26**) e Cidade – PVF 18) apenas possuem uma cintura de muralha e têm dimensões reduzidas, entre os 100 e os 150 metros.

Temos muitas dúvidas em relação a este tipo de assentamentos dado que se encontram muito destruídos, pois são povoados tipicamente de vale, situando-se em esporões ou pequenas colinas à face do Coura.

O povoado do Castelo, por hipótese, teve povoamento deste o Bronze Final, como o atestam os machados de talão aí detectados, embora possa ter servido de local de ocultação, sem ocupação. Não nos parece que os outros tenham vestígios desta época, assim como a romanização deve também ter sido pouco intensa, dado que esta privilegiou outras formas de assentamento muito próximas destas pequenas colinas.

A sua actividade económica seria a agro-pastoril, podendo, face à proximidade do Coura, aliar a piscícola.

Em termos de espólio, pouco podemos adiantar, dado ser até ao momento nulo, com a excepção do povoado do Castelo e do Alto da Madorra, onde foi encontrada alguns fragmentos de cerâmica, micácea, típica da Idade do Ferro.

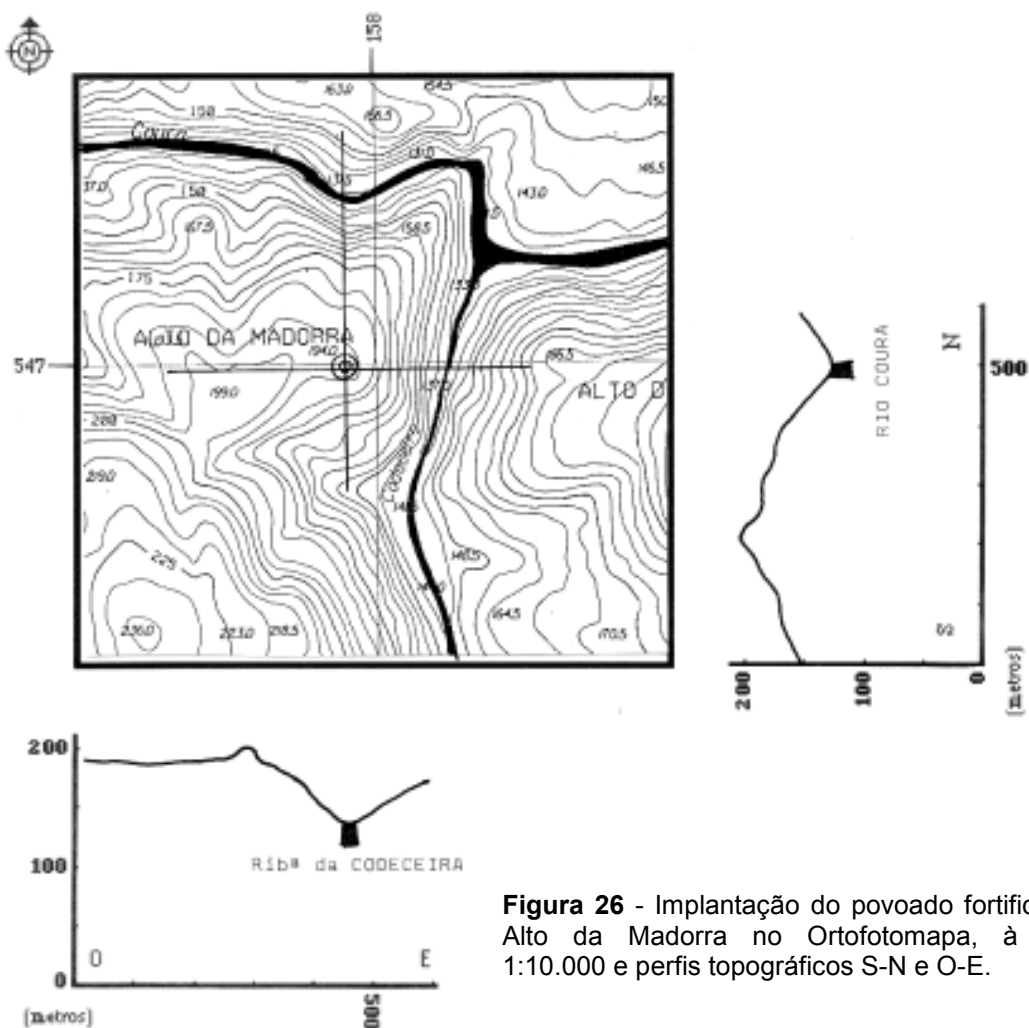


Figura 26 - Implantação do povoado fortificado do Alto da Madorra no Ortofotomapa, à escala 1:10.000 e perfis topográficos S-N e O-E.

Por último, se exceptuarmos os povoados dos quais não é possível atribuir uma tipologia, temos o caso isolado da Cidade de Romarigães. Trata-se também de um povoado de vale, defendido por dois taludes e fossos, com 240 metros de comprimento, com ocupação apenas da Idade do Ferro e que analisaremos em profundidade no capítulo IV.

Em termos genéricos, aparentemente, houve uma boa escolha para a implantação dos diversos assentamentos, em locais com bons recursos naturais, recursos esses que passam pela abundância hídrica, pela proximidade de bons solos e de matérias-primas, nomeadamente a pedra, o barro e, eventualmente, o metal.

Os locais que designámos por toponímia arqueológica foram igualmente prospectados. No entanto, não detectámos qualquer vestígio de estruturas ou materiais. É possível que tenham sido povoados desta época, como apontam as características topográficas, alguns indícios de defesas e

as referências orais ou bibliográficas. Nestas condições temos os lugares de Mourela, freguesia de Agualonga (TOP 1), Alto do Crasto/Alto da Pena, freguesia de Bico (TOP 2A), Crasto, freguesia de Bico (TOP 2 B), Travanca, freguesia de Cunha (TOP 3), Castro, freguesia de Insalde (TOP 4), Crastinho/Campo de Cabanas, freguesia de Linhares (TOP 5), e Crasto, freguesia de Romarigães (TOP 6).

3.4.1 Distribuição espacial dos povoados da Idade do Ferro na bacia superior do rio Coura

Com base nos grupos de povoados preestabelecidos, aplicámos dois tipos de modelos aos povoados classificados como pertencentes ao tipo 1 e 4.

O modelo das potenciais áreas de obtenção de matérias-primas e aprovisionamento foi calculado segundo a fórmula de Vita Finzi e Higgs, remodelada por I. Davidson e G. Bailey (1984, 31) pelo facto de a geomorfologia do terreno impossibilitar a aplicação em moldes aproximados do modelo inicial.

Foram calculados os territórios de 15, 30 e 60 minutos em torno de cinco dos povoados, designadamente os de tipo 1 (Cossourado, Cristelo, Giesteira e Montuzelo) e de tipo 4 (Romarigães). Não elaborámos os territórios de 120 minutos, uma vez que estamos em presença de uma área restrita, na qual os modelos estabelecidos para os povoados de maior projecção e maior perduração no tempo se tocarem antes do fim desse período, excepto entre Cossourado e Giesteira.

Após a construção dos territórios na carta militar (escala 1:25.000), efectuou-se igualmente a sua sobreposição na carta geológica e na carta de distribuição de tipos actuais de solo.

A construção dos polígonos de Thiessen baseia-se no pressuposto de que os povoados têm uma ocupação contemporânea. No caso presente tal não acontece, por exemplo, o povoado de Cristelo é bastante mais tardio que os de Cossourado, Romarigães e Montuzelo 1. Contudo, o estudo vale como hipótese de trabalho.

Apesar de não termos cronologias absolutas para a maioria dos povoados, pelo que os dados obtidos são falíveis, optámos ainda por fazer um outro tipo de estudo em que sobreposemos os territórios teóricos de forma a tentar descobrir até que ponto esses territórios óptimos de aprovisionamento coincidem com os territórios potenciais de influência de cada povoado. A terem existido povoados contemporâneos essa possibilidade parece confirmar-se.

Ainda que existam inúmeras críticas sobre este tipo de estudo na área da arqueologia espacial, muitas delas fundamentadas, parece-nos ser o mesmo extremamente útil, não só pelas pistas de investigação que abre, mas porque os resultados dos levantamentos para a elaboração de uma carta arqueológica, que no fundo é o tema fulcral deste capítulo, devem ser perspectivados através do estudo da dispersão de estações e artefactos que, se não forem relacionados a esta escala, ou seja, com este tipo de interpretações, não fornecem mais elementos do que os estatísticos ou eventualmente cronológicos. Contudo, a História do Homem não se faz de números mas de atitudes, e, nesta fase dos nossos estudos, a única hipótese que temos de conhecê-las é tentar estabelecer um quadro interpretativo baseado na articulação dos dois vectores essenciais que são a interacção homem/meio ambiente e dispersão espacial/evolução cronológico-cultural.

3.4.1.1 A distribuição/organização dos povoados fortificados

Os assentamentos foram agrupados em quatro tipos, conforme a aparente similitude de características de cada um, que ao longo do estudo se nos iam deparando. As características que levaram à distinção ou semelhança são baseadas no estudo da geomorfologia da área, nomeadamente a altitude e a forma do relevo, aliadas aos vestígios materiais dos povoados. Vestígios esses que reflectem de alguma forma o tipo de sociedade que aí se desenvolveu.

Os povoados fortificados detectados nesta região apresentam características passíveis de serem agrupadas em quatro conjuntos.

Atribuímos ao tipo 1 os povoados de altitude mais elevada, acima dos 350 metros, situados nos relevos mais pronunciados da zona centro e oeste da bacia do rio Coura, dado que os povoados não ocorrem, tanto quanto nos é permitido saber, a leste, na zona de maior altitude. São povoados que possuem três ordens de muralhas, embora nas vertentes mais pronunciadas possam ter só duas. Muralhas essas construídas em pedra e, em alguns casos, ainda hoje bem evidentes (Cossourado e Giesteira).

Em termos de ocupação do espaço são também estes os povoados de maior envergadura, ocupando áreas superiores a trezentos metros, pelo que se pode induzir que devem ter atingido algum desenvolvimento económico. Queríamos aqui ressaltar o caso de Cristelo que, apesar de não ter uma situação de tanto destaque na paisagem, nem ocupar uma área tão vasta, nos parece poder ser englobado neste grupo.

A distribuição dos povoados de tipo 1 é perfeitamente simétrica em relação ao rio Coura, existindo dois povoados a montante e outros dois a jusante do Coura, como que mantendo uma distância de "respeito" bastante similar.

No tipo 2, considerámos os povoados que ocupam colinas ou esporões que, apesar de destacados em relação aos de tipo 3, se apresentam camuflados na paisagem. No entanto, mantêm, como os anteriores (tipo 1), uma aparente posição estratégica no vale. As cotas situam-se acima dos duzentos metros de altitude, mas não ultrapassam em muito os trezentos e cinquenta metros.

Apresentam dois ou três amuralhados e ocupam áreas de menores dimensões, entre os cento e cinquenta e os duzentos metros. Infelizmente, dois dos três povoados deste tipo estão muito destruídos.

A sua actividade económica dominante seria a agro-pastoril, podendo, face à proximidade do Coura, aliar-se a piscícola.

Os povoados de tipo 3 (Castelo – PVF(?) 8, Bruzendes - PVF (?) 10, Crasto - PVF 14 e Alto da Madorra - PVF 13) situam-se em pequenos cabeços, de baixa altitude (superior aos 180), não atingindo os duzentos metros. São povoados de vale, todos eles muito próximos do Coura, que lhes passa, em regra, na base.

Possuem apenas uma cintura de muralha, não ultrapassando em muito os cem metros de comprimento. A sua romanização não é clara, dado que devem ter sido abandonados relativamente cedo, pois a proximidade do vale favoreceu a implantação de novas formas de ocupação introduzidas pelos romanos. Infelizmente, apresentam-se muito destruídos.

Por último, o povoado de tipo 4. Este assentamento, o povoado fortificado de Romarigães, dado não ter paralelos nesta área e não se assemelhar a qualquer dos outros, classificamo-lo à parte, embora seja também um povoado de vale como os anteriores, mas sem qualquer tipo de camuflagem. Contudo, apresenta uma configuração diferente, alongada, com amuralhados em dois taludes e fossos, de muito fácil localização no vale, dada a proeminência destas defesas.

3.4.1.2 – O factor geológico (Mapas XIII e XIX)

Os povoados, independentemente da altitude a que se situam e do seu tipo, localizam-se maioritariamente em zonas graníticas, com predominância das manchas de granito calco-alcalino de grão grosso. Outros existem, como o povoado da Bustarenga que se situam em manchas de xistos andaluzíticos. O do Alto da Madorra situa-se em mancha de complexo xisto-migmatítico, embora intercalada com afloramentos de granito. Existem também povoados que assentam em locais com geologia mista, onde ocorre a junção de granito com xisto, como Romarigães (granito de grão grosso e complexo xisto-migmatítico) e Bruzendes (g. g. médio e complexo xisto-migmatítico).

Exceptuando Cristelo (g. g. grosso), todos os outros se localizam nas proximidades de manchas xistosas, em que um percurso inferior a 15 minutos bastaria para a elas ter acesso (**Quadro VII**).

QUADRO VII – Acessibilidade às fontes de abastecimento segundo estudos actuais

Nº	POVOADOS	TIPO	GRANITO	XISTO	MINÉRIO	SOLO TIPO A	RIO COURA	AFLUENTES E LINHAS DE ÁGUA	VALE
1	COSSOURADO	1	0	+ 60	+ 60	- 30	- 60	- 15	+ 15
4	CRISTELO	1	0	+ 60	+ 60	- 15	- 30	- 15	- 15
5 A e B	MONTUZELO 1 e 2	1	0	- 15	+ 60	- 15	+ 60	- 15	- 15
7	GIESTEIRA	1	0	- 15	+ 60	- 15	+ 60	- 15	+ 15
2	LOUSADO	2	+ 60	0	- 15 - Estanho	+ 60	+ 60	- 15	+ 60
3	BUSTARENGA	2	- 60	0	-15 - Estanho	+ 30	+ 60	- 15	- 15
6	MADORRA	2	0	+ 60	+ 60	0	+ 60	- 15	- 15
8	CASTELO	3	0	+ 30	+ 60	- 15	- 15	- 15	- 15
10	BRUZENDES	3	0	0	+ 60	+ 60	- 30	- 15	- 15
13	ALTO MADORRA DA	3	- 15	0	+ 60	- 30	- 15	- 15	- 15
14	CRASTO	3	0	- 15	+ 60	0	- 15	- 15	- 15
12	ROMARIGÃES	4	0	0	+ 60	- 15	- 60	- 15	- 15
18	CIDADE	3	0	+ 30	+ 60	- 15	- 15	- 15	- 15
9(?)	CASTELINHO	(?)	0	- 15	+ 60	- 15	+ 60	- 15	- 15
11(?)	PENA	(?)	0	30	+ 60	- 60	+ 60	- 15	- 15

De facto, a acessibilidade à matéria-prima mais utilizada – a pedra –, quer para a construção de estruturas privadas ou públicas (habitação, anexos, defensivas), quer para objectos de uso quotidiano e doméstico era fácil. Contudo, o granito de grão fino só aflora no limite sudoeste desta área, com relativa acessibilidade aos povoados de Romarigães e da Bustarenga.

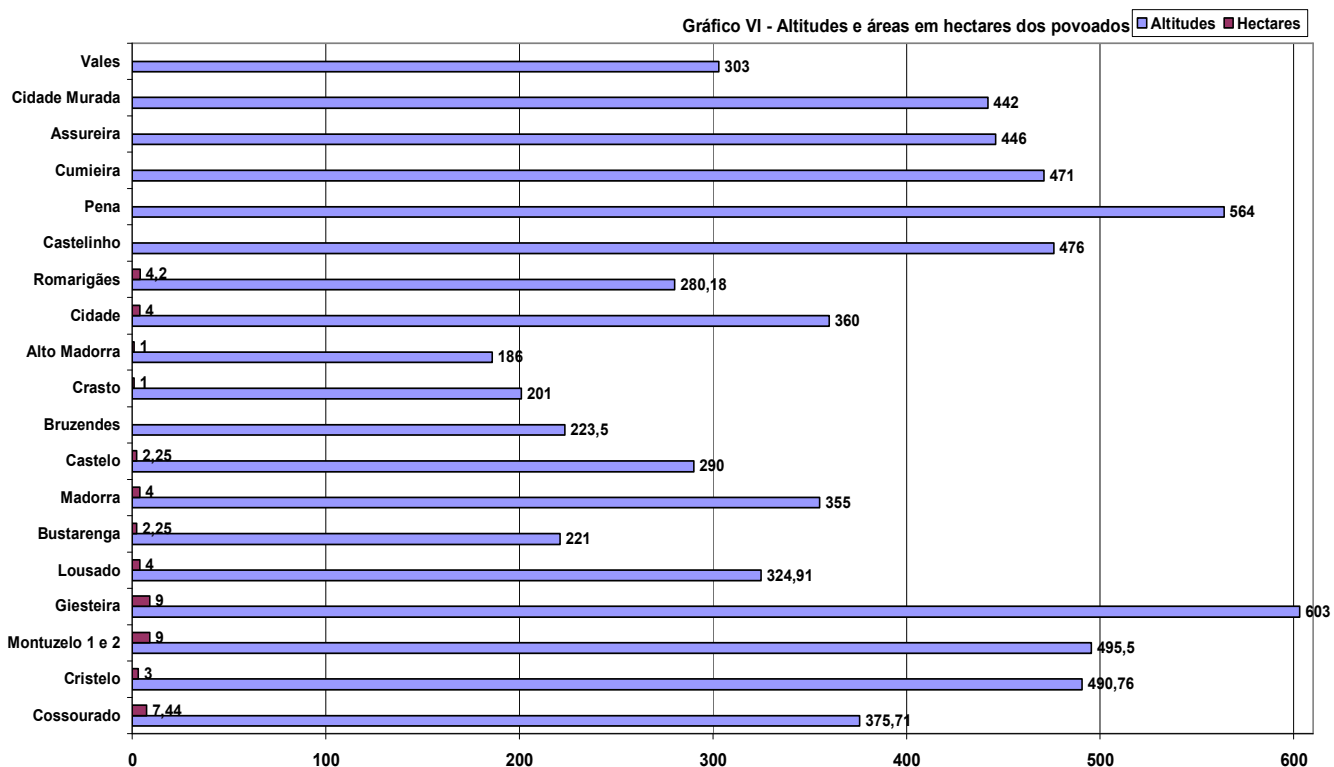
O estudo da geologia da região baseia-se em grande parte na análise da carta geológica elaborada a uma escala com pouco pormenor (1:50.000), pelo que muitos dos afloramentos de pequenas dimensões, que ocorrem intercalados com outros de grande porte, não são cartografados. Por exemplo, temos o caso do Alto da Madorra, localizado numa mancha de xisto, onde existem afloramentos graníticos não cartografados.

As comunidades da Idade do Ferro certamente conheciam muito bem os locais de obtenção das matérias-primas, pelo que todos os estudos de acessibilidade são pouco válidos, embora nos sirvam como hipótese de trabalho e de alguma compreensão sobre a distribuição dos povoados e a satisfação das necessidades destas populações.

Em relação aos locais de ocorrência de minérios, também eles não são cartografados na sua totalidade, na escala referida.

3.4.1.3 - Dispersão por altitudes (Mapa XVI e gráfico VI)

Nesta área os povoados situam-se em montes cujas cotas oscilam 200 e 600 metros de altitude, havendo uma prevalência para a ocupação de locais situados entre as cotas de 300 e 400



metros.

Os povoados de tipo 1 escolheram as áreas de relevo mais acentuado, com cotas próximas ou superiores a 400 metros de altitude (Cossourado - 376.71, Cristelo - 495.5, Giesteira - 603.0). No entanto, os 376 metros de altitude máxima de Cossourado tornam-se bastante mais pronunciados e evidentes na paisagem, visto situar-se a oeste do vale do Coura, na zona de menor altitude desta área. O vale ronda os 200 metros de altitude ou menos, existindo uma diferença de 170 metros de altura, enquanto que a Giesteira, com 603, tem o vale a cerca de 500 metros de altitude, sendo a diferença de 100 metros.

Os povoados de tipo 2 (Bustarenga (PVF 3), Madorra (PVF 6) e Lousado (PVF (?) 2)) situam-se a cotas intermédias e revelam-se menos destacados na paisagem, camuflados por outros relevos próximos mais acentuados. Situam-se entre os 221 e os 355 metros de altitude.

Os povoados de tipo 3 são povoados de vale, com cotas entre os 180 e 290 metros de altitude. Todos eles se situam em pequenas colinas ou esporões, sobretudo na margem sul do Coura, difíceis de detectar pelas características topográficas pouco evidentes.

O único povoado de tipo 4, é também como os de tipo 3, um habitat de vale, com uma cota baixa de 228.18 metros.

3.4.1.4 - Visibilidade (Mapa XX)

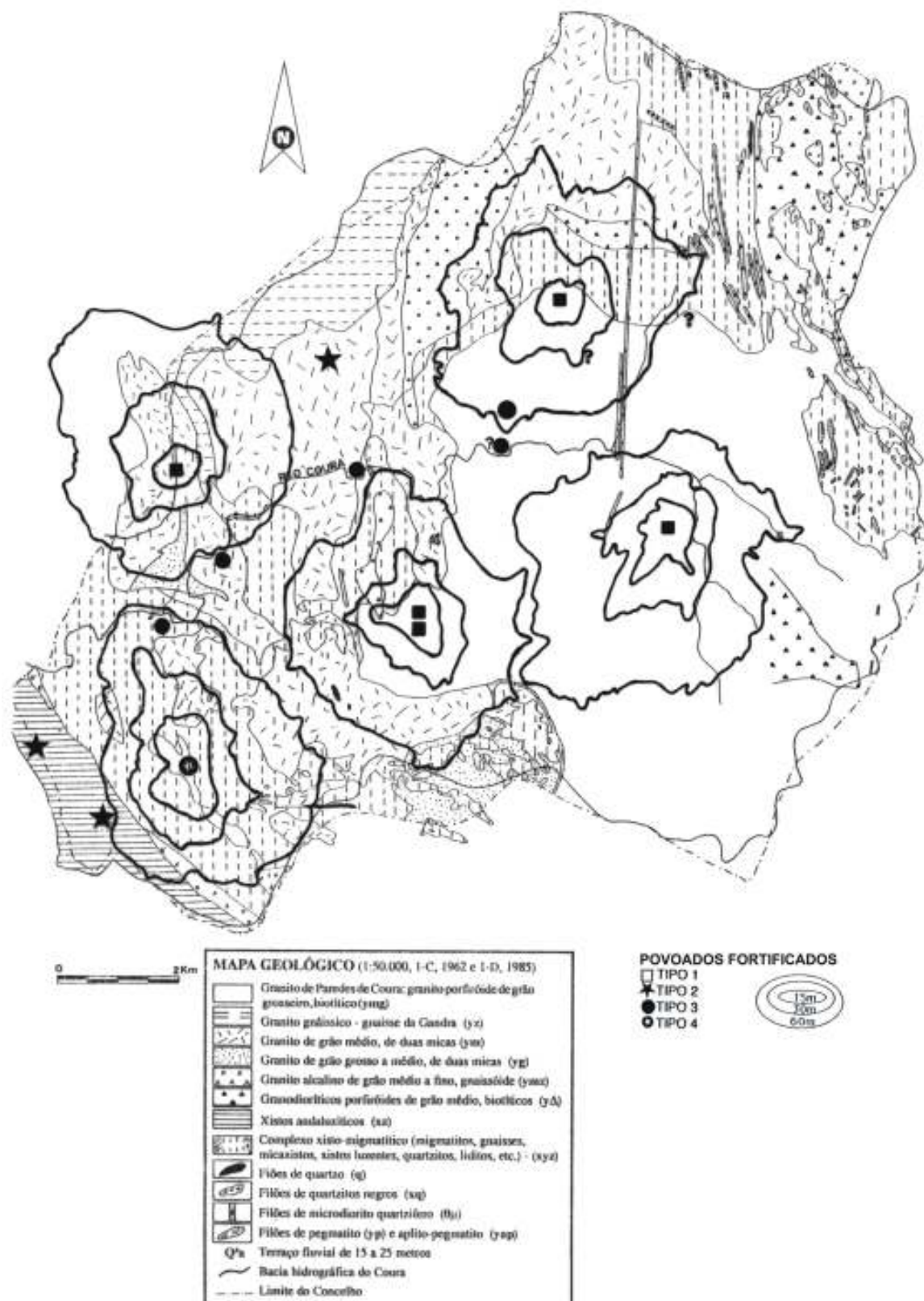
Estamos, como se tem vindo a referir, na presença de uma região com grandes variações geomorfológicas, uma vez que, numa área que não excede os 15 km (no sentido E-O e N-S, nos locais mais extensos), rondando os 14.000 hectares, existe uma grande variabilidade de cotas que, naturalmente, se traduz em constantes montes e vales. A visibilidade entre os diversos povoados fortificados é reflexa destas circunstâncias.

Os povoados de tipo 1, de maior altitude e situados em montes de destaque na paisagem, têm visibilidade entre si, excepto o de Cristelo, localizado numa zona de grandes acidentes geográficos e, por isso, mais "escondido". Este último apenas tem visibilidade para a Giesteira.

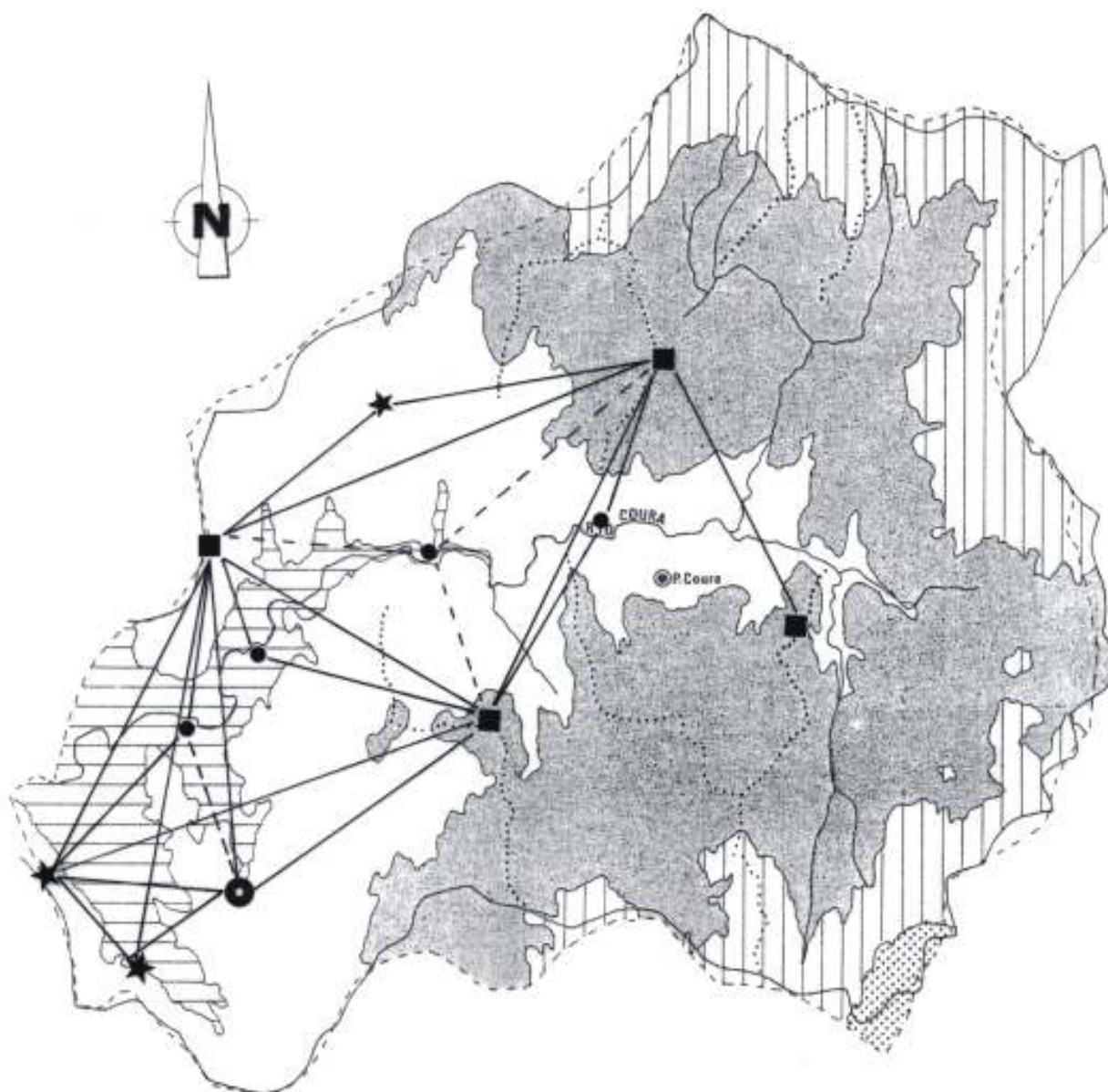
Além de terem visibilidade entre si, os povoados deste tipo abarcam quase todo o vale do Coura, e até do vale do rio Minho, tendo, assim, visibilidade para a maior parte dos outros povoados de tipo 2 e 3.

Os de tipo 2 e 3 não têm visibilidade entre si, embora essa se possa verificar em casos esporádicos (Lousado - Bustarenga) e entre os dois grupos (Lousado - Alto da Madorra). Trata-se, no entanto, de uma visibilidade reduzida.

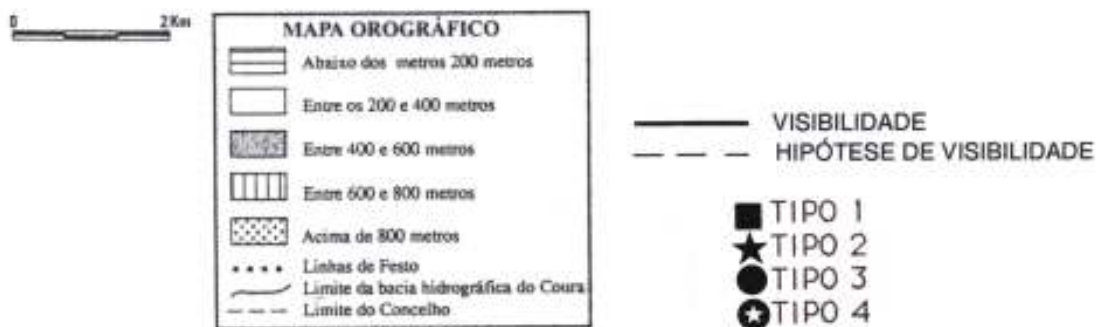
O povoado de Romarigães, de tipo 4, tem visibilidade para grande parte dos povoados situados a oeste do vale, embora na maioria dos casos de forma restrita. A visibilidade é mais nítida em relação à Bustarenga e seria nula em relação a Cossourado. Contudo, os dados da escavação dos dois povoados, revelaram que a construção de duas estruturas, que designamos de "torreões", elevou a cota dos dois locais, permitindo a visibilidade entre eles.

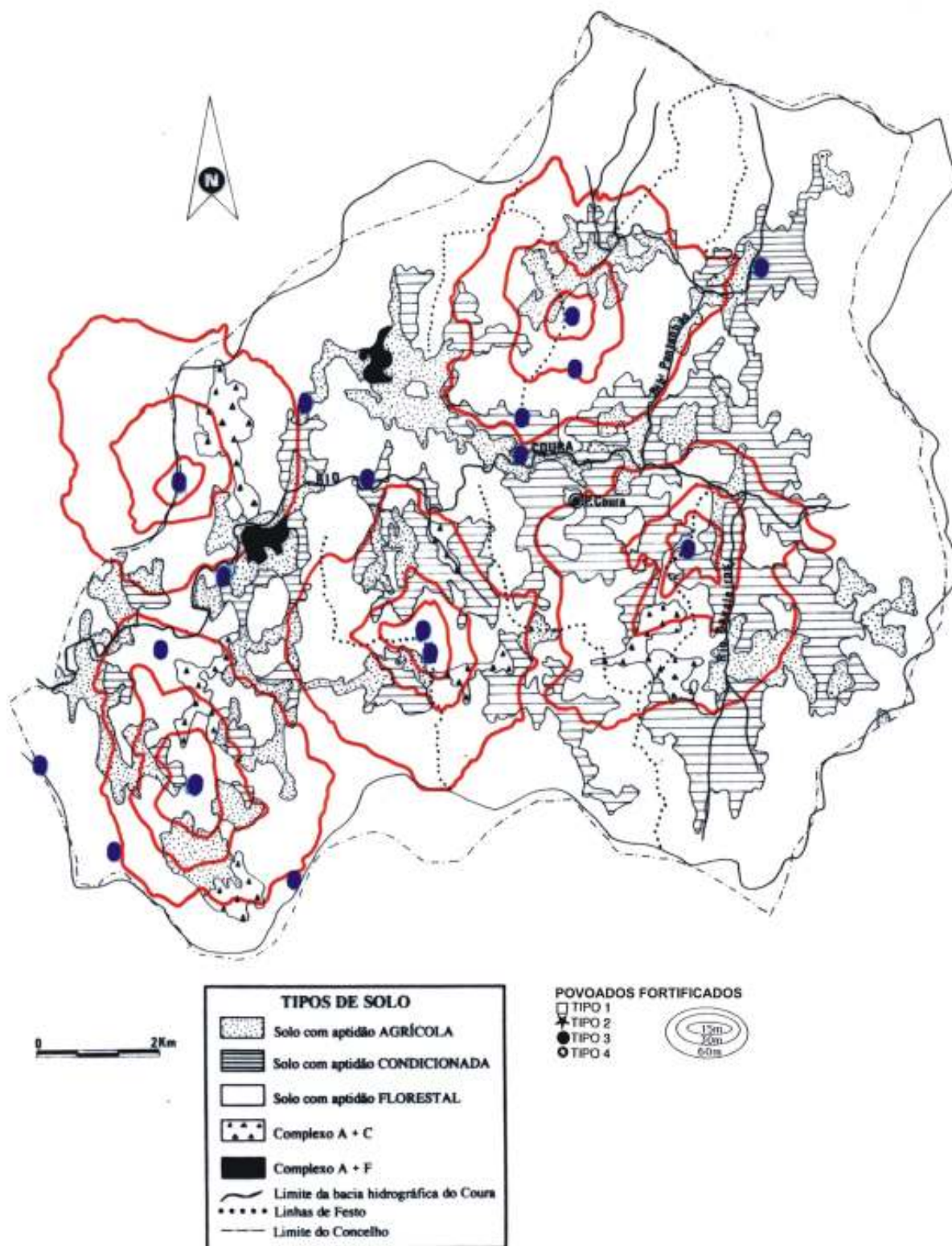


Mapa XIX - Mapa geológico com sobreposição dos territórios potenciais de exploração económica dos povoados fortificados de tipos 1 e 4.



Mapa XX - Visibilidade entre povoados fortificados de tipos 1 e 4.





Mapa XXI - Mapa de tipos de solo com sobreposição dos territórios potenciais de exploração económica dos povoados fortificados de tipos 1 e 4.

3.4.1.5 - Os Tipos de solo (Mapas XV e XXI)

Segundo o conhecimento que actualmente possuímos sobre os tipos de solo que revestem a camada geológica desta área e que com ela estão intimamente relacionados, o solo com aptidão agrícola tem uma ocorrência reduzida, quando comparado, por exemplo, com o solo de aptidão florestal.

Este estudo não tem grande validade para as épocas cronológicas em apreço, mas constitui também uma hipótese de trabalho, como, aliás, todos os estudos de arqueologia espacial, em que se deve ter bem presente as incertezas e lacunas que os mesmos apresentam.

Contudo, em face do esgotamento dos solos que se tem vindo a verificar nesta área, na qual existem várias zonas em risco de erosão, e como as áreas de maior produtividade se localizam em locais de pequena altitude, marginais de linhas de água ou do Coura, é possível que exista alguma similitude entre esta época e a actual, até porque, como veremos, se detectam coincidências muito interessantes entre a dispersão dos vestígios e estações, nomeadamente da época romana, e as zonas de maior capacidade de uso do solo.

Os povoados detectados e estudados até ao momento situam-se, geralmente, em locais com solos de aptidão florestal (8 casos), facto derivado da altitude a que se situam, normalmente caracterizadas por uma maior erosão. Temos três casos de povoados localizados em manchas de solo com aptidão condicionada e outros três em solos com aptidão agrícola, naturalmente situados no vale ou em pequenos cabeços próximos deste e com boas condições de irrigação.

Evidentemente que os povoados de tipo 1 se localizam em zonas com aptidão florestal, excepto Cristelo (com solo condicionado para a prática agrícola), mas possuem solos vocacionados para a agricultura a menos de 15 minutos de marcha, tal como acontece com a maioria dos outros povoados.

De facto, as terras com boa capacidade produtiva ficam-lhes sempre nas proximidades, bem como o acesso a água para irrigação, pelo que, provavelmente, teriam possibilidade de granjear boas colheitas e de apascentar os gados com certa facilidade caso se dedicassem a essas actividades.

3.4.2 - A obtenção de matérias-primas

O estudo das características geomorfológicas, climáticas e edáficas (infelizmente não temos estudos sobre a fauna) da área em questão, em parceria com o estudo da distribuição espacial do povoamento humano (a nível do macro espaço), das estruturas e do espólio detectado (numa perspectiva de micro espaço), permite-nos tentar descortinar os recursos que se ofereciam a estas comunidades agrícolas e pastoris, na Idade do Ferro.

O granito existe, como vimos, com abundância em toda a região, sobretudo nas variedades de grão grosso e, com menos ocorrência, nas de grão médio. Contudo, o de grão fino, mais fácil de trabalhar e com resultados estética e utilitariamente mais produtivos na elaboração de mós, estatuária, miliários, aras e outros materiais, não existe de forma significativa, dentro da área da bacia superior do Coura, embora se possa extrair em zonas próximas.

A arena granítica, vulgarmente designada na região por alterite, resultante da alteração dos afloramentos rochosos seria também bastante acessível a estas comunidades. Teria sido utilizada

como argamassa para ligar as pedras das estruturas e para elaboração dos pisos (Romarigães, Cristelo) e ainda como elemento componente das argilas para manufactura das vasilhas cerâmicas.

A argila é um produto da alteração da rocha granítica (rocha ígnea) que, por vários fenómenos naturais de índole química, transforma por caulinição o feldspato, tornando-o numa matéria capaz de ser moldável (SHEPARD 1971, 6). Assim produzida pelo contacto com uma rocha ígnea, designa-se primária ou residual e contém em abundância os grãos mais estáveis dessa rocha, dando então origem a uma argila com muito quartzo e especialmente micas (*idem*, 10-11). Este facto é importante para explicar, pelo menos em parte, a sua grande utilização na cerâmica indígena, designada de fabrico micáceo, com grãos de quartzo e mica muitas vezes de grandes proporções e, regra geral, em grande quantidade.

De facto, sendo esta argila de formação granítica, justifica-se o seu abundante uso pela maior acessibilidade desta matéria-prima e pelo desconhecimento dos métodos de decantação e depuração das argilas posteriormente introduzidos pelos romanos.

A acessibilidade dos locais de extracção de argilas de aluviões, depuradas, não seria grande, não só pela maior distância do Coura em relação aos povoados (sobretudo os de tipo 1), mas porque, sendo um rio de pequeno caudal, os locais de extracção de argilas seriam poucos. Actualmente só existe um, já fora desta área, no terraço das Barrocas (S. Pedro da Torre, Valença).

Das numerosas linhas de água extraíam-se os seixos rolados (de origem granítica ou quartzífera), que tinham variadas finalidades: percutores, machados, bifaces, extracção de lascas, rebolos de mós manuais⁽⁷⁾. Detectámos este tipo de materiais quer na área dos povoados fortificados, quer nas áreas que marginam o Coura, onde se registam vestígios de ocupação romana bastante densa (Ferreira-Sigoelos e Cristelo-Mó-Parada).

Outro elemento essencial na exploração dos recursos ligados aos rios e ribeiros é a sua fauna piscícola. Seria certamente um elemento de peso na economia doméstica proto-histórica, fazendo parte da dieta alimentar das comunidades desta época. As espécies mais abundantes há dois séculos atrás eram as trutas, as bogas e os escalos.

Os recursos hídricos são ainda relativamente abundantes nesta zona, quer pelo rio, ribeiros e linhas de água, quer pelos poços e nascentes, existindo algumas dentro da área dos povoados, como Cossourado ou Giesteira. Nascentes e lagoas abundam nos locais de maior altitude, na periferia da bacia hidrográfica (Lagoa da Salgueirinha, em Chã de Lamas e na serra de Bico onde existem também várias lagoas).

Apesar das referências dos autores clássicos e outros nossos contemporâneos à abundância de minérios no noroeste peninsular, mais uma vez se tomou o todo pela parte, dado que esta área, como outras (bacia média do Cávado - MARTINS 1990, 53), não é muito rica nesse tipo de recursos. Limita-se a algumas minas que circundam a zona sudoeste da bacia e a algumas ocorrências em cassiterite e estanho na Serra de Bico. Existem várias minas de tungsténio acima do vértice

(7) Na Cidade de Romarigães, na campanha de Agosto de 1993, foram encontrados inúmeros seixos de grandes proporções, com vestígios de uso, relacionados com as mós de vaivém encontradas.

geodésico de S. Silvestre, a norte desta área, já no território actualmente pertencente ao concelho de Monção.

O estanho ocorre a oeste e sudoeste dos povoados de Lousado e Bustarenga e também no próprio local onde estes foram implantados.

As manchas de quartzo e os filões pegmatíticos são também raros, segundo o estudo geológico da região.

As formações áureo-argentíferas são apontadas por autores do século passado (ALMEIDA 1866, 381; VIEIRA 1886 [1987], 131; LEAL 1874, 394-395) para Insalde, mas não são confirmadas ou referidas em estudos recentes.

É interessante verificar que os povoados se situam maioritariamente na área oeste e sudoeste, a mais rica do vale do Coura. Esta confluência deve-se, parece-nos, a alguns factores essenciais: a proximidade do rio e das zonas de vale, com melhores terrenos agricultáveis; o facto de se tratar geologicamente da zona que oferece maior facilidade para obtenção de matérias-primas – neste caso particular, os minerais, para o fabrico dos metais (estanho), a pedra (granito) e as argilas, para o fabrico das cerâmicas.

A extracção do granito podia fazer-se dentro dos próprios povoados, facto que se detecta facilmente nos afloramentos aí existentes. No povoado de Montuzelo verifica-se a existência de marcas de guilho. Blocos fracturados com vestígios de corte intencional surgem em quase todos os povoados (Cristelo, Giesteira, Cossourado, Romarigães). Evidentemente que nada nos garante que sejam explorações da época em questão, dado que o método foi utilizado até há relativamente poucos anos.

O povoado que possui menos afloramentos passíveis de uma exploração local é o de Romarigães. Igualmente na área circundante não existem pedreiras, sendo o substrato geológico xistento. Talvez tenha sido um dos fortes argumentos que levou à construção de taludes de defesa em terra e não em muralhas pétreas.

O granito para elaboração de alguns miliários, das aras, da maioria das mós e de outras peças mais "delicadas", teve de ser extraído bastante longe, para sul, por hipótese na zona da Portela Grande (pertencente ao actual concelho de Ponte de Lima), dado que na área estudada não existem manchas de granito de grão fino.

Quanto aos monumentos megalíticos, a sua área de implantação, segundo os dados que temos, necessariamente desfasados da realidade de outrora, não se confundia com os vestígios de outras épocas. Apenas existem referências bibliográficas à existência de monumentos megalíticos, na zona oeste do vale do Coura, relativamente próxima do povoado de Cossourado.

3.4.3 - Estudos teóricos de Arqueologia Espacial

3.4.3.1 - Territórios potenciais de exploração económica (Mapa XXII)

A análise da distribuição espacial e dos territórios potenciais de exploração económica dos povoados de tipo 1 revelou-se bastante interessante.

Em primeiro lugar podemos referir que os territórios, em qualquer dos casos, não se tocam em caminhadas inferiores ou iguais a 60 minutos, mantendo-se entre eles uma pequena faixa de território

que se ultrapassaria em menos de 15 minutos, sendo de referir como excepção a maior distância de percurso entre Cossourado e a Giesteira, uma vez que existe uma "barreira", ou seja um povoado de tipo 3 (Madorra), aumentando significativamente a distância entre eles.

Interessante é também o facto de, ao contrário do que acontece noutros locais (como no vale do Cávado - MARTINS 1990), os povoados de tipo 3 se situarem na periferia dos territórios de uma hora ou não serem incluídos nestes, só sendo abrangidos em territórios de 90 ou 120 minutos.

As distâncias médias entre cada povoado, e dado que a geomorfologia da região dificultaria muito as caminhadas (ainda hoje em transporte), mesmo para quem conhecesse bem as veredas e atalhos, rondam as três horas de percurso.

Em relação aos povoados de vale, de tipo 3, 60 a 90 minutos seriam suficientes, e para os de tipo 2, um espaço de tempo superior a duas horas.

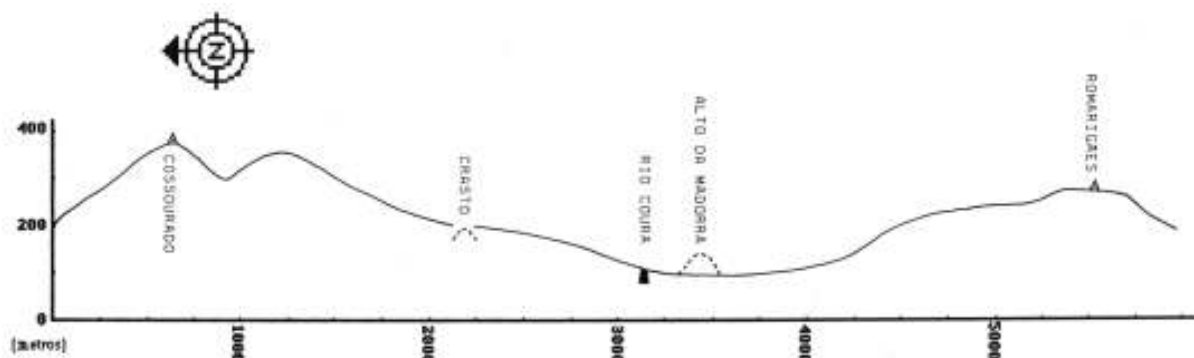
Todos os povoados teriam acessibilidade, num percurso variável entre 10 a 30 minutos, aos locais de abastecimento de matérias-primas como os minerais ou as madeiras, aos recursos hídricos, a solos com aptidão agrícola, bem como ainda à caça e à pesca.

Em termos de distâncias em quilómetros e em linha recta existe uma incidência de 4 a 5 quilómetros de percurso, embora esta distância seja excedida entre alguns povoados que se situam na periferia da margem norte (Cossourado) e na da margem sul (Cristelo).

Há uma distribuição igualitária dos povoados dos vários tipos entre as duas margens do Coura. Os de tipo 1 e 2 ocupam zonas intermédias entre o vale e a montanha e entre o Coura e o extremo da sua bacia hidrográfica, tal como os de tipo 4. Os de tipo 3 ocupam o vale em pequenos cabeços ou esporões, "em cima" do Coura.

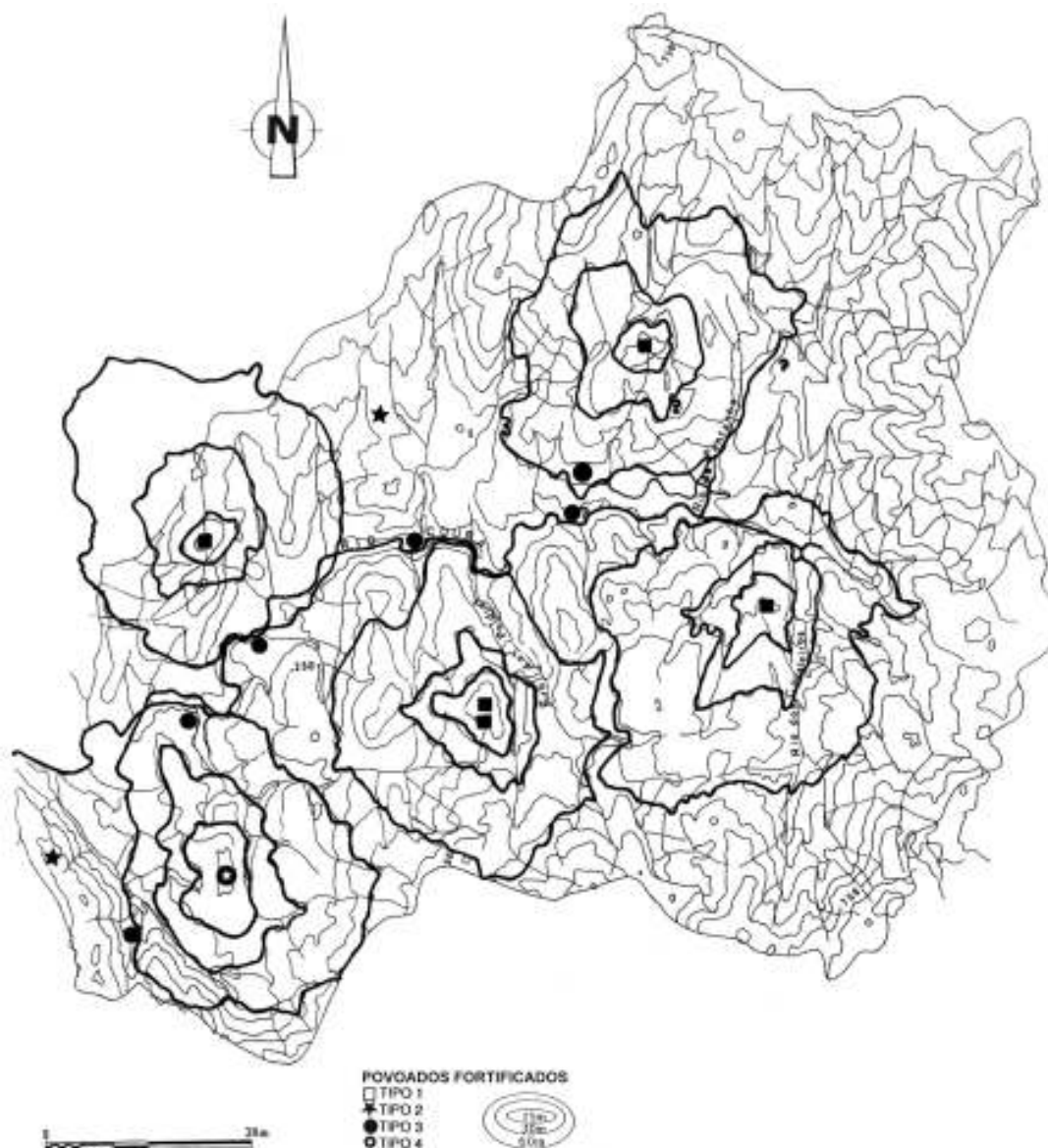
3.4.3.2 - Territórios Teóricos (Mapa XXIII)

A sobreposição no mesmo mapa do estudo teórico dos territórios dos povoados (os designados polígonos de Thiessen) aos estudos dos territórios potenciais de exploração económica tornou-se bastante interessante. Na grande maioria dos casos, e tal como no estudo anterior, os polígonos apresentam os limites teóricos territoriais dos povoados excedendo os 60 minutos de percurso, sendo bastante similares, e confirmam que os territórios se tocariam ao fim de sensivelmente 90 minutos de marcha. Neste estudo os povoados de tipo 3 já se enquadram nos territórios dos de tipo 1.

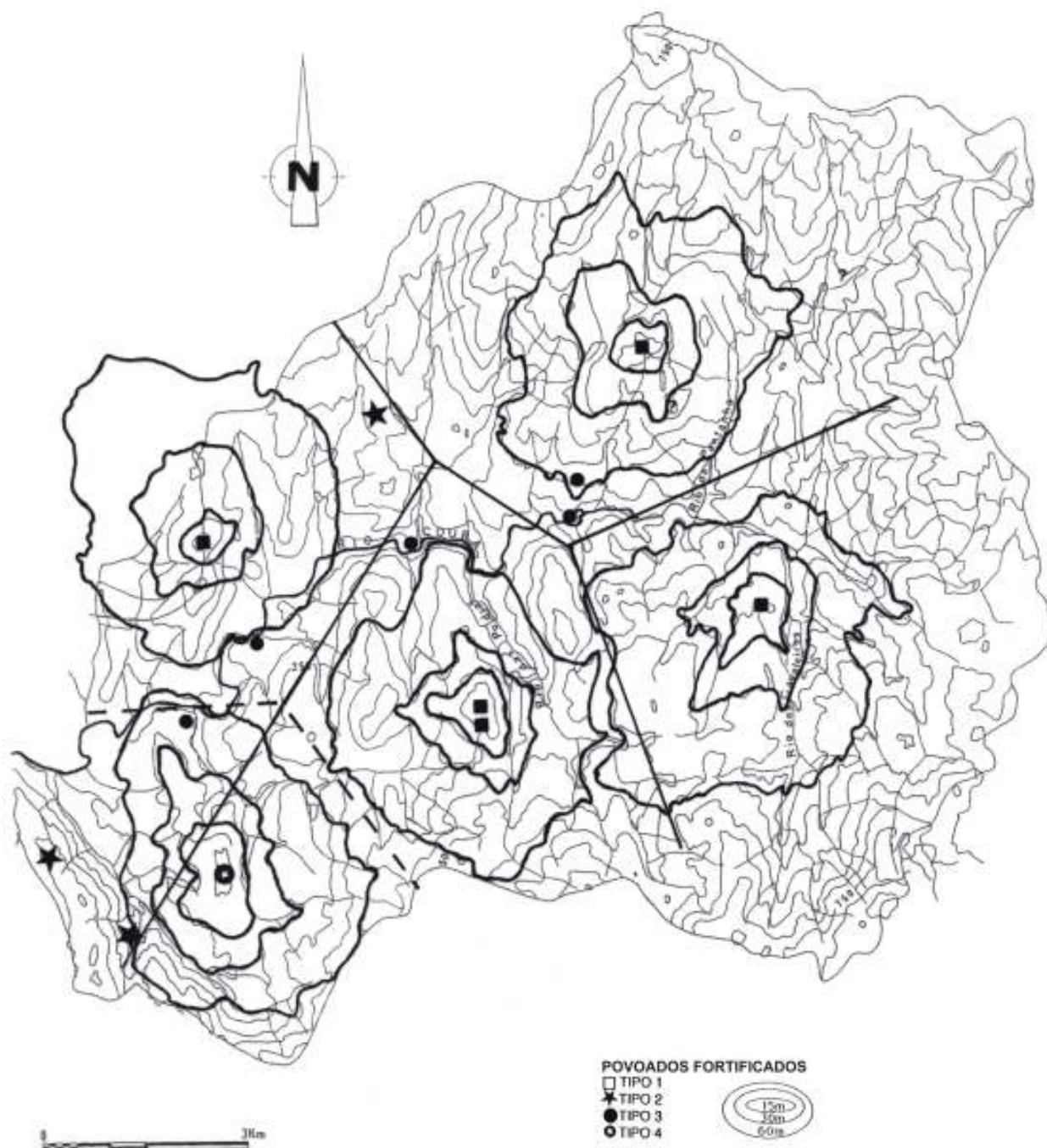


Fizemos ainda o cálculo das distâncias entre os diversos povoados, com a finalidade de melhor perspectivar quer o território que se situa entre cada um, quer de saber em que áreas se movimentavam, bem assim, as suas áreas de influência, de aprovisionamento. Pretendemos, igualmente, compreender melhor a dispersão dos povoados estudados. Assim, conseguimos um esquema plausível, que nos revela que as distâncias desde o centro de um povoado ao centro de outro são bastante homogêneas. Vejamos: 1 a 4 = 8 km; 1 a 6 = 3 km; 1 a 7 = 7 km; 1 a 12 = 5 km; 4 a 5 = 4,25 km; 4 a 7 = 4 km; 5 a 7 = 5,5 km; 5 a 12 = 4,5 km e 6 a 7 = 3,75 km.

O perfil topográfico (**Gráfico VII**) que elaborámos entre Cossourado e Romarigães, com a projecção dos povoados do Crasto e do Alto da Madorra, abrangendo o rio Coura, é bastante elucidativo não só das distâncias destes povoados entre si, a sua distribuição orográfica, e a sua posição em relação ao rio Coura, mostrando ainda a topografia da região.



Mapa XXII - Territórios potenciais de exploração económica dos povoados fortificados de tipos 1 e 4.



Mapa XXIII - Sobreposição dos territórios teóricos (polígonos de Thiessen) aos territórios potencias de exploração económica dos povoados fortificados de tipos 1 e 4.

3.5 - OS VESTÍGIOS DA ROMANIZAÇÃO

3.5.1 - As alterações provocadas nos povoados fortificados

É um lugar comum dizer-se que a chegada dos romanos ao noroeste peninsular acontece numa altura em que a ocupação indígena dos povoados fortificados aparentava um franco desenvolvimento. Apesar das dificuldades encontradas pelos povos recém chegados, dada a situação dos povoados em montes elevados, de difícil acesso e bem defendidos, a nova cultura começa a impor-se lentamente. Contudo, as raízes culturais indígenas são muito fortes e duradouras, resistindo, em muitos casos, às influências externas. Contudo, através do estudo dos artefactos encontrados podemos aferir da aculturação a que estes povos vão sendo sujeitos. As transformações são também visíveis na construção de povoações abertas, no vale e encostas.

Temos, por exemplo, a cerâmica com novas formas, novos tipos de tratamento da superfície, novos motivos decorativos e, essencialmente, nova forma de fabrico da pasta, mais depurada, com menos desengordurante de mica.

A cobertura das habitações, pelos menos em parte, passa a fazer-se, tarde ou cedo, com tégula e ímbrice.

A moagem dos cereais é igualmente feita de outra forma, com as típicas mós giratórias, que, lentamente, substituem as de tradição neolítica, em forma de barco e o reboio manual.

Outro elemento indicador desta assimilação é o aparecimento de moedas.

A exploração mineira, por certo já então algo desenvolvida, deve ter aumentado. O estanho é relativamente frequente na zona oeste da bacia superior do rio Coura, existindo notícias de galerias de minas auríferas na Serra da Boulhosa, que não conseguimos confirmar.

Ao nível da mentalidade, essa transformação é visível na onomástica, na adopção dos cultos imperiais e na crença em novas divindades. O sistema de filiação também é alterado, passando a usar-se o *tria nomina*. Temos, assim, novos hábitos de vida e de homenagem aos mortos e aos deuses (aras).

As ideias referidas anteriormente são válidas para diversas áreas do norte de Portugal, sobretudo no caso dos designados povoados castrejos de longa duração. Contudo, na área em estudo, o conhecimento que temos do processo de romanização dos povoados fortificados é praticamente nulo, isto porque não existem povoados escavados romanizados. Apenas conhecemos três povoados com alguma profundidade e nenhum deles foi romanizado, ou seja, assimilou os elementos que chegaram de novo. Cossourado e Romarigães foram abandonados provavelmente na época das primeiras incursões romanas, com Décimo Júnio Bruto, sem voltar a ser ocupados. Cristelo apesar de ser um povoado tardio, e com duas fases de ocupação, não revelou, nos níveis de escavações, as alterações características do contacto assimilado com os romanos.

Quanto aos demais apenas temos vestígios de cerâmica de utilização culinária e de cobertura na Giesteira. Contudo, a cerâmica de cobertura, revelou ser um item falacioso da atribuição de atributos romanos a um povoado, uma vez que este tipo de espólio apareceu, por exemplo, em Cristelo, o que nos levou, em tempos, a considerá-lo como um povoado romanizado, quando de facto não o é.

Em Cristelo encontraram-se diversos objectos romanos, à superfície, nomeadamente a tégula, que nos permitiu, inclusivamente, organizar três tipos de perfis (**Figura 26**), correspondentes a várias áreas cobertas, mas nos níveis de escavação o único elemento que claramente apresenta alterações é o sistema de moagem, em que coexistem mós de vaivém com as recentemente introduzidas mós circulares. Falta também saber se este tipo de mó é uma introdução fruto do contacto directo com os romanos.

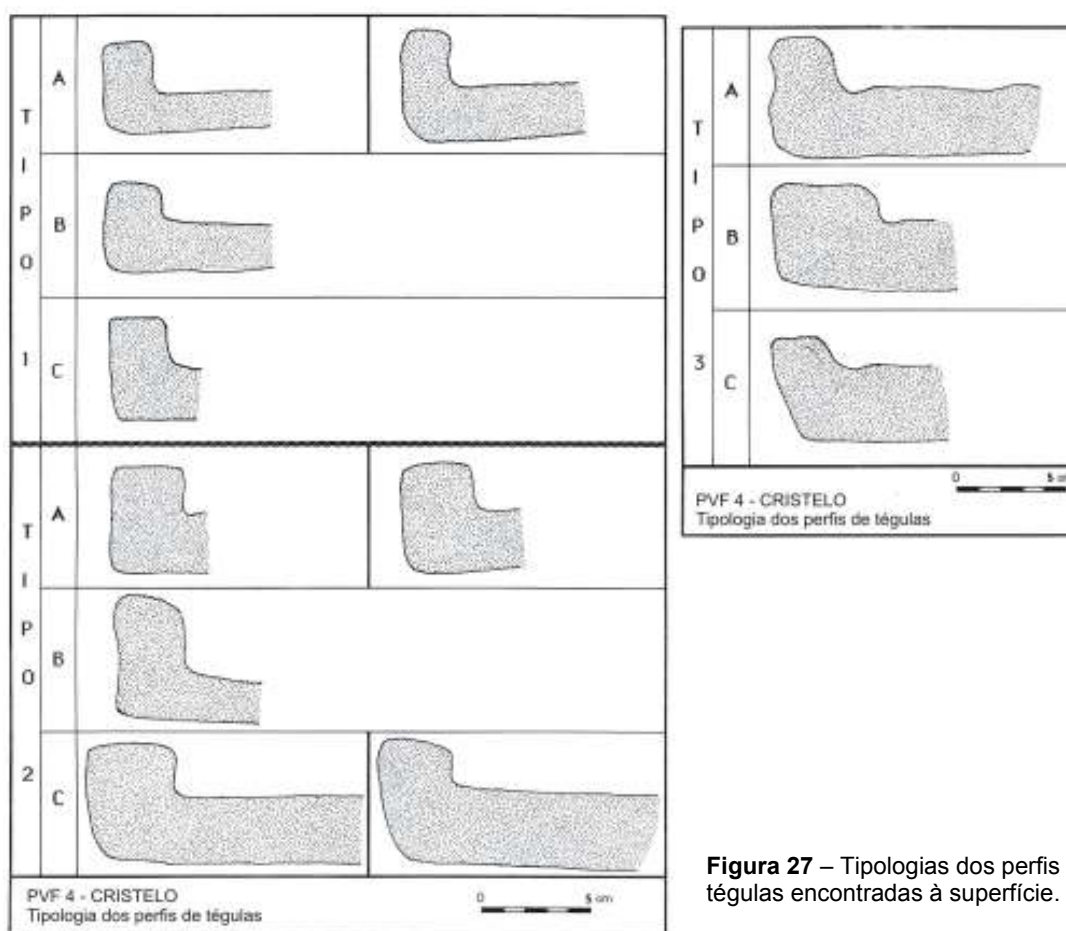
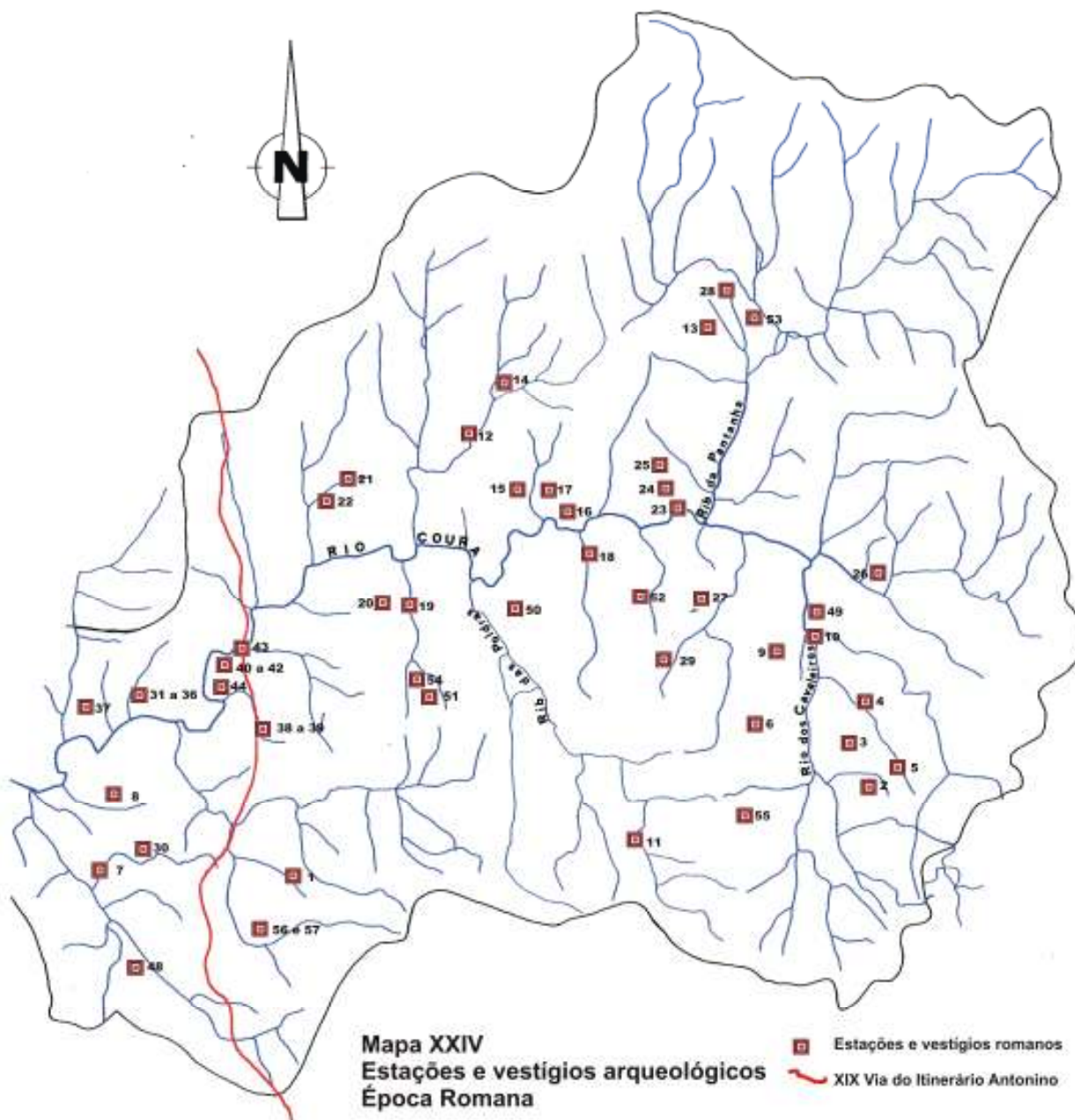


Figura 27 – Tipologias dos perfis das tégulas encontradas à superfície.

A cerâmica sofre também algumas alterações, proliferando os motivos e as técnicas decorativas; a tecnologia do fabrico de objectos em ferro passa a ser mais comum, tornando-se o uso dos objectos de ferro mais habitual do que os de bronze. Igualmente, nestes casos, nada nos indica que estamos na presença de influências romanas, podendo, tão só, serem produto da evolução da cultura autóctone.

Segundo cremos a romanização da bacia superior do rio Coura é um fenómeno tardio e reflecte-se sobretudo nos vales, mais do que em transformações nos povoados castrejos, uma vez que, aparentemente, os povoados são abandonados, e os seus habitantes passaram, pós séculos I-II d.C., ou posteriormente, a ocupar o vale, adaptando-se às novas formas de vida.

Contudo, utilizam simultaneamente objectos autóctones, como constatamos no lugar do Passal da Igreja, em Sigoelos (Ferreira), uma *villa* romana (ROM 12 - que voltaremos a referir), onde encontramos objectos característicos da Idade do Ferro, como cerâmica indígena, semelhante à de



- 1 - Tégula. Montemão, Agualonga.
- 2 - Tégula e mós. Chela/Castro, Bico.
- 3 - Tégula e mós. Cascalhal, Bico.
- 4 - Tégula. Estêvão, Bico.
- 5 - Tégula, forno, habitat e tesouro monetário. Lameira, Bico.
- 6 - Mós rotativa. Pezeiros, Castanheira.
- 7 - Milário de Constante I. Barreiros, Coura (S. Martinho de).
- 8 - Milário de Magnêncio. Fonte de Ocho, Coura (S. Martinho de).
- 9 - Local de culto (?) (ara). Monte de S. Sebastião, Cristelo.
- 10 - Habitat. Cristelo.
- 11 - Local de culto/habitat (ara e coluna). Lizouros, Cunha.
- 12 - Vila e tesouro monetário. Sigoelos, Campos da Moura, Quintão, Ferreira.
- 13 - Tégula. Bouça do Crasto/Venade da Cima, Ferreira.
- 14 - Habitat. Campos de Lourido/Coto das Barocas, Ferreira.
- 15 - Habitat (?). Duteiro, Formariz.
- 16 - Tégula. Castelo, Formariz.
- 17 - Tégula. Igreja, Formariz.
- 18 - Moeda. Codeçal (Mantelões), Formariz.
- 19 - Tégula. Rapadoura, Infesta.
- 20 - Tégula. Bouça do Crato/Tarrio, Infesta.
- 21 - Habitat. Cabeceiras, Linhares.
- 22 - Habitat. Vinhas, Linhares.
- 23 - Habitat. Afe, Mozelos.
- 24 - Mós rotativas e tégula. Favais (Cruzes), Mozelos.
- 25 - Tégula e tijolo romanos. Pantanhas, Mozelos.

- 26 - Habitat. Lugar da Mós, Parada.
- 27 - Necrópole. Nogueira, Paredes de Coura.
- 28 - Habitat. Cerdeiras/Longos, Pomeiras.
- 29 - Tégula. Resende.
- 30 - Milário de Valentiniano I. Romarigães.
- 31 a 36 - Milários de Nerva, Magnêncio, Júlio, Maximino e Máximo, Maximino Daia (Maximino II) e um anepígrafo. Adro da capela de S. Bartolomeu de Antas, Rubiães.
- 37 - Forno a tégula. Bouça do Lima/Monte das Balas, Rubiães.
- 38 e 39 - Necrópole (ara funerária) e milário de Caracala. Igreja Românica de Rubiães.
- 40 a 42 - Milários de Augusto e Valentiniano I e um anepígrafo (?). Quinta do Crasto, Rubiães.
- 43 - Ponte Romano-Medieval. Feprada, Rubiães.
- 44 - Tégula. Vila Chã, Rubiães.
- 45 a 47 - Milários da XIX Via do Itinerário Antonino deslocados de Coura para Vila Nova de Cerveira (Sapardos).
- 48 - Mós dormente. Azeinha do Custódio, Coura (S. Martinho de).
- 49 - Mós movente. Casal, Cristelo.
- 50 - Tégula. Balsa/Chamoim, Infesta.
- 51 - Habitat. Tampo, Infesta.
- 52 - Habitat (?). Vila, Paredes de Coura.
- 53 - Habitat. Cachada, Pomeiras.
- 54 - Habitat (?). Tarrio, Infesta.
- 55 - Tégula. Duteiras, Castanheira.
- 56 e 57 - Dois milários anepígrafos. Casa Grande de Romarigães.

Cristelo, contas de colar em pasta vítrea azul, iguais às de Romarigães, juntamente com cerâmica tipicamente romana, cossoiros bulbosos feitos em molde (**Figura 28**), restos de estruturas arquitectónicas romanas, datáveis do século IV d. C.. Em resumo, só após os séculos III - IV d. C. terá existido uma população que adoptou alguns hábitos romanos, mas apenas após ter passado a habitar no vale.

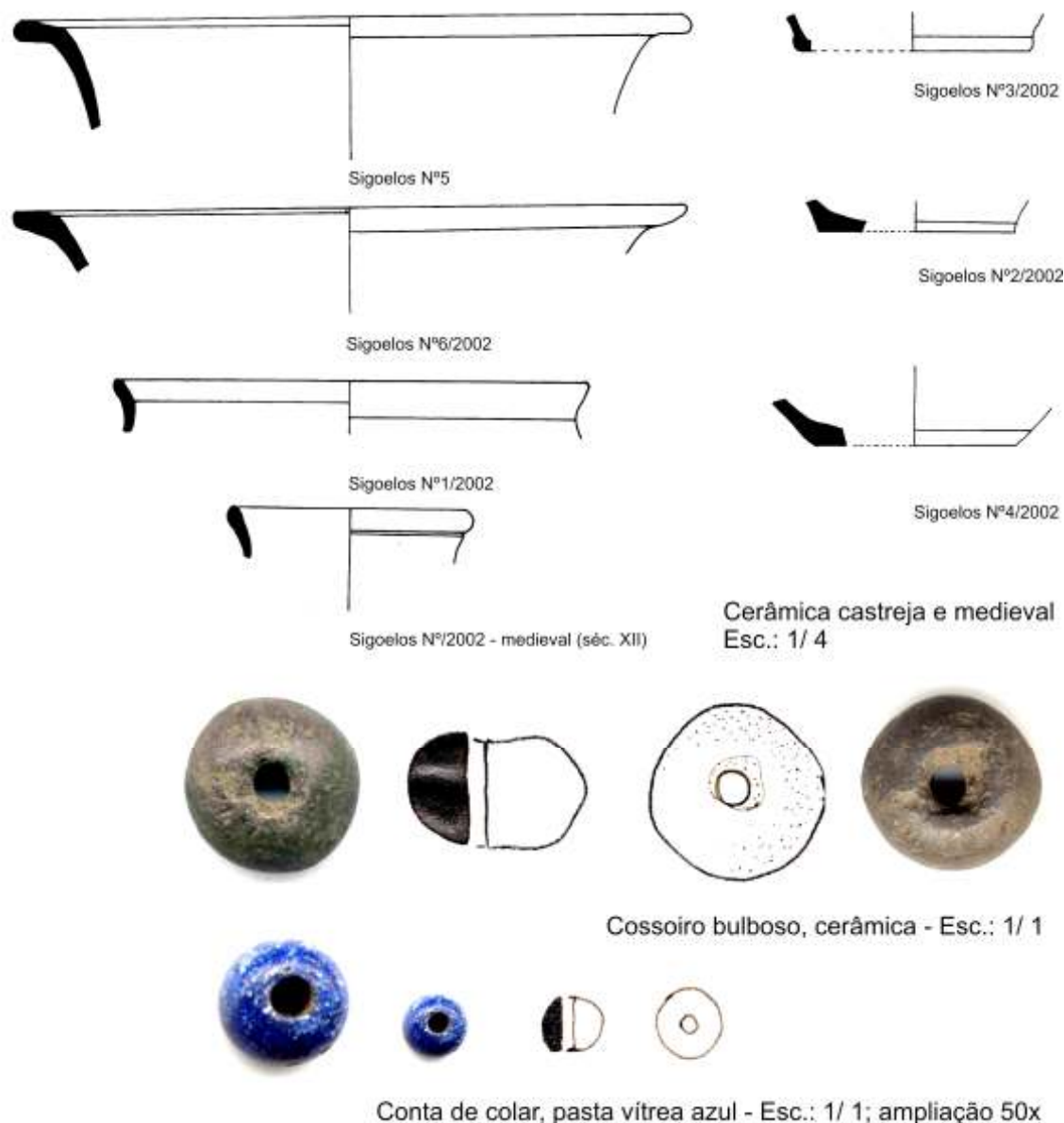


Figura 28 – Materiais típicos da cultura castreja e cerâmica medieval de Sigoelos.

Aparentemente, essa aculturação não foi imposta ou forçada. Podemos, além da mencionada *villa* de Sigoelos, citar o caso de Lizouros, onde apareceram três aras, das quais apenas uma chegou até nós, sendo dedicada a um deus indígena e utilizando o sistema de filiação também indígena. Temos, assim, a assimilação do tipo de material de dedicação aos deuses - a ara - mas não existe assimilação da parte espiritual - os cultos romanos -, nem uma alteração social, pelos menos, com reflexos na onomástica.

Por outro lado, assimilam-se as formas de assentamento e cultivo ligadas à exploração agrícola, pelo que o povoamento do vale se terá feito não só com elementos romanos, mas com população indígena. Também, provavelmente, nos séculos I-II d.C. essa ocupação realiza-se com a coexistência de povoados fortificados e explorações agrícolas de vale ou meia encosta, sendo o caso de Cristelo, dentro dos que conhecemos, e do vale em redor lugar da Mó (ROM 26) o mais significativo.

3.5.2 - A Romanização do Vale

Os tipos de ocupação são difíceis de definir, uma vez que o espólio é pouco elucidativo.

Se seguirmos as teorias da necessidade de aparecimento de mosaicos (ALARCÃO 1980) ou outro tipo de vestígios arquitectónicos, as *villae* não são detectadas no noroeste. Nesta área também não se documentam os típicos povoados extensos com imponentes estruturas arquitectónicas e decorações afins (capitéis, esculturas, mosaicos, frescos).

Igualmente não existem elementos que demonstrem a existência de assentamentos de tipo colonial, responsáveis pela forte e rápida romanização em outras áreas da península.

Na bacia superior do rio Coura os vestígios arquitectónicos e o espólio encontrado apontam para a hipótese de uma *villa*, em Sigoelos/Ferreira (ROM 12), cujos materiais arquitectónicos detectados correspondem a uma estrutura com *peristilo*. Os outros locais foram por nós caracterizados, na listagem, por habitats ou povoados, correspondendo a casais ou explorações de tipo industrial. Estão nesta situação catorze estações arqueológicas.

Em relação aos sítios arqueológicos, que são a grande maioria, onde apenas temos notícia ou detectámos cerâmica de cobertura (tégula ou ímbrice), preferimos, não lhes dar um tipo de classificação, dado que podem ser vestígios de casais, explorações de tipo industrial (fornos), necrópoles, ou ainda, não serem vestígios desta época, mas reaproveitamentos ou utilizações da Idade Média. Contudo, os locais onde foram detectados são típicos de detecção de materiais romanos e, por consequência, de ocupação desta época.

Em termos genéricos, estes assentamentos teriam como função predominante a agro-pastoril, associando actividades de índole industrial, de forma a permitir a subsistência.

O tratamento estatístico das estações, com base nos quadros sinópticos VII e VIII e no gráfico VII apresentados, revela que os vestígios romanos, num total de 57 sítios arqueológicos ou achados avulso detectados no vale superior do Coura, distribuem-se por onze tipos, que se podem agrupar, genericamente, em três categorias de estações:

- A primeira, corresponde aos povoados ou assentamentos que tomam diversas formas, como casais ou locais de exploração de tipo industrial, com fornos para cozer cerâmica ou locais de moagem de cereais, e as *villae*, com abundantes restos de estruturas arqueológicas, cultura material e, até, tesouros monetários.

- A segunda categoria de sítios arqueológicos está relacionada com a rede viária, com as hipóteses de localização dos lugares por onde esta passaria, a que se associam os diversos miliários e a ponte.

- Por fim, um terceiro agrupamento, relacionado com a morte e a religião, as necrópoles e os locais de culto, materializados em aras funerárias ou sepulturas e aras votivas.

Na primeira categoria temos catorze povoados, provavelmente casais, onde encontramos ou temos referências bibliográficas a restos de estruturas, cerâmica de utilização culinária ou de armazenamento/transporte, nomeadamente ânfora, dólios, vidro (dois casos), pesos de tear, mós giratórias e cerâmica de cobertura (tégula e ímbrice) ou de construção (tijolo).

QUADRO VII – ESTAÇÕES ROMANAS DA BACIA SUPERIOR DO RIO COURA

Nº	LUGAR	FREGUESIA	TIPO	GEOLOGIA	GEOMORFOLOGIA	HIDROGRAFIA	TIPO SOLO	ALTITUDE	ESPÓLIO	CRONOLOGIA*
1	MONTE RÃO	Aqualonga	Tégula, desperdícios de forno (?)	Granito alcalino de grão médio	Monte encostas com de declive suave	Abundante	A	278	Tégula e ímbrice	-
2	CHELA / CRASTO	Bico	Tégula e mós	Granito calco-alcalino de grão grosso	Monte encostas com de declive suave	Abundante	A	540	Tégula	-
3	CASCALHAL	Bico	Tégula e mó	Granito calco-alcalino de grão grosso	Encosta de fraco declive	Abundante	A	508	Mó e tégula	-
4	ESTEVE	Bico	Tégula	Granito calco-alcalino de grão grosso	Encosta de declive acentuado	Abundante	C	450	Tégula	-
5	TELHEIRAS	Bico	Tégula, forno, habitat tesouro monetário	Granito calco-alcalino de grão grosso	Encosta de fraco declive	Abundante	A	550	Tégula, restos de peças de ferro, cerca de 20.000 moedas	IV-V
6	PEREIROS	Castanheira	Mó dormente	Granito calco-alcalino de grão grosso	Vale	Abundante	C	480	Mó dormente	-
7	BARREIROS	S. Martinho de Coura	Miliário	-	-	-	-	165	Miliário de Constante Milha 28	333-337 Séc. IV
8	FONTE DE OLHO	S. Martinho de Coura	Miliário	-	-	-	-	170	Miliário de Magnêncio	350-353 Séc. IV
9	S. SEBASTIÃO	Cristelo	Local de culto(?) - ara, habitat	Granito calco-alcalino de grão grosso	Elevação	Abundante	C	495,5	Seixos truncados, machados de talão, rebolos, cerâmica I.F e R, mós	I - III (?)
10	IGREJA E CEMITÉRIO	Cristelo	Habitat	Granito calco-alcalino de grão grosso	Encosta	Abundante	C	380	Tégula	-
11	LISOUROS	Cunha	Local de culto - aras Habitat	Granito calco-alcalino de grão grosso	Vale	Abundante	C	465	Aras, coluna, tégula, cerâmica vária, escória de ferro	I - II
12	SIGOELOS e FERREIRA	Ferreira	Villa Tesouro monetário Necrópole ?	Granito alcalino de grão médio	Vale e encosta	Abundante	A	200-300	Tesouro monetário, capitél, base, forno(?), pesos tear, sepulturas(?), cerâmica de cobertura, de utilização culinária, e armazenamento, mós, estruturas, seixos truncados e bifaces	III (?) - IV Moedas entre 306 e 383

13	BOUÇA DO CROAS	Ferreira	Tégula	Complexo xisto-migmatítico	Vale	Abundante	A	540	Tégula	-
14	CAMPOS DE LOURIDO e CÔTO DAS BARROCAS	Ferreira	Habitat	Granito alcalino de grão médio	Vale	Abundante	A	380	Tégula, mós, pedra aparelhada, cerâmica vária	I-III (?)
15	OUTEIRO	Formariz	Habitat(?)	Granito e xisto	Vale e encosta	Abundante	A	200-400	Tégula e ímbrice, mós, cerâmica vária	-
16	CASTELO	Formariz	Tégula	Granito calco-alcalino de grão grosso	Pequena elevação	Abundante	A	290	Tégula, cerâmica, machados de talão	BF-IF-R I - (?)
17	IGREJA	Formariz	Tégula	Granito calco-alcalino de grão grosso	Encosta	Abundante	C	340	Tégula	-
18	CODEÇAL	Formariz	Moeda	Granito calco-alcalino de grão grosso	Vale	Abundante	C	300	Moeda em ouro	-
19	RAPADOURA	Infesta	Tégula	Granito alcalino de grão médio	Elevação	Abundante	F	350	Tégula	-
20	BOUÇA DO CRASTO e TÁRRIO	Infesta	Tégula	Granito alcalino de grão médio	Elevação	Abundante	F	320	Tégula	-
21	CABECEIRAS	Linhares	Habitat	Granito alcalino de grão médio	Vale	Abundante	A	320	Tégula, cerâmica vária, sigilata, vidro	II - III(?)
22	VINHAS	Linhares	Habitat	Granito alcalino de grão médio	Vale	Abundante	C	250	Tégula, cerâmica vária, duas moedas em bronze	II - III(?)
23	AFE	Moselos	Habitat	Granito calco-alcalino de grão grosso	Vale e encosta	Abundante	A	370	Mós e estruturas	-
24	FAVAIS	Moselos	Mós rotativas e tégula	Granito calco-alcalino de grão grosso	Vale	Abundante	F	380	Mós (movente e dormente) e tégula	-
25	PANTANHAS E CEMITÉRIO DE MOSELOS	Moselos	Tégula e tijolo	Granito calco-alcalino de grão grosso	Encosta	Abundante	A	380	Tégula e tijolo	-
26	MÓ	Parada	Habitat	Granito calco-alcalino de grão grosso	Vale	Abundante	C	463	Cerâmica de cobertura, utilização culinária (sigilata) e de armazenamento, mós, vidro, estruturas, seixos truncados e bifaces	I - (?)
27	NOGUEIRA	Paredes de Coura	Necrópole	Granito calco-alcalino de grão grosso	Elevação	Abundante	C	420	Tégula e tijolo "sepulturas"	-
28	CERDEIRAS E LONGOS	Porreiras	Habitat	Complexo xisto-migmatítico	Vale	Abundante	A	500	Tégula, tijolo e pedras aparelhadas	-
29	RESENDE	Resende	Tégula	Granito calco-alcalino de grão grosso	Encosta	Abundante	C	480	Tégula	-
30	(?)	Romarigães	Miliário	-	-	-	-	(?)	Miliário de Valentiniano I	364-375 Séc. IV

31	ANTAS	Rubiães	Miliário	-	-	-	-	205	Miliário de Nerva, milha 36	97 Séc. I
32	ANTAS	Rubiães	Miliário	-	-	-	-	205	Miliário de Magnêncio, milha 31	350-353 Séc. IV
33	ANTAS	Rubiães	Miliário	-	-	-	-	205	Miliário de Juliano, milha 32	360-363 Séc. IV
34	ANTAS	Rubiães	Miliário	-	-	-	-	205	Miliário de Maximino e Máximo	235-238 Séc. III
35	ANTAS	Rubiães	Miliário	-	-	-	-	205	Miliário de Maximino Daia (Maximino II)	305-313 Séc. IV
36	ANTAS	Rubiães	Miliário	-	-	-	-	205	Miliário anepígrafo	-
37	BOUÇA DO LIMA	Rubiães	Forno Tégula	Granito alcalino de grão médio	Elevação	Abundante	A	150	Tégula	-
38 A	COSTA	Rubiães	Necrópole	Granito alcalino de grão médio	Encosta	Abundante	C	210	Duas aras funerárias e sepulturas	I - III(?)
38 B	COSTA	Rubiães	Local de culto-aras Necrópole	Granito alcalino de grão médio	Encosta	Abundante	C	210	Duas aras funerárias e sepulturas	I - III(?)
39	COSTA	Rubiães	Miliário	-	-	-	-	210	Miliário de Caracala	214 Séc. III
40	CRASTO	Rubiães	Miliário	-	-	-	-	175	Miliário de Augusto, milha 30	11-12 Séc. I
41	CRASTO	Rubiães	Miliário	-	-	-	-	175	Miliário de Valentiniano I	364-375 Séc. IV
42	CRASTO	Rubiães	Miliário	-	-	-	-	175	Miliário anepígrafo	-
43	PONTE VELHA	Rubiães	Ponte	-	-	-	-	160	Ponte - um arco romano	I-II
44	VILA MEÃ	Rubiães	Tégula	Granito alcalino de grão médio	Vale	Abundante	A	220	Tégula	-
45 a 47	SAPARDOS E VIANA DO CASTELO	Vila Nova de Cerveira e Viana	3 miliários	-	-	-	-	-	-	-
48	AZENHA DO CUSTÓDIO	Coura, S. Martinho	Mó movente	Complexo xisto-ordovício	Encosta	Abundante	F	180	Mó movente	-
49	CASAL	Cristelo	Mó movente	Granito alcalino de grão grosso	Encosta	Abundante	C	430	Mó movente	-
50	BALSA/CHAMOIM	Infesta	Tégula	Complexo xisto-migmatítico	Encosta	Abundante	F	230	Alguns fragmentos de tégula	-
51	TARRIO	Infesta	Habitat	Granito alcalino de grão médio	Encosta	Abundante	F	310	Dezenas fragmentos: cerâmica culinária, armazenamento, imitação <i>terra sigillata</i> ; orelha de panela de suspensão castreja	-
52	VILA	Paredes de Coura	Habitat(?)	Granito alcalino de grão grosso	Encosta	Abundante	C	490	Fundo cerâmica comum doméstica; peso tear, xisto	-
53	CACHADA	Porreiras	Habitat	Granito alcalino de grão grosso	Vale	Abundante	A	500	Grande quantidade tégula e restos estruturas	-
54	TARRIO	Infesta	Habitat(?)	Granito alcalino de grão médio	Encosta	Abundante		300	Fragmentos cerâmica culinária e armazenamento	-

55	OUTEIRAIS	Castanheira	Tégula	Granito alcalino de grão grosso	Vale	Abundante	C	495	Tégula	-
56 e 57	CASA GRANDE	Romarigães	2 miliários	-	-	-	-	-	Dois miliários anepígrafos	-

* As cronologias apontadas são, na maioria dos casos, prováveis.

Apontamos como *villa* rústica apenas um caso, onde se encontrou, além do espólio referido, um tesouro monetário e diversos elementos arquitectónicos. Este tipo de estação, tal como outras explorações agro-pastoris de menores dimensões, ocorre sempre em zonas de vale, cuja configuração geomorfológica é mais ou menos alargada, ou de encosta, de fraco declive, e nas proximidades de ribeiros ou outras linhas de água. Evidentemente, são locais onde a actividade agrícola foi e é intensa, pelo que as estruturas existentes provavelmente estão muito destruídas.

A inúmera quantidade de tégula também se detectou em zonas de geomorfologia idêntica e em dezassete sítios, provavelmente relacionados a povoados, necrópoles ou explorações de tipo industrial.

No lugar de Monterão (ROM 1) encontrámos cerâmica de cobertura, bastante fracrada e em grande quantidade. De entre a que recolhemos, contabilizamos 129 fragmentos de tégula, correspondendo a quatro tipos de perfis, e 12 fragmentos de ímbrice. Alguns possuem um orifício no canto inferior, que certamente serviria para serem presos ao beiral do telhado. Outros possuem marcas de oleiro e, também marcas de animais. No conjunto, existiam ainda quatro fragmentos de panças de vasilhas romanas.

Não existem vestígios de qualquer estrutura, embora possamos estar na presença de desperdícios de uma exploração de tipo industrial, um forno de cerâmica, sobretudo de cobertura. A presença de um barreiro próximo parece confirmar estes dados.

Em termos genéricos, a cerâmica de cobertura a que tivemos acesso, da bacia superior do rio Coura, publicada em diversos trabalhos (SILVA 1994; ALVES 1998/2000), apresenta uma grande variedade de perfis. No geral, possuem superfícies deficientemente alisadas, horizontalmente, com estrias. Apresentam cor alaranjada, de cozedura em atmosfera oxidante. A pasta é mais grosseira em umas do que em outras, tendo como desengordurante a mica e o quartzo.

A cerâmica de uso doméstico é variada, feita à roda e engloba quer fragmentos de cerâmica de armazenamento e transporte, de pastas grosseiras, quer fragmentos de cerâmica de uso doméstico, com paredes finas e depuradas, ou seja, diversa cerâmica que por ser bastante comum e incharacterística, não nos permite apontar qualquer cronologia.

3.5.2.1 - Os assentamentos do tipo *villa*

Apesar da eventual continuidade dos povoados, vão-se desenvolvendo paralelamente as povoações de vale ou meia encosta, as *villae*, os *vicus*, fruto da penetração da sociedade romana. Estas transformaram a paisagem pela forma de cultivo das terras e pela introdução de novos produtos. Escolheram os melhores terrenos, nos vales que acompanham o Coura e seus afluentes, e começou-se a fazer uma exploração intensiva, com maior variedade de culturas.

Não temos notícia de lagares, moinhos de água ou represas, mas por certo existiram.

Em relação às *villae*, não possuímos espólio muito significativo que nos permita localizarmos a já mencionada, e que se localizava na área de Ferreira, nos campos de Sigoelos, Igreja e Campos da Monumenta (ROM 12).

QUADRO VIII – Tipologia e quantificação das estações e achados romanos

VILLA = 1

12 - *Villa*. Sigoelos, Campos da Monumenta e Quintão, Ferreira.

ASSENTAMENTOS DE TIPOLOGIA DIVERSA = 14

5 - Habitat. Lameira, Bico.

10 - Habitat. Cristelo.

11 - Habitat. Lizouros (Capela de Santo Estêvão), Cunha.

14 - Habitat. Campos de Lourido/Coto das Barrocas, Ferreira.

15 - Habitat (?). Outeiro, Formariz.

21 - Habitat. Cabeceiras, Linhares.

22 - Habitat. Vinhas, Linhares.

23 - Habitat. Afe, Mozelos.

26 - Habitat. Lugar da Mó, Parada.

28 - Habitat. Cerdeirais/Longos, Porreiras.

51 - Habitat. Infesta.

52 - Habitat (?). Vila, Paredes de Coura.

53 - Habitat. Cachada, Porreiras.

54 - Habitat (?). Tarrío, Infesta.

TÉGULA = 17, TIJOLO = 1 e FORNO = 2

1 - Tégula (desperdícios de forno (?)). Monterrão, Agualonga.

2 - Tégula. Chela/Castro, Bico.

3 - Tégula. Cascalhal, Bico.

4 - Tégula. Esteve, Bico.

13 - Tégula. Bouça do Croas/Venade de Cima, Ferreira.

16 - Tégula. Castelo, Formariz.

17 - Tégula. Igreja, Formariz.

19 - Tégula. Rapadoura, Infesta.

20 - Tégula. Bouça do Crato/Tarrío, Infesta.

24 - Tégula. Favais (Cruzes), Mozelos.

29 - Tégula. Resende.

44 - Tégula. Vila Chã, Rubiães.

50 - Tégula. Balsa/Chamoim, Infesta.

55 - Tégula. Outeirais, Castanheira.

25 - Tégula e tijolo romanos. Pantanhas, Mozelos.

5 - Tégula e forno. Lameira, Bico.

37 - Forno e tégula. Bouça do Lima/Monte das Balas, Rubiães.

MÓS = 6

2 - Mós. Chela/Castro, Bico.

3 - Mó. Cascalhal, Bico.

6 - Mó rotativa. Pereiros, Castanheira.

24 - Mós rotativas. Favais (Cruzes), Mozelos.

48 - Mó dormente. Azenha do Custódio, Coura (S. Martinho de).

49 - Mó movente. Casal, Cristelo.

TESOURO MONETÁRIO = 2; MOEDA = 1

5 - Tesouro monetário. Lameira, Bico.

12 - Tesouro monetário. Sigoelos, Campos da Monumenta e Quintão, Ferreira.

18 - Moeda. Codeçal (Mantelães), Formariz.

LOCAL DE CULTO = 2

9 - Local de culto(?) (ara). Monte de S. Sebastião, Cristelo.

11 - Local de culto (ara e coluna). Lizouros (Capela de Santo Estêvão), Cunha.

NECRÓPOLES = 2

27 - Necrópole. Nogueira, Paredes de Coura.

38 - Necrópole (ara funerária). Adro da Igreja Românica de Rubiães.

MILIÁRIOS = 18

7 - Miliário de Constante I. Barreiros, Coura (S. Martinho de).

8 - Miliário de Magnêncio. Fonte de Olho, Coura (S. Martinho de).

30 - Miliário de Valentiniano I. Romarigães.

31 a 36 - Miliários de Nerva, Magnêncio, Juliano, Maximino e Máximo, Maximino Daia (Maximino II) e um anepígrafo. Adro da capela de S. Bartolomeu de Antas, Rubiães.

39 - Miliário de Caracala. Adro da Igreja Românica de Rubiães.

40 a 42 - Miliários de Augusto e Valentiniano I e um anepígrafo (?). Quinta do Crasto, Rubiães.

45 a 47 - Miliários da XIX Via do Itinerário de Antonino deslocados de Coura para Vila Nova de Cerveira (Sapardos).

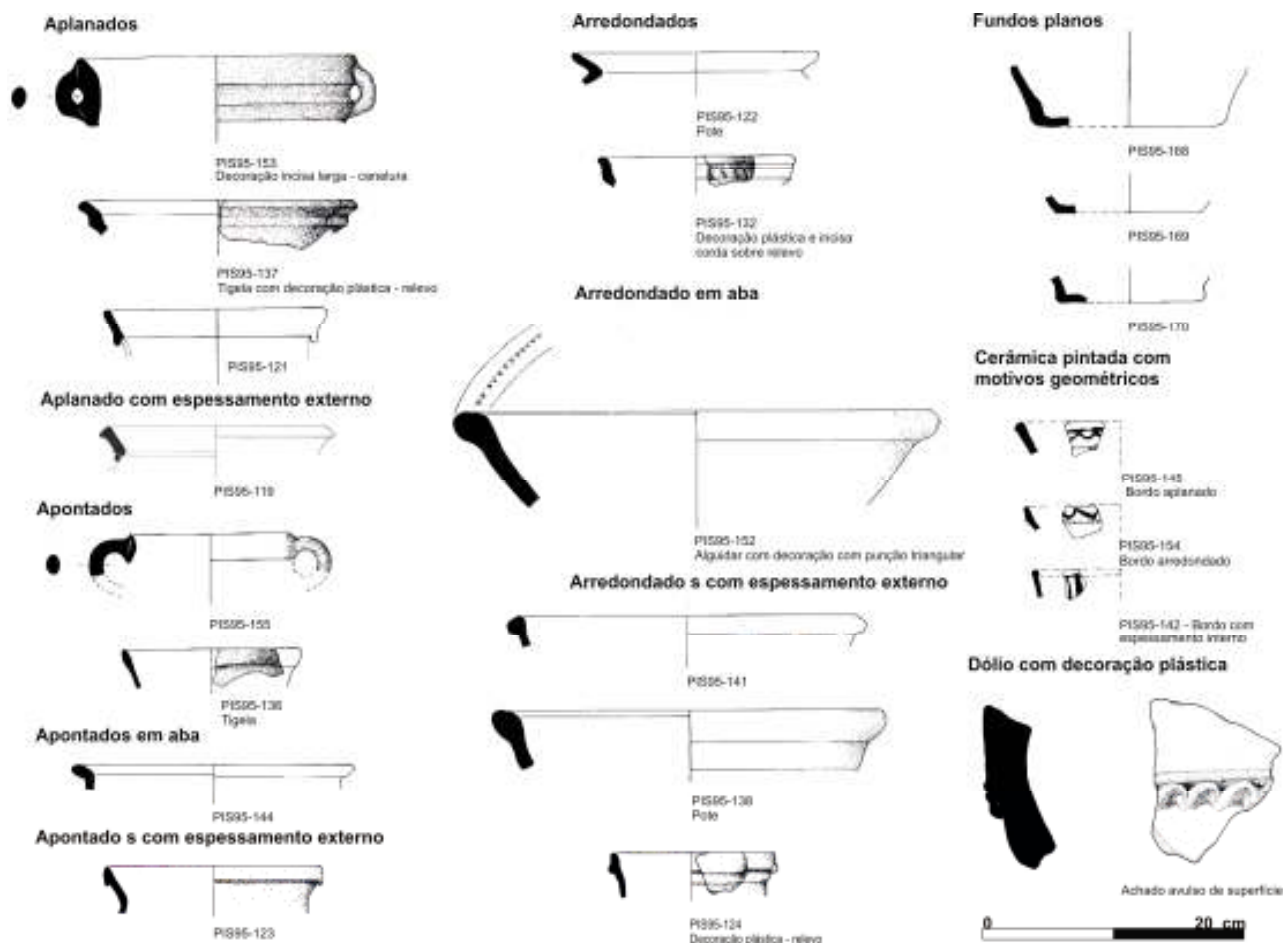
56 e 57 - Dois miliários anepígrafos. Casa Grande de Romarigães, Romarigães.

PONTE = 1

43 - Ponte Romano-Medieval. Peorada, Rubiães.

A geomorfologia do local, associada aos materiais, evidencia a existência de um habitat romano, uma *villa* rústica, organizada com uma *domus* com peristilo e anexos. Dado tratar-se provavelmente de um único sítio arqueológico, englobamos vários lugares de detecção de achados.

A área onde encontramos os materiais atinge os 500 m², situando-se na continuidade desta zona, a norte, uma outra estação, a do Coto das Barrocas (ROM 14).



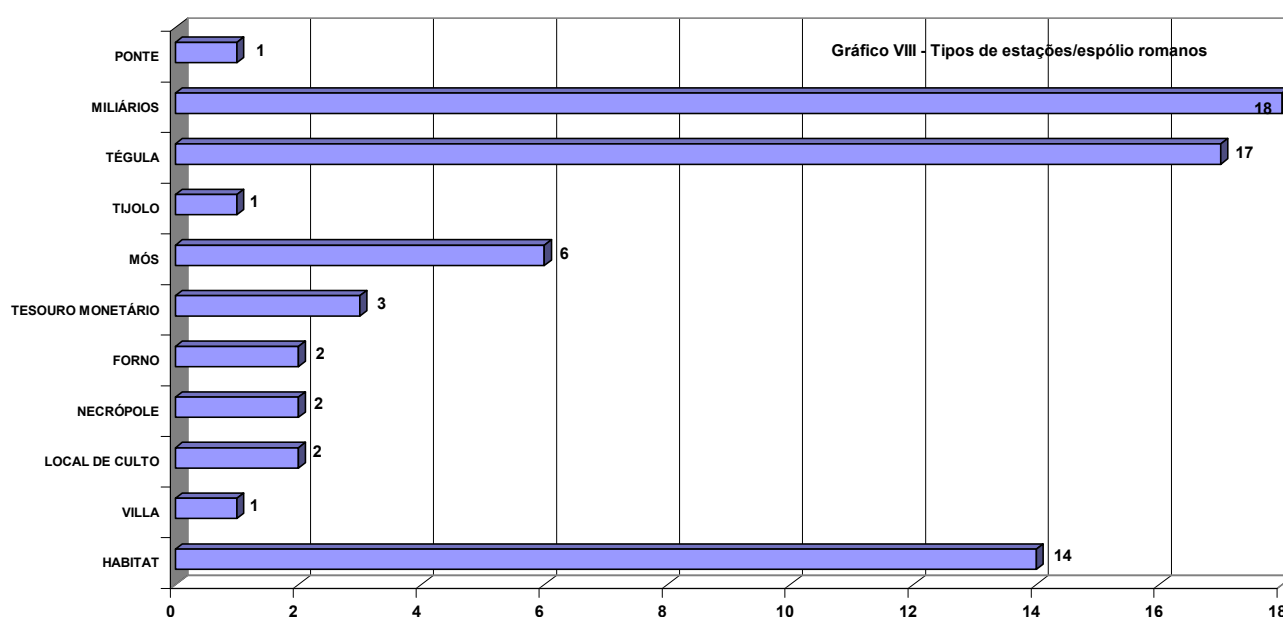
N. A. Cunha (1909 [1979], 121) menciona outro facto muito interessante: o aparecimento de fornos de cerâmica. No entanto, ao referir-se ao significado de Moimentas, aponta a hipótese de estar na presença de uma necrópole. Ficamos na dúvida: ou fornos, ou sepulturas, ou as duas coisas.

As diversas obras em redor da igreja de Ferreira forneceram muito espólio, como: moedas, pesos de tear, uma pedra (quartzítica) com vestígios de uso para aguço de objectos metálicos, mós giratórias, restos de estruturas (capitéis, bases de coluna, colunas de grande e pequeno porte), cerâmica de uso doméstico, de diversa tipologia e em grande quantidade (apresentamos uma pequena amostra na **Figura 29**), e de construção (tégula), entre outros materiais impossíveis de contabilizar dada a sua grande quantidade, sendo alguns estudados no volume referente à carta arqueológica. Muitos destes restos são prontamente recolhidos pelos populares, outros novamente enterrados, o que tem obstado à investigação numa das zonas mais ricas em termos arqueológicos deste concelho. Diversas vezes alertamos no sentido de terminarem com os revolvimentos de terra

nesta zona, inclusivamente com um artigo sobre alguns achados (SILVA (1993/1994), sem qualquer êxito.

Além deste local específico em torno da Igreja de Ferreira, por toda uma vasta área têm sido encontrados, aquando do arroteamento das terras, vários materiais, com maior incidência para as mós giratórias e fragmentos de cerâmica de armazenamento e de utilização culinária. Ocorrem, igualmente, outros tipos de materiais arqueológicos, como pedra aparelhada (muita dela aproveitada por particulares), fustes, capitéis e bases de coluna. As mós rotativas dormentes e moventes são em granito, em número elevado (de que apenas conhecemos seis), tendo uma delas o orifício lateral para encaixe do toro de madeira, que facilitava o movimento giratório.

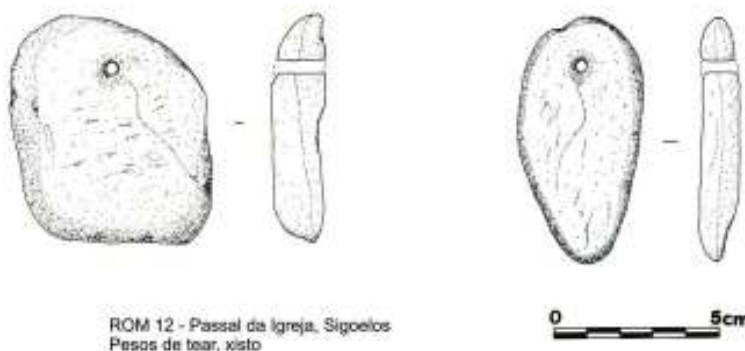
O tesouro monetário de "um punhado" (CUNHA 1909 [1979], 121) de moedas, infelizmente não



chegou até nós qualquer uma, tendo este autor descrito apenas sete, das quais fizemos uma nova leitura.

Trata-se de sete *foliis*, em bronze, distribuídos pelos imperadores e cronologias que seguem: duas de Constantino Magno (306-337); duas de Constâncio II (324-361); duas de Constante (341-346) e uma de Graciano (367-383). Pertencem, pois, todas ao século IV d.C.

As cecas onde foram cunhadas oferecem bastantes dúvidas, podendo apontar-se Roma, Aquileia, Heracleia e Constantinopla como duvidosas e Arles (de Constantino e de Constante) e Cízico (de



Constante) como seguras.

Após uma análise aturada do contexto e do material estudado, parece-nos não haver dúvidas quanto à existência, neste local, de uma *villa*. Esta propriedade rústica teria vários edifícios com áreas cobertas, edifícios esses de bom acabamento, a julgar pela perfeição do talhe das colunas, das bases e dos capitéis, de tipo toscano provincial, tal como a tégula e ímbrice, de diversa tipologia. Estes combinariam o tijolo com o granito na sua construção. Cronologicamente podemos atribuir uma cronologia entre os séculos II e IV d.C..

Caso as condições geográficas da época fossem de algum modo semelhantes, a actividade moageira e a consequente produção cerealífera seria abundante em face da localização geográfica da *villa* (em zona de fácil irrigação, vi **Figura 30** – Pesos de tear, xisto luzente. água) e da quantidade de mós rotativas encontrada.

A olaria estava também bastante desenvolvida, a julgar pela quantidade e variedade de cerâmica existente, assim como a fição e a elaboração de tecidos, como testemunham os pesos de tear (**Figura 30**).

Esta zona, como já referimos diversas vezes, dada a mescla de achados do Paleolítico, inclusivamente do Neolítico ou Calcolítico (machado de pedra polida), da Idade do Ferro, Romanos e, inclusivamente cerâmica medieval, a ser objecto de um projecto de investigação, provavelmente iria resolver diversas questões sobre a evolução do povoamento da bacia superior do rio Coura.

Uma outra estação onde pode ter existido um assentamento idêntico ao anterior localiza-se no lugar da Mó (ROM 26 - fronteiro ao povoado fortificado de Cristelo), freguesia de Parada. Aqui foi encontrado, ao longo do tempo,

variado espólio (muito do qual não conhecemos), como *sigillata* hispânica e outro tipo de cerâmica comum, um peso de tear cerâmico, mós circulares, vidro, além de restos de estruturas. De entre os que estudamos (**Figura 31**), contam-se também vários fragmentos de cerâmica de cobertura (tégula), cerâmica de utilização culinária (bordos de potes - cerâmica de coloração beije, depurada, de boa cozedura, alisada e engobada - asas de jarros, em fita) e de transporte/armazenamento (fundo de



ânfora muito deteriorado e um grande fragmento de bordo e colo de um dólio).

Da ânfora referida apenas possuímos o fundo, ao qual atribuímos o tipo Haltern 70, embora a má conservação do fragmento não nos permita ter a certeza. A ser desta tipologia, pertenceria a uma ânfora hispânica, originária da Bética, utilizada para transporte/armazenamento de vinho, cronologicamente atribuível ao intervalo de tempo que medeia entre o último terço do século I a.C. e o fim do século I d.C., perfeitamente enquadrável na fase de deslocação dos habitantes do povoado castrejo de Cristelo para o vale.

A tégula apresenta perfis semelhantes entre si (**Figura 32**), que designámos de Tipo 1, com as variantes A, B e C, e que se aproximam da variante 3 B do povoado fortificado de Cristelo (que lhe fica fronteiro). Trata-se de uma tégula com perfil baixo e muito largo (SILVA 1994).

Detectaram-se, ainda, um peso de tear cerâmico, uma mó dormente, bem conservada e bifaces do Paleolítico Superior já referidos.

Em 1991, foi noticiado no Jornal "O Coura", o aparecimento de vários materiais associados a vestígios "de casa redonda da época do castrejo" (VIEIRA 1991).

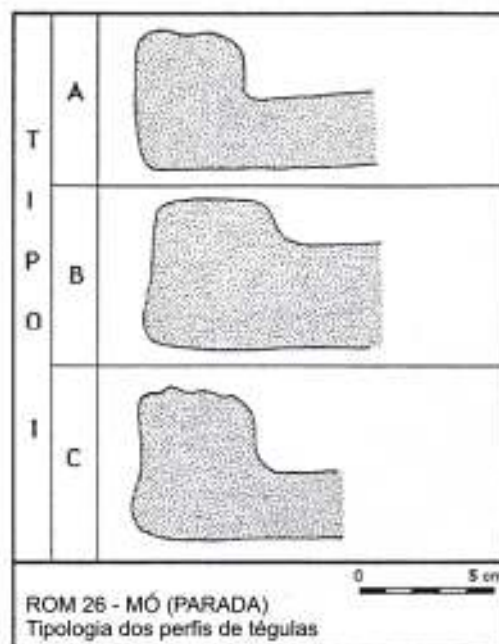
Os materiais reflectem a ocupação de uma vasta área, com várias dependências cobertas, e um fabrico local e apurado da cerâmica.

A detecção de fornos, nesta área, é bastante difícil. De facto, não temos a certeza de qualquer um dos dois apontados, pois não conhecemos as suas estruturas.

3.5.3. Os tesouros monetários

Além do pequeno tesouro monetário de Sigoelos, já estudado, foi encontrado no ano de 2003 (só tivemos conhecimento do mesmo em Agosto de 2004), o que designamos de "Tesouro Monetário da Lameira" (SILVA 2005), que caso não tivesse ocorrido a sua divisão, seria, certamente, um dos maiores entesouramentos de moedas romanas conhecidos em Portugal. Informações fornecidas pelo achador complementadas pelos vestígios patentes no interior do pote cerâmico (**Figura 32**) – concretamente óxidos das diversas ligas metálicas com que foram elaboradas as moedas –, permitem concluir que o interior da vasilha, com 31 cm de altura, estaria cheio, pelo que se estima que contivesse um número compreendido entre 20.000 a 25.000 moedas (**Figura 33**).

Não obstante, o estudo sistemático e aprofundado das moedas disponíveis (cerca de 5000) proporcionará, a seu tempo, a obtenção de elementos fundamentais para o conhecimento da romanização da bacia superior do rio Coura e da circulação monetária tardo-romana no território correspondente à actual Península Ibérica.



O estudo sumário já efectuado a cerca de quatro centenas de numismas revelou estarmos em presença de moedas cunhadas no tempo dos imperadores Constantino Magno (306-337), Licínio (308-324), Crispo (317-326), Constantino II (337-340), Constante (337-350), Constâncio II (337-361), Decêncio (351-353), Juliano Apóstata (360-363), Valentiniano I (364-375), Valente (364-378), Graciano (367-383), Teodósio I (378-395), Honório (393-423 – Imperador do Ocidente) e Arcádio (395-408 – Imperador do Oriente). Uma das moedas de maior raridade será a de Hanibaliano, Rei de *Pontus* entre 335 e 337, neto de Constantino I (imperador do qual, nesta altura do estudo, parece ser a maior quantidade de moedas). Existem, ainda, moedas de Helena e de Teodora.

Algumas das moedas não apresentam o busto do imperador, sendo dedicadas a Roma ou a Constantinopla (330-346) ("Urbs Roma" e "Urbs Constantinopla").

A identificação destes imperadores permite-nos, por ora, estabelecer uma cronologia que remete para o século IV d. C com eventual continuidade nos inícios do séc. V d. C.

Os locais de cunhagem destas moedas são também muito variáveis: Roma, Constantinopla (Turquia), Lyon (França), Trier (Alemanha), entre outros.



Figura 32 – Desenho e foto do pote que continha o tesouro monetário (Esc.: ¼).



Figura 33 – Caixa com as cerca de cinco mil moedas quando nos foram entregues e algumas das moedas, ampliadas, após trabalhos de limpeza e conservação: Constantino Magno, velado, Constâncio II, Valentiniano e Juliano.

As figuras presentes nos reversos das moedas são igualmente muito ricas e variadas, representando diversas alegorias e divindades como Roma, *Fecunditas*, *Victoria*, além dos reversos com as referências características do séc. IV (*Felt Temp Reparatio*, *Gloria Exercitus*, *Gloria Romanorum*, etc).

O metal utilizado na composição das moedas estudadas foi maioritariamente o cobre, embora o estanho também esteja presente.

A grande maioria dos numismas apresenta um desgaste considerável, revelador de uma circulação intensa.

O pote que continha as moedas foi elaborado numa cerâmica comum, de fabrico local. Foi objecto de diversos tratamentos de conservação e restauro, tendo sido efectuada a sua reconstituição integral.

As moedas foram submetidas a diversos tratamentos de limpeza e conservação.

3.5.4 - Os locais de culto e as necrópoles

A propagação dos cultos romanos nesta área não é muito clara. Se os miliários seguem os cânones estabelecidos, excepto um deles, a única ara votiva detectada - dado que a de Rubiães é funerária e a que apareceu no povoado de Cristelo se encontra ilegível - mostra a resistência aos cultos imperiais, sendo dedicada a um deus indígena: o deus *Macarius*. Por outro lado, mantém o sistema de filiação indígena e não o romano - *tria nomina*. Por estes elementos podemos apontar-lhe uma cronologia para entre os séculos I-II d.C.

Sabe-se que os romanos praticavam quer a incineração, quer a inumação. Apesar da existência da ara funerária de Rubiães, no início do século, em relação a sepulturas de inumação apenas temos notícia das hipotéticas necrópoles de Sigoelos, Pantanhas (ROM 25) e uma mais provável, a de Nogueira (ROM 27).

A ara funerária de Rubiães apresenta o sistema de filiação indígena, tal como a onomástica (*Coruno Medamo* pai de *Camalo Coruno*). A elaboração plástica da mesma denuncia um maior conhecimento e aperfeiçoamento da arte do trabalho da pedra, em relação às demais. Era um bom lapicida, uma vez que elaborou uma peça de bom talhe, com uma epígrafe em caracteres actuários, bem definidos e com um bom aproveitamento do campo epigráfico, infelizmente este foi cortado dos lados, o que estragou a inscrição.

Cronologicamente poderá ser atribuída, tal como a de Lizouros, ao século I-II d.C

É interessante o facto de o local onde a ara de Rubiães foi detectada ter tido continuidade em termos religiosos, através da construção, na Idade Média, da igreja românica e de um cemitério de cronologia incerta (romana, medieval), bem como



Fotos 29 e 30 – Ara de Cristelo.

da utilização do miliário de Caracala como sepultura antropomórfica, sendo sido respeitado o campo epigráfico.

Analisemos com mais pormenor cada uma das peças.

A ara de Cristelo (ROM 9 – **Foto 29 e 30**) apresenta uma epígrafe praticamente ilegível (SE · Q / FM / B · V · L / SO), pelo que não nos fornece grande informação.

Por seu turno, a ara de Lizouros (ROM 11) é mais elucidativa. Trata-se de uma ara "monumental" (dada a grande altura da coluna - **Foto 31**) cujo granito para a sua elaboração teve de ser extraído bastante longe, eventualmente a sul, na zona da Portela Grande (pertencente ao concelho de Ponte de Lima), uma vez que na área estudada não existem manchas de granito de grão fino.

Encontra-se em bom estado de conservação, sendo trabalhada nas quatro faces. O capitel é de forma paralelepipedica, relativamente bem elaborado, encontrando-se o fôculo para as libações bem definido, bem como os dois toros. Este capitel sobrepõe-se a uma larga base reversa.

A base é de forma quadrangular, com molduração constituída por três pequenos toros.

A epígrafe foi elaborada com gravação em "V" e com pontos distinguentes entre os caracteres, sendo estes em capital actuária, mal definida, com inclinação predominante à direita.

A paginação é deficiente, sem alinhamento ou eixo de simetria, tendo o *ordinator* disposto os caracteres, bem como os espaços entre eles e os interlineares, de forma muito irregular, aumentando significativamente o tamanho quer dos caracteres, como dos espaços interlineares nas últimas duas linhas e, especialmente, na fórmula final consecratória. Estes elementos reflectem a pouca prática do lapicida.

Apesar das várias opiniões sobre os atributos deste deus indígena a quem é dedicada a ara - *Macarius* -, nomeadamente divindade naturalista, ainda se consideram indeterminados os atributos deste deus. Também não se registam paralelos (ENCARNAÇÃO 1975).

A epígrafe (FRON / TONIAN / VS · FRO / NTON / IS (filius) · MA / CARI [O] / V(otum) S(olvit) L(ibens) / M(erito)) permite uma leitura rápida e simples: *Frontoniano filho de Frontão, ao deus Macario, cumpriu este voto de boa mente.*

Na altura em que nos deslocamos ao local, além de



descobrimos uma coluna em granito de grão fino, encontrámos, com facilidade, em volta do adro da capela e nos caminhos que lhe dão acesso, vários fragmentos de cerâmica romana de cobertura e cerâmica comum, além de fragmentos de escória de ferro.

Esta área é bastante extensa pelo que, pelas características do lugar e dos achados de que temos notícia (três aras, coluna e cerâmica), poderia ter existido um pequeno templo e possivelmente um povoado. No entanto, é uma zona que tem sofrido intensos trabalhos de lavoura o que terá, provavelmente, destruídos quaisquer vestígios mais concludentes.

Por último, temos a ara do lugar da Costa, em Rubiães (ROM 38 A – **Foto 32**) (8).

Apresenta uma epígrafe muito cuidada, em que o lapicida teve o cuidado de ocupar o espaço total de cada linha, bem como a preocupação de separar em duas áreas as ideias principais do texto: o nome do morto e o de seu filho, que é o dedicante. Assim temos: D(iis) M(anibus) / CORVN[is] / MEDAM[i] F(ilius) / CANTIENS [is] / H(ic) S(itus) CAM[a] / VS CORV[n] / [i] S F(ilius) / PIVS PA[tr] / [i] SVO F(aciendum) C(uravit). A sua leitura revela ser, ao contrário da anterior, funerária (*Consagrada aos Deuses Danes. Aqui jaz Coruno, filho de Medamo, cantiense (?). Camalo, filho piedoso de Coruno, mandou fazer (este monumento à memória de) seu pai.*

É mais antiga do que a sua congénere, possivelmente do século I ou II d. C.

É também em granito de grão fino e trabalhada nas quatro faces.

Possui capitel moldurado, com um *foculus*, actualmente desfigurado, pela posterior implantação de outro orifício eventualmente para encaixar uma cruz.

A base tem também forma quadrangular, com molduração constituída por um filete reverso e um toro, além do soco.

A epígrafe disposta em oito linhas, está cortada lateralmente e foi elaborada com gravação em "V", em caracteres actuários, bem definidos, separados, entre as linhas cinco e oito, por pontos distintivos, de formato circular, posicionados a meio das letras.



(8) Em 1994 publicamos esta ara, de forma incompleta, acrescentando-lhe uma outra que não é de Rubiães, devido a erro do Museu Nacional de Arqueologia. Quando nos deslocamos ao referido Museu para estudar a ara de Rubiães, que aí teria dado entrada em 1905, foi-nos dito que estava desaparecida, mas que existia uma outra ara, também funerária. Anos mais tarde, folheando "O Arqueólogo Português" (8/10, série IV, 1990/1992, 299-307) pasmamos ao ver um artigo de Manuela Alves Dias (de cuja autoria é a foto 32) sobre uma ara funerária de Rubiães. Constatamos, depois de diversas diligências, que havíamos publicado uma ara de Cortes Pereira, freguesia de S. Martinho, do concelho de Alcoutim, que tem como número de entrada 5298 e a de Rubiães o 5208, o que terá, provavelmente, sido o motivo do erro, que agora se desfaz.

A paginação está bem conseguida, tendo o *ordinator* disposto os caracteres, bem como os espaços entre eles e os interlineares, de forma regular e cuidada, aproveitando bem o espaço do fuste. Estes elementos reflectem a prática do lapicida.

Actualmente, devido aos cortes laterais do fuste, não é possível ler na íntegra a epígrafe.

3.5.5 - O traçado da Quarta Via Romana ou XIX do Itinerário Antonino e os miliários

O estudo dos miliários foi contextualizado em relação ao percurso da Quarta Via Militar Romana ou XIX do Itinerário Antonino que seguia de *Bracara* a *Asturica*. Contudo, tem por base a bibliografia existente, a análise geomorfológica do terreno e não a escavação de vestígios arqueológicos da via, uma vez que actualmente estes não são visíveis.

Pretendemos fazer o possível ponto de situação, sendo de destacar o facto de que se trata do primeiro trabalho em que a maioria das epígrafes foi desenhada à escala. Desenho esse cada vez mais difícil de fazer dado o adiantado e progressivo estado de deterioração dos miliários, devido à exposição permanente às intempéries, pelo que dentro de alguns anos as epígrafes se tornarão ilegíveis.

Para que os cereais e minerais chegassem a Roma era necessário regularizar o complexo sistema das redes viárias existentes, pelo que terá sido necessário criar nesta área a Quarta Via Militar ou a XIX do Itinerário Antonino, que ligava *Bracara Augusta* a *Tude* e *Astorga*.

O *Itinerário de Antonino*, elaborado em 280, na época do imperador Caracala, talvez por um comerciante-viajante, tal como em relação a outras áreas, também aqui apresenta várias imprecisões (ROLDAN HERVÁS 1975). As milhas indicadas não coincidem de forma alguma com as realmente existentes. Por exemplo, coloca a milha 24 em Tuy, sendo o início desta área na milha 28 e o fim na 36. Segundo este *Itinerário* uma milha teria 1481 metros, que correspondiam a 5000 pés.

O traçado desta Quarta Via - via Braga-Lugo-Astúrias -, passaria pelo actual concelho de Paredes de Coura na sua metade oeste, seguindo um trajecto que variava entre 160 e 300 metros de altitude (ALMEIDA 1979).

Aparentemente, existiria uma bifurcação da via, perto do lugar do Espinheiro (Ponte de Lima), passando, um troço, pelo regato da Câmboa e continuando por Vinhó de Cima, Bandeira e Boavista, ladeando a sul a Portela Grande e entrando neste concelho, na freguesia de Romarigães, no lugar de Agro do Monte (COSTA 1868; REIS 1978). Narcizo A. Cunha detectou restos da via na área referida (REIS 1978) - que actualmente pertence ao concelho de Ponte de Lima.

Em relação ao outro troço não temos elementos sobre os locais por onde seguiria e como se desenvolveria pela área courense. Talvez seguisse pela Calçada do Homem Grande, localidade de Ponte de Lima, atravessando posteriormente a Serra da Travanca, o vale de Lisouros, onde se detectaram vários materiais romanos. Alguns autores do século passado (CUNHA 1909 [1979]) referem que uma ligação da via passaria na freguesia de Insalde.

Actualmente quase não existem vestígios da via, dado que esta não seguiria o tipo construtivo das vias de primeira ordem. Teria uma elaboração muito mais simples.

Carlos A. Brochado de Almeida (1979) fez algumas sondagens nesta área, tendo detectado alguns vestígios no lugar do Couto das Cabras (cota 240), em Cossourado, onde se situava a milha 34, referente ao miliário de Maximino Daia (305-313). Aí existiriam, ainda, restos das estruturas laterais (as *margines*) ladeando o caminho actual. Também junto à igreja românica de Rubiães (cota 180) terá detectado vestígios semelhantes.



Figura 34 e foto 33 – Desenho da epígrafe do miliário de Caracala – adro da Igreja românica de Rubiães.

Apesar de obedecer a um plano previamente estabelecido, como era hábito, numa fase inicial os romanos devem ter adoptado as veredas castrejas, suprimindo a sinuosidade e tentando adoptar a linha recta, sempre que possível, apesar da topografia do terreno que, necessariamente, levou à construção de rampas para vencer a inclinação.

Outro factor que explica a degradação desta via, além das destruições que o tempo e os homens lhe impuseram, é o facto de esta ter parcialmente o mesmo percurso da E.N. 201 (que liga Ponte de Lima a Valença).

Pretendia-se chegar o mais depressa possível às povoações mais importantes de então e, sem dúvida, fazer a deslocação rápida de legiões e produtos. Com a continuidade da ocupação e da exploração económica, além do aumento da densidade populacional, as vias multiplicam-se e melhoram.

A construção das vias nestas zonas afastadas do Império estaria a cargo dos legionários e evidentemente dos povos conquistados, sendo supervisionados pelos *curatores viarem*.

Teriam como principal finalidade não só apoiar a estratégia militar como, também, uma finalidade económica, a de deslocação de minérios explorados no noroeste peninsular, provavelmente o estanho para locais onde as condições técnicas permitissem a sua transformação. A via ajudaria, ainda, a pacificar os Galaicos e uniria as capitais dos três *Conventus* jurídicos do noroeste, que as campanhas de D. Júnio Bruto e Júlio César (chegou até à Corunha, em 61-60 a.C.) tinham conquistado. A *Paz de Augusto* terá ajudado à pacificação e à integração, ainda que aparente.

As pontes não passariam, numa fase inicial, de simples pontões de madeira que se foram ao longo dos tempos petrificando, conforme as necessidades e segundo as formas habituais e estabelecidas pela arquitectura romana.

Pela análise da topografia do terreno, da cartografia, dos materiais detectados e da bibliografia que se lhe refere, sobretudo os estudos de Brochado de Almeida (1979), traçamos um dos hipotéticos itinerários da via – o traçado da tradicional XIX Via do Itinerário Antonino.



Foto 34 – Ponte romano-medieval de Rubiães (ROM 43).

Esta via entrava na área da bacia superior do rio Coura pela freguesia de Romarigães passando pela Portela Pequena, no alto da Labruja (com cotas de 400 metros de altitude) onde se situava a milha 28⁽⁹⁾, flectindo a oeste e passando por Pisco (cota 300), Veiga do Monte (cota 261), Portela (cota 240), Venda (cota 230), Cascalhal (cota 250), onde estava localizada a milha 29, referente ao miliário de Constante I (que se encontra em Barreiros), S. Roque (cota 245), Portela de Romarigães (cota 250), Cividade de Romarigães, que contornava pela encosta leste, à cota de 240,

⁽⁹⁾ Luciano Santos (1979, 21 a 26) aponta a milha provável de XXVIII para o miliário de Valentiniano I que foi detectado em Romarigães (actualmente no Museu Pio XII). Na epígrafe só restam os dois primeiros caracteres XX (...).

situando-se aí a milha 30, no lugar da Azenha do Ribeiro. Esta milha refere-se ao miliário de Augusto que se encontra, no lugar do Castro.

Seguia para a freguesia de Agualonga, passando um afluente do Coura, a ribeira de Codeceira, no local onde actualmente existe a ponte com o mesmo nome (ao Km 27 da E. Agualonga-Caminha - cota 175) e seguia para o Monte da Gândara (cota 200) e Covelo (cota 224). A partir daí segue para leste da E. N. cortando-a novamente ao Km 28, dirigindo-se para Pereiros (cota 240), onde existia a milha 31 (miliário de Magnêncio, que se encontra junto da Capela de S. Bartolomeu), seguindo, regra geral, o traçado da E. N. até à capela de S. Roque (cota 230 - Km 14). A partir deste local confunde-se com a via medieval de peregrinação a Santiago, o que cria, evidentemente, maiores dúvidas sobre real percurso da XIX via romana em terras de Coura (**Mapa XXVI**).

Passando a Capela de S. Roque vira-se para leste pelas faldas do monte da Costa (cotas 240, 230, 210), passando por trás da igreja românica de Rubiães, que possui pedras almofadadas romanas, atingindo posteriormente o lugar da Escola (cota 200). Volta a cruzar a E. N., para oeste, ao Km 13, orientando-se para o lugar do Crasto e a Ponte Velha de Rubiães (Km 12 – **Foto 34**). Passava, pois, o rio Coura na ponte ainda hoje existente, embora reconstruída na Idade Média e épocas posteriores, pelo que apenas resta uma provável aduela dos tempos romanos (está situada a uma cota de 160 metros).

Após a ponte, a via passa para a freguesia de Cossourado. Contudo, a partir daqui os vários autores têm descrito três percursos para a mesma.

Contador de Argote (1734, 160) defendia que a via passaria no alto do monte de Cossourado, lugar de onde teriam trazido para a capela de S. Bartolomeu de Antas, dois miliários. Contudo, tal hipótese está posta de lado, não só por razões topográficas, mas porque as nossas escavações nesse povoado fortificado da Idade do Ferro o confirmaram. Não existem quaisquer vestígios de calçada romana no topo e mesmo vertentes do monte, nem mesmo vestígios de qualquer tipo de aculturação romana, dado que não se detectou qualquer espólio dessa época cronológica.

J. Augusto Vieira (1886,122) e Pinho Leal (1878), entre outros autores, opinam que desse povoado teriam vindo quatro miliários e não dois.

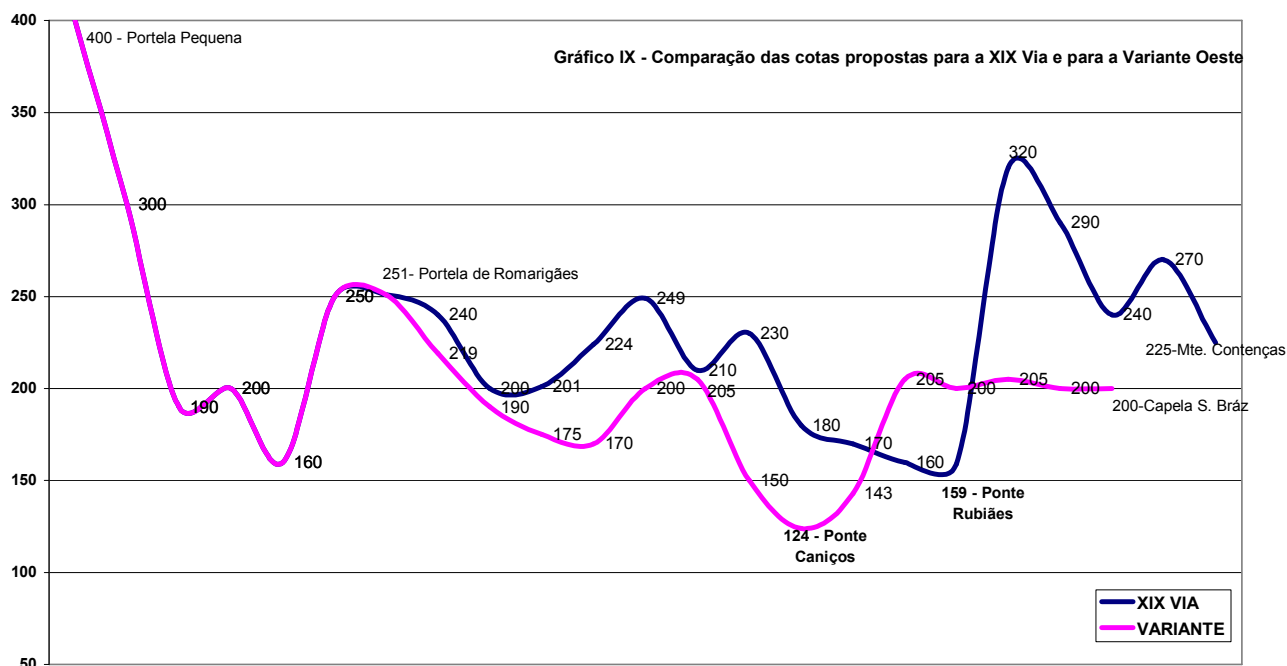
Narcizo Alves da Cunha, tal como Martins Sarmiento (1933, 84), Félix A. Pereira (1924, 279), L. Figueiredo da Guerra (1919, 71) e C. A. Ferreira de Almeida (1968, 35), defendem também a passagem da via por Cossourado.

Segundo Brochado de Almeida (1979, 121-122), a via após a referida ponte romano-medieval de Rubiães, seguiria pelo caminho que ainda hoje existe (cota 170), em direcção à E. N. que atingiria no Km 12 (a milha 33 localizava-se ao Km 11 da E.N. 201), e passava para leste seguindo-a quase paralelamente, em cota ligeiramente inferior, até Couto das Cabras (cota 240 - Km 10), onde estava situada a milha 34 (miliário de Maximino Daia - detectado em Sapardos, V. N. de Cerveira), nas proximidades da Cidade de Cossourado, confundindo-se a partir daqui com a referida E. N. existente, até atingir a capela de S. Bento da Porta Aberta (cota 270), em que passa por trás do templo e onde se localizava a milha 35, seguindo posteriormente para lugares já do concelho de Valença e fora da área da bacia superior do rio Coura, nomeadamente o Monte das Contenças (cota

250-200), onde se situava a milha 36 (miliário de Nerva, que se encontra na Capela de S. Bartolomeu), Fontoura e outros.

A via passaria em Cossourado, pela encosta leste do povoado fortificado mas já algo afastada do mesmo, não pelo topo ou pelas suas encosta leste ou oeste como alguns autores referiram ao longo os tempos.

Brochado de Almeida tinha já defendido esta opinião que confirmou com um corte de perfil, ao Km 10,9, entre a referida ponte e o lugar do Couto das Cabras, que revelou "os restos das estruturas laterais do lado leste" (*id.*, *ib.*).



Uma versão mais recente de António Rodríguez Colmenero e colaboradores, editada em 2004, introduz a ideia da existência de uma variante ao percurso descrito. Esta separava-se da tradicional XIX via na Portela de Romarigães (cota 251), passando relativamente afastada do povoado fortificado de Romarigães (que por desconhecimento afirma ser romanizado (RODRIGUEZ COLMENERO *et alii* 2004, 223), orientando-se para oeste no sentido de Sabariz (cota 219), Costa (cota 190), Fonte de Frenes (cota 175) atingindo posteriormente a capela de Nossa Sra. da Conceição, em Barreiros (cota 170 - local onde muito próximo, se encontra o miliário de Constante I, com a milha 29). Continuava para Calados (cota 200), Fonte do Olho, onde existe um dos miliários de Magnêncio (suporte de videira, lugar da Seara - cota 205) e segue em direcção ao rio Coura, que seria atravessado por uma ponte no local ou nas proximidades do sítio onde se encontra actualmente a Ponte do Caniços (cota 124), na base (cota 150) do povoado fortificado do Alto da Madorra (PVF 13). Posteriormente atingiria as proximidades da capela de S. Bartolomeu de Antas (cotas entre 143 e 205), local onde se encontram actualmente seis miliários. Daqui seguiria um percurso semelhante ao da estrada municipal 1035, entrando no actual concelho de Vila Nova de Cerveira perto da Poça da Roda (cota

200), seguindo para Espinheiral (cota 205), passando por Sande, Alto, Outeiro (cotas oscilam entre 200 e 205 metros de altitude) e Capela de S. Braz (cota 205, Ramalhal) onde existe no adro um fragmento de um miliário, assim como outros dois nas proximidades (Ranhadoura e Gândara que possui a milha 34). A junção das duas vias far-se-á no lugar da Portela, pertencente a Fontoura, freguesia de Valença, seguindo por uma só via até ao rio Minho.

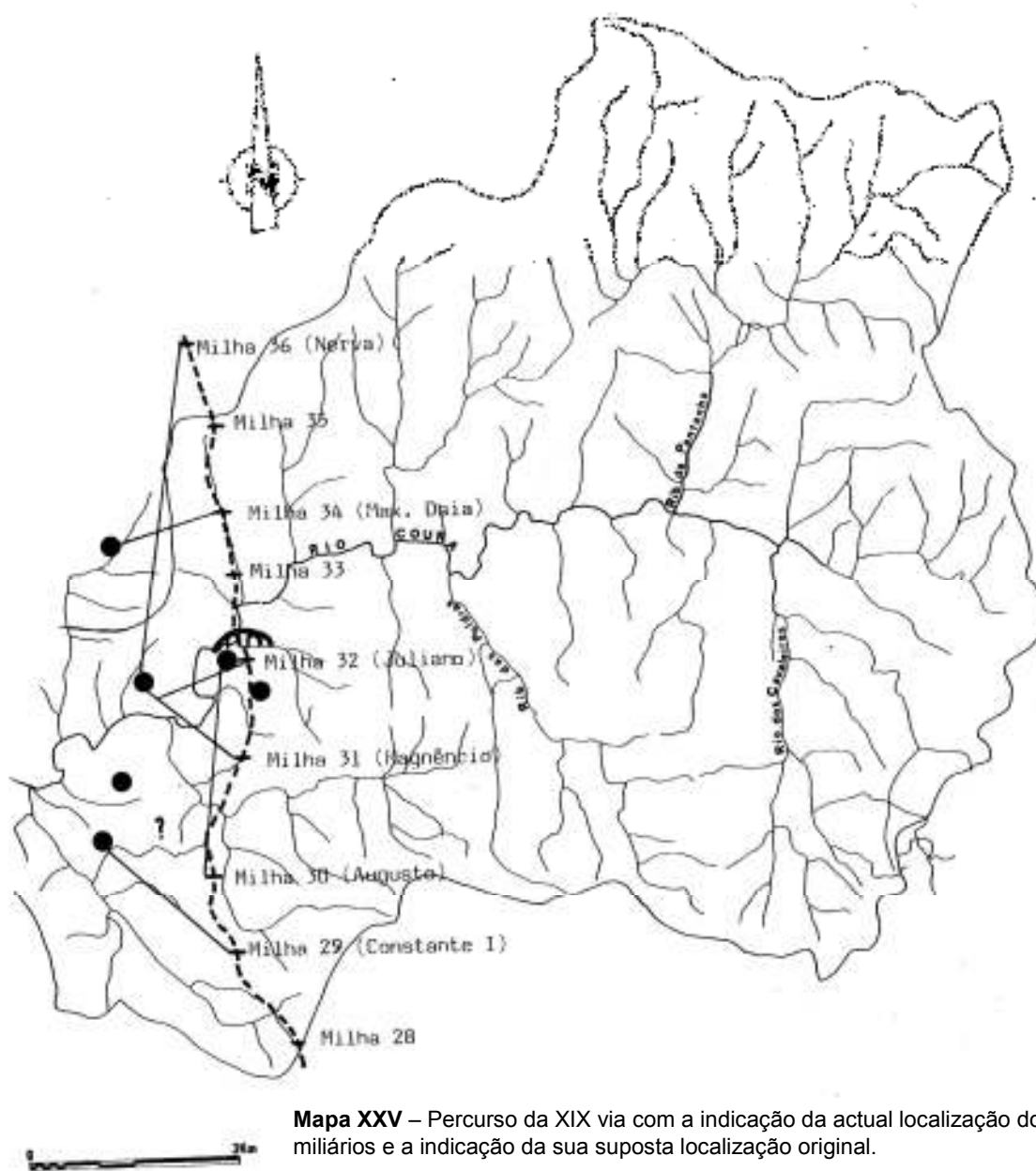
Apesar de o autor que temos vindo a citar ter afirmado que “en resumo, e ainda que non posuímos unha certeza absoluta dos feitos mencionados, aqueles explicaríanse mal se non admitisemos as duas variantes descritas” (*idem*, 225). Contudo, actualmente, fruto das prospecções que temos vindo a desenvolver conjuntamente (2005 e 2006), no âmbito de um projecto de cooperação transfronteiriça Portugal-Espanha, designado de *Projecto Vias Atlânticas*, financiado pelo INTERREG IIIA, o Prof. Rodríguez Colmenero cada vez mais se inclina para a existência de uma só via, que descrevemos anteriormente, e que percorre o concelho de Paredes de Coura mais a oeste que o percurso tradicionalmente defendido.



Fotos 35 e 36 – Miliários de Valentiniano I – Museu Pio XII (Braga – ROM 30) e suporte de videira na Quinta do Castro, Rubiães (ROM 41).

O percurso tradicionalmente aceite da via, a julgar pelas cotas onde estariam situadas as milhas e os respectivos miliários, segundo locais apontados pelos vários autores, apresenta um perfil em alguns pontos extraordinariamente acidentado entre uma milha e outra (como podemos aferir pelo gráfico apresentado – **Gráfico IX**), o que reflecte não só a geomorfologia do terreno mas, uma escolha nem sempre acertada do percurso traçado ou os estudos que têm sido feitos ainda não apuraram o traçado exacto. Facto que reforça a teoria de Rodríguez Colmenero relativa à existência de uma variante – variante oeste -, que, como vemos do gráfico, apresenta um traçado, pelo menos parcialmente, bastante menos acidentado. Talvez fosse esse o real percurso da XIX via.

Elaboramos o **Mapa XXV** para melhor compreensão da distribuição das milhas e dos miliários correspondentes, bem como dos locais onde actualmente se encontram. É possível que os miliários pertencentes às milhas que não conhecemos, sejam os que se encontram espalhados por esta área, mas em mau estado de conservação. A confirmar-se a existência de uma variante ao percurso descrito e tradicionalmente aceite, certamente os miliários teriam uma outra distribuição, pelo que o mapa que apresentamos não terá grande razão de ser.



Mapa XXV – Percurso da XIX via com a indicação da actual localização dos miliários e a indicação da sua suposta localização original.

Uma vez que a existência da variante oeste ainda está em estudo continuaremos este texto referindo-nos apenas ao traçado tradicional da XIX Via romana do Itinerário Antonino.

Esta área era demarcada por sete milhas, com mais duas na periferia, entre a 28 e a 36, correspondendo a nove miliários, dos quais sabemos a localização precisa de seis. Assim, os dezanove desta zona ou pertencem a outros troços da via, externos a esta região, ou referem-se a miliários que foram renovados em tempos romanos, ou, ainda, dividiam-se pelas duas variantes.

A disparidade cronológica dos miliários revela as várias reconstruções desta via, amplamente documentadas.

A existência neste troço de dois miliários tardios de Valentiniano I (**Fotos 35 e 36**), datados de entre 364 e 375 d.C., reflecte a tentativa de contenção dos invasores bárbaros deste imperador, pela exploração máxima das minas de prata, ouro e estanho de que seria talvez pródiga esta região do *Conventus Bracaraugustanus*, como é referido desde a antiguidade por vários autores dessa época (Marcial, séc. I d.C.; Plínio o Velho, 23-79 d.C.; Sílio Itálico, 25-101 d.C. e Estrabão (65 a.C. - 20 d.C.)



Figura 35 e foto 37 – Miliário de Augusto e desenho da epígrafe.

e por outros mais recentes (ROLDÁN HERVÁS 1974; 1975; RODRIGUEZ COLMENERO 1976; BLÁZQUEZ MARTINEZ 1978).

Os vestígios da Quarta Via militar Braga-Astúrias são, como se deduz, essencialmente materializados nos miliários (ver **Quadros IX a XII e Gráficos X e XI**), existentes ainda em grande profusão não só na área estudada, como nos locais por onde esta passava, vindo desde Braga.

Mandada construir por Augusto, segundo alguns autores no ano 11 da nossa era (MACIEL 1987), assim como a via *Bracara Augusta - Asturica Augusta* (passando por *Aquae Flaviae* (Chaves),

tornou-se na XIX do Itinerário Antonino, de Bracara a *Lucus* e *Asturica*, unindo estas cidades após a conquista de *Medulium* e *Lucus* (Lugo).

Existiam três vias de Braga a Astorga, sendo esta uma das primeiras a ser construída. O miliário mais antigo, encontra-se no lugar do Crasto e é dedicado a Augusto (**Figura 35 e foto 37**), datando de 11-12 d.C. Deste imperador existe outro, nesta via, no lugar do Prado (Braga).

Estas peças - os miliários - além de nos darem uma cronologia precisa e uma localização exacta (assinalando as milhas percorridas ou a percorrer e a distância, geralmente a uma capital de província), indicam-nos a homenagem ao imperador vigente que mandou fazer as obras e/ou reparações. Mencionam os seus títulos, ou o dos magistrados ou encarregados dos trabalhos, por vezes o tipo da obra realizada e, ainda, a data da construção.

Esta via sofreu várias e sucessivas obras de construção e de reparação no tempo de vários imperadores como: Augusto (11-12 d.C.), Tibério (21 d.C.), Cláudio (44 d.C.), Nerva (97 d.C.), Adriano(134d.C.), Caracala (214 d.C.), Maximino (235-238 d.C.)⁽¹⁰⁾, Constâncio I Cloro (entre 292 e 306 d.C.), Maximino Daia (com dois exemplares - 305-313 d.C.); Constante (333-337 d.C.); Magnêncio (**Foto 38** - com dois exemplares - 350-353 d.C.), Juliano (360-363 d.C.) e ainda, no tempo de Valentiniano I (também com dois exemplares - 364-375 d.C.).

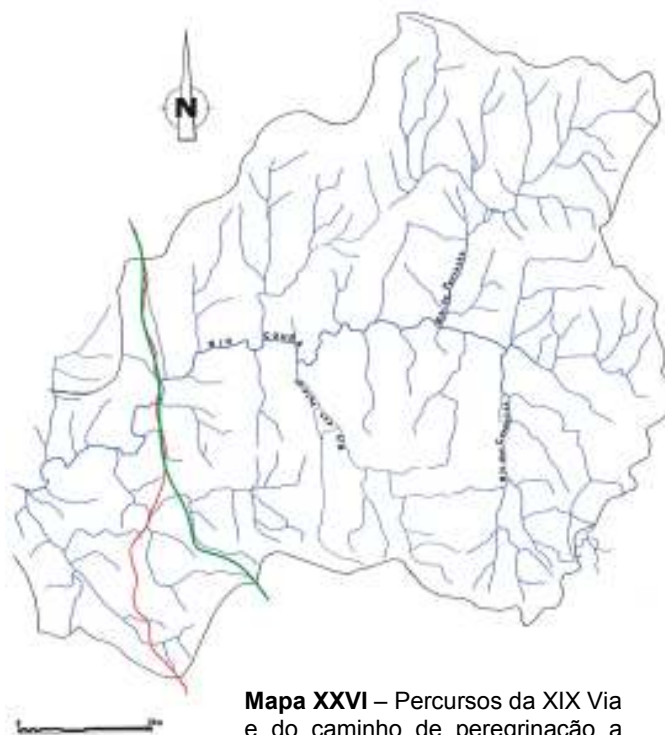
A reparação da via no tempo de Valentiniano está bem comprovada pela existência de sete miliários, numa distância relativamente curta, entre Braga e Tuy.

Aparentemente e segundo os testemunhos materiais dos miliários e das suas epígrafes, a reconstrução fez-se a

partir de Braga e, aparentemente, parou em Tuy. Pode-se adiantar esta hipótese (SANTOS 1979),



Foto 38 – Miliário de Magnêncio com função de suporte de videira, em Fonte do Olho – ROM 8.



Mapa XXVI – Percursos da XIX Via e do caminho de peregrinação a Santiago de Compostela.

⁽¹⁰⁾ Os autores variam bastante na atribuição do imperador a este monólito: Maximino Dáia, Maximiano ou Maximino, embora ele seja atribuído a Maximino e a seu filho Máximo. Trata-se, assim, do único miliário desta área dedicado a dois membros da família imperial.

que terá derivado da reanimação da via para a deslocação dos produtos que chegavam a Braga (vindos por outras vias frequentemente reparadas) seguindo até Tuy e que daí seguiam por barco para outro porto a norte, sendo a via praticamente abandonada em termos de reparações romanas a partir de Tuy até Astorga, sendo, assim, nesta zona pouca utilidade no Baixo Império.

Este troço foi, pois, bastante utilizado durante o Império, depois da queda deste, durante a Idade Média e retomado na actualidade uma vez que faz parte do itinerário das peregrinações a Santiago de Compostela (**Mapa XXVI**).

Segundo B. de Almeida (1979) esta via teria uma largura em média de seis metros.

Os miliários foram reutilizados para variados fins: como sepultura antropomórfica medieval (Caracala, Rubiães – **Foto 33**), pia dos porcos (Valentiniano – **Foto 35**) e outros como postes de sustentação de ramadas ou mesmo de alpendre de capela como, em Antas, na capela de S. Bartolomeu.

Encontram-se distribuídos pela área da bacia superior do rio Coura dezoito miliários, existindo ainda um outro que se encontra no Museu Pio XII, em Braga. Trata-se de uma das maiores concentrações deste tipo de vestígio arqueológico na área de um concelho, em relação a várias vias que atravessavam o território português e, sem dúvida, em relação a esta Via Quarta, se exceptuarmos a denominada Geira, na zona da Peneda-Gerês.

QUADRO IX - ESTUDO DESCRITIVO DOS MILIÁRIOS

Número	Localização na via		LOCALIZAÇÃO NA VIA (Lugar, cota e freguesia)	Número da milha	Imperador	Cronologia	EPÍGRAFE	Estado de Conservação e Utilização	Matéria Prima
	Lugar	Freguesia							
Nº1 - ROM 7	BARREIROS	S. Martinho de Coura	Cascalhal (250m) Romarigães	XXVIII (sic) [XIX]	CONSTANTE	333-337 Séc. IV d.C.	Caracteres actuários, irregulares, com gravação em V; honorífica; completa, nome de quem o colocou – <i>Rovinus</i>	Razoável Num caminho	GGM
Nº2 - ROM 8	FONTE DE OLHO	S. Martinho de Coura	(?)	(?)	MAGNÊNCIO	350-353 Séc. IV d.C.	Caracteres actuários, irregulares com gravação em V; honorífica; incompleta	Mau Suporte ramada	GGF
Nº3 - ROM 30	Museu Pio XII Braga	Proveniência Romarigães	Entre Braga e Romarigães	XX...	VALENTINIANO I	364-375 Séc. IV d.C.	Caracteres actuários, irregulares, com gravação em V e inclinação predominante à direita; honorífica; incompleta	Mau-Pia porcos Exposição no Museu Pio XII	GGM

Nº4 - ROM 31	ANTAS	Rubiães	Mte. das Contenças (100-150) - Fontoura	XXXVI	NERVA	97 Séc. I d.C.	Caracteres actuários, bem definidos, com gravação em V e inclinação predominante à direita; honorífica; completa	Bom - Coluna em alpendre de capela	GGG
Nº5 - ROM 32	ANTAS	Rubiães	Pereiros (240m) Rubiães	XXXI	MAGNÊNCIO	350-353 Séc. IV d.C.	Caracteres actuários, bem definidos, com gravação em V, inclinação predominante à direita e pontos distinguentes; honorífica; completa	Bom - Coluna em alpendre de capela	GGM
Nº6 - ROM 33	ANTAS	Rubiães	Crasto (165m) Rubiães	XXXII	JULIANO	360-363 Séc. IV d.C.	Caracteres actuários, irregulares, com gravação em V; honorífica; incompleta	Mau Adro capela	GGG
Nº7 - ROM 34	ANTAS	Rubiães	(?)	(?)	MAXIMINO E MÁXIMO	235-238 Séc. III d.C.	Caracteres actuários, irregulares, com gravação em V e pontos distinguentes; honorífica; incompleta	Razoável Adro de capela	GGG
Nº8 - ROM 35	ANTAS	Rubiães	(?)	(?)	MAXIMINO DAIA	305-313 Séc. IV d.C.	Caracteres actuários, irregulares, com gravação em V; honorífica; incompleta	Mau Adro de capela	GGG
Nº9 - ROM 36	ANTAS (1)	Rubiães	(?)	(?)	ANEPIGRAFO	(?)	Anepígrafo	Mau Adro de capela	GGG
Nº10 - ROM 39	COSTA	Rubiães	(?)	(?)	CARACALA	214 Séc. III d.C.	Caracteres actuários, irregulares, com gravação em V e pontos distinguentes; honorífica; incompleta	Razoável Sepultura antropomór- fica, adro capela	GGF
Nº11 - ROM 40	CRASTO	Rubiães	Cidade Romarigães (cota - 240m)	XXX	AUGUSTO	11-12 Séc. I d.C.	Caracteres actuários, bem definidos, com gravação em V, inclinação predominante à direita e pontos distinguentes; honorífica; completa	Bom Quinta	GGM

Nº12 - ROM 41	CRASTO	Rubiães	(?)	(?)	VALENTINIANO I	364-375 Séc. IV d.C.	Caracteres actuários, irregulares, com gravação em V; honorífica; incompleta	Mau Quinta	GGG/M
Nº13 - ROM 42	CRASTO	Rubiães	(?)	(?)	(?)	(?)	(?)	Mau Quinta	GGF
Nº14 - ROM 46	S. Bráz	Sapardos - V.N. de Cerveira	(?)	(?)	(?)	(?)	Caracteres actuários, com gravação em V; honorífica; incompleta	Mau Adro de capela	GGM
Nº15 - ROM 47	Ranhadoura	Sapardos - V.N. de Cerveira	(?)	(?)	CONSTÂNCIO I CLORO	292-306 Séc. III-IV d.C.	Caracteres actuários, com gravação em V; honorífica; incompleta	Mau	G
Nº16 - ROM 48	Mte. Gandara	Sapardos - V.N. de Cerveira	Couto das Cabras (240) - Cossourado	XXXVIII (sic) [XXXIV]	MAXIMINO DAIA	305-313 Séc. IV d.C.	Caracteres actuários, com gravação em V; honorífica; incompleta	Razoável Suporte de ramada	G
Nº17 - ROM 56	Casa Grande de Romarigães	Romarigães	Casa Grande de Romarigães	(?)	(?)	(?)	Anepígrafo	Razoável Muro	GGM
Nº18 - ROM 57	Casa Grande de Romarigães	Romarigães	Casa Grande de Romarigães	(?)	(?)	(?)	Anepígrafo	Razoável Muro	GGM

(1) Existiria um outro miliário, descoberto em 1728 (ARGOTE 1734, 638, nº1039) mas foi destruído.

QUADRO X – CARACTERIZAÇÃO DOS MILIÁRIOS - DIMENSÕES

NÚMERO	NÚMERO DA MILHA	IMPERADOR	DIMENSÕES ACTUAIS					NÚMERO DE LINHAS (actuais)
			ALTURA (em cm)	DIÂMETRO (em cm)	PERÍMETRO (em cm)	ESPAÇOS INTER-LINEARES Altura Média	LETRAS Altura Média (em cm)	
Nº1 - ROM 7	XXVIII (sic) [XIX]	CONSTANTE	162	45 x 38	149 x 130	1,68	6,71	8
Nº2 - ROM 8	(?)	MAGNÊNCIO	130	42 x 49	152	6,3	9,41	3
Nº3 - ROM 30	XX...	VALENTINIANO I	111	53 x 56	Calculado 171	3	9,44	5
Nº4 - ROM 31	XXXVI	NERVA	231	63	200	4,52	10,39	6
Nº5 - ROM 32	XXXI	MAGNÊNCIO	247	53	197 x 212 x 193	5,11	14,28	8
Nº6 - ROM 33	XXXII	JULIANO	175	65	192	(?)	10 (?)	Seriam 8 (?)
Nº7 - ROM 34	(?)	MAXIMINO E MÁXIMO	153	74	235	3,38	10,56	9
Nº8 - ROM 35	(?)	MAXIMINO DAIA	165	40	151	(?)	7,5 (?)	5
Nº9 - ROM 36	(?)	ANEPÍGRAFO	95	55 x 59	184	-	(?)	0
Nº10 - ROM 39	(?)	CARACALA	160	68	209	3,06	7,49	14
Nº11 - ROM 40	XXX	AUGUSTO	244	62	169	3,72	8,91	6
Nº12 - ROM 41	(?)	VALENTINIANO I	200	48	160	(?)	9 (?)	6 ou 7

Nº13 - ROM 42	(?)	(?)	78	46	Calculado 144	(?)	(?)	(?)
Nº14 - ROM 46	(?)	(?)	48	62 x 38	Calculado 194	4	10 (?)	1
Nº15 - ROM 47	(?)	CONSTÂNCIO I CLORO	157	43 x 33	150	(?)	(?)	5 ou 8 (?)
Nº16 - ROM 48	XXXVIII (sic) [XXXIV]	MAXIMINO DAIA	167	39	Calculado 122	(?)	10,5 (?)	6
MÉDIA	—	—	—	54,5	174,6	3,863	9,553	—

Existem ainda, mais três miliários na povoação de Sapardos (fronteira a Cossourado e pertencente actualmente a Vila Nova de Cerveira), provenientes desta via. Um dos miliários encontra-se muito danificado (colocado no adro da capela de S. Bráz), só restando a parte inferior. Os outros dois ainda conservam grande parte da epígrafe. Um é de Maximino Daia (305-313), tendo a milha o número trinta e quatro (encontrado no Monte da Gandara) e o

DDNN
 CONSTANTE
 NOBILISSIMO
 CAESARI
 POSUIT
 ROVIN
 MILIARIUM
 XXVIII



Figura 36 e foto 39 – Desenho da epígrafe e foto do miliário de Constante, Barreiros (ROM 7).

outro é de Constâncio I Cloro, tendo sido detectado no lugar da Ranhadoura e colocado na via entre 292 e 306 (séc. II/III d.C.). Apesar dos esforços que fizemos não nos foi possível estudar os miliários de Maximino Daia e de Constâncio I Cloro.

Apenas uma pequena quantidade destes monólitos se encontra próximo do local onde estariam situados em tempos romanos, visto a maioria encontrar-se deslocada, não estando pois "in situ". Contudo, alguns situam-se muito próximo do seu local original, como podemos aferir pela interpretação do **mapa XXV**.

Todos eles apresentam as epígrafes em caracteres actuários (**Quadros IX a XII e Gráficos x e XI**), relativamente bem definidos, com pouca inclinação e com uma altura em média de 9,553

centímetros. Os miliários de Barreiros e Fonte do Olho são os que apresentam caracteres menos perfeitos, muito irregulares. Os de Antas, bem como o de Augusto e o de Caracala são de melhor execução, aproveitando bem o campo epigráfico e com uma boa definição dos caracteres. Os espaços interlineares apresentam um espaço médio de 3,863 centímetros.

É provável que tenham existido oficinas de lapicidas dada a existência de várias aras (temos notícia de cinco) e bastantes miliários (possuímos referências a dezanove⁽¹¹⁾ e mais três em Sapardos, ou seja, vinte e dois). Evidentemente que outros existiram mas foram destruídos através dos tempos. Pela nossa parte apenas descobrimos um inédito do qual não foi possível fazer a leitura⁽¹²⁾.

Contudo, em face da irregularidade da letra (capital actuária), da diversidade de tamanhos, da falta de paginação e do mau aproveitamento do campo, pensamos que seriam lapicidas com pouca experiência e que não haveria uma oficina de grande escala ou com continuidade no tempo mas que, conforme as necessidades, se iriam fazendo as peças, sem que houvesse uma especialização da mão de obra.

Gostaríamos aqui de destacar a inscrição honorífica, em honra de Constante (**Figura 36 e foto 39** - ROM 7) pela particularidade da sua epígrafe. Trata-se do miliário com o número XXVIII (sic) - XIX - da XIX Via, ou seja é o vigésimo nono da série a ser colocado.

Revela ainda o culto imperial, apesar de cronologicamente se situar no Baixo Império, numa altura em que este culto se encontrava já em decadência, espalhando-se o Cristianismo. Deve tratar-se de um dos últimos testemunhos, nesta área, desse culto imperial. Contudo, o Imperador já não é tratado como um Deus, como um Senhor absoluto, dono da vida e dos seus súbditos, a quem *Rovino* atribui honras e homenagens, chamando-lhe "Nosso Senhor" e utilizando uma expressão típica das aras votivas, consagradas a uma divindade – *POSVIT*.

É a epígrafe mais interessante desta área, sendo única no género, dado que apresenta o nome de quem o colocou, que talvez o tenha também elaborado e é também o dedicante: o *Rovino*, segundo a nossa leitura, dado que Luciano dos Santos (o primeiro autor a publicar este miliário) lê como *Flavino*. Além destes elementos apresenta ainda uma nova fórmula de indicar as milhas, não em relação a *Bracara Augusta*, mas, o seu número na via.

Segundo Luciano dos Santos, *Flavinus* seria, talvez, filho de um *Flavus* (ou para nós *Rovinus*), nome bastante frequente em epígrafes peninsulares. Trata-se de um devoto deste imperador, eventualmente "um escravo público, encarregado da reparação das estradas "Curator viarum" (1979, 30).

Apresentamos um nova hipótese da transcrição - D(ominis) N(ostris) / CONSTANTE / NOBILISSIMO / CAESARI / POSVIT / ROVIN[US] / MILIARIVM / XXVIII, cuja leitura é: *Aos nossos senhores. A Constante nobilíssimo César colocou Rovino o miliário vigésimo nono.*

(11) Além dos referidos em texto, Contador de Argote aponta a existência de um miliário que teria sido detectado num regato, próximo da localidade de Antas ("pelo lado da vila"), e que teria sido enterrado nos alicerces de uma ponte aí construída, por volta de 1728 (ARGOTE 1734, 638, nº1039).

(12) Numa deslocação ao local, em que se pôde virar o monólito, foi possível constatar que a epígrafe (se a teve) estaria na parte que foi destruída, pelo que não será possível qualquer leitura.

QUADRO XI - MÉDIA DAS LETRAS POR LINHA

Nº DE LINHAS	Nº 1 - ROM 7 CONSTANTE	Nº 2 - ROM 8 MAGNÊNCIO	Nº 3 - ROM 30 VALENTINIANO	Nº 4 - ROM 31 NERVA	Nº 5 - ROM 32 MAGNÊNCIO	Nº 7 - ROM 34 MAXIMINO e MÁXIMO	Nº 10 - ROM 39 CARACALA	Nº 11 - ROM 40 AUGUSTO	Nº 14 - ROM 46 CAPA S. BRÁZ
Nº1	8,87	10,75	9	10,67	12,25	10,38	7,68	8,21	
Nº2	7,02	9,5	9,43	8,36	12,3	10,71	7,88	8,41	
Nº3	5,49	8	9,37	9,84	14,80	11,09	8,01	9,5	
Nº4	6,02		9,57	9,56	14,42	10,14	8,4	9,33	
Nº5	6,28		9,87	11,01	14,83	10,18	7,75	9,18	
Nº6	6,36			12,94	14,5	10,74	6,82	8,83	
Nº7	8,07				18,9	10,7	7,09		
Nº8	5,6				12,25		7,35		
Nº9							7,5		
Nº10							7,7		
Nº11							7,48		
Nº12							7,04		
Nº13							7,375		
Nº14							6,86		
Média da linha	6,71	9,41	9,44	10,39	14,28	10,56	7,49	8,91	10

QUADRO XII – CARACTERÍSTICAS DOS MILIÁRIOS (Imperadores, cronologias, tipos de granito e altura média das letras)

IMPERADORES	TIPOS DE GRANITO	ALTURA MÉDIA DAS LETRAS	CRONOLOGIAS
VALENTINIANO I = 2	G = 6	7 = 1	Século I = 2
MAGNÊNCIO = 2	GGM = 5	7,5 = 1	Século II = 0
MAXIMINO DAIA = 2	GGF = 5	8 = 1	Século III = 2
NERVA = 1	G = 2	8,5 = 1	Século IV = 7
JULIANO = 1		9 = 3	Indeterminado = 7
MAXIMINO = 1		10,5 = 3	
CONSTANTE = 1		10 = 4	
CARACALA = 1		(?) = 4	
AUGUSTO = 1			
CONSTÂNCIO I = 1			
INDETERMINADOS = 5			
ANEPIGRAFO = 3			
TOTAIS	18	18	18

Gráfico X - Média das letras e dos espaços interlineares

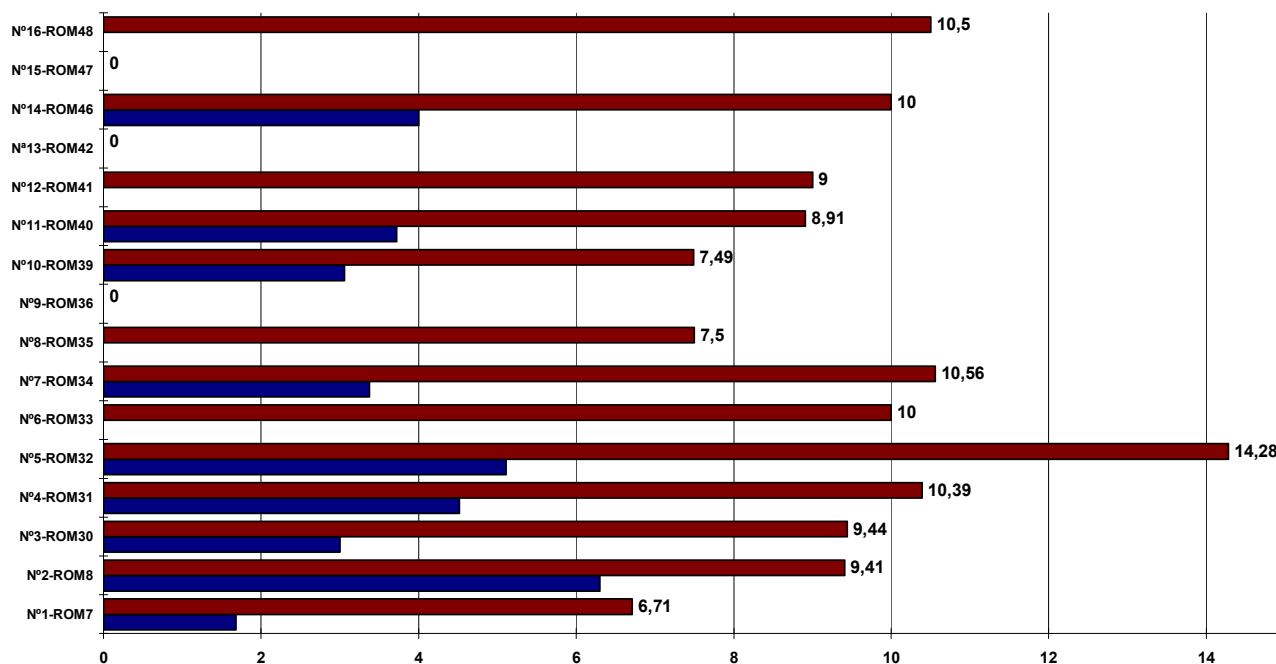




Foto 40 – Miliário de Maximino e Máximo e, ao fundo, dois miliários anepígrafos.



Foto 41 – Capela de S. Bartolomeu – miliário anepígrafo (1), miliário de Maximino e Máximo (2), miliário de Juliano (3), miliário de Magnêncio (4) e miliário de Nerva (5).

IMPERATORNERV
CAESAR AVG
PM TRIB POT
PP COS III
AB BRACARA
M PXXXVI

0 100 200 300 400 500 600 700 800 900 1000

Figura 37 e foto 42 – Desenho da epígrafe e foto do miliário de Nerva.



D·N
MAGNO
MAGNENTIO
IMPERATORI
AVG
P·F
B·N·R·P·N
XXXI

0 100 200 300 400 500 600 700 800 900 1000

Figura 38 e foto 43 – Desenho da epígrafe e foto do miliário de Magnêncio.



IMP·CAES·C·IVL·VER·MAXIM
 P·F·AVCCERM·MAX·DAC
 MAX·SARM·MAX·
 MAX·TRIB·POT·V·IMP·VII
 PAT·PAT·CONS·PROCONS ET
 C·IVL·VER·MAX·NOB·CAES
 GERM·MAX·DAC·MAX



Figura 39 e foto 44 – Desenho da epígrafe e foto do miliário de Maximino e Máximo.



O estudo da via e dos miliários que lhe estão associados revela que esta foi construída em fins do século I a.C. e princípios do I d.C. (na viragem do milénio), sendo o miliário mais antigo, como já se referiu, o de Augusto de 11-12 d.C. e terminando de ser reestruturada nestes moldes (com miliários marcando as milhas) no século IV, altura em que teve grande incremento a julgar pela cronologia dos monólitos, existindo sete desta fase. Os miliários mais tardios são os de Valentiniano I (364-375), sendo também os mais raros, em relação a outras vias. Os miliários deste imperador só são detectados nesta via (existem mais seis), existindo unicamente um na zona de Córdova, estudado por E. Hübner.

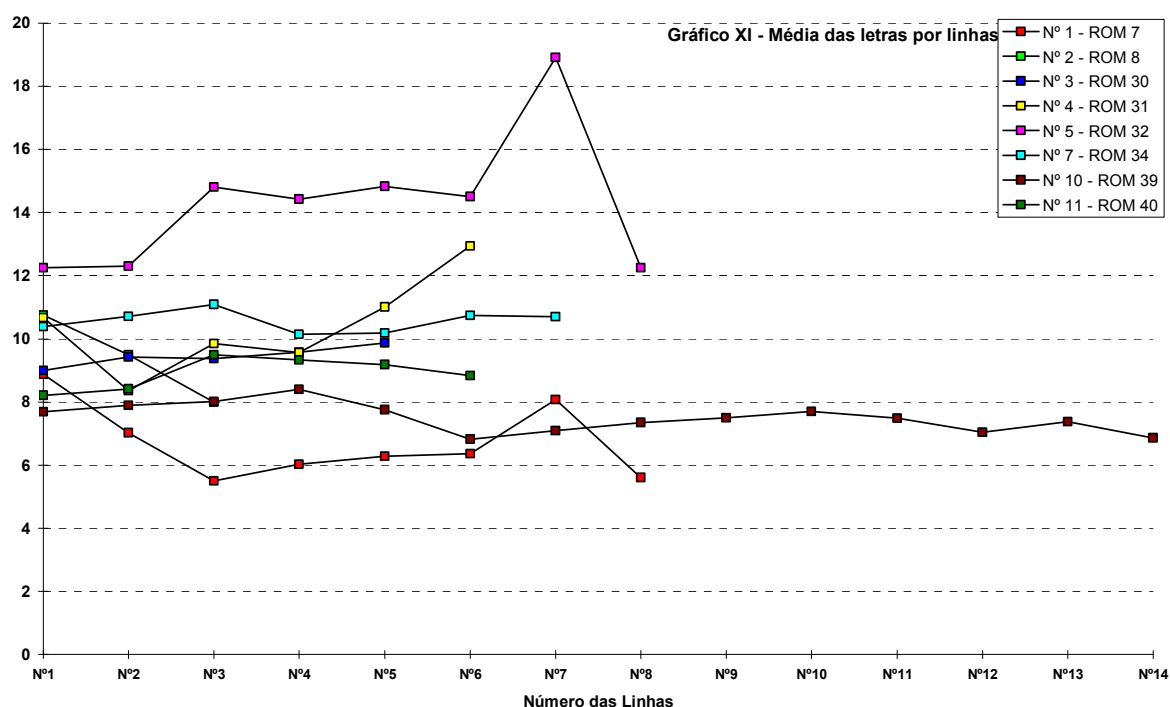
Este imperador dividiu o império com seu irmão Valente, que chefiava o império do Oriente. Valentiniano tinha a sua capital principal em Milão. Tentou salvar a derrocada do império assolado por constantes invasões dos povos bárbaros.

A via aparentemente não sofreu remodelações no século II, embora se trate apenas de uma hipótese, dado que não conhecemos a datação de todos os miliários (no caso apenas dois, sendo um anepígrafo), além de que certamente outros existiram, como são documentados por Contador de Argote (s.v. nota 11). Podem também ter sido substituídos por outros nos séculos III e IV d.C..

O estudo agora apresentado não permite, pela falta de escavações, por um lado estabelecer etapas cronológicas precisas sobre a construção, desenvolvimento e declínio da IV Via militar, pois, como vimos, nem todos os miliários nos oferecem elementos seguros para atribuição de uma cronologia, nem, por outro lado, resolver todos das dúvidas existentes sobre o real traçado da via, nesta área. Essencialmente, abrimos algumas pistas para futuras investigações, pela quantidade de

estações e vestígios catalogados, pela recolha de fontes que elaboramos e pelo ensaio interpretativo que fornece.

Aparentemente, o maior florescimento romano nesta zona, como tentamos comprovar em outros trabalhos (SILVA 1994), ter-se-à registado no século IV, já no Baixo Império, quando se encontrava em franco declínio noutras zonas, como comprovam os materiais encontrados, sobretudo os tesouros monetários e a reestruturação da via com Valentiniano I.



Apesar da importância que a via romana teria tido nesta região associado ao facto de ser uma zona bastante fértil e irrigada, com cotas baixas, marginada por extensos vales, não foi motivo de atracção para a fixação dos povos, dado que os achados de espólio nitidamente romano nas zonas por onde passa (o mesmo se pode referir em relação à variante oeste), são muito poucos, raros mesmo (se exceptuarmos os miliários).

3.5.6 – Dispersão espacial do povoamento romano

Em relação às estações e vestígios romanos com interesse agrícola e pastoril (a localização dos miliários, da via ou das aras não considerados neste item – **Quadro XIII**), ou seja, os povoados (*villae*, casais), dispersam-se geralmente por zonas com solo vocacionado para a prática agrícola. De seguida, surgem-nos os que se situam em áreas com aptidão condicionada e outros, muito poucos, em zonas mais propícias para a exploração florestal, mas com zonas agrícolas muito próximas ou existentes dentro da própria área do assentamento.

QUADRO XIII - FREQUÊNCIAS DE OCORRÊNCIAS DE:

TIPOS DE ESTAÇÕES/ESPÓLIO	ALTITUDE	TIPOS DE SOLO	EXTRACTO GEOLÓGICO
Habitat = 14	100 - 200 = 8		
Villa = 1	200 - 300 = 13	A = 16	GGG = 23
Necrópole = 2	300 - 400 = 4	C = 13	GGM = 12
Forno = 2	400 - 500 = 12	F = 6	Xisto-migmatítico = 3
Tesouro monetário = 3	500 - 600 = 4		Xisto-ordovício = 1
Mós = 6	600 - 700 = 0		Misto = 1
Tégula = 17			
Tijolo = 1			

O estudo da dispersão deste tipo de estações pelo sistema orográfico revelou-nos que estas se localizam a uma cota mínima de 150 metros de altitude e máxima de 550. A maioria incide em cotas entre os 250 e 400 metros. Os sítios localizados abaixo destas altitudes, entre os 150 e 250 metros, são os preferidos para a localização dos miliários conhecidos e, evidentemente, da via. Entre os 200 e 400 metros temos a maioria das estações cartografadas, com predominância das zonas onde aparecem as explorações de maior envergadura e onde se detectam maiores quantidades de materiais. Entre os 400 e 600 metros existem uma menor ocorrência de vestígios, e acima destes valores as ocorrências são nulas.

Em termos da dispersão dos sítios em relação à rede hidrográfica, podemos concluir que a maioria das estações e vestígios se localizavam em zonas que marginam o Coura, ou nas proximidades deste e dos seus afluentes com maior caudal. Assim, temos uma quantidade significativa de estações e vestígios que ocorrem nas margens da ribeira dos Cavaleiros, do rio Coura, da ribeira da Pantanha, do regueiro da Corredoura e do ribeiro de Brozendes, sendo as zonas de maior incidência deste tipo de estações.

Temos, pois, a geomorfologia, especialmente a rede hidrográfica, o tipo de solo que lhe anda geralmente associado, ou seja as zonas de vale, onde corre o rio ou ribeiros, como alguns dos elementos condicionadores da fixação de propriedades rústicas agrícolas. Estas zonas abrem, portanto, áreas potenciais de investigação desta ambiência cronológica.

CAPITULO IV – RESULTADOS DAS CAMPANHAS DE ESCAVAÇÕES ARQUEOLÓGICAS EM POVOADOS FORTIFICADOS

4.1 METODOLOGIA DAS INTERVENÇÕES E DO ESTUDO DA CULTURA MATERIAL

A metodologia de investigação aplicada nas intervenções de escavação arqueológica e de estudo da cultura material encontrada nos povoados fortificados de Cossourado, Romarigães e Cristelo foi muito semelhante.

Após a prospecção de superfície de cada povoado e a análise dos respectivos indicadores, sobretudo os referentes a potenciais vestígios de estruturas, iniciaram-se os trabalhos de limpeza, nomeadamente a desmatação dos sectores a intervir.

A abertura das valas de sondagem obedeceu regra geral aos mesmos critérios, tendo sido implantadas quadrículas compostas por fiadas de dois quadrados com 2mx2m cada, numa extensão variável, posteriormente aumentadas sempre que o decorrer da escavação o exigia.

Em todas as áreas foi materializada uma malha de quadrados com 2mx2m, excepto na intervenção efectuada na muralha interna de Cossourado, onde se utilizaram quadrados de 4mx4m e, excepcionalmente, um de 6mx4m, coincidente com a entrada da muralha.

As quadrículas foram orientadas segundo o norte magnético, sempre que possível sem nenhuma declinação.

Seguidamente procedeu-se ao levantamento topográfico de todos os quadrados implantados no terreno.



Foto 45 - Trabalhos de escavação arqueológica.

Regra geral, a escavação desenvolveu-se segundo uma metodologia baseada na abertura de quadrados alternados, no sentido da descoberta de estruturas, posteriormente escavadas em área. Sempre que se entendeu necessário, foram deixados cortes estratigráficos.

A escavação em área foi, de uma forma geral, a opção privilegiada, não só devido à fraca potência estratigráfica evidenciada nas diversas áreas intervencionadas, mas, sobretudo, porque um dos principais objectivos definidos à partida era visualizar e estudar as estruturas na sua totalidade e compreender o seu relacionamento espacial.

Após os trabalhos prévios referidos, deu-se início à escavação arqueológica propriamente dita. Foi retirada a espessa manta morta, que designamos por camada 1, tendo a escavação prosseguido de acordo com o método de decapagem horizontal (**Foto 45**), em quadrados de 0.5 m x 0.5 m e camadas aleatórias de 5 a 10 cm. Embora esta seja uma estratigrafia artificial, foram seguidas as camadas estratigráficas do terreno: a camada 1, a camada 2, correspondente ao derrube das estruturas e, por isso, com grande quantidade de pedra e de difícil escavação (**Foto 46**); e a camada 3, correspondente ao nível de ocupação.



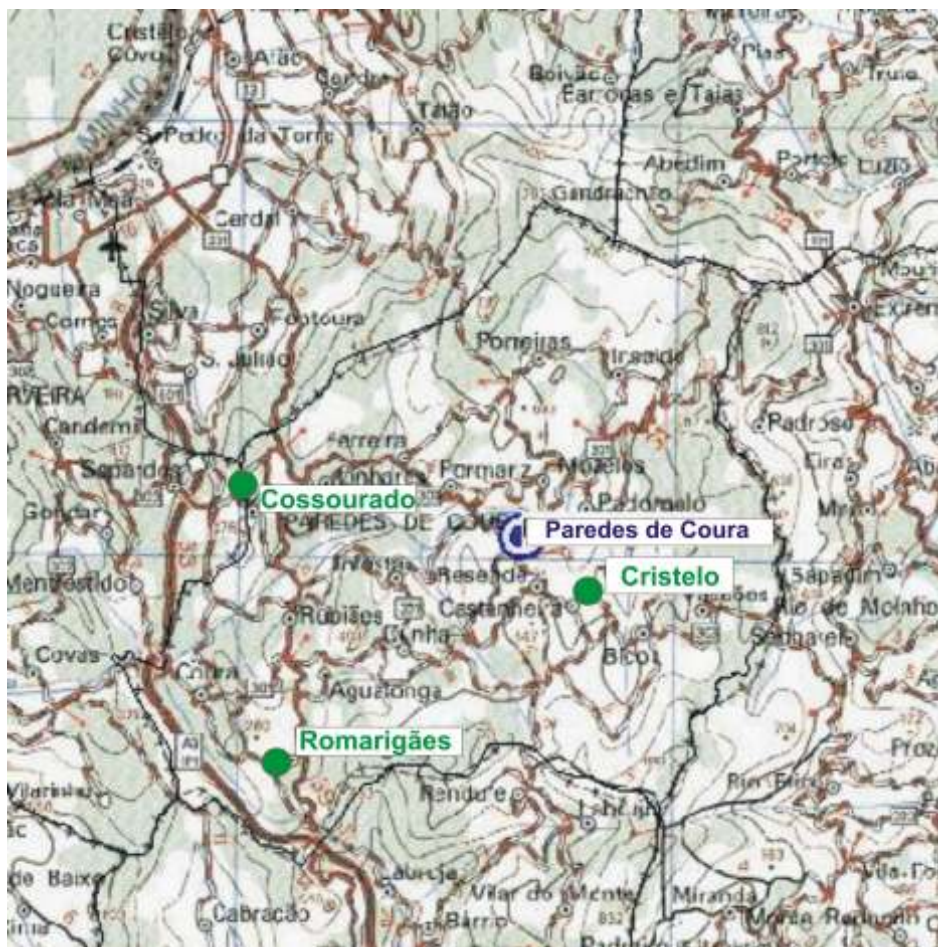
Foto 46 – A densa camada de derrube envolvendo a estrutura 2H.

Em Cristelo a escavação foi bastante dificultada pelo aparecimento de duas fases de ocupação, com estruturas sobrepostas: a camada 3, correspondente à segunda fase de ocupação, e a camada 4, correspondente à primeira fase – para além dos dois níveis superficiais. Este facto implicou uma escavação mais minuciosa, que permitisse relacionar o espólio detectado com o respectivo nível.

Todas as intervenções foram documentadas em vídeo, fotografia e desenho arqueológico (perfis estratigráficos e estruturas pétreas), normalmente em planimetria e posteriormente cotados altimetricamente. Após a tintagem, todos os desenhos de estruturas, perfis, cortes estratigráficos e de elementos de cultura material foram digitalizados.

Em termos metodológicos, o espólio arqueológico foi registado por camada estratigráfica, quadrado, sector e data e, aquele que apresentava características mais significativas, coordenado tridimensionalmente, sendo calculadas, na maioria dos casos, altitudes absolutas. Foram também registadas indicações relativas à sua posição no interior ou exterior das estruturas.

Após a escavação, os materiais exumados foram lavados (com excepção dos que iriam ser submetidos a análises, como, por exemplo, os materiais orgânicos carbonizados) e devidamente acondicionados, tendo-se efectuado a marcação, a catalogação, o registo em desenho, fotografia e digitalização, o estudo em diversos quadros, segundo parâmetros previamente escolhidos, a análise (caso necessário) e, em alguns casos, a conservação, o restauro e a reconstituição parcial ou total. Posteriormente, foram depositados no Gabinete de Arqueologia e Património da Câmara Municipal de Paredes de Coura e, após selecção criteriosa, expostos no Núcleo de Arqueologia do Museu Regional de Paredes de Coura.



Mapa XXVII - Localização no concelho de Paredes de Coura dos três povoados objecto de escavação arqueológica.

A metodologia de estudo dos materiais pautou-se por três princípios fundamentais: o tratamento igualitário, a objectividade e a uniformização na apresentação dos resultados, o que resultou num estudo muito mais moroso do que seria de esperar à partida e num acumular de dados de difícil tratamento, que implicou, por sua vez, um dispêndio de tempo ainda maior. No entanto, afigurava-se essencial que todos os testemunhos da cultura material provenientes da escavação - e mesmo de prospecção - fossem tratados, estudados e analisados do mesmo modo, para que os resultados finais fossem tão objectivos quanto possível.

Para esse efeito foram elaborados quadros descritivos onde se incluíram todos os parâmetros que considerámos necessários, adaptados a cada tipo de espólio, sendo o mais pormenorizado o

relativo ao estudo ceramológico. Os quadros foram sendo preenchidos aquando da análise de cada fragmento ou peça e deles se compõe o volume III deste trabalho.

Após a descrição os quadros descritivos daí resultantes (contagens, médias) foram tratados sob diversas formas, sendo os dados finais apresentados neste volume em diversos gráficos e quadros e no volume III em quadros síntese de cada tipo de espólio. Neles se apresenta a caracterização geral do espólio, a sua distribuição espacial e o estudo das características do espólio em relação à estrutura onde foi encontrado.

A caracterização das pastas do espólio ceramológico baseou-se na análise macroscópica, pelo que a subjectividade da análise foi uma realidade dificilmente transponível.

No estudo do tipo de desengordurante utilizado foi tido em conta a sua quantidade e não tanto o calibre, pelo que, na ausência de uma metodologia analítica objectiva utilizámos termos como nenhum, pouco ou muito. A constatação da presença ou ausência de determinado tipo de elemento plástico existente na pasta é falível a esta escala de observação, pelo que registamos os elementos mais frequentes e visíveis como a mica branca (moscovite) e o quartzo leitoso.

A caracterização dos componentes plásticos e a sua quantificação, ainda que não numérica, é de considerável importância no sentido do estudo do tipo de pasta e do tratamento a que esta foi sujeita, que nos levou a agrupá-la em dois tipos: depurada e pouco depurada.

A textura das pastas foi outro item analisado, consideramo-la, como vem sendo comum nos meios arqueológicos, por compacta ou friável. Neste caso, os elementos que nos levaram a esta catalogação não foram a maior ou menor quantidade de utilização de elementos plásticos mas sim, a dureza/compactação dos fragmentos em oposição a outros cuja estrutura estava, à altura do achamento, em destacamento, comprometendo a sua integridade futura.

O estudo métrico dos fragmentos foi realizado em relação a todos os diâmetros externos, quer dos bordos, quer dos fundos das vasilhas, sendo escolhidas as medidas máximas. Foram todos desenhados, inclusivamente aqueles fragmentos que não possibilitavam o cálculo do diâmetro, embora não tenham sido apresentados neste trabalho.

Foi igualmente medida a altura nas peças passíveis de serem reconstituídas.

A medida tirada com maior frequência foi a espessura dos fragmentos. Nos casos em que se tratava de vários fragmentos da mesma peça foram retiradas as espessuras dos fragmentos mais espessos, dos médios e dos mais finos, sendo posteriormente calculada a média.

Todas as dimensões foram registadas nos quadros descritivos. Nos quadros síntese foi registada a espessura média dos fragmentos em relação ao seu local de achamento (dentro ou fora das estruturas) e a média geral do povoado.

As estampas foram organizadas por povoado, pela distribuição espacial das peças em relação ao seu posicionamento interno ou externo às estruturas, e, no caso de Cristelo, em relação às duas fases de ocupação. A tipologia foi outro factor tido em conta na organização dos desenhos do espólio.

A cerâmica foi agrupada por tipos de vasilha, nos raros casos em que possuímos uma reconstituição ainda que aproximada da peça; os bordos por tipologia - aplanados, arredondados, apontados, e outros -, os fundos igualmente pelo tipo do perfil.

A cerâmica decorada foi agrupada pela técnica decorativa e pela tipologia da gramática decorativa.

Os materiais líticos e os metálicos seguiram o esquema referido, sendo agrupados por tipologia de uso.

A camada estratigráfica não foi factor privilegiado para o agrupamento dos desenhos das peças, dada a ausência de diversas fases de ocupação nos povoados fortificados de Cossourado e de Romarigães. No caso de Cristelo em que existem duas fases, o problema também não se colocou, uma vez que as peças de cada fase foram organizadas separadamente. Contudo, sempre que foi possível, agrupamos as peças pela sua evolução cronológica relativa.

Todas as peças foram legendadas com a marcação que possuem e que permite a sua identificação nos quadros descritivos. Essa marcação é constituída por vários elementos: a designação do povoado (COS = Cossourado; ROMA = Romarigães; CRIS = Cristelo), seguida do ano de escavação e do sector, do número que lhe foi atribuído relativamente ao ano da intervenção (recomeçada do zero cada nova campanha de escavação) e, por fim, a posição em termos de camada estratigráfica (exemplo: CRIS97A-6 (C.3)). Nos quadros descritivos foi acrescentada uma marcação geral que nos permite rapidamente conhecer a totalidade de cada tipo de espólio.

Em todos os casos é indicada uma escala gráfica (raramente numérica) na qual o desenho é apresentado.

Para finalizar uma referência aos materiais que foram objecto de análises.

As amostras de antracologia e carpologia foram analisadas pela Profa. Doutora Isabel Figueiral, do Laboratório de Paleobotânica, Ambiente e Arqueologia, da Universidade de Montpellier e, em alguns casos específicos, pelo Doutor Pablo-Ramil Rego, da Faculdade de Farmácia da Universidade de Santiago de Compostela e pela Profa. Doutora Maria Oliva Ariza Rodriguez, do Departamento de Pré-História e Arqueologia da Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade de Granada e, actualmente, da Universidade de Jaén.

Os objectos metálicos não foram analisados, apesar de diversos esforços nesse sentido, tendo sido realizadas apenas algumas radiografias pelo Prof. Doutor Eng^o Roberto Cavalheiro, da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto.

Os estudos analíticos das cerâmicas foram desenvolvidos pela Profa. Doutora Bernardina Padial (Granada), e pelos Engenheiros da Cerâmica e do Vidro Carlos Renato Macieirinha Gomes e José Manuel Gonçalves Ventura, da Universidade de Aveiro.

Um fragmento de *skyphos* foi estudado pelo Prof. Doutor Andrés Adroher Auroux, do Departamento de Pré-História e Arqueologia da Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade de Granada.

As peças líticas cuja atribuição do mineral nos suscitava dúvidas foram analisadas pelo Prof. Doutor João Coroado, do Instituto Politécnico de Tomar, e pelo Prof. Doutor João Abrunhosa, da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto.

As datações de radiocarbono foram efectuadas no antigo Instituto Tecnológico e Nuclear, em Sacavém (ITN), e no Laboratório da Radiocarbono da Universidade de Granada (UGRA). Todas as

datas foram calibradas segundo o programa de calibração de M. Stuiver & P. J. Reimer (1993), na versão VER 3.0.3. Escolhemos a curva bidecadal, o método B de probabilidades e o desvio "standard", correspondente a 2 sigma (95,4% de segurança), embora apresentemos, igualmente, outros dados fornecidos pelos laboratórios referidos.

As análises bioarqueológicas a resíduos alimentares encontrados em cerâmicas foram solicitadas ao Prof. Doutor Jordi Juan Tresseras, no âmbito do Projecto Arqueologia da Alimentação da Universidade de Barcelona. No entanto, até ao momento ainda não nos foram apresentados os resultados.

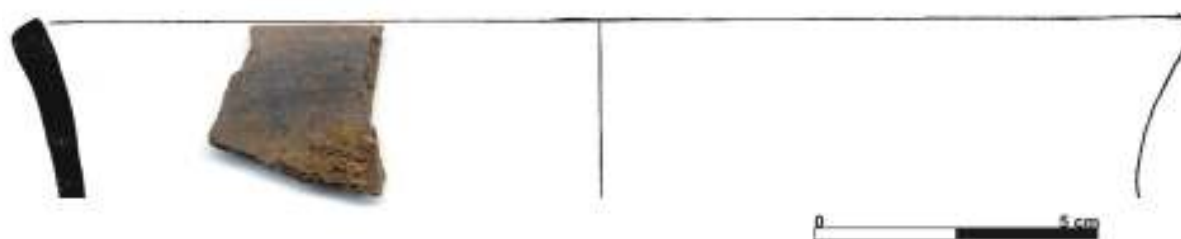


Figura 40 – Fragmento de bordo pertencente a peça indeterminada de ir lume, contendo resíduos de alimento cozinhado (COS 2001I-378 (C.3) – dentro da estrutura 3I) que foi enviado para análise.

4.2 O POVOADO FORTIFICADO DE COSSOURADO

4.2.1 Contextualização histórica

A freguesia de Cossourado situa-se no extremo oeste do concelho de Paredes de Coura e confina, em território courense, com as freguesias de Linhares e Rubiães, a nascente e a sul, respectivamente. Dela fazem parte os lugares de Cossourado, Couto das Cabras, Nogueira, Pecene, Peorada, Suadouro e Volência. Faz fronteira com o concelho de Valença, através da freguesia de Fontoura, e com o de Vila Nova de Cerveira, através da freguesia de Sapardos. Dista 10 quilómetros da sede do concelho, 52 de Viana do Castelo, 55 de Braga e 14 da fronteira internacional de Valença.

A sua área é caracterizada por "terreno montanhoso e pouco fértil" (LEAL 1874, 409).

Instituída logo nos começos da nacionalidade (primeira metade do século XII) no julgado de Fraião e arcediago de Cerveira, esta freguesia aparece nas Inquirições de 1258 "já registada com o nome de Cossoyrado" (OLIVEIRA 1976, 21), palavra que, segundo alguns autores, deriva de Coto-Arado, segundo outros, de "cossoiro".

No período respeitante à Idade Média, as Inquirições de 1258 dizem-nos que a paróquia de Santa Maria de Cossourado estava dividida em "casais de herdutores vilãos, uns vinte ao todo", "fossadeiras" e que os lugares de Volência e Nogueira foram os primeiros agricultáveis - lugares estes muito próximos da base do monte onde se situa o povoado.

Outra curiosidade prende-se com a existência de um casal, em Eira Vedra, com o nome de "D. Froyla", que pagava ao rei 3 soldos, e de uma pousada para o rico-homem, sendo obrigados os filhos e netos de Menendo Exemenendis a cobrir o "palácio" destinado àquele.

Em tempos recuados, esta freguesia foi anexada à de S. Martinho de Coura e era apresentada "em uma vida" por Manuel d'Eça de Guimarães, e "noutra" por Agostinho Pereira d'Antas, de Fontoura, pelo que depois ficou a apresentação de S. Martinho para o padroado de Guimarães, enquanto o relativo a Cossourado foi para o de Fontoura.

Não obstante nunca ter sido objecto de estudos aprofundados até 1993, o povoado fortificado de Cossourado mereceu, ao longo dos anos, a atenção de diversos autores e curiosos que lhe dedicaram alguns, ainda que breves, apontamentos. Eivados, em grande parte dos casos, de contornos lendários, alguns dos quais hoje em dia apenas enquadráveis no domínio da tradição, comprovam, no entanto, a noção que as populações tinham da existência, naquele monte, de algo bastante antigo e, por isso mesmo, de considerável valor patrimonial. No século passado, essa consciência era uma realidade.

José Avelino de Almeida, no seu "Diccionario Abreviado de Chorographia, Topographia e Archeologia", de 1866, a propósito do povoado referia: "Acima da igreja está um monte e nelle vestígios de castello e de grande fortificação, a que chamão cidade: dizem os antigos que se chamava Arnoia; mas o que alcança é que se chamava Cauca, donde vem o nome que se corrompeu em Coura. Affirmão que daqui foi natural o imperador Theodosio (...). As grandes columnas que estão em S. Bartholomeu de Antas [seis miliários], daqui forão para lá. (...)".

Mais à frente acrescentava: "Conhece-se ainda hoje que teve fossos e trincheiras com estradas cobertas, que servião aos Romanos de proteger as marchas dos comboios para os exércitos que

vierão conquistar Braga. (...). Logo mais, aonde se chama Rieiro, da parte do sul do rio Coura, na mesma via, estão ruínas de castello pequeno" (ALMEIDA 1866, 335).

O mencionado lugar de Rieiro situa-se na freguesia de Fontoura (concelho de Valença), a norte deste povoado, local onde passaria a via romana e onde existiriam "ruínas". Aí apareceram moedas romanas, entre elas um denário de Godiano (222-244 d.C.), que parece estar no Museu dos Biscainhos, em Braga (OLIVEIRA 1979, 162, nota 25).

Vinte anos mais tarde, José Augusto Vieira escrevia, no "Minho Pittoresco", que "a configuração do terreno (...) faz pensar nos *Castros* dos romanos, e recorda involuntariamente a história antiga destes logares" (VIEIRA 1886, 121).

Sem se deter em considerações alongadas, nos inícios deste século Narcizo Alves da Cunha, autor da monografia "No Alto-Minho — Paredes de Coura", afirmava que próximo da igreja paroquial "está o monte da Cividade, onde se encontram importantes restos de fortificação antiga" (CUNHA [1909] 1979, 398). E Félix Alves Pereira concretizava, mais pormenorizadamente: "para poente, vêem-se duas ordens de muralhas derruídas mas do lado da suposta acrópole têm alguma elevação; ao centro há um grande morro. A estrada romana passava na proximidade, de nascente a poente" (PEREIRA 1924, 251).

Quatro décadas antes, Pinho Leal, ao referir-se ao povoado, mais não fazia que transcrever as palavras de Avelino de Almeida. Porém, acrescentava: "É tradição que esta cidade foi destruída pelos árabes, em 717" (LEAL 1874, 410).

Nos "Commentários a Dexteró", de 382, Francisco de Vivar defendia ser a cidade de *Cauca* a pátria do imperador romano Teodósio Magno e apontava a sua localização para a região situada entre Braga e Valença: "*Haec hodie dicitur Cauca, inter Bracharam et Valentiam*". Idácio, bispo de Chaves (séc. V), na sua Crónica, referindo-se ao ano de 379 da era cristã, partilhava da mesma opinião, e afirmava: *Theodosius natione hispanus, de provinciae Gallaeciae, civitate Cauca, a Gratiano Augustus appellatur*.

Perante estes dados, José A. Vieira, a exemplo do que já haviam feito José A. Almeida e outros autores, interrogava: "Seria aqui a antiga cidade *Arnoia*? Seria a *Cauca* romana, dando por corrupção do termo a palavra actual de Coura?" (VIEIRA 1886, 121).

Através dos tempos, a bibliografia tem situado esta cidade romana em vários locais do concelho: Cossourado, S. Martinho de Coura, Paredes de Coura, Cividade de Romarigães, Monte Murado (na Portela da Labruja), entre outros, sem, contudo, se chegar a qualquer conclusão.

Este tema foi retomado em 1957, sob o título "A Pátria de Teodósio O Grande", por Francisco José Velozo (publicado em Homenagem a Florentino A. L. Cuevillas, editora Galáxia, Vigo, 1957), tendo este texto sido, inclusivamente, colocado recentemente em site da Internet. Deste trabalho captamos o essencial: "Teodósio, hispano por nascimento, da cidade (nação ou tribo) de *Cauca*, foi elevado por Graciano à dignidade de Augusto. Paralelamente, Zózimo, historiador grego dos princípios do século V, declara Teodósio natural de *Kayka*, *polis (civitas)* da Galécia (*Kallegía*) na Ibéria (lib. IV)." Mais adiante: " Conservando a lição Ceuci, visto que os *Celtici* são outros, podemos assim fixar a naturalidade de Teodósio numa região costeira ocidental do convento lucense, no território dos *Ceuci*,

na cidade de Cauca. A designação *civitas* ou *polis* (tribo, cidade), dada a *Cauca* permite-nos identificá-la como povo dos *Ceuci*." Contudo, a localização exacta de *Cauca* continua por desvendar.

O tempo e os homens não conseguiram, até aos dias de hoje, responder a estas questões. Provavelmente nunca chegarão a fazê-lo e as dúvidas continuarão a persistir, até porque a presença romana no povoado, tão referida por todos os autores, não está de forma alguma documentada.

De um dado, no entanto, nunca se poderá duvidar: da imponência da estação. De tal forma era evidente que José A. Almeida salientou: "Este forte está em tão alta posição que se não pode fazer ideia da sua grandeza sem que se veja de perto" (ALMEIDA 1866, 335).

O que podemos actualmente comprovar é que, no que respeita à contextualização arqueológica toda a área que circunda o povoado é relativamente rica em espólio da época romana.

Na base do monte, a este, passaria a via romana *Bracara Augusta - Asturica Augusta*, havendo nas freguesias limítrofes (Coura, Rubiães e Sapardos) vários miliários. De referir, ainda, a existência da ponte romano-medieval sobre o Coura, assim como de outros vestígios do povoamento romano, nomeadamente cerâmica de construção e de cobertura.

Relativamente às construções megalíticas, esta zona é bastante pobre, não havendo actualmente vestígios desta época, apesar de existirem referências de autores do século passado.

Os trabalhos de escavação arqueológica realizados nesta estação entre 1993 e 2001 - num total de sete campanhas - integraram-se no Projecto de Investigação Plurianual (1998-2001) intitulado "Estudo, Musealização e Divulgação do Povoamento Proto-Histórico e Romanização da Bacia Superior do rio Coura", aprovado pelo Instituto Português de Arqueologia, que deu seguimento ao anterior, com o mesmo título, aprovado pelo Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico⁽¹³⁾.

Em 1996 (22/02/1996) foi apresentada, ao Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico, uma proposta de classificação desta estação arqueológica como Imóvel de Interesse Público, dadas as características de que este sítio arqueológico se reveste para o conhecimento do povoamento proto-histórico peninsular: a sua antiguidade (e o facto de não ter sido romanizado), a singularidade das suas estruturas construtivas; a importância patrimonial que possui a nível concelhio; o facto de, na altura, se pretender fazer a sua musealização e correcta divulgação, projecto esse desenvolvido entre os anos de 1997 e 1999. O processo de Classificação ainda se encontra por concluir, estando o monumento em vias de classificação, por despacho de 8 de Novembro de 1996. Este povoado encontra-se ainda inserido, desde 2005, no processo relativo à Rede de Castros que está a estruturar a Candidatura à classificação pela UNESCO dos Castros do Noroeste Peninsular a Património Mundial.

4.2.2 Localização e enquadramento geográfico

O povoado fortificado de Cossourado situa-se no lugar do Forte da Cidade, freguesia de Cossourado, concelho de Paredes de Coura e distrito de Viana do Castelo.

A sua localização é a seguinte:

(13) Possui o número Nacional de Estação de 3628 e, na listagem do Instituto Português de Arqueologia, o código CNS 3628. Foi por nós classificado na Carta Arqueológica concelhia como PVF 1 - Povoado Fortificado de Cossourado, assim como no Plano Director Municipal.

Coordenadas Planimétricas: UTM (v.g. Forte da Cidade): X = 530.207,74; Y = 4.640.686,09.
GAUSS: X = 158.185; Y = 549.700.

Altitude: 375,71 metros (v.g. Forte da Cidade).

Está cartografado no Mapa dos Serviços Cartográficos do Exército, na escala 1/25.000, folha nº 7 (S. Pedro da Torre, Valença), datada de 1949 e reformulada em 1997, e folha nº 15 (Paredes de Coura), datada de 1949 e reformulada em 1996. Na Carta Geológica de Portugal, na escala 1:50.000, encontra-se na folha 1-C (Caminha), de 1962.



Mapa XXVIII - Localização do povoado fortificado de Cossourado na Carta Militar (Esc.: 1:25.000, folha nº 15, 1996).

Segundo a Carta Geológica e respectiva *Notícia Explicativa*, o povoado está situado numa mancha de rochas eruptivas, de granito alcalino de grão médio.

Nas proximidades, a oeste e sudeste, existe uma mancha do complexo xisto-migmatítico; a sul, uma outra de granito alcalino de grão grosseiro; a norte e nordeste, uma de granito gnáissico.

Em termos geomorfológicos, trata-se de uma elevação que, relativamente à área onde se situa, se distingue na paisagem pela sua altitude. A encosta virada a oeste possui menos declive que as restantes, por ser mais extensa.

A base do monte é atingida, na vertente oeste, aos 225 metros, pelo que o monte possui, neste ponto cardeal, 150 metros de altura. A norte, sul e este estes valores não são tão acentuados, passando a cota de base do monte sensivelmente nos 300 metros, pelo que a altura passa para metade - 75 metros -, sendo a dificuldade de percurso muito maior, dado o declive existente.

Pelo monte abundam afloramentos graníticos de grão médio e grosso com vestígios de extracção de pedra, nomeadamente marcas de guilho. Estes vestígios encontram-se muito polidos, o que pressupõe uma extracção bastante remota.

No cimo do monte existe um *plateau* de grandes dimensões, sub-circular, encimado por uma elevação onde está implantado um marco geodésico.

A rede hidrográfica é abundante, sendo o monte contornado pelo rio Coura a nascente, sudeste e sul, com inúmeras linhas de água mais próximas, como a Ribeira das Quintãs, a oeste. Entre a segunda e terceira linha de muralha, a sul, existiu uma nascente de água.



Foto 47 – Foto aérea do povoado (I.G.C., Maio de 1991).



Foto 48 - O povoado em 1990, vislumbrando-se a elevação central e as cinturas de muralha.

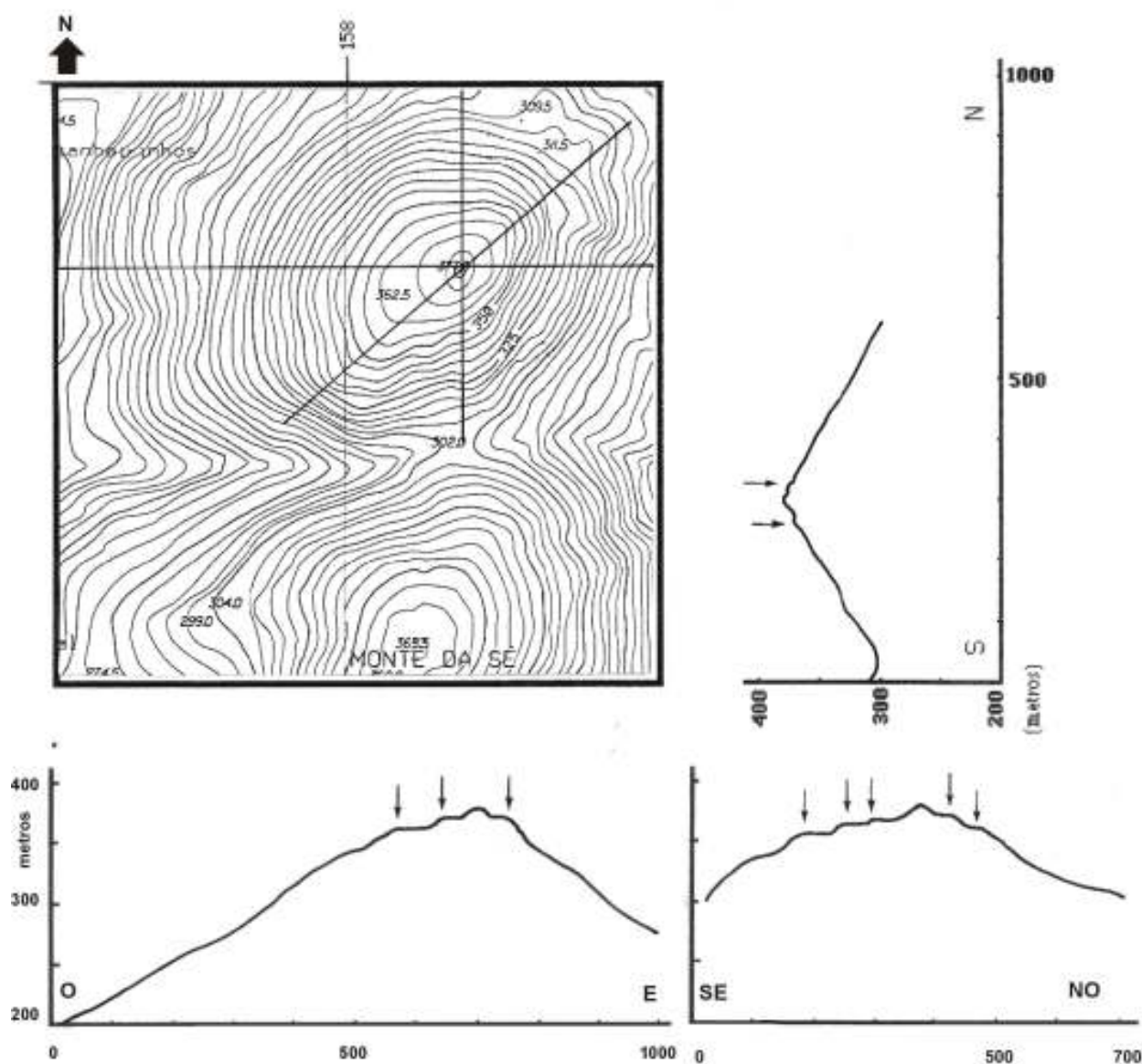


Figura 41 – Ortofotomapa (I.G.C., Esc. 1:10.000; fl.: 155/545) e perfis topográficos.

4.2.2.1 Tipo de solo e vegetação

Segundo estudos actuais, a estação está implantada numa mancha de solo com aptidão florestal. A este existem manchas de solo com aptidão agrícola, a menos de trinta minutos de marcha, e outras pertencentes ao complexo A + F (aptidão agrícola e florestal).

Em termos florestais, o monte está actualmente coberto por densa vegetação rasteira de tojo, fetos, ervas variadas e urze, e abundante vegetação arbórea (pinheiro e carvalho).

4.2.2.2 Povoamento actual

O povoamento actual é disperso em todo o vale que circunda o monte. Na base, a nordeste, situa-se a igreja paroquial e o cemitério de Cossourado, bem como um aglomerado de casas, que ladeiam a estrada e que correspondem à sede da freguesia de Cossourado; a oeste, encontra-se a povoação de Sapardos, pertencente ao concelho de Vila Nova de Cerveira.

4.2.3 Topografia e cartografia dos diversos sectores

O levantamento topográfico do povoado foi solicitado pela Câmara Municipal de Paredes de Coura ao G.A.T. do Vale do Minho, em 1991, tendo sido realizado em Agosto de 2000, por um topógrafo contratado pela Câmara Municipal de Paredes de Coura, uma vez que a primeira instituição não atendeu ao pedido formulado. O levantamento foi realizado nas escalas 1:200, 1:500 e 1:1000, apenas na área escavada, com e sem a implantação das estruturas.

Em 2001, após uma extensa acção de limpeza de toda a área superior do povoado pelos serviços florestais, foi reelaborada a topografia (**Figuras 42 e 43**) do *plateau* superior e

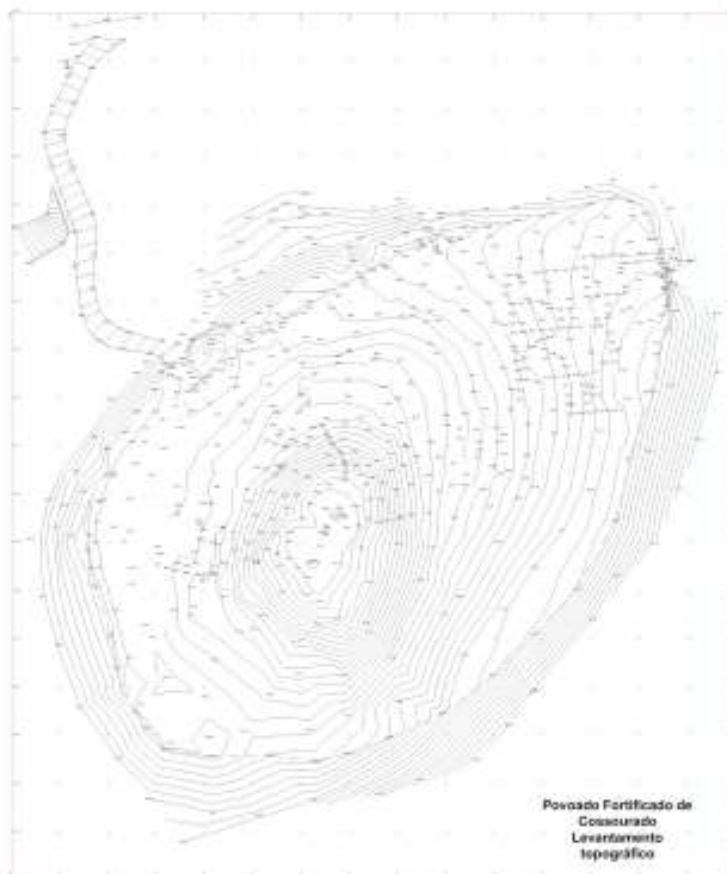
que correspondente à área circunscrita pela muralha interna. Foi também efectuada a actualização da parte escavada (escalas 1:200, 1:500 e 1:1000).

Por questões de metodologia de escavação, desde 1993, se procedeu ao levantamento topográfico dos sectores, assim como à sua inserção na rede geral, com a ligação da área cartografada à Rede Geodésica Nacional, através do Sistema U.T.M..

O relacionamento cartográfico de todos os sectores de escavação foi efectuado pelo método do "transporte de coordenadas" da estação central (v.g. Forte da Cidade) para um dos lados da figura geométrica que define cada sector, que foi munido de um ponto fixo para cotagem.

4.2.3.1 Sector A (Figura 44)

O sector A está implantado numa área com pouco declive que se desenvolve de este para oeste, com um pendor de dois metros (entre o ponto mais elevado — 366.87 — e o de menor altitude — 364.98), entre o torreão e a cintura de defesa interna, próximo da zona mais alta do povoado. O norte magnético situa-se a 30 graus do eixo que a quadrícula materializa no terreno.



O ponto fixo para cotagem situava-se no interior da cabana 1, tendo sido a sua altitude determinada por nivelamento geométrico a partir do vértice geodésico referido ($Z = 375,71$ metros). A origem altimétrica do sector A corresponde a 366.77 metros, existindo um desnível de 8.94 metros entre o ponto de origem da quadrícula e o vértice geodésico.

Uma vez que este sector foi objecto de um projecto de musealização, grande parte dos pontos topografados tiveram de ser retirados.

O sector foi intervencionado em praticamente todas as campanhas, pelo que sofreu alterações de índole topográfica, tendo-se aumentado sucessivamente a quadrícula conforme as necessidades ditadas pela escavação arqueológica.

A intervenção teve início mediante a implementação de uma quadrícula de tipo vala, com 16 metros no sentido este-oeste e 4 metros no sentido norte-sul, numa área de 64 m^2 . Os sucessivos acrescentos introduzidos fizeram com que actualmente este sector possua levantamento topográfico e quadriculagem numa área de 548 m^2 (137 quadrados). Foram criados os quadrados: A e B de 0.0 e 0 a 8 ; M, N, O e P de 0.0 e 0 a 7 ; Q, R, S e T, de 0.0 e 0 a 5 ; U de 0.0 e 0 a 7 ; V, W, X e Y de 1.1 , 0.0 e 0 a 5 ; e Z de $2.2.$, 1.1 , 0.0 e 0 a 5 .

4.2.3.2 Sector E (Figura 45)

O sector E situa-se na continuidade do sector A, a norte deste. Está implantado numa área com pouco declive que se desenvolve de este para oeste, com um pendor de $1,67\text{m}$ (entre o ponto mais elevado — 366.86 — e o de menor altitude — 365.19), entre o "torreão" e a cintura de defesa interna. Entre o ponto de origem do sector e o marco geodésico existe um desnível 8.85 metros. O relacionamento cartográfico do sector foi efectuado relativamente ao sector A, tendo-se implantado uma figura geométrica quadrangular e encontrado um ponto fixo para cotagem, que se situa no seu canto sudoeste. A origem altimétrica do Sector E corresponde a 367.01 metros. O norte magnético situa-se a 30 graus do eixo norte-sul, que a quadrícula materializa no terreno.

Após o levantamento topográfico, a figura geométrica foi materializada no terreno por uma quadrícula de 25 quadrados, com 2 m de lado, perfazendo um total de 10 m de lado e uma área de 100 m^2 . Foram criados os quadrados A, B, C, D e E, de 0 a 4 . Posteriormente (em 1998), a quadrícula foi ampliada, a este, em mais duas fiadas incompletas. Desta forma, criaram-se os quadrados B, C, D, E e F 0.0 e 1.1 e ainda o F 2.2 . O sector, configurado por uma figura sensivelmente rectangular, possui 12 , 14 ou 16 metros, no sentido este-oeste, 10 ou 12 metros, no sentido norte-sul, e uma área total de 164m^2 .

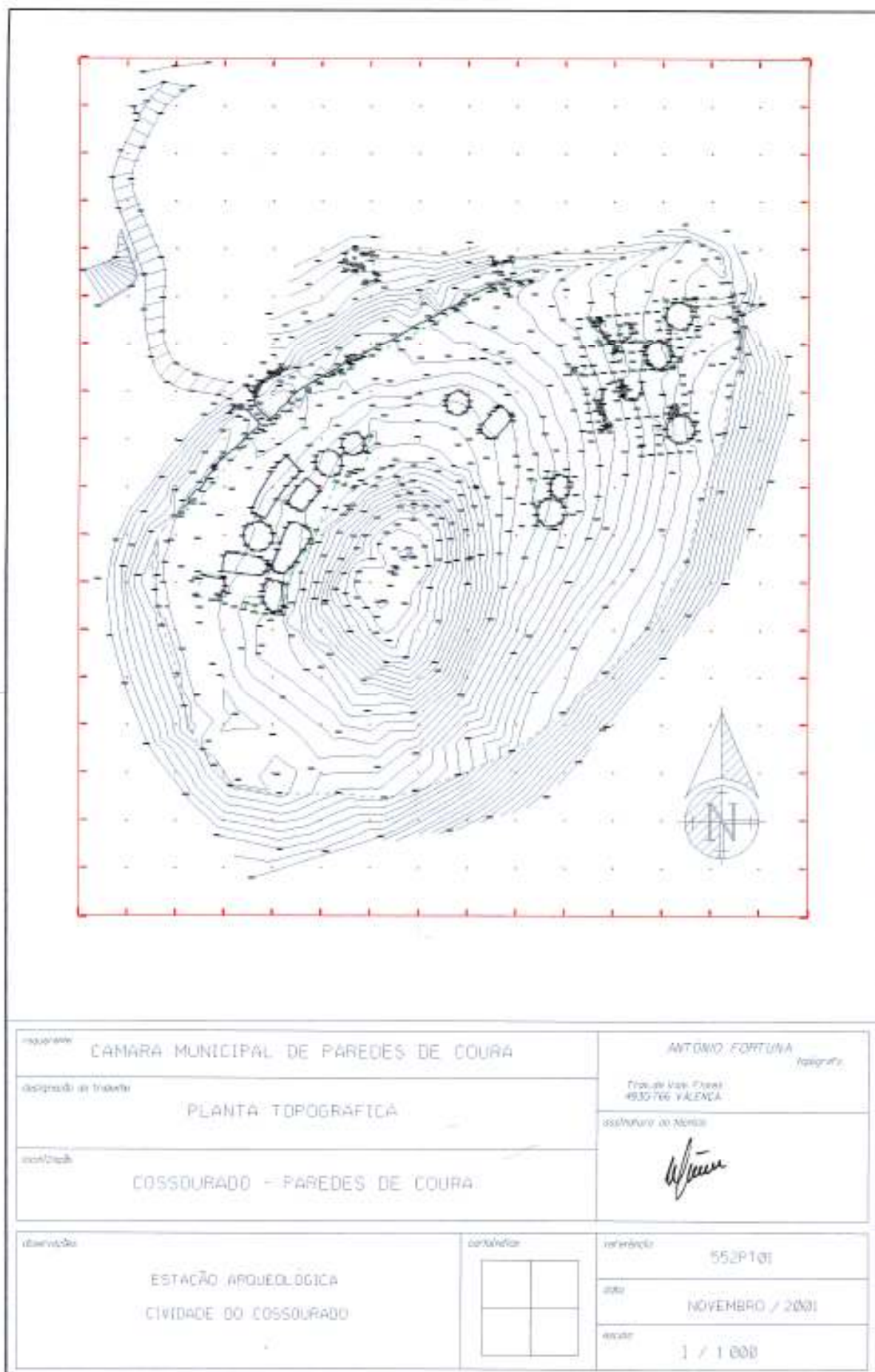


Figura 43 – Planta topográfica.

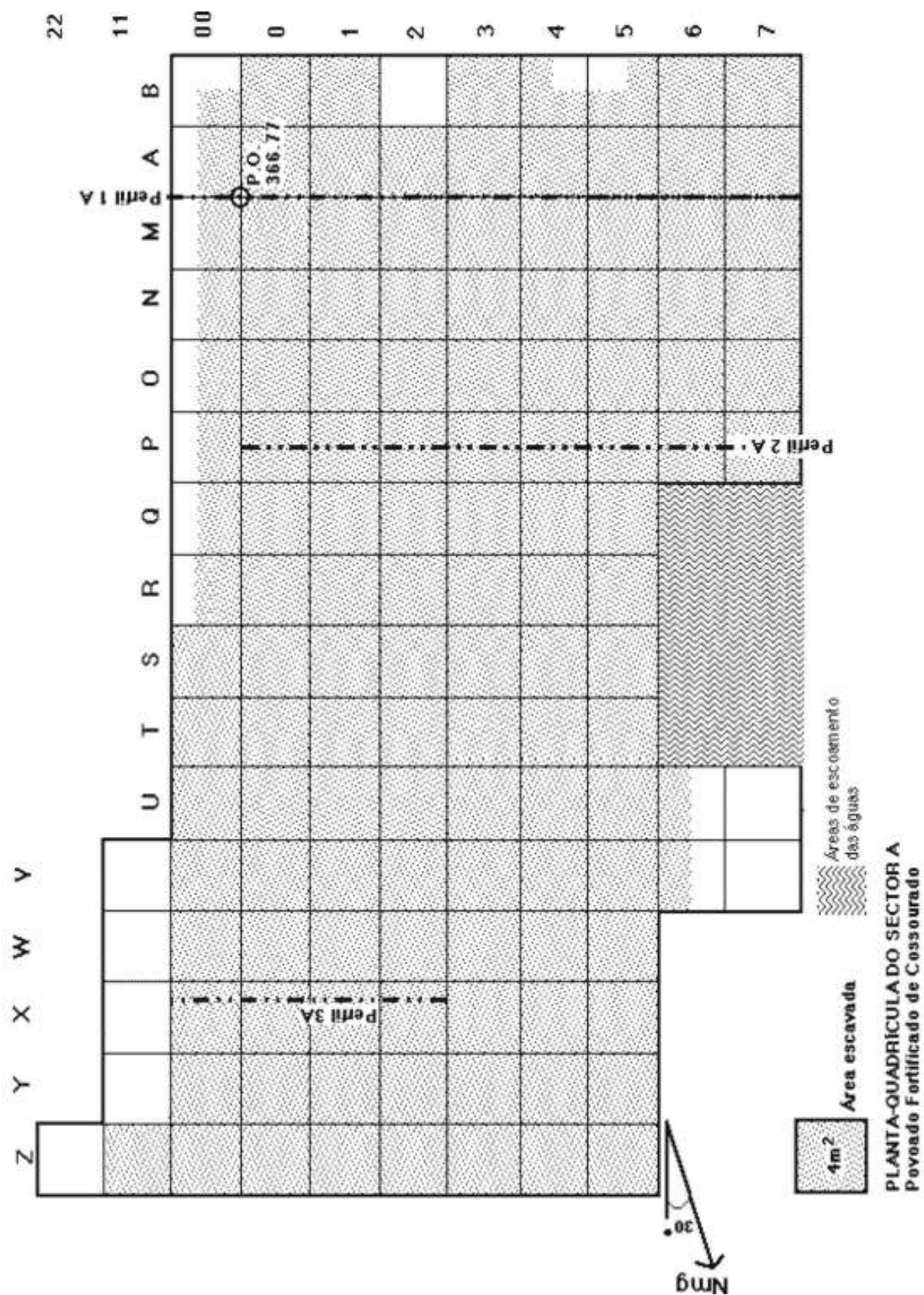
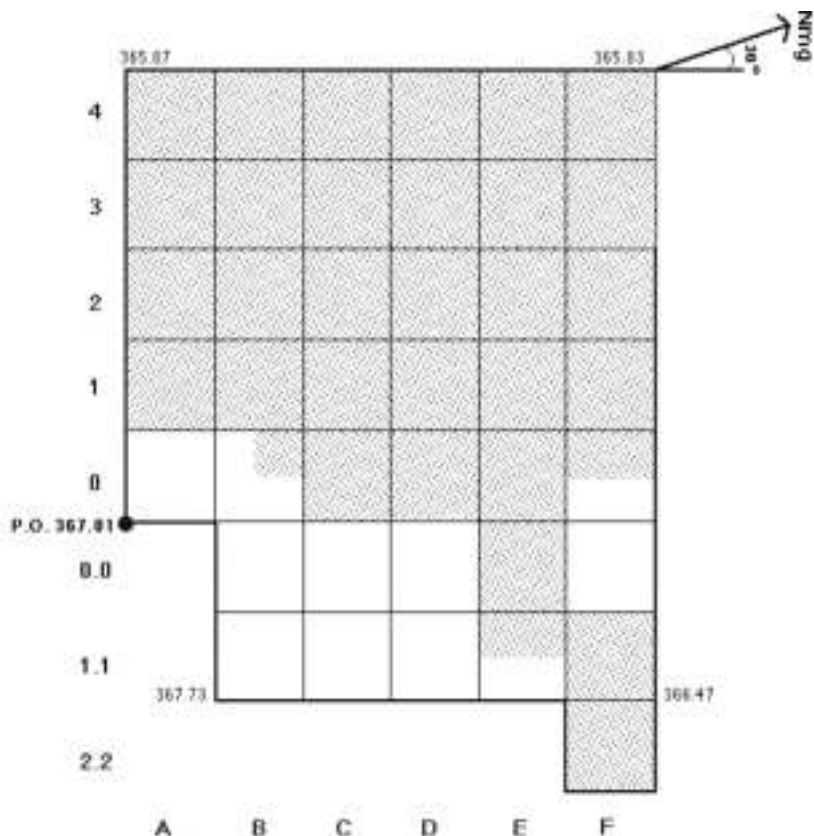


Figura 44 – Planta-quadrícula do Sector A.





PLANTA-QUADRÍCULA DO SECTOR E
 Povoado Fortificado de Cossourado - COS 98 E
 (continuação do Sector A)

Figura 45 – Planta-quadrícula do Sector E.

4.2.3.3 Sector C (Figura 46)

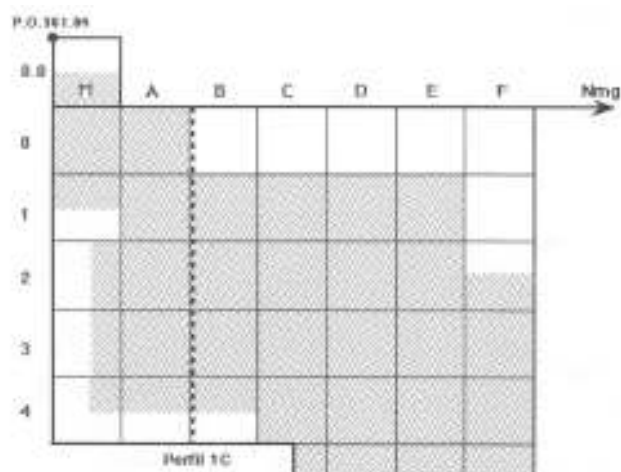
O sector C situa-se a nordeste do torreão e do marco geodésico, entre estes e a muralha interna.

Está implantado numa área com maior declive que os anteriores sectores, e que se desenvolve de oeste para este. Tem um pendor de um metro e oitenta (entre o ponto mais elevado - 361.84 - e o de menor altitude - 360.04 do sector).

Entre o ponto de origem do sector e o marco geodésico existe um desnível de 13.87 metros.

O relacionamento cartográfico foi elaborado pela metodologia referida.

O vértice sudoeste da quadrícula foi munido de um ponto fixo para cotagem, tendo a sua altitude




PLANTA-QUADRÍCULA DO SECTOR C
 Povoado Fortificado de Cossourado - COS 97 C

vido determinada por nivelamento geométrico, a partir do vértice geodésico (Z = 375,71 metros). Assim, a origem altimétrica do Sector C corresponde a 361.84 metros, existindo um desnível de 13.87 metros entre o ponto de origem da quadrícula e o vértice geodésico.

Na implantação desta quadrícula teve-se em atenção a sua orientação exacta a Norte.

Após o levantamento topográfico, foi materializada no terreno uma quadrícula constituída por 40 quadrados, perfazendo um total de 14 metros de lado, no sentido norte-sul, e de 10 metros, no sentido este-oeste. A área da quadrícula ronda os 158 m². Foram criados os quadrados M.M 0.0, M, A, B, C, D, E e F de 0 a 4⁽¹⁴⁾.

4.2.3.4 Sector D (Figura 47)

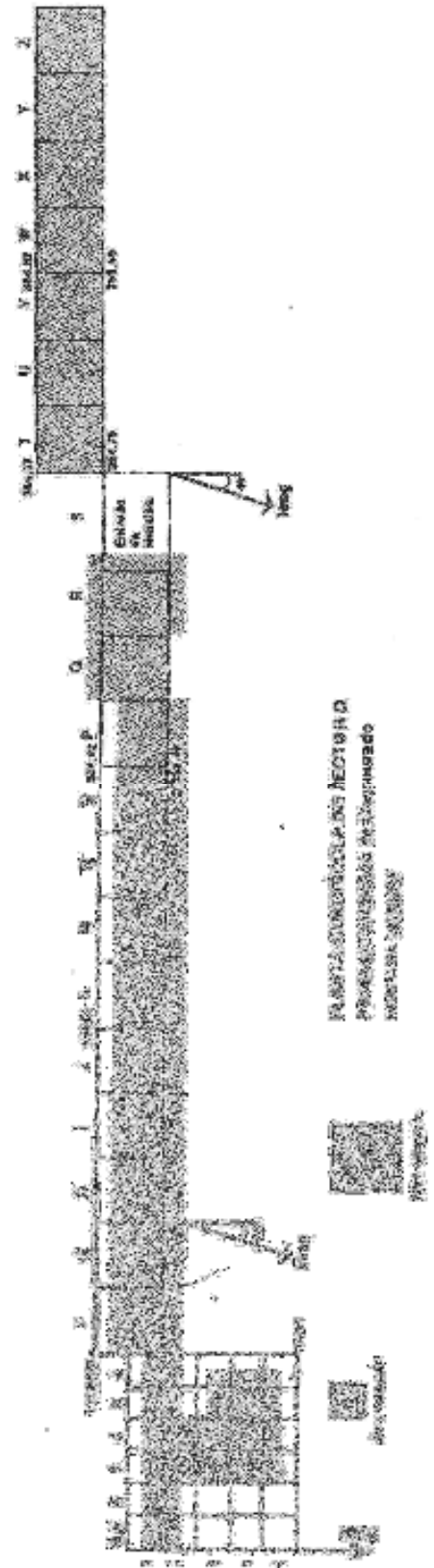
O sector D circunda todos os sectores escavados e foi materializado sobre um grande troço da muralha interna, na parte norte e oeste do povoado.

Está implantado numa área com bastante declive que se desenvolve de sul para norte, com um pendor de 3,15 (entre o ponto mais elevado da muralha - 362.95 - e o de menor altitude - 359.80 do sector). Com a continuação da implantação da quadrícula, este desnível passa a ser de 4.74 (entre o ponto mais alto - interno - e o mais baixo - externo). Entre o ponto de origem inicial do sector e o marco geodésico existe um desnível de 16.06 metros.

O relacionamento cartográfico, neste caso, foi também efectuado pelo método do "transporte de coordenadas" do sector C para um dos lados da figura geométrica que define este sector. Na campanha de 1997, houve necessidade de reformular a quadrícula. Toda a área foi novamente topografada e o relacionamento cartográfico fez-se a partir do sector F.

O canto sudoeste da quadrícula (implantada em 1996) foi munido de um ponto fixo para cotagem, tendo sido a sua altitude determinada pelo método referido. Desta feita, a origem altimétrica do sector D corresponde a 362.95 metros, existindo um desnível de 12.76 metros entre o ponto de origem da quadrícula e o vértice geodésico.

Na implantação desta quadrícula tivemos o cuidado de



(14) A quadrícula foi praticamente toda escavada, no sentido da definição das estruturas encontradas, ficando por escavar os quadrados MM0.0, B, C, D, E, F 0 e F1, na sua totalidade e M1, 2, 3 e 4, A4, B4 e F2, parcialmente.

fazer a sua orientação exacta, virada a Norte.

Em 1996, primeiro ano de intervenção deste sector, após o levantamento topográfico, foi materializada no terreno uma quadrícula de 30 quadrados, com 2 metros de lado cada, perfazendo um total de 10 metros de lado, no sentido norte-sul, e de 12 metros, no sentido este-oeste. A área da quadrícula era de 120 m², tendo sido criados os quadrados M, A, B, C, D e E, de 0 a 4.

Nas campanhas seguintes, por razões de segurança da estrutura e dos intervenientes na escavação, optamos por escavar somente a parede interna da muralha e o seu topo. Este tipo de intervenção, em sanja, necessitava da implantação de uma fiada de quadrados, de preferência maiores do que os anteriores, uma vez que a vala que a escavação viria a definir destruiria sucessivamente a implantação de quadrados de dois metros. Assim, optou-se por criar uma fiada de quadrados com 4 metros de lado cada, implantando-se os quadrados O, P, Q, R, S T, U, V, W, X, Y e Z, 0 (zero), no seguimento oeste da quadrícula existente. O quadrado S possui 6 x 4 metros já que coincide com o caminho de acesso ao povoado. A área total - quadriculada e topografada - do sector é, actualmente, de 448 m².

A intervenção realizada nesta muralha, no prolongamento do sector H, será referida quando nos reportarmos a esse sector.

4.2.3.5 Sector F

Situa-se na proximidade dos sectores A/E, a 8,70 metros do topo nordeste (Qd. F0) do sector E. Está implantado numa área com pouco declive que se desenvolve, sensivelmente, de sul para norte, entre o "torreão" e a cintura de defesa interna, próximo da zona mais alta do povoado, com um pendor de 1,95 metros (entre o ponto mais elevado - 366.29 - e o de menor altitude - 364.34 do sector).

O relacionamento cartográfico fez-se em relação ao Sector E. Desta forma, foi implantada uma figura geométrica rectangular e encontrado um ponto fixo para cotagem, que se situa no seu canto sudoeste.

A origem altimétrica do Sector F corresponde a 366.29 metros, existindo um desnível de 9.42 metros entre o ponto de origem da quadrícula e o vértice geodésico.

Após o levantamento topográfico, a figura geométrica foi materializada no terreno através da implantação de uma quadrícula constituída por 56 quadrados, perfazendo um total de 14 metros no sentido norte-sul, de 16 metros no sentido este-oeste, e 224 m² de área. Foram criados os quadrados A, B, C, D, E, F, G e H, de 0 a 6.

4.2.3.6 Sector G

Posiciona-se a oeste do centro do povoado, entre a muralha interna e a intermédia, a 16 metros da junção norte dos quadrados J e L do sector D.

O relacionamento cartográfico fez-se em relação ao Sector D. Desta forma, foi implantada uma figura geométrica rectangular e encontrado um ponto fixo para cotagem, que se situa no seu canto sudoeste.

A origem altimétrica do Sector G corresponde a 359.96 metros, existindo um desnível de 15.75

metros entre o ponto de origem da quadrícula e o vértice geodésico.

Após o levantamento topográfico, a figura geométrica foi materializada no terreno, através da implantação e uma quadrícula constituída por 6 quadrados, com 4 metros de lado, perfazendo um total de 8 metros no sentido norte-sul, 12 metros no sentido este-oeste, e 96 m² de área. Foram criados os quadrados A, B e C, 0 e 1.

4.2.3.7 Sectores H e I (Figura 48)

Os sectores H e I situam-se na parte do povoado voltada ao rio Coura, a nordeste da maioria dos sectores referidos e do torreão, mais concretamente entre este e a muralha interna (sector D).

Estão implantados numa área com algum declive que se desenvolve de oeste para este. Têm um pendor de 4,49 m entre o local de implantação das estruturas reconstruídas e a cintura de defesa interna.

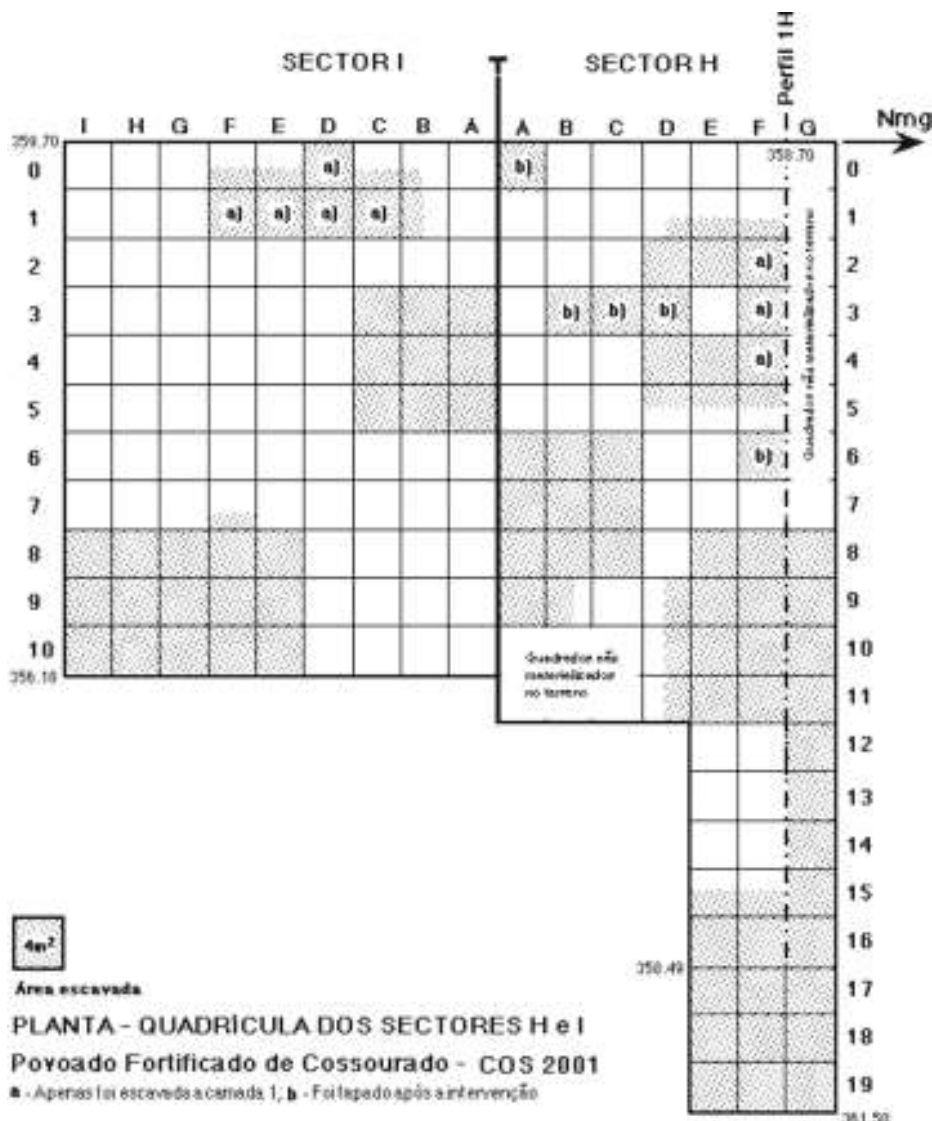
O relacionamento cartográfico foi o mesmo efectuado para o Sector C, e segundo o método do

"transporte de coordenadas" para um dos lados da figura geométrica que define o **sector H**.

Desta forma, na intervenção de 2000, foi implantada uma figura rectangular e encontrado um ponto fixo para cotagem (que se situa entre os quadrados C 0 e D 0, por ser uma zona plana e central da quadrícula), cuja origem altimétrica corresponde a 359.11 metros. A quadrícula possuía 70 quadrados e 280 m² de área.

Na campanha de 2001 a quadrícula foi alargada para leste, de modo a possibilitar a realização de uma sondagem, em vala, entre a última cabana (Est. 3H) e a cintura interna da muralha. A área quadriculada corresponde a 24 quadrados, embora só uma parte tenha sido intervencionada.

O **sector H** possui actualmente uma área quadriculada de 94 quadrados, com 376 m², correspondendo a uma área escavada de 220 m².



O sector implantado de base na campanha de 2001 - **sector I** - corresponde a uma zona contígua, a sul, do sector H. Foi implantada uma figura quadrangular e encontrado um ponto fixo para cotagem, que se situa entre os quadrados A 0 e B 0, cuja origem altimétrica corresponde a 359.38 metros.

Entre os pontos de origem dos sectores H e I e o vértice geodésico existe um desnível de cerca de 16.50 m.

O relacionamento cartográfico foi efectuado em relação ao sector H.

Esta última quadrícula possui dezoito metros de lado, no sentido norte-sul, e vinte e dois metros, no sentido este-oeste. Foram criados os quadrados A, B, C, D, E, F, G, H e I de 0 a 10.

O **sector I** corresponde, em resumo, a uma área quadriculada de 99 quadrados, com 396 m² e uma área escavada de 167 m².

Actualmente, o povoado fortificado de Cossourado possui uma área de escavação, quadriculada e topografada de 2.410 m² – não apresentamos as plantas-quadrículas dos sectores F e G por ser desnecessário.

4.2.4 O Povoado

O povoado situa-se no cimo do monte e na sua vertente, sensivelmente entre as cotas 350 e 375.71. As dimensões do recinto são de cerca de 400 metros no sentido sudoeste-nordeste e 250 metros no sentido norte-sul, sendo, pois, um povoado de grandes dimensões que atinge os 10 hectares de área (100.000 m²).

O perfil do monte é bastante arredondado, apresentando uma extensa chã no cimo (com algum

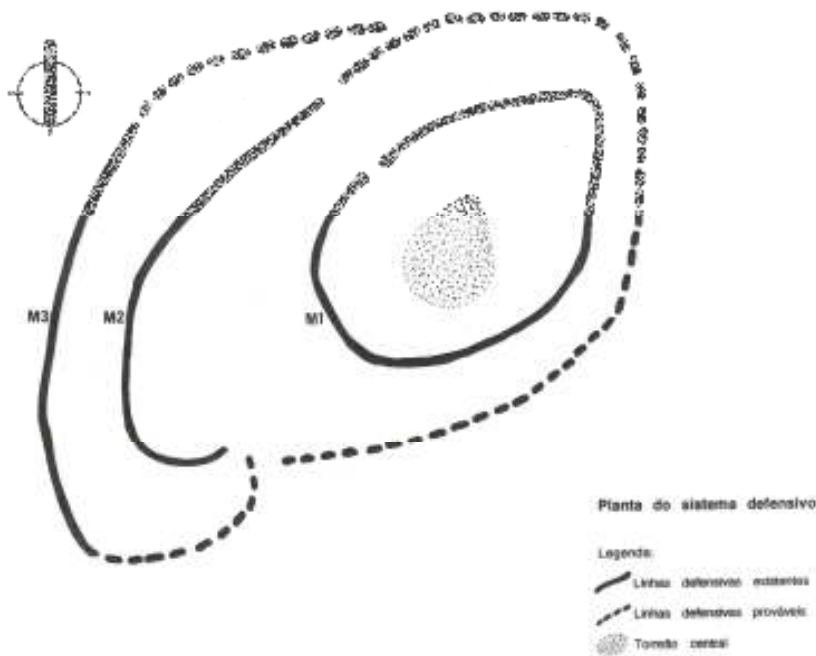


Figura 49 – Planta aproximada das cinturas de defesa, existente nas placas explicativas do povoado.

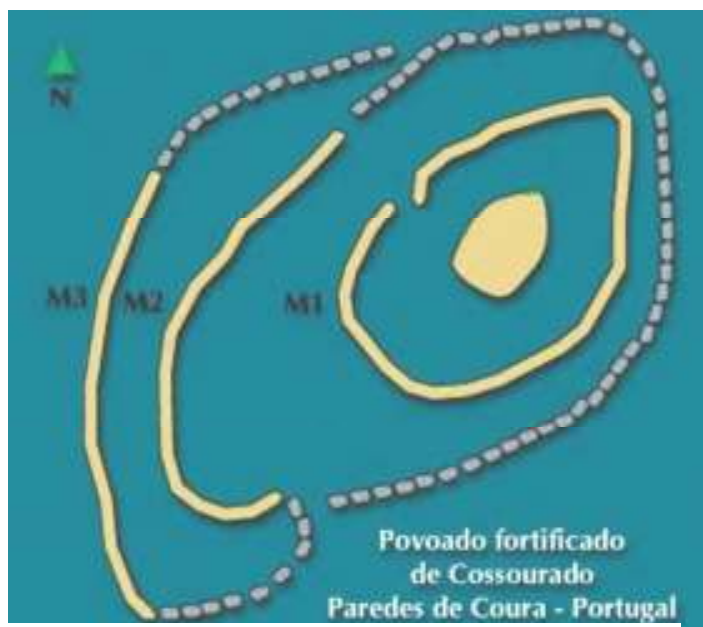


Figura 50 – A mesma planta que aplicada num site na Internet, actualmente desactivado.

pendor), rodeada pela primeira linha de muralha.

As muralhas, em número de três, distribuem-se da seguinte forma (**Figuras 49 e 50**):

- uma rodeando a *acrópole* e o montículo central. Esta muralha interna contorna uma área de cerca de 110 metros ⁽¹⁵⁾ de largura, no sentido norte-sul, e 150, no sentido sudoeste-nordeste, correspondendo a uma área de 1,65 hectares (16.500 m²).

- a segunda cintura de defesa, ou intermédia, passa a uma cota que varia entre os 366 metros, a sudeste, e os 360 metros, a oeste. Possui uma extensão de 200 metros, no sentido norte-sul, e 260 metros, no sentido sudoeste-nordeste, correspondendo a uma área de 5,20 hectares (52.000 m²).

- a terceira linha, externa, localiza-se, sensivelmente, a uma cota de 350 metros de altitude, apenas existindo na encosta oeste do povoado. A norte e a sudoeste junta-se à intermédia. Cobre uma área com um comprimento, no sentido norte-sul de 240 metros e no sentido sudoeste-nordeste de 310 metros, correspondendo a uma área de 7,44 hectares (74.400 m²).

Como foi referido, a muralha externa não forma um circuito fechado: é interrompida nos locais de defesa mais fácil e, evidentemente, de encosta mais abrupta.

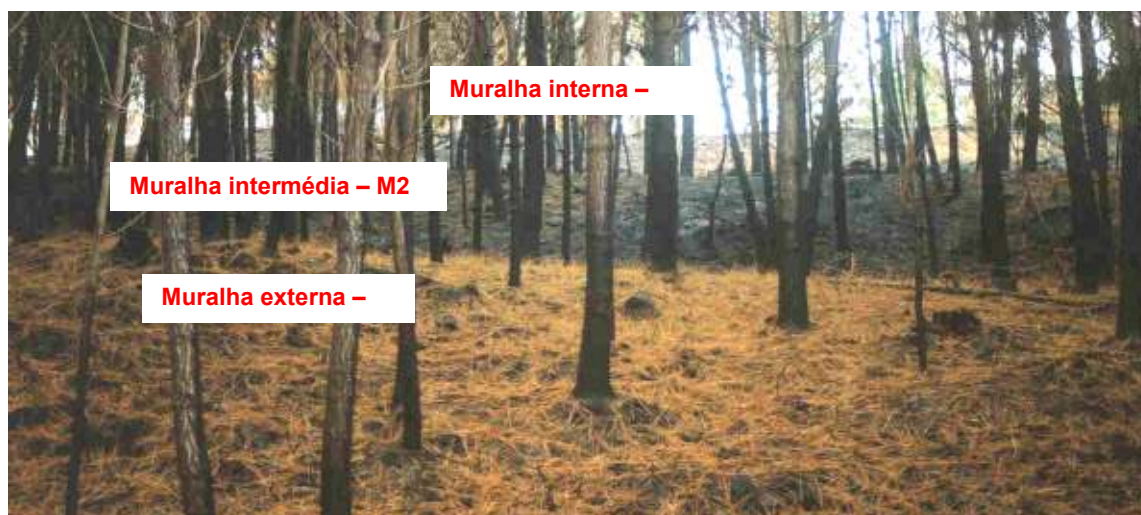


Foto 48 – Perspectiva das três cinturas de defesa, após incêndio no verão de 2005.

Actualmente as três muralhas possuem, em média, uma altura de cerca de dois metros estando a sua identificação dependente da existência ou não de vegetação, ciclicamente dizimada por incêndios (**Foto 48**).

No cimo do monte existe uma elevação, com uma configuração semelhante a uma mamoa, onde assenta um marco geodésico. Em analogia com a Cidade de Romarigães, corresponderá ao que designamos por um torreão de vigiância⁽¹⁶⁾, sobre o qual poderá ter sido construída uma estrutura que elevaria ainda mais o posto de vigia e, evidentemente, a visibilidade. Contudo, várias outras hipóteses se podem colocar.

(15) As medidas são aproximadas e tiradas em linha recta sob a Carta 1:10.000 e a planta topográfica.

(16) Actualmente, apenas do cimo do torreão é visível da Cidade de Romarigães, pelo que a não existência de ambos os torreões impossibilitaria, ontem como hoje, a visibilidade entre os dois povoados.

Este torreão tem uma configuração cónica e foi construído com terra e bastante pedra. Tem uma cota máxima de 375.71 metros (ponto mais elevado do povoado) e mínima de 366.77, na base, o que lhe confere uma altura de 8.94 metros, ou seja, 5.49 metros mais do que o torreão de Romarigães. O seu topo é também bastante mais extenso (cerca de 40 metros de diâmetro) do que aquele, possibilitando a construção de várias estruturas.

Cossourado possui visibilidade para vários povoados da Idade do Ferro, como Romarigães, Montuzelo, Giesteira e os hipotéticos Pena, Crasto e Lousado, bem como para grande parte do vale do rio Coura, sendo aquele que mais facilmente se vislumbra de vários pontos do actual concelho de Paredes de Coura e de outros concelhos limítrofes. Com condições atmosféricas favoráveis, avista-se facilmente o rio Minho, grande parte da sua bacia hidrográfica e território actualmente espanhol. Alguns autores consideram Cossourado como um povoado da bacia do rio Minho (BETTENCOURT 2001) uma vez que o Coura é um dos seus afluentes.

O acesso é relativamente fácil: por estrada alcatroada até à igreja paroquial de Cossourado e por caminho empedrado e estradão até ao topo do monte.

São vários os topónimos que se referem ao povoado: Monte da Cidade, Forte da Cidade e Cidade de Cossourado.

4.2. 5 - A Escavação Arqueológica

4.2. 5.1 – Objectivos, metodologia e aspectos gerais da intervenção

As intervenções desenvolvidas ao longo de oito anos, centraram-se na escavação da plataforma central do povoado - área circundada pela linha de muralha interna (sector D), também ela parcialmente escavada - e na realização de uma sondagem entre a muralha interna e a muralha intermédia (sector G).

Dadas as grandes dimensões do povoado, houve necessidade de implantar diversos sectores (A, C, E, F, H e I - s.v. Topografia e Plantas-quadrículas), obedecendo-se aos diversos objectivos conforme consignado no Projecto de Investigação e nos resultados que através das diversas campanhas de escavação se iam conseguindo. De entre eles refira-se:

1 - Detectar, escavar e estudar as estruturas no sentido de conhecer o tipo de ocupação do povoado; a eventual diferenciação funcional entre as unidades domésticas; a articulação do espaço ao nível do micro espaço de relacionamento interno e externo das estruturas, assim como o seu posicionamento e articulação em relação às estruturas defensivas;

2 - Conhecer a estrutura defensiva do povoado, o seu posicionamento, a importância que teria para os habitantes e a sua relação com a área envolvente;

3 - Conhecer o tipo de sociedade e as suas formas de organização em articulação com outros povoados congéneres, numa área regional (semi micro-espaço) correspondente à bacia superior do rio Coura e, eventualmente, em relação ao macro espaço de relacionamento;

4 - Conhecer o tipo de organização económica e a sua estratégia de ocupação do vale, a obtenção de matérias-primas e produtos e a exploração dos recursos a nível regional e extra-regional;

5 - Conhecer as eventuais transformações de aculturação e relacionamento no contacto com outros povos, designadamente os romanos, procurando as soluções de continuidade/descontinuidade;

6 - Por fim, completando o ciclo de gestão deste tipo de património, proceder à valorização do povoado através do restauro, conservação, dinamização e divulgação, concedendo especial atenção:

- à consolidação das estruturas;
- à desmontagem de cortes estratigráficos desnecessários, no sentido de aos visitantes ser apresentada uma área escavada atraente, na qual a volumetria, ainda que reduzida, das estruturas fosse realçada;
- à criação de pendentes em toda a área escavada, com vista ao escoamento das águas pluviais;
- à sinalização apropriada do povoado e das diversas vias de acesso;
- à colocação de diversas placas explicativas;
- à elaboração de múltiplo material de divulgação/informação sobre o povoado e a época cronológica respectiva.



Fotos 49 e 50 – Início dos trabalhos de escavação, em 1993.

7 – Construir duas cabanas-modelo representativas das construções do povoado.

No sentido de atingir os objectivos propostos, após o corte da vegetação arbustiva (tojo e giesta) e arbórea (essencialmente pinheiro), foram implantados ao longo das diversas campanhas vários sectores, materializados no terreno através de quadrículas. Seguiram-se os trabalhos de escavação, mediante a abertura de quadrados alternados, em ordem à detecção de estruturas.

Os trabalhos seguiram o método de decapagem horizontal, em quadrados de 0.5 x 0.5 metros e camadas aleatórias de 5 a 10 cm, sendo a escavação alargada, consoante as necessidades de visualizar em área os elementos entretanto encontrados.

Normalmente a descoberta das estruturas era antecedida por uma densa camada de derrube, que dificultava muito a definição dos muros das diversas estruturas. Consequentemente, havia que fazer uma escavação em área da camada 1, deixando a camada 2 - de derrube - a descoberto. Somente quando havia certeza da localização dos muros se iniciava a desmontagem das pedras derrubadas, no sentido da definição total ou parcial (conforme o estado de conservação) das estruturas.

Apenas a cabana 1 do sector C era parcialmente visível à superfície. Todas as outras foram encontradas após demorada intervenção.

O único sector onde a camada de derrube se apresentou pouco abundante foi o sector F, situação que antecipou a hipótese, posteriormente confirmada, da destruição quase total das estruturas existentes (duas) devido à reutilização da pedra pela população local.

Felizmente - excepto no sector F - pudemos estudar um povoado destruído essencialmente por fenómenos pós-deposicionais naturais e não antrópicos, o que possibilitou, inclusivamente, a análise da forma como essa destruição se foi concretizando ao longo dos tempos, facto que fica bem patente nos cortes estratigráficos. Permitiu, ainda, a elaboração de cálculos aproximados sobre a real altura das cabanas, bem como a detecção de diversos elementos "in situ", selados pelo derrube que normalmente acompanha a inclinação do terreno. Por fim, permitiu, também, o aproveitamento da pedra para a reconstrução parcial das paredes.

No sector D - muralha interna - a camada de derrube também se revelou pouco abundante. Neste caso, os fenómenos pós-deposicionais e antrópicos de destruição existiram apenas de forma parcelar e esporádica, pelo menos no que diz respeito ao paramento externo. De facto, este apresenta-se com uma altura significativa, se comparado com as estruturas habitacionais e de serviços.

A escavação desta linha defensiva obedeceu a uma metodologia de intervenção diferente, condicionada evidentemente pelo tipo de estrutura, também ela distinta das demais.

Na primeira intervenção, em 1996, escavamos:

- em vala, paralelamente à face interna;
- em área (apenas na camada 1) o enchimento da mesma;
- em vala, paralelamente à face externa da estrutura defensiva, de forma a efectuar-se a limpeza dos sedimentos acumulados obliquamente e que a escondiam.

Como se verificou que o muro exterior da muralha se encontrava, nessa zona, relativamente destruído e que enterrava o seu alicerce numa área seguida de grande declive - criado por questões de defesa em todo o perímetro da muralha - optamos por não intervencionar a face externa da

muralha, excepto na entrada e em dois troços anexos. A escavação do muro externo da muralha colocaria em risco a sua resistência e a segurança dos colaboradores.

A intervenção centrou-se, sobretudo, na definição do topo e – mediante a abertura de uma vala paralela - do paramento interno da estrutura defensiva acção que se apresentou relativamente fácil de executar, dado o alinhamento de pedras que aflorava à superfície, e com a qual se atingiram profundidades máximas na ordem dos 2 metros.

No sentido de preparar o sector, com vista à sua musealização, todos os quadrados internos ou externos às estruturas foram escavados até ao solo de base ou ao afloramento e, após uma preparação prévia com manta geotêxtil coberta por gravilha, nivelados com a deposição de terras provenientes dos locais escavados. Se em algumas zonas foi necessário escavar todos os níveis estratigráficos (1 a 3), noutros efectuou-se, essencialmente, o nivelamento do terreno para facilitar o escoamento das águas pluviais e para a montagem do sistema de drenagem tendo ficado todo o sector nivelado. Desta forma criou-se uma pendente no sentido este-oeste, no geral, e, para cada estrutura, em particular, de forma a proporcionar a escorrência rápida das águas.

O aprofundamento que daí resultou, permitiu conhecer integralmente as estruturas, confirmando-se a ausência de várias fases de ocupação, de alicerces e o assentamento directo das paredes no saibro ou na rocha-mãe, estando, por vezes, o nível de ocupação abaixo da primeira fiada de pedras da estrutura.

Após a escavação, alguns quadrados voltaram a ser tapados, depois de cobertos previamente com manta geotêxtil, de forma a criar uma divisão entre os níveis arqueológicos e os níveis de deposição actuais.

Com o mesmo objectivo foram desmontados diversos perfis estratigráficos que se posicionavam, por exemplo, no centro da estrutura 1 (Perfil 1A) ou da estrutura 6 (Perfil 3A).

Desta forma, procedeu-se à limpeza de grande parte do povoado (excepto os sectores I e H, escavados posteriormente à execução do *Projecto de Musealização e Divulgação* que descrevemos na II Parte deste trabalho, no capítulo IV) e à eliminação de áreas "mortas" que dificultavam a visibilidade integral da área pelo visitante. Os diversos sectores tornaram-se mais amplos, agradáveis ao visitante e com boas zonas de circulação.

4.2.5.2 Estudo micro-espacial das estruturas

Como o povoado evidencia uma grande uniformidade nas estruturas e possui apenas uma única fase de ocupação, apresentaremos o estudo das estruturas em conjunto, assim como o seu relacionamento e o estudo micro-espacial.

As edificações definidas foram desenhadas planimetricamente e, posteriormente, foi realizada a sua altimetria com cotas absolutas em relação ao nível médio das águas do mar. A sua inserção nas plantas topográficas, através dos trabalhos de topografia (2000 e 2001), proporcionou uma perspectiva de conjunto que até aí nunca tivéramos.

Estas estruturas são, no geral, constituídas por pedra granítica, raras vezes aparelhada. Não apresentam vestígios de consolidação com argamassa e possuem terra e raízes nos interstícios – são

construções em pedra seca ou vã.

A pedra está disposta irregularmente, com um aparelho de tipo irregular, ou *opus incertum*, com paramento interno e externo (**Fotos 51 e 52**).

A construção, regra geral, é feita com uma ou duas fiadas de pedras, não existindo, no segundo caso, enchimento entre as fiadas (**Foto 53**). No caso de possuir apenas uma pedra, definindo o paramento interno e externo, esta é de grande porte.



Fotos 51 e 52 - Aparelho de tipo irregular ou *opus incertum* do paramento interno das cabanas 1 e 5.



Foto 53 – Estrutura construtiva dos muros das estruturas.

A pedra utilizada nas estruturas foi, regra geral, o granito de grão médio, e, em menor quantidade, o granito de grão grosso. Qualquer dos tipos de granito - especialmente o de grão médio - é facilmente encontrado na área do próprio povoado, estando a sua extracção (desconhece-se em que época), documentada por marcas antigas de guilho, em cunha.



Foto 54 – Estruturas do sector A, vendo-se a nítida falta de qualidade do aparelho construtivo.

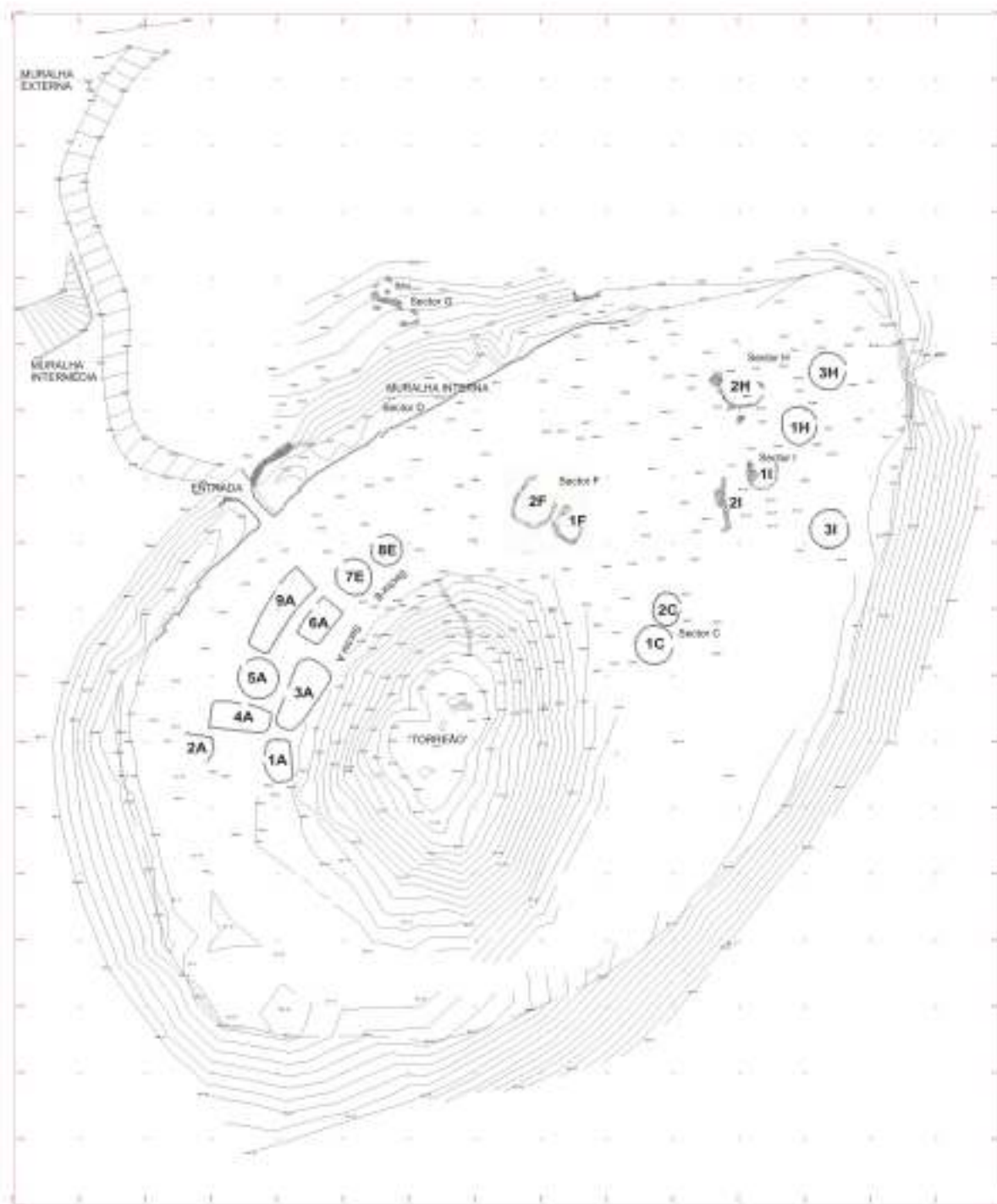


Figura 51 – Distribuição dos sectores escavados e das estruturas existentes.

A planta das estruturas é bastante irregular.

As paredes assentam em terra castanha (nível 3), raras vezes no saibro de base (nível 4) ou no afloramento, não tendo sido rasgado qualquer alicerce, mesmo quando sobre afloramento granítico. Contudo, existe uma definição da planta a seguir através de um alinhamento de edificação com pequenas pedras graníticas pousadas no solo de base que prepara e define previamente o

assentamento das pedras de maior porte.

Um facto, que se deverá também à irregularidade do terreno, constituído quer por afloramentos graníticos, quer por pedras de grande porte, que surgem em muitas zonas a menos de 0.50 m de profundidade, motivo pelo qual terá sido necessário regularizar o terreno para implantar as cabanas.

4.2.5.2.1 Sector A (Figura 52; Fotos 55 a 58)

As edificações detectadas foram designadas por cabanas 1 e 5, e estruturas 2, 3, 4 (e continuação desta), 6 e 9 (Figura 51).

- A **cabana 1** apresenta um formato alongado, ovóide, com as extremidades circulares. Possui um banco corrido, em torno da parede a nordeste, leste e sudoeste. Na metade este e sudoeste estava destruído, não existindo as pedras de acento mas, sim, a estrutura em que estas apoiavam, constituída por pedras e saibro muito compactado, pelo que ainda persiste, e afloramento.

Toda a estrutura foi construída sobre o nível 3, não possuindo um alicerce escavado. Abaixo deste nível existe uma camada de terra saibrenta, muito compacta, praticamente estéril em termos de materiais arqueológicos, onde assenta o piso de ocupação que apenas se define pela quantidade de espólio e não pela existência de um piso definido. A base, como se antevê, é formada por afloramento granítico, por vezes alterado superficialmente.

Nesta estrutura foi estudado um perfil estratigráfico - 1 A -, no qual foi possível vislumbrar a camada de derrube, a sua inclinação e calcular, por estimativa em relação à quantidade de pedra, a possível altura da cabana.

- A **estrutura 2** possuía uma configuração alongada, com extremidades circulares. Contudo, dado o estado de destruição em que se encontra, é impossível definir mais de metade da sua planta inicial. A destruição da parede segue a inclinação do terreno. Em algumas partes é apenas detectada pela camada de pedras miúdas utilizada na base da construção, que serviria como guia da edificação e, também, para regularização o terreno de implantação do alicerce.

- A **estrutura 3** possui, tal como a **estrutura 4**, um formato sub-rectangular, que se vai alargando na sua parte norte (estrutura 3), saindo, pois, ao esquema anterior. Possui cantos curvos.

A estrutura 3 foi edificada com um paramento algo diferente das demais, pois a sua construção é mais desorganizada e, por esse facto, a parede é, por vezes, mais larga.

Na parede desta estrutura, tal como nas estruturas 4 e 6, ocorrem, por vezes, grandes pedras colocadas verticalmente - ou seja, com um paramento externo e, por vezes, interno - designadas pedras fincadas. São colocadas ao nível do alicerce, nas zonas onde bate o escoamento das águas pluviais e a humidade diversa (que escorreria do torreão), com a finalidade de proteger contra essa mesma humidade.

A escavação da estrutura 3 foi muito morosa devido às suas grandes dimensões e ao estado de deterioração em que se encontrava a parede.

No lado oeste desta existe uma grande pedra granítica bem talhada, algo retirada do alinhamento do muro - que nesta área já não existe - da estrutura que, eventualmente, pode ter sido uma soleira.

Próximo da parede sul, existia uma zona circular de combustão, com um seixo quartzítico rolado ao centro, queimado, numa área com um diâmetro médio de 0.30 m. Esta estrutura de combustão

situava-se no nível de ocupação, variável entre os 60 e 70 centímetros de profundidade. Nessa área foi, igualmente, encontrada um espécie de "esconderijo de fundidor", com diversos restos de peças em bronze, destinadas, provavelmente, a refundição.

- A **construção da estrutura 4** segue um esquema construtivo diferente dos demais e único no povoado, na medida em que foi inicialmente construído um muro linear, no sentido este-oeste - do "torreão" central para a muralha interna -, e depois adossada a estrutura propriamente dita. Possui cantos curvos, excepto o canto sudoeste que é recto.

Esta parede continua em direcção à muralha e, a escassos centímetros do fim da cabana 4, dela arranca outro muro, com o qual forma também um ângulo recto. Está muito destruído, possuindo apenas uma pequena extensão que não nos permite saber como seria o seu prolongamento. Não foi possível definir a sua planta original e finalidade, dado que esta zona corresponde a um caminho carreteiro que circunda a muralha interna e que destruiu os vestígios existentes. O espólio foi nulo.

Dada a inclinação do terreno o muro do topo oeste desta construção é reforçado, e atinge 80 cm de largura, sendo uma espécie de contraforte de toda a estrutura. Possui a nascente pedras fincadas, explicadas pelo facto de ser nessa zona que colidem as águas resultantes pela escorrência da pendente.

- A **cabana 5** apresenta planta circular. Apesar de possuir o mesmo tipo de construção, o seu paramento é mais elaborado. A planta forma um círculo quase perfeito com 5.40 m de diâmetro interno e nela se encontra o mais alto muro (80 cm de altura) encontrado, na área de habitat, em todo o povoado. A entrada situa-se a oeste e resulta da impossibilidade de união do círculo que forma a parede, havendo um ligeiro desfasamento, tal como nas cabanas 7E e 8E.

No seu interior (Qd. S4) foi encontrada uma estrutura de combustão, numa área sub-circular com 60 a 70 cm de diâmetro envolvida por algumas pedras. Por cima, tombada, existia uma laje, queimada na zona que assentava na terra. Esta estrutura de combustão situava-se no nível de ocupação e foi reconstruída.

- A **estrutura 6** apresenta uma planta sub-rectangular com entrada voltada a oeste.

Apresenta um tipo construtivo em tudo semelhante ao das estruturas 3 e 4 pouco elaborado e com pedras fincadas na face nascente.

No seu interior foi estudado o perfil estratigráfico 3A, desmontado posteriormente.

O solo de base é formado por afloramento granítico.

A sua funcionalidade estaria relacionada com a prática de actividades produtivas, como a moagem de cereais e bagas, a que se associariam outras funções.

- A **estrutura 9** foi edificada com um paramento mais desorganizado e, por esse facto, a parede estava, em alguns troços, destruída.

Apresenta uma planta sub-rectangular com entrada voltada a oeste.

Trata-se da maior estrutura do povoado, com um comprimento interno de 12.40 m e externo de 13.39 m, e com uma largura interna variável entre 2,74 e 3,62 metros. A área interna total seria de cerca de 44,88 m².

A sua funcionalidade não é clara. Contudo, podemos referir que estaria relacionada com a prática de actividades transformadoras, como a moagem de cereais e frutos (bolotas) e que, pelo

espólio encontrado e pela sua localização no povoado. Teriam alguma relação com a entrada da muralha (a cerca de quatro metros a oeste), tendo simultaneamente funções de trabalho, acolhimento, defesa e vigilância.

4.2.5.2.2 Sector E (Figura 52)

As edificações definidas foram apelidadas de cabanas 7E e 8E, uma numeração em continuidade do sector A, e que se justifica pelo facto de este sector ser uma ampliação do anterior.

As estruturas apresentam o mesmo tipo de construção das estruturas do sector A.

- As **cabanas 7E e 8E** são de planta circular. Apresentam um tipo de construção e paramento, pouco elaborado, usando-se, pedras de pequeno e grande porte. A planta forma um círculo quase perfeito com 4,62 m e 3,93 m, de diâmetro interno, respectivamente.

Apresentam a entrada no lado oeste, observando-se um desfasamento na sua simetria relativamente ao centro do círculo. Tem largura, respectivamente, 0,90 m e 1,10 m (variável, conforme a medida é tirada, na periferia interna ou externa da parede).

Estavam muito destruídas - sobretudo a cabana 8E - restando em alguns locais apenas a primeira fiada de pedras.

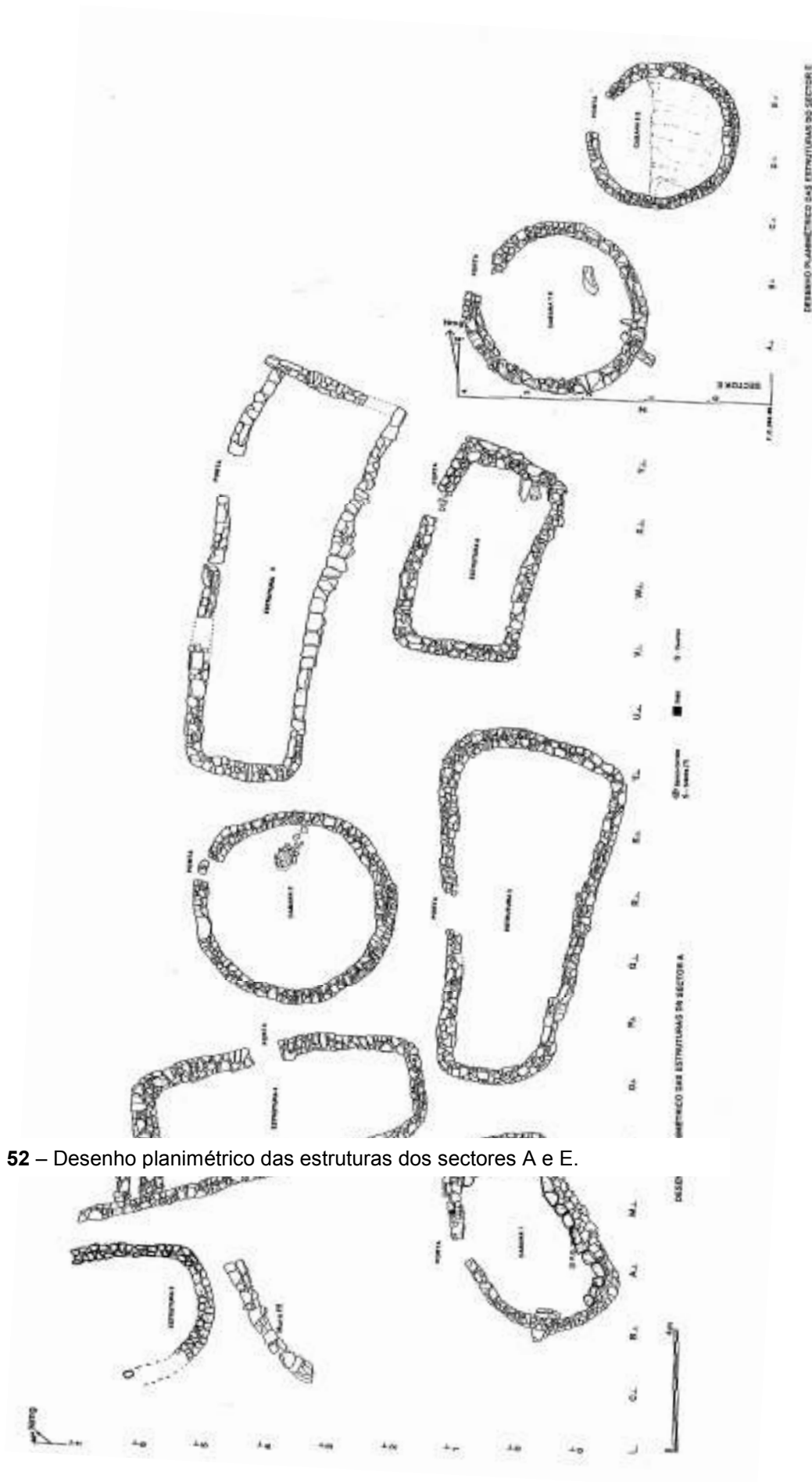


Figura 52 – Desenho planimétrico das estruturas dos sectores A e E.



Fotos 55, 56 e 57 – Evolução da escavação do sector A (1994 e 1995) e escavação da estrutura 9A (1999).



Foto 58 – Os sectores A e D (muralha) actualmente.

4.2.5.2.3 Sector C (Figura 53 e foto 59)

As edificações encontradas neste sector foram designadas de cabana 1C e estrutura 2C (s.v. planta anexa). São constituídas por pedra granítica (maioritariamente de granito de grão médio), raras vezes aparelhada, construídas em pedra seca, com aparelho de tipo irregular e paramento interno e externo.

- A construção da **cabana 1C** foi executada com duas fiadas de pedras, não existindo enchimento entre elas. Não possui pedras fincadas na sua construção. Tal, como as cabanas 5A e 7E, encontra-se mais enquadrada no modelo urbanístico "castrejo", apresentando planta circular. O seu tipo de construção e paramento é também mais elaborado. A planta forma um círculo quase perfeito com 5 m de diâmetro interno.

Do lado nascente apresenta a entrada, com uma solução diferente das cabanas circulares dos sectores A e E. Tal como na estrutura que lhe fica anexa - a 2C - a entrada é-nos sugerida pela existência de uma grande pedra que terá servido de soleira, embora não tenha tido qualquer trabalho de aparelhamento ou possua vestígios de gonzo.

Foi escavada na sua totalidade, como referimos, tendo fornecido bastante espólio arqueológico. O nível de ocupação assenta em afloramento granítico, servindo este, em algumas partes, de piso, como o comprova o desgaste existente.

Os habitantes desta cabana dedicavam-se, entre outras actividades, à pesca, como se deduz pelas dezenas de pesos de rede de pesca aqui encontrados. Deveriam efectuar também o talhamento de seixos em quartzito, uma vez que foram encontradas diversas lascas deste material.

No interior da cabana, no sentido este-oeste, um corte estratigráfico, designado 1C, com cerca

de 50 cm de largura, que foi desenhado, estudado e, posteriormente, desmontado.

A **estrutura 2C**, ao contrário da anterior, possui pedras fincadas na sua construção, além de outras pedras de grande porte que definem o paramento interno e externo. Também foi construída em granito, predominantemente de grão médio. Teria planta sub-circular. No entanto, o crescimento de duas árvores de grande porte, que viriam a ser reduzidas a cinzas, há alguns anos, por um incêndio, destruiu a parte oeste do seu alicerce e deslocou diversas pedras do muro, pelo que se revestiu de grande dificuldade a definição da sua planta e, conseqüentemente, execução do seu desenho planimétrico.

Apresenta indícios de entrada através de uma grande pedra utilizada como soleira que assenta em afloramento granítico. É a estrutura escavada mais pequena do povoado.

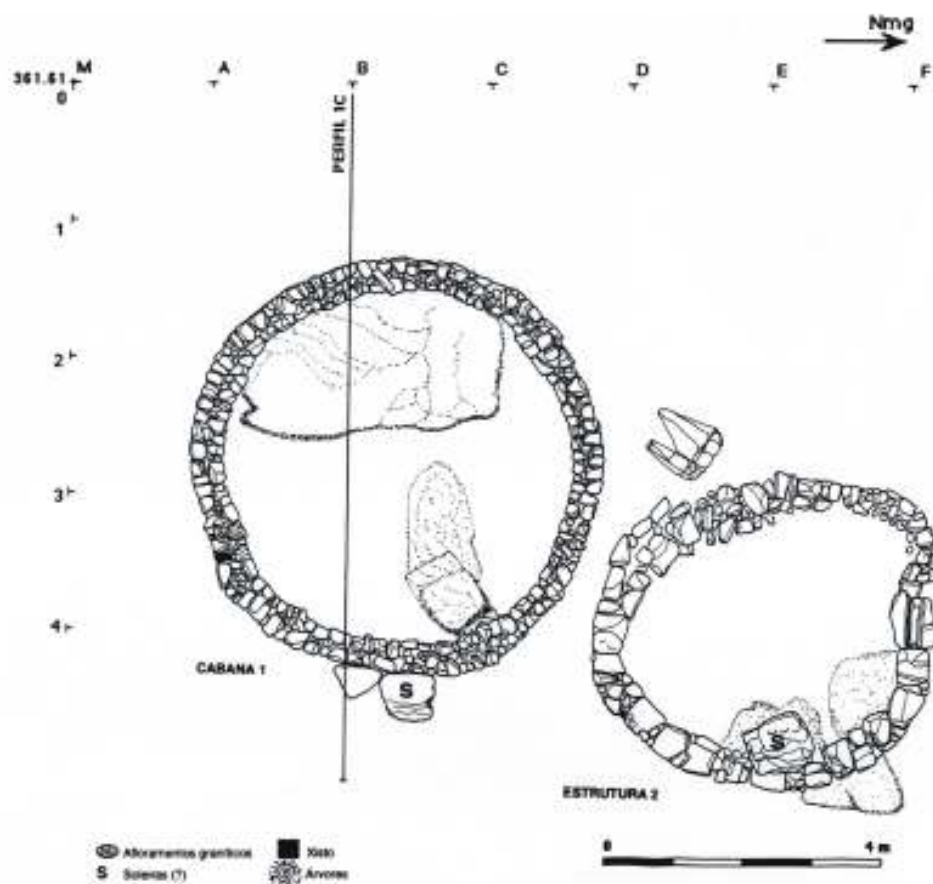


Figura 53 e foto 59 – As duas estruturas do sector C em desenho planimétrico e em fotografia (após restauro).

4.2.5.2.4 Sector F (Figura 54)

As edificações detectadas foram designadas por **estruturas 1F e 2F**.

Estas estruturas são constituídas por pedra granítica - sendo a maior percentagem de granito de grão médio - raras vezes aparelhada. O sistema construtivo é semelhante ao das anteriores, embora a construção com duas fiadas de pedras possua, por vezes, enchimento com pequenas pedras. Não possuíam aparentemente pedras fincadas na sua construção.

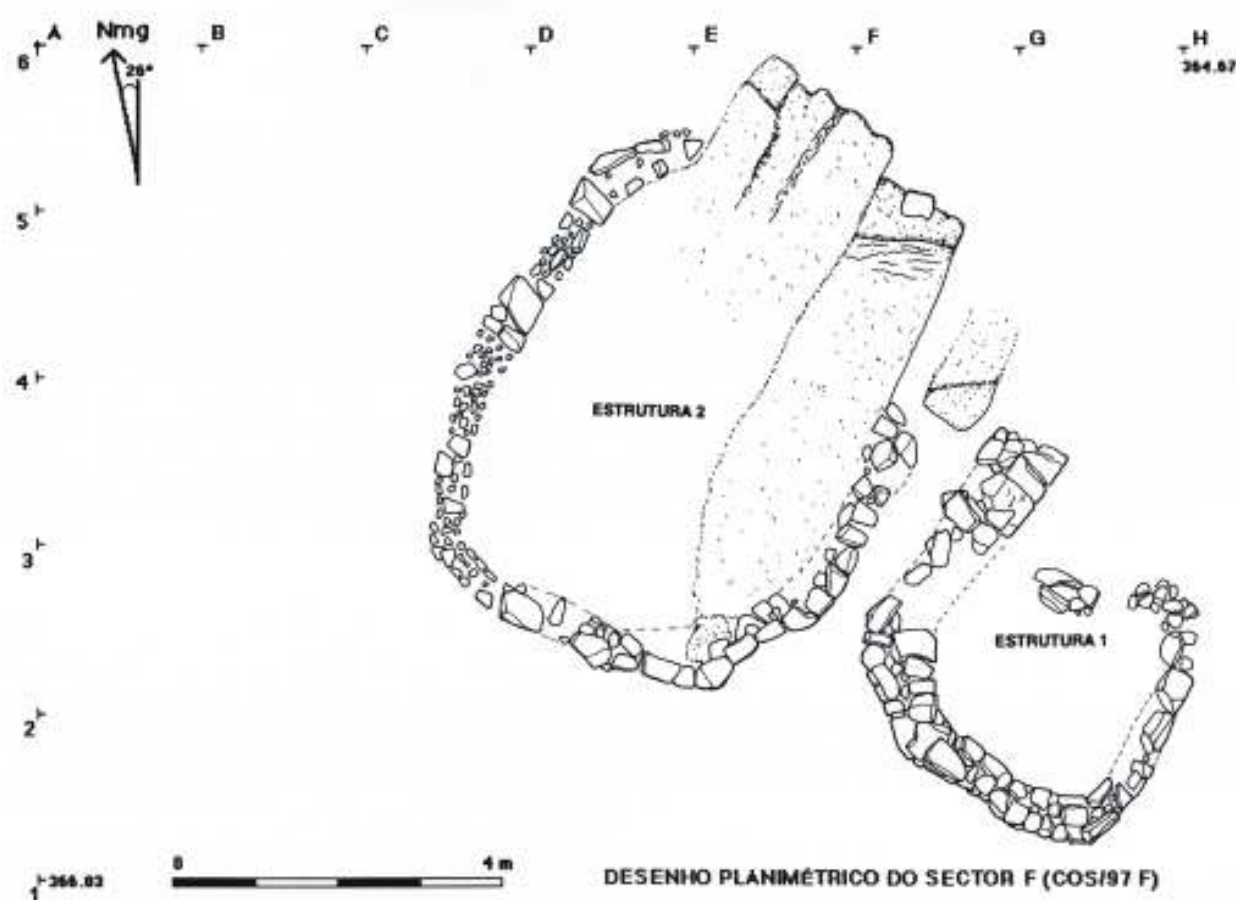
O seu grau de destruição dificultou bastante a sua escavação e a elaboração do desenho planimétrico. Foram definidas em planta duas estruturas de configuração sub-rectangular, estando o lado nordeste, local para onde estão orientadas, completamente destruído.

Foram escavadas na sua totalidade e não forneceram praticamente espólio arqueológico.

O piso de ocupação assentava, na maior parte destas estruturas, em afloramento granítico, servindo de piso, como deixa antever o desgaste, que possui.

Não foi rasgado qualquer alicerce no afloramento, contudo, efectuou-se a habitual preparação do terreno com pequenas pedras.

A estrutura 2F é de maiores dimensões que a estrutura 1F. Assenta quase na sua totalidade, em afloramento granítico, o que terá facilitado o seu derrube. Por outro lado, parece-nos que esta área do povoado se encontra mais destruída pelo facto de aqui se ter registado uma maior incidência de fenómenos pós-deposicionais antrópicos, como o confirma a baixíssima potência estratigráfica, tendo sido também muita a pedra transportada do local.



4.2.5.2.5 Sector G (Foto 60)

O **Sector G** posiciona-se a norte do torreão central, entre a muralha interna e a segunda linha de defesa.

A escavação fez-se seguindo a metodologia habitual, tendo sido intervencionados os quadrados A0 e A1 (parte) e B0 e B1.

Infelizmente, o objectivo que nos moveu a implantar este sector não foi atingido, pois não se encontrou qualquer estrutura, mas apenas diversos afloramentos graníticos com vestígios de extracção de pedra. Este facto, contudo, não comprova totalmente a não construção de estruturas de habitação e/ou de serviços entre muralhas. O local de implantação desta sondagem, não terá sido o mais feliz para aferir esse pressuposto, pelo que continuamos a crer que, em outras áreas, nomeadamente a sudoeste do povoado, terá havido construção de estruturas entre muralhas.



Foto 60 – Sector G onde apenas encontramos afloramentos graníticos.

4.2.5.2.6 Sector H (Figura 55 e foto 61)

As edificações detectadas foram designadas de cabanas 1 H e 3 H e estrutura 2 H (s.v. planta anexa). Eventualmente existem restos de outras na parte superior do Qd. A0 e a sul da cabana 1H, o que somente com o alargamento da escavação se poderá vir a confirmar-se.

As **cabanas 1 H e 3 H** são constituídas por pedra granítica (granito de grão médio), sem aparelhamento. São, também, construções em pedra seca ou vã, elaboradas com aparelho irregular, ou *opus incertum*, com paramento interno e externo. A construção das cabanas foi executada com duas fiadas de pedra, não existindo enchimento entre elas. Não possuem pedras fincadas. Apresentam planta circular. Na face voltada à muralha situa-se a entrada, sendo a da cabana 3H (tal como as do sector C) sugerida por uma grande pedra que terá servido de soleira.

No interior da cabana 1H existe uma mancha alaranjada, de formato sub-circular, que talvez indique um local de fabrico de cerâmica.

A **estrutura 2 H**, por seu lado, teria uma planta alongada, da qual desconhecemos o formato exacto uma vez que se encontra muito destruída. Foi construída com duas fiadas de pedras, não existindo, igualmente, enchimento entre elas e, em certos pontos, apresenta apenas uma pedra de grande porte a efectuar o paramento interno e externo. É construída em granito, predominantemente de grão médio e está orientada no sentido da muralha. O crescimento de árvores de grande porte destruiu grande parte do seu alicerce e deslocou muitas das pedras do muro que resta.



Foto 61 – Estruturas do sector H. Em primeiro plano a cabana 3H.

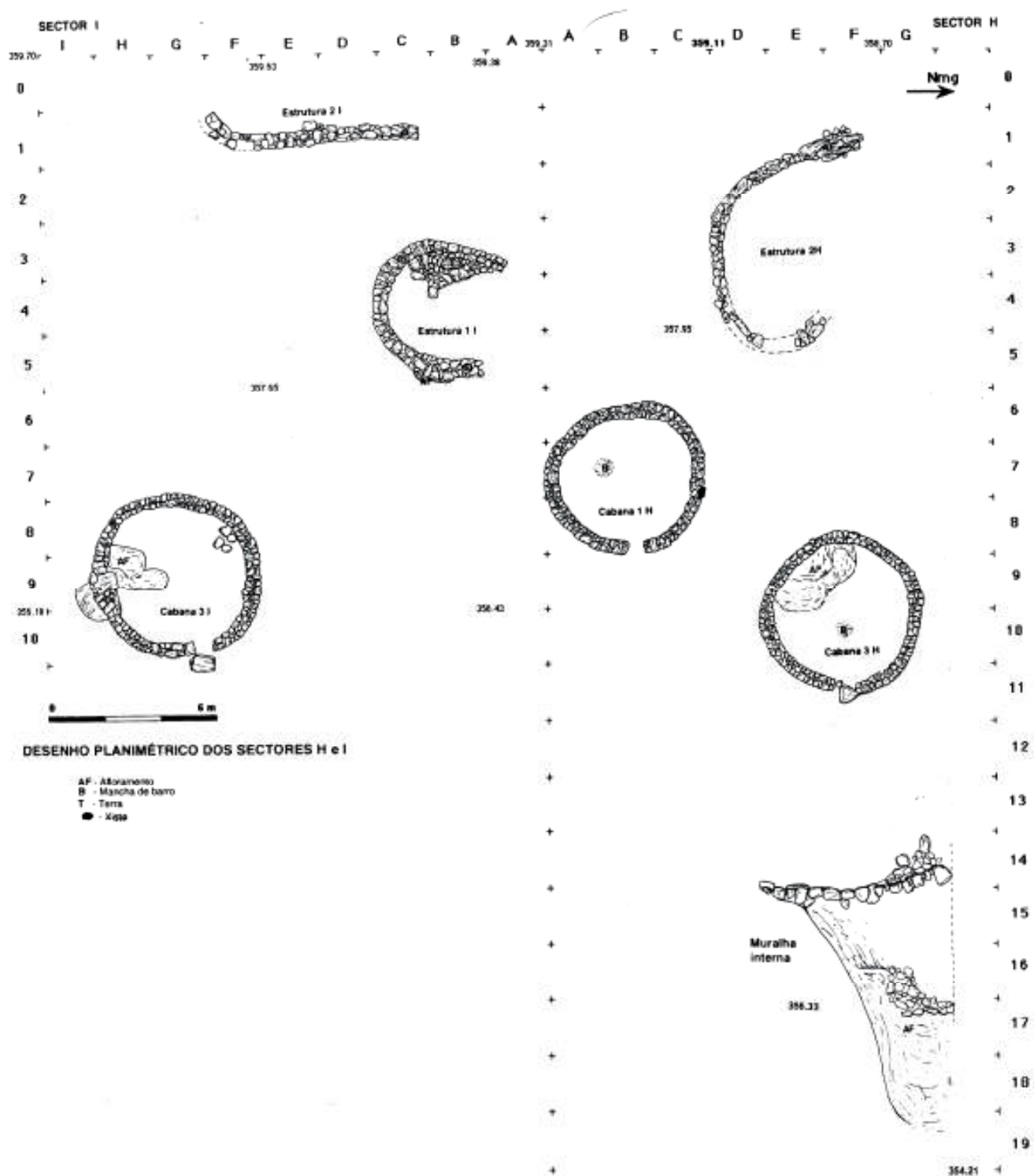


Figura 55 – Desenho planimétrico dos sectores H e I.

4.2.5.2.7 Sector I (Figura 55 e fotos 62 e 63)

As edificações encontradas foram designadas por cabanas 3I e estruturas 1I e 2I.

A **cabana 3I e a estrutura 1I** são constituídas por pedra granítica, maioritariamente de granito de grão médio), sem aparelhamento. Não apresentam vestígios de consolidação com argamassa, sendo a sua construção semelhante às demais. Não possuem pedras fincadas na sua construção.

A **estrutura 2I** foi elaborada com uma e duas fiadas de pedras, não existindo enchimento entre elas. Ocasionalmente apresenta apenas uma pedra de grande porte a efectuar o paramento interno e externo. Foi construída em granito, predominantemente de grão médio. Apresenta elevado grau de destruição e foi escavada, apenas, num pequeno troço.

A **estrutura 1I** talvez tenha tido planta circular. Actualmente, porém, apenas resta parte do eventual círculo, desaparecendo a sua parede repentinamente. Ou não foi reconstruída ou foi destruída na totalidade. O tipo de construção e o paramento são mais elaborados do que os da estrutura 2I.

O piso de ocupação forneceu grande quantidade de pesos de rede de pesca, tal como se verificou com a cabana 1C situada alguns metros mais acima.

Apresenta a particularidade de, a sul e a nascente, a parede assentar sobre um afloramento. Tal como no troço de muralha escavado no sector H, contíguo, não foi rasgada qualquer vala para encaixe do alicerce; por consequência, a parede estava, nesse ponto, estava muito destruída e encontrava-se derrubada para o interior da estrutura, contrariando a inclinação habitual do terreno.

Internamente possui uma parede de muito má construção, adossada ao muro da estrutura, de planta subtriangular, que terá tido, eventualmente, uma função de apoio a alguma actividade artesanal. Na parte central não existiam pedras, nem qualquer tipo de espólio o que não ajudou à sua interpretação.



Foto 62 – Estruturas dos sectores H e I.

A **estrutura 2I**, por seu lado, teria uma planta alongada, da qual desconhecemos o formato, uma vez que se encontra muito destruída. Está orientada no sentido norte-sul. O crescimento de árvores de grande porte destruiu grande parte do seu alicerce e deslocou muitas das pedras do muro

que resta, pelo que se revestiu de grande dificuldade a sua escavação e a definição da sua planta.

A **cabana 3I** apresenta planta circular. O seu tipo de construção e o seu paramento são relativamente elaborados. No lado voltado à muralha situa-se a entrada, junto à qual existe uma grande pedra que terá servido de soleira.

Apresenta também a particularidade de, no lado sul, a parede ter sido construída sobre um afloramento. Também aqui não foi rasgada qualquer vala para alicerce pelo que a parede, nesse ponto, praticamente não existe. Estranhamente quase não forneceu espólio.



Foto 63 – A cabana 3I.

4.2.5.2.8 Dimensões das estruturas dos diversos sectores

Cabana 1: comprimento interno: 5.85 m; externo: 6.65 m; largura interna: 3.60 m; externa: 4.40 m; altura média da parede: 0.50 m; largura da parede: 0.30 m, 0.33 m, 0.38 m, 0.40 m e 0.43 m; largura da entrada: 0.93 m. Área: 21,06m².

1ª maior pedra do banco: comprimento: 0.99 m; largura: 0.60 m;

2ª maior pedra do banco: comprimento: 0.74 m; largura: 0.60 m;

Cabana 2 (medidas do que resta da construção): comprimento interno: 4.30 m; externo: 4.80 m; largura interna: 3.60 m; externa: 4.60 m; altura média da parede: 0.10 a 0.20 m; largura da parede: 0.50 m.

Muro anexo à cabana 2 (medidas do que resta da construção): comprimento: 4.50 m; largura: 0.43 m.

Estrutura 3: comprimento interno: 10.35 m; externo: 11.50 m; largura interna: mínima - 2.40 m, máxima - 4.87 m; externa: mínima - 3.65 m, máxima 5.90 m; altura média da parede: 0.60 m; largura da parede: entre 0.44 e 0.56 m; largura da entrada: 1.40 m. Área: 50,40m².

Estrutura 4: comprimento interno: 8.25 m; externo: 9.30 m; largura interna: 2.90 m, 3.23 m e 3,16; externa: 3.80 m, 4.35 m e 4.20 m; altura média da parede: 0.50 m; largura da parede: entre 0.45 e 0.56 m; largura da entrada: 1.03 m. Área: 26,07m².

Continuação da Estrutura 4: comprimento da parede paralela à Est. 4: 1.95 m; comprimento da parede escavada na continuidade da Est. 4: 2.15 m.

Cabana 5: Diâmetro interno: 5.40 m; externo: 6.40 m; altura máxima da parede: 0.80 m; largura da parede: entre 0.41 e 0.59 m; largura da entrada: entre 0.85 e 1.00 m (dependendo de se a mediada é tirada em linha recta ou na diagonal). Área: 26,62m².

Estrutura 6: comprimento interno: 5.90 m; externo: 7.10 m; largura interna: 3.16 m, externa: 4.15 m; altura da parede: entre 0.42 m e 0.75 m; largura da parede: entre 0.50 e 0.58 m; largura da possível entrada: 1.54 m. Área: 18,64m².

Cabana 7E: Diâmetro (sentido N-S): interno: 4.62 m; externo: 5.45 m; diâmetro (sentido E-O): interno: 5.06 m; externo: 6.00 m; altura máxima da parede: 0.49 m; largura da parede: entre 0.39 e 0.52 m; largura da entrada: 0.90 m (na diagonal) e 0.56 (em linha recta). Área: 29,94m².

Cabana 8E: Diâmetro (sentido N-S): interno: 3.93 m; externo: 4.88 m; diâmetro (sentido E-O): interno: 3.91 m; externo: 4.63 m; altura máxima da parede: 0.42 m; largura da parede: entre 0.35 e 0.46 m; largura da entrada: 1.10 m. Área: 19,37m².

Estrutura 9: comprimento interno: 12.40 m; externo: 13.39 m; largura interna: mínima - 2.74 m, máxima - 3.62 m; externa: mínima - 3.68 m, máxima 4.54 m; altura da parede: entre 0.30 e 0.77 m; largura da parede: 0.47 m; largura da entrada: 1.40 m. Área: 44,88m².

Cabana 1C: Diâmetro N-S: interno, 5.00 m; externo, 5.90 m; diâmetro E-O: interno, 4.95 m; externo, 5.95 m; altura média da parede: 0.50 m; largura da parede: entre 0.43 e 0.50 m. Área: 26,64m².

Estrutura 2C: Diâmetro N-S: interno, 4.02 m; externo, 4.90 m; diâmetro E-O: interno, 3.45 (?) m; externo, 4.53 (?) m; altura média da parede: 0.28 m; largura da parede: entre 0.42 e 0.68 m. Área: 19,81m².

Estrutura 1F (medidas do que resta da construção): comprimento interno: 3,64 m; externo: 4,55 m; largura interna: 2,95, externa: 3,95; altura média da parede: 0.28 m; largura média: 0.43 m. Área: 10,73m².

Estrutura 2F (medidas do que resta da construção): comprimento interno: 6.56 m, externo: 7,36 m; largura interna: 4,59, externa: 5,43; altura máxima da parede: 0.24 m; largura média: 0.40 m. Área: 30,11m².

Cabana 1H: Diâmetro N-S: interno, 4.50 m; externo, 5.45 m; diâmetro E-O: interno, 4.25 m; externo, 5.13 m; altura máxima da parede: 0.37 m; largura média da parede: 0.45 m; largura interna da porta: 0.48 m; largura externa da porta: 0.60 m. Área: 22,18m².

Estrutura 2H (medidas do que resta da construção): comprimento N-S: interno, 4.90 m; externo, 5.28 m; largura E-O: interna, 5.28 m; externa, 5.78 m; altura máxima da parede: 0.50 m; largura da parede: entre 0.45 m e 0.50 m. Área: 25,87m².

Cabana 3H: Diâmetro N-S: interno, 4.94 m; externo, 5.81 m; diâmetro E-O: interno, 4.96 m; externo, 5.73 m; altura máxima da parede: 0.60 m; largura média da parede: 0.40 m; largura média da porta: 0.71 m. Área: 24,35m².

Estrutura 1I (medidas do que resta da construção): comprimento N-S: interno, 4.00 m (teria cerca de 5.70 m); externo, 4.40 m; largura E-O: interna, 3.60 m; externa, 4.80 m; altura máxima da parede: 0.57 m; largura da parede: entre 0.40 m e 0.60 m; comprimento da estrutura interna: 2.86 m; largura da estrutura interna: 1.60 m; área central da parede interna: 0.64 m x 0.42 m. Área: 14,40m².

Estrutura 2I (medidas do que resta da construção): comprimento N-S: 7.66 m; altura escavada da parede: 0.40 m; largura da parede: entre 0.50 m e 0.60 m.

Cabana 3I: Diâmetro N-S: interno, 5.70 m; externo, 5.90 m; diâmetro E-O: interno, 5.50 m; externo, 5.96 m; altura escavada da parede: 0.36 m; largura da parede: entre 0.40 m e 0.50 m; largura da porta: interna, 0.72; externa, 0.68. Área: 28,09m².

4.2.5.2.9 Distâncias inter-estruturas

Sector A - entre Est. 1 e 2: 7.90 m; entre Est. 1 e muro: 6.40 m; entre Est. 2 e muro: 0.82 m; entre Est. 1 e 3: 1.66 m; entre Est. 1 e 4: 1.60 m; entre Est. 3 e 4: 0.60 m; entre Est. 4 e 5: 0.94 m; entre Est. 3 e 5: 1.47 m; entre Est. 4 e continuação: 0.44 m; e entre Est. 3 e 6: 2.03 m. Entre 9 e 6: 2.00; entre 9 e 3: 4.85; entre 9 e 5: 0.83.

Sectores A e E - entre Est. 6 e 7E: 2.30 m; entre a 7E e a 8E: 1.20 m.

Sector C - entre Est. 1C e 2C: 0.47 m.

Sector F - entre Est. 1F e 2F: 0.54 m.

Sector H - entre as cabanas 1H e 3H: 3.60 m; entre estrutura 2H e cabana 1H: 3.80 m; entre estrutura 2H e cabana 3H: 7.30 m; entre a cabana 1H e a muralha: 14.30 m e entre a cabana 3H e a muralha: 8.70 m.

Sector I - entre estrutura 2I e a estrutura 1I: 3.90 m; entre a cabana 3I e a estrutura 1I: 8.00 m; entre a cabana 3I e a muralha: 7.30 m; entre a cabana 3I e a estrutura 2I: 12.50 m.

Sectores H e I - entre a cabana 3I e a cabana 1H: 10.50 m; entre estrutura 1I e a cabana 1H: 3.80 m e entre estrutura 1I e a estrutura 2H: 8.00 m.

4.2.5.2.10 Sector D - Estruturas da muralha interna (Figura 56 e fotos 64 a 72)

O paramento interno e externo da muralha interna é constituído por pedra granítica, raras vezes aparelhada. Não apresenta vestígios de consolidação com argamassa, possuindo terra e raízes nos interstícios. É uma construção em pedra seca ou vã.

A pedra está disposta irregularmente, com um aparelho de tipo irregular ou *opus incertum*, com paramento externo.

A construção é feita apenas com uma fiada de pedra, regra geral de grande porte, chegando mesmo a ser aproveitados grandes blocos do afloramento granítico para a sua construção. Um deles (situado no Qd. B3 e B4) apresenta três pios na superfície, local onde, eventualmente, se procederia à moagem de cereal ou de bolota.

O paramento interno é constituído, como se referiu, por grandes blocos de pedra que assentam

sobre outros de menor porte. A parte externa encontra-se, em algumas zonas, mais destruída devido ao declive. Nas sondagens que fizemos foi possível verificar que apresenta um muro formado por pedras de porte bastante menor em relação às do interior. Possui inclinação no sentido do interior, contrariando, desta forma, a pendente do terreno e os desmoronamentos.

A entrada desta cintura interna é uma estrutura muito bem conseguida, imponente na forma como foi concebida. O seu tipo construtivo revela-nos um muro ligeiramente oblíquo (semelhante ao *cairn* de uma mamoa), que rodeia os dois muros que configuram o paramento interno e externo da muralha. Uma solução que se repete nos dois topos que limitam a entrada. A largura da entrada possui apenas metro e meio.

O prolongamento da escavação para o paramento externo revelou a existência de uma rampa de acesso com inclinação para nordeste que, na época em que o povoado foi habitado, poderá ter sido a base de uma pequena estrutura, que hoje naturalmente não existe, e que albergaria um ou mais sentinelas - na esteira do que terá acontecido em alguns castros da Meseta espanhola, designadamente Las Cogotas (ÁLVAREZ-SANCHÍS 2003).

O paramento externo segue a mesma tipologia da entrada, ou seja, trata-se de um muro inclinado para o interior da estrutura, contrariando o pendor do declive e aumentando substancialmente a sua resistência ao tempo. Além desta diferença em relação ao paramento interno - o mais verticalizado que as soluções construtivas da época possibilitavam - uma outra reside na construção do paramento com pedra de pequeno porte.

Ao longo da parede interna da muralha foram encontradas algumas estruturas que compõem o sistema construtivo e que mereceram a nossa atenção. De nascente para poente são as que se seguem:

- contraforte, apenas na base do muro (correspondente aos quadrados F0 e G0), com uma extensão de 4,25 m e com uma largura máxima de 60 cm;

- estrutura sub-triangular, no topo da muralha (correspondente aos quadrados J0 e L0) com 2,50 m de largura e 2,67 de comprimento. Possui acesso pelo lado nascente e seria a base de uma pequena torre de vigia, de má construção que deveria ter sido rematada por uma construção em materiais perecíveis. Elevava a visibilidade, aumentando, dessa forma, a segurança e a defesa do povoado. A visibilidade, refira-se, seria muito importante neste local, na medida em que é deste ponto que se tem o melhor ângulo de visão para o rio Minho e o seu vale.

- rampa de acesso, no sentido oeste-este (correspondente ao Qd. N0), com 75 cm de largura e



2,80 m de comprimento;

- diversos contrafortes da estrutura defensiva, com dupla funcionalidade, uma vez que para além do reforço da muralha, poderão ter sido utilizados como escada de acesso ao topo da estrutura. Estão situados nos quadrados U, Y, X e Y 0. Foram construídos igualmente como uma solução arquitectónica no sentido de facilitar o contorno oval do monte, aumentando em número nas zonas onde a necessidade de curvar seria maior - daí a construção de quatro, num espaço relativamente pequeno (cerca de oitos metros), a oeste da área escavada.

O enchimento da muralha foi realizado com terra saibrenta, acastanhada. A área escavada (cerca de 90 metros), é mínima em relação à extensão total da muralha, pelo que existem toneladas deste sedimento, o qual terá sido retirado, eventualmente, das plataformas criadas artificialmente para assentar as estruturas do povoado. Caso tenham recolhido todos estes sedimentos noutra local exterior ao povoado, terá sido um trabalho hercúleo.

4.2.5.2.10.1 Sector H - Sondagem na muralha interna (Foto 64)

No sentido de comprovar a inexistência de construções adossadas à cintura interna de defesa foi realizada uma sondagem em vala, desta aquela estrutura até à cabana 3H, e escavado o pequeno troço de muralha aí existente.

Comprovada mais uma vez a ausência de estruturas de habitação e serviços junto à muralha, foi possível constatar que o seu sistema construtivo, idêntico ao da grande área escavada, é constituído por uma parede interna formada por grandes pedras, por enchimento de terra saibrenta e algumas pedras e por uma parede externa, também, neste caso, formada por pedras de grande porte. Todos estes elementos perfazem uma largura superior a quatro metros.

A parede externa apresenta elevado grau de destruição, facto que se deve - e aqui reside a única particularidade da intervenção - à sua construção sobre um grande afloramento granítico. Este afloramento possui elevada inclinação e está cortado numa extremidade, formando uma parede perfeitamente vertical, cujo corte nos parece de todo natural - um facto que tornou não só difícil como perigosa a escavação. Neste ponto a muralha é naturalmente interrompida devido à total falta de necessidade, uma vez que a altura que o corte apresenta era por si só suficientemente dissuasor de qualquer ataque. A linha de defesa é mais à frente retomada, provavelmente com o mesmo tipo de construção.

4.2.5.2.10.1.1 Dimensões da muralha

Comprimento do troço escavado internamente no sector D: 88,30 m;

Largura: 4.20 m;

Altura média: externa: 1.60 m; interna: 1.13 m.



Fotos 65, 66 e 67 – Fases de escavação da muralha em 1996 a 1999. Na foto 66 repare-se no contraforte/escada.



Fotos 68 a 70 – Estrutura construtiva da entrada da muralha e a parede e rampa de acesso externas.



Fotos 71 e 72 – Estrutura construtiva e pormenor da parede externa da muralha.

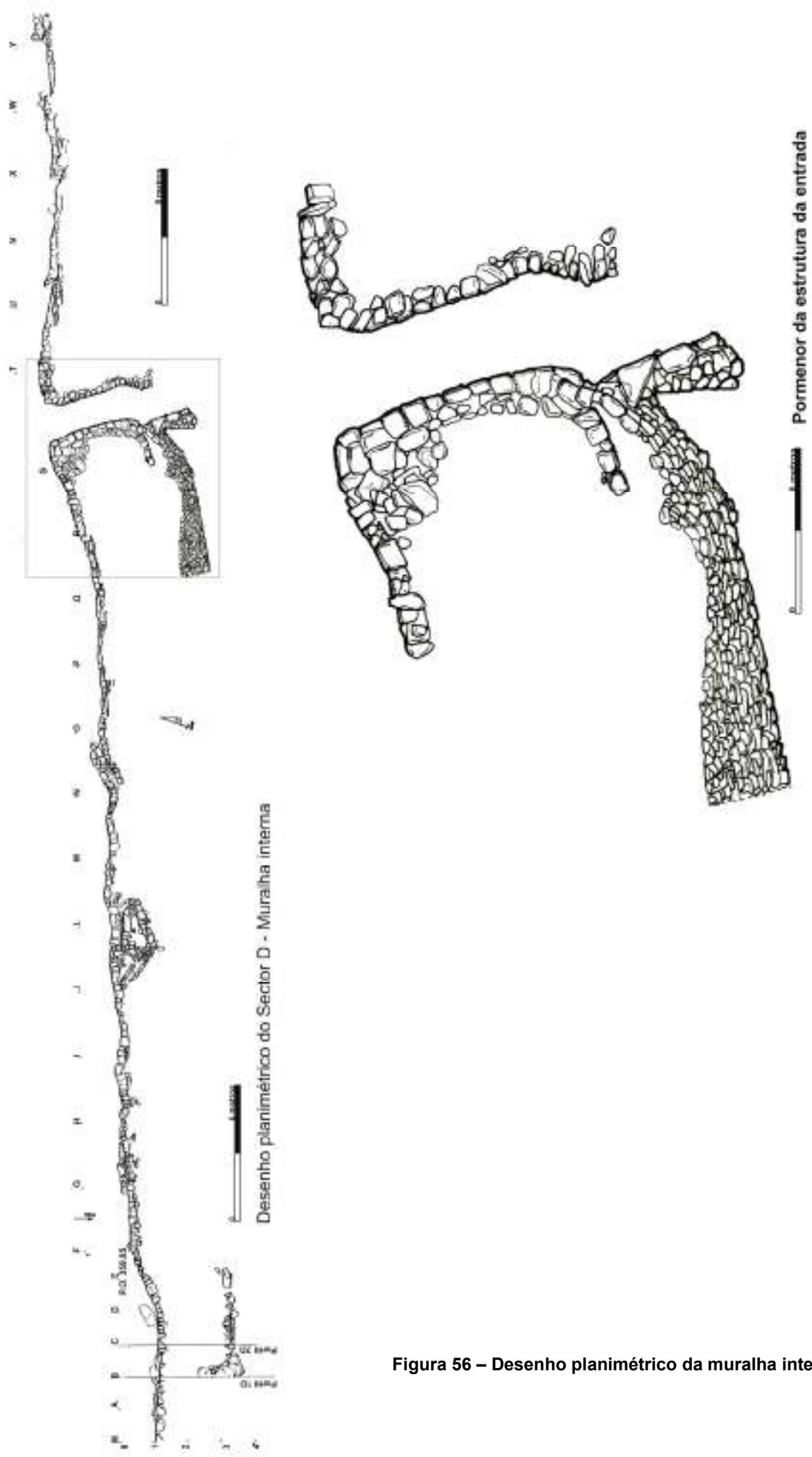


Figura 56 – Desenho planimétrico da muralha interna.

4.2.5.2.11 Estudo micro-espacial das estruturas

O estudo micro-espacial das estruturas, tanto no seu espaço interno como no externo, permitiu detectar alguns elementos (alguns já referidos), embora reduzidos, se tivermos em conta o total de estruturas de habitação e de serviços escavadas - dezanove -, para além da muralha, que possibilitam uma caracterização mais aprofundada da vivência desta comunidade.

A - estruturas de combustão

1 - A escavação da cabana 5 (sector A) até ao solo de base possibilitou o aparecimento, no Qd. S4, de uma zona circular de combustão envolvida por algumas pedras. Esta estrutura de combustão situava-se no nível de ocupação, numa área sub-circular com 60 a 70 cm de diâmetro.

2 - Próximo da parede sul da estrutura 3 encontrava-se uma outra zona circular de combustão, com um seixo rolado quartzítico ao centro, queimado, numa área com um diâmetro médio de 0.30 m. Esta estrutura situava-se no nível de ocupação, entre os 60 e 70 cm de profundidade.

3 - No quadrado O0, encostada ao paramento interno da muralha, relativamente próximo da entrada, encontrava-se uma terceira estrutura de combustão, denunciada pela cor dos sedimentos e pela quantidade de carvões. A esta estrutura estava associado um pote de cerâmica de importação pré-romana.

A raridade e singeleza das estruturas de combustão encontradas levam-nos a supor que, aparentemente não seriam construídas lareiras com uma área limitada e permanente. Fazia-se o fogo onde fosse necessário, sem elaboração de estruturas pétreas.

B - Entradas

Em Cossourado verifica-se a existência de três tipos de entrada nas estruturas de habitação e de serviços.

1 - Entradas das estruturas alongadas

Entradas não indicadas por qualquer elemento - dintel, padieira ou soleira -, completamente ausentes no povoado. Não é, igualmente, aplicado qualquer acabamento que remate de forma mais segura as paredes delimitadoras da entrada.

Por consequência, apenas um estudo de pormenor permitiu a definição da entrada das estruturas 1 e 4: concretamente a análise pormenorizada do paramento e a verificação, nas estruturas referidas, da existência de duas zonas em que o derrube da parede se efectuou para o interior de um espaço onde não existia muro e não para o interior ou exterior da estrutura, como normalmente acontece. Isto é, ocupou o espaço deixado vazio pela entrada.

Na maioria das situações - como nas estruturas 3, 6 e 9 - havia mais que uma interrupção nos muros pelo que, aquando do restauro, foram adoptadas entradas, embora sem certeza absoluta do local onde realmente se localizariam. Nas estruturas de outros sectores, o seu grau de destruição não permitiu definir nenhuma entrada em concreto.

As entradas das cabanas 1 e 4 têm 0,70 m e 1,10 m de largura e estão voltadas a oeste e norte, respectivamente.

2 - Entrada sugerida pela não junção das paredes

Este tipo de entrada ocorre apenas nas estruturas de planta circular, mais vocacionadas para espaços de habitação, embora aí também se tivessem desenvolvido outras actividades.

São identificadas pela não junção da parede que define o círculo, havendo uma ligeira diferença

relativamente ao ponto central. Esta situação ocorre na cabana 5 do sector A, e nas cabanas 7 e 8 do sector E. Em frente à entrada da cabana 5 existia uma pedra de formato irregular, com eventual função de soleira.

3 - Entrada sugerida por pedra (tipo soleira) e interrupção da parede

Tal como na situação anterior, este tipo de entrada ocorre apenas nas estruturas de planta circular. Trata-se de uma entrada definida pela não junção da parede que define a circunferência e sugerida, ainda, pela existência de uma grande pedra que terá servido de soleira, embora não tenha tido qualquer trabalho de aparelhamento, nem possua vestígios de gonzo.

Este tipo de entrada está presente na cabana 1C, no lado nascente, tal como na estrutura 2C que lhe fica anexa. Na 1C a pedra encontrava-se no exterior e na 2C estava deslocada para o interior da estrutura, como se pode verificar no desenho planimétrico (**Figura 53**).

Nas cabanas 1H, 3H e 3I foi adoptada a mesma solução.

C - Buracos de poste

Apesar de todas as sondagens realizadas, não foi encontrado qualquer buraco de poste ou estrutura de sustentação do mesmo, pelo que se depreende não terem sido utilizados.

A cor escura dos sedimentos e a não existência de um piso em saibro poderiam também ter ocultado qualquer vestígio relativo a esta solução – o que de qualquer forma não se crê que tenha existido.

D - Banco corrido

No interior da cabana 1 (sector A) existe um banco corrido, junto às faces nordeste, este e sudoeste. Na metade este e sudoeste foi destruído, não existindo as grandes pedras do assento mas, apenas, a estrutura em que apoiavam (pedras e saibro muito compactado - que ainda persiste - e afloramento). Foi, posteriormente, reconstituído na sua totalidade.

A existência deste banco confere a esta estrutura um lugar de destaque no seio do povoado. Com planta ovalada, a cabana, terá sido um local de reunião e de encontro comunitário.

E - Manchas de barro

A escavação das cabanas 3H e 1H permitiu localizar três manchas de barro alaranjado, com formato circular, duas na cabana 3H e uma na cabana 1H. O pouco espólio cerâmico encontrado e as reduzidas dimensões das manchas, em diâmetro e em espessura, não ajudam a formular uma interpretação, já que local de fabrico de cerâmica não parecem ter sido.

4.2.5.2.12 Articulação dos espaços (Figura 57)

A exemplo de grande parte dos povoados pertencentes a este período cronológico-cultural, Cossourado possui um forte sistema defensivo que circunda e protege o seu habitat. Compõem-no, na prática, duas linhas de muralha que circundavam na totalidade a sua zona habitacional e uma terceira, apenas a oeste, onde o declive é menos acentuado.

Estruturalmente, as muralhas apresentam um processo construtivo composto por grandes blocos de pedra toscamente aparelhados, nas faces interna e externa, e somente por terra, na parte intermédia. Com pequenas rampas e contrafortes - alguns dos quais com degraus - a servirem de acesso interno, seriam, por ventura, rematadas por uma paliçada de madeira ou por outro tipo de estrutura perecível.

As estruturas de habitat foram construídas de modo a existirem espaços razoáveis de circulação não tendo havido necessidade em ocupar o largo corredor situado entre a última fiada de estruturas de habitat e a muralha interna.

Conforme as necessidades, foi-se construindo o núcleo habitacional com edificações ora circulares, ora de configuração alongada, mas quase sempre com dimensões bastante elevadas, pouco enquadráveis no modelo construtivo castrejo.

A menor qualidade construtiva das estruturas alongadas resulta numa maior destruição das mesmas, pelo que identificamos nove, das quais apenas conhecemos bem três.

Junto ao torreão, a sudoeste, a cabana 1 (a primeira a ser encontrada e escavada no povoado) terá desempenhado um papel diferente das demais, embora a acumulação de funções, tal como nas demais, não seja de desconsiderar. Como vimos, o banco de pedra existente ao longo da face interna aponta para a função de lugar comunitário de reunião, onde se tomariam as decisões de maior importância para o povoado.

Por último, refira-se a evidente falta de tecnologia e/ou de conhecimentos no campo da construção de amuralhamentos patente, por exemplo, no não aproveitamento dos afloramentos para a implantação de alicerces que ajudassem à sustentação da parede externa. Um facto também verificável no que diz respeito às estruturas de habitat construídas sobre afloramentos sem qualquer serventia. De igual forma era desconhecida a técnica de remate dos cantos das estruturas, pelo que se resolvia o problema com o arredondamento ou justaposição das paredes, que se tornavam, conseqüentemente, pontos frágeis da construção.

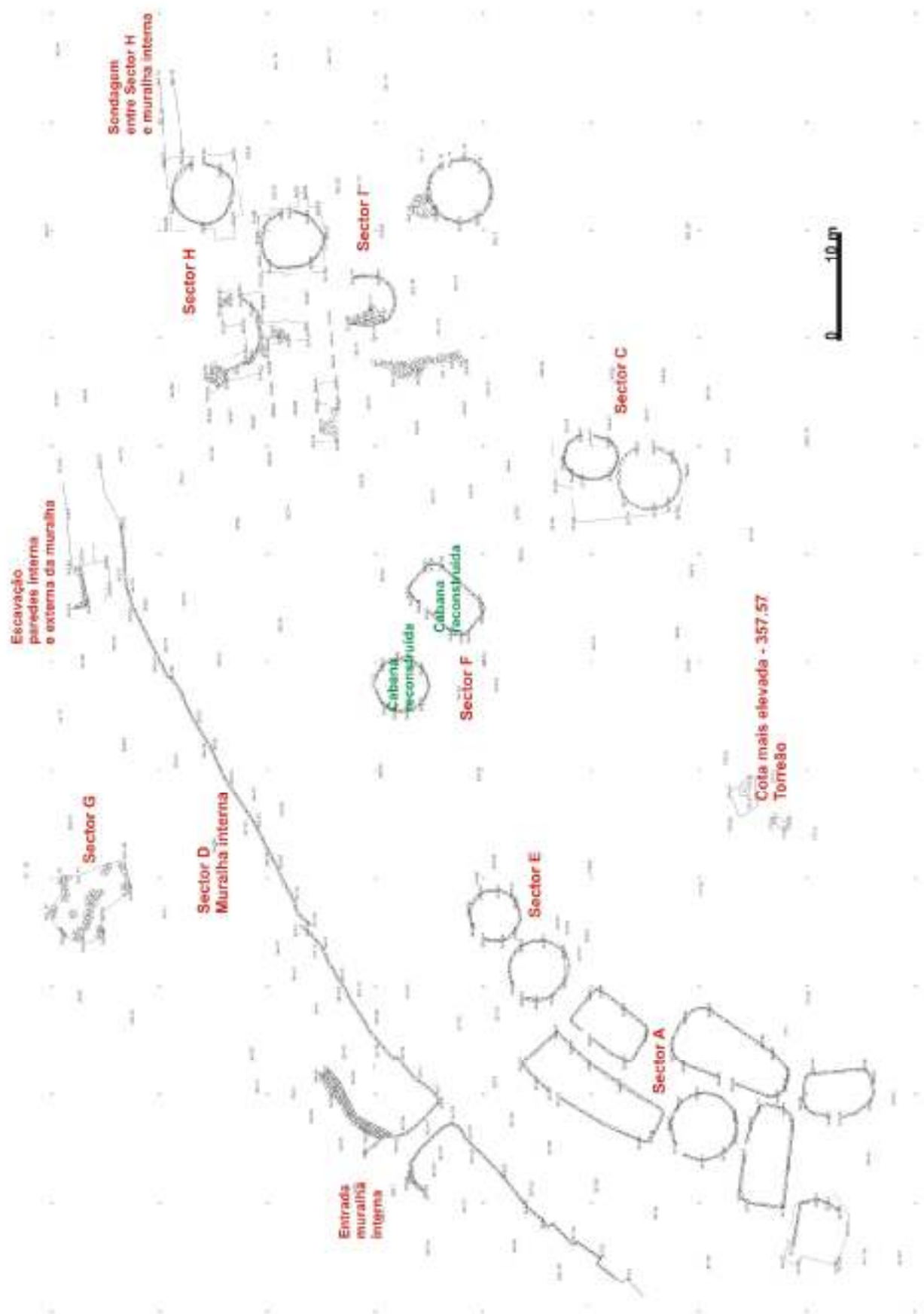


Figura 57 – Distribuição espacial das estruturas escavadas do povoado de Cossourado.

4.2.5.3 A estratigrafia dos sectores de habitação e serviços

Ao longo das diversas campanhas de intervenção arqueológica, foram-se criando, desenhando e estudando diversos cortes estratigráficos e perfis topográficos, que permitiram uma análise diacrónica da evolução do povoamento. Um estudo que permitiu estabelecer cronologias relativas da origem, do desenvolvimento e do abandono do povoado. Tal como em relação às estruturas apresentaremos o seu estudo conjuntamente.

4.2.5.3.1 Sector A (Figuras 58, 59 e 60)

Neste sector, nas campanhas de 1994 e 1995, foram analisados dois cortes estratigráficos, designados 1 A e 2 A.

O **corte 1 A** - no sentido, sensivelmente, oeste-este, lado sul, no interior da cabana 1, cortando-a transversalmente. É relativamente caracterizador de todo o sector, que apresenta camadas estratigráficas idênticas, em número de três ou quatro, conforme os locais, como se atesta pelos desenhos anexos.

1 - Camada de terra superficial, humosa, pouco compacta e pouco dura, não homogénea. Granulometria de fracção fina e com areias. Índices radiculares muito elevados. Zona alta do horizonte edáfico, erodido e transformado em solo. Coloração acastanhada escura.

Neste nível ocorrem algumas pedras quer de derrube, quer das próprias estruturas, e que se conservaram "in situ".

Esta camada existe em todo o sector e em toda a área intervencionada do povoado.

2 - Camada de terra que apresenta sinais de maior compactação e homogeneidade. Granulometria de fracção fina, com areias. Índices radiculares ainda elevados. O conteúdo orgânico do horizonte edáfico apresenta-se muito desenvolvido, transformado em solo. Coloração acastanhada mesclada com acastanhada escura. Apresenta grande quantidade de pedras de derrube.

No início desta camada detectam-se as estruturas - podendo em algumas zonas, como vimos, aflorar à superfície na camada 1 - e ocorre a habitual camada de derrube da proximidade de estruturas. Em outras áreas, onde não existem construções, a pedra é muito menos densa, confundindo-se com o nível 3. O espólio não é muito abundante.

Sob a densa camada de derrube ocorre alguma cerâmica, carvões e bagas carbonizadas. Quando se aprofunda, a concentração de pedra de derrube diminui e aumenta a detecção do espólio referido. Esta quantidade de pedra dificulta muitas vezes a determinação do nível em escavação, facto pelo qual se considera, por vezes, uma zona de transição entre o nível 2 e o 3.

3 - Camada de terra compacta, com índice de dureza mais elevado, homogénea. Granulometria de fracção fina, com areias. Índices radiculares escassos em relação aos outros níveis (raízes muito finas). Processos edáficos pouco desenvolvidos. Coloração acastanhada, não homogénea. Corresponde ao nível de ocupação.

Este nível não ocorre nos quadrados com maior nível de inclinação e conseqüente erosão. Trata-se, aparentemente, de uma camada pouco espessa, que corresponde ao solo de ocupação das cabanas.

Não foi encontrado qualquer piso ou algo que se possa caracterizar como tal.

Nesta camada ocorre praticamente todo o espólio arqueológico, o que se afigura normal já que coincide com o nível de ocupação, interno e externo, das estruturas.

4 - Camada de terra textura fina, saibrenta, muito compacta, homogénea, sem raízes e de coloração bege e acastanhada clara.

Este nível estratigráfico ocorre apenas no interior da cabana 1. Trata-se de uma camada estéril, posicionada sob a área de ocupação, com a função de normalizar o terreno.

5 - Solo de base em afloramento granítico, por vezes alterado, de textura granulada, compacta, sem raízes e de superfície irregular.

O **corte 2 A** foi definido no interior da estrutura 3, lado sul, atravessando-a transversalmente, no sentido oeste-este, assim como a quase todo o sector escavado.

A metade nascente corresponde ao interior e área exterior contígua à estrutura 3; a metade oeste corresponde à camada de derrube situada no exterior da cabana 5 - derrube que se registou não no sentido da pendente do terreno mas sim na sua perpendicular.

1 - Camada de terra superficial, humosa, pouco compacta e pouco dura, não homogénea. Granulometria de fracção fina e com areias. Índices radiculares muito elevados. Zona alta do horizonte edáfico, erodido e transformado em solo. Coloração acastanhada escura.

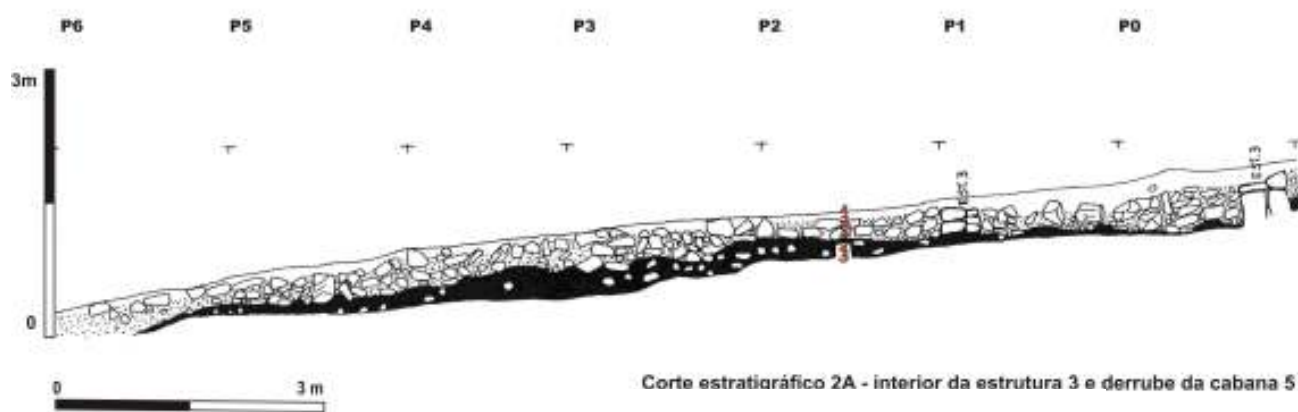
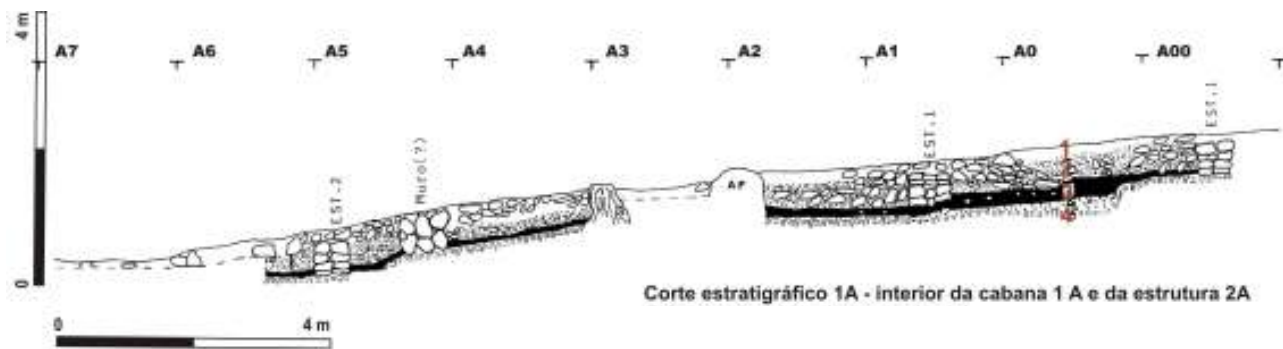
2 - Camada de terra que apresenta sinais de maior compactação e homogeneidade. Granulometria de fracção fina, com areias. Índices radiculares elevados. O conteúdo orgânico do horizonte edáfico apresenta-se muito desenvolvido, transformado em solo. Coloração acastanhada escura. Apresenta grande quantidade de pedras de derrube quando próximo de construções.

Na parte oeste existe uma grande concentração de pedra de derrube que domina visualmente o corte estratigráfico.

3 - Camada de terra compacta, homogénea, com índice de dureza mais elevado. Granulometria de fracção fina, com areias. Índices radiculares escassos em relação aos outros níveis (raízes muito finas). Processos edáficos pouco desenvolvidos. Coloração acastanhada, não homogénea. Corresponde ao nível de ocupação.

Na parte nascente, coincide com o solo de ocupação da estrutura 3 e, na parte oeste, com o nível externo das estruturas 4 e 5, sendo mais espesso e muito rico em espólio arqueológico.

A sua área oeste teve de ter destruída para permitir a visualização do muro externo da cabana 5.

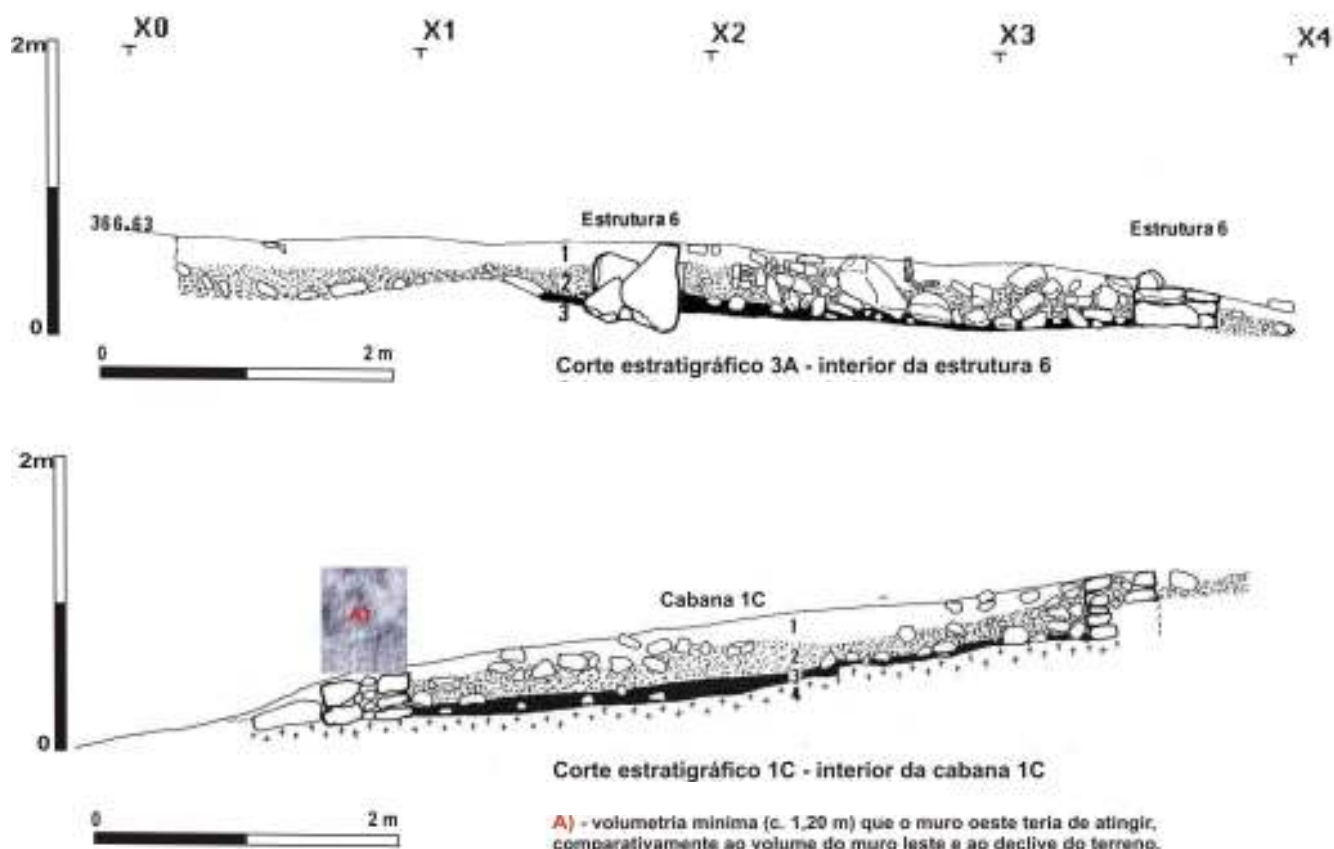


Figuras 58 e 59 – Cortes estratigráficos 1 A e 2 A.

O perfil estratigráfico 3A (sentido este-oeste, lado norte), definido e analisado em 1998, atravessava transversalmente a estrutura 6. A caracterização das suas camadas estratigráfica é idêntica à do corte 2A. Foi desmontado na sua totalidade.

4.2.5.3.2 Sector E

No Sector E não foi analisado qualquer corte estratigráfico em particular. Contudo, pode-se referir que os níveis estratigráficos são iguais a todos os perfis analisados no povoado em área de habitat.



Figuras 60 e 61 – Cortes estratigráficos 3A e 1C.

4.2.5.3.3 Sector C (Figura 61)

No sector C foi analisado um corte estratigráfico - corte 1 C - que atravessava a cabana 1C, sensivelmente pelo centro.

A sua caracterização estratigráfica é idêntica à do perfil 2A. Acresce apenas a existência de um afloramento granítico (nível 4) e a reconstituição da altura mínima do muro oeste da cabana 1C. Os cálculos elaborados permitem-nos pensar que a parede desta cabana, a nascente, deveria atingir uma altura próxima dos dois metros.

4.2.5.3.4 Sector F

A reduzida potência estratigráfica do sector F (inferior na maioria dos casos a 20 cm) não possibilitou o estudo de qualquer perfil estratigráfico em particular, embora uma simples análise visual aponte para o mesmo tipo de estratigrafia (3 níveis) apresentado pelos demais sectores escavados em área de habitat.

4.2.5.3.5 Sectores H e I (Figura 62)

Nestes sectores foi analisado/desenhado um corte estratigráfico e perfil, designado 1H. Atravessava, numa extensão de 40 metros de comprimento, todo o sector H. Corresponde aos quadrados F0 a F19.

Apresenta as mesmas características dos perfis estratigráficos das áreas de habitat e de

estruturas de defesa intervencionadas. Tem como particularidade o facto de atravessar todo o sector, praticamente desde a zona mais elevada até à área de implantação da muralha interna, motivo pelo qual nos fornece elementos sobre a orografia e a estratigrafia das estruturas de habitação, de serviços e de defesa.

Desta forma, a estratigrafia da **área de habitação**, referente às **estruturas 2H e 3H**, é igual à descrição efectuada para os níveis estratigráficos do corte 2A. No interior da cabana 3H são indicadas duas manchas de.

Estratigrafia da **área de defesa** referente à **muralha interna**:

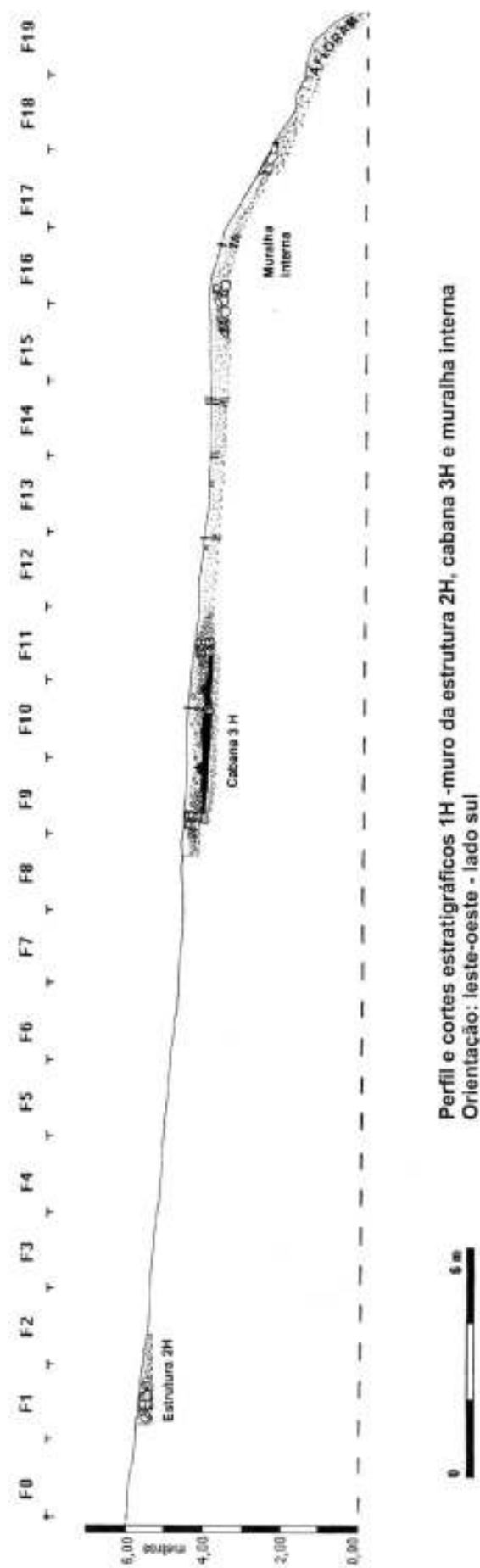
1 - Camada de terra superficial (semelhante à camada 1 do sector de defesa em geral), humosa, pouco compacta e pouco dura, não homogénea. Granulometria de fracção fina e com areias. Índices radiculares muito elevados. Zona alta do horizonte edáfico que corresponde ao recheio interno e externo da muralha, erodido e transformado em solo. Coloração acastanhada.

2 A - Camada de terra com sinais de maior compactação e homogeneidade, semelhante à camada 2 do sector de defesa em geral. Granulometria de fracção fina, com areias de aspecto saibrento. Índices radiculares raros. O conteúdo orgânico do horizonte edáfico apresenta-se muito desenvolvido e corresponde ao recheio interno e externo da muralha, transformado em solo. Coloração acinzentada.

Nas zonas que ladeiam o paramento interno da muralha existe grande quantidade de pedras de derrube.

4.2.5.4 A estratigrafia do sector de defesa (Figuras 63, 64 e 65)

No sector D foi estudado um perfil estratigráfico definido transversalmente à muralha e designado por perfil 1D (norte-sul - lado oeste);



Perfil e cortes estratigráficos 1H -muro da estrutura 2H, cabana 3H e muralha interna
Orientação: leste-oeste - lado sul

um perfil indicativo da morfologia da muralha, designado por perfil **2 D** (norte-sul - lado oeste) e um outro designado por perfil **3D** (este-oeste - lado sul), também indicativo da morfologia interna da muralha no espaço área referente à entrada, e que traça um perfil desde essa área até à base do torreão, passando pela cabana 7E, numa extensão total de vinte e quatro metros.

O perfil estratigráfico 1D caracteriza-se da forma seguinte:

1 - Camada de terra superficial, humosa, pouco compacta e pouco dura, não homogénea. Granulometria de fracção fina e com areias. Índices radiculares muito elevados. Zona elevada do horizonte edáfico que corresponde ao recheio interno e externo da muralha, erodido e transformado em solo. Coloração acastanhada (externamente) e acinzentada (recheio da muralha).

2 - Mancha constituída por areias provenientes da degradação do granito, pouco compacta e pouco dura, não homogénea. Granulometria de fracção fina, com predomínio das areias. Presença de sais emigrados das camadas superiores. Índices radiculares escassos em relação aos outros níveis. Processos edáficos muito pouco desenvolvidos, correspondendo ao recheio interno da muralha. Coloração branco-amarelada.

3 - Camada de terra com sinais de maior compactação e homogeneidade. Granulometria de fracção fina, com areias. Índices radiculares muito elevados. O conteúdo orgânico do horizonte edáfico apresenta-se muito desenvolvido e corresponde ao recheio interno e externo da muralha, transformado em solo. Coloração acastanhada escura. Nas zonas que ladeiam o paramento interno e externo da muralha existe grande quantidade de pedras de derrube.

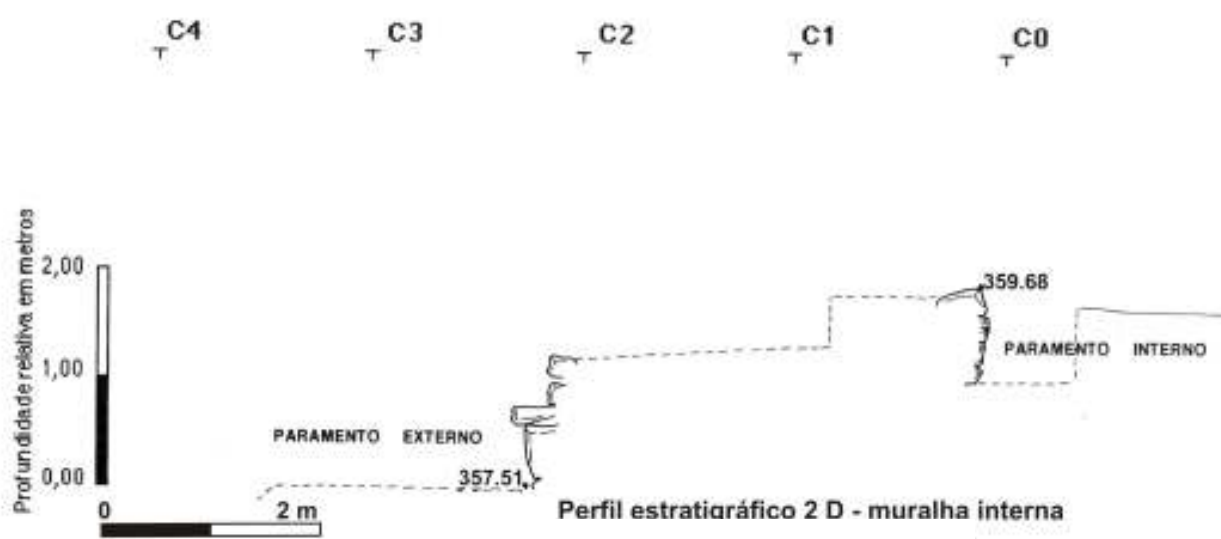
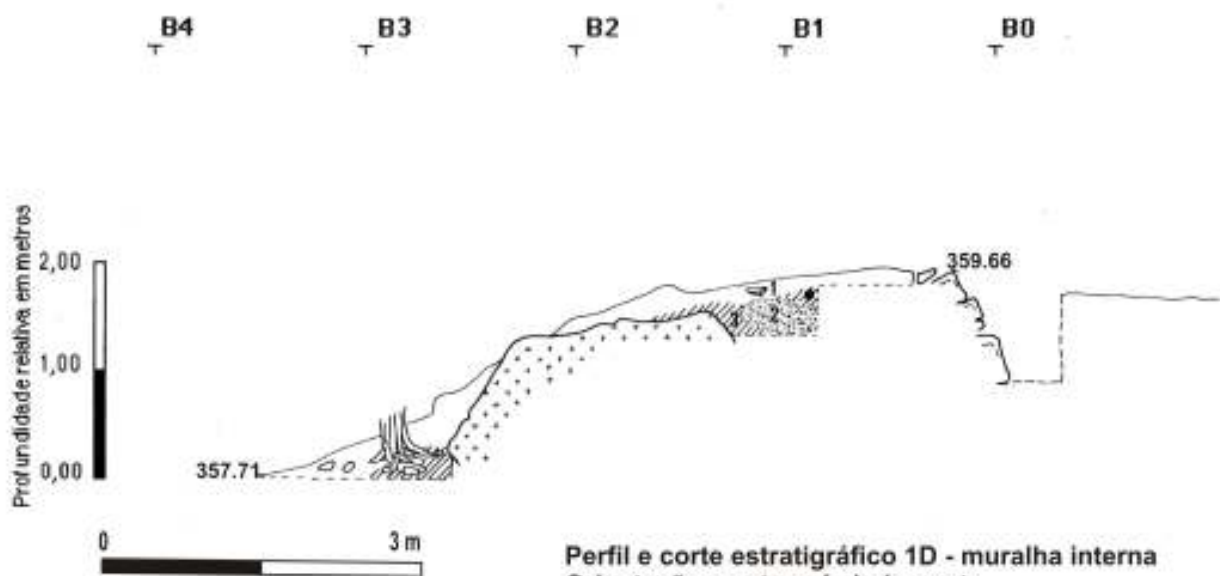
Foi retirada uma amostra para realização de estudos de granulometria.

Esta descrição particular do corte estratigráfico 1D não é extensiva a todo o sector correspondente à linha de defesa interna. Regra geral, o sector D é constituído estratigraficamente pelas camadas que a seguir se descrevem:

1 - Camada de terra superficial, humosa, pouco compacta e pouco dura, não homogénea. Granulometria de fracção fina e com areias. Índices radiculares muito elevados. Zona alta do horizonte edáfico que corresponde ao recheio interno e externo da muralha, transformado em solo. Coloração acastanhada (externamente) e acinzentada (recheio da muralha).

2 - Camada de terra com sinais de maior compactação e homogeneidade. Granulometria de fracção fina, com areias. Índices radiculares muito elevados. O conteúdo orgânico do horizonte edáfico apresenta-se muito desenvolvido e corresponde ao recheio interno e externo dos dois paramentos da muralha, transformado em solo. Coloração acastanhada. Nas zonas que ladeiam o paramento interno e externo da muralha existe, por vezes, grande quantidade de pedras de derrube – quando coincide com uma zona de destruição. O interior da muralha é uma única camada de recheio, pelo que possui uma altura significativa.

3 - Camada de terra muito compacta, homogénea e com maior índice de dureza. Granulometria de fracção fina. Índices radiculares escassos. Processos edáficos pouco desenvolvidos, correspondendo apenas aos sedimentos exteriores aos paramentos (interno e externo) da muralha, pelo que esta camada não se encontra no recheio interior da muralha. Coloração acastanhada. Corresponde ao nível de ocupação, motivo pelo qual ocorre algum espólio arqueológico.



Figuras 63 e 64 – Cortes estratigráficos 1 D e 2 D.

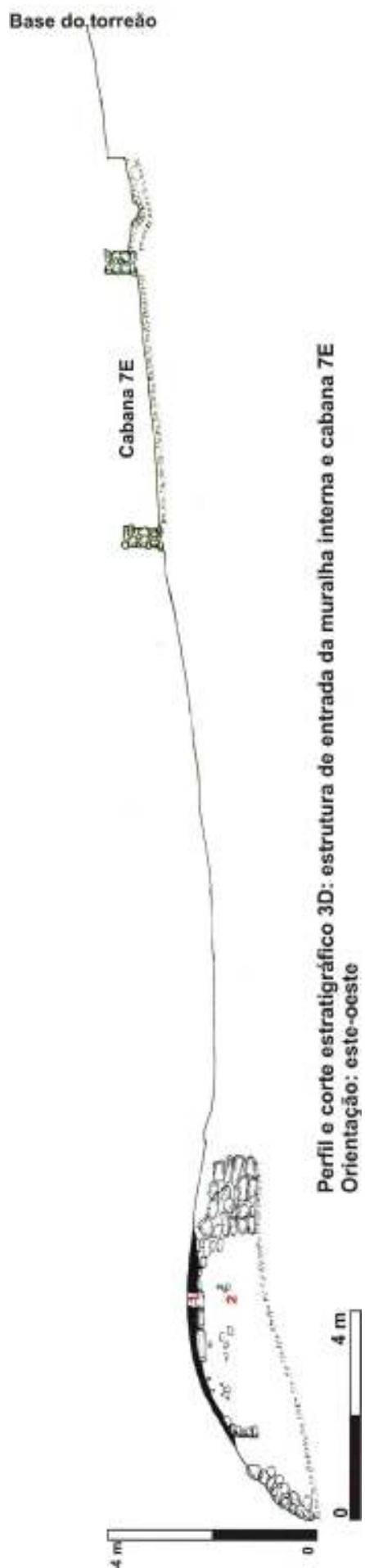


Figura 65 – Perfil e corte estratigráfico 3D.

4.2.6 – Cultura material

Em termos metodológicos, todo o espólio arqueológico foi registado por camada estratigráfica, quadrado, sector e data, e, aquele que apresentava características mais significativas (cerâmica decorada, bordos, fundos, metais, líticos, objectos de adorno em pasta vítrea, algumas amostras de carvões ou outras matérias orgânicas carbonizadas), foi coordenado tridimensionalmente, sendo calculadas, na maioria dos casos, altitudes absolutas. Foram também registadas indicações relativas à sua posição no interior ou exterior das estruturas, tal como se procedeu em relação aos outros povoados.

O espólio foi encontrado, na sua maior parte, concentrado em determinadas zonas (no interior ou nas proximidades das estruturas escavadas) e apresentava-se, regra geral, algo deteriorado.

Após a sua lavagem, marcação, catalogação, registo em desenho e fotografia, estudo (apresentado nos diversos quadros, segundo os parâmetros previamente escolhidos), análise (quando necessário) e restauro (em alguns casos), o material exumado foi depositado no Gabinete de Arqueologia e Património e no Museu Regional de Paredes de Coura.

Uma vez que o povoado e a respectiva cultura material constituem um todo com bastante unidade, observável aos mais diversos níveis, optámos por efectuar o seu tratamento conjunto.

4.2.6.1 - Espólio Cerâmico

Como habitualmente se verifica nas estações da Idade do Ferro, os fragmentos de cerâmica constituem a maior parte do espólio arqueológico encontrado em Cossourado. Nas campanhas realizadas entre 1993 e 2001, foram recolhidos 4722 fragmentos, tendo-se constatado um aumento da ocorrência do espólio



Figura 66 – Bordo de cerâmica micácea (COS 97A-4)

cerâmico à medida que se procedia à escavação do solo de ocupação.

A escavação permitiu também recolher diversos restos de barro e estudar as mencionadas manchas formadas por esse material, estudo que se revelou inconclusivo quanto à possibilidade de terem sido locais de fabrico de barro no próprio povoado.

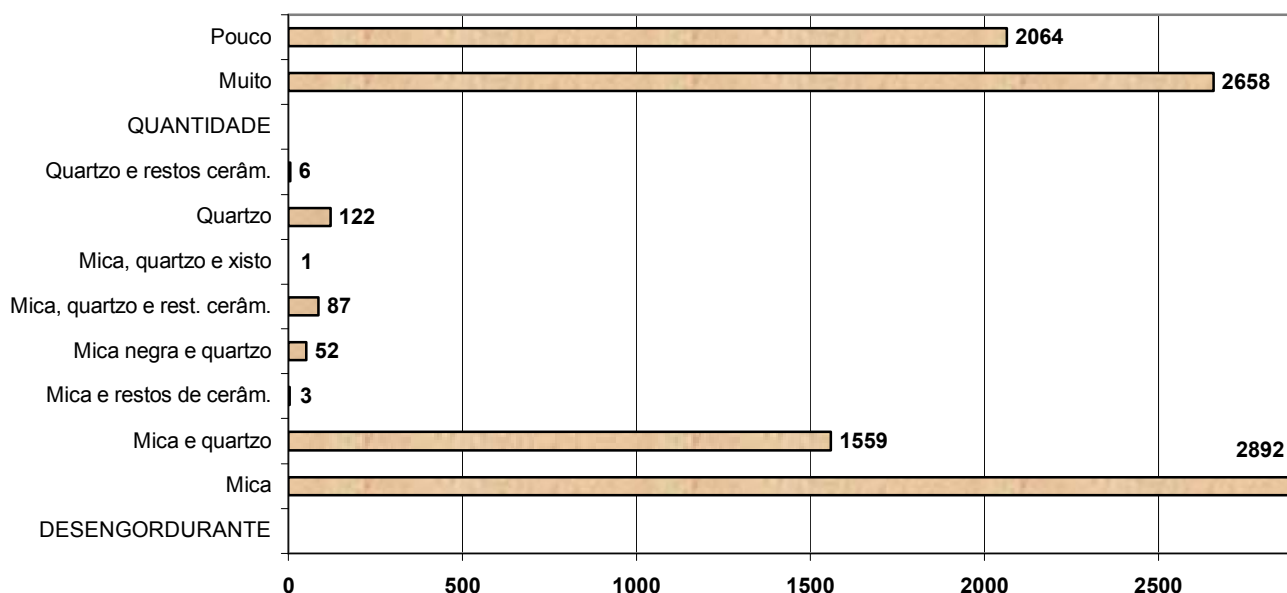
Partindo-se de uma visão macroscópica e genérica, é possível afirmar que a olaria do povoado se caracteriza pela existência de uma cerâmica de fabrico micáceo (a mica ocorre isolada ou associada a outros desengordurantes em 4594 fragmentos, observando-se como exemplo-modelo o bordo da **Figura 66**), pouco depurada, compacta, com colorações acastanhadas interna e externamente (raras vezes alaranjadas ou acinzentadas), cozeduras maioritariamente boas, em atmosfera redutora, acabamento por alisamento e fabrico manual.

Os inúmeros fragmentos foram estudados segundo diversos pontos de análise e caracterizados da forma que se segue.

- **Tipo de pasta** (desengordurante, pasta, textura e acabamento) e **de fabrico** (tipo de fabrico, coloração – interna, externa e cerne – e cozedura)

A análise macroscópica revelou a existência de uma cerâmica de fabrico manual, com componente desengordurante micáceo predominante, seguido pela mistura de mica (moscovite) e quartzo. Utilizados como desengordurantes foram ainda a biotite (mica negra) associada ao quartzo, a moscovite associada ao quartzo e a restos de cerâmica, a moscovite associada ao quartzo e ao xisto negro, e o quartzo isolado ou associado a restos de cerâmica (**Gráfico XII**). Regra geral, estas associações de desengordurantes – que não sejam a moscovite, o quartzo e, esporadicamente, restos de cerâmica – surgem na cerâmica de importação pré-romana, ou seja, proveniente de áreas

Gráfico XII - Tipos de desengordurante e de quantidade de ocorrência



supra-regionais, exteriores à bacia superior do rio Coura.

Em determinada altura do decurso da vida do povoado, os oleiros começaram, contudo, a aplicar na elaboração da cerâmica restos de fragmentos moídos. Um facto relativamente mais evidente nas cerâmicas encontradas nos locais de habitação voltados ao rio Coura (sectores I e sobretudo H) – área de ocupação construída, eventualmente, numa fase mais adiantada da vivência do povoado, altura em que se começava a introduzir uma alteração técnica no fabrico da cerâmica (a única alteração significativa que registamos em toda a cultura material ceramológica deste povoado).

Resta acrescentar que, neste sector H, a cerâmica de importação é bastante utilizada e possui também, como desengordurante, mica negra, sobretudo nas peças que apresentam uma coloração acinzentada.

A **pasta** é maioritariamente pouco depurada, seguindo-se, com bastantes ocorrências, a depurada. Na generalidade, os fragmentos são elaborados com pasta de textura compacta e, em casos raros, com pasta friável (**Gráfico XIII**). Também aqui a maior ocorrência de cerâmica depurada está relacionada com a cerâmica de importação.

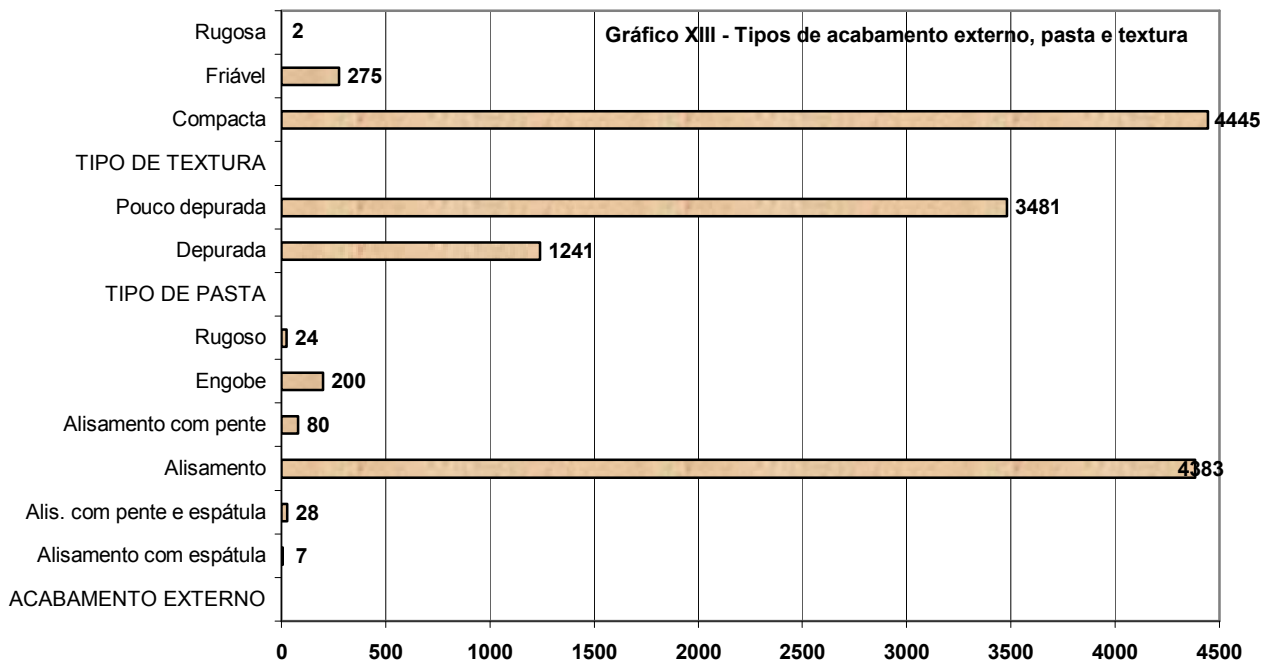
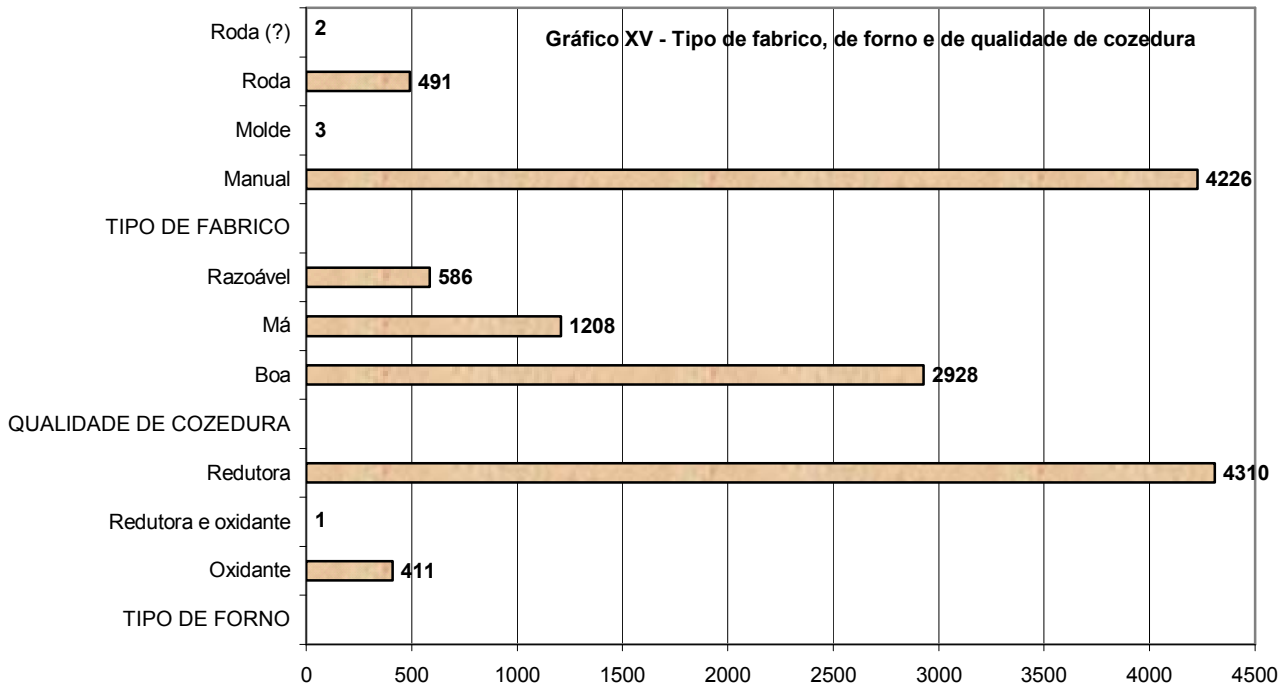
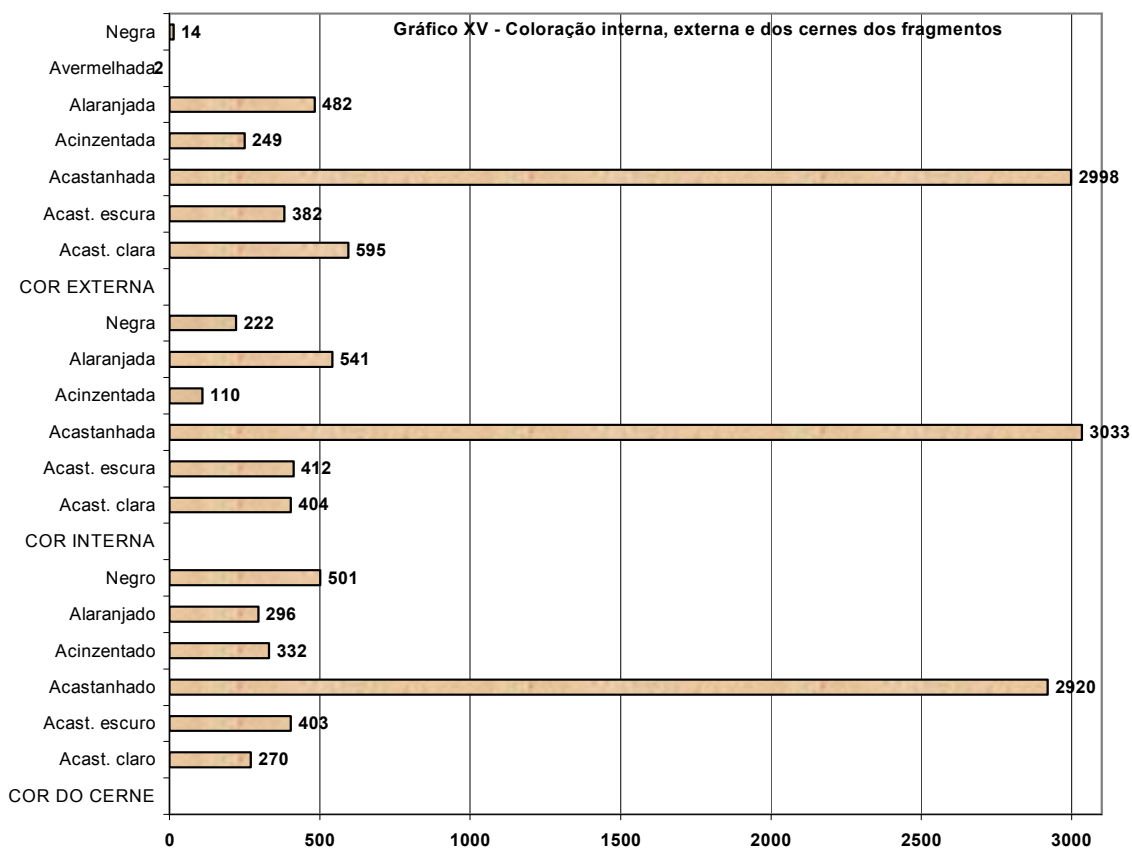


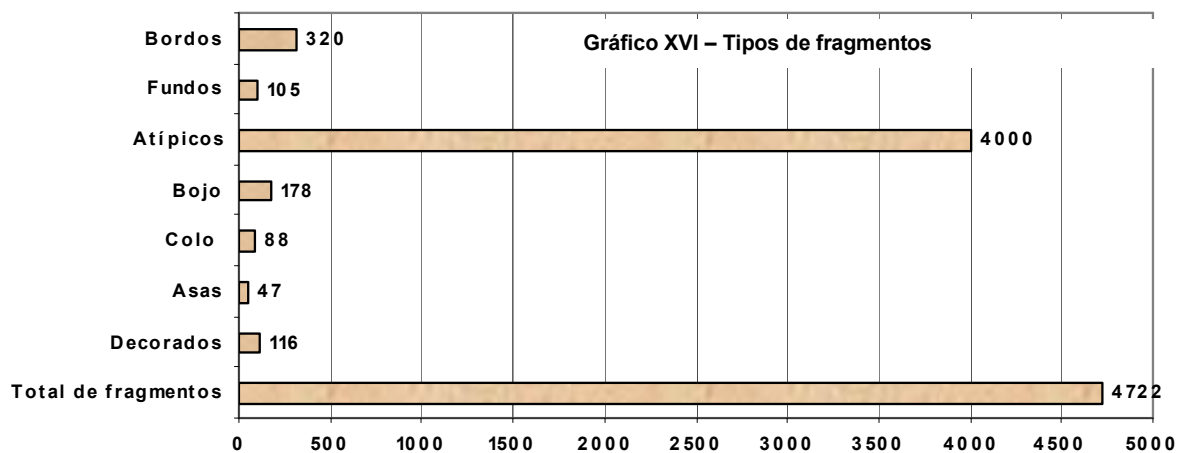
Gráfico XIV – Coloração interna, externa e cernes dos





O **acabamento** foi, regra geral, efectuado por alisamento interno e externo (4383), existindo também exemplares com acabamento conseguido por alisamento com pente (80) – que designamos por cerâmica penteada (vassourada para outros arqueólogos) –, com pente e espátula associados ou apenas com espátula, com engobe (200) – cerâmica engobada – e alguns fragmentos com superfícies de tal forma deterioradas que caracterizamos como rugosas (24).

Em termos de **colorações internas e externas (Gráfico XIV)**, predomina a cor acastanhada (com variações entre o claro e o escuro), conhecendo-se alguns casos alaranjados e acinzentados ou negros. Os tons alaranjados e mesmo os avermelhados apenas se observam na cerâmica de



importação.

Os **cernes** são também, regra geral, acastanhados (2920), igualmente com variações entre tons claros e escuros), mas também negros, acinzentados e alaranjados.

Os tons alaranjados, tal como a cozedura oxidante, ocorrem, na maior parte dos casos, na cerâmica de importação.

Os dados apresentados sobre a coloração das pastas cozidas foram decisivos para a caracterização da qualidade e da atmosfera de cozedura dos fornos utilizados (**Gráfico XV**).

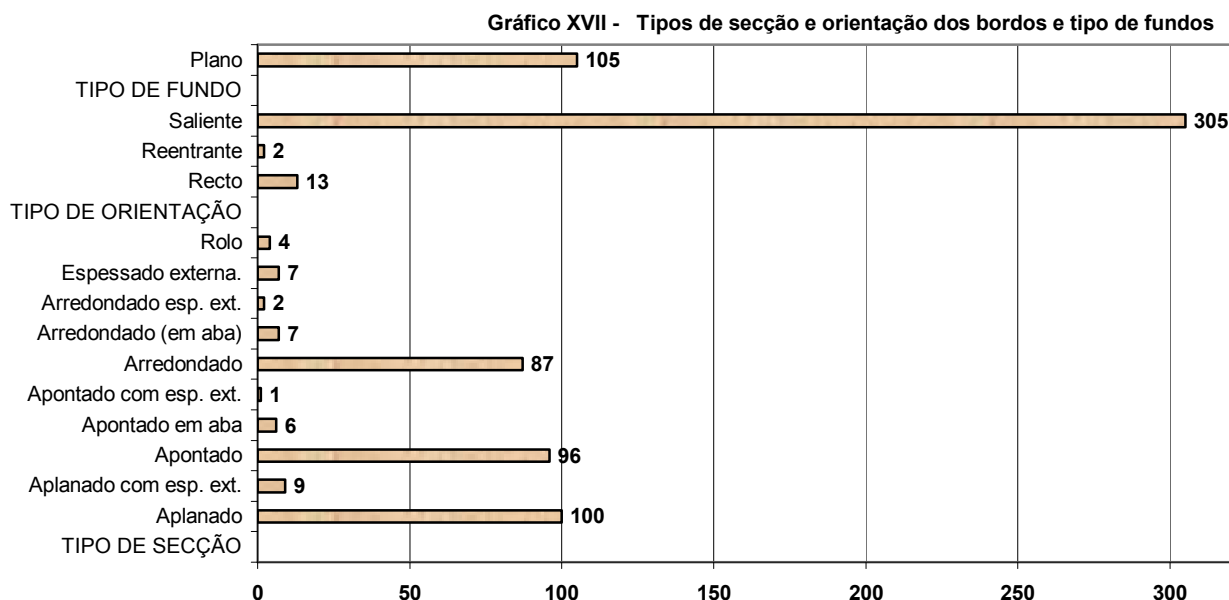
Assim, o nível de cozedura atingido é também variável, oscilando entre a relativamente boa (2928), a razoável (586) e a má (1208).

A **atmosfera de cozedura** dominante foi a redutora (4310), havendo alguns exemplares oxidantes, ou seja, em que a presença de oxigénio no forno aquando da cozedura foi abundante.

No que concerne ao **tipo de fabrico**, predominam as peças de fabrico manual (4226) em relação às elaboradas com o auxílio de roda de oleiro (491) ou moldes (3), ocorrendo os dois últimos casos apenas na cerâmica de importação.

• **Forma e dimensões dos fragmentos**

Uma vez que não possuímos peças inteiras que nos permitam um estudo formático preciso, caracterizámos os fragmentos da seguinte forma: atípicos (4000), bordos (320), fundos planos (105), fragmentos do colo de vasilhas (88), fragmentos de bojo (178), asas (47) e fragmentos atípicos (8) mas com decoração (**Gráfico XVI**).



A diversidade dos **tipos de bordos** (**Gráfico XVII**) não é muito significativa, embora tenha sido possível identificar três tipos e seis sub-tipos de secções, regra geral com uma configuração bastante simples: bordos com secção aplanada, apontada e arredondada; bordos aplanados com espessamento externo (**Figuras 67 e 68**), bordos apontados com espessamento externo (**Figura 69 e 70**), bordos arredondados com espessamento externo, bordos apontados em aba, bordos

arredondados em aba e bordos com espessamento externo cuja secção não se enquadra em nenhum tipo por variar, ao longo da peça, entre o apontado, o arredondado e a secção com perfil em “D”.

Existem ainda quatro exemplares de vasilha de armazenamento ibero-púnica que apresentam o bordo em rolo.

Os bordos de tipo apontado, raros em Romarigães, têm aqui uma ocorrência superior à arredondada.

A **orientação** deste tipo de acabamento das peças apresenta-se normalmente saliente (38), esporadicamente recta e, apenas em dois casos, reentrante.

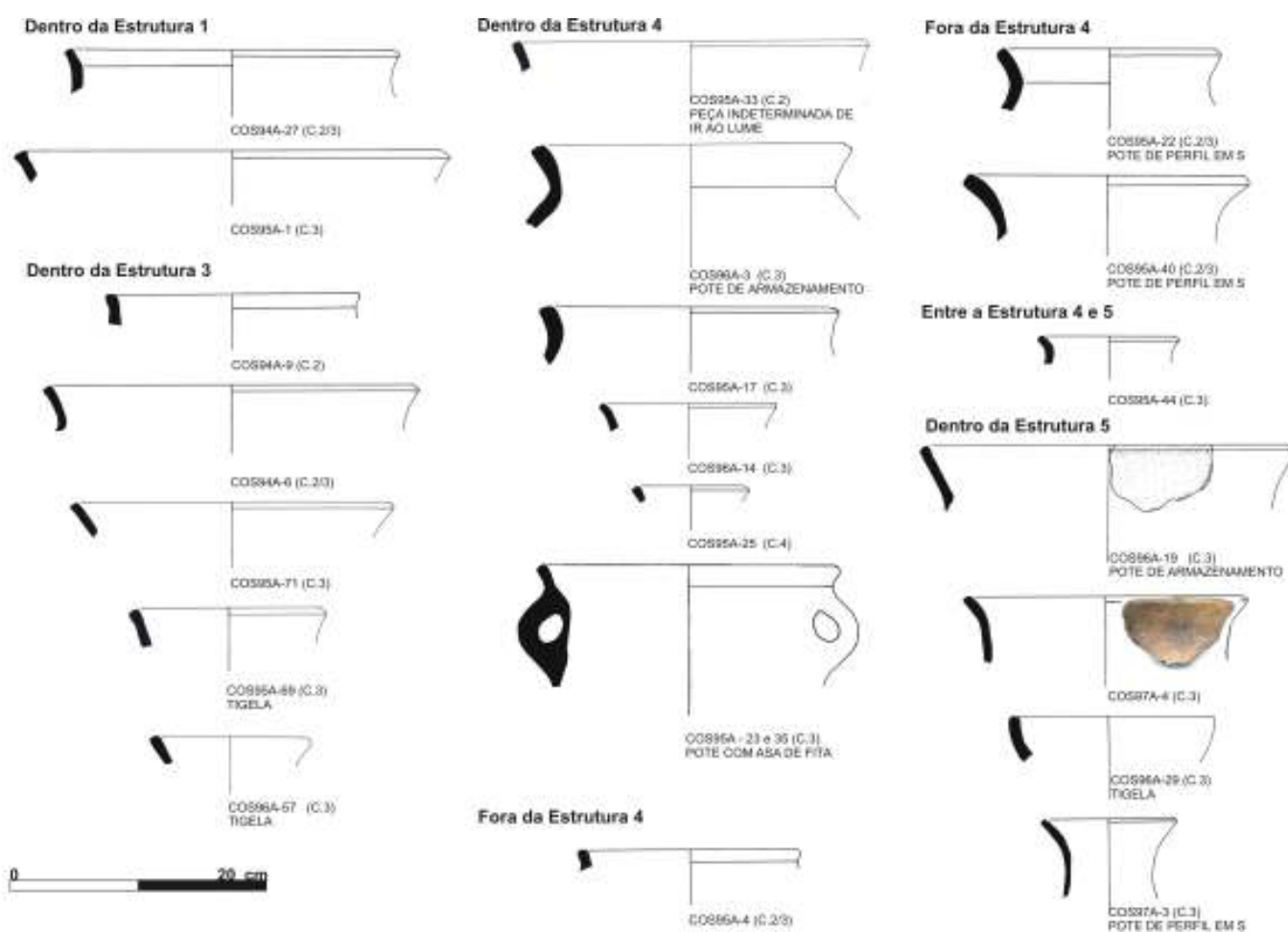


Figura 67 – Bordos de tipologia aplanada I.

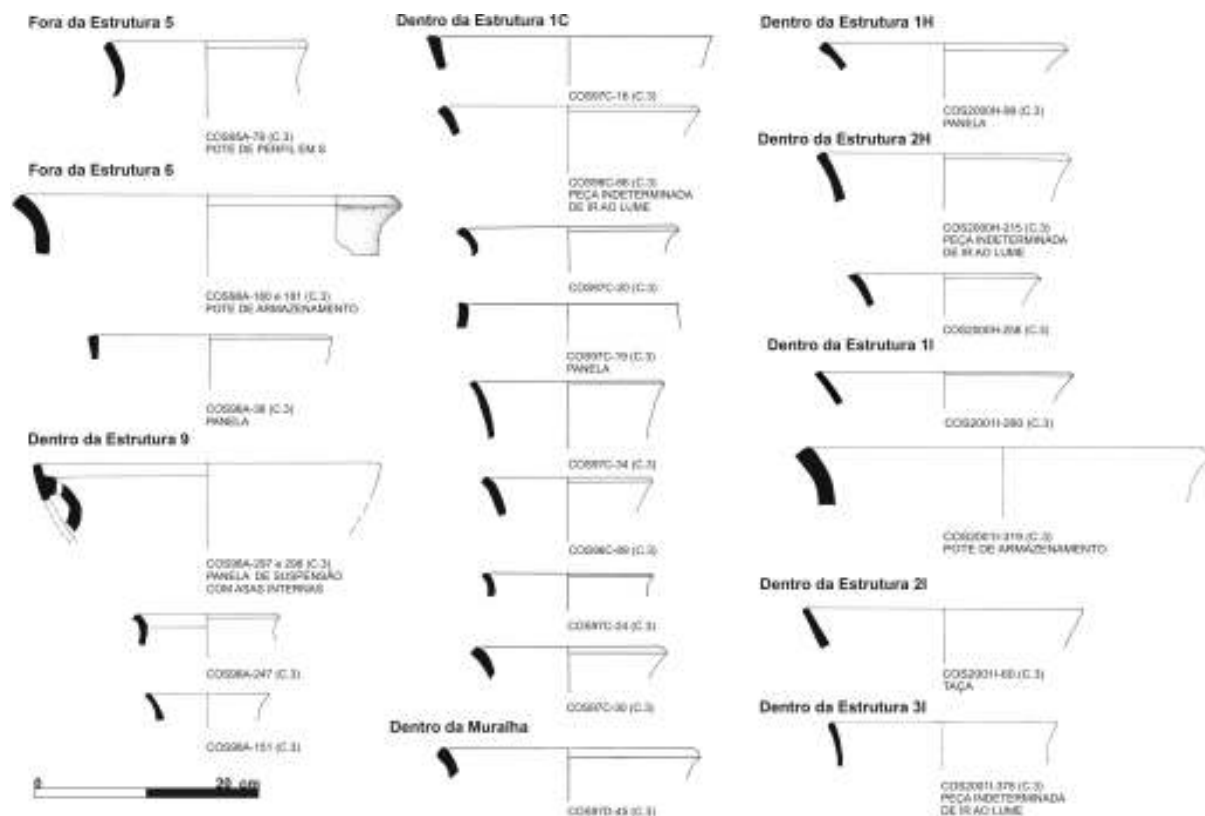


Figura 68 – Bordos de tipologia aplanada II.

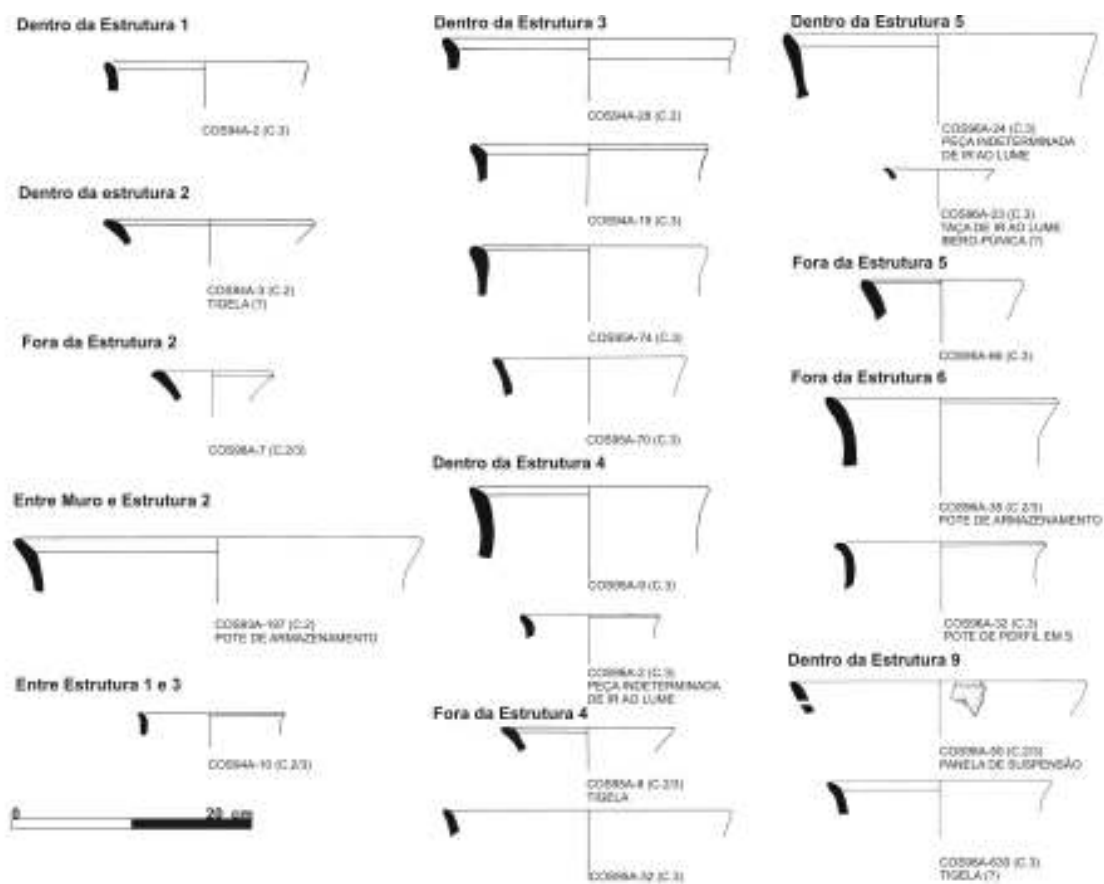


Figura 69 – Bordos de tipologia apontada I.

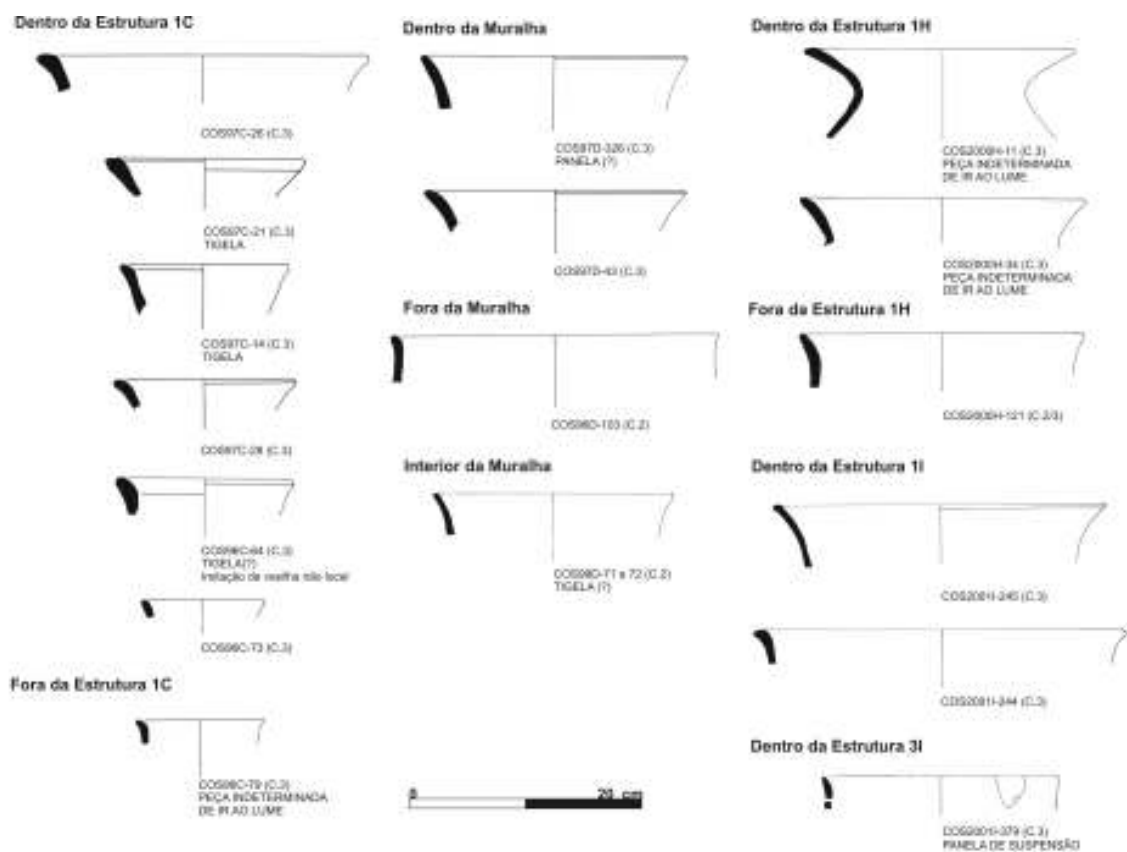


Figura 70 – Bordos de tipologia apontada II.

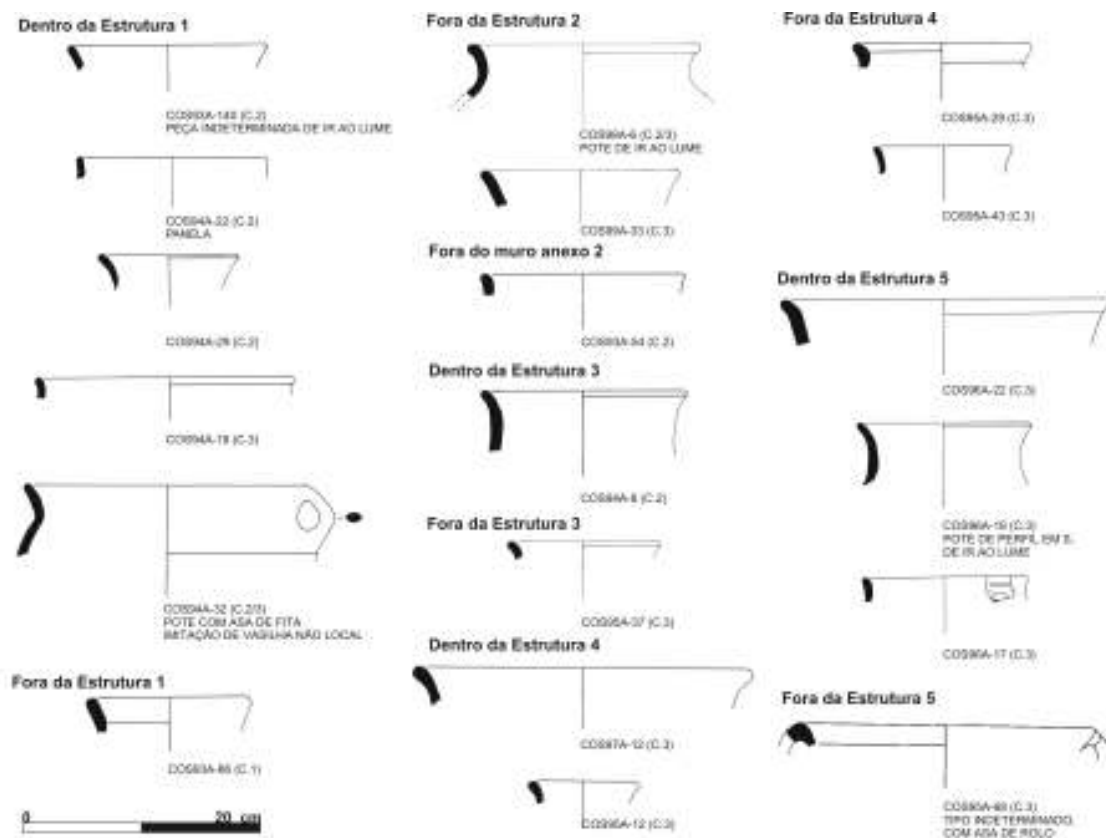


Figura 71 – Bordos de tipologia arredondada I.

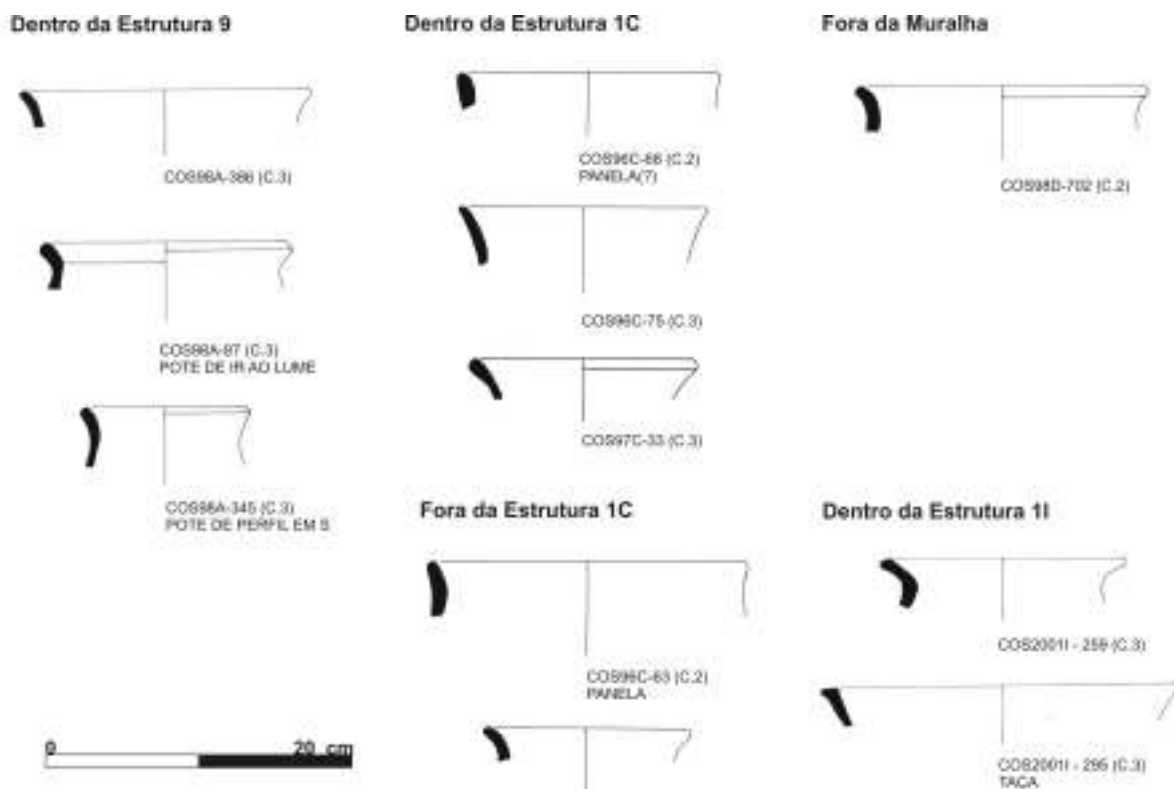


Figura 72 – Bordos de tipologia arredondada II.



Figura 73 – Bordos de diversa tipologia.

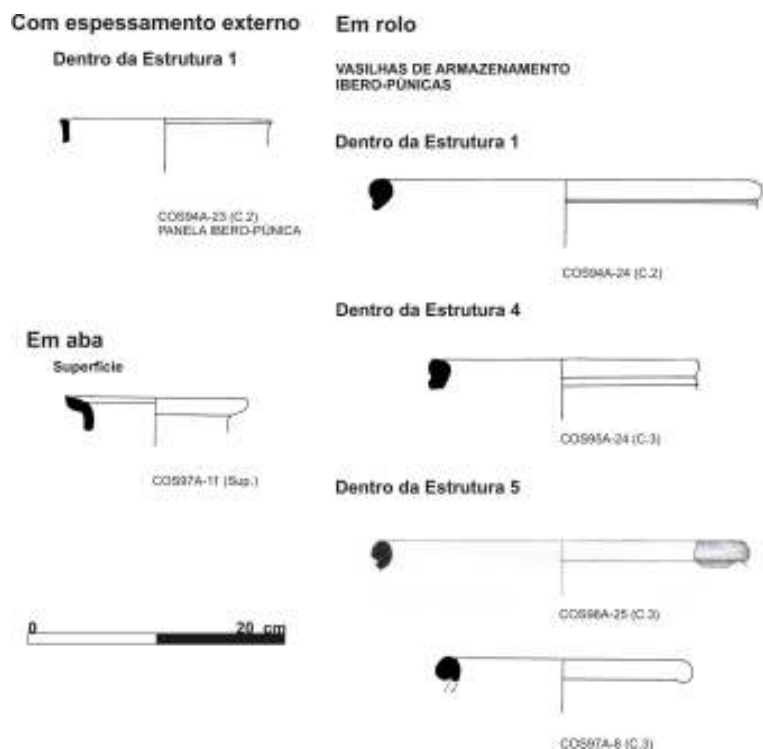


Figura 74 - Bordos de vasilhas de importação pré-romanas de tipologia diversa.

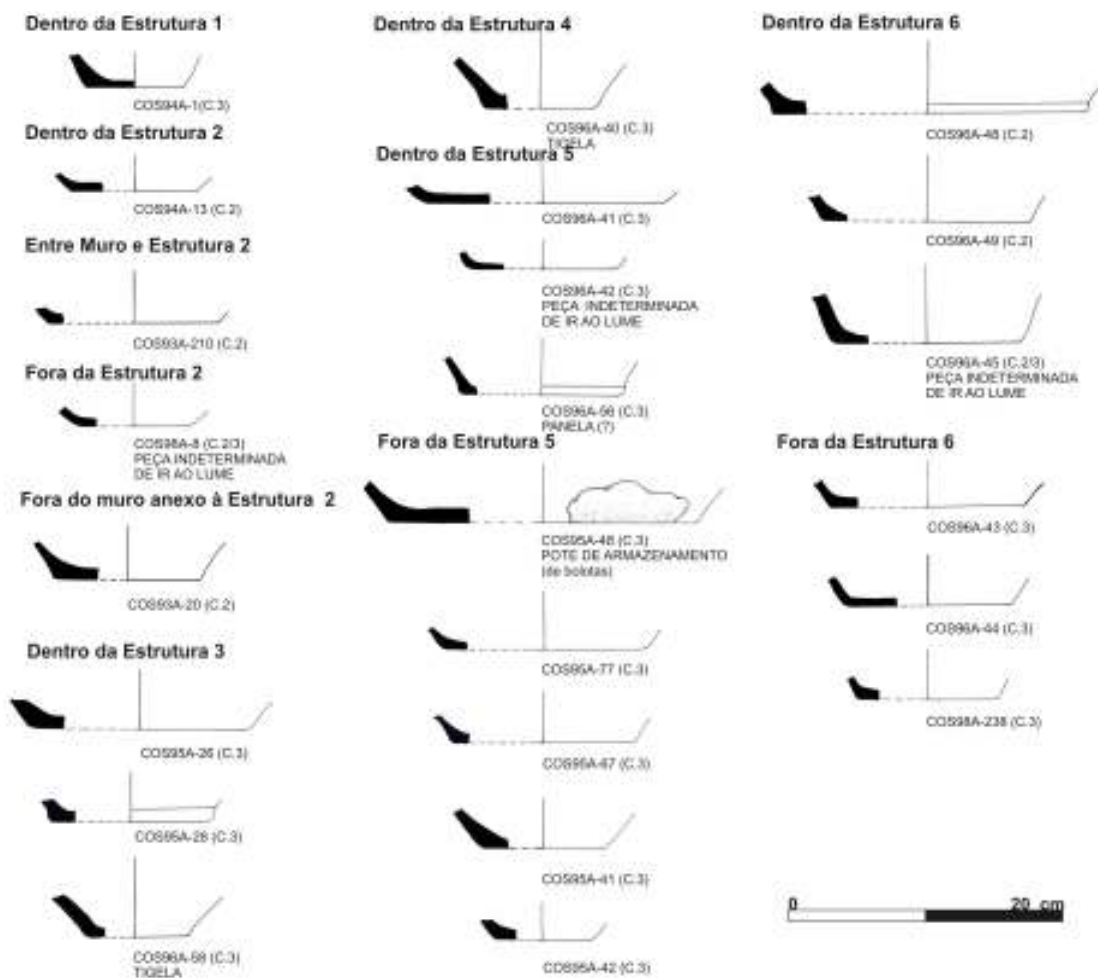


Figura 75 – Fundos planos I.

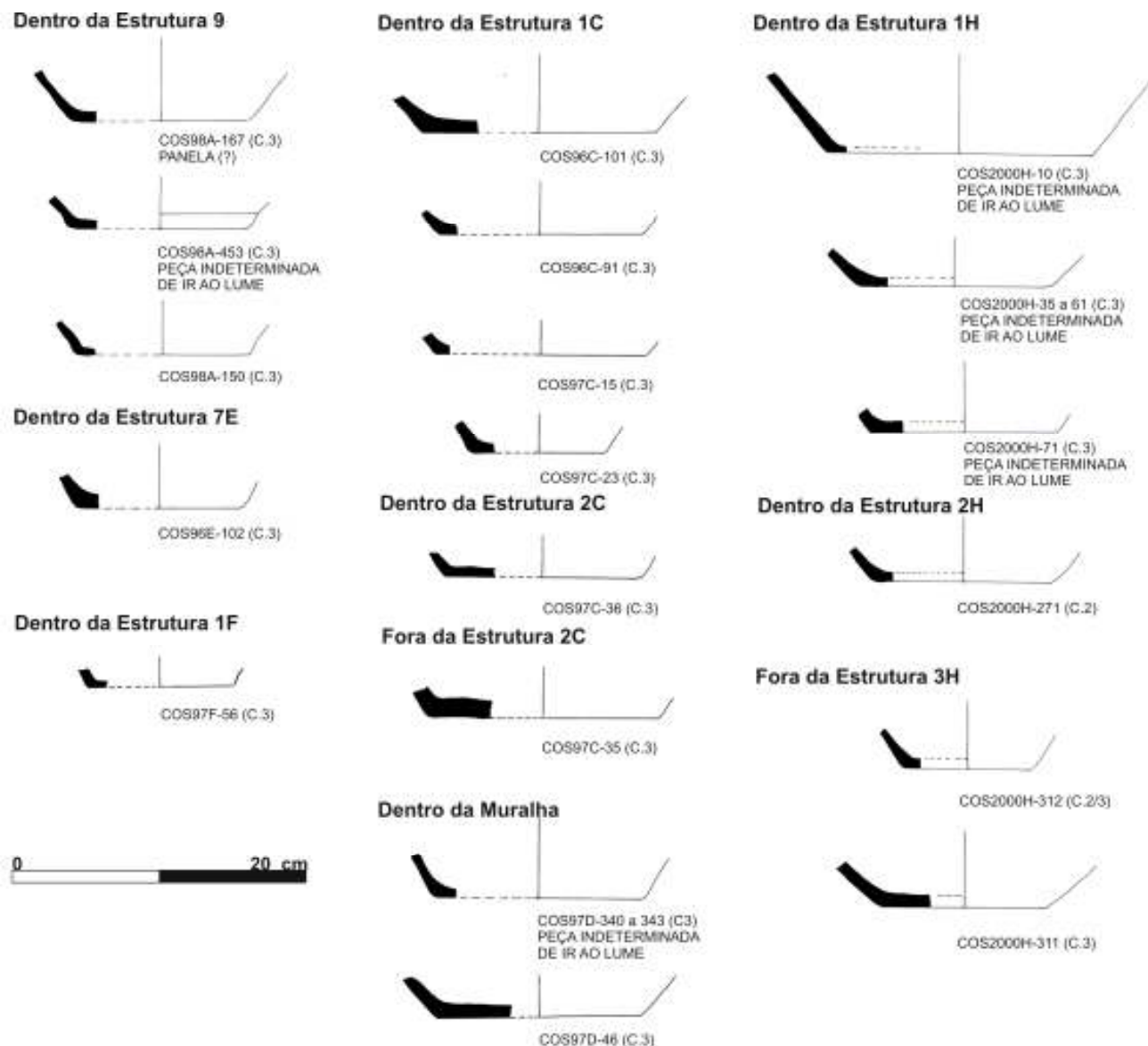


Figura 76 – Fundos planos II.

A panorâmica relativa ao **tipo de configuração dos fundos** das peças apresenta-se muito pobre, conhecendo-se apenas exemplares planos.

Os **elementos de prensão ou suspensão** são relativamente raros (47) (**Gráfico XVIII; Figuras 77 e 78**), predominando as asas de secção em fita. Existem ainda exemplares de asa em rolo, em rolo achatado em "D" e dois que consideramos de tipo indeterminado, por deles se possuir penas o arranque. Normalmente as asas em rolo provêm de peças de importação, designadamente as grandes ânforas ibero-púnicas tipo Mañá A4, encontradas sempre nas proximidades da linha de defesa interna.

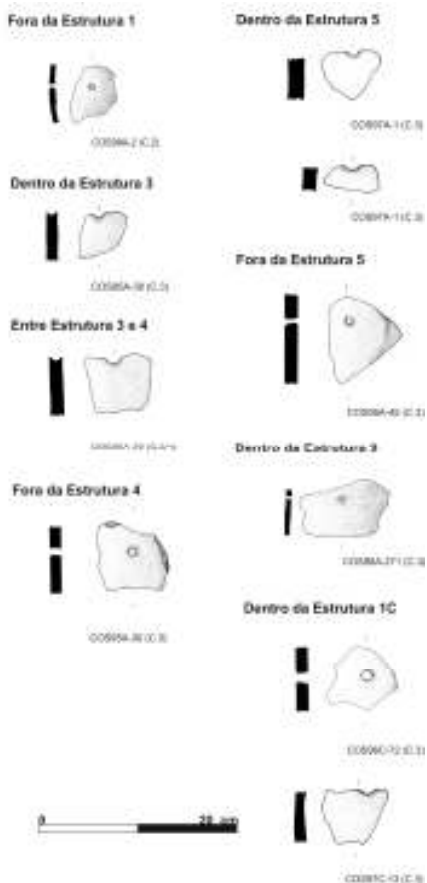
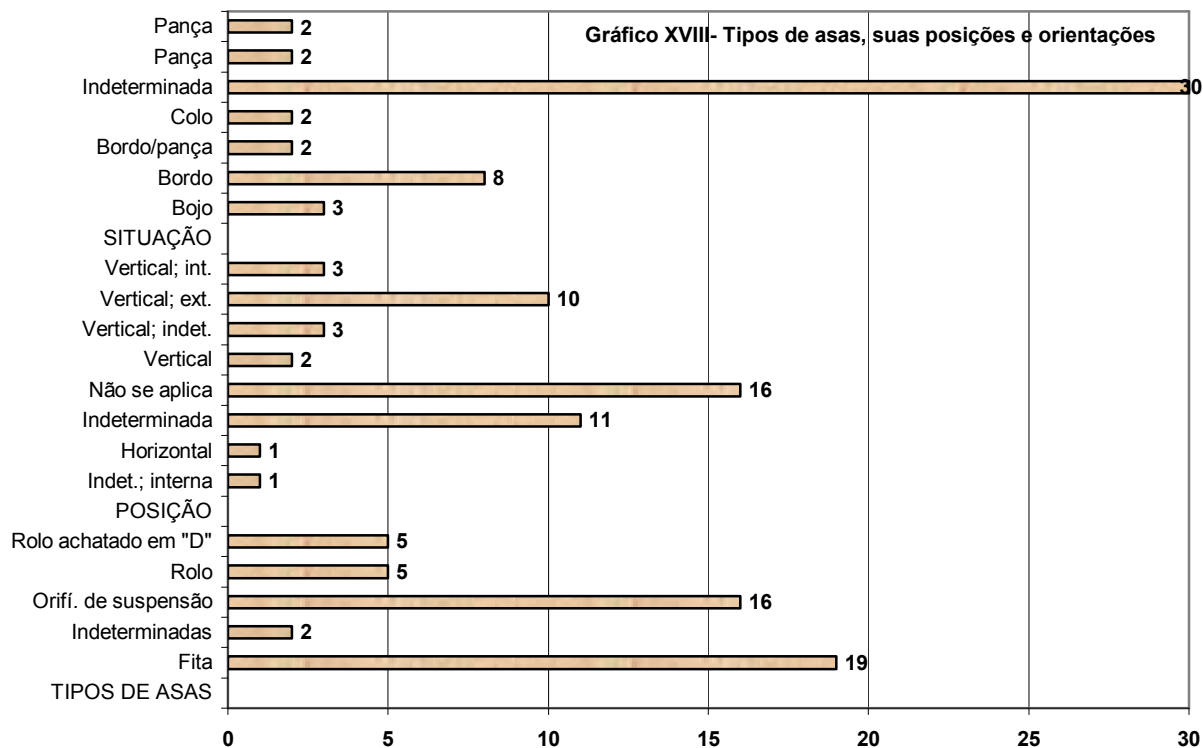


Figura 77 – Fragmentos de painéis com orifícios de suspensão.



**Asas de rolo de ânforas ibero-púnicas
Tipo Mañá A4**

Fora da Estrutura 2



COS99A-102 (C.3)
Nº geral: 3964



COS99A-34 (C.3)
Nº geral: 3896

Dentro da Muralha



COS97D-62 (C.3)
Nº geral: 2397



COS97D-325 (C.3)
Nº geral: 2671



Asas de fita

Fora da Estrutura 1C



COS96C-96 (C.3)
Peça indeterminada com asa

Fora da Estrutura 5



COS95A-46 (C.3)
Peça indeterminada de importação
(asa externa)
Nº geral: 614



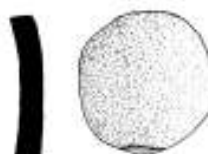
Dentro da Estrutura 9



COS98A-447 (C.3)
PANELA DE SUSPENSÃO
(asa externa)

Tampa

Entre Estruturas 3 e 4



COS95A-73 (C.3)
Reutilização de cerâmica de importação
Nº geral: 640

Marca de jogo (?)

Dentro da Estrutura 1H



COS2001H-4 (C.3)
Reutilização de cerâmica de importação
Nº geral: 4330

Cossoiro discóide

Dentro da Estrutura 1



COS98A-296 (C.3)
Reutilização de cerâmica de importação



Figura 78 – Elementos de preensão (asas de rolo e de fita), tampa, marca de jogo (?) e cossoiro.

Os elementos de suspensão - designadamente os orifícios de suspensão que não foram identificados em Romarigães - têm aqui uma ocorrência significativa (16 exemplares) face à amostra. As asas de orelha de suspensão não apareceram no registo arqueológico.

No que diz respeito ao **estudo métrico** dos fragmentos, podemos referir que as espessuras são em tudo normais, possuindo as vasilhas de porte mais significativo espessuras e diâmetros com medidas maiores.

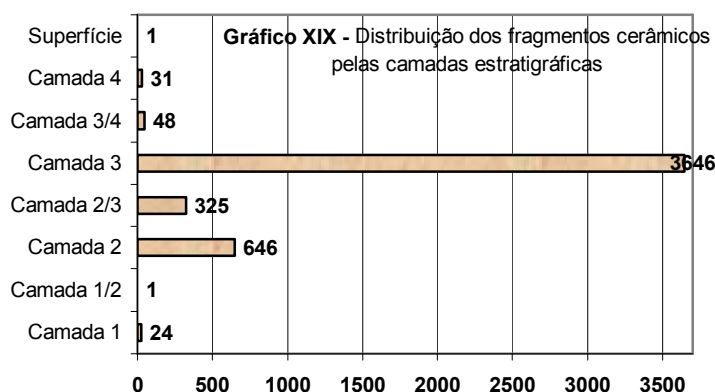
Foi elaborado o estudo da espessura média dos fragmentos por estrutura e, posteriormente, calculada a espessura média dos fragmentos do povoado, que se pode analisar no quadro anexo.

Da análise das espessuras resulta a constatação de que a frequência média de valores oscila entre

0,6 e 0,7 cm, apontando a média geral do povoado para os 0,75 cm.

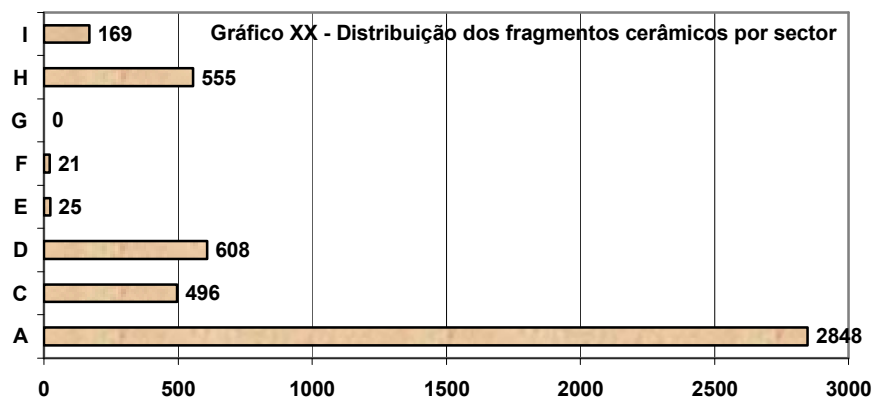
QUADRO XIV Posição	Espessura média (cm)	Posição	Espessura Média (cm)
Dentro da Estrutura 1	0,64	Superfície	0,8
Dentro da Estrutura 2	0,66	Fora da Estrutura 1	0,63
Dentro da Estrutura 3	0,7	Fora da Estrutura 1C	0,8
Dentro da Estrutura 4	0,78	Fora da Estrutura 1F	0,58
Dentro da Estrutura 5	0,71	Fora da Estrutura 1H	1,34
Dentro da Estrutura 6	0,85	Fora da Estrutura 3I	0,7
Dentro da Estrutura 9	0,7	Fora da Estrutura 2	1,13
Dentro da Estrutura 1C	0,73	Fora da Estrutura 2C	1,08
Dentro da Estrutura 2C	0,67	Fora da Estrutura 2H	0,86
Dentro da Estrutura 7E	0,8	Fora da Estrutura 3	0,72
Dentro da Estrutura 8E	0,45	Fora da Estrutura 3H	0,57
Dentro da Estrutura 1F	0,65	Fora da Estrutura 4	0,71
Dentro da Estrutura 1H	0,86	Fora da Estrutura 5	0,71
Dentro da Estrutura 2H	0,72	Fora da Estrutura 6	0,8
Dentro da Estrutura 3H	0,85	Fora da Estrutura 7E	0,7
Dentro da Estrutura 1I	0,78	Fora da Estrutura 8E	0,6
Dentro da Estrutura 3I	0,73	Fora da Estrutura 9	0,78
Entre Estrutura 1 e 3	0,61	Fora muro anexo 2	0,61
Entre Estrutura 1 e 4	0,65	Fora da muralha	0,62
Entre Estrutura 3 e 4	0,7	Interior da muralha	0,68
Entre Estrutura 4 e 5	1,1	Entrada da muralha	1,18
Entre Estrutura 3 e 5	0,6	Dentro da muralha	0,85
Entre Estrutura 3 e 6	0,8		
Entre muro anexo 2	0,62		
Sem estruturas	0,7	Média	0,75

Em face do exposto, podemos afirmar que os elementos caracterizadores das periferias superiores, bases e elementos de prensão das vasilhas do povoado de Cossourado pautam-se por uma extrema simplicidade, tal como se verifica em relação a outros tipos de fragmentos identificados (colos, bojós) e aos designados atípicos, todos eles de elaboração simples, sem carenas ou alguma indicação de manufactura que se traduza numa configuração mais elaborada.



• **Distribuição estratigráfica dos fragmentos (Gráfico XIX)**

Como estamos na presença de um povoado que não teve várias fases de ocupação em sobreposição, os fragmentos cerâmicos encontrados nos níveis 2, 3 e 4 não apresentam diferenças passíveis de serem caracterizar cronológica e vivencialmente cada um dos níveis



estratigráficos. São fruto de uma mesma comunidade que se formou, viveu e desapareceu sem deixar rasto, pelo que os fragmentos são, em sentido lato, da mesma época. Desta forma, o estudo da distribuição estratigráfica proporciona-nos pouca informação.

Tal como podemos aferir pelo gráfico, a maior concentração deste tipo de espólio verifica-se na camada estratigráfica 3 - o solo de ocupação -, com 3646 fragmentos. Segue-se-lhe, em termos quantitativos, a camada 2 e a zona de transição entre esta e a camada 3. Nas camadas 1, 4 e zona de transição entre as camadas 3 e 4 encontraram-se poucos fragmentos. Na transição da camada 1 para a 2, assim como no nível de superfície, apenas ocorreu um exemplar.

• **Distribuição espacial dos fragmentos (Quadro XV)**

O estudo do espólio cerâmico segundo a sua distribuição espacial proporciona-nos mais algumas informações. Constata-se que os fragmentos surgem mais concentrados no interior do que no exterior das cabanas, com excepção do que se regista na estruturas 4 e 5 do sector A. Neste último caso, contudo, a maior quantidade de vestígios de cerâmica encontrada no exterior é facilmente explicável pela ocorrência de um vaso quase completo, dividido em cerca de trezentos fragmentos, o que eleva estatisticamente a contagem. A única edificação que proporcionou a obtenção de uma quantidade relativamente significativa de cerâmica foi a estrutura 9 do sector A, facto que não constitui, porém, um indicador claro das principais actividades nela praticadas.

Dentro da Est.1	296	Dentro da Est.1C	341
Dentro da Est.2	40	Dentro da Est.2C	16
Dentro da Est.3	282	Fora da Est.1C	110
Dentro da Est.4	189	Fora da Est.2C	29
Dentro da Est.5	213	Dentro da Est.7E	7
Dentro da Est.6	87	Dentro da Est.8E	10
Dentro da Est.9	583	Fora da Est.7E	5
Entre Est.1 e 3	75	Fora da Est.8E	1
Entre Est.1 e 4	25	Dentro da Est.1F	2
Entre Est.3 e 4	19	Dentro da Est.2F	0
Entre Est.4 e 5	41	Fora da Est.1F	19
Entre Est.3 e 5	10	Fora da Est.2F	0
Entre Est.3 e 6	1	Dentro da Est.1H	158
Entre Est.5 e 9	0	Dentro da Est.2H	174
Muro da Est. 1	0	Dentro da Est.3H	167
Entre muro anexo 2	81	Fora da Est.1H	14
Fora da Est.1	45	Fora da Est.2H	12
Fora da Est.2	52	Fora da Est.3H	30
Fora da Est.3	27	Dentro da Est.1I	94
Fora da Est.4	226	Dentro da Est.2I	0
Fora da Est.5	423	Dentro da Est.3I	74
Fora da Est.6	36	Fora da Est.3I	1
Fora da Est.9	30	Sem estruturas	2
Muro anexo2	0	Superfície	1
Fora muro anexo 2	66	Porta da muralha	0
		Entrada da muralha	30
		Dentro da muralha	493
		Interior da muralha	18
		Fora da muralha	67

Embora não tenhamos encontrado qualquer depósito que possa ser considerado uma lixeira, não colocamos de lado a hipótese de o povoado ter tido acções periódicas de limpeza.

4.2.6.1.1 Cerâmica de importação pré-romana

A cerâmica de fabrico exterior a Cossourado tem aqui, ao contrário do que se verifica nos outros povoados estudados, uma presença significativa (496 fragmentos distribuídos pelos diversos sectores intervencionados), registando-se a maior concentração de fragmentos no sector da muralha e em sectores (C e H) virados ao rio Coura.

A cerâmica de cobertura de tipo romano ocorre de uma forma residual: apenas dois fragmentos de tégula, sendo um, pela reduzidas dimensões que apresenta, de atribuição duvidosa e estando o ímbrice ausente. A tégula é proveniente do interior das estruturas 1 e 6 do sector A, mais concretamente do nível de superfície e do nível 2 (camada de derrube). Em qualquer dos casos, parece-nos que os fragmentos foram aí colocados após o abandono do povoado, como indica a sua localização estratigráfica, e nunca foram utilizados como elemento de cobertura.

Possuem uma pasta bastante mais depurada do que qualquer outro fragmento autóctone, uma coloração com tons alaranjados e avermelhados, por vezes com engobes da mesma tonalidade, foram elaborados à roda ou em molde (tégula) e certamente cozidos em forno com atmosfera oxidante. Em termos de conservação, a cerâmica de importação apresenta um grau de deterioração bastante mais elevado que a indígena, uma vez que a acidez do solo a danifica com maior incidência, exactamente por ter sido elaborada com argilas exteriores à região, o que, evidentemente, não acontece com a cerâmica local, perfeitamente enquadrada nas características geológicas do terreno.

As peças de cerâmica importadas, de tradição ibero-púnica, seriam, na sua maioria, provenientes da bacia do Mediterrâneo e estariam associadas ao armazenamento/transporte. Possuem grandes dimensões e paredes espessas compatíveis com a forma e a função. Estão neste caso as ânforas ibero-púnicas tipo Mañá A4, que teriam sido, em analogia com outras semelhantes encontradas no mundo mediterrânico, utilizadas para transporte/armazenamento de conserva de peixe. Seriam no topo fechadas por uma tampa em madeira ou cerâmica, colada com resina para evitar a sua deslocação (NAVEIRO LOPEZ 1991).

4.2.6.1.2 Tipologia da cerâmica decorada (Quadro XVI; Figuras 79 e 80)

A cerâmica decorada é extremamente rara em Cossourado, resumindo-se a sua ocorrência a oito fragmentos com técnica de decoração incisa, normalmente larga - dos quais três pertencentes à mesma peça (uma panela com orifícios de suspensão) -, aos quais acrescem mais 108 fragmentos com acabamento/decoração penteada, perfazendo um total de 116.

A única **técnica decorativa** utilizada foi a incisão. A decoração é simples, com linhas bem gravadas na pasta cerâmica ou sugeridas apenas por um pente ou outro instrumento idêntico que, para além de alisar a pasta, lhe imprimia ao mesmo tempo uma decoração com linhas ténues (de difícil identificação) e sinuosas.

Os motivos decorativos são, na totalidade dos casos, formas geométricas que se desenvolvem em linhas horizontais, verticais, oblíquas ou formando, por vezes, espinhas ou quadriculados.

Os sete fragmentos (de cinco peças), pela técnica e motivos empregues, recordam a tradição da gramática decorativa da cerâmica metopada, incisa, designada cerâmica de "tipo Penha", atribuível ao Calcolítico.

Pertencem a formas atípicas ou a peças utilizadas na culinária ou nas proximidades de fogo (panelas de suspensão ou peças indeterminadas de ir ao lume).

Em resumo, podemos referir que a decoração da cerâmica segue os cânones referidos, com motivos geométricos e técnicas de elaboração simples, que se desenvolvem num plano horizontal.

A tipologia que elaboramos pretende analisar as diversas técnicas utilizadas nos três povoados mediante a sua conversão em números, acrescidos, por vezes, de letras de modo a assinalar as diversas variantes.

Em Cossourado, a incisão ou Tipo 1 possui as variante A (linhas incisadas paralelas), 1B (linhas oblíquas que, por vezes, se entrecruzam) e 1C (linhas oblíquas em espinha).

A técnica penteada ou Tipo 2, muito mais ténue, ocorre no seu tipo 2A (linhas paralelas verticais e horizontais) e no tipo 2B (agrupamentos de linhas transversais sinuosas). Este tipo de acabamento/decoração raramente ocorre no interior das peças.

QUADRO XVI - MOTIVO DECORATIVO	
Bandas alternadas de linhas oblíquas em espinha e axadrezados	3
Linhas irregulares	1
Bandas alternadas de linhas oblíquas e axadrezados	1
Bandas alternadas de linhas oblíquas em espinha verticais	1
Linhas transversais sinuosas, internas	1
Linhas paralelas horizontais	1
Linhas paralelas horizontais e verticais (em bandas)	1
Linhas sinuosas verticais ext. e horizontais int.	1
Repetições aleatórias de quatro linhas verticais	1
Linhas verticais sinuosas, internas	2
Linhas verticais sinuosas	103
TÉCNICA DECORATIVA	
Incisão	1
Incisão larga	7
Penteada	108

Dentro da Estrutura 5

Incisão larga

Bandas alternadas de linhas oblíquas, em espinha, e axadrezados.



COS96A-16 (C.3)
PANELA DE SUSPENSÃO



COS96A-15 (C.3)
PANELA DE SUSPENSÃO



COS96A-61 (C.3)
PANELA DE SUSPENSÃO



COS97A-6 (C.3)

Incisão larga

Linhas paralelas horizontais e verticais



COS97A-8 (C.3)



COS97A-5 (C.3)

Decoração penteada

Linhas transversais sinuosas, internas



Dentro da Estrutura 6

Incisão larga

Bandas alternadas de linhas oblíquas, em espinha, e verticais



COS96A-62 (C.3)

Fora da Estrutura 1F

Decoração penteada

Repetição aleatória de quatro linhas verticais

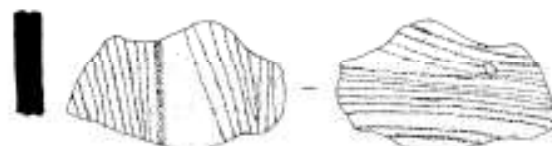


COS97F-792 (C.2)

Dentro da muralha interna

Decoração penteada

Linhas sinuosas verticais, externas, e horizontais, internas



COS97D-49 (C.3)
Decoração externa e interna



Figura 79 – Fragmentos de cerâmica decorados.

Os fragmentos com as referências COS96A-15, 16 e 61 pertencem à mesma peça (panela com orifícios de suspensão).

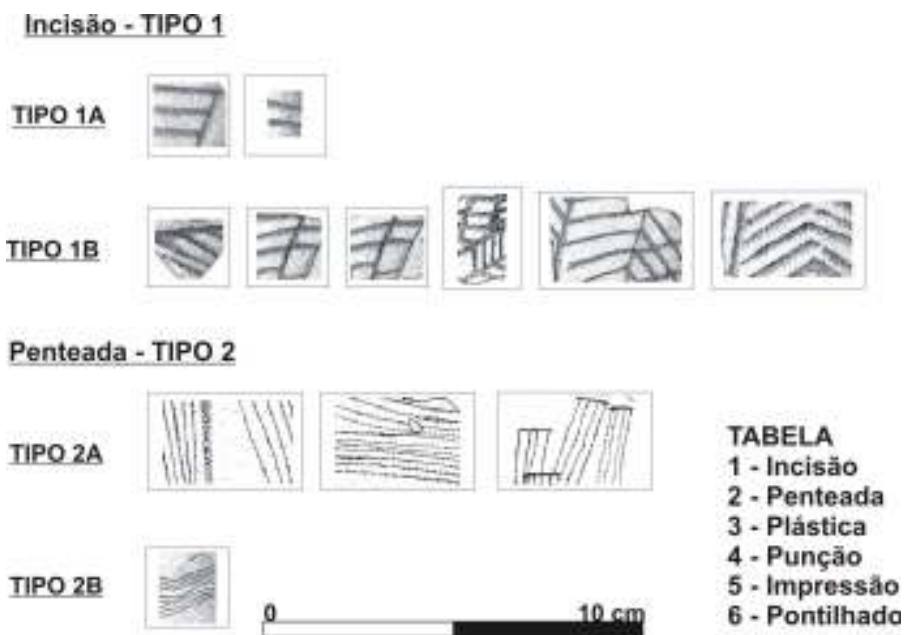
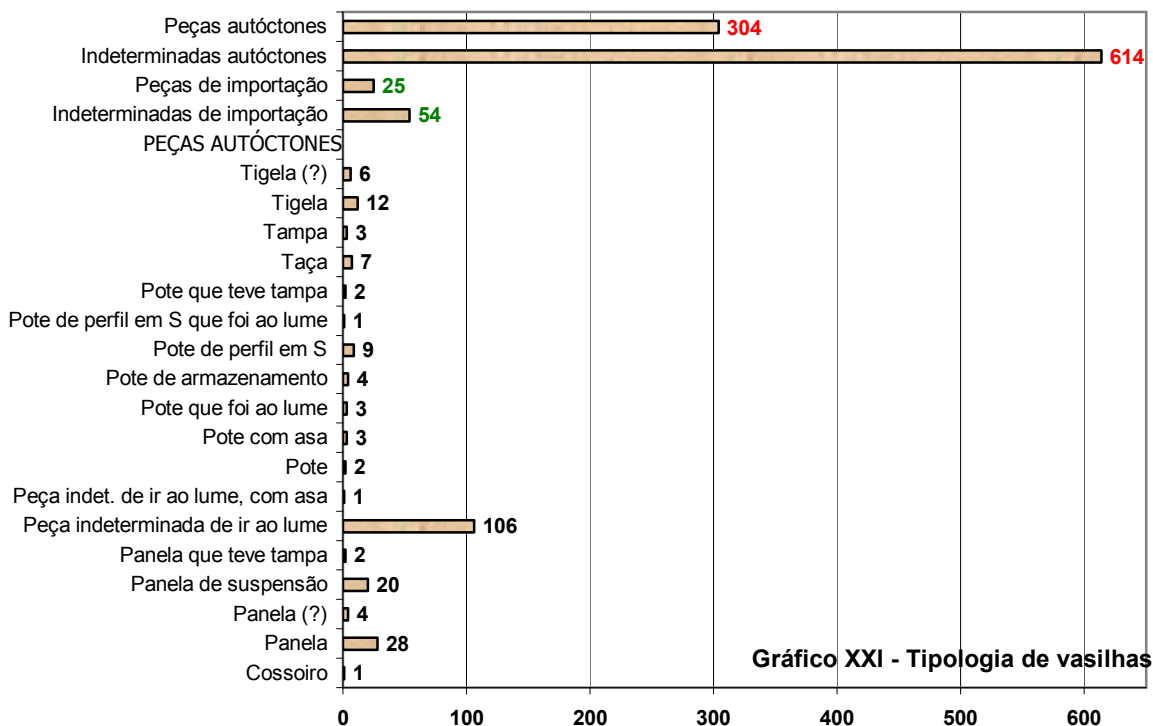


Figura 80 – Tipologia da técnica e dos motivos decorativos.

4.2.6.1.3 Tipologia das vasilhas cerâmicas (Gráficos XXI, XXII e XXIII) e sua distribuição espacial

O estudo dos 4722 fragmentos encontrados em Cossourado permitiu identificar cerca de 918 peças, das quais 304 foram tipologicamente classificadas e agrupadas, embora com muitas dúvidas,



em quatro grandes tipos e diversos subtipos, onde se observam maioritariamente panelas e outras peças de utilização culinária.

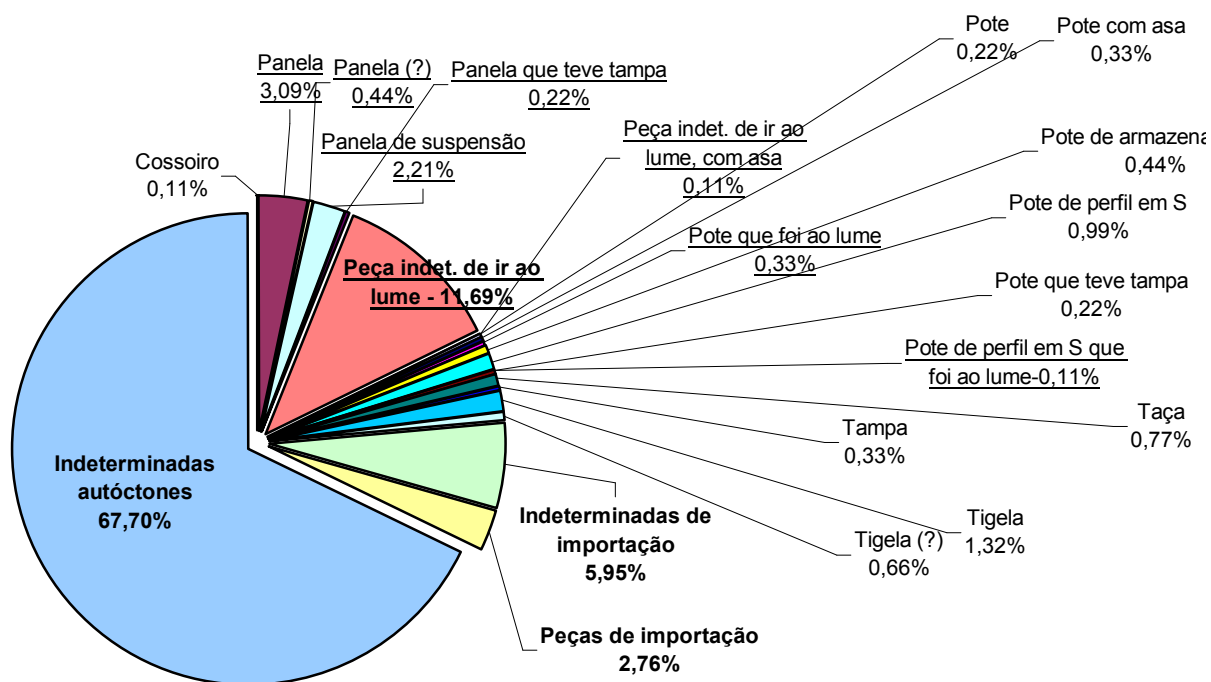
Muitos dos fragmentos apresentam uma ganga negra pelo facto de terem sido expostos ao lume, isto é, terem pertencido a peças (panelas) com utilização culinária ou outra semelhante.

- Formas de utilização culinária - Panelas

As formas que, pelo número, mais se destacam em relação às demais são as que terão tido uma utilização culinária (recipiente para a confecção de alimentos) - e que, por analogia com a actualidade, classificamos como panelas, sendo o seu objectivo a transformação de alimentos para consumo colectivo. Foram identificadas 54 peças a que teremos que acrescentar outras 106 indeterminadas, cuja morfologia original terá sido a de panela ou pote. As panelas podem possuir elementos para suspensão, como orifícios ou asas, normalmente colocados nas faces internas das peças.

A orelha de suspensão é, tal como em Romarigães, inexistente, tendo este tipo de asa tido, na área da bacia superior do rio Coura, uma introdução tardia.

Gráfico XXII - Percentagens de peças do povoado



As panelas apresentam duas formas distintas:

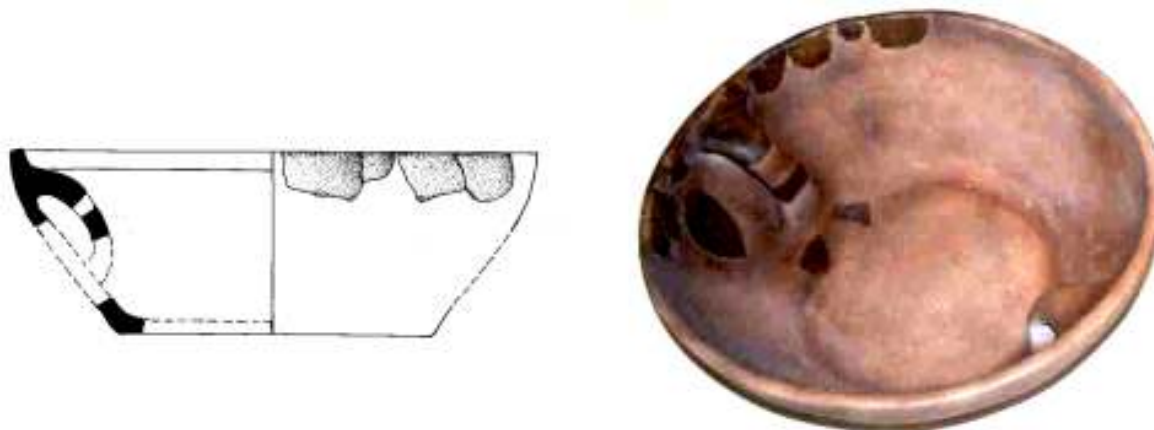
- Tipo Panela 1 - panelas "tipo alguidar" com ou sem suspensão

Esta forma assemelha-se a um alguidar ou bacia e apresenta um formato aberto, de dimensões médias a grandes (bordos com diâmetro entre 12 a 30 cm e fundos entre 14 a 16 cm), com paredes oblíquas e lisas que se fecham num fundo plano, reforçado. Possui internamente asas de suspensão, verticais ou horizontais. A suspensão, aparentemente nos recipientes de menores dimensões, pode igualmente ser conseguida através de pequenos orifícios.

- Tipo Panela 2 - painéis de paredes rectas com ou sem suspensão

Forma muito diferente da anterior, de menores dimensões, embora possua também um formato aberto. Apresenta paredes rectas, fundo plano e dimensões do diâmetro do bordo e do fundo relativamente próximas, ao contrário do que se verifica com a forma definida anteriormente.

Pode também ter orifícios de suspensão, apesar de, neste povoado, ter sido identificado apenas um exemplar. Existem fragmentos com orifícios de suspensão cujas reduzidas dimensões não permitem identificar as formas a que pertenciam (ver elementos de preensão ou suspensão).



COS96A - 37,38, 54 e 60 (C. 3)
 DENTRO DA ESTRUTURA 6 (W1)
Painel de asas de suspensão, internas, verticais e em fita - reconstituída
 Bordo de tipo aplanado
 Dimensões: esp.: 0,9; esp. asa: 1,1; diâmetros: 29,8(bordo), 27,5 (bojo) e 16,5 (fundo); altura: 11 cm
 N.ºG. 1669, 1670, 1692, 1686, 2036 a 2059



COS98A-297e298 (C.3)
 DENTRO DA ESTRUTURA 9 (W5)
Painel de asas de suspensão, internas, verticais e em rolo achatado em "D"
 Bordo de tipo aplanado
 Dimensões: esp.: 0,8; esp. asa: 1; diâmetro: 30; altura: 7,2 cm
 N.ºG. 3443 e 3444



COS96A - 59 (C.2)
 FORA DA ESTRUTURA 6 (X0)
Tampa - reconstituída parcialmente
 Dimensões: esp.: 0,9; diâmetro: 14; altura: 1,8 cm
 N.G.: 1691

Figura 81 – Peças cerâmicas reconstituídas.

Teriam alturas estimadas entre 10 e 14 cm, no caso da primeira (panela 1), e entre 18 e 20, no caso da segunda (panela 2).

Além da ganga negra, este tipo de peças apresenta normalmente restos carbonizados de alimentos confeccionados.

Conhece-se ainda uma peça (COS95A - 68), de tipo indeterminado, que possui uma asa de rolo que arranca directamente do bordo arredondado e que teria um perfil esférico, com uma pança bastante pronunciada. Com uma coloração alaranjada, externamente, e acastanhada, internamente, foi elaborada numa pasta cerâmica pouco depurada e terá tido, tal como a peça COS94A – 32, uma cozedura alternante, redutora inicialmente e oxidante no final. Possui 24 cm de diâmetro de bordo, e teria entre 12 a 15 cm de altura.

As suas características indiciam tratar-se de uma peça de importação (que se encontra com alguma frequência em estações arqueológicas andaluzas), de tradição púnica, atribuível ao século IV a.C..

Armando Coelho da Silva (1996, Est. LV, 1) apresenta uma forma semelhante proveniente do Castro do Coto da Pena (Caminha), que situa cronologicamente na sua Fase II da Idade do Ferro (pós 500 a. C.), atribuindo-lhe o tipo D2a (panela de suspensão).

A confirmar-se esta analogia, teríamos mais um tipo de panela de rara ocorrência e cronologia bastante antiga. Infelizmente, o fragmento que possuímos é único e bastante pequeno para poder ser avaliado com precisão. Por esse facto o

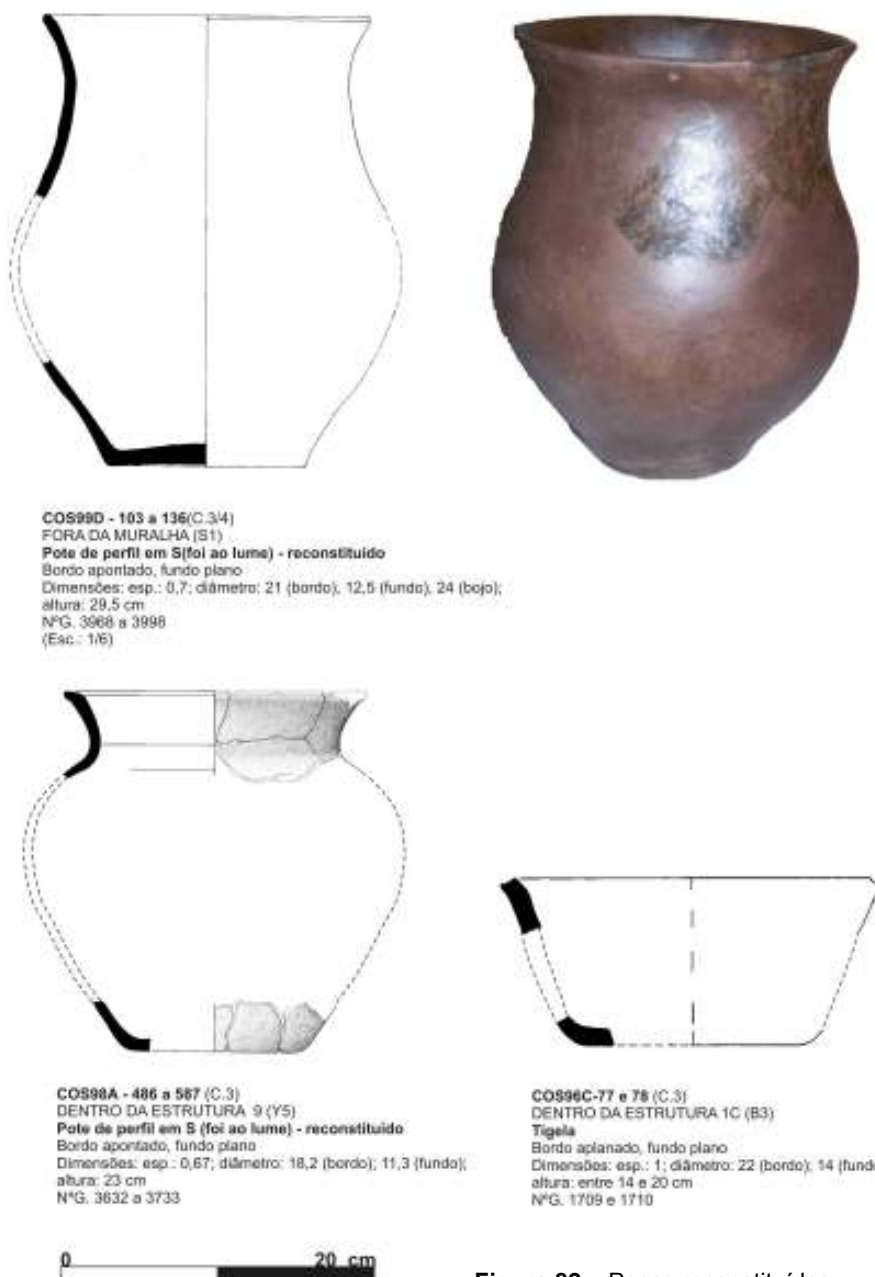


Figura 82 – Peças reconstituídas.

incluímos na tabela de tipos referente a Cossourado mas não na tabela tipológica geral da Fase 1 da Idade do Ferro.

Existem igualmente peças que designamos por indeterminadas de ir ao lume pelo facto de, não obstante apresentarem os elementos referidos anteriormente, não permitirem, pela sua exiguidade e atipicidade, identificar com certeza a vasilha de origem. Contudo, regra geral, pertencem a panelas ou a potes.

- Formas de armazenamento e outras funções

A - Potes de ir ao lume

Além das vasilhas referidas (panelas), em que a identificação da funcionalidade é menos falaciosa, temos alguns potes, de perfil em S mais ou menos pronunciado, de maiores ou menores dimensões, que teriam uma função de armazenamento mas que estariam frequentemente nas proximidades do fogo, uma vez que apresentam igualmente ganga negra – embora neles não ocorram abundantes restos carbonizados de eventual alimento cozinhado –, podendo, tal como nos dias de hoje, se nos é permitida a analogia, ter servido para o aquecimento de líquidos para beber, lavar, ou outras serventias.

B - Potes de armazenamento

De formato semelhante ou igual, de grande, médio ou pequeno porte, ocorrem diversos restos de potes que teriam uma função de armazenamento e transporte de sólidos ou líquidos. Em qualquer destas formas, o característico perfil em S está presente, de modo mais ou menos pronunciado, conforme o estrangulamento do colo se concretiza mais junto ou afastado do bordo.

Regra geral, os potes a que pertenciam teriam diâmetros entre 8 e 12 cm na base, 14 e 34 cm no bordo, e alturas entre 16 e 30 cm, ou até mesmo medidas superiores.

Alguns possuem uma reentrância no bordo pelo que se pressupõe que teriam tampa. Podiam também ter uma ou duas asas, sobretudo com secções em "D" achatado, dispostas em posição vertical e exterior à peça. Não teriam, neste caso, dimensões muito grandes, já que as asas não poderiam sustentar todo o seu peso.

Alguns destes potes, como referimos, teriam igualmente uma utilização relacionada com a transformação ou tão só o aquecimento de produtos em lareiras.

No exterior da cabana 5 (sector A), foi encontrado um fundo completo (com 22 cm de diâmetro) de um pote de armazenamento de bolotas e 283 fragmentos que se supõe terem pertencido à mesma peça, que classificámos como indeterminada de ir ao lume pelo facto de a maioria dos fragmentos possuir nítidos vestígios de fumigação. Teríamos aqui um pote de armazenamento, provavelmente de perfil em S, que teria como função guardar e/ou torrar/ferver bolotas de forma a permitir a extracção do tanino. Talvez se encontre aqui uma das explicações para a ocorrência de inúmeros potes, de perfis diversos, com vestígios de fogo.

Este pote proporcionou ainda a obtenção de um pendente com argolas em bronze (COS95A-7), semelhante a outros encontrados no povoado. Encontrava-se assente no fundo e teria sido aqui escondido ou simplesmente perdido.

- Potes de armazenar (?) troncocónicos

Este tipo de peça – que designamos por pote uma vez que teria servido para armazenar algo – é desconhecido no registo arqueológico dos outros povoados da bacia superior do rio Coura por nós estudados. Em Cossourado ocorrem apenas dois exemplares, dos quais pouco mais possuímos que o bordo, pelo que não existem certezas quanto à forma geral da vasilha. Na tipologia de Armando Coelho (1996), figuram como pertencentes ao tipo A1f (1996, Est. LI, 7), com a designação de "taça de bordo em aba horizontal" (Idem, 141), e são cronologicamente situados na Fase IIA da Idade do Ferro.

Possuíam paredes rectas que rematavam em bordo de secção arredondada em aba, com reentrância para apoio da tampa. Teriam dimensões medianas e uma serventia, provavelmente, de armazenamento. O seu formato, em termos genéricos, seria muito semelhante ao das panelas de paredes rectas. Não apresentam, contudo, vestígios de matéria orgânica carbonizada ou de fumigação.

- Taças

Tipo de recipiente relativamente mais frequente em Cossourado do que em outros povoados estudados.

Possui, no geral, a mesma forma das panelas "tipo alguidar", com paredes inclinadas. Apenas não apresenta ganga negra e restos carbonizados e remata com bordos de secção mais elaborada, com espessamentos externos ou até em pequena aba. Regra geral, possui bordos de secção apontada ou arredonda em aba.

A exemplo do que acontece com as tigelas, são peças abertas, de maiores dimensões, podendo-se diferenciar três subtipos:

- Tipo Taça 1 (correspondente, excepto no bordo, ao subtipo Tigela 4) – taça com paredes com algum grau de obliquidade e que remata em bordo com espessamento externo, onde fecha ligeiramente;

- Tipo Taça 2 (correspondente ao subtipo Tigela 2) - taça com paredes ligeiramente convexas e pronunciamento nas proximidades do bordo;

- Tipo Taça 3 (correspondente ao subtipo Tigela 3) - taça com paredes muito oblíquas, terminando em bordos de secção apontada.

Os diâmetros de bordo que oscilam entre os 23 cm e os 30 cm.

- Tigelas

Tal como as taças, as tigelas têm neste povoado uma ocorrência significativa. Têm ambas formas semelhantes, diferindo sobretudo nos tamanhos. Definimos quatro subtipos:

- Tipo Tigela 1 - tigelas com paredes convexas;

- Tipo Tigela 2 - tigelas com paredes ligeiramente convexas, com um pronunciamento nas proximidades do bordo;

- Tipo Tigela 3 - tigelas com paredes muito oblíquas, rematando em bordos de secção apontada;

- Tipo Tigela 4 - tigelas com paredes com algum grau de obliquidade e que rematam em bordo aplanado.

Possuem normalmente bordos de secção apontada ou aplanada, podendo ter espessamento externo.

Os bordos apresentam diâmetros que oscilam entre os 12 e os 22 cm. As alturas, conforme o formato, variam entre os 6 e os 14 cm.

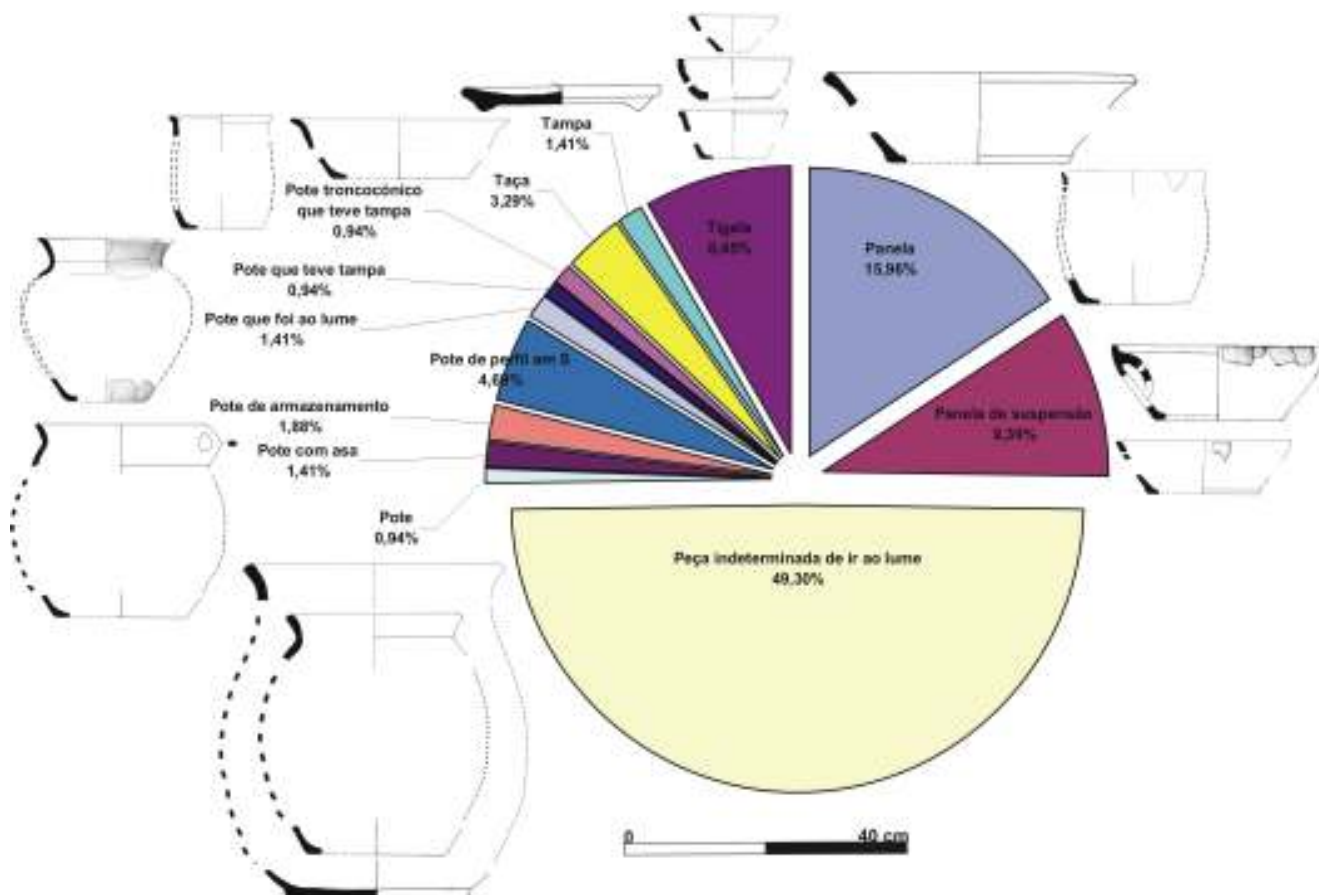


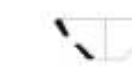





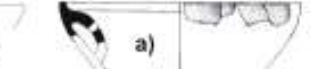




















Gráfico XXIII – Gráfico simplificado do tipo de vasilhas.

TIPOS	Reconstituições prováveis dos tipos e subtipos de vasilhas identificados				Figura
Tigelas	Tigela 1 	Tigela 2 	Tigela 3 	Tigela 4 	
Taças	Taça 1 	Taça 2 		Taça 3 	
Panelas	PANELA 1 Panelas tipo alguidar com ou sem(?) suspensão Orifício de suspensão  Asa de suspensão interna    Sem suspensão (?) 		PANELA 2 Panelas de paredes rectas com e sem suspensão   Panela de suspensão (?) 		
Potes de armazenar e Potes de ir ao lume	Potes de ir ao lume de perfil em S   	Potes de armazenar de perfil em S   	Potes de armazenar, troncocónicos que tiveram tampa  Potes com asa (s)  	Potes de armazenar   	

Nota: as peças indicadas com a letra a) foram reconstituídas com base nos fragmentos encontrados, em todas as outras, os fundos, são mera hipótese.




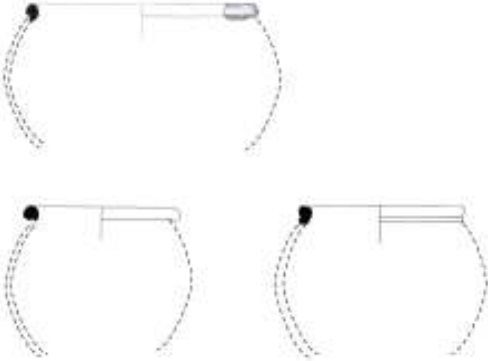
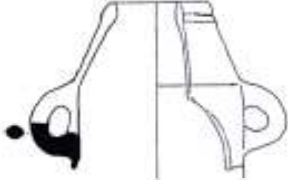
TIPOS	Reconstituições prováveis dos tipos de cerâmica de importação identificada no povoado fortificado de Cossourado	
Prato (?)	Prato covo púnico (?) 	Taça de ir ao lume ibero-púnica (?) 
Panela (?)	Panela (?) ibero-púnica 	
Vasilhas de armazenamento	Potes de armazenamento ibero-púnicos  Ânfora ibero-púnica tipo Mañá A4 	

Figura 84 – Reconstituições prováveis dos tipos de cerâmica de importação pré-romana.

- Peças de importação pré-romanas (Quadro XVII e Gráfico XXIV)

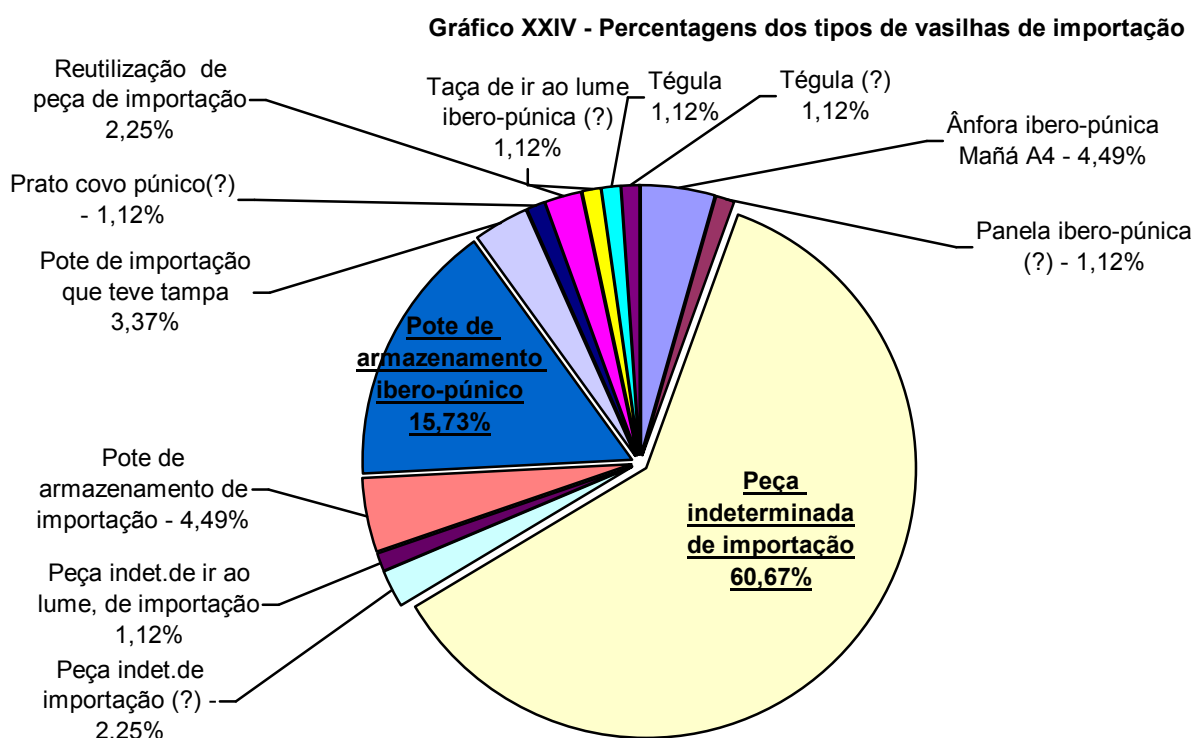
De entre os fragmentos de vasilhas de importação pré-romanas encontrados foram identificadas 21 tipologias, a que acrescentaremos 54 peças com tipologia indeterminada e, ainda, duas outras sobre as quais não temos certezas quanto à sua proveniência e tipologia. Em escavação foram também obtidos dois restos de peças de importação (ânfora mediterrânica) reutilizados para a elaboração de tampas ou fichas de jogo. Seriam no total 79 peças de importação, resultantes da análise de 471 fragmentos.

Regra geral, como se pode comprovar pelo quadro anexo, as peças cuja identificação foi possível determinar, ainda que de forma duvidosa, teriam, tal como os diversos tipos de potes, uma funcionalidade relacionada com o armazenamento/transporte de líquidos ou de outro tipo de alimentos. As ânforas ibero-púnicas de tipo Mañá A4 desempenhariam também a

QUADRO XVII - PEÇAS DE IMPORTAÇÃO	
Ânfora ibero-púnica Mañá A4	4
Panela ibero-púnica (?)	1
Peça indeterminada de importação	54
Peça indeterminada de importação (?)	2
Peça indeterminada de ir ao lume, de importação	1
Pote de armazenamento de importação	4
Pote de armazenamento ibero-púnico	4
Pote de importação que teve tampa	3
Prato covo púnico (?)	1
Reutilização de peça de importação	2
Taça de ir ao lume ibero-púnica (?)	1
Tégula	1
Tégula (?)	1

função referida, neste caso, porém, para armazenamento e transporte de produtos de origem marítima, como o *garum*. Foram também identificados eventuais restos de uma taça e de um prato.

Importa aqui realçar que a tipologia construída para o povoado de Cossourado corresponde a uma mera hipótese de trabalho, face à ausência de peças intactas e ao facto de termos trabalhado com uma amostra muito fragmentada. As reconstituições efectuadas por técnicos de conservação e restauro foram, a seu modo, um precioso contributo para a definição de mais algumas formas.



Como se pode constatar pelos quadros tipológicos anexos (**Figuras 94 e 95**), a maioria das reconstituições foi baseada apenas no perfil do bordo, do colo e, por vezes, em parte da pança. Os fundos foram acrescentos que ajudaram a sugerir a forma, embora tenham pertencido a outra peça de tipologia idêntica. Assinala-se com a letra **a**), nas tipologias anexas, as peças cuja reconstituição mais se aproxima da realidade, uma vez que bordos e fundos pertencem à mesma peça.

Os gráficos de barras (**Gráfico XXI**) e de percentagens (**Gráfico XXII**) foram elaborados a partir dos tipos identificados, não identificados e de importação. No gráfico de percentagens foi, contudo, necessário agrupar alguns dos tipos de peças autóctones identificadas, de modo a tornar o gráfico mais legível.

No **Gráfico XXIII** houve, igualmente, necessidade de simplificar, tendo-se agrupado alguns tipos de peças de modo a inserir os respectivos desenhos e proporcionando, assim, uma visão das formas e da sua representação quantitativa. Não foram incluídos os dados relativos às peças de tipologia indeterminada. A inserção de algumas peças no interior de outras da mesma tipologia deveu-se a questões de ordem gráfica e teve como principal finalidade facilitar a leitura do tamanho das vasilhas.

O **gráfico XXIV** indica apenas a distribuição das percentagens correspondentes às peças de importação.

Além das vasilhas referidas, importa mencionar a existência de três tampas, uma das quais (COS96A – 59), provavelmente de um pote de armazenamento, elaborada com um tipo de cerâmica inexistente em Cossourado e comum noutros povoados de tipologia idêntica mas de outras áreas, como a bacia do Cávado – cerâmica designada de pasta arenosa, com coloração, no presente caso, acinzentada. Foi reconstituída para exposição. As outras duas (com as marcações COS95A - 73 e COS2000H – 144) são reaproveitamentos de cerâmica de importação, possuem tons alaranjados e têm um diâmetro mais pequeno.

Igualmente elaborados com restos deste tipo de cerâmica temos uma possível marca de jogo (COS2001H - 4) com um formato quadrangular e um cossoiro (COS98A - 296).

Alguns dos fragmentos de cerâmica de importação possuem marcas pós-deposicionais de animal, pequenos traços, espécie de marcas de dentes de animal de pequeno porte.

A análise da **distribuição espacial das tipologias de vasilhas (s.v. QUADRO XXIV)** identificadas não nos proporciona novidades significativas, antes ajuda a confirmar as hipóteses tipológicas sugeridas uma vez que, por exemplo, os fragmentos de panelas (amostra que ocorre com mais frequência) e de outras peças com finalidade/função de fabrico/aquecimento/armazenamento de alimentos sólidos ou líquidos foram encontrados sobretudo no interior ou nas proximidades das cabanas circulares, cuja função se coaduna mais com a de habitação e realização de actividades domésticas.

As vasilhas de armazenamento foram, por sua vez, encontradas no interior e exterior das estruturas alongadas, provavelmente utilizadas para a prática de actividades artesanais e armazenamento e, em alguns casos, para habitação.

As vasilhas de importação pré-romanas ocorrem, ao contrário do que se poderia pensar, sobretudo no exterior das estruturas que de alguma forma têm relação com a muralha interna, principalmente nos sectores H e I.

Ao contrário do que se verifica nos outros povoados estudados, ressalta em Cossourado uma distribuição não muito desigual dos fragmentos entre o interior e o exterior das estruturas e a quase ausência de material em algumas das cabanas circulares que consideramos de habitação, facto que, por mais hipóteses que coloquemos, se apresenta de difícil explicação porque, mesmo que se procedesse a uma esmerada limpeza, ao fim de vários anos, décadas ou centenas de anos de ocupação algo mais restaria.

Os objectos de cerâmica possuíam em Cossourado, e para concluir, uma morfologia muito simples, que se desenvolvia no sentido vertical, em formas abertas e também fechadas, de base plana, A sua elaboração pretendia responder somente às necessidades impostas por um quotidiano necessariamente simples, que se pretendia prático, e nunca visando a produção excedentária para comércio.

Da análise dos fragmentos e do contexto onde ocorreram ressalta o facto de se tratar de uma cerâmica indígena, de fabrico manual, sem qualquer vestígio de aculturação romana e cronologicamente atribuível à Idade do Ferro Inicial e Médio, que designamos por Fase 1 da Idade do Ferro da bacia superior do rio Coura.

4.2.6.2 Espólio Metálico

Ao contrário do que acontece nos outros povoados estudados, a ocorrência de espólio metálico é, em Cossourado, bastante significativa, embora os utensílios em ferro tenham no todo uma importância reduzida - uma razão de 4 para 66 objectos em bronze.

A acidez do solo terá sido um factor determinante na destruição dos objectos elaborados em ferro, não obstante não ter praticamente atingido as ligas binárias (cobre e estanho) e ternárias (cobre, estanho e chumbo).

Entre os objectos de ferro apenas conseguimos identificar, além de um indeterminado, uma lâmina de faca ou punhal, bastante deteriorada, e dois cravos, com cabeça de formato subrectangular e de dimensão superior a 5 cm, provavelmente pertencentes às portas da estrutura 9 e da muralha (**Figura 85**).

Apesar dos abundantes nódulos de mineral com óxido de ferro existentes, não se encontraram vestígios do seu posterior tratamento - desde a redução até ao aquecimento no forno e produtos resultantes - ou mesmo da forja. Isto é, apenas conhecemos a matéria prima e o produto final (as poucas peças em ferro). Os habitantes do povoado conheceriam o ferro mas, aparentemente, não o trabalhavam.

Todos os elementos que apontam para o trabalho de metais no povoado referem-se apenas à elaboração de peças em bronze. A escavação arqueológica forneceu quatro restos de fundição de cobre e outros dois restos de escória de forno de bronze.

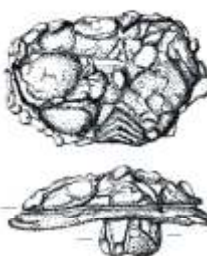
Objectos utilitários

Lâmina de punhal ou de faca

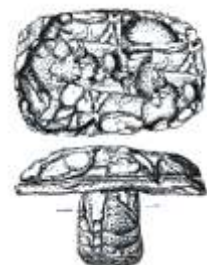


COS93A - 3
A0 (3)
Dentro da Est.1

Cravos



COS98A - 62
V6 (2)
Fora da Est. 9A



COS99D - 65
S0 (2)
Entrada da Muralha



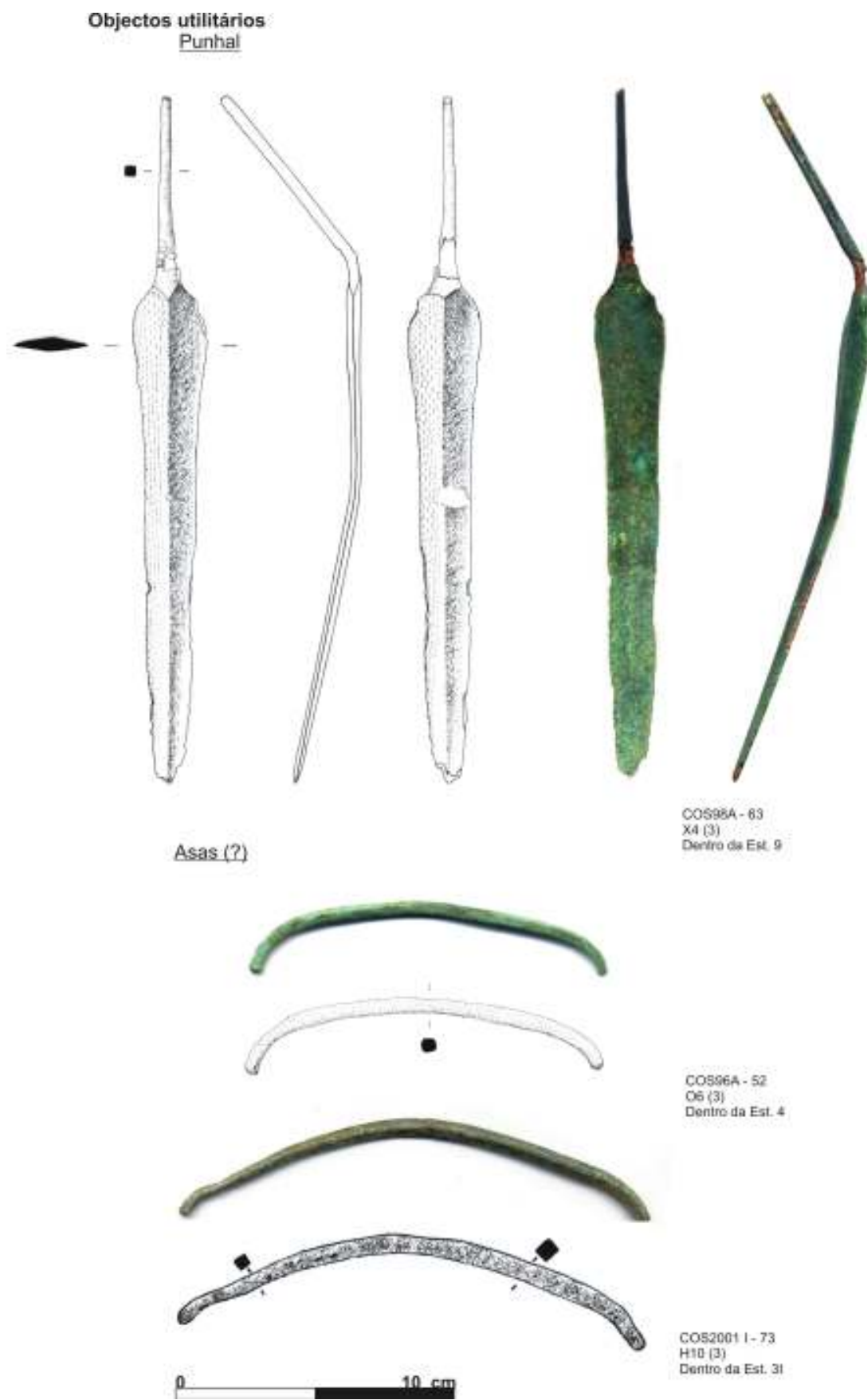


Figura 86 – Objectos utilitários em bronze.

Objectos de adorno/utilitários

Adorno de freio de bocal de cavalo



COS95A - 61
U3 (3)
Fora da Estrutura 6

Objectos utilitários

Aguilha



COS95A - 6
P5 (3)
Fora da Est. 4

Indeterminado



COS93A - 2
A0 (2)
Dentro da Est. 1

Escória de forno (cobre)



COS 2003E - 74
A3 (3)
Fora da Est. 7E

Objectos utilitários

Fragmentos de machados



COS95A - 8 a 48
P1 (3)
Dentro da Est. 3
Gilo ou bolo de fundição



COS95A - 8 a 48
P1 (3)
Dentro da Est. 3
Talão de machado



COS95A - 53
P5 (3)
Dentro da Est. 4
Talão de machado



COS96C - 54
A3 (3)
Dentro da Est. 1C
Talão de machado



COS2001I - 72
C4 (3)
Dentro da Est. 1I
Talão de machado



Figura 87 – Objectos em bronze com carácter essencialmente utilitário.

Objectos de adorno

Pendentes de colar ou brinco



COS96A - 49
N6 (C.3)
Dentro da Est. 4

COS97C - 56
A3 (C.3)
Dentro da Est. 1C



COS98A - 60
T2 (C.3)
Entre Est. 5 e 3



COS2000H - 67
C8 (C.3)
Dentro da Est. 1H



COS2000H - 70
E11 (C.2)
Fora da Est. 3H

Pendentes de colar e corrente



COS95A - 8 a 48
P1 (C.3)
Dentro da Est. 3



COS95A - 7
Q5 (C.3)
Fora da Est. 5



COS2001I - 71
F1 (C.2/3)
Dentro da Est. 2I



Ensaio hipotético do colar



Objectos de adorno

Braceletes



COS98E-64
A7(C.3)
Dentro da Est. 9



COS99D - 668
S0(C.2/3)
Entrada da Muralha

Objectos de adorno/utilitários

Pendente/passador (?)



COS97A - 57
C2 (C.3)
Muro da estrutura 1

Argola de passador (?)



COS95A - 8 a 48
P1 (3)
Dentro da Est. 3

Cabeça de alfinete



COS2000H - 68
D4(2/3)
Dentro da Est. 2H

Cabo com agulha



COS95A - 5
D4 (C.3)
Dentro da Est.4

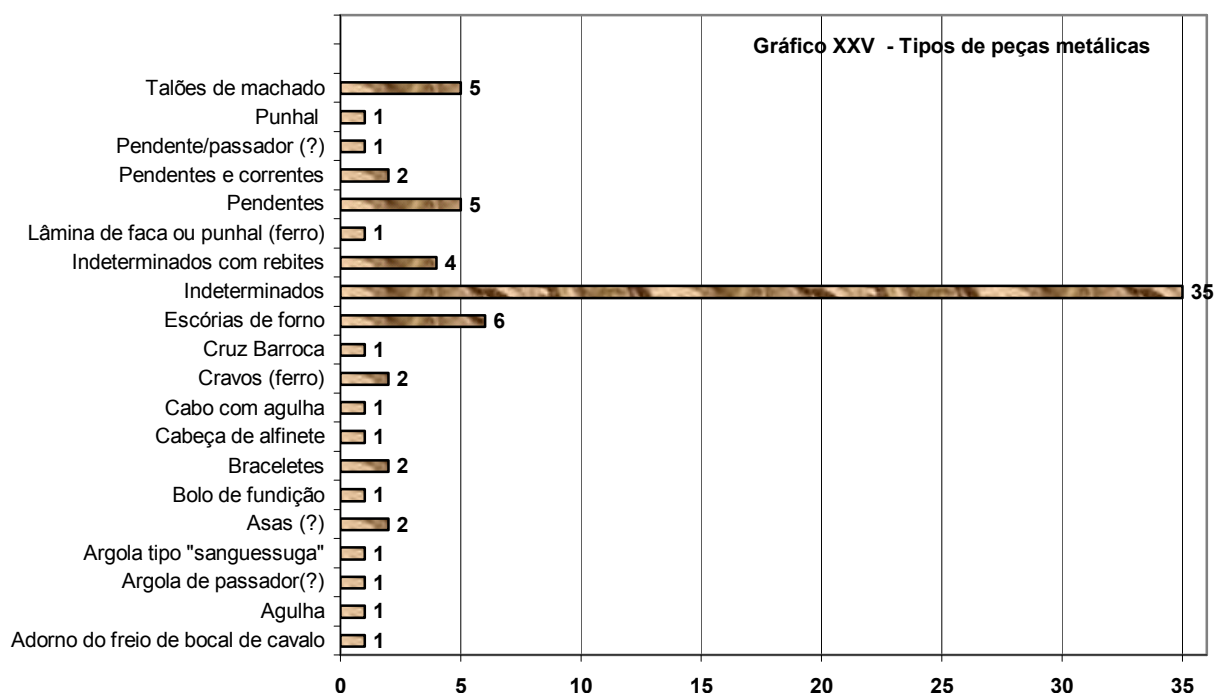
Indeterminado



COS94A - 4
N0 (3)
Dentro da Est.1

Figura 88 – Objectos em bronze com função de adorno e ou utilitária.

Os objectos elaborados nesta liga binária de cobre e estanho (alguns com grande teor de cobre, como é o caso de uma agulha) ou ternária de estanho, cobre e chumbo, como o indica a



coloração de algumas peças (um gito de fundição (COS95 A - 8 a 48) e o cabo decorado), são, como referido, muito mais abundantes que os de ferro.

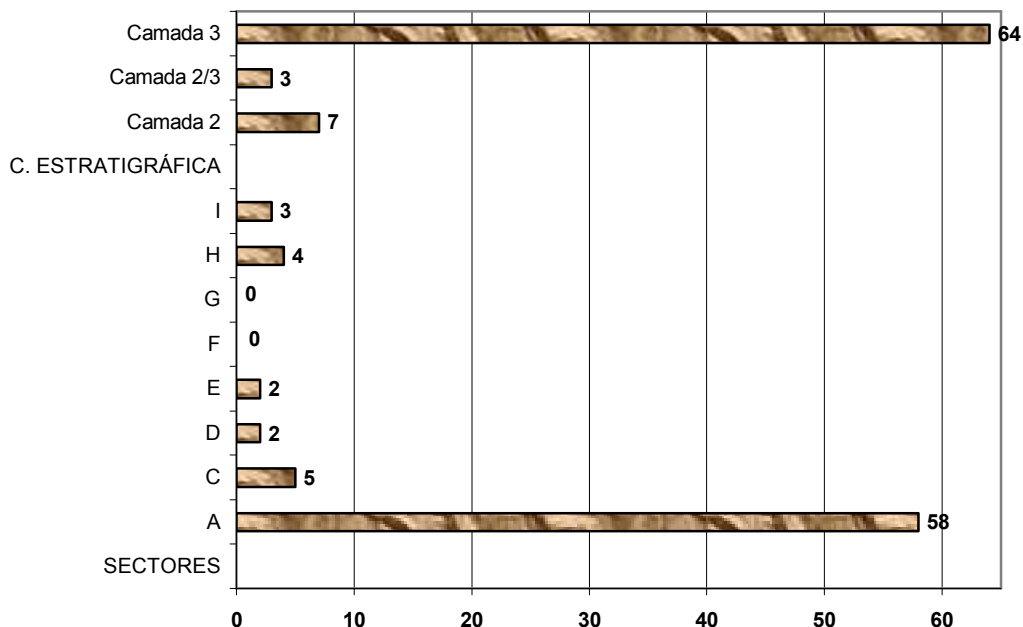
Grande quantidade de objectos apresenta, infelizmente, um grau de deterioração de tal forma elevado que não possibilita determinar, com alguma certeza, a sua função inicial.

Outro elemento que importa realçar relaciona-se com o facto de, entre as diversas peças identificadas, o número de objectos de adorno ser semelhante ao dos objectos utilitários, conhecendo-se, ainda, cinco peças que acumulam as duas funções: um adorno de freio de bocal de cavalo, uma cabeça de alfinete de toucado, dois eventuais passadores (que teriam como função prender alguma capa ou outra peça de vestuário) e um cabo decorado com sulcos transversais. Este último possuía no seu interior um fragmento de madeira extraordinariamente bem conservado pelos óxidos libertados pelo bronze e uma pequena peça (que consideramos uma agulha) que ajudaria à sustentação do cabo.

Os objectos de adorno são sobretudo pendentes de colares ou de brincos, com diversas formas e funções. Um dos pendentes é do tipo "sanguessuga", de mau fabrico, com paralelo em Coto da Pena (SILVA 1996, nº12, Est. C) e atribuído à Fase IB da Idade do Ferro; outros três pertenceriam a um colar (COS95A - 7 e 8 a 48; COS2001I - 71), estando dois deles presos a restos de correntes, formadas por pequenas argolas. Têm igualmente paralelo em pendentes encontrados no povoado do Coto da Pena, de cronologia idêntica (*Idem*, Est. C, nºs. 10 e 11). Segundo o Prof. Doutor Engº José Roberto Cavalheiro, estes pendentes teriam incrustadas na extremidade pedras ornamentais.

Além destes adornos, ocorreram duas braceletes, uma delas fracturada. Não foi encontrada

Gráfico XXVI - Distribuição por sectores e por camadas estratigráficas



qualquer fíbula. O cabo a que já fizemos referência, poderá, contudo, ter pertencido a uma fíbula de tipo desconhecido, semelhante às fíbulas de "tipo Alcores".

De entre os objectos utilitários de bronze merecem referência particular uma agulha de coser, um punhal e duas prováveis asas de uma vasilha cuja tipologia se desconhece. De salientar o bom estado de conservação evidenciado pela generalidade das peças, especialmente a agulha, o punhal e os diversos pendentes.

Apesar de não ter ocorrido em escavação qualquer machado de talão intacto, foram encontrados pelo menos seis fragmentos de outros tantos machados, três dos quais com uma evidente falta de qualidade (bolhas resultantes da acumulação de ar no molde) que deixa antever o seu não acabamento.

Conhecem-se ainda restos de diversas peças como rebites de eventuais caldeiros, podendo as asas atrás referidas ser mais um indício da sua existência.

QUADRO XVIII				
Distribuição espacial	Tipo de peça	Total	Matéria-prima	Total
Dentro da Est.1	Indeterminados	3	Bronze	3
	Lâmina de faca ou punhal	1	Ferro	1
Dentro da Est.4	Cabo com agulha	1	Bronze	4
	Pendente (?)	1	Cobre (?)	2
	Escórias de forno	2		
	Asa (?)	1		
	Talão de machado	1		
Fora da Est.4	Agulha	1	Bronze	1
Fora da Est.5	Pendente e corrente	1	Bronze	1
Dentro da Est.3 entre o muro e a estrutura de combustão	Indeterminados contabilizados	31	Bronze	41 + ?
	Indeterminados com rebites	4		
	Escórias de forno	2		
	Talão de machado	1		
	Bolo de fundição	1		
	Argola de passador(?)	1		
	Pendente e corrente	1		
	Indetermináveis	?		
Dentro da Est.1C	Talão de machado	1	Bronze	3
	Cruz barroca	1	Cobre (?)	1
	Escória de forno	1		
	Pendente (?)	1		
Muro da Est. 1	Pendente/passador (?)	1	Bronze	1
Entre Est.5 e 3	Pendente	1	Bronze	1
Fora da Est.1C	Indeterminado	1	Ferro	1
Fora da Est.6	Adorno do freio de bocal de cavalo	1	Bronze	1
Fora da Est.9	Cravo	1	Ferro	1
Dentro da Est.9	Punhal	1	Bronze	2
	Bracelete	1		
Fora da Est. 7E	Escória de forno	1	Cobre	1
Porta da muralha	Cravo	1	Ferro	1
	Bracelete (?)	1	Bronze	1
Dentro da Est.1H	Pendente	1	Bronze	1
Dentro da Est.2H	Cabeça de alfinete	1	Bronze	2
	Talão de machado	1		
Fora da Est.3H	Argola tipo "sanguessuga"	1	Bronze	1
Dentro da Est. 1I	Talão de machado	1	Bronze	1
Dentro da Est. 2I	Pendente	1	Bronze	1
Dentro da Est. 3I	Asa (?)	1	Bronze	1
TOTAL		74 + ?		74 + ?

A **distribuição espacial estratigráfica (Quadro XVIII)** do espólio metálico confirma a regra, mencionada noutros pontos deste trabalho, da maior concentração de objectos na camada 3.

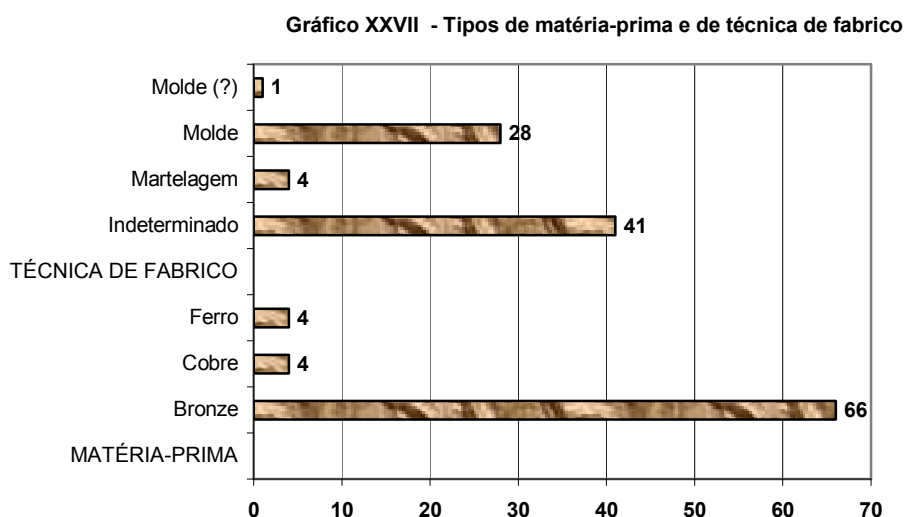
Já a **distribuição espacial pela área escavada** do povoado aponta para uma grande dispersão. A maior concentração coincide com o interior da estrutura 3, junto à parede sul, mais concretamente entre esta e a estrutura de combustão mencionada. Identificámos apenas restos de dez objectos de tipologia diversa (escória de forno, talão de machado, bolo de fundição, argola de passador (?), pendente e corrente, restos de rebites), todos eles em bronze, aos quais acrescentaremos trinta restos indeterminados e dezenas de pequenos fragmentos cujas dimensões e estado de degradação (amalgamas de fragmentos de peças e óxidos daí resultantes) não permitem a sua contagem. Supomos que estariam guardados ou escondidos no interior de um bolsa, de material perecível, com o objectivo de serem novamente fundidos e com o metal resultante serem elaborados novos objectos. Estaremos, assim sendo, na presença de um local ao qual a designação de esconderijo de fundidor (**Foto 73**) poderá ser aplicada com a devida propriedade.



Outro pendente com algumas argolas da corrente foi também encontrado no fundo de um vaso de armazenamento de perfil em S (COS95A - 7), juntamente com centenas de bolotas, onde estaria intencionalmente escondido.

No interior das estruturas 1 e 9 do sector A, foi encontrado um punhal (COS98A - 65) e um outro tipo de pendente ou passador (COS97A - 57), evidenciando-se uma intenção clara de esconder as peças metálicas devido à importância que teriam no seio da comunidade.

Embora correndo o risco de assumir uma interpretação discutível, entendemos que a localização de peças como os braceletes (interior da estrutura 9 e muralha), o punhal, alguns objectos líticos do tipo massa (interior da estrutura 9) e um machado de pedra polida (encontrado com o gume enterrado, em posição de cutelo, na área exterior sobranceira à entrada da muralha, de onde terá sido atirado) parece apontar para a sua associação à organização defensiva do povoado e sobretudo para a sua respectiva utilização pelo sexo masculino. A localização da estrutura 9 próximo da entrada da muralha e as suas consideráveis dimensões (trata-se da maior estrutura do povoado, depois da muralha) são elementos que contribuem para sustentar esta interpretação.



As técnicas utilizadas no fabrico dos utensílios metálicos (Gráfico XXVII) foram diversas e variaram consoante o tipo de matéria-prima utilizada. Embora o registo arqueológico e o seu contexto não forneçam elementos que nos indiquem claramente a tecnologia existente e a forma como era aplicada, as peças foram elaboradas certamente com recurso a moldes (de que não encontramos vestígios) e por martelagem na forja.

Alguns moldes possuíam uma deficiente ou até inexistente libertação de gases, como se pode verificar, por exemplo, no passador já referido.

Em algumas das peças - como as diversas argolas das correntes - é possível observar a aplicação de solda, um processo, porém, que não podemos documentar, uma vez que as análises metalográficas não foram, por escassez de tempo, efectuadas, com excepção de algumas radiografias ao cabo (COS95A - 5) que determinaram que os sulcos que apresenta são resultado de gravação e não de enrolamento, em espiral, de um fio de bronze, como também se supunha.

Embora de cronologia muito posterior à época de ocupação do povoado de Cossourado, importa referir, pela qualidade e eventual raridade, uma cruz de bronze, iconograficamente atribuível ao período barroco (Figura 89).



4.2.6.3 Espólio em pasta vítrea

No povoado fortificado de Cossourado foram encontradas, em escavação arqueológica, duas contas de colar em pasta vítrea. Uma possui secção esférica achatada, com orifício central, cilíndrico. É de coloração negra e apresenta dois motivos oculados de cor branca. A outra é uma peça cilíndrica, com orifício central e secção subcircular a oval. Alterna, transversalmente, faixas amarelas com faixas pretas. Apresenta mau acabamento, resultante de um fabrico deficiente, motivo pelo qual as bandas decorativas são muito irregulares, formando linhas onduladas e não círculos perfeitos. A superfície está parcialmente desgastada.

Foram encontradas, tal como a maioria da cerâmica de importação, em cabanas (1C e 2H) voltadas ao rio Coura.

Teriam uma função de adorno e proporcionariam, eventualmente, um certo prestígio social a quem as possuísse. Documentam, de igual forma, as relações de intercâmbio que então se estabeleciam com povos distantes.

Quadro XIX – Contas de colar

Número/ Marcação Geral	Quadrado	Camada	Distribuição espacial	Profundidade		X	Y	Espessura (cm)	Diâmetro (cm)	Comprimento (cm)
				absoluta	relativa					
COS97C-1	B3	3	Dentro da Est.1C	366.56	0.43	0.37	1.88	1,1	Orifício: 0,3	0,7
COS2000H-2	F11	2/3	Dentro da Est.2H	356.79	0.40	0.52	0.95	-	Orifício: 0,3 a 0,5	1 a 1,3



Figura 90 – Contas de colar em pasta vítrea e resto de ocre com vestígios de uso.

4.2.6.4 - Espólio lítico

A escavação dos diversos sectores do povoado de Cossourado proporcionou a recolha de 339 peças e fragmentos de objectos líticos. Embora não tenham sido todos recolhidos, foram ainda encontrados 28 nódulos de

mineral (Quadro 6, vol. III)

constituídos pelos diversos componentes do granito, associados a grande quantidade de minério de ferro.

Apresentam considerável dureza, peso elevado em relação ao tamanho, coloração mesclada entre o castanho e o negro, odor ferroso e superfície relativamente

polida. Uma vez tratados, resultariam em matéria-prima para elaboração de utensílios de ferro. Um dos pesos de rede de pesca encontrado foi elaborado neste material.

Em escavação ocorreu também um fragmento de arenito avermelhado, cuja elevada quantidade de hematite (minério de ferro) migrou para a superfície.

No total das peças estão incluídas 15 pedras de quartzito rolado, que foram aparentemente recolhidas para posterior uso e que classificámos como matéria-prima.

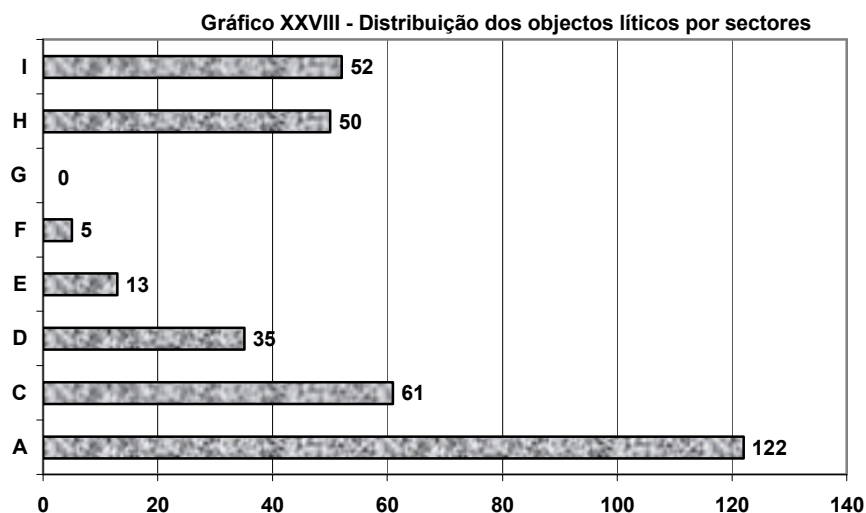
A maior concentração de espólio lítico registou-se na camada estratigráfica 3.

• Tipo, funcionalidade e desgaste das peças

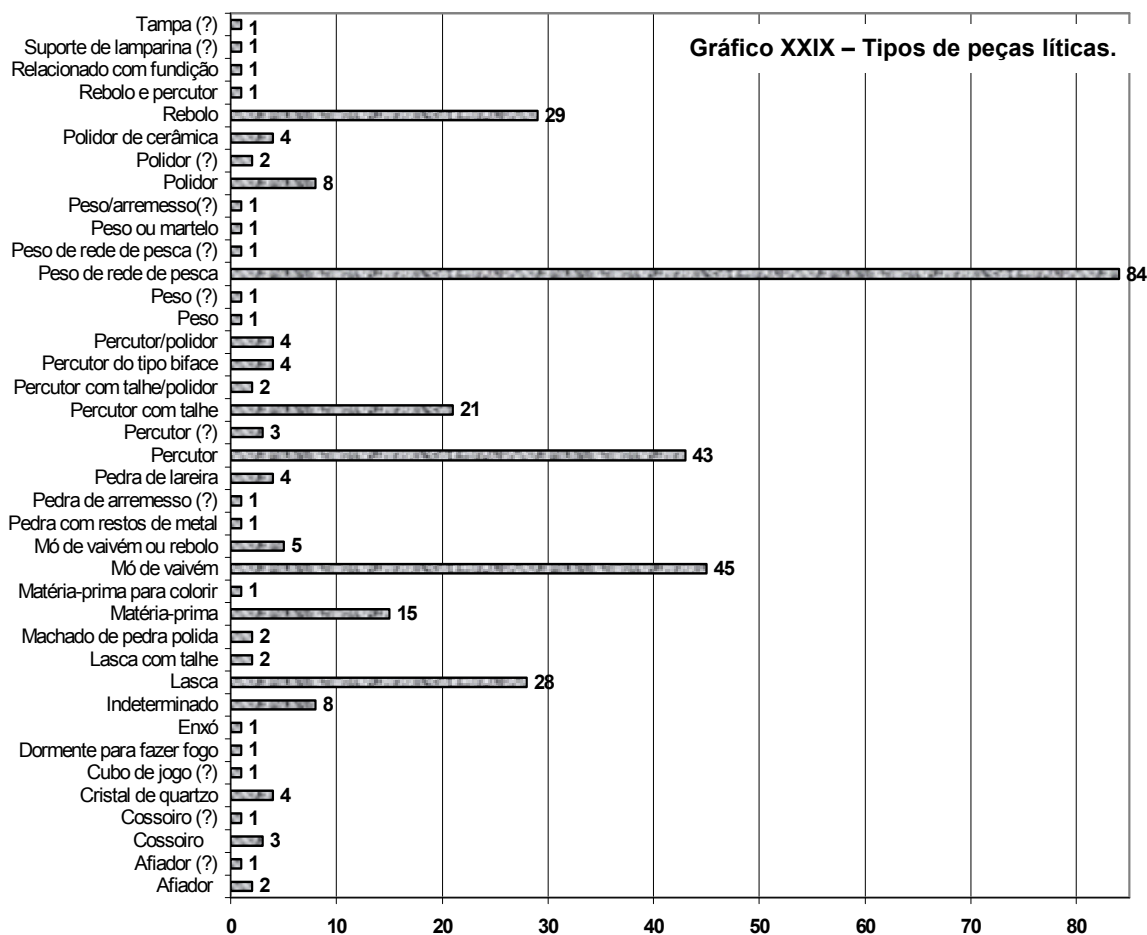
O principal critério adoptado para o estudo das peças líticas foi o da funcionalidade, de forma a conhecer as actividades praticadas no quotidiano pela comunidade. Na investigação procurou-se também definir o modo como a actividade seria desempenhada (individual ou colectivamente) e determinar se os objectos estariam relacionados com a produção, a transformação, o consumo ou o armazenamento. Posteriormente, as peças foram agrupadas por tipologias e relacionadas com o seu contexto de achamento.

Uma breve análise ao **Gráfico XXIX** permite-nos concluir que, de um total de 339 peças, apenas não foi possível identificar a funcionalidade de oito. Contudo, mais importante que os números foi o facto de ter sido possível determinar a prática de um grande número de actividades caracterizadoras do quotidiano dos habitantes de Cossourado, de entre as quais destacamos:

- fiar - cossoiros (um deles inacabado, sem o orifício central);
- jogar (?) - cubo de jogo (?);
- realizar trabalhos agrícolas (?) - reutilização (?) de uma enxó;
- moer - rebolos e mós de vaivém;
- pescar - pesos de rede de pesca;



- afiar instrumentos metálicos - afiadores;
- adornar ou uma função simbólico-religiosa/amulética (?) - cristais de quartzo;
- suportar - suporte de lamparina (?);
- fazer fogo - dormente para fazer fogo;
- cortar - reutilização de machados de pedra polida e lascas com e sem talhe;
- colorir - fragmento de ocre (com pequena cova circular);
- defender (?) - pedra/arma de arremesso e/ou massas;
- esmagar, partir, amassar - diversos tipos de percutores, com ou sem talhe, podendo



alguns deles terem sido utilizados para polir e moer;

- prender - peso para prender algo, eventualmente nas actividades de pesca;
- tapar/fechar - tampa circular;
- polir - polidores de diversas matérias (um com formato adaptado à mão), designadamente de cerâmica (dois apresentam restos de barro).

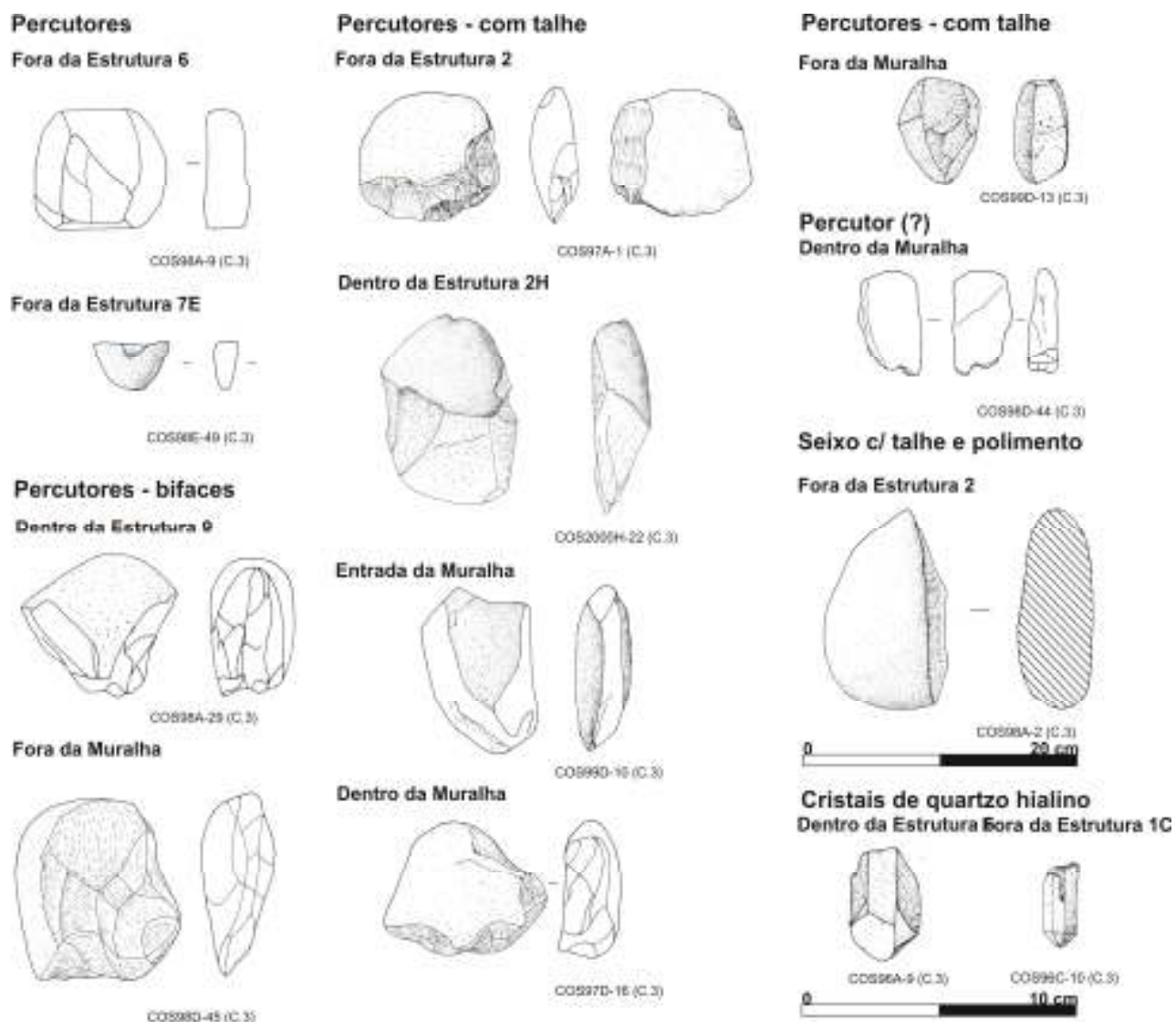


Figura 91 – Objectos líticos diversos.

De entre o espólio lítico encontrado gostaríamos de destacar algumas peças que, pela sua raridade, são de difícil interpretação. Está nesse grupo a pedra para fazer fogo. Trata-se de uma peça de secção subtriangular, semelhante a uma lucerna, com uma cavidade circular (2,5 cm de diâmetro e 1 cm de profundidade), que – podemos afirmar com alguma segurança – deverá ter servido para fazer fogo por fricção. Poderá também ter sido utilizada como fonte de iluminação, a exemplo das lucernas, embora o diâmetro da cavidade seja relativamente pequeno para nele ser depositado um produto combustível.



Figura 92 – Objecto lítico para fazer lume por fricção, exposto no Museu Regional de Paredes de Coura.

Os pesos, armas de arremesso e martelo suscitam, igualmente, interpretações duvidosas.

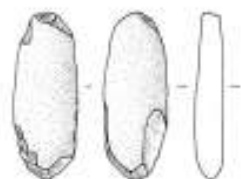
O peso/arma de arremesso (?) é uma peça única (COS97C-56), de forma aproximadamente esférica (**Figuras 94 e 95 - desenho**), com três largos sulcos que se cruzam e que permitiriam amarrar uma corda ou qualquer outro material perecível. Os dois pesos ou martelos teriam uma funcionalidade semelhante ou poderiam também funcionar como armas. São de elaboração menos cuidada e possuem formato oblongo e desgaste lateral de modo a permitir encabar ou amarrar algo (**Figura 93**). Assemelham-se a pesos de rede de grandes dimensões e foram encontrados no interior da estrutura 9 do sector A.



Figuras 93 e 94 – Peso ou martelo e eventual arma de arremesso (original e réplica com corda). Expostos no Museu Regional de Paredes de Coura.

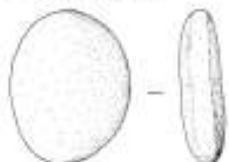
Polidores

Dentro da Estrutura 9



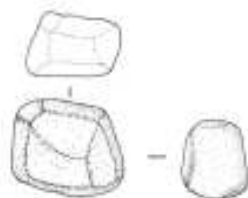
COS96A-26 (C.3) - Esc.: 1:4

Fora Estrutura 2F



COS97F-27 (C.3) - Esc.: 1:2

Dentro da Estrutura 1C



COS96C-12 (C.3) - Esc.: 1:2

Base do Torreão



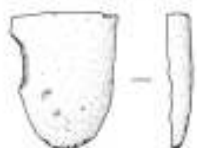
COS96E-50 (C.3) - Esc.: 1:2

Esc.: 1:2 = 0 10 cm

Esc.: 1:4 = 0 20 cm

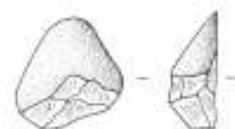
Lascas com talhe

Dentro da Estrutura 1C



COS97C-9 (C.3) - Esc.: 1:2

Fora da Estrutura 1C



COS98C-37 (C.3) - Esc.: 1:2

Dentro da Estrutura 5



COS96A-55 (C.3) - Esc.: 1:4

Dentro da Estrutura 7E



COS97E-22 (C.3) - Esc.: 1:4

Peso ou arma de arremesso

Dentro da Estrutura 2C



COS97C-58 (C.3) - Esc.: 1:4

Machados de pedra polida

Fora da Estrutura 1C



COS96C-23 (C.2) - Esc.: 1:4

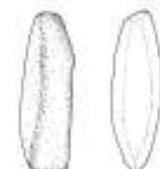
Fora da Muralha



COS99D-12 (C.3) - Esc.: 1:4

Enxó

Dentro da Estrutura 3



COS95A-45 (C.3) - Esc.: 1:4

Cossoiros bulbosos

Fora da Estrutura 5



Reconstituído

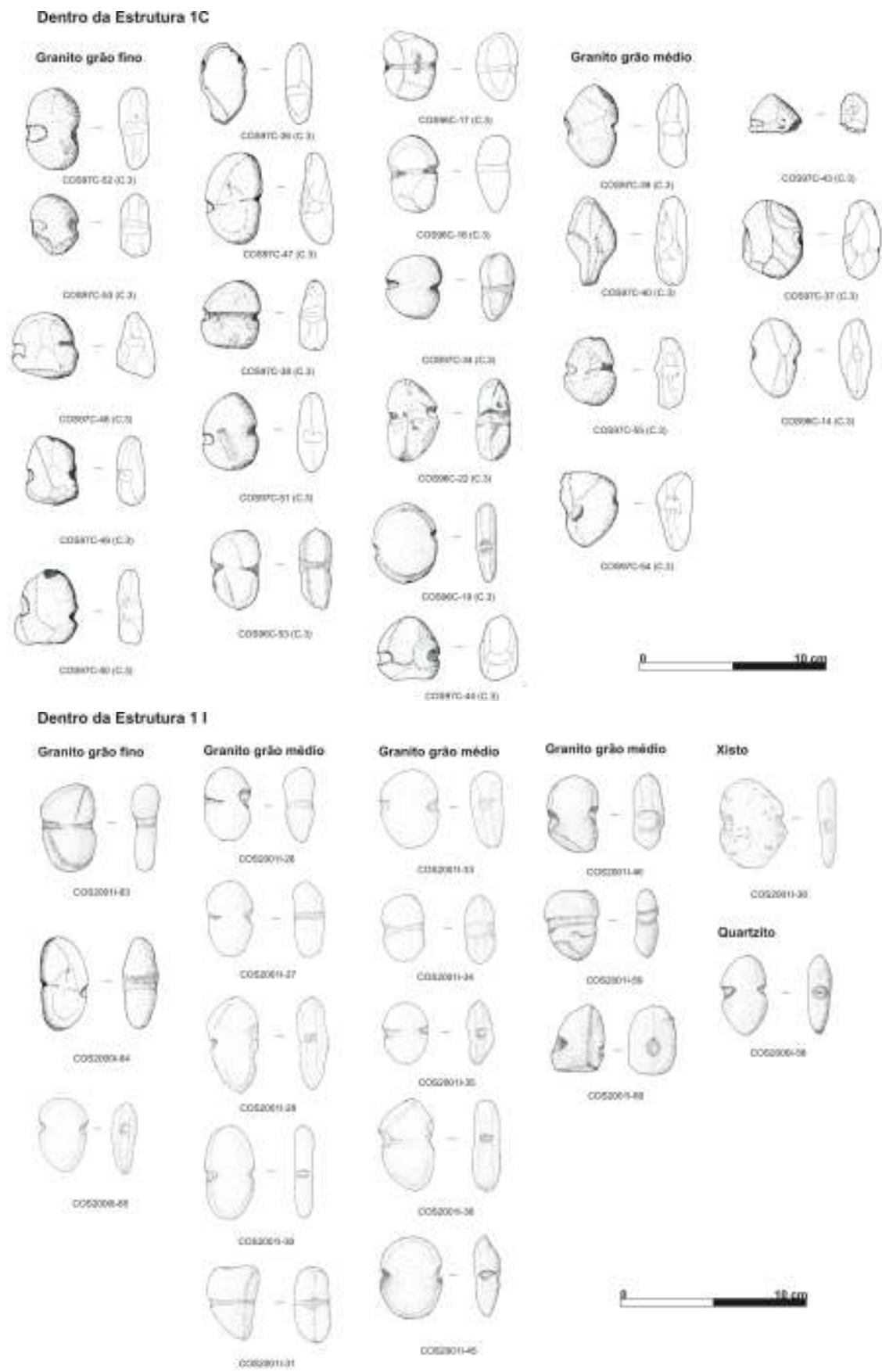
COS95A-44 (C.3) - Esc.: 1:2

Fora da Estrutura 2C

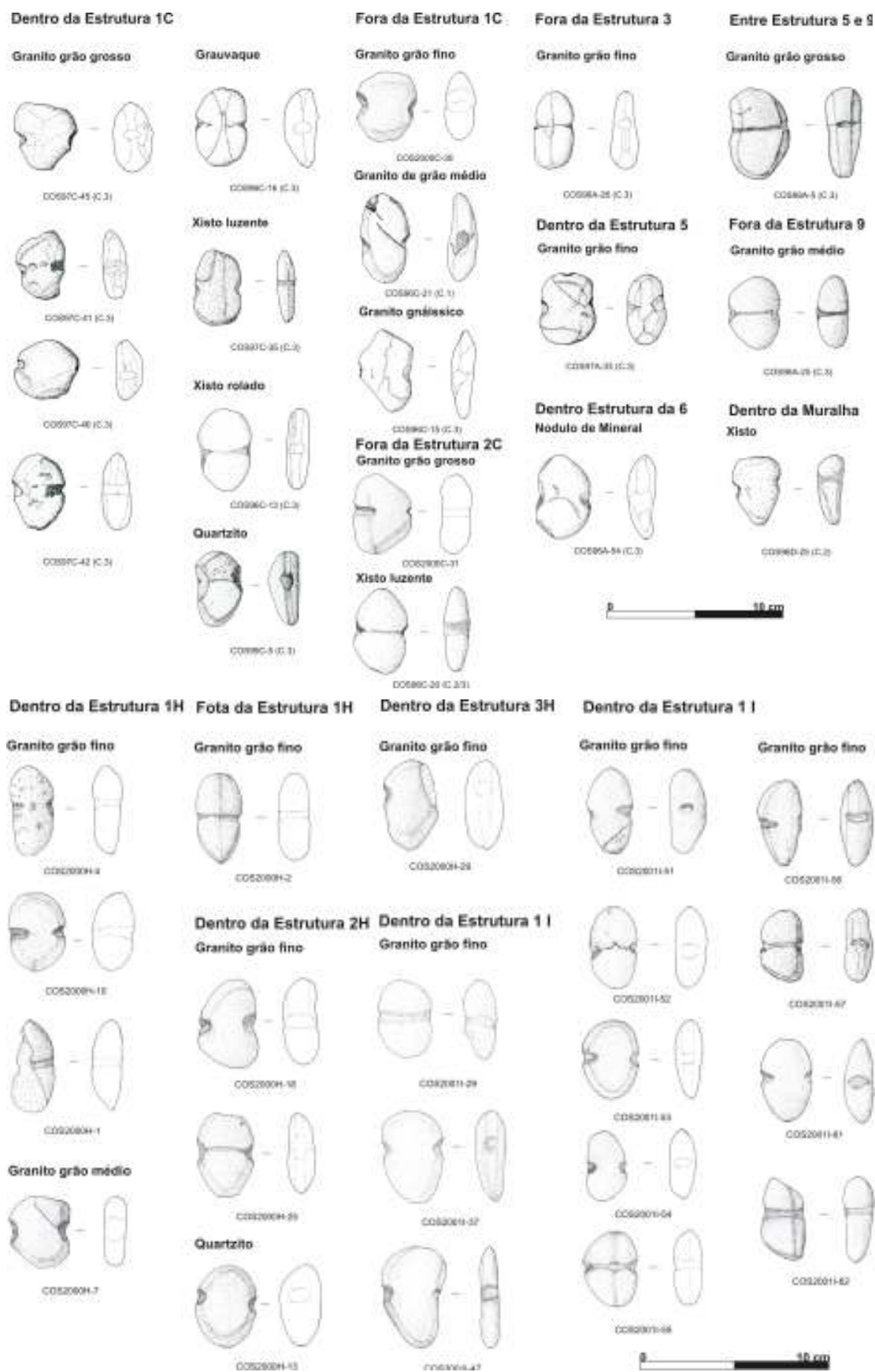


COS96C-24 (C.2) - Esc.: 1:2

Figura 95 – Objectos líticos diversos.



Figuras 96 e 97 – Pesos de rede de pesca.



Figuras 98 e 99 – Pesos de rede de pesca.

No que diz respeito ao modo como as diversas actividades seriam desempenhadas – individualmente ou em grupo –, parece-nos que, regra geral, seria predominante o trabalho individual, embora algumas tarefas fossem, por vezes, realizadas em associação com outras pessoas, como seria, por exemplo, a construção de habitações e de estruturas de defesa.

Uma das actividades que, pela quantidade de espólio obtido, teria mais importância no seio da comunidade seria a pesca com rede, provavelmente no rio Coura ou até mesmo no rio Minho. Nas diversas campanhas de escavação arqueológica foram encontrados, no interior de duas estruturas, 85 pesos de rede de pesca (17). Agrupados em dois grandes núcleos, pertenceriam a outras tantas redes, às quais se encontrariam amarrados, uma vez que, devido à decomposição lenta da rede, se apresentam escurecidos na maior parte da superfície excepto no local de prensão do fio (**Figura 100**). Terão sido abandonados no interior das cabanas onde eram guardados.



As actividades de percussão - partir, amassar, esmagar - estão também abundantemente registadas no povoado. Qualquer dos percutores sem talhe obtidos possui uma elaboração muito rudimentar, mais não sendo que simples pedras, normalmente graníticas, de formato mais ou menos alongado, cujas extremidades revelam um forte desgaste provocado pela percussão sobre uma outra superfície com algum grau de dureza.

Além destes, foram encontrados cerca de duas dezenas de percutores, com talhe efectuado intencionalmente e segundo os princípios de elaboração de utensílios paleolíticos. Quatro dos exemplares, que designámos por percutores do tipo biface e que cronologicamente atribuímos ao Paleolítico Superior (Cultura Acheulense), foram reutilizados na Idade do Ferro, época em que foram, parcialmente, submetidos a um novo talhe, cujas arestas vivas contrastam com o desgaste das antigas. Os restantes apresentam talhe de arestas vivas característico da indústria lítica da Idade do Ferro - bem documentada na Galiza.

(17) A hipótese de se tratarem de pesos de tear, não sendo, evidentemente, de colocar completamente de lado, não nos parece viável dadas as diminutas dimensões dos pesos. Infelizmente não possuímos qualquer outro utensílio que nos documente a tecelagem, mas apenas elementos comprovativos da fição. Provavelmente seriam utilizadas pedras sem qualquer afeiçoamento (truncaduras ou orifícios, por exemplo) realizado por mão humana, motivo pelo qual não são detectadas no registo arqueológico. No espólio ceramológico também não existe qualquer peça que possa sugerir essa funcionalidade.

Na generalidade, as peças líticas possuem um acabamento rude, não sendo mais que simples pedras. Apenas o peso ou arma de arremesso evidencia um fabrico relativamente cuidado, uma vez que os dois machados de pedra polida e a enxó são reutilizações e, conseqüentemente, peças elaboradas em épocas anteriores.

O aparecimento de três cossoiros em arenito, bulbosos e de muito bom fabrico, conduz-nos à formulação de algumas considerações:

- Os cossoiros, ou a matéria-prima em que foram elaborados, seriam produto de trocas com outras comunidades (objectos de importação), uma vez que o esmero e a técnica do trabalho da pedra e do polimento apenas ocorrem neste tipo de espólio.

- O arenito não existe nesta área geográfica. É apenas detectável nas regiões a norte do Douro, concretamente em algumas zonas costeiras e na bacia do rio Lima, próximo de Viana do Castelo. Segundo a Carta Geológica de Portugal, trata-se, contudo, de um arenito pouco consolidado, que não corresponde ao tipo utilizado no fabrico dos cossoiros em análise - um arenito muito consolidado, datável, provavelmente, do período arcaico da formação terrestre (SCHUMANN 1992).

- Na campanha de escavações de 2001, ocorreu um cossoiro também em arenito e sem o orifício central (**Figura 101**). Este dado alterou a nossa opinião e confirmou que os cossoiros em pedra eram peças raras, de fabrico esmerado, cujo formato bulboso aumentava o grau de dificuldade do seu fabrico, e que eram elaborados no próprio povoado com matéria-prima importada de áreas supra-regionais através de redes comerciais continentais ou fluviais.



Outro dado não menos importante que estes utensílios nos permitem concluir prende-se como facto de os cossoiros em pedra, elaborados de forma intencional para a actividade da fiação, serem anteriores aos volantes da Idade do Ferro obtidos mediante a reutilização de cerâmica. Em Cossourado apenas conhecemos um exemplar, feito a partir de um desperdício de cerâmica de importação.

Quando, em tempos, estudámos os cossoiros da Citânia de Sanfins, do Castro de Moldes (Castelo do Neiva) e do Castro de Santo António (Afiê) (SILVA 1989) e, posteriormente, os da Citânia de Briteiros (SILVA e OLIVEIRA 2000) adiantámos hipótese, que agora se confirma. No que diz respeito a esta área e a povoados cronologicamente pertencentes à Fase I da Idade do Ferro da bacia superior do rio Coura, os cossoiros elaborados em molde, de bom fabrico, são desconhecidos. Apenas são utilizados os que resultam da reutilização de cerâmica de importação, provavelmente pelo facto de a sua maior compactação permitir a elaboração do orifício central sem danificar o disco, situação que seria mais frequente com a cerâmica indígena, bastante mais quebradiça.

Outra actividade de importância relevante no seio da comunidade seria a produção de alimentos, designadamente o pão de bolota, de milho miúdo ou trigo. Uma actividade comprovada pela ocorrência, em escavação arqueológica, de grande quantidade de bolotas, assim como de mós de vaivém e de rebolos, largamente utilizados na transformação do grão em farinha antes de se terem fragmentado e/ou terem sido abandonados, como se pode constatar mediante a análise do **Quadro XX**, relativo ao desgaste das peças.

Tal estudo baseou-se na análise da orientação dos sulcos provocados pelo uso, no sentido de definir um padrão de utilização. Em algumas peças (trinta) não foi possível definir, à vista desarmada, a orientação dos mesmos, mas em relação a outras (cinquenta) foi possível reconhecer um padrão de uso no sentido longitudinal (em 16 mós e 9 rebolos) semelhante ao padrão de uso de sentido transversal (em 16 mós e 4 rebolos, assim como em 2 exemplares que tanto podem ter sido rebolos como mós). O uso de movimento giratório apenas ocorre num exemplar de reboło e noutro de mó, conhecendo-se, ainda, o caso de uma mó com uso pluridireccional.

Embora não se possa apontar um claro padrão de uso que prevaleça neste povoado, podemos referir que a fricção no sentido transversal seria mais utilizada do que a fricção longitudinal, situação que, tal como se verifica noutros povoados da bacia superior do rio Coura, explica a ausência nas mós de vaivém (excepto num caso em Cossourado) da habitual concavidade central acentuada que levou à atribuição da designação de mós de sela.

QUADRO XX			
Desgaste	Total	Conservação	Total
Muito	179	Boa	198
Não se aplica	70	Má	103
Nenhum	32	Não se aplica	22
Pouco	57	Razoável	16
Rolado (?)	1		
Totais	339		339

Na bacia superior do rio Coura, dadas as reduzidas dimensões das mós, em comprimento e espessura, a moagem fazia-se friccionando o reboło por toda a superfície da mó e não apenas pela parte central, o que a suceder provocaria a sua fractura.

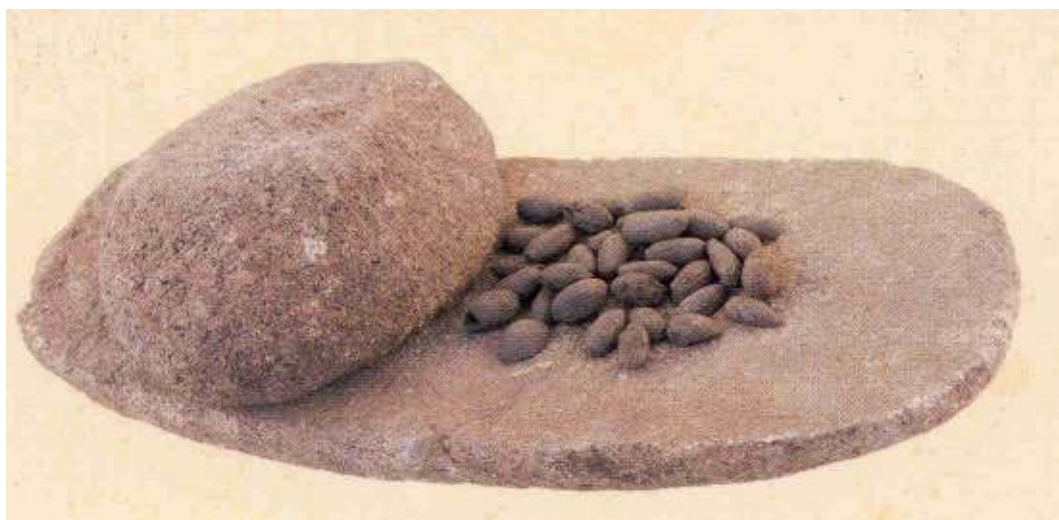


Foto 74 – Mó de vaivém com reboło e bolotas carbonizadas.

Algumas mós (nove) foram encontradas associadas à muralha. Uma delas, de grande porte, a única com cavidade central, fazia parte do limite superior do paramento interno. Na superfície do afloramento constituinte da parede interna existem também dois pios. Para além de nos fornecerem dados sobre a altura total da muralha, parecem indicar que o tempo disponibilizado para a vigilância do povoado seria também rentabilizado com a realização de outras tarefas, como parece ser o caso da moagem.

Embora existam bastantes peças de boa qualidade (198), o **estado de conservação dos objectos** líticos não se apresenta no geral muito bom, o que será de compreender num povoado que aparentemente foi intencional e pacificamente abandonado e num processo em que, naturalmente, as melhores peças foram transportadas.

- Tipo de matéria-prima utilizada e estado de conservação das peças

Os resultados estatísticos do estudo da **matéria-prima** utilizada na elaboração das peças apontam, como se pode verificar no **gráfico XXX**, o quartzito (103 exemplares) e o granito (176 exemplares) nos seus diversos tipos como os materiais mais utilizados, e o granito de grão médio (72) e de grão fino (67) como as variantes mais escolhidas. Ou seja, para o fabrico de utensílios recorreu-se quase sempre à matéria-prima que mais próxima se encontrava na região.

O xisto, apesar de abundante, foi pouco utilizado (11 peças), tal como o grauvaque.

As matérias-primas importadas de áreas externas à bacia superior do Coura foram o arenito, o ocre e, eventualmente, o quatzoxisto anfíbolítico.

De salientar será também a frequência com que a matéria-prima de proveniência fluvial (seixos rolados quartzíticos, granito de grão fino e médio e, esporadicamente, xisto e grauvaque) foi utilizada em Cossourado (213 peças), mercê, provavelmente, da proximidade do rio Coura, dos seus afluentes e até mesmo do rio Minho. Nos povoados da bacia superior do rio Coura, os materiais de proveniência fluvial estão, regra geral, associados à elaboração de pesos de rede de pesca, rebolos e percutores e, eventualmente, polidores e afiadores.

• Distribuição espacial

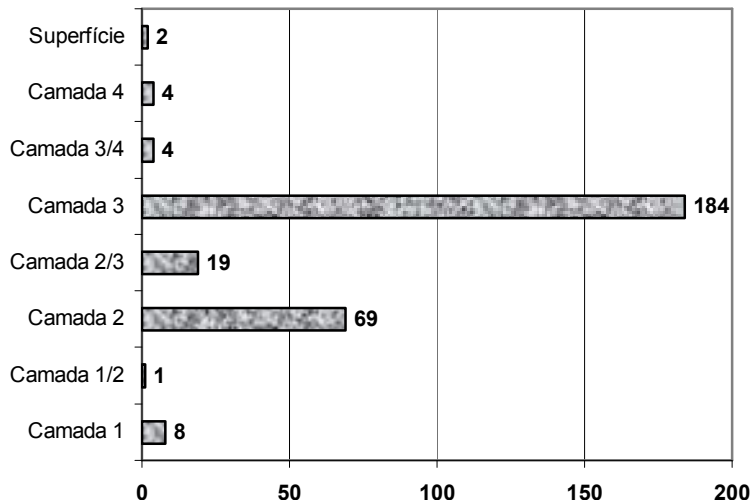
A análise da distribuição espacial dos objectos líticos pelas áreas interiores e exteriores das estruturas escavadas forneceu dados interessantes apenas no que se refere a alguns tipos de utensílios. Assim, a distribuição dos pesos de rede de pesca apresenta uma concentração merecedora de referência: 32 situavam-se no interior da cabana 1C e 30 dentro da 1I, locais onde, eventualmente, viveriam aqueles que designámos por pescadores - ainda que o fossem esporadicamente e não a tempo inteiro. Fora das estruturas 1C, 2C, que lhe fica contígua, e 2H, foram também obtidos alguns pesos. Do total de 85 pesos de rede, 78 foram encontrados na área do povoado voltada ao rio Coura. Curiosamente, nos sectores A, E, F e G, voltados ao rio Minho, a ocorrência de pesos de rede foi praticamente nula (apenas sete exemplares).

As mós de vaivém revelaram, de igual forma, alguma concentração espacial, tendo sido encontradas 6, 4 e 3 no interior das estruturas 6, 3 e 9, respectivamente. Nas restantes estruturas a distribuição foi nula ou registou somente um ou dois exemplares. Contrariamente ao que sucede com

os pesos de rede, verifica-se que as mós de vaivém e os rebolos têm uma maior concentração na área voltada ao rio Minho e uma ocorrência reduzida no espaço voltado ao Coura. É também interessante constatar a concentração de mós (seis exemplares) junto à parede interna da muralha.

Dentro da estrutura 3H foram encontradas 14 lascas de quartzito (COS2001H-3 a 12 e 17 a 20), o que pode apontar-nos para a existência de uma zona de talhe.

A análise da **distribuição estratigráfica (Gráfico XXXI e Quadro XXI)** do espólio confirma a ocorrência de objectos líticos (184) predominantemente no nível de ocupação.



Em escavação, os materiais foram encontrados a uma profundidade variável entre 0.10 m e 2.00 m, surgindo a maior quantidade em profundidades variáveis entre 0.35 e 0.50 m.

Como seria de esperar, não foi identificado qualquer local de fabrico de objectos líticos, se exceptuarmos a eventual área de talhe. De resto, e como já aqui se referiu, os objectos são utilizados na sua maioria tal como a natureza os disponibiliza, pelo que não existem propriamente locais de fabrico de objectos líticos mas, sobretudo, locais de recolha e de abastecimento da matéria-prima, sendo os leitos dos rios das redondezas os maiores fornecedores de pedra para utensilagem.

QUADRO XXI			
Sector	Total	Camada	Total
A	123	Camada 1	8
C	61	Camada 1/2	1
D	35	Camada 2	69
E	13	Camada 2/3	19
F	5	Camada 3	184
G	0	Camada 3/4	4
H	50	Camada 4	4
I	52	Superfície	2
Total	339		339

No que diz respeito à construção das cabanas, a matéria-prima necessária seria obtida nos terrenos situados nas imediações, ricos em granito, assim como na própria área de implantação do povoado, onde se observam vestígios de extracção em diversos afloramentos, concretamente marcas de guilhos completas e outras incompletas, sinal evidente do destacamento da parte em falta. A recolha de pedra solta seria também frequente, já que não existem vestígios de pico ou de trabalho de afeiçoamento em qualquer das pedras utilizadas nas paredes das estruturas.

Na base do monte, a norte, existe um pedreira na qual foram extraídas mós de moinho e de onde, também na Idade do Ferro, a população pode ter-se abastecido de granito.

4.2.6.5 Macro-restos vegetais carbonizados

Nas diversas campanhas de escavação que realizámos no povoado fortificado de Cossourado o aparecimento de carvões registou-se também com relativa abundância - cerca de 1500 fragmentos -, tendo a sua frequência sido maior no nível de ocupação (camada 3).

Quanto aos restos carpológicos, é de destacar a obtenção de grande quantidade de bolotas de sobreiro ou de carvalho (2536), ultrapassando mesmo em número os restos de carvão. Como o seu estudo irá ser apresentado mais à frente, gostaríamos apenas de referir que a maior parte das bolotas ocorre apenas no sector A - onde também se regista o maior número de mós de vaivém -, concretamente no interior e no exterior das estruturas 1, 3, 4 e, principalmente, 5, onde se contabilizaram 1016 restos de bolota, como veremos nos quadros e gráficos relativos ao estudo antracológico e carpológico.

Nos demais sectores escavados, o seu aparecimento é raro, tal como nas áreas voltadas ao rio Coura, sobretudo nos sectores H e I, e na área da muralha, indiciando-se aqui, pelo menos aparentemente, uma especialização de determinadas pessoas ou famílias no tratamento deste fruto e na sua posterior transformação em farinha e pão.

4.2.6.6 Distribuição microespacial da cultural material

Ainda que ao longo dos diversos itens relativos à cultura material tenhamos analisado a sua distribuição estratigráfica e espacial, pensamos ser de algum interesse realizar esse estudo conjuntamente com a análise dos quadros, dos gráficos e, sobretudo, com a implantação dos dados relativos aos vários tipos de espólio pelas estruturas escavadas.

No que se refere à distribuição espacial, confirma-se o aparecimento de maior quantidade de materiais no interior das estruturas e na camada estratigráfica 3 (solo de ocupação) e o predomínio do espólio cerâmico relativamente a qualquer dos outros vestígios arqueológicos. Ao contrário do que acontece nos dois outros povoados intervencionados, como veremos, em Cossourado a maior concentração de fragmentos de cerâmica é observável no interior das estruturas, sobretudo nas de planta circular, embora tenha sido uma estrutura de planta alongada – a 9A (a maior do povoado) – a que forneceu a o maior número (583).

De facto, a ocorrência de fragmentos de utensílios de cerâmica no exterior das estruturas é muito menor (**Quadro XXII**), com excepção da parte externa das estruturas 4 e 5 do sector A, que forneceram 226 e 423 fragmentos cada, a maior parte dos quais pertencentes a um pote de armazenamento de bolotas.

A limpeza que se efectuará no interior das cabanas resultaria no transporte dos restos cerâmicos para outro local e não na sua deposição no exterior das estruturas. O elemento mais estranho, porém, resulta do estudo da distribuição microespacial dos restos das vasilhas cerâmicas (Quadro XXIV) e prende-se com o facto de algumas das estruturas (cabanas 7E, 8E e 3I), de planta circular ou alongada e bastante bem conservadas, terem revelado uma quase ausência de materiais, o que se apresenta de difícil explicação.

De qualquer forma, os 4722 fragmentos encontrados nos vários níveis estratigráficos de toda a área intervencionada e após oito anos de escavações constituem um quantitativo bastante reduzido.

O abandono pacífico do povoado permitiu, é certo, o transporte de muitas peças, mas não será menos verdade que uma eventual ocupação de algumas

centenas de anos deveria proporcionar a obtenção de mais vestígios. A identificação de uma lixeira do povoado talvez tivesse respondido a este problema.

Se exceptuarmos o caso dos pesos de rede, o espólio lítico encontrado no interior das estruturas circulares, de construção mais bem conseguida, é aparentemente bastante menor do que o espólio detectado nas estruturas alongadas (**Quadro XXV**). Estaremos aqui na presença de elementos indicadores de funcionalidades? As estruturas alongadas seriam mais utilizadas para trabalho e as circulares para habitação e outro tipo de actividades?

O estudo pormenorizado da distribuição de toda a utensilagem no micro espaço (**Quadro XXIII**) não revelou, infelizmente, uma delimitação de áreas produtivas, de transformação, de consumo, de lazer ou de outra função. Verifica-se apenas algumas concentrações, a que já fizemos alusão, de cerâmicas, objectos líticos e metálicos.

QUADRO XXII - DISTRIBUIÇÃO DOS FRAGMENTOS DE CERÂMICA			
Estruturas do Sector A		Estruturas dos outros sectores	
Dentro da Est.1	296	Dentro da Est.1C	341
Dentro da Est.2	40	Dentro da Est.2C	16
Dentro da Est.3	282	Fora da Est.1C	110
Dentro da Est.4	189	Fora da Est.2C	29
Dentro da Est.5	213	Dentro da Est.7E	7
Dentro da Est.6	87	Dentro da Est.8E	10
Dentro da Est.9	583	Fora da Est.7E	5
Entre Est.1 e 3	75	Fora da Est.8E	1
Entre Est.1 e 4	25	Dentro da Est.1F	2
Entre Est.3 e 4	19	Dentro da Est.2F	0
Entre Est.4 e 5	41	Fora da Est.1F	19
Entre Est.3 e 5	10	Fora da Est.2F	0
Entre Est.3 e 6	1	Dentro da Est.1H	158
Entre Est.5 e 9	0	Dentro da Est.2H	174
Muro da Est. 1	0	Dentro da Est.3H	167
Entre muro anexo 2	81	Fora da Est.1H	14
Fora da Est.1	45	Fora da Est.2H	12
Fora da Est.2	52	Fora da Est.3H	30
Fora da Est.3	27	Dentro da Est.1I	94
Fora da Est.4	226	Dentro da Est. 2I	0
Fora da Est.5	423	Dentro da Est.3I	74
Fora da Est.6	36	Fora da Est.3I	1
Fora da Est.9	30	Sem estruturas	2
Muro anexo2	0	Superfície	1
Fora muro anexo 2	66	Porta da muralha	0
		Entrada da muralha	30
		Dentro da muralha	493
		Interior da muralha	18
		Fora da muralha	67
TOTAIS	2448		2274

QUADRO XXIII - Distribuição do espólio lítico, metálico e contas de colar pelas estruturas, sectores e camadas estratigráficas							
	Líticos	Metais	Contas		Líticos	Metais	Contas
Dentro da Est.1	9	4	0	Dentro da Est.2H	13	2	1
Dentro da Est.2	7	0	0	Dentro da Est.3H	23	0	0
Dentro da Est.3	21	41	0	Fora da Est.1H	2	0	0
Dentro da Est.4	9	6	0	Fora da Est.2H	3	0	0
Dentro da Est.5	6	0	0	Fora da Est.3H	1	1	0
Dentro da Est.6	11	0	0	Dentro da Est.1I	41	1	0
Dentro da Est.9	21	2	0	Dentro da Est. 2I	0	1	0
Entre Est.1 e 3	1	0	0	Dentro da Est.3I	7	1	0
Entre Est.3 e 4	2	0	0	Fora da Est.3I	4	0	0
Entre Est.3 e 5	0	1	0	Sem estruturas	1	0	0
Entre Est.5 e 9	1	0	0	Superfície	1	0	0
Muro da Est. 1	0	1	0	Porta da muralha	0	2	0
Fora da Est. 1	1	0	0	Entrada da muralha	8	0	0
Fora da Est.2	5	0	0	Dentro da muralha	19	0	0
Fora da Est.3	3	0	0	Interior da muralha	1	0	0
Fora da Est.4	2	1	0	Fora da muralha	8	0	0
Fora da Est.5	7	1	0	Base do "torreão"	1	0	0
Fora da Est.6	7	1	0	Sector A	123	58	0
Fora da Est.9	7	1	0	Sector C	61	5	1
Muro anexo2	3	0	0	Sector D	35	2	0
Dentro da Est.1C	48	4	1	Sector E	13	1	0
Dentro da Est.2C	2	0	0	Sector F	5	0	0
Fora da Est.1C	8	1	0	Sector G	0	0	0
Fora da Est.2C	3	0	0	Sector H	50	4	1
Dentro da Est.7E	3	0	0	Sector I	52	3	0
Dentro da Est.8E	1	0	0	Camada 1	8	0	0
Fora da Est.7E	4	0	0	Camada 1/2	1	0	0
Fora da Est.8E	3	0	0	Camada 2	69	7	0
Dentro da Est.1F	2	0	0	Camada 2/3	19	3	1
Dentro da Est.2F	1	0	0	Camada 3	185	63	1
Fora da Est.1F	1	0	0	Camada 3/4	4	0	0
Fora da Est.2F	1	0	0	Camada 4	4	0	0
Dentro da Est.1H	8	1	0	Superfície	2	0	0

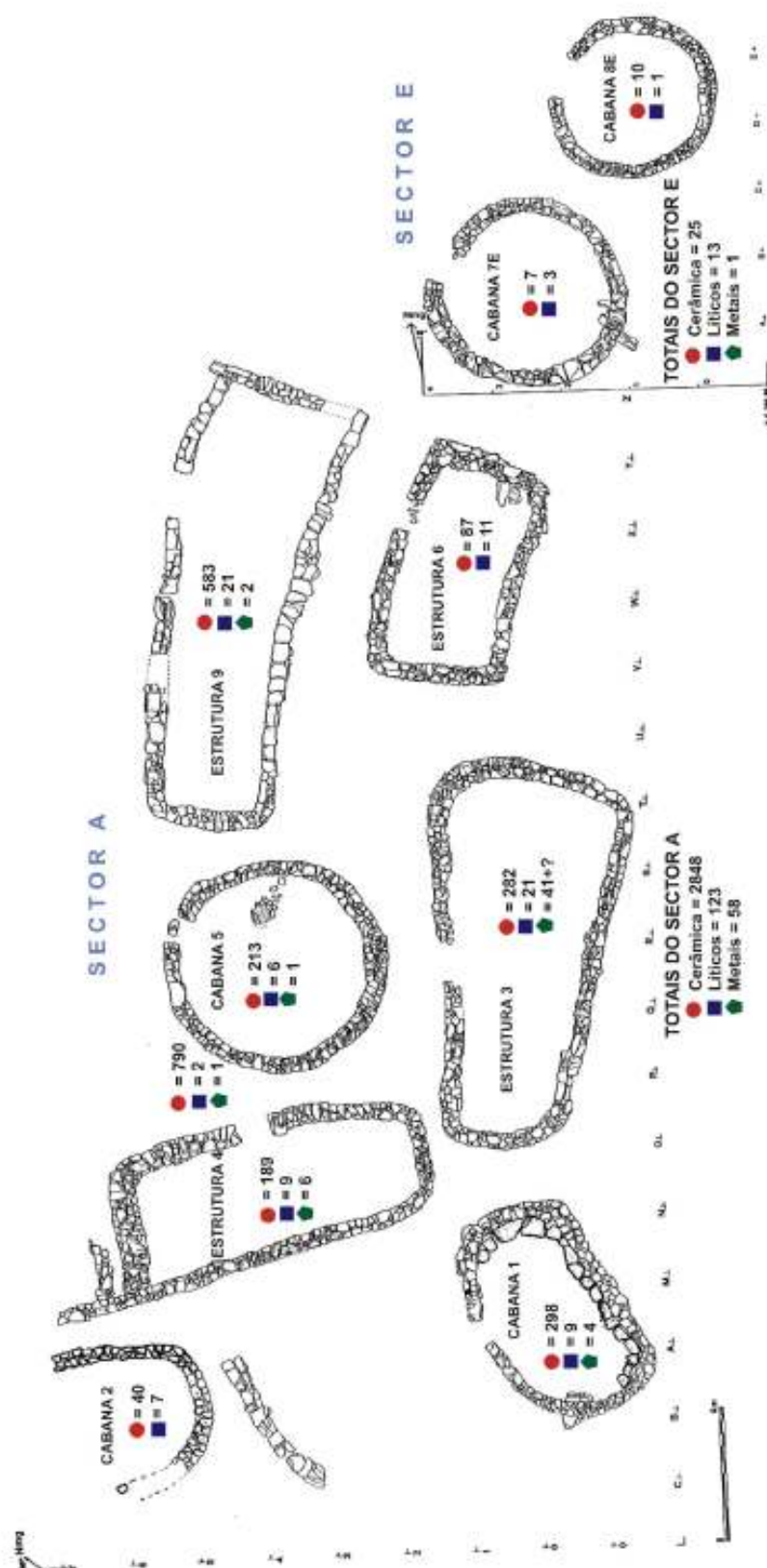


Figura 102 - Distribuição da cultura material encontrada nos sectores A e E. Dados relativos apenas ao interior das cabanas e à área compreendida entre a estrutura 4 e a cabana 5, considerada a elevada quantidade de materiais aí encontrada. Não foi possível inserir os dados resultantes das análises de antracologia e carpologia.

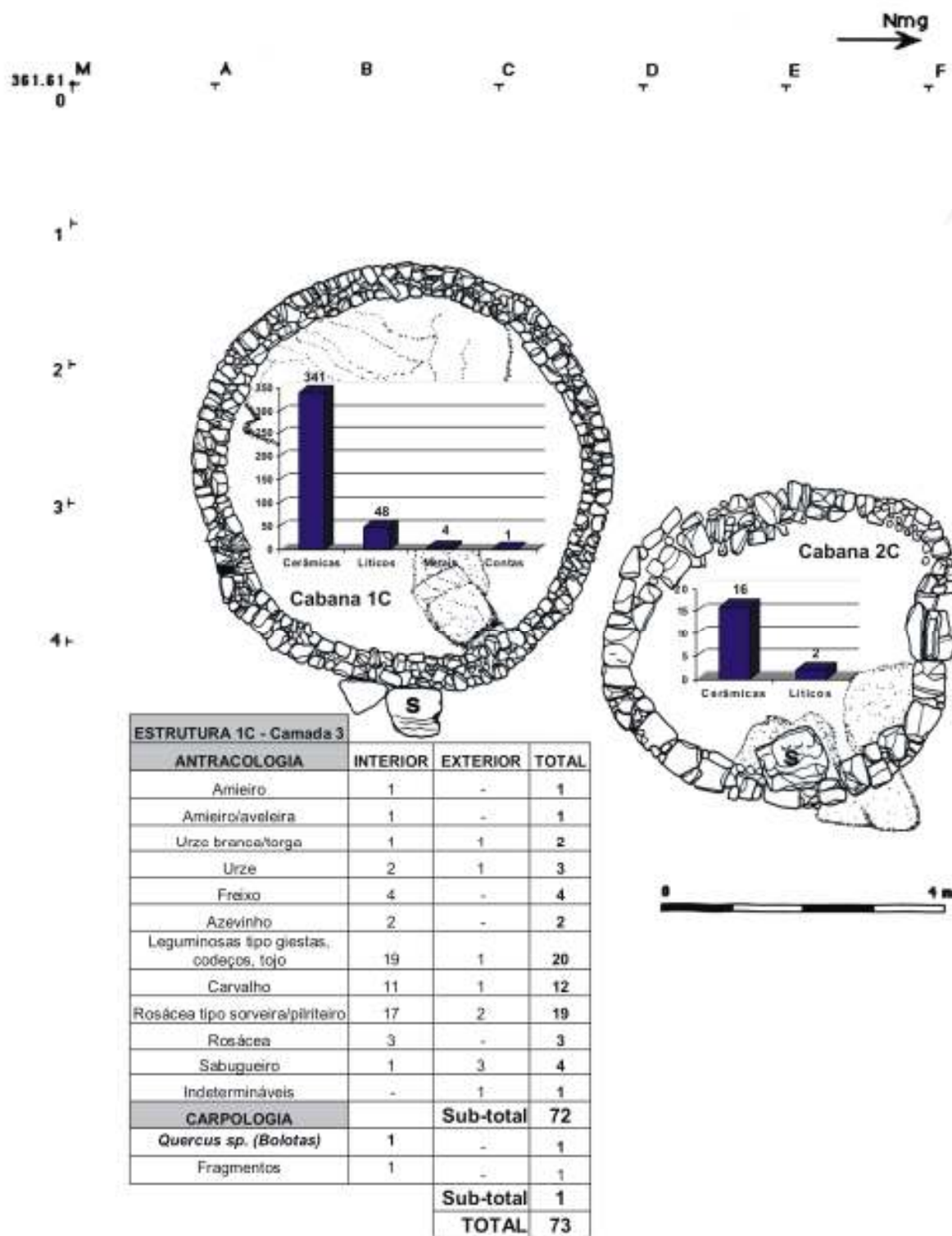


Figura 103 - Distribuição da cultura material encontrada no sector C. Dados relativos apenas ao interior das cabanas e ao nível de ocupação.

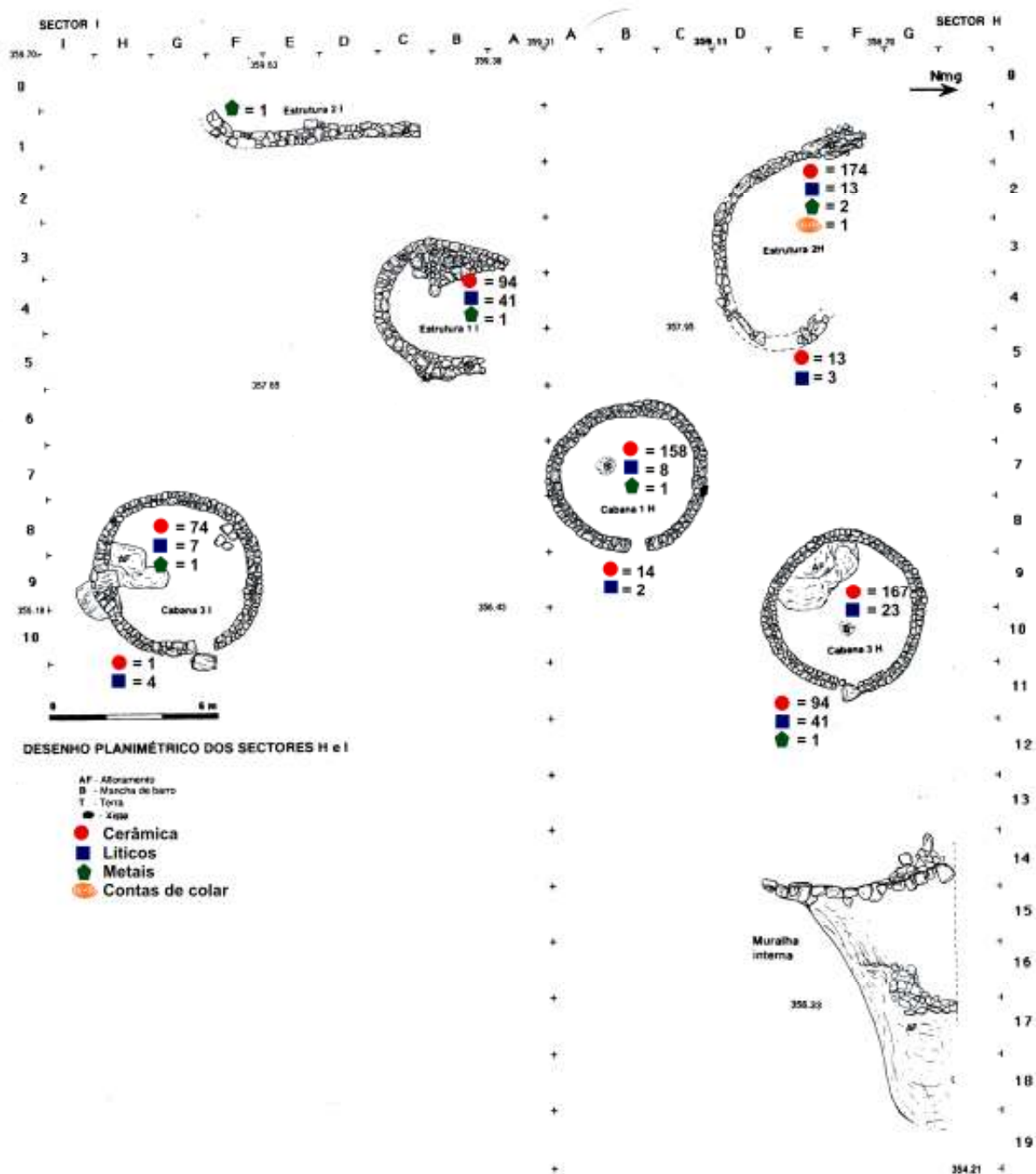


Figura 104 - Distribuição da cultura material encontrada nos sectores H e I.

Dados relativos apenas ao interior das cabanas e ao nível de ocupação.

A articulação dos diversos tipos de utensilagem ocorridos nas áreas escavadas (internas e externas) das estruturas também não adianta qualquer conclusão significativa, apenas confirma o que aqui já foi referido:

- o espólio relativamente reduzido utilizado por uma população que possuía o estritamente necessário;
- a eventual limpeza periódica das estruturas e a deposição dos restos em zona que se desconhece;
- o transporte de objectos com a comunidade aquando do abandono do povoado.

QUADRO XXIV - Distribuição espacial dos tipos de vasilhas cerâmicas

TIPO DE PEÇA	Dentro	Dentro	Dentro	Dentro	Dentro	Dentro	Dentro	Dentro	Dentro	Dentro	Dentro	Dentro	Dentro	Dentro	Dentro	Dentro	Dentro	Entre	Entre	Entre	Entre	Entre	Entre	Entre
	1	2	3	4	5	6	9	1C	2C	7E	8E	1F	1H	2H	3H	1I	3I	1 e 3	1 e 4	3 e 4	4 e 5	5 e 6	5 e 6	Entre Muro e 2
Ânfora ibero-púnica Mañá A4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Cossoiro	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Panela	6	-	-	-	3	-	3	2	-	-	-	2	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	1	2
Panela (?)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Panela de suspensão	-	-	1	-	4	1	4	2	-	-	-	1	-	-	-	1	-	-	1	-	-	-	-	-
Panela ibero-púnica (?)	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Panela que teve tampa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Peça de importação (?) indeterminada	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Peça de importação indeterminada	2	1	3	-	1	1	-	1	-	-	-	7	1	8	4	-	-	-	-	1	1	-	-	-
Peça indet. de ir ao lume, de importação	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Peça indet. de importação, com asa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Peça indeterminada de ir ao lume	10	1	9	11	5	2	3	7	-	-	-	6	3	-	-	2	1	-	1	1	-	-	-	-
Pote	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-
Pote com asa	1	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pote de armazenamento	-	-	1	3	1	-	2	-	-	-	-	-	2	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Pote de armazenamento de importação	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pote de armazenamento ibero-púnico	1	-	-	1	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pote de importação que teve tampa	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pote de perfil em S	-	-	-	-	1	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pote de perfil em S que foi ao lume	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pote que foi ao lume	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pote que teve tampa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pote troncocónico que teve tampa	-	-	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Prato covô púnico (?)	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reutilização de peça de importação	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Taça	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	2	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Taça ibero-púnica (?) que foi ao lume	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Tampa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-
Tégula	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Tégula (?)	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Volume I

Taça	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	7	
Taça ibero-púnica (?) que foi ao lume	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Tampa	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3
Tégula	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Tégula (?)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Tigela	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	12
Tigela (?)	-	-	1	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	6
TOTAL PEÇAS IDENTIFICADAS	0	1	7	9	0	13	17	7	4	5	2	2	3	1	1	0	1	0	3	8	4	3	18	304
INDETERMINADAS	1	0	8	2	3	39	25	9	2	14	5	4	4	4	8	1	1	1	7	6	8	9	19	614
TOTAL DE PEÇAS	1	1	15	11	3	52	42	16	6	19	7	6	7	5	9	1	2	1	10	14	12	12	37	918

QUADRO XXV - Distribuição dos tipos de peças líticas pelo posicionamento nas estruturas

TIPO	Dentro 1	Dentro 1C	Dentro 1F	Dentro 1H	Dentro 1I	Dentro 2	Dentro 2C	Dentro 2F	Dentro 2H	Dentro 3	Dentro 3H	Dentro 3I	Dentro 4	Dentro 5	Dentro 6	Dentro 7E	Dentro 8E	Dentro 9	Dentro Muralha	Fora 1C	Fora 1F	Fora 1H	
Afiador	1	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Afiador (?)	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Cossoiro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Cossoiro (?)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Cristal de quartzo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1	-	-
Cubo de jogo (?)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Dormente para fazer fogo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Enxó	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Indeterminado	-	-	-	-	3	-	-	-	-	1	2	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lasca	-	4	-	1	-	-	-	-	-	2	14	-	-	1	-	1	-	1	-	1	-	-	-
Lasca com talhe	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Machado de pedra polida	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Matéria-prima	-	2	-	-	2	1	-	-	-	-	2	3	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-
Matéria-prima para colorir	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mó de vaivém	-	2	2	-	-	1	-	1	2	4	1	1	2	1	6	-	-	3	6	-	1	-	-
Mó de vaivém ou rebolo	-	-	-	-	1	2	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-
Pedra com restos de metal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pedra de arremesso (?)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-
Pedra de lareira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Percutor	2	1	-	-	2	-	1	-	2	6	-	-	3	2	1	1	-	4	3	1	-	-	-
Percutor (?)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	-	-	-

Percutor com talhe	1	1	-	-	-	1	-	-	-	2	-	-	1	-	-	-	-	5	1	-	-	-
Percutor com talhe/polidor	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Percutor do tipo biface	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-
Percutor/polidor	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Peso	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-
Peso (?)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-
Peso de rede de pesca	-	32	-	4	30	-	-	-	3	-	1	-	-	1	1	-	-	-	1	3	-	1
Peso de rede de pesca (?)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Peso ou martelo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-
Peso/arremesso(?)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Polidor	-	-	-	2	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-
Polidor (?)	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Polidor de cerâmica	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Rebolo	4	5	-	-	1	-	-	-	2	2	-	1	1	1	2	1	1	-	2	-	-	-
Rebolo e percutor	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Relacionado com fundição	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Suporte de lamparina (?)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Tampa (?)	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	9	48	2	8	41	7	2	1	13	21	23	7	9	6	11	3	1	20	19	8	1	2

QUADRO XXV - Distribuição dos tipos de peças líticas pelo posicionamento nas estruturas (cont.)

Tipo	Fora 2	Fora 2C	Fora 2F	Fora 2H	Fora 3	Fora 3H	Fora 3I	Fora 4	Fora 5	Fora 6	Fora 7E	Fora 8E	Fora 9	Fora muralha	Entre 1 e 3	Entre 3 e 4	Entre 5 e 9	Interior muralha	Superfície	Mura anexo2	Sem estruturas	Base "torreão"	Entrada muralha	TOTAL
Afiador	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2
Afiador (?)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Cossoiro	-	1	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	3
Cossoiro (?)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1
Cristal de quartzo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4
Cubo de jogo (?)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Dormente para fazer fogo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Enxó	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Indeterminado	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8
Lasca	1	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	28
Lasca com talhe	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2
Machado de pedra polida	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2
Matéria-prima	-	-	-	-	-	1	-	1	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	15
Matéria-prima para colorir	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1

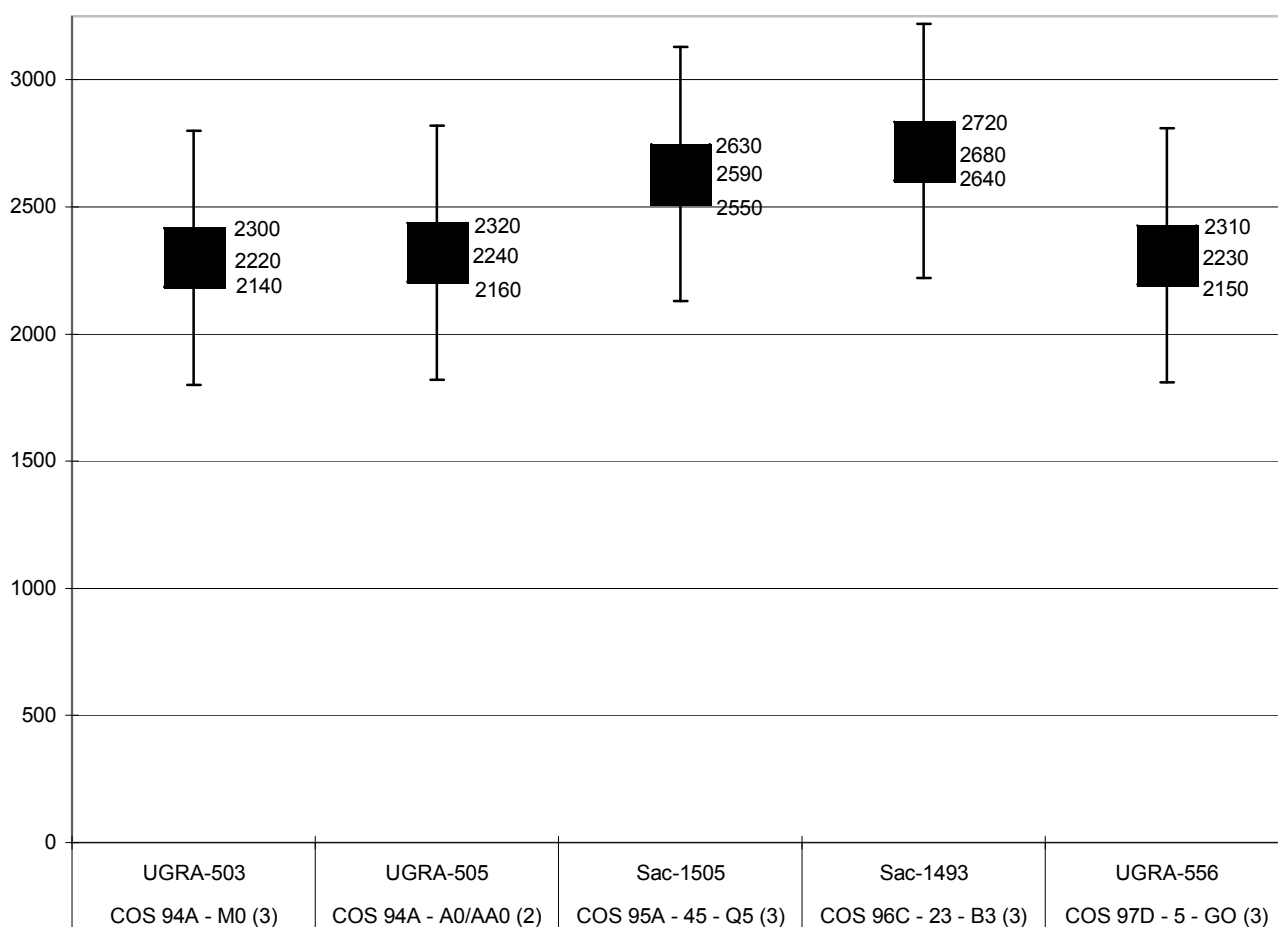
Volume I

Mó de vaivém	-	-	-	1	1	-	1	-	2	2	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	3	45
Mó de vaivém ou rebolo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5
Pedra com restos de metal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1
Pedra de arremesso (?)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Pedra de lareira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	4
Percutor	2	-	-	-	-	-	1	2	3	2	-	1	1	-	-	-	-	-	-	1	-	1	43	
Percutor (?)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3
Percutor com talhe	1	-	-	-	-	-	1	-	1	-	1	1	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	21
Percutor com talhe/polidor	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2
Percutor do tipo biface	-	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4
Percutor/polidor	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	1	4
Peso	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Peso (?)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Peso de rede de pesca	-	2	-	-	1	1	-	-	-	-	-	2	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	84
Peso de rede de pesca (?)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Peso ou martelo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Peso/arremesso(?)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Polidor	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8
Polidor (?)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2
Polidor de cerâmica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	4
Rebolo	-	-	-	-	-	-	1	-	1	-	-	-	1	-	1	-	-	-	1	-	-	-	1	29
Rebolo e percutor	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Relacionado com fundição	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Suporte de lamparina (?)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1
Tampa (?)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
TOTAL	5	3	1	3	3	1	4	2	7	7	4	2	7	8	1	2	1	1	1	3	1	1	8	339

4.2.7 Resultado das análises

4.2.7.1 Datações por radiocarbono

O estudo das cinco análises efectuadas, no Laboratório de Datação por Radiocarbono do Instituto Tecnológico e Nuclear (ITN) e no Laboratório de Radiocarbono da Universidade de Granada (UGRA), aos carvões provenientes do interior das cabanas 1 e 5 do sector A, da cabana 1 do sector C e da parte interna da muralha (sector D) aponta, numa primeira análise, para resultados concordantes entre si e com a cultura material resultante do processo de escavação (**Gráfico XXXII e Quadro XXVI**).



Quadro XXVI – Resultados das datações por radiocarbono

Proveniência (referência da amostra)	Referência do Laboratório	Datação B.P.	Conversão	Data Calibrada ⁽¹⁸⁾	Tipo/espécie	Observações
COS 94A M0 (3) Interior cabana 1 da	UGRA-503 (13/2/96)	2220 ± 80	Intervalo entre 350 e 190 a.C. (350 - 270 - 190) Séc. IV e II a.C.	Intersecções: 353, 304, 208 cal BC Intervalos (Método A) para 1 sigma: 385 - 173; Para 2 sigma: 403 - 45 Intervalos (Método B) para 1 sigma (68,3%): 374 - 191; Para 2 sigma (95,4%): 400 - 58	Bolotas de carvalho carbonizadas (19)	Idade teórica: 2204 ± 78 Idade corrigida por $\delta^{13}C$: 2220 ± 78
COS 94A A0/AA0 (2) Interior cabana 1 da	UGRA-505 (13/2/96)	2240 ± 80	Intervalo entre 370 e 210 a.C. (370 - 290 - 210) Séc. IV e III a.C.	Intersecções: 361, 282, 257 cal BC Intervalos (Método A) para 1 sigma: 392 - 189; Para 2 sigma: 407- 57 Intervalos (Método B) para 1 sigma (68,3%): 379 - 332 e 328 - 200; Para 2 sigma (95,4%): 411- 47	Tipo de giesta; <i>Quercus suber</i> (sobreiro); <i>Sambucus sp.</i> (sabuqueiro); <i>Pistacia lentiscus</i> (lentisco) (19)	Idade teórica: 2246 ± 83 Idade corrigida por $\delta^{13}C$: 2241 ± 83
COS 97D - 5 GO (3) Parte interna da muralha	UGRA- 556 (29/2/00)	2230 ± 80	Intervalo entre 360 e 200 a.C. (360 - 280 - 200) Séc. IV e II a.C.	Intersecções: 357; 288; 250 cal BC Intervalos (Método A) para 1 sigma: 389 - 181; Para 2 sigma: 405 - 49 Intervalos (Método B) para 1 sigma (68,3%): 375 - 197; Para 2 sigma (95,4%): 404- 55	Madeira carbonizada	Idade teórica: 2234 ± 78 Idade corrigida por $\delta^{13}C$: 2234 ± 78
COS 95A - 45 Q5 (3) Interior cabana 5 da	Sac-1505 (22/1/99)	2590 ± 40	Intervalo entre 680 e 600 a.C. (680 - 640 - 600) Séc. VII e VI a.C.	Intersecção: 795 cal BC Intervalos para 1 sigma: 804-776 cal BC; Para 2 sigma: 815-762; 622-599 cal BC	Bolotas carbonizadas	—
COS 96C - 23 B3 (3) Interior cabana 1C da	Sac-1493 (22/1/99)	2680 ± 40	Intervalo entre 770 e 690 a.C. (770 - 730 - 690) Séc. VIII e VII a.C.	Intersecção: 818 cal BC Intervalos para 1 sigma: 838-805 cal BC; Para 2 sigma: 903-796 cal BC	Madeira carbonizada	—

Regista-se, contudo, uma discordância entre os resultados fornecidos pelos dois laboratórios, como se pode ver no quadro e no gráfico apresentados. Assim, tal como se verifica com outra análise efectuada a vestígios provenientes do povoado fortificado de Romarigães, os resultados do ITN (Sac-1493 e 1505) parecem, na perspectiva do arqueólogo, mais exactos uma vez que fornecem uma margem de oscilação (40 anos) bastante menor do que a proporcionada pelo UGRA (UGRA-503, 505 e 556). Fornecem-nos, contudo, valores que nos parecem bastante antigos, talvez menos concordantes com os dados fornecidos pela escavação. Esta antiguidade, ao que parece, resulta da diferente metodologia utilizada pelos dois laboratórios. Se no caso da amostra SAC 1493 podem ter sido analisados restos carbonizados de árvores centenárias, o que poderia apontar para os

(18) Calibração feita pela curva de Stuiver and Pearson 1993, p.215-230, na Universidade de Washington, Quaternary Isotop Laboratory - Program REV 3.0. Stuiver, M. e Reiner, P.J. 1993, *Radiocarbon*, 35(1), p.1-23; 25-33.

(19) Análises feitas pela Prof^a. Doutora Maria Oliva Rodriguez Ariza, pertencente, na altura, ao Departamento de Pré-História e Arqueologia da Universidade de Granada.

resultados obtidos, na outra amostra foram analisadas bolotas, pelo que, apesar de se apresentar resultados mais recentes, estes ainda são, contudo, bastante antigos.

De qualquer forma, as análises confirmam a antiguidade do povoado e a coerência com a cultura material e os demais dados fornecidos pela escavação. Temos, assim, uma época de implantação que poderá situar-se, de facto, entre os séculos VII/VI a.C. e uma data de abandono na fase final do séc. II a.C., provocado pela chegada/aproximação dos romanos, aquando das campanhas militares de Décimo Júnio Bruto (138/136 a.C.).

4.2.7.2 Estudo antracológico e carpológico

O estudo carpológico e antracológico da estação foi realizado por Isabel Figueiral, do Instituto de Botânica da Universidade de Montpellier II, a quem agradecemos a colaboração, o profissionalismo e a rapidez na apresentação dos resultados que anexamos no Volume III.

A recolha dos restos vegetais durante os trabalhos de escavação abrangeu toda a área intervencionada, com excepção dos sectores H e I, escavados posteriormente à realização do estudo. Dessa recolha foram processadas e analisadas **142** amostras, tendo sido dada uma especial atenção ao sector A e ao nível estratigráfico 3.

Foram analisados

antracologicamente **1283 fragmentos de carvão**, tendo sido identificados vinte e dois taxa: "*Alnus glutinosa* (Amieiro) *Betula* sp. (Vidoeiro), *Cistaceae*, *Corylus avellana* (Aveleira), *Erica arborea* (Urze branca/ Torga), *Erica* sp. (Urze), *Frangula alnus* (Amieiro Negro), *Fraxinus angustifolia* (Freixo), *Ilex aquifolium* (Azevinho), *Fabaceae* (Leguminosas tipo Giestas, Codessos, Tojo), *Pinus pinaster* (Pinheiro bravo), *Pinus pinaster / pinea* (Pinheiro bravo/manso), Pteridófita cf. *Pteridium aquilinum* (Feto), *Quercus* de folha caduca (Carvalho), *Quercus* tipo *ilex* (Azinheira/Sobreiro/Carrasco), *Quercus suber* (Sobreiro), *Quercus* sp., *Rosaceae*

QUADRO XXVII - DENTRO DA ESTRUTURA 1				
ANTRACOLOGIA	Camada 2	Camada 3	Camada 4	TOTAL
Aveleira	3	-	-	3
Amieiro Negro	1	-	-	1
Leguminosas (tipo giestas, codessos, tojo)	86	6	19	111
Pinheiro Bravo	1	-	-	1
Feto	1	-	-	1
Carvalho	32	3	4	39
Sobreiro	8	3	1	12
Rosácea tipo Pereira/Catapereiro	6	-	-	6
Indetermináveis	1	-	-	1
Vidoeiro	-	-	1	1
Freixo	-	2	-	2
			Sub-total	178
CARPOLOGIA				
<i>Quercus</i> sp. (Bolotas)	448	29	32	509
cotilédones unidos	43	4	1	48
cotilédone isolado	97	9	4	110
fragmentos	308	16	27	351
			Sub-total	509
			TOTAL	687

Maloideae (Rosácea), *Rosaceae Maloideae* cf. *Pyrus* sp. (Rosácea tipo Pereira/Catapereiro), *Rosaceae Maloideae* cf. *Sorbus/Crataegus* (Rosácea tipo Sorveira/ Pilriteiro), *Rubus* sp. (Silvas), *Salix* sp. (Salgueiro) e *Sambucus nigra* (Sabugueiro)."

QUADRO XXVIII					
ESTRUTURA 3	INTERIOR			EXTERIOR	TOTAL
ANTRACOLOGIA	Camada 2	Camada 3	Camada 3/4	Camada 3	
Urze	-	5	-	1	6
Freixo	-	1	-	-	1
Leguminosas (tipo giestas, codessos, tojo)	-	60	7	1	68
Pinheiro bravo	3	12	-	1	16
Carvalho	8	65	1	4	78
Sobreiro	-	8	-	1	9
<i>Quercus</i> sp.	6	0	1	-	7
Rosácea tipo Pereira/Catapereiro	-	11	-	2	13
Rosácea	-	1	-	-	1
Silvas	-	3	-	-	3
Indetermináveis	-	2	-	-	2
				Sub-total	204
CARPOLOGIA					
Quercus sp. (Bolotas)	2	101	3	37	143
cotilédone isolado	-	26	1	2	29
cotilédones unidos	-	12	-	5	17
fragmentos	2	63	2	30	97
<i>Pseudarrhenatherum longifolium</i>	-	1	-	-	1
				Sub-total	144
				TOTAL	348

identificadas (amieiro, freixo, salgueiro, choupo, entre outros), sobre a qual assentaria uma camada de giesta, a que se podiam, associar, igualmente, a urze e o tojo.

Tal como nos outros povoados estudados, as espécies predominantes são, em termos de vegetação rasteira e arbustiva, as leguminosas, nas quais se incluem as giestas, os codessos e o tojo. A espécie arbórea mais utilizada no povoado seria o carvalho, que Isabel Figueiral pensa ser *Quercus robur* (Carvalho roble).

A nosso ver, confirma-se, também aqui, que a cobertura das cabanas seria constituída por uma base de sustentação de sobreiro e carvalho e, eventualmente, de algumas das espécies ribeirinhas

identificadas (amieiro, freixo, salgueiro, choupo, entre outros), sobre a qual assentaria uma camada de giesta, a que se podiam, associar, igualmente, a urze e o tojo.

QUADRO XXIX ENTRE ESTRUTURAS 1 e 3	
ANTRACOLOGIA	Camada 2
Urze	1
Leguminosas (tipo giestas, codessos, tojo)	16
Carvalho	12
Rosácea tipo Pereira/Catapereiro	2
Sub-total	31
CARPOLOGIA	
Quercus sp. (Bolotas)	44
cotilédones unidos	1
cotilédone isolado	5
fragmentos	38
Sub-total	44
TOTAL	75

QUADRO XXX - ESTRUTURA 4	EXTERIOR				INTERIOR		Total
	Camada 2	Camada 3	Camada 3/4	Camada 4	Camada 2	Camada 3	
Leguminosas tipo giestas, codessos, tojo	4	58	4	11	-	93	170
<i>Cistaceae</i>	-	-	-	-	-	2	2
Urze branca/torga	-	1	-	-	-	-	1
Indetermináveis	-	-	-	-	-	1	1
Pinheiro Bravo	-	8	1	-	-	35	44
Pinheiro manso	-	1	-	-	-	1	2
<i>Pinus sp. (écaille)</i>	-	-	-	-	-	1	1
Fetos	2	-	-	-	-	-	2
Ptérídofita	-	1	-	-	-	3	4
Carvalho	-	9	4	11	-	44	68
<i>Quercus sp.</i>	-	-	-	-	-	4	4
Sobreiro	-	2	4	1	-	12	19
Azinheira/sobreiro/carrasco	-	-	-	-	-	2	2
Rosácea tipo Pereira/Catapereiro	1	-	-	-	-	1	2
Rosácea	-	-	-	-	-	2	2
Salgueiro	-	-	-	-	-	4	4
Sabugueiro	-	1	-	-	-	2	3
						Sub-total	331
CARPOLOGIA							
Milho-miúdo	-	-	-	-	-	40	40
Erva-nozelha	-	1	-	-	-	1	2
<i>Rosaceae</i>	-	-	-	-	-	2	2
Trigo	-	-	-	-	-	1	1
Catapereiro	-	-	-	-	-	1	1
<i>Quercus sp. (Bolotas)</i>	-	253	-	-	17	224	494
cotilédones unidos	-	-	-	-	1	17	18
cotilédone isolado	-	-	-	-	5	50	55
Fragmentos	-	146	-	-	11	157	314
Inteiras	-	31	-	-	-	-	31
Metades	-	76	-	-	-	-	76
						Sub-total	540
						TOTAL	871

A recolha e utilização das espécies ribeirinhas teve, aparentemente, bastante importância no quotidiano da comunidade, tendo sido identificadas sete taxa arbóreas, a saber, amieiro, videeiro, freixo, salgueiro, aveleira, amieiro negro e sabugueiro, e uma taxa rasteira, designadamente os fetos (*Ptérídofita* cf. *Pteridium aquilinum*). A proximidade de linhas de água como a Ribeira das Quintãs e, essencialmente, o rio Coura teria incentivado o seu uso. Muitas destas espécies existem ainda nas margens do Coura ou nas proximidades de outras linhas de água. Pela sua raridade, Isabel Figueiral realça o videeiro, ainda hoje existente em relativa abundância no concelho, por exemplo nas proximidades da Lagoa da Salgueirinha, na freguesia de S. Martinho de Vascões, próximo de um núcleo megalítico.

Estas espécies e outras, nomeadamente as de origem ribeirinha, terão servido também para aquecimento e combustão em lareira, a fim de cozinhar/aquecer alimentos sólidos e líquidos. Para esta função específica é de destacar a Rosácea tipo Pereira/Catapereiro, que possui "grande poder calorífico e parece ser particularmente adequada à alimentação de lareiras com fins culinários" (KREUZ, 1992).

As diversas espécies identificadas teriam sido utilizadas na construção e na elaboração dos mais diversos utensílios.

De destacar, ainda, uma outra função, que deveria revestir-se de grande utilidade para estes povos: a sua utilização com fins medicinais ou mesmo com carácter simbólico-religioso. Isabel Figueiral aponta o eventual conhecimento das "virtudes medicinais" de espécies como *Quercus* (carvalho), *Salix* (salgueiro), *Ilex aquifolium* (azevinho) ou o *Cistus*, a que acrescentamos a urze branca, o amieiro, o freixo e o sabugueiro.

A recolha das espécies identificadas seria, muito provavelmente, realizada nas imediações do povoado, certamente mais abundantes em espécies arbustivas e florestais do que na actualidade.

QUADRO XXXI - ESTRUTURA 5 - Camada 3			
ANTRACOLOGIA	EXTERIOR	INTERIOR	TOTAL
Amieiro	-	2	2
Aveleira	7	7	14
Urze	-	1	1
Amieiro negro	1	-	1
Leguminosas tipo giestas, codessos, tojo	67	78	145
Pinheiro bravo	-	5	5
Carvalho	35	44	79
Sobreiro	55	3	58
Azinheira/sobreiro/carrasco	2	1	3
<i>Quercus sp.</i>	1	-	1
Rosácea tipo Pereira/Catapereiro	11	7	18
Rosácea	3	1	4
Rosácea tipo Sorveira/Pilriteiro	2	-	2
Indetermináveis	2	-	2
		Sub-total	335
CARPOLOGIA			
Milho-miúdo	-	67	67
Erva-nozelha	-	5	5
<i>Liliaceae</i>	1	-	1
<i>Quercus sp. (Bolotas)</i>	474	542	1016
cotilédones unidos	58	92	150
cotilédone isolado	127	154	281
fragmentos	289	296	585
		Sub-total	1089
		TOTAL	1424

QUADRO XXXII - ESTRUTURA 6 - CAMADA 3			
ANTRACOLOGIA	INTERIOR	EXTERIOR	TOTAL
Urze branca / torga	3	-	3
Amieiro negro	1	-	1
Leguminosas tipo giestas, codessos, tojo	53	-	53
Carvalho	5	-	5
Sobreiro	7	-	7
		Sub-total	69
CARPOLOGIA			
<i>Quercus sp. (Bolotas)</i>	44	4	48
cotilédones unidos	3	-	3
cotilédone isolado	6	-	6
fragmentos	35	4	39
Ervilhaca	-	1	1
		Sub-total	49
		TOTAL	118

Neste povoado foi ainda identificado o pinheiro bravo (*Pinus pinaster*) no interior da estrutura 4, camada 3, o que é singular uma vez que não foram encontrados outros restos desta espécie nos povoados estudados, nomeadamente em Cristelo, de cronologia mais recente.

"De referir igualmente a identificação das silvas (*Rubus* sp.), elemento vegetal raramente mencionado nas listas de identificação antracológicas", assim como o azevinho.

Cossourado proporcionou a realização de um **estudo carpológico** que identificou nove espécies, designadamente: "*Panicum miliaceum* (Milho-miúdo), *Triticum* sp. (Trigo), *Pseudarrhenatherum longifolium* (Erva-nozelha), Liliaceae, *Olea europaea* (Oliveira), *Pyrus* sp. (Catapereiro), *Quercus* sp. (Carvalho e/ou Sobreiro), *Rosaceae*, *Vicia ervilia* (Ervilhaca?)."

"O material carpológico recolhido nesta estação é extremamente abundante mas a lista taxonómica obtida é (...) extremamente reduzida. Particularmente reduzida é a quantidade de cereais encontrados. Estes reduzem-se a 107 cariopses de milho-miúdo (*Panicum miliaceum*) e a um fragmento de cariopse de trigo (interior da estrutura 4)".

A quantidade de bolotas é, por seu lado, muito elevada, embora não tenha sido encontrada qualquer glande completa, tornando impossível "a identificação específica de *Quercus*".

As bolotas seriam utilizadas na confecção de pão, um alimento saboroso e nutritivo (OLIVEIRA *et alii*, 1991), como o indica a composição dos cotilédones de bolotas: "são ricos em produtos oleaginosos (5%), proteínas (6,65%), açúcar (7%), amidos (44,3%) (FOURNIER 1947), (...) a eliminação do tanino é efectuada através da torrefacção ou fervura".

Parafrazeando Isabel Figueiral - com a qual concordamos -, "O que surpreende neste povoado é a enorme quantidade de bolotas (fora de estruturas de armazenamento) associada à pobreza em restos de cereais, e isto quando sabemos que existem terrenos de vocação agrícola nas proximidades. Esta situação é mais surpreendente se compararmos esta abundância com os vestígios de bolotas, bem mais modestos, que foram registados noutros povoados do noroeste do país. Poderemos perguntar-nos se os dados obtidos em Cossourado serão um testemunho de uma recolha excepcional deste produto devido a maus anos agrícolas que obrigaram a população a depender das bolotas para a sua alimentação".

QUADRO XXXIII - ENTRE ESTRUTURAS 3 e 6	
ANTRACOLOGIA	Camada 3
Leguminosas tipo giestas, codessos, tojo	34
Pinheiro bravo	1
Carvalho	2
Sobreiro	4
Rosácea tipo Pereira/Catapereiro	2
Sub-total	43
CARPOLOGIA	
Oliveira (carços azeitonas)	2
Quercus sp. (Bolotas)	26
cotilédones unidos	4
cotilédone isolado	7
Fragmentos	15
Sub-total	28
TOTAL	71

QUADRO XXXIV - ENTRE EST. 3 e 5 - CAMADA 3	
CARPOLOGIA	Total
Erva-nozelha	2
ANTRACOLOGIA	0

QUADRO XXXV - INTERIOR DA MURALHA	
ANTRACOLOGIA	Camada 2
Leguminosas tipo giestas, codessos, tojo	8
Carvalho	1
Sobreiro	2
Sabugueiro	1
Sub-total	12
CARPOLOGIA	
Quercus sp. (Bolotas)	200
cotilédones unidos	16
cotilédone isolado	62
Fragmentos	122
Sub-total	200
TOTAL	212

Outra hipótese, no entanto, pode ser considerada. Segundo Vasquez Varela (1991), a recolha da bolota respondia a uma estratégia de utilização de um recurso natural extremamente abundante e fácil de obter. Assim, os resultados obtidos poderiam reflectir apenas uma economia baseada num esforço produtivo reduzido que preferia optar, na maior parte das vezes, pela recolha de bolotas.

A nosso ver, os próprios animais que existiam no povoado poderiam ser consumidores deste tipo de glande. Por outro lado, não nos poderemos esquecer igualmente que “a recolha de bolotas poderia ter como objectivo não apenas a alimentação humana mas igualmente actividades artesanais tais como a tinturaria e os curtumes” (DIMBLEBY, 1978).

A identificação de caroços de azeitona - que “pensamos tratar-se de uma importação uma vez que *Olea* é uma planta tipicamente mediterrânica que não cresceria espontaneamente nesta região” - foi importante no sentido de ajudar a solucionar a questão relativa ao conteúdo transportado pelas vasilhas de armazenamento de origem mediterrânica, designadamente as ânforas ibero-púnicas encontradas no povoado.

Outras espécies a destacar são o catapereiro, igualmente identificado a partir dos estudos antracológicos, a ervilha e a erva-nozelha que, segundo alguns autores (VAN ZEIST *et alii*, 1991), costuma estar associada à cevada nua e poderá ter sido recolhida simultaneamente para a alimentação animal e humana.

O estudo antracológico revelou-se, em suma, de uma importância significativa para o conhecimento da dieta alimentar dos habitantes do povoado e, num sentido mais lato, das comunidades da Idade do Ferro desta região, uma vez que os taxa identificados (avelãs, pômios de catapereiro/pereira silvestre, cereais e bolota) pertencem, regra geral, a espécies comestíveis e com um papel determinante na sobrevivência das populações.

O estudo carpológico confirmou, por sua vez, algumas das espécies identificadas nas análises antracológicas, como a bolota e o pómo de catapereiro, alguns cereais (milho-miúdo, trigo), a azeitona e a ervilha.

QUADRO XXXVI - ENTRE EST. 2 e MURALHA			
ANTRACOLOGIA	Camada 2/3	Camada 2	TOTAL
Leguminosas tipo giestas, codessos, tojo	2	15	17
Indetermináveis	-	1	1
		Sub-total	18
CARPOLOGIA			
Quercus sp. (Bolotas)	10	45	55
Cotilédones unidos	-	4	4
cotilédone isolado	1	8	9
Fragmentos	9	33	42
		Sub-total	55
		TOTAL	73

QUADRO XXXVII - ESTRUTURA 1C - Camada 3			
ANTRACOLOGIA	INTERIOR	EXTERIOR	TOTAL
Amieiro	1	-	1
<i>Alnus/Corylus</i>	1	-	1
Urze branca/torga	1	1	2
Urze	2	1	3
Freixo	4	-	4
Azevinho	2	-	2
Leguminosas tipo giestas, codessos, tojo	19	1	20
Carvalho	11	1	12
Rosácea tipo Pereira/Catapereiro	17	2	19
Rosácea	3	-	3
Sabugueiro	1	3	4
Indetermináveis	-	1	1
CARPOLOGIA		Sub-total	72
Quercus sp. (Bolotas)	1	-	1
fragmentos	1	-	1
		Sub-total	1
		TOTAL	73

4.2.7.3 Estudo zooarqueológico

Os estudos de Isabel Figueiral identificaram igualmente, mediante a análise de um coprólito, a presença no povoado de ovinos/caprinos.

Como por diversas vezes foi referido ao longo deste trabalho, a composição ácida do solo que se regista nesta região decompõe, na maior parte das situações, os vestígios de matéria orgânica, motivo pelo qual os restos osteológicos raramente chegam até nós. Ainda assim, foi encontrado no interior da estrutura 1 do sector A - a estrutura com banco interior - um fragmento fossilizado de osso de crânio de animal não identificado. Localizava-se a uma profundidade significativa (1,50 m), no designado de nível 4, isto é, abaixo do nível de ocupação.

A estes dados concretos, embora muito pouco esclarecedores, sobre as espécies animais existentes, podemos acrescentar, por inferência, a existência do cavalo (domesticado e treinado para ser montado, como parece indicar o aparecimento de um adorno de freio de cavalo) e, através das análises carpológicas, induzir a existência de suínos, a quem, por hipótese, também se destinariam as bolotas recolhidas.

4.2.7.4 Estudos analíticos de cerâmicas

O estudo analítico das cerâmicas provenientes deste povoado constituiu um objectivo que, com o decorrer das campanhas, se apresentou cada vez mais premente. Infelizmente apenas conseguimos que uma pequena amostra fosse analisada.

Objectivamente, pretendia-se um conhecimento mais preciso de um tipo de cerâmica de fabrico manual, micáceo, característico da Idade do Ferro e sobre o qual, até à actualidade, se conhecem poucos estudos. Dada a uniformidade da amostra, resultante da ausência de diversas fases de ocupação, os resultados proporcionados por um estudo baseado numa metodologia assente em diversos tipos de análises físico-químicas seriam, certamente, bem mais elucidativos e interessantes.

Com efeito, não conhecemos aprofundadamente aquela que seria uma das principais actividades da Idade do Ferro (a olaria), a julgar pela quantidade de fragmentos que ocorre em quase todas as estações arqueológicas. Conhecemos apenas macroscopicamente uma matriz cerâmica, o que nos permite formular considerações – algumas das quais possivelmente erradas – sobre o tipo de pasta, a sua composição mineralógica, os tipos de fabrico, os níveis de cozedura, entre outras.

De igual forma não temos certezas absolutas quanto às tecnologias e ao local de fabrico, nem podemos responder a questões relacionadas com a proveniência da matéria-prima.

As diversas tentativas que arriscámos, contudo, nomeadamente o concurso a projectos financiados pelo Instituto Português de Arqueologia, nunca surtiram qualquer efeito prático e os apoios estatais nunca contemplaram o nosso projecto. Contactámos, por isso, a Doutora Bernardina Padial (arqueóloga especializada, com tese de doutoramento na área dos estudos analíticos aplicados às cerâmicas arqueológicas) que graciosamente analisou, nos Laboratórios da Universidade de Granada (veja-se volume III), dois fragmentos caracterizadores da maior parte da cerâmica de Cossourado.

Referências dos fragmentos:

Amostra GR2 - marcação: COS93A-124; nº geral: COS93A - 124; quadrado: A0; camada estratigráfica: 3. Proveniente do interior da cabana 1. Espessura: 0,6 cm. Trata-se de um fragmento

de cerâmica de fabrico manual, micácea, de coloração acastanhada, cozido em atmosfera redutora e pertencente a uma peça de tipo indeterminado mas que terá sido utilizada para ir ao lume.

Amostra GR3 - marcação: COS93A-55; nº geral: COS93A - 55; quadrado: A4; camada estratigráfica: 3. Proveniente do exterior do muro anexo à estrutura 2. Espessura: 0,6 cm. Trata-se de um fragmento de cerâmica de fabrico manual, micácea, de coloração acastanhada, cozida em atmosfera redutora e pertencente a uma peça de tipo indeterminado mas que terá sido utilizada para ir ao lume.

Após as análises, a investigadora apresentou as seguintes conclusões:

- cerâmica elaborada manualmente;
- presença abundante de micas de grandes dimensões;
- presença de grande quantidade de quartzo na amostra COS93A-55. O estudo mediante lupa binocular revelou um aspecto arredondado e tamanho variável, o que foi interpretado como tendo "una procedencia sedimentaria de origen fluvial, más o menos contemporáneo a su captación, o un antiguo depósito marino o fluvial". "Sin embargo, en la muestra A0 (3) [COS93A-124], junto a una menor presencia relativa de cuarzo, estos presentan un aspecto más anguloso, aunque también heterométrico, sin que podamos hipotetizar un origen diferente a los de la muestra anterior, ni un comportamiento (machaqueo del árido para ser añadido a la arcilla como desgrasante) o intencionalidad diferente por parte del alfarero/a que realizó las vasijas";

- indicação, no difractograma efectuado COS93A-55 (Difracção de Raio X para determinação da composição mineralógica da amostra), da illita, do quartzo, dos filosilicatos, da calcite, do feldspato potássico e das plagiodesas como picos principais. A amostra COS93A-124 apresentou ainda um pico de clorita;

- não ocorrência de fases de alta temperatura na amostra COS93A-55, pelo que a cozedura da cerâmica não ultrapassou os 850-900°C. Contudo, o aparecimento de clorita na amostra COS93A-124 significa que "esta cerámica no sobrepasó en su cocción los 800°C, ya que al sobrepasar esta temperatura la clorita desaparece. Esto es lo que podría haber ocurrido a las otras dos cerámicas, que aunque fueron cocidas a bajas temperaturas, alcanzaron algo más que ésta";

- a presença de quartzo e de grande quantidade de micas nas amostras, reveladores da sua introdução na pasta cerâmica como desengordurantes;

Por fim, citando Bernardina Padial, resta referir que "Todo esto no se puede precisar hasta que no se haga un muestreo y caracterización da las arcillas locales."

No que diz respeito às análises solicitadas aos Engenheiros Carlos Renato Macieirinha Gomes e José Manuel Gonçalves Ventura (Engenheiros da cerâmica e do vidro), da Universidade de Aveiro (veja-se volume III), apenas foram realizados estudos de dilatométrie em catorze fragmentos de Cossourado e Difracção de Raio-X em somente um dos fragmentos (B2), pelo facto de os referidos investigadores terem considerado existir grande uniformidade nas cerâmicas dos três povoados intervencionados (Romarigães, Cossourado e Cristelo).

Assim, para "efectuar as análises dilatométricas, retiraram-se pequenos pedaços das peças fornecidas que foram posteriormente lixados numa lixa rotativa até se obterem paralelepípedos com 6 mm de secção e um comprimento máximo de 2 cm.

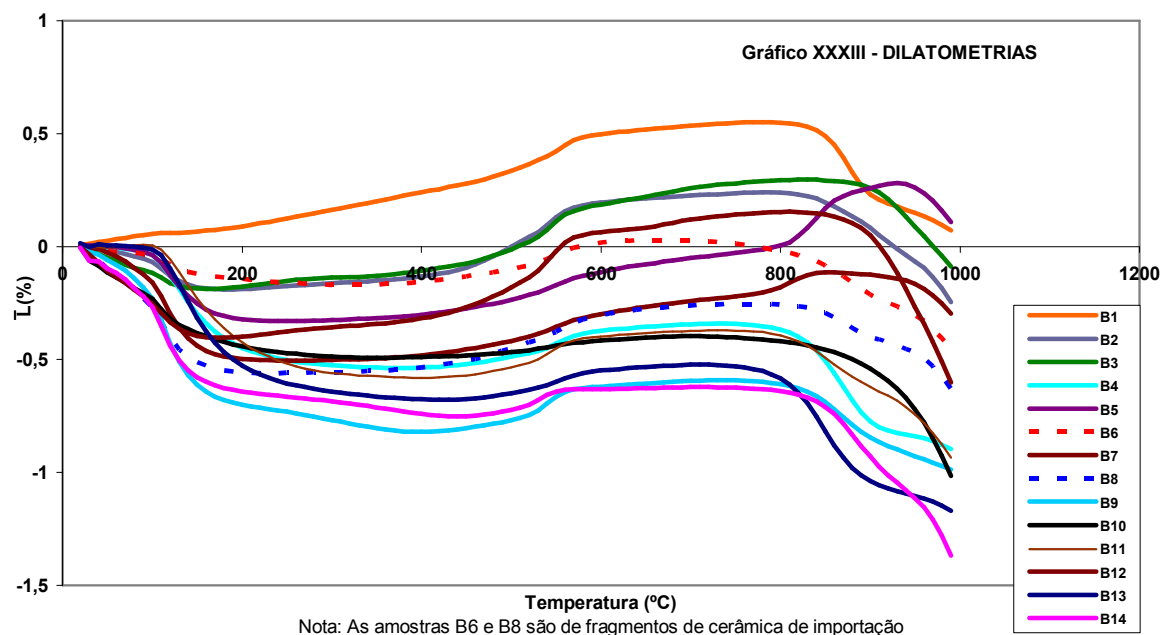
A análise consistiu em medir as variações dimensionais provocadas por aquecimento ou arrefecimento. Na prática mede-se a variação da maior dimensão linear de um provete paralelepípedo, em aparelhos denominados dilatómetros."

Como podemos verificar pela análise do **gráfico XXXIII**, as cerâmicas de importação tiveram, estranhamente, o mesmo tipo de comportamento que as cerâmicas autóctones.

O estudo dos catorze fragmentos analisados foi condensado no **Gráfico XXXIII** e a correspondência entre o código das análises e os fragmentos de cerâmica (referências arqueológicas) é apresentada no **Quadro XXXVIII**.

Quadro XXXVIII – Correspondência entre o código das análises de dilatométrica e os fragmentos de cerâmica (referências arqueológicas)

GRÁFICOS DE DILATOMETRIA	REFERÊNCIAS ARQUEOLÓGICAS
B1	COS 99D – 67; SØ (3) - Entrada da muralha
<u>B2 - foi feita também análise de DRX</u>	COS 95A - 36; R5 (3) - Fora da cabana 5
B3	COS 99D – 49; SØ.Ø (3) - Entrada da muralha (peça indeterminada de ir ao lume)
B4	COS 96A – 363; S4 (3) - Dentro da cabana 5
B5	COS 95A – 458; R1 (2) - Dentro da estrutura 3
B6	COS 98D – 694; RØ (3) - Fora da muralha (peça indeterminada de importação)
B7	COS 96A – 382; PØ (3) - Dentro da estrutura 6
B8	COS 98C – 670; B4 (3) - Fora da cabana 1C (debaixo as soleira, peça indeterminada de importação)
B9	COS 98C – 675; B4 (3) - Fora da cabana 1C (debaixo as soleira)
B10	COS 94A – 80; A0 (3) - Dentro da cabana 1
B11	COS 98C – 674; B4 (3) - Fora da cabana 1C (debaixo as soleira)
B12	COS 99D – 49; SØ.Ø (3) - Entrada da muralha (peça indeterminada de ir ao lume)
B13	COS 95A – 733; R4 (3) - Fora da cabana 5
B14	COS 95A – 732; R4 (3) - Fora da cabana 5



A análise por Difracção de Raio-X "foi efectuada a três amostras diferentes, cada uma delas representativa de um dos três lotes fornecido [por nós escolhidos como representativos dos três povoados]. Os pedaços utilizados na DRX foram previamente utilizados na dilatométrica, uma vez que a cor escura das peças demonstrava a presença de grandes quantidades de matéria orgânica (a qual provocaria um grande ruído de fundo). Assim, dado que a dilatométrica foi efectuada até cerca de 1000 °C este problema foi superado. Cada um dos pedaços foi moído num almofariz por forma a originar um pó, tornando a análise mais correcta. O pó foi analisado com radiações $K\alpha$ do cobre."

O resultado das análises de Difracção de Raio X para determinação da composição mineralógica das amostras foi-nos apresentado sobre a forma de um quadro genérico caracterizador dos três povoados. No caso presente, terão sido identificados, no difractograma, diversos minerais como a mica (valores 7-25), o feldspato potássico (valores 19 - 932), o feldspato sódico (valores 9 - 466) e o quartzo (valores 33 - 1161). A caulinite não está presente na amostra. A estes resultados qualitativos não foram anexados os resultados quantitativos, os quais nos teriam permitido formular outras conclusões. Destes estudos resultou, em resumo, não um estudo particular por povoado, como havia sido solicitado, mas um conjunto de constatações genéricas, que aqui transcrevemos.

"Pelas análises efectuadas podemos afirmar que:

1. As argilas usadas eram gordas porque são as únicas que possuem plasticidade suficiente para serem conformadas manualmente.
2. As peças foram cozidas entre 800 e 900 °C (ponto de inflexão acentuada nos gráficos de dilatométrica).
3. A atmosfera de cozedura era redutora (os provetes usados nos ensaios de dilatométrica foram calcinados a 1100°C, apresentado uma cor vermelha; a cor escura das peças indica presença de matéria orgânica).

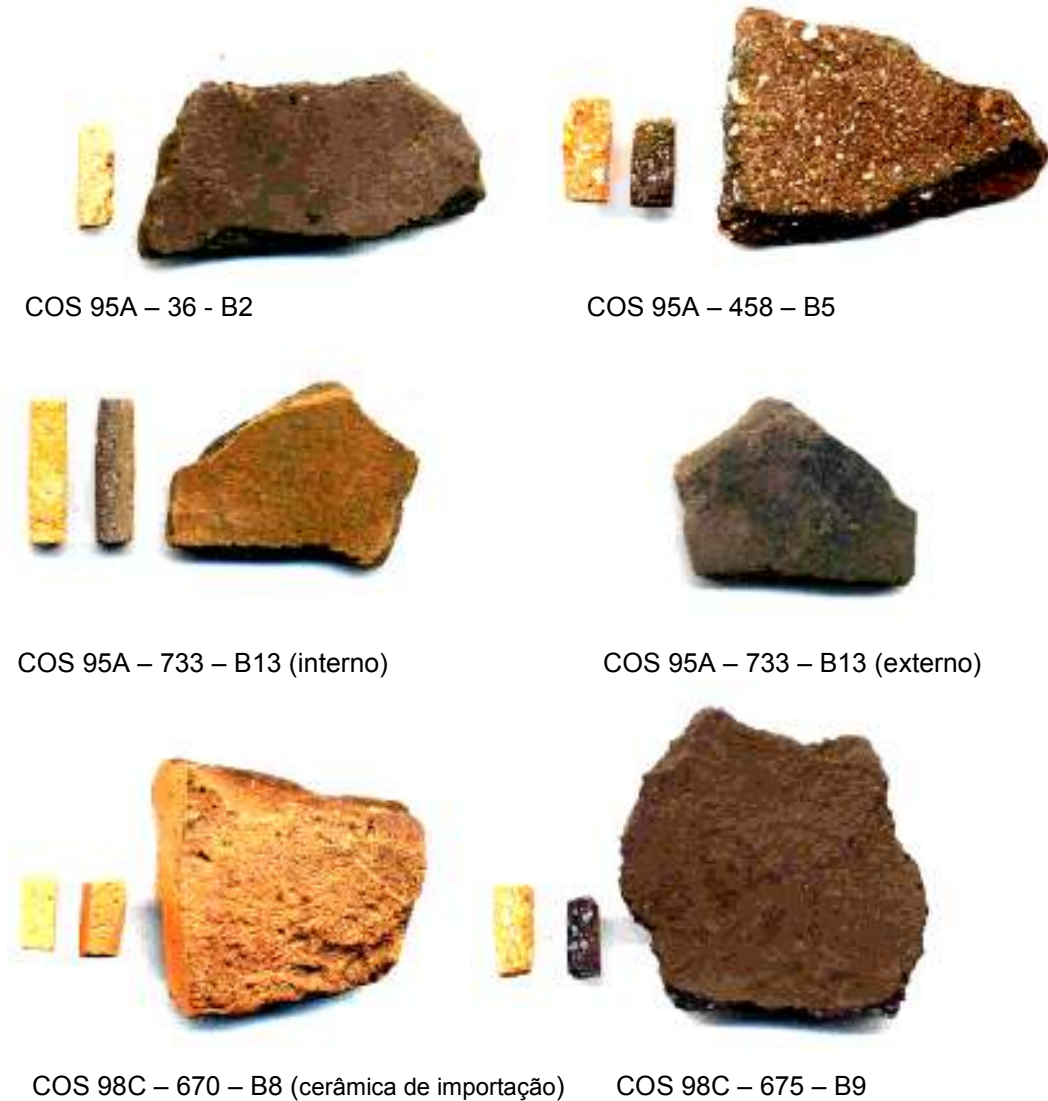
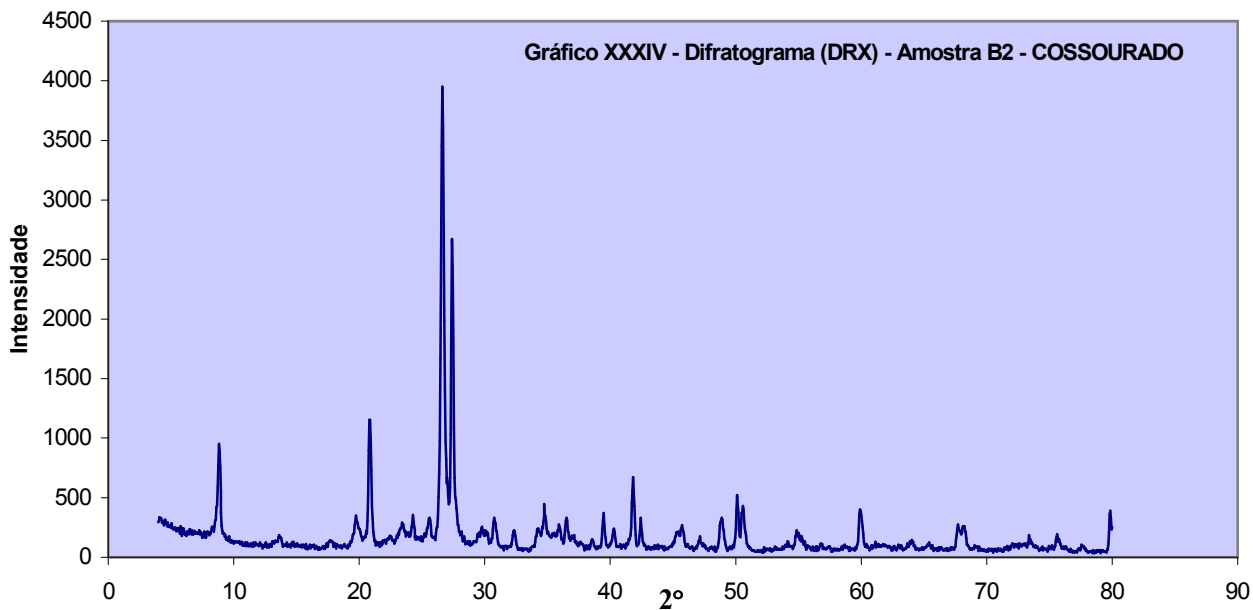


Figura 105 – Cinco fragmentos de cerâmica e respectivos provetes (anteriores e posteriores à análise de dilatometria).

4. Composição mineralógica qualitativa:

Quartzo (SiO_2)

Caulinite ($2\text{SiO}_2 \cdot \text{Al}_2\text{O}_3 \cdot n \text{H}_2\text{O}$)

Feldspato Sódico ($\text{Na}_2\text{O} \cdot \text{Al}_2\text{O}_3 \cdot 6\text{SiO}_2$)

Feldspato Potássico ($\text{K}_2\text{O} \cdot \text{Al}_2\text{O}_3 \cdot 6\text{SiO}_2$)

Mica

Estes minerais possuem usualmente contaminações de Fe, Mg e Ca, sendo o Fe responsável pela cor vermelha do barro. A composição percentual de cada um dos minerais não foi calculada pois os ensaios necessários são bastante morosos.

5. Pela análise microscópica pode-se observar que as argilas possuem grande quantidade de areia e micas (pontos mais brilhantes)."

Apesar de nos parecer que as análises efectuadas - Difracção de Raio X e Dilatometria – forneceram pouca informação, não deixa de ser igualmente correcto afirmar que, apesar de terem sido elaboradas por especialistas com formação diversa e interesse/conhecimento arqueológico distinto, os resultados que proporcionaram não são díspares, antes se complementam e convergem para conclusões semelhantes, confirmando, de igual forma, as análises macroscópicas por nós realizadas em relação ao tipo de desengordurante utilizado, existente e introduzido, à atmosfera de cozedura e respectiva qualidade, ao tipo de fabrico e à recolha provável da argila em áreas próximas do povoado.

4.2.7.5 Análises metalográficas

As análises metalográficas solicitadas a diversas instituições não foram infelizmente realizadas. Com elas pretendia-se conhecer a composição química de determinadas peças em bronze e ferro; o tipo de fabrico (por exemplo, se teriam sido soldadas); e determinar a existência ou não de um fabrico local. Contudo, apenas foram feitas análises de Raios-X ao cabo da pequena peça que possui uma agulha e um fragmento de madeira no interior com a finalidade de saber se as incisões que apresenta em toda a superfície são resultado da técnica de fabrico, em espiral, ou simples decoração, tendo os resultados apontado para a segunda hipótese.

4.2.8 – Ideias a reter

Apresentados os dados e formuladas as mais diversas considerações sobre a evolução da ocupação humana do povoado fortificado de Cossourado, impõe-se compilar algumas ideias e avaliar o grau de consecução dos objectivos delineados à partida.

Os dois primeiros propósitos de intervenção, profundamente interrelacionados - relativos à detecção, escavação e estudo de estruturas no sentido de conhecer o tipo de ocupação do povoado, à eventual diferenciação funcional entre as unidades domésticas, à articulação espacial ao nível do micro espaço de relacionamento interno e externo das estruturas e seu posicionamento e articulação em relação às estruturas defensivas; ao conhecimento das estruturas defensivas do povoado, seu posicionamento e importância que teriam para os habitantes e sua relação com a área envolvente -, foram amplamente conseguidos.

Os trabalhos de investigação desenvolvidos ao longo de uma dezena de anos, aproximadamente, permitiram concluir que estamos na presença de um povoado construído após uma análise criteriosa da sua situação geográfica. Trata-se de uma elevação estrategicamente situada numa zona de domínio de dois vales - o do rio Coura e o do rio Minho -, o último dos quais seria uma porta de entrada de bens oriundos de outras paragens que era premente controlar, ainda que a uma distância confortável.

A orografia do terreno terá sido estudada previamente à construção de qualquer estrutura. Mediante um enorme trabalho de engenharia, o monte foi reconfigurado através da criação de patamares, circundados depois por linhas de defesa e vigiados pela elevação central (o torreão), construída, pelo menos parcialmente, por mão humana com os sedimentos e pedras que se iam libertando dos trabalhos de construção dos patamares. A elevação central seria a guardiã do povoado e da região, lugar de vigilância mas também de comunicação com os habitantes dos povoados que ficam em redor e com eventuais embarcações que navegassem no rio Minho.

Todos os elementos foram analisados e conjugados no sentido de racionalizar os esforços, tendo-se construído as três linhas de defesa apenas onde o monte oferecia pontos mais frágeis de defesa. A existência, por exemplo, nas proximidades do sector H, de um afloramento e da diáclase que, no mesmo, provocou uma parede com vários metros de altura dispensou a construção da parede externa da muralha. Por outro lado, noutras zonas apenas se construíram duas linhas de defesa.

A entrada para o habitat - única confirmada mediante escavação - situa-se a noroeste e coincide com o caminho utilizado actualmente para o acesso ao topo do povoado e, muito provavelmente, já utilizado também no período de ocupação.

O estudo pormenorizado da distribuição no espaço dos elementos referidos leva-nos a supor que a entrada na área principal do povoado - até agora a única que se comprovou ter sido habitada - foi previamente projectada, tendo-se organizando os espaços a partir de um estudo inicial. Com efeito, se visualizarmos em planta os sectores A e E podemos verificar que o espaço foi trabalhado de forma a que a ligação entre a entrada da muralha interna e o torreão se fizesse rapidamente e sem obstáculos. A partir daqui, as estruturas alternam entre circulares e alongadas, estando a casa de encontro comunitário devidamente protegida e circundada por outras.

A pressão demográfica não terá sido uma preocupação prioritária dos habitantes, uma vez que

as estruturas foram construídas de forma a deixarem espaços razoáveis de circulação, não tendo havido necessidade de ocupar o largo corredor (sete a oito metros de largura) situado entre a última fiada de estruturas de habitat e a muralha interna.

Conforme as necessidades, foi-se construindo o núcleo habitacional com edificações ora circulares, ora de configuração alongada, mas quase sempre com dimensões bastante elevadas, pouco enquadráveis no modelo construtivo castrejo.

Apesar de tecnicamente o processo utilizado ser rudimentar, uma análise mais atenta permite verificar a existência de diferenças entre as diversas construções. Enquanto as estruturas circulares apresentam um tipo de construção mais cuidado, com paramento interno e externo, as alongadas denotam uma elaboração mais arcaica, mais tosca, sem grandes preocupações estéticas. Esta diferenciação técnica associada a ligeiros indícios fornecidos pelo espólio arqueológico pode levar-nos a uma interpretação que permite estabelecer, embora no plano teórico, uma eventual diferenciação funcional entre as várias construções. As circulares terão servido, nesta ordem de ideias, como locais de habitação, ao passo que as restantes terão sido utilizadas para a prática de actividades artesanais, para a guarda de instrumentos de trabalho, bens de consumo e/ou de animais. Como veremos aquando do estudo da cultura material e da sua distribuição espacial, esta interpretação não é, porém, conclusiva, podendo qualquer estrutura assumir diversas funções.

O sistema de cobertura seria, por sua vez, bastante simples e o seu formato variava consoante a configuração das cabanas. As de planta circular teriam uma estrutura cónica e as alongadas uma cobertura de duas águas, arredondada nas paredes de topo, ou apenas de uma água, inclinada. Em qualquer dos casos, porém, sem o auxílio de postes, cuja presença não foi documentada no registo arqueológico. Os materiais mais aplicados seriam os troncos de madeira, supostamente de carvalho e espécies ribeirinhas, como estrutura de suporte, e a giesta como revestimento exterior, tal como apontaram as análises antracológicas efectuadas.

No geral, as paredes das cabanas não seriam muito altas (entre 1,50 e 1,80 m de altura), uma vez que a cobertura cónica, principalmente nas construções de planta circular, proporcionaria o prolongamento do espaço para além dos seus limites superiores.

O terceiro objectivo - relacionado com o tipo de sociedade que viveu neste povoado, as suas formas de organização social em articulação com outros povoados congéneres da área correspondente à bacia superior do rio Coura e, eventualmente, o macro espaço de relacionamento - é, como se depreende, muito difícil de atingir em pleno, pelo que apenas nos é possível fazer algumas aproximações ao que seria a realidade da época.

Podemos referir que, em termos de organização económico-social, existiria em Cossourado uma sociedade de tipo igualitário, cujas eventuais distinções sociais seriam ditadas pela idade e pela experiência, e que viveria com base numa economia de subsistência. A existência de uma cabana com um banco de pedra ao longo da face interna aponta para a possibilidade de se tratar de um lugar de reunião e/ou encontro, onde se tomariam as decisões de maior importância para a comunidade local.

Face ao grande investimento de tempo, de matéria-prima e de mão-de-obra necessários à construção das imponentes linhas de defesa, do torreão central e das cabanas e outras estruturas,

depreendemos a existência de uma capacidade demográfica e uma coesão social significativas.

A existirem elementos materiais de distinção social e prestígio esses seriam certamente os objectos de adorno (em bronze e pasta vítrea), eventualmente a cerâmica decorada, rara no povoado, a cerâmica de importação e os cavalos com arreios adornados.

O quarto objectivo, intimamente relacionado com o anterior, orientado no sentido da compreensão da organização económica, da estratégia de ocupação do vale, da obtenção de matérias-primas e produtos e da exploração dos recursos a nível regional e extra-regional, não sendo de fácil solução, possibilitou-nos a recolha de alguns elementos que nos deram a conhecer um pouco melhor esta comunidade.

A ambiência geográfica que envolve o povoado permite-nos pensar que os habitantes deste local e da região teriam alguma facilidade na obtenção de matérias-primas. Aparentemente, houve uma boa escolha para a implantação do habitat - um local com bons recursos naturais, que passam pela abundância hídrica, pela proximidade de bons solos e de matérias-primas, nomeadamente a pedra, a madeira, os minérios e o barro, utilizados na construção das estruturas do povoado e no fabrico de utensilagem diversa em madeira, metal e cerâmica.

Estes elementos facilmente nos levam a deduzir que se trata de um povoado que teria funções de habitação permanente, com características económicas caracterizadoras de uma sociedade agro-pastoril, mas onde, contudo, a recolocção ainda teria um papel fundamental na sobrevivência desta população, tal como apontaram as análises antracológicas associadas ao registo arqueológico.

Podemos realçar ainda o aparecimento de abundantes restos de matéria orgânica carbonizada, como carvão, frutos e sementes que, mediante a análise antracológica, se comprovou serem de variados tipos de árvores. A análise carpológica, por sua vez, revelou uma grande ocorrência de bolota e de alguns cereais e frutos. Uma como outra forneceram, assim, indicações importantes relativas ao conhecimento, ainda que parcial, da flora que cobria o povoado e a região; possibilitaram a descoberta de algumas espécies usadas na dieta alimentar e permitiram uma visão aproximada das condições climáticas da época.

As mós de vaivém e os rebolos encontrados, além de reforçarem as ideias mencionadas, vêm justificar o aparecimento e a concentração de bolota em determinados locais e a sua utilização, como farinha, no fabrico de pão.

Perante a análise dos dados que a escavação nos forneceu, podemos reunir uma série de actividades económicas, como a extracção e o trabalho da pedra, a olaria, a pesca, a eventual criação de gado e a fiação, com o possível fabrico de tecidos e vestuário. Se, por um lado, não nos é possível documentar com certeza o fabrico de metais, por outro podemos antever a importância social que teria a posse de objectos de bronze, nomeadamente de adorno.

Este povoado figuraria como "lugar central", como se tem vindo a designar, com uma imponência que afastaria possibilidades de ataques, exercendo um domínio sobre uma vasta área compreendida entre a bacia superior do rio Coura e parte da bacia do Minho. Este dado, associado a alguns materiais que apareceram no registo arqueológico, designadamente objectos de importação pré-romana (cerâmica, contas de colar, objectos de adorno em bronze), indicam-nos que Cossourado estaria na rota de trocas comerciais facilitadas pela navegabilidade e proximidade do rio Minho.

Parece-nos evidente a sua contemporaneidade, ainda que parcial, relativamente ao povoado de Romarigães, com o qual teria uma relação próxima e articulada em termos de ocupação, exploração e vigilância do espaço, que, infelizmente, não se apresenta muito nítida na cultura material.

O quinto e último objectivo - que visava um conhecimento aproximado da vivência desta população, sobretudo no que respeita às eventuais transformações de aculturação e relacionamento no contacto com outros povos, designadamente os romanos, procurando as soluções de continuidade/descontinuidade - foi, provavelmente o mais bem conseguido.

Assim, podemos afirmar que este povoado possui características reveladoras de grande antiguidade, estando ausentes quaisquer fases de ocupação em sobreposição. Ou seja, existiu apenas uma fase contínua de ocupação, com um abandono pacífico e programado antes da chegada dos romanos. De entre os elementos de que dispomos para fazer tal afirmação podemos enumerar:

- o tipo de cerâmica indígena, de fabrico manual e local, com escassa ou nula depuração das argilas utilizadas, a falta de evolução no seu fabrico e a ausência de qualquer vestígio de aculturação romana;

- a detecção de mós manuais de vaivém e respectivos rebolos e não de mós rotativas;
- o tipo de construção das estruturas (de aparelho irregular), de fabrico rudimentar;
- a existência de um incipiente ordenamento urbanístico;
- a elevada quantidade de objectos de bronze encontrados, muitos deles com elevada quantidade de chumbo;
- a raridade de objectos de ferro;
- a fraca potência estratigráfica;
- a não existência de diversos níveis de ocupação;
- a não detecção de materiais romanos;
- a coerência dos materiais exumados.

Estes elementos foram confirmados pelas cinco cronologias obtidas e calibradas pelo método do Carbono 14 (Laboratório de Datação por C14, da Universidade de Granada, e Instituto Tecnológico Nacional), que sublinharam a antiguidade do povoado e apontaram para a existência de uma época de implantação (século VII ou período anterior) e uma data de abandono (fase final do séc. II a.C.), provocada pela chegada/aproximação dos romanos, aquando das campanhas militares de Décimo Júnio Bruto (138/136 a.C.) - tal como terá acontecido em Romarigães.

A ocupação romana do vale não deixou vestígios significativos nesta zona, para além dos miliários e de alguns restos da via, pelo que terá havido uma deslocação dos povos castrejos para o interior do que é hoje o concelho de Paredes de Coura (freguesias de Linhares, Ferreira,...) ou para outros locais mais distantes.

A descontinuidade que se verifica no povoamento posterior desta área é bastante clara. Contudo, apesar de nas áreas intervencionadas também se apresentar evidente a descontinuidade de ocupação relativamente ao período anterior, dada a ausência de níveis atribuíveis à Idade do Bronze, podemos referir que se trata de um povoado com grandes afinidades com as épocas precedentes ao nível da cultura material.

Por fim, completando o ciclo de gestão deste património, foi implementado, com o apoio económico do Sub-Programa C do PRONORTE e da Câmara Municipal de Paredes de Coura, o designado *Projecto de Musealização e Divulgação do Povoado Fortificado de Cossourado*, que permitiu valorizar o povoado através de acções de restauro, conservação, dinamização e divulgação. Procedeu-se, deste modo, à consolidação das estruturas; à desmontagem de cortes estratigráficos desnecessários, por forma a que aos visitantes fosse apresentada uma área em que a volumetria das estruturas fosse realçada; à criação de pendentes com vista ao escoamento das águas pluviais; à sinalização apropriada do povoado e das diversas vias de acesso; à colocação de placas explicativas das diversas áreas do povoado; à elaboração de múltiplo material de divulgação/informação sobre o povoado e a época em que está cronologicamente enquadrado e à construção de duas cabanas modelo.

4.3. O POVOADO FORTIFICADO DE ROMARIGÃES

4.3.1. Contextualização arqueológica e histórica

Em termos arqueológicos, a área que circunda o povoado fortificado de Romarigães possui alguns vestígios de cronologia romana. Na base do monte, a este, passaria a IV via romana *Bracara Augusta - Astorga* (a XIX do Itinerário Antonino) e nas freguesias limítrofes (S. Martinho de Coura e Rubiães) existem vários miliários assim como alguns vestígios do povoamento romano, nomeadamente cerâmica de cobertura. Nas proximidades do povoado localizava-se o miliário de Augusto, referente à milha XXX, de 11-12 d.C.. Encontra-se actualmente na Quinta do Crasto, em Rubiães.

Nesta freguesia foi encontrado também, em local que desconhecemos, outro miliário, utilizado posteriormente como pia de porcos, situação que felizmente não danificou o campo epigráfico. É dedicado a Valentiniano I e apresenta, como milha provável, a XXVIII (SANTOS 1979, 21 a 26). Está cronologicamente situado no século IV d.C, oscilando a data da sua construção entre os anos 364 e 375 (Baixo Império), um elemento que, para além de constituir mais uma prova da romanização da área, confirma também a reformulação e, supostamente, a reactivação tardia da XIX via do Itinerário Antonino. Encontra-se exposto no Museu Pio XII, em Braga.

Além do referido, não temos notícia de quaisquer outros achados arqueológicos nas zonas que circundam o povoado, num raio de mais de um quilómetro.

Da Idade do Ferro podemos referir a existência dos povoados fortificados da Bustarenga (PVF 3) e de Cossourado (PVF 1), com os quais Romarigães tem visibilidade directa, embora difícil, e está situado a uma distância que pode ser percorrida, por percurso pedestre, em cerca de uma hora.

A freguesia de Romarigães fica situada no extremo sudoeste do concelho de Paredes de Coura, a 11 km da sede. Confronta com as freguesias de S. Martinho de Coura, Agualonga e Cunha e a sul com o concelho de Ponte de Lima. Foi uma das freguesias iniciais do julgado ou "terra" medieval de Fraião, existindo já como paróquia nos finais do século XII. O início do seu povoamento é, como vimos, anterior.

A tradição refere a existência da *Cidade da Labruja* no povoado de Romarigães; outros situam-na no povoado da Cidade Murada, na Portela da Labruja. José Augusto Vieira (VIEIRA 1886 [1987], 137) defende ter sido aqui a cidade de *Cauca*, apontando como principal razão o facto de esta freguesia confrontar com a de S. Martinho de Coura.

A antiga freguesia era vigararia da apresentação alternada do abade de S. Paio de Agualonga e do arcediogo da Labruja.

Os seus moradores, segundo as Inquirições Afonsinas, pagavam anualmente 128 alqueires de pão meado, 8 galinhas e 383 reais em dinheiro, excepto os casais de Moldes e da Igreja. Beneficiou também do foral concedido por D. Manuel em 1515.

Romarigães teve os seus solares e casas de nomeada, de entre as quais merece particular referência a Casa do Amparo, que Aquilino Ribeiro imortalizou no romance "A Casa Grande de

Romarigães" e que possui uma capela com "frontaria única no género em todo o Alto Minho" (SOUTO 1988, 252). No seu quintal existem dois miliários anepígrafos.

Agro do Monte, Cascalhal, Crasto, Moldes, Outeiral, Outeiro, Portela, Sabariz, Vale, Veiga do Monte e Venda são os lugares que constituem a freguesia.

A Cidade de Romarigães é um dos povoados fortificados mais conhecidos e referenciados do concelho de Paredes de Coura, provavelmente devido à sua fácil identificação na paisagem, tendo contribuído para a sua divulgação Narcizo Alves da Cunha, através da monografia concelhia (CUNHA [1909] 1979).

Já no Códice de D. Fernando (rei de Leão), de 1026, Romarigães aparecia referida como *Romariganes* e, segundo a tradição, terá sido antecederida pela cidade da Labruja, fundada pelos Visigodos.

Na *Corografia Portuguesa*, de 1706, o padre António Carvalho da Costa, ao referir-se à freguesia de Romarigães, escreve: "Aqui está hum monte, que chamão a Cidade do Penedo do Curral de Egoas; mostra vestígios de grande fortificação com tres linhas, outros tantos fossos, estradas encubertas, e no meyo hum Castello" (1706, 263).

As *Memorias Parochiaes*, de 1758, apresentam uma descrição do povoado e da freguesia: esta não era amuralhada, não tinha "praça de armas, nam tem torres antigas, só ha nos limites d'ella vestígios de um antigo Castello de terra em monte chamado Cidade do Curral Degoas, que fica para a parte do norte, e todo está coberto de tójo".

José Avelino de Almeida no *Diccionario Abreviado de Chorographia*, de 1866, repete o que Carvalho da Costa havia mencionado e acrescenta apenas que as muralhas do povoado foram destruídas pelos Mouros "quando ganharão a Hespanha" (ALMEIDA 1866, 24). Pinho Leal, no seu *Portugal Antigo e Moderno*, refere os mesmos elementos, apontando a data de 716 para esta destruição (LEAL 1876, 242).

Narcizo A. da Cunha afirma que o povoado seria uma Cidade e que pertenceria a uma linha de fortificações que circundavam o concelho de Coura, das quais apenas refere o nome de Cossourado. Quando se refere ao tipo de estruturas defensivas, típicas dos povoados do concelho, que, na sua opinião, seriam duas ou três "adaptadas à forma cónica dos montes" e que designa de tipo curvilíneo, acrescenta que são "de configuração ovoidal, e ainda conserva um extenso trecho de estrada coberta [?], a poente do monte" (CUNHA 1909 [1979], 133). Mais adiante, acrescenta que no local da "Cidade do Curral das Egoas (...) se encontram manifestos vestígios e importantes restos de fortificação, como trincheiras, para-peitos, etc" (*idem*, 547).

Contrariando o autor do *Minho Pitoresco* (VIEIRA 1987), Narcizo A. Cunha refere não se tratar da antiga cidade de *Cauca*, que J. A. Vieira aí pretendia situar.

Em toda a bibliografia antiga aqui citada existe, como vimos, uma grande discussão em torno da localização das cidades de *Cauca* e da *Labruja*, repetindo-se constantemente os mesmos dados que, em 1706, Carvalho da Costa escreveu, sem se chegar, contudo, a qualquer conclusão.

Para além dos autores referidos, outros se referem a este povoado: Pedro A. de Azevedo (1897); Rocha Dias (1903, 264); Abel Viana (1926, 89, nº 6 e 1932); Lopes de Oliveira (1976, 42, 43 e 96); Brochado de Almeida (1979) e Armando C. F. Silva (1986, 72, nº 66).

Em termos toponímicos, o povoado é conhecido por vários nomes: Coto D'Ouro, Alto da Cidade, Cidade Murada, Monte da Cidade, Monte do Alto da Cidade e Curral das Éguas. Nas proximidades existem topónimos como Crasto, Cascalhal, Moldes e Portela.

Foi classificado como Imóvel de Interesse Público em 15 de Fevereiro de 1990, por despacho da Secretaria de Estado da Cultura, e no Plano Director Municipal. Foi por nós classificado, na Carta Arqueológica da bacia superior do rio Coura, como PVF 12 - Povoado Fortificado de Romarigães (20).

Os trabalhos de escavação arqueológica, realizados no âmbito do Projecto de Investigação "Estudo, Musealização e Divulgação do Povoamento Proto-Histórico e Romanização da Bacia Superior do Rio Coura" e do Projecto de Carta Arqueológica da bacia superior do rio Coura, tiveram início em 1992 e terminaram em 1997.

A opção pela intervenção arqueológica deste povoado deveu-se a vários factores decorrentes dos objectivos referidos no Projecto de Investigação e às características inéditas e diferenciadoras que Romarigães possui em relação a outros povoados desta região, de entre as quais podemos referir a implantação geográfica, a geomorfologia e a topografia, a localização do povoado em vale extenso da bacia superior do rio Coura e, conseqüentemente, o facto de se tratar de um dos povoados de menor altitude desta área - um povoado de vale. O tipo de construção das estruturas defensivas despertava também o interesse pelo seu maior conhecimento, estimulando dúvidas e hipóteses, assim como a cronologia relativamente antiga e a perspectiva do seu bom estado de conservação constituíam um aliciente mais para o seu estudo.

(20) Inventariado pela Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais com o nº 160519-NP. Possui, segundo a listagem do IPPAR, como Número Nacional de Estação 4476 e 1698, visto a dualidade de topónimos por que é conhecido (Alto da Cidade e Coto do Ouro) ter levado a um erro e a uma dupla classificação. Também no Instituto Português de Arqueologia (IPA) tem o código CNS: 1698.



Mapa XXIX - Mapa dos Serviços Cartográficos do Exército, na escala 1/25.000 (1996, folha nº 15).

4.3.2 - Localização e enquadramento geográfico

O povoado situa-se no lugar do Alto da Cidade, freguesia de Romarigães, concelho de Paredes de Coura e distrito de Viana do Castelo.

Coordenadas Planimétricas:

UTM (v.g. Couto D'Ouro): X = 530.487,96; Y = 4.635.801,22

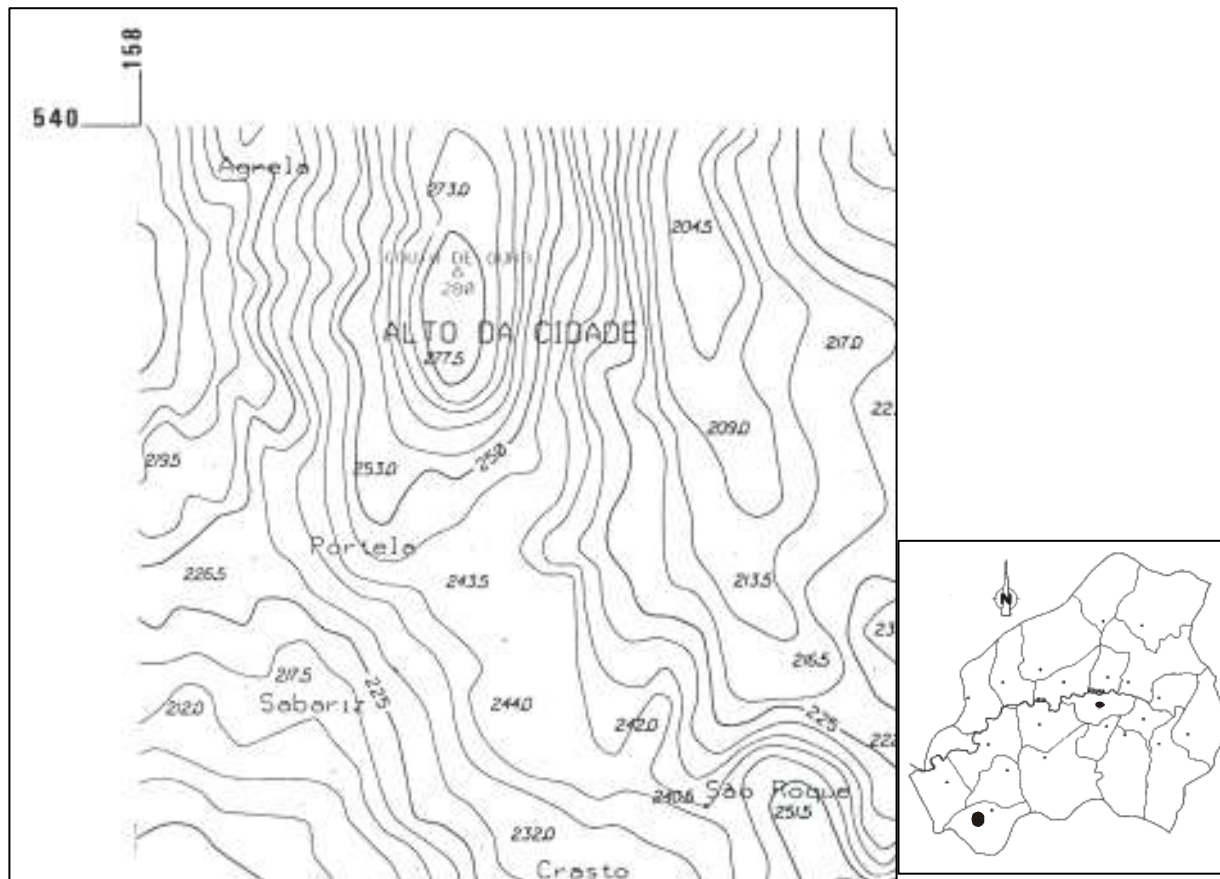
GAUSS: X = 158,2; Y = 544,6

Altitude: 280,18 (v.g. Couto D'Ouro).

Está cartografado no Mapa dos Serviços Cartográficos do Exército, na escala 1/25.000, de 1949 e de 1996, na folha nº 15, e na Carta Geológica de Portugal (escala 1:50.000, folha 1-C, Caminha, 1962).

Em termos geomorfológicos, o povoado está implantado numa elevação alongada, com cerca de 460 metros de comprimento e de encostas com declive suave, tendo em seu redor uma área relativamente plana.

A rede hidrográfica é abundante, sendo o monte contornado por vários afluentes do rio Coura, que corre a norte e noroeste. A nordeste e nascente destaca-se a ribeira de Codeceira, que lhe passa no sopé.



Mapa XXX – Implantação cartográfica do povoado de Romarigães no Ortofotomapa, 1:10.000 e no mapa das freguesias do concelho.

Segundo a Carta Geológica e respectiva *Notícia Explicativa* (TEIXEIRA 1961), o povoado está situado numa mancha de rochas eruptivas de granito calco-alcalino, porfiróide, de grão grosseiro, também designado granito monzonítico s.l. (granito com muito quartzo e mica). Esta mancha é de pequenas dimensões (c. de 1,5 x 0,5 km), alongada e orientada no sentido noroeste-sudeste. Está envolta por uma outra pertencente ao complexo xisto-grauváquico, ante-ordovício, composto por xistos-migmatíticos, no qual estão presentes migmatitos, gnaisses, micaxistos, xistos luzentes e outros. A direcção e pendor da xistosidade é de 60° a 90°.

Nas zonas envolventes da estação, afloram, a noroeste e nordeste, manchas de granito alcalino de grão grosseiro e, a sudoeste, uma facha alongada, de granito de grão médio e fino, de aspecto gnaissóide, alcalino de duas micas, que se prolonga desde a zona da Gamboa até Outeiral. A rocha granodiorítica também aqui aparece, em faixas estreitas e compridas, de pequenas dimensões, assim como os filões de quartzo, pelo que não são cartografáveis a esta escala (1:50.000).

Nesta região, entre os grandes maciços de granito porfiróide de Paredes de Coura e Monção, encontram-se também, como se referiu, bastantes afloramentos xistentos, com predominância das "formações migmatíticas e ocorrem filões e massas graníticas e pegmatíticas, que, pela sua densidade e dimensões, não são cartografáveis" (*idem*, 18). São rochas geralmente muito alteradas, de tons amarelados, que se observam em vários locais do concelho: Romarigães, Cossourado, Mentrestido, Infesta, Rubiães, Porreiras, Insalde e Boulhosa.

No Sector A e nas zonas onde se escavou até à rocha-mãe detectámos afloramentos graníticos de grão grosseiro, regra geral, alterados. O Sector B (intervencionado apenas em 1992) apresentou uma formação geológica mais elaborada, composta por afloramentos de granito de grão grosso, semelhante ao do Sector A, que se une com xisto acastanhado, muito alterado.

Em toda a área oeste do povoado existe uma profusão de locais onde ocorre minério, principalmente estanho - o que se encontra mais próximo da fortificação e regista uma incidência de mais de 90% em relação a outros minérios.

A escolha do local para a implantação do povoado foi, aparentemente, criteriosa, tendo em conta não só as condições de defesa mas também a existência de áreas fornecedoras de recursos naturais, concretamente recursos hídricos, bons solos agrícolas e matérias-primas (pedra, metal e barro).

4.3.2.1 - Tipos de solo e vegetação

Segundo estudos actuais, este monumento está implantado numa estreita e alongada mancha de solo com aptidão florestal (Tipo F), rodeada por uma larga mancha de solo com aptidão agrícola (Tipo A).

O monte encontra-se coberto por densa vegetação rasteira de tojo, urze e giesta, não se verificando a existência de vegetação arbórea significativa. Em tempos, estaria coberto por pinheiro bravo – que, nos últimos anos (1996, 1993 e 2003), os sucessivos incêndios não têm permitido crescer.

4.3.2.2 - Povoamento actual

O povoamento é disperso e constituído maioritariamente por casas de características rurais, algumas das quais se encontram na área de protecção do povoado.

Na área circundante pratica-se uma agricultura de subsistência (milho, batata), em sistema de minifúndio. Contudo, nem toda a zona está aproveitada para fins agrícolas, existindo uma vasta área ocupada por mato e pinheiros, em especial a norte e a oeste.

4.3.3 - Topografia e Cartografia

O levantamento topográfico foi realizado, em 1986, pelo G.A.T. do Vale do Minho na escala 1:500, aquando da classificação do monumento como Imóvel de Interesse Público. No entanto, houve necessidade de reformular a orientação da planta executada de modo a tornar possível a inserção dos sectores escavados na rede geral ⁽²¹⁾ e a ligação da área cartografada à Rede Geodésica Nacional, através do Sistema U.T.M..

(21) Agradecemos ao Dr. Paulo Félix toda a colaboração prestada, designadamente na reelaboração do levantamento topográfico. Contudo, as grandes dimensões do povoado não permitiam a sua inserção, pelo que apresentamos apenas uma versão simplificada (Figuras 116 e 117).

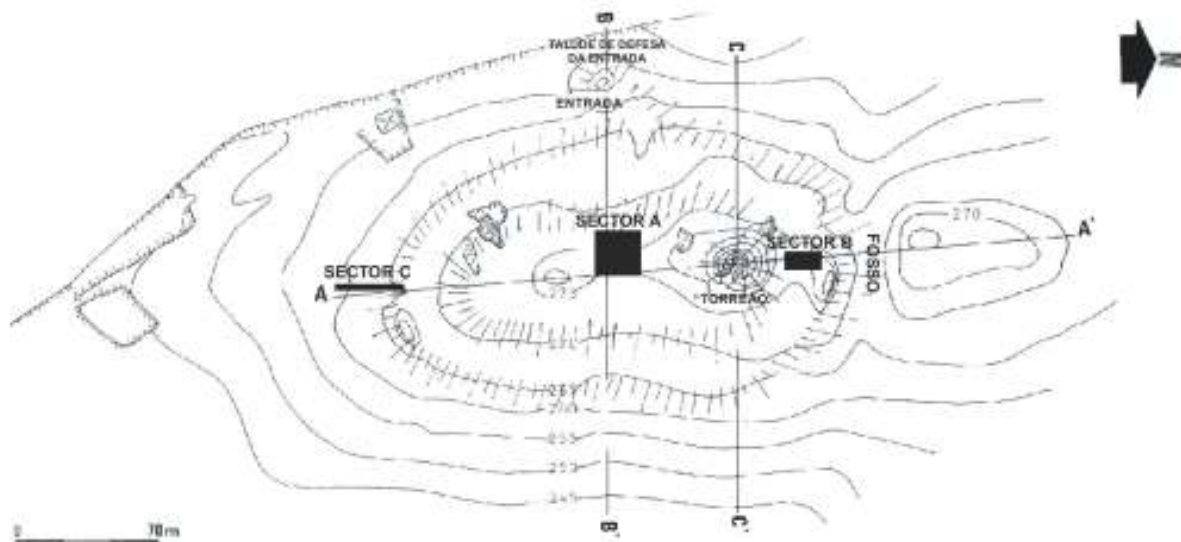


Figura 106 – Topografia simplificada do povoado.
Legenda: M1 - Muralha interna; M2 - Muralha externa; T - "Torreão"; F - Fosso; DE - Talude de defesa da entrada.

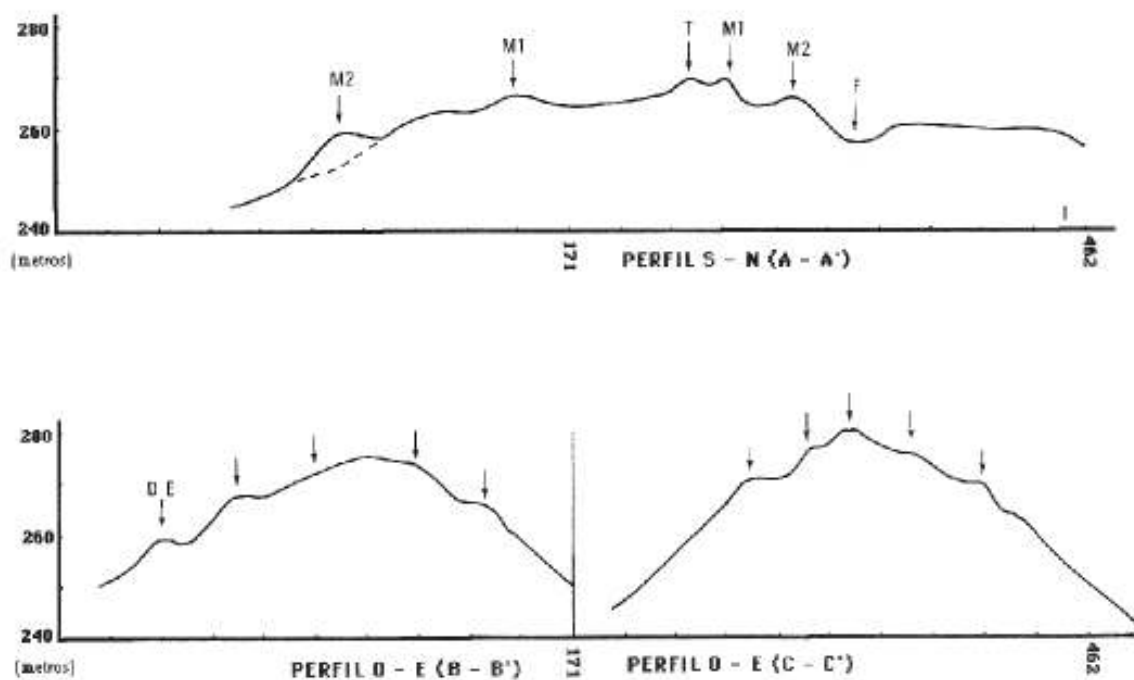


Figura 107 - Perfis topográficos sul-norte e oeste-este do povoado.

A área correspondente à escavação é constituída por dois sectores independentes, relacionados depois cartograficamente: o Sector A, com uma área de 224 m² (quadrado de

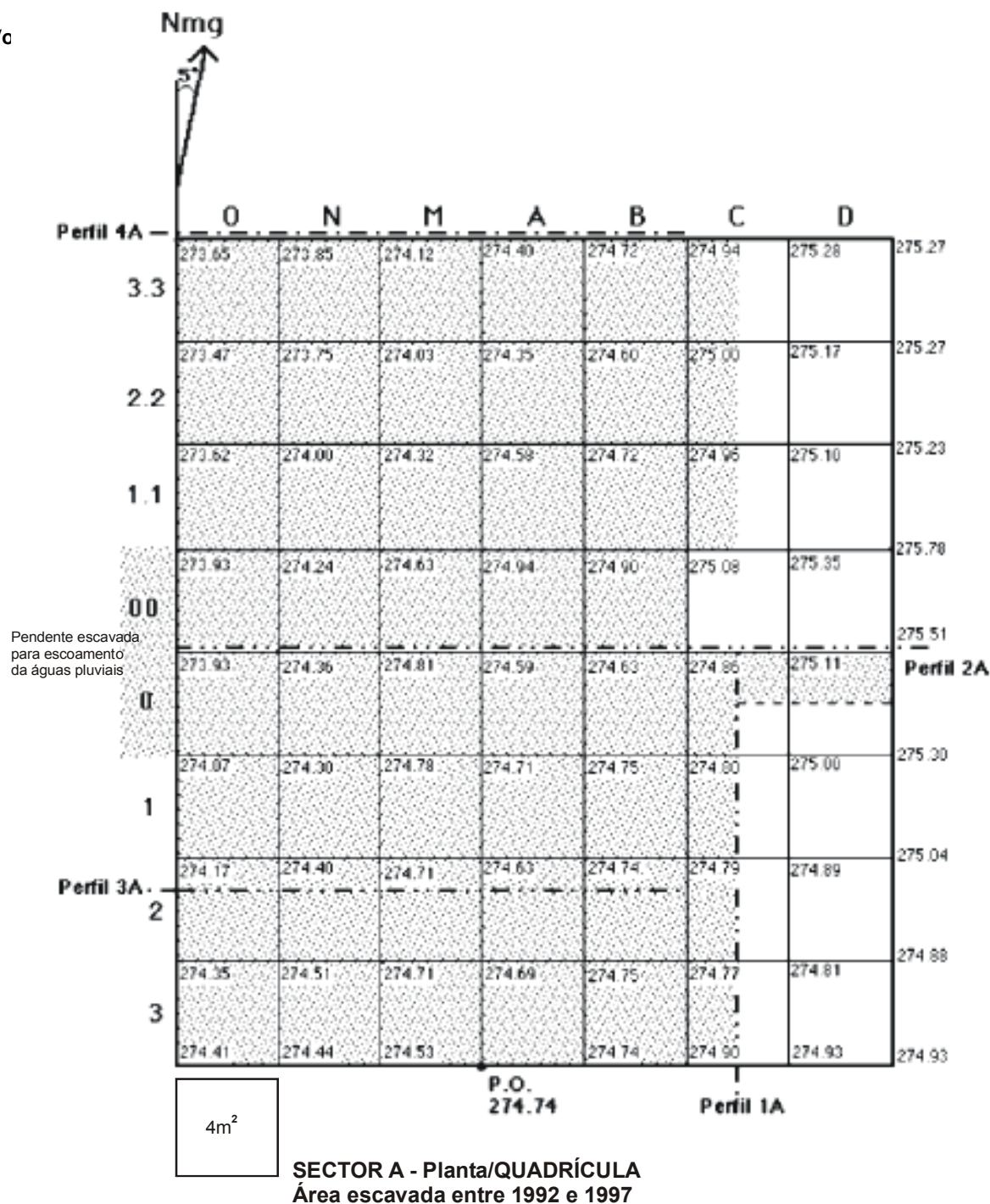


Figura 108 - Planta-quadrícula do Sector A, com indicação das cotas de altimetria.

16 x 14 m), dividido em 56 quadrados de 2 x 2 m; e o Sector B, com uma área de 40 m² (rectângulo de 10 x 4 m), dividido em 10 quadrados de 2 x 2 m.

O relacionamento cartográfico dos sectores de escavação foi efectuado pelo método do "transporte de coordenadas" da estação central (v.g. Couto d' Ouro) para um dos lados da figura geométrica que define cada um dos sectores. Estes foram munidos de um ponto fixo para cotagem, situado junto ao ponto de origem de cada uma das figuras geométricas (canto sudoeste). As altitudes dos pontos foram determinadas por nivelamento geométrico a partir do vértice geodésico referido (Z = 280,18 metros), situado entre os dois sectores, pelo que todas as cotas estão referenciadas ao nível médio das águas do mar e, também, em relação à Rede Geodésica Nacional. Assim, a origem altimétrica do Sector A corresponde a 274,74 metros e a do Sector B a 276,28 metros.

Ao longo das diversas intervenções (entre 1992 e 1997) a quadrícula original foi sucessivamente ampliada, conforme as necessidades ditadas pela escavação em área. O Sector A possuía inicialmente uma área de 64 m².

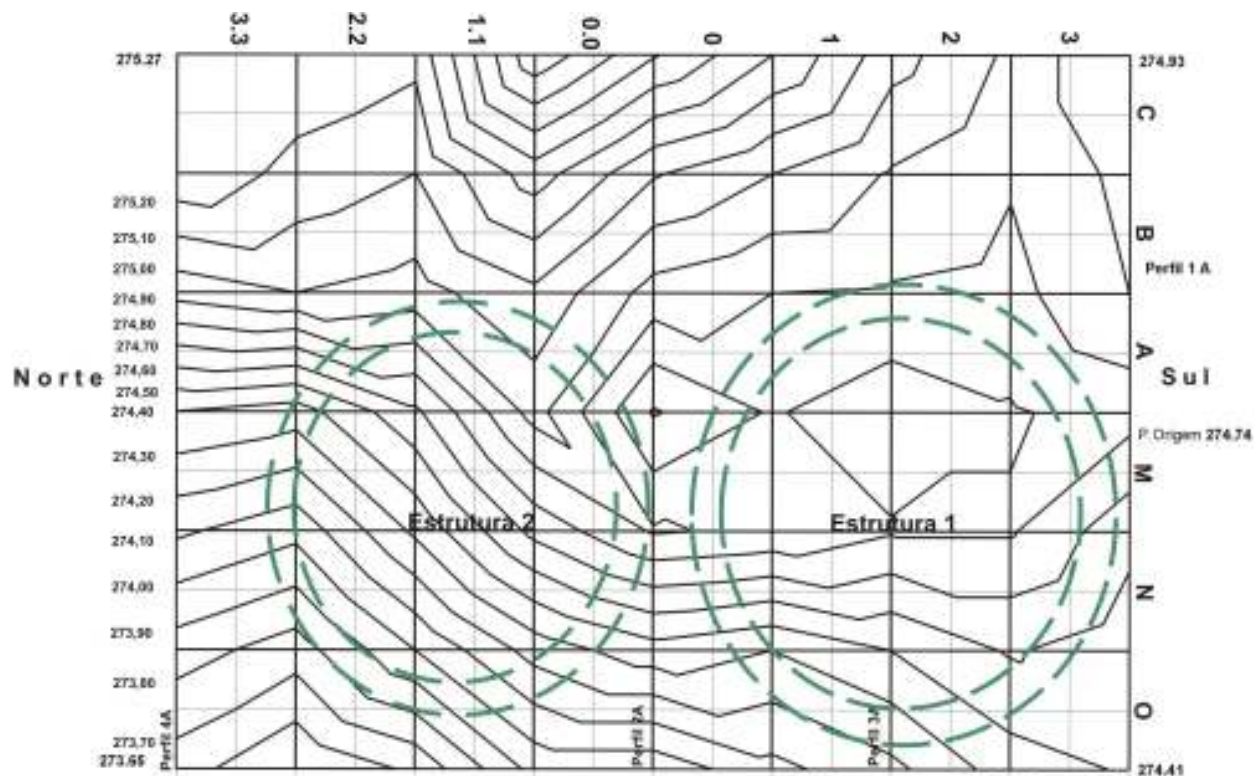


Figura 109 – Microtopografia do sector A, com implantação das duas estruturas.

4.3.4 - O POVOADO

O povoado fortificado de Romarigães situa-se no cimo de um monte e na sua vertente, sensivelmente entre as cotas 254 e 280,18.

As dimensões do recinto oscilam entre os 240 metros de comprimento e os 175 de largura⁽²²⁾, atingindo, assim, uma área de 4,2 hectares (42.000 m²).

O perfil do monte é bastante aplanado e apresenta uma extensa chã no cimo, com cerca de 110 metros de comprimento e 35 de largura, e uma área de 3,850 hectares. Esta superfície corresponderia à área total de ocupação/construção de estruturas de habitação e serviços. Está rodeada pela primeira linha de muralha, construída com terra e muito pouca pedra solta, em sistema de talude. Em redor, existe uma outra zona relativamente plana (na qual não existiriam construções) limitada pelo talude externo que terminaria em fosso mas que, com a erosão provocada pelas condições naturais e pela acção humana (inclusivamente a construção de uma estrada), actualmente quase não é perceptível em toda a área, excepto a norte.

(22) Medidas calculadas em linha recta (tal como as outras medidas apresentadas) a partir da Planta Topográfica (1:500).



Foto 75 – O povoado visto de leste.

O povoado possui um imponente sistema defensivo constituído por duas linhas de defesa⁽²³⁾, uma em torno da superfície superior (entre 270 e 275 metros de altitude) e outra na encosta de declive pouco acentuado (entre 260 e 267 metros). Formam em toda a área do monte um circuito fechado, duplo, com cinco metros de altura, excepto a norte, onde ambas se unem, atingindo uma altura de cerca de 10 metros (ver planta topográfica simplificada e perfis topográficos). Neste ponto a defesa culminaria com um fosso, denunciado pela geomorfologia do terreno.

Estão relativamente bem conservadas, sobretudo a norte. No entanto, em toda a encosta nascente a erosão quase apagou os vestígios do talude externo, havendo locais onde se observa o solo de base com facilidade. O talude interno está também, em alguns locais, muito destruído.

A união do talude interno ao externo explica-se pelo facto de o lado norte do monte ter pouco declive, o que dificultaria a defesa do povoado e justificaria, só por si, a existência de uma única linha de defesa. No entanto, existe ainda no topo do monte, a cerca de 20 metros desta área, uma espécie de torreão, ainda hoje visível de Cossourado. Possui uma configuração cónica, aberta intencionalmente no lado nordeste, e foi construído em terra com alguma pedra solta. Apresenta uma altura de 3.5 metros e um diâmetro aproximado, no sentido norte/sul, de 12,5 m, no topo, e de 30 metros, na base. Na cratera avultam pedras de granito aparelhadas, de médio a grande porte, que, à semelhança do que se verifica em Cossourado, talvez tenham pertencido a um cruzeiro.

A entrada do povoado localizar-se-ia a noroeste, uma vez que existe nesse ponto um outro talude que teria por função assegurar a defesa de uma zona de acesso (actualmente não utilizada pela população local). Está situado entre as cotas 254 e 259 m e – apesar da erosão dificultar a sua observação – encontra-se orientado na direcção norte, convergindo para o talude externo e unindo-se a este de modo a ocultar o acesso, que se faria apenas pelo lado sul.

(23) A terceira muralha, referida em 1706 pelo padre António Carvalho da Costa (1706, 262), nunca terá existido.



Foto 76 – Início da intervenção em 1992.

À superfície não são detectadas construções mas apenas pedra solta em reduzida quantidade.

A sul e a norte existem cortes na muralha exterior, abertos pela população para traçar os caminhos carreteiros de acesso ao cimo do monte.

4.3.5 - A ESCAVAÇÃO ARQUEOLÓGICA DO SECTOR A

4.3.5.1 – Objectivos, metodologia e generalidades da intervenção

As diversas intervenções realizadas ao longo de seis anos centraram-se, em especial, na escavação do Sector A (s.v. Topografia e Planta-quadrícula) e procuraram cumprir os diversos objectivos definidos no Projecto de Investigação, ainda que aqui e além reformulados consoante os resultados obtidos pelas diversas campanhas de escavação. De entre eles refira-se:

1 - Detectar, escavar e estudar das estruturas no sentido de conhecer o tipo de ocupação do povoado; a eventual diferenciação funcional entre as unidades domésticas; a articulação do espaço ao nível do micro espaço de relacionamento interno e externo das estruturas, assim como o seu posicionamento e articulação com as estruturas defensivas;

2 - Conhecer a estrutura defensiva do povoado, o seu posicionamento, a importância que teria para os habitantes e a sua relação com a área envolvente;

3 - Conhecer o tipo de sociedade e as suas formas de organização social em articulação com outros povoados congéneres, numa área regional correspondente à bacia superior do rio Coura e, eventualmente, em relação ao macro espaço de relacionamento;

4 - Conhecer o tipo de organização económica e a estratégia de ocupação do vale, a obtenção de matérias-primas e a exploração dos recursos a nível regional e extra-regional;

5 - Conhecer as eventuais transformações de aculturação resultantes do contacto com outros povos, designadamente os romanos, procurando as soluções de continuidade/descontinuidade;



Foto 77 – Parte da cabana 1 e amontoado de pedras resultante da desmontagem das estruturas.

6 – Completar o ciclo de gestão deste património procedendo à valorização do povoado através do restauro, conservação, dinamização e divulgação e concedendo especial atenção: à consolidação das estruturas; à desmontagem de cortes estratigráficos desnecessários, de modo a proporcionar aos visitantes uma área escavada atraente, em que a volumetria das estruturas seja realçada; à criação de pendentes na área escavada com vista ao escoamento das águas pluviais; à sinalização interna e externa e à divulgação através de variados meios.

O sector A foi implantado numa área relativamente plana, compreendida entre a muralha interna e a externa, próximo da zona mais alta do povoado. Os cantos do rectângulo que o define apresentam uma altitude absoluta, em relação ao nível médio das águas do mar, de 273.65 (canto noroeste), 275.27 (canto nordeste), 274.41 (canto sudoeste) e 274.93 (canto sudeste).

Após o corte da vegetação arbustiva (tojo e giesta), implantou-se a quadrícula e iniciaram-se os trabalhos de escavação com a abertura de uma sanja no sentido norte-sul, com um metro de largura.

Os trabalhos seguiram o método de decapagem horizontal, em quadrados de 0.5 x 0.5 metros e camadas aleatórias de 5 a 10 cm.

Posteriormente, a escavação foi alargada consoante a necessidade de visualizar em área os elementos entretanto encontrados – concretamente duas estruturas, uma das quais bastante danificada, e eventualmente uma terceira, que o elevado grau de destruição não permitiu intervir.

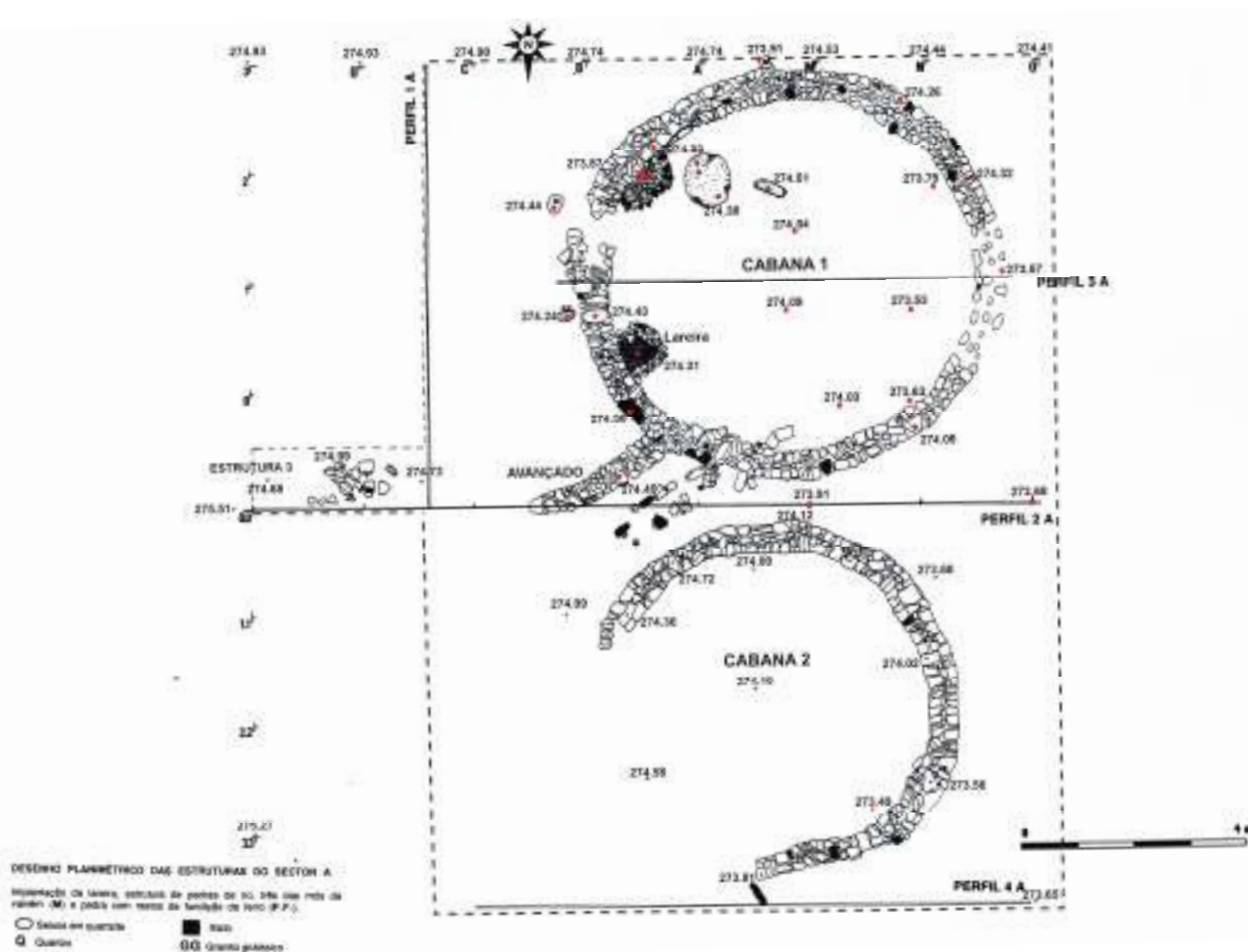


Figura 110 - Desenho planimétrico das estruturas do sector A, com implantação dos perfis estratigráficos estudados e cotas de altimetria.

A escolha desta zona relativamente plana para a implantação do sector A teve também como fundamento a provável maior potência estratigráfica e a conseqüente menor acção dos fenómenos pós-deposicionais.

Nesta área existem cinco montículos que se repetem na chã, formando uma espécie de alinhamento. Uma sondagem realizada em dois outros revelou bastante pedra solta, confirmando mais uma vez, como veremos adiante, a desmontagem intencional das estruturas e a respectiva deposição organizada a fim de ser reutilizada pela população, provavelmente nos séculos XVIII, XIX e princípios do século XX. Daí o nome de *Pedreira* pelo qual é o monte conhecido localmente.

Inicialmente, no quadrado C2 e, sobretudo, no C1 detectou-se grande concentração de pedra, que, após o alargamento da escavação em área, se constatou prolongar, sob a forma de um montículo alongado, por vários quadrados e para o exterior do sector (no sentido norte) - situação que se testemunha nos cortes estratigráficos 1A, 2A e 4A.

Somente após a escavação de todo o amontoado de pedras de derrube (ali colocado pela população) se encontrou, no alicerce, uma estrutura circular que viria a corresponder à cabana 1.

Em intervenções posteriores, mediante o alargamento do sector para norte, foi encontrada a estrutura 2.

4.3.5.2 - As Estruturas e o estudo microespacial

As estruturas circulares escavadas (estruturas 1 e 2) são constituídas maioritariamente por pedras graníticas (algumas de granito gnáissico) e pouca participação de xisto, pedras essas raras vezes aparelhadas e consolidadas com uma argamassa saibrenta, de coloração bege.

Foram elaboradas em aparelho de tipo irregular, ou *opus incertum*, com paramento interno e externo e enchimento de pequenas pedras. A parede tem de espessura, em média, 0.50 m.

A cabana 1 apresenta grandes dimensões: tem, no sentido norte-sul, 7.40 m de diâmetro externo e 6.34 metros de diâmetro interno; e no sentido este-oeste 7.60 de diâmetro externo e 6.44 m de diâmetro interno. A largura da parede varia entre 0.50 e 0.54 m.

A altura é irregular mas sempre muito baixa. Contudo, se incluirmos o alicerce pode atingir valores de 90 cm ou mais.

Numa pequena sondagem de 1.00 m x 0.50 m (englobando partes dos quadrados N0, N1 e O1, face interna) foi possível averiguar que, pelo menos neste local, esta estrutura possui um alicerce superior a 70 cm de profundidade, com paramento interno perfeito, o que poderá dever-se - descartadas outras hipóteses iniciais, como a existência de um silo - à inclinação do terreno e à necessidade de suportar uma parede mais alta. Houve, inclusivamente, necessidade de recorrer à regularização da inclinação do terreno (de nascente para poente), antes da colocação do solo de ocupação (saibro amassado), com uma camada de terra de textura fina, de coloração castanha escura, semelhante à camada 2, e que designámos por camada estratigráfica 4.

Com esta sondagem foi possível conhecer também o tipo de construção do alicerce do muro, constituído por pedra granítica de pequeno porte.

Trata-se de uma estrutura planificada e elaborada com precisão, com um alicerce forte e bem enterrado no solo, o qual foi preparado e posteriormente nivelado com saibro.

A área de maior declive do sector encontra-se a oeste. Por esse motivo, os fenómenos de erosão actuaram aqui de forma mais evidente e arrastaram o muro, do qual restam apenas vestígios do alicerce. O mesmo aconteceu com a muralha interna (que se encontra muito próximo desta estrutura), também neste ponto quase inexistente.

A cabana 2, de configuração circular, foi construída da mesma forma que a estrutura 1. Apresenta, contudo, menores dimensões: 6.27 m de diâmetro externo e 5.42 m de diâmetro interno, no sentido norte-sul.



Foto 78 - As cabanas 1 e 2 (sector A) no final da intervenção de 1977. Ao fundo, o torreão.



Foto 79 - Perspectiva geral da cabana 1.

A altura da parede, irregular mas sempre muito baixa, atinge o máximo de 0.53 m. A largura varia entre 0.45 e 0.48 m. A cabana posiciona-se 0.58 m a norte da cabana 1.

A matéria-prima empregue foi o granito de grão grosso e médio e algum xisto e granito gnáissico.

No interior da cabana 2 foi deixado um testemunho central, em forma de quadrado, referente à camada 3 (nível de ocupação), de modo a realçar o contraste com o nível de base (designado mais à

frente por nível 4), onde assentam as pedras do alicerce. A camada 4 foi – tudo leva a crer – intencionalmente colocada, tal como na área de ocupação da cabana 1, sobre a rocha-base, a fim de nivelar o solo para o posterior assentamento das estruturas. É uma terra compacta, saibrenta, acastanhada, com índices radiculares médios, onde os materiais arqueológicos têm uma ocorrência quase nula.

A cabana 2 encontra-se também muito destruída na sua parede nascente, não tendo sido possível delimitar a totalidade do muro. O alicerce e o respectivo negativo desapareceram, inclusivamente, em toda a parte nordeste da estrutura.

Tal como na cabana 1, não foi encontrada qualquer indicação do buraco de poste ou de outra estrutura que ajudasse a sustentar a cobertura da cabana.

O estudo micro espacial interno da cabana 1 (Foto 78; Figura 111) revelou a existência de várias áreas de trabalho sobre as quais foi feito um estudo cuidado assim como a implantação no desenho planimétrico.

A - Lareiras (1 e 2)

A lareira existente possui, como dimensões internas, 0.64 m de largura e 0.56 m de comprimento. Foi consolidada e reconstruída após a sua escavação.

As pedras que a compõem, sem aparelhamento, são maioritariamente em quartzo e o



Foto 80 - Pormenor das diversas áreas de trabalho no interior da cabana 1.

granito calcinado, de coloração esbranquiçada.

Localiza-se no Qd. A1, na transição do nível 2 para o nível 3, e assenta no piso de saibro amassado que, com a combustão frequente, se transformou num lastro muito compacto.

Nos Qds. N2 e O2, encostado à parede interna e numa área de mais de 2 m², detectaram-se fragmentos de cerâmica, grande quantidade de carvões, assim como fragmentos de piso queimado na superfície, em tudo idênticos aos da lareira mencionada. Tratar-se-á, eventualmente, de vestígios de uma outra estrutura similar, localizada no lado oposto (a oeste). Infelizmente, esta zona apresenta-se muito destruída, não tendo sido possível encontrar qualquer vestígio pétreo da

hipotética lareira.

B - Depósito de matéria-prima relacionado com as bases de percussão (3)

Do lado esquerdo da entrada existe um depósito constituído por cerca de meia centena de seixos rolados de quartzito e algumas pedras roladas de granito de grão fino, provavelmente provenientes do rio Coura. Imbricado e consolidado com saibro, o conjunto encontra-se delimitado por uma fiada de ardósia (xisto negro) que se encaixa, regra geral, na base da estrutura, sustentando-a.

Em termos de dimensões, esta edificação possui 1.40 m de comprimento, 0.65 m de largura e cerca de 0.20 m de altura.

Pensávamos inicialmente tratar-se de um depósito de pedras para rebolos de mó manual, uma vez que algumas delas possuem um certo desgaste, revelador do uso e da sua deposição intencional, e o conjunto se encontra na área onde ocorreram mós de vaivém e rebolos. No entanto, o facto de se encontrarem consolidadas com saibro não contribui para esta interpretação – apesar de, com o passar dos tempos, a compactação poder ter acontecido pela infiltração do saibro, formando-se uma espécie de argamassa.

A desmontagem parcial da estrutura (posteriormente reconstituída) permitiu localizar na base um buraco de poste, de pequeno diâmetro, o que veio dificultar ainda mais a interpretação do local. Terá o buraco servido para sustentar um poste cujo espaço, após a sua deterioração, foi ocupado pelos seixos? As diversas possibilidades podem coexistir.

Segundo a nossa interpretação, este "conjunto", adossado à face interna da Estrutura 1, terá sido um depósito de pedras para futuros rebolos, uma espécie de contraforte de sustentação e de protecção do poste em relação ao fogo que se fazia nas proximidades (do qual falaremos de seguida) e estaria, desta forma, associado à área de moagem e trituração/percussão existente no espaço imediato.

C - Estrutura de moagem e trituração/percussão (bases de percussão) (4)

No seguimento do depósito de seixos existe uma grande pedra, em granito de grão grosso, que possui de diâmetro 0.94 m x 0.76 m. Foi afeiçoada de forma circular e alisada na parte superior. Encontra-se de tal modo enterrada no solo que se confunde com um afloramento.

A cerca de 0.40 m existe outra grande pedra, também em granito de grão grosso, colocada de cutelo, tendo-se encontrado, encostados ao seu lado sul, vários trituradores (pilões ou percutores sem talhe) quartzíticos e graníticos. Possui 0.56 m de comprimento e 0.24 m de espessura.



Foto 81 – Pormenor interno do muro da cabana 1.

As duas pedras terão sido utilizadas como bases de trituração/percussão, podendo a circular ter servido também de base a outros serviços, nomeadamente apoio às mós de vaivém que se encontraram nas proximidades ou outra actividade com recurso ao fogo, o que se comprova pelas manchas negras sobre o branco do abundante feldspato que possui o granito de grão grosso - elemento geológico caracterizador das bases de percussão.

Algumas pedras uniam esta zona ao depósito de seixos: pedras relativamente pequenas, grande parte delas queimadas⁽²⁴⁾ e com destacamento superficial provocado pela temperatura a que estiveram submetidas.

(24) Apesar de as termos incluído no desenho de campo, optámos por não as implantar no desenho planimétrico pois o excesso de informação levaria à sua incompreensão.

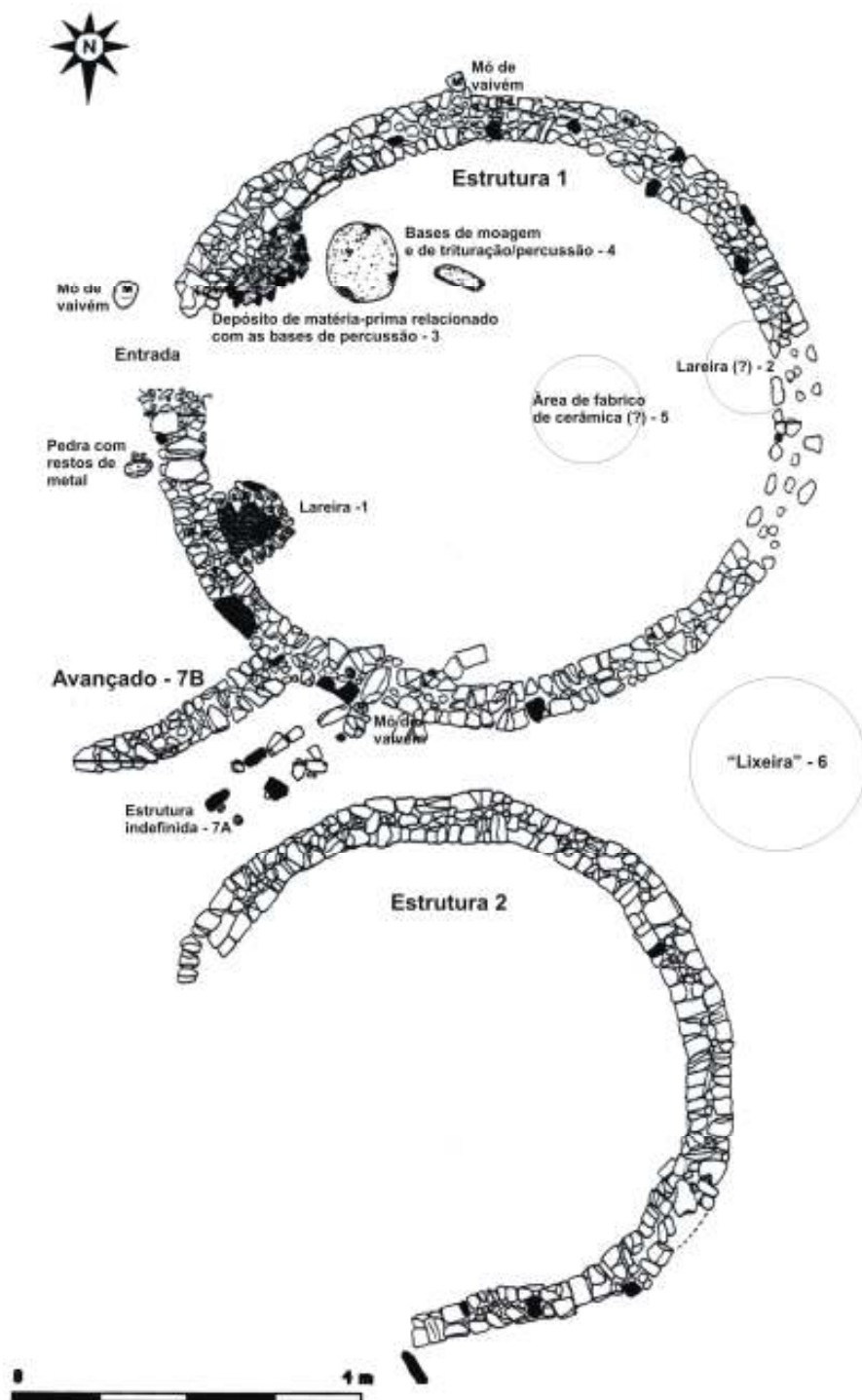


Figura 111 - Distribuição das áreas de actividades artesanais do sector A, designadamente da estrutura 1.

D - Eventual local de fabrico de peças cerâmicas (5)

Após a desmontagem do Perfil 3A, foi possível descobrir - numa zona mais ou menos central da estrutura e correspondente ao Qd. N2 e ao nível 3 (piso de ocupação) - uma mancha sub-circular, com 50 cm de diâmetro, constituída por restos de barro e fragmentos cerâmicos, que terá sido, provavelmente, um local de fabrico de peças cerâmicas.

E - Buracos de poste

Tal como em Cossourado, apesar de todas as sondagens realizadas no interior das duas estruturas, não foi encontrado qualquer buraco ou estrutura de sustentação de poste – motivo pelo qual se supõe não ter sido utilizado. A existência em Romarigães de um piso em saibro amassado denunciaria facilmente qualquer vestígio do orifício ou da matéria orgânica proveniente do poste de madeira, tal como sucedeu com o pequeno buraco encontrado sob o depósito de seixos.

O **estudo micro-espacial do exterior da cabana 1** centrou-se no espaço compreendido entre esta e a Cabana 2, onde existem o depósito de restos (provavelmente lixeira) e o avançado.

F - Lixeira (6)

Nesta zona (uma área entre os Qds. N0, NN0.0, O0 e O0.0, com cerca de 60 cm de diâmetro) ocorreram vários fragmentos de barro, restos de objectos cerâmicos, muitos carvões e cinzas e, nas proximidades, várias mós de vaivém e rebolos.

A escavação minuciosa documentou a deposição intencional dos lixos num espaço previamente preparado com pequenas pedras. Desmontada toda a "estrutura" e escavada a camada situada sob o referido lastro de pequenas pedras, não foi encontrado qualquer espólio.

Concluimos estar na presença de uma zona de depósito de restos, eventualmente até de fabrico de objectos cerâmicos, mas, essencialmente, um espaço que serviu de lixeira de uma ou das duas cabanas. Estes elementos levam-nos a supor a realização de uma limpeza periódica ao interior e mesmo ao exterior das estruturas e, conseqüentemente, a não existência de grandes quantidades de materiais no interior das estruturas.

G - Avançado (7B) e estrutura paralela (7A)

O avançado ("caranguejo") da estrutura 1 é constituído por uma única parede e foi construído a nordeste, de forma a proteger dos ventos a entrada da cabana, voltada a nascente. Possui 0.45 m de largura e 2.30 m de comprimento.

No sentido de procurarmos encontrar o segundo braço do avançado, realizámos uma sondagem nos Qds. B2, B3 e A3, tendo sido encontradas apenas algumas pedras profundamente encaixadas no saibro de base, sem definir qualquer tipo de estrutura.

Nos Qds. A0 e AA00 situa-se o resto de uma possível estrutura (7A), muito destruída, para a qual não encontramos função. É formada por pedras graníticas e três de xisto, algumas colocadas de cutelo. Na área envolvente surgiram bastantes fragmentos de cerâmica e carvão vegetal. Dista 0.37 m do avançado.

4.3.5.2.1 - Articulação dos espaços

As grandes dimensões da estrutura 1 estão, aparentemente, relacionadas com os seus elementos internos e externos – indicadores materiais da prática de actividades artesanais.

Terá sido uma estrutura de boa construção, situada em local de destaque no povoado e com funcionalidade associada à habitação e à prática de actividades artesanais, tal como a cabana 2, embora aqui se registre a total ausência de estruturas de apoio e a escassez de espólio.

A proximidade que se verifica entre as duas construções e entre outras das quais apenas encontramos vestígios leva-nos a supor que o povoado teria uma densidade populacional considerável, pelo menos no espaço delimitado pela muralha interna. Ao contrário do que se verifica em Cossourado – onde existe um largo corredor entre a muralha que circunda a plataforma superior e as cabanas – , em Romarigães as estruturas foram construídas até junto da linha defensiva, como se observa no sector A.

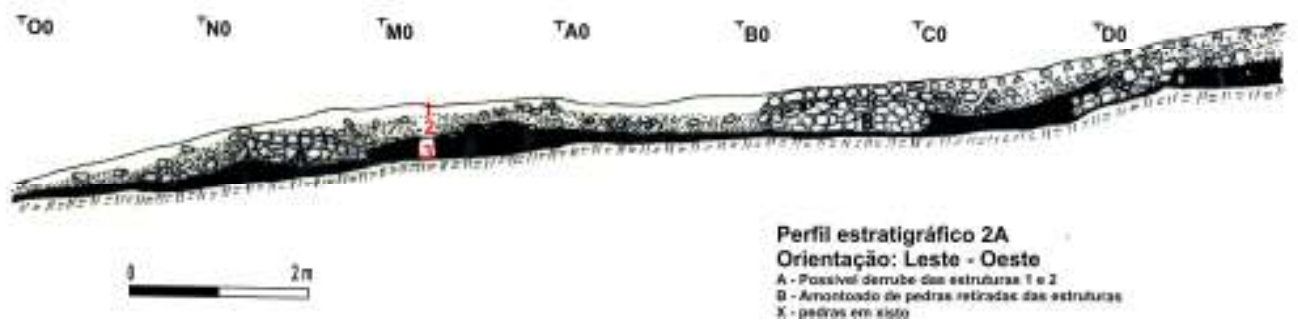
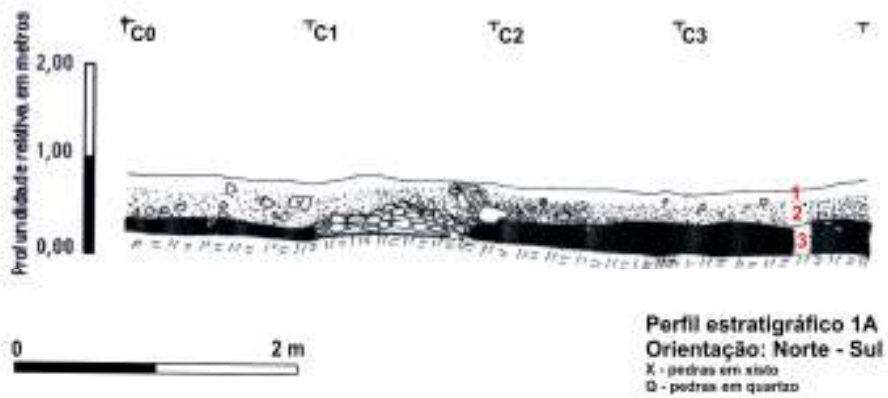
4.3.5.3 - A Estratigrafia dos sectores de habitação e serviços (Figuras 112 a 115)

A estratigrafia do sector A⁽²⁵⁾ foi estudada através dos cortes 1A (no sentido norte-sul, lado oeste), que permanece no local; 2A (no sentido este-oeste, lado sul), desmontado parcialmente; 3A (no sentido este-oeste, lado sul), que correspondia ao interior da cabana 1 e foi desmontado na sua totalidade e 4A (no sentido este-oeste, lado sul, atravessando os quadrados O0, NN, NM, AA, BB, CC e DD 3.3). Este último está situado no topo norte do sector e foi mantido como testemunho da estratigrafia.

(25) Acompanhe-se a leitura do texto com a visualização dos desenhos dos cortes estratigráficos existentes.



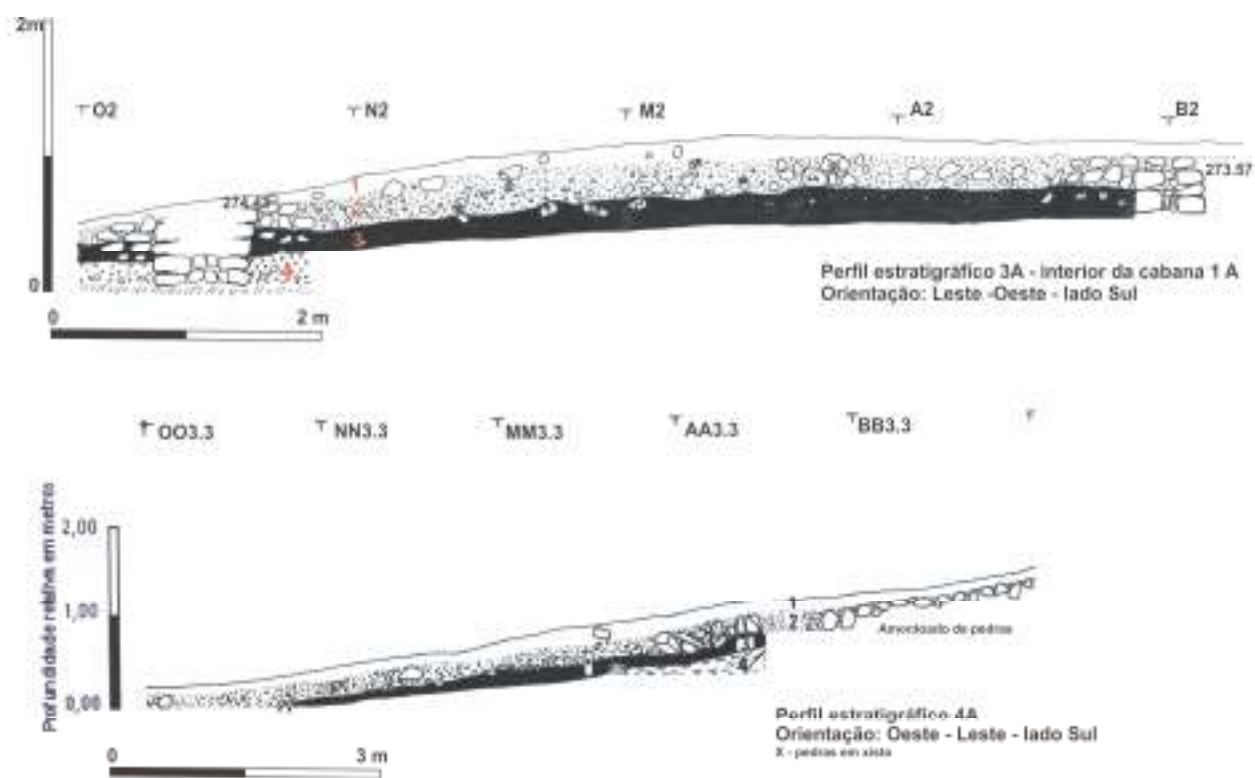
Foto 82 – Perfil estratigráfico 1A.



Figuras 112 e 113 - Perfis estratigráficos 1A e 2A.



Foto 83 – Perfil estratigráfico 2A.



Figuras 114 e 115 - Perfis estratigráficos 3A e 4A.

Os perfis definidos apresentam camadas idênticas, em número de três ou quatro, com espessuras relativamente finas e caracterizam-se resumidamente da forma que se segue:

1 - Camada de terra superficial, humosa, pouco compacta e pouco dura, não homogênea. Granulometria de fracção fina, com areias. Índices radiculares muito elevados. Coloração acastanhada escura.

2 - Camada de terra que apresenta sinais de maior compactação e homogeneidade. Granulometria de fracção fina, com areias. Menores índices radiculares. Coloração acastanhada. Apresenta grande quantidade de pedras de derrube e o amontoado intencionalmente organizado.

3 - Camada de terra saibrenta, compacta, com índice de dureza elevado, homogénea. Granulometria de fracção fina, com areias. Índices radiculares escassos em relação aos outros níveis (raízes muito finas). Processos edáficos muito pouco desenvolvidos. Coloração acastanhada clara, não homogénea. Corresponde ao nível de ocupação. Apresenta pedras de xisto e quartzo apenas no corte 1 A.

4 - Camada de terra compacta, com índice de dureza elevado, homogénea, saibrenta. Granulometria de fracção muito fina, com areias. Índices radiculares muito baixos. Coloração acastanhada, não homogénea, com tons acastanhados escuros e amarelados. Possui vestígios de granito em decomposição. É praticamente estéril no que diz respeito a espólio arqueológico. O nível foi colocado intencionalmente apenas em algumas áreas do sector como preparação/nivelamento do solo para o assentamento das estruturas, pelo que apenas se encontra nos perfis estratigráficos 3A e 4A.

5 - Saibro de base, por vezes composto por um grosso granulado granítico. Corresponde, nos locais sem estruturas, ao nível 3.

O espólio aparece indistintamente nas camadas 2 e 3 devido aos fenómenos pós-deposicionais a que foram submetidas, embora a maior profusão se registre na camada 3.

4.3.6 - O Sector B

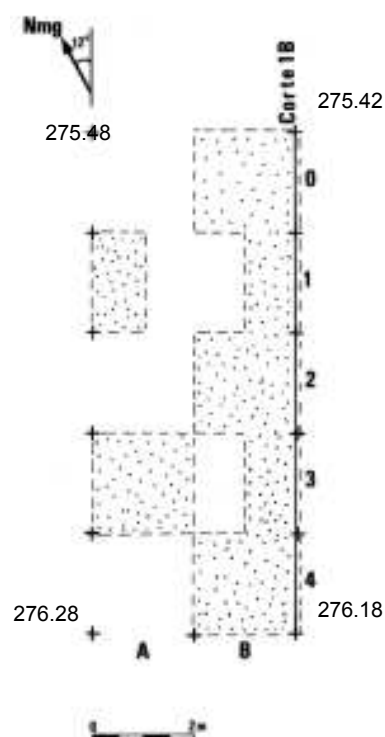
O sector B foi implantado na zona norte do povoado, entre o torreão de vigia e o talude externo.

Foi materializada no terreno uma quadrícula (**Figura 116**) em vala com 10 x 4 m, cujos quadrados foram escavados alternadamente, "em xadrez", alguns na totalidade (A3, B0, B2 e B4), outros em apenas um metro (lado nascente - B1 e B2 - e lado oeste - A1), de acordo com o método utilizado no sector A (decapagem horizontal).

A escavação de alguns quadrados em metade da área, do lado nascente da quadrícula, teve como objectivo primordial definir um corte estratigráfico.

Os quadrados abertos até ao solo de base revelaram ausência de estruturas e espólio em número muito reduzido. Tal como no sector A, a potência estratigráfica é muito pequena, não excedendo o meio metro.

Um dado que se revelou interessante e que suscitou algumas dúvidas relaciona-se com as fossas testemunhadas no corte estratigráfico 1B. Escavadas até ao solo de base, não forneceram qualquer material, apesar de se ter crivado a terra com malha muito fina e ter sido feita a flutuação.



Trata-se, sem dúvida, de uma área geologicamente rica, onde se verifica a junção de afloramentos de granito com outros de xisto, evidente nos Qds. B3 e B4.

Somente nesta área detectámos alguns vestígios de ambiência romana, nomeadamente 4 fragmentos de ímbrice e 1 de tégula, muito deteriorados, e uma moeda romana, que nos fornece uma cronologia "post quem" que remete para a primeira metade do século IV d. C.



Foto 84 – Início da sondagem no sector B (1992).



Foto 85 – Final da sondagem no sector B (1992).

4.3.6.1 A estratigrafia (Figura 117)

Neste sector foi analisado apenas um corte estratigráfico (corte 1B), no sentido norte-sul, lado nascente, em parte caracterizador de todo o sector. Apresenta quatro camadas estratigráficas e caracteriza-se da seguinte forma:

1 - Camada de terra superficial, humosa, pouco compacta e pouco dura, homogénea. Granulometria de fracção fina, com areias. Índices radiculares muito elevados. Coloração acastanhada escura.

2 - Camada de terra com sinais de maior compactação e homogeneidade. Granulometria de fracção fina, com areias. Baixos índices radiculares. Coloração acastanhada clara. Várias bolsas atravessam esta e outras camadas inferiores.

3 - Camada de terra de textura compacta, homogénea, com índice de dureza elevado. Granulometria de fracção fina, com areias. Índices radiculares escassos em relação aos outros níveis (raízes muito finas). Processos edáficos muito pouco desenvolvidos. Coloração acinzentada.

4 - Saibro de base.

A simplicidade estratigráfica do sector A opõe-se à complexidade do sector B, sobretudo na sua parte nascente, uma vez que todo o corte do lado oeste tem uma formação geológica idêntica aos cortes do sector A. Aqui, especialmente nos quadrados B2, B3 e talvez na continuidade destes, existe uma grande mistura de camadas de textura muito fina e muito compacta, de várias colorações, mescladas.

Na área referente ao quadrado B2, do lado oeste, a camada 2 sobrepõe-se parcialmente à 1, o que evidencia a existência de fenómenos pós-deposicionais.

Estas camadas intrusas no sector existem apenas na área destes quadrados e foram, aparente e intencionalmente, depositadas no corte feito no saibro de base, com uma finalidade, para nós, desconhecida.

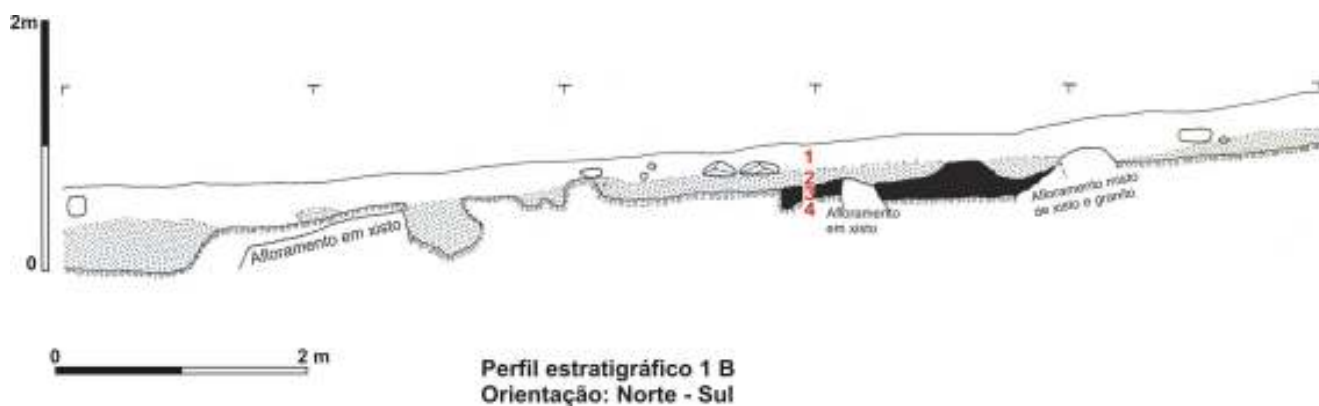


Figura 117 - Perfil estratigráfico 1B.

4.3.6.2 - O espólio: generalidades

O sector B revelou-se muito pobre em espólio, pelo que o pouco encontrado será estudado conjuntamente com o proveniente do Sector A.

Em escavação ocorreram materiais tipicamente romanos: na camada 1, uma moeda - um *folli* de Constantino I -, tégula e ímbrice; na camada 2 e 3: fragmentos de cerâmica indígena, de fabrico micáceo.



Foto 86 – Talude interno aquando da realização do desenho do perfil - Sector C, 1992.

4.3.7 - O Sector C e a estratigrafia das estruturas de defesa

Aproveitando uma parte do talude externo, que terá sido em tempos destruído para a abertura de um caminho carreteiro que conduz ao topo do monte, realizámos, na face oeste, uma pequena sondagem, que consistiu na verticalização do corte e na limpeza do caminho.

O corte estratigráfico resultante foi então desenhado e analisado. Devido à sua extensão foi necessário implantar quatro estações.

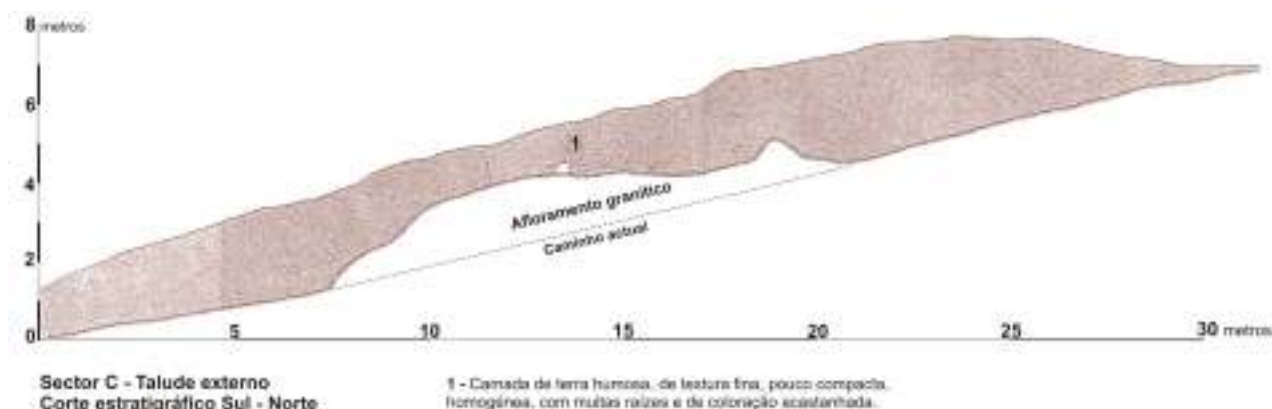
Foi possível, desta forma, confirmar a construção do talude com terra e muito pouca pedra granítica, que assentam sobre saibro e rocha base de granito calco-alcalino, porfiróide, de grão grosso, com uma coloração acinzentada e duas manchas oblíquas de granito de grão um pouco mais fino, de coloração amarelada, provavelmente devido à intrusão de elementos ferrosos.

O corte do talude do lado oposto (nascente) está muito destruído.

Este sector, que designamos por sector C, situa-se do lado sul do povoado. A norte existe um outro caminho carreteiro que também cortou o talude externo, muito próximo do sector B, cujo tipo de construção é em tudo semelhante.

A ausência de várias camadas estratigráficas (**Figura 118**) leva-nos a supor que a construção do talude se efectuou, mediante o aproveitamento da orografia do terreno, numa só fase, não tendo havido reconstruções profundas posteriormente.

O corte tem, no seu ponto mais alto, uma potência estratigráfica de 3,20 m - à cota de 266,11 (atingida aos 18 metros de comprimento) - e uma extensão de 32 m. O desnível é de 7,40 m, estando o ponto inicial a uma cota de 269,15 m e o ponto final a uma cota de 261,75.



4.3.8 – Cultura material

Todo o espólio arqueológico foi metodologicamente registado por camada estratigráfica, quadrado, sector e data, e, aquele que apresentava características mais significativas, foi coordenado de forma tridimensional, sendo calculadas, na maioria dos casos, altitudes absolutas. Foram também registadas indicações relativas à sua posição no interior ou exterior das estruturas.

Na sua maior parte, os materiais surgiram concentrados em determinadas zonas (no interior ou nas proximidades das estruturas escavadas) e apresentavam-se, regra geral, algo deteriorados.

Após a sua lavagem, marcação, catalogação, registo em desenho e fotografia, estudo

(apresentado nos diversos quadros, segundo os parâmetros previamente escolhidos), análise (quando necessário) e restauro (em alguns casos), o material exumado foi depositado no Gabinete de Arqueologia e Património e no Museu Regional de Paredes de Coura.

Uma vez que o povoado e a respectiva cultura material constituem um todo com bastante unidade, observável aos mais diversos níveis, optámos por efectuar o seu tratamento de forma conjunta.

4.3.8.1 - Espólio cerâmico

Como é habitual nas estações

arqueológicas da Idade do Ferro, os fragmentos de cerâmica

constituem a maior parte do espólio arqueológico.

No final das campanhas de escavação, realizadas entre

1992 e 1997, foram contabilizados 586 fragmentos no designado sector A, tendo-se constatado o aumento da

ocorrência do espólio cerâmico aquando da escavação do solo de ocupação.

A escavação permitiu também recolher diversos restos de barro e estudar algumas manchas desse material.

Gráfico XXXV - Tipos de desgordurante e quantidade de ocorrência

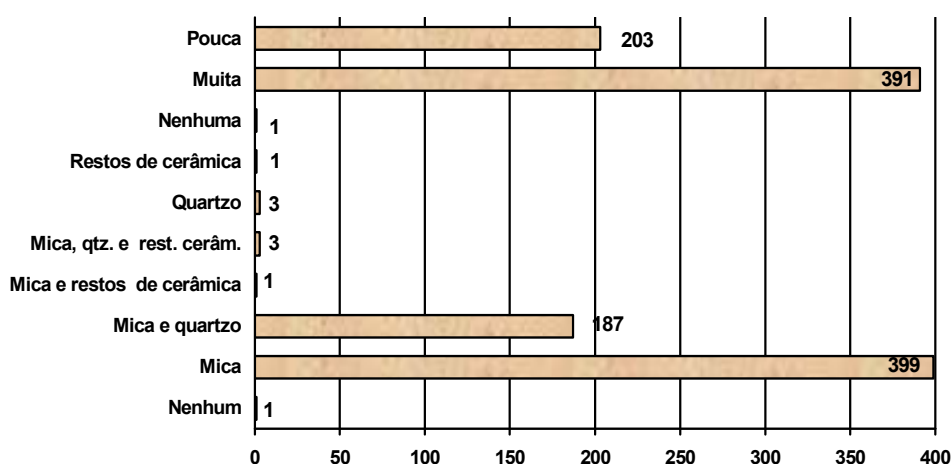
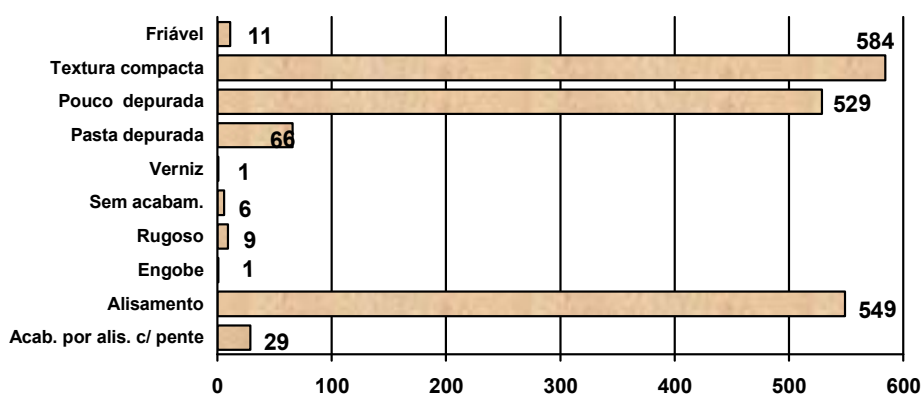


Gráfico XXXVI - Tipo de acabamento, pasta e textura



• **Tipo de pasta** (desgordurante, pasta, textura e acabamento) e **de fabrico** (tipo de fabrico, coloração - interna, externa e cerne - e cozedura – **Gráficos XXXV a XXXIX**)

A análise macroscópica revelou a existência de uma cerâmica de fabrico manual, com componente desgordurante micáceo predominante, seguido pela mistura de mica com quartzo.

A **pasta** é maioritariamente pouco depurada e, com algumas ocorrências, depurada. Na generalidade, os fragmentos são elaborados com pasta de textura compacta e, raramente, com pasta friável.

O **acabamento** foi, regra geral, efectuado por alisamento interno e externo (549), existindo também exemplares com acabamento obtido por alisamento com pente (29) – a por nós designada cerâmica penteada - e com engobe.

Em termos de **colorações internas e externas**, a cor acastanhada (com variações entre o claro e o escuro) é largamente predominante, existindo alguns casos alaranjados, acinzentados e negros.

Os **cernes** são também, regra geral, acastanhados (519), registando-se alguns com tons negros, acinzentados e alaranjados.

Os tons alaranjados, bem como a cozedura oxidante, são característicos da cerâmica de importação pré-romana.

Os dados apresentados sobre a coloração das pastas cozidas foram decisivos para a caracterização da qualidade e da atmosfera de cozedura dos fornos utilizados. O nível de cozedura atingido é também variável, oscilando entre o relativamente bom (504), o razoável (5) e o mau (86).

A **atmosfera de cozedura** dominante no forno foi a redutora (541).

Os indicadores estatísticos apresentados associados à falta, no registo arqueológico, de qualquer elemento indicador da existência de fornos, leva-nos a supor que a cerâmica indígena seria cozida em fornos do tipo cova, em que a falta de oxigénio era uma constante.

No que concerne ao **tipo de fabrico** verifica-se que a quase totalidade das vasilhas foi fabricada manualmente (574), existindo alguns exemplares elaborados com o auxílio da roda de oleiro (11) e com moldes (10).

Gráfico XXXVII - Coloração interna e externa das pastas cerâmicas

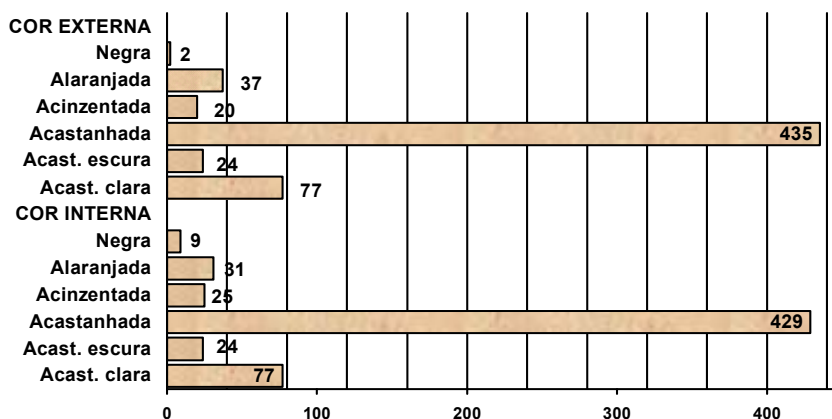
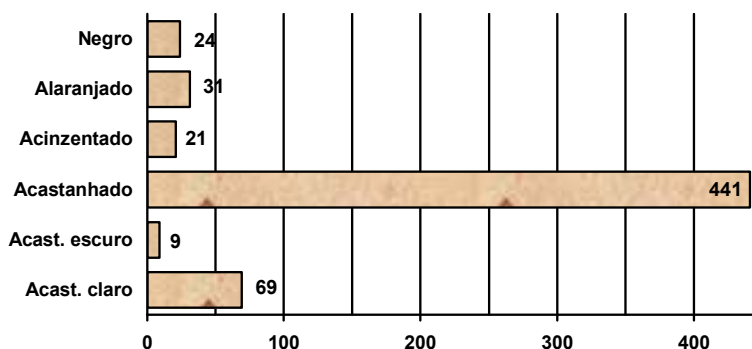


Gráfico XXXVIII - Tipos de coloração dos cernes dos fragmentos cerâmicos



Podemos agrupar a cerâmica em dois grandes conjuntos: um constituído por cerâmica com abundante ocorrência de mica como desengordurante e outro onde a mica existe em pouca quantidade, situação que nos leva a considerar a hipótese de a argila ter sido recolhida em dois ou mais barreiros.

• **Forma e dimensões dos fragmentos (Gráficos XL e XLI)**

Uma vez que não possuímos peças inteiras que nos permitam um estudo formático preciso, caracterizámos os fragmentos da seguinte forma: 456 atípicos, 40 bordos, 18 fundos planos, 19 fragmentos do colo, 53 do bojo, 2 asas e 9 fragmentos atípicos com decoração.

A diversidade dos **bordos** não é significativa, tendo sido possível identificar apenas quatro tipos de secções, cuja configuração é, regra geral, bastante simples. Predominam as peças de bordo com secção aplanada (17) e arredondada (15). Os bordos de secção apontada são mais raros (6), assim como aqueles que apresentam um espessamento externo, cuja secção não se enquadra em nenhum tipo por variar, ao longo da peça, a morfologia do bordo.

A **orientação** deste tipo de acabamento superior das peças apresenta-se normalmente saliente (38) e, apenas em dois casos, recta.

Gráfico XXXIX - Tipos de fabrico e de cozedura (forno e qualidade)

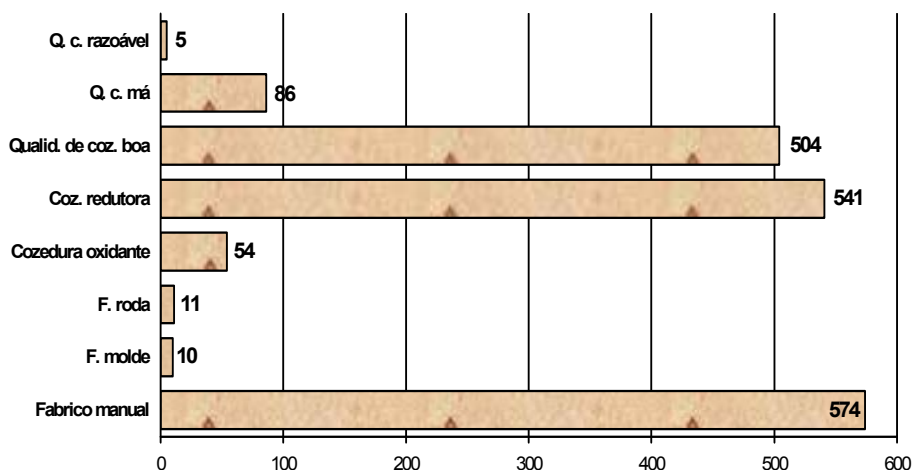


Gráfico XL - Percentagens de tipos de fragmentos

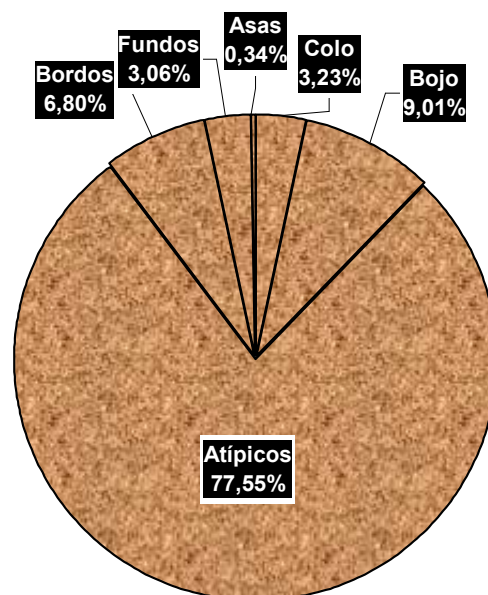
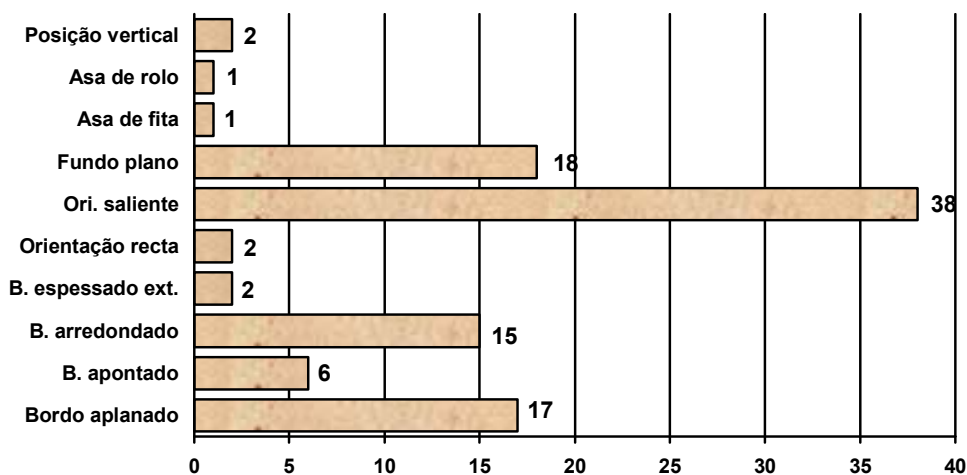


Gráfico XLI - Tipos de secção e orientação dos bordos; tipos de fundos e tipos e posição de asas



O tipo de configuração dos fundos das peças, a acreditar na pequena amostra de dezoito exemplares, é muito pobre, conhecendo-se apenas exemplares planos.

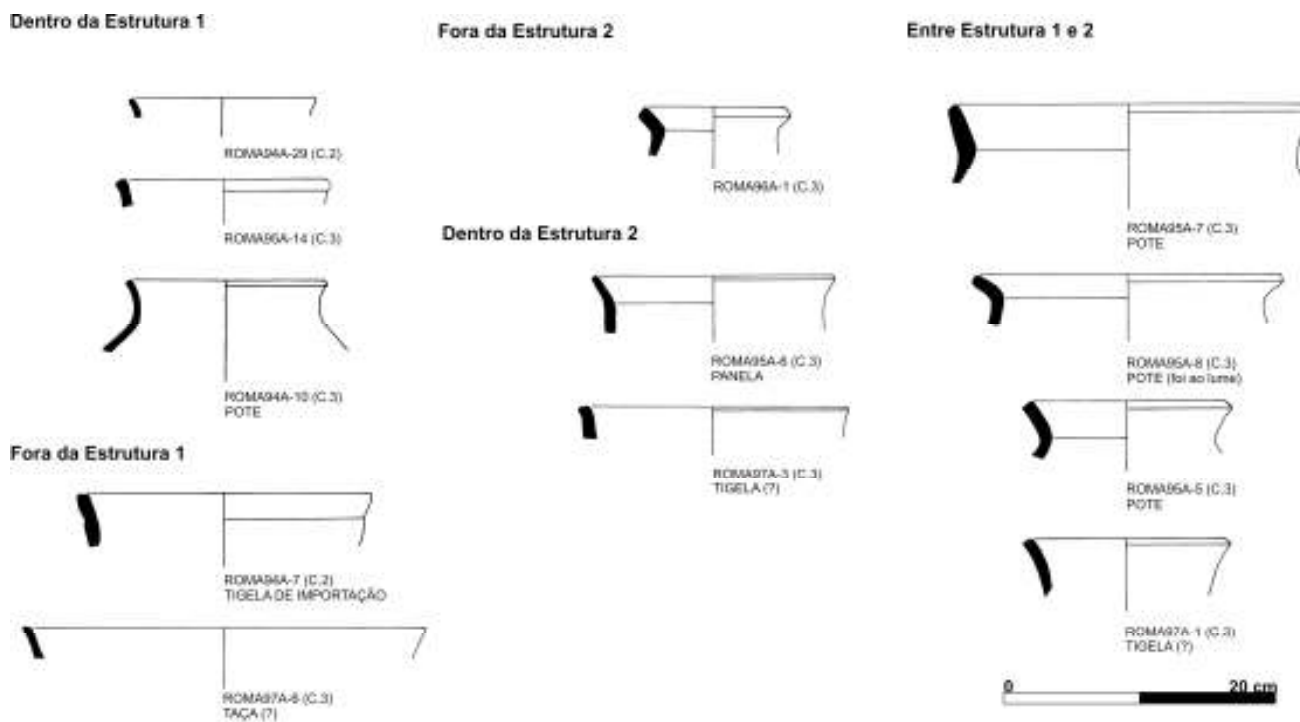


Figura 119 - Bordos aplanados.

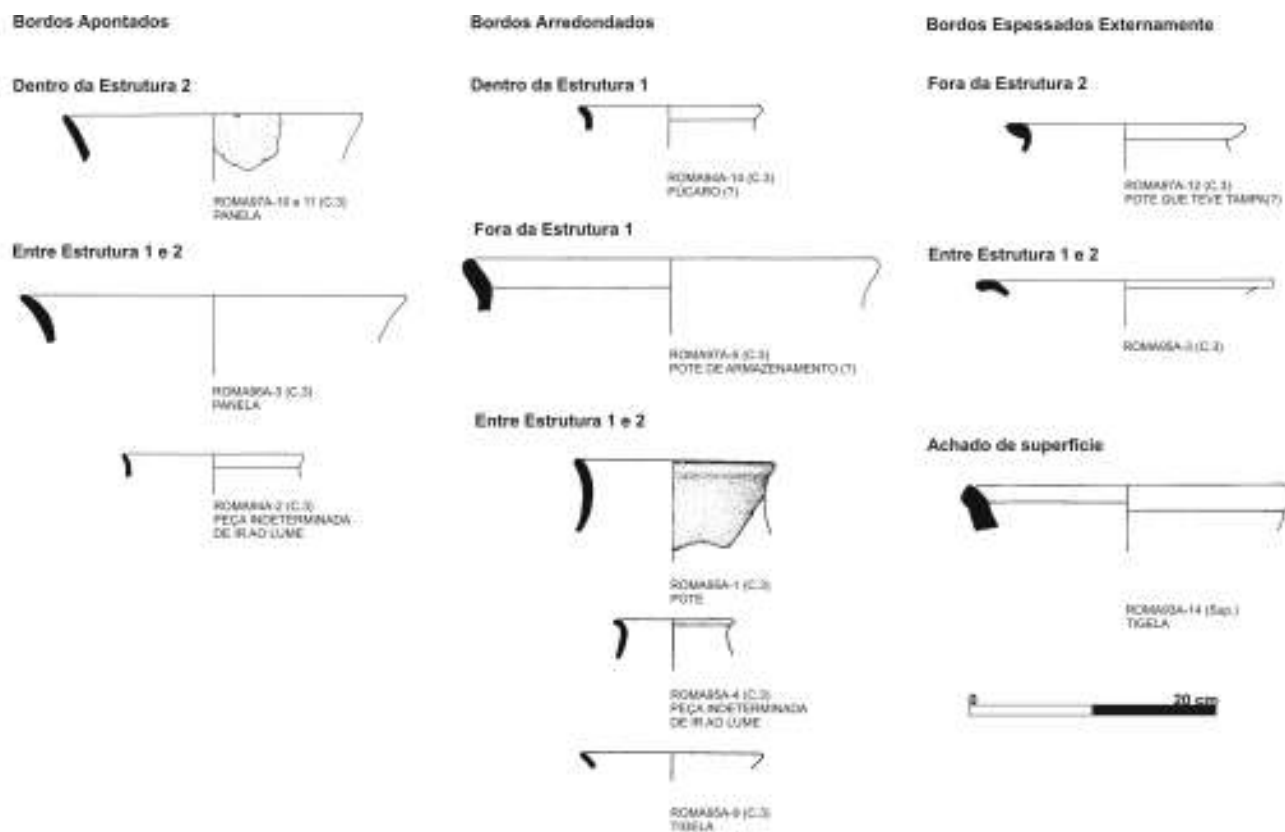


Figura 120 - Bordos apontados, arredondados e espessados externamente.

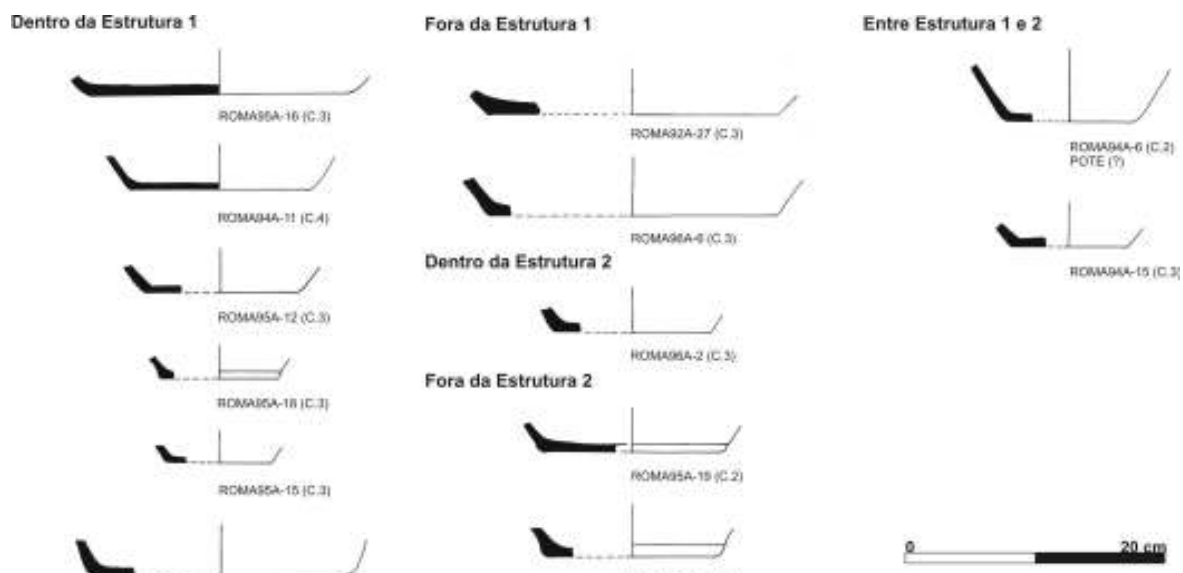


Figura 121 - Fundos planos.

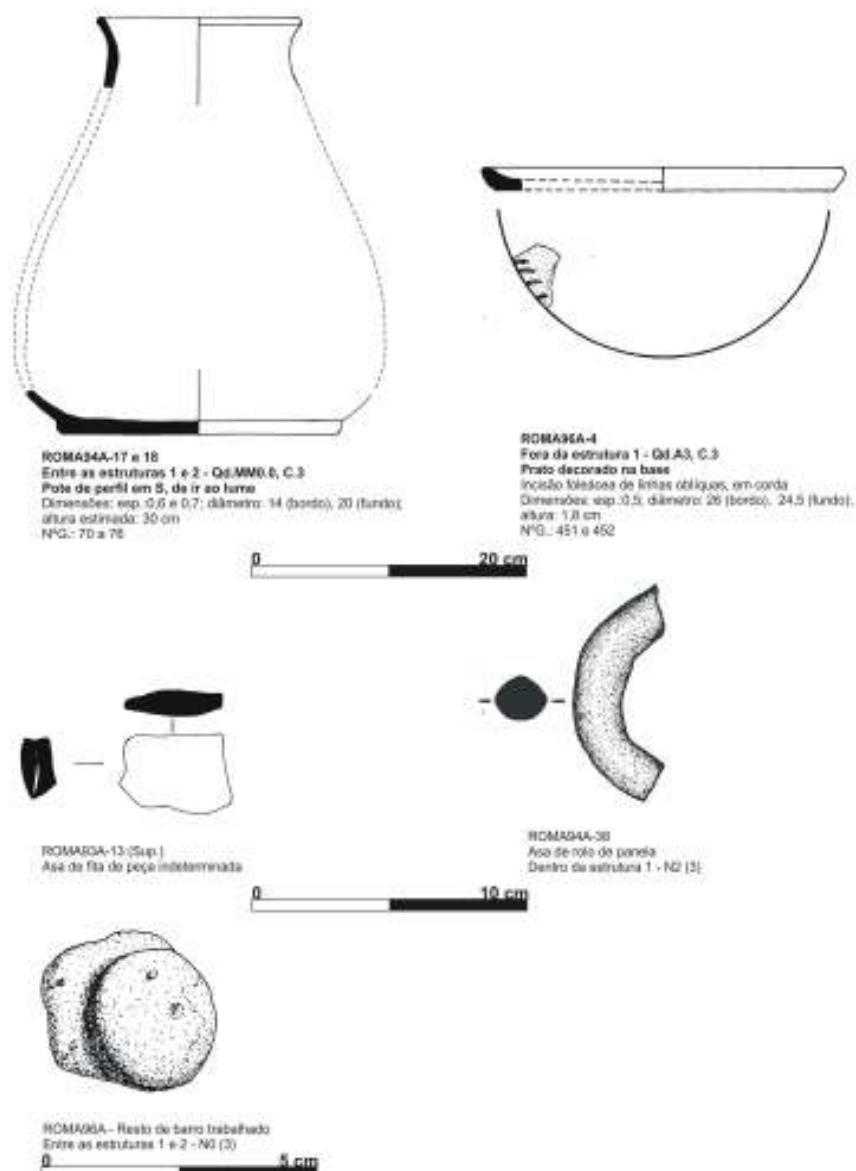


Figura 122 - Reconstituição de vasilhas, elementos de prensão e resto de barro trabalhado.

Os **elementos de prensão ou suspensão** são muito raros, existindo apenas dois exemplares: um de asa de secção em fita e outro de secção em rolo. A asa de fita estaria colocada em posição vertical em relação ao eixo morfológico da peça.

Os elementos de suspensão com orifício e as orelhas de suspensão não foram encontrados no registo arqueológico.

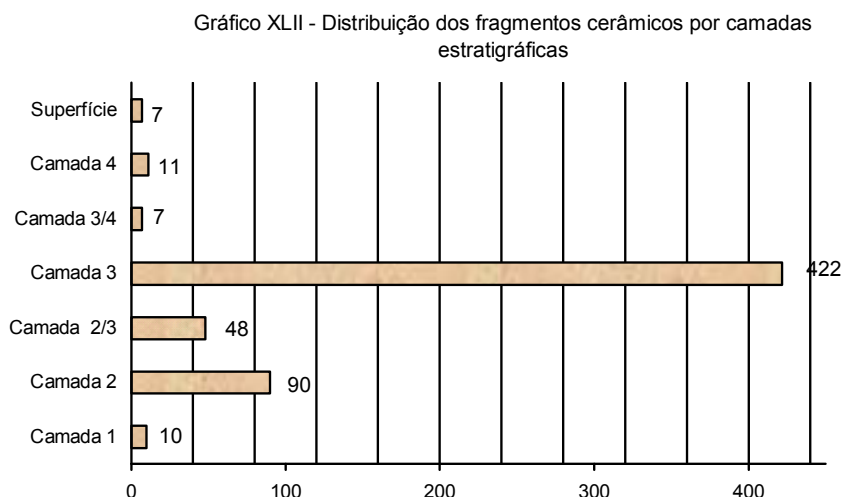
No que diz respeito ao **estudo métrico** dos fragmentos, podemos referir que as espessuras são em tudo normais, possuindo as vasilhas de maior porte espessuras e diâmetros maiores: a espessura oscila entre 1,4/1,5 cm e 2,5 cm e os diâmetros são superiores a vinte centímetros, com

um máximo de 32 cm no bordo e 22,5 cm no fundo. A média geral da espessura dos fragmentos do povoado aponta para os 0,76 cm.

Em face do exposto, podemos afirmar que os elementos caracterizadores das periferias superiores, bases e elementos de prensão das vasilhas de Romarigães pautam-se por uma extrema simplicidade, assim como se verifica em relação a outros tipos de fragmentos identificados (colos e bojos), sem carenas ou alguma indicação de manufactura de configuração mais elaborada.

• Distribuição estratigráfica dos fragmentos (Gráfico XLII)

Uma vez que os fragmentos cerâmicos que surgiram nos níveis 2, 3 e 4 não apresentam diferenças passíveis de caracterizar cronologica e vivencialmente cada um dos níveis estratigráficos, efectuaremos a sua análise conjuntamente. Tal como se pode aferir pelo **gráfico XLII**, temos 10 fragmentos na camada 1; 90 na



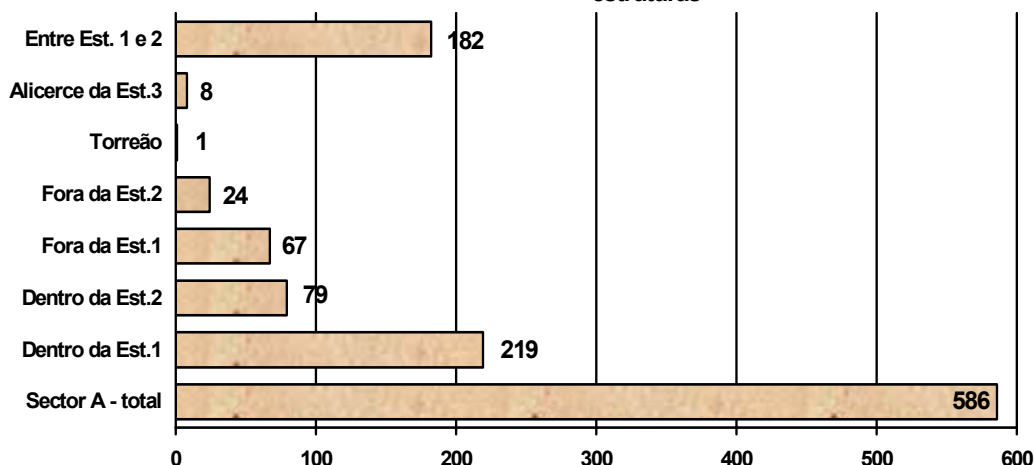
camada 2; 422 na camada 3; e 11 na camada 4. Ocorreram ainda alguns fragmentos à superfície (7) e em situação de transição entre as camadas 2 e 3 (48) e entre as camadas 3 e 4 (7). O nível estratigráfico que apresenta a maior concentração deste tipo de espólio é o 3 – o nível de ocupação.

• Distribuição espacial dos fragmentos (Gráfico XLIII)

O estudo do espólio cerâmico segundo a sua distribuição espacial proporciona-os mais algumas informações. Constata-se que os fragmentos surgem mais concentrados no interior da cabana 1 (219) e em locais situados entre a cabana 1 e a cabana 2 (182). No interior desta última foram encontrados 79 fragmentos. Em diversos pontos do sector foram encontrados ainda 94 fragmentos distribuídos da seguinte forma: 67 no exterior da estrutura 1; 24 no exterior da estrutura 2 e 3 relacionados com o alicerce do que seria a terceira estrutura.

A quantidade de espólio cerâmico encontrado no interior da cabana 1 é, relativamente à cabana 2, muito elevada. Contudo, se compararmos com a área de lixeira e as restantes áreas circundantes à estrutura 1, verificamos que ocorre maior quantidade de fragmentos no exterior das estruturas. Esta constatação reforça a teoria da provável limpeza periódica das cabanas e da respectiva deposição dos restos no espaço exterior.

Gráfico XLIII - Distribuição espacial dos fragmentos de cerâmica pelas estruturas



4.3.8.1.1 Cerâmica de importação pré-romana e romana

A cerâmica de importação tem uma presença residual de apenas 16 exemplares, distribuídos pelos dois sectores intervencionados (10 no sector A e 6 no sector B).

De entre estes 16 fragmentos conseguimos identificar a tipologia de onze. Temos, assim, no que respeita à cerâmica de cobertura romana, dois fragmentos de tégula e quatro de ímbrice. São provenientes do nível de superfície: um do interior da cabana 2 e os outros do sector B. Foram, em qualquer dos casos, deixados após o abandono do povoado, como indica a localização estratigráfica.

No que respeita aos fragmentos de cerâmica de importação pré-romana encontrados no sector A, identificámos uma tigela, um fragmento de *skyphos*, uma peça que, embora indeterminada, terá tido uma utilização culinária ou terá estado com frequência na proximidade de lume e seis fragmentos indeterminados. Qualquer destes fragmentos, excepto o de *skyphos*, possui uma pasta bastante mais depurada do que os fragmentos autóctones e tons alaranjados.

O único fragmento de cerâmica de importação pré-romana do qual podemos identificar o lugar de origem é o pequeno fragmento de *skyphos*, descrito pelo Prof. Doutor Andrés Adroher Auroux, do Departamento de Pré-História e Arqueologia da Universidade de Granada, da forma que segue:

"INFORME SOBRE EL FRAGMENTO ATICO DE FIGURAS ROJAS

Fragmento informe de cerámica ática de figuras rojas. Posiblemente perteneciente a un skyphos por la disposición de las líneas de torno, muy paralelas ante la verticalidad de la pieza, así como por la disposición de la decoración pintada, por completo al exterior de la pieza. La decoración debió corresponder a la clámide de uno de los personajes enfrentados en los campos entre las palmetas situadas bajo las asas, elemento típico de las series correspondientes a los skyphos y kylix del Pintor de Viena 116 o Grupo Fat Boy, imposible de determinar por las dimensiones reducidas del fragmento.

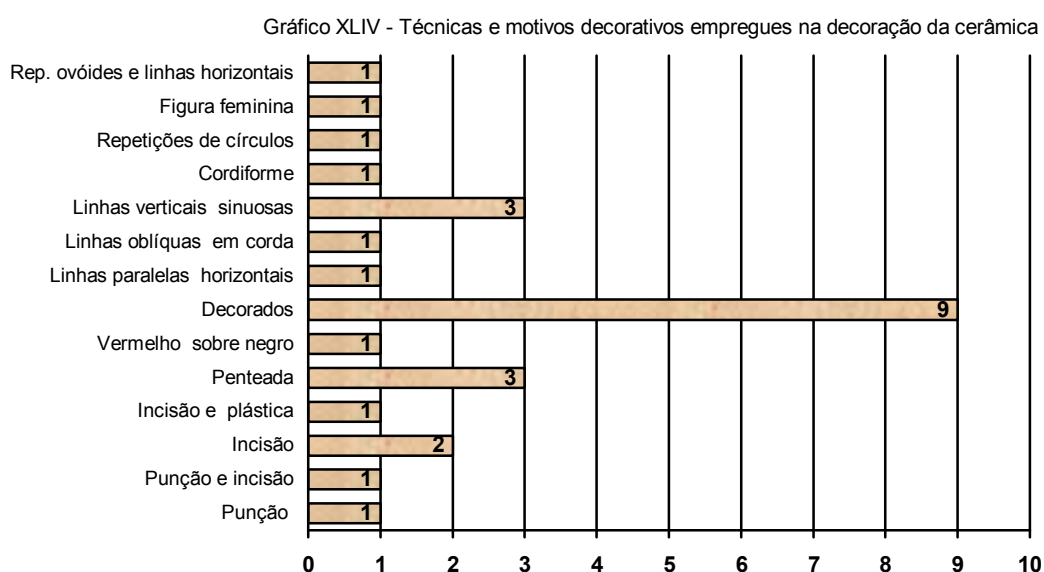
Cronológicamente debemos situar este fragmento en torno al segundo cuarto del siglo IV a.n.e., momento coetáneo al cargamento de un pecio como El Sec, que transportaba este tipo de material.

Tipológicamente, así pues, posiblemente habría que considerarlo como un skyphos de doble curva, tipo que se desarrolla durante el ámbito cronológico abarcado por las producciones a las que hemos hecho mención con anterioridad. Un vaso para beber vino, utilizado en la Grecia Clásica que, a diferencia de las Kylix, parece relacionarse más bien con ambientes externos a la propia Atenas, es decir, que podría considerarse como un vaso provinciano."

4.3.8.1.2 - Tipologia da cerâmica decorada (Gráficos XLIV e XLV; Figuras 123 e 124)

A cerâmica decorada é muito rara em Romarigães, resumindo-se a sua ocorrência a nove fragmentos, entre os quais um fragmento de cerâmica ática e três com acabamento/decoração penteada, pelo que nos restam cinco fragmentos com decoração propriamente dita.

A **técnica decorativa** mais utilizada é a incisão, que se apresenta de forma simples, em linhas



bem gravadas na pasta cerâmica ou sugeridas por um pente ou outro instrumento semelhante que, para além de alisar a pasta, lhe imprimia uma decoração com linhas ténues (de difícil identificação) e sinuosas.

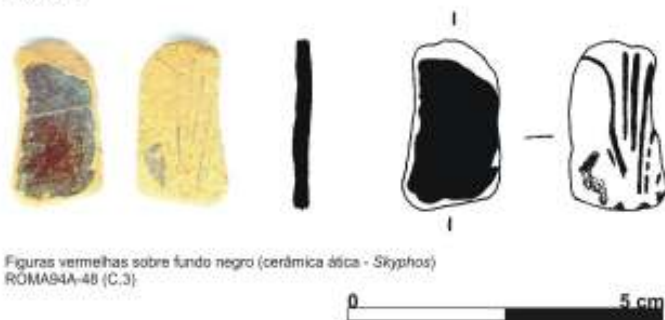
Este tipo de técnica surge também associado a outros, como a punção e a técnica plástica. A punção ocorre, ainda, num caso isolado.

Os motivos decorativos são, na totalidade dos casos, formas geométricas que se desenvolvem em linhas horizontais, verticais, oblíquas ou formando corda em superfície plana ou sobre rolo, proporcionando, no último caso, uma sensação de relevo - o cordiforme. Os círculos e as formas ovóides têm uma ocorrência singular.

Um dos fragmentos de maior singularidade possui uma decoração incisa, foliácea, e ornamentava a base de um prato (?).

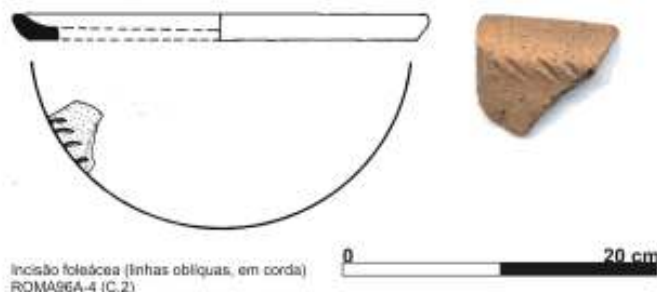
Dentro da Estrutura 1

Pintura

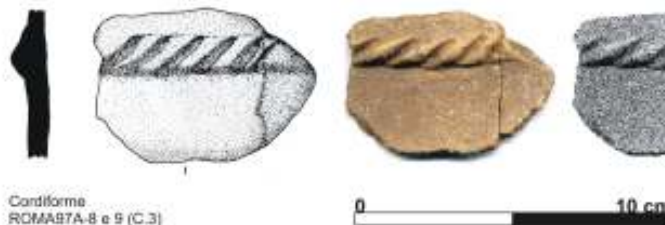


Fora da Estrutura 1

Incisão



Plástica e incisão



Entre estruturas 1 e 2

Incisão

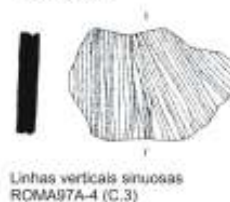


Incisão e punção



Dentro da Estrutura 2

Penteada



Alicerce da Estrutura 3

Punção

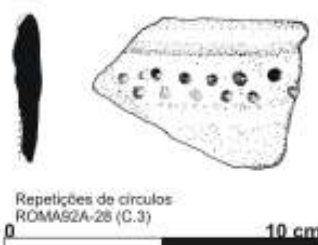


Figura 123 - Fragmentos com elementos decorativos do povoado.

Os fragmentos de cerâmica decorada pertencem a restos atípicos, pelo que supomos que a ornamentação seria colocada em zona média da peça ou perto do bordo, como acontece com o fragmento com o código ROMA92A - 28.

O pequeno fragmento de cerâmica ática teria uma figura humana feminina, pintada a vermelho sobre fundo negro (**Figura 123**), como refere o estudo do Prof. Andrés Adroher Auroux. Contudo, como não é um fragmento de peça autóctone, não nos ajuda à caracterização da decoração cerâmica típica do povoado.



Figura 124 - Tipologia da técnica e dos motivos decorativos.

Em resumo, a decoração da cerâmica segue os cânones referidos, com motivos geométricos e técnicas de elaboração simples, que se desenvolvem num plano horizontal.

A tipologia que elaborámos pretende analisar as diversas técnicas utilizadas nos três povoados estudados, mediante a sua conversão em números acrescidos, por vezes, de letras de forma a assinalar as diversas variantes.

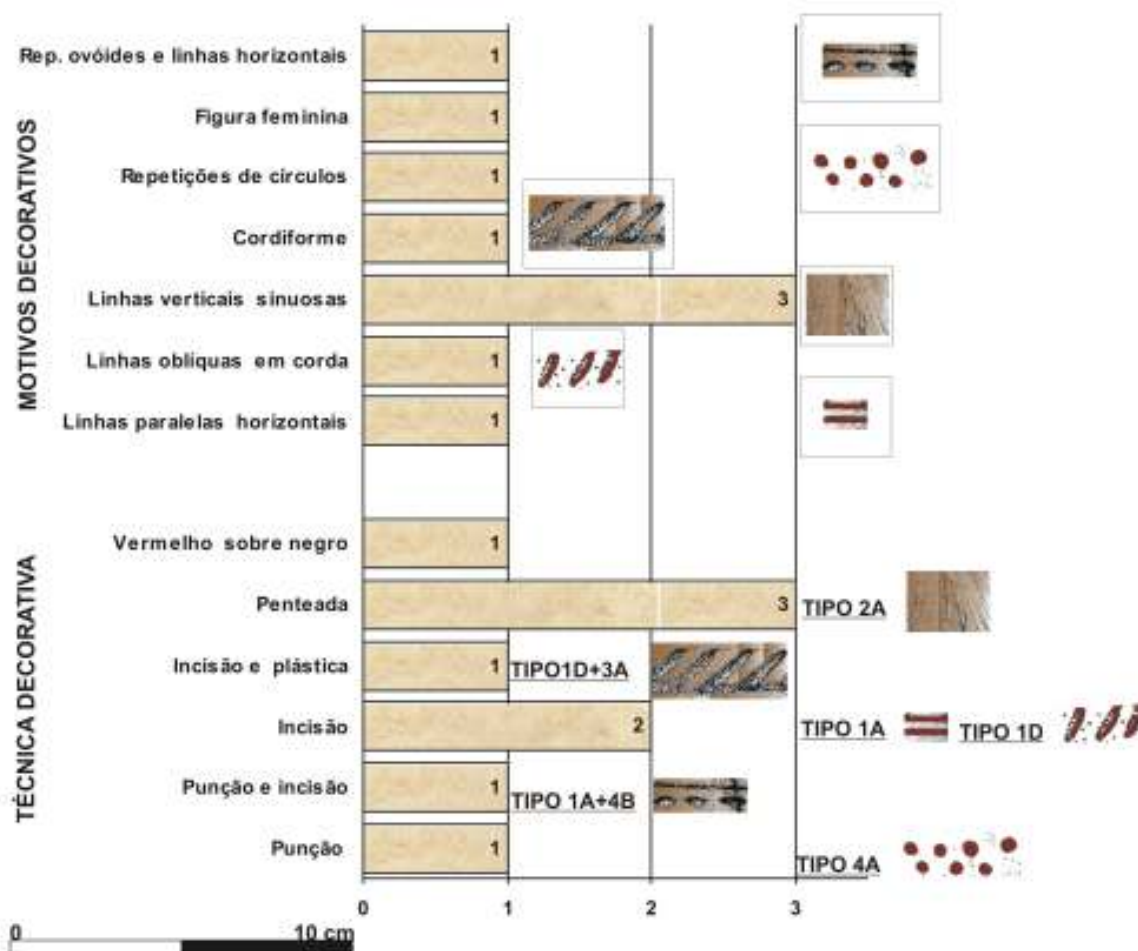


Gráfico XLV - Tipologia e quantidade de ocorrência da técnica e dos motivos decorativos cerâmicos.

Em Romarigães, ocorre a incisão ou Tipo 1 na sua variante 1A (linhas incisas paralelas) e 1D (linhas incisas, foliáceas e oblíquas).

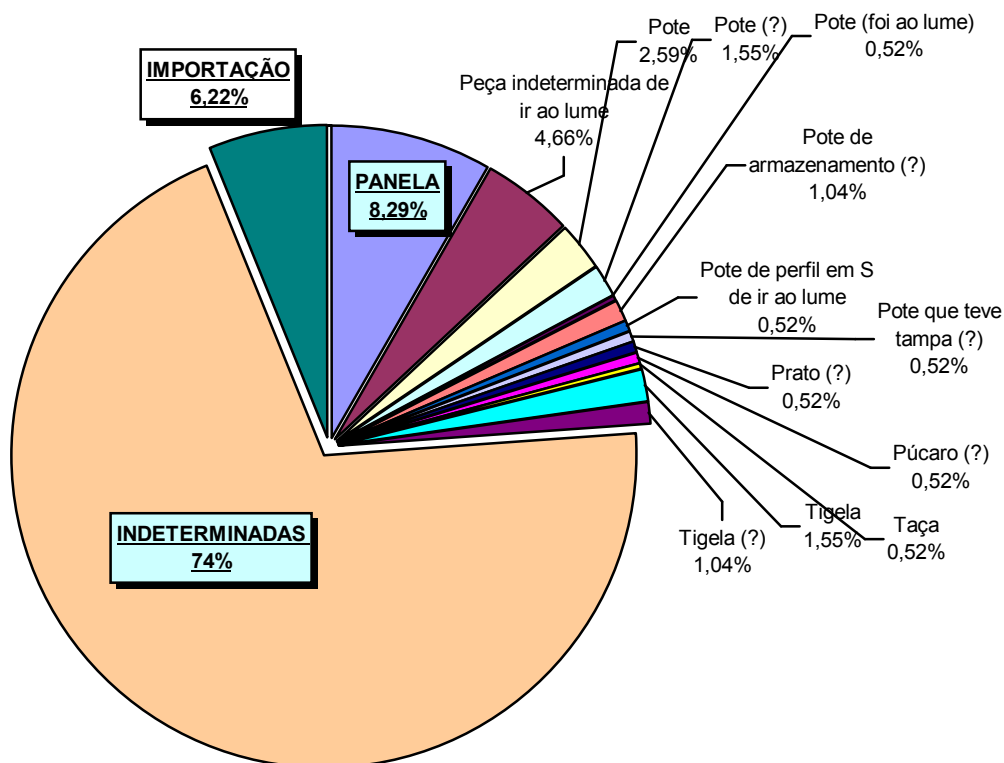
A técnica penteada ou Tipo 2 ocorre no seu tipo 2A (linhas verticais sinuosas).

A punção corresponde ao Tipo 4 e ocorre na sua forma mais simples - a repetição de círculos.

As técnicas mistas ou compostas associam-se nos Tipos 1 e 3 (incisão e plástica), nas variantes 1D e 3A (cordiforme).

A associação dos Tipos 1 e 4 (incisão e punção) ocorre nas suas variantes 1A (linhas horizontais) e 4B (repetição de ovóides).

Gráfico XLVI - Percentagens de peças autóctones identificadas, de importação e não identificadas

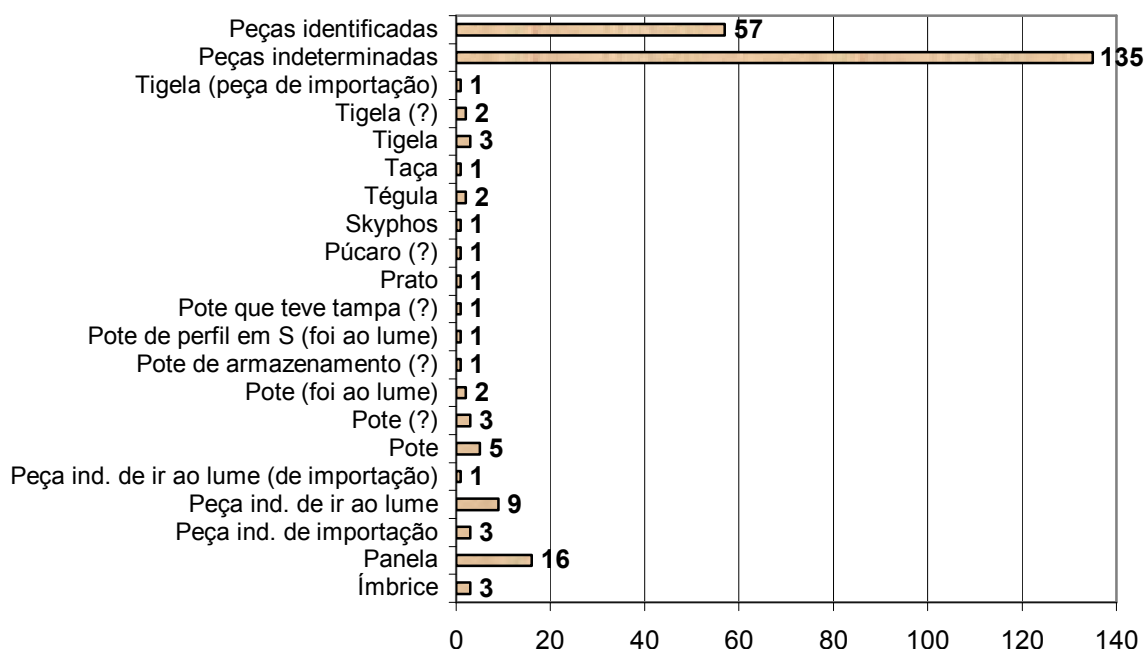


4.3.8.1.3 - Tipologia das vasilhas cerâmicas e sua distribuição espacial (Gráficos XLVI e XLVII)

O estudo dos 595 fragmentos encontrados em Romarigães permitiu identificar cerca de 192 peças, das quais 57 foram tipologicamente classificadas e agrupadas, embora com bastantes dúvidas, em seis tipos e diversos subtipos. Tal como em Cossourado, observam-se maioritariamente panelas e outras peças de utilização culinária, bem como peças de armazenamento.

Muitos dos fragmentos (283) apresentam uma ganga negra pelo facto de terem sido expostos ao lume, confirmando-se que pertenceram a peças com utilização culinária (panelas).

Gráfico XLVII - Tipos de peças identificadas



- Panelas e outras formas de utilização culinária

As formas que, pelo número, mais se destacam em relação às demais são as que tiveram uma utilização culinária (recipiente para confecção de alimentos) – e que, por analogia com a actualidade, classificamos como panelas, sendo o seu objectivo a transformação de alimentos para consumo colectivo.

Apresentam duas formas distintas:

- Tipo Panela 1 - panelas "tipo alguidar" com ou sem suspensão

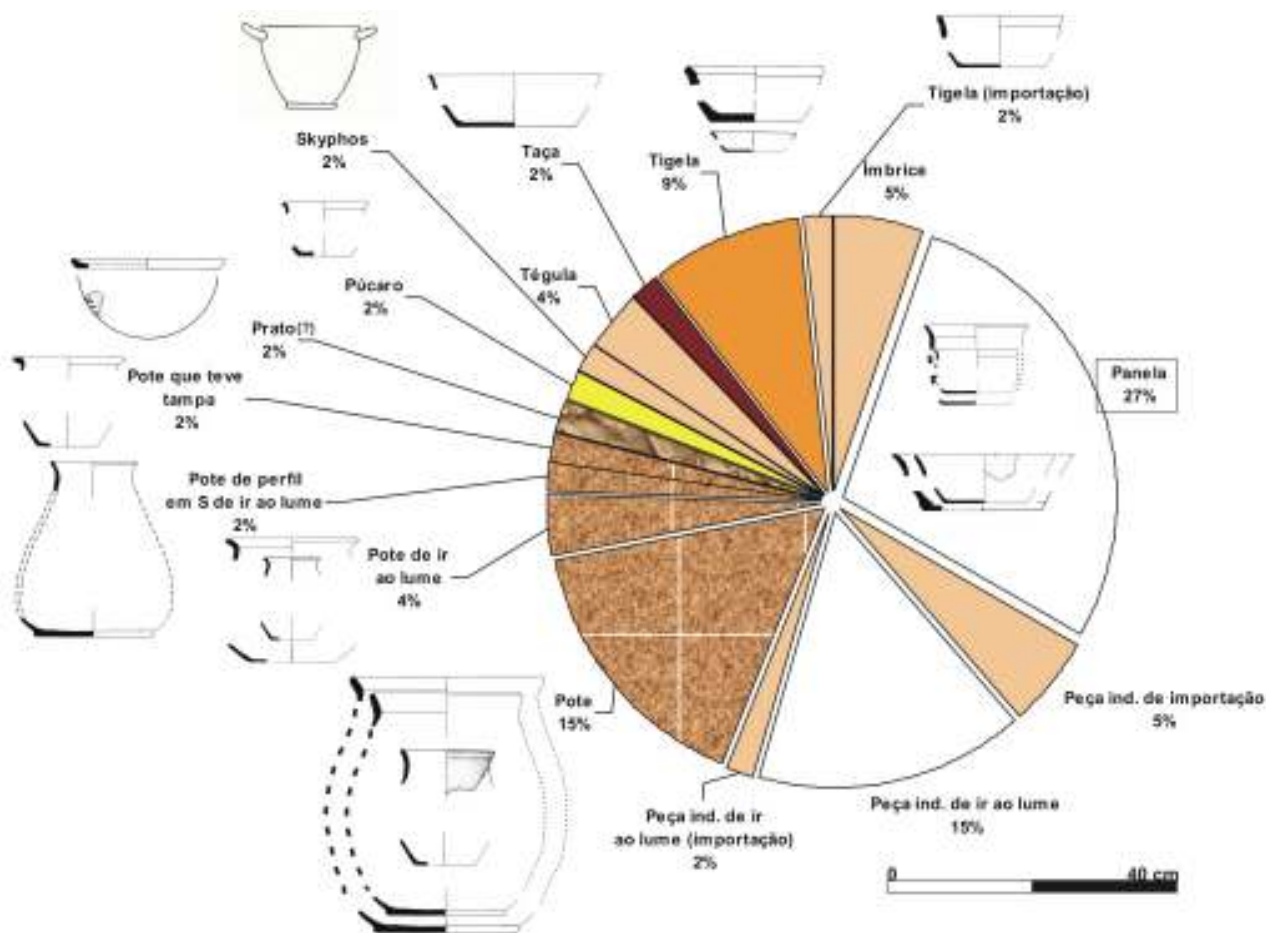
Esta forma assemelha-se a um alguidar e apresenta um formato aberto, de dimensões médias a grandes (bordos com diâmetro entre 24 a 30 cm e fundos entre 14 a 16 cm), com paredes oblíquas e lisas que se fecham num fundo plano, reforçado.

Apenas num caso foi possível identificar a existência de asas para a suspensão da panela numa estrutura sobre o lume.

- Tipo Panela 2 - painelas de "paredes rectas"

Esta forma é muito diferente da anterior e apresenta menores dimensões e um formato aberto. Possui paredes rectas, fechando em fundo plano e as dimensões do diâmetro do bordo (entre 16 e 18 cm) e do fundo (entre 12 e 14 cm) aproximam-se, ao contrário da forma definida anteriormente.

Gráfico XLVIII - Tipos simplificados de vasilhas identificadas.



Teriam alturas que estimamos rondarem os 10 a 14 cm, no caso das primeiras (panela 1), e os 18 a 20 cm, no caso das segundas (panela 2).

Normalmente, este tipo de peças apresenta uma ganga negra e restos carbonizados de alimentos confeccionados.

- Formas de armazenamento e outras funções

A – Potes de ir ao lume

Além das vasilhas referidas (painelas), em que a identificação da funcionalidade é menos falaciosa, temos alguns potes, de perfil em S mais ou menos pronunciado, de maiores ou menores dimensões, que teriam uma função de armazenamento mas que estariam frequentemente nas proximidades do fogo, uma vez que apresentam ganga negra – embora neles não ocorram os restos

carbonizados de eventual alimento cozinhado -, podendo, por isso, ter tido também a função de aquecimento de líquidos para beber, lavar ou outras serventias.

B – Potes de armazenamento

De formato igual ou semelhante, de grande, médio ou pequeno porte, ocorrem diversos restos de potes que, provavelmente, teriam uma função de armazenamento e transporte de bens de consumo sólidos ou líquidos.

Quadro XXXIX - Distribuição dos tipos de peças pelas estruturas.

Tipo de Peça	Dentro da Est.1	Dentro da Est.2	Fora da Est.1	Fora da Est.2	Torreão	Alicerce da Est.3	Entre Est. 1 e 2	Sem estruturas	Superfície	TOTAL
Ímbrice	-	-	-	-	-	-	-	3	-	3
Panela	8	3	-	1	-	-	4	-	-	16
Peça indeterminada de ir ao lume, de importação	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Peça indeterminada de importação	1	1	-	1	-	-	-	-	-	3
Peça indeterminada de ir ao lume	1	1	1	1	-	-	5	-	-	9
Pote	2	-	-	-	-	-	3	-	-	5
Pote (?)	1	1	-	-	-	-	1	-	-	3
Pote (foi ao lume)	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1
Pote de armazenamento (?)	1	-	1	-	-	-	-	-	-	2
Pote de perfil em S de ir ao lume	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1
Pote que teve tampa (?)	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1
Prato (?)	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1
Púcaro (?)	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1
<i>Skyphos</i>	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Taça	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1
Tégula	-	1	-	-	-	-	-	1	-	2
Tigela	-	-	1	-	-	-	1	-	1	3
Tigela (?)	-	1	-	-	-	-	1	-	-	2
Tigela de importação	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1
SUB-TOTAL	17	8	6	4	0	0	17	4	1	57
INDETERMINADAS	62	12	21	6	1	8	18	3	4	135
TOTAL	79	19	28	10	1	8	34	7	5	192

Em qualquer destas formas o característico perfil em S está presente, de forma mais ou menos pronunciada, conforme o estrangulamento do colo se concretiza mais perto ou mais afastado do bordo.

Apenas possuímos os restos do bordo e do fundo de um pote de perfil em S que, ao contrário do habitual, tem um fundo com um diâmetro bastante grande (20 cm) em relação ao diâmetro bucal (14 cm). Uma reconstituição elaborada em computador aponta para uma altura de cerca de 30 cm.

Regra geral, os restos de potes encontrados possuem dimensões que oscilam na base entre 8 e 12 cm, no bordo entre 14 e 32, e alturas compreendidas entre 16 e 30 cm, ou superiores.

Alguns teriam tampa, uma vez que possuem uma reentrância no bordo.

- Prato (?)

Trata-se de uma forma muito simples, com pequeno bordo e pouca profundidade. Tem 1,1 cm de altura total, 26 cm de diâmetro no bordo e 24,5 cm de diâmetro no fundo. Possuía, como já referido, uma decoração foliácea na base.

No que diz respeito à tipologia, as maiores dúvidas colocam-se em relação aos tipos que denominamos por taças, tigelas e púcaros devido à exiguidade da amostra. As formas das taças e das tigelas são muito semelhantes, diferindo sobretudo no que respeita aos tamanhos.

- Taça

As taças apresentam a mesma forma das panelas "tipo alguidar", com paredes inclinadas. Apenas não possuem ganga negra e restos carbonizados.

Teriam uma funcionalidade relacionada com o consumo individual ou colectivo e, eventualmente, em analogia com a actualidade, poderiam também ser utilizadas para armazenamento temporário de bens de consumo.

Em Romarigães apenas ocorre o tipo Taça 3 (correspondente ao tipo Tigela 3), de acordo com o esquema tipológico elaborado para a bacia superior do rio Coura. Trata-se do único exemplar de taça encontrado e possui bordo de secção aplanada com um diâmetro de 28 cm.

- Tigelas

As formas das taças e tigelas são, como referimos, semelhantes, diferindo sobretudo em relação à função, ao tamanho e, por vezes, à forma da parede.

No que se refere à função, as tigelas estariam relacionadas com o consumo individual.

Em termos de tipologia, ocorrem no povoado os tipos Tigela 3 e Tigela 4, referentes a cinco exemplares identificados:

- Tigela 3 - tigelas com paredes muito oblíquas;

- Tigela 4 - tigelas com paredes com alguma obliquidade, fechando ligeiramente perto do bordo.


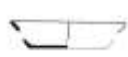



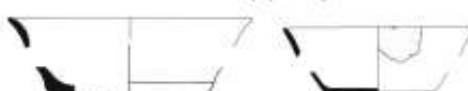
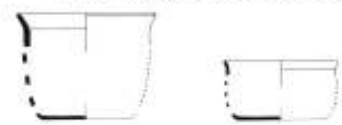

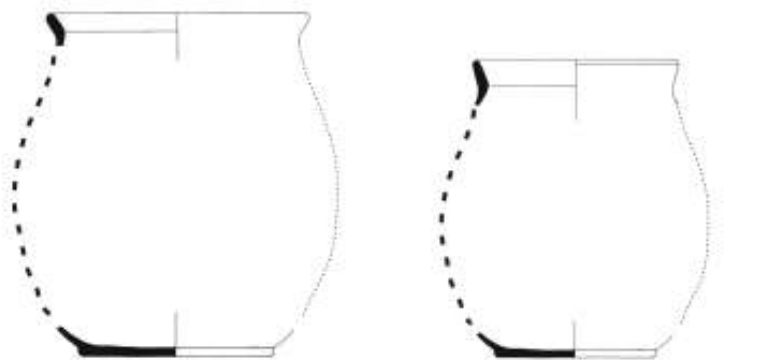
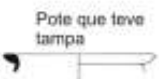

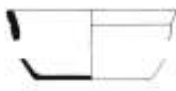
Possuem normalmente bordos de secção aplanada (três exemplares), podendo ocorrer também bordos de formato arredondado ou com espessamento externo.

Os diâmetros de bordo oscilam entre 13 e 18 cm. As alturas - calculadas apenas por estimativa, uma vez que não possuímos qualquer peça intacta - oscilavam entre 3,5 e 7 cm.

- Púcaro (?)

O eventual púcaro identificado é uma peça única, de pequenas dimensões, com um arranque de asa que nos sugere a tipologia. Com um bordo de formato arredondado, possuía um diâmetro de 14 cm.

As suas funções estariam relacionadas com o consumo directo e, eventualmente, individual, de alimentos líquidos.

TIPOS	Reconstituições prováveis dos tipos de vasilhas identificados	
Prato (?)		
Tigelas	Tigela 3 	Tigela 4 
Taça	Taça 2 	Púcaro(?) 
Panelas	<p style="text-align: center;">PANELA 1 Panelas tipo alguidar com ou sem(?) suspensão</p>  <p style="text-align: center;">PANELA 2 Panelas de paredes rectas</p> 	
Potes	<p>Potes de ir ao lume</p>  <p>Potes de armazenar</p>  <p>Pote que teve tampa</p> 	
Peças de importação	 <p style="text-align: right;">Skyphos</p>	 <p style="text-align: right;">Tigela</p>

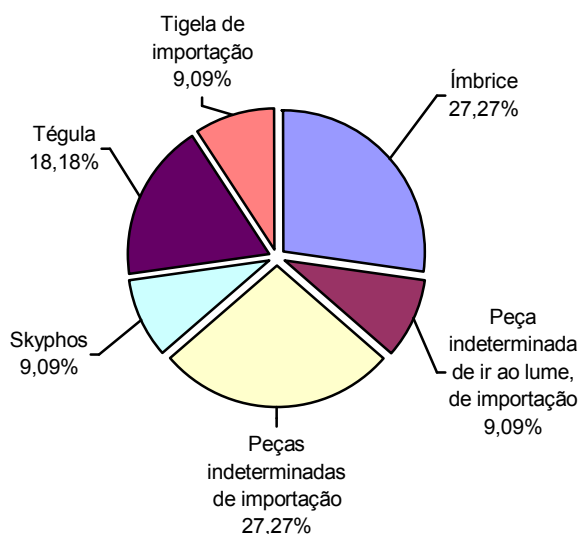
Nota: as peças indicadas com a letra a) foram reconstituídas com base nos fragmentos encontrados, em todas as outras, os fundos, são mera hipótese.

Figura 125 - Tipologia provável dos tipos de vasilhas identificadas.

- Peças de importação

Em relação à cerâmica de importação identificada, além dos habituais restos de construção, como tégula e ímbrice, apenas determinamos a existência do *skyphos* e de uma pequena tigela que, pela cor e forma, recorda as peças de *terra sigillata* romana, faltando-lhe a decantação da pasta e o engobe. Perfazem um total de 12 fragmentos, ou seja, um valor correspondente a 6,2% do total.

Gráfico XLIX - Percentagens das peças de importação



A **tipologia** apresentada para o povoado de Romarigães corresponde a uma mera hipótese de trabalho, condicionada pela pequena amostra de peças identificadas, pela ausência de peças intactas e pelo facto de termos trabalhado com uma amostra muito fragmentada.

Como se pode constatar pelo quadro tipológico anexo, a maioria das reconstituições foi baseada no perfil do bordo, do colo e, por vezes, de parte da pança. Os fundos foram acrescentados que apenas ajudaram a sugerir a forma. No entanto, qualquer dos fundos acrescentados pertencia a outra peça de tipologia idêntica. Assinala-se, nas tipologias anexas, com a letra **a)** as duas únicas peças em que a reconstituição mais se aproxima da realidade, uma vez que os bordos e os fundos pertencem à mesma peça.

Os gráficos de percentagens (**Gráfico XLVI**) e de barras (**Gráfico XLVII**) foram feitos a partir dos tipos identificados, não identificados e de importação. Contudo, no gráfico de percentagens foi necessário agrupar alguns dos tipos de peças autóctones identificadas, o total das peças não identificadas e de importação de modo a facilitar a interpretação do gráfico. O **gráfico XLIX**, por sua vez, apenas indica a forma como se distribuem as percentagens de peças de importação.

No que diz respeito ao **Gráfico XLVIII**, houve, igualmente, necessidade de o simplificar, agrupando alguns tipos de peças, a fim de poderem ser inseridos os respectivos desenhos. Não se incluíram os dados relativos às peças de tipologia indeterminada. A inserção de algumas peças no interior de outras da mesma tipologia foi uma opção ditada por questões de ordem gráfica, para facilitar a leitura do tamanho das vasilhas.

A **distribuição espacial das tipologias de vasilhas** identificadas não nos proporciona grandes novidades, antes ajuda a confirmar as hipóteses tipológicas sugeridas uma vez que, por exemplo, os fragmentos de panelas (amostra que ocorre com mais frequência) foram encontrados no interior das cabanas 1 (8) e 2 (3) ou na lixeira (4), assim como cinco fragmentos de peças de tipologia indeterminada para irem ao lume - provavelmente, de restos de panelas ou potes.

A análise dos fragmentos suscita-nos, porém, dúvidas que, a não existirem, fariam com que tivéssemos um total de 26 vasilhas cuja finalidade/função seria a de confecção/aquecimento/armazenamento de alimentos sólidos ou líquidos, aquecimento esse que poderia também ter outras finalidades.

A estes números deveremos acrescentar também os dois potes de armazenamento, pelo que a maior concentração de vasilhas cuja funcionalidade fica, de uma forma geral, identificada se situa dentro das cabanas do sector A ou no respectivo local de depósito de detritos.

Os objectos em cerâmica possuíam uma morfologia muito simples, que se desenvolvia no sentido vertical, em formas abertas, de base plana, indo de encontro às necessidades impostas por um quotidiano também necessariamente simples.

4.3.8.2 - Espólio Metálico

O espólio metálico obtido nas intervenções arqueológicas efectuadas no povoado fortificado de Romarigães foi pouco significativo, tendo-se resumindo a três peças em bronze, das quais apenas uma fíbula ocorreu praticamente completa. Posteriormente consolidada e reconstituída, a fíbula encontrava-se junto ao alicerce, na parte externa da cabana 1. Em termos tipológicos, foi por nós classificada como uma variante do tipo "Santa Luzia" pois, apesar de semelhante a este tipo, no arco, no pé e no disco, possui uma forma de prensão da mola ao eixo diferente da dos tipos de Santa Luzia conhecidos.

Cronologicamente e considerando que a introdução deste tipo de fíbulas na área castreja se situa "nos finais do séc. V / inícios do séc. IV a.C." (PONTE 1980, 114), apesar de ter, no entanto, uma larga perduração, como o provam elementos datados de meados do séc. I d.C. (SILVA 1986, 189), apontámos, por analogia, a sua elaboração para o período compreendido entre a data limite de introdução referida e o séc. II a. C..

QUADRO XL Distribuição espacial	Sector	Total	Camada	Total	Tipo de Peça	Total		Total		Técnica de fabrico	Total	Conservação	Total
						Matéria prima							
Fora da Est.1	A	1	Camada 3	1	Fíbula (variante do tipo de Sta. Luzia)	1	Bronze	1		Molde e martelagem	1	Boa	1
TOTAL		1		1		1		1			1		1
Dentro da Est.1	A	2	Camada 4	1	Cabeça de alfinete	1	Bronze	2		Molde	1	Razoável	1
			Camada 3	1	Mola de fíbula (?)	1				Molde e martelagem	1	Má	1
TOTAL		2		2		2		2			2		2
Sem estruturas	B	1	Camada 2	1	Folli de Constantino I	1	Bronze	1		Molde	1	Boa	1
TOTAL		1		1		1		1			1		1

O facto de apresentar uma forma de preensão da mola completamente diferente da de todos os paralelos conhecidos para este tipo de fíbula⁽²⁶⁾ indicará uma variante regional do designado tipo "Santa Luzia" e, eventualmente, um fabrico local.

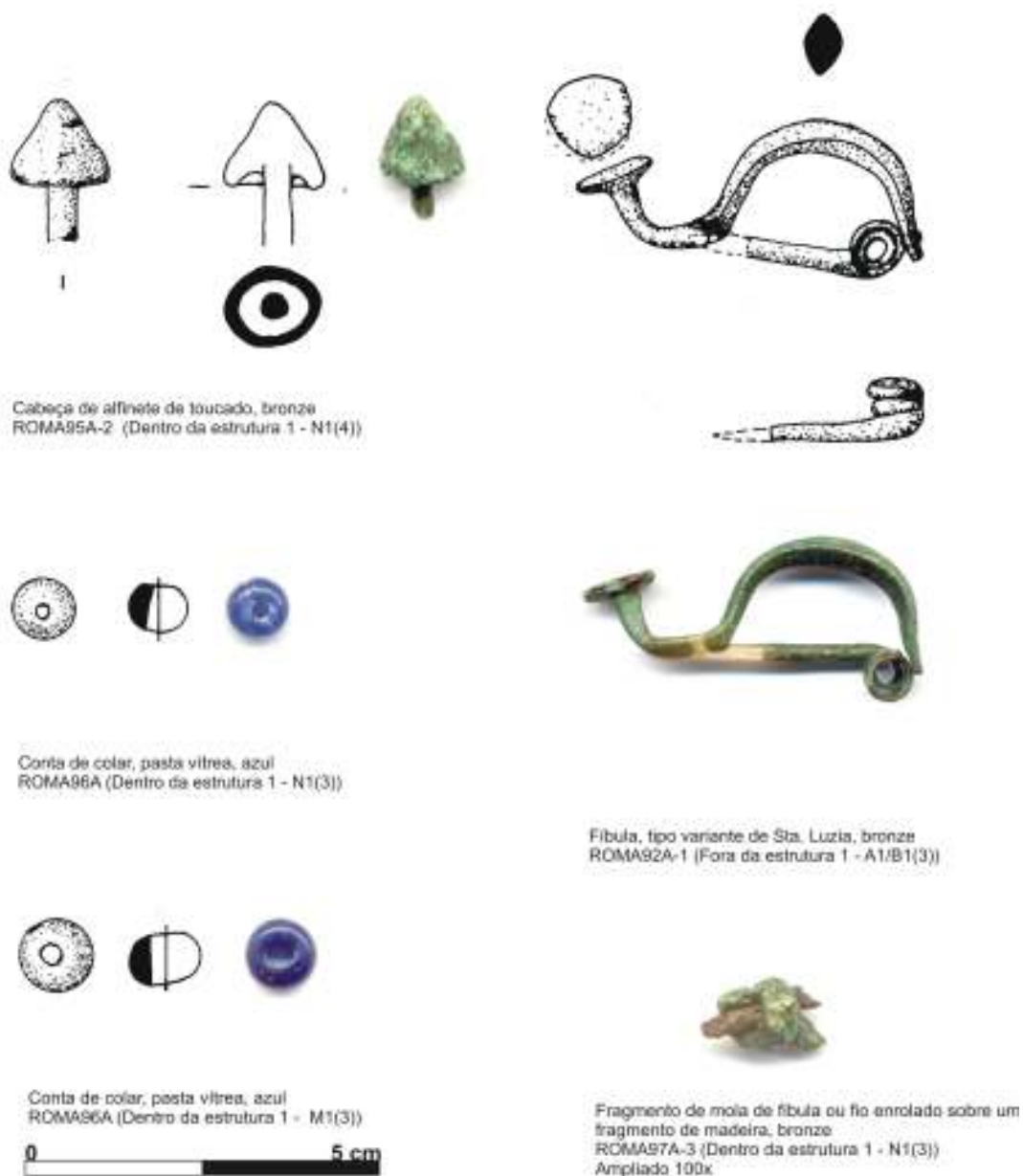


Figura 126 - Objectos de adorno em bronze e em pasta vítrea.

O outro fragmento em metal, pertencente à mola de uma fíbula ou de um fio de bronze, encontrava-se enrolado num fino ramo de madeira, muito bem conservado pelos óxidos libertados pela liga de bronze.

O terceiro fragmento – um alfinete de toucado, de cabeça cónica – está também muito mal conservado, restando apenas uma pequena parte da haste e a cabeça. Possui grande quantidade de

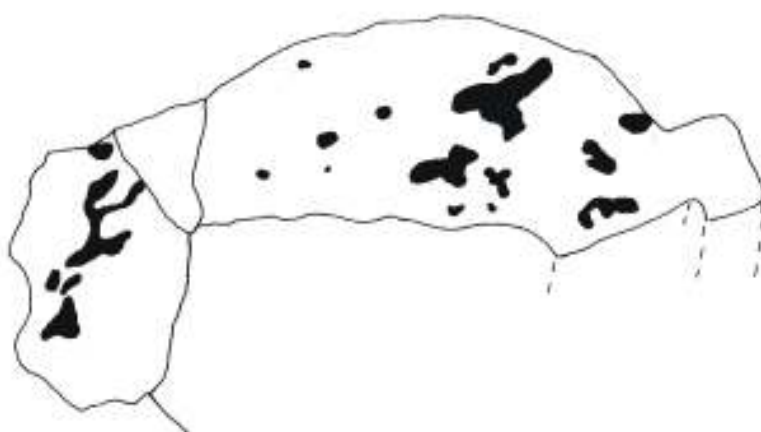
(26) A este respeito veja-se: PONTE 1980, 111-119.

chumbo na sua composição, o que se justifica pelo facto de ser um objecto utilitário mas sobretudo de adorno. Por outro lado, para além de nos caracterizar um tipo de tecnologia, a elevada percentagem de chumbo utilizada nas peças fornece-nos elementos de natureza cronológica, como defende A. Bettencourt (2001, 34), que aponta para o Ferro Inicial a elaboração destas peças "muito chumbadas", continuando este tipo de técnica a ser utilizado até ao Ferro Médio.

Como se pode constatar no quadro, as peças em apreço estavam relacionadas com a estrutura 1 (no interior ou fora da mesma) e eram, na sua essência, objectos de adorno, elaborados por molde e martelagem.

A ausência de espólio em ferro, embora sendo um indicador significativo da antiguidade do povoado, não fica de todo explicada, uma vez que não nos parece plausível que esse metal fosse desconhecido.

A existência de metalurgia no povoado é difícil de explicar tanto mais que, apesar de também não ter sido encontrado qualquer resto de fundição (escória ou espuma) de ferro e de não existir qualquer outro indício de fabrico de peças metálicas no povoado, encontrámos, junto à parede externa da cabana (no quadrado B1), uma pedra granítica com vestígios de gotas de fundição de metal,



Topo de pedra com restos de metal
ROMA92A-11
Fora da estrutura 1 - B1(3)
Esc: 1/4

provavelmente cobre (**Figura 127**), para a qual não temos uma explicação plausível. Foi recolhida e guardada juntamente com o restante espólio.

No Sector B foi encontrada uma moeda romana (**Figura 128**), em bronze, mais precisamente um *folli* dedicado a Constantino I (IMP CONSTANTINVS AUG) e consagrado a Marte, o Conservador (MARTICON - SERVATORI). Foi cunhada em Treveris (Trier, na Alemanha), na 1ª oficina e no primeiro período de cunhagem da mesma, como indica a marca T I F.



Folles de Constantino I (309/310 - 313 d.C.), Bronze
ROMA92B-4 (Sem estruturas - A3(1))



PTR

entre 309/310 e 313. Trata-se de um numisma muito raro nos catálogos consultados (RIC, 228/856; *Fouilles de Conimbriga*, 46, nº 1197). Possui 4,68 grs. de peso e 23 mm de diâmetro.

4.3.8.3 Espólio em pasta vítrea (s.v. Figura 126)

As contas de colar encontradas, além de serem peças esteticamente bem conseguidas, são sobretudo - tal como o fragmento de cerâmica ática - uma prova das relações de intercâmbio estabelecidas com povos oriundos de terras distantes que já então existiam.

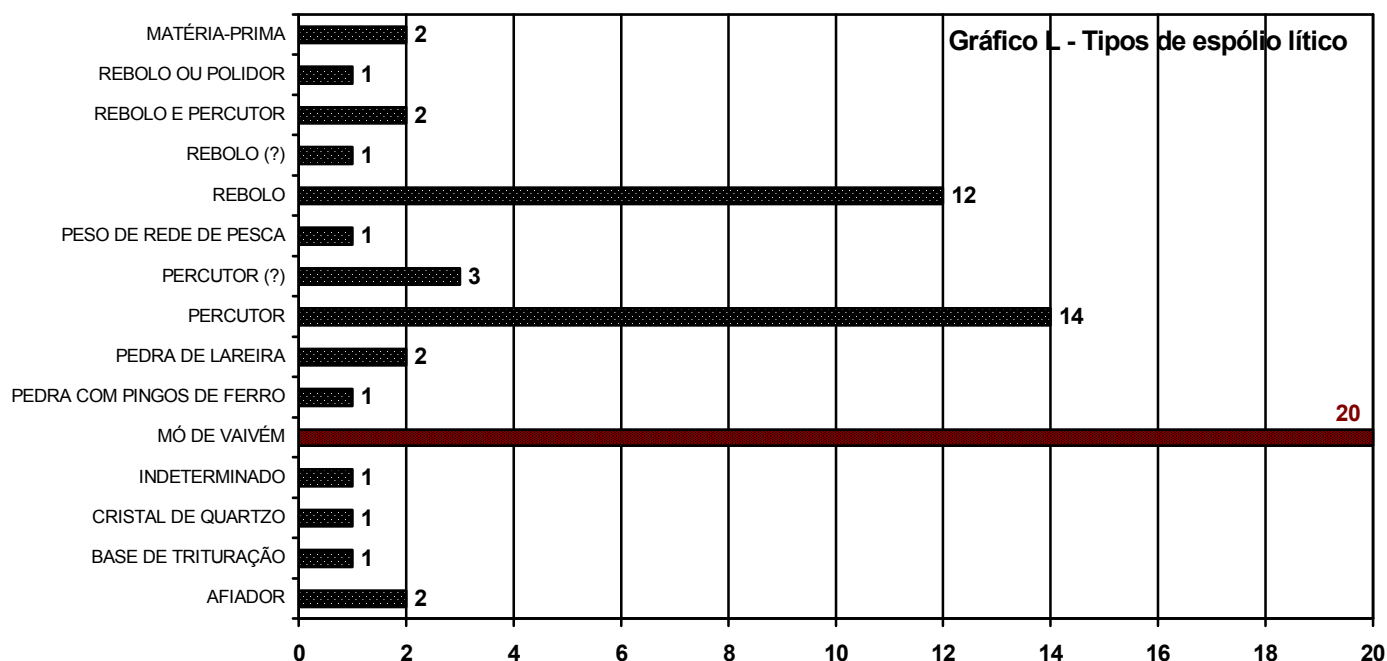
Trata-se de três contas de colar, elaboradas em pasta vítrea azul, com orifício central. Uma encontrava-se já desfeita, contrariamente às outras duas que se apresentavam em bom estado de conservação.

Teriam, naturalmente, como função o adorno masculino ou feminino, associado a uma posição de prestígio social que destacaria quem as usasse.

4.3.8.4 - Espólio lítico

A utilização de objectos líticos seria em Romarigães bastante frequente dado o número de peças encontradas (64) na pequena área escavada – e comparativamente com o que seria a área total de ocupação do povoado - e o considerável grau de desgaste que muitas (54) apresentam. Da totalidade da amostra, 63 são provenientes do sector A e apenas uma do Sector B, pelo que, também neste caso, o estudo foi feito conjuntamente.

Tal como em relação aos objectos elaborados em barro, constatou-se o aumento da frequência do espólio lítico aquando da escavação do solo de ocupação (45).



- Tipo, funcionalidade e desgaste das peças (Gráfico L)

Apesar da aparente diversidade do **tipo de peças líticas**, não podemos fazer a correspondência entre a diversidade formática (tipos) e a diversidade funcional (funções/actividades), critério em que nos temos baseado para definir o tipo de peças líticas. Foi possível determinar apenas algumas funções/actividades relacionadas com as acções de afiar ou aguçar instrumentos metálicos através de dois afiadores, em grauvaque.

A moagem - a actividade mais representativa – está documentada por um total de 20 mós de vaivém e 16 rebolos. De entre estes, dois associavam as funções de percussão e polimento (eventualmente, um polidor de cerâmica).

Outra actividade comprovada apenas por um único exemplar - um peso em xisto luzente, de proveniência fluvial - é a pesca, provavelmente com rede e, eventualmente, no rio Coura.

Os objectos utilizados para esmagar, partir, amassar e que designamos genericamente por percutores (tritadores, pilões) têm uma ocorrência também bastante frequente. Existem, ainda, bases de trituração fixas no interior da cabana 1 (e que permanecem *in situ*), já longamente referidas, e uma outra móvel, ou seja, utilizada em diversos locais conforme as necessidades.

Qualquer dos instrumentos de percussão tem uma elaboração muito rudimentar, mais não sendo que simples pedras, normalmente graníticas, de formato mais ou menos alongado, cujas extremidades revelam um forte desgaste provocado pelo batimento sobre uma outra superfície com algum grau de dureza. Um deles possui uma forma esférica, pelo que poderia ter uma função relacionada com a de pedra de arremesso ou peso.

De entre as peças com um ou dois exemplares destacamos:

- um cristal de quartzo hialino, prismático, com eventual função amulética;
- uma pedra com restos de metal (com 22 pingos, como se constata no desenho da parte superior - ROMA 92A – 11; **Figura 127**).

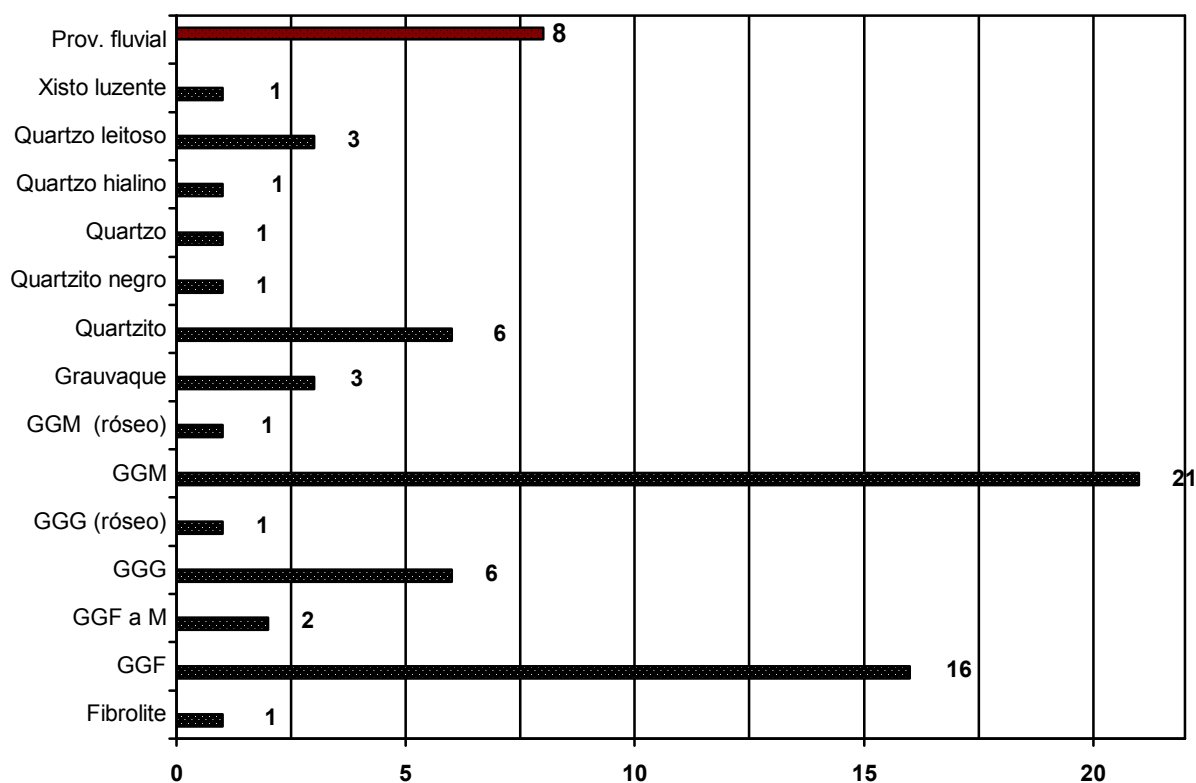
De referir, ainda, um nódulo de fibrolite. A fibrolite é uma rocha ultrametamórfica utilizada, no Neolítico e no Calcolítico, para a elaboração de machados de pedra polida. Contudo, no território português não existem nódulos com as dimensões apropriadas ao fabrico deste tipo de peças, sendo, antes reveladores dos intercâmbios extra-regionais de matérias-primas, provavelmente, em épocas anteriores à Idade do Ferro.

A análise do **desgaste das peças** permite algumas considerações, principalmente no que diz respeito aos rebolos de mão e às mós de vaivém. Do estudo do grau de desgaste em todas as peças cuja função provoca dano e gasto, conclui-se que a grande maioria (54 das 64 peças) foi muito utilizada antes de se fragmentar e/ou ser abandonada.

A análise dos objectos de moagem pretendeu definir um padrão de utilização com base na orientação dos sulcos provocados pelo uso. Em algumas peças não se conseguiu identificar a orientação dos sulcos, mas em vinte e seis dos trinta e seis objectos que o permitiram foi possível definir o seguinte padrão: 11 mós e 6 rebolos com fricção longitudinal e 6 mós e 2 rebolos com fricção transversal. O movimento giratório de uso ocorre apenas em um exemplar de reboło, que terá também sido utilizado como polidor. O padrão de uso que prevalece neste povoado é, pois, a fricção longitudinal, o que justifica que as mós de vaivém não possuam a habitual concavidade central muito acentuada, antes sejam quase sempre planas.

A moagem efectuar-se-ia por deslizamento do rebolo por toda a superfície da mó, o que, dadas as pequenas dimensões (em comprimento e espessura) que esta geralmente apresenta - característica comum nesta área - faria com que rapidamente se fracturasse. Uma adaptação técnica ditada, em suma, pela fragilidade da matéria-prima.

Gráfico LI - Matéria-prima dos objectos líticos



- Tipo de matéria prima utilizada (Gráfico LI) e estado de conservação das peças

Os resultados estatísticos relativos ao **tipo de matéria-prima** utilizada na elaboração das peças revelaram o predomínio de materiais líticos existentes nas áreas limítrofes do povoado: 47 exemplares de granito (21 de grão médio e 16 de grão fino) e uma ocorrência mais rara de quartzito, granito de grão grosso e grauvaque. O xisto, apesar de ser um dos componentes geológicos do povoado, não foi praticamente utilizado, excepto no caso do peso de rede de pesca (ROMA 96A-12), de proveniência fluvial. A única matéria-prima importada de áreas exteriores à bacia superior do Coura foi o nódulo de fibrolite.

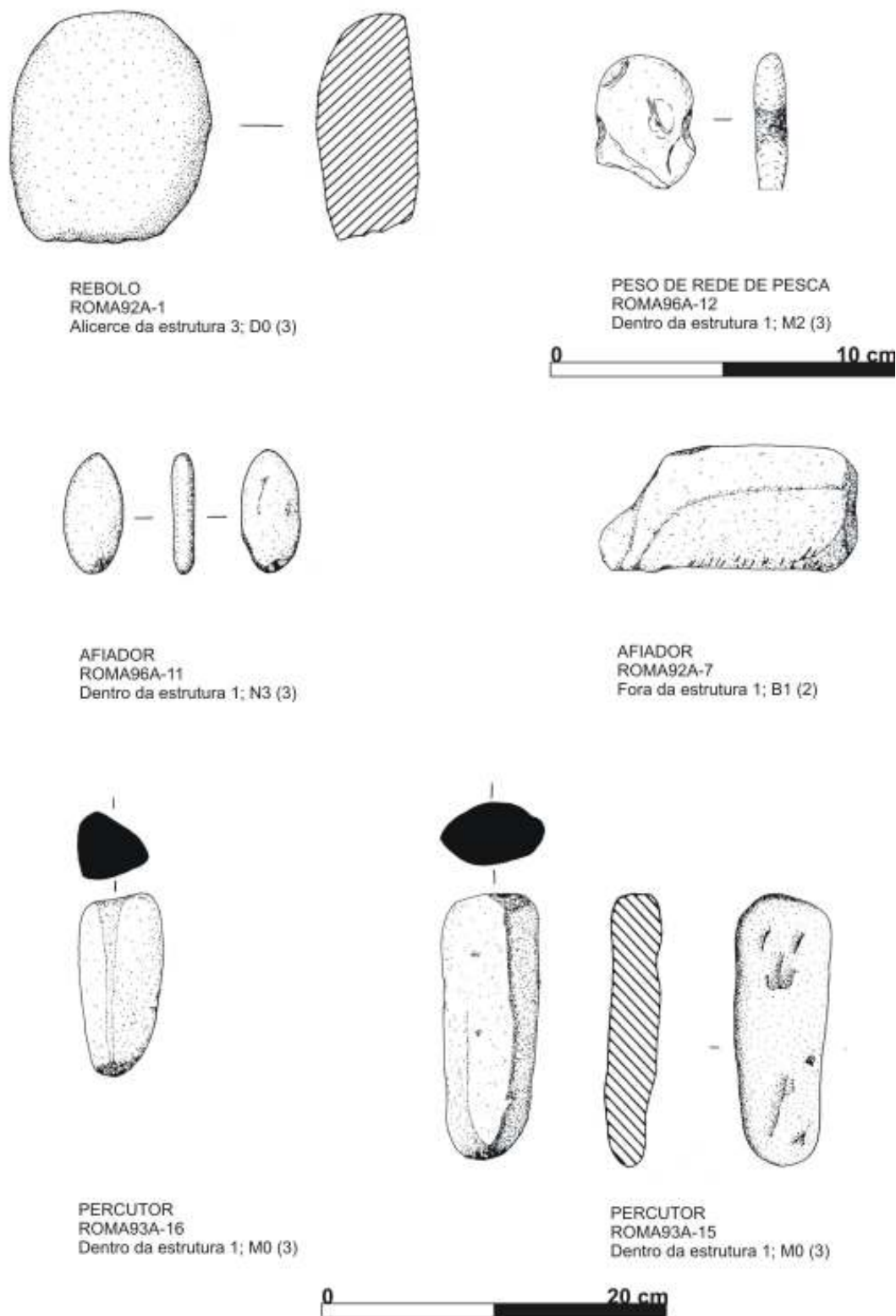


Figura 129 - Material lítico do povoado: rebolo, peso de rede, afiadores e percutores.

De destacar a frequência com que era utilizada a matéria-prima de proveniência fluvial, provavelmente do rio Coura e seus afluentes – identificamos oito peças.

O **estado de conservação das peças** líticas não se apresenta muito bom, embora 23 objectos se apresentem completos.

QUADRO XLI Tipo	Dentro 1	Dentro 2	Fora 1	Fora 2	"Lixeira" (entre 1/2)	Alicerce da Est.3	Entre 1 e 2	Fora 3	Sem Estruturas	Superfície	TOTAL
AFIADOR	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-	2
BASE DE TRITURAÇÃO	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
CRISTAL DE QUARTZO	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
INDETERMINADO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1
MÓ DE VAIVÉM	10	-	8	2	-	-	-	-	-	-	20
PEDRA COM RESTOS DE METAL	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1
PEDRA DE LAREIRA	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2
PERCUTOR	11	1	1	1	-	-	-	-	-	-	14
PERCUTOR (?)	-	1	-	-	-	-	1	1	-	-	3
PESO DE REDE DE PESCA	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
REBOLO	7	-	3	1	-	1	-	-	-	-	12
REBOLO (?)	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
REBOLO E PERCUTOR	-	-	-	-	-	-	1	-	1	-	2
REBOLO OU POLIDOR	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
MATÉRIA-PRIMA	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-	2
TOTAL	36	2	14	4	1	2	2	1	1	1	64

- Distribuição espacial do espólio lítico (Quadro XLI)

O estudo da distribuição espacial do espólio lítico pela área escavada não proporcionou qualquer dado novo em relação ao que já foi referido para as diversas áreas de trabalho localizadas no interior da cabana 1.

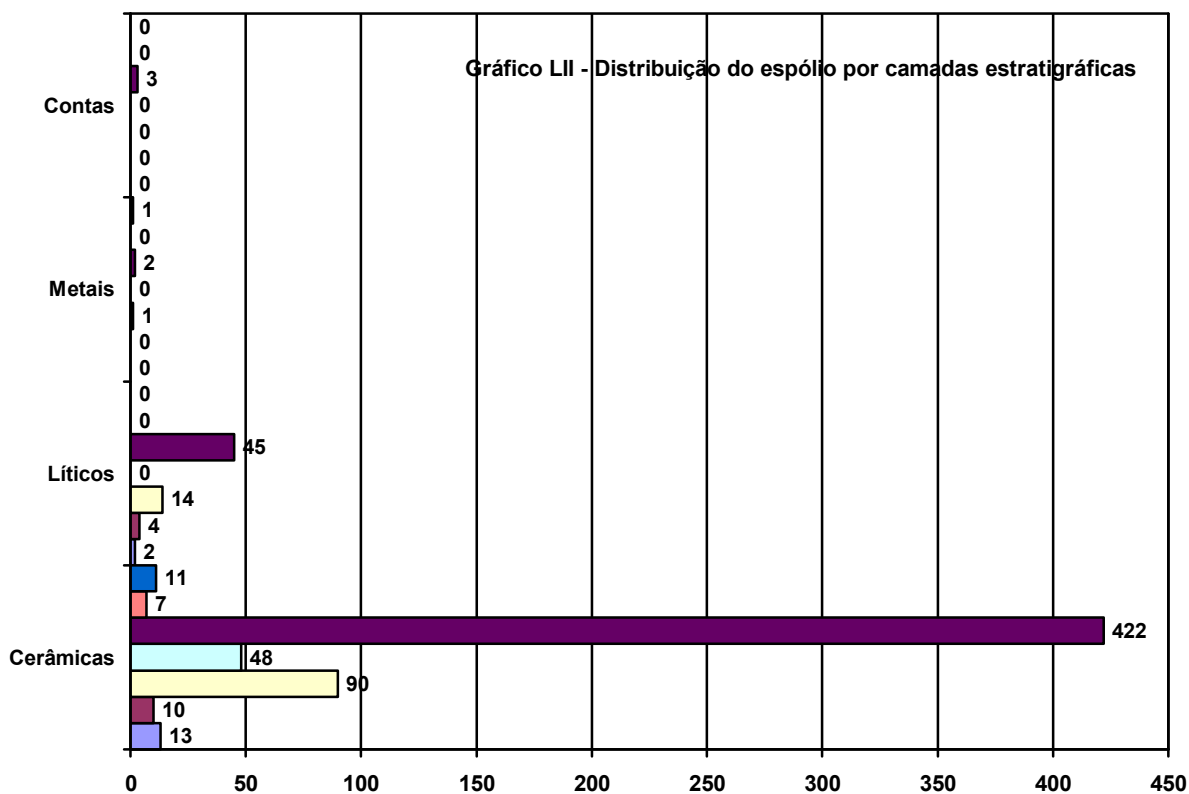
Tal como se verificou com os materiais cerâmicos, a quantidade de espólio lítico encontrada dentro da cabana 1 (36 peças) foi maior do que a registada na cabana 2. Contudo, em ambas as estruturas os materiais de pedra ocorreram em menor número que nas áreas exteriores adjacentes.

Ao nível da **distribuição estratigráfica**, os dados da escavação são novamente confirmados por uma larga prevalência de objectos líticos (45) no nível de ocupação, apesar dos processos pós-deposicionais que se registaram na área escavada.

Não foi localizado qualquer local de fabrico dos utensílios líticos. A maioria das peças encontradas (excepto um dos afiadores - ROMA 96A - 11 - e algumas mós de vaivém) caracteriza-se por uma rusticidade evidente, regra geral, sem qualquer tipo de preparação/elaboração prévia.

4.3.8.5 - Macrorestos vegetais carbonizados

Nas diversas campanhas de escavação realizadas em Romarigães a ocorrência de carvões registou-se em reduzida quantidade. Foi, igualmente, no nível de ocupação (camada 3) que a sua frequência foi maior, tendo-se contabilizado um total de 976 restos carbonizados.



	Cerâmicas	Líticos	Metais	Contas
■ Camada 4	11	0	1	0
■ Camada 3/4	7	0	0	0
■ Camada 3	422	45	2	3
■ Camada 2/3	48	0	0	0
■ Camada 2	90	14	1	0
■ Camada 1	10	4	0	0
■ Superfície	13	2	0	0

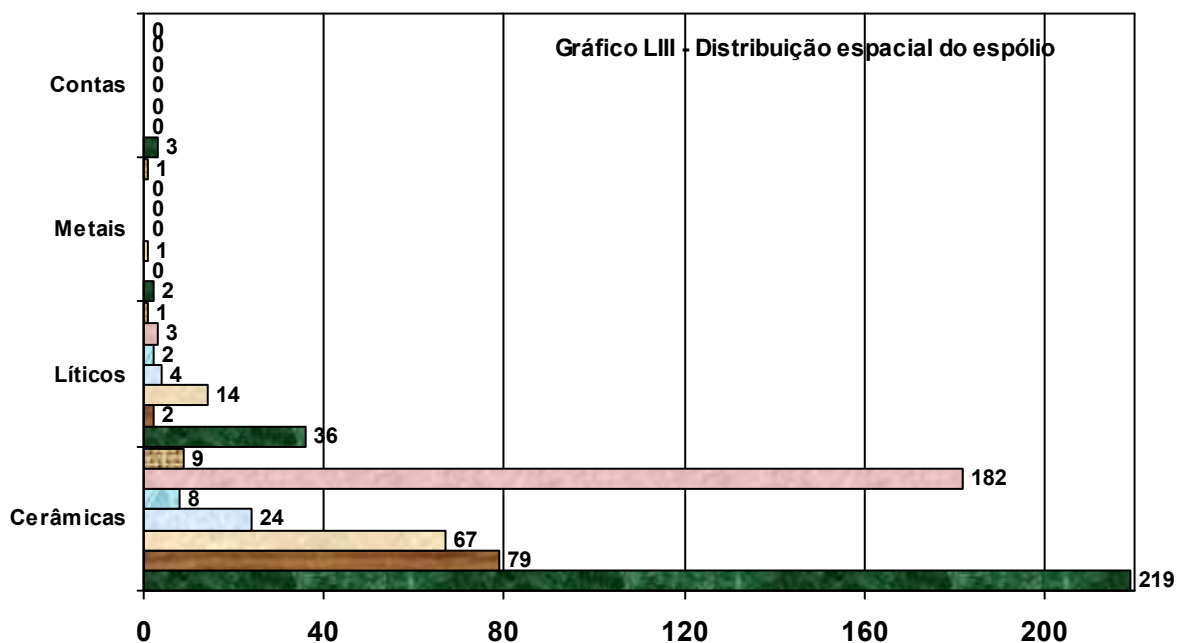
4.3.8.6 - Distribuição microespacial da cultural material (Gráficos LII e LIII)

Apesar de ao longo dos diversos itens relativos à cultura material termos estudado a sua distribuição estratigráfica e espacial pelas áreas escavadas, pensamos ser de alguma valia realizar esse estudo conjuntamente com a análise dos quadros, dos gráficos e, sobretudo, com a implantação dos dados em relação às duas estruturas do sector A escavadas.

Em termos de distribuição espacial, confirma-se a maior quantidade de espólio no interior da estrutura 1 e na camada estratigráfica 3 (solo de ocupação).

No interior da cabana 2 os objectos encontrados foram apenas alguns fragmentos de cerâmica e dois instrumentos líticos.

Na área compreendida entre as duas estruturas registou-se a maior concentração de espólio, a qual confirmou a realização de actividades artesanais – como a moagem – no exterior das cabanas e a limpeza periódica e respectiva deposição dos restos no espaço posterior das estruturas.



	Cerâmicas	Líticos	Metais	Contas
S/ Est. (B)	9	1	1	0
Entre Est. 1 e 2	182	3	0	0
Alicerce Est.3	8	2	0	0
Fora Est.2	24	4	0	0
Fora Est.1	67	14	1	0
Dentro Est.2	79	2	0	0
Dentro Est.1	219	36	2	3

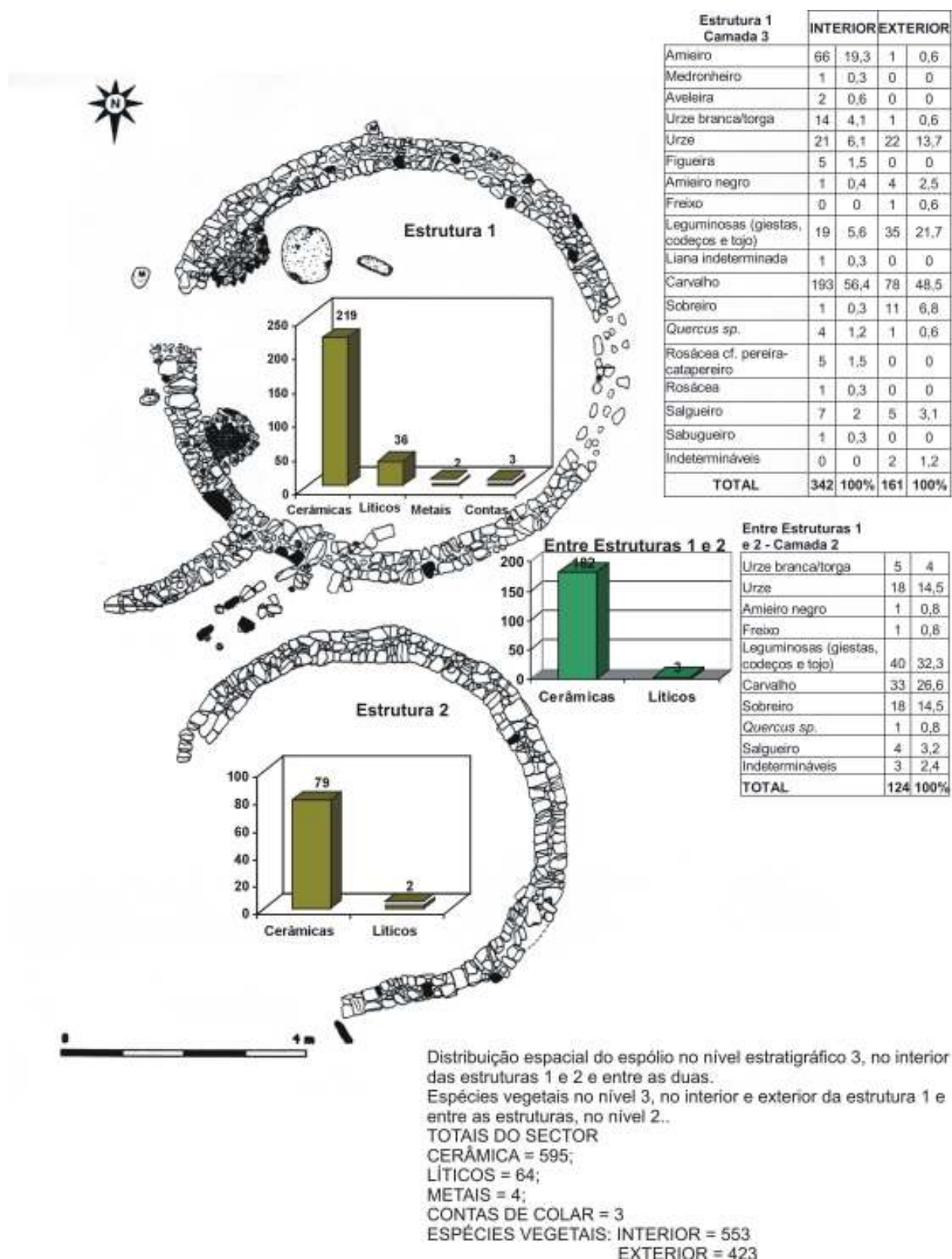


Figura 130 - Distribuição espacial do material arqueológico encontrado no nível estratigráfico 3.

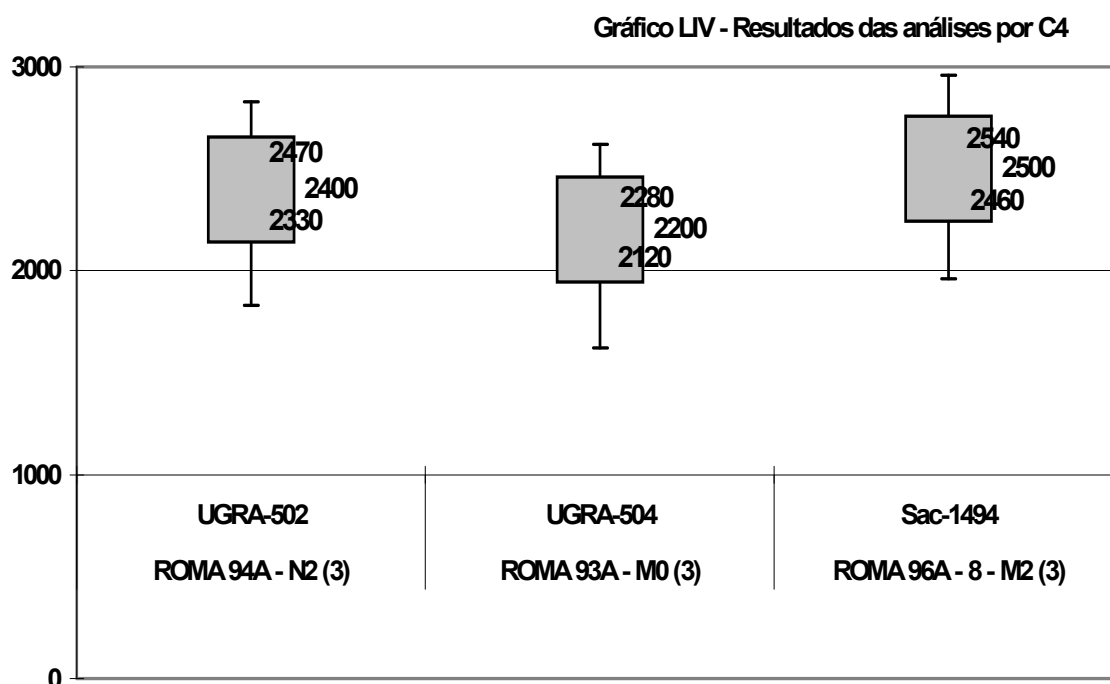
4.3.9 - Resultado das análises

4.3.9.1 - Datações por radiocarbono (Gráfico LIV e Quadro XLII)

O estudo das três análises realizadas, no Laboratório de Datação por Radiocarbono do Instituto Tecnológico e Nuclear (ITN) e no Laboratório de Radiocarbono da Universidade de Granada (UGRA), aos carvões provenientes do interior da cabana 1 aponta, numa primeira análise, para resultados concordantes entre si e com a cultura material obtida através das escavações arqueológicas.

Contudo, uma observação mais pormenorizada indica a existência de uma relativa discordância entre os resultados fornecidos pelos dois laboratórios. Assim, tal como se verifica com outras duas análises efectuadas a vestígios provenientes do povoado fortificado de Cossourado, os resultados do ITN (Sac-1494) parecem, na perspectiva do arqueólogo, mais exactos, uma vez que possuem uma margem de oscilação bastante menor (30 e 40 anos) do que a proporcionada pelo Laboratório da Universidade de Granada (UGRA-502 e UGRA-504). Contudo, proporcionam-nos valores que nos parecem bastante antigos, menos concordantes com os dados fornecidos pela escavação, provavelmente resultantes da aplicação de uma diferente metodologia pelos dois laboratórios.

De qualquer forma, as duas análises - UGRA-502 e SAC-1454 - confirmam a antiguidade do povoado e apontam a data provável da sua implantação para os séculos VII/VI a.C. e do seu



abandono para a fase final do séc. II a.C., provocado pela chegada/aproximação dos romanos - as campanhas militares de Décimo Júnio Bruto (138/136 a.C.).

A análise UGRA-504 fornece-nos uma data mais recente, relativamente mais condizente com a cronologia que apontamos para a fase final de ocupação de Romarigães, sobretudo para o seu abandono no séc. II a. C.. Esta constatação advém do facto de o resto do tronco de choupo ou álamo

analisado - o maior encontrado nesta intervenção - ter, provavelmente, feito parte da última estrutura de cobertura da cabana. Estava enterrado no piso de ocupação e terá caído, naturalmente, antes da parede da cabana, pelo que aí ficou enterrado e *selado*.

A sua cronologia absoluta confirmaria, assim, o abandono de Romarições até ao século II a.C. e a posterior derrocada da cabana e do povoado.

QUADRO XLII						
Referência da amostra	Referência do Laboratório	Datação B.P.	Conversão	Data Calibrada ⁽²⁷⁾	Tipo/espécie	Observações
ROMA 94A N2 (3) Dentro da cabana 1	UGRA-502 (13/2/96)	2400 ± 70	Intervalo entre 520 e 380 a.C. (520 - 450 - 380) Séc. VI e IV a.C.	Intersecção: 407 cal BC Intervalos (Método A) para 1 sigma: 753 - 696 e 533 - 393; Para 2 sigma: 773 - 368 e 270 - 270 Intervalos (Método B) para 1 sigma (68,3%): 755 - 687 e 539 - 392; Para 2 sigma (95,4%): 771 - 369	<i>Quercus</i> caducifólio <i>sp.</i> (carvalho) (28)	Idade teórica: 2404 ± 71 Idade corrigida por δ ¹³ C: 2401 ± 71
ROMA 93A M0 (3) Dentro da cabana 1	UGRA-504 (13/2/96)	2200 ± 80	Intervalo entre 330 e 170 a.C. (330 - 250 - 170) Séc. IV e II a.C.	Intersecções: 337, 324, 202 cal BC Intervalos (Método A) para 1 sigma: 377 - 165 e 138 - 125; Para 2 sigma: 399 - 36 Intervalos (Método B) para 1 sigma (68,3%): 370 - 171; Para 2 sigma (95,4%): 393 - 50	<i>Populus</i> (choupo ou álamo) (2)	Idade teórica: 2214 ± 83 Idade corrigida por δ ¹³ C: 2197 ± 83 (grande fragmento de um tronco)
ROMA 96A - 8 M2 (3) Dentro da cabana 1	Sac-1494 (22/1/99)	2500 ± 40	Intervalo entre 590 e 510 a.C. (590 - 550 - 510) Séc. VI a.C.	Intersecções = 760; 672; 665; 632; 592; 584; 560 cal BC Intervalos para 1 sigma = 773 - 525 cal BC; Para 2 sigma = 793 - 411 cal BC	Madeira carbonizada (não foi feita análise antropológica)	20 grs. —

(27) Calibração feita pela curva de Stuiver and Pearson 1993, p.215-230, na Universidade de Washington, Quaternary Isotop Laboratory - Program REV 3.0.3.

Stuiver, M. e Reiner, P.J. 1993, *Radiocarbon*, 35(1), p.1-23; 25-33.

(28) Análises feitas pela Prof^a. Doutora Maria Oliva Rodriguez Ariza, da Universidade de Jaen, a quem agradecemos.

4.3.9.2 - Estudo antracológico e carpológico

O estudo carpológico e antracológico da estação foi realizado - com excepção dos casos referidos anteriormente - por Isabel Figueiral. Os resultados respectivos encontram-se anexados no volume III.

Apesar do cuidado colocado na escavação dos sectores, não foi possível detectar qualquer semente ou baga que posteriormente pudesse proporcionar um estudo carpológico. Por esse facto, apenas foi elaborado o estudo antracológico.

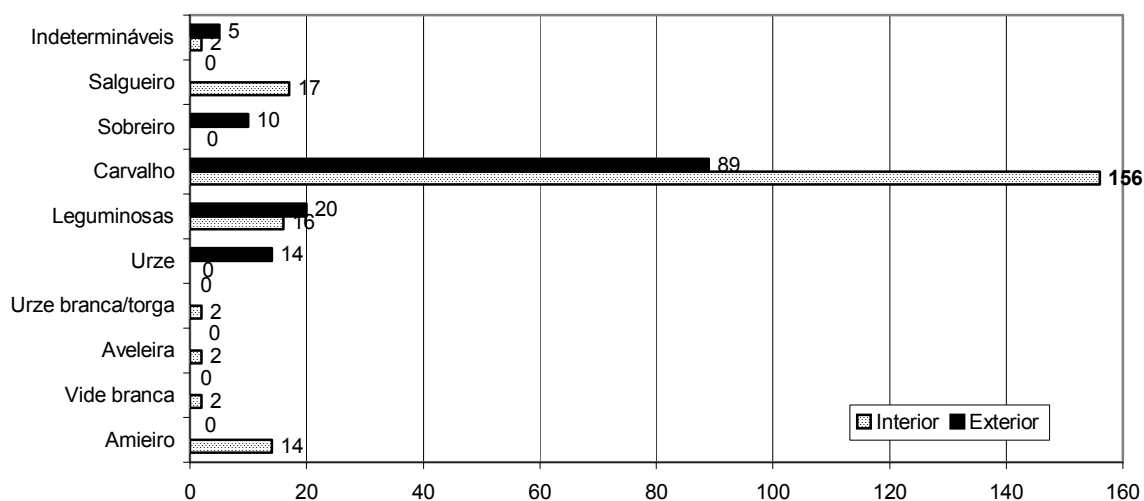
A ausência de sementes, bagas ou frutos - nomeadamente das bolotas, tão frequentes em contextos arqueológicos semelhantes como Cossourado - é de estranhar dada a abundante ocorrência de mós de vaivém e rebolos. Fica, assim, por conhecer qual o cereal, fruto ou baga que a comunidade de Romarigães moía e posteriormente utilizava na confecção de alimentos.

Estrutura 1 Camada 2	INTERIOR		EXTERIOR	
	Nº	%	Nº	%
Amieiro	14	6,6	0	0
Vide branca	2	0,9	0	0
Aveleira	2	0,9	0	0
Urze branca/torga	2	0,9	0	0
Urze	0	0	14	10,1
Leguminosas (giestas, codeços e tojo)	16	7,6	20	14,5
Carvalho	156	74	89	64,5
Sobreiro	0	0	10	7,3
Salgueiro	17	8,1	0	0
Indetermináveis	2	0,9	5	3,6
TOTAL	211	100%	138	100%

Embora tendo por base uma amostra pouco numerosa, o estudo antracológico revelou-se, ainda assim, conclusivo relativamente a diversos aspectos da flora e, muito sumariamente, da dieta alimentar. Entre os carvões vegetais recolhidos (976 fragmentos) foi possível identificar dezassete espécies, a que acrescem doze indeterminadas.

Em termos de distribuição espacial, pode-se referir a ocorrência de 553 fragmentos no interior da cabana 1, de 423 na área exterior, principalmente no espaço compreendido entre as duas

Gráfico LV - Taxas identificados no interior e exterior da Estrutura 1 (camada 2)



estruturas, e a estranha ausência de carvões no interior da cabana 2. A distribuição das espécies pelas áreas escavadas do sector A e pelas respectivas camadas estratigráficas fica clara nos quadros e gráficos apresentados.

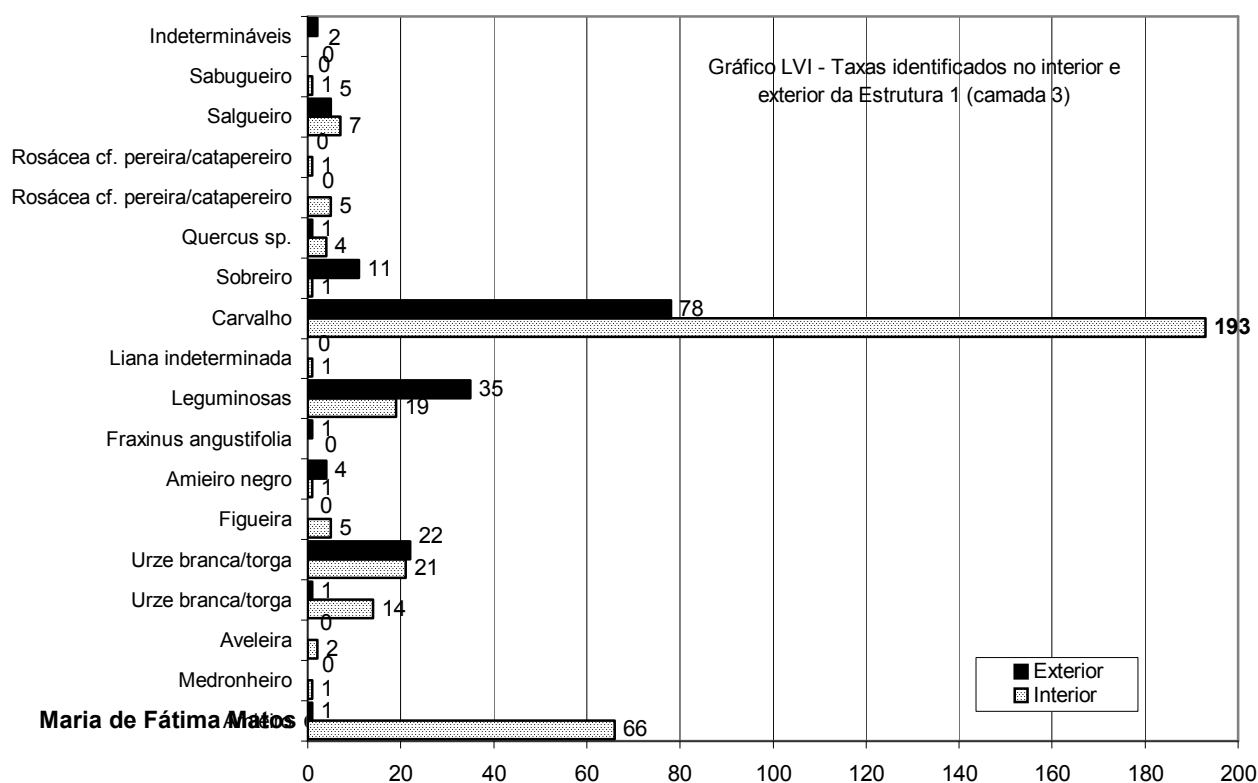
Foi também possível confirmar, graças à identificação da espécie de um tronco enterrado e selado no piso da cabana pela camada de derrube – a que já fizemos referência –, que a cobertura das cabanas seria constituída por uma base de sustentação de sobreiro, carvalho e algumas das espécies ribeirinhas identificadas (amieiro, freixo, salgueiro, choupo, entre outros) e posteriormente coberta com giestas, urzes e tojos, tal como adiantou Isabel Figueiral.

Estas espécies e as de origem ribeirinha, além de terem servido para construção, terão também sido utilizadas para aquecimento e combustão em lareira para cozinhar/aquecer alimentos.

A sua recolha seria muito provavelmente efectuada nas imediações do povoado, certamente mais abundantes em espécies arbustivas e florestais que na actualidade, como sugere Isabel Figueiral: "Parece lógico pensar que as plantas mais utilizadas pela população para fazer face às necessidades quotidianas seriam as mais abundantes à volta do povoado e igualmente as mais fáceis de recolher. A importância do duo Carvalhos - Leguminosas, no noroeste do país, a partir pelo menos da Idade do Bronze, tem sido assinalada constantemente nas estações arqueológicas já estudadas".

QUADRO XLIV				
Estrutura 1 Camada 3	INTERIOR		EXTERIOR	
	Nº	%	Nº	%
Amieiro	66	19,3	1	0,6
Medronheiro	1	0,3	0	0
Aveleira	2	0,6	0	0
Urze branca/torga	14	4,1	1	0,6
Urze	21	6,1	22	13,7
Figueira	5	1,5	0	0
Amieiro negro	1	0,4	4	2,5
Freixo	0	0	1	0,6
Leguminosas (giestas, codeços e tojo)	19	5,6	35	21,7
Liana indeterminada	1	0,3	0	0
Carvalho	193	56,4	78	48,5
Sobreiro	1	0,3	11	6,8
<i>Quercus sp.</i>	4	1,2	1	0,6
Rosácea cf. pereira-catapereiro	5	1,5	0	0
Rosácea	1	0,3	0	0
Salgueiro	7	2	5	3,1
Sabugueiro	1	0,3	0	0
Indetermináveis	0	0	2	1,2
TOTAL	342	100%	161	100%

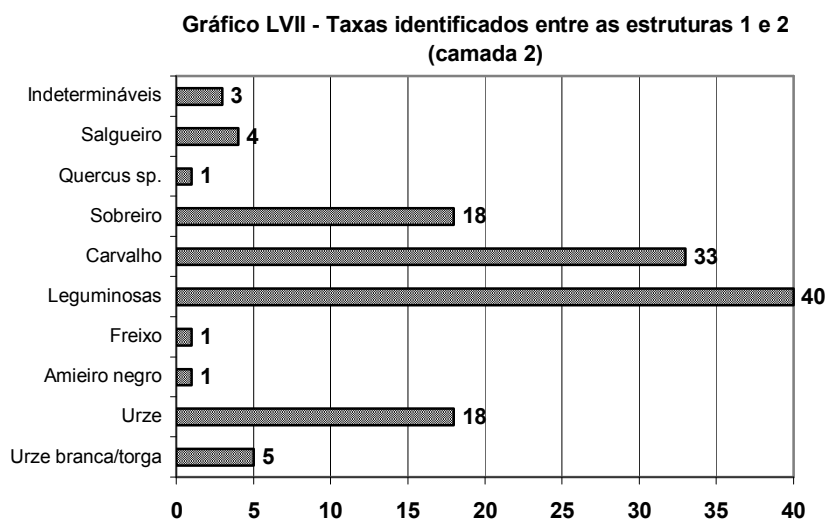
De facto, os resultados das análises concedem um predomínio notório aos carvalhos, às



leguminosas (giestas, codeços e tojo) e às urzes, os elementos vegetais mais utilizados no povoado.

"Os Carvalhos pertenceriam à floresta climácica (ou o que dela restava). Tratar-se-ia provavelmente da espécie *Quercus robur* (Carvalho alvarinho) embora *Quercus pyrenaica* (Carvalho negral) possa igualmente estar representado. (...)

QUADRO XLV		
Entre Estruturas 1 e 2 - Camada 2	Nº	%
Urze branca/torga	5	4
Urze	18	14,5
Amieiro negro	1	0,8
Freixo	1	0,8
Leguminosas (giestas, codeços e tojo)	40	32,3
Carvalho	33	26,6
Sobreiro	18	14,5
<i>Quercus sp.</i>	1	0,8
Salgueiro	4	3,2
Indetermináveis	3	2,4
TOTAL	124	100%



Às Leguminosas pertencem espécies de carácter social (como as giestas, codeços e tojo), que se desenvolvem e expandem rapidamente em condições de boa luminosidade, tornando-se assim colonizadoras privilegiadas de terrenos deixados ao abandono. A sua expansão corresponde habitualmente a uma primeira fase de reconquista vegetal. A utilização destas plantas é múltipla.

(...) A abertura da vegetação, em consequência da exploração efectuada pela população humana, é igualmente registada pela presença das Urzes. Recordamos que a expansão das urzes pode resultar da exploração da "lande" de leguminosas, correspondendo assim a uma segunda fase de reconquista vegetal e a um empobrecimento ainda mais acentuado da vegetação e dos solos. Isto não implica que por toda a parte as zonas colonizadas pelas leguminosas tenham sido posteriormente recolonizadas pelas Urzes. Não podemos afastar a possibilidade de uma gestão cuidada de algumas parcelas cobertas por giestas uma vez que elas parecem ter constituído uma matéria-prima fundamental na economia das populações da região."⁽²⁹⁾

Parece, contudo, confirmar-se que terá existido uma exploração relativamente intensa dos recursos naturais em épocas anteriores ao Ferro Médio, ou seja, no Bronze Final e no Ferro Inicial.

A identificação de espécies que, por analogia, nos levaria ao conhecimento, ainda que hipotético e superficial, da dieta alimentar dos habitantes do povoado, não foi, infelizmente, muito abundante. As análises indicam-nos apenas a figueira, a aveleira, a pereira silvestre e o medronheiro. Igualmente a cultura material não nos sugere a existência de qualquer tipo de fauna ou flora, como acontece no povoado de Cossourado.

Resta-nos, por último, referir o facto de muitas destas espécies identificadas ainda resistirem

(29) De facto, a giesta é cultivada actualmente em alguns locais de Paredes de Coura, nomeadamente na freguesia de Cristelo, muito próximo do monte onde está implantado o povoado com o mesmo nome.

e permanecerem na flora da região de Paredes de Coura, nomeadamente na Área Protegida de Corno de Bico e, no entender de Isabel Figueiral, salientar, nos resultados agora obtidos, "a ausência do pinheiro bravo, abundante actualmente. Os resultados antracológicos obtidos até ao momento no NW do país parecem apontar para uma instalação tardia desta espécie, nesta área. É, no entanto, interessante notar que ela aparece esporadicamente em certos povoados (Bronze Final - Castrejo) mas prima pela ausência noutros (...) como, por exemplo, em Romarigães."

4.3.9.3 Estudos analíticos de cerâmicas

O estudo analítico das cerâmicas provenientes deste povoado constituía um dos objectivos principais do Projecto de Investigação - como já noutro ponto mencionámos. Contudo, apenas foi possível analisar uma pequena amostra.

Objectivamente, pretendia-se obter um conhecimento mais preciso sobre um tipo de cerâmica de fabrico manual, micáceo e indígena do qual, até à actualidade, poucos estudos precisos se conhecem. Em Romarigães - como em Cossourado - a uniformidade da amostra, resultante da ausência de diversas fases de ocupação, proporcionaria resultados muito interessantes se estudada segundo uma metodologia baseada em diversos tipos de análises físico-químicas.



Figura 131 - ROMA 95A – 188; AMOSTRA C2
Fragmento de cerâmica e
provetos antes e após
cozedura (dilatometria).

As ajudas que procurámos junto de diversos organismos nacionais foram, contudo, infrutíferas, pelo que, a título particular, solicitámos o apoio da Doutora Bernardina Padial, que realizou um estudo nos Laboratórios da Universidade de Granada, e aos Engenheiros Carlos Renato Macieirinha Gomes

e José Manuel Gonçalves Ventura, que efectuaram análises na Universidade de Aveiro (veja-se volume III).



Figura 132 - Os dois tipos de cerâmica mais característicos: depurada e pouco depurada, com muita mica.

A análise a um fragmento⁽³⁰⁾ representativo de uma parte significativa das cerâmicas de Romarigães (assim como a dois outros de Cossourado), levou a investigadora a apresentar as seguintes conclusões:

- cerâmica elaborada manualmente;
- presença abundante de micas de grandes dimensões, conferindo à matriz cerâmica um aspecto escamoso;

(30) Cujas referências são: **amostra GR1** - marcação: ROMA93A-9; nº geral: ROMA93A-48 a 50, quadrado: B2; camada estratigráfica 3. Proveniente do interior da cabana 1.

- indicação da illita, do quartzo, dos filosilicatos, da calcite, do feldspato potássico e das plagiodesas como picos principais na análise de Difracção de Raio X para determinação da composição mineralógica da amostra;

- não ocorrência de fases de alta temperatura, pelo que a cozedura da cerâmica não ultrapassou os 850-900°C;

- presença de quartzo e de grande quantidade de micas na amostra, reveladora da sua introdução na pasta cerâmica como desengordurantes.

Bernardina Padial refere ainda: "Todo esto no se puede precisar hasta que no se haga un muestreo y caracterización da las arcillas locales."

Os investigadores portugueses referidos realizaram apenas estudos de dilatométrica em sete fragmentos deste povoado e de Difracção de Raio-X em apenas um dos fragmentos (C1), pelo facto de considerarem existir grande uniformidade nas cerâmicas dos três povoados intervencionados (Romarigães, Cossourado e Cristelo).

Assim, para "efectuar as análises dilatométricas, retiraram-se pequenos pedaços das peças fornecidas que foram posteriormente lixados numa lixa rotativa até se obterem paralelepípedos com 6 mm de secção e um comprimento máximo de 2 cm.

A análise consistiu em medir as variações dimensionais provocadas por aquecimento ou arrefecimento. Na prática mede-se a variação da maior dimensão linear de um provete paralelepédico, em aparelhos denominados dilatómetros."

O estudo dos sete fragmentos analisados foi condensado no **Gráfico LVIII** e a correspondência entre o código das análises e os fragmentos de cerâmicas (referências arqueológicas) é apresentada no **Quadro XLVI** (31).

QUADRO XLVI

CÓDIGOS DOS

GRÁFICOS DE

DILATOMETRIA

C1 - foi feita

igualmente

análise de DRX

C2

C3

C4 - não nos

forneceram os

dados relativos a

esta análise

C5

C6

C7

REFERÊNCIAS ARQUEOLÓGICAS

ROMA 95 A -148; NNØØ(3) - Fora da estrutura 2

ROMA 95 (A)-188; N2 (3) - Dentro da estrutura 1

ROMA 95(A)-29;MMØØ(3)-Dentro da estrutura 2

ROMA 95 (A)-189; N2 (3) - Dentro da estrutura 1

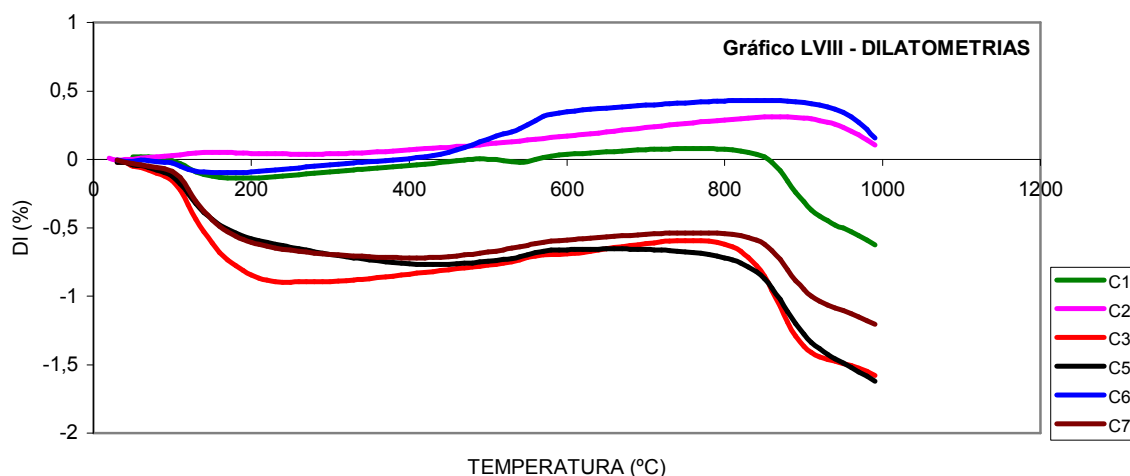
ROMA 95 (A)-182; N1 (4) - Dentro da estrutura 1

ROMA 95 (A)-190; N2 (3) - Dentro da estrutura 1

ROMA 95 (A)-187; N2 (3) - Dentro da estrutura 1

(31) Apenas muito recentemente reparámos que não nos foram fornecidos os dados da análise C4, actualmente impossíveis de reconstituir.

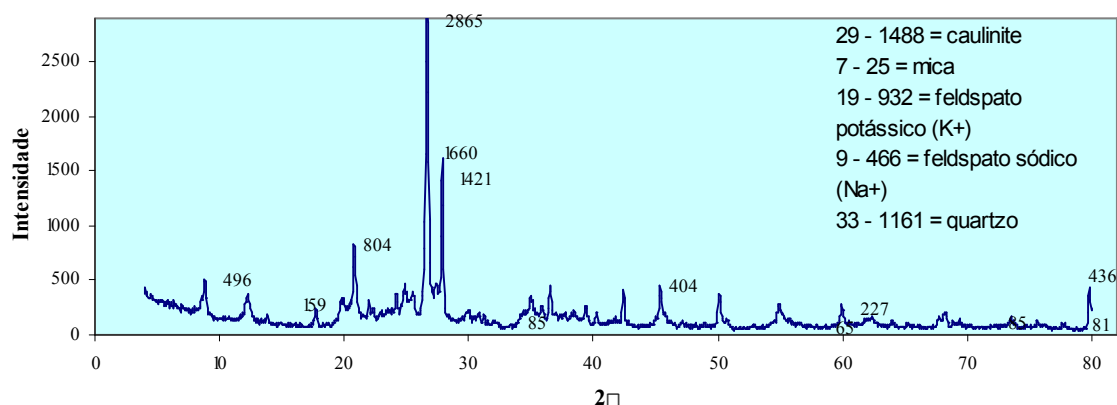
A análise por Difraccção de Raio-X (DRX) "foi efectuada a três amostras diferentes, cada uma delas representativa de um dos três lotes fornecidos. Os pedaços utilizados na DRX foram



previamente utilizados na dilatométrica, uma vez que a cor escura das peças demonstrava a presença de grandes quantidades de matéria orgânica (a qual provocaria um grande ruído de fundo). Assim, dado que a dilatométrica foi efectuada até cerca de 1000 °C este problema foi superado. Cada um dos pedaços foi moído num almofariz por forma a originar um pó, tornando a análise mais correcta. O pó foi analisado com radiações K α do cobre" (ver vol. III).

O resultado das análises de Difraccção de Raio X para determinação da composição mineralógica das amostras foi-nos apresentado sobre a forma de um quadro genérico caracterizador dos três povoados. No caso presente terão sido identificados, no difractograma, diversos minerais como a caulinite (picos com os valores 29-1488), a mica (valores 7-25), o feldspato potássico (valores 19 - 932), o feldspato sódico (valores 9 - 466) e o quartzo (valores 33 - 1161). A estes resultados qualitativos não foram acrescentados os resultados quantitativos, que nos teriam permitido formular outras conclusões.

Gráfico LIX - Difractograma (DRX) - Amostra C1



Em resumo, podemos dizer que destas análises não resultou um estudo particular por povoado, como havia sido solicitado, mas um conjunto de constatações genéricas que aqui, novamente, transcrevemos:

" Pelas análises efectuadas podemos afirmar que:

1. As argilas usadas eram gordas porque são as únicas que possuem plasticidade suficiente para serem conformadas manualmente.
2. As peças foram cozidas entre 800 e 900 °C (ponto de inflexão acentuada nos gráficos de dilatométrica).
3. A atmosfera de cozedura era redutora (os provetes usados nos ensaios de dilatométrica foram calcinados a 1100°C, apresentado uma cor vermelha; a cor escura das peças indica presença de matéria orgânica → atmosfera redutora).
4. Composição mineralógica qualitativa:

Quartzo (SiO_2)

Caulinite ($2\text{SiO}_2 \cdot \text{Al}_2\text{O}_3 \cdot n \text{H}_2\text{O}$)

Feldspato Sódico ($\text{Na}_2\text{O} \cdot \text{Al}_2\text{O}_3 \cdot 6\text{SiO}_2$)

Feldspato Potássico ($\text{K}_2\text{O} \cdot \text{Al}_2\text{O}_3 \cdot 6\text{SiO}_2$)

Mica

Estes minerais possuem usualmente contaminações de Fe, Mg e Ca, sendo o Fe responsável pela cor vermelha do barro. A composição percentual de cada um dos minerais não foi calculada pois os ensaios necessários são bastante morosos.

5. Pela análise microscópica pode-se observar que as argilas possuem grande quantidade de quartzo e micas (pontos mais brilhantes)."

Os dados obtidos por especialistas com diferentes formações e interesses e conhecimentos arqueológicos também distintos não são díspares: antes se completam e conduzem a conclusões semelhantes, confirmando as nossas análises macroscópicas.

4.3.10 – Ideias a reter

As consideráveis dificuldades de escavação arqueológica que o povoado colocou e o elevado grau de destruição que apresentava fizeram com que as diversas campanhas de investigação tivessem como principal objectivo o **estudo micro-espacial** das áreas interiores e exteriores das duas cabanas encontradas.

As pequenas sondagens efectuadas na área da cabana 1 permitiram verificar que se trata de uma estrutura planificada e elaborada com precisão, com um alicerce forte e bem enterrado no solo, preparado e nivelado com saibro, que cobre a pedra base existente.

Mediante os estudos de pormenor foi também possível comprovar a existência de um avançado com apenas um braço, muito destruído, com o mesmo tipo de construção da estrutura 1 e anexo a esta. Foi construído com uma única parede, a nordeste, supomos que de forma a proteger dos ventos a entrada, que se situaria virada a nascente (ficando a parte posterior da cabana voltada para a muralha).

A distribuição dos vários elementos (lareira, depósito de seixos de rio, pedras/base de trituração) no espaço, além de todas as outras informações fornecidas relacionadas com o espólio detectado, permite-nos visualizar a organização espacial da cabana 1, que articulava várias actividades domésticas no seu interior. Assim, na metade sul, temos documentada a moagem, pelo aparecimento de mós; a confecção de alimentos e o aquecimento, entre outras funções, pela existência da lareira; eventualmente a metalurgia, pela ocorrência de uma pedra com restos de metal. Ao centro da cabana, eventualmente, a olaria, pelo aparecimento de barro. Na metade norte, a moagem e actividades em que seria necessário o recurso à percussão para esmagamento de matérias-primas ou produtos. A entrada divide, sensivelmente, uma zona da outra.

Para além das hipóteses que aqui formulamos, outras poderão, evidentemente, ser colocadas. A ausência quase total de espólio e de elementos que indiquem a realização de actividades artesanais na cabana 2 pode apontar para esta estrutura a função de habitação de pessoas ou de animais (redil), entre outras, e para a cabana 1 a função de trabalho e armazenamento, embora a função de habitação/dormida não tenha que ser posta de parte.

Outro dado interessante de verificar prende-se com a detecção dos elementos de adorno

(contas de colar, alfinete de toucado, mola de fíbula) no local onde ocorreram vestígios do trabalho do barro, o que nos leva a crer que esta tarefa seria desempenhada por mulheres.

A escassez de espólio arqueológico no interior das cabanas será justificada, entre outros factores, pela realização de uma limpeza periódica – já por diversas vezes referida noutras situações.

Como as portas se encontravam voltadas para nascente (a oeste deparavam com a muralha interna), existe uma área na parte traseira, situada entre as duas estruturas, que, não sendo um local de passagem frequente, é de todo natural que tenha servido de vazadouro.

A falta de materiais, característica da escavação deste povoado, pode também ser justificada por um abandono pacífico, intencional e organizado, no qual se terão transportado os objectos mais significativos, e por fenómenos pós-deposicionais de erosão, de transporte dos materiais pelas águas e mesmo por pessoas que, ao longo dos tempos, por aqui tenham passado.

A conjugação dos diversos elementos que temos vindo a caracterizar, designadamente a estratigrafia, a falta de estruturas sobrepostas e o reduzido espólio, é conclusiva relativamente à ocupação do povoado ao longo de uma única fase, por um período de tempo não muito extenso - se tivermos em conta o tempo gasto na sua construção (nomeadamente das imponentes estruturas defensivas) e o seu abandono precoce, que se confirma pela nula assimilação da cultura romana.

A análise do povoado a uma **média escala de interpretação** indica-nos que Romarigães teria funções de habitação permanente e características económicas caracterizadoras de uma sociedade agro-pastoril. Contudo, a recollecção seria ainda um factor de grande importância na sobrevivência da comunidade.

A escolha do local para a implantação do povoado foi, aparentemente, criteriosa, uma vez que nas proximidades existem bons recursos naturais, concretamente a abundância hídrica, bons solos agrícolas e facilidade no acesso a matérias-primas, nomeadamente pedra, madeira, metal e barro - materiais estes utilizados na construção das estruturas do povoado, no fabrico de diversa utensilagem em madeira, metal e cerâmica.

Não obstante, parece-nos que as condições de defesa não foram valorizadas, pelo que foi necessário um grande investimento de tempo, matéria-prima e mão-de-obra na construção das imponentes linhas de defesa. Curiosamente, apesar da abundância de pedra (granito e mesmo xisto) nas imediações, as muralhas foram construídas apenas com terra, em sistema de talude com fosso (caso único de entre os sítios intervencionados na bacia superior do rio Coura).

Em termos cronológicos, dispomos de vários elementos que apontam para este povoado uma datação antiga, uma nula romanização e um abandono precoce. De entre eles podemos destacar:

- o tipo de cerâmica indígena, de fabrico manual e local, com escassa ou nula depuração das argilas utilizadas no seu fabrico e sem qualquer vestígio de aculturação romana;
- o fragmento de cerâmica ática de figuras vermelhas, pertencente a um *skyphos*, encontrado no piso de ocupação da cabana 1, que nos remete para o segundo quartel do século IV a. C., ou seja, 375-350 a.C.;
- a fíbula, variante do tipo Santa Luzia, cuja cronologia também se insere no esquema apresentado;
- a ausência de objectos em ferro;

- a existência de objectos metálicos com abundante presença de chumbo;
 - a não detecção de mós rotativas mas mós manuais de vaivém e respectivos rebolos;
 - o tipo de construção das linhas de defesa em talude com fosso;
 - a coerência dos materiais encontrados.
- os resultados das análises de Carbono 14 que indicaram uma ocupação compreendida entre os séculos VII/VI e II a.C..

Parece-nos que o facto de a via romana ter passado na base do povoado - e nela existir um miliário datado de 11-12 d.C. - não funcionou como um elemento de atracção: o povoado não mais voltou a ser ocupado.

De que tenhamos conhecimento, a ocupação do vale durante o período romano não deixou vestígios nesta zona, além dos relativos à via e dos miliários, pelo que terá havido uma deslocação da população para o interior do que hoje é o concelho de Paredes de Coura (freguesias de Linhares, Ferreira e outras) ou para outras regiões.

A organização económico-social, apesar de difícil de definir, deveria caracterizar-se pela existência de uma sociedade igualitária em que as eventuais distinções sociais seriam ditadas pela idade e pela experiência, dependente de uma economia de subsistência, em que a agricultura não teria um papel significativo e a recolção seria ainda fundamental, tal como revelaram as análises antracológicas e o registo arqueológico.

A existirem elementos materiais de distinção social e prestígio esses seriam apenas os objectos de adorno (fíbulas, contas de colar, alfinetes de toucado), eventualmente usados, neste caso, por mulheres.

A área habitada seria relativamente pequena, se comparada com as dimensões do povoado, e ocuparia o espaço interior da muralha interna. A pressão demográfica era pouco significativa, já que as cabanas não se aproximam da linha de defesa e entre uma e outras existe um corredor de alguns metros. Os resultados da sondagem realizada no sector B e a relativa proximidade que se verifica entre as duas linhas defensivas confirmam a ausência de estruturas habitacionais ou de outro tipo entre as duas muralhas.

Parece-nos evidente a contemporaneidade, ainda que parcial, de Romarigães com o povoado fortificado de Cossourado, com o qual haveria uma relação próxima e articulada no que respeita à ocupação, exploração e vigilância do espaço.

4.4 O POVOADO FORTIFICADO DE CRISTELO

4.4.1 Contextualização arqueológica e histórica

A designação atribuída à freguesia – Cristelo – deriva etimologicamente de *Crestelo* ou *Crastelo*, diminutivos de *castrum*, o último dos quais surge já nas Inquirições de D. Afonso III, de 1258, e, posteriormente, no foral de D. Manuel I.

Instituída, segundo alguns autores, nos começos da nacionalidade no julgado de Fraião e arcediogo de Cerveira, foi mais tarde abadia de apresentação dos Viscondes de Vila Nova de Cerveira, seus donatários (CUNHA 1909 [1979], 394).

Alguns descendentes dos Caldas de Vascões vieram casar a esta freguesia, dando origem a famílias nobres (*idem*, 390). De entre as casas mais importantes aqui existentes salientam-se a do *Ludeiro*, da *Redonda* e da *Crugeira*.

Nas Inquirições de D. Afonso III, de 1258, refere-se que os moradores desta freguesia eram obrigados a ir à *entroviscada*, à *anúduva*, ao pagamento da *fossadeira* e a darem de comer ao mordomo.

Judicialmente, Cristelo figurava, em 1839, na comarca de Monção; em 1852, na de Valença e, em 1878, já na comarca e julgado de Paredes de Coura.

Situada 3 km a este da sede do concelho e confrontando com as freguesias de Paredes de Coura, Padornelo, Parada, Bico, Castanheira e Resende, a freguesia de Cristelo é atravessada pela Estrada Nacional 303, que liga este concelho ao de Arcos de Valdevez.

Apesar de se confinar a uma área reduzida, produz cereal, facto que lhe advém da abundância de água.

É composta pelos seguintes lugares: Barreiro, Cabadouso, Caminho Novo, Carvalinhos, Casal, Corujeira, Curvaceira, Espadanal, Fonte de Além, Igreja, Penegate, Provado, Quintães, Soutelo e Veiga.

O contexto toponímico-arqueológico da área de implantação do povoado de Cristelo é bastante rico. Actualmente, além do topónimo que dá o nome ao povoado – Cristelo (designação por nós atribuída e que denomina a própria freguesia) – existem nas proximidades outros topónimos de feição

arqueológica, a saber: lugar da Mó (local onde tem aparecido bastante espólio romano, nomeadamente cerâmica doméstica e de construção e moedas), Casal, Lagareira, Chã dos Ferros e Covinha.

O extracto das Memórias Paroquiais 1785, que transcrevemos na nota 32, revela a noção que nessa época existia da existência de uma povoação antiga no monte onde se situa o povoado, porventura resultante da visualização de estruturas a descoberto. Os fenómenos pós-deposicionais que entretanto ocultaram as ruínas terão levado ao seu esquecimento e à substituição do topónimo que então designava o monte (Monte do Crasto) por um outro (Monte de S. Sebastião). A designação da freguesia (Cristelo), contudo, perdurou.

Os vestígios arqueológicos encontrados no vale que se desenvolve em torno do Castro de Cristelo levaram-nos a considerar a hipótese da existência, nesta área, de um ou dois casais romanos (ROM 10 e 26).

O contexto patrimonial do próprio povoado é constituído também pela capela de S. Sebastião, situada no topo do monte. É uma construção extremamente simples, de dimensões muito pequenas, sendo por isso mesmo difícil de — segundo o autor que a estudou (SILVA 1992a) — através das suas características principais, determinar ao certo o período em que foi erigida, até porque não existem documentos que precisem a data exacta da sua construção. No entanto, em 1785 (32) a capela já existia há alguns anos e era frequentemente palco de diversas celebrações religiosas.

A sua configuração assemelha-se, *grosso modo*, a uma pequena caixa quadrada, constituída por pedras de granito de grão grosso, rústicamente aparelhadas, e desprovida, no exterior, de qualquer tipo de revestimento. É provável que as pedras utilizadas na sua construção tenham sido aproveitadas de algumas das estruturas do povoado. Assenta sobre uma grande sapata granítica, que poderá ter sido a base de uma capela anterior ou até mesmo a base de uma construção da Idade do Ferro.

No exterior, no espaço frontal à capela, foi construído, nos últimos anos do século XX, um altar de pedra, assente num afloramento granítico, pelo que o marco geodésico de 2ª ordem que aí existia foi retirado.

Do que atrás fica dito se depreende o facto de o Castro de Cristelo ser um dos povoados fortificados mais conhecidos pela população do concelho de Paredes de Coura, a par das Cidades de Romarigães e de Cossourado. Contudo, a sua divulgação é muito reduzida, sendo apenas citado por Abel Viana (VIANA, 1926, 89 e 1932, 161), Lopes de Oliveira (OLIVEIRA, 1976, 23) e Armando C. Ferreira da Silva (SILVA, 1986, 71, N° 64). Um facto relativamente estranho, uma vez que são deste local os únicos materiais arqueológicos que se conheciam provenientes de um povoado da área superior da bacia do rio Coura.

(32) "Numa escritura celebrada no dia 26 de Maio do referido ano (1785), no lugar da Igreja, Cristelo, por um grupo de moradores desta freguesia, referia-se que "sendo visitada esta igreja o anno proximo passado, o Reberendo Besitador em forma do mao estado em que está a Capella do Martir Sam Sebastiam formada no Monte do Crasto (...) a mandou demolir". Preocupados com tal situação, "e como elles outrogantes tem deboção em que se comserve a mesma Capella e desconsollação grande na sua roína porque a ella bão ter as porsigoins solenes que sahim da matris e ahi finda a Bia Sacra e por outros justos motivos", o mesmo grupo de devotos comprometeu-se, por escrito, "à fabrica, reparo e comserto da mesma Capella não só no estado prezente mas para o futuro e de boa bontade querião que ella se concervace". Pretendia-se, no fundo, conferir-lhe um aspecto condigno "para nella se fazerem e selebrarem os officios devinos" (SILVA 1992a, 54).

Cristelo nunca havia sido objecto de qualquer estudo mais aprofundado, excepto os trabalhos por nós realizados e publicados (SILVA 1992, 37-52 e SILVA 1994).

A opção pela sua intervenção arqueológica deveu-se a vários factores, decorrentes dos objectivos do Projecto de Investigação, e à frequente ocorrência de espólio arqueológico descontextualizado, de períodos compreendidos entre a Idade do Bronze e a época medieval, num povoado com elevado grau de destruição, ocupado até aos dias de hoje tanto nas encostas do monte como no topo, onde se presta culto a S. Sebastião. Outros elementos tidos em consideração foram a sua localização próximo da zona mais alta do concelho, local onde não ocorrem, tanto quanto alcançam os nossos conhecimentos, povoados desta ambiência cronológica, com excepção do povoado fortificado de S. Mamede (situado já na bacia do rio Lima e pertencente ao concelho de Arcos de Valdevez); o facto de ser um povoado de pequenas dimensões, implantado no topo oeste de um vale com abundantes vestígios arqueológicos, nomeadamente paleolíticos e romanos; e o interesse em escavar e conhecer um povoado fortificado mais tardio do que os que até então havíamos escavado e que, aparentemente, teria sido romanizado.



Mapa XXXII - Mapa dos Serviços Cartográficos do Exército, escala 1/25.000, folha nº 15, de 1996.

4.4.2 Localização e enquadramento geográfico

O povoado fortificado de Cristelo (PVF 4 - SILVA 1994) situa-se no lugar de S. Sebastião, freguesia de Cristelo e distrito de Viana do Castelo.

O topónimo S. Sebastião deve-se ao facto de no topo do monte ter sido construída uma pequena capela, com a invocação daquele santo.

A sua localização é a seguinte:

Coordenadas Planimétricas:

UTM (v.g. de 2ª ordem - S. Sebastião):

M = 538.541,80; P = 4.639.712,86.

GAUSS: X = 166,2; Y = 548,5.

Altitude: 490,76 metros (v.g. de 2ª ordem (cota no terreno) - S. Sebastião).

Está cartografado no Mapa dos Serviços Cartográficos do Exército, na escala 1/25.000, folha nº 15 - Paredes de Coura, de 1949 e de 1996 (**Mapa XXXII**), e na Carta Geológica de Portugal, na escala 1:50.000, folha 1-C, Caminha, 1962.

Desenvolve-se por uma pequena elevação de encosta acentuada, a norte, e mais suave, a sul. No cimo do monte existe um *plateau* de pequenas dimensões, sub-circular.

Possui cerca de 40 metros de declive, o que se pode considerar muito se comparado com outros povoados de vale - como Romarigães - que têm geralmente menos altitude relativa entre o vale e o topo do monte. O vale passa a uma cota média de 450 metros.

Grande número de rochedos graníticos espalham-se por todo o monte, muitos deles rodeando o sector escavado.

O povoado sobressai na paisagem pelo facto de ser rodeado por zonas relativamente planas, de vale, sobretudo a nascente e a sul, e por socacos, sem grande declive, a norte e a oeste.

A rede hidrográfica é abundante, sendo o monte contornado, cerca de 400 metros de distância, a este e a norte, pelo rio Coura e por inúmeras linhas de água que aí afluem, e a oeste pela ribeira do Fundão e pelo rio dos Cavaleiros.

Segundo a Carta Geológica e respectiva *Notícia Explicativa* (TEIXEIRA 1961), o povoado localiza-se numa mancha de rochas eruptivas, especificamente granito calco-alcalino, porfiróide, de grão grosseiro, também designado granito monzonítico.

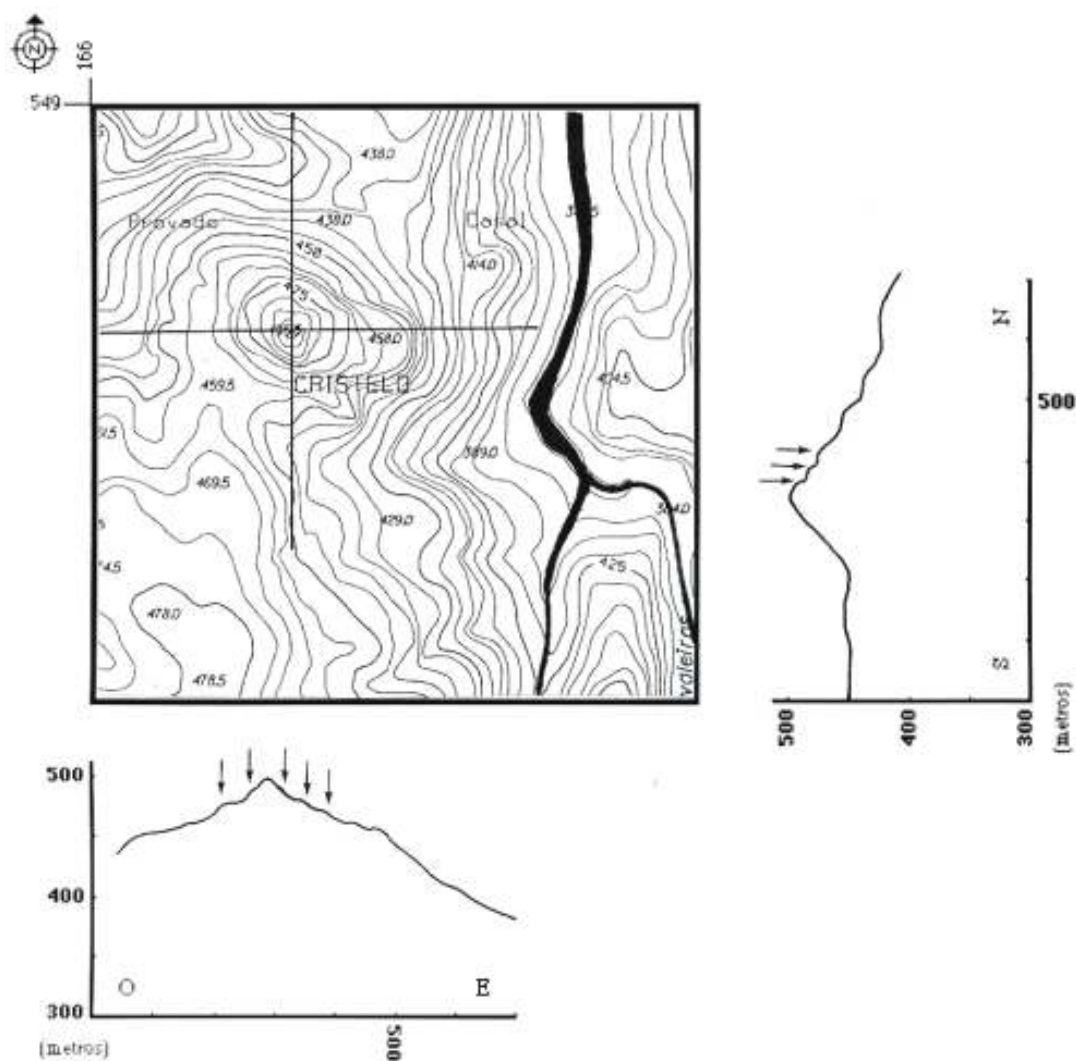


Figura 133 – Implantação do povoado fortificado de Cristelo no Ortofotomapa (escala 1:10.000); perfis topográficos norte-sul e este-oeste.

O acesso ao povoado é relativamente bom, sendo feito por estrada nacional (E.N. 303) e por estrada municipal empedrada, que sobe até ao topo do monte. Na década de noventa do século passado foram abertos estradões que, infelizmente, danificaram estruturas, nomeadamente um possível pano de muralha.



Foto 87- O povoado de Cristelo visto de sul, com a capela de S. Sebastião no cimo.

4.4.2.1 Tipo de solo e vegetação

O povoado está implantado numa mancha de solo de tipo C, referente a solos com aptidão agrícola condicionada, rodeada por uma larga mancha de solos de tipo F, ou seja, com aptidão florestal. A nascente, marginando o rio Coura, localiza-se uma mancha alongada de solos de tipo A, caracterizada por franca aptidão agrícola.

O monte está coberto por densa vegetação rasteira (tojo, urze e giesta) e por abundante vegetação arbórea (pinheiro, vidoeiro e carvalho).

4.4.2.2 Povoamento actual

O povoamento é concentrado na base do monte, encontrando-se algumas habitações a meia encosta.

Toda a zona agricultada do vale circundante é trabalhada em regime intensivo, em sistema de minifúndio. Na própria encosta sul do povoado pratica-se alguma agricultura, de subsistência (milho, batata), intercalada com terrenos usados para pastagens.

4.4.2.3 Topografia e cartografia (Figura 143; Gráfico LX)

O levantamento topográfico do povoado foi solicitado, em 1991, pela Câmara Municipal de Paredes de Coura ao G.A.T. do Vale do Minho, na escala 1: 500. Como o pedido nunca chegou a ser atendido, elaborámos um esboço - como de resto para todos os outros povoados da bacia superior do rio Coura e que apresentamos no vol. II - Carta Arqueológica) - baseado no ortofotomapa concelhio, na escala 1:10.000, de forma a poder traçar os perfis norte/sul e este/oeste da base de assentamento do povoado.

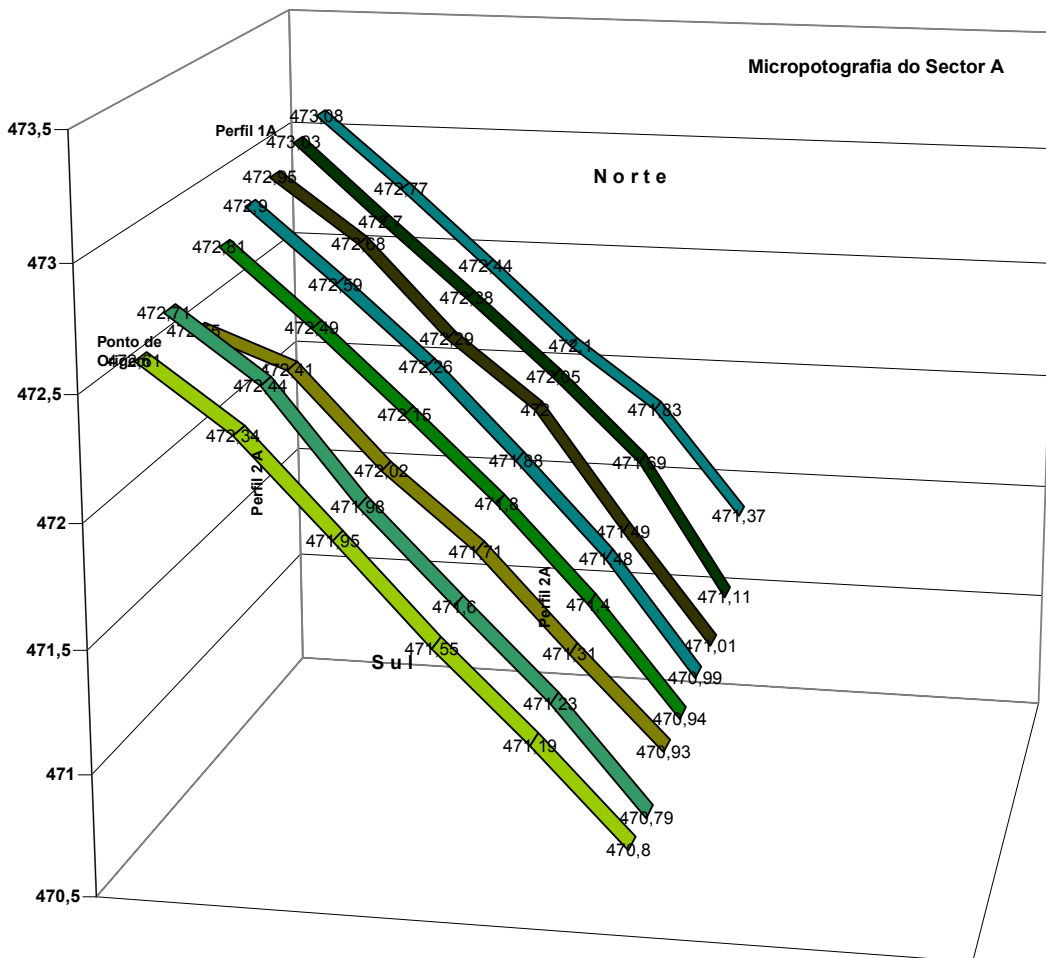


Gráfico LX – Microtopografia do sector A.

Na falta do referido levantamento topográfico, elaborámos a topografia do sector escavado e procedemos à sua inserção na rede geral, com a ligação da área cartografada à Rede Geodésica Nacional, através do Sistema U.T.M..

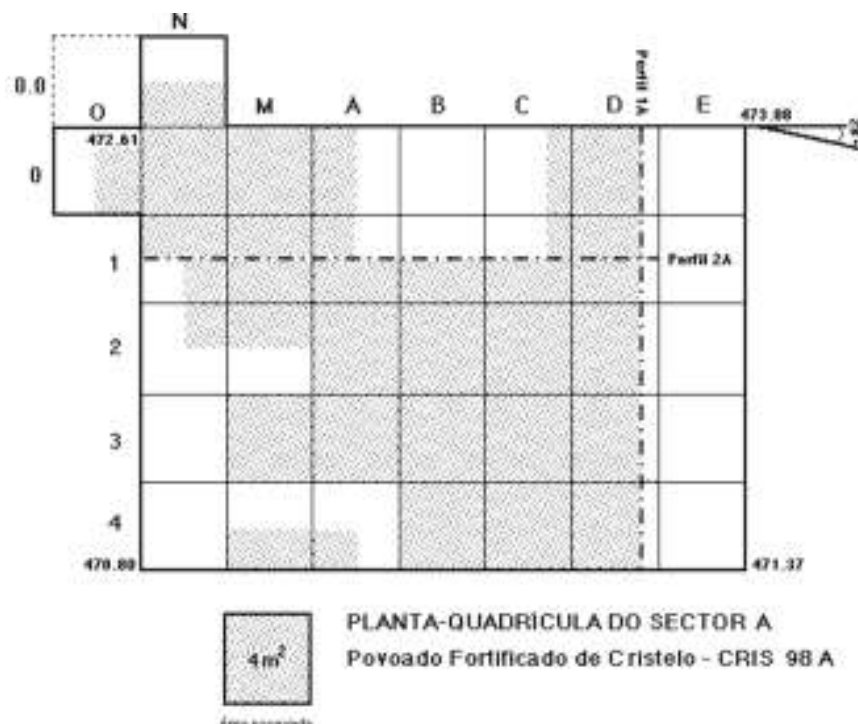
O relacionamento cartográfico do sector foi efectuado pelo método do "transporte de coordenadas" da cota da base do vértice geodésico de 2ª ordem (S. Sebastião – actualmente já não existe) para um dos lados da figura geométrica que define o sector. Dada a diferença altimétrica que se regista entre o ponto mais elevado e a área a intervencionar, foi necessária a montagem de 6 estações topográficas.

O ponto de origem do sector foi então munido de um ponto fixo para cotagem, situado junto ao ponto de origem da figura geométrica (entre os quadrados M0 e A0). A altitude deste ponto foi determinada por nivelamento geométrico a partir do vértice geodésico referido (Z = 490,76 metros). Assim, a origem altimétrica do Sector A (**Figura 134**) corresponde a 472,71 metros, existindo um desnível de 18,05 metros entre o ponto de origem da quadrícula e o vértice geodésico.

A área de escavação foi constituída por somente um sector - o Sector A - com uma área de 100m², dividido em 25 quadrados de 2 x 2 m. Posteriormente a área foi alargada para sul da quadrícula.

A área quadriculada era, no final da intervenção, de cerca de 148m², e a escavada de cerca de 88 m².

Foi feito o levantamento topográfico de todos os quadrados. Com os dados obtidos elaborámos o **gráfico LX** que nos permite analisar a microtopografia do terreno e constatar o seu declive acentuado.



4.4.4 O Povoado

O povoado⁽³³⁾ situa-se no cimo do monte e na sua vertente, sensivelmente entre as cotas 460 e 490,76, representando esta última a altitude máxima.

Tal como o monte que o alberga, é um povoado de pequenas dimensões, não excedendo os cento e cinquenta metros no sentido norte-sul e os duzentos metros no sentido este-oeste, isto é, cerca de três hectares de área.

A densa vegetação e a grande quantidade de blocos graníticos, de grande porte, não possibilitam uma visualização correcta do perfil do monte. Depreende-se, contudo, ser arredondado, apresentando uma pequena superfície plana no cimo e diversos patamares.

A considerável destruição do povoado, a vegetação e os rochedos aí existentes impedem a determinação do local por onde passariam as linhas defensivas. Os poucos indícios recolhidos apontam para a existência de duas: uma em torno do recinto superior e outra sensivelmente a meio da encosta, apenas nas vertentes norte e este. Dado o declive acentuado, a defesa seria relativamente fácil de efectuar, pelo que dispensaria a construção de muralhas em pedra (de que não se encontraram vestígios), tendo os habitantes optado pelo reforço de algumas zonas mediante escavação ou deposição de terras.

Apesar de possuírem bastante declive, as encostas norte e nascente são as mais prolongadas (com os patamares referidos) mas terão permitido, neste caso, a construção de locais para vivência humana.

A sul e oeste existem grandes blocos graníticos, de paredes quase abruptas, que funcionariam como defesa natural e que substituiriam as cinturas amuralhadas, não permitindo a construção de estruturas habitacionais. A extracção de pedra nos blocos graníticos é frequente e bem visível por todo o monte.

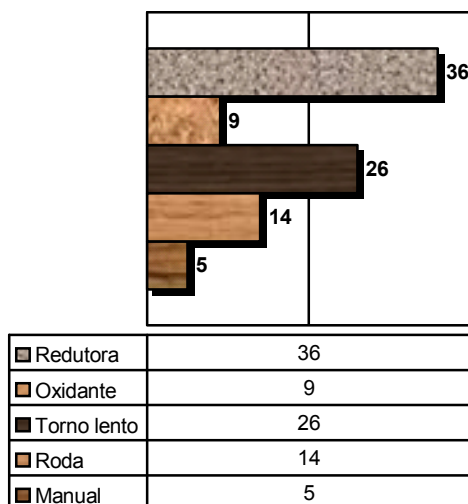
(33) Possui como Nº Nacional de Estação o 3523 e, na listagem do Instituto Português de Arqueologia, o código CNS 15436.

Na zona da "acrópole", constituída por um grande afloramento granítico ⁽³⁴⁾, registam-se vários rebaixamentos que indicam o assentamento de uma estrutura actualmente inexistente. Sensivelmente no mesmo local foi construída a capela de S. Sebastião.

A encosta encontra-se muito arbustada, impedindo uma visão nítida das estruturas. No entanto, existem vestígios de muros, provavelmente de estruturas habitacionais, e muita pedra aparelhada em granito. Num rochedo situado a este encontra-se um pio circular, muito polido, com cerca de 25 cm de diâmetro.

A norte e nascente, foi aberto um corte com vários metros de altura. A este foi aprofundado para a construção de um estradão - que se conseguiu travar através da rápida actuação da Câmara Municipal -, que deixou a descoberto a parede de uma estrutura, eventualmente circular, de paramento semelhante às que encontramos na escavação. Nela ocorreu bastante espólio cerâmico que estudamos com maior pormenor na Carta Arqueológica concelhia (Volume II).

Gráfico LXI - Cerâmica de superfície: tipos de fabrico e de cozedura



4.4.4.1 Achados ocasionais encontrados ao longo dos tempos

Ao percorrer-se o monte encontravam-se, com relativa frequência, inúmeros fragmentos de cerâmica doméstica, nomeadamente fragmentos de dólio, ânfora e de outras vasilhas de transporte, armazenamento e de utilização culinária. Abundava, também, a cerâmica de construção (tégula, ímbrice, tijolo), bem como pedras aparelhadas. Tem aparecido, igualmente, cerâmica indígena de fabrico micáceo, alguma com decoração em "SSS", de feição castreja, e cossoiros de fuso. Alguns destes materiais, contudo, apenas se conhecem através de relatos.

Tipicamente da Idade do Ferro, temos vários fragmentos de cerâmica micácea, pouco depurada, de cozedura razoável e de coloração alaranjada e acinzentada (no cerne). Ocorrem também outros fragmentos com as mesmas características, mas mais depurados, com menos desengordurante e de melhor cozedura.

Desta ambiência cronológica existem dois interessantes fragmentos de bordos de tachos, de formas diferentes, micáceos, com orifício de suspensão e com vestígios evidentes de utilização. Os seus diâmetros são distintos: 16 e 37 cm, respectivamente (**Figura 135**).

Como espólio típico da romanização, estudámos vários bordos e fundos, além de fragmentos de cerâmica indiferenciada e um arranque de asa, em fita. Evidenciam um fabrico em torno e uma textura maioritariamente compacta.

(34) Em frente à capela, no afloramento à face do solo, existe um rebaixo circular bastante polido pelo uso. É circundado por vários orifícios que possuem, de distância entre si, cerca de 4 metros. Não se trata de uma "estrutura" coeva do povoado, uma vez que os orifícios foram feitos com máquina perfuradora. Nos orifícios deveria encaixar uma estrutura que sustentaria, hipoteticamente, uma cobertura.

O tipo de cozedura (**Gráfico LXI**) é variável, registando-se vários casos para cada tipo de forno (reductor, oxidante e alternante). Os tons predominantes são os alaranjados e os acastanhados claros. O tratamento das superfícies foi feito por alisamento interno e, no caso das superfícies externas, por alisamento, engobe e espatulamento.

A análise morfológica suscita também bastantes dúvidas, embora possamos verificar que a maioria das peças desenvolve a sua simetria num eixo vertical, tendo como estrutura dominante a saliente.

Os bordos predominantes são os que possuem secção arredondada com espessamento externo. A sua orientação varia entre os reentrantes e os salientes.

Pertencem a várias tipologias (**Quadro XLVII**): um dólio, um prato, uma frigideira, tigelas e potes. Um dos fragmentos de fundo de uma tigela apresenta um pequeno pé.

O fragmento de dólio e cinco fragmentos de bordos de tigelas possuem uma decoração muito simples, em canelura fina, de disposição horizontal e feita com uma punção rombóide. Dois fragmentos de bordos de potes apresentam uma decoração plástica saliente.

O prato tem um largo bordo horizontal e um diâmetro superior a 45 centímetros. A frigideira é de menores dimensões.

As tigelas são muito homogêneas e aparentam ser uma imitação local de *sigillata*, com engobe avermelhado.

A cerâmica de cobertura é muito abundante, se comparada com o restante espólio. Verifica-se, como é habitual, uma predominância dos fragmentos de tégula (44, 16 dos quais com bordo de encaixe) em relação aos de ímbrice (11 fragmentos de pequenas dimensões).

Os perfis das tégulas reflectem a existência de várias superfícies de cobertura.

Podem ser classificados em três tipos, cada um deles com três variantes que derivam do espessamento das paredes, da altura dos bordos de encaixe, da inclinação dos mesmos e da espessura do corpo da tégula.

Detectou-se ainda uma pequena peça semelhante a um godé (2,15 x 2,5 cm), em cerâmica depurada. Apresenta vestígios de uso e talvez tenha servido para misturar alguma substância.

QUADRO XLVII Tipo de vasilha	Total
Tigela (?)	7
Pote (?)	6
Mistura de substâncias	1
Panela de suspensão	3
Prato	2
Dólio	1
(?)	9
Ânfora	1
Peça de ir ao lume	3
Nº mínimo de peças	33
Total de fragmentos	45

Foram também encontradas várias mós graníticas (**Quadro XLVIII**), dormentes e moventes, um fragmento de reboło de mó manual, em granito de grão fino, e vários seixos truncados, com vestígios de uso. Igualmente no topo do monte, junto a um penedo, surgiu uma ara (ROM 9) aquando da construção do caminho no princípio do século. Apesar de romana, foi reutilizada mais tarde para fins religiosos. Está praticamente ilegível e encontra-se actualmente no Museu Pio XII, em Braga.

A obtenção deste espólio arqueológico de características romanas na camada superficial

QUADRO XLVIII							
Tipo de peça	Matéria prima	Diâmetro (cm)	Espessura (cm)	Conservação	Observações	Depósito	Bibliografia
MÓ DORMENTE	GGM	36	16	Boa	Inteira com 16 cm de diâmetro no orifício central	Alpoim Brandão	SILVA, 1992
MÓ DORMENTE	GGM	33	14	Boa	Apareceu na vertente nascente, inteira com 14 cm no orif. central.	G.A.P	SILVA, 1992
MÓ MOVENTE	GGG	33	16,5 x 22	Má	Rebordo com 5,5 cm de largura; orifício central com 6 cm de diâmetro	G.A.P	SILVA, 1992
MÓ MOVENTE	GGF róseo	33	12 x 9	Má	Apareceu a oeste do povoado. Rebordo com 5,5 cm, orifício central 7 cm	G.A.P	SILVA, 1992
MÓ MOVENTE	GGM	33,5	10	Boa	Orifício central com 8 cm de diâmetro	G.A.P	—
PERCUTOR / REBOLO	GGF	—	3,7	Má	Formato ovóide com 10 cm de comprimento	G.A.P	—

pressupõe uma deposição tardia, uma vez que as camadas estratigráficas inferiores não registam, como referido anteriormente, qualquer vestígio de ocupação romana.

Nas imediações do povoado apareceram três machados de talão, de dois anéis, bifaces, em bronze (BRZ 1). Cronologicamente são atribuídos ao período de transição entre o Bronze Final e o Ferro Inicial, e estão depositados no Museu Nacional de Arqueologia, em Lisboa.

Por diversas ocasiões foi referida a existência de uma sepultura escavada na rocha na base do povoado. Não foi, contudo, determinada a sua localização talvez pelo facto de se encontrar soterrada.

Grande parte deste espólio foi por nós estudado e publicado em 1992 e 1994.

Tal como a Giesteira (PVF 7), Cristelo é um povoado com uma localização extremada, concretamente numa zona de transição entre o vale e a montanha, que lhe fica próximo (em Bico e Vascões). Ou seja, não se encontra situado na "habitual" zona de implantação dos povoados da Idade do Ferro, mas um pouco à margem, pelo que apenas tem visibilidade directa para o povoado da Giesteira.

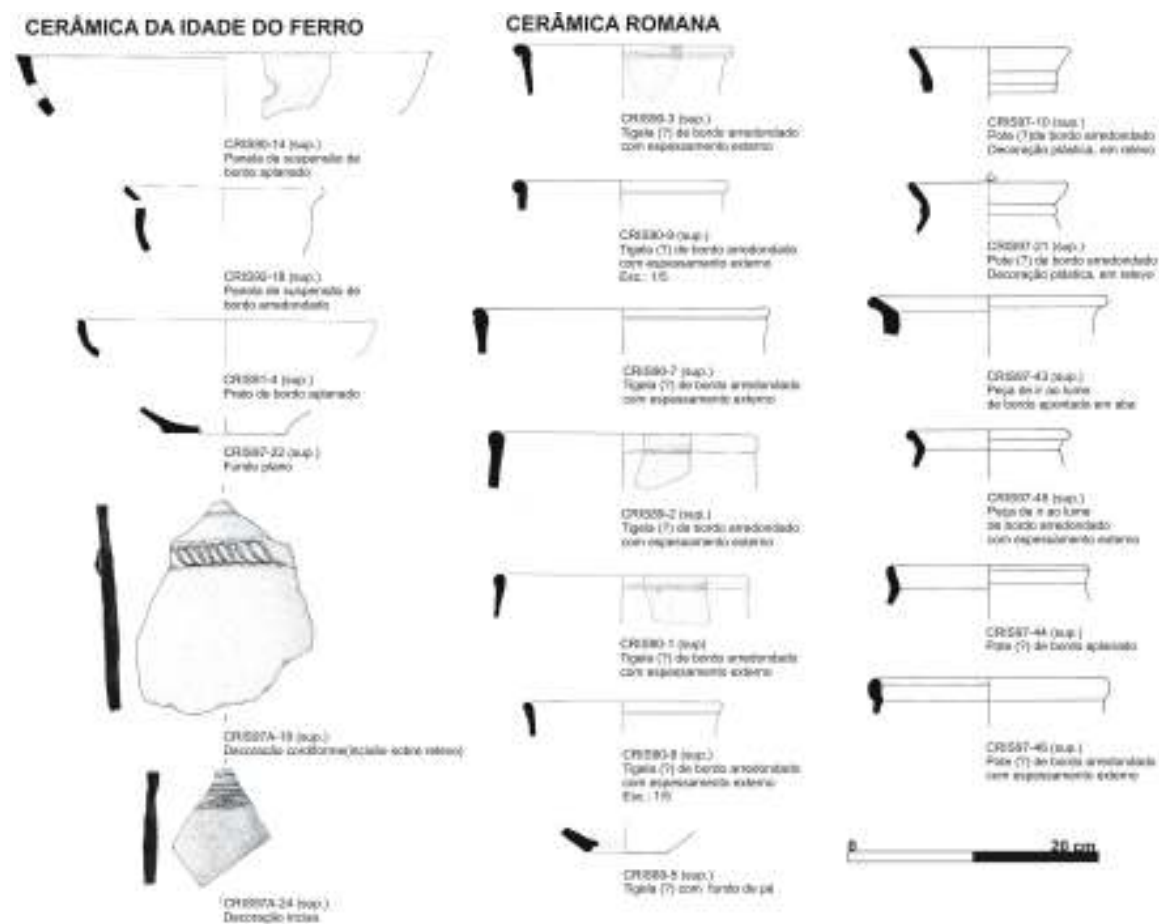


Figura 135 – Cerâmica da Idade do Ferro e romana proveniente de prospecção.

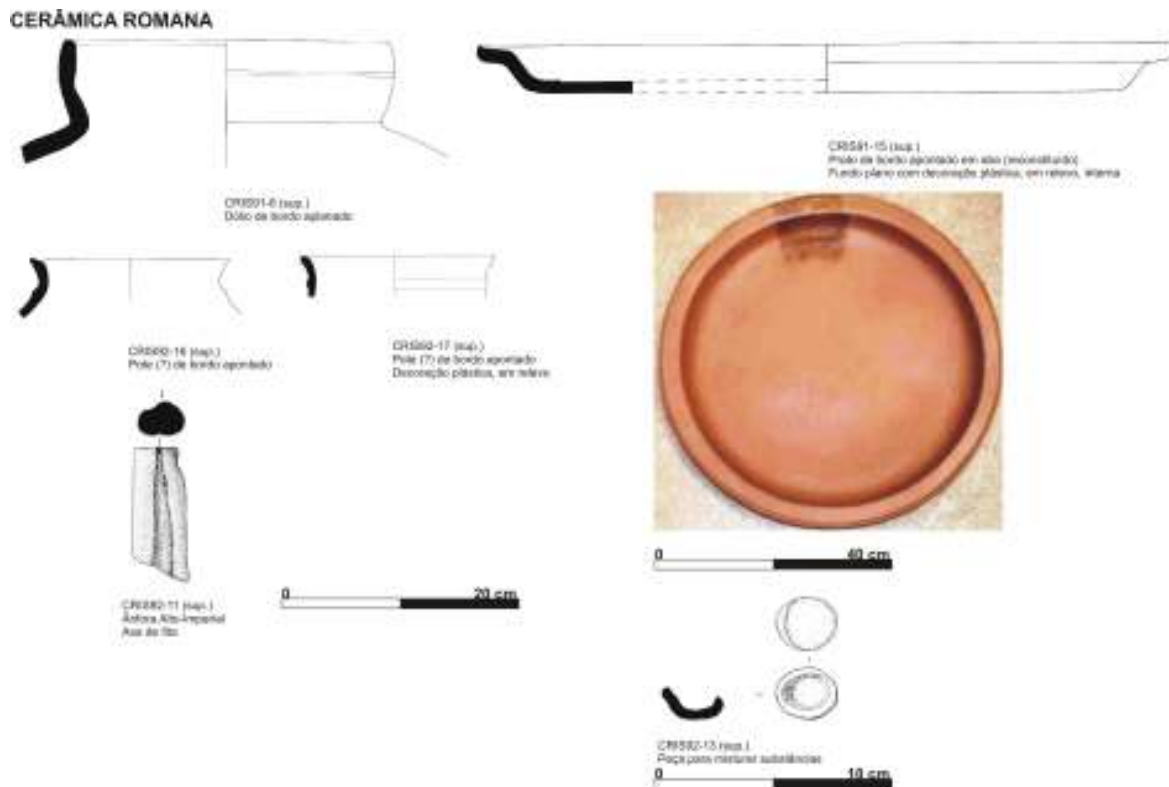


Figura 136 – Cerâmica romana proveniente de prospecção.

4.4.5 - A escavação arqueológica do sector intervencionado

4.4.5.1 Objectivos, metodologia e generalidades da intervenção

Os escassos elementos que possuíamos sobre Cristelo levavam-nos a crer que se tratava de um povoado fortificado de pequenas dimensões, situado no topo oeste de um vale com abundantes vestígios arqueológicos. Cronologicamente teria uma ocupação mais tardia – inclusivamente romana – do que os povoados que havíamos escavado até então. Várias premissas e pontos de partida necessitavam, pois, de ser confirmados a fim de obtermos uma ideia mais concreta do que teria sido, de facto, a ocupação humana desta área. Com a investigação pretendia-se:

1 - Contextualizar o espólio arqueológico encontrado ao longo dos tempos através da definição de cortes estratigráficos;

2 - Descobrir, ainda que de forma fraccionada, estruturas e, por consequência, o tipo de ocupação do povoado; estabelecer a eventual diferenciação funcional entre as unidades domésticas; definir a articulação do espaço ao nível do micro espaço de relacionamento interno e externo das estruturas, assim como o seu posicionamento e articulação em relação às estruturas defensivas;

3 - Conhecer a estrutura defensiva do povoado, o seu posicionamento, a importância que teria para os habitantes e a sua relação com a área envolvente;

4 - Conhecer o tipo de sociedade e as respectivas formas de organização social, em articulação com outros povoados congêneres da bacia superior do rio Coura e, eventualmente, em relação ao macro espaço de relacionamento;

5 - Conhecer o tipo de organização económica e a estratégia de ocupação do vale, de obtenção de matérias-primas e produtos e de exploração dos recursos a nível regional e extra-regional;

6 - Conhecer as eventuais transformações de aculturação e relacionamento com outros povos, designadamente os romanos, procurando as soluções de continuidade/descontinuidade;

7 – Entender as razões da sua situação extremada na área superior e nascente da bacia hidrográfica do rio Coura, próximo da zona mais alta do concelho - local onde se desconhece a existência de povoados desta ambiência cronológica -, em contraponto com os povoados que temos intervencionado na área oeste.



Foto 88 - Início da escavação do sector A.

Os trabalhos resumiram-se, neste povoado, a duas campanhas de escavação arqueológica realizadas entre 4 e 11 de Agosto de 1997 e entre 6 e 13 de Julho de 1998.

O sector foi implantado numa área com bastante declive, situada entre as eventuais muralhas (interna e a externa), na vertente nascente do monte.

Em 1992, no limite sul deste sector, foi aberta uma vala em toda a encosta para fornecimento de electricidade à capela, o que levou ao corte de várias estruturas.

A escassez de tempo disponível apenas permitiu a intervenção numa pequena área, pelo que os trabalhos não se apresentaram conclusivos relativamente a uma parte das questões que se nos colocavam à partida, tendo, pelo contrário, suscitado outras mais.

Após o corte da vegetação, procedeu-se à limpeza do sector a intervencionar. Seguidamente, implantou-se a quadrícula e procedeu-se ao respectivo levantamento topográfico.

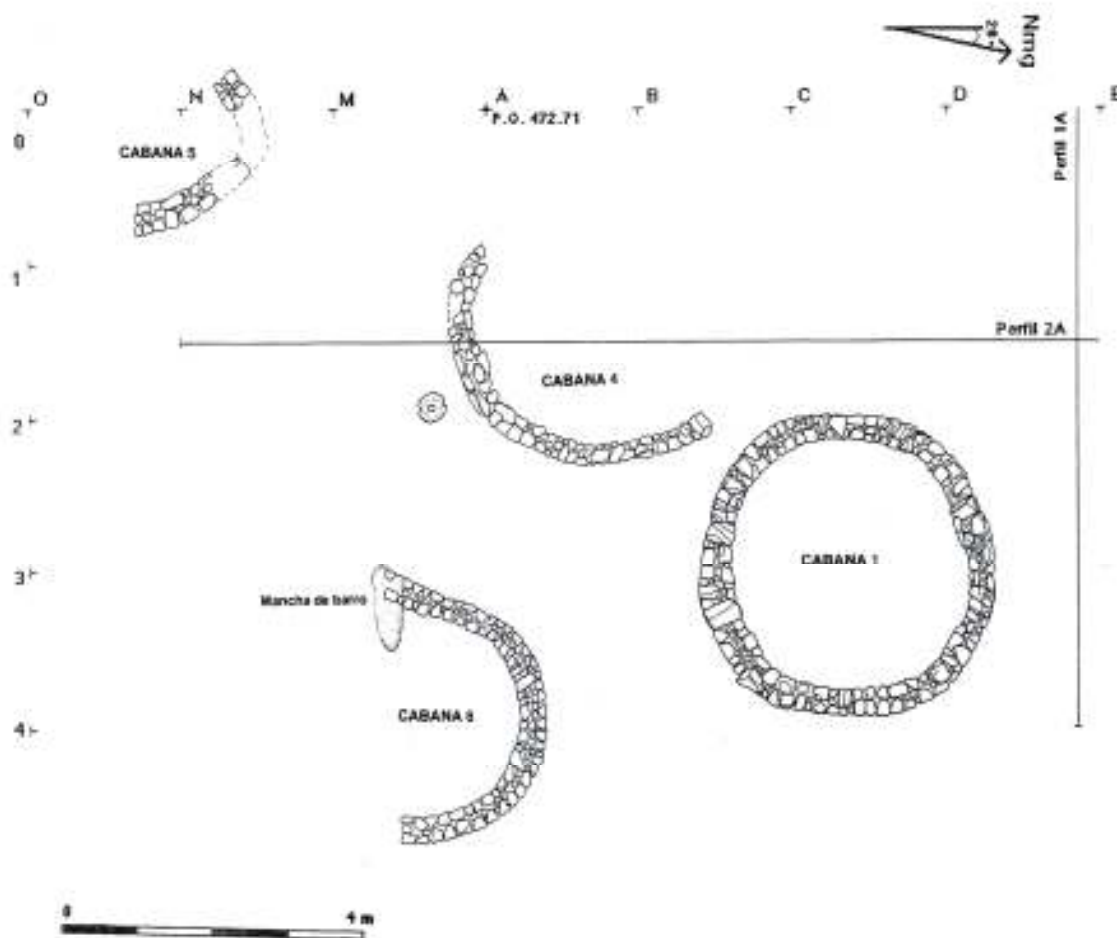


Figura 137 – Desenho planimétrico das estruturas da 1ª Fase.

Os trabalhos de escavação propriamente ditos seguiram o método de decapagem horizontal, em quadrados de 0.5 x 0.5 metros e camadas aleatórias de 5 a 10 cm.

Inicialmente abriu-se uma vala com cerca de dois metros (do quadrado D0 ao D4, abarcando partes dos quadrados C0 a C4 - **Foto 88**). Posteriormente, intervieram-se quadrados alternados de forma a tentar encontrar outras estruturas, tendo-se procedido também ao aprofundamento interno e externo da área ocupada pela cabana 1, escavada, entretanto, na campanha de 1997.

A escavação foi bastante dificultada pelo aparecimento de estruturas sobrepostas pertencentes a duas fases de ocupação. Este facto implicou uma escavação minuciosa, de modo a permitir o relacionamento do espólio detectado com o respectivo nível estratigráfico e o registo (em vídeo, fotografia e desenho) de todos os elementos, uma vez que houve a necessidade de desmontar a estrutura 2 - da qual apenas restava um arco de alicerces - que se encontrava sobreposta a uma outra de fase mais antiga (estrutura 4).

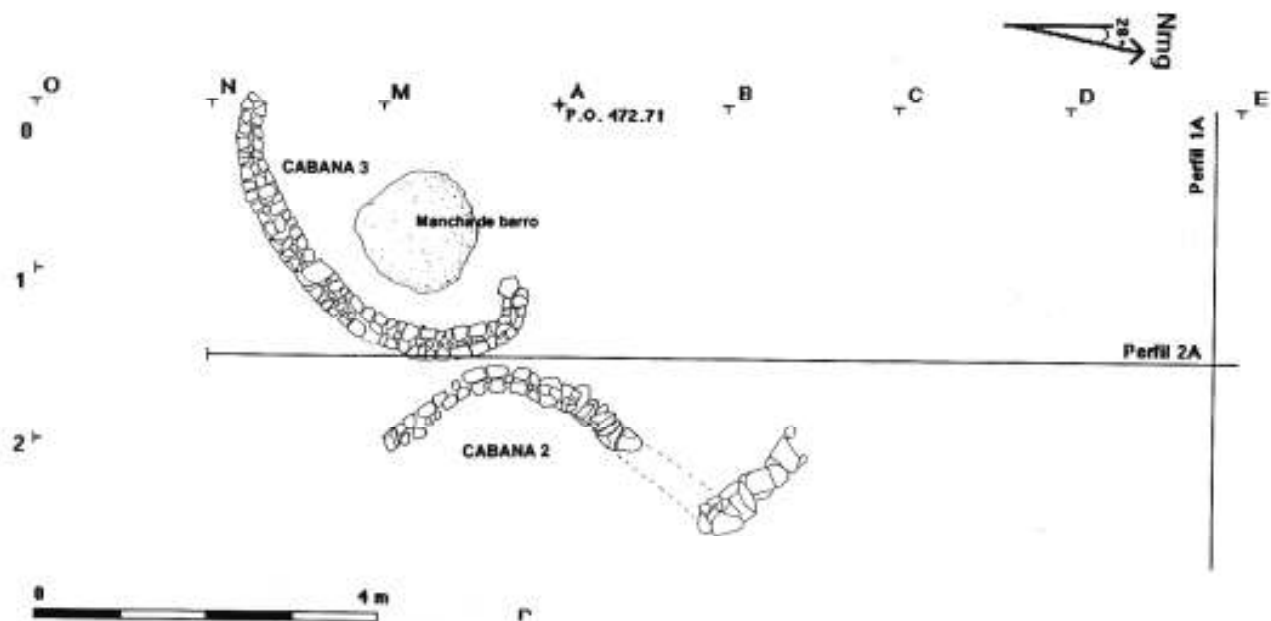


Figura 138 – Desenho planimétrico das estruturas da 2ª Fase.

Desta forma foram escavados dois níveis de ocupação constituídos por:

1ª Fase

- Cabana 1;
- Cabana 4;
- Cabana 5;
- Cabana 6.

2ª Fase

- Cabana 2;
- Cabana 3.

Um dos objectivos definidos à partida prendia-se com a realização de uma sondagem que permitisse contextualizar os materiais arqueológicos encontrados ao longo dos tempos e enquadrá-los na estratigrafia do povoado, possibilitando a obtenção de uma cronologia relativa. Nesse sentido, foi definido, no sentido oeste-este, um perfil estratigráfico (1A) com dez metros de comprimento que abrangeu todo o sector.

Com o mesmo objectivo, foi depois definido outro corte estratigráfico (2A) no sentido sul-norte, que abrangeu grande parte do sector e se prolongou por uma extensão de 12 metros.

4.4.5.2 - As estruturas e o estudo microespacial

- Fase 1 (cabanas 1, 4, 5 e 6 – Figura 137)

As estruturas correspondentes à Fase 1 são semelhantes entre si. A única diferença reside no facto de a cabana 1 não ter tido outra fase de ocupação que se lhe tivesse sobreposto, pelo que se encontra completa, em planta, e evidentemente muito melhor conservada. Ressalve-se que o facto de não ter tido outra estrutura sobreposta não é indicador de não ter sido ocupada na Fase 2. Das outras

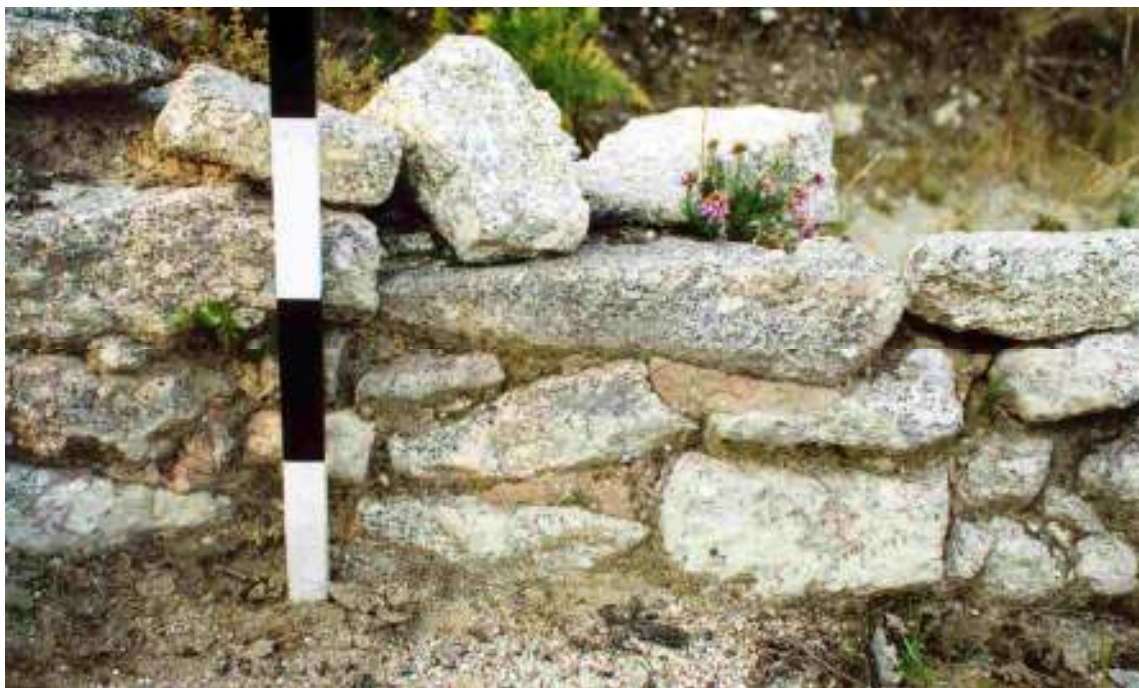


Foto 89 - Paramento e argamassa do muro interno da cabana 1.

apenas resta metade do arco da sua planta e em altura reduzida, resumindo-se, regra geral, ao alicerce.

Trata-se de estruturas circulares, constituídas por pequenas pedras graníticas, com o formato de paralelepípedos irregulares.

O granito utilizado é maioritariamente de grão médio, existindo, contudo, algumas pedras de grão fino e grão grosso.

Estas pequenas lajes estão relativamente organizadas, definindo um aparelho de tipo horizontalizado irregular, interno e externo, consolidado por uma argamassa amarelada, saibrenta, supostamente de origem local e que foi usada com abundância - um tipo de aparelho utilizado, sobretudo, em estruturas construídas em xisto.

A entrada da cabana 1 não seria junto ao solo, não tendo sido encontradas pedras de soleira, ombreiras ou padieiras.

Na parte interna da estrutura 1 o aparelho torna-se, em algumas fiadas, sensivelmente oblíquo. A sua entrada situar-se-ia, eventualmente, a este, virada ao vale.

A parte nascente da cabana 1 encontra-se mais destruída, restando poucos centímetros de parede, o que não acontece no lado oeste, no qual ainda subsistem, em média, 70 cm de altura. A parede possui 0.36 m de espessura média.

Estas cabanas - sobretudo a cabana 1 - possuem um piso bem nivelado, em saibro amassado de coloração acastanhada clara.

Apesar de alguns fragmentos de piso recolhidos possuírem a superfície ligeiramente queimada, não foi possível identificar qualquer lareira no interior da cabana 1 ou em qualquer outro local do povoado.



Foto 90 – Muro da cabana 1.

- Fase 2 (cabanas 2 e 3 – Figura 138)

As estruturas correspondentes à Fase 2 são relativamente semelhantes às da fase anterior. A maior diferença reside no facto de os restos das duas estruturas apresentarem uma construção muito menos cuidada. Certamente foram usadas as pedras resultantes da desmontagem das construções anteriores.

Apenas resta metade dos arcos das suas plantas e em reduzida altura, resumindo-se ao alicerce. Tratava-se, provavelmente, de estruturas circulares, constituídas por pequenas pedras graníticas, com o formato de paralelepípedos mais irregulares que os das estruturas da Fase 1.

O granito utilizado foi igualmente o de grão médio, existindo, contudo, algumas pedras de grão fino e grão grosso.

Estas pequenas lajes, mal organizadas, definem um aparelho irregular de tipo *opus incertum*, interna e externamente, consolidado por argamassa amarelada, saibrenta, usada em abundância.

Tal como nas cabanas da Fase 1, não foram encontradas as entradas, nem as pedras de soleira, ombreiras ou padieiras.



Foto 91 - Cabana 1.

DIMENSÕES DAS ESTRUTURAS

Cabana 1 (Fase 1):

- Diâmetros internos: 3.19 m (sentido N-S) e: 3.13 m (sentido E-O);
- Diâmetros externos: 3.84 m (sentido N-S) e: 3.85 m (sentido E-O);
- Altura da parede: máxima: 0.70 m; altura mínima da parede: 0.20 m;
- Largura da parede: entre 0.32 e 0.37 m.

Cabana 2 (Fase 2):

- Arco mal definido com cerca de 2 m de diâmetro externo e 1.40 m de diâmetro interno;
- Largura da parede: 0.30 m.

Cabana 3 (Fase 2):

- Diâmetro interno: 3.65 m;
- Diâmetro externo: 4.20 m;
- Altura da parede: entre 0.25 e 0.40 m;
- Largura da parede: 0.36 m.

Cabana 4 (Fase 1):

- Diâmetro interno: 3.28 m;



Foto 92 - As estruturas 1, 3, 4 e 5, vistas de sul.



Foto 93 - Cabanas 1, 4 e 5 (Fase 1).

Volume I

- Diâmetro externo: 3.65 m;
- Altura da parede: entre 0.26 e 0.32 m;
- Largura da parede: 0.30 m.

Cabana 5 (Fase 1):

- Não é possível calcular o diâmetro, pois só foi escavada uma parte do arco da parede;
- Altura da parede: entre 0.40 e 0.44 m;
- Largura da parede: 0.34 m.

Cabana 6 (Fase 1):

- Diâmetro interno: 2.70 m;
- Diâmetro externo: 3,48 m;
- Largura da parede: 0.34 m.

DISTANCIA ENTRE ESTRUTURAS

- Entre a 1 e a 4: 0.61 m; entre a 2 e a 3: 0.12 m; entre a 2 e a 4: estão sobrepostas; entre a 3 e a 4: estão sobrepostas; entre a 3 e a 5: estão sobrepostas; entre a 4 e a 6: 2.18 m; entre a 3 e a 6: 3.30 m.

A organização espacial das estruturas do sector escavado é bastante simples, na medida em que, apesar de as estruturas da Fase 1 apresentarem uma construção mais cuidada do que nos outros povoados intervencionados, não apresentam elementos indicadores das actividades que aí se desenvolveriam. Não existem vestígios de lareiras ou áreas de trabalho claramente perceptíveis no registo material.



Foto 94 – Mancha de barro no interior da cabana 3 (Fase 2).

Apenas foi possível identificar, no interior da cabana 3 (Fase 2) uma mancha de barro alaranjado que, pelo tamanho (cerca de 1.44 m de diâmetro), espessura do barro e quantidade de fragmentos de peças encontrados, aponta para a hipótese de ter sido um local de fabrico de objectos de cerâmica (**Foto 94**).

Existe ainda outra mancha de barro, de configuração alongada (1.08 m de comprimento), cuja localização (sob o alicerce da cabana 6 - Fase 1) e reduzida espessura parecem apontar para um antigo depósito de barro, mas não um local de fabrico.



Foto 95 – Mó rotativa *in situ*.

No exterior da cabana 4, referente à Fase 1 de ocupação, encontrámos "in situ" uma mó rotativa (**Foto 95**), circular, dormente, indicadora de um local de moagem. Esta actividade seria realizada individualmente, com o auxílio de duas peças de madeira, como indicam as reentrâncias existentes lateralmente.

Os sedimentos existentes sob e em redor da mó rotativa foram recolhidos, posteriormente peneirados e flutuados, tendo os restos orgânicos daí resultantes sido entregues à Prof. Doutora Isabel Figueiral, que identificou a existência de um exemplar de *Triticum sp.* (trigo), sete de *Panicum miliaceum* (milho miúdo), um de *Panicum / Setaria* (milho miúdo/painço) e um de tipo *Vicia* (legume). Dados de uma importância relevante para o estudo do povoado, uma vez que são as únicas espécies carpológicas identificadas.

A análise da distribuição espacial das estruturas permite-nos concluir que entre as cabanas da Fase 1 existia um espaço relativamente amplo que permitia a circulação de pessoas, bens e, inclusivamente, o desenvolvimento de diversas actividades (como a moagem).

Na segunda fase, por sua vez, as cabanas, a acreditar na pequena amostra, encontravam-se demasiado próximo umas das outras, não existindo qualquer espaço de circulação.

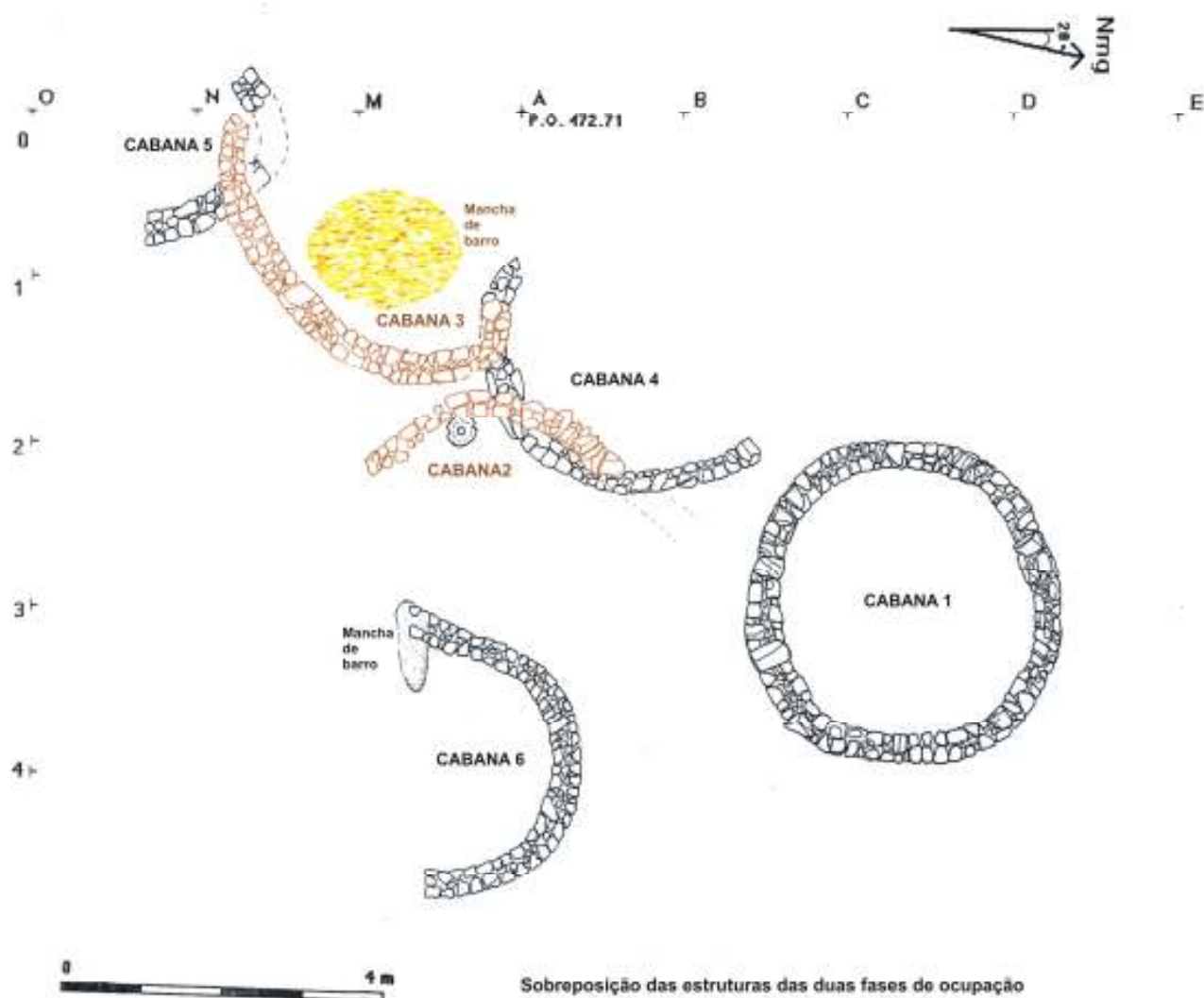


Figura 139 - Estruturas das duas fases de ocupação (a negro a Fase 1).

A **interpretação funcional genérica** das estruturas do sector leva-nos a considerar duas hipóteses:

- A primeira aponta para o facto de estarmos na presença de uma segunda fase de ocupação residual, na qual as cabanas da Fase 1 foram abandonadas e sobre si construídas posteriormente - sem as destruir totalmente - duas estruturas. Teriam funções relacionadas com actividades artesanais, como por exemplo a olaria (cabana 3);

- A segunda interpretação, mais plausível, aponta para o facto de a cabana 1 ter sido ocupada como local de habitação durante as duas fases, sendo as cabanas da Fase 2 simples anexos com as funções referidas. Não excluimos a hipótese de qualquer das estruturas ter acumulado funcionalidades distintas.

Por explicar fica o motivo que terá levado à destruição de três cabanas de boa construção para em seu lugar se erguerem duas de inferior qualidade.

A cultura material, como veremos, não apresenta diferenças significativas entre a Fase 1 e a Fase 2, tal como as cronologias absolutas de que dispomos não ajudam a comprovar a existência de duas fases de ocupação separadas no tempo.

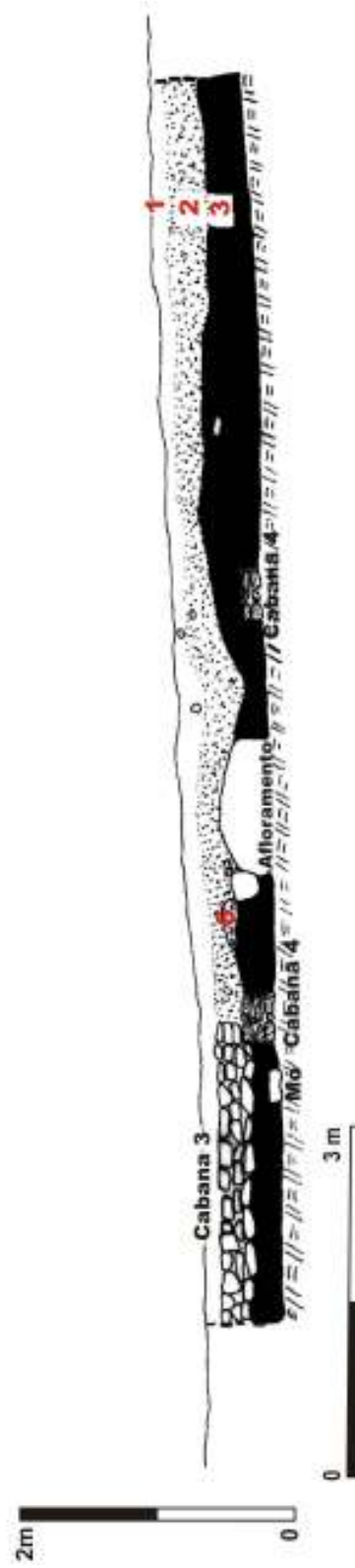
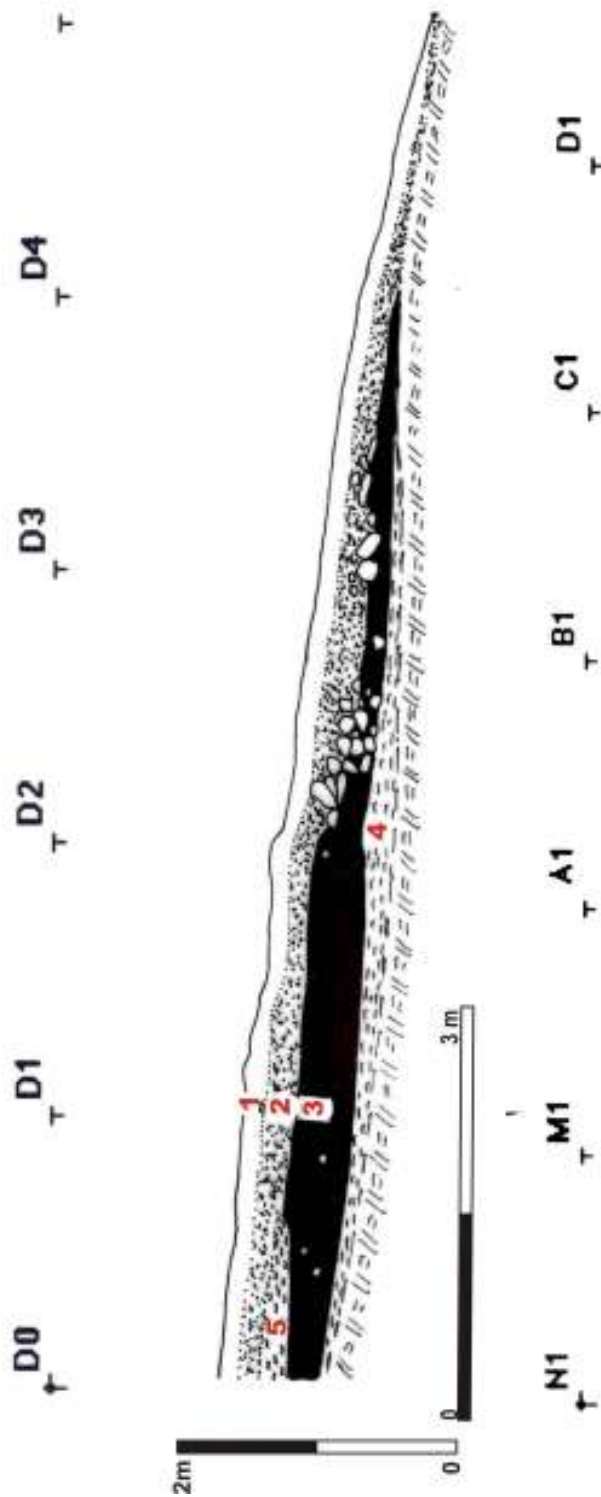
A estratigrafia não apresenta, de igual forma, qualquer elemento digno de referência que ajude a confirmar uma das teorias interpretativas da evolução do povoado, não estando documentado, por exemplo, qualquer nível de incêndio ou de derrube.

À falta de mais dados - uma escavação em área, por exemplo -, restam-nos as hipóteses enunciadas.

Uma análise pormenorizada da distribuição do espólio, sobretudo a cerâmica, leva-nos a considerar, tal como em Romarigães, a realização de uma limpeza periódica das cabanas, nomeadamente da cabana 1 (aquela que melhor conhecemos), o que se coadunaria com a sua função de habitação. Os 55 fragmentos de cerâmica encontrados no seu interior contrastam de forma evidente com os 1097 encontrados no exterior.

4.4.5.3 A estratigrafia das áreas de habitação e serviços (Figuras 140 e 141)

O estudo da estratigrafia deste sector resume-se à análise de dois cortes estratigráficos. Um deles, designado corte 1A, posiciona-se no sentido oeste-este, lado sul, na área dos quadrados D0 a D4, e foi mantido como testemunho da estratigrafia do sector. Atravessa o sector longitudinalmente, seguindo a orientação da sua pendente. O outro corte estratigráfico, designado corte 2 A, posiciona-se no sentido norte-sul, lado nascente, na área referente os quadrados N1, M1, A1, B1, C1 e D1, numa extensão de 12 metros.



Figuras 140 e 141 – Perfis estratigráficos 1A (orientação oeste-este, lado sul) e 2A (orientação norte-sul, lado este).

Foi mantido, embora parcialmente, como testemunho da estratigrafia transversal do sector.

A estratigrafia do sector caracteriza-se da forma que a seguir se descreve.

1 - Camada de terra superficial, humosa, pouco compacta e pouco dura, não homogénea. Granulometria de fracção fina e com areias. Índices radiculares muito elevados. Coloração acastanhada.

Nesta camada, que ocorre, naturalmente, em todo o povoado, encontram-se alguns fragmentos de cerâmica, nomeadamente tégula ou telha de meia cana, eventualmente de origem romana.

2 - Camada de terra com sinais de maior compactação e homogeneidade. Granulometria de fracção fina, com areias. Índices radiculares elevados. Coloração acastanhada clara, mesclada com tons acastanhados mais escuros. Apresenta algumas pedras de derrube.

Neste nível ocorre alguma pedra de derrube ou apenas terra, consoante a proximidade ou não de estruturas. As cabanas da Fase 2 podem aparecer já neste nível.

Em termos de espólio, ocorrem alguns fragmentos de cerâmica de tons alaranjados ou acastanhados, de fabrico em roda, contendo como desengordurante areia e quartzo. Alguns encontram-se muito deteriorados

3 - Camada de terra compacta, com índice de dureza elevado, homogénea, arenosa. Granulometria de fracção muito fina, com areias. Índices radiculares muito baixos. Coloração acastanhada clara, não homogénea, mesclada com tons amarelados e alaranjados.

Corresponde ao nível de ocupação onde ocorre a maior abundância de materiais arqueológicos e estruturas.

4 - Camada de terra compacta, com índice de dureza elevado, homogénea, arenosa. Granulometria de fracção fina, com areias. Índices radiculares muito baixos. Coloração acastanhada clara, não homogénea, mesclada com tons amarelados e alaranjados. Corresponde ao nível mais profundo de ocupação da Fase 1 (alicerce da cabana 1).

5 - Bolsa de terra compacta, com índice de dureza elevado, homogénea, arenosa. Granulometria de fracção muito fina, com areias. Índices radiculares muito baixos. Coloração acastanhada clara.

6 - Bolsa de saibro, compacta, com índice de dureza elevada, homogénea. Granulometria de fracção média a grossa. Índices radiculares nulos. Coloração acinzentada.

Este corte estratigráfico atravessa a estrutura 4 (Fase 1) e o lado este do muro externo da cabana 3 (Fase 2).

Os níveis 3 e 4 não resultam de diferenças geológicas notórias a nível da macro-escala de interpretação. Trata-se de um nível estratigráfico único, cuja espessura, em alguns locais, é superior a um metro e na área onde se encontra o alicerce da cabana 1 corresponde ao que designamos por nível 4. Nesta zona inferior desaparecem as raízes e passa a existir uma granulometria de fracção um pouco mais grossa que na parte superior (correspondente ao nível 3). Em tudo o mais os níveis são idênticos.

4.4.6 Cultura material

Em termos metodológicos, todo o espólio arqueológico foi registado por camada estratigráfica, quadrado, sector e data, e, aquele que apresentava características mais significativas, foi coordenado tridimensionalmente, sendo calculadas, na maioria dos casos, altitudes absolutas. Foram também registadas indicações relativas à sua posição no interior ou exterior das estruturas, tal como nos outros povoados, com a indicação acrescida da pertença à Fase 1 ou Fase 2.

No caso específico da cabana 1 (tanto interna como externamente), todas as peças foram registadas como pertencendo à Fase 1, o que na realidade pode não corresponder à verdade, já que a cabana pode ter sido ocupada nas duas fases. No registo arqueológico, contudo, essa divisão não era perceptível.

O espólio arqueológico surgiu, maioritariamente, concentrado em determinadas zonas, no interior ou nas proximidades das estruturas escavadas, e apresentava-se algo deteriorado.

Como é habitual nas estações da Idade do Ferro, os fragmentos de cerâmica são predominantes.

4.4.6.1 Espólio cerâmico

A cerâmica ocorreu em grande quantidade, tendo sido encontrados, numa área restrita e em apenas duas campanhas, 2158 fragmentos: 1411 da Fase 1 e 747 da Fase 2. Constatou-se, à medida que se escava o solo de ocupação, um aumento significativo da frequência do espólio cerâmico, comparativamente com o que se verifica nos outros povoados castrejos que temos vindo a escavar na bacia superior do rio Coura.

A análise da cerâmica pretende ser descritiva, tanto quanto possível pormenorizada, embora todo o estudo da pasta, tratamento das superfícies e cozedura parta de uma visão macroscópica que, evidentemente, não nos permite a realização de um exame rigoroso às peças em questão. Iguamente a análise morfológica fica incompleta, visto termos estudado fragmentos e não peças completas.

A escavação permitiu também recolher diversos restos de barro bem como detectar duas manchas, uma delas de grandes proporções, no interior da cabana 3 (no nível de ocupação), indicadoras de um local de fabrico de cerâmica.

• **Tipo de pasta** (desengordurante, pasta, textura e acabamento) e **de fabrico** (tipo de fabrico, coloração - interna, externa e cerne - e cozedura - **Gráficos LXII a LXV**)

Partindo de uma visão macroscópica e de uma análise estatística das duas fases de ocupação, temos uma cerâmica de fabrico manual, embora a utilização do torno lento e da roda tenha sido identificada e ocorra também com alguma frequência. As peças elaboradas com a ajuda de moldes têm uma ocorrência mais rara.

Os elementos não plásticos utilizados na generalidade dos casos foram a mica, a mistura de mica com quartzo, ou apenas o quartzo na Fase 1. A associação destes elementos (mica e quartzo) com restos de cerâmica é rara.

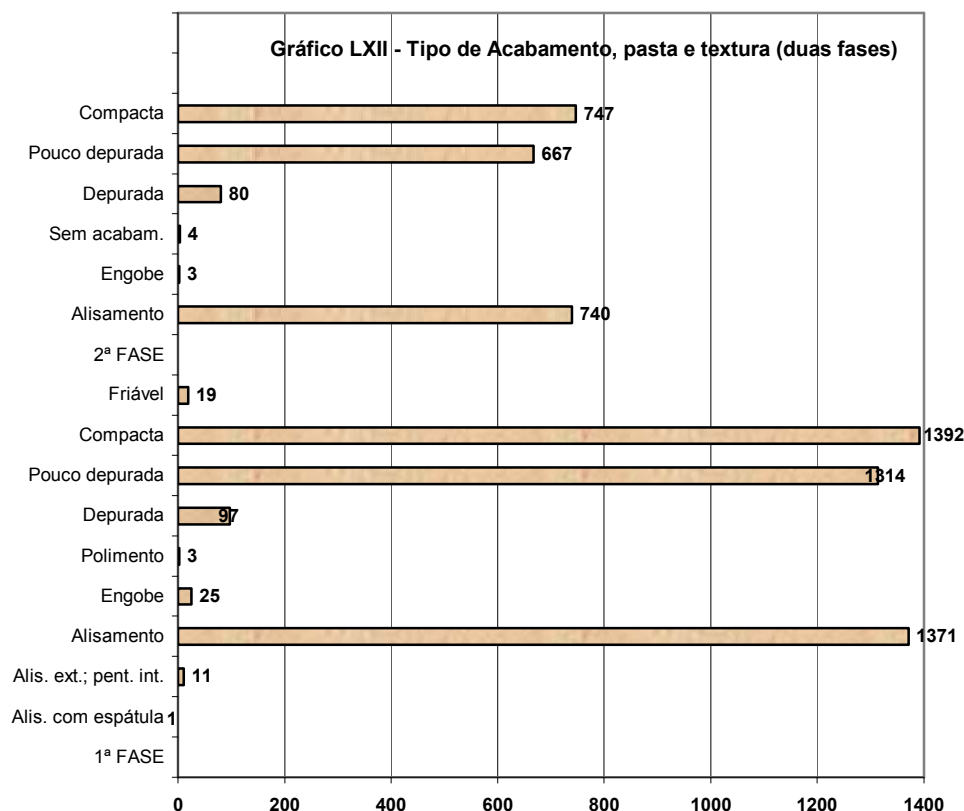
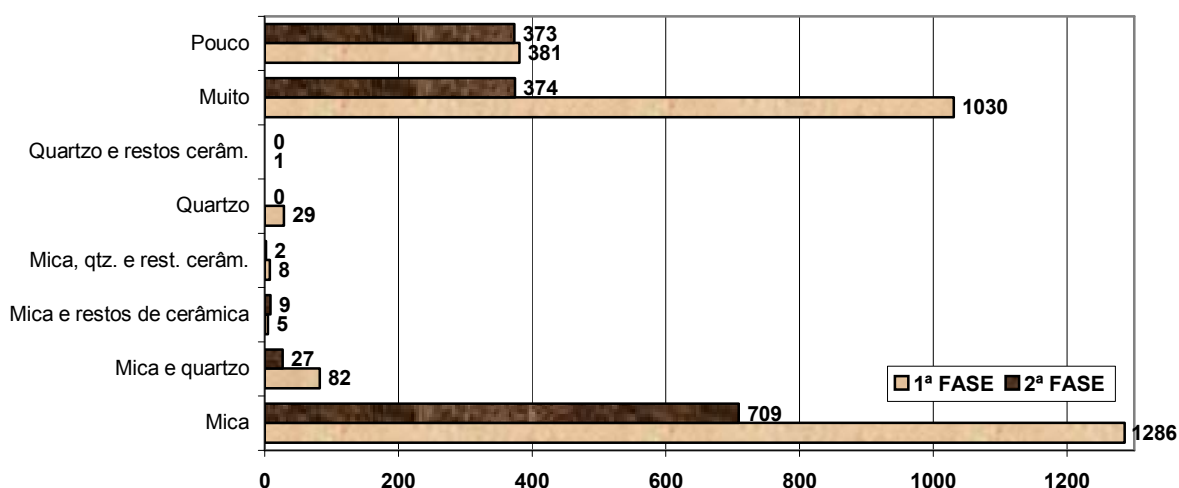


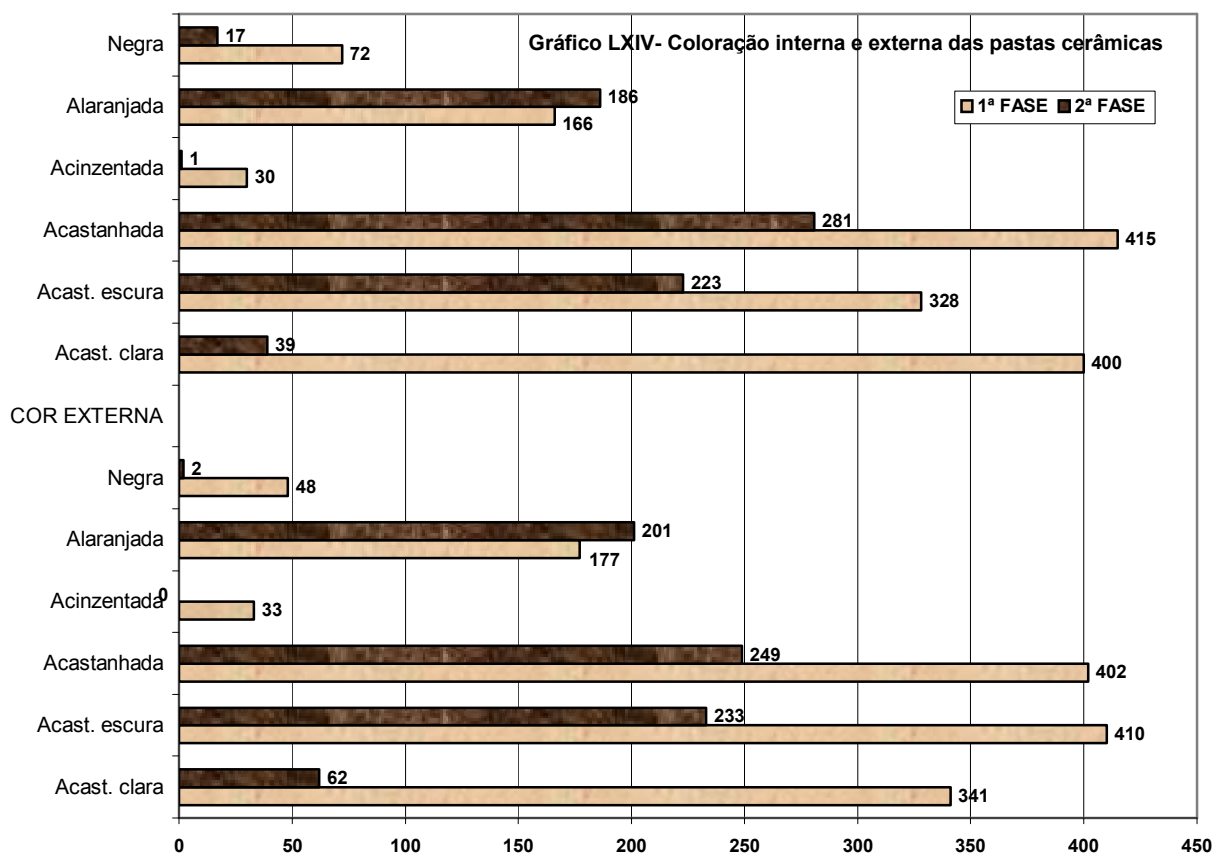
Gráfico LXIII - Tipos de desengordurante e quantidade de ocorrência



A quantidade de desengordurante introduzido na pasta cerâmica oferece os primeiros elementos para uma distinção, à priori, das duas fases. Assim, as pastas cerâmicas da primeira fase de ocupação possuem grande quantidade de desengordurante em quase todos os fragmentos

(1030), enquanto nas cerâmicas da Fase 2 se regista uma ocorrência praticamente idêntica de fragmentos com muita quantidade de elementos não plásticos (374) e de fragmentos com pouca ocorrência desses componentes(373).

Estes dados são, no entanto, falaciosos uma vez que conduzem à ideia de que existiu uma evolução técnica na depuração das pastas cerâmicas, o que de facto não se verificou, pois tanto na



segunda fase como na primeira predomina as pastas pouco depuradas. Uma constatação que se deve ao facto de o desengordurante utilizado na segunda fase de ocupação ter passado a ser de maiores dimensões.

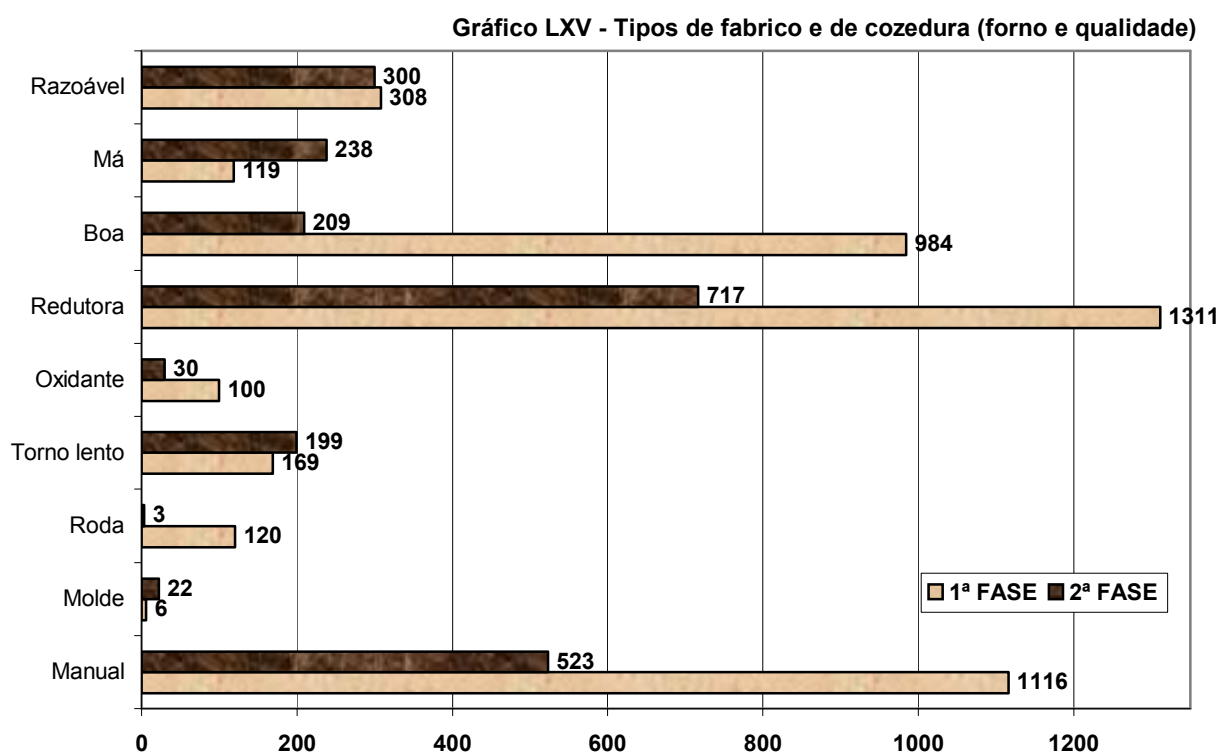
A **pasta** utilizada na elaboração das peças é maioritariamente pouco depurada, de textura compacta e, em raros casos, friável - um tipo de textura que não ocorre na Fase de 2 de ocupação e que na Fase 1 regista apenas dezanove exemplares.

O **acabamento** foi feito, regra geral, anteriormente à cozedura das vasilhas e, na esmagadora maioria dos casos, por alisamento interno e externo, proporcionando quase sempre uma superfície final bem alisada. Conhece-se poucos casos em que foi utilizada uma espátula ou um pente. O engobe teve igualmente uma utilização muito rara e apenas na primeira fase.

Se a análise estatística dos elementos referidos aponta para uma relativa uniformidade das peças das duas fases, no que diz respeito aos elementos referentes às **colorações internas, externas e dos cernes dos fragmentos cerâmicos** – factor determinante nesta análise macroscópica e subjectiva ao tipo e qualidade da cozedura – é possível registar um decréscimo na qualidade da cozedura em mais de metade dos fragmentos da amostra.

As colorações internas, externas e dos cernes tendem a ser de tons mais escuros, com predomínio do acastanhado e do acastanhado escuro em detrimento dos acastanhados claros da primeira fase. Os tons acinzentados e alaranjados são pouco frequentes no total da amostra.

O tipo de **atmosfera de cozedura** dominante nas duas fases seria, desta forma, a redutora, com pouco oxigénio mas com predomínio das cozeduras razoáveis a más sobre as relativamente boas da Fase 1. Terão existido algumas diferenças técnicas na forma como passou a proceder-se à cozedura ou no tipo de forno utilizado, o que terá conduzido a estes números. Pensamos que o forno terá sido do tipo fossa, isto é, um buraco no chão onde as cerâmicas eram colocadas, cobertas por madeira e, na parte superior, por uma camada de terra (ou argila), ficando a atmosfera perfeitamente redutiva e mantendo-se a temperatura durante muito tempo, o que permitiria obter cerâmicas



relativamente bem cozidas.

Uma análise mais profunda, mediante a realização de estudos analíticos sistemáticos, poderia, eventualmente, contrariar estes dados.

• **Forma e dimensões dos fragmentos (Gráfico LXVI)**

Uma vez que, infelizmente, não possuímos peças inteiras que nos permitam um estudo formático preciso, caracterizámos os fragmentos da forma que se segue:

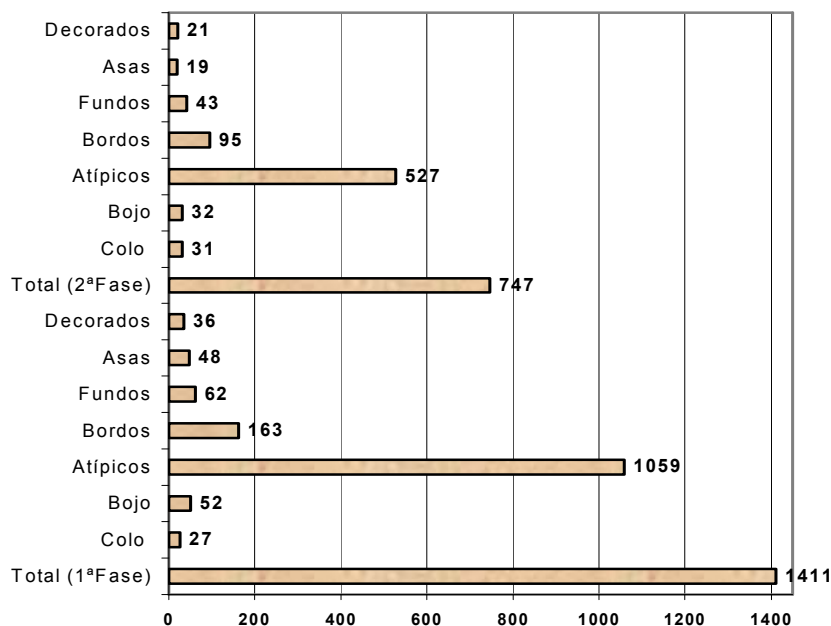
1ª fase de ocupação:

1059 atípicos, 48 asas, 163 bordos, 42 fundos planos e 20 com rebordo de reforço, 27 fragmentos do colo de vasilha e 52 do bojo.

2ª fase de ocupação:

527 atípicos, 19 asas, 95 bordos, 35 fundos planos e 8 com rebordo de reforço, 31 fragmentos do colo de vasilha e 32 do bojo.

Gráfico LXVI - Distribuição dos tipos de fragmentos (1ª e 2ª fase de ocupação)



Os **bordos da 1ª Fase** de ocupação possuem secção que se pode dividir em vários tipos: arredondado, arredondado com aba, arredondado com espessamento externo, aplanado, aplanado com espessamento externo, apontado, apontado com aba e apontado com espessamento externo. Pertencem quase todos a peças com **orientação** saliente (155), excepto seis rectos e dois reentrantes.

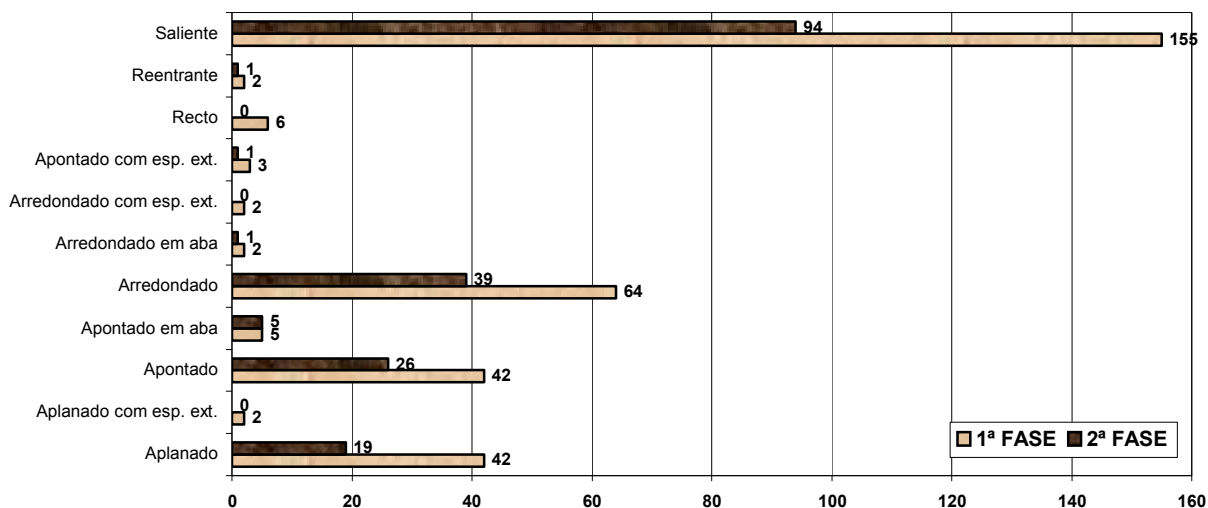
Os **bordos da 2ª Fase** possuem secções idênticas aos bordos da Fase 1, diferindo apenas na ausência dos tipos arredondado e aplanado com espessamento externo (ausência essa que pode não ser sinónimo de desaparecimento).

No que concerne ao tipo de **orientação dos bordos**, predominam os salientes (94), registando-se um reentrante e a ausência de bordos de orientação recta.

Da análise conjunta dos tipos de bordos (**Gráfico LXVII**) encontrados nas duas fases de ocupação ressalta a complexificação que se foi verificando face ao espólio estudado nos outros povoados de cronologia mais antiga. Contudo, não existem divergências significativas entre as duas fases mas apenas a predominância dos bordos arredondados. Essa complexificação traduz-se na criação de variantes aos três tipos base (arredondado, aplanado e apontado), designadamente com uma protuberância externa (espessamento externo), mantendo o perfil base ou em aba. Estas variantes, como se pode aferir pelo gráfico, são, no entanto, pouco frequentes.

A evolução técnica do tipo de bordo que se regista neste povoado estará, eventualmente, relacionada com questões de ordem estética e, com maior acuidade, com a necessidade do seu

Gráfico LXVII -Tipos de secção e orientação dos bordos

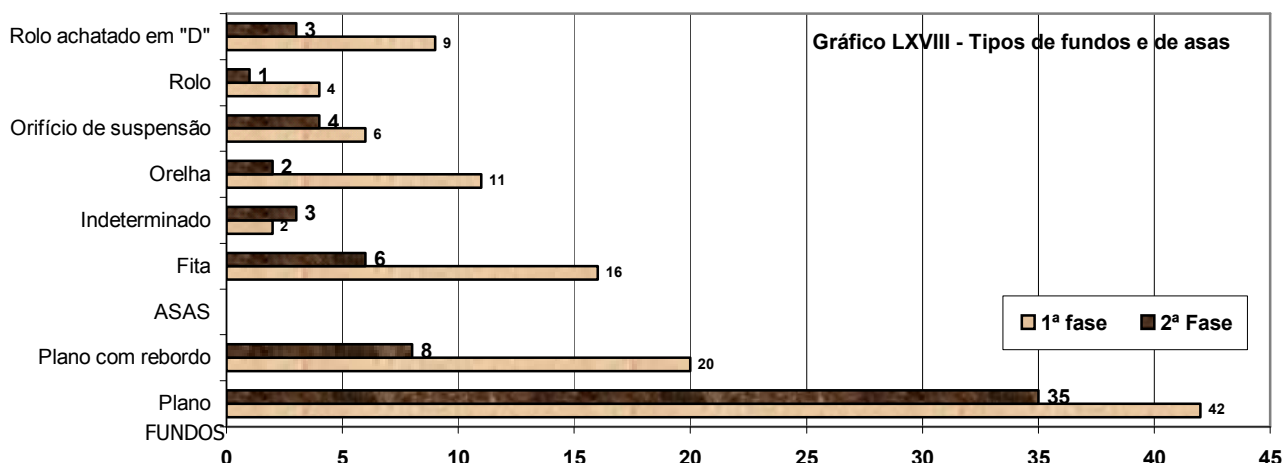


reforço, ou seja, com uma evolução técnica no sentido de minorar a fragilidade das peças e, assim, aumentar a sua durabilidade.

O tipo de configuração dos fundos também não apresenta qualquer distinção entre as duas fases de ocupação, sendo, regra geral, planos. O que realmente os distingue dos demais da bacia superior do rio Coura - mas não entre si - é a existência, em alguns tipos de vasilha, nomeadamente nas panelas, de um reforço lateral, que nos levou à designação de fundo plano com rebordo.

Esta evolução técnica pressupõe, tal como nos bordos, uma resposta às necessidades quotidianas de reforçar os fundos das peças que mais precisavam, como seriam as panelas, usadas diariamente e expostas a uma fonte calorífica que contribuiria também para a sua deteção. Supomos que este reforço seria igualmente utilizado em potes de armazenamento, aqui também por questões práticas; aumentar a durabilidade/eficácia da vasilha.

Os **elementos de prensão ou suspensão** das vasilhas apresentam também as mesmas características nas duas fases, sendo a mais utilizada a asa de fita.



Aos tipos conhecidos nos outros povoados, designadamente as asas de fita, rolo e rolo achatado em D, acresce uma maior quantidade de orifícios de suspensão e o aparecimento da asa de orelha, também utilizada para suspensão de peças, designadamente de painéis.

O aparecimento, em quadros e gráficos, de asas de tipo indeterminado deve-se ao facto de apenas possuímos o arranque das mesmas e, como tal, não sabermos como se desenvolveriam.

A posição interna ou externa à vasilha, bem como o posicionamento vertical ou horizontal, quando não "in situ" nem sempre é possível determinar, tal como a sua situação no bojo, colo ou bordo. Variaria, no entanto, certamente, em relação à funcionalidade da peça. Por exemplo, as asas posicionadas horizontal e internamente são sempre produto de vasilhas de suspensão de tipo painel.

No que diz respeito ao **estudo métrico dos fragmentos**, foi feita a análise das suas espessuras por estrutura, não existindo também aqui grandes diferenças entre as duas fases. A média de espessuras da Fase 1 incide nos 1,1 cm e a da Fase 2 nos 0,66 cm. A média do povoado é de 0,88 cm.

Regra geral, a média por estrutura ronda os 0,7 a 0,75 cm, havendo com frequência espessuras inferiores, pelo que a média geral da Fase 1 é, como se pode aferir, bastante enganadora.

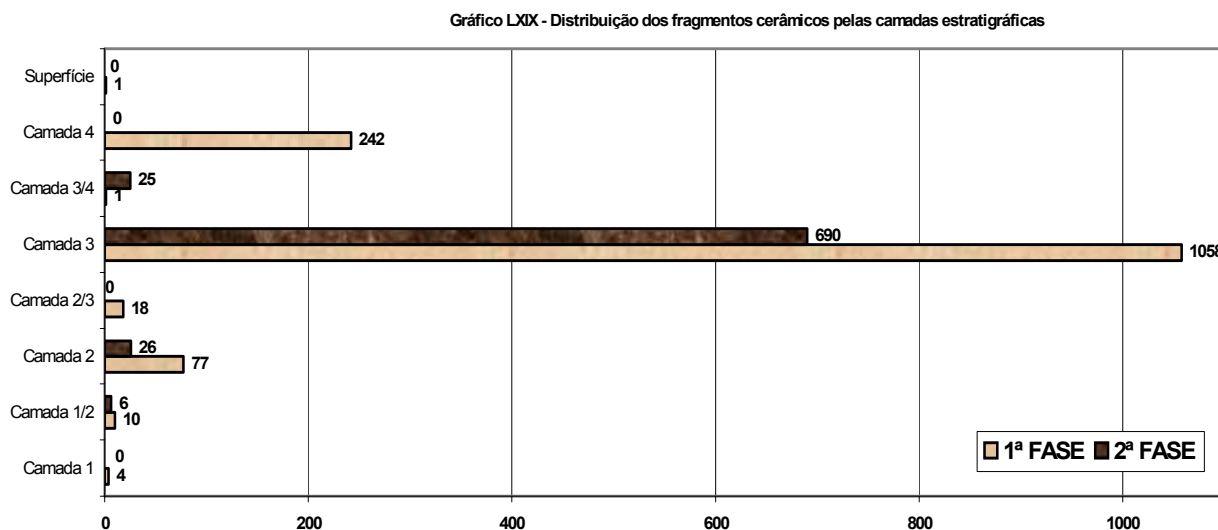
• **Distribuição estratigráfica dos fragmentos (Gráfico LXIX)**

1ª fase de ocupação

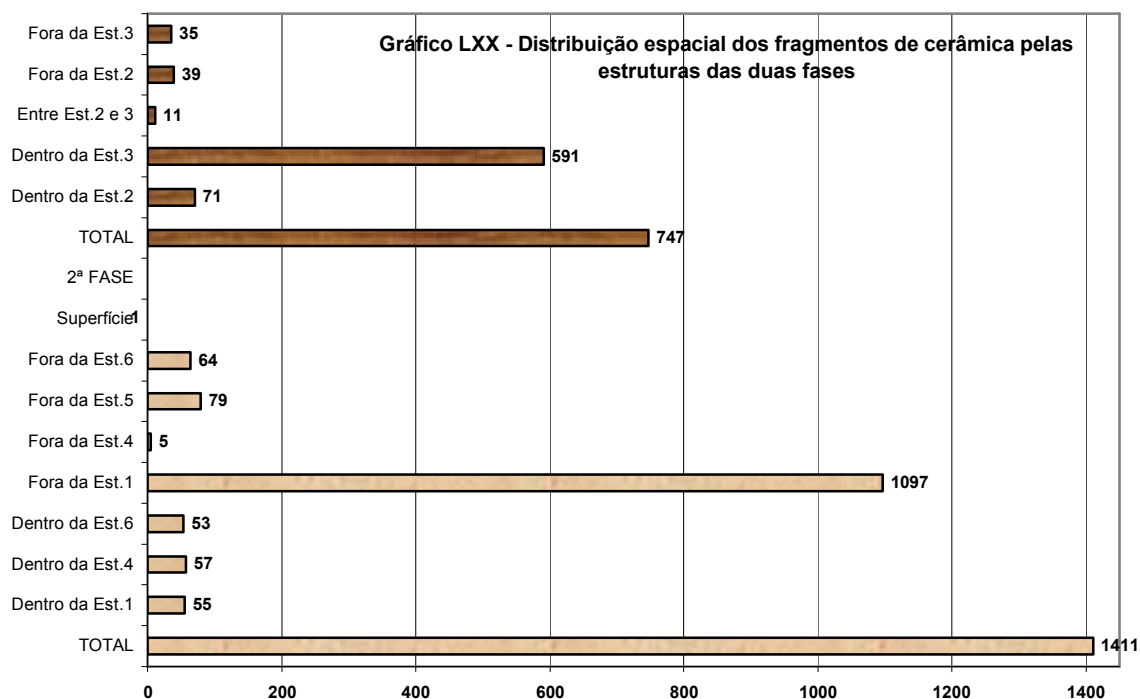
A cerâmica foi encontrada dispersa pelas diversas camadas, com especial incidência para a camada 3, onde ocorreram 1058 fragmentos de um total de 1411. No entanto, apesar da existência em menor quantidade, nenhuma camada foi estéril, distribuindo-se os fragmentos da seguinte forma: 5 na camada 1; 10 na zona de transição entre a 1 e a 2; 77 na camada 2; 18 na transição da 2 para a 3; 1 na transição da 3 para a 4 e 242 na designada camada 4.

2ª fase de ocupação

Nesta fase a cerâmica encontrada seguiu os cânones da fase anterior, tendo a maior incidência



sido registada na camada 3, onde ocorreram 690 fragmentos, de um total de 747. Na camada 2 apareceram 77 fragmentos; na zona de transição da 2 para a 3, 18; na zona de transição da 3 para a 4, 1; e na camada 4, 242. Estranhamente apenas a camada 1 se pode considerar estéril (tal como a 4 que, como se referiu, não existe nesta área), embora se tenham encontrado 6 fragmentos na zona de transição entre a camada 1 e a 2.



A cerâmica ocorre a uma profundidade muito variável, que oscila entre 0.25 m e 0.90 m.

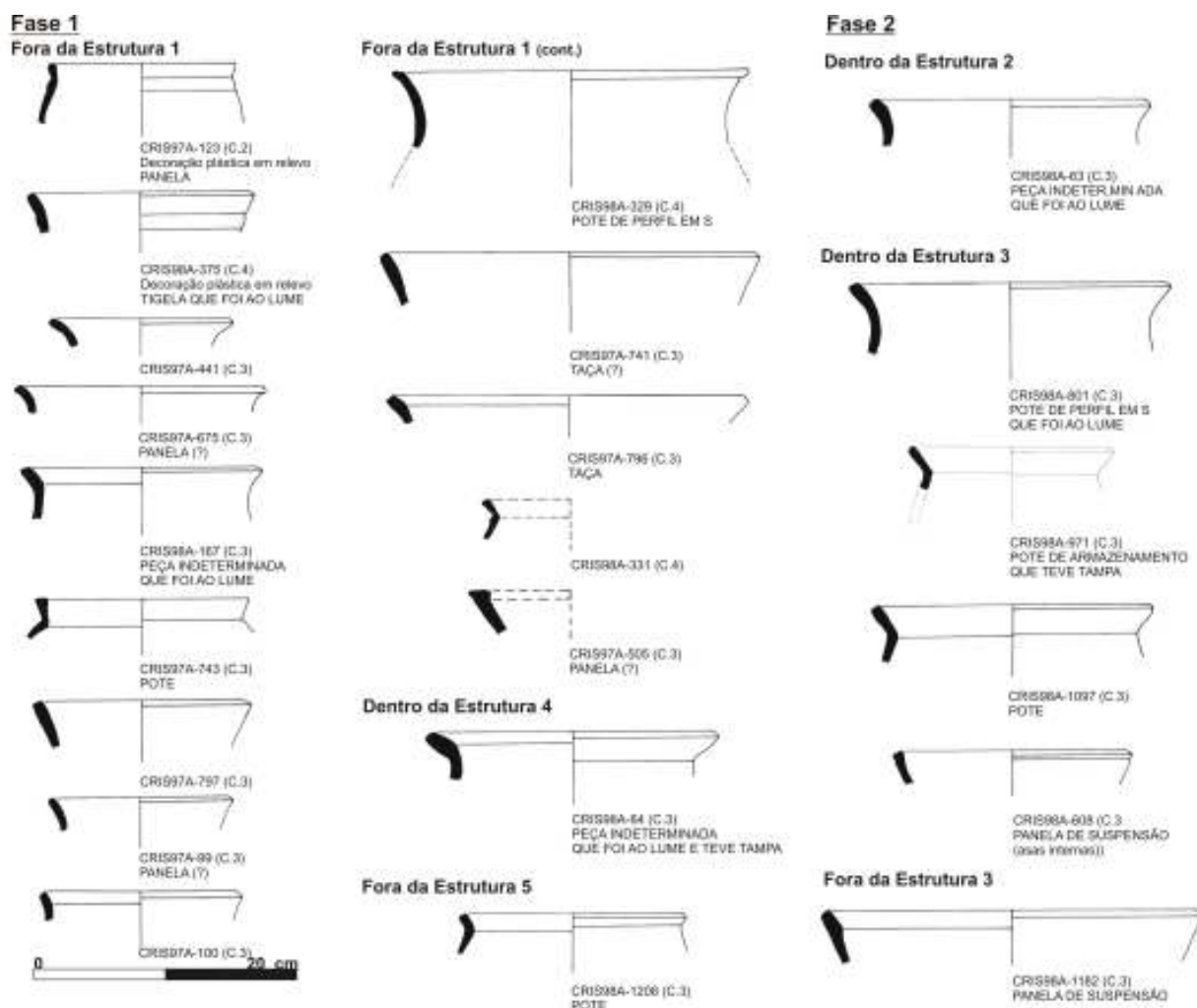


Figura 142 – Bordos aplanados.

• **Distribuição espacial dos fragmentos (Gráfico LXX)**

Apesar de termos estudado a distribuição dos achados em relação aos quadrados materializados no terreno, não apresentamos aqui os dados por serem obviamente irrelevantes, uma vez que se trata de uma distribuição fictícia em relação à vivência real. É bastante mais pertinente analisarmos os dados resultantes da distribuição dos fragmentos cerâmicos em relação às estruturas, já que o seu posicionamento nos fornece algumas pistas sobre o quotidiano do povoado.

Os números são muito claros quanto à vivência dos habitantes da cabana 1, na qual foram encontrados 55 fragmentos, contra 1097 obtidos no exterior da mesma. Estes números comprovam a limpeza que se efectuará ao seu interior e a ausência de elaboração sistemática de peças nesta cabana. Em relação às outras cabanas, os dados não são tão elucidativos devido às alterações provocadas pela sua destruição e à sobreposição das estruturas da Fase 2. Assim, temos 71 fragmentos dentro da cabana 2; 591 dentro da 3; 55 dentro da 4; 79 dentro da 5; 64 dentro da 6; além de 85 que apareceram nas áreas envolventes das estruturas da Fase 2 e de 148 no exterior das cabanas 4, 5 e 6 da Fase 1.

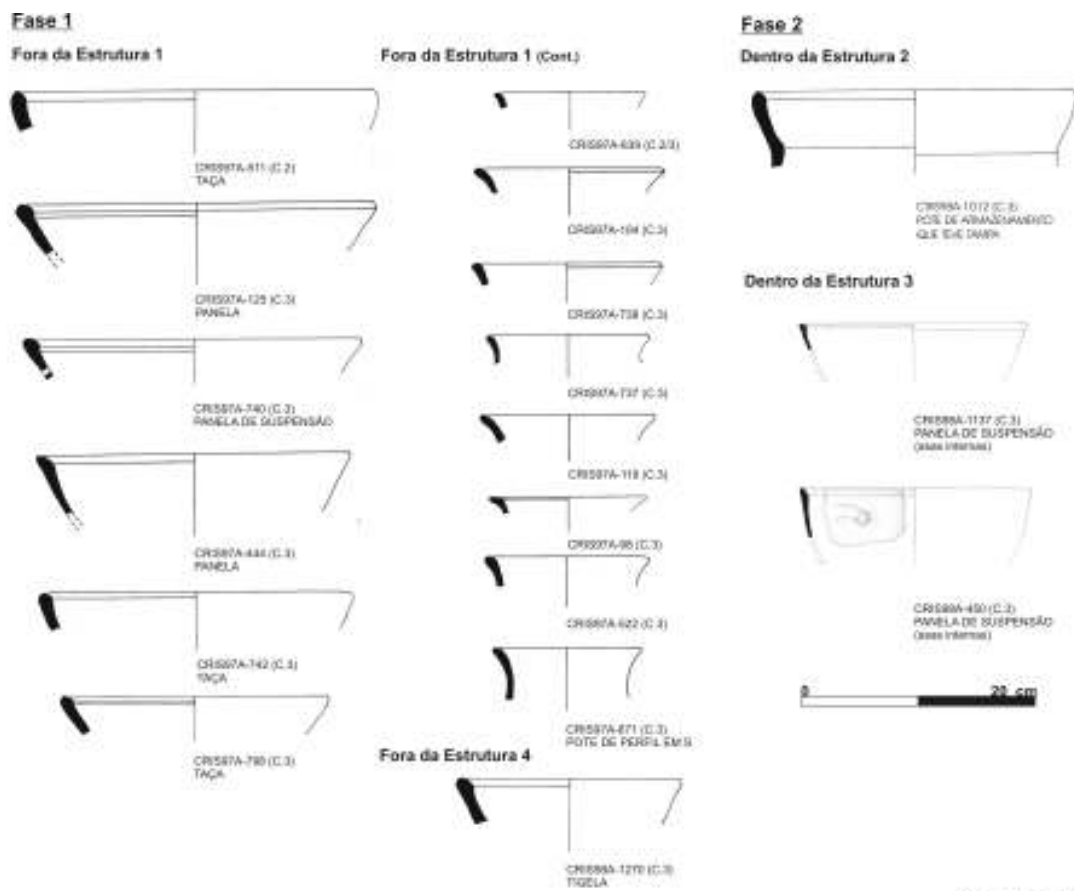


Figura 143 – Bordos apontados.

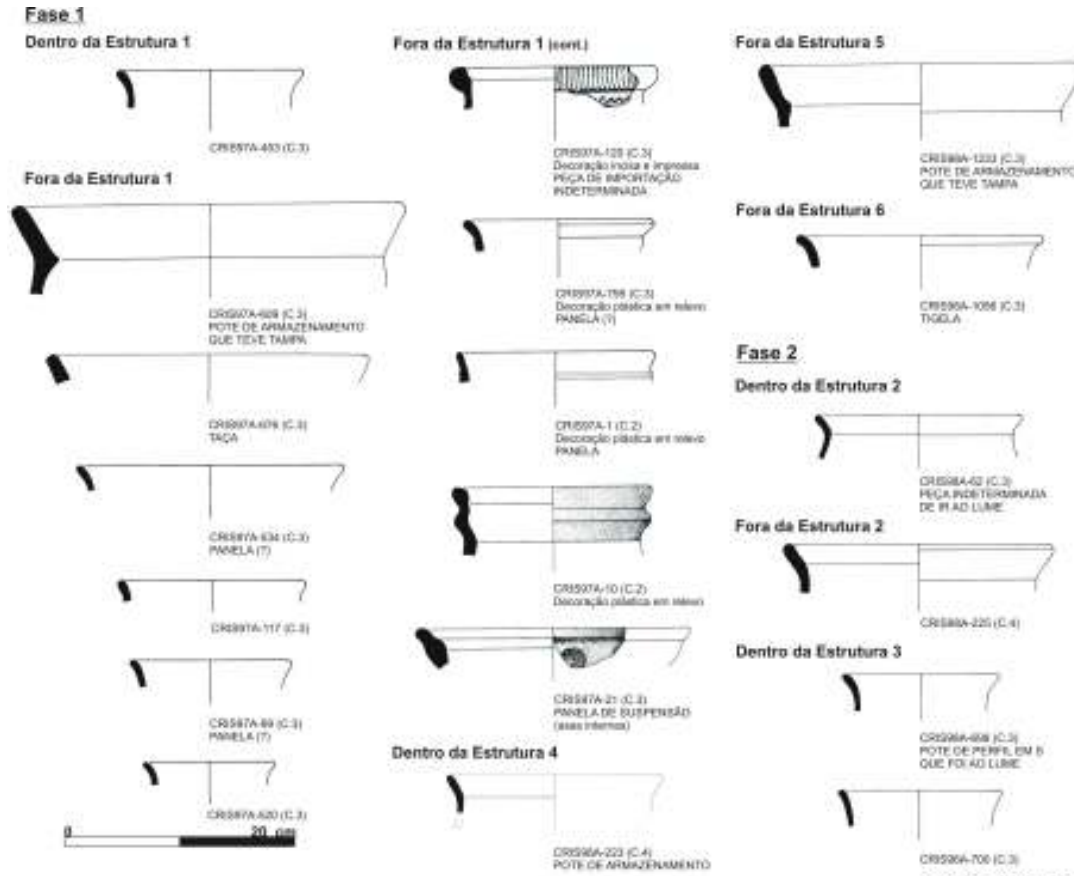


Figura 144 – Bordos arredondados.

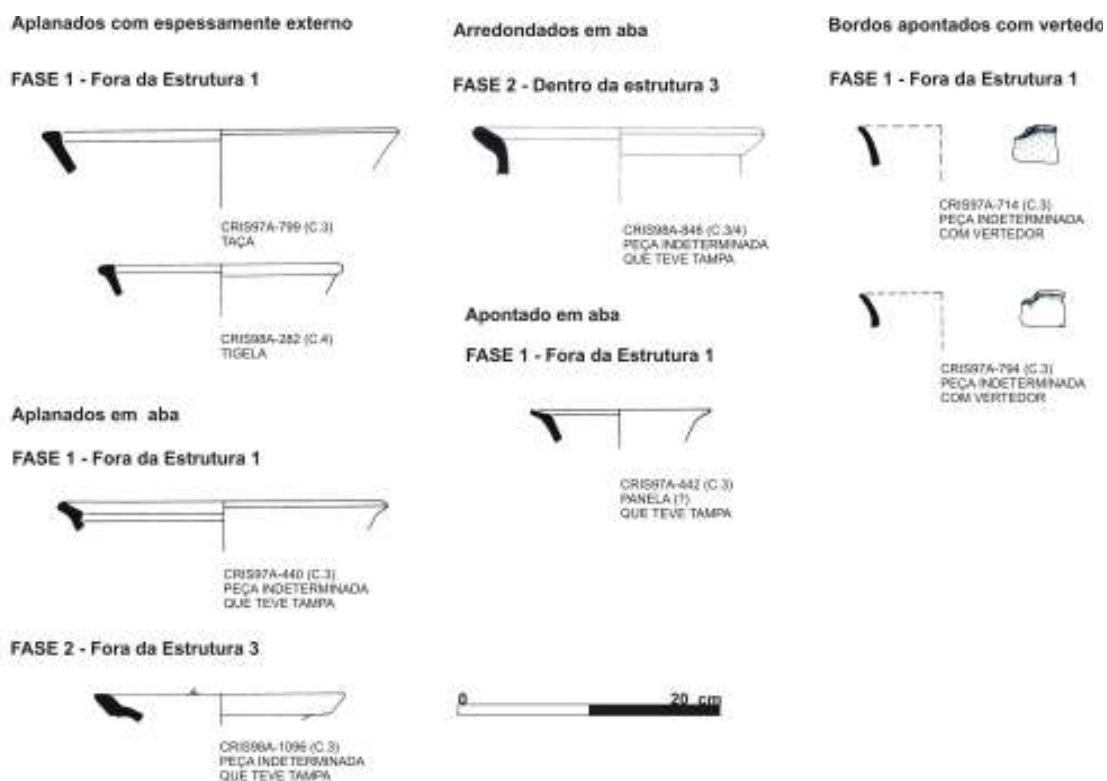


Figura 145 – Bordos de diversa tipologia.

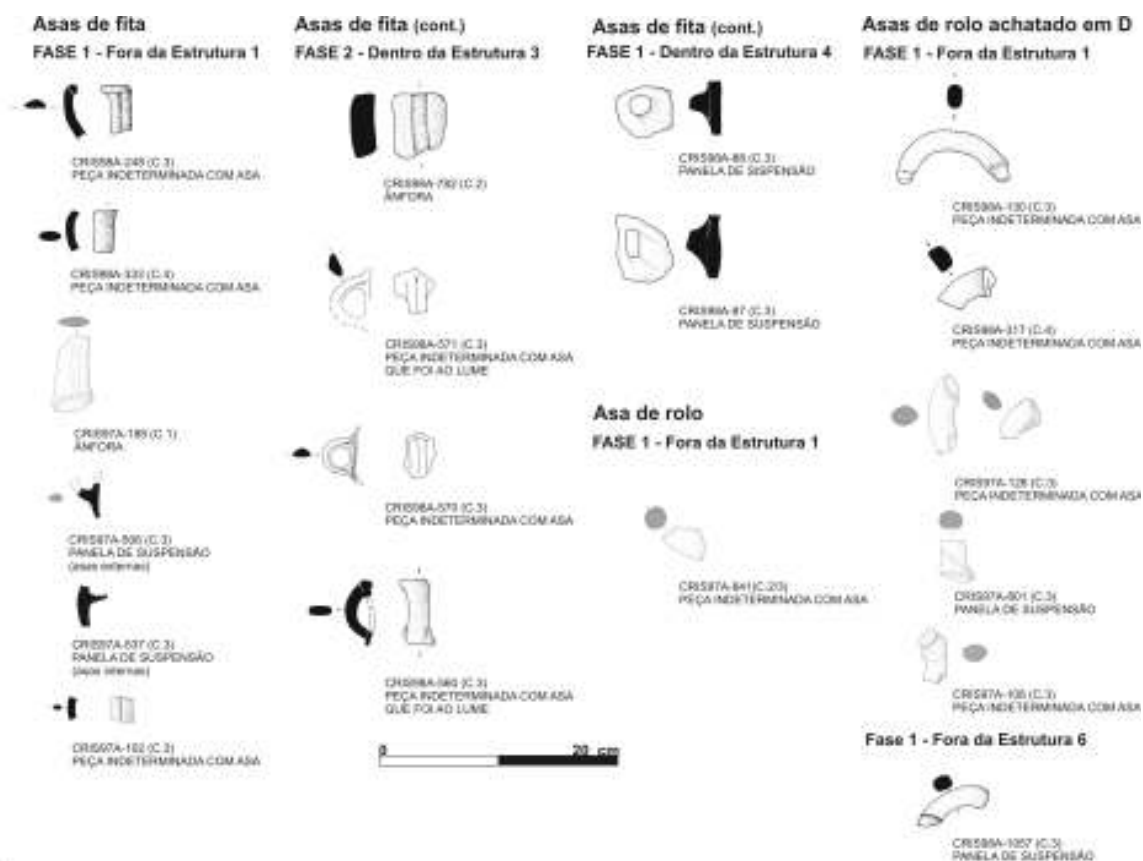
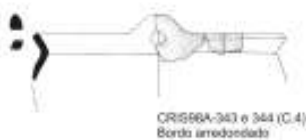
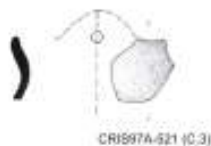
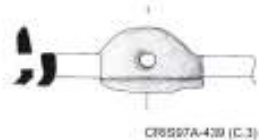


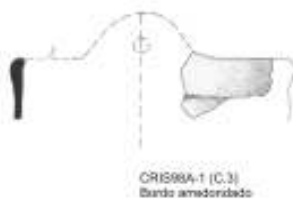
Figura 146 – Elementos de prensão: asas de fita, rolo e rolo achatado em D.

Asas de orelha de painéis de suspensão

FASE 1 - Fora da Estrutura 1



FASE 1 - Dentro da Estrutura 1



FASE 2 - Dentro da Estrutura 3



Orifícios de painéis de suspensão

FASE 1 - Dentro da Estrutura 1



Fora da Estrutura 1



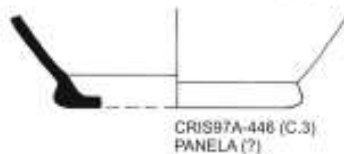
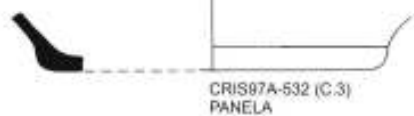
Figura 147 – Elementos de prensão de painéis: asas de orelha e orifícios de suspensão.

FASE 1

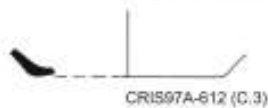
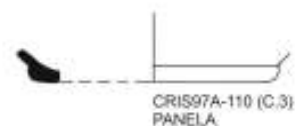
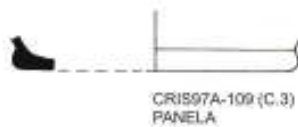
Dentro da Estrutura 1



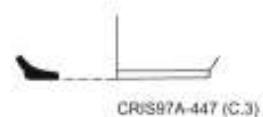
Fora da Estrutura 1



Fora da Estrutura 1 (Cont.)



Fora da Estrutura 1 (Cont.)



FASE 2

Dentro da Estrutura 3



Figura 148 – Fundos planos e planos com rebordo externo.

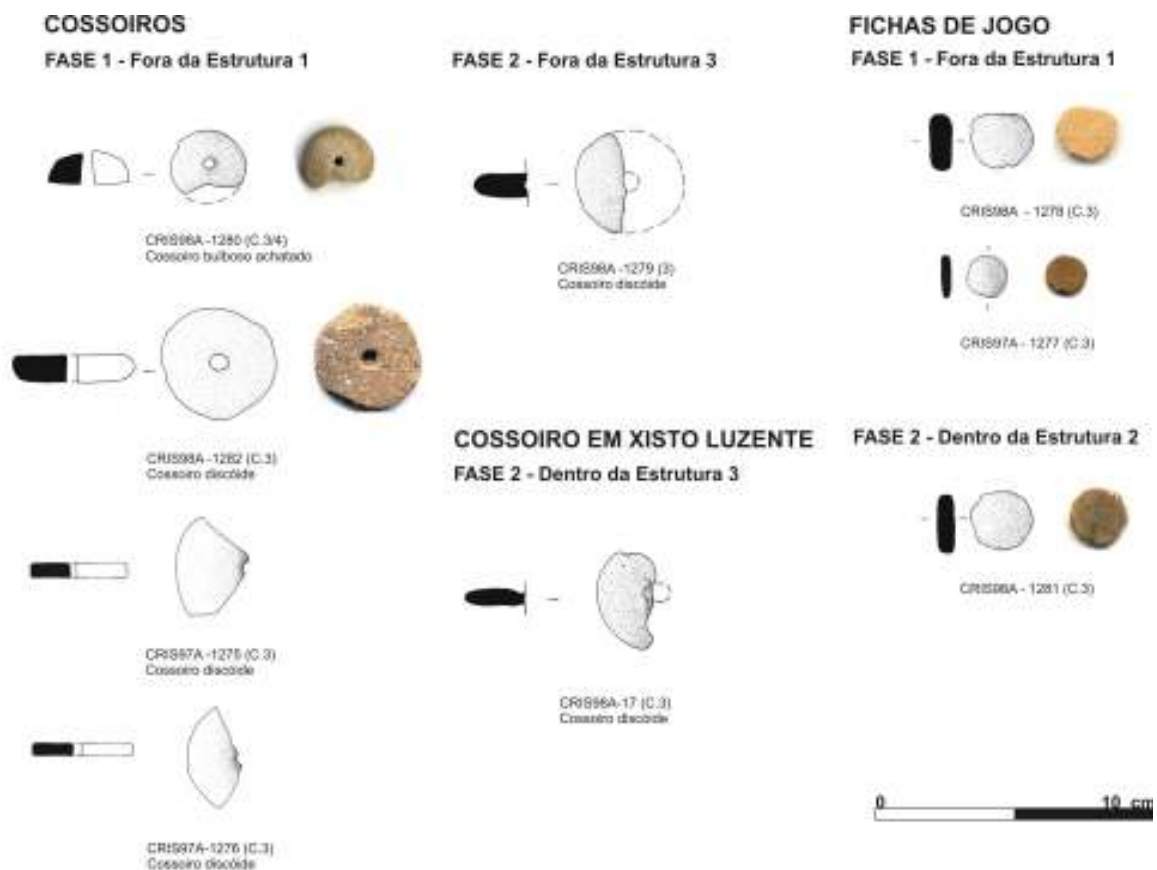


Figura 149 – Cossóios de fuso e fichas de jogo.

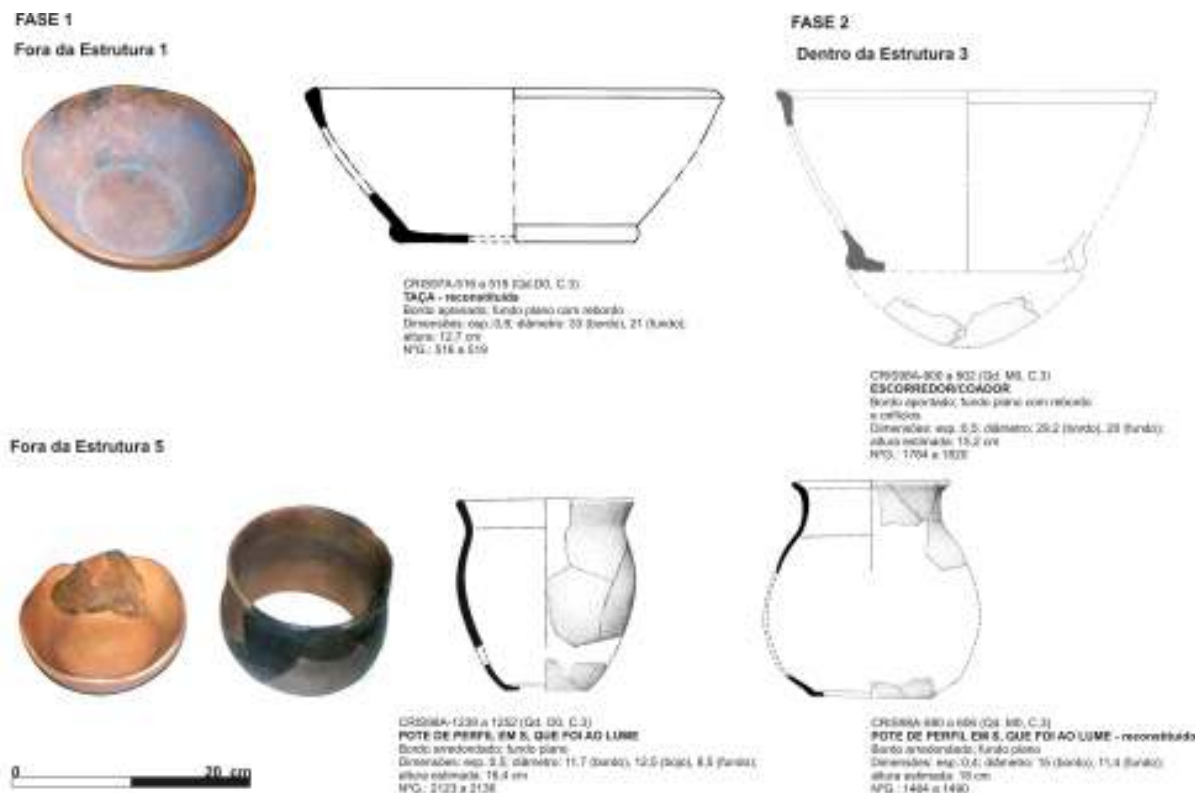


Figura 150 – Vasilhas cerâmicas reconstituídas.

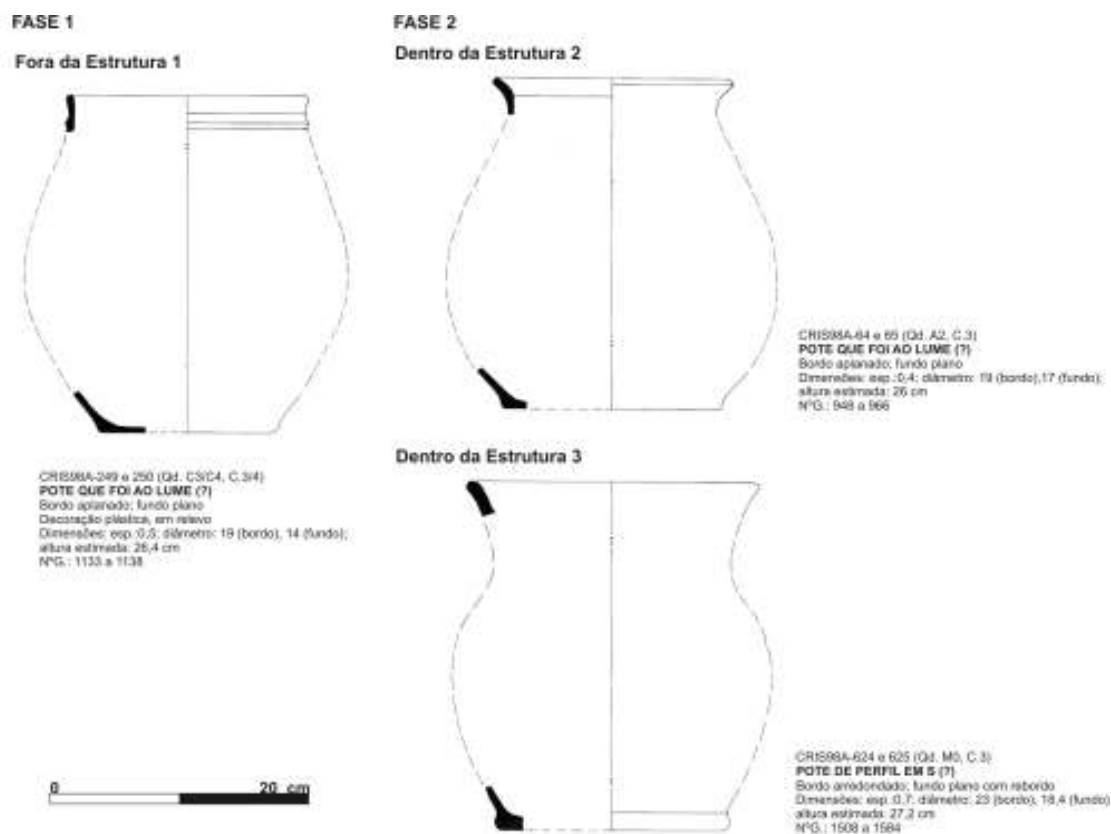


Figura 151 – Vasilhas cerâmicas de reconstituição hipotética.

4.4.6.1.2 Tipologia da cerâmica decorada

A utilização de decoração nos vasos cerâmicos passou a ser neste povoado uma prática bastante mais comum do que em Cossourado e Romarigães, tendo sido encontrados 46 fragmentos decorados, pertencentes, provavelmente, a outras tantas vasilhas.

Na **Fase 1** as técnicas decorativas mais utilizadas de forma singular foram a incisão e a plástica, com o mesmo número de utilizações (12). Contudo, a incisão aparece ainda frequentemente associada a outras técnicas, num total de 22 casos. Já a técnica plástica tem apenas mais uma ocorrência, associada, desta feita, à impressão. Existe um fragmento, eventualmente de cerâmica de importação, em que a plasticidade se releva em forma piramidal, tornando-se uma decoração ímpar.

A técnica incisa, ao contrário do que acontece nos outros dois povoados estudados, é mais ténue e não rasga profundamente a pasta. A sua forma mais singela - decoração da superfície com pente e alisamento simultâneo da pasta - praticamente desaparece, tendo sido encontrado apenas um fragmento.

A incisão, como vimos, conjuga-se com diversas outras técnicas, como a plástica, a punção, a impressão e o pontilhado.

O que de mais interessante ocorre em relação às técnicas decorativas empregues é o aparecimento de novas técnicas como a impressão e o pontilhado. Provavelmente, a segunda já seria conhecida, mas não chegaram até nós fragmentos com esse tipo de técnica decorativa. A

impressão seria, de facto, uma inovação mais tardia, embora ocorra ainda com muito pouca frequência (5 exemplares).

Os motivos decorativos utilizados continuam a ser, na totalidade dos casos, os geométricos, que se desenvolvem em linhas horizontais, verticais, oblíquas, formando corda e espinha sobre superfície plana ou em rolo, dando a sensação de relevo - o cordiforme.

Os círculos e as formas ovóides também têm uma ocorrência singular, aparecendo pela primeira vez os SSS, os zigzagues e os triângulos preenchidos.

Os fragmentos de cerâmica decorada são, maioritariamente, atípicos, sendo a ornamentação colocada em zona média da peça ou perto do bordo. Esta desenvolve-se num plano horizontal em relação à vasilha e, como referido, numa gramática decorativa geométrica. Apesar do significativo aumento de peças decoradas, estas ainda seriam raras.

O estudo métrico destas peças leva-nos a supor que a decoração não seria aplicada com muita frequência em vasilhas de grande porte, como, por exemplo, peças associadas à confecção de alimentos e ao armazenamento, mas em pequenos recipientes.

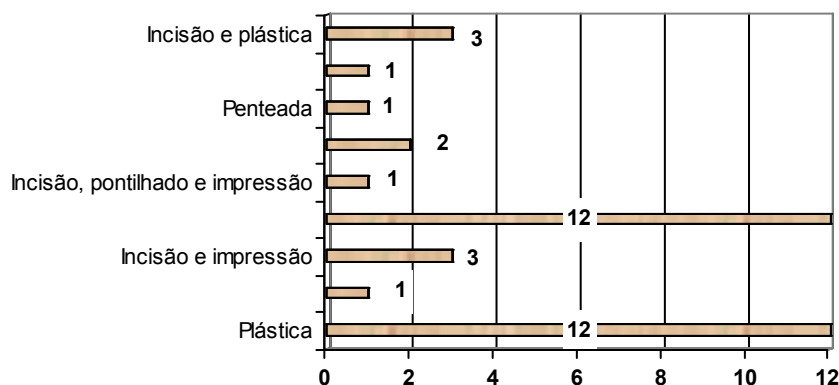
A tipologia que criámos, como se referiu, pretendeu desmontar as diversas técnicas utilizadas nos

três povoados estudados. Essa desmontagem traduziu-se em números solitários ou acrescidos de letras de forma a indicar as suas variantes.

Em Cristelo ocorre a incisão ou Tipo 1 nas suas variantes A, referente a linhas incisadas paralelas, B, axadrezados, C, linhas curvas e D, correspondendo a linhas incisadas, foliáceas, oblíquas.

QUADRO XLIX MOTIVOS DECORATIVOS	FASE 1
Relevo	12
Série de SSS (?) e pirâmides	1
Série de SSS e de linhas paralelas horizontais	1
Linhas paralelas horizontais	1
Linhas paralelas verticais no bordo, séries de SSS no colo. Canelura interna	1
Séries de pontos em linhas quebradas; linhas horizontais, triângulos e (?)	1
Bandas alternadas de axadrezados e linhas oblíquas	1
Linhas paralelas horizontais e séries onduladas	1
Motivos lineares, em corda, e axadrezados	1
Linhas paralelas irregulares	2
Linha horizontal	1
Motivos lineares em corda e pontos horizontais	1
Linhas com diversas orientações	1
Série de SSS, triângulos preenchidos e V inscritos e linhas quebradas	1
Linhas horizontais e oblíquas	1
Motivos lineares em corda e foliáceas	1
Linha horizontal e motivos lineares, foliáceos, em corda	4
Cordiforme (motivos lineares, e corda, sobre relevo)	3
Círculos concêntricos e linha horizontal	1
	36

Gráfico LXXI - Técnica decorativa - Fase 1



Fase 1

Dentro da Estrutura 1

Incisão



Fora da Estrutura 1

Plástica



Incisão e punção



Incisão



Plástica e impressão



Incisão, pontilhado e impressão



Dentro da Estrutura 4

Incisão



Fora da Estrutura 5

Incisão e impressão



Incisão e plástica



Dentro da Estrutura 6

Incisão e impressão



Fora da Estrutura 6

Plástica



Incisão



Plástica e incisão



Figura 152 – Cerâmica decorada da Fase 1.

Fase 2

Dentro da Estrutura 2

Plástica e incisão



CRIS98A-899 (C.3)
PEÇA INDETERMINADA
QUE FOI AO LUME

Incisão e pontilhado



CRIS98A-8 (C.3)



CRIS98A-1060 (C.3)

Dentro da Estrutura 3

Incisão



CRIS98A-562 (C.3)



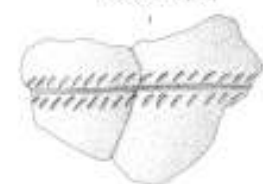
CRIS98A-576 a 579 (C.3)
PEÇA INDETERMINADA
QUE FOI AO LUME



CRIS98A-563 (C.3)



CRIS98A-564 (C.3)



CRIS98A-585 a 589 (C.3)
PEÇA INDETERMINADA
QUE FOI AO LUME



CRIS98A-561 (C.3)



CRIS98A-569 (C.3)



CRIS98A-1268 (C.3)

Plástica e incisão



CRIS98A-565 (C.3)
PEÇA INDETERMINADA
QUE FOI AO LUME



CRIS98A-1065 (C.3)



Incisão e pontilhado



CRIS98A-575 (C.3)



CRIS98A-557 (C.3)



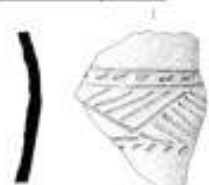
CRIS98A-1269 (C.3)
PEÇA INDETERMINADA
QUE FOI AO LUME

Incisão, impressão e pontilhado



CRIS98A-572 a 574 (C.3)
PEÇA INDETERMINADA
QUE FOI AO LUME

Incisão e impressão



CRIS98A-556 (C.3)
PEÇA INDETERMINADA
QUE FOI AO LUME

Incisão e punção



CRIS98A-559 (C.3)

Entre Estrutura 2 e 3

Plástica, incisão e punção



CRIS98A-937 (C.3)



Figura 153 – Cerâmica decorada da Fase 2.

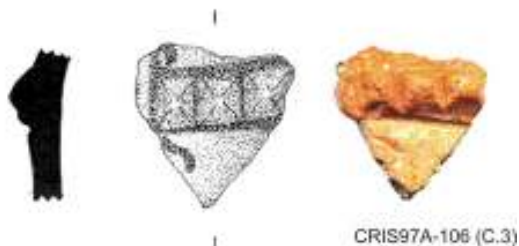
FASE 1

Incisão

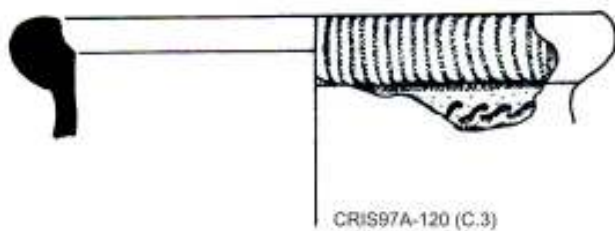
Fora da Estrutura 1



Plástica e impressão



Incisão e impressão



Dentro da Estrutura 6



Plástica e incisão

Dentro da Estrutura 4



Dentro da Estrutura 6

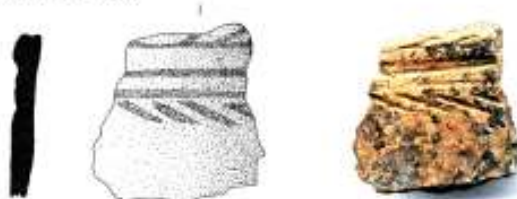


Figura 154 – Cerâmica decorada da Fase 1: desenhos e digitalizações dos fragmentos-modelo de cada tipo de técnica e de motivo.

FASE 2

Plástica e incisão

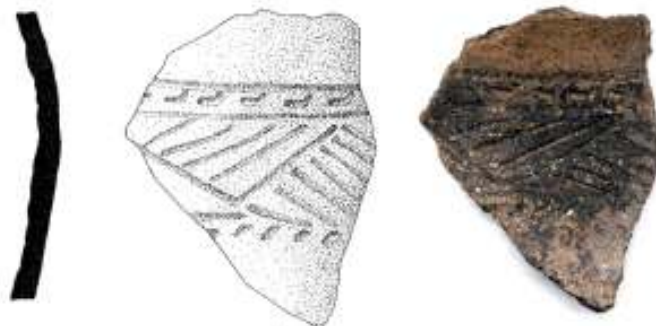
Dentro da Estrutura 2



CRIS98A-999 (C.3)

Incisão e impressão

Dentro da Estrutura 3



CRIS98A-556 (C.3)

Incisão, impressão e pontilhado



CRIS98A-572 a 574 (C.3)

Incisão



CRIS98A-1268 (C.3)

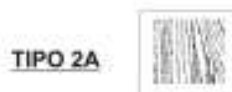
Figura 155 – Cerâmica decorada da Fase 2: desenhos e digitalizações dos fragmentos-modelo de cada tipo de técnica e de motivo.

Fase 1

Incisão - TIPO 1



Penteada - TIPO 2



TABELA

- 1 - Incisão
- 2 - Penteada
- 3 - Plástica
- 4 - Punção
- 5 - Impressão
- 6 - Pontilhado

Plástica - TIPO 3



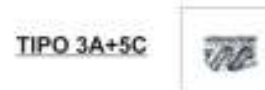
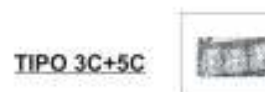
Incisão e plástica - TIPO 1+3



Incisão e punção - TIPO 1+4



Plástica e impressão - TIPO 3+5



Incisão e impressão - TIPO 1+5



Incisão, impressão e pontilhado - TIPO 1+5+6

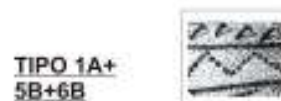


Figura 156 – Tipologia da técnica e dos motivos decorativos – Fase 1.

Fase 2

Incisão - TIPO 1



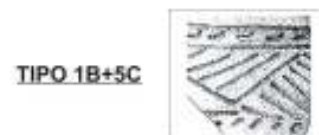
Incisão e plástica - TIPO 1+3



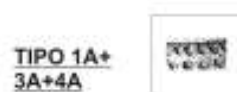
Incisão e punção - TIPO 1+4



Incisão e impressão - TIPO 1+5



Incisão, plástica e punção - TIPO 1+3+4



TABELA

- 1 - Incisão
- 2 - Penteada
- 3 - Plástica
- 4 - Punção
- 5 - Impressão
- 6 - Pontilhado

Incisão e pontilhado - TIPO 1+6



Incisão, impressão e pontilhado - TIPO 1+5+6



Figura 157 – Tipologia da técnica e dos motivos decorativos – Fase 2.

A técnica penteada ou Tipo 2 ocorre no seu tipo A (linhas verticais sinuosas).

A plástica ocorre em duas variantes - A e a B -, correspondendo respectivamente a toros verticais e a toros horizontais.

A punção corresponde ao Tipo 4 e ocorre na sua forma mais simples, a repetição de ovóides (4A) associada à incisão linear (1A), e de forma mais elaborada com a associação da incisão A e D e a repetição de círculos (4B)

As técnicas mistas ou compostas associam-se também nos Tipos 1 e 3 (incisão e plástica), nas variantes 1D e 3A (relevo com linhas incisadas oblíquas, ou seja, o comum cordiforme), e 1D duplo (ou seja, linhas oblíquas foliáceas duplas, formando espinha).

A associação dos Tipos 1 e 5 (incisão e impressão) ocorre nas suas variantes 1A (linhas horizontais) e círculos inscritos (5A).

O Tipo 5 (impressão) ocorre também em associação com o 3 (plástica) nas suas variantes C (3C - relevo em pirâmide e 5C - impressão em SSS). Em outro fragmento associam-se as variantes B (toro vertical) e novamente C.

Finalmente, temos a associação de três tipos de técnicas, a incisão, a impressão e o pontilhado. Ocorrem nas suas variantes 1A, 5B (impressão de triângulos preenchidos e V inscritos) e 6B (pontilhado em linhas quebradas).

Analisando agora os elementos decorativos da **Fase 2**, onde foram encontrados 26 fragmentos decorados, verificamos que foram utilizadas as mesmas técnicas decorativas da Fase 1, tendo desaparecido a técnica decorativa penteada (Tipo 2) e diminuído significativamente a utilização da técnica plástica.

Continua o predomínio da incisão simples (8 fragmentos) ou com diversas associações (1).

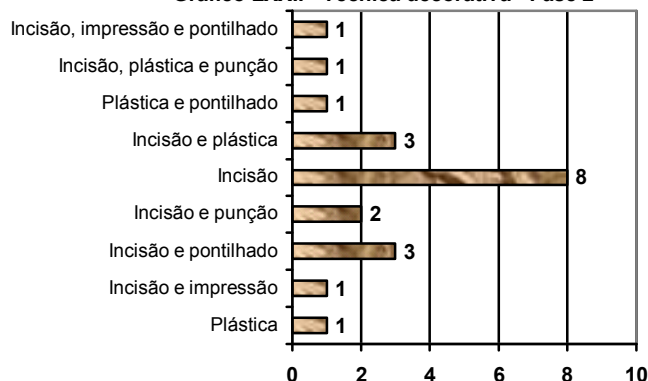
Estranhamente a impressão quase não é utilizada, aparecendo apenas em um caso associada a motivos incisos.

As associações e motivos empregues são os mesmos da fase anterior, existindo apenas uma variante que não tinha sido utilizada: o pontilhado executado através da repetição de pontos, dispostos horizontalmente (6A). Dada esta única diferença, remetemos para a análise dos quadros tipológicos anexos, abstendo-nos de fazer a descrição pormenorizada que efectuámos para as técnicas e motivos decorativos da Fase 1.

Para concluir, resta-nos mencionar que nesta Fase 2 houve uma maior utilização do pontilhado e que, em algumas peças os motivos decorativos se tornaram mais ricos, mais abundantes e mais diversificados, apesar de continuarem a ser geométricos. A ornamentação é também colocada em zona média da peça ou perto do bordo e desenvolve-se num plano horizontal em relação à vasilha.

QUADRO L MOTIVOS DECORATIVOS	FASE 2
Séries de pontos na oblíqua e linhas paralelas verticais	1
Relevo	1
Linhas quebradas preenchidas com linhas oblíquas paralelas e série de VVV	1
Séries de pontos formando linha oblíquas e linha horizontal	1
Linha horizontal e motivos lineares, foliáceos, em corda	1
Série de círculos e triângulo preenchido	1
Motivos lineares oblíquos, em corda; foliáceos horizontais e linhas horizontais	1
Linhas paralelas horizontais	3
Motivos lineares, foliáceos, em corda e relevo	1
Linha horizontal e motivos lineares, foliáceos	1
Bandas de séries de pontos na oblíqua, linhas paral. horiz. e triâng. preenchidos	1
Relevo e séries de pontos em linhas oblíquas	1
Bandas de linhas paralelas horizontais	1
Relevo, séries de círculos pequenos e motivos lineares, foliáceos, em corda	1
Relevo, linhas paralelas horizontais e oblíquas	1
Linha horizontal e série de pontos	1
Motivos lineares, foliáceos, em espinha, sobre relevo	1
Linhas oblíquas em corda e linhas horizontais	1
Bandas de linhas verticais; linha horizontal e série de pontos na horizontal	1
	21

Gráfico LXXII - Técnica decorativa - Fase 2



4.4.6.1.3 Tipologia das vasilhas cerâmicas e sua distribuição espacial

A tipologia das vasilhas de Cristelo segue, de uma forma geral, a tipologia das peças encontradas na bacia superior do rio Coura, havendo naturalmente alguns tipos que não ocorrem neste povoado e outros que somente se encontram em Romarigães e Cossourado.

No que se refere à análise interna, não verificamos diferenças significativas entre as duas fases de ocupação, pelo que apresentaremos a sua análise conjuntamente, distinguindo sempre os dados relativos a cada uma.

A análise morfológica das vasilhas coloca bastantes dúvidas devido à sua fragmentação, embora possamos verificar que são peças que desenvolvem a sua simetria num eixo vertical, tendo como estrutura dominante a saliente.

O estudo da cerâmica do povoado permitiu identificar fragmentos correspondentes, eventualmente, a cerca de 505 peças - 366 da Fase 1 e 139 da Fase 2, de um total de 2158 fragmentos -, tendo sido possível determinar o tipo de vasilha de 179 fragmentos da Fase 1 e de 66 da Fase 2. Por identificar ficaram 187 e 73 fragmentos, respectivamente.

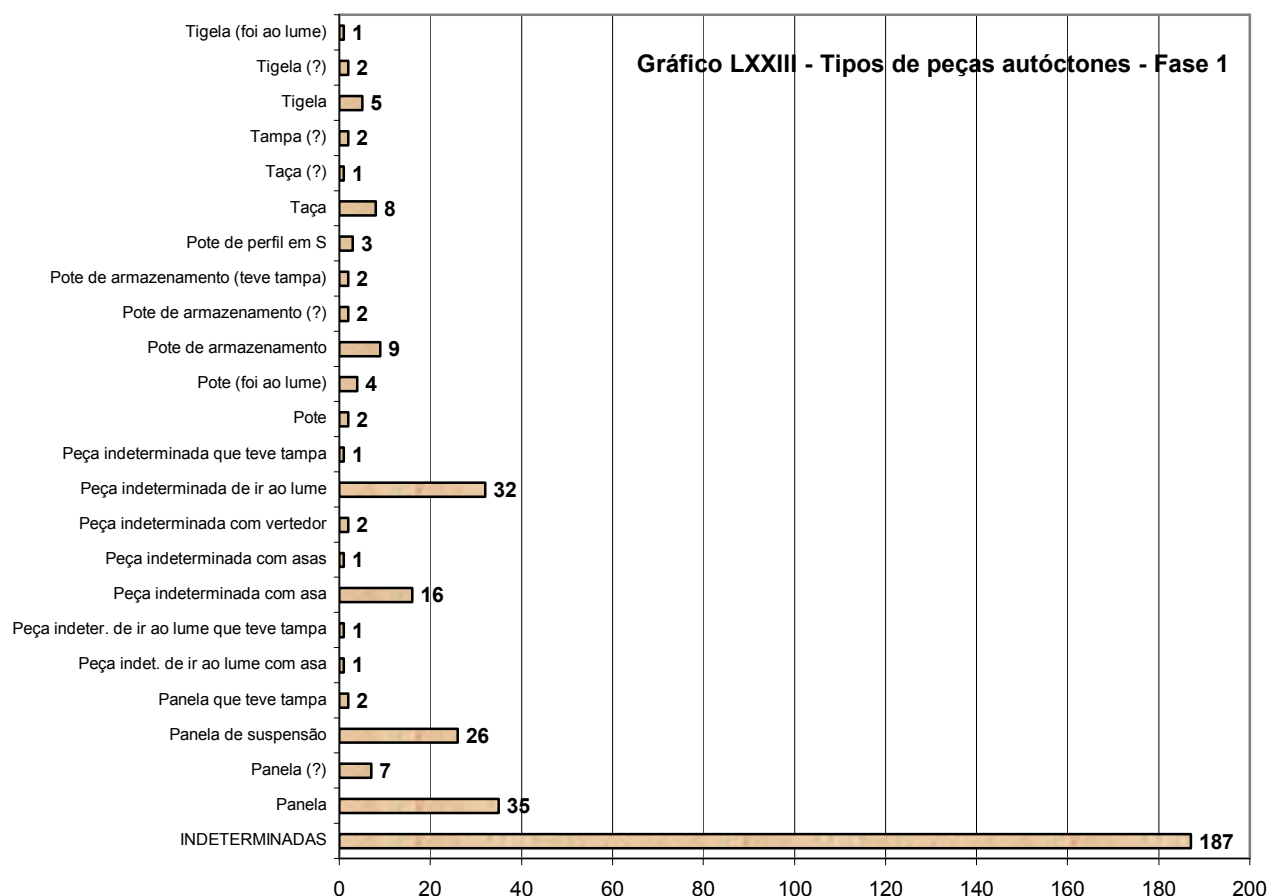
Das 245 peças identificadas conseguimos, embora com muitas dúvidas, classificar cinco tipos, entre os quais contámos maioritariamente panelas e outras peças de utilização culinária e de armazenamento.

Estatisticamente as peças de tipo indeterminado são, como vimos, as que apresentam maior frequência, o que só por si comprova a fragmentação da amostra. Seguidamente ocorrem, em qualquer das fases, as peças de utilização culinária. Muitos dos fragmentos apresentam uma ganga negra pelo facto de terem sido expostos ao lume. Não obstante, por diversas vezes optámos por não os enquadrar numa tipologia, dadas as suas reduzidas dimensões. Estas formas - que, por analogia com os dias de hoje, classificamos como panelas - serviriam como recipiente para cozinhar os alimentos no lume. A quantificação dos diversos tipos de recipientes aponta para um total de 79, isto é, cerca de 44% da amostra.

Chegados a este ponto, importa fazer uma ressalva sobre a atribuição da funcionalidade a cada tipo de peça. O facto de qualificarmos, por exemplo, uma panela como de utilização culinária associada à transformação dos alimentos, não implica que este tipo de vasilha, tal como outros (designadamente os potes), não possa ter tido uma outra função em paralelo. De facto, numa época em que os utensílios eram em número reduzido, qualquer vasilha poderia ter funções de cozedura de alimentos, transporte, armazenamento, lavagem, entre outras – tal como acontece actualmente. Acima de tudo, temos que ter em consideração que este estudo, como de resto muitos outros, tem por finalidade o conhecimento não somente do objecto em si mas, através dele e da cultura material em geral, do ser humano e da sociedade que o produziu. Os números apresentados, difíceis de apurar e fastidiosos de apresentar, são apenas um auxiliar e não um fim.

- Panelas e outras peças de utilização culinária

Em Cristelo ocorrem cinco géneros de vasilhas de tipo panela, com formas muito semelhantes em três dos tipos, diferindo apenas na forma de suspensão ou na sua ausência.



As panelas estão genericamente associadas à função de confecção dos alimentos no lume. Seriam um instrumento de uso individual mas com uma finalidade colectiva - fornecimento de alimento a, pelo menos, uma família.

- PANELA 1 - Panelas "tipo alguidar" com ou sem suspensão

A - Assemelha-se a um alguidar, sendo pois uma forma aberta, de dimensão média a grande (diâmetro médio do bordo entre 14 e 40 cm e do fundo entre 8 e 20 cm), com paredes oblíquas e lisas que se fecham num fundo plano, reforçado. A ausência total de suspensão só poderia ser comprovada se tivéssemos em estudo peças inteiras, o que não acontece.

Poderia ter tampa, como se verifica num exemplar.

B - Panela semelhante à anterior, diferindo apenas no facto de possuir elementos (comprovados) que lhe permitiam ser suspensa sobre o lume, eventualmente presa a uma estrutura tipo tripé. A forma de preensão varia entre o orifício de suspensão e a asa interna ou externa, disposta horizontal ou verticalmente em relação à panela (as asas internas possuem normalmente uma disposição horizontal e as externas uma disposição vertical). As asas podem ser de tipo rolo ou rolo achatado em "D".

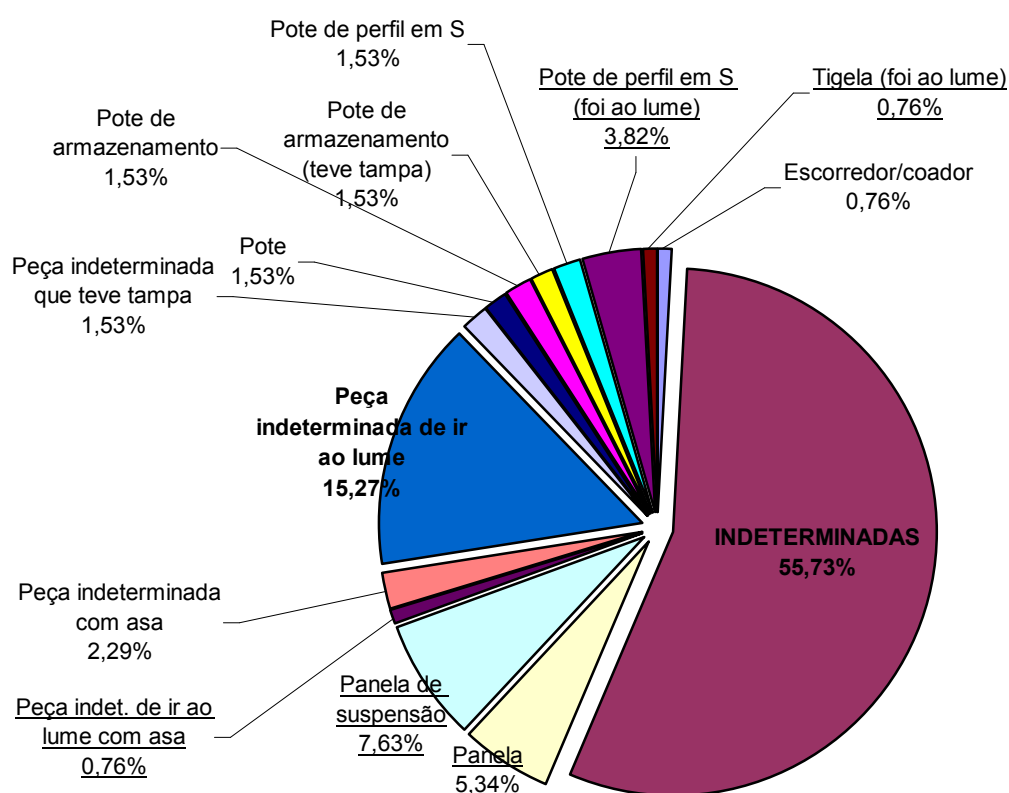
- PANELA 2 - Painelas de paredes rectas

Este tipo de painelas – que, muito provavelmente, não seria para suspender - é morfologicamente diferente dos anteriores. Possui uma forma aberta, de pequenas dimensões, paredes quase rectas, fechando em fundo plano. As dimensões do diâmetro do bordo (entre 14 e 18 cm) e aproximam-se das do fundo (entre 10 e 14 cm), ao contrário do que sucede com as formas definidas anteriormente.

- PANELA 3 - Painelas de orelha de suspensão

Trata-se de uma peça normalmente de menores dimensões que as de tipo Painela 1, com diâmetro variável, no bordo, entre 15 e 25 cm e, no fundo, entre 10 e 16 cm. É também uma forma aberta, de paredes arredondadas - com convexidade bastante pronunciada -, que se fecham, inferiormente, em fundo plano. Sofrem no colo um ligeiro estrangulamento e rematam em bordo com

Gráfico LXXIV - Tipos de peças autóctones - Fase 2



extremidade de tipo variado e com duas protuberâncias e respectivos orifícios centrais - as "orelhas".

A altura seria proporcional aos seus diâmetros e à sua forma. Como não possuímos nenhum exemplar completo, optámos por não apresentar as estimativas de que dispomos, já que não seriam conclusivas.

Por vezes, além da ganga negra referida, este tipo de peças apresenta restos carbonizados do alimento cozinhado, com os quais esperamos, num futuro próximo, obter dados significativos para o conhecimento da dieta alimentar da comunidade – assim as análises agendadas o permitam.

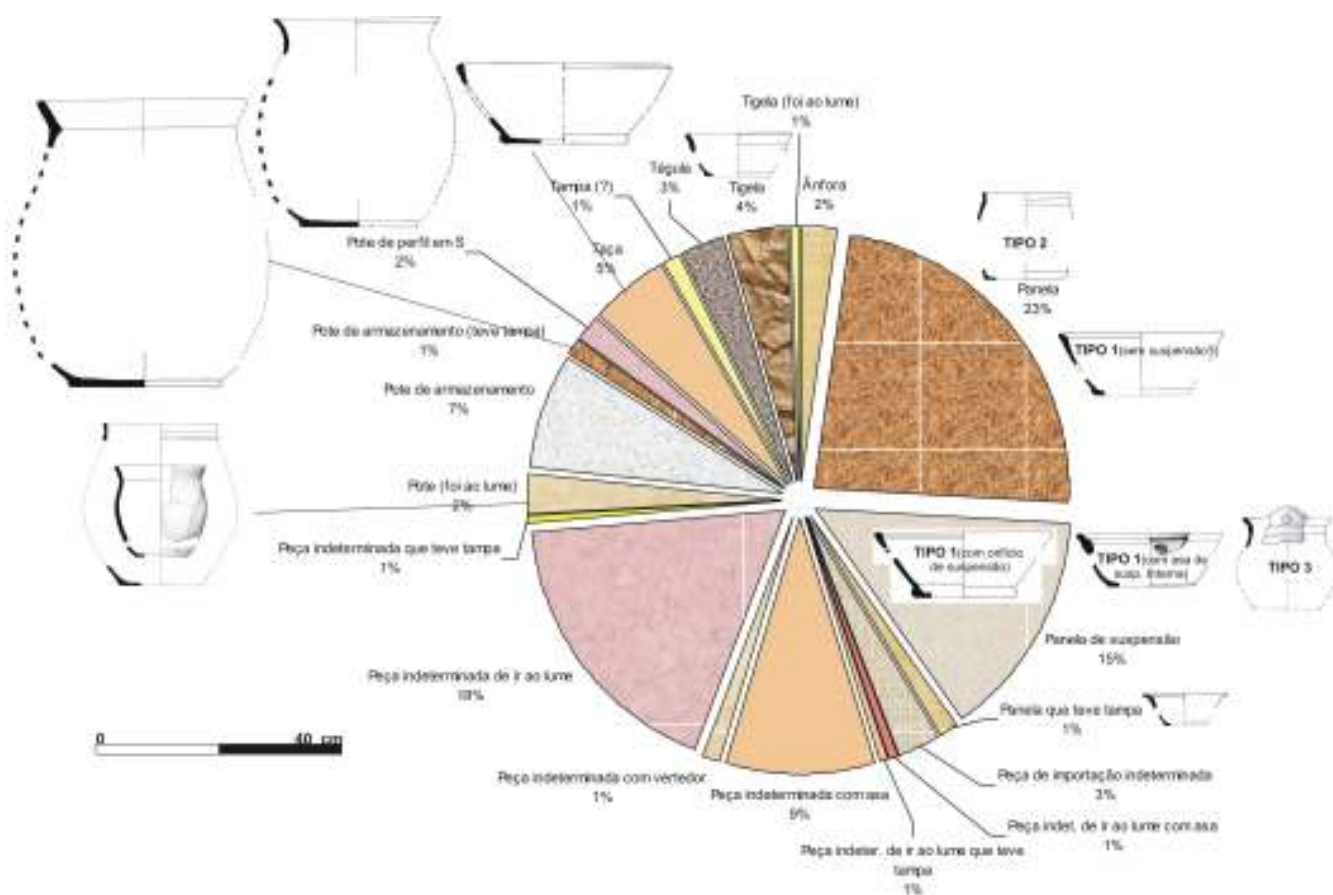


Gráfico LXXV – Gráfico simplificado das percentagens de tipos de vasilhas identificados na Fase 1.

TIPOS	TIPOLOGIA DAS FASES 1 e 2 do povoado fortificado de Cristelo Reconstituições prováveis dos tipos e subtipos de vasilhas identificados	
Tigelas		
Taças		
Panelas	<p style="text-align: center;">PANELA 1 Panelas tipo alguidar com ou sem(?) suspensão</p> <p style="text-align: center;">Sem suspensão (?) Asa de suspensão interna</p> <p style="text-align: center;">PANELA 2 Panelas de paredes rectas</p> <p style="text-align: center;">PANELA 3 Panelas de orelha de suspensão</p> <p style="text-align: center;">Orifício de suspensão</p>	
Escorredor/coador		
Potes de ir ao lume	<p style="text-align: center;">Potes de perfil em S</p> <p style="text-align: center;">Potes que tiveram tampa</p>	

Nota: as peças indicadas com a letra a) foram reconstituídas com base nos fragmentos encontrados, em todas as outras, os fundos, são mera hipótese.

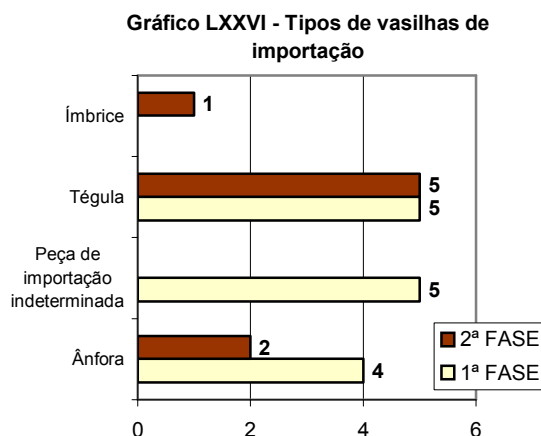
Figura 158 – Quadro tipológico das vasilhas das duas fases de ocupação de Cristelo.

- Potes de armazenamento e outros

Este tipo de peça, de formato mais variável que o das vasilhas analisadas anteriormente, apresenta genericamente uma função de armazenamento e conservação - a médio/longo prazo - de bens de consumo, sólidos ou líquidos. Evidentemente que às peças de armazenamento de proveniência exterior ao povoado e à região se associa também a função de transporte. Estão neste caso as peças de armazenamento/transporte designadas de importação, como as ânforas, cuja representatividade é diminuta (com um total de seis exemplares nas duas fases de ocupação).

A - Potes de ir ao lume

Além das panelas estudadas, em que a identificação da funcionalidade se apresenta menos falaciosa, temos alguns potes, de maiores ou menores dimensões, que teriam uma função de armazenamento mas que se encontrariam frequentemente nas proximidades do fogo, uma vez que apresentam também ganga negra – mas não restos carbonizados de eventual alimento cozinhado. Poderiam - tal como hoje, se nos é permitida a analogia - ter como função o aquecimento de líquidos, aliando, assim, uma função de armazenamento com outra de utilização culinária/aquecimento.



Alguns dos fragmentos obtidos em escavação possibilitaram a reconstituição, por técnicos de conservação e restauro, de dois potes de média dimensão (16 e 18 cm de altura), morfologicamente designados de perfil em S, e de outros dois, com maiores proporções (26/27 cm de altura), de forma virtual, em computador, um dos quais não possui o perfil em S.

B – Potes de armazenar

Com formato igual ou semelhante aos referidos anteriormente, de grande, médio ou pequeno porte, ocorrem outros restos de potes que, provavelmente, teriam apenas uma função de armazenamento. Em qualquer destas formas o característico perfil em S está presente, sendo mais ou menos pronunciado conforme o estrangulamento do colo se concretiza mais próximo ou afastado do bordo.

Apenas possuímos os restos do bordo e do fundo de um pote de perfil em S, que possuiria 18 cm de diâmetro no fundo e 23 cm de diâmetro no bocal. Uma reconstituição feita em computador aponta para uma altura na ordem dos 27 cm.

Existem ainda peças de grande porte, de que possuímos apenas alguns fragmentos do bordo (com cerca de 40 cm de diâmetro), que, a acreditar no seu tamanho, seriam certamente vasilhas de armazenamento de produtos a longo prazo.

Algumas teriam tampa, uma vez que possuem uma reentrância no bordo.

- Taças e tigelas

As maiores dúvidas colocam-se com os tipos que designamos por taças e tigelas devido à exiguidade da amostra. As suas formas são muito semelhantes, diferindo apenas ao nível do tamanho.

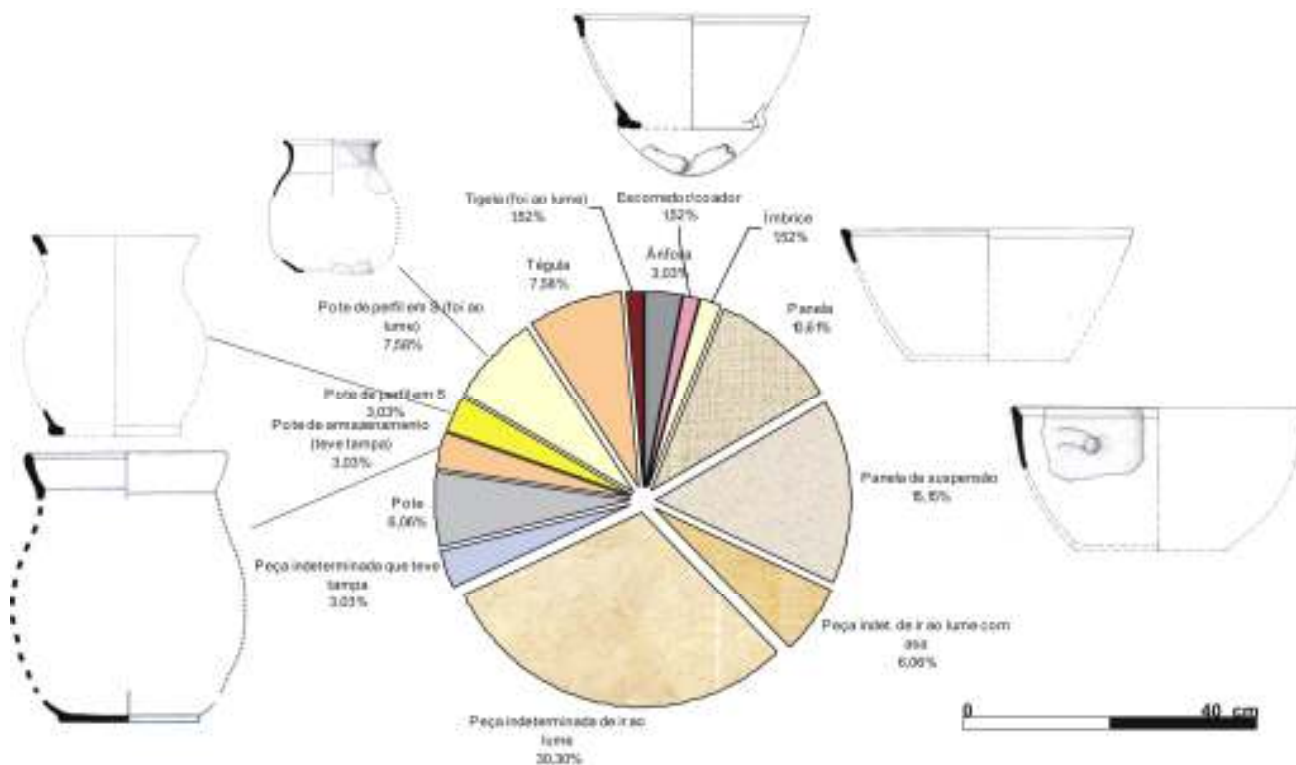


Gráfico LXXVII – Gráfico simplificado das percentagens de tipos de vasilhas da Fase 2.

- Taças

Apresentam a mesma forma das panelas "tipo alguidar", com paredes inclinadas; apenas não possuem ganga negra e restos carbonizados. Outra característica técnica que as diferencia é o facto de terem bordos mais elaborados, com espessamentos externos ou até em pequena aba, regra geral com secção apontada ou arredondada.

Teriam uma funcionalidade relacionada com o consumo colectivo.

A exemplo do que acontece com as tigelas, com as quais também se assemelham muito embora de maiores dimensões, podemos diferenciar três subtipos:

- **Taça 1** (correspondente, excepto no bordo, ao subtipo Tigela 4) - taça com paredes com algum grau de obliquidade, fechando ligeiramente próximo do bordo.
- **Taça 2** (correspondente à Tigela 2) - taça com paredes ligeiramente convexas com um pronunciamento nas proximidades do bordo;
- **Taça 4** (correspondente à Tigela 1) – taça com paredes convexas.

O subtipo Taça 3 não ocorreu no registo arqueológico.

Regra geral, os três tipos de taças possuem diâmetros de bordo e de fundo que oscilam, respectivamente, entre 20 cm e 36 cm, e entre 16 e 22 cm.

- Tigelas

Tal como as taças, as tigelas têm uma ocorrência pouco significativa em Cristelo.

As formas das taças e tigelas são, como referimos, semelhantes, diferindo sobretudo em relação aos tamanhos. Neste povoado apenas encontramos exemplares relativos a dois dos quatro subtipos definidos:

- **Tigela 2** - tigelas com paredes ligeiramente convexas com um pronunciamento nas proximidades do bordo;

- **Tigela 4** - tigelas com paredes com algum grau de obliquidade e que fecham ligeiramente junto do bordo.

Possuem, normalmente, bordos de secção apontada ou aplanada, podendo ter espessamento externo. Os diâmetros dos bordos oscilam entre 17 e 22 cm e os diâmetros dos fundos entre 10 e 12 cm. As alturas variam, consoante o formato, entre 6 e 12 cm.

As tigelas teriam uma função relacionada com o consumo individual de alimentos, sólidos ou líquidos.

- Escorredor/coador

Trata-se de uma peça única, proveniente dos níveis pertencentes à Fase 2 de ocupação.

Os trinta e sete fragmentos encontrados permitiram reconstituir uma peça de formato semelhante às panelas de "tipo alguidar" ou às taças, mas que possui um fundo bastante reforçado e perfurado de modo a poder coar algum produto que contivesse líquidos. Poderá também ter servido de queijeira, embora esta hipótese não seja muito viável dada a reduzida quantidade de perfurações que o fundo apresenta. Teria 29,2 cm de diâmetro de bordo, 20 cm de diâmetro de fundo e 14/15 cm de altura.

Teria uma função relacionada com a produção de alimentos e um uso individual.

- Outras peças cerâmicas

No âmbito do espólio cerâmico há ainda a referir a existência de cinco cossoiros muito fragmentados, elaborados com o aproveitamento de cerâmica, três pequenas fichas circulares de jogo e um possível "godé". Foram encontrados também diversos fragmentos de barro.

Apesar de as peças referidas serem em pequeno número, é possível depreender a prática, nesta comunidade, de actividades como a fiação e, conseqüentemente, o fabrico de tecidos de lã ou linho.

As fichas de jogo estão relacionadas com actividades de lazer praticadas por adultos ou crianças. A falta de elementos mais conclusivos não nos permite apontar, com alguma certeza, os jogos em questão, embora peças semelhantes encontradas em povoados de outras zonas tenham sido associadas ao "jogo do galo".

A peça que designamos por "godé", cujo formato se assemelha a um pequeníssimo chapéu de algum boneco, pode alimentar as mais diversas interpretações, qualquer delas, porém, difícil de comprovar.

Importa realçar que a tipologia definida para o povoado mais não é que uma mera hipótese de trabalho dada a pequena amostra de peças reconstituíveis.

Como se pode constatar pelo quadro tipológico anexo (**Figura 158**), a maior parte das reconstituições das peças foi baseada no perfil do bordo, do colo e, por vezes, da pança. Os fundos

foram acrescentos que ajudaram a sugerir a forma. No entanto, qualquer deles pertenceria a uma peça de tipologia idêntica. Assinala-se com a letra a), na tipologia anexa, as peças cuja reconstituição mais se aproxima da realidade.

Os gráficos de percentagens em que foram inseridos os desenhos das peças foram elaborados para as duas fases de ocupação (**Gráficos LXXV e LXVII**) e a partir da simplificação dos tipos identificados, caso contrário seria impossível a sua representação gráfica. Foram retirados os dados relativos às peças de tipologia não identificada. As peças de importação, dado o seu valor residual, foram incluídas.

Os valores reais podem ser conferidos no **Quadro LI** e nos **Gráficos LXXIII** ⁽³⁵⁾, **LXXIV e LXVI**, este último apenas relativo às peças de importação.

Embora a amostra com que trabalhamos na Fase 2 seja menor do que a da Fase 1, podemos concluir que houve, pelo menos aparentemente, uma simplificação na variedade de tipos elaborados e, conseqüentemente, usados no quotidiano. A diversidade de peças é bastante menor, estando ausentes as panelas com tampa, as peças com vertedor, as taças e as tampas. Há ainda uma fraca ocorrência de tigelas e de peças de importação. Na Fase 1 não foram encontrados coadores/escorredores.

Gostaríamos também de realçar a fraca ocorrência de peças de importação. As ânforas surgem de forma residual (quatro fragmentos na Fase 1 e dois na Fase 2), tal como os restos de tégula e ímbrice.

A **distribuição espacial das tipologias de vasilhas** identificadas não nos fornece, por fim, dados diferentes daqueles que proporcionou a distribuição dos fragmentos cerâmicos. Há apenas a registar uma concentração dos restos de vasilhas identificadas no exterior da cabana 1 (Fase 1) e no interior da cabana 3 (Fase 2), dados que apenas confirmam que na cabana 1 se procedia a uma limpeza periódica e que na cabana 3, além de se fabricar utensílios de cerâmica, se desempenhavam outras tarefas como a elaboração de alimentos em panelas (que conservaram os vestígios de matéria orgânica carbonizada).

(35) Dada a quantidade de elementos quantificados (perfis de vasilhas identificadas, indeterminadas, dúvidas) não foi possível a representação em gráfico de percentagens semelhante ao gráfico 13.

QUADRO LI	1ª Fase								Super- fície	2ª Fase					TOTAL 1ª FASE	TOTAL 2ª FASE	TOTAL
	Dentro Est.1	Dentro Est.4	Dentro Est.6	Fora Est.1	Fora Est.4	Fora Est.5	Fora Est.6	Dentro Est.2		Dentro Est.3	Entre Est.2 e 3	Fora Est.2	Fora Est.3				
Indeterminada	15	5	7	144	1	6	9	-	8	55	4	4	2	187	73	260	
Ânfora	-	-	-	3	-	1	-	-	1	1	-	-	-	4	2	6	
Escorredor/coador	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1	1	
Ímbrice	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1	1	
Panela	3	1	1	26	-	3	3	-	2	3	1	1	-	35	7	42	
Panela (?)	-	-	-	6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7	-	7	
Panela de suspensão	2	3	-	20	-	-	1	-	-	8	1	-	1	26	10	36	
Panela que teve tampa	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	2	
Peça de importação indeterminada	-	-	-	4	-	-	1	-	-	-	-	-	-	5	-	5	
Peça indeterminada de ir ao lume com asa	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1	-	-	-	1	1	2	
Peça indeterminada de ir ao lume que teve tampa	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1	
Peça indeterminada com asa	-	1	-	12	-	1	2	-	1	2	-	-	-	16	3	19	
Peça indeterminada com asas	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1	
Peça indeterminada com vertedor	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	2	
Peça indeterminada de ir ao lume	1	1	3	22	1	3	-	-	4	14	-	2	-	32	20	52	
Peça indeterminada que teve tampa	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1	-	-	1	1	2	3	
Pote	-	-	-	1	-	1	-	-	1	1	-	-	-	2	2	4	
Pote (foi ao lume)	-	-	-	3	-	1	-	-	-	-	-	-	-	4	-	4	
Pote de armazenamento	1	1	-	7	-	-	-	-	1	-	-	-	1	9	2	11	
Pote de armazenamento (?)	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	2	-	2	
Pote de armazenamento que teve tampa	-	-	-	1	-	1	-	-	1	1	-	-	-	2	2	4	
Pote de perfil em S	-	-	-	3	-	-	-	-	-	1	-	-	1	3	2	5	
Pote de perfil em S (foi ao lume)	-	-	-	-	-	-	-	-	2	3	-	-	-	-	5	5	
Taça	-	-	-	9	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8	-	8	
Taça (?)	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1	
Tampa (?)	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	2	-	2	
Tégula	-	-	-	-	-	1	3	1	-	5	-	-	-	5	5	10	
Tigela	1	-	-	1	1	-	1	-	-	-	-	-	-	5	-	5	
Tigela (?)	1	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	2	
Tigela (foi ao lume)	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1	-	-	-	1	1	2	
TOTAL	24	13	11	272	3	20	22	1	22	98	6	7	6	366	139	505	

A cerâmica estudada, cronologicamente atribuível à Idade do Ferro, possui características indicadoras de um fabrico autóctone, manual e em torno lento, sem vestígios de aculturação romana. Possui uma morfologia muito simples, que se desenvolve, no sentido vertical, em formas abertas de base plana, de acordo com as necessidades impostas no dia-a-dia.

Situada no bordo da vasilha, a asa de orelha tem, tal como as outras evoluções técnicas já referidas (designadamente o reforço dos bordos e fundos), um aparecimento tardio na cultura castreja, concretamente durante o século II a. C. ou até em data posterior. O torno lento terá sido introduzido também a partir do século II a. C..

4.4.6.2 Espólio Metálico

A cultura material deste povoado é bastante pobre em metais, resumindo-se ao aparecimento, nas camadas estratigráficas representativas da **Fase 1**, de quatro peças ou fragmentos identificados e sete restos de diversas configurações para as quais não é possível definir qualquer funcionalidade, embora a sua configuração aponte para restos de lâminas, pregos ou espetos.

As peças identificadas resumem-se a dois objectos de adorno/preensão, concretamente duas fíbula anulares em bronze, incompletas (variantes do tipo Fowler, muito abundantes em povoados deste tipo, entre os finais do século II a.C. e o século I d.C. - PONTE 1984), e duas peças em ferro: um fragmento de lâmina de faca ou punhal e um cravo.

A funcionalidade relacionada com as actividades laborais predomina, sem dúvida, em relação à função de adorno, característica dos outros povoados intervencionados.

QUADRO LII – Quadro-síntese das características gerais do espólio metálico

Sector	Total	Camada	Total	Tipo de peça	Total	Matéria-prima	Total	Técnica de fabrico	Total	Conservação	Total
A (Fase 1)	18	2	1	Escória de forno	6	Bronze	4	Indeterminada	7	Bom	11
		3	13	Espuma de fundição	1	Ferro	14	Martelagem	7	Mau	3
		4	4	Fíbula anular	2			Molde	2	Razoável	4
				Indeterminada	7			Molde (?)	2		
				Lâmina	1						
Cravo (?)	1										
TOTAL 1ª FASE	18		18		18		18		18		18
A (Fase 2)	1	3	1	Espuma de fundição	1	Ferro	1	—	1	—	1
A (Superfície)	1	1	1	Pata de animal	1	Bronze	1	Molde	1	Bom	1
TOTAL	20		20		20		20		20		20

A exemplo do que se passaria em povoados de cronologia mais tardia, verifica-se o predomínio dos objectos de ferro em detrimento dos de bronze, aparentemente a entrar em desuso na elaboração de peças utilitárias.

A metodologia de fabrico foi essencialmente a martelagem, para os objectos de ferro, e a moldagem, para os objectos de bronze.

QUADRO LIII – Quadro-síntese da distribuição espacial do espólio metálico

Distribuição espacial	Total	Camada	Total	Tipo de peça	Total	Matéria-prima	Total	Técnica de fabrico	Total
Fora da Est.1	16	3	12	Escória de forno	5	Bronze	4	—	6
		4	4	Espuma de fundição	1	Ferro	12	Martelagem	6
				Fíbula anular	2			Molde	2
				Indeterminada	7			Molde (?)	2
				Lâmina	1				
TOTAL	16		16		16		16		16
Dentro da Est.1	2	2	1	Escória de forja	1	Ferro	2	—	1
		3	1	Cravo (?)	1			Martelagem	1
	2		2		2		2		2
TOTAL 1ª FASE	18		18		18		18		18
Dentro da Est.2	1	3	1	Espuma de fundição	1	Ferro	1	—	1
TOTAL 2ª FASE	1		1		1		1		1
SUPERFÍCIE	1	1	1	Pata de animal	1	Bronze	1	Molde	1
TOTAL	20		20		20		20		20

O espólio metálico de Cristelo destaca-se, essencialmente, pelo aparecimento de restos de fundição de ferro - escória (6) e espuma de fundição (2, um dos quais da Fase 2) e de um aglomerado de ferro, restos de fundição e outros componentes, de configuração côncava, com peso e dimensão considerável, que se encontraria na base de um forno metalúrgico.

Estes elementos levam-nos a constatar que no povoado estaria presente todo o processo metalúrgico de produção do ferro: a fase da redução do mineral; a fase da escória de fundição (para apurar a produção do ferro) e a fase da espuma de fundição (que, como é mais leve que a escória, fica no forno misturada com carvão).

O forno utilizado para forjar o ferro seria uma peça com 30 a 40 cm de largura, onde se colocava carvão, elementos fundentes (como a cal, o sílice ou minerais de quartzo) e mineral de ferro picado. Caso o forno fosse picado, a escória escorria para o exterior dando origem à designada escória de sangrado.

Estes elementos comprovam o fabrico de peças em ferro no povoado, embora se desconheça o local exacto, uma vez que os restos ocorrem distribuídos pela área escavada e não se encontraram vestígios do forno.

No nível superficial (camada 1), dentro do sector A de escavação, apareceu, em trabalhos de prospecção, uma pata de animal, em bronze, com quatro dedos apoiados sobre um disco côncavo. Deveria pertencer a uma pequena escultura de animal que ficou inacabada e, tudo o indica, de tipologia romana.



Figura 159 – Espólio metálico da fase 1.

4.4.6.3 Espólio Lítico

Os objectos líticos encontrados em escavação no povoado não reflectem uma diferenciação significativa entre as duas fases de ocupação. Tanto na Fase 1 como na Fase 2, regista-se um largo predomínio de objectos cuja funcionalidade está relacionada com as acções de partir, esmagar e, eventualmente, cortar, como será o caso dos percutores.

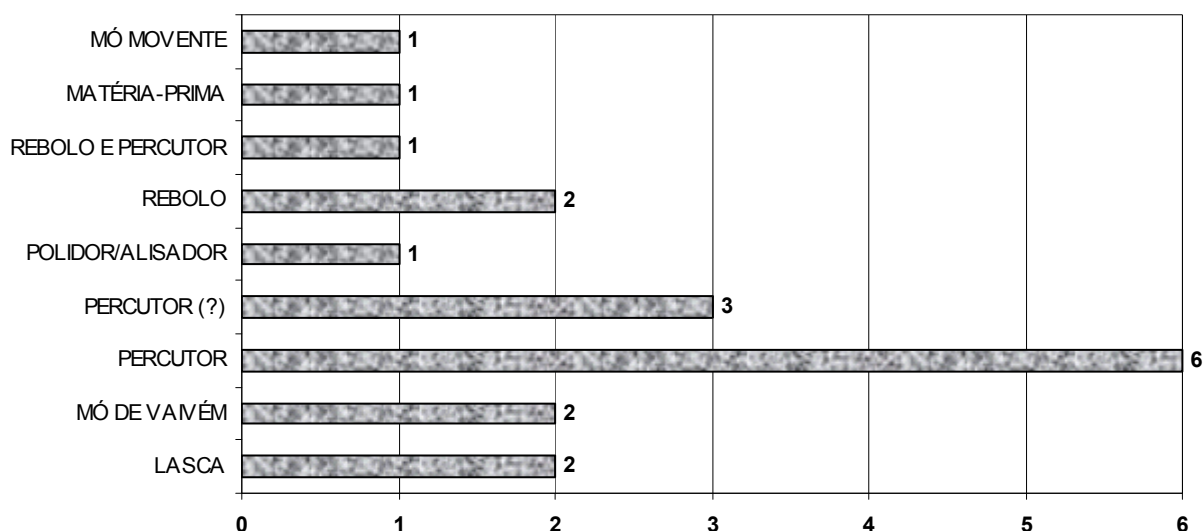
São normalmente peças de elaboração reduzida ou até inexistente, simples pedras, maioritariamente quartzíticas, recolhidas nos leitos das linhas de água que correm nas proximidades.

Da Fase 1 há a destacar um polidor ou alisador eventualmente de cerâmica, elaborado em quartzo-xisto.

As actividades ligadas à moagem estão documentadas por duas mós de vaivém, três rebolos e uma mó rotativa, movente. Esta última é uma peça de óptimo fabrico, com rebordo e dois orifícios laterais, sub-circulares, para encaixe dos paus que ajudariam ao movimento giratório. Possui um desgaste muito acentuado, resultante de um uso prolongado.

Ambas as tipologias – mós de vaivém e rotativas – deverão ter sido utilizadas em simultâneo

Gráfico LXXVIII - Tipos de objectos líticos - Fase 1

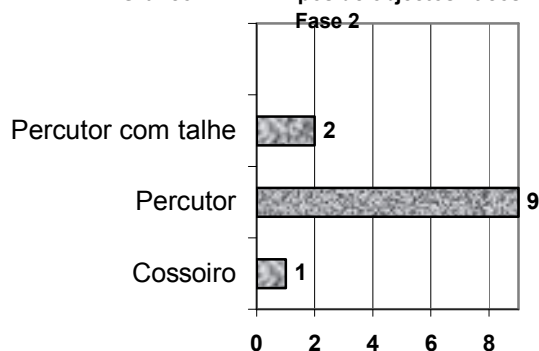


para o mesmo fim, o que não deixa de ser interessante verificar.

Infelizmente não conseguimos comprovar a associação de mós às estruturas da Fase 2.

A exígua amostra de mós de vaivém - apenas duas, incompletas - não nos permite determinar o respectivo padrão de utilização, na medida em que uma teve uma fricção longitudinal e a outra uma fricção pluridireccional.

Gráfico LXXIX - Tipos de objectos líticos - Fase 2



Apesar do grande desgaste que apresentam, também não possuem, tal como se verifica nos outros povoados intervencionados, a concavidade característica das mós de outras épocas e zonas, tendo a peça sido utilizada na sua totalidade.

Em relação à Fase 1, resta-nos destacar a ocorrência de uma peça cilíndrica que, pelo facto de estar incompleta, foi classificada, com muitas dúvidas, como percutor. O grau de perfeição colocado na sua elaboração distingue-a das demais. A configuração cilíndrica, conseguida através de um grande esforço de polimento, e o perfeito sulco existente numa das extremidades, que ligeiramente se arredonda, leva-nos a considerar a hipótese de se tratar de um ídolo fálico relacionado com um possível culto de fertilidade. Uma análise cuidada à superfície da peça (em quartzito) revelou a existência de impressões digitais de coloração bege que contrastam com o acinzentado geral do objecto.

Nas estruturas da fase 2 foi encontrada uma outra peça singular: um cossoiro em xisto luzente, muito mal conservado.

Por forma a facilitar a visualização da tipologia da utensilagem lítica relativa a cada fase de ocupação, elaborámos dois gráficos de percentagens (**Gráficos LXXXII e LXXXIII**) aos quais acrescentámos os desenhos de algumas das peças mais características.

Ao nível do desgaste e da matéria-prima utilizada na elaboração dos objectos não existe também diferença significativa entre as duas fases. As peças, regra geral, apresentam um grande desgaste provocado pelo uso acentuado, provavelmente ao longo de bastante tempo.

As matérias-primas mais utilizadas foram o quartzito, o quartzo-xisto e o granito, nas variantes de grão médio e fino, qualquer delas existente em abundância na área da bacia superior do rio Coura. Também aqui se constata a grande utilização de pedras de proveniência fluvial (Fase 1 - 8; Fase 2- 10), cujo rolamento terá facilitado muitas das tarefas para as quais foram escolhidas/produzidas.

Gráfico LXXX - Matéria prima dos objectos líticos - Fase 1

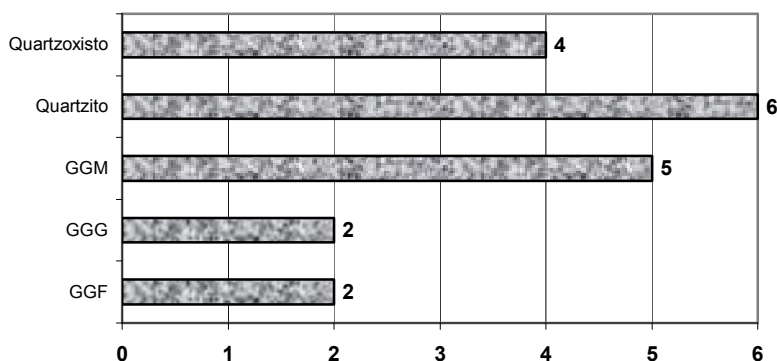
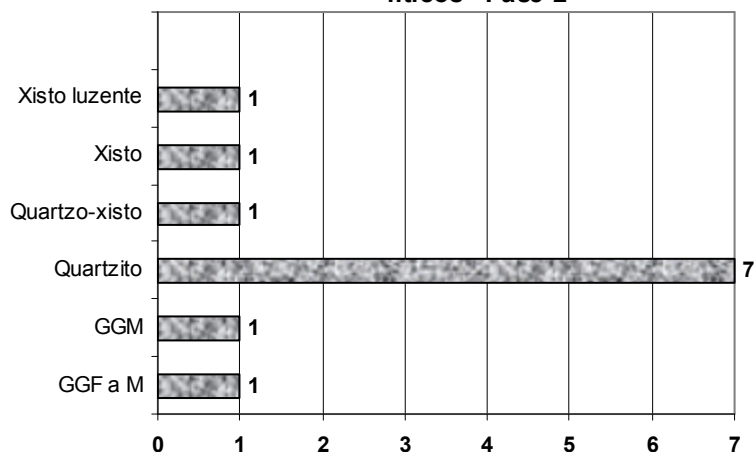
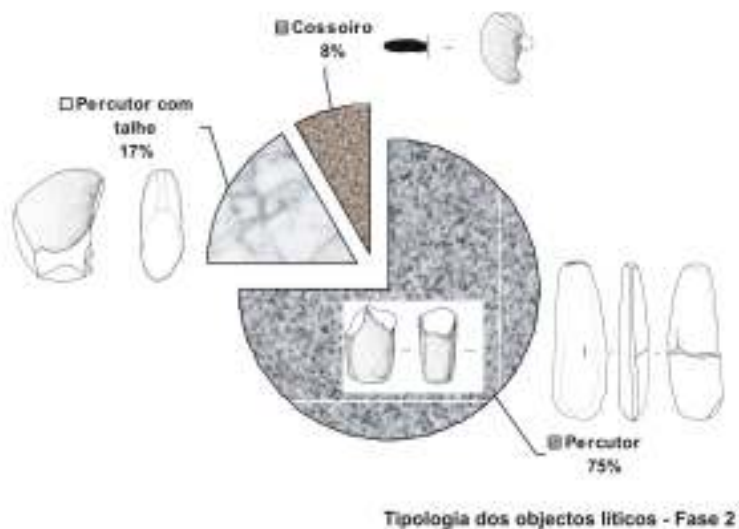
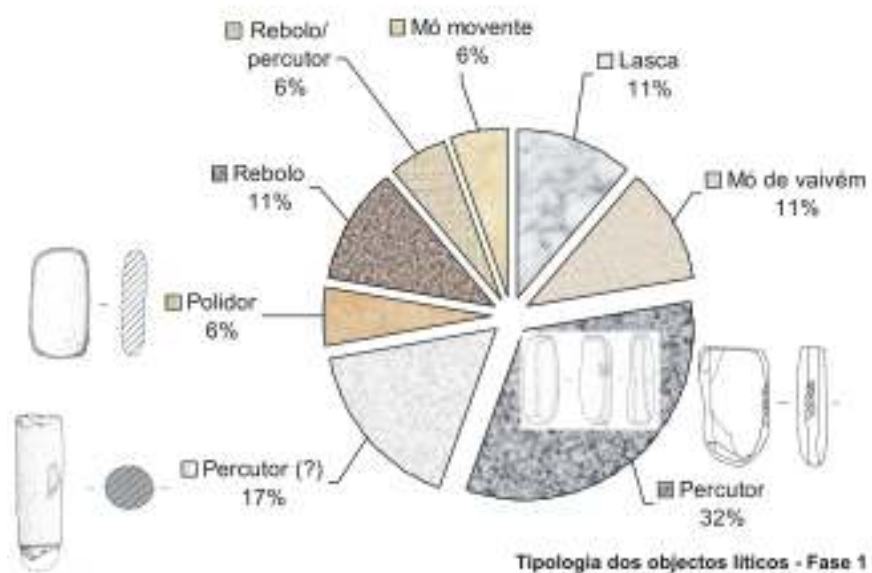


Gráfico LXXXI - Matéria prima usada nos objectos líticos - Fase 2



Em termos de distribuição estratigráfica, confirma-se a habitual incidência nos níveis de ocupação das duas fases e, neste caso, no interior das estruturas - nomeadamente das cabanas 1 (Fase 1) e 3 (Fase 2) - e áreas adjacentes.



Gráficos LXXXII e LXXXIII – Percentagens dos tipos de materiais líticos das duas fases de ocupação.

QUADRO LIV - Quadro-síntese da distribuição espacial, por estrutura, dos tipos de objectos líticos.

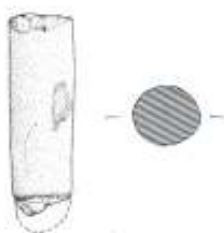
Tipo	1ª FASE					2ª FASE			TOTAL 1ªFASE	TOTAL 2ªFASE	TOTAL
	Dentro da Est.1	Fora da Est.1	Fora da Est.4	Fora da Est.5	Fora da Est.6	Dentro da Est.3	Fora da Est.2	Fora da Est.3			
LASCA	1	1	-	-	-	-	-	-	2	0	2
MÓ DE VAIVÉM	2	-	-	-	-	-	-	-	2	0	2
PERCUTOR	3	1	-	1	1	7	1	1	7	9	16
PERCUTOR (?)	3	-	-	-	-	-	-	-	2	0	2
POLIDOR/ALISADOR	1	-	-	-	-	-	-	-	1	0	1
REBOLO	1	1	-	-	-	-	-	-	2	0	2
REBOLO E PERCUTOR	1	-	-	-	-	-	-	-	1	0	1
MATÉRIA-PRIMA	1	-	-	-	-	-	-	-	1	0	1
PERCUTOR (com talhe)	-	-	-	-	-	2	-	-	0	2	2
COSSOIRO	-	-	-	-	-	1	-	-	0	1	1
MÓ MOVENTE	-	-	1	-	-	-	-	-	1	0	1
TOTAL	13	3	1	1	1	10	1	1	19	12	31

Fase 1

**Percutores
Dentro da Estrutura 1**



CRIS98A-3 (C.3)



CRIS97A-14 (C.3)

Fora da Estrutura 5



CRIS98A-16 (C.3)

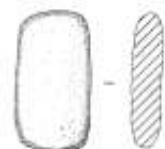
Fora da Estrutura 6



CRIS98A-1 (C.3)

Polidor / alisador

Dentro da Estrutura 1

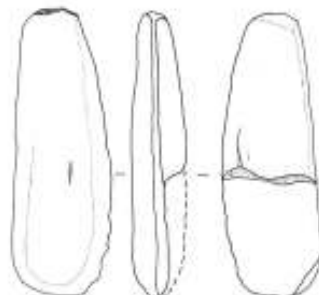


CRIS97A-2 (C.2)

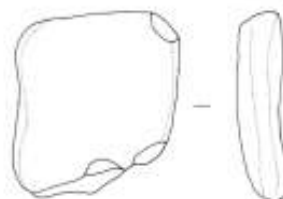


Fase 2

**Percutores
Dentro da Estrutura 3**



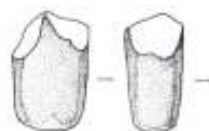
CRIS98A-9 (C.3)



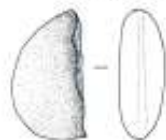
CRIS98A-8 (C.3)



CRIS98A-6 (C.3)

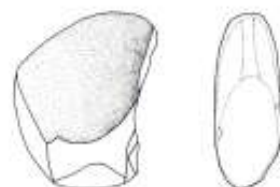


CRIS98A-14 (C.3)



CRIS98A-7 (C.3)

Percutor com talhe



CRIS98A-10 (C.3)

Figura 160 – Espólio lítico das Fases 1 e 2.

4.4.6.4 Macro-restos vegetais carbonizados

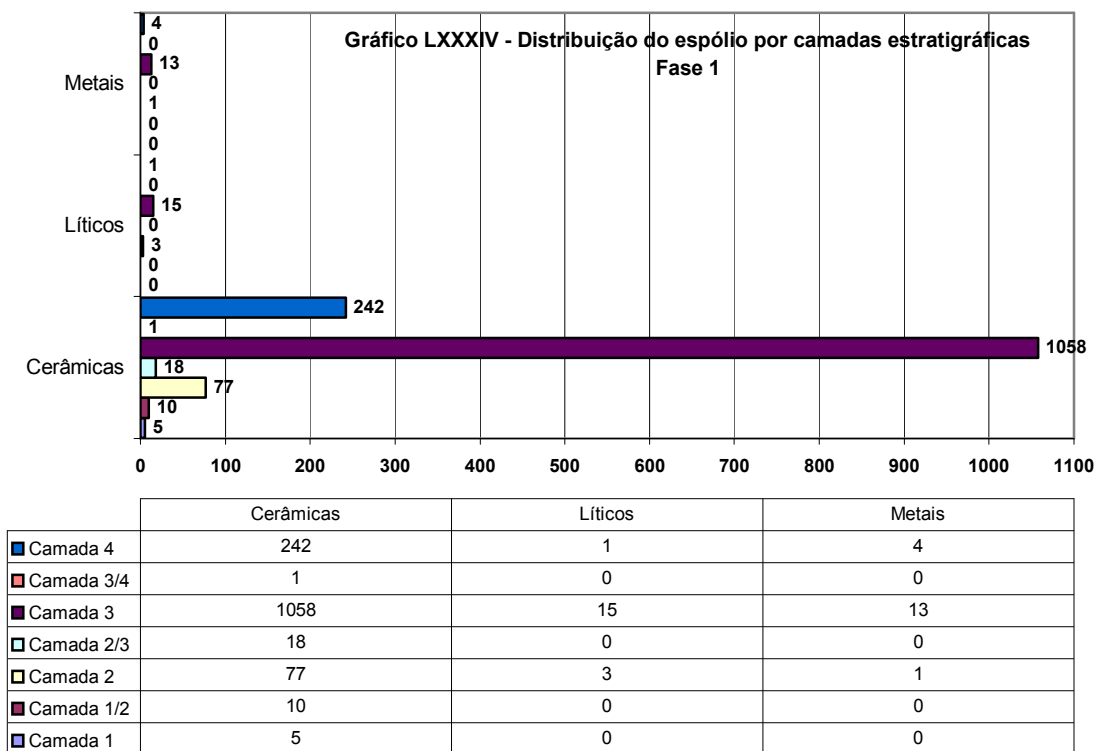
O aparecimento de carvões registou-se em quantidade razoável (820 fragmentos de carvão vegetal), quer no interior da Cabana 1, quer na área exterior à mesma. Todos foram recolhidos no nível de ocupação (camada 3), a uma profundidade variável entre os 43 e os 70 cm.

A quantidade mais significativa foi de 108,7 gramas, encontradas na camada estratigráfica 3 do interior da cabana 3.

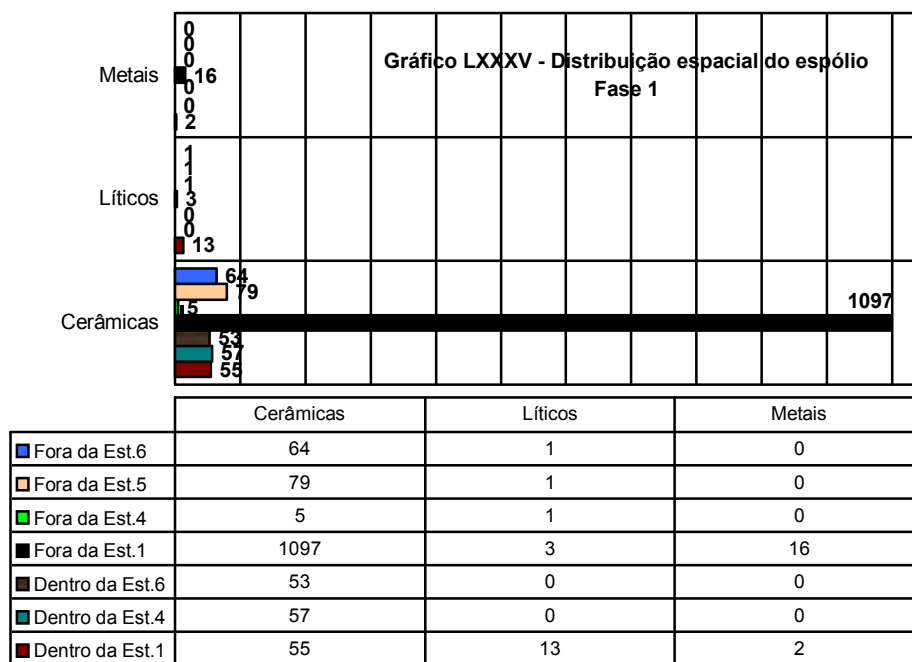
As sementes tiveram uma ocorrência insignificante e das bagas carbonizadas - nomeadamente de bolotas -, tão abundantes em Cossourado, não foi curiosamente encontrado qualquer vestígio.

4.4.6.5 Distribuição micro-espacial da cultura material

A distribuição micro-espacial do espólio pelas estruturas da Fase 1 de ocupação aponta, no que diz respeito à distribuição estratigráfica, para uma nítida concentração nos níveis de ocupação, isto é, nas camadas 3 e 4, principalmente a primeira.



O espólio cerâmico da Fase 1 regista uma maior ocorrência no exterior das cabanas, especialmente no exterior da cabana 1 (1097 fragmentos no exterior e apenas 55 no interior). As outras estruturas desta fase forneceram poucos fragmentos de cerâmica, o que não permite tirar grandes conclusões, com excepção da existência de fortes fenómenos pós-deposicionais.

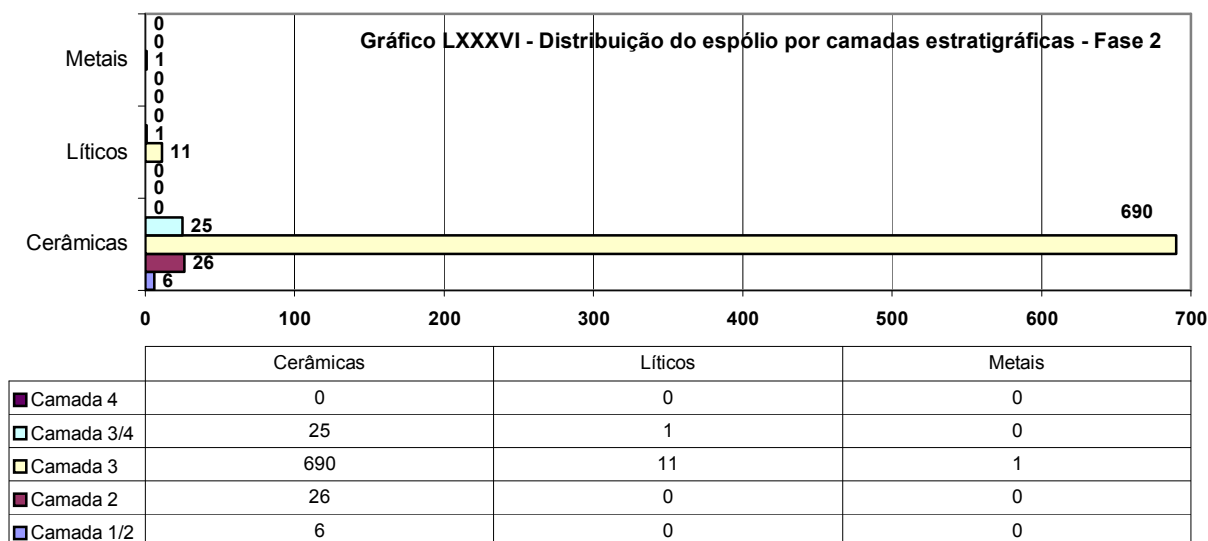


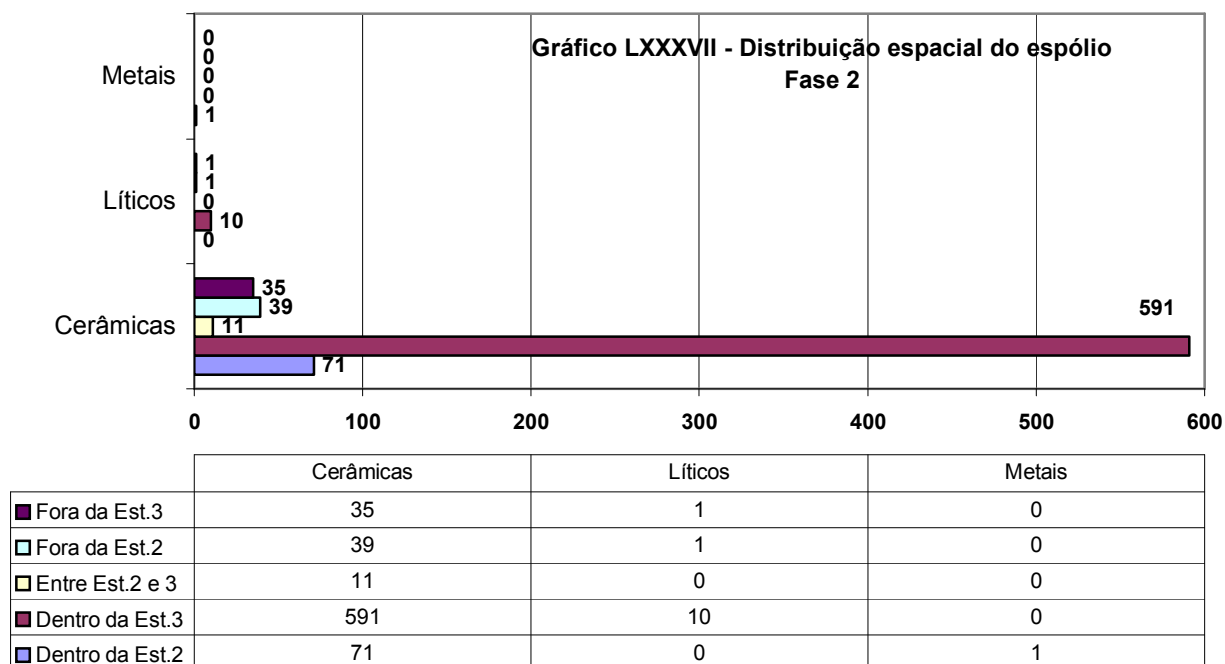
Parece-nos evidente que as cabanas seriam limpas e os restos depositados – pelo menos nesta área do povoado – nas áreas exteriores contíguas.

Já em relação aos objectos líticos, e provavelmente porque ainda estariam em uso, a sua concentração verifica-se no interior da cabana 1, o que indica que seriam aí utilizados, nomeadamente em trabalhos de percussão, esmagamento e moagem.

O espólio metálico proporciona dados semelhantes aos da cerâmica, isto é, regista uma maior concentração (16 exemplares) no exterior da cabana 1, sobretudo de restos de peças ou desperdícios da actividade metalúrgica que certamente se praticaria próximo do sector intervencionado.

Ainda no que se refere à distribuição espacial pelas camadas estratigráficas, o espólio da Fase 2 evidencia a mesma dispersão, incidindo sobretudo no nível 3 de ocupação.





Os resultados obtidos no estudo da distribuição dos materiais da Fase 2 pela área de ocupação das cabanas reforçam a ideia de que se trata de estruturas utilizadas não só para habitação mas também para a realização de actividades artesanais diversas, como a elaboração de peças cerâmicas, a percussão e a fição de fibras, sobretudo no interior da cabana 3, onde se encontrou o único cossoiro de pedra do povoado. Os objectos metálicos têm uma presença residual nesta fase de ocupação, tendo-se registado apenas um resto de espuma de fundição.

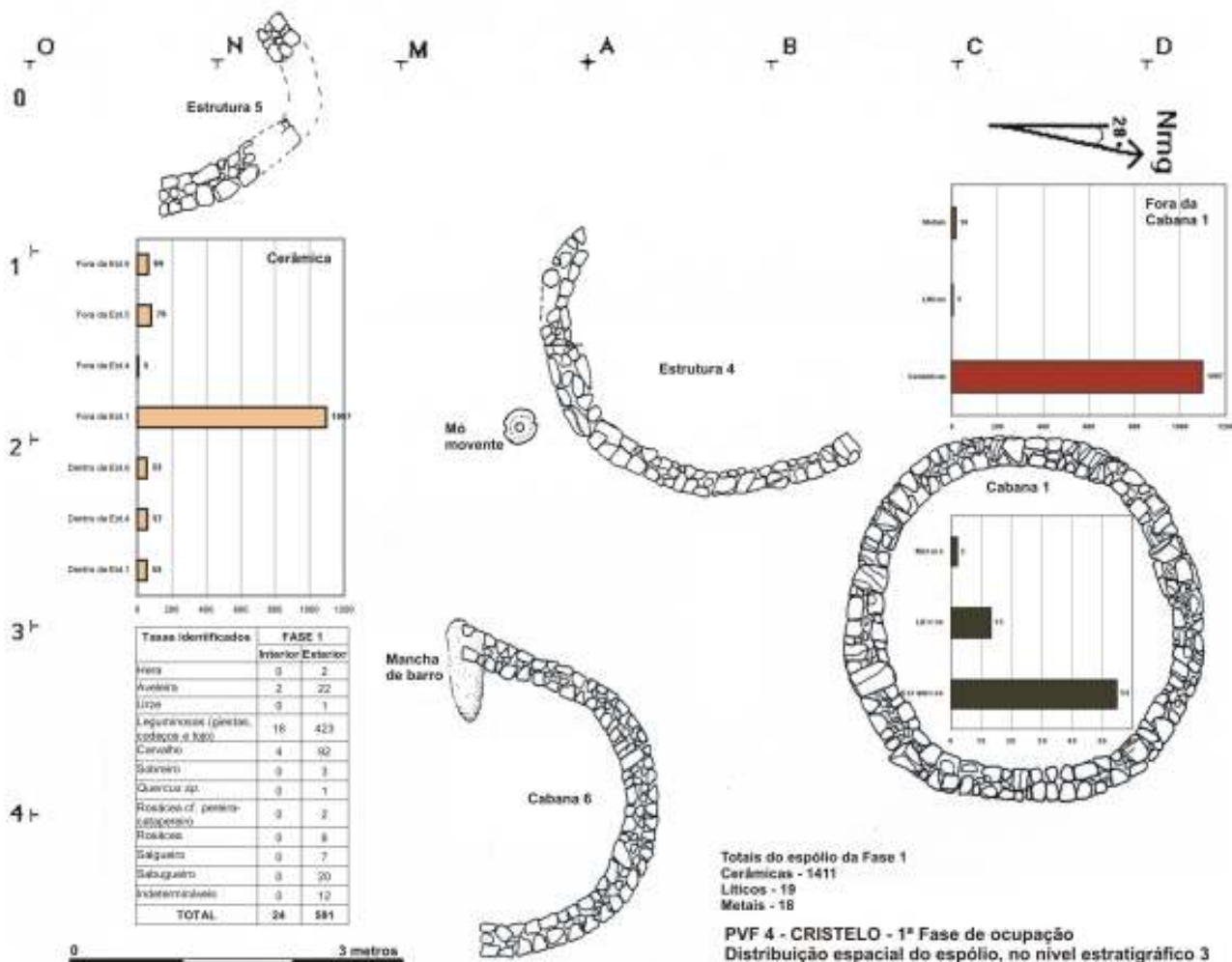


Figura 161 – Distribuição espacial do espólio relativo à Fase 1 de ocupação e ao nível estratigráfico 3.

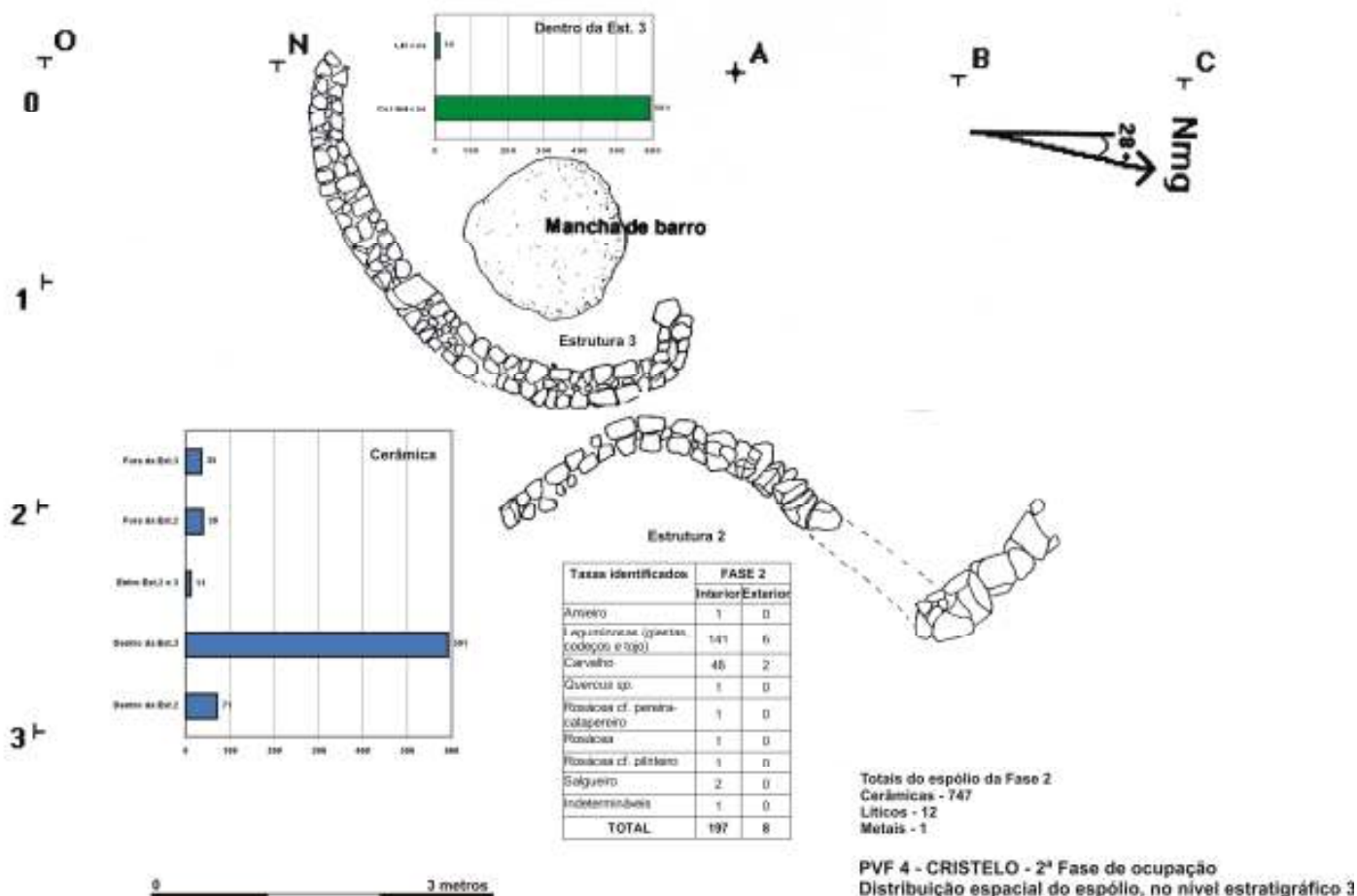


Figura 162 – Distribuição espacial do espólio relativo à Fase 2 de ocupação e ao nível estratigráfico 3.

4.4.7 Resultado das análises

4.4.7.1 Datações por radiocarbono

As análises efectuadas pelo método de datação por radiocarbono proporcionaram resultados concordantes entre si e em relação aos elementos da cultura material fornecidos pela escavação.

A amostra 1, recolhida no exterior da cabana 1, pertence ao nível estratigráfico 4, isto é, ao nível de ocupação da Fase 1. A segunda amostra, por sua vez, é proveniente do interior da cabana 3, mais concretamente do piso de ocupação da Fase 2 (nível estratigráfico 3).

O resultado da segunda amostra (2040 ± 70 B.P.) aponta para uma cronologia mais antiga e apresenta-se mais preciso na medida em que as espécies analisadas (leguminosas) têm, normalmente, uma menor longevidade se comparada com a da espécie arbórea analisada na amostra 1 (1890 ± 60 B.P.), que revelou uma cronologia mais recente.

Ou estamos na presença de alterações pós-deposicionais, naturais num povoado com fases de ocupação diversas, e/ou estes dados ajudam a confirmar a hipótese de a cabana 1 ter sido habitada nas duas fases.

Quadro LV – Resultados das datações por C14.

Proveniência (referência da amostra)	Referência do Laboratório	Datação B.P.	Conversão	Data Calibrada ⁽³⁶⁾	Tipo/espécie	Observações
CRIS 97A - 9 D2 (3) Cota nº2A/97 1ª FASE da cabana 1	UGRA-555 (29/2/00)	1890 ± 60	Intervalo entre 120 a.C. e 0 (120 - 60 - 0) Séc. II a.C. e I a.C.	Intersecção: 125 cal BC Intervalos (Método A) para 1 sigma: 71 - 223; Para 2 sigma: 4 - 253 e 302 - 315 Intervalos (Método B) para 1 sigma (68,3%): 76 - 214; Para 2 sigma (95,4%): 1 - 255 e 299 - 317	Madeira carbonizada	Idade teórica: 1892 ± 64 Idade corrigida por δ ¹³ C: 1892 ± 64
CRIS 98ª - M0, M1 e N0 (3) Dentro da 3 Cota nº2A/97 2ª FASE da cabana 3	UGRA-580 (03/5/01)	2040 ± 70	Intervalo entre 160 a.C. e 20 a.C. (160 - 90 - 20) Séc. II a.C. e I a.C.	Intersecção: 36 cal BC Intervalos (Método A) para 1 sigma: 114 - 60; Para 2 sigma: 196 - 121; Intervalos (Método B) para 1 sigma (68,3%): 113 - 59; Para 2 sigma (95,4%): 330 - 330 e 200 - 126	Leguminosas do tipo giestas, codeços e tojo (37)	Idade teórica: 2030 ± 67 Idade corrigida por δ ¹³ C: 2039 ± 67

Mais uma vez as dúvidas persistem, já que os dados fornecidos pelas cronologias absolutas não ajudam à criação de um modelo explicativo nem à datação das duas fases de ocupação do povoado.

4.4.7.2 Estudo antracológico e carpológico

O estudo antracológico, da responsabilidade de Isabel Figueiral, foi elaborado a partir de uma amostra de 820 fragmentos de carvão vegetal e o carpológico com base em apenas 10 sementes. Os resultados revelaram-se bastante semelhantes aos obtidos em Cossourado e Romarigães.

Segundo o relatório de Isabel Figueiral, no estudo antracológico foram identificadas as seguintes espécies: *Alnus glutinosa* (Amieiro), *Corylus avellana* (Aveleira), *Erica* sp. (Urze), *Hedera helix* (Hera), *Fabaceae* (Leguminosas tipo Giestas, codeços, tojo), *Quercus* de folha caduca (Carvalho),

QUADRO LVI 1ª FASE - Camada 3	ESTRUTURA 1		ESTRUTURA 5		ESTRUTURA 6
	Interior	Exterior	Interior	Exterior	Exterior
Aveleira	2	7	0	0	15
Urze	0	1	0	0	0
Hera	0	2	0	0	0
Leguminosas (giestas, codeços e tojo)	14	394	4	17	12
Carvalho	3	86	1	1	5
Sobreiro	0	3	0	0	0
<i>Quercus</i> sp.	0	1	0	0	0
Rosácea cf. Pereira/Catapereiro	0	2	0	0	0
Rosácea	0	6	0	0	0
Salgueiro	0	6	0	0	1
Sabugueiro	0	0	0	0	20
Indetermináveis	0	10	0	0	2
Totais	19	518	5	18	55

Quercus suber (Sobreiro), *Quercus* sp., *Rosaceae Maloideae* (Rosácea), *Rosaceae Maloideae* cf. *Pyrus* sp. (Rosácea cf. Pereira/Catapereiro), *Rosaceae Maloideae* cf. *Crataegus monogyna* (Rosácea cf. Pilriteiro), *Salix* sp. (Salgueiro) e *Sambucus nigra* (Sabugueiro).

(36) Calibração feita pela curva de Stuiver and Pearson 1993, p.215-230, na Universidade de Washington, Quaternary Isotop Laboratory - Program REV 3.0.3.
Stuiver, M. e Reiner, P.J. 1993, *Radiocarbon*, 35 (1), p.1-23; 25-33.

(37) Análises feitas pela Prof^{ra}. Doutora Isabel Figueiral do Institut de Botanique de la Université de Montpellier II.
Maria de Fátima Matos da Silva

As leguminosas – giestas, codessos e tojo – são os elementos mais identificados nas duas fases de ocupação, levando Isabel Figueiral a afirmar estarmos na presença de uma "civilização das leguminosas". A sua utilização variava consoante as necessidades ditadas pelo quotidiano: material de construção para a cobertura das cabanas, cama para o gado, adubo natural e combustível (lenha) para lareiras e eventuais fornos.

QUADRO LVII 2ª FASE - ESTRUTURA 2 Camada 3		
	Interior	Exterior
Leguminosas (giestas, codeços e tojo)	21	6
Carvalho	20	2
Totais	41	8

A madeira de carvalho – segunda espécie mais identificada –, tal como as espécies ribeirinhas (amieiro, salgueiro, aveleira e sabugueiro), era utilizada como lenha e na construção das cabanas e outras estruturas do povoado.

No que diz respeito à distribuição das espécies identificadas pelas estruturas da Fase 1, verificou-se a prevalência, no espaço exterior das cabanas, das leguminosas e, em menor quantidade, do carvalho, confirmando-se, mais uma vez, a prática da, já por diversas vezes referida, limpeza periódica das cabanas.

Algumas das espécies identificadas em Cristelo (amieiro, aveleira, urze, hera, leguminosas dos tipos referidos, carvalho, sobreiro, salgueiro e sabugueiro) ainda existem actualmente na bacia superior do rio Coura e, algumas delas, mesmo no próprio povoado.

QUADRO LVIII 2ª FASE - ESTRUTURA 3 Camada 3	
	Interior
Amieiro	1
Leguminosas	120
Carvalho	28
<i>Quercus sp.</i>	1
Rosácea	1
Rosácea cf. Pereira/Catapereiro	1
Rosácea cf. Pilriteiro	1
Salgueiro	2
Indetermináveis	1
Total	156

Os únicos restos carpológicos⁽³⁸⁾ analisados (dez exemplares) foram recolhidos através da flutuação dos sedimentos que se encontravam na área de implantação (exterior da cabana 4 - Fase 1) da mó rotativa obtida em escavação e indicam-nos que neste utensílio se moía trigo, milho-miúdo e provavelmente painço. Seria, pois, destes cereais que a dieta alimentar se socorreria para fazer pão ou outro tipo de alimento

Antes da realização do estudo carpológico, Isabel Figueiral havia sublinhado "a ausência de restos carpológicos num povoado rodeado de terrenos de aptidão agrícola". Um facto que, como verifica, continua a ter acuidade, considerada a exiguidade da amostra que foi possível recolher de um povoado que, não obstante ter sido estudado numa pequena área,

QUADRO LIX Taxas identificados	FASE 1		FASE 2	
	Interior	Exterior	Interior	Exterior
Amieiro	0	0	1	0
Hera	0	2	0	0
Aveleira	2	22	0	0
Urze	0	1	0	0
Leguminosas (giestas, codessos e tojo)	18	423	141	6
Carvalho	4	92	48	2
Sobreiro	0	3	0	0
<i>Quercus sp.</i>	0	1	1	0
Rosácea cf. pereira-catapereiro	0	2	1	0
Rosácea	0	6	1	0
Rosácea cf. pilriteiro	0	0	1	0
Salgueiro	0	7	2	0
Sabugueiro	0	20	0	0
Indetermináveis	0	12	1	0
TOTAL	24	591	197	8

(50) Os dados relativos a este item não se reflectem no relatório anexo de Isabel Figueiral por serem resultado de estudo posterior ao da amostra total do povoado.

teria certamente uma população relativamente numerosa.

Contudo, será sempre bom lembrar que este tipo de cereais carbonizados é muito difícil de detectar no registo arqueológico caso se encontrem em situação isolada, como sucedeu neste povoado. Mais fácil seria se estivéssemos na presença de locais de armazenamento. Porém, como não foram encontrados silos ou fossas e não se procedeu à flutuação sistemática de todos os sedimentos, é possível que outros achados isolados não tenham sido recolhidos.

Tendo em conta os dados fornecidos, não é possível formular grandes considerações sobre a dieta alimentar dos habitantes do povoado. Os elementos disponibilizados são muito reduzidos e os restos antracológicos apenas indicam a existência de aveleira e pereira. As bolotas primam pela ausência. A cultura de cereais estaria possivelmente mais desenvolvida do que nas fases anteriores da Idade do Ferro, cultivando-se espécies de verão (milho miúdo, painço) e de inverno (trigo).

QUADRO LVIII	
2ª FASE - ESTRUTURA 3	
Camada 3	Interior
Amieiro	1
Leguminosas	120
Carvalho	28
<i>Quercus sp.</i>	1
Rosácea	1
Rosácea cf. Pereira/Catapereiro	1
Rosácea cf. Pilriteiro	1
Salgueiro	2
Indetermináveis	1
Total	156

QUADRO LX	
1ª FASE - CARPOLOGIA	
Fora da Estrutura 4 camada 3	
	Exterior
<i>Triticum sp.</i> (trigo)	1
<i>Panicum miliaceum</i> (milho miúdo)	7
<i>Panicum / Setaria</i> (milho miúdo/painço)	1
Indetermináveis	1
Total	10

4.4.7.3 Estudos analíticos de cerâmicas

O estudo analítico das cerâmicas constituiu um objectivo de importância relevante no estudo deste povoado, tanto mais que a produção de objectos cerâmicos aumentou de forma significativa em relação a povoados da 1ª fase, como Cossourado e Romarigães.

A escavação permitiu, como noutro ponto já referimos, a detecção de um local de fabrico de cerâmica no interior da cabana 3 e a recolha dispersa de diversos restos de barro.

O povoado de Cristelo, apesar de se enquadrar numa fase mais tardia da Idade do Ferro, não sofreu influências romanas, pelo que a caracterização do espólio cerâmico e a detecção dos locais de proveniência das argilas seria extraordinariamente importante. Os estudos analíticos possibilitariam, ainda, a análise das cerâmicas relativas a duas fases de ocupação não muito distantes no tempo, designadamente a sua eventual evolução técnica, no que respeita à elaboração/tratamento da pasta, à execução/fabrico das peças e às formas de acabamento e cozedura.



Figura 163 – Fragmentos de cerâmicas analisados por dilatometria e provetos (fase anterior e posterior ao estudo).

As análises solicitadas aos Engenheiros Carlos Renato Macieirinha Gomes e José Manuel Gonçalves Ventura (engenheiros da cerâmica e do vidro), da Universidade de Aveiro (veja-se Volume III), apenas contemplaram estudos de dilatometria em nove fragmentos e difracção de Raio-X em apenas um fragmento, pelo facto de os investigadores terem considerado existir grande uniformidade nas cerâmicas provenientes dos três povoados intervencionados (Romarigães, Cossourado e Cristelo). A metodologia empregue foi a descrita relativamente a Cossourado e Romarigães.

O estudo dos fragmentos foi condensado no **Gráfico LXXXVIII** e a correspondência entre o código das análises e dos fragmentos de cerâmica (referências arqueológicas) é apresentada no **Quadro LXI**.

**QUADRO LXI
CÓDIGO DOS
GRÁFICOS DE
DILATOMETRIA**

REFERÊNCIAS ARQUEOLÓGICAS

A1 foi feita também análise de DRX

A2

A3

A4

A5

A6

A7

A8

A9

CRIS 98 A – 352; D3 (4) - Fora da cabana 1 - FASE 1(fragmento de panela de suspensão)

CRIS 98 A – 351; D3 (4) - Fora da cabana 1 - FASE 1 (Nota: a curva dilatométrica desta amostra não existe no gráfico que nos foi fornecido. Dado que não possuímos os dados, esta é impossível de reconstituir)

CRIS 98 A – 43; A2 (3) - Dentro da cabana 2 - FASE 2 (fragmento de panela)

CRIS 98 A – 143; A3 (3) - Dentro da cabana 6 - FASE 1(fragmento de peça de ir ao lume)

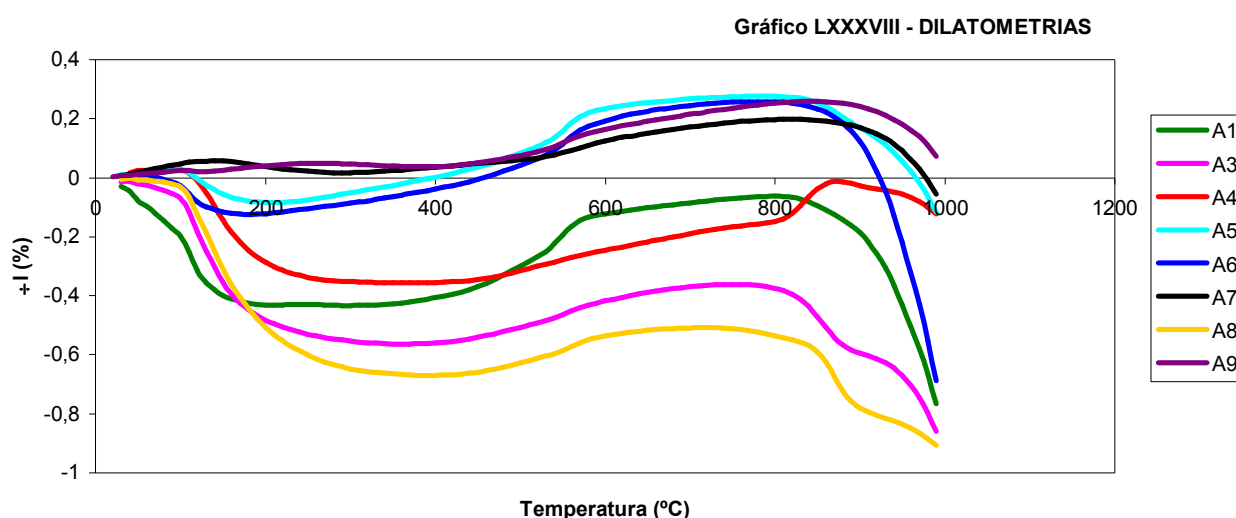
CRIS 97 A – 481; C2 (3) - Dentro da cabana 1 - FASE 1

CRIS 98 A – 1132; NØ (3) - Dentro da cabana 3 - FASE 2

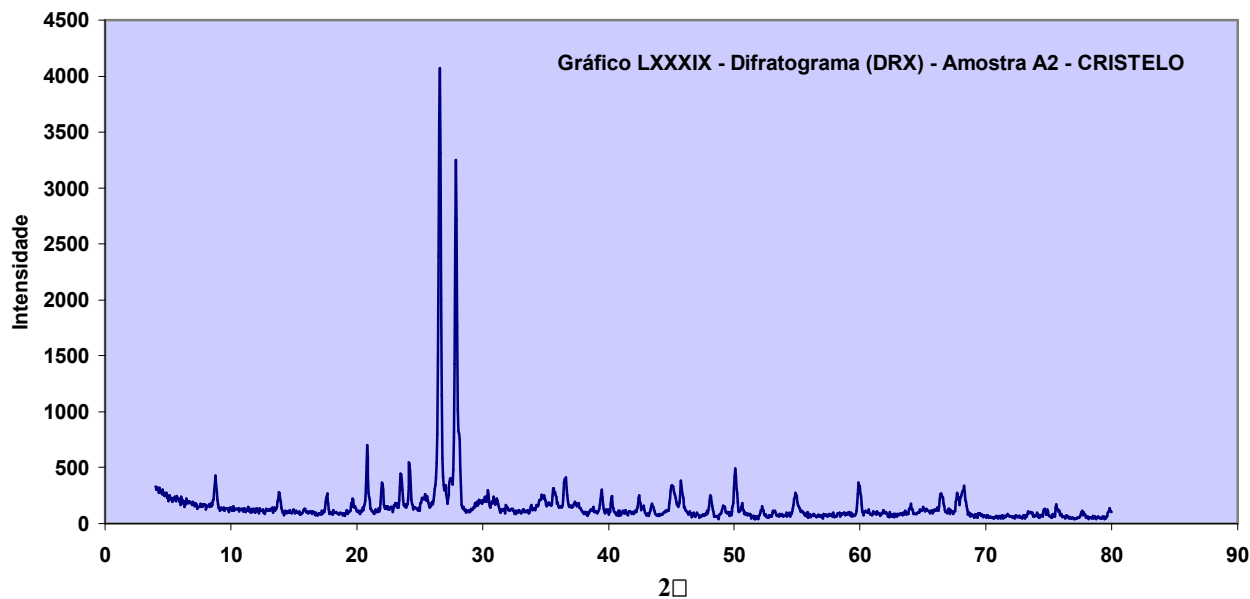
CRIS 97 A – 480; C2 (3) - Dentro da cabana 1 - FASE 1

CRIS 98 A – 355; D3 (4) - Fora da cabana 1 - FASE 1

CRIS 98 A – 1097; NØ (3) - Dentro da cabana 3 - FASE 2 (fragmento do pote de armazenamento)



O estudo macroscópico por nós efectuado a todos os fragmentos cerâmicos de Cristelo não permite obviamente extrair conclusões mais consistentes que as obtidas pelos especialistas. Apreciamos verificar, no entanto, que as análises de dilatométrica confirmam algumas das considerações que havíamos adiantado, sobretudo que a atmosfera de cozedura foi a redutora e que os diversos fragmentos, apesar de terem tido um fabrico diferente - A1, A2 e A9 (Fase 2) em torno lento; A3, A4, A6 (Fase 2) e A7 manualmente; A5 e A8 em roda -, pertencerem a épocas cronológicas distintas e evoluírem de forma muito variável quando submetidos a análises de dilatométrica, foram cozidos em fornos de baixa tecnologia semelhantes aos da Fase 1, que apenas atingiam temperaturas na ordem dos 800 e 900 °C.



Os resultados das análises por Difração de Raio-X, para determinação da composição mineralógica das amostras, foram-nos apresentadas sobre a forma de um quadro genérico caracterizador dos três povoados. No que se refere a Cristelo, foram identificados, no difractograma, diversos minerais como a caulinite, a mica, o feldspato potássico, o feldspato sódico e o quartzo. A estes resultados qualitativos não foram acrescentados os dados quantitativos que nos teriam permitido retirar outras conclusões.

Também nestas análises os resultados confirmam os nossos estudos macroscópicos no que se refere ao tipo de desengordurante utilizado, existente e introduzido, à atmosfera de cozedura e à respectiva qualidade, ao tipo de fabrico manual e à recolha provável da argila em áreas próximas do povoado.

Tendo por base os limitados dados apresentados, podemos concluir que, afinal, não houve uma evolução técnica significativa ao nível do tipo de fabrico, do tipo de cozedura e do tipo de forno utilizado nas duas épocas de ocupação do povoado.

4.4.8 Ideias a reter

Considerando o tipo de intervenção que efectuámos no povoado fortificado de Cristelo - uma pequena escavação em área - e tendo em conta os objectivos a que nos propusemos à partida, apenas podemos tecer algumas considerações, passíveis de erro, no sentido de construir um esquema viável de interpretação da vida quotidiana do povoado e da sua articulação com outros da bacia superior do rio Coura.

O primeiro dos objectivos formulado, relacionado com a contextualização do espólio arqueológico encontrado ao longo dos tempos, foi apenas parcialmente atingido. Se a cultura material da Idade do Ferro está perfeitamente contextualizada na escavação e nos cortes estratigráficos estudados, já o mesmo não sucede em relação aos materiais referentes à Idade do Bronze e à época romana, que não estão de todo documentados nos níveis estratigráficos. A ideia inicial de estarmos

em presença de um povoado romanizado (SILVA 1992) não foi de forma alguma confirmada mas, antes pelo contrário, reformulada. Tal como se verificou noutras áreas, deve ter ocorrido em Cristelo uma deslocação pacífica dos habitantes do topo do monte para o vale, motivo pelo qual não existiram interferências significativas nos níveis de ocupação da Idade do Ferro.

Os machados de bronze encontrados na periferia do povoado, cronologicamente atribuídos ao Bronze Final ⁽³⁹⁾ (900 a 700/650 a. C.), evidenciam um desenvolvimento da metalurgia do bronze característico desta época e um trabalho, na maioria dos casos, regional. O cone de fundição e as rebarbas, presentes em todos os exemplares, indicam-nos a sua não utilização. Seriam objectos elaborados com uma finalidade comercial (de troca, por exemplo), como se de uma moeda se tratasse. A sua ocultação, junto de povoados fortificados ou nas zonas limítrofes, confirma-se, igualmente, neste caso, tal como acontece com outros do Alto-Minho. Estes elementos, porém, não nos ajudam a esclarecer as dúvidas, uma vez que, teoricamente, à data da ocultação dos machados, o povoado da Idade do Ferro ainda não existia e os níveis estratigráficos pertencentes a essa época não estão registados, pelo menos na área escavada.

A escavação dos níveis de ocupação forneceu apenas material típico da Idade do Ferro, sem elementos que apontem para qualquer "interferência" externa nos hábitos da comunidade. Trata-se, contudo, de espólio bastante mais tardio do que aquele que encontrámos nos dois povoados estudados.

O segundo objectivo, que se prendia com o conhecimento, ainda que fraccionado, de um povoado fortificado mais tardio do que Cossourado e Romarigães, foi parcialmente cumprido, na medida em que documentámos algumas actividades económicas indispensáveis à vida do povoado, tais como o trabalho da pedra, o fabrico da cerâmica, a fição, a metalurgia do ferro e a moagem.

A grande novidade é a descoberta de duas fases de ocupação na Idade do Ferro. Uma mais antiga, com estruturas mais bem edificadas, e outra mais tardia, com estruturas elaboradas de uma forma mais tosca, com alicerces muito mal consolidados, mas com abundante espólio, sobretudo ceramológico. Não encontrámos diferenças significativas entre os materiais arqueológicos encontrados nos níveis de ocupação relativos às cabanas da Fase 1 e da Fase 2.

Trata-se de um povoado com actividades de produção que permitiriam a auto-suficiência dos seus habitantes e que traduzem uma organização socio-económica simples. Contudo, existiria tempo para actividades de lazer, como o jogo; para preocupações de ordem estética, nomeadamente a elaboração ou "importação" de objectos de adorno, a decoração dos vasos cerâmicos - muito mais abundantes do que nos povoados de cronologia mais antiga -, a construção cuidada das cabanas da primeira fase; e, por último, para a espiritualidade, relacionada, de alguma forma, com alguns cultos, nomeadamente o da fertilidade, do qual temos um eventual registo material.

O terceiro objectivo, que procurava compreender a situação extremada do povoado na área nascente da bacia superior do rio Coura, parece-nos ser explicado pela necessidade de construir o povoado num contexto geomorfológico que possibilitasse uma relativa camuflagem na paisagem, de acordo com o modelo evolutivo que preconizamos para esta fase da Idade do Ferro.

(39) L. Monteagudo refere-os como pertencendo a um "Bronze Tardio" (1977, 173); A. C. Silva, mais específico, atribui-os ao Bronze Final III, correspondendo já à Fase I A da Idade do Ferro (900 a 700/650 a. C. - SILVA 1986) e Ana Bettencourt (2001), mais recentemente, refere-os como sendo do Ferro Inicial.

Segundo estudos actuais, o Castro está implantado numa área com óptimas potencialidades económicas, factor de primordial importância para os povos do primeiro milénio antes de Cristo. (E a este propósito refira-se que esta área possui vestígios arqueológicos desde o Paleolítico.)

O acesso aos recursos naturais, como solos para a agricultura e pastagem, recursos hídricos e minerais (nomeadamente o granito e as argilas), caça e pesca, seria relativamente fácil, quer pela proximidade do rio, quer pela proximidade da montanha. Tal situação permitiria ainda a transumância do gado e a obtenção de outros recursos, como lenha, diversos tipos de frutos e outra vegetação utilizada na alimentação humana, animal ou noutras aplicações como a cobertura de cabanas.

Como principais ideias a reter, que debateremos mais aprofundadamente no capítulo V em conjunto com a análise dos resultados obtidos nos dois outros povoados, temos a salientar a existência de duas épocas distintas de construção de cabanas que marcam outras tantas fases de vivência dos povos que habitaram o povoado. A primeira época situa-se cronologicamente numa fase avançada da Idade do Ferro, e que balizámos, *grosso modo*, entre meados do século II a. C., na sequência das incursões de Décimo Júnio Bruto (138/136 a.C.), e finais do século I a. C., altura em que foi abandonado por motivos eventualmente relacionados com a chegada do exército do Imperador Augusto à Península Ibérica (cerca do ano 20 a.C.). A segunda fase corresponderá ao período compreendido entre 20 a.C. e o século I d. C..

A primeira fase de ocupação de Cristelo corresponde à segunda fase - ou fase intermédia - do modelo de evolução sócio-cultural da bacia superior do rio Coura na Idade do Ferro, e a segunda fase de Cristelo corresponde à terceira desse mesmo modelo.

Como vimos, os objectos utilizados pela população de Cristelo não ajudam a confirmar qualquer tese, uma vez que não existe uma evolução nítida em termos tecnológicos ou formais da utensilagem usada. Apenas em pequenos itens podemos registar alguma transformação, pelo aparente desuso de algumas vasilhas cerâmicas ou pelo aparecimento de outras, o mesmo acontecendo com a gramática decorativa. Contudo, estes elementos não traduzem uma evolução tecnológica, mas sim transformações de índole morfológica e de gosto estético. Em relação aos objectos de uso quotidiano elaborados em pedra ou metal, verifica-se uma evidente falta de qualidade, igualmente colocada na construção das cabanas.

Este povoado foi ocupado, numa fase posterior ao século II a.C., por povos com uma tradição sócio-cultural que designamos por Cultura Castreja do noroeste peninsular e que, por algum motivo e em determinada altura, continuaram a utilizar parte das cabanas existentes e a construir outras de menor qualidade sobre algumas já destruídas ou que viriam a destruir e a soterrar. O eventual motivo de abandono estará relacionado com a chegada de Augusto à Península. Ao contrário dos outros dois povoados – diferença que consideramos fundamental –, Cristelo volta a ser ocupado, embora não se enquadre nos povoados de longa duração.

Se os habitantes do povoado dessa época mais tardia (segunda fase de Cristelo e terceira da bacia superior do rio Coura) tiveram contacto com os povos romanos e a respectiva cultura, não assimilaram as novidades: apenas começaram a usar as mós rotativas (quem sabe por evolução endógena) e continuaram a utilizar o mesmo tipo de utensilagem nos mais diversos materiais que

chegaram até nós (cerâmica, pedra e metal), construindo de forma semelhante e vivendo no mesmo local.

Após o abandono, que pensamos ter sido pacífico, terão, provavelmente, começado a construir as suas habitações no vale, das quais não possuímos prova concreta com excepção de um relato de pessoas do local que afirmam ter encontrado, nos anos setenta do século passado, no vale do lugar da Mó, situado a este do povoado, estruturas circulares castrejas construídas em pedra. Um assunto que foi, inclusivamente, relatado num jornal local a que, infelizmente, perdemos o rasto.

Em local não muito distante daqui, foi "descoberta uma casa circular castreja, na encosta ocidental da freguesia da Facha, mais concretamente, na quinta do Paço" (B. ALMEIDA 1990, 282). Este local situa-se nas proximidades do castro de Santo Estevão da Facha, freguesia do concelho de Ponte de Lima. Tal como refere Brochado de Almeida, com o qual concorda X. Carballo Arceo (1996) e nós próprios, estaremos em presença do início das alterações na estratégia de povoamento, que pressupõem alterações organizativas na sociedade que, aparentemente, se desloca para o vale, provavelmente praticando actividades agrícolas e mantendo as suas formas de vida, pelo menos no que diz respeito ao tipo de estrutura em que habita. A ser assim, teríamos um tipo de assentamento aberto, sem defesas, dedicado à exploração da terra, antecipando as explorações agrícolas romanas que se terão implantado, nesta área, em cronologias posteriores às apontadas, por exemplo, para a zona de Braga, por volta de finais do século III e inícios do IV d. C..

No povoado e no vale, sobretudo a nascente, como vimos, têm sido encontrados vestígios da cultura material romana, mas não estruturas. No vale conhece-se, além do referido, fragmentos de cerâmica de construção e cobertura romanas.

No monte onde se situa o povoado indígena e nas zonas adjacentes, foram encontradas muitas mós circulares, cerâmica de construção, alguma cerâmica comum de utilização culinária (como um prato reconstituído para exposição), de transporte e armazenamento (ânforas) e uma ara, que estaria no alto do "Monte do Crasto" ou de S. Sebastião. A posição estratigráfica destes achados, encontrados por nós ou por moradores actuais, com os quais pudemos aferir estes dados, atesta que o povoado já estaria abandonado quando começaram a ser ali deixados os objectos (como a pata de animal em bronze, a ara, entre outros) característicos dos novos habitantes da área - os romanos que por ali começavam a radicar-se. Uma realidade que, a nosso ver, apenas acontece no Alto Império, por volta de finais do século III e inícios do século IV d. C..

CAPÍTULO V – OS POVOADOS FORTIFICADOS DA BACIA SUPERIOR DO RIO COURA NO CONTEXTO DA CULTURA CASTREJA

5.1 O MODELO INTERPRETATIVO DA OCUPAÇÃO HUMANA DA BACIA SUPERIOR DO RIO COURA – CONSIDERAÇÕES GERAIS

Formular um modelo de interpretação da evolução do povoamento da bacia superior do rio Coura, desde a Pré-História Antiga até ao Calcolítico, afigura-se um exercício de difícil execução, uma vez que os elementos de cultura material de que dispomos são reduzidos, descontextualizados e em situação alguma resultado de escavação arqueológica. As primeiras estruturas conhecidas construídas pelo homem nesta região foram os monumentos megalíticos. Agrupados, regra geral, em pequenos núcleos, restam actualmente apenas os que se encontram implantados nas zonas mais altas e periféricas. As comunidades que os construíram fariam, por ventura, uma ocupação semi-nómada do espaço, habitando territórios situados nas proximidades dos túmulos e calcorreando outros locais quando as necessidades de subsistência o exigiam. O conhecimento da agricultura seria inexistente ou de tal forma incipiente que não permitia a sedentarização. Os fragmentos de cerâmica calcolítica recentemente encontrados em Montuzelo 1 não são suficientes para provar a existência de um povoado sedentário pleno.

O processo de sedentarização terá, pois, sido longo e a sua implementação começado apenas na Idade do Bronze, tendo-se consolidado na Idade do Ferro.

As sociedades da Idade do Bronze – mais concretamente do Bronze Final –, apesar do conhecimento superficial de que dispomos acerca do seu tipo de organização socio-económica e dos locais exactos que terão ocupado, viveriam segundo uma organização social que terá permitido uma especialização da metalurgia do bronze, tal como o documentam os conjuntos de machados de talão de dois anéis encontrados no vale superior do Coura (Cristelo, Coguluda e Castelo).

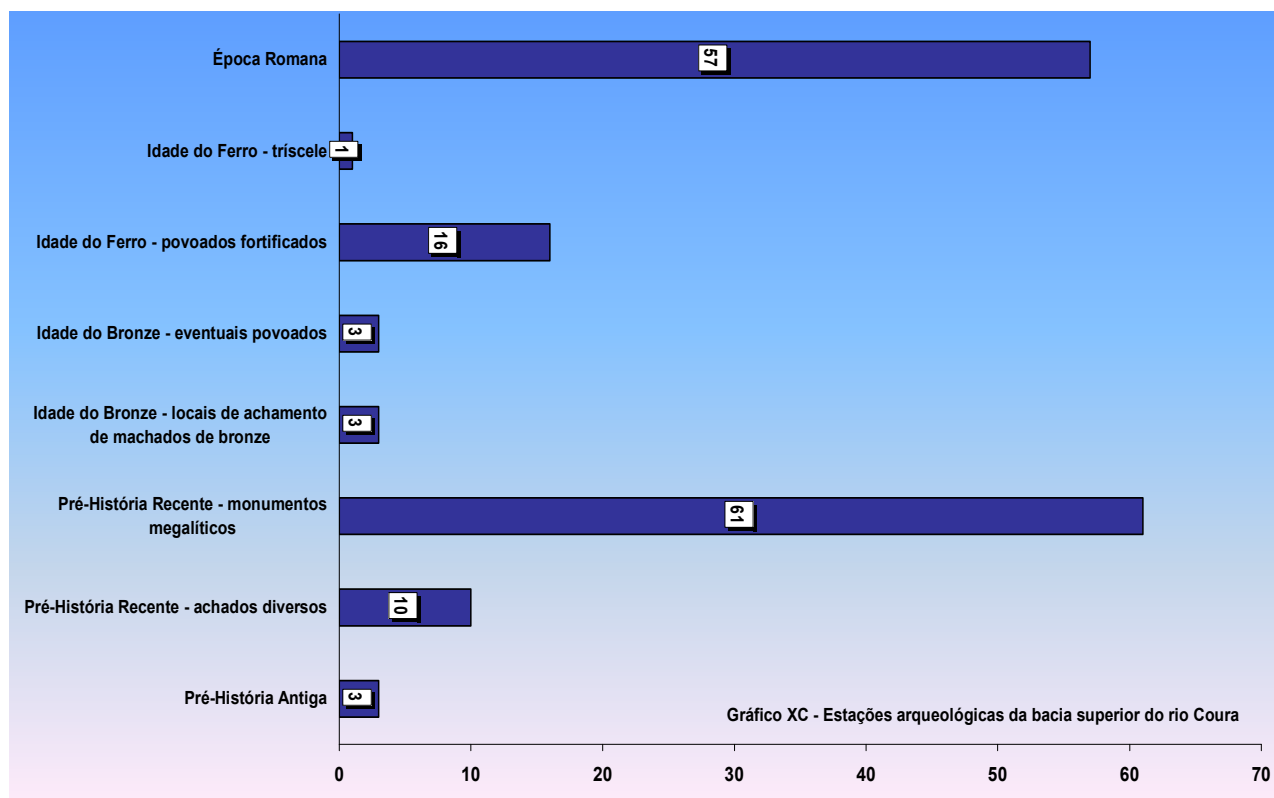
A ideia de que os níveis estratigráficos da Idade do Bronze terão ocorrido sistematicamente nos mesmos locais de implantação dos povoados fortificados da Idade do Ferro não faz qualquer sentido para a bacia superior do rio Coura, pelo menos nas áreas já intervencionadas nos povoados fortificados.

Os povoados abertos da Idade do Bronze ocupariam locais como a Coguluda, a Cumieira e o lugar dos Vales, e não as elevações onde viriam a ser implantados os povoados fortificados, com a eventual excepção de Montuzelo 1.

Por esta época (séculos VII/VI a.C.) ter-se-á iniciado a ocupação de elevações com destaque na paisagem, como Romarigães e Cossourado, provavelmente já com estruturas em pedra. Além destes povoados, Montuzelo 1 e, eventualmente, a Giesteira protagonizaram também esse tipo de ocupação, revelando-se os primeiros vestígios de monumentalização dos povoados e de uma real sedentarização.

As referências do século XVIII à existência de duas "fortalezas" em Montuzelo parecem-nos fazer sentido, até pelos intensos trabalhos de prospecção aí desenvolvidos. Em épocas anteriores à Idade do Ferro, terá sido ocupado o topo do monte de Montuzelo, local onde encontramos vestígios

de cerâmica cujas características técnicas e morfológicas são enquadráveis em cronologias do Calcolítico – concretamente fragmentos pertencentes a vasos hemisféricos com decorações na tradição da gramática decorativa do campaniforme de Ciempouzelos e do campaniforme marítimo. Com excepção deste último, claramente Calcolítico, os restantes são atribuíveis aos finais do Calcolítico e inícios da Idade do Bronze. Conhecem-se, contudo, fragmentos análogos que se podem atribuir a horizontes muito variáveis, cronologicamente perduráveis entre o Neolítico e a Idade do Bronze. Pelo facto de serem achados descontextualizados, não é possível, neste momento, apontar que tipo de assentamento terá existido em Montuzelo 1 em épocas anteriores à Idade do Ferro.



Do Bronze Final, embora sem confirmação de continuidade de ocupação, ocorrem diversos vestígios de cerâmica, e da Idade do Ferro – cujas comunidades o fortificam e erguem cabanas circulares – conhecem-se percutores e mós de vaivém.

Em fase mais avançada da Idade do Ferro, a sociedade instalada em Montuzelo terá alargado a sua área de ocupação para a elevação situada a sul, que designamos por Montuzelo 2 ou Alto da Cidade, tendo procedido à construção de pelo menos uma cintura de muralha. Evidentemente que não dispomos de dados que nos permitam comprovar que as comunidades que habitaram ambos os montes seriam o mesmo povo e se houve ou não um lapso de tempo entre a ocupação dos dois povoados. O que se afigura certo é que foi necessário o alargamento do espaço do assentamento, a construção de uma linha defensiva e, conseqüentemente, a criação de uma defesa que Montuzelo 1 não proporcionava. Montuzelo 2 terá sido contemporâneo de Cossourado e Romarigães, enquanto Montuzelo 2, por outro lado, talvez mais tardio, poderá ter sido habitado em simultâneo com Cristelo.

Nesta evolução, regista-se, sem dúvida, a necessidade de se ocupar montes camuflados na paisagem, com áreas mais pequenas, ao contrário do verificado com povoados como Cossourado, Giesteira e Montuzelo 1 que se localizavam em locais proeminentes, para verem e serem vistos. Romarigães apresenta uma posição de destaque não enquadrável neste tipo padronizado de ocupação; antes se evidencia pelos imponentes taludes de defesa e pela sua localização estratégica, fundamental face à implantação de povoados como Cossourado. Este último possui uma visibilidade muito reduzida para sul da bacia superior do rio Coura, causada pela existência de um acidente geográfico proeminente – o Monte da Sé –, factor que terá justificado a construção de um torreão em cada um dos povoados (Romarigães e Cossourado) e a importância estratégica concedida a Romarigães, que terá desempenhado um papel fundamental no controlo da área a sul de Cossourado.

Ao redor dos povoados de Montuzelo 1 e 2 existem outros – Cumieira, Assureira e Pinheiro - camuflados na paisagem e de visibilidade reduzida que, em função da época em que foram ocupados – já que não possuímos elementos conclusivos –, poderão vir a ser o elemento chave para a explicação do modelo evolutivo desta área.

O povoado de Cossourado é, sem dúvida, o que nos fornece mais elementos. A sua posição estratégica de domínio sobre dois vales – Coura e Minho –, associada aos dados fornecidos pela escavação arqueológica, é um elemento essencial para delinear um modelo evolutivo e estratégico de ocupação da área da bacia superior do rio Coura.

Terá sido um lugar fundacional a partir do qual, eventualmente, se foram colonizando outros locais, criando novos povoados, mais pequenos, como Romarigães e, talvez, o Alto da Madorra, necessariamente com pequenos núcleos familiares sedentários, que viveriam numa relação de alguma dependência do "lugar central" que seria Cossourado.

Os primeiros contactos com os romanos, permitidos pela travessia do *Lethes*, em 136 a.C., por Décimo Júnio Bruto, terão provocado alterações nesta sociedade, tendo Cossourado e Romarigães – pelo menos – sido definitivamente abandonados.

A reduzida implantação da sociedade romana nesta época (século II a. C.) terá permitido a criação ou reocupação de outros locais, onde ainda se mantêm bem vivos os elementos da sociedade castreja da Idade do Ferro, altura em que se terá implantado Cristelo (1ª Fase) e, eventualmente, outros povoados de pequenas dimensões, como Montuzelo 2 ou Alto da Cidade.

As incursões de Augusto terão alterado, uma vez mais, esta ordem de factos, bem patente em Cristelo, que sofre alterações e abandono para ser novamente ocupado no período que designamos por 2ª Fase de ocupação de Cristelo e 3ª da Idade do Ferro da bacia superior do rio Coura.

A ocupação do vale, gerida por uma sociedade oriunda do exterior, com capital provincial em Braga – a sociedade romana –, verifica-se apenas no Baixo Império, não obstante apenas no século IV d. C. os vestígios desta civilização serem representativos, numa altura em que os povoados já teriam sido abandonados.

Até ao momento, não temos conhecimento da existência de povoados com vestígios de aculturação romana, pelo que os testemunhos desta civilização se encontram apenas no vale ou, de uma forma superficial e pouco representativa, nos níveis superficiais de Cristelo e, eventualmente, na Giesteira.

Os restos materiais provenientes dos povoados da Idade do Ferro não revelam qualquer processo concreto de aculturação com transformações dos povoados, como aconteceu nos casos de Sanfins, Briteiros e muitos outros. Quando os romanos ocuparam esta zona, ou os povos indígenas já se haviam deslocado anteriormente para o vale ou se deslocaram nessa altura, em contacto com os povos recém chegados. Estamos em crer que a densidade populacional seria relativamente baixa, tendo sido bastante mais elevada nos séculos anteriores ao nascimento de Cristo.

Além dos povoados intervencionados, as prospecções revelaram-nos apenas cerâmica de fabrico autóctone, dita "castreja", de fabrico manual, em Montuzelo 1, Castro da Madorra, Alto da Madorra, Bustarenga, Giesteira, bem como algumas mós de vaivém. O espólio metálico é de cronologia mais antiga, como vimos.

5.2 OS MODELOS EVOLUTIVOS E AS CRONOLOGIAS DOS POVOADOS DA IDADE DO FERRO DA BACIA SUPERIOR DO RIO COURA

No que diz respeito aos tipos de assentamento da Idade do Ferro no Noroeste Peninsular, já amplamente mencionados no capítulo IV, podemos referir a existência de diversos modelos sócio-culturais explicativos da evolução desta sociedade, pelo que nos resta agora aprofundar as ideias anteriormente abordadas, inserindo e contextualizando os dados referentes aos povoados intervencionados na bacia superior do rio Coura.

No primeiro modelo podemos inserir os povoados que surgem, de um modo geral, entre os séculos IX e VII-VI a. C., herdeiros das sociedades do Bronze Final, que passam a ocupar locais geograficamente proeminentes. Apesar das influências que possam ter sofrido de outras sociedades, é para nós certo que evoluíram a partir de uma população autóctone que, cada vez mais, ia estabelecendo laços com o ambiente geográfico envolvente, pelo que as actividades agrícolas e pastoris se vão desenvolvendo e facilitando uma sedentarização que conduziria à criação dos povoados ditos castrejos.

Apesar dos escassos conhecimentos de que dispomos sobre a ocupação humana na Idade do Bronze, terão sido as comunidades desta época as que deram origem aos povoados fortificados que durante séculos deram continuidade às diversas tradições sócio-culturais do período anterior, sendo os elementos mais notórios – porque ficam no registo arqueológico – os objectos de bronze. A tecnologia do ferro, tanto quanto nos parece, é bastante tardia e apenas alcança um florescimento considerável como causa e consequência dos grandes povoados construídos na viragem do milénio e que aqui não existem.

Nesta época, a dualidade de situações é já um facto, pelo que este modelo inicial se apresenta de forma dupla: existiram povoados de grande envergadura que tomariam o papel de elemento centralizador de influência sobre outros – o chamado lugar central – e outros de menores dimensões que, muito embora dispondo de autonomia e vida própria, estariam ligados aos primeiros. Essa relação encontrar-se-ia muitas vezes alicerçada nos elementos económicos geridos pelo povoado centralizador, concretamente a exploração de minério, que seria comercializado com outros povos, nomeadamente da bacia do Mediterrâneo. Este modelo parece ser válido para os povoados situados no litoral e para os situados nas proximidades de bacias hidrográficas navegáveis, como é o caso do povoado de Cossourado.

Contudo, existem outros que, tal como hoje, mercê da interioridade, estariam afastados desta realidade e a conheceriam apenas por contactos esporádicos. Os povoados periféricos poderiam, a nosso ver, ter o mesmo tipo de organização de um povoado que desempenhava funções de lugar central, mas não nos parece que a sua relação com os demais tivesse um carácter tão economicista – uma relação que se efectuaria em função das necessidades desenvolvidas por cada sociedade, inserida numa realidade geográfica distinta. Muitos destes povoados, relativamente desenvolvidos, com uma estratificação social baseada nas relações de parentesco, com uma economia de subsistência de tipo comunitário, elegiam um ou outro produto para troca com elementos de outras comunidades.

Com os primeiros sinais da chegada de um povo invasor – os romanos –, os castrejos terão abandonado os seus povoados de destaque na paisagem, que dominavam vastas áreas associadas a meios de transporte aquático. Este abandono ter-se-á registado por volta dos séculos III-II a. C. Para este grupo, o modelo evolutivo terminaria aqui, como no caso dos povoados de Cossourado e, eventualmente, de Montuzelo 1. O mesmo deve ter sucedido com os povoados de menores dimensões mas cuja situação geográfica os tornava muito expostos, como é o caso de Romarigães.

Estes povos, eventualmente associados a outros que também se deslocariam em fuga dos romanos – embora nos pareça que na maioria dos casos o abandono tenha sido pacífico –, vão fundar novos povoados, regra geral próximo de áreas vivenciais anteriores, mas em locais o mais camuflados possível na paisagem, de preferência com condições naturais de defesa, como é o caso de Cristelo. Alguns destes povoados, de pequenas dimensões, vão ter uma cronologia ocupacional relativamente reduzida face aos demais, sendo alguns abandonados aquando da chegada de Augusto à península e da consequente pacificação dos povos, para voltarem (ou não) a ser novamente ocupados, como se verificou com Cristelo.

Este grupo de povoados, dispersos por áreas distintas, muito embora podendo ser fornecedores de metais ou minério aos romanos, não vão assimilar facilmente os elementos da nova cultura; mantêm a sua forma de vida, não chegando sequer a sofrer alterações significativas após a pacificação. Paulatinamente deslocam o seu modo de vida para o vale, constroem da mesma forma, agora em povoações abertas, sem amuralhamentos, ficando afastada a condicionante geográfica defensiva, a camuflagem. Dedicam-se à agricultura, assemelhando-se economicamente ao *modus vivendi* romano, embora mantendo muitas das características autóctones.

Outros povoados, situados em áreas exteriores à bacia superior do rio Coura, sobretudo os que ocupavam áreas geográficas de maior envergadura, vão sofrer, com o contacto com os romanos, grandes alterações urbanísticas, económicas, sociais e inclusivamente culturais. Desenvolvem as estruturas habitacionais de forma organizada, num proto-urbanismo que tende para o agrupamento em núcleos (designados bairros familiares), com construção de muralhas aparatosas e, eventualmente, com recurso a tégula e ímbrice na cobertura das cabanas. Adoptam um sistema de construção diferente dos demais, com cabanas construídas com um aparelho mais elaborado, com ornatos nas padieiras e dintéis e com trísceles vazados.

Em termos económicos, amplia-se a exploração do território, criando-se uma actividade agrícola de facto. A sociedade complexifica-se, organizando-se segundo um esquema estratificado, no qual certos elementos eram heroicizados à semelhança romana, como o comprova as estátuas de

guerreiros galaicos. Transforma-se, desta forma, a sua cultura e os seus traços simbólico-religiosos, com a existência de deuses, de escultura decorativa simbólica nas cabanas, entre outros.

Apenas no século II d. C. ou posteriormente, estes povoados se esvaziam, começando então a generalizar-se o tipo de ocupação propriamente romana com a construção de *vicus* e/ou *villas* com pedra aparelhada, colunas, tégula, adoptando-se cerâmicas e outros elementos romanos, mas, por vezes, mantendo elementos da cultura material anterior, como a própria cerâmica. Evidentemente que, à falta de elementos cronológicos concretos, não podemos afiançar que estes dois tipos de modelo de ocupação do espaço são genericamente contemporâneos.

Estamos em crer que o apogeu dos grandes povoados castrejos apenas acontece aquando do contacto com os romanos e com os elementos técnicos que estes terão fornecido, relacionados, sobretudo, com o aperfeiçoamento dos instrumentos de ferro, material muito mais resistente do que os até aí disponibilizados. Parece-nos ser este o elemento essencial para o novo tratamento da pedra, quer em termos de aparelhagem, de decoração e da elaboração de esculturas, como em termos de exploração agrícola. Ou seja, temos uma Cultura Castreja romanizada na área do noroeste e do nordeste da península, realidade que apenas emerge muito tardiamente, confundindo as teorias existentes. Haveria que designar a fase compreendida entre os séculos VII – ou anteriores –, e II a. C., sensivelmente, como uma grande fase de Cultura Castreja autóctone.

Outra inovação que parece ter ocorrido foi a criação de povoados dedicados sobretudo à exploração mineira, como parece ter sido o caso da Portela da Bustarenga. São povoados abundantes, principalmente nas Astúrias, e levaram à diminuição significativa de população em determinadas áreas. Uma redução populacional pode ter-se verificado também devido a uma deslocação para as capitais, como *Bracara Augusta*, embora aí se concentrassem sobretudo os romanos propriamente ditos. Outros povos meridionais talvez se tenham deslocado, igualmente, para este tipo de povoados, forçados ou não, o que seria do maior interesse para os romanos. Noutras zonas, onde a abundância de minas era menor, os romanos deixaram o seu poder e a chamada romanização fluiu conforme os interesses dos povos autóctones.

Parece-nos que, pelo menos em determinadas zonas da área em estudo, sobretudo no noroeste peninsular, a romanização tomou características peculiares, uma vez que trouxe elementos de aculturação aos povos autóctones, formando-se uma nova sociedade que convive com as novidades recém chegadas conforme as suas necessidades e os desafios que lhe vão sendo colocados.

Nas áreas onde não existiram grandes povoados, as populações autóctones deslocaram-se para o vale, misturaram-se com os romanos e construíram cabanas de tipo castrejo, eventualmente porque as técnicas de produção do chamado ferro/aço não estavam suficientemente divulgadas, pelo que só em fases posteriores se constrói à maneira romana. Neste tipo de povoamento ocorrem materiais nitidamente castrejos misturados com restos de objectos romanos e alto medievais, numa amálgama civilizacional que nos confunde e que apenas os elementos epigráficos e numismáticos conseguem datar, situando esta fase nos séculos III e IV d. C – como se verificou na bacia superior do rio Coura.

Já nos locais onde foi possível o desenvolvimento dos grandes povoados, mercê da produção do ferro/aço, os romanos, ao contrário do que seria de esperar, permitiram que os autóctones

fizessem o reforço das muralhas, numa época em que a defesa era garantida pelos romanos e não pelas muralhas. Há aqui uma dualidade interpretativa: por um lado, os romanos permitem a manutenção do sistema tradicional de defesa, uma vez que não viam os Galaicos como inimigos; por outro lado, permitem que as muralhas, mais do que uma construção militar, proporcionem aos habitantes um meio de ostentação do seu apogeu, do seu crescimento económico. Chegamos então a uma interpretação semelhante à formulada em relação aos castros da primeira fase da Idade do Ferro da bacia superior do rio Coura: a construção de muralhas como ostentação de poder e simultaneamente como dissuasão de ataques.

É evidente que nem tudo o que aqui foi referido pode ser comprovado e que cada região terá evoluído de forma relativamente diferente. Contudo, esta diversidade não só constitui um aliciente para a continuidade das investigações, como é caracterizadora de uma sociedade que, apesar da diversidade, possui elementos de semelhança e de unidade que fazem com que seja enquadrada numa mesma cultura – a Cultura Castreja. Conseguiu, inclusivamente, criar nos povos invasores uma nova forma de lidar com os povos autóctones, que, ao adaptarem-se à realidade existente, introduziram paulatinamente transformações sem grandes atritos. É esta diversidade e originalidade que cada vez mais nos aparece no registo arqueológico, uma vez que os grandes povoados (Briteiros, Sanfins, Santa Tecla...) que durante bastante tempo foram os mais estudados e que, conseqüentemente, conduziram a teorias que tomaram o todo pela parte, eram sinónimo de Cultura Castreja. Hoje esses povoados já estarão, a nosso ver, praticamente todos descobertos e estudados, não sendo provável que venham a surgir muitos outros da mesma dimensão. Não obstante, irão, com certeza, continuar a ser estudados povoados de outras tipologias e de outras cronologias. A diversidade de cada zona irá ditar novas interpretações e, quem sabe, teremos um dia uma imagem da Cultura Castreja diferente da que actualmente existe e é difundida na sociedade em geral – a dos grandes povoados da viragem do milénio –, uma imagem distante da realidade mas que é, ainda, com excepção de alguns meios académicos, a vigente.

As cronologias absolutas obtidas para os povoados da bacia superior do rio Coura foram conseguidas, através da metodologia do radiocarbono, no Instituto Tecnológico Nacional (ITN, Sacavém) e no Laboratório de Radiocarbono da Universidade de Granada (UGRA). Infelizmente, os resultados foram diferentes entre os dois laboratórios, mas coerentes quando analisados de forma individual. As cronologias obtidas diferem, nos limites inferiores, cerca de 400 anos para as datações de Cossourado (UGRA = entre 350 e 190 a.C., entre 370 e 210 a.C. e entre 360 e 200 a.C.; SAC = entre 680 e 600 a.C. e entre 770 e 690 a.C.), não sendo a diferença tão flagrante no caso de Romarigães (UGRA = entre 520 e 380 a.C., entre 330 e 170 a.C. e SAC = entre 590 e 510 a.C.), onde se regista um intervalo substancialmente menor, entre 70 e 260 anos.

Também no que diz respeito aos intervalos estipulados pelos dois laboratórios existem diferenças significativas (cerca de quarenta anos), tendo os resultados de Sacavém (± 40) um intervalo correspondente a metade do tempo do de Granada (± 80).

No povoado de Cristelo o problema não se coloca pelo facto de apenas possuímos resultados de análises efectuadas pelo Laboratório de Granada.

De acordo com a informação concedida, a incoerência registada deve-se não às amostras mas antes à diferença de metodologia empregue nos dois laboratórios em questão.

Os resultados do ITN oferecem-nos cronologias substancialmente mais antigas, sobretudo no caso de Cossourado. Um vez que não foi possível submeter mais amostras a análises para datação por C14, temos que nos socorrer de uma cronologia cruzada, nomeadamente recorrendo aos dados da cultura material (sobretudo os materiais de importação) para aferirmos as cronologias absolutas.

Como a cerâmica mediterrânica de tradição ibero-púnica, a cerâmica ática e as contas de colar atribuíveis a finais do séc. V e inícios do IV a.C. são coerentes entre si, podemos, teoricamente, apontar uma cronologia relativa de ocupação dos povoados de Cossourado e Romarigães para o séc. IV a.C., ou seja, numa época em que os dois povoados já teriam uma vivência plena. Quanto à data de implantação dos mesmos, não possuímos dados precisos que sustentem qualquer hipótese. Pensamos, contudo, que a implantação de Cossourado é anterior à de Romarigães, não obstante existir contemporaneidade de ocupação. Alguns dos elementos que nos levam a fazer estas afirmações prendem-se com a implantação geográfica de Cossourado, com a relativa abundância de objectos de bronze (estando a presença do ferro pouco registada) e com a quase ausência de gramática decorativa na cerâmica, o que é reforçado pelo facto de os únicos fragmentos decorados possuírem uma decoração de tradição "tipo Penha", calcolítica, com eventual continuidade na Idade do Bronze.

Tendo por base os elementos descritos e interpretados ao longo do texto, as datações de C14 e os elementos que se conhecem sobre a evolução histórica desta região, estabelecemos uma cronologia para os povoados da Idade do Ferro da bacia superior do rio Coura, dividida em três fases sucessivas, tal como no vale do rio Neiva (MACIEL 1998), situado relativamente próximo desta zona.

A primeira fase cronológico-evolutiva do povoamento ter-se-á verificado por volta dos anos 700 a 600 a.C., a acreditar nas datações do ITN, datas estas que coincidem com a Fase IB de Armando Coelho F. Silva (1996)⁽⁴⁰⁾. Nesta situação, teremos os povoados de Cossourado e Romarigães. Como ambos não apresentam elementos que nos possam traduzir fases evolutivas com transformações significativas, consideramos que apenas existe uma grande fase de ocupação, que podemos situar entre 400 e 500 anos (ou mais) e que terá terminado historicamente aquando da aproximação das tropas romanas chefiadas por Décimo Júnio Bruto, nos anos de 138/136 a.C.. Pensamos que as comunidades de Cossourado e Romarigães terão deixado pacificamente os seus povoados, antecipando-se assim aos invasores, e rumado a paragens que tanto podem ter sido de além Minho como da própria bacia do Coura.

(40) Elegemos esta cronologia por ser aquela que está mais divulgada e, como tal, mais conhecida na comunidade arqueológica.

QUADRO LXII – Resultados das análises por C14 dos povoados da bacia superior do rio Coura

Proveniência (referência da amostra)	Referência do Laboratório	Datação B.P.	Conversão	Data Calibrada ⁽⁴¹⁾	Tipo/espécie	Observações
COS 94A M0 (3) Interior cabana 1 da	JGRA-503 13/2/96)	2220 ± 80	Intervalo entre 350 e 190 a.C. (350 - 270 - 190) Séc. IV e II a.C.	Intersecções: 353, 304, 208 cal BC Método A - 1 sigma: 385 - 173; 2 sigma: 403 - 45 Método B - 1 sigma (68,3%): 374 - 191; 2 sigma (95,4%): 400 - 58	Bolotas de carvalho carbonizadas (42)	Idade teórica: 2204 ± 78 Idade corrigida por δ ¹³ C: 2220 ± 78
COS 94A A0/AA0 (2) Interior cabana 1 da	JGRA-505 13/2/96)	2240 ± 80	Intervalo entre 370 e 210 a.C. (370 - 290 - 210) Séc. IV e III a.C.	Intersecções: 361, 282, 257 cal BC Método A - 1 sigma: 392 - 189; 2 sigma: 407 - 57 Método B - 1 sigma (68,3%): 379 - 332 e 328 - 200; 2 sigma (95,4%): 411 - 47	Tipo de giesta; <i>Quercus suber</i> (sobreiro); <i>Sambucus sp.</i> (sabugueiro); <i>Pistacia lentiscus</i> (lentisco) (42)	Idade teórica: 2246 ± 83 Idade corrigida por δ ¹³ C: 2241 ± 83
COS 97D - 5 GO (3) Parte interna da muralha	JGRA- 556 29/2/00)	2230 ± 80	Intervalo entre 360 e 200 a.C. (360 - 280 - 200) Séc. IV e II a.C.	Intersecções: 357; 288; 250 cal BC Método A - 1 sigma: 389 - 181; 2 sigma: 405 - 49 Método B - 1 sigma (68,3%): 375 - 197; 2 sigma (95,4%): 404 - 55	Madeira carbonizada	Idade teórica: 2234 ± 78 Idade corrigida por δ ¹³ C: 2234 ± 78
COS 95A - 45 Q5 (3) Interior cabana 5 da	Sac-1505 22/1/99)	2590 ± 40	Intervalo entre 680 e 600 a.C. (680 - 640 - 600) Séc. VII e VI a.C.	Intersecção: 795 cal BC 1 sigma: 804-776 cal BC; 2 sigma: 815-762; 622-599 cal BC	Bolotas carbonizadas	—
COS 96C - 23 B3 (3) Interior cabana 1C da	Sac-1493 22/1/99)	2680 ± 40	Intervalo entre 770 e 690 a.C. (770 - 730 - 690) Séc. VIII e VII a.C.	Intersecção: 818 cal BC 1 sigma: 838-805 cal BC; 2 sigma: 903-796 cal BC	Madeira carbonizada	—
ROMA 94A N2 (3) Dentro cabana 1 da	JGRA-502 13/2/96)	2400 ± 70	Intervalo entre 520 e 380 a.C. (520 - 450 - 380) Séc. VI e IV a.C.	Intersecção: 407 cal BC Método A - 1 sigma: 753 - 696 e 533 - 393; 2 sigma: 773 - 368 e 270 - 270 Método B - 1 sigma (68,3%): 755 - 687 e 539 - 392; 2 sigma (95,4%): 771 - 369	<i>Quercus sp.</i> caducifólio (carvalho) (42)	Idade teórica: 2404 ± 71 Idade corrigida por δ ¹³ C: 2401 ± 71
ROMA 93A M0 (3) Dentro cabana 1 da	JGRA-504 13/2/96)	2200 ± 80	Intervalo entre 330 e 170 a.C. (330 - 250 - 170) Séc. IV e II a.C.	Intersecções: 337, 324, 202 cal BC Método A - 1 sigma: 377 - 165 e 138 - 125; 2 sigma: 399 - 36 Método B - 1 sigma (68,3%): 370 - 171; 2 sigma (95,4%): 393 - 50	<i>Populus sp.</i> (choupo ou álamo) (42)	Idade teórica: 2214 ± 83 Idade corrigida por δ ¹³ C: 2197 ± 83
ROMA 96A - 8 M2 (3) Dentro cabana 1 da	Sac-1494 22/1/99)	2500 ± 40	Intervalo entre 590 e 510 a.C. (590 - 550 - 510) Séc. VI a.C.	Intersecções = 760; 672; 665; 632; 592; 584; 560 cal BC Intervalos para 1 sigma = 773 - 525 cal BC; para 2 sigma = 793 - 411 cal BC	Madeira carbonizada	—

(41) Calibração feita pela curva de Stuiver and Pearson 1993, 215-230, na Universidade de Washington, Quaternary Isotop Laboratory – Program REV 3.0.3.

Stuiver, M. e Reiner, P.J. 1993, *Radiocarbon*, 35(1), 1-23; 25-33.

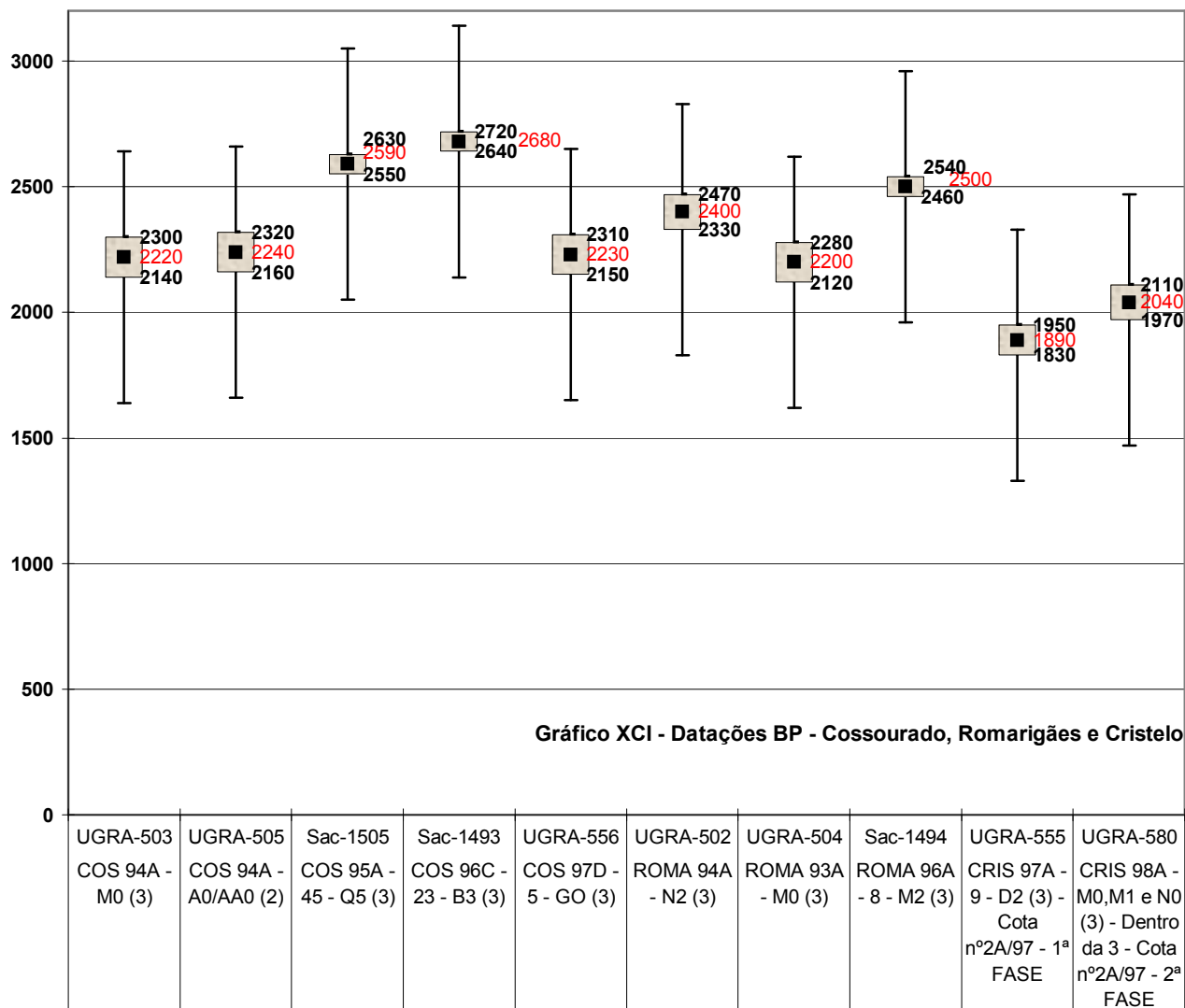
(42) Análises feitas pela Prof^a. Doutora Maria Oliva Rodriguez Ariza do Departamento de Pré-História e Arqueologia da Universidade de Granada.

CRIS 97A - 9 D2 (3) Cota nº2A/97 1ª FASE (exterior da cabana 1)	JGRA-555 29/2/00)	1890 ± 60	Intervalo entre 120 a.C. e 0 (120 - 60 - 0) Séc. II a.C. e I a.C.	Intersecção: 125 cal BC Método A - 1 sigma: 71 - 223 ; 2 sigma: 4 - 253 e 302 - 315 Método B - 1 sigma (68,3%): 76 - 214 ; 2 sigma (95,4%): 1 - 255 e 299 - 317	Madeira carbonizada	Idade teórica: 1892 ± 64 Idade corrigida por $\delta^{13}\text{C}$: 1892 ± 64
CRIS 98A - M0,M1 e N0 (3) Dentro da 3 Cota nº2A/97 2ª FASE (interior da cabana 3)	JGRA-580 03/5/01)	2040 ± 70	Intervalo entre 160 a.C. e 20 a.C. (160 - 90 - 20) Séc. II a.C. e I a.C.	Intersecção: 36 cal BC Intervalos (Método A) para 1 sigma: 114 - 60 ; Para 2 sigma: 196 - 121 ; Método B - 1 sigma (68,3%): 113 - 59 ; 2 sigma (95,4%): 330 - 330 e 200 - 126	Leguminosas do tipo giestas, codeços e tojo (43)	Idade teórica: 2030 ± 67 Idade corrigida por $\delta^{13}\text{C}$: 2039 ± 67

A esta longa primeira fase sucederam-se outras duas bastante mais curtas no tempo, provavelmente também condicionadas pelas incursões romanas. Assim, dada a ausência de semelhanças ao nível da estratégia de ocupação do vale, do tipo de construção dos povoados e da cultura material, pensamos que os habitantes de Cristelo não conviveram com os de Cossourado e de Romarigães, pelo que este pequeno povoado terá sido implantado em data posterior às incursões de Décimo Júnio Bruto e nunca para além de 20 a.C., época historicamente apontada como a chegada de Augusto à Península e que corresponde à Fase IIIA de Armando Coelho. A segunda fase de Cristelo e terceira da bacia superior do rio Coura foi por nós balizada entre 20 a.C. e o século I d.C., altura a partir da qual foi o povoado abandonado.

A real assimilação da romanização faz-se posteriormente, por exemplo no vale em torno de Cristelo e noutras zonas da bacia superior do rio Coura, a partir da época Baixo Imperial, ou seja, na segunda metade do século III e princípios do século IV d.C..

(43) Análises feitas pela Prof^a. Doutora Isabel Figueiral do Institut de Botanique de la Université de Montpellier II.



Os vestígios da influência romana no povoado de Cristelo – designadamente a mó circular movente – são unicamente resultantes de um empréstimo cultural. Os vestígios de superfície, os achados do lugar da Mó, de Sigoelos/Ferreira e o tesouro monetário da Lameira são cronologicamente concordantes, assim como o elevado número de miliários da via, reveladores de uma real implantação romana apenas na época apontada.

Estamos em presença de um vale ocupado em três fases sucessivas, sendo que na Fase 1 a ocupação se fez em povoados de média a grande dimensão, em locais geograficamente destacados na paisagem, ladeando o rio Coura, com boa visibilidade para outros povoados desta e de outras bacias hidrográficas. As linhas de defesa teriam uma função essencialmente de ostentação, de demarcação de um território de ocupação que se pretendia que fosse visto. Nesta Fase 1 podemos englobar povoados como Cossourado, Giesteira, Montuzelo 1 e Romarigães, este último um pouco afastado já do modelo de implantação geográfica dos demais.

Numa segunda fase, coeva da Fase 1 de Cristelo, a opção por lugares de destaque na paisagem é abandonada, passando-se a escolher locais mais afastados do vale, do rio Coura e da zona de acesso, de deslocação e de potencial influência de outros povos, designadamente os

romanos. O corredor que margina o rio Coura é abandonado, procurando-se locais de pequenas dimensões, camuflados na paisagem, onde se viriam a implantar povoados como Cristelo, Montuzelo 2, Portela da Bustarenga, Alto da Madorra, Castro da Madorra e, eventualmente, Pinheiro.

Na terceira e última fase de ocupação da Idade do Ferro – contemporânea da Fase 2 de Cristelo – temos a continuação da ocupação dos povoados da Fase 2 do vale e, eventualmente, a ocupação de outros pequenos montes, nas proximidades do rio Coura, antecipando já os designados castros agrícolas – povoados de baixa altitude, instalados em pequenas colinas na planície por influência romana – , de tipo idêntico aos conhecidos nos vales do Cávado e do Lima, que M. Martins (1988) situa no século II a.C. (Barbudo, por exemplo), no primeiro caso, e Brochado de Almeida (1990) aponta para o século I a.C., no segundo.

QUADRO LXIII - CRONOLOGIA DA BACIA SUPERIOR DO RIO COURA NA IDADE DO FERRO	
FASES	POVOADOS FORTIFICADOS
FASE 1 – entre ± 700 a 138/136 a.C.	Cossourado e Romarigães – dados de escavação e datações C14 Giesteira e Montuzelo 1 – hipótese Montuzelo 1 deverá ter tido uma cronologia anterior – Calcolítico e Idade do Bronze (?)
FASE 2 – posterior a 138/136 a.C. até 20 a.C.	Cristelo (1ª Fase) – dados de escavação e datações C14 Montuzelo 2, Portela da Bustarenga, Bruzendes, Alto da Madorra e Castro da Madorra – hipótese
FASE 3 – posterior a 20 a.C. e o século I d.C.	Cristelo (2ª Fase) – dados de escavação e datações C14 Montuzelo 2, Portela da Bustarenga, Bruzendes, Alto da Madorra, Castro da Madorra, Alto do Castro e Castelo – hipótese

J. Alarcão (1992) justifica o aparecimento deste tipo de povoados pela fixação, no vale do Cávado, de povos célticos, motivados por "um fenómeno de intensificação da produção, exigido pelo crescimento demográfico" (ALARCÃO 1992, 54), que terá acontecido nesta zona mais cedo que noutras.

Evidentemente que este modelo interpretativo da evolução da ocupação do vale superior do rio Coura, entre o Bronze Final e a Romanização, carece de informações mais precisas em relação a alguns pontos, que só intervenções arqueológicas noutros locais poderão confirmar ou proporcionar.

5.3 O REVESTIMENTO VEGETAL DA IDADE DO FERRO NA BACIA SUPERIOR DO RIO COURA E A EXPLORAÇÃO DOS RECURSOS

Estudos recentes de Isabel Figueiral para a área estudada e para outras que lhe são limítrofes, a norte e a sul do Douro, levaram a investigadora a afirmar que no Noroeste de Portugal predominaria a floresta caducifólia atlântica, no seio da qual os carvalhos estariam associados ao sobreiro, elemento marcadamente mediterrânico (1994). A intensidade do impacto humano teria, contudo, variado de região para região. O corte do bosque respondia a necessidades económicas: madeira para construção, lenha e abertura de zonas destinadas aos cultivos. As zonas deixadas em

aberto (por exemplo, após culturas) eram rapidamente "colonizadas pelas espécies de lande" (*idem*, 440), designadamente leguminosas, como a giesta e o tojo.

Em alguns povoados existiam espécies provavelmente cultivadas, revelando a importância de que a agricultura se ia revestindo. Entre essas, destaca espécies como a "vinha, oliveira, nogueira, ameixeira, pereira, castanheiro e figueira" (FIGUEIRAL 1994, 440; 1990; 1993).

Por sua vez, o pinheiro bravo, espécie tão abundante na actualidade, "ter-se-á instalado em épocas muito recuadas (pelo menos no Neolítico Final) nas zonas de interior norte, sob influência de um clima de carácter continental" (FIGUEIRAL 1994, 441), sendo a sua presença no litoral norte muito mais pontual (*id.*, *ib.*). Estes elementos contrastam com a sua importância durante o Paleolítico Superior da Estremadura.

As margens dos rios eram revestidas por uma vegetação diversa composta por "amieiro, salgueiro, amieiro negro, freixo, sabugueiro e choupo" (*idem*, 440).

5.3.1 A bacia superior do rio Coura – Fase 1

Apesar destes estudos, a reconstituição pormenorizada do revestimento vegetal do Norte de Portugal, designadamente a região do Alto-Minho e, especificamente, a bacia superior do rio Coura e áreas adjacentes, ao longo da Idade do Ferro, está ainda por fazer. Seria um grande avanço no conhecimento da economia desta época saber, por exemplo, em que locais os habitantes destas zonas se abasteciam de madeira, de combustível e de alimentos, e se predominaria a recolção ou a colheita de produtos cultivados pelas próprias comunidades e por outros povos da região. Os conhecimentos desses elementos para esta zona específica estão, contudo, ainda por estabelecer. Por esse facto, procuraremos alicerçar o nosso estudo apenas nos dados antracológicos e carpológicos resultantes do estudo dos três povoados intervencionados.

Tais estudos, realizados sobretudo em povoados que cronologicamente situamos na primeira fase da Idade do Ferro – designadamente Cossourado e Romarigães –, são, como vimos nas descrições relativas a estes povoados e mais pormenorizadamente no volume III, resultado do trabalho de Isabel Figueiral, tendo a investigadora identificado, a nível antracológico, um número considerável de taxas (vinte e duas taxa em Cossourado e dezassete em Romarigães).

As espécies predominantes em termos de vegetação rasteira e arbustiva são as leguminosas, nas quais se incluem as giestas, os codeços e o tojo. Os carvalhos seriam os elementos predominantes na vegetação arbórea (muito provavelmente o carvalho roble ou alvarinho).

Os resultados das análises foram também importantes no que diz respeito ao conhecimento do uso das diversas espécies no quotidiano dos povoados.

A cobertura das cabanas seria constituída por uma base de sustentação de sobreiro e carvalho e, eventualmente, por algumas das espécies ribeirinhas identificadas – como o amieiro, o freixo, o salgueiro, o choupo, entre outras –, rematada posteriormente por giestas, urzes e tojos.

Estas espécies terão sido também utilizadas, em lareira, para aquecimento e para cozinhar alimentos, sólidos e líquidos, com especial destaque para as rosáceas, uma vez que a sua madeira possui, em geral, grande poder calorífico e parece ser particularmente adequada à alimentação de lareiras com fins culinários (KREUZ 1992). Terão tido igualmente uma utilização artesanal na elaboração de diversos utensílios que, infelizmente, não chegaram até nós.

Outra função destas espécies e que deveria revestir-se de grande utilidade para as comunidades seria a sua utilização para fins medicinais ou mesmo o seu uso com carácter simbólico-religioso. Isabel Figueiral aponta o eventual conhecimento das "virtudes medicinais" de espécies como o carvalho, o salgueiro, o azevinho ou o *Cistus*, a que acrescentaremos a urze branca, o amieiro, o freixo e o sabugueiro.

A recolha das espécies seria, muito provavelmente, realizada nas imediações dos povoados, certamente mais férteis que na actualidade. De entre as variedades identificadas, as que teriam maior utilidade para as povoações seriam, em termos de espécies arbóreas, os carvalhos (alvarinho, negral) e os sobreiros, e, em termos de espécies rasteiras e arbustivas, as leguminosas (giestas, codeços e tojo) e as urzes – espécies que mais se coadunavam com a construção das estruturas e com outras necessidades quotidianas.

De destacar igualmente, pela sua raridade, a identificação do azevinho, actualmente em extinção em Portugal.

Em Cossourado foi ainda identificado o pinheiro bravo (*Pinus pinaster*), espécie ausente nos outros povoados estudados, nomeadamente em Cristelo, de cronologia mais recente. Confirma-se, mais uma vez "que a instalação do pinheiro bravo nesta região parece ter-se processado mais tardia e lentamente que no resto do país" (FIGUEIRAL 1995).

O conhecimento das espécies vegetais através do **estudo carpológico** revelou-se mais pobre, tendo sido identificadas nove taxa em Cossourado e nenhuma em Romarigães.

Ao contrário de Cossourado, em Romarigães a ausência de sementes ou frutos é tanto mais estranha quanto se considerar frequente o aparecimento de mós de vaivém e rebolos. Fica, desta forma, por comprovar qual seria o cereal ou fruto maioritariamente moído e posteriormente objecto de consumo.

O material carpológico recolhido em Cossourado é muito abundante mas a lista taxonómica obtida é reduzida, sobretudo a quantidade de cereais encontrada – apenas 107 cariopses de milho-miúdo e um fragmento de cariopse de trigo, de que não foi possível identificar a espécie. As bolotas, por seu lado, aparecem em grande quantidade, algumas das quais armazenadas em vasilhas de cerâmica. Seriam utilizadas na confecção de pão para alimentação humana e, eventualmente, de animais domesticados, podendo, ainda, ter sido aplicadas em actividades artesanais, designadamente na tinturaria.

QUADRO LXIV TAXAS IDENTIFICADOS – FASE 1	COSSOURADO	ROMARIGÃES				
ANTRACOLOGIA	INTERIOR	EXTERIOR	TOTAIS	INTERIOR	EXTERIOR	TOTAIS
Amieiro	3	-	3	80	1	81
Amieiro Negro	2	1	3	1	5	6
<i>Alnus/Corylus</i>	1	-	1	-	-	-
Azevinho	2	-	2	-	-	-
Aveleira	10	7	17	4	-	4
<i>Cistaceae</i>	2	-	2	-	-	-
Freixo	7	-	7	-	2	2
Feto	3	-	3	-	-	-
Figueira	-	-	-	5	-	5
Indetermináveis	4	4	8	2	10	12
Leguminosas (tipo Giestas, Codeços, Tojo)	440	202	642	35	95	130
Liana indeterminada	-	-	-	1	-	1
Medronheiro	-	-	-	-	1	1
Pinheiro Bravo	57	10	67	-	-	-
Pinheiro bravo/manso	1	1	2	-	-	-
<i>Pinus sp.</i>	1	-	1	-	-	-
Pteridófito	3	1	4	-	-	-
Carvalho	232	64	296	349	200	549
<i>Quercus sp.</i>	11	1	12	4	2	6
Sobreiro	47	64	111	1	39	40
Azinhairo/Sobreiro/Carrasco	3	2	5	-	-	-
Rosácea tipo Sorveira/Pilriteiro	-	2	2	-	-	-
Rosácea tipo Pereira/Catapereiro	43	19	62	5	-	5
Rosácea	7	3	10	1	-	1
Silvas	3	-	3	-	-	-
Salgueiro	4	-	4	24	9	33
Sabugueiro	3	5	8	1	-	1
Urze Branca / Torga	4	2	6	16	6	22
Urze	8	3	11	21	54	75
Vide branca	-	-	-	2	-	2
Vidoeiro	1	-	1	-	-	-
TOTAIS (antracologia)	902	391	1293	553	423	976
CARPOLOGIA	INTERIOR	EXTERIOR	Totais			
<i>Quercus sp. (Bolotas)</i>	1443	1093	2536			
<i>Liliaceae</i>	-	1	1			
Oliveira (caroço azeitona)	-	2	2			
Milho-miúdo	107	-	107			
Erva-nozelha	7	3	10			
Catapereiro	1	-	1			
Rosácea	2	-	2			
Trigo	1	-	1			
Ervilhaca	-	1	1			
TOTAIS (carpologia)	1561	1100	2661			
TOTAL	2463	1491	3954			

Embora a ausência de bolotas em Romarigães fique por explicar e, como tal, não permita estabelecer um modelo para o tipo de utilização deste fruto, uma vez que não sabemos se era também utilizado para o fabrico de pão, torna-se necessário procurar explicar a sua abundância em Cossourado, sobretudo porque, regra geral, se verifica uma relativa pobreza em restos de cereais, numa zona onde existem terrenos de vocação agrícola. Os resultados dos estudos parecem indicar que a economia era baseada num esforço produtivo reduzido, optando-se mais pela recolocção de bolotas do que pelos árduos trabalhos agrícolas. A dúvida, contudo, persiste, pelo que será mais lógico pensar que os dois tipos de economia seriam praticados em paralelo.

A agricultura de subsistência escassamente praticada seria baseada numa rotação bienal de culturas, produzindo cereais ditos de Verão, como o milho-miúdo (ou painço), e de Inverno, como o trigo e, eventualmente, o centeio e a aveia, a que se associariam outro tipo de produções, designadamente e por hipótese a ervilha e a fava.

A identificação de caroços de azeitona em Cossourado – uma importação pré-romana –, pode justificar a relativa abundância de vasilhas de armazenamento de origem mediterrânica, como as ânforas e vasilhas ibero-púnicas, encontradas no povoado. Transportariam, por ventura, azeitonas e outros produtos que seriam trocados por recursos – provavelmente minério – existentes na região.

Outras espécies comestíveis identificadas foram as ervilhacas, as avelãs, os pômios de catapereiro, os figos, os medronhos e, eventualmente, as uvas.

O conhecimento da dieta alimentar dos habitantes da Fase 1 da Idade do Ferro nesta região ficou um pouco mais esclarecido, tanto mais que os taxa identificados pertencem, regra geral, a espécies com um papel muito importante na sobrevivência das populações, sendo de destacar os cereais e a glande de *Quercus* (bolota). Estrabão (III, 3, 6-7) sublinha, também, estes elementos e acrescenta outros: “Os montanhesees durante dois terços do ano alimentam-se de lande de carvalho. Secam-nas, trituram-nas, moem-nas e fazem com elas pão, que pode guardar-se durante muito tempo. Bebem também cerveja. Vinho, têm falta dele, e o pouco que logram, rapidamente o consomem nos banquetes familiares. Em vez de azeite, usam manteiga. Tomam as suas refeições sentados em bancos construídos ao redor das paredes, onde os convivas tomam os primeiros lugares segundo a idade e a categoria social. A comida circula de mão em mão.”

Subscrevendo as palavras de Isabel Figueiral, resta-nos dizer que os habitantes do vale do Coura fizeram "uma exploração intensa do meio ambiente natural tendo em vista as necessidades da população em lenha, materiais de construção e produtos de consumo alimentar, entre outros. Esta exploração não parece ter sido particularmente selectiva (mesmo as silvas eram recolhidas) abrangendo diferentes habitats (mata caducifólia, zonas ribeirinhas, lande de leguminosas)." (...) " Os dados obtidos testemunham a importância da bolota na economia (...), a pobreza em restos cerealíferos, e sublinham igualmente a existência de uma importação de produtos agrícolas (pelo menos de azeitonas) de regiões mais afastadas."

Comparativamente com o mundo castrejo de então, a região parece revestir-se de características vegetais diferentes, na medida que em as espécies caracterizadoras da paisagem proto-histórica, como o amieiro, o pinheiro bravo, a bétula ou o castanheiro, têm muito pouca representação e outros não estão presentes na amostra estudada.

5.3.2 A bacia superior do rio Coura – Fases 2 e 3

O conhecimento do revestimento vegetal da bacia superior do rio Coura nas fases 2 e 3 da Idade do Ferro é menos profundo do que na fase mais antiga, uma vez que se baseia nos resultados do estudo antracológico e carpológico das duas fases de ocupação do povoado de Cristelo. Contudo, poderemos pensar que as transformações climatéricas e técnicas não foram tão grandes que tenham provocado alterações significativas nas espécies vegetais espontâneas e nas cultivadas, de introdução humana, o que de facto parece ter acontecido.

Tal como nos povoados da Fase 1, as leguminosas (giestas, codeços e tojo) e os carvalhos são os elementos mais identificados. A sua utilização variou conforme as necessidades que o quotidiano ditava: material de construção para a cobertura das cabanas, cama para o gado, adubo natural, combustível (lenha) para lareiras e eventuais fornos.

A madeira de carvalho também seria utilizada para a construção de cabanas e outras estruturas dos povoados. Poderia igualmente ser usada como combustível, tal como as espécies ribeirinhas (o amieiro, o salgueiro, a aveleira e o sabugueiro). Como referimos, o pinheiro bravo não foi encontrado, o que poderá significar que existia localmente mas em quantidade reduzida, o que não justificaria a sua habitual utilização.

Os únicos restos carpológicos encontrados indicam-nos que, no fabrico de pão, também eram utilizados o trigo e o milho-miúdo, tendo sido, eventualmente, introduzido o painço e outras espécies que não foi possível determinar.

De qualquer forma, parece que as práticas agrícolas não se desenvolveram de forma significativa em relação à fase anterior, pelo que os cereais se apresentam numa amostra muito reduzida face às demais espécies, continuando a não ser encontrados locais de armazenamento, como, com frequência, sucede em povoados desta cronologia. Um facto estranho se se considerar que, pelo menos no povoado de Cristelo, a população seria relativamente numerosa, a crer na quantidade de estruturas encontradas numa área reduzida.

Sobre a dieta alimentar apenas é possível adiantar que, além dos cereais referidos, continuavam a ser consumidos os frutos das aveleiras e os pômos de catapereiro.

As bolotas, neste caso, não foram encontradas, pelo que se pode colocar a hipótese de, nesta época mais tardia da Idade do Ferro, ter diminuído a sua utilização no fabrico do pão.

Estamos perante uma sociedade com um tipo de economia semelhante à da Fase

1 da Idade do Ferro, cujo esquema de produção estaria igualmente assente numa produção cerealífera alternada (trigo ou centeio no Inverno e milho no Verão), a que se associaria uma

QUADRO LXV - Taxas identificados	CRISTELO			
	FASE 1		FASE 2	
	INTERIOR	EXTERIOR	INTERIORE	EXTERIOR
ANTRACOLOGIA				
Amieiro	-	-	1	-
Hera	-	2	-	-
Aveleira	2	22	-	-
Urze	-	1	-	-
Leguminosas (giestas, codeços e tojo)	18	423	141	6
Carvalho	4	92	48	2
Sobreiro	-	3	-	-
<i>Quercus sp.</i>	-	1	1	-
Rosácea cf. pereira- catapereiro	-	2	1	-
Rosácea	-	6	1	-
Rosácea cf. pilriteiro	-	-	1	-
Salgueiro	-	7	2	-
Sabugueiro	-	20	-	-
Indetermináveis	-	12	1	-
TOTAL	24	591	197	8

produção complementar de leguminosas (ervilhas, favas) e a recollecção de bolotas e castanhas. A cultura dos cereais estaria, no entanto, mais desenvolvida que na fase anterior.

5.4 ALGUNS ELEMENTOS SOBRE A FAUNA

Os vestígios relativos à fauna que povoava, nesta época, a bacia superior do rio Coura são escassos, pois a acidez do solo decompõe os vestígios de matéria orgânica, não chegando até aos nossos dias qualquer testemunho osteológico.

Os vestígios conhecidos resumem-se aos achados de Cossourado, onde foi confirmada a presença de ovi-caprídeos através de um coprólito e identificado o fragmento de um osso fossilizado de crânio de animal, do qual não sabemos a espécie. Localizava-se, este último, 1,50 metros abaixo do nível de ocupação (o designado nível 4), tratando-se, provavelmente, de um resto anterior à ocupação do povoado, como parece indicar a posição estratigráfica.

A estes dados concretos, embora muito pouco reveladores dos animais existentes, podemos acrescentar, mediante análise da cultura material, a existência de animais de sela, como o cavalo ou outro equídeo domesticado e que seria montado, como se deduz pelo adorno de freio de cavalo.

Através das análises carpológicas e estabelecendo-se uma analogia com épocas mais recentes, podemos depreender a existência de gado suíno, caso estes animais se alimentassem das bolotas encontradas em grande abundância.

5.5 AS ACTIVIDADES ARTESANAIS NOS POVOADOS FORTIFICADOS DA BACIA SUPERIOR DO RIO COURA

De entre os numerosos materiais que as diferentes campanhas de escavação efectuadas nos povoados fortificados da bacia superior do rio Coura proporcionaram, são de destacar, pelo seu número e, não raras vezes, pela sua singularidade, os que possuem uma relação com qualquer tipo de trabalho ou ofício artesanal, já que nos concedem informações concretas sobre as actividades desenvolvidas nesta época e sobre a organização económica e social das comunidades humanas.

Esta relação entre a cultura material e um conjunto de ofícios de carácter artesanal pode ser directa, mediante a análise de determinado tipo de espólio, ou indirecta, pela detecção de matérias-primas ou utensílios utilizados para a elaboração de ferramentas e produtos diversos que, pela sua composição, não chegaram até nós, como os objectos de carpintaria, os tecidos, os produtos de cestaria, entre outros.

Revelam-se úteis, igualmente, os conhecimentos acerca da nossa etnografia tradicional, sobretudo a que respeita à área em estudo, no sentido de se inferir, por analogias e com todas as precauções, da utilidade que determinado resto arqueológico poderá ter tido em tempos proto-históricos.

A distribuição espacial dos restos encontrados, como vimos, proporciona-nos alguns indicadores sobre a vivência quotidiana no interior do povoado e os possíveis locais de trabalho, temática que analisaremos mais adiante quando abordarmos a sociedade da época.

5.5.1 Os trabalhos de construção

A pedra era extraída dos afloramentos através de guilhos e cunhas, provavelmente com a ajuda de martelos ou maços de pedra (em fases mais tardias, maços de ferro). As cunhas eram introduzidas nas fissuras naturais dos afloramentos a fim de, por martelagem, se conseguir que a rocha partisse. No caso da elaboração de guilhos, estes eram previamente escavados nos afloramentos e neles se introduzia água, que dilatava com o frio, ou, eventualmente, cunhas de madeira que também se encharcavam com água, as quais, num caso ou noutro, provocariam fracturas na rocha por dilatação.

As pedras que daí resultavam ou as recolhidas na área envolvente eram utilizadas, em povoados como Cossourado e Romarigães, praticamente sem qualquer afeiçãoamento; numa fase mais tardia, como em Cristelo, é provável que já tenha sido utilizado o pico para lhes conferir o formato desejado. Posteriormente, eram colocadas em diversas fiadas, sobrepostas, conforme um esboço de planta que certamente existiria, de forma a configurar a cabana desejada. No sentido de proporcionar maior solidez à cabana, eram, por vezes, previamente abertos alicerces no terreno, assim como utilizada uma argamassa terrosa que ajudava a compactar as pedras, como se regista em Romarigães e Cristelo. Um tipo de soluções (alicerces e argamassa) que era utilizado em épocas distintas, cronologicamente mais antigas (Romarigães) ou mais recentes (Cristelo), e que não existia em Cossourado.

O piso de alguns espaços, designadamente o interior das cabanas, podia ser também tratado com uma argamassa saibrenta (Romarigães e Cristelo) ou não (Cossourado). A existência de empedrados seria aparentemente desconhecida nesta zona. Neste particular, parece existir maior identificação, em termos de técnicas de construção de estruturas habitacionais, entre Romarigães e Cristelo do que entre Romarigães e Cossourado.

As soleiras, as padieiras e as ombreiras eram desconhecidas em qualquer das fases estudadas, embora fosse utilizada como soleira uma pedra, sem qualquer tratamento, como se observa em Cossourado, povoado no qual foram construídas escadas, mas apenas para aceder ao topo da muralha interna.

O sistema de cobertura seria bastante simples, variando a sua configuração consoante a planta das cabanas. As de planta circular teriam uma estrutura cónica e as alongadas uma cobertura de duas águas, arredondada nas paredes de topo, ou apenas de uma água, inclinada. A estrutura de suporte utilizaria a madeira de carvalho ou de espécies ribeirinhas, e o revestimento exterior seria em giesta e tojo, tal como apontaram as análises antracológicas efectuadas.

Os postes centrais de sustentação não foram documentados no registo arqueológico em qualquer dos povoados intervencionados.

No geral, as paredes das cabanas não seriam muito altas, uma vez que a cobertura cónica, principalmente nas construções de planta circular, proporcionaria o prolongamento do espaço para além dos limites superiores das paredes.

Por último, refira-se a falta de tecnologia e/ou de conhecimentos específicos no domínio da construção de amuralhamentos, não se observando por exemplo, o aproveitamento dos afloramentos para abertura de alicerces que ajudassem a sustentar a parede externa. Um facto verificável, de igual forma, nas estruturas da área habitacional, construídas sobre afloramentos sem qualquer serventia. O

remate dos cantos das estruturas seria também desconhecido. O problema era resolvido com o recurso ao arredondamento ou justaposição das paredes, tornando-se assim pontos frágeis da construção, como acontece em Cossourado (em Romarigães e Cristelo não existem, nas áreas intervencionadas, estruturas alongadas).

5.5.2 O trabalho dos metais e a sua distribuição nos povoados estudados

5.5.2.1 Tecnologia e os objectos da metalurgia do ferro

O ferro deverá ser o metal mais abundante na natureza, existindo em praticamente todo o mundo. O maior problema que apresenta é o seu grau de fusão a 1537 °C, o que implica uma tecnologia avançada e uma atmosfera reductora para a sua elaboração. Uma tecnologia que, obviamente, não existia na Idade do Ferro.

O primeiro passo do ciclo metalúrgico do ferro nesta época seria a extracção de nódulos de mineral, bem presentes, como referido, no registo arqueológico de Cossourado e no próprio monte, pelo que a recolha da matéria-prima poderia ser efectuada no povoado ou, eventualmente, nas redondezas através da extracção a céu aberto. Posteriormente, estes nódulos seriam martelados com a ajuda de diversos tipos de percutores de pedra (de quartzito ou de granito) – como os que recolhemos na escavação –, até ficarem reduzidos a pequenos fragmentos.

Na Idade do Ferro não existiam fornos com tecnologia suficientemente desenvolvida para atingir as temperaturas necessárias à fusão do ferro. Os fornos existentes, de que não temos registo nos povoados estudados, apenas atingiriam cerca de 900 graus. Nestes fornos eram introduzidos os óxidos de ferro, anteriormente martelados, cuja finalidade era a redução do metal, de forma a separar a ganga, ou seja, os restos de rocha sem utilidade. Para acelerar o processo era normalmente introduzido um fundente, como o quartzo.

Se o forno possuísse tubos de sangramento ou fosse picado (de forma a produzir o mesmo efeito), quando se atingiam as mais altas temperaturas escorria a escória de sangrado ou espuma de fundição, tal como a documentada no registo arqueológico de Cristelo.

Caso o forno não possuísse tubos de saída e não fosse picado, ficava depositada no fundo do mesmo a torta férrica (esponja férrica, bolo ou escória de redução), como a que encontramos também no povoado de Cristelo. A ganga, neste tipo de forno, ficaria de igual forma no interior do forno, porém depositada na parte superior.

A escória de sangrado seria novamente aquecida e martelada, a fim de lhe serem retiradas as impurezas e de se obterem lingotes de ferro quase puro – as lúpias. As sucessivas fases de aquecimento e martelagem na forja permitiam dar aos lingotes a forma do utensílio desejado.

Na bacia superior do rio Coura, a utensilagem em ferro é escassa em qualquer dos povoados, e, inclusivamente, ausente em Romarigães – o que não significa que a sua comunidade não conhecesse objectos deste metal. Em Cossourado, a ocorrência de materiais em metal é bastante significativa, embora os utensílios em ferro tenham muito pouca importância no todo (numa razão de 4 de ferro para 66 objectos contabilizáveis de bronze), tanto mais que foram registados abundantes vestígios de nódulos de mineral com óxidos de ferro. Foram encontrados, neste povoado, uma lâmina de faca ou punhal, bastante deteriorada, bem como dois cravos, provavelmente de uma porta da estrutura 9 ou da muralha.

Como referimos, não foram encontrados vestígios do posterior tratamento dos nódulos de ferro, de todo o ciclo de trabalho do minério, desde a redução até ao aquecimento no forno, e dos produtos resultantes ou mesmo da forja. Aparentemente o ferro seria já conhecido mas não trabalhado.

A utensilagem em ferro obtida no povoado de Cristelo é também pouco representativa, considerando a área escavada, e a de bronze menos ainda, resumindo-se ao aparecimento, nas camadas estratigráficas representativas da 1ª Fase, de quatro peças ou fragmentos identificados e de sete restos de configurações diversas (lâminas, pregos, cravos ou espetos).

Verifica-se também aqui, na linha do que sucede nos povoados de cronologia mais tardia, a utilização/predomínio do ferro em detrimento do bronze, progressivamente a entrar em desuso no fabrico de peças utilitárias.

Os restos de fundição de ferro – escória (6) ou espuma de fundição (2, um fragmento de cada fase) – são os elementos que mais se destacam no que se refere ao espólio metálico de Cristelo, o que deixa antever a existência de fornos com técnicas de uso diversas. Neste povoado está presente todo o processo metalúrgico necessário à produção do ferro: a fase de redução do mineral, a fase de obtenção de escória de fundição para apurar a produção do ferro e a fase da produção de espuma de fundição. Os fornos existentes seriam – em analogia com os encontrados noutros povoados – peças com 30 a 40 cm de largura, das quais não se conhece qualquer vestígio, pelo que se continua a ignorar o local onde a actividade se efectuariá, tanto mais que os restos dessa actividade surgiram distribuídos por toda a área escavada.

5.5.2.2 A tecnologia e os objectos da metalurgia do bronze e outros metais

O processo de elaboração de objectos de bronze ou de outros metais seria semelhante ao processo descrito anteriormente apenas no que se refere à extracção e martelagem/redução.

O cobre é proveniente de diversos óxidos, como os óxidos de malaquite, azurite e de outros minerais existentes em rochas sedimentares, para a superfície das quais ascendem.

O estanho – abundante nas variedades de casiterite – é relativamente raro em estado puro na natureza, ocorrendo em combinação com rochas graníticas (pegmatitos, quartzo e feldspato). Adopta a forma de pequenas pepitas que correm nos leitos dos rios (*idem*, 215). Funde, regra geral, aos 232 °C, embora varie conforme a origem mineral.

O chumbo podia igualmente ser introduzido em ligas ternárias com o cobre e o estanho, sobretudo na época do Bronze Final, fundindo a temperaturas relativamente baixas (de 327 °C (EIROA *et alii* 1994, 214)).

Estes minerais e óxidos, depois de extraídos das minas, seriam martelados e triturados até ficarem reduzidos a pó. Posteriormente, o pó era colocado numa vasilha cerâmica e aquecido até atingir a temperatura de 900 graus, resultando este processo de redução de cobre ou estanho na obtenção de pequenas bolas e filamentos de metal – bolinhas estas que ocorreram em Cossourado, tal como a escória de fundição de cobre.

Após esta fase, as bolas de metal eram introduzidas em cadinhos aquecidos até ao ponto de fusão do metal (o cobre atinge a fusão aos 1150 °C).

Os fornos (designados por alguns autores como fornos primitivos de decomposição/fusão) eram estruturas muito simples e consistiam apenas em buracos abertos no chão, nos quais se colocavam os cadinhos, cobertos depois com carvão.

O metal fundido era introduzido em moldes univalves ou bivalves, segundo o método da cera perdida (matriz feita em cera, colocada dentro de molde de argila, que conferia o formato desejado à peça, sendo a cera retirada aquando da cozedura do molde) ou outro método no qual o metal seria introduzido no molde através de orifício (havendo outros para a saída dos gases). Desta forma, conseguiam-se peças de belo formato, como as encontradas nos três povoados estudados, sobretudo os objectos de adorno.

Em Cossourado possuímos alguns indicadores da existência da metalurgia do bronze, uma vez que a escavação forneceu quatro restos de fundição de cobre e outros dois de escória de forno de bronze, assim como um verdadeiro "esconderijo de fundidor", com inúmeros restos de peças que seriam posteriormente "reciclados", ou seja, novamente fundidos para elaboração de nova utilidade.

Os objectos elaborados na liga binária de cobre e estanho – alguns com grande teor de cobre (o caso de uma agulha) – ou ternária, de estanho, cobre e chumbo, como o indica a coloração de algumas peças, são muito mais abundantes do que os de ferro.

A presença de chumbo em ligas de bronze traduz-se no aparecimento, à superfície das peças, de um chapeado de cor característica do chumbo, como foi possível comprovar em algumas peças de Cossourado, designadamente em um gito de machado (COS 95A-8 a 48).

Entre as peças identificadas, o número de objectos de adorno é semelhante ao dos objectos utilitários. Existem outros, ainda, que acumulam ambas as funções: embora utensílios de uso diário, a sua forma sugere igualmente uma funcionalidade ornamental.

Os objectos de adorno são sobretudo pendentes com diversas formas e funções. Além destes tipos de adorno, foram encontradas também duas braceletes.

De entre os objectos utilitários de bronze, são de realçar uma agulha (COS 95A-6), um punhal e duas prováveis asas (COS 96A-52 e COS 20011-73) de um tipo de vasilha que desconhecemos. Apesar de não ter sido encontrado qualquer machado de talão intacto, ocorreram pelo menos seis fragmentos de outros tantos machados. Vários restos de peças foram também obtidos, como rebites de um eventual caldeiro a que as asas referidas não serão estranhas.

Os objectos em bronze provenientes de Romarigães e Cristelo resumem-se a peças de adorno, provavelmente com função utilitária. Em Romarigães surgiram uma fíbula, restos de uma outra e uma cabeça de alfinete de toucado. Em Cristelo, as peças identificadas foram somente duas fíbulas anulares.

5.5.3 Os trabalhos de carpintaria

Os habitantes dos povoados estudados devem ter utilizado diversos utensílios e recipientes de materiais perecíveis como a madeira. Contudo, deles não restam quaisquer vestígios no registo arqueológico.

De muitos dos utensílios sabemos a respectiva existência apenas por inferência, isto é, através de outros objectos, das referências nas fontes escritas clássicas, ou ainda pelo facto de terem sido encontrados em estações arqueológicas de cronologia similar. Estão neste caso as goivas, as cunhas, os cravos, assim como objectos de mobiliário, como arcas, bancos, mesas, e utensílios de culinária, como taças, pratos ou copos.

O trabalho da madeira seria necessário como complemento de diversas actividades como a construção, designadamente a execução das armações de sustentação dos telhados, das portas, das ombreias e padieiras, e a construção de cercas associadas à criação de gado. Na construção destas estruturas seriam necessários utensílios de pedra ou metal, geralmente encabados, como machados, maços, entre outros.

5.5.4 A olaria e os tipos de vasilhas da bacia superior do rio Coura

5.5.4.1 O fabrico da cerâmica

A argila, sendo uma rocha branda constituída por pequenas partículas de quartzo, minerais argilosos (micas, feldspatos, piroxenos, anfíbolitos e outros), provém da erosão de rochas de origem clástica. Conforme o estrato geológico de origem, existem diversos tipos de argila com colorações e comportamentos diferentes.

Após a extracção da argila do leito de um rio ou de um barreiro, são executados diversos tratamentos – variáveis consoante os conhecimentos e a evolução tecnológica de cada sociedade –, que dão origem a uma pasta cerâmica mais ou menos decantada, mais ou menos pura, para ser moldada e, posteriormente, cozida.

Possui três componentes principais: os elementos plásticos, os magros ou desengordurantes e os fundentes. Os plásticos são as argilas que fazem parte da pasta e que lhe dão a plasticidade. Os desengordurantes reduzem a excessiva plasticidade, aumentam a porosidade e facilitam a secagem das vasilhas. Os fundentes – feldspatos, micas, cal, fosfatos e argilas fundentes, ferrosas ou calcárias – facilitam a cozedura.

Na região em estudo o desengordurante utilizado é necessariamente granítico, e é constituído por mica, quartzo e feldspato, em coerência com o substrato geológico local. O tamanho do desengordurante varia entre o fino, o grosso, e por vezes – raramente – o muito grosso.

É possível estabelecer dois grupos técnicos relativos ao trabalho manual da argila: a moldagem e a modelagem (LEROI-GOURHAM 1988). A modelagem compreende as técnicas da modelagem manual propriamente dita e da modelagem mediante a elaboração de rolos de pasta cerâmica. A moldagem é conseguida, evidentemente, com o recurso ao molde da peça que se pretende realizar.

Mais tarde, a evolução tecnológica do fabrico levará à descoberta dos tornos, primeiro rudimentares - os designados tornos lentos - e depois mais rápidos, com a descoberta da roda do oleiro.

Na bacia superior do rio Coura a introdução do torno lento não terá acontecido antes de finais do século II a.C., tal como no vale do Cávado (MARTINS 1990). Contudo, certos autores defendem a sua introdução em simultâneo com o ferro, por via das migrações dos Célticos e dos Túrdulos para o noroeste, na segunda metade do século III a.C. (ALARCÃO 1992). A. Coelho, por sua vez, situa a sua introdução no intervalo de tempo compreendido entre 200 e 140 a.C.. Nos povoados da primeira fase desta área, o torno seria ainda desconhecido.

O acabamento das peças permite regularizar, impermeabilizar ou decorar a superfície da cerâmica. Se o acabamento for efectuado com a argila ainda húmida, de forma intensa e continuada, com um objecto liso e duro, obtém-se uma superfície brunida ou espadelada. Se, por outro lado, a fricção não for intensa e recorrer a um objecto pouco duro, o acabamento será obtido por alisamento, como acontece com a maioria das vasilhas conhecidas na bacia superior do rio Coura.

Antes da cozedura, o recipiente deve secar ao ar livre ou num local com temperatura mais ou menos elevada. Apenas posteriormente pode ser submetido à cozedura, "processo pelo qual um objecto de argila sofre uma desidratação e se converte em cerâmica" (BALFET *et alii* 1983, 46).

Os tipos de fornos existentes ao longo da História da humanidade são muito variados. Nos povoados da bacia superior do rio Coura não foi, contudo, encontrado nenhum, pelo que se deduz – embora, evidentemente, sem provas concretas – que a cozedura das vasilhas cerâmicas seria efectuada a céu aberto, mediante a cobertura das peças com lenha – um tipo de cozedura que atinge cerca de 700°C. Uma variante a este tipo de cozedura, que também pode ter sido utilizada na área de estudo, consiste na abertura de um buraco no terreno, no qual eram colocadas as peças a cozer, cobertas com ramagens, lenha ou até terra e pedra. Conforme o tipo de material empregue na cobertura, variaria a temperatura e a conservação do calor (EIROA *et alii* 1994). Não obstante ser possível introduzir algum oxigénio, este tipo de cozedura resulta sempre redutor, ou seja, com pouco oxigénio, sendo o ferro transformado em óxido magnético (Fe_3O_4) e obtendo-se peças com tons acastanhados, acinzentados e negros, e não avermelhados, como se verifica com os fornos oxidantes, nos quais a presença de oxigénio mantém o ferro como óxido férrico (Fe_2O_4).

Os fornos a céu aberto ou com cova caracterizam-se pelo rápido aumento da temperatura e pelo facto de apenas permitirem a curta cozedura de um número reduzido de peças, circunstâncias que deixam marcas nos recipientes como cores escuras (cinza ou negro), manchas superficiais no corpo da peça e oxidação. O arrefecimento das peças deve, por isso, ser lento a fim de não provocar fracturas.

5.5.4.2 Características da cerâmica da Fase 1 da bacia superior do rio Coura

A cerâmica constitui um elemento de primordial importância para a compreensão do desenvolvimento social e económico destes povoados. Apresenta-se morfologicamente diversificada, o que permite organizá-la em diversos grupos de acordo com as características que apresenta, revelando, em certa medida, uma produção especializada, quer pelos conhecimentos técnicos, quer pelos atributos morfológicos e funcionais.

No aspecto tecnológico verifica-se que o trabalho manual era o único praticado, uma vez que ainda não era conhecido o torno lento nem a roda de oleiro.

As campanhas de escavação desenvolvidas, para além de milhares de fragmentos de cerâmica, permitiram também recolher diversos restos de barro, assim como registar manchas do mesmo material, que poderão corresponder a locais de fabrico de cerâmica nos povoados, sobretudo em Romarigães.

O componente desengordurante predominante é, como referido, o micáceo, seguido da mistura de mica (moscovite) com quartzo. São ainda utilizados a biotite (mica negra) associada ao quartzo, a moscovite associada ao quartzo e a restos de cerâmica, a moscovite associada ao quartzo e a xisto negro e o quartzo isolado ou associado a restos de cerâmica moída – associações de desengordurantes que, normalmente, se verificam apenas na cerâmica de importação.

Contudo, em determinada altura do desenvolvimento do povoado de Cossourado os oleiros começaram a utilizar na cerâmica autóctone restos de cerâmica moída, um facto relativamente mais evidente nos locais de habitação voltados ao rio Coura (sectores H e I). Esta área de ocupação terá sido, eventualmente, construída numa fase mais adiantada da vivência do povoado, altura em que se começava a introduzir uma alteração técnica no fabrico da cerâmica, provavelmente por influência da cerâmica de importação, que também utilizava este tipo de desengordurante. Trata-se da única alteração que registamos em toda a cultura material cerâmica proveniente dos povoados desta fase.

A existência de dois grandes grupos de cerâmica, acima mencionados, deriva, numa visão macroscópica, da maior ou menor ocorrência da mica como desengordurante. Este elemento leva-nos a apontar a hipótese de os habitantes destes povoados terem utilizado dois ou mais barreiros de argila, de localização diferente, na elaboração de utensilagem cerâmica, resultando na obtenção de uma pasta maioritariamente pouco depurada ou depurada.

O acabamento foi, regra geral, feito por alisamento interno e externo, existindo exemplares com acabamento efectuado por alisamento com pente – a designada cerâmica penteada. Na mesma peça também podem ter sido utilizados no acabamento o pente e a espátula em simultâneo, somente a espátula e, em casos raros, o engobe.

As colorações internas e externas predominantes são as acastanhadas (oscilando entre o claro e o escuro) e, em menor escala, as alaranjadas, as acinzentadas e as negras. Os cernes são, regra geral, acastanhados, podendo variar entre tons claros e escuros, apontando-se alguns de coloração negra (resultante da má cozedura), acinzentada e alaranjada.

A atmosfera de cozedura dominante foi a redutora, havendo alguns exemplares oxidantes, ou seja, em que a presença de oxigénio no forno aquando da cozedura foi abundante. A falta, no registo arqueológico, de qualquer elemento indicador da existência de fornos leva-nos a supor que a cerâmica indígena seria cozida em fornos do tipo fossa, já referidos, com cobertura de terra, nos quais a falta de oxigénio seria relativamente constante.

Os tons alaranjados ou avermelhados resultantes da cozedura oxidante ocorrem praticamente apenas na cerâmica de importação.

A estas características técnicas podemos acrescentar outras de teor morfológico que, de forma mais ou menos vincada, definem a cerâmica elaborada na Idade do Ferro no vale do Coura.

A diversidade dos tipos de bordos não é muito significativa, embora tenha sido possível identificar oito variantes de secções (em Romarigães apenas ocorrem quatro), cuja configuração é, regra geral, bastante simples. Assim, existem peças de bordo com secção aplanada, apontada e

arredondada. Os bordos com secção apontada, raros em Romarigães, têm em Cossourado uma ocorrência superior à arredondada. Além destes três tipos base, ocorrem algumas variantes: bordos aplanados, apontados e arredondados com espessamento externo, apontados e arredondados em aba e bordos com um espessamento externo, cuja secção não se enquadra em nenhum tipo pelo facto de, ao longo da peça, variar entre o apontado ou o arredondado. Ocorrem também bordos que definem uma secção com uma figura semelhante à letra D e exemplares de vasilhas de armazenamento ibero-púnicas que apresentam o bordo em rolo mas que, por serem de origem externa a esta área, não contribuem para a sua caracterização.

A orientação deste tipo de acabamento superior das peças apresenta-se normalmente saliente, esporadicamente recta e, apenas em dois casos, reentrante.

A configuração dos fundos das peças é ainda mais simples, registando-se apenas exemplares planos.

Os elementos de preensão ou suspensão são relativamente raros. Predominam as asas de secção em fita, existindo também exemplares de asa em rolo e em rolo achatado em "D". As asas em rolo provêm normalmente de peças de importação, sobretudo das grandes ânforas ibero-púnicas tipo Mañá A4. Os orifícios de suspensão, que não foram identificados em Romarigães, têm como em Cossourado uma ocorrência significativa. As asas de orelha, por sua vez, ainda não existem nesta fase.

A olaria praticada nos povoados da Fase 1 produziu uma cerâmica de fabrico micáceo (a mica ocorre isolada ou com outros desengordurantes), mais ou menos depurada, compacta, de colorações acastanhadas interna e externamente (raras vezes, alaranjadas ou acinzentadas), com cozeduras maioritariamente boas, em atmosfera redutora e com acabamento por alisamento. A qualidade das pastas é, pois, heterogénea e bem patente na utilização de diferentes quantidades e dimensões de elementos não plásticos, distinguindo-se dois tipos fundamentais de fabrico, um mais fino e outro mais grosseiro.

5.5.4.3 Características da cerâmica das Fases 2 (Fase 1 de Cristelo) e Fase 3 (Fase 2 de Cristelo) da bacia superior do rio Coura

Nos povoados das fases em título, a cerâmica ocorreu em muito maior quantidade do que nos povoados da fase mais antiga, tendo sido encontrados 2158 fragmentos – 1411 da Fase 2 e 747 da Fase 3 – numa área restrita e apenas em duas campanhas.

A escavação arqueológica permitiu também recolher diversos restos de barro e detectar duas manchas, uma delas de grandes proporções, no nível de ocupação da cabana, que apontam para a existência de um local de fabrico de cerâmica no povoado.

Em termos técnicos, é possível referir que, partindo-se de uma visão macroscópica e de uma análise estatística das duas fases de ocupação de Cristelo, os elementos não plásticos utilizados na cerâmica foram a mica (em maior quantidade), a mistura de mica e quartzo e, no caso da 2ª Fase, apenas o quartzo. A mica, o quartzo e os restos de cerâmica são utilizados raramente.

As pastas cerâmicas da primeira fase de ocupação (Fase 2 da bacia superior do rio Coura) possuem grande quantidade de desengordurante em quase todos os fragmentos, enquanto nas cerâmicas da segunda fase (Fase 3 da bacia superior do rio Coura) 374 fragmentos apresentam

muita quantidade de elementos não plásticos e 373 denotam pouca ocorrência desse tipo de componentes. Estes dados não traduzem uma evolução técnica; devem-se antes ao facto de, na Fase 2, o desengordurante utilizado ter passado a ser maior, embora utilizado em menor quantidade. A pasta utilizada é, nas duas fases, maioritariamente pouco depurada e de textura compacta.

O acabamento, feito previamente à cozedura das vasilhas, foi, na maioria dos casos, efectuado por alisamento interno e externo.

A análise das colorações internas, externas e dos cernes dos fragmentos cerâmicos aponta para um decréscimo na qualidade da cozedura em, pelo menos, metade da amostra. As colorações tendem a apresentar tons mais escuros, com predomínio do acastanhado e acastanhado escuro, em detrimento dos acastanhados claros da primeira fase (Fase 2 da bacia superior do rio Coura). Os tons acinzentados e alaranjados são pouco frequentes no total da amostra.

A atmosfera de cozedura dominante nas duas fases é também a redutora, com prevalência das cozeduras razoáveis a más sobre as relativamente boas da Fase 2, o que poderá explicar-se por alterações técnicas relacionadas com a forma como passou a processar-se a cozedura ou com o tipo de forno utilizado.

As características morfológicas da cerâmica destas fases apontam para bordos cujo perfil evoluiu para uma complexificação face ao espólio estudado nos povoados de cronologia mais antiga (Fase 1). Contudo, não existem divergências significativas entre as duas fases de Cristelo, sendo o arredondado dominante. A complexificação dos bordos revela-se no aparecimento, embora pouco frequente, de variantes aos três tipos base (arredondado, aplanado e apontado), designadamente com o acrescento de uma protuberância externa (espessamento externo) ou de uma aba (perfil em aba).

A orientação segue os cânones habituais, com largo predomínio dos bordos salientes, sendo os reentrantes e os rectos residuais ou inexistentes.

A evolução técnica de elaboração dos bordos que se constata em Cristelo estará, eventualmente, relacionada com questões de ordem estética e com a necessidade de reforço dos mesmos, no sentido de minorar a fragilidade das peças e, dessa forma, aumentar a sua durabilidade.

Ao nível da configuração dos fundos também não se observam diferenças significativas entre as duas fases de ocupação, predominando, regra geral, os fundos planos. O que de facto os distingue dos fundos da Fase 1 da bacia superior do rio Coura é a existência, em alguns tipos de vasilha – nomeadamente as panelas –, de um reforço lateral: daí a atribuição da designação de fundo plano com rebordo.

Esta evolução técnica e morfológica pressupõe, tal como em relação aos bordos, uma resposta às necessidades quotidianas de reforçar os fundos das peças (panelas, por exemplo) usadas diariamente e expostas a uma fonte calorífica que acentuava a sua degradação. Supomos também que este reforço seria igualmente aplicado em potes de armazenamento por uma questão prática: aumentar a durabilidade e a eficácia da vasilha.

Os elementos de preensão ou suspensão dos recipientes apresentam, ao longo das duas fases, as mesmas características, sendo a asa de fita a mais utilizada.

À tipologia conhecida nos outros povoados, designadamente as asas de fita, rolo e rolo achatado em “D”, acresce uma grande quantidade de orifícios de suspensão e o aparecimento da asa de orelha.

5.5.4.4 A tipologia das vasilhas

A elaboração da tipologia das vasilhas respeitantes aos diversos povoados escavados teve por base o formato dos fragmentos, os quais, necessariamente, resultaram da funcionalidade pretendida. Trata-se de um critério que corresponde a uma mera hipótese de trabalho, condicionada pela ausência de peças inteiras e pelo facto de o estudo ter partido de amostras muito fragmentadas, não obstante as reconstituições entretanto realizadas terem de alguma forma sido um precioso contributo.

Como se pode constatar pelos quadros tipológicos anexos, a maioria das reconstituições foi baseada no perfil do bordo, do colo e, por vezes, de parte da pança. Os fundos foram acrescentos que ajudaram somente a sugerir a forma. No entanto, estamos em crer que qualquer dos fundos acrescentados pertenceria a outra peça de tipologia idêntica. Nas tipologias anexas são assinaladas com a letra **a)** as peças cuja reconstituição mais se aproxima da realidade, uma vez que os bordos e os fundos pertencem à mesma peça.

A diversidade morfológica, patente nos diferentes tipos, caracteriza-se pela existência de formas abertas e fechadas, que desenvolvem a sua simetria segundo um eixo vertical, tendo como estrutura dominante a saliente. Esta diversidade está relacionada sobretudo com a especificidade funcional que os recipientes adquiriram no uso doméstico, à qual se acrescenta a multiplicidade de tamanhos.

Cozinhar, comer, beber, lavar, transportar e guardar traduzem necessidades do quotidiano destas comunidades. Como resposta a essas exigências, os oleiros foram aperfeiçoando a prática da olaria, produzindo os objectos de acordo com as carências. Deste modo, encontram-se formas especializadas para as diversas actividades, designadamente as culinárias. Para guardar os artigos domésticos de primeira necessidade, como o cereal e a água, foram elaboradas vasilhas de grande porte, de forma a permitirem um bom acondicionamento e conservação.

FASE 1 (Figura 164)

Em relação ao povoado de Cossourado, foram identificados 304 tipos de vasilhas, tendo ficado por reconhecer cerca de 614 peças. Em Romarições foi possível identificar a tipologia de 57 peças, ficando 135 por enquadrar.

A partir das 361 peças identificadas foram agrupados seis tipos, a que crescem diversos subtipos, nos quais se contam maioritariamente panelas e outras peças de utilização culinária e de armazenamento.

- Panelas e outras formas de utilização culinária

As formas que, pelo número, mais se destacam em relação às demais são as designadas panelas, recipientes utilizados para a transformação de alimentos para consumo colectivo.

Apresentam, no geral, duas tipologias distintas. Uma semelhante ao tradicional alguidar (tipo panela 1): uma peça morfológicamente aberta, de dimensão média a grande, com paredes lisas e

oblíquas que se fecham em fundo plano, reforçado. Possui asas de suspensão verticais e, eventualmente, horizontais, dispostas internamente, podendo a suspensão ser conseguida através de orifícios numa estrutura perecível. Apresenta, neste último caso, aparentemente, menores dimensões, o que se justifica por uma questão de peso. Pode, igualmente, não possuir qualquer tipo de suspensão.

A outra tipologia (tipo panela 2) possui também uma forma aberta, menores dimensões e paredes rectas, fechando em fundo plano. As dimensões do diâmetro do bordo e do fundo são aproximadas, ao contrário do verificado com a tipologia anterior. Podem também possuir orifícios de suspensão.

Ambas as formas teriam alturas compreendidas entre 10 e 14 cm, no primeiro caso, e entre 18 e 20 cm, no segundo.

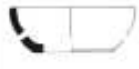

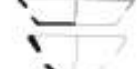



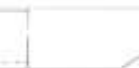

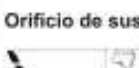
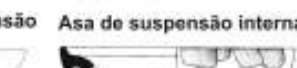


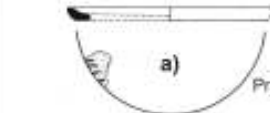

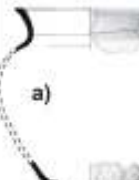
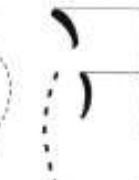

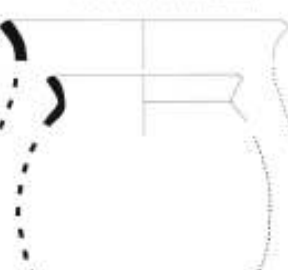
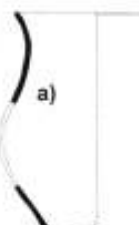

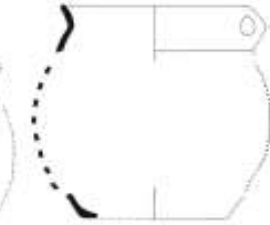






Este tipo de peças apresenta normalmente, para além da ganga negra já referida, restos carbonizados dos alimentos confeccionados.

É provável que tenham existido outras formas, como a identificada com a marcação COS95A - 68, que designamos por tipo indeterminado com asa de rolo e que, por analogia com outras do Coto da Pena, teria um perfil quase esférico. Como se trata apenas de um fragmento, bastante pequeno para poder ser avaliado com precisão, optamos por não o incluir na tipologia geral.

Além destas vasilhas, temos alguns potes, com uma morfologia de perfil em S mais ou menos acentuado, de maior ou menor porte, que teriam uma função de armazenamento e, eventualmente, de utilização culinária, uma vez que apresentam igualmente ganga negra.

- Potes de armazenamento e de ir ao lume

De formato semelhante, grande, médio ou pequeno porte, ocorrem diversos restos de potes que teriam uma função de armazenamento e de transporte de produtos sólidos ou líquidos. Em

TIPOS	Reconstituições prováveis dos tipos e subtipos de vasilhas da FASE 1			
Tigelas	Tigela 1 	Tigela 2 	Tigela 3 	Tigela 4 
Taças	Taça 1 	Taça 2 	Taça 3 	Taça 3 
Panelas	<p>PANELA 1 Panelas tipo alguidar com ou sem(?) suspensão</p> <p>Orifício de suspensão  Asa de suspensão interna </p> <p>Sem suspensão (?) </p>		<p>PANELA 2 Panelas de paredes rectas com e sem suspensão</p> 	
Prato (?)	 <p>Prato decorado na base</p>	Púcaro(?)		
Potes de ir ao lume e Potes de armazenar	<p>Potes de ir ao lume de perfil em S</p> 	<p>Potes de armazenar de perfil em S</p> 	<p>Potes de armazenar, troncocónicos que tiveram tampa (?)</p> 	<p>Potes de armazenar</p> 
			<p>Potes com asa (s)</p> 	
				<p>Pote que teve tampa</p>  <p>Tampa de pote de armazenar</p> 

Nota: as peças indicadas com a letra a) foram reconstituídas com base nos fragmentos encontrados, em todas as outras, os fundos, são mera hipótese.



Figura 164 – Tabela tipológica das vasilhas da Fase 1 da bacia superior do rio Coura.

qualquer das formas o característico perfil em S está presente, de modo mais ou menos pronunciado, conforme o estrangulamento do colo se concretiza mais próximo ou afastado do bordo.

Alguns teriam tampa, fazendo jus à designação (forma fechada), uma vez que possuem uma reentrância no bordo. Poderiam também possuir uma ou duas asas, dispostas em posição vertical e exterior à peça, com secção em "D" achatado. Os potes com asas nunca possuiriam grandes dimensões.

Algumas das peças, como referido, teriam também uma utilização relacionada com a transformação e o aquecimento na lareira de produtos sólidos ou líquidos.

Um outro tipo de pote identificado, embora de ocorrência muito rara (apenas em Cossourado), é o de configuração troncocónica, com paredes rectas e remate em bordo de secção arredondada em aba. Teria dimensões médias e uma serventia provavelmente relacionada com o armazenamento.

- Taças

O recipiente que designamos por taças possui o mesmo formato das panelas "tipo alguidar", com paredes inclinadas. Apenas não possui ganga negra e restos carbonizados e apresenta bordos de secção mais elaborada, com espessamentos externos ou até em pequena aba. Regra geral, remata com bordos de secção apontada ou arredondada em aba.

A exemplo do que sucede com as tigelas, tem formas abertas, podendo-se identificar três subtipos:

Taça 1 (correspondente, excepto no bordo, ao subtipo Tigela 4) – taça com paredes com algum grau de obliquidade e remate em bordo com espessamento externo (fechando ligeiramente próximo do bordo).

Taça 2 (correspondente ao subtipo Tigela 2) – taça com paredes ligeiramente convexas e pronunciamento nas proximidades do bordo;

Taça 3 (correspondente ao subtipo Tigela 3) – taça com paredes muito oblíquas e remate em bordos de secção apontada.

Os bordos apresentam diâmetros que oscilam entre os 23 e os 30 cm.

- Tigelas

A forma das tigelas é, como referimos, semelhante à das taças, diferindo sobretudo no que se refere ao tamanho. Distribuem-se por quatro subtipos:

Tigela 1 – paredes convexas;

Tigela 2 – paredes ligeiramente convexas com um pronunciamento nas proximidades do bordo;

Tigela 3 – paredes muito oblíquas, terminando em bordos de secção apontada;

Tigela 4 – paredes com algum grau de obliquidade e remate em bordo aplanado, fechando ligeiramente próximo do bordo.

Possuem normalmente bordos de secção apontada ou aplanada, podendo ter espessamento externo.

Os bordos apresentam diâmetros que oscilam entre os 12 e os 22 cm. As alturas variam consoante o formato e oscilam entre os 6 e os 14 cm.

- Púcaro (?)

O único eventual púcaro é uma peça de pequenas dimensões, com um arranque de asa que remete para esta tipologia. Com um bordo de formato arredondado, possuía um diâmetro de 14 cm.

As suas funções estariam relacionadas com o consumo directo e, eventualmente, individual, de alimentos líquidos.

- Prato (?)

Trata-se de uma peça única – eventualmente um prato – relacionada com o consumo individual de alimentos. Apresenta uma forma muito simples, com pequeno bordo e pouca profundidade. Teria 1,1 cm de altura total, 26 cm de diâmetro no bordo e 24,5 cm no fundo. Possuía uma decoração foliácea na base, o que lhe confere maior singularidade.

- Outras peças

Além das vasilhas referidas, importa mencionar a existência de algumas tampas, de uma marca de jogo e de um cossoiro elaborados a partir do reaproveitando de restos de cerâmica de importação pré-romana.

FASES 2 e 3

A tipologia das vasilhas de Cristelo segue, regra geral, a das peças encontradas nos povoados da bacia superior do rio Coura, havendo, naturalmente, alguns tipos que não se encontram nos dois outros povoados intervencionados e outros que, pelo contrário, não ocorrem aqui.

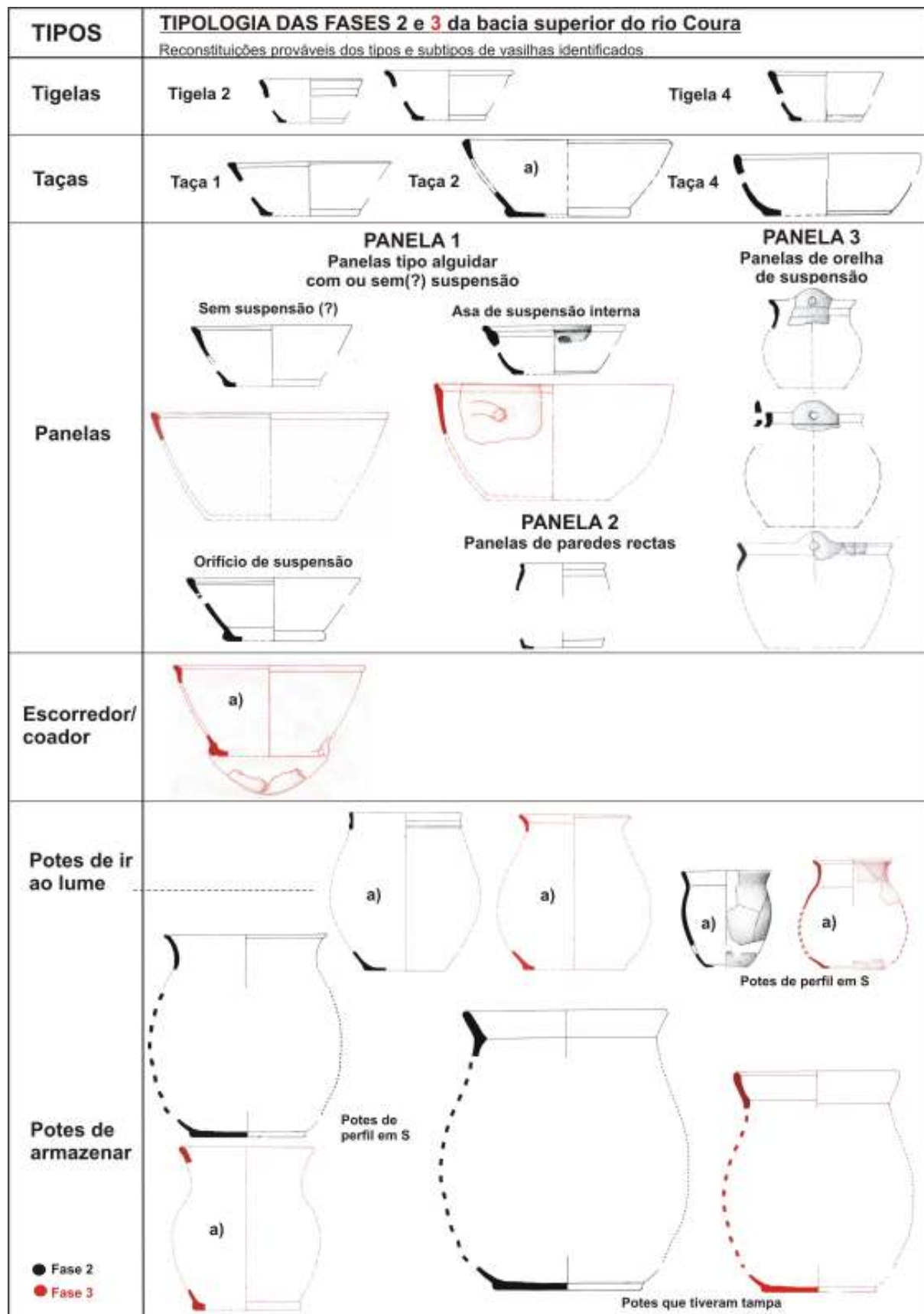
O estudo da cerâmica do povoado permitiu identificar fragmentos correspondentes a 179 vasilhas da Fase 1 (Fase 2 da bacia superior do rio Coura) e 66 da Fase 2 (Fase 3 da bacia superior do rio Coura), ficando 187 e 73, respectivamente, por identificar.

Das 245 peças identificadas conseguimos classificar cinco tipos, continuando a verificar-se o domínio de peças de utilização culinária e de armazenamento/transporte.

A ideia que ressalta do estudo do espólio cerâmico é a da não existência de diferenças significativas entre as duas fases. Apesar das características particulares de cada item, a visão de conjunto esbate-se e não prova a existência de alterações na técnica de fabrico nem mesmo no resultado final das peças utilizadas no quotidiano.

- Painelas e outras formas de utilização culinária

Em Cristelo ocorrem cinco espécies de vasilhas de tipo panela, com formas muito semelhantes em três tipos, diferindo apenas ao nível da suspensão ou da sua ausência. Temos, assim, as já mencionadas painelas "tipo alguidar" com ou sem suspensão (tipo panela 1), as painelas de paredes rectas (tipo panela 2) e – novidade destas fases mais tardias – as painelas com orelha de suspensão (tipo panela 3).



Nota: as peças indicadas com a letra a) foram reconstituídas com base nos fragmentos encontrados, em todas as outras, os fundos, são mera hipótese.



Figura 165 – Tipologia das vasilhas das Fases 2 e 3 da bacia superior do rio Coura.

Estas últimas possuem, normalmente, menores dimensões que as anteriores. Trata-se de uma forma aberta, de paredes arredondadas – de convexidade bastante pronunciada –, que se fecham, inferiormente, em fundo plano. Superiormente, sofrem um ligeiro estrangulamento no colo, para rematar logo de seguida em bordo com extremidade de tipo variado, e com duas protuberâncias e respectivos orifícios centrais – as "orelhas". A altura destas peças seria proporcional aos seus diâmetros e à sua forma. Por vezes, este tipo de peças apresenta, além da ganga negra referida, restos carbonizados dos alimentos preparados.

Tal como na Fase 1, ocorrem igualmente diversos potes de utilização culinária/aquecimento.

- Potes de armazenamento e de ir ao lume

Em relação a este tipo de peças, não consideramos que tenha ocorrido qualquer alteração significativa relativamente às vasilhas da Fase 1, continuando a existir os potes de ir ao lume, os potes de armazenamento, com ou sem tampa, e de tamanho diverso.

As alterações, face à amostra que possuímos, prendem-se com o eventual desaparecimento dos potes com asas e dos potes troncocónicos, com uma maior utilização de fundos com rebordo, ou seja, reforçados, e com um aparente aligeiramento morfológico, tendendo algumas peças a suavizar as formas sinuosas do designado perfil em S.

- Taças

Em relação às taças dos povoados da Fase 1, verifica-se algumas alterações, nomeadamente o desaparecimento do subtipo Taça 3 no registo arqueológico e o aparecimento de uma taça que designamos por Taça 4 (semelhante à Tigela 1), com paredes convexas mas de maiores dimensões.

- Tigelas

Nas tigelas, as alterações prendem-se apenas com o aparente desaparecimento das formas 1 e 3.

- Escorredor/coador

Peça única, correspondente à segunda fase de ocupação (Fase 3).

Trata-se de uma forma semelhante à das panelas de "tipo alguidar" ou à das taças, mas com um fundo bastante reforçado e perfurado de forma a permitir coar algum produto do qual escorresse líquido. Poderia servir também como queijeira, embora esta hipótese não seja muito viável dada a reduzida quantidade de perfurações que o fundo possuía. Teria 29,2 cm de diâmetro no bordo, 20 cm de diâmetro no fundo e, provavelmente, 14 a 15 cm de altura. Conforme se deduz, teria uma utilização individual relacionada com a produção de alimentos para consumo colectivo.

No âmbito do espólio cerâmico, há a referir ainda a existência de cinco cossoiros bastante fragmentados feitos mediante o aproveitamento de cerâmica, três pequenas fichas circulares de jogo e um possível godé.

As maiores diferenças entre as duas fases de ocupação de Cristelo e a fase de ocupação dos povoados da Fase 1 da bacia superior do rio Coura residem na ausência, nas Fases 1 e 2, de

coadores/escorredores e ímbrices e de, na Fase 3, pelo menos aparentemente, ter havido uma simplificação na variedade de tipologias elaboradas. A diversidade de peças é bastante menor, estando ausentes as painéis com tampa, as peças com vertedor, as taças e as tampas. Regista-se ainda uma fraca ocorrência de tigelas e de peças de importação e um aparecimento residual de ânforas e de cerâmica de construção e de cobertura. Ressalve-se, porém, que o facto de não termos encontrado alguns tipos de cerâmica no registo arqueológico não significa que os mesmos não tenham existido.

Confirma-se que a asa de orelha - tal como as outras evoluções técnicas referidas, designadamente o reforço de bordos e fundos - tem um aparecimento tardio na designada "cultura castreja", ocorrendo somente durante o século II a. C. ou até em data posterior.

5.5.4.5 Tipologia da cerâmica decorada

FASE 1

A cerâmica decorada dos povoados da Fase 1 é extremamente rara, resumindo-se em Cossourado a oito fragmentos pertencentes a 6 vasilhas, com decoração incisa, maioritariamente larga. A estes números acrescem mais 108 fragmentos com acabamento/decoração penteada, perfazendo um total de 116.

Em Romarigães somente nove fragmentos com decoração foram obtidos, entre os quais um fragmento de cerâmica ática e três com acabamento/decoração penteada, restando, por isso, cinco elementos autóctones decorados.

A única técnica decorativa utilizada é a incisão, que se apresenta de forma simples, com linhas bem gravadas na pasta cerâmica ou apenas sugeridas por um pente ou outro instrumento idêntico que, para além de alisar a pasta, ao mesmo tempo lhe imprimia uma decoração em linhas ténues (de difícil identificação) e sinuosas. Esta técnica por incisão surge também em Romarigães associada a outras como a punção e a plástica.

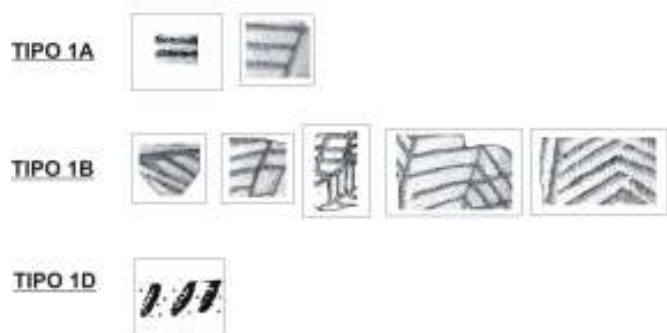
Os motivos decorativos são, na totalidade dos casos, formas geométricas que se desenvolvem em linhas horizontais, verticais, oblíquas ou formando, por vezes, espinhas ou quadriculados. Os círculos e as formas ovóides têm, cada qual, uma única ocorrência.

A maioria dos fragmentos de Cossourado (sete), quer em termos técnicos, quer no que respeita aos motivos representados, recorda a tradição da gramática decorativa metopada atribuível ao Calcolítico.

A ornamentação, com técnicas de elaboração simples, seria colocada na zona média da peça ou junto do bordo, desenvolvendo-se num plano horizontal.

As peças cerâmicas com motivos decorativos seriam certamente, pela raridade da sua ocorrência, elementos de realce e confeririam determinado prestígio aos membros destas comunidades que as possuíssem.

Incisão - TIPO 1



Penteada - TIPO 2



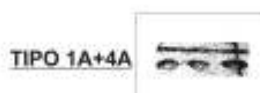
Incisão e plástica - TIPO 1+3



Punção - TIPO 4



Incisão e punção - TIPO 1+4



- TABELA**
 1 - Incisão
 2 - Penteada
 3 - Plástica
 4 - Punção
 5 - Impressão
 6 - Pontilhado

Figura 166 – Tipologia da técnica e dos motivos decorativos da Fase 1 da Idade do Ferro da bacia superior do rio Coura.

A tipologia que elaboramos pretende identificar as diversas técnicas utilizadas nos três povoados através de números, acrescidos, por vezes, de letras, de modo a assinalar as diversas variantes.

Em Cossourado e Romarigães a incisão ou Tipo 1 tem as variantes A, B e D. A técnica penteada ou Tipo 2 (muito mais ténue) ocorre no tipo 2A e 2B, um tipo de acabamento/decoração que se regista, por vezes, no interior das peças.

A punção corresponde ao Tipo 4 e surge na sua forma mais simples – a repetição de círculos.

As técnicas mistas ou compostas associam-se nos Tipos 1 e 3 (incisão e plástica), nas variantes 1D e 3A, ou seja, no típico cordiforme.

A associação dos Tipos 1 e 4 (incisão e punção) ocorre nas variantes 1A (linhas horizontais) e 4B (repetição de ovóides).

QUADRO LXVI - TIPOLOGIA GERAL DA TÉCNICA E DOS MOTIVOS DECORATIVOS	
TÉCNICA	VARIANTES/MOTIVOS
INCISÃO – TIPO 1 Fases 1, 2 e 3	1A – linhas incisas, singulares ou paralelas – Fases 1, 2 e 3 1B – linhas quebradas, ziguezagues, axadrezados – Fases 1, 2 e 3 1C – linhas curvas – Fase 2 1D – linhas incisas, foliáceas, oblíquas. Ocorre também de forma dupla, em "espinha" – Fases 1, 2 e 3
PENTEADA – TIPO 2 Fases 1 e 2	2A – linhas sinuosas em diversas direcções, por toda a peça – Fases 1 e 2 2B – linhas sinuosas em diversas direcções localizadas em parte da peça – Fase 1
PLÁSTICA – TIPO 3 Fases 1, 2 e 3	3A – toros horizontais – Fases 1, 2 e 3 3B – toros verticais (só ocorre na decoração de asas, normalmente de fita) – Fase 2 3C – protuberâncias em forma de pirâmide – Fase 2
PUNÇÃO – TIPO 4 Fases 1, 2 e 3	4A – repetição de ovóides – Fases 1, 2 e 3 4B – repetição de círculos – Fases 2 e 3
IMPRESSÃO – TIPO 5 Fases 2 e 3	5A – impressão de círculos – Fase 2 5B – impressão de triângulos, triângulos preenchidos, V ou VVV inscritos – Fases 2 e 3 5C – impressão em SSS – Fases 2 e 3
PONTILHADO – TIPO 6 Fases 2 e 3	6A – pontilhado em linhas horizontais ou verticais – Fase 2 6B – pontilhado em linhas quebradas ou oblíquas – Fase 3

- FASES 2 e 3

A utilização da decoração nos vasos cerâmicos das Fases 2 e 3 passou a ser uma prática bastante mais comum do que na fase anterior, tendo-se contabilizado 46 fragmentos.

Na Fase 2 (Fase 1 de Cristelo) as técnicas decorativas mais utilizadas, em forma singular, foram a incisão e a plástica. A incisão, contudo, aparece ainda frequentemente associada a outras técnicas, como a plástica, a punção, a impressão e o pontilhado. Já a técnica plástica apenas ocorre associada à impressão. Foi encontrado um fragmento, eventualmente de cerâmica de importação, em que a plasticidade se releva em formas piramidais.

A técnica incisa, ao contrário do que acontece nos dois outros povoados estudados, apresenta-se mais ténue, isto é, não rasga profundamente a pasta. A sua forma mais singela – decoração com “pente”, aquando do alisamento da pasta – praticamente desaparece, tendo sido identificada somente num fragmento.

Nesta fase, o que de mais relevante se regista relativamente às técnicas decorativas empregues é o aparecimento de novas técnicas como a impressão e o pontilhado. A segunda já seria muito provavelmente conhecida, mas até nós ainda não havia chegado qualquer fragmento. A impressão seria, por sua vez, uma inovação mais tardia, embora ocorresse ainda com muito pouca frequência.

Os círculos e as formas ovóides também têm uma ocorrência singular, aparecendo pela primeira vez os SSS, os ziguezagues e os triângulos preenchidos.

Os fragmentos de cerâmica decorada são, maioritariamente, atípicos, sendo a ornamentação maioritariamente geométrica, colocada em zona média da peça ou próximo do bordo, num plano horizontal em relação à vasilha.

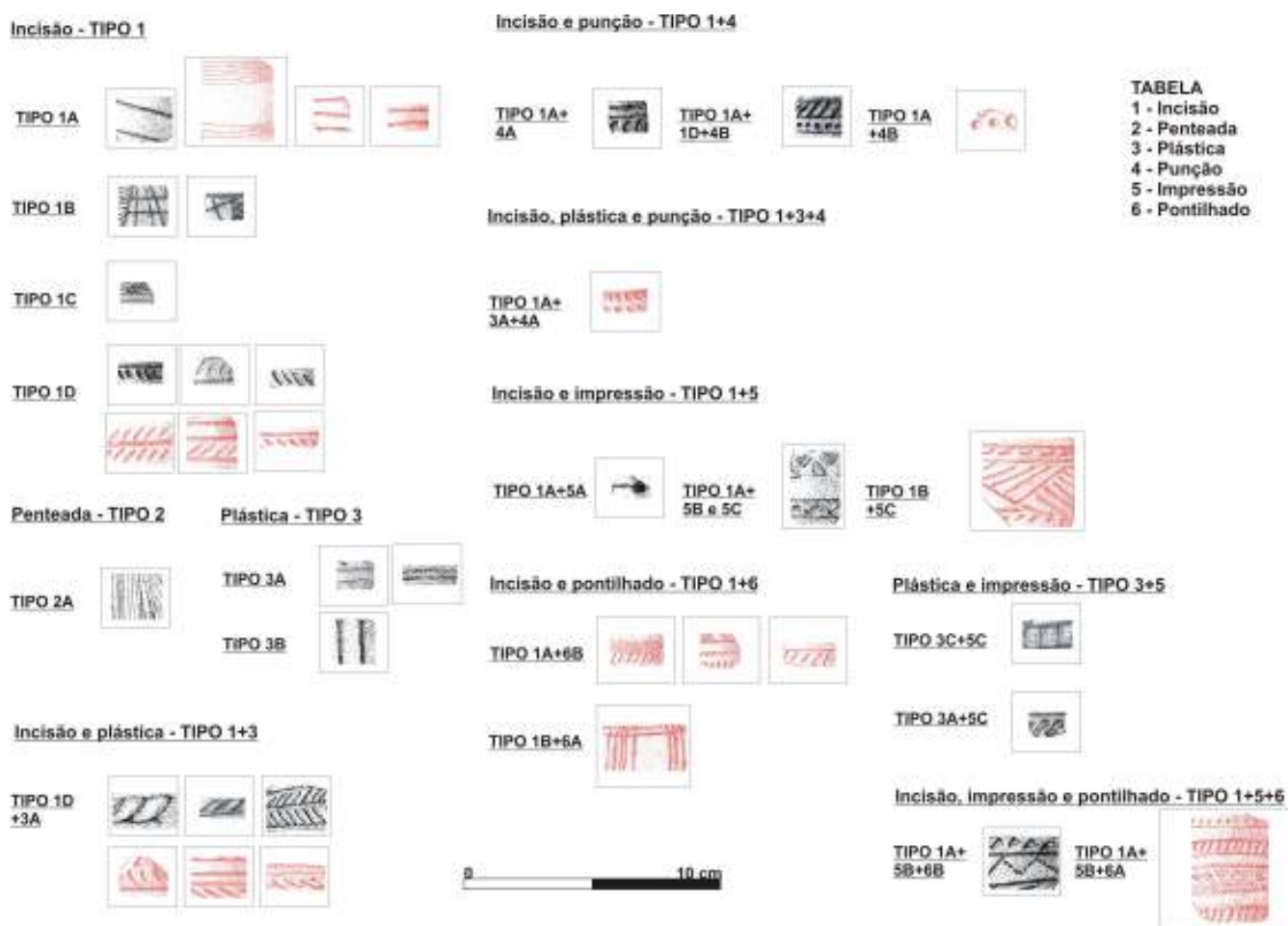


Figura 167 – Tipologia da técnica e dos motivos decorativos da Fase 2 (a preto) e 3 (a vermelho) da Idade do Ferro da bacia superior do rio Coura.

Apesar do significativo aumento de peças decoradas, estas não teriam grande porte nem uma utilização muito frequente.

Na Fase 3 (Fase 2 de Cristelo) foram utilizadas as mesmas técnicas decorativas da Fase 2, tendo desaparecido a técnica decorativa penteada (Tipo 2) e diminuído significativamente a utilização da técnica plástica. Continua-se a verificar o predomínio da incisão simples ou com diversas associações. A impressão quase não é utilizada, aparecendo apenas em um caso, associada a motivos incisos.

As associações e motivos empregues são os mesmos da fase anterior, observando-se apenas a novidade do pontilhado em linhas quebradas ou oblíquas (6A), técnica que passa a ser bastante utilizada. Igualmente os motivos decorativos tornam-se mais ricos, mais abundantes e mais diversificados.

Os motivos decorativos continuam a ser, nas duas fases, maioritariamente geométricos e desenvolvem-se em linhas horizontais, verticais, oblíquas, formando corda e espinha sobre superfície plana ou em rolo, proporcionando a sensação de relevo – o cordiforme.

A análise do quadro sobre a tipologia geral da técnica e dos motivos decorativos permite facilmente verificar o aumento significativo quer de técnicas, quer de motivos nas Fases 2 e 3 relativamente à Fase 1, não ocorrendo nesta última, por exemplo, a técnica decorativa impressa ou

estampilhada, assim como a pontilhada.

Conclui-se, desta forma, que cada povoado teria o seu repertório decorativo, bastante mais limitado nos povoados de cronologia antiga.

A reduzida diversidade de motivos decorativos é, segundo Jorge Alarcão (1992), explicada pelo facto de a olaria ser uma actividade exclusiva das mulheres, o que traduz a "coesão social dos povoados e a existência de uma regra de uxorilocalidade" (*Idem*, 56). Ou seja, como eram os homens que se deslocavam, por casamento, de um povoado para outro, e como os mesmos não se dedicavam à olaria ou pelo menos à sua decoração, não transportavam consigo novos motivos.

Partilhando-se ou não desta interpretação, o facto é que, nos povoados da Fase 1 da bacia superior do rio Coura, a cerâmica não era, regra geral, decorada e os poucos vasos que possuíam decoração e que poderão ter sido oferendas ou objecto de trocas feitos no próprio povoado ou trazidos de outro local teriam, pela sua raridade, um valor superior aos próprios objectos de adorno (bronze, por exemplo). Eram verdadeiros objectos de luxo, de ostentação, facto ainda mais interessante quando se verifica que três dos raros fragmentos decorados encontrados em Cossourado pertenceram a uma panela com orifícios de suspensão.

A escassez de cerâmica com gramática decorativa é, pois, um elemento caracterizador dos povoados com uma cronologia antiga do vale superior do Coura, com paralelos nos estratos mais recuados dos povoados de Cabanas (Braga), Barbudo, S. Julião ou Santinha na bacia do Cavado, escavados por Ana Bettencourt e Manuela Martins, e do Castelo de Matos, em Baião, que Ana Bettencourt situa cronologicamente em "finais do II, inícios do I milénio AC" (2000, 207).

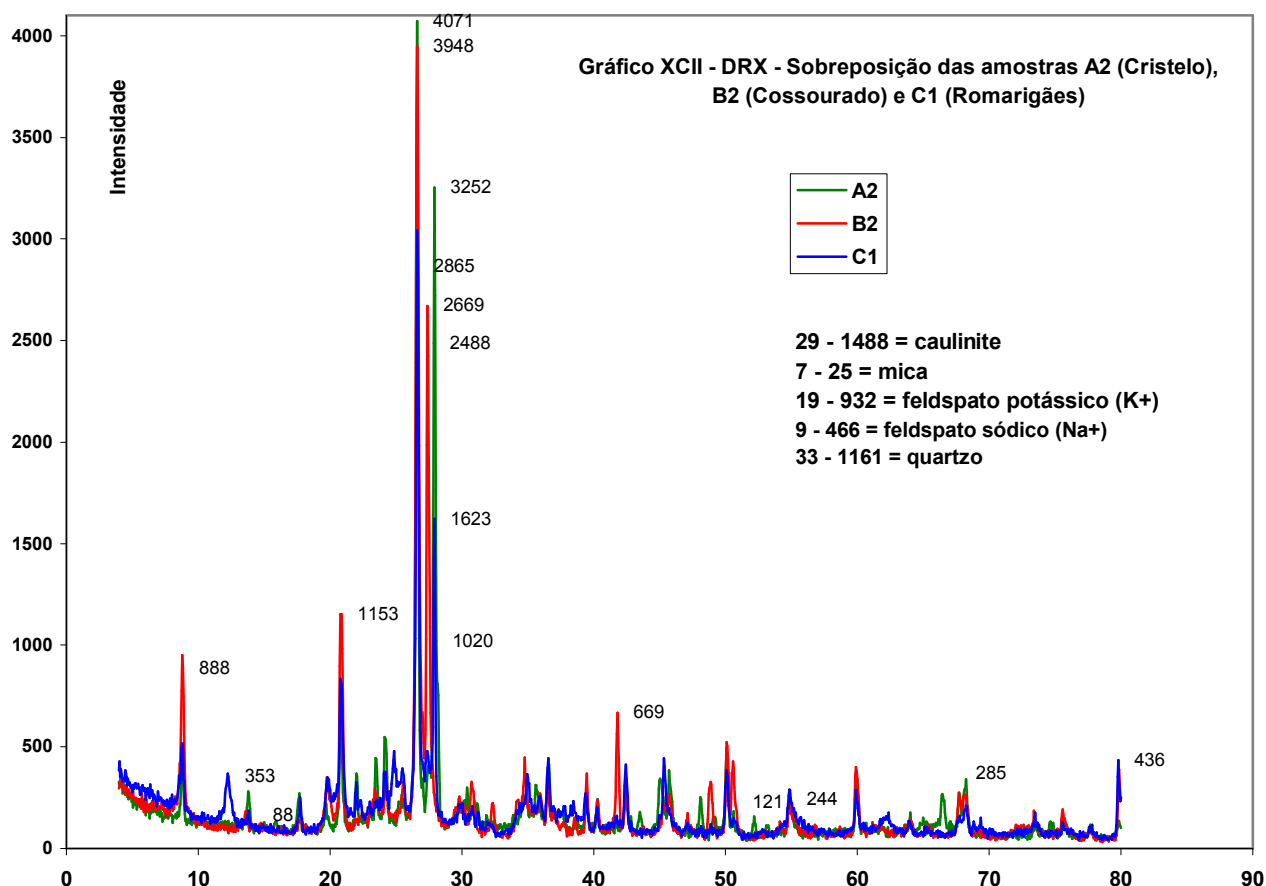
5.5.4.6 Estudos analíticos de cerâmicas das diversas fases

O estudo analítico das cerâmicas provenientes dos povoados da bacia superior do rio Coura foi, como já referido, bastante sumário, o que não permitiu a obtenção de um leque muito variado de conclusões. Essencialmente, permitiu confirmar as análises macroscópicas, por nós realizadas, relativas ao tipo de desengordurante utilizado, à atmosfera e à qualidade de cozedura, ao tipo de fabrico manual e, simultaneamente, atribuir mais consistência à hipótese de a argila ter sido recolhida em áreas próximas dos povoados em questão.

Estas análises, associadas aos estudos analíticos desenvolvidos noutras zonas, como em povoados do vale do Cávado (LITTLE 1985), sugerem-nos que as matérias-primas, em particular a da cerâmica muito micácea, eram recolhidas inclusivamente nos sítios arqueológicos.

A metodologia utilizada teve por base a análise de Difracção de Raio X para determinação da composição mineralógica qualitativa da amostra e, no difractograma, revelou, como picos principais, a mica (valores 7-25), o feldspato potássico (valores 19 - 932), o feldspato sódico (valores 9 - 466), o quartzo (valores 33 - 1161), a ilita, os filosilicatos, a calcita, as plagiodesas e ainda, em menor quantidade, a clorita e a caulinite.

A sobreposição dos resultados das análises por Difracção de Raio X, relativas aos três povoados e às três fases, também não revelou uma composição qualitativa mineralógica significativa.



Confirmou-se tratar-se, na maioria dos casos, de uma cerâmica elaborada manualmente, com presença abundante de mica, tendo também sido utilizado como desengordurante o quartzo, de proveniência fluvial e de recolha contemporânea à época de fabrico – desengordurantes estes introduzidos intencionalmente na pasta cerâmica.

A argila terá sido recolhida em barreiros diferentes, pelo que a pasta se revelou mais depurada nuns casos que noutros.

Os estudos de dilatométrica indicaram que a temperatura de cozedura das cerâmicas não ultrapassou os 850-900°C, sendo a atmosfera de cozedura redutora.

O estudo analítico das cerâmicas provenientes das Fases 2 e 3 revelou que o comportamento dos diversos fragmentos, não obstante terem tido um fabrico diferente e pertencerem a épocas cronologicamente distintas – A1, A4, A5, A7 e A8 (Fase 1), fragmentos de peças elaboradas em torno lento; A3 e A6 (Fase 2) –, evoluiu de forma muito variável à medida que as temperaturas de cozedura aumentavam, apresentando, porém, na fase final, uma inflexão acentuada nas mesmas temperaturas (entre 800 e 900 °C), depreendendo-se ser essa a temperatura máxima atingida pelos fornos utilizados na época. Os fragmentos de cerâmica de importação de Cossourado e de Romarições analisados não mostraram, igualmente, qualquer comportamento desigual.

Partindo do particular para o geral, poderemos, então, considerar que, afinal, não se terá verificado uma evolução técnica quer no tipo de fabrico ou de cozedura, assim como no tipo de fornos utilizados nas diversas fases evolutivas dos povoados fortificados da Idade do Ferro.

Apesar das particularidades da área estudada, existe toda uma série de elementos que se enquadram nas características gerais da cerâmica castreja, bem definidas por J. Rey Castiñeira em diversas publicações (1991-92). De entre essas características, podemos destacar as que mais se aplicam à cerâmica dos povoados estudados atribuídos à Fase 1:

- o gosto especial pelos perfis em S;
- o predomínio das bases planas;
- o predomínio de bordos com perfis simples;
- a escassez de vasilhas de pequeno porte em detrimento das de médio a grande porte (o tamanho diminui apenas nas Fases 2 e 3);
- a decoração maioritariamente na parte superior das peças, e quase sempre em registos horizontais, com motivos repetitivos, efectuados, sobretudo, com a técnica da incisão.

A estas características podemos acrescentar a introdução de abundantes elementos não plásticos, como a mica, e uma grande homogeneidade na técnica de fabrico que se estende por diversos séculos – como também parece acontecer no vale do Cávado (MARTINS 1990).

Contrariamente ao que sucede na Galiza, verifica-se aqui o predomínio dos recipientes abertos em detrimento dos fechados.

Não obstante, regista-se, de uma forma geral, alguma semelhança entre as características da cerâmica da Fase 1 da bacia superior do rio Coura e de outras, designadamente a cerâmica castreja galega, que P. Rey Castiñeira (1996) atribui à fase inicial da Idade do Ferro (séculos VIII a IV a.C.).

Por sua vez, a cerâmica das Fases 2 e 3, encontrada em Cristelo, possui características muito próximas da cerâmica galega atribuída à fase final da Idade do Ferro (séculos II/I a.C. a I d. C.), época em que surgem igualmente, pela primeira vez, as asas de suspensão em orelha, facto que nos permite afinar cada vez mais as cronologias.

5.5.4.7 A cerâmica de importação pré-romana

A cerâmica de importação pré-romana teria, no Noroeste, uma ocorrência relativamente reduzida e uma origem ibero-púnica, sendo designada por diversas denominações – cerâmica púnica, ibero-púnica, ibérica, grega e ática (NAVEIRO LOPEZ 1991, 26-28). Aparece normalmente em estações situadas na área costeira ou nas proximidades dos rios navegáveis, de maior caudal.

Ocorre, regra geral, muito fragmentada, não permitindo sequer a reconstrução do perfil de modo a identificar o tipo de vasilha. No caso das peças gregas, o frequente desprendimento do verniz acentua ainda mais essa tarefa.

As cerâmicas ibero-púnicas são, essencialmente, peças de grande porte, utilizadas para transporte e armazenamento, mais do que de uso doméstico (pratos, pequenos potes muito abertos).

As vasilhas gregas caracterizam-se por serem cerâmicas finas, áticas e greco-ítálicas, do tipo "figuras vermelhas", "verniz negro" e pré-campanienses, datadas do século IV a.C. e provenientes da Ática ou da Magna Grécia (*id.*, *ib.*).

A cerâmica de origem externa ao povoado de Cossourado tem uma presença bastante significativa, ao contrário dos outros povoados estudados, sendo constituída por 21 tipos identificados aos quais acrescem 54 peças de importação de tipo indeterminado e outras duas de proveniência (autóctone ou alógena) e tipo desconhecidos. Existem também dois fragmentos de peças de

importação (ânfora mediterrânica) reutilizados para a elaboração de duas tampas ou fichas de jogo. Seriam, no total, cerca de 79 peças de importação pré-romana, identificadas através da análise de 471 fragmentos.

A maior concentração, em número de fragmentos, regista-se no sector da muralha e em sectores virados ao rio Coura (designadamente os sectores C e H).

Possuem uma pasta bastante mais depurada do que qualquer outra pasta oriunda do povoado, são feitos à roda ou em molde (tégula) e normalmente cozidos em forno com atmosfera oxidante, apresentando, por isso, uma coloração alaranjada e avermelhada, por vezes com engobes do mesmo tom.

A cerâmica de importação pré-romana apresenta, no que respeita à conservação, um grau de deterioração bastante mais elevado que a cerâmica indígena, uma vez que a acidez do solo a degrada com mais facilidade, pelo facto de ser elaborada com argilas exteriores à região e, por isso, estar desenquadrada das características geológicas do terreno.




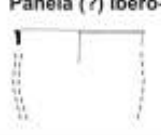

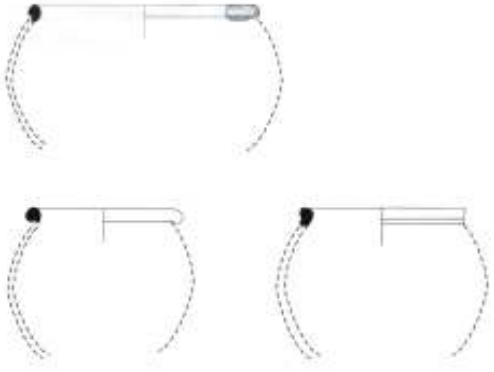
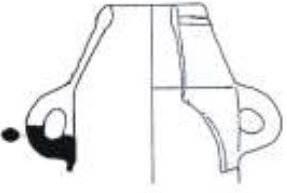
TIPOS	Reconstituições prováveis dos tipos de cerâmica de importação identificada nos povoados fortificados da FASE 1		
Prato (?)	Prato covo púnico (?) 	Taça de ir ao lume ibero-púnica (?) Taça (?) 	Tigela 
Panela (?)	Panela (?) ibero-púnica 	Skyphos 	
Vasilhas de armazenamento	Potes de armazenamento ibero-púnicos 		Anfora ibero-púnica tipo Mañá A4 

Figura 168 - Tipologia das vasilhas de importação pré-romana identificadas na Fase 1.

A maioria das peças de cerâmica importada é proveniente da bacia do Mediterrâneo, na tradição ibero-púnica, e a sua funcionalidade está relacionada com o armazenamento e transporte. As peças possuem grandes dimensões e paredes espessas, compatíveis com a forma e a função. Estão neste caso as ânforas ibero-púnicas tipo Mañá A4, que teriam sido utilizadas para transporte/armazenamento de conserva de peixe. Seriam fechadas por uma tampa de madeira ou

cerâmica, colada com resina para não se deslocar (*id.*, *ib.*). Foram também identificados restos de uma possível taça e de um prato, como se pode constatar no esboço de quadro tipológico que se apresenta (**Figura 168**).

No caso de Romarigães, para além dos habituais restos de cerâmica de construção, como a tégula e o ímbrice, apenas determinamos a existência de um resto de *skyphos* e uma pequena tigela que, pela cor e forma, sugere as taças de *terra sigillata* romana, faltando-lhe a decantação da pasta e o engobe. Perfazem um total de 12 fragmentos, ou seja, um valor correspondente a 6,2% do total da cerâmica encontrada no povoado.

No povoado de Cristelo verifica-se uma ocorrência nula de peças de importação pré-romana. As ânforas romanas têm um aparecimento raro (dois fragmentos na Fase 3 e quatro na 2), tal como os restos de tégula e ímbrice ou qualquer outro tipo de material de construção romano.

A presença de materiais de importação demonstra a integração dos povoados de cronologia mais antiga – Fase 1 – no circuito comercial atlântico, favorecendo a recepção das novidades que paulatinamente irão impulsionar transformações nas comunidades a nível socio-económico, cultural e político, com reflexos na cultura material (nomeadamente na cerâmica de Cossourado, com a introdução de cerâmica moída como desengordurante). Já no povoado que representa as Fases 2 e 3, a cerâmica de importação pré-romana desaparece, ocorrendo apenas alguns vestígios de espólio reveladores do contacto com os romanos.

São, no essencial, elementos assaz importantes no sentido de comprovar que o comércio externo da cerâmica, pelo menos na área do actual Alto Minho, e ao contrário do que refere, por exemplo, Jorge Alarcão (1992), tinha um certo desenvolvimento em épocas bastantes recuadas da Idade do Ferro e esmoreceu ou desapareceu por volta do século II a.C., tendo sido introduzidas apenas no século I/II d. C. novas formas cerâmicas, como as ânforas vinárias de tipo Haltern 70, fruto de uma aculturação e de uma transformação profundas e não de contactos comerciais pontuais.

5.5.5 A actividade têxtil

A actividade têxtil não está directamente documentada nos povoados estudado no vale superior do Coura. Da sua existência apenas temos conhecimento através da ocorrência, no registo arqueológico, de utensílios que intervinham no seu ciclo produtivo, designadamente os cossoiros, eventuais pesos de tear e uma agulha em bronze.

A fiação e a tecelagem são actividades artesanais domésticas, muito antigas, a que os textos clássicos, gregos e latinos aludem e que as escavações arqueológicas confirmam pelos seus achados, designadamente pentes de cardar, fusos, cossoiros, patelas, pesos de tear e agulhas.

Estrabão refere na "Geografia" a habilidade dos Iberos de *Emporion* (Ampúrias) na tecelagem do linho (*Geografia*, III, 4, 9) que usavam em várias peças do vestuário. Por sua vez, Plínio (*História Natural*, XIX, 9 e 10) menciona o linho de Tarraco e o produzido pelos *Zoelae* como sendo de grande qualidade.

A lã tinha igualmente larga aplicação. Com os tecidos dessa matéria-prima, fazia-se o *sagum* (saio) e outras peças de vestuário.

As fibras naturais usadas pelas fiandeiras podiam, então, ser vegetais, no caso específico do linho, e animais, como a lã, cuja produção os rebanhos de gado ovino garantiam. Passariam por

diversos processos de tratamento, provavelmente semelhantes aos que ainda hoje são utilizados em algumas zonas.

Segundo Salete da Ponte (1978), na época romana, após a tosquia e antes da fiação, o ciclo da lã passava por cinco etapas: lavagem, secagem, batimento, limpeza e cardação. Tais etapas seriam eventualmente seguidas também na Idade do Ferro, certamente com menor especialização.

Os ensinamentos da etnografia tradicional portuguesa ajudam-nos a compreender as diversas fases do ciclo do linho que, tal como o da lã, ainda continua a praticar-se em diversas aldeias, de norte a sul de Portugal.



Fotos 96 e 97 - Arrincada, 1997, Paredes de Coura.

A produção do linho artesanal, quer em termos de cultivo, ou de transformação da fibra vegetal em tecido, continua a ser uma actividade essencialmente doméstica, arcaica, muito minuciosa e rodeada de rituais mágicos. Normalmente o linho é semeado nas melhores terras, nas espécies mourisco e galego. Todo o seu crescimento é acompanhado, sendo necessário desenvolver diversas tarefas, entre as quais, a monda. Quando atinge o estado



Foto 98 - Ripagem, 1997, Paredes de Coura.

de maturação, é arrancado (arrincada) e ripado (em ripos) manualmente para que as cápsulas (baganha) que contêm as sementes (linhaça) se libertem dos caules. Esses caules, transformados agora em palhas, são curtidos através da imersão em água (curtimento ou maceração), durante cerca de uma semana, preferencialmente em água corrente, provocando, desta forma a fermentação e dissolução dos elementos que unem as fibras lenhosas e as têxteis. De seguida, colocadas ao sol de forma a branquearem. Este processo, que normalmente ocorre nos finais do Verão, dá origem a um outro, designado de gramagem, maçagem ou espadelagem. Consiste na fractura das palhas e na

eliminação da parte lenhosa num engenho de linho (gramagem), actualmente substituído pela espadela (espadelada ou espadelagem) ou pelo maço (maçagem).

O desaparecimento da grama regista-se, regra geral, até finais do século XIX, aquando do aparecimento dos engenhos de linho, accionados por tracção hidráulica ou animal. Na última década do século XX, ainda laborava, no concelho de Paredes de Coura, um engenho de linho hidráulico.

Após a separação total da fibra têxtil da parte lenhosa, segue-se a assedagem – primeira fase de preparação do fio – que consiste no pentear das estrigas com o sedeiro. As fibras mais longas do linho são separadas das mais curtas (a estopa) e de quaisquer outras impurezas. Todo este longo processo antecede a fiação, a qual possui registo arqueológico nas épocas em estudo, através dos cossoiros.

A partir daqui, as diversas fases dos ciclos do linho e da lã são relativamente semelhantes.

As fibras de linho e de lã (depois de cardada) estão prontas para serem fiadas com roca e fuso. Coloca-se a fibra em torno da roca, em novelo (manelo ou estriga), de onde se vai retirando uma mecha de fibras que a fiandeira torce entre os dedos e enrola à ponta do fuso. O fio, actualmente enrolado em novelos, era em tempos proto-históricos enrolado em patelas – pequenos pedaços de cerâmica de formato quadrangular, com reentrâncias para enrolar o fio e que, com o uso, se iam deformando –, de que se conhecem exemplos na Citânia de Sanfins.



Foto 99 – Maçagem.

O fuso consistia numa haste alongada e pontiaguda num dos topos, no qual era introduzido o pequeno volante — o cossoiro. O fuso era geralmente em madeira, embora existissem, na época romana, em osso e bronze. A roca é uma haste mais comprida de que — tal como em relação ao fuso — não temos vestígios arqueológicos e que, em tempos mais recentes, assumiu decorações, designações e simbologias muito diversas, sendo se destacar as da região de Trás-os-Montes.

Devido à sua perduração no tempo, com aplicação em várias regiões e épocas com a mesma função, os cossoiros não se podem considerar objecto de utilização específica de uma ou de outra cultura, estando desde o Neolítico relacionados com a técnica da fiação em fuso.

Os cossoiros, *verticilli* ou fusaiolas são, num sentido lato, pequenos discos, lisos ou decorados, de vários tipos ou formas, com uma perfuração central, na sua maior parte feitos em argila, mas também em pedra. Eram colocados na parte inferior do fuso como remate, com funcionalidade diversa: contrapeso; ajuda ao movimento giratório que a mão da fiandeira imprimia ao fuso; travão para que o fio acabado de fiar não se enrolasse para além da área do fuso.

Pela abundância, variedade de formas, peso, dimensões e até de material — o que pode estar relacionado com o tipo de fibra a trabalhar mas, sobretudo, com a finalidade para que eram elaborados —, muitas propostas se formularam através dos tempos relativamente à sua utilidade.

Para além da função mais consensual — volantes de fuso — outras foram defendidas por diversos autores: tentos, fichas ou marcas de jogo (*tésseras*), pesos de tear, pesos de rede, contas de colar, botões de vestuário (MARAÑON 1935, 436), objectos de uso e significado simbólico ligados ao culto dos mortos (DÉCHELETTE 1914; 1924), "fazendo parte de espólios sepulcrais" (CARDOZO 1965, 1), designadamente o cossoiro e a agulha em bronze encontrados no Castro do Castelar,

freguesia do Picote, concelho de Miranda do Douro (JÚNIOR 1975), local onde apareceu o monumento com o berrão do Picote.

Acreditamos que alguns cossoiros, devido ao seu reduzido tamanho (1,5 cm e 1,8 cm de diâmetro e 0,2 cm de orifício, como alguns encontrados nas Citânias de Briteiros e de Sanfins) e pelo facto de não se adequarem ao fuso, teriam servido como botões para o vestuário.

A variedade das formas dos cossoiros é tanto maior quanto maior desenvolvimento atingiu o povoado, tal como a sua decoração é mais ou menos abundante e variada, temática e tecnicamente. Os povoados com menor desenvolvimento preferiram os cossoiros discóides e bulbosos, sem decoração e feitos normalmente (Castro de Santo António, Afife), o mesmo se aplicando para os povoados de cronologia mais antiga como Cossourado.

Terá existido, eventualmente, uma evolução cronológica em que se passou de uma técnica de fabrico para outra: o fabrico manual e o uso de restos de cerâmica precederam o fabrico em molde (tendo coexistindo posteriormente), assim como, os cossoiros de pedra precederam os de cerâmica.

Os tipos mais simples eram maioritariamente manufacturados, podendo ter sido elaborados por qualquer pessoa, assim como os cossoiros realizados a partir de desperdícios de cerâmica. De facto, o aproveitamento de desperdícios de restos deste material, maneira mais rápida de elaborar os cossoiros, dever-se-á não tanto a uma carência de tempo por parte dos oleiros mas a questões de ordem prática. A sua utilização, contudo, intensifica-se apenas em fase tardia da Idade do Ferro.

Retomando os ciclos em estudo, surge, na parte final, a tecelagem. Antes de serem tecidos, os novelos de linho eram novamente branqueados, podendo tal prática ser realizada também em relação à lã.

A tecelagem está também amplamente testemunhada em diversos povoados através dos pesos ou *pondera* de tear encontrados. Eram feitos em barro ou xisto (ou outro tipo de pedra), com a forma de uma pirâmide truncada, de base rectangular ou paralelepípedica, com 10 a 12 cm de altura e com um ou dois orifícios na parte superior. Serviriam para manter em tensão os fios da urdidura do tear vertical. Conhecem-se pesos de tear em vários povoados castrejos. Refira-se, por exemplo, a Citânia de Sanfins (Museu Monográfico da Citânia de Sanfins), a Citânia de Briteiros (Museu da Sociedade Martins Sarmento), o Castro de Santo António (Museu do N.A.I.A.A., Afife), o Castro de Moldes (Viana do Castelo), a Cidade de Âncora (SILVA 1986 - Museu Municipal de Viana do Castelo), a Citânia de Santa Luzia; o Monte Padrão (SANTARÉM 1955), o Castro de Sampaio (Vilariça - JÚNIOR 1952) e o de Carvalhos (Museu Municipal de Chaves).

Em Paredes de Coura, não ocorreram pesos de tear nos povoados intervencionados. Provavelmente seriam utilizadas simples pedras, sem qualquer tratamento, que passam despercebidas no registo arqueológico.

Tarefas subsequentes seriam, em alguns casos, o tingimento dos tecidos com corantes vegetais, uma vez, no dizer de Estrabão (III, 4, 16), as raízes tintórias eram abundantes, podendo ser também tingidas a lã ou o linho com um corante preparado com certos insectos parasitas do carvalho, *Quercus Conifera* (ALARCÃO 1983, 129), tarefa que poderia também ser efectuada após a fiação.

Relativamente ao vestuário Estrabão refere: "andam todos vestidos de preto, e no geral, com os sargos com que dormem nos seus leitos de palha (...) as mulheres usam saias e vestidos com adornos florais" (III, 3, 7). No entanto, as vestes, de linho ou de lã, representadas nas estátuas de

guerreiros galaicos, apresentam decorações geométricas (curvilíneas e reticuladas) que sugerem a existência de ornamentações nos tecidos utilizados pelos homens.

A posterior confecção do vestuário é comprovada por várias agulhas em material os teológico ou metal (bronze ou ferro). Em bronze foram encontradas no Castro de Moldes, na Citânia de Briteiros (Museu Martins Sarmento), no Castro de Sabroso (Museu Martins Sarmento), na Citânia de Santa Luzia (Museu Municipal de Viana do Castelo), na Cidade de Âncora (SILVA 1986), em Terroso, em Santa Tecla (TAMUXE 1983), no Castro do Castelar, Picote (JÚNIOR 1975), entre outros. As agulhas serviriam para coser os tecidos e peles, e para dar forma à peça desejada. Uma agulha de grandes dimensões obtida em Cossourado, sugere mesmo a sua utilização no próprio tear para passar os fios.

A raridade de cossoiros e de pesos de tear registada nos povoados da bacia superior do rio Coura leva-nos a admitir que a fiação e, conseqüentemente, a tecelagem estariam pouco desenvolvidas, não ocupando uma posição de relevo na economia local. A produção no seio do núcleo familiar, provavelmente com preponderância feminina, deveria satisfazer as necessidades familiares. Outra ilação óbvia – causa e consequência deste desenvolvimento da actividade têxtil –, é a criação de gado ovino, para fornecimento de lã, entre outros produtos de grande importância económica, e o cultivo de linho, ainda que este não tenha sido comprovado pelas análises paleobotânicas.

Nestas épocas, os tecidos, sobretudo os de linho, ainda não teriam, a si associados os fortes valores simbólicos que viriam a ter – e que ainda hoje se mantêm – em muitas comunidades rurais portuguesas, acompanhando as diversas cerimónias e rituais religiosos das famílias, desde o nascimento até à morte.

5.5.6 Os objectos de adorno/prestígio: de uso pessoal e social

Nos povoados intervencionadas não foram encontradas jóias em ouro ou prata, mas objectos de adorno, de distinção social, com uma simbologia própria. Estão neste caso as braceletes, os diversos pendentos de colar ou brincos encontrados em Cossourado, as fíbulas, os alfinetes de toucado e as contas de colar em pasta vítrea.

Algumas destas peças, designadamente as contas, são objectos de prestígio social que distinguem quem os possuía e, simultaneamente, prova de circuitos comerciais à distância.

Estamos em crer, como referimos, que nos povoados da Fase 1 a cerâmica decorada teria igualmente, pela sua raridade, um valor simbólico e social de relevo.

5.5.7 Outros trabalhos e actividades

As actividades agrícolas e pastoris desenvolvidas pelos habitantes dos povoados estudados pressupõem a existência de toda uma série de outros trabalhos dos quais, na maioria das vezes, não temos provas concretas na cultura material. Nesses trabalhos seria utilizada utensilagem diversa, elaborada a partir de um vasto leque de matérias-primas.

5.5.7.1 Os utensílios em pedra

Além da olaria, o trabalho da pedra seria uma das actividades que implicava maior dispêndio de tempo, não apenas na construção das estruturas como também no fabrico dos utensílios necessários à actividade, como os maços de pedra e uma grande variedade de percutores, utilizados também nos trabalhos de carpintaria.

Na utensilagem de uso doméstico a pedra era também utilizada em abundância, sobretudo nas mós de vaivém – e, posteriormente, nas mós giratórias –, geralmente de granito, para a moagem dos cereais e frutos.

Em menor quantidade ocorreram pedras para afiar e polir, pesos de tear, pesos de rede de pesca, cossoiros, percutores de diversa tipologia e função (para esmagar, partir, amassar).

Nesta região como já foi analisado os instrumentos em pedra têm, regram geral, uma elaboração muito rudimentar, não passando muitas vezes de simples pedras, sobretudo graníticas ou quartzíticas, de proveniência fluvial.

5.5.7.2 Os trabalhos em couro e pele

As peles dos animais eram utilizadas certamente em selas, arreios e outros materiais necessários para o aparelhamento dos cavalos e outros animais de carga, assim como em peças de vestuário e sacos de couro, entre outros. Para o seu fabrico eram necessários utensílios diversos de modo a que as peles fossem lavadas, raspadas, alisadas (com raspadores e polidores de tipologia e matéria-prima diversas, como os encontrados no vale do Coura), estiradas e, posteriormente, utilizadas no fabrico da peça final, para o qual eram necessários utensílios de corte e de cosedura (agulhas e fibras têxteis ou em couro).

5.5.7.3 A cestaria

Na actividade da cestaria seriam empregues diversos tipos de vegetais, como palha de cereais, giestas e outros ramos de boa flexibilidade, produto de arbustos lenhosos que permitia o entrançado em alguns casos em torno de uma estrutura mais forte elaborada geralmente em madeira.

De qualquer deste tipo de objectos elaborados em materiais perecíveis não possuímos vestígios na área estudada.

5.6 A SOCIEDADE DA IDADE DO FERRO NA BACIA SUPERIOR DO RIO COURA

As comunidades humanas que ocuparam os povoados da bacia superior do rio Coura, ao longo da Idade do Ferro, constituiriam uma sociedade igualitária, vocacionada para uma economia doméstica e de subsistência e - com a eventual excepção dos minerais de ferro ou estanho – muito pouco para a produção de excedentes destinados a trocas comerciais em grande escala.

Os recursos produzidos seriam distribuídos por todos de forma equitativa, uma vez que, tanto no registo arqueológico de Romarigães como de Cossourado, a posse dos produtos de riqueza e a ostentação do poder por somente alguns elementos da comunidade não estão de forma alguma documentadas. Apesar de Cristelo ter sido ocupado após o abandono de Romarigães e Cossourado, o modelo interpretativo social é, a nosso ver, muito semelhante.

Alguns produtos deveriam, contudo, revestir-se de uma importância significativa no seio dos diversos grupos humanos, sobretudo nos povoados mais antigos (povoados da Fase 1). A abundância de objectos de adorno em Romarigães e Cossourado revela um gosto estético individual relativamente refinado, que contrasta com a rudeza evidenciada na construção das estruturas (principalmente no segundo povoado) ou com a falta de gosto colocada na decoração dos objectos de cerâmica. Pensamos, pois, que os objectos de adorno pessoal individualizariam positivamente os seus possuidores, não obstante desconhecermos o real valor e significado que teriam.

Discutível tem sido também a questão do uso predominante destes objectos pelo género masculino ou feminino. Por tradição, é habitual defender-se que, na sociedade castreja, os objectos de adorno de tipo pendente seriam usados em colares ou brincos pelas mulheres, enquanto os braceletes seriam utilizados maioritariamente pelos homens.

A sua associação a rituais e o carácter de prestígio e distinção social que por norma lhes é atribuído são, neste caso, mera especulação. Poderiam os detentores dos braceletes, do punhal e do bocal de cavalo encontrados em Cossourado serem indivíduos com uma certa relevância social, uma espécie de chefe – não o sabemos. Assim como não podemos comprovar a associação destes objectos a um eventual ritual de virilidade masculina, como não raras vezes se defende. O que podemos concluir é que estes poucos objectos, que apenas foram identificados em Cossourado, não traduzem a existência de uma sociedade guerreira.

Os objectos de adorno em bronze deveriam passar de geração em geração como bens de riqueza e, essencialmente, como bens simbólicos, como o parece confirmar o desgaste provocado pelo uso que se verifica em algumas peças, designadamente no colar (ou colares) com argolas e pendentes encontrado em Cossourado.

Outro elemento a considerar – e ao qual noutro ponto já fizemos referência – prende-se com a ausência de decoração na cerâmica dos povoados da Fase 1, o que atribuiria aos poucos objectos conhecidos (em número significativamente inferior ao dos adornos de bronze) uma considerável importância. Um facto ainda mais difícil de explicar se recordarmos que a peça decorada encontrada em Cossourado se tratava de uma panela de suspensão, ou seja, uma peça de utilização frequente.

Nas Fases 2 e 3 da Idade do Ferro da bacia superior do rio Coura, os objectos de adorno e os utensílios de cerâmica decorados perdem muito do seu valor, os primeiros pelo seu desaparecimento

quase total e os segundos pela abundância com que passaram a ser elaborados e utilizados no dia-a-dia.

Um possível indicador da existência de um grupo social com algum prestígio no interior da sociedade de Cossourado é a ocorrência de um banco corrido no interior da cabana 1 assim como a identificação de cabanas com melhor sistema de construção e melhores acabamentos, às quais surge associado espólio de valor, como objectos de adorno e cerâmica decorada.

O primeiro elemento – o banco corrido – aponta para a existência de um local de reunião, uma espécie de ponto de encontro de um conselho de anciãos que periodicamente reunia para decidir sobre assuntos de interesse da comunidade e, eventualmente, para lhe orientar o destino.

Na cabana 5 viveria uma família que, no âmbito da comunidade local, teria alguma relevância social, possuidora de cerâmica decorada, de objectos de adorno e de uma estrutura de habitação bem elaborada e rematada.

Em Romarigães e Cristelo, as respectivas cabanas 1, pela construção resistente que apresentavam e que lhes permitiram uma maior perduração no tempo, pela quantidade e diversidade de espólio que forneceram e, no caso de Romarigães, pelas áreas de trabalho aparentemente identificadas, parecem de igual forma terem sido lugares de algum relevo nos respectivos povoados, eventualmente resultado da distinção de que usufruíam os seus moradores.

A estrutura 9 de Cossourado teria uma relação directa com a estratégia de defesa e vigilância do povoado. De entre os elementos de que dispomos para assim pensar destacamos a sua localização estratégica – próximo da entrada da muralha –, as grandes dimensões que evidencia e o tipo de espólio encontrado (um bracelete, um punhal e objectos de arremesso). Seria, igualmente, fundamental quanto à existência de um possível proto-urbanismo do povoado – denunciado pela existência de um caminho que segue, ladeado por construções, desde a entrada da muralha até ao topo do torreão, local com posição estratégica inegável.

Pelo que fica dito, os elementos de que dispomos sobre a organização social são em Cossourado muito reduzidos – somente escassos e falaciosos indícios de distinção social fornecidos pelos objectos de adorno pessoal e por alguns apontamentos relacionados com a arquitectura – e em Romarigães e Cristelo praticamente inexistentes.

O povoado fortificado de Cossourado desempenharia – estamos em crer – um papel de primordial importância no âmbito da sociedade castreja do vale superior do rio Coura, extraordinariamente favorecido pela posição estratégica da elevação em que foi implantado, dominando, ainda que parcialmente, os vales do Coura e do Minho.

A comunidade que, ao longo dos séculos, nele se desenvolveu seria beneficiária dessa mesma localização e os seus elementos usufruiriam, eventualmente, de um prestígio de alguma forma superior ao das populações pertencentes a outros povoados que se encontrassem numa situação de relativa dependência, como terá sido o caso de Romarigães, de Montuzelo 1 e até mesmo da Giesteira.

Outro facto com uma importância estratégica acrescida, a que aqui já fizemos igualmente referência, prende-se com a existência de torreões em Cossourado e Romarigães, significativos elementos de comunicação e vigilância. Uma vez que Cossourado possui uma visibilidade reduzida para sul da bacia superior do rio Coura, Romarigães terá desempenhado um papel fundamental no

controlo desta área, tornando-se um posto avançado em relação a Cossourado e a todos os outros povoados cronologicamente coevos. Foi por esta área meridional da bacia do Coura que entraram os primeiros contingentes romanos, liderados por Décimo Júnio Bruto, vindos do actual território de Ponte de Lima, e nesse particular a posição de Romarigães terá sido fulcral ao nível da vigilância e da comunicação das ocorrências aos habitantes de Cossourado. Estes torreões terão sido, pois, um elemento de forte ligação entre as duas comunidades e constituíram uma das razões que nos levam a apontar para uma cronologia de construção de Romarigães posterior à de Cossourado.

Nesse processo construtivo, Romarigães terá contado com um apoio substancial de Cossourado, já que, ao contrário do que se verificou com os demais povoados da região, para a sua implantação foi escolhida uma zona de vale que necessitou ser transformada mediante a construção de dois amuralhamentos de notável dimensão. Todo o recinto – torreão e estruturas habitacionais e de defesa – foi edificado através de um considerável e necessariamente coordenado esforço humano. O tipo de construção denota igualmente um cuidado e uma técnica mais apurados que em Cossourado, proporcionados por um maior dispêndio de tempo e pela utilização de mão-de-obra mais numerosa.

A importância da posição geográfica de Cossourado e do domínio que exerceria sobre a região terá sido consolidada através do papel de intermediário no intercâmbio comercial com povos da bacia do Mediterrâneo que, pelo rio Minho ou por eventuais rotas terrestres, acorriam a estas paragens, e cujos produtos os habitantes depois distribuíam pelos povoados circundantes – eventualmente contas de colar, objectos de adorno em bronze, utensílios em ferro, vasilhas cerâmicas e conserva de peixe. Em troca levariam, muito provavelmente, recursos minerais que Cossourado extraía com o eventual auxílio de outras comunidades.

Apenas este facto parece explicar a quantidade de objectos em bronze encontrados em Cossourado, dos quais desconhecemos ao certo o local de fabrico. Sabemos que os povos da região conheciam nesta época o minério, trabalhavam o cobre, mas não temos indícios de que executassem peças em liga metálica ou em ferro.

A existência em Cossourado de contas de colar em pasta vítrea e de grande quantidade de cerâmica de importação pré-romana constitui um outro elemento que denuncia os intercâmbios comerciais com o Mediterrâneo. A maioria das peças de cerâmica importada possui grandes dimensões e paredes espessas, como as ânforas ibero-púnicas tipo Mañá A4, que teriam sido utilizadas, ao que se pensa, para transporte/armazenamento de conserva de peixe.

O contacto com este tipo de cerâmica viria a influenciar, inclusivamente, o fabrico de objectos com esta matéria-prima uma vez que, a partir de certa altura, os povos indígenas passaram a utilizar como desengordurante, ainda que parcialmente, a cerâmica de importação moída.

A distribuição do trabalho em função do género (masculino ou feminino) e a possível especialização em algumas actividades – especialização essa entendida como uma actividade desenvolvida a tempo integral por uma pessoa ou grupo no seio da comunidade – são dois outros temas para os quais dispomos de muito poucas respostas.

Em relação ao primeiro ponto, entendemos que tudo o que dito for mais não será, uma vez mais, que pura especulação. Quando muito, poderemos estabelecer em determinados aspectos algumas analogias com épocas mais ou menos contemporâneas.

Podemos, por exemplo, atribuir ao sexo feminino o trabalho da cerâmica, a fiação, a tecelagem, a confecção de peças de vestuário, os mais diversificados trabalhos domésticos, a maior dedicação aos filhos de tenra idade. Se para esta última realidade não necessitamos de provas concretas, para as outras actividades não possuímos outro indicador para além da eventual apetência feminina. Contudo, a olaria poderia ser igualmente uma actividade masculina, tal como a pastorícia, a agricultura, a recollecção, a caça, a pesca, a carpintaria, a vigilância e defesa do povoado, o trabalho dos curtumes, dos metais, da pedra, a construção das habitações ou até mesmo a colaboração na realização de trabalhos colectivos, como a construção ou manutenção de estruturas defensivas. Contudo, qualquer destas tarefas poderá ter sido desempenhada, total ou parcialmente, também pelo sexo feminino.

Relativamente à possível especialização de indivíduos em algumas actividades, somos da opinião que, nos povoados da Fase 1, todos os elementos das respectivas comunidades dominariam o conhecimento das técnicas de fabrico da maior parte dos objectos necessários ao quotidiano e o modo como deveriam desempenhar outras actividades. Contudo, é provável que trabalhos como a olaria, a cestaria, a fundição do cobre ou até a pesca, sobretudo no caso de Cossourado, fossem, regra geral, desempenhados por determinado grupo de pessoas sempre com o objectivo de satisfazer as necessidades básicas da comunidade, assumindo essas actividades, provavelmente, um carácter comunitário. Facilmente se pode justificar estas ideias com o facto de, com excepção das tarefas relacionadas com a alimentação humana, não se afigurar necessário o fabrico quotidiano de vasos de cerâmica, de peças de pedra, madeira ou metal, ou a realização de trabalhos de carpintaria.

Já no caso dos povoados das Fases 2 e 3, designadamente Cristelo, é possível que a metalurgia do ferro e o fabrico de cerâmica fossem actividades desempenhadas essencialmente por um grupo de pessoas, sem que esse facto implicasse uma especialização do trabalho com o objectivo de gerar produção excedentária para trocas. A olaria, especialmente na Fase 3 (2 de Cristelo), teria na cabana 3 um local fixo de fabrico e seria desempenhada por uma ou mais pessoas.

Podemos apenas concluir que todas as actividades praticadas por estas comunidades da Idade do Ferro teriam um papel de importância relevante para os respectivos povoados, na medida em que, não sendo sociedades cuja economia assentava no comércio, teriam de, pelos próprios meios, produzir o necessário de forma a satisfazer as necessidades básicas de subsistência.

Na tentativa de perspectivar, de uma forma genérica, a distribuição das diversas actividades no espaço dos povoados, arriscaremos um modelo aproximado e assinalaremos vários níveis na escala interpretativa:

- No espaço interior das cabanas seriam satisfeitas as necessidades básicas de subsistência: habitação, alimentação e algumas actividades artesanais, como a moagem, a fiação, a tecelagem, a metalurgia em pequena escala, entre outras tarefas mais difíceis de documentar como a cestaria – um tipo de actividades desenvolvidas por uma família nuclear.

- Na área delimitada pelas muralhas teriam lugar actividades como a construção, o armazenamento dos recursos, a criação do gado de pequeno porte e, eventualmente, a cozedura de cerâmica – actividades da responsabilidade de grupos familiares mais amplos.

- Em locais específicos e exteriores ao âmbito familiar, ocorreriam actividades como a agricultura, a recollecção, a caça ou a pesca – desempenhadas individual ou colectivamente – e a

metalurgia com produção de excedentes – desenvolvida por artesãos especializados que, a terem existido, apenas ocorreriam numa fase tardia da Idade do Ferro, eventualmente em Cristelo.

- Algumas actividades necessitariam ser desenvolvidas pelos habitantes do castro em regime comunitário. Seria o caso da construção de muralhas, de obras colectivas ou o assegurar da própria defesa do povoado.

Apesar de se registar alguma concentração de espólio em determinados locais dos povoados intervencionados – como os pesos de rede de pesca –, não podemos dizer que era evidente a existência de uma divisão do trabalho ou uma especialização, da qual resultasse uma organização estratificada da sociedade.

Tratava-se – ser-nos-á permitido dizer – de sociedades que dependiam de uma economia familiar, na qual cada núcleo seria detentor do conhecimento de diversas técnicas, de actividades e de produtos daí resultantes. Ou seja, todos estariam na posse de bens de produção, de transformação e de consumo. Alguns – poucos – possuiriam produtos mais raros, como os objectos de importação (cerâmica e contas de colar em pasta vítrea).

Um dos exercícios que mais interesse e curiosidade tem suscitado na presente investigação é o que se relaciona com a determinação do número de pessoas que um povoado do tipo dos intervencionados poderia albergar. Como no que respeita a outros assuntos, apenas podemos, contudo, formular estimativas mais ou menos falaciosas, tendo em consideração os cálculos elaborados por outros investigadores para povoados semelhantes (ALARCÃO 1992) ou para povoados de tipologia e cronologia distintas cujos estudos parecem assentar numa base sólida, como como por exemplo a *ratio* de Hill ou a *ratio* de Renfrew (1972).

A *ratio* de Renfrew, que teve por base os cálculos sobre a população que terá habitado os povoados do Egeu atribuíveis cronologicamente ao Bronze Inicial, estima uma população de 300 habitantes por cada hectare, independentemente de se tratar de uma área coberta ou ao ar livre.

A *ratio* de Hill (HASSAN 1982), por sua vez, teve por base os cálculos relativos à área coberta de um povoado e estima que a densidade populacional seria de um habitante por cada 4,5 m².

Se tivermos como referência a *ratio* de Renfrew (1972), os cálculos efectuados para Cossourado apontam, consoante as áreas abrangidas, para os seguintes valores: área delimitada pela muralha interna (16.500 m²): 495 habitantes; área delimitada pela muralha intermédia (52.000 m²): 1.560 habitantes; área delimitada pela muralha externa (74.400 m²): 2.232 habitantes. Para a viabilidade deste cálculo teríamos, evidentemente, que partir do princípio de que toda a área entre muralhas seria preenchida por construções, o que, pelo menos nas áreas intervencionadas, não se verificou.

Para aplicar a *ratio* de Hill foi necessário efectuar os cálculos de ocupação por cabana, utilizando-se, na determinação da área coberta, as medidas internas máximas. Os cálculos reais das cabanas parcialmente destruídas tiveram como referência a área existente e não o espaço total que a estrutura ocuparia, cujos valores são apresentados como área coberta estimada. Vejamos, de seguida, os resultados obtidos para o povoado fortificado de Cossourado (**Quadro LXVII**).

QUADRO LXVII	ÁREA COBERTA REAL	ÁREA COBERTA ESTIMADA	CÁLCULO DOS HABITANTES COM BASE NA ÁREA REAL (1 hab. = 4,5 m²)	CÁLCULO DOS HABITANTES COM BASE NA ÁREA REAL E ESTIMADA (1 hab. = 4,5 m²)
ESTRUTURA				
1A	21,06m ²	-	4,68 habitantes	4,68 habitantes
2A (parcialmente destruída)	15,48 m ²	30,48 m ²	3,44 habitantes	6,77 habitantes
3A	50,40 m ²	-	11,20 habitantes	11,20 habitantes
4A	26,07 m ²	-	5,79 habitantes	5,79 habitantes
5A	26,62 m ²	-	5,91 habitantes	5,91 habitantes
6A	18,64 m ²	-	4,14 habitantes	4,14 habitantes
7E	24,94 m ²	-	5,54 habitantes	5,54 habitantes
8E	19,37 m ²	-	4,30 habitantes	4,30 habitantes
9A	44,88 m ²	-	9,97 habitantes	9,97 habitantes
1C	24,64 m ²	-	5,47 habitantes	5,47 habitantes
2C	19,81 m ²	-	4,40 habitantes	4,40 habitantes
1F (parcialmente destruída)	10,73 m ²	20,73 m ²	2,38 habitantes	4,60 habitantes
2F (parcialmente destruída)	30,11 m ²	31,00 m ²	6,69 habitantes	6,88 habitantes
1H	22,18 m ²	-	4,92 habitantes	4,92 habitantes
2H (parcialmente destruída)	25,87 m ²	50,00 m ²	5,74 habitantes	11,11 habitantes
3H	24,35 m ²	-	5,41 habitantes	5,41 habitantes
1I (parcialmente destruída)	14,40 m ²	20,52 m ²	3,20 habitantes	4,56 habitantes
2I (muito destruída)	(?) m ²	40,00 m ²	(?) habitantes	8,88 habitantes
3I	28,09 m ²	-	6,24 habitantes	6,24 habitantes
TOTAIS	447,64 m²	94,14 m²	99,42 habitantes	120,77 habitantes

A uma área coberta real (escavada) de 447,64 m² corresponderá, assim, uma população de 99,42 habitantes. Por sua vez, a uma área total coberta (escavada) estimada em 543,78 m² corresponderá uma população de 120,77 habitantes.

Para calcularmos, ainda que por estimativa, a população que terá habitado a área delimitada pela muralha interna tivemos que nos socorrer de mais alguns elementos, designadamente o cálculo da área total (16.500 m²) correspondente ao interior da muralha interna e da área total escavada (2.410 m²). Com estes dados podemos estimar a área total coberta em 3.064 m² e a população em 680,88 habitantes; a área estimada coberta em 3.722,97 m² e a população em 827,11 habitantes. A área total descoberta será de 12.777,02 m².

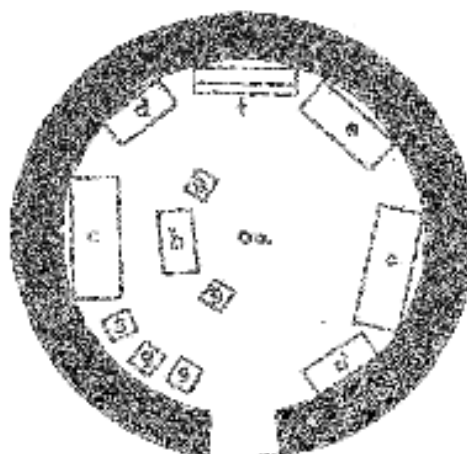
A comparação dos resultados obtidos segundo a proposta de Renfrew com os proporcionados pelo modelo de Hill não nos permite retirar qualquer conclusão, uma vez que os mesmos se apresentam bastante díspares: 495 e 827 habitantes, respectivamente. Parece-nos, contudo, que a estimativa de Renfrew estará mais próxima da realidade do que os cálculos resultantes da aplicação da metodologia de Hill, a nosso ver demasiado elevados, o que se poderá explicar pelo facto de serem baseados numa estimativa e não nos valores da área coberta real e de se desconhecer se todas as estruturas seriam destinadas a habitação e, por consequência, se seriam cobertas – o que, provavelmente, não se verificou.

Os estudos etnográficos realizados por Jorge Dias (1946, 1948) e Ernesto Veiga de Oliveira (1988) sobre a arquitectura tradicional portuguesa – e que os autores designaram por construções primitivas de Portugal – fornecem-nos elementos que, aplicados às construções castrejas, nos colocam – supomos nós – mais próximo da realidade.



Fotos 100 e 101 - Casas das Brandas de Burzegalinhas, Arcos de Valdevez, e de Santo António de Vale de Poldros, Monção (estrutura de dois pisos, com cobertura em falsa cúpula).

A maioria das edificações de tipo branda (Alto-Minho, Beira Alta, Algarve) ou choça (Alto-Alentejo), cuja técnica de construção é em tudo muito semelhante à das cabanas circulares dos povoados intervencionados, albergava somente duas pessoas. Apenas quando existiam filhos o número de habitantes aumentava. Regra geral, numa construção com 5 metros de diâmetro, que corresponde a uma área de 24,64 m², cada habitante ocuparia cerca de 12,32 m².



Des. 31 — Cabeçudos, Marvão. Choça. Planta segundo Jorge Dias: a) porta; b) lugar do fogo; c) avariz; d) cama; e) anca; f) boudoir; g) urinário.

Figura 169 – Planta e distribuição espacial do mobiliário de casa (choça) de Cabeçudos, Marvão (OLIVEIRA 1988, 132).

Se partirmos destes dados para as construções habitacionais castrejas – que estes autores também estudaram – teremos em Cossourado, na área coberta estimada localizada dentro da muralha interna, cerca de 303 habitantes. Como nem todas as áreas teriam o mesmo tipo de ocupação e como algumas cabanas albergariam já descendentes, teríamos em Cossourado, na área referida, uma população constituída por 453 ou 604 habitantes, respectivamente, consoante os cálculos sejam baseados numa ocupação de 3 ou de 4 pessoas para cada 24,64 m² de área coberta.

Estes dados parecem-nos mais próximos do que seria a realidade ocupacional do povoado de Cossourado, no qual, evidentemente, o número de habitantes iria variando de ano para ano, conforme os números da natalidade, da mortalidade e, até, da deslocação de pessoas. Na área compreendida pela muralha interna teríamos, nesta linha de pensamento, um número que oscilaria entre os 300 e os 400 habitantes. Como não possuímos dados relativos à ocupação espacial das áreas circundadas pelas duas outras muralhas (intermédia e externa), preferimos não arriscar números sobre a sua densidade populacional.

A aplicação destes estudos a Romarigães e Cristelo apresenta-se ainda mais falaciosa, uma vez que a área escavada é, nestes povoados, consideravelmente mais reduzida que em Cossourado.

De qualquer forma, na área definida pela muralha interna (38.500 m²) Romarigães teria, segundo a *ratio* de Renfrew, 1.155 habitantes e, segundo a *ratio* de Hill, uma população estimada em 233 pessoas para uma área coberta de 1.004,60 m². Novamente nos confrontamos com valores muito díspares, embora, neste caso, nos pareçam mais aceitáveis os fornecidos pela metodologia de Hill.

Os dados adaptados da etnografia portuguesa apontam, por sua vez, para um valor aproximado de 122 habitantes, distribuídos à razão de três por cada 24,64 m².

Em Cristelo, e considerada a extrema falta de dados, apenas podemos calcular a área coberta de três cabanas da 1ª Fase de ocupação e de uma da 2ª Fase e apontar uma densidade populacional de três pessoas por cabana, não sendo aconselhável, porém, extrapolar estes dados para a área total do povoado, uma vez que esta, embora calculável, é muito pouco precisa. Os dados obtidos fazem coincidir os dados etnográficos adaptados das construções primitivas de Portugal com a *ratio* de Hill.

A ausência de estruturas de inumação em todos os povoados intervencionados leva-nos a supor que, em qualquer das fases de ocupação da Idade do Ferro da bacia superior do rio Coura, se praticava a incineração, embora não tenhamos vestígio algum dessa prática – facto que também não contribui para afinar os cálculos relativos à população existente.

Em relação a eventuais cultos e rituais praticados, a informação obtida no registo arqueológico apresenta-se também nula. A confirmação da representação de um falo numa peça cilíndrica encontrada em Cristelo talvez permitisse afirmar que, neste povoado, perduravam rituais associados à virilidade masculina, cuja representação material difere da eventualmente existente nos povoados de cronologia mais antiga, como Cossourado (objectos de adorno/prestígio em bronze, já referidos). Tal confirmação, contudo, não se afigura possível. De qualquer modo, tal como diversos autores têm defendido ao longo dos tempos, acreditamos que a vida do homem castrejo estaria muito condicionada pela envolvência religiosa e o seu dia-a-dia seria marcado pela prática de inúmeros rituais que, infelizmente, desconhecemos.

O tríscele encontrado nas proximidades do povoado da Giesteira (PVF 7), eventualmente romanizado, recorda-nos os cultos da natureza e da fertilidade, cuja materialização na pedra é tardia e da qual não encontramos vestígios nos povoados escavados da Fase 1. Um facto, contudo, que não invalida a sua existência de uma forma imaterial, isto é, não traduzida para a pedra, ou a sua existência noutros materiais que não chegaram até aos nossos dias.

As actividades de lazer e os jogos e passatempos infantis existiram com quase toda a certeza. Deles, porém, não nos restam quaisquer vestígios, com excepção de eventuais fichas ou marcas de jogo em cerâmica, encontradas em Cossourado e Cristelo.

II PARTE

CAPÍTULO I – CONCEITOS E MODELOS DE INTERPRETAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO

Na nossa perspectiva, mais importante do que teorizar sobre as correntes de conservação e restauro, sobre as formas ideais de valorização/musealização dos povoados, de discutir sobre o que se entende por um ou outro conceito, é apresentar os dados dos projectos concretizados em Paredes de Coura, ou seja, na área de intervenção deste projecto.

No entanto, vamos primeiro de tentar clarificar dois conceitos fundamentais, que, pelo menos para a população portuguesa, são pouco claros, tendo levado a sucessivas interpretações erróneas. Esses conceitos são os de interpretação e musealização/valorização do património, designadamente o arqueológico.

1.1 A INTERPRETAÇÃO DO PATRIMÓNIO

A interpretação do património teve origem nos EUA, em 1957, com a publicação do livro *Interpreting our heritage*, de Freeman Tilden. Segundo este autor a interpretação do património natural e cultural é tão antiga como os seres humanos, uma vez que a transmissão da história de cada povo era feita oralmente, de geração em geração, tornando-se, estas tradições orais, na base da sobrevivência e evolução das culturas.

Definia-a como “uma actividade educacional que pretende revelar significados e relações através do uso de objectos originais, do contacto com novas experiências e de meios ilustrativos, em vez de comunicar informação baseada em factos” (TILDEN 1957, 23).

Actualmente – a interpretação – tem sido utilizada por diversas áreas do saber, como uma forma de comunicação destinada a melhorar a compreensão, em locais de tipologia diversa, como estações arqueológicas, museus, centros de interpretação e acolhimento, jardins zoológicos, aquários, por forma a criar uma atitude favorável ao que se pretende interpretar.

A palavra interpretação tem diversos significados, todos eles válidos. A principal acepção é aquela que usamos diariamente, no sentido da compreensão do que vemos e do que ouvimos.

No âmbito da apresentação do património e do turismo, a palavra interpretação significa a acção de comunicar o significado do património que o público tem perante si (MORALES MIRANDA 1998; 2004)

A *Asociación para la Interpretación del Patrimonio* (Espanha) defini-a como a arte de revelar *in situ* o significado do património cultural, histórico ou natural, ao público, o local que tem perante si e que visita nos seus tempos livres.

A interpretação do património tem por base o uso de diversas técnicas que pretendem facilitar a aproximação entre o património e a sociedade, pelo que são valorizados diversos elementos como o público, o sítio e as formas e estilos de persuasão, de sedução, de inspiração e de provocação. Em suma, a interpretação deve, sobretudo, clarificar o significado do sítio, mais do que explicar factos e acontecimentos; deve estimular a curiosidade mais do que a satisfazer.

Desta feita, parafraseando Jorge Morales Miranda (2004), a interpretação apenas será efectiva se atrair e permitir manter a atenção dos visitantes, se este entender e reter a informação e se o

visitante passar a adoptar uma atitude positiva em relação ao património, levando-o, inclusivamente, a uma mudança permanente de comportamento. A missão da interpretação mais do que contribuir para a compreensão do sítio deve ser a de criar a solução do problema do património – a sua deterioração.

A interpretação é igualmente uma forma de gestão do património, pelo que através da criação de uma programa interpretativo efectivo saem beneficiados diversos sectores designadamente os económicos, administrativos, a segurança, a manutenção e a própria imagem da instituição gestora.

A criação de caminhos, locais e centros interpretativos favorece o bom uso dos diversos espaços, orientando o visitante para os lugares apropriados, afastando-o de sítios mais vulneráveis. Contudo, em todo o percurso da visita é necessário ter presente que o visitante está a despende o seu tempo de lazer, pelo que, provavelmente, não está disposto a absorver cargas elevadas de informação.

Num sentido mais lato, a interpretação do património no território em que está inserido o bem em causa, deve ser o motor dos mais variados benefícios para a comunidade, pelo que a planificação de qualquer tipo de actuação interpretativa deve contemplar alguns aspectos fundamentais: a protecção do património e da identidade local; o protagonismo da comunidade no processo; a conjugação do desenvolvimento económico, social, cultural e identitário, levando à criação de uma oferta dinâmica e adaptada à procura social, de forma a que o desenvolvimento seja sustentado e que se traduza numa real melhoria da qualidade de vida.

1.2 A VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO

A valorização do património cultural, designadamente o arqueológico, tem vindo a demonstrar uma relativa crise da museologia tradicional (ESPINOSA RUIZ 2004), criando, de mãos dadas com uma "nova museologia", novos conceitos e novas práticas, na área da musealização do território, em espaços ao ar livre, que geraram uma variada gama de produtos como os parques culturais, os parques arqueológicos, os museus de sítio, as estações arqueológicas ou sítios musealizados, os arqueódromos, os eco-museus e os "museus ao ar livre".

A própria *European Association of Archaeologists* tem também debatido temas relacionados com a complexidade do património arqueológico e, sobretudo, com a dificuldade que representa a sua exposição ao público. Insiste-se na necessidade de se direccionar para públicos diversos, com interesses e formas de apreensão igualmente diversa, excluindo a ideia se dirigir para um público em geral, ou seja, que teria, nesta acepção os mesmos gostos, interesses, formas de apreensão.

Actualmente encontramos diversos modelos de valorização, conforme o autor que se debruça sobre o assunto, que podemos resumir em três modelos principais:

MODELO 1 – “Fazer tábuas rasas do passado”

Parte da ideia de que o conhecimento e desenvolvimento do território – o progresso – não pode ser hipotecado pela existência de vestígios do passado que perderam utilidade – o que não serve pode ser destruído. Neste modelo o património, quando muito, é considerado um elemento decorativo.

MODELO 2 – “Jóia da coroa”

Parte da ideia de que a valorização do património se deve fazer pela óptica do prestígio. Sendo um modelo muito utilizado, implica uma visão “estreita” e antiquarista do património.

Podemos dar como exemplo os projectos de turismo cultural num centro histórico, em que se escolhe o monumento mais famoso e conhecido, actuando-se sobre ele sem ter em conta a sua área envolvente e a sua sociabilidade. Existem igualmente projectos de valorização do património que obedecem a uma lógica de prestígio político – quando se desenvolvem apenas para ajudar a ganhar eleições.

MODELO 3 – “Terra incógnita”

Esta designação de *terra incógnita* deriva do facto de ser um modelo de que se desconhecem as suas verdadeiras possibilidades, uma vez que exploram novas vias do conhecimento, de uso do património e do território, de forma a criar um desenvolvimento sustentável.

A valorização do património, segundo este último modelo, pode, inclusivamente, beneficiar a sociedade actual através do estímulo de diversos valores:

- o valor identitário, actuando como gerador de imagem e de identidade territorial;
- o valor económico, gerando novas oportunidades de negócio, de emprego, de turismo;
- e o valor social, podendo contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população.

Apesar de ainda se poder considerar um modelo experimental, que em alguns casos terá resultados pouco animadores, será certamente aquele que mais respeita o património e que, sem dúvida, ser este o modelo mais correcto para aplicar à gestão do património arqueológico.

Ao contrário do que seria de esperar, a própria legislação portuguesa sobre o Património Arqueológico, muito vasta e diversa, evoluiu muito positivamente no sentido da valorização patrimonial, pelo que a própria lei (Lei nº 107/2001, de 8 de Setembro) se designa como a que “Estabelece as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural”. Uma leitura atenta da mesma, designadamente dos artigos que de seguida transcrevemos, elucida sobre o que em traços gerais se entende por valorização do património.

No Artigo 1º define que o objecto da lei é estabelecer “as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural, como realidade da maior relevância para a compreensão, permanência e construção da identidade nacional e para a democratização da cultura.”

No regime geral de valorização dos bens culturais, no seu Artigo 70º, define as componentes do regime de valorização:

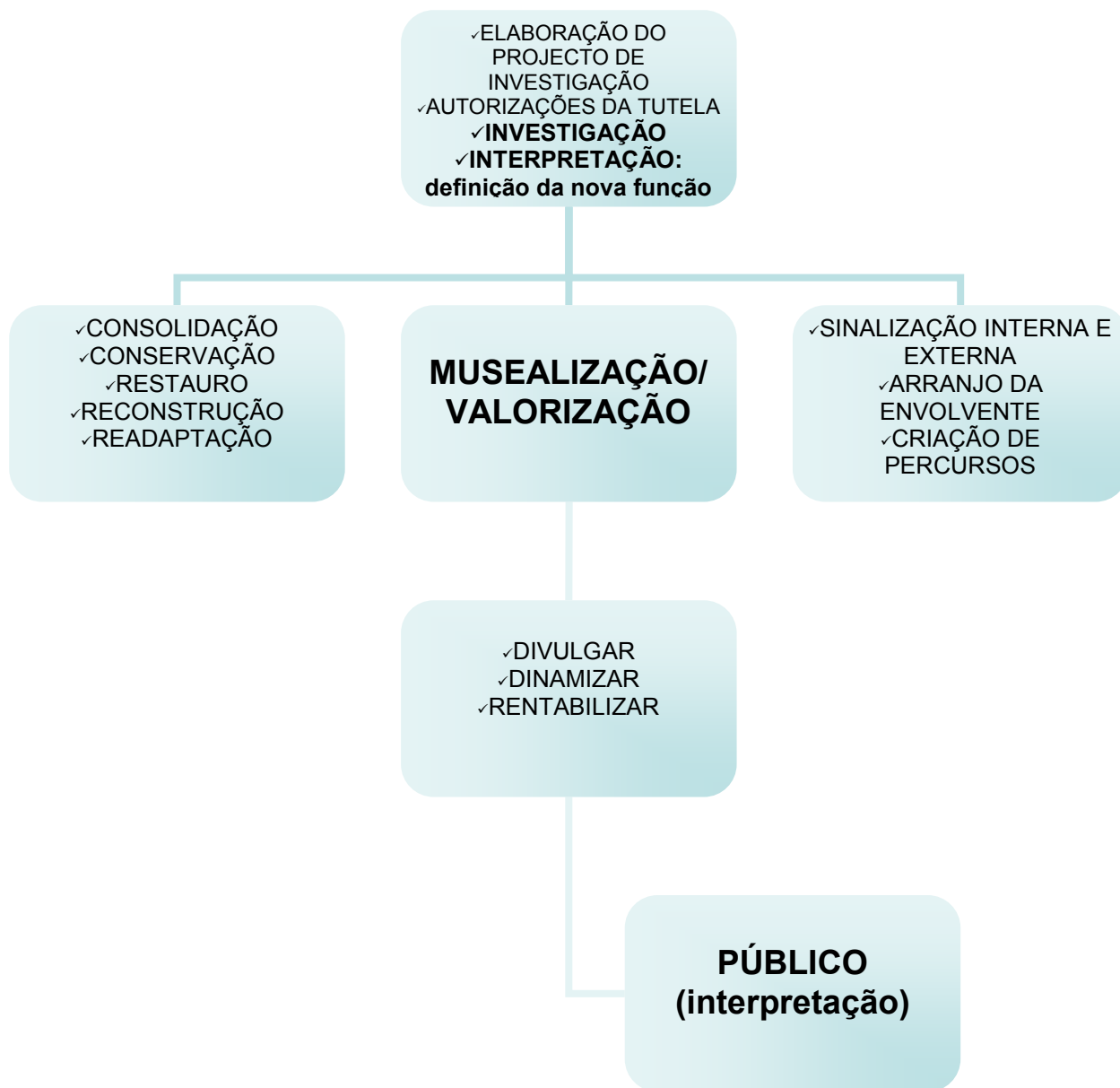
São componentes do regime geral de valorização dos bens culturais: a) A conservação preventiva e programada; b) A pesquisa e a investigação; c) A protecção e valorização da paisagem e a instituição de novas e adequadas formas de tutela dos bens culturais e naturais, designadamente os centros históricos, conjuntos urbanos e rurais, jardins históricos e sítios; d) O acesso e a fruição; e) A formação; f) A divulgação, sensibilização e animação; g) O crescimento e o enriquecimento; h) O apoio à criação cultural; i) A utilização, o aproveitamento, a rentabilização e a gestão; j) O apoio a instituições técnicas e científicas.

Os instrumentos da valorização são definidos no Artigo 71º:

Constituem, entre outros, instrumentos do regime de valorização dos bens culturais: a) O inventário geral do património cultural; b) Os instrumentos de gestão territorial; c) Os parques arqueológicos; d) Os programas e projectos de apoio à musealização, exposição e depósito temporário de bens e espólios; e) Os programas de apoio às formas de utilização originária, tradicional ou natural dos bens; f) Os regimes de acesso, nomeadamente a visita pública e as colecções visitáveis; g) Os programas e projectos de divulgação, sensibilização e animação; h) Os programas de formação específica e contratualizada; i) Os programas de voluntariado; j) Os programas de apoio à acção educativa; l) Os programas de aproveitamento turístico; m) Os planos e programas de aquisição e permuta.

Contudo, em Portugal, ao contrário do que acontece em outros países, designadamente na Espanha, cuja realidade conhecemos melhor, os conceitos e formas de actuação no que diz respeito à interpretação e valorização do património estão muito mal definidos, são muito pouco debatidos e poucas vezes postos em prática. Considerando, embora, que são conceitos complexos, e de difícil definição e execução ganharíamos bastante se se aprofundassem esses conceitos e as formas de actuação, num amplo debate, com a conseqüente produção bibliográfica e execução de projectos de qualidade.

Tentamos, no esquema que segue (**Figura 170**), fazer um resumo das etapas por que passa o processo de valorização ou muzealização do património arqueológico. Pela sua análise depreende-se que, para nós, os dois conceitos – valorização e muzealização – definem realidades idênticas, enquanto que a interpretação, também na nossa acepção, é sobretudo uma componente desse processo, tendo um papel importantíssimo na parte inicial e final fim do mesmo.



1.3 A EVOLUÇÃO DA VALORIZAÇÃO ARQUEOLÓGICA EM PORTUGAL

Em obra que publicamos em 1994 (SILVA 1994) lamentávamo-nos da falta de projectos de valorização ou musealização, e da ainda maior raridade de publicações sobre o tema. Apenas alguns monumentos megalíticos haviam sido consolidados, restaurados e protegidos ou estavam em vias de o ser. A título de exemplo refira-se as intervenções em estruturas megalíticas como o dólmen 1 do Carrapito (Aguiar da Beira - CRUZ *et alii* 1990), a Anta da Cunha Baixa (Mangualde) ou a Orca da Matança (ambas no distrito de Viseu).

No caso dos povoados da Idade do Ferro, estas iniciativas não existiam, se excluirmos as reconstruções de Martins Sarmento, na Citânia de Briteiros (**Foto 102**). Na vizinha Espanha, por sua vez, tínhamos as intervenções de Santa Tecla (**Foto 103**) e do Castro de Viladonga, em Lugo. Castro este, tal como Citânia de Sanfins, em Paços de Ferreira, associado a Museu Monográfico. De cronologia romana tínhamos, no espaço português, a estação arqueológica de Conimbriga e respectivo museu monográfico.



Fotos 102 e 103 – Cabanas reconstruídas na Citânia de Briteiros e no Castro de Santa Tecla.

Felizmente, na última década, as intervenções de valorização de sítios arqueológicos aumentaram significativamente, embora nem sempre com a qualidade desejável, abrangendo sítios arqueológicos de quase todas as épocas, com especial destaque para os povoados castrejos. Essas intervenções partiram da iniciativa dos organismos da tutela, como o IPPAR, ou da iniciativa de Câmaras Municipais, associadas a diversos organismos, como instituições universitárias e empresas de arqueologia. De realçar que estas intervenções resultaram da adesão de Portugal à Comunidade Europeia, sendo financiadas na maioria dos casos em 75% por diversos fundos comunitários. Sem esse tipo de ajuda financeira, supomos, para não afirmar, que este "boom" de projectos de valorização do património arqueológico não teria existido.

Dentro dos projectos desenvolvidos pelo Instituto Português do Património Arquitectónico (IPPAR) inclusos nos Itinerários Arqueológicos do Alentejo e Algarve e publicados em obra própria (VVAA 2001), podemos referir os trabalhos de valorização associados, regra geral, à construção de centros de acolhimento e interpretação na Gruta do Escoural (Montemor-o-Novo - **Fotos 104 a 106**), na necrópole de Alcalar (Portimão), no Castro da Cola (Ourique), no povoado pré-histórico de Santa Vitória (Campo Maior), em Miróbriga (Alcácer do Sal), em Torre de Palma (Monforte), em S. Cucufate, em Milreu e no Cerro da Vila (Vilamoura), grande parte destas estações de cronologia

romana. Estes trabalhos reflectem uma nova perspectiva, uma nova forma de encarar o património arqueológico.



Fotos 104 a 106 – Centro de Interpretativo das Grutas do Escoural.

Este organismo – o IPPAR – efectuou ainda outras intervenções em estações arqueológicas como o Castro de Santa Luzia (Viana do Castelo), o santuário de Panóias (Vila Real) e em diversos monumentos históricos. Estas intervenções obedeceram, segundo o, na altura, vice-presidente do IPPAR, Paulo Pereira, a uma filosofia de intervenção e a uma selecção segundo "critérios de natureza patrimonial que levam em conta aspectos de preservação à *outrance* (nalguns casos) ou de gestão global " (PEREIRA 2001, 12). Critérios esses que também tornou públicos na publicação citada, que pese embora sejam discutíveis, são reflexo de uma filosofia de valorização do património arqueológico que não existia, salvo casos esporádicos, como Conimbriga (gerido pelo Instituto Português de Museus), no nosso país.



Fotos 107 e 108 – Alcalar, Portimão – Centro de acolhimento e templo funerário megalítico, com falsa cúpula (monumento 7) após projecto de valorização.

No que diz respeito à existência de projectos de investigação orientados no sentido de apresentação de Tese de Doutoramento foi elaborada e apresentada apenas uma obra, por Olga Pinto de Matos, intitulada “Subsídios para a História da Valorização do Património Arqueológico em Portugal”, orientada pelo Professor José d'Encarnação, e defendida em Coimbra, em Maio de 2003.

Como uma das actividades de maior destaque no sentido da divulgação e rentabilização do povoado, refira-se a realização, entre os dias 26 e 28 de Abril de 2001, sob a nossa responsabilidade, do *Simpósio Conservação e Intervenção em Sítios Arqueológicos e Monumentos Históricos*, uma iniciativa conjunta da Universidade Portucalense Infante D. Henrique e da Câmara Municipal de Paredes de Coura.

Tendo como pano de fundo a conservação, o restauro, a musealização, a divulgação e a rentabilização de estações arqueológicas e monumentos históricos e, ainda, a análise de projectos de readaptação desses espaços a novas funcionalidades, este Simpósio constituiu-se como uma organização de grande êxito, para o qual contribuíram as intervenções de importantes nomes das áreas em debate, bem como a participação de mais de duas centenas de inscitos provenientes dos mais diversos pontos do país e instituições.

Entre as conferências proferidas, podemos mencionar, numa perspectiva mais genérica, os pontos de situação efectuados sobre a Conservação e Musealização de Sítios Arqueológicos em Portugal (Prof. Doutor Vitor Jorge), na Andaluzia (Prof. Doutor Pedro Aguayo de Hoyos) e na Galiza (Prof. Doutor Felipe Criado Boado e Dr. Fausto Infante Roura) e, numa perspectiva mais particular, a abordagem das intervenções em Sítios Romanos do Norte de Portugal (Prof. Doutor Lino Tavares Dias), em Conimbriga (Dr. Virgílio Correia), em Povoados Fortificados da Idade do Ferro (Prof. Doutor Armando Coelho) e no Povoado Calcolítico de Freixo de Numão (Profa. Doutora Susana Oliveira Jorge).

As intervenções em Monumentos Históricos foram apresentadas, numa perspectiva mais abrangente pelo Arquitecto Alcino Soutinho e pelo Eng^o Francisco Sousa Lobo (Monumentos Militares) e, de forma mais particularizada, pela Arquitecta Paula Silva (Igreja Românica de Rubiães), pelo Arquitecto Vitor Mestre (Edifício do Aljube), pelo Dr. Pato de Macedo (Santa Clara-a-Velha), pelo Arquitecto Rui Loza (zona histórica do Porto), pelo Arquitecto Eduardo Souto Moura (Mosteiro/Pousada de Sta. Maria de Bouro), tendo sido também abordado, o historial da gestão cisterciense das obras deste Mosteiro pelo Prof. Doutor Salvador Mota.

Contudo, apesar da grande adesão ao evento, as nossas expectativas de debate de ideias, conceitos e dos projectos de valorização não se realizou verdadeiramente quer nas sessões, quer na posterior publicação das Actas (SILVA 1992). De facto, comprovou-se novamente que os arqueólogos investigam, escrevem sobre essa investigação, idealização posteriormente os projectos de valorização mas não escrevem sobre eles. As suas publicações posteriores versão unicamente a vertente da divulgação, nem sempre conseguindo escrever numa leitura agradável e acessível aos diversos públicos. Em termos de dinamização dos espaços intervencionados as actividades são muito raras.

Na vizinha Espanha este tipo de intervenção de valorização está bastante mais desenvolvido uma vez que além de terem efectuado diversos projectos de valorização cuja qualidade, por vezes, é

semelhante à portuguesa, outras vezes, é substancialmente melhor, apostaram nas vertentes que a nós nos faltam: escrever, debater, teorizar sobre estes assuntos em diversas publicações (por exemplo as do Instituto Andaluz do Património) e em sítios na Internet, dinamizando em termos de recriação de uma forma muito activa as estações arqueológicas, designadamente na Galiza e nos povoados castrejos.

A construção de alguns parques temáticos ou mesmo centros de interpretação na verdadeira acepção do conceito (**Fotos 109 a 112**), com reconstituições dos quotidianos de diversas épocas, permanentes ou temporárias, são uma realidade bastante diferente da portuguesa.

Associado a este tipo de intervenções possuem uma grande dinâmica na área do turismo cultural e, designadamente, arqueológico, incentivada por diversas instituições, designadamente a Universidade de Barcelona. Em Portugal esta dinâmica não existe, pelo que todas os projectos de valorização inclusivamente os que possuem diversas unidades de apoio – como os designados centros de interpretação e acolhimento ou núcleos museológicos –, são pouco conhecidos, em resultado da ausência de projectos de dinamização e de divulgação vocacionados para o público local, regional (nos seus diversos níveis etários), e sobretudo, para o turismo arqueológico.



Foto 109 - Métodos e técnicas de escavação arqueológica – Exposição em Sevilha “Hace 4.000 años”, 2002.



Foto 110 – Centro de Interpretación de Olvera, Cádiz: como se vivia na época Ibérica (POZUELO MEÑO 2002).



Fotos 111 e 112 - Centro de Interpretação de Olvera, Cádiz: como se vivia na Idade Média (POZUELO MEÑO 2002).

Alguns Gabinetes Municipais de Arqueologia têm feito algum trabalho com as escolas locais. Contudo, em termos genéricos, a maioria das actividades resume-se a visitas guiadas para um público restrito, essencialmente escolar. É com certeza um elemento muito valioso no sentido da criação de um futuro público mais informado mas, parece-nos que se tem esquecido o trabalho directo com os outros públicos pelo que o turismo arqueológico em Portugal não tem criado mais interessados na fruição dos sítios arqueológicos, se exceptuarmos os que se deslocam a estações do conhecimento praticamente geral como Conimbriga, o chamada Templo de Diana, em Évora, ou até o Parque Arqueológico do Côa. Exemplo, provavelmente isolado, será o circuito das Antas de Elvas desenvolvido pelo IPPAR, que se divide pelo circuito do Guadiana e o de Barbacena e que durante três vezes por semana (além dos dias feriados), entre Abril e Outubro, transporta, com veículos todo-terreno, os utentes a diversos monumentos megalíticos, colmatando nesta região uma lacuna existente em todo o país.

1.3.1 A fase inicial do Projecto de Valorização da bacia superior do rio Coura

Em 1994, como referimos, publicamos o livro "O Povoamento Proto-Histórico e a romanização da Bacia superior do rio Coura: estudo, restauro e divulgação" onde incluímos alguns capítulos em que preconizávamos um vasto leque de intervenções necessárias como forma de articular o estudo científico do espaço arqueológico e a sua valorização através do restauro, conservação, dinamização e divulgação, ou seja, de forma a recriar, ainda que em grande parte teoricamente, o "mundo castrejo", tornando-o o mais inteligível à comunidade.

Nessa obra apresentamos uma estudo pormenorizado sobre o espaço, os materiais de construção e os tipos de estruturas dos povoados fortificados da Idade do Ferro, baseado essencialmente no saber existente sobre os povoados que hoje designados de longa duração, do tipo Briteiros, Sanfins e Santa Tecla. Esse estudo tinha essencialmente um carácter informativo e formativo, como auxiliar para quantos precisassem de um apoio teórico sobre arquitectura castreja e estivesse relacionados com as diversas intervenções de conservação, restauro, valorização e, posterior, dinamização e divulgação. Analisamos, igualmente, os diversos agentes de degradação,

designadamente aqueles que incidem sobre os materiais pétreos como o granito e o xisto matérias-primas, regra geral, utilizadas na construção das estruturas arquitectónicas da época em questão.

A musealização dos povoados, as réplicas de estruturas, a reconstituição paleo-ambiental, a sinalização, iluminação e protecção do local e os espaços museológicos monográficos e municipais, foram também elementos aos quais dedicamos algumas páginas. A dinamização e divulgação dos povoados, bem como a informação do público e os meios de divulgação, inclusivamente, aqueles que são sobretudo vocacionados para crianças e jovens, foram os temas sobre os quais versavam as últimas páginas do estudo.

Essa publicação constituiu o culminar de uma fase fruto da colaboração com a Câmara Municipal de Paredes de Coura, em que se desenvolveram as mais diversas actividades e projectos, sempre na expectativa de tentar alterar a panorâmica de desconhecimento total sobre a arqueologia do concelho de Paredes de Coura que até aí existia. Muito resumidamente podemos referir a execução de diversas actividades de divulgação e dinamização como: a edição de publicações como os *Cadernos de Arqueologia e Património* (versão anual e versão monográfica); as conferências, conversas, os debates; os cursos com características de formação e sensibilização na área do Património e da Arqueologia; a elaboração de material de divulgação como a edição de desdobráveis e outros prospectos e roteiros turísticos com carácter pedagógico e informativo, feitos de acordo com a idade e o nível cultural da população a que eram destinados; as exposições temáticas; as visitas guiadas às estações; a colaboração com as escolas do meio; a elaboração de textos distribuídos aos meios de comunicação local, regional ou nacional; a participação em Congressos e outras organizações científicas; a publicação de artigos em revistas da especialidade sobre o desenrolar dos estudos. Embora não tenhamos conseguido concretizar todos os objectivos que possuíamos, grande parte deles foi atingido.

Tal como havíamos sido pioneiros em termos da apresentação do primeiro projecto de investigação integrado ao extinto IPPC (Instituto Português do Património Cultural), também o fomos na passagem ao papel daquilo que à altura considerávamos os elementos essenciais para uma real valorização e dinamização do património arqueológico da Idade do Ferro do Noroeste Peninsular, designadamente dos povoados fortificados. Infelizmente as intervenções arqueológicas que iniciamos em 1992 no povoado de Romarigães depararam com um sítio arqueológico muito destruído, que apesar de se ter continuado a escavar e a conservar não permitiu uma evolução no sentido da aplicação de um projecto de valorização com os gastos que o mesmo pressupunha. Desta feita, tivemos que iniciar escavações em outro povoado – Cossourado – que, evidentemente, só após alguns anos de intervenções (1993 e 1997) foi possível ter uma área intervencionada que permitisse a aplicação de um projecto de musealização (que aludiremos no capítulo IV). Assim, outros, tiveram, felizmente, a oportunidade de ser pioneiros, se excluirmos as intervenções antigas em Briteiros e Santa Tecla, iniciando-se uma chamemos-lhe segunda e importantíssima fase de valorização do património arqueológico castrejo do Noroeste peninsular na área portuguesa.

CAPÍTULO II – A CONSERVAÇÃO, CONSOLIDAÇÃO E RESTAURO DOS POVOADOS FORTIFICADOS

Neste capítulo faremos algumas breves e superficiais considerações sobre os agentes de degradação e as formas possíveis de intervir nos povoados da Idade do Ferro, servindo-nos para isso da nossa experiência nos povoados da área da bacia superior do rio Coura, e de outro tipo de intervenções realizadas em povoados de diversas cronologias mas que apresentam semelhanças com os da Idade do Ferro. No entanto, abstermo-nos de fazer juízos críticos mas, tão só expor algumas ideias teóricas sobre estes temas, que nos foram úteis e que o podem ser a outros.

A discussão em torno dos conceitos de restauro e, sobretudo, da forma como actuar em cada peça ou monumento é muito vasta, pelo que gera polémica, controvérsia e especulação. De facto, ao longo dos tempos o conceito de restauro tem evoluído o que não impede que, actualmente, continuem a coexistir várias teorias, correntes e escolas de restauro, que actuam segundo a forma que pensam ser a mais correcta, em face, obviamente, do objecto ou do monumento em causa.

Não é nosso propósito – nem nos parece oportuno – estudarmos aqui essas várias formas de entender o restauro através dos tempos. Contudo, importa referir algumas noções gerais.

Ao longo dos tempos pode-se agrupar, grosso modo, as teorias do restauro em dois grandes blocos, cada um deles com várias ramificações. Assim, temos aqueles que defendem que restaurar é uma forma de renovar uma realidade deteriorada, pelo que se lhe deve dar o "brilho" anterior, independentemente do rigor histórico. Estão neste caso, Viollet-le-Duc, Dewey, Ludovico Vivet. Este último afirma: "O acto de restauro implica não inovar a menos que para completar ou embelezar" (VIVET 1825).

No outro grande bloco agrupamos aqueles que defendem um restauro baseado numa pesquisa documental, mantendo a forma antiga e realçando bem a diferença entre a parte antiga, real e a restaurada ou reconstruída (John Ruskin, Camilo Boito, Cesari Brandi).

Camilo Boito, em 1883, desenvolvia as oito principais condições da arte do restauro. Essas condições seriam: mostrar a diferença entre o antigo e o novo; mostrar a diferença entre os materiais e os modos de construção; suprimir as decorações nas partes reconstituídas; expor os materiais eliminados; incluir a data de actuação; incluir uma epígrafe descritiva dessa actuação; compilar a documentação fotográfica e escrita de todos os passos do restauro, em forma de livro, para poder ser consultado por todos os interessados; e, por fim, realçar a notoriedade visual das acções realizadas.

Estas directrizes continuam actuais, pelo que reforçamos a ideia de que o restauro dos monumentos deve ser feito de forma que o antigo seja perceptível e acompanhado de uma boa documentação do processo de recuperação, uma vez que esse acrescento é um momento histórico na evolução da ruína arqueológica ou do monumento arquitectónico.

A ruína deve ser encarada como um pedaço do nosso passado que, apesar de mal conservado, tem uma informação para nos dar, uma mensagem a transmitir. Parece-nos ser esta a opção correcta. Este tipo de restauro, designado preventivo (BRANDI 1989), tem como principal preocupação consolidar e conservar. Como refere Adília Alarcão "preservar é sinónimo de manter ou reproduzir as condições da jazida" (1991b).

A preservação e exibição "in situ" dos vestígios arqueológicos constitui um dos maiores problemas dos arqueólogos (STUBBS 1984), visto estarmos a lidar com estruturas já em estado avançado de deterioração. A interdisciplinaridade é o conceito chave. Num projecto, infelizmente ideal, ela deve começar na prospecção, deve acompanhar todo o ciclo arqueológico e chegar até à musealização, divulgação e rentabilização do sítio arqueológico.

Antes de iniciarmos uma intervenção de conservação e restauro devemos ter em conta diversos factores, de forma a executar um bom projecto de diagnóstico dos mais diversos agentes de agentes de degradação que actuaram ou podem vir a actuar nas estruturas do sítio arqueológico. De entre esses agentes destaquem-se os agentes físicos, químicos e biológicos a que se associam, os agentes antrópicos, muitas vezes os que provocam os danos mais substanciais.

Os agentes físicos, químicos⁽⁴⁴⁾ e biológicos que actuam ao nível da maioria dos monumentos, designadamente os arqueológicos, são: a água, o oxigénio, a acidez, a alcalinidade, a oxidação, os sais, os complexos de matéria orgânica, a temperatura, a pressão do solo, os microrganismos (animais e plantas microscópicas), a luz e a poluição (CRONYN 1990).

Embora estes agentes sejam os mesmos sobre outros tipos de pedra, a sua acção no granito e no xisto, materiais prioritariamente usados nas construções dos povoados da Idade do Ferro, deve ser estudada com grande minúcia e de forma científica.

No caso do granito é sobre o feldspato que actua um dos principais agentes de deterioração do granito: a água. Por um processo físico, a água das chuvas ou outras, carregada de anidrido carbónico, quando em demasia (num meio de PH ácido), provoca a lixiviação e resulta na caulínização (convertendo o feldspato em minerais de argila), com a consequente alteração da superfície do granito. No caso contrário, a falta de água provoca também, por lixiviação, uma ilitização (ALBUQUERQUE 1971), resultando novamente numa alteração da superfície, levando ao destacamento.

Por infiltração nos poros e com as alterações bruscas de temperatura (produz-se uma tensão mecânica ou uma expansão térmica - crioclastia e termoclastia), originam-se fendas e, mais tarde, a desagregação.

Outro factor físico relaciona-se com a acção eólica que, por abrasão, provoca alterações superficiais. Com a alteração do feldspato e consequente desagregação, os grãos do quartzo, na falta dos anteriores que dão a dureza à pedra, caem igualmente.

As oscilações que resultam em desmoronamento são provocadas por acção biológica (a construção de galerias subterrâneas por animais) e física, como seja a acção tectónica e novamente a eólica.

Outro tipo de acção biológica, a dos microrganismos (fungos, líquenes e outros), em conjunto com acções químicas de vária ordem, é também causa da destruição da pedra, do destacamento e de alterações superficiais.

O xisto sendo uma rocha branda, orogénica, sedimentar ou estratificada (embora algumas ardósias sejam de origem metamórfica - (SHUMANN 1992), tem a propriedade de se dividir em

(44) Agentes de deterioração físicos são aqueles que destroem a estrutura dos materiais; os químicos são os que provocam alteração da sua composição química (CRONYN, 1990). Dependem da natureza do material e do meio ambiente.

lâminas - a xistosidade -, o que lhe confere um alto grau de desagregação. A acção da água sobre as lâminas é bastante prejudicial, se em excesso ou em ausência. Também os microrganismos instalados nas fendas e nos planos estratificados provocam a desagregação da pedra.

As ervas daninhas, as raízes e troncos de árvores são também grandes responsáveis pela destruição das estruturas, seja qual for o material que as constitua.

2.1 MÉTODOS E TÉCNICAS DE CONSERVAÇÃO, CONSOLIDAÇÃO E RESTAURO DAS ESTRUTURAS

Uma das principais tarefas a ter em conta como referimos é o estudo do clima e dos agentes de deterioração, existem, contudo, outros, que se assumem como os principais responsáveis pelos problemas que se nos apresentam numa estação arqueológica com estruturas em ruína.

Mediante um diagnóstico objectivo dos agentes de deterioração, dos materiais de construção das estruturas, da estratigrafia, do tipo de aparelho, da argamassa, do clima, procuraram-se as soluções e escolhe-se a metodologia a seguir (BRANDI 1989).

Antes da consolidação, a estrutura deve ser resguardada, impedindo-se o aquecimento excessivo e a consequente evaporação acelerada, bem como a situação oposta: a concentração de águas ou a formação de gelo. Deve-se evitar a cristalização de sais e o aparecimento de algas e outros organismos destruidores da pedra (ALARCÃO 1991b).

Outra tarefa prioritária é a limpeza, quer das estruturas, quer da área envolvente. A destruição de ervas daninhas, de fungos, de líquenes e de todas as matérias acumuladas (detritos, fuligens) nas estruturas é essencial. Contudo, não se deve usar instrumentos metálicos ou jactos de pressão, sejam de areia, água ou vapor. A "patine" da pedra deve que ser preservada, não só por razões históricas, mas porque protege a pedra dos agentes erosivos e esteticamente torna o sítio arqueológico muito mais agradável ao olhar.

Após estas acções preliminares é necessário, se for o caso, reforçar as paredes com injecções de argamassa de consistência igual à preexistente (STUBBS 1984). Apesar de cada sítio arqueológico ter as suas particularidades, cada caso ser um caso único e não existirem restauros ou soluções ideais, deve-se procurar uma argamassa que consolide, dure e não provoque ela própria estragos maiores, como tem acontecido em muitos casos em que se utilizou o cimento.

Uma argamassa feita com saibro, terra e água tem sido usada, com bons resultados, na consolidação de estruturas de vários povoados. Esta argamassa tem-se apresentado compatível com as estruturas, com a argamassa antiga (quando existe) e, dentro do possível, com os agentes de deterioração.

Outra argamassa, constituída por cal hidráulica, água, areia e terra, para obter a coloração desejada, tem sido comprovada também como duradoura e eficaz, sem criar problemas de fissuração nas estruturas. É usada mais espessa, para repor e consolidar as pedras da camada superficial ou da reconstrução da estrutura, e mais líquida, quando se pretende consolidar internamente a estrutura, de forma a chegar a todos os pontos e poder ser injectada.

Parece-nos que o consolidante que tem proporcionado melhores resultados e que é mais parecido com o utilizado na época cronológica em causa é uma argamassa de saibro, misturada com terra ou barro e, fugindo à autenticidade, cimento de boa qualidade, em pequeníssimas quantidades.

Nos diversos projectos de consolidação e restauro de estruturas é habitual fazer-se a reconstrução de um pouco da parede, quer em povoados do tipo aqui estudado, quer nos de outras épocas cronológicas. A dividir a parte reconstituída da preexistente diversas intervenções de valorização têm utilizado fragmentos de mármore, de xisto, de tijolo, de calcário ou outros materiais, normalmente de tipo diferente do da construção das estruturas do povoado. O importante é que o restauro apenas seja perceptível de perto (STUBBS 1984) e que exista uma divisão vincada e bem visível entre a parte reconstruída e a estrutura de base.

Durante bastante tempo, em Portugal salvo casos esporádicos (como Vila Nova de S. Pedro) não eram utilizadas divisórias, embora se tenham, por vezes, reconstituído paredes de estruturas. Actualmente ou se opta por essa opção ou, como tem sido mais frequente, utiliza-se um elemento de descontinuidade em fibra geotextil (Cossourado, Terroso, Póvoa de Varzim - **Foto 109**) que divide a parte pré existente da reconstruída. Desta forma não surgirão problemas futuros relacionados com alterações do elemento de descontinuidade, como o adquirir por patine o mesmo tom da pedra original, a degradação, por exemplo, do mármore através da acidez do granito ou de outros elementos. Além disso um elemento deste tipo ficará sempre a dividir das duas partes do muro e podem ser retirados os excedentes visíveis, tornando-se total ou parcialmente invisível.



Foto 109 – Elemento de descontinuidade em fibra geotextil – Cividade de Terroso.

Nas reconstituições que elaboramos em Paredes de Coura utilizamos placas de xisto, recolhidas no próprio povoado de Romarigães, para a elaboração da linha divisória das estruturas, dado ser também um mineral típico da zona e também utilizado nas estruturas do povoado e fibra geotextil, de coloração bege, em Cossourado.

Outros factores a ter em conta nos trabalhos de reconstituição são: a utilização da mesma qualidade de pedra, de preferência a original, geralmente mais acessível, dado existir em grande quantidade nas camadas de derrube; a necessidade de as técnicas de construção serem as mesmas, seguindo, pois, o mesmo tipo de aparelho e de paramento da estrutura. Reforce-se a ideia de que quer o tipo de construção, quer o de aparelho e paramento, são bastante variados, podendo falar-se de um polimorfismo construtivo e de uma inegável preocupação estética dos pedreiros coevos, pelo que nos devemos manter fiéis a essa filosofia, ou seja, é necessário ter sempre presente a

necessidade de respeitar e salvaguardar a autenticidade dos elementos construtivos (*Carta del Restauro*, 1972). Evidentemente que, com o passar dos tempos, será quase impossível distinguir o preexistente da parte reconstituída, o que, mais uma vez, deve fazer repensar nas soluções a aplicar.

Outro elemento que gera alguma polémica é o de como deixar o perfil da superfície: linear ou irregular. Nos povoados fortificados da área portuguesa tem-se optado por deixar o perfil irregular, que nos parece o mais apropriado. Raramente se utilizam os dois tipos.

Após estas tarefas, é necessário não descurar o espaço envolvente, interno e externo da estrutura. A eliminação de raízes e ervas é muito importante, uma vez que o seu crescimento afecta as estruturas e o próprio restauro. A distribuição de herbicida tem que ser feita periodicamente, como trabalho de manutenção que toda a estação arqueológica requer. Espalhando areão, gravilha miúda ou saibro na área envolvente e mesmo dentro da estrutura – caso não exista pavimento, por exemplo, lajeado –, além de um interessante efeito estético, impede-se o crescimento de ervas, favorecendo a drenagem das águas pluviais. A utilização de empedrados falseia a realidade, pelo que, em nossa opinião, não deve ser utilizado.

Caso seja necessário, as estruturas podem ser cobertas, nomeadamente certas estruturas mais delicadas, como silos, lareiras, fornos. As coberturas utilizadas devem ser à prova de fogo e de óxidos. Todas estas estruturas conservadas "in situ" devem ser previamente consolidadas com soluções apropriadas conforme o estado de degradação e o tipo de estrutura.

Nas estações em que se optar por reconstruir as estruturas, mesmo que em parte, é aconselhável deixar uma parte do povoado tal como apareceu na altura das escavações (HIDALGO CUÑARRO 1986), para permitir uma melhor visualização, comparação e entendimento por parte do visitante e de outros arqueólogos.

Algo que muitas vezes é esquecido é a drenagem das águas que se vão depositando no interior das estruturas. Contudo, este problema revela-se de fácil solução, em face da habitual inclinação do terreno destes povoados (se não existir pode ser criada artificialmente), o que facilita um escoamento natural. De facto, a existência de um bom sistema de drenagem é essencial para a boa conservação das estruturas (PRICE 1984). A humidade é uma das principais causas dos problemas de degradação, devendo ser evitada a todo o custo, quer as infiltrações por capilaridade (água vinda do solo), quer as que existem no ambiente ou, ainda, as provenientes da chuva, que penetram nos poros da pedra. Estas infiltrações podem ser eliminadas com a distribuição de hidrofogantes.

O reboco existente em alguns povoados pode ser consolidado com uma solução de polivinilo.

Os próprios habitantes destes assentamentos tinham preocupações relacionadas com a protecção da humidade. Por exemplo, colocando o solo da habitação acima do nível externo, como ocorre em Briteiros; utilizando grandes blocos nos alicerces das casas ou, ainda, pedras fincadas no solo, em ponta, evitando a infiltração de humidade no arranque da habitação (Cossourado, Briteiros, Santa Tecla, Sanfins). Outro tipo de solução com o mesmo objectivo é perceptível nas paredes das cabanas nas Citânias de Santa Tecla e Briteiros que foram construídas com alguma inclinação, de forma a facilitar o escoamento das águas das chuvas. Em Santa Tecla existem inclusivamente canais cavados na rocha, em volta das casas, para escoamento e, noutros locais, canais de pedra imbricada, havendo igualmente soluções do tipo esgoto, para onde desaguam as águas correntes.

A pavimentação de praças, ruas e zonas anexas às habitações, quer com empedrado de grandes lajes, quer com pequenas pedras, é outra medida coeva para evitar a humidade e, evidentemente, melhorar a qualidade de vida.

A conservação de perfis estratigráficos *in situ* é um problema e uma necessidade. São muito elucidativos, em termos de explicitação da metodologia do trabalho da escavação arqueológica e essenciais para futuras interpretações. A sua consolidação deve fazer-se com produtos adequados ao meio. Em Portugal, sobretudo nos cortes estratigráficos resultantes das sanjas de escavação de monumentos megalíticos, é hábito colocarem-se muretes de sustentação em pedra vã, para evitar a sua degradação. Contudo, o perfil não fica visível perdendo a sua função; o efeito estético é mau, criando no visitante, pouco informado, dúvidas quanto à época de construção.

CAPITULO III – A MUSEALIZAÇÃO, DIVULGAÇÃO E DINAMIZAÇÃO DOS POVOADOS DA IDADE DO FERRO

3.1 O PROJECTO DE MUSEALIZAÇÃO E A RECONSTRUÇÃO DE ESTRUTURAS

A concepção de um programa de musealização de um sítio arqueológico implica a elaboração de um plano no qual se articulem os valores patrimoniais existentes, o ambiente envolvente, as estruturas de apoio a construir ou a recuperar e o que se pretende que seja visto e interpretado pelo utente cultural.

Esse projecto apenas pode ser elaborado após uma investigação científica capaz, alicerce de todo o trabalho que se irá desenrolar. "A insuficiência informativa apresenta-se (...) como uma das principais condicionantes dos processos de restauro" (GOUVEIA 1992, 96), dado que os erros de analogia são frequentes. A interpretação do registo arqueológico pelo arqueólogo vai necessariamente reflectir-se no projecto e na sua execução, tanto mais que este será igualmente responsável pela definição da nova função que as ruínas vão assumir.

Fazer apenas a valorização do sítio arqueológico, apesar de ser uma atitude muito louvável, não é suficiente, dado que, mesmo existindo uma correcta manutenção do local, todo o trabalho será inútil se o local não for visitado, interpretado, se não chegar ao conhecimento do utente. A fruição do local é o objectivo essencial.

A musealização de um povoado fortificado passa, necessariamente, não só pela consolidação e restauro das estruturas detectadas, mas, também, a nosso ver, pela construção de réplicas das estruturas habitacionais e/ou outras, aproveitando, por exemplo, os alicerces de estruturas pré-existentes. Actualmente existem as antigas réplicas dos povoados de Briteiros e de Santa Tecla, tendo sido elaboradas mais recentemente em Cossourado, no castro de S. Lourenço, em Esposende (**Foto 114**), no castro do Castelo de Lanhoso, na Póvoa de Lanhoso (**Foto 115**) e na Citânia de Sanfins, Paços de Ferreira (**Foto 113**), neste caso um bairro completo, e não apenas algumas cabanas, como nos povoados referidos anteriormente.

Ao tentar-se reconstruir as estruturas, sobretudo quando se tem em mente fazer réplicas das habitações ou anexos, vestíbulos e muralhas deste tipo de povoados, é necessário ter em conta que se desconhece com exactidão a sua altura e não existe uma altura padrão estandardizada.

Se pretendermos reconstruir as estruturas de fases anteriores à petrificação, os problemas agravam-se, dada a incerteza do tipo construtivo e dos materiais empregues. Aparentemente, existiram estruturas construídas com um entrançado de varas coberto com barro, ou elaboradas com barro amassado, semelhante à taipa (ALMEIDA 1965). Nestes casos, como nos anteriores, é preciso analisar cuidadosamente as evidências arqueológicas, estudar todos os vestígios, para então poder fazer-se uma reconstituição coerente com a realidade da época. As estruturas podem ainda apresentar várias fases de construção e reconstruções o que dificulta a análise e, conseqüentemente, o restauro e a reconstituição.



Fotos 113 a 115 – Estruturas reconstituídas na Citânia de Sanfins, Paços de Ferreira (em cima), no castro de S. Lourenço, em Esposende (à esquerda), e no castro do Castelo de Lanhoso, na Póvoa de Lanhoso (à direita).

A cobertura das cabanas e de outras estruturas é também desconhecida, havendo, no entanto, numerosos indícios que ao serem interpretados pelo arqueólogo ajudam à elaboração de uma solução.

Apesar dos riscos que se correm, dada a incerteza quer da altura das paredes, quer do sistema de cobertura, a construção deste tipo de estruturas numa estação escavada tem um enorme impacto no visitante, não apenas visual e volumétrico, mas de atracção para a descoberta das construções e para a retenção de ensinamentos, cumprindo-se, assim, a vertente pedagógica que se deve imprimir a estas réplicas.

Tais reconstruções devem ser encaradas como museus vivos, onde se recria a vivência dos povos que as ocuparam. Nesta acepção, com base no espólio e noutros materiais detectados, deve-se reconstruir os utensílios, as lareiras, os anexos, as actividades económicas, enfim, apetrechar estas réplicas de forma a que o visitante, por mais leigo que seja, possa, com facilidade, apreender a vivência dos povos que habitaram o povoado que naquele momento visita. Evidentemente que alguns elementos como a utilidade, ainda que sejam réplicas, só podem ser expostas que o sítio for vigiado.

3.2 - A RECONSTITUIÇÃO PALEO-AMBIENTAL

"A história dos ambientes completa (...) a história das comunidades e o seu posicionamento cronológico cultural" (REAL 1988, 53).

Os estudos paleo-ambientais permitem o conhecimento, ainda que incompleto, da paisagem, do grau de florestação, do tipo de manipulação da floresta, da qualidade dos solos, do clima, da temperatura, do tipo de alimentação, enfim, sobre uma grande diversidade de dados essenciais para o conhecimento do passado do Homem, que vivia, mais do que hoje, numa interacção com a natureza.

Entre outros dados, por exemplo, os estudos da Paleobotânica vão permitir conhecer além da vegetação existente na época em que a estação arqueológica era habitada, por exemplo, os métodos de ceifa, os processos de colheita. Ilações interessantes podem igualmente obter-se pelo estudo da espiga, dos casulos, dos fragmentos de palha, dos grãos e de outras componentes que permitem saber se estamos na presença de um depósito resultante da limpeza de uma área ou de um silo. As mudanças de utilização de diversas áreas podem traduzir a introdução de novas tecnologias, de pressões demográficas; a existência de adubação ou a quebra de produtividade dos solos, são também conclusões possíveis e resultantes dos estudos desta disciplina.

Os estudos etnográficos e ecológicos mais recentes são também importantes. Por analogias, é possível tentar conhecer o tipo de vegetação e o seu percurso em termos económicos nas sociedades pré-históricas ou posteriores, tanto mais que em Portugal persistem várias formas artesanais de tratamento dos cereais, bastante arcaicas, que permitiriam estudos assaz interessantes.

Apesar destas referências em bibliografia de cariz arqueológico, histórico ou outro, continua-se a estudar o Homem sobretudo como um fazedor de artefactos, de estruturas, de uma cultura material, dando-se uma importância relativa aos eco-factos. Contudo, a reconstituição paleo-ambiental de uma zona é um trabalho prévio e de enorme importância, apesar de difícil, que será a base científica para a reconstituição da flora envolvente dos sítios arqueológicos. Permitirá ao visitante a compreensão do contexto em que viviam os povos que habitavam este tipo de povoados, e criará um ambiente místico que fará com que o visitante se sinta transportar para o ambiente da época.

De facto, uma renovação do revestimento vegetal em algumas zonas hoje abandonadas (situação que se verifica com quase todos os locais onde se implantam os povoados estudados) iria favorecer não só o desenvolvimento turístico, pelo agradável da paisagem e por uma maior integração no possível ambiente da época, que motivaria muito mais o visitante, mas, sobretudo a longo prazo, o desenvolvimento económico e uma maior rentabilidade do solo. Infelizmente, em Portugal, este tipo de reconstituição ainda não se tem vindo a realizar.

Outros aspectos existem que são ainda mais difíceis de reconstituir, como a fauna ou as singularidades geomorfológicas.

3.3 INSTRUMENTOS DE SINALIZAÇÃO E EXPLICAÇÃO

Os instrumentos de sinalização e explicação adoptam simultaneamente diversas formas e funções. Podemos, numa primeira abordagem, pensar que a forma é aleatória e dependente do gosto de quem se responsabiliza pela sua execução sendo, sobretudo, as suas funções, por diversas e importantes, que devem ser estudadas cuidadosamente. Qualquer das duas vertentes se reveste de



Fotos 116 e 117 – Setas indicativas do acesso aos sítios arqueológicos.

suma importância, uma vez que a função de comunicação da informação só chega ao destinatário se a forma for adequada, senão não cumpre a função para que foi feita.

A fora de transmissão deve ser bem visível através de diversos instrumentos estáticos,



Foto 118 – Placa didáctico-explicativa, bilingue, das linhas de defesa do povoado de Cossourado.

animados, interactivos, com palavras ou imagens, ou a junção das duas, dando especial importância ao tipo de linguagem empregue. Desta feita será possível cumprir as diversas funções para as quais os instrumentos de sinalização e explicação foram criados ou seja, a sinalização, a prevenção, a valorização (ALARCÃO 1997), além das funções explicativas e, sobretudo, didáctico-pedagógicas, uma vez que a informação é um dos elementos mais importantes e mais solicitados por quem visita sítios arqueológicos.

A sinalização comporta vários tipos de placas, conforme se pretenda que tenha uma função de indicação do local (Fotos **116 e 117**) ou uma função didáctico-explicativa e interpretativa (**Foto 118**).

As primeiras, em forma de seta, indicam, se for o caso, a quilometragem e sinalizam o caminho a tomar. Devem ser colocadas em pontos-chave, assim como no interior do povoado, sinalizando a orientação do circuito a ser seguido pelo visitante na "descoberta" do local arqueológico. Como complemento, podem ainda indicar particularidades dignas de nota.

As placas didáctico-explicativas comportam mapas indicativos do posicionamento das áreas escavadas e eventualmente das estruturas. Podem conter textos explicativos sobre o tipo de estação, a vida quotidiana daqueles povos, a cronologia, bem como desenhos elucidativos e alusivos aos materiais exumados ou característicos daquela ambiência cronológica, desde que se estabeleça bem a diferença entre o que apareceu naquele local e o que é habitual e característico daquele tipo de povoado.

3.4 A ILUMINAÇÃO ARTIFICIAL DOS POVOADOS

Uma forma assaz eficaz de preservar e valorizar o património é proceder à sua iluminação. Esta desperta a curiosidade e o interesse do cidadão, ao mesmo tempo que ajuda a preservar e defender o povoado (ou outro tipo de património), não só afugentando possíveis malfeitores, mas relevando a importância do sítio. Assim sendo, criará a consciência colectiva do seu valor e da necessidade da sua defesa e preservação.

O sistema de iluminação além de tornar a estação visível de noite, permitirá, ainda, a dinamização do povoado e a sua divulgação, pela sua utilização como centro cívico, pela realização de espectáculos de luz e som e, ainda, pela possibilidade de realizar representações recreativas do ambiente coevo.

O projecto luminotécnico deve ser concebido por especialistas, que terão como base de trabalho as plantas, alçados e fotografias das estruturas e, ainda, as plantas topográficas do terreno, fazendo assim um estudo pormenorizado do sítio arqueológico.

Antes de se tomar decisões é necessário ter em conta vários factores: conhecer bem a localização do povoado; saber quais as zonas a valorizar ou a conceder mais realce; as áreas que se pretende que sejam vistas de longe; a distância a que é visto o povoado; entre outros, como o "estudo do contraste de luminância (...) sob diversas condições de luz natural estudando as que causam melhor efeito" (LOPES 1991, 1).

O conhecimento da forma das estruturas revela-se muito importante pois, juntamente com a direcção da visão, determina o modo de incidência do foco luminoso dos projectores. Assim,

conforme se trate de estruturas quadradas, rectangulares, circulares ou mistas, a colocação e a direcção de orientação dos projectores será diferente.

Também o brilho e a reflexão são diferentes conforme o tipo de parede e a matéria-prima de que é constituída. Daí um estudo criterioso desses elementos ser também necessário.

No caso destes povoados da Idade do Ferro, estamos a lidar com superfícies irregulares, no geral constituídas por pequenas pedras de granito, material que, quando limpo (o que não sucede na esmagadora maioria dos casos), tem um poder de reflexão muito pequeno (15%), se comparado, por exemplo, com o calcário ou o mármore (60%).

A altura das estruturas deve ser também levada em consideração. No geral, não ultrapassam, quando reconstruídas, o metro e o metro e meio, excepto no caso das muralhas – outro tipo de estrutura a valorizar. No caso de a iluminação focar zonas não reconstruídas, apenas consolidadas, a altura das estruturas pode não atingir o meio metro.

A selecção dos locais para a colocação dos projectores é muito importante, não se devendo esquecer também os factores "ambientais e de segurança" (*idem*, 2).

Numa segunda fase, após a resolução dos problemas referidos, aparecem-nos outros, como a alimentação da energia eléctrica, o tipo de projectores e de lâmpadas e, por fim, o de maior importância: o investimento inicial e a manutenção.

A alimentação da energia eléctrica será um dos maiores problemas, não só locais, internos, ou seja, provocados pela necessidade da passagem "invisível" dos cabos eléctricos através dos muros, pavimentos, paredes (seria um choque para o visitante se fossem visíveis, neste tipo de sítio arqueológico, fios e cabos eléctricos), mas, sobretudo, externos, nomeadamente o da electrificação do local.

A maioria dos povoados encontra-se no cimo de elevações (de maior ou menor altitude), muitas delas sem vias de comunicação, sem povoações e sem electrificação próximas. No caso do concelho de Paredes de Coura, apenas um povoado se encontra electrificado (o Castro de Cristelo) devido à existência de uma capela no seu topo. Contudo, apenas após um estudo profundo, no qual se vislumbrem nítidas vantagens, se deverá proceder à electrificação e iluminação deste tipo de povoados – a maioria não o justifica.

O tipo de projectores e de lâmpadas escolhido terá evidentemente que ser ajustado a cada caso e apenas um especialista o poderá fazer, devendo ter sempre em conta o factor estético. O formato do projector e essencialmente o do seu sistema óptico, em conjunto com o tipo de lâmpada utilizado, permite obter feixes de luz com características adequadas. As lâmpadas escolhidas são assim muito importantes, não somente pelo efeito estético e de real iluminação, mas também pela sua rentabilidade quer em termos de gastos de energia, quer de gastos económicos.

É necessário ter em consideração que é preferível um investimento inicial maior, com equipamento moderno e eficaz, do que ter que se proceder a constantes remodelações ou reparações, em função de um equipamento não garantido, ou de lâmpadas de curta duração e gasto energético elevado. Também não se pode descurar o aumento constante das tarifas da electricidade.

A existência, junto da estação, de um Museu Monográfico implica, conseqüentemente, a sua iluminação, tal como a existência de laboratórios e/ou de estações-escola, com campanhas contínuas durante o ano.

Evidentemente que a electrificação por si só, com postes de alta tensão "em cima" das estruturas, não tem qualquer valor. Antes pelo contrário: é condenável. A iluminação, a fazer-se, deve ser efectuada em moldes adequados, com um fim não só turístico mas sobretudo de preservação, conservação e divulgação do sítio arqueológico, de modo a valorizar as estruturas e não a prejudicá-las. A gestão arqueológica deve ser uma realidade e não apenas mais um motivo para debates.

3.5 A PROTECÇÃO DO SÍTIO ARQUEOLÓGICO

Entendemos como protecção de uma estação arqueológica não apenas a sua defesa face a possíveis actos de vandalismo mas, a protecção, no sentido amplo do termo, da envolvente natural. Poderíamos mencionar muitas acções de degradação da estação e sua envolvente, sendo as mais frequentes as construções (habitações, caixas de água, postes de alta tensão, antenas de sinal de telecomunicações) dentro de áreas arqueológicas, muitas vezes, classificadas.

Tal como sucede com as outras fases de valorização dos povoados desta natureza, as infra-estruturas a construir apenas podem ser elaboradas mediante o trabalho conjunto das várias instituições interessadas, não só pelas verbas avultadas que implicam mas, sobretudo, pela necessidade de colaboração das instituições autárquicas locais e a autorização dos organismos da tutela. É necessário ter presente que estarmos a agir em áreas que englobam vários hectares de terreno, frequentemente de propriedade privada, por vezes, com vários proprietários. A aquisição do sítio arqueológico e da envolvente pela entidade que vai financiar e fazer a manutenção da estação é, na maioria dos casos, uma medida indispensável.

Apesar de a vedação ter, normalmente, um impacto negativo, ela é de todo recomendada (PRICE 1984), a fim de evitar a entrada de animais e de visitantes não autorizados (embora nem sempre esta medida se revele suficiente). Para tal, é necessário ter em conta o factor estético, utilizando uma vedação rústica, em madeira, ou em malha em aço (zincado e revestido a plástico), conforme projecto elaborado previamente.

A malha de aço pode ser sustentada por uma base de cimento ou por suportes metálicos, nos locais onde a topografia do terreno o justificar. A cor a utilizar não deverá ter impacto visual, optando-se por tons esverdeados ou acastanhados.

3.6 ESPAÇO MUSEOLÓGICO MONOGRÁFICO E/OU MUNICIPAL

Os museus são instituições permanentes, sem fins lucrativos, que se encontram ao serviço da sociedade, contribuindo para o seu progresso. Têm como funções principais conservar os documentos de carácter histórico-artístico, nos quais podemos incluir os materiais arqueológicos, como amostras que são da cultura material e espiritual do Homem; devem investigar, catalogar e documentar o património que têm à sua guarda, bem como o contexto em que foram detectados; e, ainda, difundir os conhecimentos obtidos a fim de formar e informar toda a espécie de público de modo a que este assuma e defenda a sua identidade cultural.

Os Museus Monográficos (RAPOSO 1993), especialmente os respeitantes a estações arqueológicas, são um compêndio destes princípios e funções e têm, como nenhum outro, uma dupla tarefa, dado serem simultaneamente Museus-Laboratório, que estudam os materiais e o seu estado de conservação, e Museus-Atracção, que difundem e divulgam informações científicas, com fins de educação e recreação, a toda a comunidade.



Fotos 119 e 120 – Museu Monográfico de Conimbriga e jardim dos repuxos.

Os colaboradores deste tipo de Museus devem participar nas escavações arqueológicas das estações, como também estudar as estruturas e o espólio detectado, conservando-os e restaurando-os, para além de expô-los e divulgá-los selectivamente, reconstruindo a História integral do população em questão, através dos dados e vestígios arqueológicos que a estação lhe forneceu. Dada a constante renovação de conhecimentos que se verifica a nível dos estudos arqueológicos, necessitam de estar abertos a novas informações e novas interpretações dos seus fundos que, por norma, devem ser acessíveis aos diversos investigadores.

Para a construção deste tipo de Museus devem ser articuladas as ideias de arquitectos, arqueólogos e museólogos, de modo a que o resultado final não rivalize ou choque com a ruína existente. Contudo, apenas devem ser construídos se existir a garantia de que se irá "atrair um público suficientemente numeroso e regular, e dispor de meios materiais e humanos adequados" (ALARCÃO 1991a, s/p). "O sucesso de um museu monográfico depende essencialmente da relação que consegue estabelecer entre a ruína e o visitante" (*id.*, *ib.*)

A exposição do espólio necessita de ser feita de modo a que se exponham os dois lados da questão, ou seja, os objectos limpos, consolidados e/ou restaurados e outros, tal como apareceram no campo, o que nem sempre se verifica.

É importante que se exponham fotografias referentes às diversas fases de escavação, bem como plantas e perfis das estruturas ou outras particularidades de interesse existentes nas estações escavadas e estudadas.

Os desenhos arqueológicos devem apresentar-se essencialmente sob dois tipos: aqueles que retratam a realidade das peças e estruturas, réplicas fiéis da realidade existente; e outros didácticos, ilustrativos do espólio e das estruturas, que visualmente explicam as funções do mesmo e a orgânica da estação. Também os textos devem ter uma preocupação essencialmente didáctica e ser explicativos, informativos, formativos e, evidentemente, acessíveis (Figuras 171 e 172).



Figuras 171 e 172 – Dois desenhos, dos milhares possíveis, que, nestes casos, ilustram a estrutura construtiva de um monumento megalítico e a elaboração de peças de cerâmica.

As projecções – de filmes, diapositivos, diaporamas e outros que utilizam as mais diversas soluções informáticas – têm como objectivo mostrar o que existe na região ou na estação (no caso do museu monográfico) e permitir estabelecer analogias com outras estações e com o mundo da Idade do Ferro, Romano, ou com outra etapa cronológica e civilizacional exposta no Museu.

Sempre que se julgue necessário deve-se deslocar exposições temáticas para outros locais, dentro ou fora da área concelhia, bem como criar exposições itinerantes utilizando maletas pedagógicas.

A existência de maquetas (**Fotos 121 e 122**) é muito atractiva ao visitante, uma vez que possuem um carácter informativo e pedagógico considerável, pois recriam em pormenor a realidade muitas vezes destruída e pouco perceptível na estação arqueológica. Permitem ainda uma percepção volumétrica e de conjunto que nunca se consegue obter em campo. Podem ainda ser animadas, ou seja, ilustrarem a vida quotidiana através de miniaturas de pessoas e dos mais diversos tipos de utensílios.



Fotos 121 e 122 – Pormenores da maqueta animada do povoado de Cossourado.

3.7 A INFORMAÇÃO DO PÚBLICO E OS MEIOS DE DIVULGAÇÃO

A sensibilização da população é uma tarefa imprescindível, visto que sem o seu apoio se tornar inviável a realização de qualquer actividade de levantamento arqueológico ou patrimonial, qualquer

escavação arqueológica, ou qualquer acção de musealização de estações. Ter a população alheada das iniciativas resulta em constantes destruições do que se faz. As várias acções fazem-se para criar o bem-estar cultural da população.

Por outro lado, o seu apoio revela-se imprescindível a vários níveis: nas autorizações para as intervenções; na defesa das estações de actos de vandalismo; nos trabalhos prospecção; na obtenção de uma enorme quantidade de informação que só a população local conhece.

A existência de uma população não sensibilizada para as actividades de carácter arqueológico resulta sempre em prejuízos de ordem diversa para a população, os diversos órgãos autárquicos e outros organismos que apoiam as actividades e, evidentemente, para os arqueólogos e outros especialistas que vêem assim o seu trabalho acrescido de problemas e de indiferença.

Para obstar a este tipo de situação é necessário realizar actividades com e para a população da região, de forma a sensibilizá-la para a realidade cultural e arqueológica que a rodeia. A sensibilização da população pode ser feita a vários níveis através de; pequenos cursos que atinjam vários níveis etários e várias camadas sociais (população estudantil, professores e população em geral); conversas; palestras; colóquios; projecção de filmes e outro tipo de imagens, como reconstituições virtuais e, entre outras, visitas guiadas às estações arqueológicas.

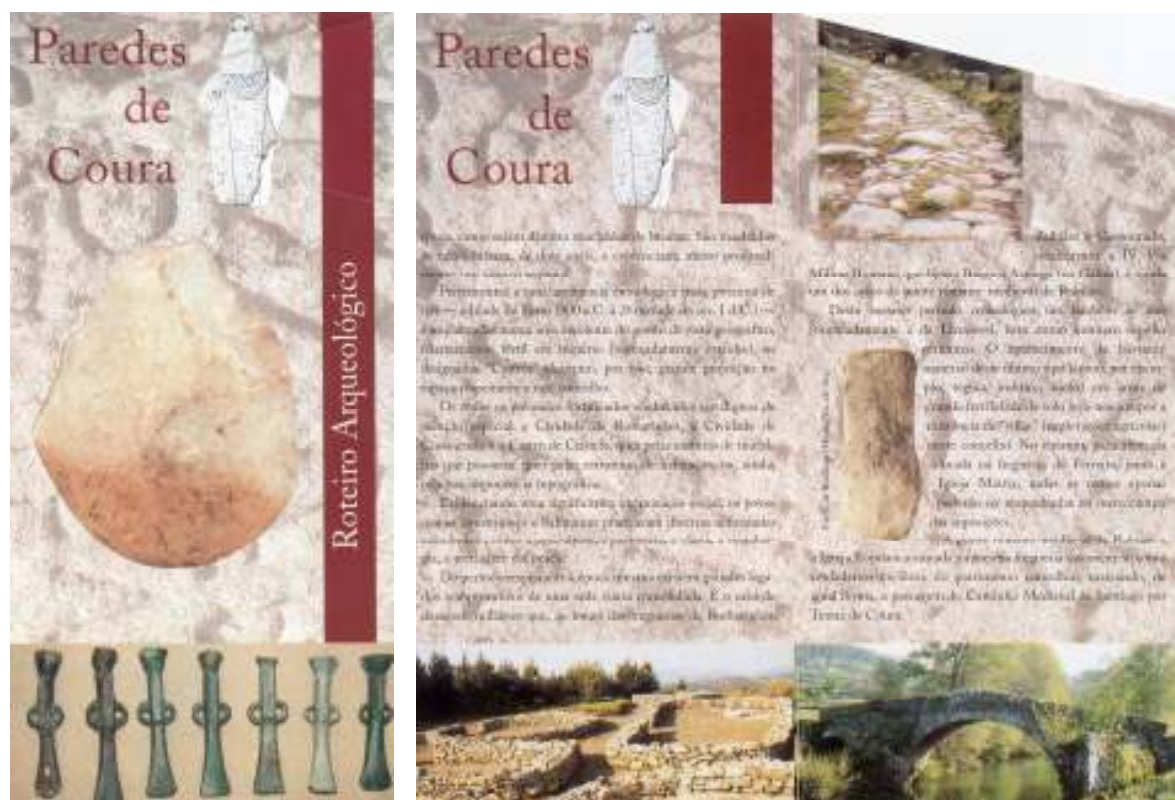


Figura 173 – Desdobrável orientado para o público adulto (vista parcial) sobre o roteiro arqueológico do concelho de Paredes de Coura.



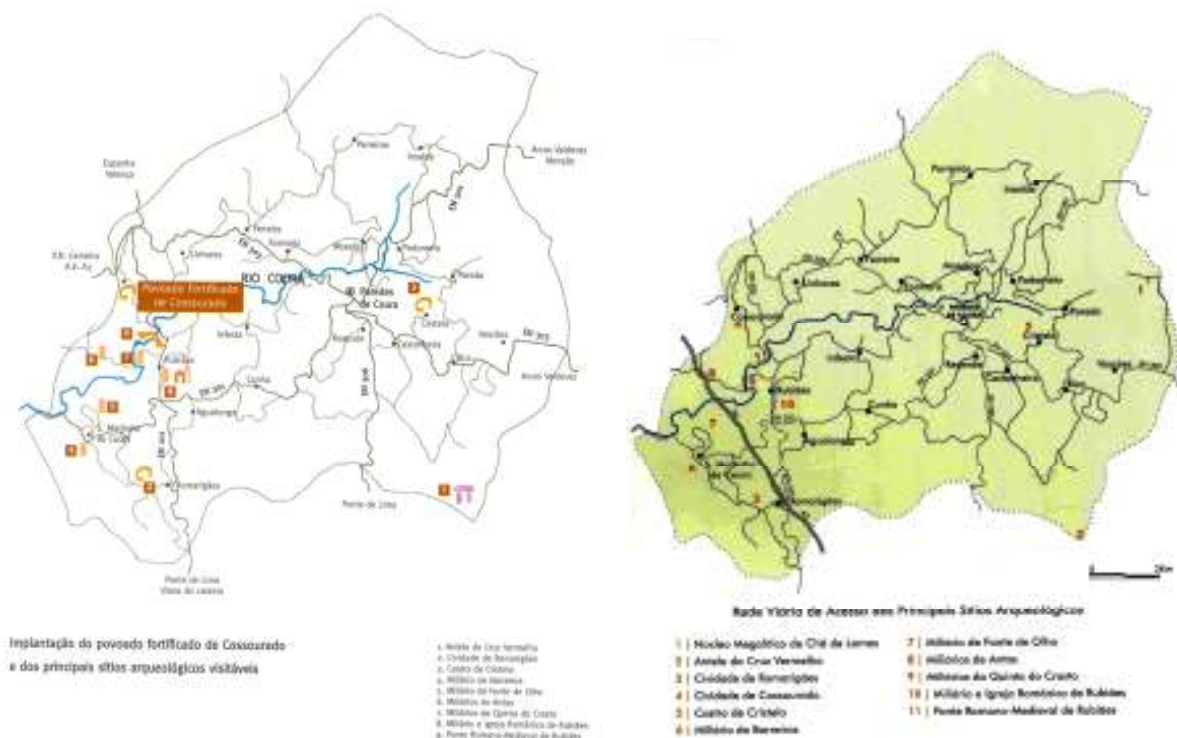
Figura 174 – Capa e página da brochura sobre o Património Arqueológico de Paredes de Coura (SILVA e SILVA 2004d).



Figura 175 – Desdobrável orientado para crianças e adolescentes (vista parcial) sobre o povoado fortificado de Cossourado.

A distribuição de material de apoio é igualmente importante para que a pessoa guarde, leia mais tarde e retenha. Pode revestir-se de várias formas como, por exemplo, desdobráveis, pequenas brochuras e outros guias arqueológicos orientados para adultos/turistas (Figuras 173 e 174) e outros para crianças (Figura 175). Os textos curtos, escritos de forma acessível e pedagógica devem ser acompanhados de imagens e de mapas (Figuras 176 e 177) que indiquem claramente o acesso a estações arqueológicas com condições de serem visitadas.

A utilização dos meios de comunicação local, regional ou nacional cria bastante impacto, transmitindo com maior facilidade ideias e realizações.



Figuras 176 e 177 – Exemplos de mapas com indicação dos sítios arqueológicos visitáveis no concelho de Paredes de Coura.

A criação de um Gabinete Técnico e Científico de Arqueologia e Património que promova a correcta assessoria no domínio do património arqueológico e cultural em geral é, a nosso ver, uma das melhores formas de tentar resolver os problemas concelhios sentidos a este nível. Os elementos destes Gabinetes estão inseridos no meio, têm um conhecimento directo deste, quer a nível do seu património – conhecendo o seu valor e as suas carências –, quer a nível do meio envolvente, podendo, desta forma, atingir com maior eficácia as populações e encontrar as formas de salvaguardar o que lhes pertence. São igualmente a melhor forma de descentralização e de actuação directa no meio. Felizmente, nos últimos anos, são já muitas as autarquias que dispõem de gabinetes deste tipo.



Foto 123 – Uma das visitas de estudo ao povoado de Cossourado.

3.8 O CASTRO, A ESCOLA E AS CRIANÇAS

A educação arqueológica em Portugal é praticamente nula, se exceptuarmos algumas atitudes isoladas e sem continuidade levadas a cabo por professores, nomeadamente através de visitas de estudo (**Foto 123**) algumas estações arqueológicas. Se em termos de divulgação do património existem já algumas publicações, como a de Isabel Cottinelli Telmo (1986), que aborda várias iniciativas levadas a efeito com crianças e adolescentes do ensino infantil, primário e preparatório, bem como o livro de Ana Duarte (1993), mais vocacionado para a orientação de professores, educadores e monitores de museus e tempos livres, no que diz respeito à divulgação arqueológica esses estudos são quase inexistentes. Existem apenas algumas traduções de livros respeitantes à época romana (MACAULY 1982; CONNOLLY 1978; 1988), com inúmeras ilustrações. No entanto, não possuem um carácter participativo. A criança vê com os desenhos mas, muito provavelmente, não lê os textos nem retém ensinamentos. Além disso, não se referem a realidades locais mas a generalizações sobre a época em questão.

Flávio Ribeiro (2003) realizou recentemente um estudo sobre o pensamento arqueológico na aprendizagem da História, tendo para o efeito (como nós realizamos já por diversas vezes) tentado apreender qual o tipo de raciocínio que os alunos desenvolvem perante diversos tipos de artefactos. Concluiu que estes aplicam, tal como o arqueólogo, o raciocínio arqueológico, a inferência (preconizado por Jorge Alarcão - 2000) revelando-se, a experiência muito válida, na medida que este tipo de metodologia permite aos alunos uma construção do passado muito mais rápida e duradoura.

Em Inglaterra, pelo contrário, a arqueologia há mais de quarenta anos que está instituída nos *curriculums* escolares, existindo vários cursos e publicações dirigidos a professores e alunos. A arqueologia é aí encarada como parte integrante do estudo da História ou de qualquer curso de humanidades e é entendida como um direito adquirido, pois faz parte do passado de cada um (DYER 1983). A publicação *Teaching Archaeology in Schools*, de James Dyer, incide sobre uma série de experiências elaboradas por crianças, num esquema vivo de arqueologia experimental. Este tipo de experiências tem-se revelado como uma das actividades mais profícuas, em termos de resultados práticos de aprendizagem. Encontram-se igualmente publicações que problematizam a forma como é encarada a arqueologia nos vários países do mundo, a nível do ensino básico, preparatório, secundário e universitário (STONE 1990).

Em França, este tema tem também bastante aceitação, existindo, por exemplo, publicações que se orientam no sentido da descoberta da arqueologia pelas crianças (TAVERNIER 1985).

Na vizinha Espanha, existem igualmente algumas publicações, sendo de realçar, pelo facto de se dedicarem ao mundo castrejo, as unidades didácticas sobre a "A Cultura Castrexa e Galaico-



Fig. 178 – Desenho explicativo da função do adorno de freio encontrado em Cossourado.

Romana em Vigo", que constam de um guia didáctico (texto do aluno, programação, documentação, fichas de visita das escavações e salas de arqueologia do Museu Municipal), de material audiovisual (diapositivos e "cassetes") e de uma maleta arqueológica (que inclui peças arqueológicas originais e cópias, fichas informativas e livros de consulta para o aluno). O seu objectivo primordial, como refere a própria publicação, é o conhecimento do passado para a total compreensão do presente, e o "como" e o "porquê" do grau de evolução actual.

Mais recentemente, também foi lançada uma série de jogos.

Muitas actividades se podem realizar com crianças e adolescentes, como a recriação da época castreja, através da elaboração do vestuário para a dramatização de cenas. Estas actividades devem ser feitas nas estações arqueológicas, após a sua escavação em área e a execução de um projecto de valorização, tornando-as espaços vivos e dinâmicos.

Outras actividades fáceis de executar são os *ateliers* de experimentação arqueológica, os teatros de fantoches, a elaboração de fichas com desenhos explicativos (**Figuras 178 e 179**), imagens para completar, "sopas de letras", roteiros para as crianças, como, por exemplo, as gincanas culturais. Os jogos e puzzles (**Figura 180**) que elaboramos têm, igualmente, sido uma forma lúdica de transmitir ensinamentos.



Fig. 179 – Desenho explicativo da função do cossoiro encontrado em Cossourado.



Figura 180 – Desenho de uma possível reconstituição do povoado fortificado de Cossourado utilizado em puzzle e em um postal.

O intercâmbio entre a escola e o meio, tem sido outra das nossas preocupações, pelo que elaboramos actividades entre o Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal de Paredes de Coura e as escolas, com a projecção de diapositivos e conversas com os alunos, visitas guiadas, organização de cursos e exposições. As actividades baseadas em jogos e desenhos, são uma forma assaz eficaz de formar, de uma forma lúdica, que traz enormes vantagens na aprendizagem. Contudo, a actividade mais proficua é a própria participação dos jovens da região nas escavações arqueológicas, ou em actividades com elas relacionadas.

Muitos Museus possuem programas educativos que implementam diversas actividades levadas a efeito nesse espaço, que se pretende amplamente animado com a projecção de diapositivos, filmes, visitas guiadas e *ateliers* de ocupação de tempos livres. Igualmente se devem realizar exposições itinerantes e temáticas, com maletas pedagógicas preparadas para o efeito, que se traduzem numa aproximação do meio, levando a cultura até à população.

É igualmente cada vez mais importante a existência de bibliotecas especializadas, com obras com carácter científico e outras de teor acessível e diversificado, dirigidas a todos os públicos (**Figura 181** - banda desenhada sobre a vida e obra de Martins Sarmento – RUY 1994), assim como, vários tipos de textos de apoio a visitas de estudo e a estações arqueológicas ou a exposições.

Os trilhos arqueológicos com percursos previamente seleccionados e sinalizados, acompanhados de explicações claras são outro elemento muito útil na divulgação e dinamização dos espaços arqueológicos.

Parece-nos que toda esta panóplia de achegas, entre muitas outras em que apenas é necessário utilizar o engenho e a arte de cada um, quando aplicada, pode de algum modo ajudar a que o nosso património arqueológico, nomeadamente o referente à época estudada, seja mais conhecido e, conseqüentemente, mais preservado.



CAPÍTULO IV – A VALORIZAÇÃO, RENTABILIZAÇÃO E DIFUSÃO COMO CULMINAR DO PROCESSO DE GESTÃO DO PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO: O CASO DE PAREDES DE COURA

4.1 O POVOADO FORTIFICADO DE COSSOURADO: PROJECTO DE MUSEALIZAÇÃO E DIVULGAÇÃO

Efectuadas as primeiras campanhas em diversos povoados, gradualmente se foi evidenciando Cossourado como estação arqueológica de potencial interesse científico e patrimonial, o que justificou, a partir daí, uma maior concentração de esforços com vista ao seu estudo e preservação. Nesse sentido, e dando sequência ao trabalho desenvolvido, foi elaborado o designado *Projecto de Musealização e Divulgação do Povoado Fortificado de Cossourado* financiado em 75%, pelo II Quadro de Apoio Comunitário, ao abrigo do Sub-Programa C do PRONORTE (Programa Operacional do Norte) e, em 25%, pela Câmara Municipal de Paredes de Coura. Foi autorizado pelo Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico e enquadrou-se no nosso Projecto de Investigação. Foi posto em prática durante os anos de 1997, 1998 e primeiro trimestre de 1999.

O projecto incidiu em três domínios fundamentais:

- 1 - conservação/restauro/reconstituição;
- 2 - sinalização/informação e
- 3 - divulgação do povoado.

4.1.1 Objectivos

Como resultado dos trabalhos de escavação arqueológica que se tinham vindo a efectuar, desde 1993, no povoado fortificado de Cossourado, verificou-se a necessidade de se proceder à sua musealização e divulgação, de modo a que, de uma forma compreensível, os conhecimentos científicos adquiridos pudessem chegar à população, possibilitando uma dinâmica fruição deste espaço cultural.

O projecto⁽⁴⁵⁾ obedeceu a uma filosofia em que o princípio básico radicou na informação objectiva e coerente, derivada da investigação arqueológica. Visou beneficiar uma das estações arqueológicas mais significativas do Alto Minho, de modo a convertê-la num pólo de dinamização pedagógica, turística e cultural. Pretendeu, nesse sentido, criar um programa de difusão que integrasse a estação arqueológica na estrutura cultural, social e económica do espaço geográfico em que se enquadra.

O espaço arqueológico passaria então a estar inserido num meio de informação dinâmico, de onde, além de se atender ao relato e exposição dos eventos históricos, se plasmasse o modo como a ciência chegou às suas conclusões e se apresentasse, caso necessário, as perguntas ainda sem resposta. Pretendeu-se, desta forma, uma musealização em que a fenomenologia histórica não fosse tratada como um facto real e inquestionável, mas antes como conclusão arqueológica submetida, tal

(45) O projecto inicial foi elaborado pelo Dr. Francisco Ortiz Risco, a quem agradecemos, tendo sido, por diversas razões, posteriormente alterado por nós e pelo Dr. Nuno Farinhote, responsável pela execução do projecto de conservação e restauro.

como qualquer estudo científico, à revisão permanente e, em consequência, a um factor de análise crítica por parte do espectador.

Apenas com este tipo de actuação haverá fruição social dos sítios arqueológicos e, simultaneamente, se porá termo ao abandono a que a maioria tem sido votada, depois de apenas ter servido os interesses de uma pequena *fatia* da sociedade científica.

Procurou-se, assim, contribuir para evitar este estado de situações, fazendo chegar ao grande público – no fundo, o grande destinatário do projecto – os conhecimentos adquiridos com os trabalhos de escavação arqueológica e outros estudos de carácter científico.

A premência da classificação (em curso) do povoado como Imóvel de Interesse Público e a necessidade da sua musealização e respectiva divulgação verificam-se, de igual modo, não somente pela importância de que este sítio arqueológico se reveste para o conhecimento do povoamento proto-histórico peninsular – dada a sua antiguidade e a sua não romanização –, mas também pela singularidade das suas estruturas construtivas e pela sua localização geográfica, em monte de destaque na paisagem, dominando uma grande área da bacia do rio Minho e da bacia do rio Coura.

É também de destacar a existência, na base do monte, de uma Igreja Barroca de inegável interesse patrimonial e histórico; os achados medievais a carecerem de salvaguarda e aprofundamento do seu estudo; e a passagem da IV via militar romana ou XIX do Itinerário Antonino, na base leste do povoado.

Por tudo isto se pode aferir da importância da musealização e correcta divulgação dos trabalhos efectuados no povoado fortificado de Cossourado, que foi, assim, o primeiro, nesta área do Alto-Minho, a ser objecto de um Projecto que o tornasse capaz de ser inteligível pela população, nomeadamente a estudantil.

A construção da auto-estrada A3 que viria a passar no sopé do monte tornou-se evidentemente uma mais-valia pelo que o acesso não oferece dificuldade. A ligação automóvel pode ser feita pela auto-estrada A3, com saída para Paredes de Coura devidamente sinalizada, e/ou pela estrada nacional 303, virando-se, ao quilómetro seis, em direcção à igreja paroquial de Cossourado. Daqui sobe-se por estradão empedrado até meio do monte e, a partir deste ponto, por caminho de terra batida. Todo o percurso, desde a Estrada Nacional até ao povoado, está sinalizado. Refira-se ainda que o povoado dista apenas 10 quilómetros da sede do concelho, 52 de Viana do Castelo, 55 de Braga, e 14 da fronteira internacional de Valença. Enfim, as acessibilidades aliadas aos outros factores referidos, vieram alicerçar a nossa vontade de tornar o povoado de Cossourado um local de visita obrigatória a quantos se interessam por este mundo da arqueologia e a atrair as atenções de muitos outros que lhe andam alheados.

4.1.2 O Projecto de Valorização do Povoado

A – Limpeza geral da Estação Arqueológica:

- Desmatação;
- Remoção de entulhos das escavações;

B – Conservação, consolidação e restauro das unidades arquitectónicas

- Estudo das estruturas e do ambiente geo-climático;

- Análise dos paramentos e argamassas presentes nas estruturas e sua deposição em campo para controlo do seu comportamento;

- Tratamento das unidades arquitectónicas descobertas;
- Conservação e restauro das estruturas de habitação, de serviços e de defesa;

- Reconstituição parcial das estruturas escavadas, sempre que essa reconstituição não altere os dados arqueológicos;

- Criação de um sistema de escoamento das águas, que inclui um processo de drenagem para cada estrutura, inserido num sistema geral;

- Conservação de cortes estratigráficos;

C – Reconstituição, baseada nas evidências arqueológicas, de uma unidade doméstica (duas construções);

D – Tratamento da área envolvente das estruturas do povoado e criação de zonas de circulação;

E – Tratamento paisagístico do monte, com a reconstituição paleo-ambiental, tanto quanto possível, da flora coeva à época da habitação do povoado. Para tal, foi necessário elaborar um aprofundado estudo carpológico e antracológico prévio. Contudo, a falta de financiamento impossibilitou a concretização do repovoamento vegetal.

F – Restauro dos materiais provenientes da escavação do povoado e criação das respectivas condições de acondicionamento e exposição no Museu Municipal;

G – Construção de equipamentos:

- Beneficiação, alargamento e pavimentação do caminho de acesso (cerca de 1600²) e dos percursos de visita;

- Terraplanagem e pavimentação do parque automóvel, com 500 m²;

- A construção de uma vedação em rede plastificada com poste metálico (cerca de 2000 m) foi estudada. No entanto, a sua execução foi impossibilitada por o terreno não ser propriedade da Câmara Municipal de Paredes de Coura, que se responsabilizou pela manutenção e vigilância do sítio arqueológico;

- Sinalização e legendagem interna e externa da estação arqueológica com placas indicativas de acesso rodoviário, de percursos pedestres e placas didáctico-explicativas, sendo estas últimas bilingues (português e inglês);

H – Promoção e divulgação:

- Edição de desdobrável arqueológico-cultural;
- Edição de desdobrável didáctico-pedagógico;
- Edição de publicação didáctico-pedagógica;
- Edição de postais;

- Elaboração de vídeo de divulgação (acção não financiada pelo que a sua execução foi inviabilizada);

- Edição de diapositivos;
- Edição de jogo (Puzzle);

Apresentaremos de seguida – dada a especificidade das diversas acções – uma descrição detalhada de como se projectou a intervenção de conservação, restauro e reconstrução de duas

unidades domésticas (ponto genérico 4.1.2) e, posteriormente, de forma relativamente abreviada, a execução geral do projecto (pontos 4.1.3 a 4.1.9).

4.1.2 O Projecto de Conservação Física

O projecto obedeceu a uma filosofia que constitui alternativa relativamente ao modo de actuação das escolas tradicionais de conservação/restauração. O princípio básico radicou na informação objectiva e coerente, derivada da investigação arqueológica e em dois conceitos fundamentais: a) o conceito de arqueotema, expressão física de uma hipótese explicativa em função de seu contexto estratigráfico; b) o conceito de reversibilidade, não só como entidade teórica, mas igualmente como realidade efectiva.

4.1.2.1.1 Estruturas e o meio

A interacção entre âmbito geoclimático e estrutura arqueológica constitui um estudo fundamental no que diz respeito ao diagnóstico de processos erosivos gerais, factor básico para determinar técnicas específicas de consolidação.

O povoado fortificado de Cossourado situa-se entre 350 e 375 m de altura, dominando uma área geográfica de colinas que fazem parte de um relevo compartimentado por uma rede fluvial activa e muito desenvolvida.

O contexto litológico compõe-se de distintas variedades de granito, como principal componente, registando, também, afloramentos de xisto e filões de quartzo.

O clima é atlântico, com temperaturas moderadas e elevados índices de humidade.

As precipitações, excepcionalmente em forma de neve, cifram-se em torno de uma média de 2.250 mm anuais, com um máximo em Dezembro e mínimo em Agosto.

O solo é ácido e o revestimento vegetal é caracterizado por herbáceas e várias espécies arbustivas e arbóreas.

As estruturas escavadas apresentam muros de pedra de pouca altura que definem plantas elipsoidais, sub-rectangulares e sub-circulares com traçado irregular, reflectindo a estratigrafia níveis de derrube com escassa potência. O sistema construtivo obedece a uma técnica de pedra seca, com paramentos de granito, entre os quais ocorrem alguns elementos de xisto.

O aparelho é irregular, tanto em geometria (não apresenta regularização das superfícies de encaixe), como em tamanho (variando desde pequenas cunhas até grandes unidades que definem a parte interna e a externa), e a disposição espacial (não existindo uma autêntica continuidade formal das camadas, nem regularidade nos planos dos paramentos). O alicerce corresponde a uma fiada de base assente no solo que integra, por vezes, alguns blocos de grande tamanho, não existindo alicerce.

A técnica de construção empregue – sem argamassa – implica fragilidade ou, pelo menos, falta de coesão estrutural. Este tipo de construção em pedra seca foi adulterado pelos fenómenos pós-deposicionais pelo que actualmente existe um cimentante natural, constituído por um cimento de terra (como é habitual nas argamassas arqueológicas e neste tipo de estruturas) com escassa selecção granulométrica, elevados índices de fracção fina e baixas resistências mecânicas.

Os principais processos erosivos radicam nas chuvadas – tanto difusas como torrenciais – e nas poças de água, processos derivados da elevada pluviosidade, da escassa vegetação, da geometria estrutural e da obstrução dos interstícios dos muros por depósitos pós-deposicionais. O resultado consiste numa alteração do espaço extramuros e na dissolução do substrato térreo interno.

Os processos termoclásticos apresentam incidência relativa, incluindo a hidroclastia apesar da elevada pluviosidade e da atmosfera saturada em determinadas épocas do ano. A escassa amplitude térmica (tanto diária como anual), a pouca frequência de temperaturas extremas (tanto insolações como valores abaixo de zero), e a excepcionalidade de precipitações em forma de neve, implicam que estes processos não se revistam de especial agressividade, se bem que estejam presentes e devam ser tidos em conta.

Os processos químicos e bioquímicos exercem maior actividade que os termoclásticos, afectando de maneira primordial os feldspatos. A humidade retida pelos materiais que obstruem os interstícios dos muros incrementa a sua agressividade, ao mesmo tempo que favorecem o desenvolvimento de musgos e líquenes. A conjugação de processos químicos e termoclásticos pode originar descamações devido ao coeficiente de dilatação diferencial entre paramentos e crosta, factor especialmente nocivo se impedir o desenvolvimento de patinas estáveis em face da meteorização.

4.1.2.1.2 Unidades de Intervenção

A – Muros

Apesar de, de certo modo, ser contrário aos resultados da investigação arqueológica (que revelaram a construção inicial com pedra seca), a argamassa existente faz parte do historial das estruturas, pelo que será mantida e empregue na consolidação posterior.

Assim, o método de conservação dos muros tem como base a preservação dos materiais e das técnicas construtivas sem alterar a informação arqueológica de carácter básico, ao mesmo tempo que deve de garantir a estabilidade estrutural em relação às chuvadas torrenciais e a todos os fenómenos de erosão a que agora estão sujeitos.

A consolidação dos muros será feita com uma argamassa em tudo semelhante à que foi criada através dos tempos e que agora dá coesão às estruturas escavadas, mediante a sua aplicação nos espaços intersticiais, preenchendo o mínimo volume estrutural interno.

– Limpeza dos muros

Esta tarefa incluiu a limpeza manual, com pincéis, das partículas grosseiras em excesso e o arranque de vegetação de pequeno porte, em crescimento.

– Fiada de Protecção

Ao descartar-se as reconstruções genéricas e homogéneas de todas as estruturas, a alternativa para impedir a acção directa da meteorização sobre as superfícies dos muros radica na criação de um corpo com equivalência estratigráfica, tanto no que diz respeito a materiais, como à natureza das superfícies, incorporando assim tanto conclusões sobre processos tecnoculturais da época, como sobre processos pós-deposicionais, isto é, o corpo de protecção – fiada de protecção – responde plena e integralmente a um arqueotema e, em consequência, limitar-se-á à expressão

mínima necessária. Trata-se, assim, do elemento de protecção superior das estruturas, e consiste numa fiada de pedra equivalente às originais já existentes.

O elemento de descontinuidade a utilizar consiste numa fibra geotextil de coloração bege (46). As superfícies serão tratadas com herbicida e hidrofugante.

A fiada de protecção do paramento interno e externo da muralha obedecerá aos mesmos pressupostos.

– Reconstrução das estruturas

O tratamento das unidades arquitectónicas descobertas compreende a reconstituição parcial de algumas estruturas, sempre que a mesma não altere os dados arqueológicos. Nesse caso, será empregue uma linha separadora constituída por fibra geotextil não visível. Desta forma este elemento de descontinuidade não irá alterar a informação e não será perceptível. A reconstrução propriamente dita seguirá o mesmo tipo de paramento preexistente.

No caso específico das estruturas domésticas, nomeadamente o banco adossado internamente à cabana 1, será tratado a partir de um plano diferencial em relação à fiada de protecção, dado que a sua identidade específica não admite sobrepor um volume equivalente.

As pedras que dão forma à estrutura manter-se-ão *in situ*, a partir de uma intervenção sobre o sedimento constituinte, aplicando uma argamassa com equivalência estratigráfica e arqueológica nos espaços inter-estruturais e no que diz respeito ao muro da cabana.

Embora inicialmente se tenha pensado aplicar resinas *epoxy* aos paramentos de forma a fazer a sua consolidação dos muros, por diversos factores esta solução tornou-se inviável, tendo a resina sido substituída por argamassa.

No projecto inicial previa-se que a aplicação de resinas *epoxy* aos paramentos obedecesse a um carácter: não maciço, de forma a que não preenchesse os espaços intersticiais; pontual e selectivo, constituindo uma trama coesa com "pontos" de resina; e com contacto interno, de modo a que nunca seja visível nos paramentos externos.

Uma vez disposta a argamassa, e no momento prévio à sua secagem definitiva, foi tratada com um hidrofugante incolor.

– Sistema de drenagem

Em termos genéricos, dado que estamos a lidar com estruturas construídas com muros fechados ou com uma pequena porta, o sistema de escoamento das águas inclui um processo de drenagem para cada estrutura, em conexão com um sistema geral.

Este sistema não implica uma estrutura de tubos complexa para cada construção dado que o escoamento (derivado do declive a que está sujeito) e uma escavação até ao afloramento – como já foi feita em quase todas as estruturas escavadas – não o tornam necessário.

(46) Uma das soluções equacionadas foi a de dispor sobre as superfícies dos muros – prévias à fiada de protecção – cordões ou uma malha larga de fibra de vidro de 5 mm de diâmetro, fixos com resina *epoxy*. Uma vez disposta a fiada de protecção, cortar-se-ão segundo o plano do paramento, visualizando-se sobre este como sequência discreta de elementos pontuais. O conjunto actuará como uma trama, incrementando a resistência e a estabilidade geral dos muros sem distorcer a informação, e cumprindo com o factor de reversibilidade com vista a trabalhos futuros.

A área de actuação é compreendida entre a elevação central – torreão – e a linha de muralha interna. Trata-se de um espaço anular, em plano inclinado, com linhas de pendente no sentido perpendicular à muralha.

Neste espaço, e em conexão com a divisão arqueológica, definiram-se três sectores que representam três sistemas de drenagem independentes:

– *Sector A*. Integra as estruturas 1, 2 (destruída), 3, 4 e 5, o espaço externo que estas definem, o segmento de muralha correspondente à longitude do arco do sector, e o espaço intramuros compreendido entre a muralha e as estruturas domésticas.

– *Sector A/E*. Integra as estruturas 6 e 7, e o resto dos espaços equivalentes aos definidos no Sector A.

– *Sector C*. Integra duas estruturas domésticas de planta circular, assim como o resto dos espaços equivalentes aos definidos nos sectores anteriores.

– *Sector D*. Inclui o troço de muralha escavado.

Todas as linhas radiais de pendente (perpendiculares) ao paramento interno da muralha apresentam um valor descendente com a média próxima dos 7°. Por seu turno, as pendentes laterais de cada sector apresentam uma tendência situada nos 0°, pelo que não é possível existirem conexões laterais que sejam perpendiculares às condutas radiais.

A solução para neutralizar os efeitos derivados destes processos radica num sistema de drenagem eficaz, desenhado de forma a que expulse a água no mínimo tempo possível, responda a um carácter reversível, não altere a informação sobre a natureza das superfícies internas das estruturas de habitat e não sejam visíveis em ponto algum os elementos de escoamento. Desta forma, deverá aproveitar ao máximo os factores topográficos e geomorfológicos.

Dada a especificidade de cada estrutura, será tido em conta a conjugação de vários métodos tais como: o aproveitamento da pendente natural; a escavação dos sedimentos até à rocha-base; a criação de um declive artificial com terras arqueológicas (já analisadas).

Elementos a colocar nas estruturas, debaixo para cima, depois da limpeza específica:

– Fibra geotextil de 110 grs/m², permeável ao vapor de água e impermeável à água, extensiva a toda a planta. Constitui o elemento de descontinuidade estratigráfica imposto pelo conceito de reversibilidade, e além disso supõe um elemento que impede a absorção de água por parte do substrato subjacente, ao mesmo tempo que permite uma transpiração normal para evitar secagens excessivas;

– Camada de gravilha, compacta;

– Camada de terra proveniente da estação arqueológica, seleccionada segundo a granulometria mais representativa documentada em escavação e eliminando as fracções finas que tenham capacidade impermeabilizadora.

– Impregnação com herbicida das três camadas constitutivas.

No projecto inicial, que, posteriormente se verificou ser inviável e desnecessário, o sistema de drenagem era bastante mais complicado, sendo constituído por um sistema de colectores organizado da forma que a seguir descrevemos:

1) "Colector Espesso". A colocar nas estruturas depois da limpeza específica. Debaixo para cima seria colocado:

– Fibra geotextil de 110 grs/m², permeável ao vapor de água e impermeável à água, extensiva a toda a planta;

– Camada de terra argilosa, crivada e compacta, com granulometria inferior a 5 mm. As camadas de terra formariam pendentes desde a cota do plano da fiada basal até à cota nula de um ponto situado cerca do centro da planta, definindo um esquema geométrico interno de quatro águas;

– A linha de convergência das quatro vertentes será o lugar de escorrência propriamente dito, constituído por um tubo de PVC de 10 cm. de diâmetro, cujo tramo inicial apresenta várias séries lineares de perfurações de 1 cm. de diâmetro, não ultrapassando o conjunto das séries a linha média do tubo (colector). A boca interna protege-se de ser obstruída com malha de fibra de vidro. O tubo, que definirá uma pente de pelo menos 10°, passa para o exterior através de uma perfuração situada muito por baixo do plano da primeira fiada de pedras, de forma a não ocasionar rupturas estratigráficas;

– Sobre o colector seria disposta uma camada de areia grossa rodada, de forma a impedir a obstrução das perfurações;

– Sobre a camada de areia grosseira, seria colocado um recheio de areia proveniente da estação arqueológica;

– Impregnação com herbicida das três camadas constitutivas.

2) "Colector Fino". Desenhado para as estruturas em que – por uma ou outra razão – a altura entre solo e muro não permitam projectar um sistema do tipo "colector espesso".

Responderia à mesma sucessão de elementos, adaptando a espessura de cada uma das camadas, embora variando a geometria, tamanho e disposição de colector.

4.1.2.3 Tratamento dos pisos internos e da área envolvente

As estruturas já escavadas até à rocha base, em que esta servia de piso de ocupação, tal como as áreas exteriores, serão deixadas sem tratamento.

Nos locais onde o piso de ocupação seja constituído por sedimentos saibrentos ou apenas terra, o sistema utilizado obedecerá a diversas fases: nivelamento do terreno (mantendo-se, no entanto, a inclinação natural do mesmo); colocação de uma manta geotextil e uma camada de gravilha com 10 cm de espessura; deposição de uma camada de terras arqueológicas, também com 10 cm de espessura.

Na área mais alargada e não escavada do povoado pretendia-se fazer o tratamento paisagístico do monte, com a reconstituição paleo-ambiental, tanto quanto possível, da flora coeva à época da habitação, baseada nos resultados do estudo carpológico e antracológico.

4.1.2.4 Perfis Estratigráficos

Uma das bases fundamentais da difusão da estação arqueológica tem como base as sequências estratigráficas. Não se pode falar de divulgação integral se o espectador não tiver a possibilidade de se confrontar com a cronologia relativa, que é parte integrante da explicação do sítio arqueológico.

A sequência sedimentar do povoado fortificado de Cossourado apresenta uma escassa potência estratigráfica e poucas variações, pelo que a consolidação de um ou dois cortes estratigráficos seria suficiente e representativa do todo.

Esta acção, a ser necessária, será feita do seguinte modo:

1. Limpeza e verticalização do perfil estratigráfico;
2. Impregnação com herbicida;
3. Impregnação com hidrofugante, com a finalidade de impermeabilizar as superfícies;
4. Impregnação com resina sintética diluída, dando coesão às superfícies, aumento da impermeabilidade e constituindo um travão à vegetação.

5. No caso de o corte estratigráfico estar já em adiantado estado de destruição, esse será reconstituído mediante a colocação de pedras e terra amassada, com resinas sintéticas com equivalência granulométrica, morfométrica, mineralógica e disposição espacial igual à dos elementos arqueológicos.

4.1.2.5 Reconstituição de uma unidade doméstica

A concepção de um programa de musealização de um sítio arqueológico implica a elaboração de um plano no qual se articulam os valores patrimoniais existentes, o ambiente envolvente, as estruturas de apoio a construir ou a recuperar e o que se pretende que seja visto e interpretado pelo utente cultural. Implica, na mesma ordem de ideias, a sua sustentação numa investigação científica rigorosa e pormenorizada, alicerce indispensável de todo o trabalho a desenvolver.

A apresentação ao grande público dos dados científicos obtidos através da escavação arqueológica deverá, numa fase seguinte, ser efectuada de uma forma susceptível de possibilitar a sua compreensão imediata e sem abrir caminho a interpretações incorrectas.

A musealização de um povoado fortificado tem, de acordo com esta perspectiva, que passar necessariamente não apenas pela consolidação e restauro das estruturas encontradas, mas também pela reconstituição completa de algumas das suas unidades ocupacionais.

Apesar dos riscos inerentes que se assumem, dado, por exemplo, o não conhecimento exacto da altura das paredes e do sistema de cobertura, a construção deste tipo de estruturas numa estação escavada provoca um considerável impacto no visitante, não apenas de ordem visual mas de atracção para a descoberta das construções e para a retenção de ensinamentos.

A reconstituição das estruturas no povoado fortificado de Cossourado será baseada nas evidências arqueológicas de uma unidade doméstica, que contemplará duas construções-modelo: uma estrutura circular fundamentalmente com funções de habitação e uma estrutura sub-rectangular relacionada sobretudo com actividades artesanais. Após a sua reconstrução, com inclusão da respectiva lareira, terão como finalidade a exposição temporária de materiais e/ou de réplicas dos achados arqueológicos mais significativos do povoado, caso exista no mesmo, tal como se previa, um vigilante.

Tais reconstruções deverão, assim, ser encaradas como museus vivos onde se recria a vivência dos povos que as construíram e ocuparam.

Cumpra-se, desta forma, a vertente pedagógica imprimida a estas réplicas, elaboradas com o máximo rigor e cientificidade possíveis.

4.1.2.5.1 Localização no povoado

O local escolhido para a reconstrução das duas estruturas situa-se no designado Sector F, a cerca de 8,70 metros do topo NE do sector E.

Está implantado numa área com pouco declive, que se desenvolve, sensivelmente, de sul para Norte, entre o "torreão" e a cintura de defesa interna, próximo da zona mais alta do povoado, com um pendor de um metro e noventa e cinco.

A escavação deste sector – que apresenta uma área escavada de 224 m² – permitiu que se atingissem profundidades máximas de apenas 25 cm, tendo-se encontrado apenas duas estruturas (1F e 2F) em elevado grau de destruição. Foram escavadas na sua totalidade, tendo fornecido pouquíssimo espólio arqueológico.

A escolha deste local para a reconstrução das estruturas prendeu-se, pois, com diversos factores: a grande destruição das estruturas; a impossibilidade de se efectuar uma reconstituição fiel das mesmas; a implantação do sector num dos locais melhor posicionados do circuito de visita; o facto de ser uma área escavada até ao solo de base, não se correndo, assim, o risco de se sobrepor as cabanas a outros níveis estratigráficos. Trata-se, em suma, de um sector já exaustivamente estudado, que não oferece dúvidas científicas passíveis de resolução e que não permite a recolha de outros elementos para além dos já obtidos.

4.1.2.5.2 Piso e drenagem

O piso de ocupação da área escavada é constituído, para além da terra, por grandes afloramentos graníticos, com elevado grau de desgaste, que serão conservados. Nos locais onde existe terra, caso se apresente necessário, será criado um sistema de drenagem.

Esse sistema, nomeadamente nas áreas exteriores às cabanas, obedecerá a diversas fases: nivelamento do terreno (mantendo-se, no entanto, a inclinação natural do mesmo); colocação de uma manta geotextil e uma camada de gravilha com 10 cm de espessura; deposição de uma camada de terras arqueológicas, também com 10 cm de espessura.

4.1.2.5.3 Muros

As estruturas seguirão o padrão existente no povoado, procurando-se aproveitar, tanto quanto possível, as plantas existentes. Considerando o seu elevado grau de destruição, serão criadas, com base nas estruturas do povoado, duas plantas modelo – uma sub-circular e outra sub-rectangular (com cantos curvos).

No sentido de respeitar as evidências arqueológicas, a correcção do alinhamento e dos prumos dos paramentos será executada com o auxílio do desenho planimétrico elaborado aquando das escavações arqueológicas. Assim, as pedras originais deslocadas serão encaixadas no seu devido lugar e, com auxílio de outras provenientes das estruturas derrubadas (camada de derrube), as paredes ficarão alinhadas e verticalizadas.

A consolidação dos muros utilizará uma argamassa semelhante à criada através dos tempos e que actualmente dá coesão às estruturas escavadas, mediante a sua aplicação nos espaços intersticiais, preenchendo o mínimo volume estrutural interno.

Após a consolidação das estruturas existentes, será necessário efectuar a reconstituição de algumas partes dos muros respectivos, seguindo o tipo de paramento preexistente, sendo utilizada para o efeito a pedra proveniente da camada de derrube.

As estruturas serão tratadas com um hidrofugante incolor e um biocida.

Aquando da elaboração do Projecto e porque se trata da reconstrução de estruturas das quais se desconhece com exactidão a sua altura – embora, por analogia, nos possamos aproximar e consideremos não existir uma altura padrão –, foi necessário realizar um estudo pormenorizado de todas as estruturas do povoado.

Fizeram-se cálculos partindo da medida actual dos muros e acrescentando a altura da camada de derrube, depois de colocada verticalmente. Estas sucessivas reconstruções (foram estudadas 10 estruturas) apontaram para medidas de cerca de 1,80 m, altura que seria a real, aquando da construção do povoado. Paralelamente, consultámos vasta bibliografia sobre o assunto e visitámos os povoados castrejos (todos eles mais tardios que o de Cossourado) que possuem estruturas similares reconstruídas.

4.1.2.5.4 Portas

Outro elemento a ter em conta são as portas das estruturas a reconstruir. Se temos certezas quanto à sua largura (cerca de 80 cm, em média), o conhecimento da sua altura é falível. No entanto, face a uma parede de 1,80 de altura, a porta seria, necessariamente, mais baixa.

Como no povoado não possuímos padieiras, ombreiras e soleiras em pedra, estes elementos serão construídos da seguinte forma:

Padieira: em madeira de carvalho seco e envelhecido;

Ombreiras: em pedra igual às paredes, sem qualquer remate especial;

Soleiras: não serão colocadas;

Porta: feita em troncos de carvalho, entrelaçados com elementos vegetais (por imposição do IPPAR não foram construídas).

4.1.2.5.5 Coberturas

A cobertura das cabanas é também desconhecida, havendo, no entanto, indícios que apontam para a existência de formas cónicas, no caso das estruturas circulares, e de duas águas, nas rectangulares.

Para suprir a escassez de conhecimentos socorremo-nos de estudos realizados até ao momento, das analogias com outras épocas e "culturas" e mesmo do exemplo etnográfico, a que já aludimos em outros capítulos, de construções cujo sistema construtivo é semelhante, nomeadamente no Alto Minho e na Beira Interior (Mangualde, Viseu, Marvão - OLIVEIRA *et alii* 1988).

No concelho de Paredes de Coura existem, igualmente, estruturas similares, com cobertura em colmo e/ou giesta, ainda utilizadas para fins agrícolas.

A cobertura das estruturas escavadas neste povoado foi elaborada, certamente, com materiais perecíveis e nunca com tégula e ímbrice, pois estes elementos não foram encontrados durante a escavação.

A estrutura cónica de cobertura da cabana circular pousará directamente sobre uma estrutura de madeira que, por sua vez, irá assentar no alto da parede (não temos indicações da existência de buracos de poste ou de qualquer outro sistema de fim idêntico).

Nas construções alongadas não possuímos, igualmente, indicações sobre a existência de postes centrais. Contudo, apesar de ser nosso propósito construir estruturas muito baixas, as condições climatéricas da zona dificultarão bastante a manutenção de um telhado de duas águas que não esteja preso ao solo. O telhado de uma água também não seria viável, pois implicaria no registo arqueológico uma discrepância em termos de altura dos derrubes, sendo a parede oposta à da entrada mais alta, facto que não se verifica.

A cobertura, de duas águas, será constituída por um travejamento assente no topo da parede. As partes curvas do sistema de cobertura serão construídas com paus dispostos em raio, e as partes rectas com travessas, que se fixarão na trave central.

O travejamento que configurará o telhado cónico da cabana circular e o de duas águas da estrutura sub-rectangular será construído com madeira de carvalho seco e envelhecido, cuja utilização, à data da ocupação do povoado, foi confirmada pelas análises antracológicas realizadas.

A cobertura, tal como também têm revelado as análises antracológicas, será feita com giesta. O colmo apenas será utilizado como impermeabilizante natural a colocar sob a giesta.

Para terminar resta-nos explicitar que o facto de incluirmos, em alguns itens, ainda que sumariamente, as várias opções do projecto tem como objectivos essenciais:

- mostrar que as opções de conservação e restauro, para qualquer sítio arqueológico, são muito diversificadas, e que a dificuldade de concretização de um dos projectos não implica que não possam tornar-se viáveis outros;

- revelar as dificuldades com que nos deparamos na concretização de um plano mais ideal e na necessidade da sua substituição, por razões práticas e, essencialmente, de ordem burocrática, face aos entraves dos organismos da tutela, designadamente o IPPAR. Contudo, foi possível encontraram-se soluções, viabilizando, desta forma, o projecto.

4.1.3 A execução do projecto de conservação, restauro e reconstituição

A conservação, consolidação e restauro das unidades arquitectónicas dos sectores A, E e C obedeceu ao seguinte esquema:

- Estudo das estruturas e do ambiente geo-climático;
- Análise dos paramentos e argamassas presentes nas estruturas;
- Escolha das argamassas a aplicar no restauro;
- Estudos de pormenor para definição das entradas das estruturas 1 e 4;
- Limpeza, conservação e restauro e reconstituição parcial de todas as estruturas que haviam sido escavadas até à data de execução do projecto, não alterando, contudo, os dados arqueológicos;
- Criação de um sistema de drenagem geral e particular.



Foto 124 – Vista parcial do sector A no final da escavação arqueológica.



Foto 125 – A mesma perspectiva do sector A após a escavação de áreas sem estruturas, a desmontagem dos testemunhos de cortes estratigráficos e o nivelamento do solo.

Os trabalhos relativos ao primeiro dos pontos enunciados iniciaram-se com a realização de um estudo do ambiente geo-climático, dos agentes erosivos e respectivas soluções de minimização de efeitos, ao qual se seguiu a desmatação de grande parte do *plateau* onde decorreram os trabalhos e a remoção dos entulhos resultantes das campanhas arqueológicas efectuadas em anos anteriores.

De imediato, e tendo em linha de conta as evidências arqueológicas resultantes dos trabalhos de escavação, procedeu-se à limpeza do espaço de intervenção do restauro, à limpeza dos muros e à limpeza do interior das estruturas, o que implicou a escavação até ao solo de base de todas as cabanas que ainda não haviam sido totalmente escavadas, com particular incidência nas cabanas 5, 7E, 8E, 1C e 2C.

Procedeu-se à escavação de áreas sem estruturas (**Fotos 124 e 125**), à desmontagem dos testemunhos referentes aos cortes estratigráficos 1A, 3A e 1C e ao alisamento e nivelamento dos sectores A, E e C.

O alisamento e nivelamento dos vários sectores – nomeadamente no interior e exterior das estruturas – obedeceu a um plano possível de alinhamento das superfícies de terreno, numa lógica de aproveitamento do escoamento natural das águas, de acordo com a inclinação que se verifica no suporte de ocupação das estruturas.

Nesse sentido, escavou-se criteriosamente até se atingir um nível inferior ao nível de ocupação (afloramento granítico, regra geral), e criaram-se pendentes vectoriais de escoamento das águas de superfície de dentro das estruturas para um local de saída, resultando na obtenção de um interior mais alto que escoar para o exterior mais baixo. Noutros casos, pelo contrário, teve que se elevar o nível do solo com a deposição de terras, a fim de se obter o efeito pretendido. Desta forma, ficou, desde logo, preparado o terreno para a implantação do sistema de drenagem.

O método de conservação dos muros teve como base a preservação dos materiais e das técnicas construtivas sem alterar a informação arqueológica de carácter básico, ao mesmo tempo que teve de garantir a estabilidade estrutural em relação às chuvadas torrenciais e a todos os fenómenos de erosão a que agora estão sujeitos. Desta forma, foram feitas **análises e estudos aos paramentos e argamassas das estruturas**.

Fizeram-se, igualmente estudos de vários tipos de argamassa fabricadas na própria estação arqueológica e posteriormente – passados 28 dias – partidas em laboratório (**Foto 126**). A resistência mecânica teria de ser suficientemente elevada para suster os processos de capilaridade ascendente. Uma vez escolhida, a argamassa, no momento prévio à sua secagem definitiva, seria tratada com um hidrofugante incolor.



Os **estudos de pormenor para definição das entradas das estruturas 1 e 4** permitiram alcançar o objectivo pretendido, complementado, posteriormente, com as respectivas acções de consolidação e restauro.

A **limpeza, a conservação e o restauro das estruturas de habitação e de serviços** dos sectores A (estruturas 1, 3, 4, 5, 6 e 9) e E (estruturas 7 e 8 E) obedeceram a uma metodologia que constou de diversas fases.

Fase 1 – Limpeza dos muros

Incluiu, num primeiro momento, a limpeza manual, com pincéis, das partículas grosseiras em excesso e o arranque de vegetação de pequeno porte, em crescimento; no segundo, constou de uma limpeza dos perfis originais das estruturas que não sofreram alterações de prumo e alinhamento.



Fotos 127 e 128 – Alinhamento e verticalização dos muros das estruturas.

Fase 2 – Alinhamento e verticalização dos muros das estruturas (Fotos 127 e 128)

No sentido de respeitar as evidências arqueológicas, a correcção do alinhamento e dos prumos dos paramentos foi executada com o auxílio do desenho planimétrico elaborado aquando das escavações arqueológicas.

Assim, as pedras originais deslocadas foram encaixadas no seu devido lugar e, com auxílio de outras provenientes das estruturas derrubadas (camada de derrube), alinharam-se e verticalizaram-se as paredes. Em alguns casos, de forma a conferir maior solidez estrutural, preencheram-se os interstícios das pedras e reforçou-se a base de sustentação dos muros.

Este trabalho inicial foi concebido e executado sem a utilização de argamassa, e levado a cabo por pedreiros, sob a orientação do técnico de restauro e do arqueólogo responsável.



Foto 129 – Consolidação dos muros.

Fase 3 – Consolidação dos muros (Foto 129)

Nos casos em que não houve necessidade de se proceder à alteração do prumo e do alinhamento das estruturas, efectuou-se, apenas, uma limpeza mecânica da superfície e dos paramentos, com utilização de vassouras, colherins e água, tendo-se retirado raízes, terras infiltradas e desagregações de pedras. A ocasião foi aproveitada para realizar pequenas correcções nas superfícies, juntar pedras fracturadas e, em alguns casos, aplicar argamassa, envolvendo e calçando as pedras intervencionadas.

Corrigidos os perfis, procedeu-se à aplicação da argamassa no enchimento dos paramentos, com o objectivo de criar um interior consolidado, de modo a que a mesma não fosse visível no exterior das estruturas e entre as juntas de superfície.

A este trabalho seguiu-se um outro de acabamento, efectuado com pincel, trinchas e água. As juntas de superfície e os paramentos que apresentavam argamassa visível foram pincelados/lavados com água, proporcionando, simultaneamente, a melhor adesão do consolidante à junta, a redução da espessura da argamassa, a remoção dos excedentes e a lavagem dos paramentos. Seguidamente, aplicou-se terra sobre a argamassa, simulando a lama original.

A argamassa aplicada é constituída por 3/4 de areia de rio (de granulometria fina/média, de cor amarelada clara), misturada com terra peneirada, e 1/4 de ligante, constituído por 75% de cal hidráulica, 15% de cimento (para possibilitar uma presa mais rápida) e 10% de aditivo sintético (pó redispersível RI 551 Z). Este aditivo é utilizado para promover a adesão, ter uma acção hidrofugante e reduzir a rigidez da massa após a secagem.

O banco adossado à parede da cabana 1 teve igualmente de ser intervencionado, como a seguir descrevemos (**Fotos 130 e 131**).



Fotos 130 e 131 – Restauro do banco da cabana 1 do sector A.

Nos locais onde existiam lajes "in situ", bem como o respectivo muro de sustentação, procedeu-se, apenas, a um ligeiro alinhamento e consolidação da estrutura. No restante, teve que se efectuar a sua reconstituição. Para esse efeito, foi criado, em determinados pontos, um suporte com pedras de derrube – paramento organizado com pedras originais de igual porte, embora valorizando a função de sustentação. Nos locais onde não existiam, as lajes, depois de criteriosamente seleccionadas, foram colocadas de acordo com o modelo.

Para a sua consolidação e reconstituição aplicou-se uma argamassa constituída por 75% de areia e terra, de variada granulometria, e 25% de cimento. Esta argamassa, valorizada com a utilização de maior percentagem de cimento, encontra justificação na necessidade de utilizar um ligante com uma presa rápida que sustente uma enorme carga, como são as lajes do banco.

Fase 4 – Reconstituição das estruturas

Após a consolidação das estruturas existentes foi necessário fazer a reconstituição de algumas partes dos muros respectivos.

Esta reconstituição, parcial, foi elaborada de forma a não alterar os dados arqueológicos. Importa, ainda, referir que, após se proceder à análise de várias soluções, se optou por criar uma divisória entre o muro de origem e a parte reconstruída, mediante a colocação de uma fibra geotextil.

Este elemento de descontinuidade, apenas visível na parte interna das estruturas, criou uma divisória entre o muro original e a parte reconstruída, não alterando a informação, não sendo perceptível e estando de acordo com o conceito de reversibilidade.



Antes da sua aplicação, a tela separadora foi furada com cortes de tesoura e, posteriormente, presa com argamassa (**Foto 132**). Posteriormente foi aparada com tesoura e queimada (**Foto 133**).



Foto 134 – Perspectiva final da tela de separação.

A reconstituição, propriamente dita, seguiu o tipo de paramento preexistente, tendo sido utilizada a pedra proveniente da camada de derrube. O perfil dos muros, no final, foi deixado o mais irregular possível, tendo-se o



cuidado de não ficar argamassa visível (**Foto 135**).

A argamassa foi aplicada apenas nas juntas interiores e os excedentes foram retirados pelo processo já mencionado. Posteriormente, foi feito um acabamento, para preenchimento dos interstícios horizontais, misturando-se na argamassa mais terra e granito triturado. Os interstícios verticais do perfil do muro foram também preenchidos com grandes quantidades de terra e lama.

Uma vez disposta, no momento prévio à sua secagem definitiva a argamassa foi tratada com um hidrofugante incolor e um biocida (**Foto 136**).



Foto 136 – Tratamento da superfície dos muros com hidrofugante.

Fase 5 – Sistema de drenagem

As chuvadas e as poças de água resultantes constituem o primeiro factor de erosão das estruturas de Cossourado, factores esses que activam distintos processos químicos nos paramentos. Os efeitos da chuva intensificam-se com a grande pendente geral sobre a qual assenta o sítio arqueológico – pendente que é maior na elevação imediata aos sectores A, C e E (torreão) – e com o escasso revestimento vegetal existente nas áreas escavadas.

A solução para neutralizar os efeitos derivados destes processos encontrou-se na construção de um sistema de drenagem eficaz, desenhado de forma a que expulse a água no mínimo tempo possível, responda a um carácter reversível, não altere a informação sobre a natureza das superfícies internas das estruturas de habitat e não seja visível. Desta forma, aproveitaram-se ao máximo os factores topográficos e geomorfológicos.

A primeira unidade de intervenção a ter em conta no sistema de drenagem consistiu em desviar os distintos fluxos provenientes da elevação imediata aos Sectores A, C e E (o torreão), intervenção que foi levada a cabo com base no máximo aproveitamento dos factores topográficos e na construção de obstáculos com materiais de ladeira de aparente disposição aleatória, com a finalidade de não gerar alterações visuais; isto é, um sistema de barreiras que desviasse a escorrência proveniente desta zona e não fosse perceptível à vista. Pretende-se que as estruturas só tenham que desaguar o volume correspondente à precipitação directa.



Foto 137 – Colocação da manta geotextil sob o solo nivelado.



Foto 138 - Colocação da camada de gravilha.



Foto 139 - Colocação de terras arqueológicas.

Em termos genéricos, dado que estamos a lidar com estruturas construídas com muros fechados ou com uma pequena porta, o sistema de escoamento das águas inclui um processo de drenagem para cada estrutura, em conexão com um sistema geral. Este sistema não implicou uma estrutura de tubos complexa para cada construção, dado que o escoamento (derivado do declive a que está sujeito) e uma escavação até ao afloramento não a tornaram necessário.

A área de actuação foi a compreendida entre o referido torreão e a linha de muralha. Trata-se de um espaço anular, em plano inclinado, com linhas de pendente no sentido perpendicular à muralha. Integra as estruturas dos sectores A, E e C, o espaço externo que estas definem, o segmento de muralha correspondente à longitude do arco do sector, e o espaço intramuros compreendido entre a muralha e as estruturas domésticas.

Dada a especificidade de cada estrutura, houve a conjugação de vários métodos tais como: o aproveitamento da pendente natural; a escavação dos sedimentos até à rocha-base; a criação de um declive artificial com terras arqueológicas (já analisadas).

Este processo foi feito pelo nivelamento do terreno, com a inclinação natural do mesmo, ao que se sobrepôs uma manta geotextil, uma camada de gravilha com 10 cm de espessura e, por fim, terras arqueológicas, também com 10 cm de espessura.

Após as grandes chuvadas ocorridas, pudemos constatar a eficácia deste sistema, pelo que os frequentes encharcamentos, anteriormente existentes, deixaram de se verificar.

4.1.3.1 Construção de duas construções "castrejas" de acordo com a arquitectura da época

Os trabalhos de **reconstituição das estruturas** ficaram concluídos com a construção integral, baseada nos dados obtidos através da escavação arqueológica, de duas construções-modelo: uma circular e uma alongada, de maiores dimensões (**Fotos 140 a 149**). Tal como em relação às restantes construções, foi aplicada nestas cabanas apenas pedra recolhida nas escavações arqueológicas do povoado. Para uniformização do tom das pedras, externamente, as estruturas foram pintadas com uma solução de água, terra e um aditivo sintético (pó redispersível RI 551 Z – **Foto 143**).



Fotos 140 e 141 – Construção das cabanas-modelo.



Fotos 142 e 143 – Interior da cabana alongada depois de pronta e pintura da cabana circular para unificação dos tons da pedra.



Fotos 144 e 145 – Início da construção da estrutura de cobertura da cabana circular e ceifa manual do centeio, cujo colmo foi utilizado na cobertura das cabanas.



Fotos 146 e 147 – Duas primeiras fases da colmagem.



Fotos 148 e 149 – As cabanas no final dos trabalhos.

A cobertura construída em madeira (**Foto 144**) assenta directamente a sua estrutura no limite superior da parede, sem o auxílio de qualquer elemento de sustentação ⁽⁴⁷⁾. A madeira foi tratada e escurecida através de fogueiras feitas para o efeito. Não são visíveis os pregos que seguram as traves.

Infelizmente, dada a dificuldade de cumprimento de prazos, não foi possível construir estas coberturas, como havíamos preconizado no projecto, com o carácter rústico (com troncos e galhos) semelhante do que teriam na Idade do Ferro.

As análises antracológicas efectuadas nos restos lenhosos carbonizados recolhidos nas diversas campanhas arqueológicas indicam como maior probabilidade a giesta como material utilizado no sistema de cobertura. No entanto, optou-se por aplicar o colmo (**Foto 146 e 147**), por uma questão de durabilidade, de resistência e pelo facto de ser mais impermeável à acção das chuvas abundantes que habitualmente se registam na região.

O colmo utilizado foi produzido em Paredes de Coura, tendo a Câmara Municipal alugado um campo e posteriormente semeado centeio (**Foto 145**). Após a maturação foi ceifado manualmente de forma a não se quebrarem as palhas.



Foto 150 – As cabanas após alguns meses, quando o colmo já tinha atingido um aspecto envelhecido, tornando as estruturas mais enquadráveis na época.

(47) Segundo as indicações do IPPAR deveríamos construir a estrutura da cobertura em metal.

Tal como todos os trabalhos e consolidação, restauro, drenagem, entre outros, também a colmagem foi executada por funcionários da Câmara Municipal de Paredes de Coura.

4.1.4 Tratamento da área envolvente às estruturas dos sectores A, E e C

O tratamento da área envolvente dos sectores A, E e C consistiu: na desmatção dos espaços escavados e áreas adjacentes; na escavação de espaços desprovidos de estruturas arqueológicas; na desmontagem dos testemunhos referentes a cortes estratigráficos; no alisamento e nivelamento de todas as áreas exteriores às estruturas já escavadas, de modo a torná-las mais amplas, limpas de terras e pedras, perceptíveis e agradáveis ao visitante. Posteriormente, toda a área foi tratada com herbicida, a fim de evitar a proliferação, normalmente rápida, da vegetação de pequeno porte.

Com uma finalidade pedagógica, foi deixada à superfície, a sul do sector A, a escavação em área da camada 2, formada pela pedra de derrube. Desta forma, os visitantes têm visíveis no terreno as várias camadas (geralmente três), em área e em perfil.

4.1.5 Tratamento da área envolvente do povoado

Considerando a densa vegetação, alguma de elevado porte, que cobria o *plateau* onde decorrem as escavações arqueológicas e respectiva musealização, o que impedia o alargar dos trabalhos para Norte, tornou-se necessário proceder à sua eliminação. Os trabalhos alargaram-se também à desmatção parcial e à limpeza da vegetação rasteira e arbustiva em todo o povoado.

No âmbito da acção de limpeza do sítio arqueológico, efectuou-se, igualmente, a remoção de entulhos resultantes das escavações realizadas nos anos anteriores.

Na área mais alargada e não escavada do povoado pretendia-se fazer o tratamento paisagístico, com a reconstituição paleo-ambiental (o mais aproximadamente possível) da flora coeva à época da habitação, baseada nos resultados do estudo carpológico e antracológico que identificaram diversas espécies vegetais, contudo, a falta de financiamento impossibilitou a sua execução.

Paralelamente a estas acções, efectuou-se a beneficiação do caminho de acesso ao povoado, através do alargamento e pavimentação do mesmo, numa extensão de aproximadamente 500 metros (cerca de 1600²), e procedeu-se, igualmente, à terraplanagem e pavimentação do parque automóvel (500 m²).

O traçado do caminho aproveita o caminho carreteiro existente, que liga a base do monte à área escavada. A sua beneficiação obedeceu a dois tipos de pavimentação: a "calceta" e a gravilha grossa. Até ao depósito de águas existente na encosta NE do monte, externo à zona arqueológica, o pavimento foi construído com calçada irregular de granito usado, designado na área por "calceta" (**Fotos 151 e 152**). Seguidamente, o acesso é pedestre, sendo o pavimento constituído por gravilha granítica, grosseira, até à área arqueológica limitada pelo terceiro e externo anel de muralha.



Fotos 151 e 152 – Construção do caminho de acesso entre a Igreja Paroquial de Cossourado e o parque de estacionamento na base do povoado.

4.1.6 Conservação e restauro do espólio arqueológico

A conservação e restauro do espólio arqueológico proveniente das escavações efectuadas, desde 1993, no povoado de Cossourado realizou-se durante vários anos, por diversos técnicos de conservação e restauro, de diversas instituições.

Foram também criadas as respectivas condições de acondicionamento da colecção e seleccionadas as peças que figuram na exposição no Núcleo de Arqueologia do Museu Regional de Paredes de Coura.

4.1.7 Sinalização/informação

A sinalização/informação deste sítio arqueológico consistiu na colocação de dois tipos de placas: as placas indicativas de acesso rodoviário (**Foto 153**) e as placas didáctico-explicativas. As primeiras foram colocadas em pontos estratégicos de acesso ao povoado, nomeadamente nas Estradas Nacionais e caminhos municipais; as segundas, bilingues e em número de quatro, foram distribuídas pela estação arqueológica, cada qual com uma função distinta: apresentação do povoado (**Foto 154**), caracterização do habitat (**Foto 155**), explicitação do sistema defensivo (**Foto 118** - capítulo III) e apoio ao núcleo construído (**Foto 156**). Esta última em latão embutida em afloramento granítico.



Foto 153



Foto 154

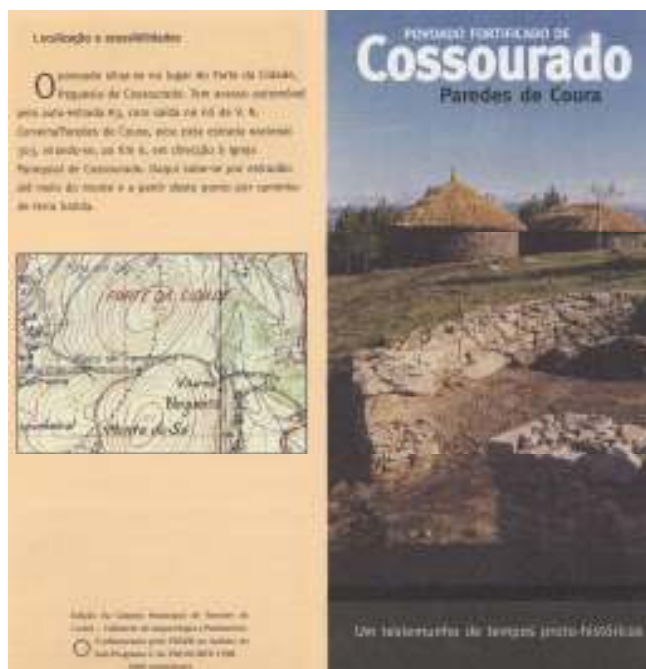


Fotos 155 e 156 – Painéis didáctico-explicativos: a primeira sobre a área de habitat; e, a segunda, sobre as cabanas reconstruídas.

4.1.8 Divulgação

A divulgação da estação arqueológica tem vindo a acompanhar, sob diversas formas, todos os trabalhos de investigação desde 1993. No entanto, porque se entende ser uma vertente fundamental em todo o processo e de primordial importância no domínio da formação da comunidade em geral e, por consequência, da preservação do património, foi substancialmente reforçada com a realização deste projecto. Elaborou-se, nesse sentido, diverso material de divulgação, com características marcadamente pedagógicas: dois desdobráveis (um destinado ao público juvenil e outro ao público adulto – **Figura 182**), um jogo didáctico do tipo *puzzle*, uma colecção de postais e outra de diapositivos e um livro profusamente ilustrado, de leitura fácil, que pretendeu sintetizar os conhecimentos obtidos até à data da sua publicação (SILVA e SILVA 1999 – **Figura 183**). Para apoio a estes materiais de divulgação foram efectuados diversos desenhos, retratando, com base nos dados obtidos, actividades e cenas da vida quotidiana do povoado.

Para a elaboração destes materiais de promoção e divulgação foi necessário proceder-se à contratação de vários profissionais da imagem, nomeadamente um fotógrafo, um desenhador e um *designer*. A redacção dos diversos textos (desdobráveis e publicação) foi, por sua vez, da responsabilidade da signatária e de Carlos Gouveia da Silva.



Para além do trabalho específico destinado à promoção e divulgação, o fotógrafo contratado acompanhou, também, todas as fases do restauro arqueológico, registando devidamente as etapas mais significativas.

No sentido de se promover a divulgação turístico-cultural do povoado e respectivo projecto de musealização, tiveram lugar outras acções não contempladas no projecto:

- elaboração de diversos trabalhos jornalísticos publicados na imprensa nacional, regional e local;
- participação em diversos programas de estações de rádio nacionais (principalmente Antena 1 e TSF) e regionais;
- participação numa reportagem realizada na estação arqueológica pela R.T.P., que constou de recolha de imagens e elementos relativos às escavações e acções de restauro, transmitida, entre outros, no programa "País Regiões" (28.07.97);
- elaboração de trabalhos de divulgação do povoado e do Projecto, publicados no *Boletim Municipal* da autarquia;
- publicação do Projecto nos *Cadernos de Arqueologia e Património*, 4/6, 1995/97, pp. 179 - 188;
- organização de Campos Internacionais de Arqueologia, onde colaboraram estudantes e licenciados de vários locais e faculdades do país e do estrangeiro, com especial relevo para as Universidades de Granada e de Santiago de Compostela.

Paralelamente à realização das diversas actividades de campo e laboratório, procedeu-se ao registo em fotografia, diapositivo e vídeo, documentando-se o estado inicial, processo de intervenção e estado final de todas as unidades de intervenção.



Foto 157 – Trabalhos de restauro da entrada da muralha interna.

4.1.9 A continuidade do projecto de valorização e divulgação do povoado de Cossourado

Findo o *Projecto de Musealização e Divulgação* houve que dar continuidade às acções de limpeza, consolidação, restauro de novas estruturas postas a descoberto, assim como, dar apoio, a alunos universitários que têm feito desta estação arqueológica uma estação-escola, com uma significativa componente prática de aquisição/aplicação de conhecimentos.

Outro dos objectivos sempre presente antes, durante e depois de todas as intervenções é a manutenção, divulgação e rentabilização da estação.

Nas intervenções seguintes a 1999 foi concluído o restauro da secção escavada da muralha interna (**Fotos 157 a 159**) e restauraram-se duas novas estruturas escavadas, designadamente as cabanas 1H e 3H (**Foto 160**).



Foto 158 – A entrada da muralha interna após restauro.



Foto 159 – Trabalhos de restauro das escadas/contrafortes da muralha interna.



Foto 160 – A cabana 3 do sector A, após os trabalhos de restauro.

Foi também efectuado, uma vez mais, o arranjo do caminho, de forma a receber mais dignamente todos os visitantes, e o corte de alguma da vegetação arbustiva e arbórea que cobre com densidade o povoado.

Infelizmente, algumas das placas explicativas e sinalizadoras do povoado foram alvo de actos de vandalismo, tendo sido crivadas de balas. Por esse motivo, tiveram de ser elaboradas outras, que foram recolocadas nos seus lugares.

Foi ainda colocada uma placa explicativa do núcleo habitacional reconstituído. Como é feita em metal, foi aplicada num rochedo rebaixado para o efeito (**Foto 156**).

A elaboração de diverso material de divulgação e de apoio pedagógico, fomentando a compreensão e o conhecimento deste espaço arqueológico continua a ser um facto, bem como a continuação das campanhas de sensibilização das populações (sobretudo estudantis) com a organização de palestras e de visitas guiadas ao local.



Fotos 161 e 162 – Perspectivas do povoado (sector A) e torreão em 2004.

Do que aqui foi referido, ressalta, para terminar, a constatação de que a aplicação de um projecto deste género num domínio cultural até há pouco tempo praticamente afastado dos financiamentos estatais e comunitários possibilitou a realização de um conjunto de acções concretas que, de outra forma, não passariam, certamente, do campo das intenções. Fundamentalmente, permitiu chamar a atenção da comunidade local e regional para a existência de um património de características próprias, obrigatoriamente distinto do demais, que urge a todo o custo preservar.

O interesse da população local e do turista em geral cresceu significativamente. O trabalho tem produzido efeitos muito positivos. Importa, por isso, dar continuidade a todo este processo de estudo e valorização, de modo que o povoado se converta cada vez mais num espaço de fruição o mais abrangente possível.

Para isso muito irá contribuir, assim o esperamos, a recente adesão de Cossourado à Rede de Castros que estruturará a candidatura à classificação pela UNESCO.

Em Maio de 2004 foi lançada a ideia de promover uma candidatura dos Castros do Noroeste Peninsular à classificação de Património Mundial, tendo sido, em Setembro desse mesmo ano, formada uma Comissão Coordenadora da Candidatura constituída por investigadores nacionais, em representação de diversas instituições, e da Galiza. Sendo um projecto transfronteiriço, suscitou de imediato o interesse da UNESCO.

A Comissão Coordenadora convidou posteriormente o Povoado Fortificado de Cossourado, de Paredes de Coura, assim como 24 outros castros representativos do povoamento castrejo do Noroeste Peninsular durante a Idade do Ferro, no sentido de aderirem à Rede. Evidentemente que para que a candidatura venha a ser uma realidade, as Câmaras Municipais envolvidas terão de desenvolver diversas acções de investigação, de conservação e de valorização, entre outras, de modo a que sejam cumpridos os requisitos da UNESCO.

4.2 ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS DE DINAMIZAÇÃO E DIVULGAÇÃO DO POVOADO FORTIFICADO DE COSSOURADO: UMA EXPERIÊNCIA DE "HISTÓRIA AO VIVO"

O contacto com o mundo escolar courense foi mantido desde os primeiros trabalhos arqueológicos que desenvolvemos neste concelho em 1989. Contacto esse que se concretizou das mais diversas formas:

- através de palestras e de aulas;
- na redistribuição dos inquéritos toponímico-arqueológico e artístico-documental à população do concelho. Este projecto desenvolvido em parceria com a E.B. 2/3 de Paredes de Coura, fez de cada aluno um colaborador, na medida em que cada um levou aos diversos lugares das 21 freguesias do concelho estes inquéritos, possibilitando um contacto directo com a população, um interesse renovado pelo património de cada lugar e um acréscimo precioso de informação para o nosso projecto;
- através dos cursos de verão que elaboramos, designados genericamente de *Cursos de Sensibilização do Património*, que abrangeram módulos das mais diversas áreas relacionadas com um tema organizador;
- através da participação dos jovens do concelho nos inúmeros projectos de ocupação dos tempos livres das férias de verão, que submetíamos ao financiamento do Instituto Português da Juventude, e que, desta forma, canalizavam, estes jovens para as campanhas de escavação nos diversos povoados.

No entanto, um dos pontos mais altos desta actividade didáctico-pedagógica de sensibilização para o património em geral e, em especial, para o arqueológico, foi a reconstituição história realizada no povoado fortificado de Cossourado.

Evidentemente que uma actividade deste tipo e com a envergadura que esta acabou por ter necessitava da criação prévia de condições. As diversas reuniões com as escolas do concelho e a nossa vontade não chegavam. Era premente a realização de escavações numa área considerável e a conservação, restauro e valorização da área intervencionada. Após a realização do *Projecto de Musealização e Divulgação* estavam, então, criadas as condições no povoado para que a actividade

fosse um êxito. Um povoado com uma parca zona escavada, em que as ruínas causavam um impacto desolador, não poderia deixar marcas positivas. A dignidade que a execução do mencionado projecto conferiu ao povoado foi essencial para tornar possíveis todas as actividades futuras de divulgação e dinamização.

Em relação à actividade em apreço, uma experiência de "História ao Vivo", a envergadura da mesma tornava temerosos quantos a debatiam, pelo que ia sendo adiada, apenas se tornando possível graças à participação directa na escola, como professor de Carlos Gouveia da Silva, de um dos nossos mais director colaboradores e co-director do projecto de investigação. Desde o primeiro momento desenvolveu todos os esforços no sentido a concretização do projecto, novamente sugerido à direcção da Escola E.B. 2,3/S de Paredes de Coura, que constatando o apoio que teria, resolveu aceitá-lo, implementar e desenvolver os passos que a seguir se descrevem, com a coordenação geral de Carlos Gouveia da Silva, a nossa coordenação científica, muitas vezes diária, e exterior à escola e o apoio financeiro da Câmara Municipal de Paredes de Coura.

A experiência de "História ao Vivo" realizou-se então no Povoado Fortificado de Cossourado, no ano lectivo de 1999/2000, por alunos do 2º e 3º ciclos da Escola E.B. 2,3/S de Paredes de Coura, no âmbito do projecto da Área-Escola.

Pelo carácter retrospectivo de que se reveste, em jeito de memória descritiva, este relato incide na vertente mais prática do projecto, descrevendo as sucessivas etapas por que passou, ao longo de um ano, até chegar à acção final propriamente dita.

As acções de "História ao Vivo", nascidas em Inglaterra nos finais da década de setenta, começaram a ser postas em prática em Portugal nos anos oitenta, após divulgação efectuada pela Associação Portuguesa de Museologia (PROENÇA 1989, 203). Técnica de ensino que proporciona a aprendizagem através de uma experiência directa e do contacto com o real, a "História ao Vivo" tem proporcionado nos últimos anos, um pouco por todo o país e com uma frequência crescente, a aplicação do processo de "aprender fazendo", mediante a recriação de acontecimentos de importância relevante no âmbito da História Local e Nacional, sobretudo do último milénio. No que se refere a épocas anteriores à formação da Nacionalidade e, principalmente, a períodos cronológico-culturais que antecederam o câmbio da era, as acções não abundam, muito provavelmente pela dificuldade de recolha de informações sobre fases da História que vivem fundamentalmente de registos incompletos de cultura material e pela insuficiente comunicação, assente em métodos pedagógicos eficazes, entre os investigadores e o público estudantil.

4.2.1 Motivações e primeiros passos

No início do ano lectivo de 1999/2000, o Departamento de Ciências Sociais e Humanas da Escola E.B. 2,3/S de Paredes de Coura propôs a realização de um projecto de "História ao Vivo" no Povoado Fortificado de Cossourado. Tal iniciativa, a desenvolver no âmbito do Plano Anual de Actividades da escola e a servir, de preferência, como tema aglutinador do projecto da Área-Escola, teria por base determinados objectivos de carácter pedagógico, fundamentalmente relacionados com os domínios cognitivo e afectivo. No essencial, e sem qualquer ordem de importância, pretendia-se:

- proporcionar a aprendizagem através do contacto com uma realidade distante no tempo e diferente da actual em todos os pormenores;

- contribuir para o desenvolvimento da compreensão empática, colocando o aluno no papel de pessoas de outra época e de outra cultura;

- proporcionar a realização do ensino experimental em História;
- incentivar o sentimento de pertença a um grupo/comunidade;
- desenvolver o gosto pela investigação;
- desenvolver o sentido crítico, a imaginação criativa e a sensibilidade estética;
- sensibilizar para o respeito e compreensão do significado do património histórico;
- divulgar e dinamizar o património local, nomeadamente o arqueológico.

Aprovada, posteriormente, em Conselho Pedagógico, a proposta foi, depois, apresentada em reunião de Directores de Turma, no sentido de se tomar conhecimento de quais as turmas interessadas em aderir ao projecto e, conseqüentemente, de qual o número de alunos envolvidos. Embora destinada, à partida, aos alunos do 5º e 7º ano, cujos programas incluem conteúdos, objectivos e conceitos a ser explorados no projecto de "História ao Vivo" que se pretendia realizar em Cossourado, a acção contou, também, com a participação de turmas do 6º e 8º ano, totalizando, assim, um universo de doze turmas e cerca de duzentos alunos.

Nesta mesma reunião de Directores de Turma foi solicitada a elaboração e apresentação, a curto prazo, do plano da acção, juntamente com a listagem dos recursos materiais necessários, tarefa da qual ficou encarregado como coordenador do projecto, Carlos Gouveia da Silva.

4.2.2 A preparação da acção

A preparação da acção, isto é, da reconstituição histórica ao vivo do Povoado Fortificado de Cossourado – nome pelo qual ficou conhecida a iniciativa –, compreendeu a planificação de determinadas etapas cuja execução se sucederia no tempo:

- a elaboração do plano da acção;
- a apresentação e explicitação desse plano aos professores e alunos intervenientes;
- a inventariação dos objectos e instrumentos a construir;
- a distribuição das tarefas pelas turmas;
- a realização de acções pedagógico-didácticas junto de professores e alunos;
- a implementação das actividades interdisciplinares.

São essas etapas que agora se enunciam.

4.2.2.1 A elaboração do plano da acção

"A 'História ao Vivo' recria o tempo curto da história do quotidiano, procurando saber como se vivia o dia-a-dia de uma época, para levar a criança a aprender e compreender esse quotidiano" (PROENÇA 1989, 205).

A elaboração do plano da reconstituição histórica ao vivo do Povoado Fortificado de Cossourado teve como ponto de partida este propósito: o de se recriar, com o maior rigor histórico possível, a vivência quotidiana característica do povoado, nomeadamente as actividades que os seus habitantes praticaram há 2500 anos. A encenação a apresentar poderia retratar, como sucedeu noutras reconstituições ao vivo realizadas em monumentos arqueológicos do mesmo período cronológico, um acontecimento histórico marcante protagonizado pelos habitantes do povoado,

nomeadamente o contacto que, em muitas situações, se verificou entre os povos indígenas e os invasores romanos. Em Cossourado, porém, nenhum acontecimento foi documentado arqueologicamente, nem mesmo esse encontro de civilizações e culturas distintas parece ter ocorrido. O que, sem dúvida, ficou documentado através do espólio arqueológico foram as inúmeras actividades produtivas que os seus habitantes praticaram no dia-a-dia e que se revestiram de primordial importância para a sua subsistência. Era essa realidade que importava dar agora a conhecer, recriando-a. A acção principal a pôr em prática seria, então, a de "recuperar" o povoado, voltar a dar-lhe vida, colocando cerca de oito dezenas e meia de participantes – seleccionados de entre os duzentos que, ao longo do ano lectivo, trabalhariam em conjunto na preparação e realização das tarefas –, devidamente trajados à época, a desenvolverem ao vivo actividades como a agricultura, a pastorícia, a olaria, a moagem, a metalurgia, a fiação, a tecelagem, a confecção de vestuário, a cestaria, a pesca, a construção de cabanas, a desflorestação, utilizando, para o efeito, objectos e instrumentos de trabalho, idênticos aos de então, previamente elaborados nas salas de aula.

Esta forma de concretização da acção possibilitaria, por um lado, uma visão de conjunto do ritmo de vida característico do povoado e facilitaria, por outro lado – objectivo significativo a ter em consideração –, a circulação e observação atenta por parte dos visitantes (alunos e professores de todos os estabelecimentos de ensino do concelho) que, durante o dia, passariam, em visita de estudo, pela estação arqueológica. A máxima "aprender fazendo", presente em todos os projectos de "História ao Vivo", seria aqui acrescentada de uma outra componente não menos importante: o "aprender, vendo fazer".

Em nova reunião havida com os Directores de Turma dos alunos envolvidos foi, finalmente, apresentado o plano da reconstituição histórica ao vivo propriamente dita e a listagem dos instrumentos e objectos a elaborar.

4.2.2.2 O plano da acção

O plano da acção foi elaborado a partir de uma planta da área da estação arqueológica já escavada, restaurada e, em alguns casos, objecto de reconstituições das estruturas habitacionais, tendo-se delimitado espaços que correspondem, cada um, a uma determinada actividade. Para cada espaço é indicado, no plano da acção, o nome da actividade, o número de alunos envolvidos, a função a desempenhar pelos participantes e os objectos e instrumentos necessários.

Espaço 1 – Muralha	
Número de alunos	Actividade
13	Sentinelas (homens) efectuam vigilância ao povoado, posicionados sobre a muralha e junto da respectiva entrada. Apresentam lança e escudo de protecção
Espaço 2 – "Torreão de vigia"	
Número de alunos	Actividade
5	Sentinelas (homens) efectuam vigilância ao povoado, colocados no topo do torreão. Apresentam lança.
Espaço 3 – "Casa do conselho"	
Número de alunos	Actividade
12	Habitantes (homens) do povoado, sentados num banco de pedra que circunda interiormente a cabana, convivem e conversam sobre assuntos de interesse comunitário.
Espaço 4 – Construção de cabana	
Número de alunos	Actividade
4	Aproveitando parte do alicerce de uma cabana, quatro homens levantam uma parede de pedra, utilizando uma argamassa de terra e água. Com uma padiola feita com troncos vão recolher pedras nas imediações.
Espaço 5 – Olaria	
Número de alunos	Actividade
6	Seis mulheres elaboram objectos de barro, dando cumprimento a uma divisão de tarefas estabelecida: 2 amassam o barro, 2 fazem "rolinhos" e outras 2 executam os objectos. Ao lado têm alguns utensílios de barro feitos previamente nas aulas.
Espaço 6 – Cestaria	
Número de alunos	Actividade
2	Elaboração de objectos em vime, já previamente preparados, por duas mulheres. Junto das artesãs estão colocados 2 cestos concluídos e outros 2 iniciados.
Espaço 7 – Moagem	
Número de alunos	Actividade
4	Moagem de cereal (milho miúdo) e bolotas, utilizando, para o efeito, as designadas mós de vaivém: uma base alongada de pedra e um rebolo (seixo) para moer. Junto das artesãs estão vários recipientes com cereal e bolotas para moer e outros com material já moído.
Espaço 8 – Metalurgia	
Número de alunos	Actividade
3	Na impossibilidade de elaborarem utensílios de metal, devido à dificuldade e à especificidade do trabalho propriamente dito, três homens consertam, sobre uma base de pedra, diversos instrumentos, nomeadamente foices e cavilhas. Utilizam, na execução do seu trabalho, objectos de pedra e maços de madeira.
Espaço 9 – Reconstituição de uma unidade doméstica – I	
Número de alunos	Actividade
3	Reconstituição aproximada da organização do espaço interior de uma cabana: área para dormir, constituída por uma camada espessa de fetos; área para cozinhar/estar, com lareira circular de pedra e, sobre esta, tripé para suspensão de panela de barro com asas interiores. Outros objectos de barro (panelas, púcaros e pratos) e peles de animais ornamentam o espaço interior. Três habitantes (duas mulheres e um homem) dedicam-se a tarefas domésticas.
Espaço 10 – Pesca	
Número de alunos	Actividade
4	Quatro pescadores trabalham na preparação de 2 redes de pesca – que se encontram estendidas sobre cavaletes de pau – e na colocação dos respectivos pesos (seixos). Ao lado, 4 trutas estão suspensas num pau, depois de pescadas.
Espaço 11 – Actividades de elaboração de objectos de defesa	

Número de alunos	Actividade
6	Vários guerreiros trabalham na preparação e execução de instrumentos de defesa: afeiçoam lâminas, constroem lanças e escudos, consertam punhais. 10 lanças já prontas e 5 escudos de defesa repousam sobre cavaletes de pau no interior da casa.
Espaço 12 – Reconstituição de uma unidade doméstica – II	
Número de alunos	Actividade
2	Reconstituição, aproximada, da organização do espaço interior de uma cabana: área para dormir, constituída por uma camada espessa de fetos; área para cozinhar/estar, com lareira circular de pedra e, sobre esta, tripé para suspensão de panela de barro com asas interiores. Outros objectos de barro (panelas, púcaros e pratos) e peles de animais ornamentam o espaço interior. Dois habitantes (uma mulher e um homem) dedicam-se a tarefas domésticas.
Espaço 13 – Fiação	
Número de alunos	Actividade
3	Mulheres, munidas de fuso (com cossoiro) e roca, fiam o linho.
Espaço 14 – Confecção de vestuário	
Número de alunos	Actividade
4	Mulheres elaboram peças de vestuário, utilizando, como matéria-prima, tecido de serapilheira e, como instrumentos de trabalho, agulhas de metal.
Espaço 15 – Tecelagem	
Número de alunos	Actividade
2	Artesãs trabalham em teares verticais, encostados à parede de uma cabana reconstruída, tecendo uma trama de fio de lã.
Espaço 16 – Agricultura	
Número de alunos	Actividade
3	Agricultores (homens) cavam e removem a terra, utilizando sachos e sacholas.
Espaço 17 – Pastorícia	
Número de alunos	Actividade
3	Três pastores (um homem e duas mulheres) tomam conta de um rebanho, constituído por três ovelhas, que deambula pelo povoado.
Espaço 18 – Desflorestação	
Número de alunos	Actividade
3	Lenhadores cortam e afeiçoam troncos de árvore. Utilizam, para o efeito, diversos machados.
Espaço 19 – Tratamento de peles	
Número de alunos	Actividade
0	Várias peles de animais, assentes sobre cavaletes de pau, estão expostas ao sol, para posterior tratamento.

Apesar de algumas peças e actividades não estarem documentadas no registo arqueológico havia que recriar o quotidiano e não refazer-lo. A atribuição de tarefas por “homens e mulheres” foi feita em alguns casos aleatoriamente, em outros, conforme o maior interesse que os alunos iam demonstrando por uma ou outra actividade. Não se pretendeu fazer uma caracterização social por género.

4.2.2.3 A divisão das tarefas por turma

Após a apresentação do plano da acção e da listagem, as actividades a desenvolver e os objectos e instrumentos a elaborar ⁽⁴⁸⁾ foram distribuídos pelas turmas participantes, de acordo com a escolha efectuada pelos Directores de Turma.

As tarefas ficaram escalonadas da forma que a seguir se apresenta, indicando-se, entre parêntesis, o número de alunos por actividade.

TURMA	ACTIVIDADE	OBJECTOS/INSTRUMENTOS NECESSÁRIOS
5º A	Confecção de vestuário (4), desflorestação (3) e fiação (1)	4 agulhas de metal, 3 machados de pedra, 1 roca, vestuário e calçado
5º B	Pastorícia (3) e reunião na "casa do conselho" (7)	5 escudos, vestuário e calçado
5º E	Cestaria (2) e agricultura (3)	4 cestos, 3 enxadas, vestuário e calçado
6º B	Olaria (3)	1 panela com asas interiores, 2 púcaros, 1 pote e 1 prato, vestuário e calçado
6º D	Olaria (3) e metalurgia (3)	1 panela com asas interiores, 1 púcaro, 2 potes, 1 prato, 3 foicinhas, 2 ferraduras, várias cavilhas, vestuário e calçado
6º E	Vigilância no "torreão" (5) e cartazes e a elaboração de desdobráveis de divulgação da reconstituição	5 lanças, vestuário, calçado, cartazes e desdobráveis
7º A	Reconstituição de uma unidade doméstica 1 e 2 (5)	2 lareiras circulares, 2 tripés para sustentação de panelas com asas interiores, vestuário e calçado
7º B	Vigilância na muralha (7) e construção de cabana (4)	7 lanças, 7 escudos, 1 padiola, vestuário e calçado
7º C	Moagem (4), tecelagem (2) e elaboração de instrumentos de defesa (4)	2 mós de vaivém, 2 teares verticais, vestuário e calçado
7º D	Pesca (4)	2 redes (150cmx150cm) ⁽⁴⁹⁾ , 40 seixos de rio, 1 suporte para 5 escudos e outro para peixes, vestuário e calçado
7º E	Fiação (2), vigilância na muralha (6)	1 roca, 6 lanças, 6 escudos, 1 suporte para peles, vestuário e calçado
8º E	Reunião na "Casa do conselho" (5) e elaboração de instrumentos de defesa (2)	10 lanças, 1 suporte para lanças, vestuário e calçado

4.2.2.4 Actividades didáctico-pedagógicas

(48) **Objectos e instrumentos necessários:** 2 teares verticais de madeira; 2 lareiras de tripé; 28 lanças; 1 armação para colocar 10 lanças; 18 escudos de madeira; 1 armação para colocar 5 escudos; 2 redes de pesca (150 cm x 150 cm); 40 seixos de rio; 1 armação para colocar peixe; 3 peles de animais; 1 armação para colocar peles de animais; 3 machados de pedra encabados; 4 cestos; 3 rocas e fusos (com cossoiro); 2 mós de vaivém com respectivos rebolos; 10 recipientes de barro (2 panelas com asas interiores de suspensão, 3 púcaros, 3 potes grandes, 2 pratos); 4 agulhas de metal; vestuário para cada participante com respectivo cinto; revestimento para o calçado e perna até ao joelho; e, objectos pessoais de adorno (braceletes, colares com contas e com pendentés).

(49) As redes de pesca foram elaboradas por um pescador (Caxinas, Vila do Conde), em fio e não com a habitual corda plástica que actualmente se utiliza.

Após a distribuição das tarefas a todos os participantes, foi entregue a cada turma um dossiê com informações pormenorizadas sobre as acções que cada aluno teria que efectuar no âmbito da sua actividade, nomeadamente desenhos com medidas (à escala) dos objectos e instrumentos a construir e respectivas instruções.

A todos os participantes foram distribuídos, também, um desdobrável pedagógico e um *puzzle* alusivos ao povoado, cedidos pelo Gabinete de Arqueologia e Património da Câmara Municipal de Paredes de Coura.

Aos professores da disciplina de História foram fornecidos diversos exemplares do livro *O Povoado Fortificado de Cossourado: Retratos de um Habitat da Idade do Ferro* (SILVA e SILVA 1999), um desdobrável e vários diapositivos sobre o povoado, no sentido de, na sala de aulas, abordarem a temática em questão e contextualizarem o local da acção no correspondente período cronológico-cultural.

Depois de seleccionados, de entre o universo de cada turma, os alunos que iriam participar directamente na reconstituição, selecção essa efectuada pelo Director de Turma com base no empenho demonstrado nas actividades prévias, realizou-se uma sessão conjunta a fim de, uma vez mais, recordar as tarefas a desenvolver por cada um, quer nas salas de aulas quer no próprio povoado, e fazer um primeiro balanço do trabalho já decorrido.

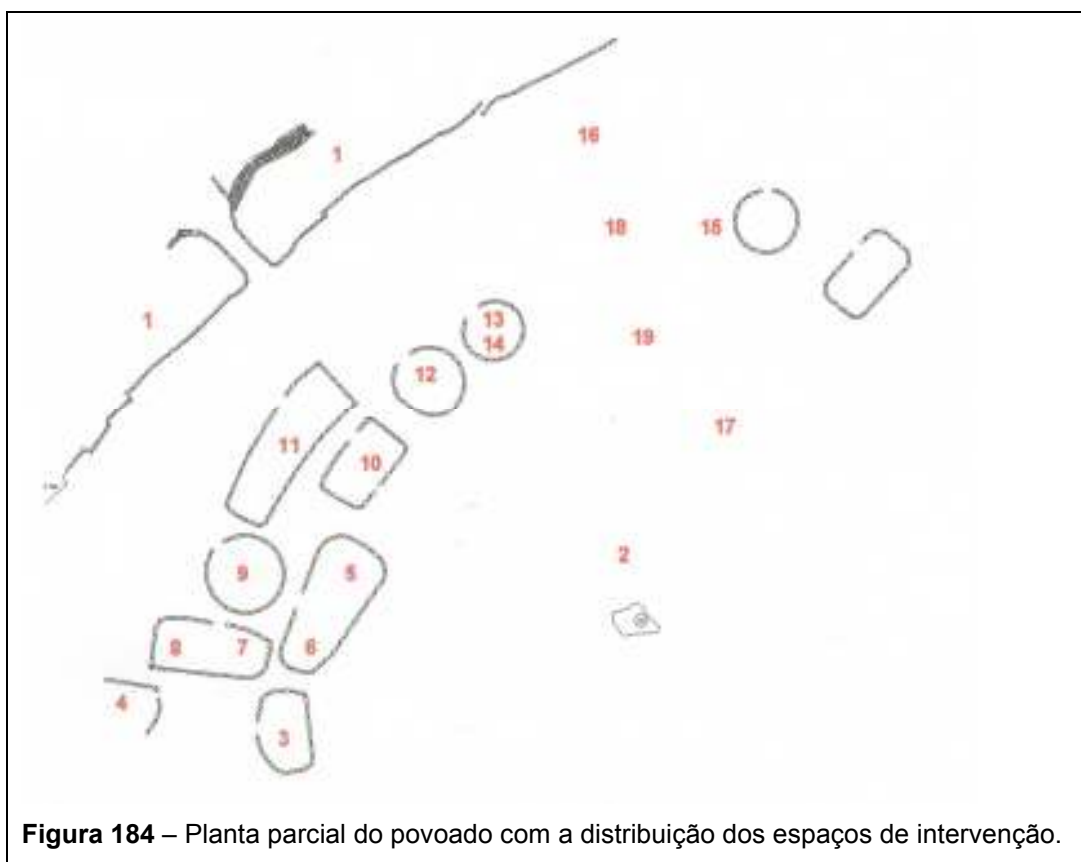




Foto 163 – Sentinelas efectuam vigilância ao povoado.



Foto 164 – Habitantes reunidos na "casa do conselho".



Foto 165 – Trabalhos de cestaria.



Foto 166 – Moagem de cereais.



Foto 167 – Actividades domésticas no interior de uma cabana.



Foto 168 – Actividades domésticas no interior da cabana 5.



Foto 169 – Elaboração de instrumentos para actividades de defesa.



Foto 170 – Fiação e confecção de vestuário.



Foto 171 -Tecelagem em tear vertical.



Foto 172 – Pastorícia.



Foto 173 – Trabalhos agrícolas.



Foto 174 – Alguns dos muitos visitantes que se deslocaram ao povoado.

Numa fase mais adiantada do projecto tiveram lugar duas visitas de estudo ao local da acção, oportunidade para os participantes que ainda não conheciam a estação arqueológica terem com ela o primeiro contacto e para se esclarecerem algumas dúvidas ainda existentes, sobretudo sobre a disposição dos intervenientes nos espaços.

4.2.2.5 Implementação das actividades interdisciplinares

A execução dos trabalhos decorreu, como referimos, no âmbito do projecto da Área-Escola. Revestiu-se, por isso, de um carácter interdisciplinar, tendo havido a preocupação de proporcionar a articulação entre as diversas disciplinas de modo a tornar possível a realização dos trabalhos em espaços e horários distintos. A distribuição da carga horária pelas disciplinas não se efectuou de uma forma homogénea, tendo-se registado, obviamente, uma concentração mais acentuada em História e nas disciplinas de expressão artística. Apesar de também abordarem nas suas aulas a temática em questão, embora de forma mais reduzida, as restantes disciplinas cederam, sempre que necessário, a sua carga horária, colaborando, de igual forma, na realização dos trabalhos.

4.2.2.6 A CONCRETIZAÇÃO DA ACÇÃO

A reconstituição histórica ao vivo decorreu, tal como previsto inicialmente, no dia 30 de Maio de 2000, das 10h às 12h30 e das 14h às 16h30. Cerca de oito dezenas e meia de participantes, espalhados pela área principal do povoado, recriaram, com o maior rigor histórico possível e seguindo ao pormenor o que havia sido definido no Plano da Acção, a vida dos homens e mulheres que haviam habitado naquele local.

Apesar do incómodo causado pelo próprio vestuário e pelo ritmo repetitivo que a prática das actividades impunha, mantiveram-se firmes nos seus postos, assumindo com empenho os papéis para os quais se prepararam ao longo do ano lectivo. Transportaram-se a si próprios para um tempo distante e, não menos importante, proporcionaram a cerca de um milhar de alunos do concelho a realização dessa mesma viagem, uma vez que a visita ao povoado foi alargada a todos os estabelecimentos de ensino de Paredes de Coura. Em grupos devidamente orientados e previamente sensibilizados para o efeito, os visitantes seguiram o percurso indicado, percorrendo e observando todos os espaços de intervenção. O povoado, tal como se pretendia, ganhou vida, renasceu – não tanto para uma vida própria mas para uma memória recuperada e até agora apagada pelo tempo.

4.2.2.7 Actividades de consolidação dos conhecimentos

O período que se seguiu à reconstituição foi bastante reduzido para se poder efectuar uma avaliação ponderada do trabalho realizado e para se desenvolverem actividades de consolidação dos conhecimentos adquiridos, uma vez que tiveram início, quase de imediato, os exames nacionais e as aulas logo terminaram. No entanto, ainda foi possível trocar impressões com alunos e professores, visionar fotografias e filmes, elaborar desenhos e textos alusivos à iniciativa, organizar uma pequena exposição com os trabalhos realizados e redigir uma notícia para o jornal da escola. O trabalho que agora terminava merecia mais tempo para análise – mas tempo foi o que, pelos motivos referidos, não existiu.

A realização de um projecto de "História ao Vivo", para além de permitir confrontar os conteúdos lectivos com o que é proporcionado viver fora do espaço escolar, permite, de igual forma, conferir ao ensino um carácter essencialmente experimental – um propósito sempre difícil de conseguir em História –, na medida em que o contacto com o real provoca deliberadamente uma experiência.

Ao entrar num espaço concreto – no caso presente um povoado da Idade do Ferro – e ao colocar-se no papel de pessoas de outra época e outra cultura, o aluno é levado a compreender essa realidade distante no tempo e em tudo diferente da sua, e a com ela estabelecer uma afectiva cumplicidade, uma vez que dessa mesma realidade passa então a fazer parte.

O aluno não se limita, desse modo, a aprender mas "ganha consciência de uma situação o que permite o desenvolvimento da sua capacidade de percepção" (PROENÇA 1989, 205) e faz com que aprenda o significado das coisas.

A reconstituição efectuada em Cossourado possibilitou, por um lado, quer aos alunos envolvidos quer à comunidade educativa e público em geral que com a iniciativa tiveram contacto directo, desenvolver capacidades e adquirir conhecimentos de ordem diversa, como os aqui enunciados. Por outro – mas não menos significativo –, permitiu divulgar junto do público escolar e extra-escolar uma estação arqueológica de importância relevante no contexto da ocupação do território concelhio e regional, até há poucos anos ocultada pelo tempo e pela Natureza e agora progressivamente trazida à luz do dia. Se a divulgação tem acompanhado, sob diversas formas, a investigação deste povoado, nenhuma acção se terá revelado tão abrangente e eficaz quanto a aqui descrita. A leitura de um desdobrável pedagógico despertará, assim se espera, o interesse e a curiosidade do aluno; a oportunidade de assumir o papel de um ser humano que, integrado numa comunidade, viveu há cerca de 2500 anos e, ao vivo, poder dá-lo a conhecer a um público específico provocará, certamente, resultados ainda mais positivos. A aprendizagem far-se-á de forma lúdica, a aquisição de conteúdos será mais consistente e os efeitos dos conhecimentos obtidos acompanharão o aluno por muito mais tempo.

A presença no local de órgãos de comunicação social em número significativo permitiu, de igual forma, projectar a iniciativa e o sítio arqueológico a uma escala extra-regional, ampliando a divulgação, atraindo novos públicos e proporcionando condições para a descoberta de novos espaços turísticos e culturais.

É exactamente o que se acredita ter sido conseguido com a experiência de "História ao Vivo" realizada no Povoado Fortificado de Cossourado.

Neste contexto – e sem pretender ser um modelo a seguir no campo da "História ao Vivo" –, este documento visa tão somente prestar um contributo, apresentar-se como um incentivo, um ponto de partida mais para que outras experiências sobre o nosso passado mais distante possam a ter lugar.

4.3 ACÇÕES DE VALORIZAÇÃO NOS POVOADOS FORTIFICADOS DE ROMARIGÃES E DE CRISTELO

4.3.1 O povoado fortificado de Romarigães

Os trabalhos de valorização deste povoado seguiram um plano previamente elaborado, que visava uma futura musealização da estação. Realizaram-se, então, estudos relativos à forma de conservação e reconstrução das estruturas existentes e ao declive e aos níveis de escorrência do mesmo, de forma a planear o sistema de drenagem. Contudo, os diversos incêndios de que este povoado tem sido alvo têm afastando a hipótese de qualquer trabalho de valorização do povoado pelo que apenas se procedeu, após o término da escavação no sector A, à consolidação, restauro e reconstituição parcial da estrutura 1.

Dado tratarem-se de edificações bastante deterioradas, se se mantivessem expostas aos agentes atmosféricos, sem qualquer protecção, um conjunto de acções físicas e químicas prejudiciais acabariam por, em um curto espaço de tempo, pôr em causa a sua integridade, levando ao seu desaparecimento total.

Os trabalhos de preservação iniciaram-se com a limpeza da terra existente nos interstícios das pedras, nos quais se colocou uma argamassa previamente elaborada. Esta argamassa pretendeu ser tanto quanto possível semelhante à preexistente, pelo que foi elaborada com areia de seixos quartzíticos de rio (o que lhe confere uma tonalidade acastanhada) misturada com água e uma pequena quantidade de cimento, no sentido de lhe dar uma maior consistência, tentando contornar as condições adversas do clima muito chuvoso.

Após a consolidação da edificação procedeu-se à colocação de uma linha divisória entre aquela e a parte a reconstruir, tendo-se para o efeito utilizado placas de xisto negro e acastanhado, provenientes da própria estação, distribuídas de 20 em 20 cm.



Fotos 175 e 176 – Os trabalhos de conservação e restauro da estrutura 1.

A reconstrução foi elaborada com pedra retirada da camada de derrube da estrutura, seguindo-se a mesma técnica de construção e o mesmo tipo de aparelho e de paramento originais. Ou seja, colocando-se pedras de tamanho médio a grande no limite da parede e de tamanho miúdo, envoltas em argamassa, no enchimento interior.

A estrutura que constitui a lareira foi consolidada e reconstituída com as pedras originais.

O arco restante da estrutura 2 apenas foi limpo e recolocadas no lugar original as pedras que se apresentavam ligeiramente deslocadas.

Uma vez que a estrutura 1 não era facilmente perceptível ao visitante comum, a sua reconstrução facilitou em muito a leitura e visualização da sua volumetria. Com o mesmo objectivo fez-se o arranjo da área limite do sector, através da limpeza do mesmo, retirando testemunhos, para que aos visitantes fosse apresentada uma área escavada agradável à vista, mais perceptível e com uma maior visibilidade das estruturas.

Igualmente toda a área interna e externa das duas estruturas existentes foi alisada e nivelada, seguindo a pendente do terreno (de nascente para poente) de modo a que o escoamento das águas pluviais se faça rapidamente e destrua o menos possível as já de si pouco conservadas estruturas existentes.

A sinalização do povoado comporta quatro placas indicadoras do local, em forma de seta, que sinalizam o caminho a tomar, tendo sido colocadas em pontos-chave, de acesso ao povoado, nomeadamente na E.N. 201, ao quilómetro 17.2 e nas estradas municipais de acesso.

O material exumado, após a sua lavagem, marcação, catalogação, registo em desenho e fotografia e restauro foi depositado no Gabinete de Arqueologia e Património da autarquia e no Núcleo de Arqueologia do Museu Regional de Paredes de Coura.

No sentido de dar a conhecer à população e outros interessados os resultados obtidos, concederam-se várias entrevistas em rádios locais e regionais, elaboraram-se e publicaram-se várias notícias em jornais locais, regionais e nacionais, bem como no *Boletim Municipal*. De igual forma, foram publicados parcialmente os resultados das escavações.

4.3.2 O povoado fortificado de Cristelo

Infelizmente os trabalhos de valorização deste povoado, pela falta de conjugação de diversos factores essenciais nunca foi realizada, pelo que se resumiram, aquando da finalização da intervenção arqueológica, ao arranjo de todo o sector escavado, com o alisamento do nível escavado, quer interno, quer externo às estruturas, de forma a criar zonas de escoamento das águas pluviais.

A manutenção foi feita durante alguns anos por trabalhadores da autarquia, sob a nossa orientação, tendo a estação sido, posteriormente, abandonada. Por este motivo não foi feita a sua sinalização.

Melhor sorte deve o material arqueológico exumado, uma vez que após a sua lavagem, marcação, catalogação, registo em desenho e fotografia, e feitas as devidas acções de conservação e restauro, este foi depositado no Gabinete de Arqueologia e Património da Câmara Municipal de Paredes de Coura e, aquele que consideramos mais significativo foi exposto no Núcleo de Arqueologia do Museu Regional de Paredes de Coura.

No sentido da divulgação do povoado, tal como fizemos para as outras estações intervencionadas, concederam-se várias entrevistas em rádios locais e regionais, elaboraram-se e publicaram-se várias notícias em jornais locais, regionais e nacionais, bem como no *Boletim Municipal*. Foi também já publicado um artigo sobre o povoado.

4.4 O MUSEU REGIONAL DE PAREDES DE COURA

O Museu Regional de Paredes de Coura foi inaugurado em Outubro de 1997, e constitui, essencialmente, um acto de política autárquica, através do qual se pretendeu criar uma infraestrutura cultural que, para além de promover, divulgar e conservar valores patrimoniais e culturais junto da população residente, atraísse ao concelho outros visitantes, nomeadamente do distrito de Viana do Castelo e da vizinha Galiza, por parte de quem, de facto, se tem verificado um crescente interesse. É, contudo, o público escolar do concelho que mais visita este espaço.

Ao contrário do que regra geral se verifica, este Museu não partiu unicamente da necessidade de expor uma colecção preexistente – apenas existia a de arqueologia –, mas sim de constituir uma colecção, essencialmente etnográfica, para um espaço existente que se pretendia musealizar.



Fotos 177 e 178 – O Museu Regional de Paredes de Coura – vista geral e pormenor do espigueiro e canastro.

A colecção etnográfica foi reunida a partir de recolhas efectuadas nas diversas freguesias do concelho e retrata as actividades agrícolas típicas desta área do Alto-Minho, designadamente, a lavoura, a sementeira e a colheita. Divulga, igualmente, diversos utensílios relacionados com o ciclo do

pão, do vinho e os transportes, assim como objectos relativos à vida doméstica e a trabalhos artesanais, como o ciclo do linho.

Além do espólio exposto no Núcleo de Arqueologia, a colecção de arqueologia é constituída por um vasto acervo proveniente das escavações arqueológicas efectuadas nos povoados fortificados de Cossourado, Romarigães e Cristelo; pelo espólio obtido aquando da realização dos trabalhos de prospecção para a elaboração da Carta Arqueológica da bacia superior do rio Coura; e por elementos recolhidos em colecções particulares. As peças que não se encontram expostas estão acondicionadas no Gabinete de Arqueologia e Património da Câmara Municipal de Paredes de Coura.

A elaboração do inventário da colecção arqueológica foi concluída no decurso do cumprimento do PROGRAMA DE APOIO À QUALIFICAÇÃO DE MUSEUS – Programa de Apoio à Investigação e ao Estudo das Colecções (P. 2), e obedeceu a um conjunto de etapas previamente definidas: estudo pormenorizado; catalogação informatizada; desenho arqueológico; fotografia; digitalização de peças; digitalização de todos os desenhos arqueológicos; conservação de todos os materiais metálicos; reconstituição parcial ou total de alguns objectos líticos e de cerâmica; elaboração de réplicas de peças arqueológicas depositadas no Museu Nacional de Arqueologia.

O inventário do acervo proveniente das escavações arqueológicas e da prospecção superficial de sítios arqueológicos diversos foi elaborado em quadros descritivos, no programa informático *Microsoft Excel*, pelo facto de o espólio ser em quantidade elevada e se apresentar muito fragmentado.

O inventário do espólio isolado, muitas vezes descontextualizado ou, depositado em museus externos ao concelho, foi elaborado no programa informático *Microsoft Word*, de acordo com os parâmetros aplicados no levantamento da Carta Arqueológica.

A informatização de todos os dados, designadamente a digitalização de grande parte do material arqueológico e da totalidade dos desenhos arqueológicos, permite, por um lado, apresentar o inventário (vol. II) e, por outro, possibilita ao Museu Regional de Paredes de Coura efectuar a gestão do inventário para os fins que em cada momento se afigurarem necessários, seja a nível interno ou externo.

A intervenção arquitectónica dos imóveis onde se aloja o Museu consistiu na reconversão das construções já existentes – casa dos proprietários, casa dos caseiros e anexos agrícolas –, na construção de um novo espaço de ligação entre estas duas estruturas e no ajardinamento da Quinta. O projecto, da autoria do Arquitecto Luís Conde, e concretizado com o apoio do programa RECRUA do FEDER, possui um espaço de exposição coberto com cerca de 800m². Este projecto apresenta, a nosso ver, algumas lacunas técnicas nas suas instalações como sejam a falta de reservas, de gabinetes técnicos e mesmo de gabinete da direcção.

A orientação do projecto de exposição da área de etnografia deve-se a Benjamim Pereira que encontrou uma solução bem conseguida para a exposição nos alvéolos que ladeiam o corredor que une os dois edifícios do Museu. Esses alvéolos são pequenas salas, desniveladas, com divisões de meia parede do lado direito, tendo a da esquerda a primeira metade envidraçada com vista para o exterior e a segunda metade em pedra à vista. Esta intervenção arquitectónica no edifício faz a

ligação entre a antiga casa dos proprietários e dos caseiros, que no seu conjunto configuram as estruturas da antiga Quinta da Veiga.

Passando a recepção entra-se na sala dedicada ao ciclo do linho, onde existem fotos nas paredes que ilustram as diferentes fases do ciclo do linho. Expõem-se os diferentes utensílios dos trabalhos do linho e mostram-se diversos trabalhos feitos neste tipo de tecido.



Foto 179 – Sala dedicada ao ciclo do linho.

Na sala do nível inferior que correspondente ao antigo espaço de lojas existe a exposição arqueológica concelhia, a que aludiremos mais adiante.

A exposição intitulada "Evocações do mundo agrícola de Paredes de Coura" inicia-se, após passar também a sala de recepção, e seguindo pelo corredor envidraçado paralelo à casa, que conduz aos alvéolos onde se trata directamente o tema da exposição.

Aqui expõem-se dez temas contextualizados por ampliações fotográficas e textos sobre painéis. No primeiro tema (alvéolo) faz-se a introdução à região e à actividade agrícola.

Nos quatro alvéolos seguintes são abordadas as técnicas de mobilização da terra: à enxada, com arado de pau, com arado de ferro e com tractor. No sexto alvéolo são abordados os transportes. Segue-se a colheita, a debulha, o armazenamento de cereais, o sistema de farinação e a elaboração do pão. O último alvéolo trata do ciclo do vinho, expondo-se peças relacionadas com as diferentes fases. O mais curioso objecto exposto é uma pia de granito, usada para esmagar maçã para o fabrico de sidra.

Ao fundo, a parede envidraçada é enquadrada no exterior por um antigo tanque de águas da primitiva quinta. À esquerda há a porta para o exterior, onde se encontra a segunda casa da construção original. Nesta casa, reconstitui-se o ambiente doméstico rural de uma família de agricultores de classe média.

No piso superior (de habitação) existe a sala de fora ou de jantar, dois quartos de dormir e a cozinha. Recorre-se a mobiliário burguês de finais do séc. XIX e início do séc. XX. No piso inferior (lojas) há uma adega e arrumos agrícolas.

No exterior, no alpendre da eira, encontra-se um carro de bois, uma charrua, um arado e outras alfaias. Junto do primeiro edifício, há um espigueiro de granito típico do Minho e da Galiza, e ao lado o tradicional canastro típico de Paredes de Coura, igualmente utilizado para a secagem de cereais.

Nesta área, com o apoio da casa, sobretudo da cozinha, são recriadas, pontualmente, algumas actividades como a desfolhada do milho, a cozedura da broa ou a elaboração de biscoitos de milho, típicos da região de Coura.

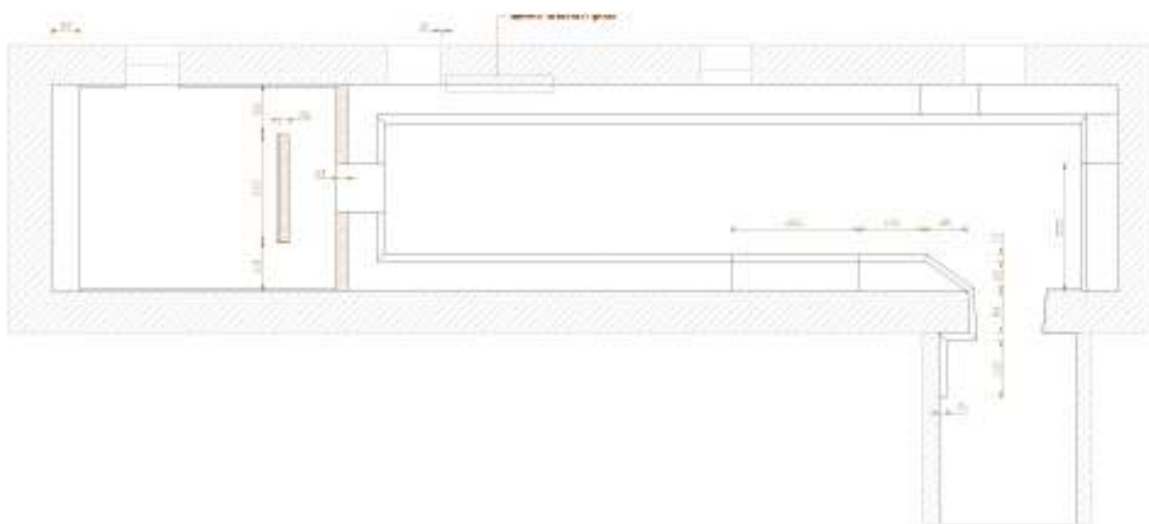
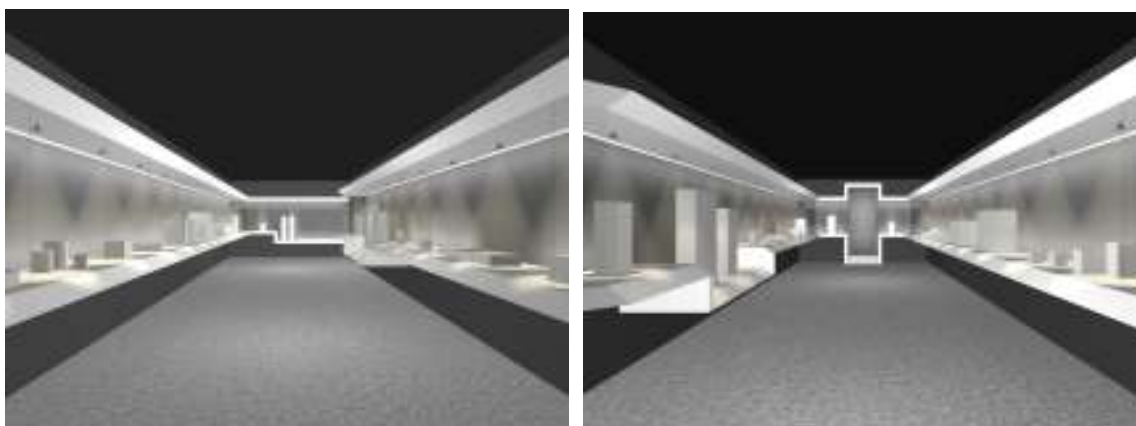
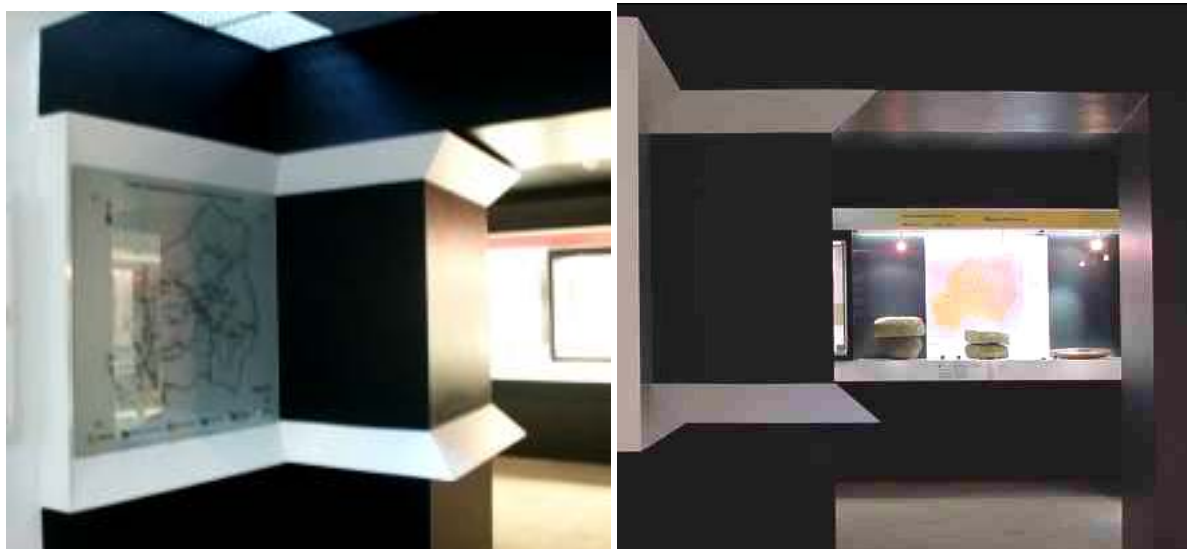


Figura 185 – Planta do Núcleo de Arqueologia: auditório, sala e expositores e antecâmara de entrada.



Figuras 186 e 187 – Maquetas virtuais a sala de exposição.

O Núcleo de Arqueologia do Museu, aberto ao público em Agosto de 2005, constitui um elemento de elevada importância na política de divulgação do património arqueológico concelhio que veio dar sentido a muito do esforço dos trabalhos de investigação.



Fotos 180 e 181 – Antecâmara de entrada na sala de exposição: à esquerda o mapa com a sinalização por pontos luminosos das estações arqueológicas; ao fundo, um dos expositores com espólio romano (mós e prato).

Como se depreende pelo trabalho que aqui apresentamos, o concelho de Paredes de Coura possui, um pouco por todo o território, um conjunto significativo de vestígios e sítios arqueológicos que testemunham a ocupação e permanência de comunidades humanas desde as épocas mais recuadas da Pré-História até à Idade Média. A exposição retrata essa ocupação, através de alguns dos vestígios da cultura material que o homem produziu ao longo de milhares de anos na bacia superior do rio Coura e que, desde os finais do século XIX, foram recolhidos através de trabalhos de prospecção, de achamentos ocasionais e, sobretudo, de campanhas de escavação arqueológica.

Dadas as limitações de espaço, uma vez que a sala é relativamente estreita, não foi possível recriar as diversas actividades caracterizadoras da evolução do povoamento na bacia superior do rio Coura, pelo que a exposição foi organizada por grandes épocas, estando todos os vestígios materiais colocados dentro das vitrinas, que correm ao longo das paredes da sala.

A ausência de espólio de algumas épocas, uma vez que algumas das peças mais emblemáticas do concelho se encontram em outros Museus ou em locais de onde não podem ser retiradas (caso dos miliários ou da ponte romano-medieval de Rubiães), houve a necessidade de se recorrer à construção de réplicas e de maquetas.

A exposição abre com um mapa da rede viária do concelho de Paredes de Coura onde se distribuem, através de pontos luminosos, grande parte das estações arqueológicas (**Foto 180**). O visitante ao accionar interruptores acende os pontos representativos das diversas épocas cronológicas. Segue-se um texto de abertura e entra-se na sala, pelo seu lado esquerdo, seguindo-se uma viagem no tempo que tem o seu início no Paleolítico Superior e se prolonga até à Idade Média.



Fotos 182 a 184 – Diversas perspectivas da sala e expositores.

Durante o percurso, a informação é fornecida através de quatro espaços distintos:

- primeiro: um friso cronológico que corre num plano superior, oblíquo, e que situa no tempo o visitante (**Figura 186**). Apresenta uma coloração distinta para cada época, coloração essa que se esbate nas mudanças de períodos. São assinaladas as cronologias e as designações dos diversos períodos;



- segundo: um plano vertical correspondente ao fundo das vitrinas, onde se dispõem mapas com a localização dos sítios arqueológicos (**Figura 187**), fotografias de algumas estações (**Foto 185**) e desenhos que recriam actividades caracterizadoras de época ou explicativas da funcionalidade de diversos objectos (**Figura 188**);



- terceiro: um plano horizontal, correspondente à base das vitrinas, local onde, com a ajuda de diversos acrílicos, se acentuam as volumetrias dos objectos. Neste plano expõem-se também as maquetas e as réplicas;

- quarto: friso longitudinal, também oblíquo, onde se apresentam textos explicativos, legendas, e alguns mapas. Cada texto caracterizador de época cronológica abre com um símbolo diferenciador de cada época, cuja impressão cromática acompanha a mesma cor do friso cronológico. Estes textos caracterizadores de época são generalistas embora abordem, também, a realidade inerente à evolução do povoamento na área. A estes seguem-se textos explicativos dos sítios arqueológicos representados e ainda textos que elucidam as diversas actividades que o espólio exposto representa. Regra geral, são simples, escritos com uma preocupação didáctico-pedagógica, de forma a elucidar e formar quantos optarem por os ler. O tamanho da letra foi igualmente tido em conta.

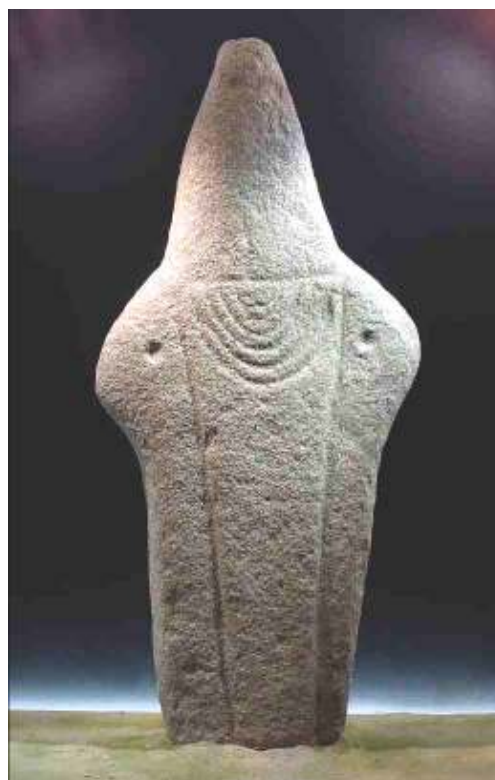
Apesar da existência do mapa genérico inicial, cada época é ilustrada por um mapa, da bacia hidrográfica do rio Coura, mais pormenorizado e legendado, com a inclusão de todas as estações arqueológicas conhecidas.

As primeiras peças expostas são um conjunto de bifaces, da Cultura Acheulense (Paleolítico Superior) a que se seguem duas réplicas de estelas encontradas na serra da Boulhosa (**Fotos 186 e**

187). Alguns machados de pedra polida, com uma réplica de um deles encabada (**Foto 188**), e uma lâmina de sílex ajudam a ilustrar o Neolítico e o Calcolítico, assim como duas maquetas de monumentos megalíticos. A primeira (**Fotos 189 e 190**) é uma recriação de um ritual funerário com deposição do defunto numa anta, elaborada em corte a fim de tornar possível visualizar o seu interior; das oferendas, do sistema construtivo da estrutura dolménica e da carapaça lítica e sedimentos constitutivos da mamoa. A segunda (**Fotos 191 e 192**) representa, à escala, o núcleo megalítico de Chã de Lamas, constituído por cinco mamoaas, e a área envolvente.



Figura 189 – Desenho alusivo o Neolítico.



Fotos 186 e 187 – Estela e estela-menir da Boulhosa (réplicas).



Foto 188 – Réplica de machado de pedra polida encabado.



Fotos 189 e 190 – Recriação de um ritual funerário com deposição do defunto numa anta.



Fotos 191 e 192 – Maqueta do núcleo megalítico de Chã de Lamas.

Passando para outra época cronológica, mal conhecida na região, a Idade do Bronze, expõem-se réplicas de machados de bronze, de dois anéis (**Foto 193**), atribuíveis ao Bronze Final, cujo originais se encontram, entre outros locais, como no Museu Nacional de Arqueologia, tal como as estelas já mencionadas.



A seguir à vitrina alusiva ao Bronze Final existe, de forma camuflada uma porta, por trás da qual se encontra um pequeno auditório, cuja projecção de audiovisuais pretende complementar a exposição.

Regressando à exposição entramos na Idade do Ferro através de um tríscele (símbolo do Museu – **Foto 194**) exposto num suporte de madeira, em frente de uma parede de granito, aberta no fundo da vitrina, para ilustrar o contexto em que o mesmo estaria inserido – a parede de uma cabana de finais da Idade do Ferro. Segue-se uma maqueta parcial do povoado fortificado de Cossourado (**Fotos 195 e 196**), onde se recriam, à escala, estruturas, acidentes geográficos e as mais variadas actividades, através de pequenos

bonecos e utensílios, que a população do local desenvolveria no seu quotidiano como a moagem, o fabrico da cerâmica, a construção de cabanas, entre muitas outras. A muralha interna e a sua muralha foram também documentadas.

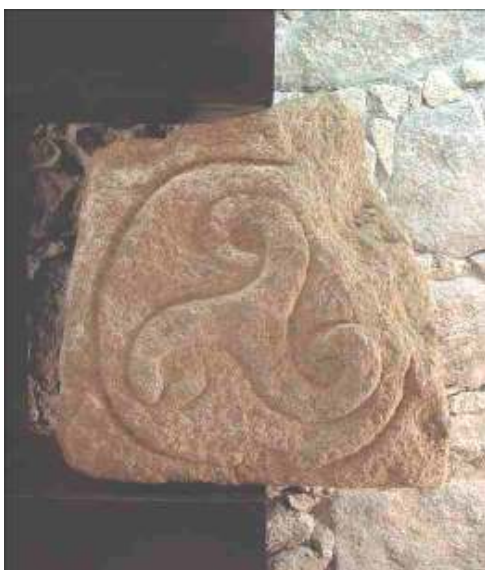




Foto 196 – Maqueta parcial do povoado fortificado de Cossourado.



Fotos 197 a 200 – Algumas das vasilhas da Idade do Ferro expostas.



Fotos 201 e 202 – Reconstituição dos utensílios relacionados com a fiação (roca, fuso e cossiros – originais) e a pesca (rede e pesos de rede – originais).



Figura 190 e Foto 203 – Moagem de bolotas (mó de vaivém, rebolo e bolotas carbonizadas).

Feita a introdução na época, expõe-se uma quantidade significativa de peças representativas das actividades desenvolvidas nos três povoados da Idade do Ferro intervencionados (Cossourado, Romarigães e Cristelo), iniciando-se pela olaria (**Fotos 197 a 200**), a que se seguem a fiação (**Foto 201**), a pesca (**Foto 202**), a moagem (**Figura 190 e Foto 203**) e uma grande quantidade de objectos líticos com as mais diversas funções. Esta época termina com uma vitrina climatizada, onde se expõem objectos em bronze, ferro e contas de colar em pasta vítrea. A maioria das peças tem como função o adorno, sendo algumas reconstituídas com acrílico, como um colar, alfinetes de toucado, fíbula.

Passamos seguidamente para a época romana onde figuram diversas mós giratórias, dormentes e moventes, um grande prato reconstituído, bem como, numa vitrina contígua, climatizada, um pote que albergava um vasto tesouro monetário (**Foto 204**).



Por fim, uma das vitrinas mais bem conseguidas, é composta pela réplica do miliário de Caracala, por uma maqueta da ponte romano-medieval de Rubiães, que faz a passagem para a Idade Média, terminado com uma outra maqueta, de uma sepultura antropomórfica medieval que, no original, foi escavada na parte traseira do miliário de Caracala. Uma imagem de uma calçada romana e/ou medieval (XIX via do Itinerário Antonino e/ou caminho de peregrinação a Santiago de Compostela) ilustra o fundo da vitrina (**Foto 205**).



Um sistema áudio permite acompanhar a exposição com música ou informações alusivas à mesma.

Um catálogo ilustrativo do que se mostra na sala está em execução, para que os visitantes possam levar consigo alguma informação, para mais tarde melhor apreender a mensagem ali presente. Futuramente outro tipo de informação e de actividades irão renovar e dar vida à sala agora concluída, cuja concepção, orientação científica e montagem da exposição é da nossa responsabilidade e de Carlos Gouveia da Silva.

Foi já, em parceria com Carlos Gouveia da Silva, elaborado um texto intitulado "A evolução do povoamento na bacia superior do rio Coura: das origens à Idade Média", e um conjunto de fichas temáticas, tendente à divulgação do acervo arqueológico do Museu Regional de Paredes de Coura e

à construção de um roteiro divulgativo da arqueologia concelhia. Esta brochura, bem como uma outra de carácter etnográfico e um jogo foram publicados em 2004, também ao abrigo de programa financiado pela Rede Portuguesa de Museus.

Como não é possível, nem tal se pretendia, expor toda a arqueologia concelhia neste espaço, através dos diversos mapas e dos roteiros e desdobráveis que fizemos ao longo do tempo convida-se o visitante a percorrer o roteiro turístico-arqueológico do concelho de Paredes de Coura. Este apesar de bastante diversificado é, contudo, bastante mais reduzido do que a carta arqueológica concelhia, na medida em que existe um vasto número de estações pouco atractivas aos visitantes, quer pelas más condições de acesso, quer pela falta de visibilidade dos sítios arqueológicos. Os diversos percursos existentes têm ainda o aliciente das belas paisagens e do património ambiental que todo o concelho possui.

Pelos propósitos que presidiram à sua concepção, o Núcleo de Arqueologia é, pois, um convite ao conhecimento do passado mais distante da comunidade de Paredes de Coura e, simultaneamente, um desafio às gerações mais novas para que se entusiasmem e deixem envolver pela aventura da sua descoberta. A aceitação de um e de outro – que, convictamente, se espera venha a suceder – será o reconhecimento e a justificação plena do trabalho realizado.

PALAVRAS FINAIS

Muitas palavras e muitas frases foram escritas ao longo deste trabalho. Muitas ideias foram transmitidas, umas de forma mais clara, outras talvez de modo menos explícito, que o talento a tanto não nos assiste.

No capítulo V deste volume apresentámos, em jeito de conclusão alargada, todas as ideias que considerámos mais pertinentes e que resultaram do estudo que desenvolvemos, desde 1989, na bacia superior do rio Coura. Traçámos, tanto quanto nos foi possível, um modelo evolutivo do que terá sido a ocupação desta área, sobretudo no que à vivência das populações da Idade do Ferro dizia respeito. O que de inovador e, quanto a nós, mais interessante havia a dizer, aí ficou lavrado.

Acrescentar mais ideias ou apresentar conclusões é um exercício que, neste ponto da caminhada, se reveste de manifesta inutilidade, até porque, neste tipo de investigações, concluir é de facto tarefa difícil, para não dizer impossível. Diremos, por isso, ao sabor dos sentidos e já perseguidos pelo cansaço que resta de tantas subidas e descidas por montes e vales de verde clorofila que o Alto Minho ainda insiste em preservar, umas simples palavras finais.

Não obstante termos estudado, em campo e gabinete, a evolução humana da bacia superior do rio Coura e os respectivos testemunhos que as sucessivas comunidades nela foram depositando, ficamos, após mais de dezena e meia de anos de investigação, com a nítida sensação de pouco nos ter sido dado a saber sobre o que realmente se terá vivido e passado nesses tempos tão longínquos e diversificados. A verdade é, com efeito, um propósito impossível de alcançar e o máximo que conseguimos não passará, certamente, de uma criação subjectiva e nebulosa desenhada à luz do século XXI.

As ideias que nos ficam são consequência de duas fases essenciais dos trabalhos de investigação: a prospecção arqueológica, que nos permitiu articular um esquema de evolução da ocupação do território entre o Paleolítico e a Romanização, e a escavação parcial de três povoados fortificados da Idade do Ferro

– cujos principais passos e considerações resultantes ficaram descritos no capítulo IV – que, por sua vez, nos forneceu um conhecimento mais pormenorizado da real vivência das suas comunidades. Entrámos nas suas casas e nos seus locais de trabalho; observámos como se defenderam ou como as suas muralhas serviram de instrumento de demarcação territorial e de ostentação de poder de grupos e povoações; surpreendemo-nos com a forma como construíram as suas aldeias; tocámos nos seus objectos e nas peças representativas de um quotidiano que, apesar de fragmentado e disperso no tempo, podemos, mesmo assim, imaginar...

Procurámos responder a questões antigas, esclarecer dúvidas emergentes e seguir, sempre que possível, o nosso próprio caminho, apresentando o nosso ponto de vista e acrescentando algo de novo.

Inserimos a evolução cronológica dos povoados da bacia superior do rio Coura numa seriação de 42 datações radiométricas relativas ao noroeste de Portugal, com as quais comparámos números que, conforme o tratamento e os valores utilizados, fornecem resultados variáveis mas que não reflectem, de forma alguma, o comportamento das sociedades nem das pessoas que as constituíram e lhes deram vida. Uma situação que desvaloriza a preocupação, constante e verificável nas investigações conduzidas nos últimos anos, de encontrar a data radiocarbónica mais antiga para os povoados da Idade do Ferro - como se, dessa forma, as dúvidas que ainda persistem ficassem esclarecidas - e acentua a necessidade de centrar os estudos nas questões culturais e civilizacionais.

Para a bacia superior do rio Coura criámos uma cronologia baseada em três etapas evolutivas, para as quais as datações radiocarbónicas constituíram um auxiliar precioso mas não determinante, tendo inclusivamente as cronologias absolutas mais antigas ficado de fora. As tipologias que criámos para as vasilhas cerâmicas e os motivos e técnicas decorativas empregues obedeceram, igualmente, ao mesmo esquema tripartido.

Procurámos partir de uma visão não reducionista e olhar para a Cultura Castreja de uma forma abrangente, contemplando os diversos regionalismos e as diversas formas de evolução - um processo dinâmico em que as continuidades não se apresentam estáticas, antes camuflam as mudanças, normalmente lentas mas, por vezes, muito profundas.

Temos perfeita consciência que chegámos ao final de uma etapa de importância significativa, para nós próprios e para os que conosco trabalharam e sofreram, mas que ainda existe um longo caminho a percorrer, assim a vontade e as condições o permitam.

Em investigações futuras pensamos ser fundamental continuar a incidir no estudo de diversos problemas ainda em aberto: as cronologias e suas etapas evolutivas; a continuidade ou descontinuidade entre a Idade do Bronze e a Idade do Ferro e entre a Idade do Ferro e a Romanização (apesar de o segundo momento estar melhor documentado que o primeiro); as semelhanças e contrastes entre as várias regiões; os particularismos regionais, pouco estudados no espaço português; as etnias e as suas áreas de influência; a vivência quotidiana dos povos e a sua relação com o meio envolvente, com grupos da mesma sociedade e com as sociedades existentes a nível do espaço regional e extra-regional, designadamente com os povos do Mediterrâneo (intercâmbio esse cada vez mais documentado na cultura material encontrada nos povoados).

A continuação da investigação puramente científica é, sem dúvida, de grande importância para o conhecimento do passado da região. Contudo, necessário será que não se percam - antes se promovam - os projectos de valorização, divulgação e dinamização dos espaços arqueológicos encetados na última década. Sem essas iniciativas e o empenho dos arqueólogos, das instituições da tutela e de outros organismos - designadamente as Câmaras Municipais - a finalidade das investigações arqueológicas terá com toda a certeza um alcance muito reduzido.

A Arqueologia é uma reconstrução do passado que se pretende seja vivenciada pelo maior número possível de cidadãos. Se assim não for, transforma-se numa ciência etérea e geradora de desmotivações: se por um lado nos assiste uma vontade tenaz de ultrapassar os obstáculos e se, com frequência, somos chamados a humildemente reconhecer a impossibilidade de conhecer a realidade, que nos escapa por entre os dedos como a terra que chegámos a crivar na ânsia de, uma vez mais, encontrar um pequeno grão desse passado, por outro todas as ânsias e esforços aproveitam a muito poucos.

Importa prosseguir, com tenacidade e determinação, o caminho trilhado até aqui e, se necessário, traçar novos rumos fomentadores de uma consciência patrimonial esclarecida, responsável e interventiva.

Maria de Fátima Matos da Silva

BIBLIOGRAFIA

- ACUÑA CASTROVIEJO, F. (1976). Excavaciones en el Castro de O Neixón. Campaña de 1973. *Noticiario Arqueológico Hispánico-Prehistoria*, 5. Madrid, 325-330.
- (1977). Panorama de la Cultura Castrexa em el NO. de la Península Iberica. *Bracara Augusta*, 21 (71-72), Braga, 1-23.
- (1991). *La cultura castrexa y galaicorromana en el último veinteno*, Boletín de la Sociedad Española de Amigos de la Arquelogía, 30-31, Madrid, 203-207.
- (1991). *Historia das Investigacións*, Galicia. Historia I. Prehistoria e Historia Antiga. A Coruña, 275-286.
- (1995). Historiografía e investigación da cultura castrexa en Galicia. *A Cultura Castrexa Galega a Debate*, Actas del Curso de Verano, Universidad de Vigo, 25-39.
- (1996). *Discursos de Investidura de D. Jorge de Alarcão e D. Ramón Valdés Costa como Doutores Honoris Causa*, Santiago de Compostela, 29-35.
- ACUÑA CASTROVIEJO, F., Rodríguez García, E (1996/7). Notas sobre o Castro de San Xiao (Toques), Terra de Melide. Galiza, *Portugalia* 17-18, Porto, 101-117
- AGRAFOXO PEREZ, Xerardo. (1989). *O poboamento castrexo na rexión occidental da provincia da Coruña*. Santiago.
- AGUDO TORRICO, J. (1999). Cultura, patrimonio etnológico e identidade. *PH Boletín*, 29, Sevilha, 36-45.
- AIRA RODRIGUES, M. J. (1996). La vegetación gallega durante la época de la ocupación romana através del estudio del polen fósil. *Lucus Augusti*, La Coruña, 25-45.
- AIRA RODRIGUEZ, M. J., P. Saá Otero e T. Taboada Castro. (1989). *Estudios Paleobotánicos y Edafológicos en Yacimientos Arqueológicos de Galicia*. *Arqueoloxia/Investigación*, 4, Santiago de Compostela.
- AIRES, Isabel. (1992). Um projecto de História ao Vivo no Moinho de Maré de Corroios, *Al-madan*, II série, nº1, p. 96 e 97.
- ALARCÃO, Adília. (1991a). Museus Monográficos e exposições temporárias. *Boletim do Grupo de Amigos do Museu D. Diogo de Sousa*, Braga.
- (1991b). Técnicas de recolha de vestígios arqueológicos. *Paleoecologia e Arqueologia II*, V. N. Famalicão, 1-11.
- (1997). Conservação dos povoados fortificados e da paisagem envolvente. *Actas do Colóquio O Iº milénio A.C. no noroeste peninsular - a fachada atlântica e o interior*, Parque Natural de Montesinho, Bragança, 107-110.
- ALARCÃO, Jorge. (1974). *Portugal romano*. Verbo, 33, Lisboa.
- (1980). Os problemas da origem e da sobrevivência das *villae* romanas no Norte do País. *Seminário de Arqueologia do Noroeste Peninsular*, 3, 171-179.
- (1988). *O Domínio Romano em Portugal*, Lisboa.

- (1988a). *Roman Portugal*, 2, f.1, Warminster.
 - (Dir.). (1990). *Portugal das origens à romanização*. Ed. Presença, Lisboa.
 - (1992). A evolução da cultura castreja. *Conimbriga*, XXXI, Coimbra, 39-71.
 - (1996). *Para Uma Conciliação das Arqueologia*. Ed. Afrontamento, Porto.
 - (2000). *A escrita do tempo e a sua verdade*. Quarteto Editora, Coimbra.
- ALBUQUERQUE, J. P. Manique e. (1954). *Carta Ecológica de Portugal* (escala 1:500.000). Direcção Geral dos Serviços Agrícolas, Lisboa.
- ALBUQUERQUE, Luis. (1971). Conservação e Restauro de Monumentos Pré-Históricos. *Actas do 2º Congresso Nacional de Arqueologia*, Coimbra.
- ALMAGRO-GORBEA, Martin. (1977). *El Bronce Final y el período orientalizante en Extremadura*. Biblioteca Praehistorica Hispana, 14, Madrid.
- (1986). Bronce Final y Edad del Hierro. La Formación de las etnias y culturas preromanas. *Historia de España*, 1, *Prehistoria*, Ed. Gredos, Madrid, 341-552.
 - 1987). El área superficial de las poblaciones ibéricas. Los asentamientos ibéricos ante la romanización. Ministerio de Cultura. Madrid; pp. 2134.
- ALMAGRO-GORBEA, M. e Jesús R. Álvarez-Sanchís. (1993). La "sauna" de Ulaca: saunas y baños iniciáticos en el mundo céltico. *Cuadernos de Arqueología de la U. de Navarra*, 177-253.
- ALMEIDA, Carlos A. Brochado. (1979). A rede viária do conventus Bracaraugustanos. *Via Bracara Asturicam Quarta. Minia*, 2ª Série, 2 (3), Braga, 61-163.
- (1980). Via Veteris. Antiga Via Romana?. *Actas do Seminário de Arqueologia do Noroeste Peninsular*, III, Guimarães, 151-170.
 - (1990). Proto-história e romanização da bacia inferior do Lima. *Estudos Regionais*, 7/8, Viana do Castelo.
- ALMEIDA, Carlos A. F. (1965). O problema das casas redondas Castrejas. *Lucerna*, IV, Porto, 196-204.
- (1968). *Vias Medievais de Entre-Douro-e-Minho*, Porto (polic.).
 - (1973-74). Influências meridionais na Cultura Castreja. *Rv. F.L.U.P - Série História*, 4, Porto, 197-208.
 - (1974). Cerâmica Castreja. *Rv. Guimarães*, 84 (1-4), 171-197.
 - (1978). *Arquitectura românica de Entre-Douro-e-Minho*, Dissertação de Doutoramento, Universidade do Porto (policopiada).
 - (1983). Cultura Castreja, evolução e problemática. *Arqueologia*, 8, Porto, 70-74.
 - (1983a). O Castrejo sob o domínio romano: a sua transformação. *Estudos de Cultura Castrexa e de H. Antiga de Galicia*, S. Compostela, 187-198.
 - (1984). A casa castreja. *Memorias de Historia*, 6, Oviedo, 35-42.
 - (1985). Arquitectura e arte castreja. A sua lição para os fenómenos de assimilação e resistência. *Actas Asimilacion y Resistencia a la Romanizacion en el Norte de Hispania*, Vitoria, 79-102.
 - (1986). Arte Castreja. *Arqueologia*, 13, Porto, 161-172.
 - (1987). *Alto Minho*. Ed. Presença, Lisboa.

- ALMEIDA, C. A. F., Teresa Soeiro, C. A. B. Almeida e A. J. Baptista. (1982). Duas datas de C14 para o Castro de Santo Estevão da Facha *Arqueologia*, 6, Porto, 79.
- (1980). Escavações arqueológicas em Santo Estevão da Facha, *Arquivo de Ponte de Lima*, 3, 3 a 90.
- ALMEIDA, José A. (1866). *Diccionario Abreviado de Chorographia*. 3 vols., Valença.
- ALONSO DEL REAL, C. (1979). *Estrabón revisitado*, Gallaecia 3/4, 53-69.
- ALVAREZ NUÑEZ, A. (1986). *Castro de Penalba, Campaña de 1983*. Arqueoloxia/Memorias, 4, S. Compostela.
- ÁLVAREZ-SANCHIS, Jesús R. (2003). *Los señores del ganado - Arqueología de los pueblos prerromanos en el occidente de Iberia*. Ed. Akal, Madrid.
- ALVES, Victor Fernando Pereira. (1998/2000). Estudo da Tégula do Lugar de Carvalhido, Agualonga, Paredes de Coura. *Cadernos de Arqueologia e Património*, 7/9, Paredes de Coura, 31-43.
- AMENDOLEA, B. (1995). *I siti archeologici. Un problema di musealizzazione all'aperto (Secondo Seminario di Studi. Roma. Enero 1994)*, Roma.
- AMITRANO BRUNO, R. (1986a). La necesidad de unos criterios básicos de actuación para conservar o restaurar nuestro patrimonio. *Koiné*, 1, Madrid, 14-17.
- (1986b). Restauraciones espúrias. *Koiné*, 4, Madrid, 74-77.
- AMITRANO BRUNO e María Sanz Najera. (1986). La conservación de estructuras al aire libre. *Koiné*, 2, Madrid, 74-77.
- ARAÚJO, José R. (1962). *Caminhos velhos e Pontes de Viana e Ponte de Lima*. Viana do Castelo.
- (1982). Os miliários da estrada Romana de Braga a Tuy. *O Distrito de Braga*, 2ª série, 5, 121-246.
- ARGOTE, Jerónimo C. (1728). *De Antiquitatibus Conventus Bracaraugustanus*. Lisboa.
- (1732-34). *Memórias para a História Ecclesiástica do Arcebispado de Braga*. Lisboa.
- ARIAS VILAS, F. (1979). El castro de Penarrubia (Lugo) y la novedad de su datación por C-14. *XV Congreso Nacional de Arqueologia*, Zaragoza, 613-622.
- (1984). La cultura castrexa en Galicia. *Memorias de Historia Antigua*. Univ. Oviedo, 6, 15-34.
- ARIAS VILAS, F. e M. Consuelo Durán Fuentes. (1996). A cultura galaico-romana. *Museo do Castro de Viladonga*, Lugo, 37-45.
- (1996). *Museo do Castro de Viladonga. Castro de Rei, Lugo*, (Xunta de Galicia), Santiago de Compostela.
- ARRUDA, A. M. (1996). Os gregos no ocidente, *De Ulisses a Viriato. O Iº milénio a. C.*, Ed. Ministério da Cultura, Lisboa, 42 – 51.
- ARRUDA, A. M. (1997). *As cerâmicas áticas do Castelo de Castro Marim no quadro das exportações gregas para a Península Ibérica*, Ed. Colibri.
- AZEVEDO, Pedro A. (1896). Extractos Archeológicos das Memórias Parochiais de 1758. *O Archeologo Português*, 3, Lisboa, 305-318.
- BALLART, Josep. (1997). *El Patrimonio histórico y arqueológico: valor y uso*, Barcelona. Ed. Ariel.

- BALLARD I HERNÁNDEZ, J., J. M. Fullola I Pericot e M. A. Petiti I Mendizábal. (1996). El valor del Patrimonio Histórico. *Complutum Extra. Homenaje al Profesor Manuel Fernández-Miranda*, 6 (II), 215-224.
- BALIL, Albert. (1971). La segunda edad del hierro. *Boletín del Seminario de Estudios de Arte y Arqueología*, XXXVII, Valladolid, 5-84.
- (1972a). Casa y urbanismo en la España Antigua I. *Studia Archeologica*, Valladolid.
 - (1972b). Casa familiar y vivienda colectiva en la España Romana. *Boletín del Seminario de Estudios de Arte y Arqueología*, XXXVIII, Valladolid, 55-132.
 - (1974). Casa y Urbanismo en la España Antigua IV. *Studia Archeologica*, Valladolid.
- BÁRCIA, Paula. (1990). *Manual de História ao Vivo*. Ministério da Educação, Lisboa.
- BARRIL VICENTE, Magdalena. (1996). Los museos y la presentación de la arqueología. Perspectiva social y de futuro. *Homenaje al Profesor Manuel Fernández-Miranda*. (dir. Ángeles Fernández Querol e Teresa Chapa Brunet), *Complutum Extra*, 6 (II), Madrid, 317-327.
- (1998). Museos, presentación del patrimonio y sociedad. *Revista de Museología*, Madrid, 13, 112-117.
- BELLO DIÉGUEZ, José M. e Antonio de la Peña Santos (coord.). (1995). Galicia na Prehistoria. Vía Láctea Editorial, www.ctv.es/USERS/sananton/tpdf.htm
- BELLOT RODRIGUEZ, F. (1950). El análisis polínico de las zonas higroturbosas de la sierra do Gerês en relación con las presencias de *Pinus Pinaster* y *Pinus Silvestris*. *Agronomia Lusitana*, 12 (3), Lisboa, 481-491.
- BERMEJO BARRERA, J.C. (1986). *Mitología y Mitos en la España Prerromana*.
- BETTENCOURT, A.M. S. (1994). A transição do Bronze Final/Ferro Inicial no povoado de S. Julião - Vila Verde: algumas considerações. *Actas do I Congresso de Arqueologia Peninsular, Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 34 (3-4), Porto, 167-190.
- (1995a). O povoado de S. Julião (Vila Verde-Braga). *A Idade do Bronze em Portugal. Discursos do Poder*, Ed. S.E.C., Lisboa, 40-42.
 - (1995b). Dos Inícios aos Finais da Idade do Bronze no Norte de Portugal. *A Idade do Bronze em Portugal. Discursos do Poder*, Ed. S.E.C., Lisboa, 40-42.
 - (1998). O conceito de Bronze Atlântico na Península Ibérica. S. Jorge (ed.) *Actas do Colóquio Existe uma Idade do Bronze Atlântico?*, Lisboa -1995, Ed. IPA, Lisboa, 18 - 39.
 - (2000a). O vale do Cávado (Norte de Portugal) dos finais do III milénio aos meados do I milénio AC: sequências cronológico-culturais. *Pré-História Recente da Península Ibérica, Actas do IIIº Congresso Peninsular de Arqueologia*, Porto. ADECAP, 79 – 93
 - (2000b). *O povoado da Idade do Bronze da Sola, Braga, Norte de Portugal*, Cadernos de Arqueologia. Monografias - 9, Braga.
 - (2000c). *A Idade do Bronze e a Transição para a Idade do Ferro no povoado da S. Julião, Vila Verde, Norte de Portugal*, Cadernos de Arqueologia. Monografias - 10, Braga.
 - (2000d). *Estações da Idade do Bronze e Inícios da Idade do Ferro da Bacia do Cávado (Norte de Portugal)*, Cadernos de Arqueologia. Monografias - 11, Braga.
 - (2001). *O povoado da Santinha, Amares, Norte de Portugal, nos finais da Idade do Bronze*, Cadernos de Arqueologia - Monografias - 12, Braga.

- (2001). Aspectos da metalurgia do bronze no Entre-Douro-e-Minho, no quadro da Proto-História do Noroeste Peninsular. *Arqueologia*, 26, Porto, GEAP, 13 – 40.
 - (2004a). El Bronce Final y la primera Edad del Hierro en el noroeste de Portugal. *Actas do II Coloquio de Arqueología en la Cuenca del Navia. La Génesis del Habitat Fortificado en el Norte Peninsular: los Castros en el Tránsito de la Edad del Bronce e la Edad del Hierro*, Parque Histórico del Navia, Servicio de Patrimonio Histórico e Consejería de Cultura del Principado de Asturias, Navia, no prelo.
 - (2004b). O que aconteceu às populações da Bronze Final do Noroeste de Portugal, no segundo quartel do I milénio AC, e quando começou, afinal, a Idade do Ferro?. *Colóquio Internacional Castro, um lugar para habitar*, Câmara Municipal de Penafiel, Penafiel, Nov. 2004, 25-40.
- BETTENCOURT, A. M. S., A. Dinis, C. Cruz, I. S. Silva, J. Pereira e J. Martins. (2002). A estação arqueológica dos Penedos Grandes, Arcos de Valdevez (Norte de Portugal): notícia preliminar. *Portugália*, n. série, Porto, 23, 199 – 215.
- BINFORD, L. R. (1972). *An Archaeological Perspective*. Seminar Press, E.U.A.
- BIROT, P. (1950). *Portugal*. Livros Horizonte, Lisboa.
- BLANCO FREIJEIRO, A. (1975). *Origen y relaciones de la orfebrería castreña*, C.E.G.XXII, 5-28, 137-157 e 267-301.
- BLASCO, M. Concepción. (1993). *El Bronce Final*. Ed. Síntesis, Historia Universal - Prehistoria, 7, Madrid.
- BLÁSQUEZ MARTINEZ, José M. (1962). *Religiones Primitivas de Hispania - Fuentes Literarias y Epigráficas I*. Roma.
- (1976). Rechazo y asimilación de la cultura romana en Hispania (siglos IV). *VI^e Congrès International d'Etudes classiques - Assimilation et résistance à la culture Gréco-Romaine dans le monde ancien*, Paris, 63-94.
 - (1978). *Historia Economica de la Hispania Romana*, Madrid.
 - (1985). Asimilación y resistencia à la romanizacion entre los pueblos del Norte de Hispania. *Asimilacion y Resistencia a la romanizacion en el Norte de Hispania*, Vitoria, 7-46.
- Boletín da Real Academia Galega* (1943), A Coruña, tomo XXIII.
- BOSCH-GIMPERA, P. (1921). Los Celtas y la civilización céltica en la Península Ibérica. *Boletín del Seminario de Estudios Epigráficos*, 29, 248-300.
- (1932). *Etnologia de la Península Ibérica*. Barcelona.
 - (1933). Los Celtas en Portugal e sus camiños. *Homenagem a Martins Sarmiento*, 54-72.
- BOURDIEU, P. (1977). *Outline of a theory of practice*, Cambridge, Cambridge University Press.
- BOURDIEU, P. (1990). *The logic of practice*, Cambridge, Polity Press.
- BOUZA BREY, F. (1926). *O tecnicismo da prehistoria galega. Prefixos da verba castro*, Nós 31, 33-335.
- BRANDÃO, Cunha. (1906). *Ephemerides de Coura*, Tipografia de Costa & Carvalho, Porto.
- BRANDI, C. (1989). *Teoria de la Restauración*, Alianza Forma, Madrid.
- BURILLO MOZOTA, F. e G. Ruiz Zapatero. (1988). Metodología para la investigación en arqueología Territorial. *Munibe*, 6, 45-64.

- BUTZER, Karl W. (1989). *Arqueologia una ecologia del hombre: Método y teoría para un enfoque contextual*. Barcelona.
- CAAMAÑO GESTO, José M. (1977-78). Posible utilización de caminos preromanos en época romana. *Gallaecia*, 3/4, S. de Compostela, 281-286.
- CALO LOURIDO, F. (1983). Arte, decoración, simbolismo e outros elementos da cultura material castrexa. Ensaio de síntese. *Estudos de cultura castrexa e de Historia Antiga de Galicia*. Compostela, 159-185.
- (1993). *A Cultura Castrexa*, Ed. A Nosa Terra, Vigo.
- CALO LOURIDO, F. e X. C. Sierra Rodriguez. (1983). As orixenes do castrexo no Bronze Final. *Estudos de Cultura Castrexa e de H. Antiga de Galicia*, S. Compostela, 19-85.
- CALO LOURIDO, F. e Teresa Soeiro. (1986). *Castro de Baroña. Campañas 1980/84*. Arqueoloxía/Memorias, 6. Xunta de Galicia. Santiago.
- CALVO SÁNCHEZ, I (1914). *Explotaciones arqueológicas*, R.A.B.M. XXXI.
- (1920). *Monte de Santa Tecla en Galicia. Memoria que acerca de los trabajos realizados en 1922-1923 presenta D. Ignacia Calvo y Sánchez, Delegado-Director*, J.S.E.A. 63, Madrid.
- CAPELLA, Martins. (1895). *Miliários do Conventus Bracaraugustanus em Portugal*, Porto.
- CASAL GARCÍA, R. (1984). *Resumen breve de la investigación arqueológica en Galicia, hoy*, La Prehistoria y la Arqueología en la actualidad, Vigo, 5-15.
- CARBALLO ARCEO, Luis Xulio. (1987). Castro da Forca. Campaña 1984. *Arqueoloxia/ Memorias*, 8. Xunta de Galicia. Santiago.
- (1990a). Excavación dos castros do Marco e Castromil, no val do Deza. *IV Coloquio Galaico-Miñoto* (Lugo, 1990).
- (1990b). Los castros de la cuenca media del río Ulla y sus relaciones con el medio físico. *Trabajos de Prehistoria*, 47, Madrid, 161-200.
- (1996a). Os castros galegos. Espacio e arquitectura, *Gallaecia*, 14-15, Ed. Do Castro, Sada, A Coruña, 309-357.
- (1996). O espacio na Cultura Castreja Galega, *A Cultura Castrexa Galega a Debate*, Actas del Curso de Verano, Universidad de Vigo, 107-138.
- (1997). O espaço na Cultura Castreja Galega. *Actas do Colóquio O 1º milénio A.C. no noroeste peninsular - a fachada atlântica e o interior*, Parque Natural de Montesinho, Bragança, 63-75.
- CARBALLO ARCEO, L.X.; J. L. Naveiro Lopez e P. Rey Castiñeira. (1988). Problemas de compartimentación espacial do castrexo galaico. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, vol. 28, fasc. 3-4. Porto, 167-183.
- CARBALLO ARCEO, L. X. e R. Fabregas Valcarce. (1991). Dataciones de Carbono 14 para castros del Noroeste Peninsular. *Archivo Español de Arqueología*, 64. Madrid, 244-264.
- CARDOSO, João L. (2000). *Pré-História de Portugal*. Ed. Verbo.
- CARDOSO, L. (1758). *Memorias parochiaes*.
- CARDOSO, Mário. (1934). O Arqueólogo Martins Sarmiento e o Distrito de Viana do Castelo. *Arquivo de Viana do Castelo*, 1.

- (1937). Citânia de Briteiros. Alguns aspectos etnográficos e sociais da nossa Proto-História. *Rv. Guimarães*, 47 (3-4), 228-240.
 - (1938). Citânia de Briteiros. Alguns aspectos etnográficos e sociais da nossa Proto-História. *Rv. Guimarães*, 48 (1-3), 161-169.
 - (1946). Arquitectura citaniense. *Mínia*, 1 (3-4), Braga, 243-257.
 - (1952). A organização defensiva dos castros no norte de Portugal e a sua romanização. *Arquivo Histórico de Lisboa*, 22, 121-152.
 - (1953). Alguns problemas da Idade do Ferro no norte de Portugal. *Rv. Guimarães*, 63 (3-4), 666-683.
 - (1956). Martins Sarmiento em terras da Galiza, *RG LXVI*, 109-124.
 - (1959). Die "Castros" in Northern Portugals. *Rv. Guimarães*, 69 (1-2), 417-439.
 - (1962). Alguns problemas da cultura dos castros no norte de Portugal. *XXVI Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências*, 2 (5), 391-423.
 - (1965). A fiação e a tecelagem na Antiguidade Peninsular. *Congresso Internacional de Etnografia (Santo Tirso)*, II, Lisboa.
 - (1980). *Citânia de Briteiros e Castro de Sabroso: Notícia Descritiva*. Sociedade Martins Sarmiento, Guimarães.
- CARDOSO, J. Carvalho *et alii*. (1969). Carta dos Solos de Portugal, Esc. 1:000.000, Primeira aproximação. *Boletim dos solos*, nº 2, S. R. O. A.
- CARO BAROJA, J. (1943). *Los pueblos del Norte*. Madrid.
- (1970). Organización social de los pueblos del norte de la Península Ibérica en la antigüedad. *Legio VII Gemina*, León, 9-62.
- CAROCERA FERNANDEZ, Elias. (1990). El horizonte cultural castreño del occidente asturiano y sus relaciones exteriores. *Gallaecia*, 12. Santiago; pp. 135-138.
- (1992). Excavaciones arqueológicas en el occidente de Asturias (Campañas de 1987-1990). *Excavaciones Arqueológicas en Asturias*, 2. Oviedo, 129-136.
 - (1996). O fin da Cultura dos Castros, *A Cultura Castrexa Galega a Debate*, Actas del Curso de Verano, Universidad de Vigo, 207-219.
- CARRIER, C. (1996). La exposición como media. Análisis de un lenguaje. *PH Boletín*, 16, 67-78.
- (1998). Teoría y prácticas de la interpretación. *PH Boletín*, 25. 140-147.
- CARRO OTERO, J. (1991). Saudação ao Prof. Doutor D. Manuel Fraga Iribarne, Recepção académica ao Prof. Doutor D. Manuel Fraga Iribarne, Academia Portuguesa de História, Lisboa, 27-36.
- CARSON, R. A. G. e J. P. C. Kent. (1965). *Late Roman Bronze Coinage. A.D. 324-498*. Londres, Spink & Son.
- CASTELLS VALDIVIELSO, Margalida. (2004). Reencontrar el Patrimonio. Estrategias de Desarrollo Territorial a partir de la Interpretación, Ed.Desarrollo Territorial. www.desarrolloterritorial.es

- CASTRO MARTÍNEZ, Pedro, Vicente Lull e Rafael Micó. (1996). *Cronología de la Prehistoria Reciente de la Península Ibérica y Baleares (c. 2800-900 cal ENE)*, BAR Internacional Series, 652, Oxford.
- CHAVIGNER, F. (1987). Les silicones élastomères R.T.V. et le polyuréthane expansé appliqués au moulage des statues-menhirs. *Conservación-restauración des biens culturels - Recherches et techniques actuelles*, Paris, 29-35.
- CHILDE, Gordon. (1962). *L'Europe Préhistorique*. Paris.
- CLARKE, David L. (1979). *Spatial Information in Archaeology*. New York Academie Press.
- (1984). *Arqueología Analítica* (2ª ed., rev. por Bob Chapman), Barcelona.
- COBAS FERNÁNDEZ, M. Isabel e M. Pilar Prieto Martínez. (1998). *Criterios y Convenciones para la Gestión y el Tratamiento de la Cultura Material Mueble*. CAPA, 7, Grupo de Investigación en Arqueología del Paisaje, Universidad de Santiago de Compostela.
- (1999). *Introducción a la Cerámica Prehistórica y Protohistórica en Galicia*. TAPA, 17, Laboratório de Arqueoloxia e Formas Culturais, Universidade de Santiago de Compostela.
- COFFYN, A. (1985). *Le Bronze Final Atlantique dans la Péninsule Ibérique*. Diffusion du Bocard, Paris.
- COLES, G. M. (1986). In situ archaeological conservation. *Antiquity*, 10, nº228, London, 7-14 e 223-224.
- COLES, J. M. e A. F. Hardind. (1979). *The Bronze Age in Europe*. Methuen, London.
- COLLIS, John. (1989). *La Edad del Hierro en Europa*. Ed. Labor, Barcelona.
- CONNOLLY, Peter. (1978). *O exército romano*. Ática, Lisboa.
- (1988). *A vida no tempo de Jesus de Nazaré*. Ed. Verbo, Lisboa.
- CORREIA, J. (1957). *Cidades e Vilas de Portugal. Paredes de Coura*. V. N. de Famalicão.
- CORREIA, Virgílio H. (1991). Conservação de sítios arqueológicos. *Boletim do Grupo de Amigos do Museu D. Diogo de Sousa*, Braga.
- (2000). Modelos de Interpretação e Arqueologia Proto-Histórica. *Proto-História da Península Ibérica*, ADECAP, Porto, 413-427.
- CORTEZ, F. R. (1951). O culto do Imperador no *Conventus Bracaraugustanus*. *Bracara Augusta*, Braga, 3 (1), 16-30.
- COSTA, C. (1987). *Foral da Terra de Coura*. Paredes de Coura.
- COSTA, Antonio C. (1868). *Corografia Portuguesa*. I, Lisboa, 261-263.
- COUDÉ-GOUSSEN, G. (1978). *Confirmation de l'existence d'une glaciation wurmienne dans les montagnes du Nord-Ouest du Portugal*. CRSGF, 1, 34-37.
- (1979). *Les serras da Peneda e do Gerês (Minho-Portugal). Formes et formations d'origine froide en milieu granitique*. Paris.
- CRIADO BOADO, Felipe. (1988). Arqueologia del Paisaje y Espacio en Galicia. *Seminario sobre Arqueologia Espacial*, Teruel, 12, 61-117.
- (1993). Espacio Monumental y Paisajes Prehistóricos en Galicia. *Concepcións Espaciais e Estratexias Territoriais na Historia de Galicia*. Asociación Galega de Historiadores, Santiago, 23-54.
- (1989). Megalitos, espacios, pensamiento. *Trabajos de Prehistoria*, 46, 75-98.

- (1989). Asentamiento megalítico y asentamiento castreño: propuesta de síntesis. *Gallaecia*, 11. Santiago, 109-137.
 - (1993a). Límites y posibilidades de la Arqueología del Paisaje. *SPAL*, 2, Sevilla, 9-55.
 - (1993b). Visibilidad e interpretación del registro arqueológico. *Trabajos de Prehistoria*, 50, Madrid.
 - (1996a). Hacia un modelo integrado de investigación y gestión del Patrimonio Histórico: la cadena interpretativa como propuesta. *PH Boletín*, 16. 73-78
 - (1996). El futuro de la Arqueología, la arqueología del futuro?. *Trabajos de Prehistoria*, 53, nº1, Madrid, 15-35.
- CRIADO BOADO, Felipe, Jacobo Vaquero Lastres. (1993). Monumentos, nudos en el pañuelo. Megalitos, nudos en el espacio. Análisis del emplazamiento de los monumentos tumulares gallegos. Espacio, tiempo y Forma. Revista de la Facultad de Geografía e Historia, Prehistoria y Arqueología, 6 Madrid, 205-248.
- CHRISTALLER, W. (1966). *Central Places in Southern Germany*. Englewood Cliffs, N.J., Prentice-Hall.
- CHISHOLM, M. (1962). *Rural Settlement and Land Use*. London.
- CRONYN, J. M. (1990). *The elements of Archaeological Conservation*. Routledge, London.
- CRUZ, Domingos e Raquel Vilaça. (1990). Trabalhos de Escavação e Restauo no Dólmén 1 do Carapito. *Trabalhos do Instituto de Antropologia Dr. Mendes Corrêa*, 45, Porto.
- CUNHA, Arlindo R. (1975) Trepando aos montes. *O Distrito de Braga*, 1, 2ª série, Braga.
- (1957). A "cidade" de Cossourado. *Diário do Minho*, 6/4/1956, 1.
- CUNHA, Narcizo A. (1979). *No Alto Minho. Paredes de Coura*. 2ª Ed. Paredes de Coura (1ª Ed., Braga, 1909).
- CUNLIFFE, Barry. (1991). *Iron Age communities in Britain*. Ed. Routledge. London (3 edición).
- DAVIDSON, I. e G. N. Bailey. (1984). Los yacimientos, sus territorios de explotación y la topografía. *Boletín del Museo Arqueológico Nacional*, 2, Madrid, 25-46.
- DAVALLON, J. et C. CARRIER (1989). *La presentation du patrimoine in situ. Communiquer, Exposer, Exploiter*. Paris: Étude d'Expo-Media pour le Ministère de la Culture.
- DÉCHELETTE, J. (1914). *Manuel d'Archéologie*. II, Paris, 1914.
- (1924). *Manuel d'Archéologie*. IV, Paris, 1924.
- DIAS, E. Rocha. (1903). *Noticias Archeologicas extrahidas do Portugal Antigo e Moderno*. Lisboa, 264.
- (1908). *Notícias arqueológicas extraídas dos Dicionários de Pinho Leal*. Lisboa.
- DIAS, Jorge. (1946). Las construcciones circulares del Noroeste de la Península Ibérica y las citanias. *Cuadernos de Estudios Gallegos*, 2(6), Santiago, 173-194.
- (1948). *Las chozas de los Cabeçudos*. Madrid.
 - (1949a). O problema das casas redondas castrejas. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 12 (1-2), 126-168.
 - (1949b). Minho, Trás-os-Montes, Haut-Douro. *Congrés International de Géographie*, Lisbonne.

- DIAS, Manuela A. (1990/92). Nota sobre uma ara funerária de Rubiães, Paredes de Coura (Viana do Castelo do Museu Nacional de Arqueologia (E-5208). *O Arqueólogo Português*, série IV, 8/10, 299-307.
- DINIS, A. Pereira. (1993). *Ordenamento do território do Baixo Ave no I milénio A.C.*, (Dissertação de Mestrado, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto - Policopiado).
- (1993/1994). Artefactos em bronze do Castro de Penices (Vila Nova de Famalicão). Abordagem aos métodos de análise em paleometalurgia, *Cadernos de Arqueologia*, 10-11, Braga, 181 - 201.
- (2003). *O povoado da Idade do Ferro do Crastoeiro (Mondim de Basto), Norte de Portugal*, Cadernos de Arqueologia, Monografias – 13, Ed. da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, Braga.
- DIONISIO, S. (1965). *Guia de Portugal - Entre Douro e Minho*. Lisboa, 1065-1071.
- DYER, J. (1983). *Teaching archaeology in schools*, U.K.
- DOMÍNGUEZ GONZÁLEZ, R. (1998).- El bien cultural descontextualizado: sacralización, seducción o comunicación. *PH Boletín*, 25. 130-139.
- DUARTE, A. (1993). *Educação Patrimonial*. Texto Editora, Lisboa.
- EDE, Joy E. (1988). Técnicas de amostragem para o estudo de sementes. *Paleoecologia e Arqueologia*, Famalicão, 71-79.
- EIROA, J.J. (1988). *La cultura castreña del NO de la Península Ibérica 15 años después*, Anales de Prehistoria y Arqueología 4, Murcia, 111-123.
- Ephemeris Epigraphica*. (1898).
- ESPARZA ARROYO, Angel. (1980). Nuevos castros con piedras hincadas en el borde occidental de la Meseta. *I Seminario de Arqueología do Noreste Peninsular*, vol. II. Guimarães; pp. 71-86.
- (1983). Sobre el límite oriental de la cultura castreña. *II Seminario de Arqueología del Noroeste Peninsular*. Madrid, 103-119.
- (1986). *Los castros de la Edad del Hierro del Noroeste de Zamora*. Diputación Provincial. Zamora.
- ESPINOSA RUIZ, Antonio. (2004). Los nuevos tipos de *museo* a comienzos del siglo XXI y la interpretación del patrimonio cultural (II). *Boletín de Interpretación*. 10, España. www.interpretaciondelpatrimonio.com
- ENCARNAÇÃO, J. (1975). *Divindades Indígenas sob o Domínio Romano em Portugal*. Lisboa, 1975.
- Estudos Sumários de Planeamento*. (1983). Plano Director Municipal, G.A.T - Vale do Minho, C.C.R.N., Paredes de Coura.
- ÉTIENNE, R., G. Fabre, P. Le Roux e A. Tranoy. (1976). Les dimensions sociales de la Romanisation dans la Péninsule Ibérique des origines à la fin de l'Empire. *VI Congrès d'Études Classiques* (Madrid 1974), Paris, 95-108.
- EVANS, J. D. (1951). Algunas espadas tipo oeste europeo en el Bronce II español. *II Congreso Nacional Arqueología*, 181-184.

- FARIÑA BUSTO, F. (1991). Dos notas a propósito de Castromao, *CEG*, XXXIX, 57-71.
- FARIÑA BUSTO, F. *et alii*. (1983). Panorâmica general sobre la cultura castrexa. *Estudios de Cultura Castrexa e de Historia Antiga de Galicia*, S. Compostela, 87-126.
- FARIÑA BUSTO, F. e M. Xusto Rodriguez. (1991). Coto do San Trocado (San Amaro Punxin, Ourense). Campaña 1988. *Arqueoloxia/Informes*, 2. Santiago, 209-214.
- FEIO, A. (1926). Noticia de dois marcos miliários. *Gente Minhota*, 1, Braga, 9.
- FERNÁNDEZ MARTINEZ, V. M. (1990). *Teoría y Método de la Arqueología*. Madrid.
- FERNÁNDEZ GARCÍA, D. (1998). El marketing en la gestión de museos públicos. *Revista de Museología*, 13: 118-121.
- FERNÁNDEZ OCHOA, Carmen. (1986). El impacto romano sobre el hábitat del noroeste (estado de la cuestión sobre los fenómenos de transición y articulación del territorio). *Colóquio de Proto-História e História Antiga da Península Ibérica*, S. Compostela.
- (1987). Los pueblos prerromanos de la fachada atlántica: la cultura castreña de los pueblos del N y NW en la segunda Edad del Hierro. *Historia General de España y América*, tomo 1-2. Madrid, 357-381.
- FERNANDEZ-POSSE, M. D. e F. J. Sánchez-Palencia Ramos. (1988). *La Corona y el Castro de Corporales, II. Campaña de 1983 y prospecciones en la Valderia y la Cabra (León)*. E.A.E., 153. Ministerio de Cultura. Madrid.
- FERNANDEZ-POSSE, M. D.; Sánchez-Palencia, F.J.; Fernández Manzano, J. y Orejas, A. (1994): Estructura social y territorio en la Cultura Castreña prerromana. 1º Congreso de Arqueología Peninsular. Actas, IV (Porto, 1993): *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 34, 3-4, 191-212.
- FERREIRA, D. B. (1978). Erosão diferencial e modelado das regiões graníticas do Norte de Portugal. *Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa*, Lisboa.
- FIGUEIRAL, I. (1990). *Le Nord-Ouest du Portugal et les modifications de l'écosystème, du Bronze Final a l'époque romaine, d'après l'anthracanalyse de sites archéologiques*. Tese de doutoramento, Université de Montpellier II.
- (1993). Charcoal analysis and the vegetational evolution or North-West Portugal. *Oxford Journal of Archaeology*, 12, 2, 209-222.
- (1994). A antracologia em Portugal: progressos e perspectivas. Actas do 1º Congresso de Arqueologia Peninsular. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 34 (3-4), 427-444.
- (1995), Charcoal analysis and the history of *Pinus pinaster* (cluster pine) in Portugal. *Review of Palaeobotany and Palynology*, 89, 441-454.
- (2000). O povoado de S. Julião (Vila Verde): o contributo da antracologia, A. M. Bettencourt (ed.) *O povoado de S. Julião, Vila Verde, Norte de Portugal, na Idade do Bronze e na Transição para a Idade do Ferro*, Ed. Cadernos de Arqueologia Monografias –10, Braga, pp. 151-157.
- FIGUEIRAL, I e A. M. S. Bettencourt. (2004). Middle/Late Bronze Age plant communities, and their exploitation, in the Cávado Bassin (NW Portugal) as shown by charcoal analysis: the significance and co-occurrence of *Quercus* (deciduous)–*Fabaceae*, in *Vegetation History and Archaeobotanic*, 13/2, Springer – Verlag, no prelo.
- FILGUEIRA VALVERDE, X. (s.d.). *Sociedad Arqueológica de Pontevedra*, G.E.G.XXVIII, 210-211.

- (1973). "O que foi o Seminário de Estudos Galegos", *27ª Exposición Seminario de Estudos Galegos (1923-1973) Cinquentenário da sua creación*, IPSEG, Santiago de Compostela, pp. 5-18.
- FRAGUAS FRAGUAS, A. (1973). "A Exposición", *27ª Exposición Seminario de Estudos Galegos (1923-1973) Cinquentenário da sua Creación*, IPSEG, Santiago de Compostela, 19-28.
- FRANCO, F. M. (1984). Contribución a la delimitación del territorio de los asentamientos protohistóricos. Aplicación de un modelo de gravedad. *Arqueología Espacial I*, Teruel, 73-131.
- FRATTO, Victor. (2004). La interpretación... lamentablemente de moda. *Boletín de Interpretación*. 10, España. www.interpretaciondelpatrimonio.com
- GALVEZ PRIEGO, M. R. (1980). Consideraciones sobre el origen de los puñales de antenas Gallego - Asturianos. *Seminário de Arqueologia do NO Peninsular*, 2, Guimarães, 85-111.
- (1984). *La Península Ibérica y sus relaciones con el círculo cultural atlántico*. Madrid (tese de dout. polic.).
- GAMITO, Teresa Júdece. (1988). Arqueología Espacial em Portugal. Alguns Exemplos. Lisboa-Teruel.
- (1996). A cerâmica estampilhada, *De Ulisses a Viriato. O Iº milénio a. C.*, Ed. Ministério da Cultura, 112 – 117.
- GARCIA DEL TORO, J. R. (1983). Las Guías Arqueológicas urbanas para público en general y para escolares en particular como concienciadores de la importancia y respeto debido al patrimonio arqueológico de nuestras ciudades. Cartagena. *Primeras Jornadas de Arqueología en las Ciudades Actuales*, Zaragoza, 183-189.
- GARCIA Y BELLIDO, A. (1985). *Urbanística de las grandes Ciudades del Mundo Antiguo*. Madrid, 1985.
- GOMES. J. M. F. & D. CARNEIRO (1999). *Cividade de Terroso*, Ed. Câmara Municipal da Póvoa de Varzim.
- GONZALEZ-TABLAS SASTRE, F. Javier. (1983-84). Protohistoria de Salamanca: habitat y cronología. *Portugália*, nova série, vol. IV, Porto, 147-149.
- GOUVEIA, H. C. (1992). A Musealização de sítios - Questões relativas à formulação do programa interpretativo. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, Porto, 32, 87-100.
- GUERRA, L. F. (1900). Os castelos de Fraião e de Pena da Rainha. *O Archeólogo Português*, 5, Lisboa, 134-136.
- GILMAN GUILLÉN, A. e J. B. Thornes. (1985). *El uso del suelo en la prehistoria del sudeste de España*. Fundación Juan March, Serie Universitaria, 227, Madrid.
- HARBISON, P. (1967). Mediterranean and Atlantic Elements in the Early Bronze Age of Northern Portugal and Galicia, *Madrider Mitteilungen*, 8, Madrid, 100-122.
- (1971). Wooden and stone chevaux-de-frise in Central and Western Europe. *Proceedings of the Prehistoric Society*, 37, 195-225.
- HAWKES, C. F. C. (1952). Las relaciones en el Bronce Final entre la P. Ibérica y las Islas Británicas con respecto a Francia y la Europa central y mediterránea. *Ampurias*, 14, Barcelona, 81-119.

- (1984). *The Castro Culture of The Peninsular North-West: fact and inference*, B.A.R. (IS) 193, 187-203.
- HIDALGO CUÑARRO, J. M. (1984). Excavaciones arqueológicas en el Castro de Vigo. *Castrelos*, 6, Vigo.
- (1984-85). Breve resumen de las excavaciones arqueológicas en el Castro de Troña (1981, 1982 y 1983). *Zephyrus*, XXXVII-XXXVIII. Salamanca, 307-314.
- (1986). Protección, Divulgación y Excavaciones en Yacimiento Arqueológico Urbano. El Castro de Vigo (España). *Trabalhos de Arqueologia*, 03, Lisboa, 169-176.
- (1987a). *A Cultura Castrexa e galaico-romana en Vigo - Unidades didácticas*. 1, Vigo.
- (1987b). Excavaciones arqueológicas en los castros de Troña y Vigo (España). Campañas 1981-1985. *Boletim Cultural da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão*, 7, 25-62.
- (1988-89). Excavaciones arqueológicas en el Castro de Troña (Ponteareas, Pontevedra). Campañas: 1984-86. *Castrelos*, 1-2. Vigo, 81-108.
- HIDALGO CUÑARRO, J.M. e RODRIGUEZ PUENTES, E. (1987). *Castro de Fozara. Campaña 1984*. Arqueoloxia/Memorias, 9. Xunta de Galicia. Santiago.
- (1988). Dos modelos de hábitat castreño: Castro de Troña y Castro de Fozara. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, vol. 28, fasc. 3-4. Porto, 133-144.
- HIGGS, E. S. ed. (1972). *Papers in Economic Prehistory*, Cambridge University Press, Paleoeconomy.
- HIGGS, E. S. e Vita Finzi. (1972). Prehistoric Economies: A Territorial Approach. *Papers in Economic Prehistory*, ed. E. S. Higgs, Cambridge University Press, 27-36.
- HOCK, M. (1980). Corte estratigráfico no castro de S. Juzenda. *Seminário Arqueologia Noroeste Peninsular*, 2, Guimarães, 55-70.
- HODDER, I. (1988). *Interpretación en Arqueologia - corrientes actuales*. Barcelona.
- HODDER, Ian e Clive Orton. (1991). *Análisis Espacial en Arqueología*. Barcelona.
- H.O.P. - DGPV. (1978). Direcção-Geral do Planeamento Urbanístico, nº81 e nº 76, Porto.
- HÜBNER, E. (1869/92). *CIL - Corpus Inscriptionum Latinarum*, II, Berlim, 1869; *Supplementum*, Berlim, 1892.
- HUGHES, M. e L. Rowley (ed.). (1986). *The Management and Presentation of Field Monuments*. Oxford University, Oxford.
- ICCROM. (1986). *Mesures preventives en cours de fouilles et protection du site*. Roma.
- JAMES, S. (1990). *Roma antiga*. Verbo, Lisboa.
- JORDA CERDA, J. (1984). Notas sobre la cultura castreña en el Norte peninsular. *Memorias de Historia Antigua*, Oviedo, 6, 7-14.
- (1989). El Castro asturiano de San Chuis, *Revista de Arqueologia*, 95, 38-48.
- JORGE, S. O. (1980). A estação arqueológica do Tapado da Caldeira - Baião. *Portugália*, 1, 29-50.
- (1985). Datas de carbono 14 para a Pré-História recente do Norte de Portugal: os dados e os problemas. *Arqueologia*, 12, 154-183.

- (1985a). Povoados da Pré-História Recente do Norte de Portugal: resultados e problemas das escavações dos últimos anos. *Revista de História*, 2, Porto, 297-306.
 - (1985b). Datadas de carbono 14 para a Pré-História Recente do norte de Portugal: os dados e os problemas. *Arqueologia*, 12, Porto, 154-183.
 - (1986). *Povoados da Pré-História Recente da região de Chaves - V.P. de Aguiar: Bases para o conhecimento do III e princípios do II milénios a.C. no norte de Portugal*. 3 vols., Porto.
 - (1988). *O Povoado da Bouça do Frade no Quadro do Bronze Final do Norte de Portugal*. G.E.A.P., Monografias Arqueológicas, 2, Porto.
 - (1990). Desenvolvimento da hierarquização social e da metalurgia. Complexificação das sociedades e sua inserção na vasta rede de intercâmbios. *Nova História de Portugal*, I (dir. J. de Alarcão), Lisboa, Ed. Presença, 162-212 e 213-251.
 - (1991). Peuples du Néolithique et du Chalcolithique du Nord du Portugal (IVe.-IIe mill. av. J.C). *Revista de História*, 9, Porto, 261-268.
 - (1997). O Bronze final no Norte de Portugal: uma História em discussão. *Actas do Colóquio O 1º milénio A.C. no noroeste peninsular - a fachada atlântica e o interior*, Parque Natural de Montesinho, Bragança, 13-22.
 - (1992). As mamoas funerárias do Norte de Portugal (do Neolítico à Idade do Bronze Antigo) como elementos indicadores de uma progressiva complexidade social: esboço preliminar da questão. *Revista da Faculdade de Letras* (Porto), Série II, 9, 463-480.
 - (2000). Breve evolução da Pré-História Recente do Norte de Portugal (do VI ao II milénio AC). *Actas do III Congresso de Arqueologia Peninsular* (Vila Real, 1999).4, 7-12.
- JORGE, V. Oliveira. (1982). *Megalitismo do Norte de Portugal: O Distrito do Porto. Os Monumentos e a Sua Problemática no Contexto Europeu*, Porto, Faculdade de Letras do Porto, 2 vols., Dissertação de Doutoramento, policopiado.
- (1988). Arqueologia e Paleoeologia: Algumas reflexões. *Paleoeologia e Arqueologia*, Famalicão, 1988, 37-43.
 - (2002). Arqueologia dos monumentos da Pré-história Recente - algumas sugestões interpretativas. *Revista da Faculdade de Letras do Porto, Ciências e Técnicas do Património*, série I, 1, 13-26.
- JORGE, Vitor Oliveira e Susana Oliveira Jorge. (1998). Arqueologia portuguesa do séc. XX: alguns tópicos para um balanço, *Arqueologia, percursos e interrogações*, Porto. ADECAP, 1998, 13-29.
- JÚNIOR, J. R. dos Santos. (1952). O Castro de Sampaio (Vilariça). *Revista de Guimarães*, LXII, Guimarães.
- (1975). *Berrões Proto-Históricos no Nordeste de Portugal*. Dir. dos Assuntos Culturais, Lisboa.
- KALB, P. (1979). Contribución para el estudio de Bronze Atlántico. Excavaciones en el Castro "Senhora da Guia" de Baiões. *XV Congresso Nacional de Arqueologia*, Zaragoza, 581-604.
- (1980a). Zur Atlantischen Bronzezeit in Portugal. *Germania*, 58, 1980, 25-115.

- (1980b). O Bronze Atlântico em Portugal. *Seminário de Arqueologia do Noroeste Peninsular*, 1, 113-120.
- LEAL, P. (1873-1890). *Portugal Antigo e Moderno*. 8 vols., Lisboa.
- LE MOS, S. (1985). A Conferência de 1877 na C. de Briteiros - Guimarães. *Cadernos de Arqueologia*, Série II, 2, 195-208.
- LE ROUX, P. (1982). Le monde urbaine et les indigènes: les données du problème dans le nord ouest Hispanique. *Actes du Colloque de Aix-la-Provence*, Marseille, 177-179.
- LIÑARES GIRAUT, X. (1984). As Relacións Galicia-Portugal a debate, *Encrucillada*, 40, 467-476.
- LITTLE, Georgeana. (1985). The technology of pottery manufacture in the Iron Age of Northwestern Portugal: methodology and preliminary results. *Cadernos de Arqueologia*, série II, 2, 249-252.
- LLANA C., Rey, E, Casal, R. (1998). *Profissão e ética*, António Manuel S.E Silva e Virgílio Correia (Coord.), Porto . *Associação Profissional de Arqueólogos*, pp. 39-52.
- LLANOS, Armando. (1974). Urbanismo y arquitectura en poblados alaveses de la Edad del Hierro. *Estudios de Arqueología Alavesa*, VI. Vitoria, 101-146.
- LOPES, Jorge A. (1991). Iluminação artificial de castelos e fortalezas. *Symposium internacional de arquitectura militar abaluartada*. Almeida (policopiado).
- LÓPEZ-CUEVILLAS, F. (1933). A área xeográfica da cultura norte dos castros. *Homenagem a Martins Sarmiento*, Guimarães, 99-107.
- (1934). Estudios sobre a Edade do Ferro no N. Peninsular. As fontes literárias. *Arquivos do Seminário de Estudos Galegos*, 6, Santiago de Compostela, 217-367.
- (1947). Las cabanas de los Castros. Homenaje a Julio Martinez Santa Olalla, 2, Madrid.
- (1951). *Las joyas castreñas*. C.S.I.C, Madrid.
- (1989). *La Civilización Céltica em Galicia*. Ed. Istmo. Madrid (1ª edición, 1953).
- LÓPEZ-CUEVILLAS, F.; BROUZA BREY, F.(1927). *Bibliografía da Prehistoria Galega*, Nós, nº 41,42 e 43, 6-9, 9-12 e 16-20.
- (1929). *Os Oestrimnios, os Saefes e a ofiolatría en Galicia*, A.S.E.G.II, 27-193.
- LÓPEZ-CUEVILLAS, F. e R. S. Pinto. (1933-34). Estudios sobre a Edade do Ferro no Noroeste da Peninsula - A Relixion. *Arquivos de Seminario de Estudos Gallegos*, VI, Santiago de Compostela, 295-367.
- LOPEZ-CUEVILLAS, F. e LORENZO FERNANDEZ, X. (1986). *Castro de Cameixa. Campañas 1944-46*. Arqueoloxia/Memorias. Xunta de Galicia. Santiago.
- LÓPEZ VASQUEZ, M. (1986). La fotografía de Patrimonio, *Koiné*, 2, Madrid, 65-73.
- LOPEZ VILCHES, I. (1997).- Comunico luego existo. Valores añadidos en la relación patrimonio-usuario: sistemas de información y orientación mediante señales. *PH Boletín*, 19, 72-80
- LUZON NOGUE, J. M.; F. J. Sanchez-Palencia Ramos *et alii*. (1980). *El Caurel*. E.A.E., 110. Ministerio de Cultura. Madrid.
- MALUQUER DE MOTES, J. (1954). Pueblos celtas. Historia de España, (Dir.) Menéndez Pidal, T. 1-3, Madrid, 5-194.

- (1973). La originalidad de la cultura castreña. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 22 (3), Porto, 335-342.
 - (1975a). La Edad de Bronce en el Occidente Atlántico. *I Jornadas de Metodologia Aplicada de las Ciencias Historicas*, I, Santiago de Compostela, 129-146.
 - (1975b). La cultura castreña de la Edad del Hierro. *I Jornadas de Metodologia Aplicada de las Ciencias Historicas*, I, Santiago de Compostela, 269-284.
 - (1987-88). Problemática general del hierro en Occidente. *Zephyrus*, 39-40, Salamanca, 9-16.
- MARTIN-BUENO, M. s/d. Conservation des sites archéologiques et aménagement. *Archéologie et aménagement - Patrimoine architectural - Rapports et études*, 5, Conseil de l'Europe - Rapport du Colloque de Florence, 71-78.
- s/d. Patrimonio cultural y Arqueología, *Archéologie et aménagement - Patrimoine architectural - Rapports et études*, 35-40.
- MASIÁ, Ana R. (1975). Asentamientos castrexos costeiros no norte de Galicia, *Gallaecia*, 1, S. de Compostela, 61-80.
- (1976). *El habitat Castreño. Asentamientos y Arquitectura de los Castros del N.O. Peninsular*. S. de Compostela.
- MACAULAY, D. (1982). *A cidade. Planificação e construção de uma cidade romana*. Lisboa.
- MACHADO, L. S. (1920). Aquisições do Museu Etnológico Português. *O Archeólogo Português*, 24, 241-270.
- MACIEL, Manuel J. Pinheiro. (1987). Pontes Romanas e Medievais a Norte do rio Douro. *Gaya*, V, 351-360.
- MACIEL, Tarcísio. (1998). A procura de uma ordem no espaço. A ocupação humana do Vale do Neiva no I milénio a. C.. *Folhas D'A Eira*, 4, Viana do Castelo, 3-12.
- MAC WHITE, E. (1951). *Estudios sobre las relaciones atlanticas en la Península Hispánica en la Edad del Bronce*. Madrid.
- MARANÓN, J. G. (1935). Una interpretación acerca de los fusaiolos. *Boletín del Seminario de Estudios de Arte y Arqueologia*, Valladolid, Tomo VIII - IX.
- MARQUES, José M. (1984). Os Gróvios - uma tribo pré-celta do Noroeste Peninsular. *Universidade e Cultura*, 2/3, Porto, 87-102.
- (1985). O Castro da Senhora da Assunção (Barbeita-Monção). Primeiros trabalhos. *Rv. Guimarães*, XCV, 188-197.
 - (1987). Assentamentos Castrejos no concelho de Monção. *Revista de Ciências Históricas*, II, Porto, 77-120.
- MARTÍN, Marcelo. (2004). Objetivo: La Historia. *Boletín de Interpretación*. 10, España. www.interpretaciondelpatrimonio.com
- MARTINS, M. (1985). A ocupação do Bronze Final da C. de S. Julião, em Vila Verde. Caracterização e cronologia. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 25 (2-4), 197-240.
- (1986). O povoado proto-histórico do Lago (Amares). Sistemas de defesa e fases de ocupação. *O Archeólogo Português*, série IV, vol. 4. Lisboa, 149-184.
 - (1987). A Cerâmica proto-histórica do vale do Cávado: tentativa de sistematização. *Cadernos de Arqueologia*, série II, 4, Braga, 35-77.

- (1988a). A Arqueologia dos Castros do Norte de Portugal: Balanço e perspectivas de investigação. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 28, 3-4, Porto, 11-36.
 - (1988b). *A citânia de S. Julião, Vila Verde*, Cadernos de Arqueologia, Monografias – 2, Ed. da Unidade de Arqueologia da Univ. do Minho, Braga.
 - (1988c). *O povoado fortificado do Lago, em Amares*, Cadernos de Arqueologia, Monografias - 1, Ed. da Unidade de Arqueologia da Univ. do Minho, Braga.
 - (1989). *O castro do Barbudo, Vila Verde. Resultado das campanhas realizadas entre 1981-1985*, Cadernos de Arqueologia-Monografias 3, Braga.
 - (1990). *O povoamento proto-histórico e a romanização da bacia do curso médio do Cávado*. Cadernos de Arqueologia, Monografias - 5, Ed. da Unidade de Arqueologia da Univ. do Minho, Braga.
 - (1991). *O povoado de Stº Ovídio, Fafe, Braga*, Cadernos de Arqueologia-Monografias - 6, Braga.
 - (1993-94). Continuidade e mudança no I milénio a. C., no Noroeste Português. Os diferentes cenários de representação do discurso arqueológico. *Cadernos de Arqueologia*, série II, 10-11, Braga, 41-64.
 - (1998). As economias da Idade do Bronze: a problemática do comércio e intercâmbio. Uma introdução ao tema. S. Jorge (ed.) *Actas do Colóquio Existe uma Idade do Bronze Atlântico?*, Lisboa, 1995, Ed. IPA, Lisboa, 73 - 80.
- MARTINS, Manuela e Susana Oliveira Jorge. (1992). Substrato cultural das etnias pré-romanas do Norte de Portugal. *Paleoetnología de la Península Ibérica*. (dir. M. Almagro Gorbea e G. Ruiz Zapatero), Complutum, 2/3, Madrid, 259-280.
- MATTINGLY, H., E. A. Sydenham e C. H. V. Sutherland. (1967). *The Roman Imperial Coinage*. 7, Londres.
- MEIJIDE CAMESELLE, Gonzalo. (1990). Tres dataciones de C 14 del Castro de A Graíña (Toques, A Coruña) y su contexto arqueológico. *Gallaecia*, 12. Santiago, 111-134.
- MENAU, A. P. (1983). Los Castella y las comunidades de Gallaecia. *II Seminário de Arqueologia del Noroeste* (Santiago de Compostela, 1980), Madrid, 167-192.
- MENDES, F. (1968). Contribution à l'étude geochronologique, pour la méthode au strontium, des formations cristallines du Portugal. *Boletim M. S. Geológicos da F. Ciências*, Lisboa, 11, 1.
- MIRÓ ALAIX, M. (1997). Interpretación, identidad y territorio. Una reflexión sobre el uso social del Patrimonio. *PH Boletín*, 18, 33-37
- MOHEN, J. P. (1978). Moules em bronze de l'âge du Bronze, *Antiles*, 10, 23-32.
- MOITA, I. (1966). A Toponímia castreja. Distribuição e significado. *Lucerna*, Porto, 5, 526 - 549.
- MONTEAGUDO, L. (1977). *Die Beile auf der Iberischen Halbinsel Prahistorische Bronzefunde*. IX, 6, Munique.
- MONTEAGUDO GARCÍA, L. (1947). *Galicia en Ptolomeo*, C.E.G., II, 603-653.
- MORALES MIRANDA, Jorge. (1998a). *Guía práctica para la Interpretación del Patrimonio. El arte de acercar el legado natural y cultural al público visitante*. Empresa pública de Gestión de Programas Culturales. Sevilla.

- (1998b). La interpretación del patrimonio natural y cultural: todo un camino por recorrer. *PH Boletín*, 25, 150-156.
- (2004). La interpretación, en su acepción de comunicación atractiva *in situ*. *Boletín GC: Gestión Cultural*, 8: *Interpretación del Patrimonio Cultural (junho de 2004)*. ISSN: 1697-073X. Portal Iberoamericano de Gestión Cultural, www.gestioncultural.org.
- MOREIRA, Armando e Margarida Simões. (1988). *Notícia Explicativa da Carta Geológica de Portugal, folha 1-D (Arcos de Valdevez, 1988)*. Lisboa.
- NAVEIRO LOPEZ, Juan L. (1991). *El comercio antiguo en el N.W. Peninsular. Lectura histórica del registro arqueológico*. Monografías Urxentes do Museu, 5, Museo Arquelóxico e Histórico, A Coruña.
- NEVES, L. Quintas. (1969). Achegas para um possível e necessário rol de achados da Idade do Bronze, no distrito de Viana do Castelo. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, Porto, 21, 273-280.
- NUNES, J. Castro. (1957). Três nótuas de arqueologia pré-histórica. *Revista de Guimarães*, Guimarães, 67 (1-2), 198-200, 4.
- OLIVEIRA, A. L. (1976). *Terras de Coura*. Póvoa de Varzim.
- OLIVEIRA, Ernesto V., F. Galhano e B. Pereira. (1988). *Construções Primitivas em Portugal*. Lisboa.
- OREJAS, A. (1991). Arqueología del Paisaje: historia, problemas y perspectivas. *AEspA* 64, 191-230.
- ORERO GRANDAL, Luis. (1988). *Castro Coto do Mosteiro. Campañas 1984/85*. Arqueoloxial Memorias, 10. Xunta de Galicia. Santiago.
- (1994). Novos achados no Castromao (Celanova. Ourense). *Baur*. XXIV, 113-139.
- ORTEGA RUIZ, A. (1997). El Patrimonio como recurso. *Aldaba*, 2, 55-58
- (1998). Algunas consideraciones sobre Patrimonio y Turismo Cultural. *Aldaba*, 4, 51-54.
- OUTEIRIÑO, B. P. (1982). De Ourivesaria Castrexa. Arracadas. *Boletín Avriense*, Ourense.
- (1989). Orfebrería castreña. *El oro en la España prerromana*, (Vol. monográfico de Revista de Arqueología), 90-107.
- PADIN NOGUEIRA, Francisco José. (1998). Urbanismo e sociedade na Cultura Castrexa" *Actas del Congreso Internacional "Los Orígenes de la ciudad en el Noroeste Hispánico" (Lugo, 15-18 de Mayo de 1996)*, tomo I, Lugo, 715-727.
- PADRÓ WERNER, Jordi. (1997). La interpretación: un método dinámico para promover el uso social del Patrimonio Cultural y Natural. A DA.- *Difusión del Patrimonio Histórico*. Instituto Andaluz de Patrimonio Histórico. Colección Cuadernos del IAPH, 8-13.
- (2002). La interpretación: um método dinámico para promover el uso social del Patrimonio Cultural y Natural. *Terra Incognita, documents*. www.terraincognita.org/ct/terra_documentos2ct.htm (1of12).
- PARCERO OUBIÑA, César. (1995). Elementos para el Estudio de los Paisajes Castreños del Noroeste Peninsular. *Trabajos de Prehistoria*, 52, 1, CSIC, Madrid, 127-144.

- (2000). Tres para Dos. Las formas de Poblamiento en la Edad del Hierro del Noroeste Ibérico. *Trabajos de Prehistoria*, 57, 1, CSIC, Madrid, 75-95.
- PARKIN, Ian. (2004). La planificación es esencial para una interpretación de calidad. *Boletín de Interpretación*. 10, España. www.interpretaciondelpatrimonio.com
- PARQUES ARQUEOLÓGICOS (1993). *Seminario de Parques Arqueológicos (Madrid, 13, 14 y 15 de diciembre de 1989)*. Ministerio de Cultura (ICRBC). Madrid.
- PATIÑO GOMEZ, Ramon. (1989). Urbanismo en el poblado castreño de Sta. Tecla. La Guardia, Pontevedra. I Congreso Gallaecia (A Guarda, 1988). Pontevedra, 55-67.
- PELLICER CATALÁN, M. (1992). Problemática del Bronce e inicios del Hierro en Ibéria. *Paleoetnología de la Península Ibérica*. (dir. M. Almagro Gorbea e G. Ruiz Zapatero), *Complutum*, 2/3, Madrid, 11-17.
- PEÑA SANTOS, A. de la. (1985-86). Tres años de excavaciones arqueológicas en el yacimiento galaico-romano de Santa Tegra (A Guarda-Pontevedra): 1983-1985. *Pontevedra Arqueológica*, II, 157-189.
- (1998). Santa Tegra (A Guarda, Pontevedra): Un ejemplo del urbanismo castreño-romano del convento bracarense". *Actas del Congreso Internacional Los orígenes de la ciudad en el Noroeste Hispánico*. Tomo I, Lugo, 693-714.
- (1988). Algunos aspectos urbanísticos del poblado galacio-romano de Santa Tegra (A Guardia, Pontevedra). Pontevedra. *Revista de Estudios Provinciales*, 4, 27-36.
- (1989). Algunas precisiones sobre el poblado galaico-romano de Sta. Tegra (A Guardia, Pontevedra). *I Congreso Gallaecia*, Pontevedra, 153-164.
- (1992a). *Castro de Torroso (Mos, Pontevedra)*. *Síntesis de las memorias de las campañas de excavaciones 1984-1990*. Arqueoloxia/Memorias, 11. Xunta de Galicia. Santiago.
- (1992b). El primer milenio a.C. en el área gallega. Génesis y desarrollo en el mundo castreño a la luz de la arqueología. *Paleoetnología de la Península Ibérica*. (dir. M. Almagro Gorbea e G. Ruiz Zapatero), *Complutum*, 2/3, Madrid, 373-393.
- PEÑA SANTOS, A. de la e José Manuel Vázquez Varela. (1996). Aspectos de la Génesis y Evolución de la Cultura Castreña de Galicia. *Homenaje al Profesor Manuel Fernández-Miranda*. (dir. Ángeles Fernández Querol e Teresa Chapa Brunet), *Complutum Extra*, 6 (I), Madrid, 255-262.
- PENSADO, J.L. (1975). *Fr. Martín Sarmiento. Viaje a Galicia (1745)*.
- PEREIRA, Isabel, Jean-Pierre Bost e J. Hiernand. (1974). *Fouilles de Conimbriga - III - Les Monnaies*. Paris, Diffusion du Bocard.
- PEREIRA, Félix A. (1903). Machados de duplo anel. *O Archeologo Português*, 8, Lisboa, 132-136.
- (1924). Rescunho de Velharias de Entre Lima e Minho. *O Archeólogo Português*, 26, Lisboa, 251-282.
- (1927-29a). Rascunhos de Velharias de Entre Lima e Minho. *O Archeólogo Português*, 28, 155-158.
- (1927-29b). Jornadas de um curioso pelas margens do Lima. *O Archeólogo Português*, 28, 1-51.
- (1933). Os vestíbulos das habitações citanienses, *H. M. Sarmiento*, Guimarães, 27-30.
- (1938-41). Páginas inéditas. *Rv. Guimarães*, 48 (1-3), 137-150.

- PEREIRA, I. (1996). Santa Olaia, *De Ulisses a Viriato. O Iº milénio a. C.*, Ed. Ministério da Cultura, Lisboa, 60 - 65.
- PEREIRA, Paulo. (2001). "Lugares de passagem" e o resgate do tempo. *Património-Estudos*, 1, IPPAR, Lisboa, 6-16.
- PEREIRA MENAUT, Gerardo. (1985-86). Nuevas *tabula patronatus* del Noroeste de Hispania. Veleia, 2-3. Gasteiz, 299-302.
- PEREZ OUTEIRIÑO, Bieito. (1985). Informe sobre las excavaciones arqueológicas de «A Cidade» de San Cibrán das Lás (San Amaro-Punxin, Ourense). Campaña de 1982. *Noticiario Arqueológico Hispánico*, 22. Madrid, 2110-259.
- (1987). «A Cidade» de San Cibrán das Lás. Obxetivos e resultados das últimas intervencions arqueológicas (1982-1983). *Lucerna*, 2 série, vol. II. Porto, 15-39.
- PERICOT GARCIA, L. (1950). *La España Primitiva*, Barcelona.
- PESSOA, F. (1988). *Contribuição para a estratégia Nacional de Conservação*. Serviço Nacional de Parques, Reservas e Conservação da Natureza, Lisboa.
- PINHEIRO, J. H. (1895/96). *Estudo da Estrada Militar Romana de Braga e Astorga*. Porto.
- PLENDERLEITH, H. J. (s/d.). *La conservacion de Antiguedades y Obras de Arte*. I.C.C.R., Madrid.
- PONTE, M. Salete. (1978). Instrumentos de fição, tecelagem e costura de Conimbriga. *Conimbriga*, XVIII, Coimbra, 133 - 146.
- (1980). A génese das fíbulas do Noroeste Peninsular. *Seminário de Arqueologia do Noroeste Peninsular*, Revista de Guimarães, 2, Guimarães, 111-119.
- (1984). Fíbulas de sítios a Norte do rio douro. *Lucerna*, Porto, 111-144.
- Portugaliae Monumenta Historica*. Inquisitiones, I, 382.
- POZUELO MEÑO. Ignacio. (2002). El Centro de Interpretación de Olvera (Cádiz), la frontera y los castillos, Seminário de Gestión del Património Histórico – Planificación interpretativa y diseño de centros, primeros modelos, Sevilha, 89-99.
- PRADO FERNÁNDEZ, O. (1995). *Aportación do Seminario de Estudos Galegos a Arqueoloxía: unha revisión*. Tesina inédita. Santiago.
- (1997). *Aportación do Seminario de Estudos Galegos a Arqueoloxía: Unha revisión*. I Premio de Investigación 1996 "Xesús Ferro Couselo", Concello de Valga, 61-156.
- PRESENTANDO EL PASADO (2000). *Presentando el pasado. Arqueología y turismo cultural*. En *Trabajos de Prehistoria*, 57 (2).
- PRICE, N. S. (1984). Excavación y Conservación. La Conservación en excavaciones Arqueológicas - con particular referencia al área del Maditerraneo, *I.C.C.R.O.M.*, Roma, 13-21.
- PROENÇA, Maria Cândida - 1989 - *Didáctica da História*, Universidade Aberta.
- QUEIROGA, F. (2003=1992). *War and Castros: New approaches to the northwestern portuguese Iron Age*, BAR International Series, 1198, Ed. Archeopress, Oxford.
- QUEROL, Mª A. (1993). Filosofía y concepto de Parque Arqueológico. En *Seminario de Parques Arqueológicos (Madrid, 13, 14 y 15 de diciembre de 1989)*, Ministerio de Cultura (ICRBC). Madrid, 13-22.

- QUEROL, M^a A. y B. Martín. (1996). *La gestión del patrimonio arqueológico en España*. Alianza. Madrid.
- RAMIL GONZALEZ, Emilio. (1989). Castros do concello de Ortigueira (A Coruña). Campaña 1987. *Arqueoloxía/Informes*, 1. Santiago, 58-63.
- RAMOS, F. J. Sanchez-Palencia e L. C. Pérez. (1983). Las explotaciones auríferas y la ocupación romana del noroeste de la Península Ibérica. *Seminário de Arqueologia del Noroeste*, Madrid, 225-246.
- RAPOSO, L. (1993). *Museus de Arqueologia. Iniciação à Museologia*, Universidade Aberta, Lisboa, 203-227.
- RAURET DALMAU, A. M. (1976). *La metalurgia del Bronce durante la Edad del Hierro*, (Universidad de Barcelona), Publicaciones eventuales nº 25, Barcelona.
- REAL, F. (1988). Geoarqueología em estações portuguesas. Algumas considerações. *Paleoecologia e Arqueologia*, Famalicão, 51-56.
- REGO ALVAREZ, M. LUISA e POMBO MOSQUERA, JOSE A. (1976). Notas sobre la tipología de los emplazamientos castreños en la comarca de Villalba. *Gallaecia*, 2. Santiago, 165-169.
- REIS, António P. M. (1978). *A romanização do concelho de Ponte de Lima*. Ponte de Lima.
- REY CASTIÑEIRA, J. (1982). Avances sobre a tipoloxia da cerámica castreña: as Xerras. *El Museo de Pontevedra*, 36, Pontevedra, 271-288.
- (1983). Dos hitos cronológicos en la cerámica castreña. *XVI Congreso Nacional de Arqueologia*, Zaragoza, 443-451.
 - (1986-87). Algunas consideraciones sobre cerámica castreña. *Zephyrus*, 39-40, Salamanca, 185-194.
 - (1990-1991). Cerámica indígena de los Castros costeros de la Galicia Occidental: Rias Bajas. Valoración dentro del contexto general de la Cultura Castreña. *Castrelos*, III-IV, 141-163.
 - (1993). Cuestiones de tipo territorial en la cultura Castreña. *Actas del XXII Congreso Nacional de Arquelogia*. Vigo, 165-171.
 - (1996). Referencias de tiempo en la Cultura Material de los Castros Gallegos, *A Cultura Castrexa Galega a Debate*, Actas del Curso de Verano, Universidad de Vigo, 1597-206.
 - (2000). Apuntes para un encuadre de la cultura Castreña en el marco peninsular. *Proto-História da Península Ibérica*, ADECAP, Porto, 359-372.
- RIBEIRO, Flávio. (2003). *O pensamento Arqueológico na aula de História. Revista de Ciências Históricas*, 18, Porto, 31-54.
- RIBEIRO, O. (1955). *Portugal*. Geografía de España y Portugal, 5, Barcelona.
- ROLDÁN HERVÁS, J. M. (1974). *Hispania y el ejército romano*. Salamanca.
- (1975). *Itineraria Hispaña*. Valladolid.
- RODRIGUEZ COLMENERO, A. (1976). *La rede viária Romana del Sudeste de Galicia*. Valladolid.
- RODRIGUEZ COLMENERO, A., Santiago F. Sierra e Ruben D. Alvarez Asorey (2004). *Callaeciae et Asturiae Itinera Romana – Miliarios e outras inscrições viárias romanas do Noroeste Hispânico (Conventos Bravarense, Lucense e Asturicense)*. Santiago de Compostela.

- RODRIGUEZ GONZALEZ, Xulio e Francisco Fariña Busto. (1986). A Cidá do Castro de San Millán. Memorias de las excavaciones arqueológicas. *Boletín Auriense*, XVI. Ourense, 39-89.
- ROMERO CARNICERO, Fernando. (1991). *Los castros de la Edad del Hierro en el Norte de la provincia de Soria*. Studia Archaeologica, 80. Universidad de Valladolid.
- ROMERO MASIA, Ana. (1976). *El habitat castreño. Asentamientos y arquitectura de los castros del NO Peninsular*. C.O.A.G. Santiago.
- (1980). Asentamientos castrexos costeiros do Norde de Galicia. *Gallaecia*, 6. Santiago, 61-80.
- (1984-85). Os castros: reconecemento e catalogación. *Cuadernos de Estudios Gallegos*. XXXV. Santiago, 31-61.
- (1987). *Castro de Borneiro. Campañas 1983-4*. Arqueoloxía/Memorias, 7. Xunta de Galicia. Santiago.
- ROMERO MASIA, A. e X. M. Pose Mesura. (1985). Catalogación arqueolóxica da Ria de Ferrol. *Monografías Urgentes do Museu*. A Coruña.
- ROPER, D. C. (1979). The method and theory or site catchment analysis: a review. *Advances in Archaeological Method and Theory*, 2, Ed. M. G. Schiffer, Academic Press, New York, 119-140.
- ROYO GUILLEN, Jose Ignacio. (1984). Habitat y territorio durante la 1 Edad del Hierro en el Valle de la Huecha, Zaragoza. *Arqueoloxía Espacial*, 4. Teruel, 65-95.
- RUIZ, Arturo. (1987). Ciudad y territorio en el poblamiento ibérico del Alto Guadalquivir. *Los asentamientos ibéricos ante la romanización*. Ministerio de Cultura. Madrid, 9-19.
- RUY, José. (1994). *Aventura do passado perdido – vida e obra de Francisco Martins Sarmento*, Ed. Asa e S.M.S., Porto.
- S/a - 1994 - *Património Histórico - Prémio Constância de Experiências Escolares*, Constância.
- SANCHES, M. J. (1995). O povoado da Lavra, serra da Aboboreira, *A Idade do Bronze em Portugal*. *Discursos de Poder*, Ed. S.E.C., 116.
- (1997). *Pré-História Recente de Trás-os-Montes e Alto Douro*. SPAE, 2 vols., Porto.
- SÁNCHEZ CANTÓN, F.J. e J. M. Pita Andrade. (1950). *Viaje a Galicia de Fray Martín Sarmiento (1754-55)*. Santiago.
- SANCHEZ-PALENCIA, F.J. e M. D. Fernández-Posse. (1985). La Corona y el Castro de Corporales, I. Truchas (León). Campañas de 1978 a 1981. *E.A.E.*, 141. Madrid.
- SÁNCHEZ-PALENCIA, F.- J., M^a D. Fernández-Posse, J. Fernández Manzano. A. Orejas, Álvares González, L. F. López González e L. C. Pérez García. (1996). Las zonas arqueológicas como paisajes culturales: el Parque Arqueológico de Las Médulas (León). *Complutum Extra. Homenaje al Profesor Manuel Fernández-Miranda* 6 (II), 383-403.
- SÁNCHEZ-PALENCIA, F. J. e M^a D. Fernández-Posse, J. Fernández Manzano, L. C. Orejas Pérez y I. Sastre. (2000). "as Médulas (León), un paisaje cultural patrimonio de la humanidad. *Trabajos de Prehistoria* 57 (2) (=Presentando el pasado. Arqueología y turismo cultural), 195-208.
- SANTA-OLLALA, J. M. (1946). *Esquema Paleontológico de la P. Hispanica*. Madrid.
- SANTARÉM, Carlos M. Faya. (1955). O Castro do Monte Padrão - Campanhas de 1952-53-54. *O Concelho de Santo Tirso*, Boletim Cultural, III, nº4, Porto, 955.

- SANTOS, Luciano A. (1979). Miliários Inéditos da via romana de Braga a Tuy. *Arquivo do Alto Minho*, 24, 4, Viana do Castelo, 3-52.
- SANTOS, L., P. Le Roux e A. Tranoy. (1983). Inscrições Romanas do Museu Pio XII em Braga. *Bracara Augusta*, 37, 83-84 (96-97), Braga. DINIS, A. P. (1993/1994). Artefactos em bronze do Castro de Penices (Vila Nova de Famalicão). Abordagem aos métodos de análise em paleometalurgia, *Cadernos de Arqueologia*, 8/9, Braga, pp. 181 - 201.
- SANTOS, P. M. (1995). O povoado do Alto de Stª Ana, Chaves, *A Idade do Bronze em Portugal. Discursos de Poder*, Ed. S.E.C., 117.
- SARMENTO, F. M. (1882). Os marcos miliários de S. Bartolomeu de Antas. *A Vida Moderna*, 2, Porto, 1882, 143 (compilado em *Dispersos*, 83-85).
- (1883). Inscrições Inéditas. *Boletim da Real Associação dos Arquitectos e Arqueólogos*, 4, Lisboa, 1883, 84 (compilado em *Dispersos*, 84-85).
- (1933). *Dispersos*. Coimbra.
- (1944). Cartas de Martins Sarmiento ao Abade de Tagilde. *Revista de Guimarães*, 54 (3-4), 91-104.
- SAVORY, H. N. (1949). *De Atlantic Bronze Age in southwestern europe*. PPS, 15, 128-155.
- (1951). A Idade do Bronze Atlântico no SW da Europa, *Revista de Guimarães*, 61 (3-4), 323-377 e 455-472.
- (1985). *Espanha e Portugal*. Lisboa.
- SCHUMANN, W. (1992). *Guia dos minerais*. Lisboa.
- SENNA-MARTÍNEZ, J. C. (2000). O Problema dos primeiros Ferros Peninsulares em contextos do Bronze final da Orla Atlântica: os dados do "Outeiro dos Castelos de Beijós" (Carregal do Sal). *Trabalhos de Arqueologia da E.A.M.*, 6, Lisboa, Colibri, 43-60.
- SERRA, M. G. Leitão Carvalho e M. Lurdes Serpa. (1989). *A Flora e a Vegetação do Parque Nacional da Peneda-Gerês - Contribuição para o Plano de Ordenamento desta Área Protegida*. S.N.P.R.C.N., 6, Lisboa.
- SHEPARD, Anna O. (1971). *Ceramics for the Archaeologists*. Carnegie Institution of Washington.
- SCHULTEN, A. (1943). *Los Cantabros y Astures y su guerra con Roma*, Madrid.
- SILVA, A. R. P. (1988). A Paleoetnobotânica na arqueologia portuguesa. Resultados desde 1931 a 1987. *Paleoecologia e Arqueologia*, Famalicão, 5-36.
- SILVA, A. C. F. (1981/82). Novos dados sobre a organização social castreja. *Portugália*, 2-3, 83-96.
- (1983/84). A Cultura Castreja no Noroeste de Portugal: Habitat e Cronologias. *Portugália*, 4/5, Porto, *Colóquio Inter-Universitário de Arqueologia do Noroeste*, 123-129.
- (1986). *A Cultura Castreja do Noroeste de Portugal*. Museu Arqueológico da Citânia de Sanfins, Paços de Ferreira.
- (1990). A Idade do Ferro em Portugal. *Portugal das origens à romanização*. Ed. Presença, Lisboa, 259-343.
- SILVA, M. Antónia Dias. (1997). *A cerâmica Castreja da Citânia de Briteiros*. Guimarães.
- SILVA, M. Fátima M. (1986). Subsídios para o Estudo da Arte Castreja. *Arte Decorativa Arquitectónica I. Revista de Ciências Históricas*, 1, Porto, 31-68.

- (1987). Subsídios para o Estudo da Arte Castreja. Arte Decorativa Arquitectónica II. *Revista de Ciências Históricas*, 2, Porto, 121-147.
- (1988). Subsídios para o Estudo da Arte Castreja. A cultura dos Berrões: ensaio de Síntese. *Revista de Ciências Históricas*, 3, Porto, 57-93.
- (1989). Estudo Tipológico de Cossoiros I - Citânia de Sanfins, Castro de Moldes e de Santo António. *Revista de Ciências Históricas*, Universidade Portucalense, IV, Porto, 91-130.
- (1991a). O Povoamento Castrejo em Paredes de Coura. *Boletim Municipal*, 3, Paredes de Coura.
- (1991b). Considerações sobre a Consolidação e Restauro do Espaço Castrejo. *Revista de Ciências Históricas*, 6, Porto, 55-68.
- (1991c). Machados de Pedra Polida do Concelho de Paredes de Coura. *Revista de Ciências Históricas*, 6, Porto, 7-24.
- (1992a). O Gabinete de Arqueologia e Património da Câmara Municipal de Paredes de Coura. *Cadernos de Arqueologia e Património*, 1, Paredes de Coura, 9-16.
- (1992b). O Castro de Cristelo : apontamentos para o seu estudo. *Cadernos de Arqueologia e Património*, 1, P. Coura, 37-52.
- (1992c). Documentos para a Carta Arqueológica de Paredes de Coura: Trísceles e Mós rotativas de Favais (Moselos). *Cadernos de Arqueologia e Património*, 1, P. Coura, 33-36.
- 1993). Machados de Talão da Bacia Superior do Rio Coura . *Actas do XXII Congresso Nacional de Arqueología de España*, Vigo, 139-146.
- (1993/94a). Documentos para a Carta Arqueológica da Bacia Superior do Rio Coura: Machados de pedra polida, *Cadernos de Arqueologia e Património*, 2/3, Paredes de Coura, 29-43.
- (1993/94b). Contributos para o Estudo do Bronze Final na Bacia Superior do Rio Coura, *Cadernos de Arqueologia e Património*, 2/3, Paredes de Coura, 45-82.
- (1993/94c). Estações Romanas da Freguesia de Ferreira *Cadernos de Arqueologia e Património*, 2/3, Paredes de Coura, 83-96.
- (1993/94d). Inquéritos à População do Concelho de Paredes de Coura (Inquérito toponímico-arqueológico e Inquérito artístico-documental. *Cadernos de Arqueologia e Património*, 2/3, Paredes de Coura, 181-191.
- (1994a). *O Povoamento Proto-Histórico e a Romanização da Bacia Superior do Rio Coura: estudo, restauro e divulgação*. *Cadernos de Arqueologia e Património - Monografias*, 2, Paredes de Coura.
- (1994b). Estudo, Conservação, Restauro, Dinamização e Divulgação do Povoamento Castrejo da bacia superior do rio Coura: primeiros resultados. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 34 (1-2), 281-302.
- (1994c). Carta Arqueológica do concelho de Paredes de Coura - uma perspectiva de arqueologia espacial. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 34 (1-2), 477-499.
- (1995-97a). O Povoado Fortificado de Cossourado - Relatório da primeira campanha de escavações (1993). *Cadernos de Arqueologia e Património*, 4/6, Paredes de Coura, 39-57.
- (1995-97b). Proposta de Classificação do Povoado Fortificado de Cossourado ou Forte da

- Cidade, *Cadernos de Arqueologia e Património*, 4/6, Paredes de Coura, 167-177.
- (1995-97c). O Povoado Fortificado de Romarigães - Resultados da Campanha de 1992, *Cadernos de Arqueologia e Património*, 4/6, Paredes de Coura, 9-38.
 - (1995-97d). *Proposta de Classificação do Povoado Fortificado da Portela da Bustarenga* *Cadernos de Arqueologia e Património*, 4/6, Paredes de Coura, 163-166.
 - (2001). Simpósio Conservação e Intervenção em Sítios Arqueológicos e Monumentos Históricos, *Boletim Municipal*, C. M. P. Coura, XIII (2), 19.
 - (2002) (coord.) *Actas do Simpósio Conservação e Intervenção em Sítios Arqueológicos e Monumentos Históricos*, Porto/Paredes de Coura.
 - (2005a). O "Tesouro Monetário da Lameira", Bico (Paredes de Coura) - Notícia preliminar. *Al'madan*, 13, Lisboa, 146-147.
 - (2005b). Candidatura dos Castros do Noroeste Peninsular a Património Mundial pela UNESCO, *Informação Municipal*, C. M. P. Coura, 19 (Julho de 2005), 14.
- SILVA, M. Fátima Matos e SILVA, Carlos Gouveia. (1993). O Intercâmbio Universidade Portucalense/Autarquias no fomento da Arqueologia. *Actas do XXII Congresso Nacional de Arqueología de España*, Vigo, 1993, 323-330.
- (1993/94). O Intercâmbio Câmara Municipal de Paredes de Coura/Universidade Portucalense: Balanço de quatro anos de actividade, *Cadernos de Arqueologia e Património*, 2/3, Paredes de Coura, 11-19.
 - (1995-97). Projecto de Musealização e Divulgação do Povoado Fortificado de Cossourado - Paredes de Coura, *Cadernos de Arqueologia e Património*, 4/6, P. Coura, 179-188.
 - (1996). Breve Viagem pelo Património Arqueológico do Concelho, *Boletim Municipal*, Câmara Municipal de Paredes de Coura, VIII (2), 17-18.
 - (1997). A Cidade de Cossourado: um testemunho de tempos proto-históricos, *Boletim Municipal*, Câmara Municipal de Paredes de Coura, IX (1), Fev. 1997, 12.
 - (1998a). O Povoado Fortificado de Cristelo, *Boletim Municipal*, C. M. P. Coura, X (1), Fev. 1998, 28-29.
 - (1998b). Os Miliários e a IV Via Militar Romana em Terras de Coura, *Boletim Municipal*, P. Coura, X (2), Agosto, 1998, 24-25.
 - (1998d). *O Povoado Fortificado de Cossourado - Retratos de um habitat da Idade do Ferro*. Paredes de Coura.
 - (1999a). Nova Publicação: *Cadernos de Arqueologia e Património*, *Boletim Municipal*, C. M. P. Coura, XI (1), 26.
 - (1999b). Balanço do Projecto de Musealização e Divulgação, *Boletim Municipal*, C. M. P. Coura, XI (1), 27.
 - (1998/2000). Um Projecto de História ao Vivo no Povoado Fortificado de Cossourado. *Cadernos de Arqueologia e Património*, 7/9, Paredes de Coura, 17-29.
 - (2001). Actividades Arqueológicas em Cossourado, "*Boletim Municipal*", C. M. P. Coura, XIII (1), 19.
 - (2002a). A Estela Menir da Boulhosa, *Paredes de Coura - Informação Municipal*, C. M. P. Coura, 3, 5.

- (2002b). Tríscele de Favais, "Paredes de Coura - Informação Municipal", C. M. P. Coura, 4, 20.
 - (2002c). Colóquio Barroco Rural, *Paredes de Coura - Informação Municipal*, C. M. P. Coura, 6, 16.
 - (2002d). O Povoado Fortificado de Cossourado (Paredes de Coura): considerações sobre a sua Musealização e Divulgação. *Revista de Ciências Históricas*, Universidade Portucalense, XVIII, Porto, 139-152.
 - (2003). A Estela da Boulhosa, *Paredes de Coura - Informação Municipal*, C. M. P. Coura, 7, 13.
 - (2004a). Estratégias pedagógicas de dinamização e divulgação do povoado fortificado de Cossourado: uma experiência de "História ao vivo". Portal Iberoamericano de Gestión Cultural: *Boletín GC: Gestión Cultural Nº 9: Turismo Arqueológico*, octubre de 2004. ISSN: 1697-073X. www.gestioncultural.org
 - (2004b). Projecto de valorização e divulgação do povoado fortificado de Cossourado (Paredes de Coura). Portal Iberoamericano de Gestión Cultural: *Boletín GC: Gestión Cultural Nº 9: Turismo Arqueológico*, octubre de 2004. ISSN: 1697-073X. www.gestioncultural.org
 - (2004c). O "Tesouro da Lameira", *Informação Municipal*, C. M. P. Coura, 14 (Maio de 2004), 16-17.
 - (2004d). *Património Arqueológico*, Câmara Municipal de Paredes de Coura/Museu Regional de Paredes de Coura/Rede Portuguesa de Museus, Paredes de Coura.
- SILVA, M. Fátima Matos e Paula Cristina Oliveira. (2000). Estudo tipológico dos cossoiros do Museu da Sociedade Martins Sarmiento (Citânia de Briteiros, Castro de Sabroso e proveniência diversa), *Actas do I Congresso de Proto-História Europeia*, vol.II, Guimarães, 633-659.
- SILVA, M. Fátima Matos e Paulo J. Félix. (1992). Campanha de Limpeza, Protecção, Cartografia e Sinalização do Núcleo Megalítico de Chã de Lamas, S. Martinho de Vascões. *Cadernos de Arqueologia e Património*, 1, Paredes de Coura, 17-32.
- SILVA, M. Fátima M. e Orlando Sousa. (1998/2000). Elementos para a Carta Arqueológica da bacia superior do rio Coura: a estela-menir da Boulhosa. *Cadernos de Arqueologia e Património*, 7/9, Paredes de Coura, 9-16.
- SILVA, M. Fátima M. e Nicolas Marín Días. (1995-97). Os Miliários da IV Via Militar Bracara Augusta-Asturica Augusta na área da Bacia Superior do Rio Coura. *Cadernos de Arqueologia e Património*, 4/6, Paredes de Coura, 59-109.
- SIMÕES, J. Santos. (1996). A Sociedade Martins Sarmiento e a Galiza, *RG*, 106, 321-332.
- SIVAN, R. (1998). Dialogar con el pasado. Comunicar con el legado. Reflexiones sobre la presentación del Patrimonio in situ. *PH Boletín*, 25, 148-149.
- SOEIRO, T. (1984). *Monte Mózinho. Apontamentos sobre a ocupação entre Sousa e Tâmega em época romana*. Penafiel.
- SOEIRO, T., Centeno Rui M. S., Silva, Armando Coelho F. da - Sondagem arqueológica no castro de Sabroso (Guimarães- 1981). *Revista de Guimarães* 91, 341-349.
- SOUTO, Leão C. (1988). *Portugal Monumental. II*. Lisboa.

- STONE, Peter e Robert Mackenzie (ed.). (1990). *The excluded past. Archaeology in education*. London.
- STUBBS, Jonh H. (1984). Protección e exhibición de estruturas escavadas. *I.C.C.R.O.M.*, Roma, 85-102.
- SUAREZ OTERO, J. e Francisco Fariña Busto. (1990). A Lanzada (Sanxenxo, Pontevedra), definición e interpretación de un yacimiento castreño atípico. Apuntes para un estudio de los intercambios protohistóricos en la costa atlántica peninsular. *Madrider Mitteilungen*, 31, 309-337
- TABOADA CHIVITE, X. (1973). *A investigación arqueolóxica desde 1952*, Historia de Galicia dirixida por R.OTERO PEDRAYO, Vol. III, Prehistoria de F.L. CUEVILLAS. Buenos Aires, 539-547.
- (1965). *Escultura celto-romana*. Vigo.
- TAVERNIER, D. (1985). *Découverte d'une maison gallo-romaine*. Bretagne.
- TAMUXE, Xoan Martinez. (1983). Citania y Museu Arqueolóxico de Santa Tecla. Servicio Central de Publicaciones de la Xunta de Galicia.
- TELMO, Isabel C. (1986). *O Património e a escola do passado ao futuro*. Texto Editora, Lisboa.
- TEIXEIRA, C. (1961). *Noticia Explicativa da Carta Geolóxica de Portugal, folha 1-C (Caminha, 1962)*. Serviços Cartográficos do Exército, Lisboa.
- TILDEN, F. (1957). *Interpreting our heritage*. Chapel Hill: University of North Carolina Press.
- TOVAR, A. e J. M. Navascués. (1950). Algunas consideraciones sobre los nombres de Divindades del Oeste Peninsular. *Miscelânea*, II, Lisboa, 178-191.
- TRANOY, A. (1981). La Gallice romaine, *Recherches sur le nord-ouest de la Péninsule Ibérique dans l'Antiquité*. Paris.
- (1983). Remarques sur la permanence et les mutations dans la Galice Antique: le role des villes. *II Seminário de Arqueologia del Noroeste* (Santiago de Compostela, 1980), Madrid, 193-202.
- WELLS, Peter S. (1988). *Granjas, aldeas y ciudades. Comercio y orígenes del urbanismo en la protohistoria europea*. Ed. Labor. Barcelona.
- VASCONCELOS, J. L. (1896). Antas do Distrito de Viana. *O Archeologo Português*, 1ª Série, 2, Lisboa.
- (1906). Bibliographia. *O Archeologo. Português*, 1ª Série, 9, 128.
- (1909). Dolmens da Boalhosa (Alto-Minho). *O Archeologo Português*, 1ª Série, 14. 294-296.
- (1910). Esculturas pré-históricas do Museu Etnológico Português. *O Archeologo Português*, 15, 31-39.
- (1905/1913). *Religiões da Lusitânia*, 3, Lisboa.
- VÁZQUEZ CUESTA, P. (1995). Portugal-Galicia, Galicia-Portugal: Un diálogo asimétrico, *Coloquio Letras*, 137/138, 5-21.
- VÁZQUEZ VARELA, J. M. (1983). La territorialidad de la cultura castreña: una primera aproximación metodológica. *II Seminário de Arqueologia del Noroeste* (Compostela, 1980), Madrid, 95-102.

- VAZQUEZ VARELA, J. M. e J. Cano Pan. (1988). Una perspectiva de la Edad del Bronce. *Trabajos de Prehistoria*, 45, Madrid, 281-288.
- VASQUEZ VARELA, J. M. e M. J. Aira Rodriguez (1986). La economia de los pueblos prerromanos del Norte de Hispania segun los testimonios palinológicos. *Colóquio de Proto-Historia e de Historia Antiga da Península Ibérica*, Santiago de Compostela.
- VELOZO, F. J. e J. Cardoso. (1965). *Estrabão: Livro III da "Geografia": Primeira contribuição para uma nova edição crítica*. Centro de Estudos Humanísticos, Porto.
- VIANA, Abel. (1926a). Através do Minho I - A exploração metódica dos nossos Castros. *Gente Minhota*, 6, 88-90.
- (1926b). Através do Minho II - A exploração metódica dos nossos Castros. *Gente Minhota*, 7, 111-113.
- (1926c). Através do Minho I - Subsídios para o estudo da terra, da linguagem, dos costumes. *Gente Minhota*, 3, 42-44.
- (1930). *Notas históricas, arqueológicas e etnográficas do Alto Minho*. V. Castelo.
- (1932). Justificação de um cadastro de monumentos arqueológicos para o estudo da Arqueologia do Alto Minho. *Anuário do Distrito de Viana do Castelo*, 1, 11-24.
- VIDAL Y LOPEZ, Manuel. (1952). Tipologia de las fusaiolas del Poblado Ibérico del "Cerro de San Miguel" de Liria. *Archivo de Préhistória Levantina*, III, 147 - 154.
- VIEIRA, José A. (1886). *O Minho Pittoresco*, I, Lisboa, 121-141 (Valença, 1987, reedição).
- VIEIRA, A. (1991). Arqueologia em Paredes de Coura. *O Coura*.
- VILLARES PAZ, R. (1983). As relações da Galiza con Portugal en época Contemporánea, *Grial* 81, 301-314.
- VIQUEIRA, F. Díaz-Fierros, M. L. Torras Trancoso e J. M. Vázquez Varela. (1979). La evolucion de la flora gallega durante el holoceno. *El Museo de Pontevedra*, 32, 53-60.
- VIQUEIRA, F. D. F. e M. Vázquez Varela. (1975). Contribucion al estudio de la metalurgia del bronce en la cultura castreña. *Gallaecia*, 1, S. de Compostela, 109-118.
- VITA FINZI, C. (1975). Related territories and alluvial sediments. *Paleoeconomy*, S. Higgs (ed.), London, Cambridge University Press, 225-231.
- (1978). *Archaeological sites in their setting*. Thames and Hudson, London.
- VITA FINZI, C. e E. S. Higgs. (1970). Prehistoric economy in the Mount Carmel Aerea of Palestine. *Proceedings of the Prehistoric Society*, 36, 1-37.
- VON THÜNEN, J. H. (1966). *Von Thunen's Isolated State*. Londres.
- VV.AA. (1994). *Conservacion Arqueológica – reflexión y debate sobre teoria y práctica*, Junta de Andalucía, Sevilha.
- VV.AA. (2001). *Interpretação de Monumentos e Sítios e Itinerários Arqueológicos do Alentejo e Algarve*. *Património-Estudos*, 1, IPPAR, Lisboa.
- VV.AA. (2002). *Jornadas Andaluzas de Difusión – III, IV y V Jornadas*, Junta de Andalucía, Sevilha.
- VV.AA. (2002). *Actas das VI Jornadas Andaluzas de Difusión de Património Histórico*, Junta de Andalucía, Sevilha.

Volume I

ZARZALEJOS PRIETO, M.M. (1991). Aproximación al panorama historiográfico de la cultura castreña en la provincia de Orense, *CUPAUAM*, 16 a 18, 297-312.

UNIVERSIDADE DE GRANADA
FACULDADE DE FILOSOFIA E LETRAS
Departamento de Pré-História e Arqueologia



*O POVOAMENTO PROTO-HISTÓRICO E A ROMANIZAÇÃO DA
BACIA SUPERIOR DO RIO COURA:
ESTUDO, MUSEALIZAÇÃO E DIVULGAÇÃO*

VOLUME II

Carta Arqueológica da bacia superior do rio Coura

TESE DE DOUTORAMENTO

MARIA DE FÁTIMA MATOS DA SILVA

GRANADA, 2006

**Memória apresentada por
Maria de Fátima Matos da Silva
Para optar pelo grau de Doutora
em História pela Universidade de Granada**

**O Director
Assinado: Pedro Aguayo de Hoyos
Professor Titular de Pré-História**

Esta Tese foi realizada no Departamento de Pré-História e Arqueologia, tendo seguido o programa de Doutoramento em Arqueologia e Território

Foi subsidiada pela Fundação para a Ciência e Tecnologia ao abrigo do Programa *PRAXIS XXI* – Bolsa de Doutoramento *PRAXIS XXI/BD/3006/94*.

ÍNDICE ABREVIADO

1 - PRÉ-HISTÓRIA ANTIGA	1
2 - PRÉ-HISTÓRIA RECENTE	13
2.1 - MONUMENTOS MEGALÍTICOS	13
2.2 – ESTELAS DA BOULHOSA	63
2.3 – MACHADOS DE PEDRA POLIDA	71
3 – PROTO-HISTÓRIA	82
3.1 – BRONZE FINAL (MACHADOS DE TALÃO)	82
3.2 – IDADE DO FERRO	96
4 – ROMANIZAÇÃO	160
5 – IDADE MÉDIA	235
BIBLIOGRAFIA	245
ANEXO FOTOGRÁFICO	253

NOTA: POR DIVERSOS FACTORES NÃO FOI POSSÍVEL A INSERSÃO DE ALGUNS QUADROS E FIGURAS AO LONGO DO TEXTO PELO QUE SE REMETE PARA A SUA VISUALIZAÇÃO NO VOLUME IMPRESSO.

1 - PRÉ-HISTÓRIA ANTIGA

PHA 01 - ESPÓLIO LÍTICO DE SIGOELOS⁽¹⁾**Freguesia:** Ferreira.**Lugar:** Passal da Igreja, Sigoelos.**Coordenadas planimétricas GAUSS:** X = 161,8; Y = 551,2.**Altitude:** 300 metros.**C.M.P.:** 1/25.000, 7, 1949 e 1997.**C. Geológica:** 1/50.000, 1-C, 1962.**Geologia:** Mancha de granito alcalino de grão médio, com um filão de granodiorito a nascente; vários afloramentos de granito róseo.**Geomorfologia:** Vale de perfil suave. Rede hidrográfica abundante, situando-se nas proximidades o regueiro das Corredouras, a ribeira de Bruzendes, além de outras linhas de menor caudal.

Mancha de solo de tipo A (aptidão agrícola).

Vegetação: Vale com exploração agrícola em regime de policultura e terrenos para pastagens. Mancha de pinheiro, carvalho e vegetação rasteira nas proximidades.**Povoamento actual:** Disperso, com excepção da área circundante da igreja paroquial onde é concentrado.**Observações:** O lugar de Sigoelos é, tanto quanto é possível constatar mediante a interpretação dos dados disponíveis, uma das áreas do concelho de Paredes de Coura mais ricas no que se refere ao património arqueológico, seja pela quantidade e diversidade do espólio encontrado (em situações e contextos distintos), seja pelas estações identificadas, que documentam a ocupação deste território durante várias épocas históricas.Para além das peças aqui estudadas atribuíveis ao Paleolítico Inferior, mais concretamente à cultura acheulense, estão também inventariados um machado de pedra polida (ficha PHR 09) referente à Pré-História Recente, uma *villa* romana ("*Villa* de Sigoelos", ficha ROM 12) e diversos achados relacionados com os povoados fortificados da Idade do Ferro (estudados igualmente na ficha ROM 12).**Bibliografia:** Inédito.**Nº 1 – Biface** (Fig.1; escala 1:4)**Tipo:** Biface amigdalóide.**Dimensões** (em centímetros, segundo o eixo morfológico):

Comprimento: 19,4;

Largura máxima: 10,6;

Espessura máxima: 6,4; espessura mínima: 1,0;

Índices: alongamento: $(L/C) \times 100 = 54,63$; espessura: $(E/L) \times 100 = 60,37$.**Descrição:** Talhe bifacial em quase toda a superfície, com arestas pouco vivas, muito lustre e pátina.**Matéria-prima:** Quartzito rolado, de proveniência fluvial, de coloração acastanhada clara.

(1) As peças apresentadas sob a designação de "espólio lítico de Sigoelos" foram encontradas, ao longo dos últimos anos, no lugar de Sigoelos, por José Manuel da Cunha Alves, que cedeu temporariamente para estudo as peças com os números 1, 3 e 6 a 9, tendo apenas entregue à guarda do Museu Regional de Paredes de Coura as peças com os números 2, 4 e 5.

Dureza: 7 (escala de Mohs).

Estado de conservação: Bom.

Cronologia: Paleolítico Inferior (Cultura Acheulense).

Nº 2 - Biface (Fig.2; escala 1:4)

Tipo: Biface amigdalóide.

Dimensões (em centímetros, segundo o eixo morfológico):

Comprimento: 13,2 (teria 13,8);

Largura máxima: 4,2;

Espessura máxima: 1,3;

Índices: alongamento: $(L/C) \times 100 = 60,60$ (teria 57,97); espessura: $(E/L) \times 100 = 52,50$.

Descrição: Talhe bifacial em quase toda a superfície, com arestas pouco vivas, muito lustre e pátina. Encontra-se fracturado na zona superior do córtex.

Matéria-prima: Quartzito rolado, de proveniência fluvial, de coloração acastanhada clara.

Dureza: 7 (escala de Mohs).

Estado de conservação: Razoável.

Cronologia: Paleolítico Inferior (Cultura Acheulense).

Nº 3 - Biface (Fig.3; escala 1:4)

Tipo: Biface ovalado.

Dimensões (em centímetros, segundo o eixo morfológico):

Comprimento: 15,3;

Largura máxima: 10,1;

Espessura máxima: 6,5; espessura mínima: 1,1;

Índices: alongamento: $(L/C) \times 100 = 66,01$; espessura: $(E/L) \times 100 = 64,35$.

Descrição: Talhe bifacial em grande parte da superfície, com arestas pouco vivas, muito lustre e pátina.

Matéria-prima: Quartzito rolado, de proveniência fluvial, de coloração avermelhada.

Dureza: 7 (escala de Mohs).

Estado de conservação: Bom.

Cronologia: Paleolítico Inferior (Cultura Acheulense).

Nº 4 – Biface (Fig. 4; escala 1:4)

Tipo: Biface ovalado.

Dimensões (em centímetros, segundo o eixo morfológico):

Comprimento: 14,4;

Largura máxima: 10,2;

Espessura máxima: 5,2; espessura mínima: 1,8;

Índices: alongamento: $(L/C) \times 100 = 70,83$; espessura: $(E/L) \times 100 = 50,98$.

Descrição: Talhe bifacial em grande parte da superfície, com arestas vivas e roladas numa pequena parte da superfície dorsal, muito lustre e pátina. Ao contrário dos demais, apresenta um talhe com grandes truncaduras, de fraco acabamento. Encontra-se fracturado no vértice do gume.

Matéria-prima: Quartzito rolado, de proveniência fluvial, de coloração não homogénea.

Dureza: 7 (escala de Mohs).

Estado de conservação: Bom.

Cronologia: Paleolítico Inferior (Cultura Acheulense).

Nº 5 - "Chopper" (Fig.5; escala 1:4)

Tipo: Seixo talhado tipo "chopper".

Dimensões (em centímetros, segundo o eixo morfológico):

Comprimento: 9,5;

Largura máxima: 9,6;

Espessura máxima: 4,4; espessura mínima: 1,4;

Índices: alongamento: $(L/C) \times 100 = 101,05$; espessura: $(E/L) \times 100 = 45,83$.

Descrição: Talhe apenas na extremidade destinada ao corte, com arestas roladas, muito lustre e pátina.

Matéria-prima: Quartzito rolado, de proveniência fluvial, de coloração acinzentada.

Dureza: 7 (escala de Mohs).

Estado de conservação: Bom.

Cronologia: Paleolítico Inferior (Cultura Acheulense), embora apresente uma cronologia provavelmente mais antiga que os outros bifaces descritos.

Nº 6 - Lasca (Fig.6; escala 1:4)

Tipo: Lasca com retoque.

Dimensões (em centímetros, segundo o eixo morfológico):

Comprimento: 13,9;

Largura máxima: 8,2;

Espessura máxima: 3,7; espessura mínima: 0,7.

Descrição: Lasca quartzítica de grandes dimensões, com negativos de extracção de outras lascas mais pequenas.

Matéria-prima: Quartzito rolado, de proveniência fluvial, de coloração acinzentada.

Dureza: 7 (escala de Mohs).

Estado de conservação: Bom.

Nº 7 – Lasca (Fig.7; escala 1:4)

Tipo: Lasca sem retoque.

Dimensões (em centímetros, segundo o eixo morfológico):

Comprimento: 6,4;

Largura máxima: 7.

Descrição: Lasca quartzítica de pequenas dimensões, com muito lustre.

Matéria-prima: Quartzito rolado, de proveniência fluvial, de coloração acinzentada clara.

Dureza: 7 (escala de Mohs).

Estado de conservação: Bom.

Nº 8 - Polidor (Fig.8; escala 1:4)

Tipo: Polidor.

Dimensões (em centímetros, segundo o eixo morfológico):

Comprimento: 12,2;

Largura máxima: 5,4;

Espessura máxima: 5,2.

Descrição: Polidor com nítidos vestígios de uso, com muita pátina.

Matéria-prima: Quartzito rolado, de proveniência fluvial, de coloração acastanhada.

Dureza: 7 (escala de Mohs).

Estado de conservação: Bom.

Nº 9 - Polidor (Fig.9; escala 1:4)

Tipo: Polidor.

Dimensões (em centímetros, segundo o eixo morfológico):

Comprimento: 13,4;

Largura máxima: 4;

Espessura máxima: 3,2;

Descrição: Polidor com poucos vestígios de uso mas com muito lustre.

Matéria-prima: Quartzito rolado, de proveniência fluvial, de coloração acastanhada clara.

Dureza: 7 (escala de Mohs).

Estado de conservação: Bom.

PHA 02 - BIFACE DA PEDREIRA DE FERREIRA (Fig.10; escala 1:3)

Freguesia: Ferreira.

Lugar: Pedreira de Ferreira (Corredoura).

Coordenadas planimétricas GAUSS: X = 163,45; Y = 552,40.

Altitude: 460 metros.

C.M.P.: 1/25.000, 7, 1949 e 1997.

C. Geológica: 1/50.000, 1-C, 1962.

Geologia: Mancha de rochas eruptivas, de granodiorito.

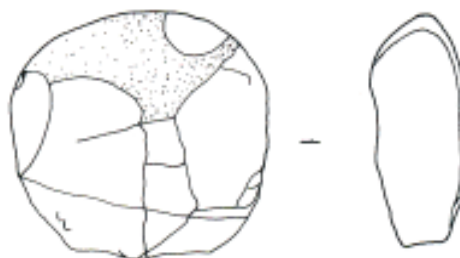
Geomorfologia: Zona alcantilada sobranceira ao vale do rio Coura.

Vegetação: Pinheiro e eucalipto.

Povoamento actual: Nulo.

Tipo: Biface discóide.

Dimensões (em centímetros, segundo o eixo morfológico):



Comprimento: 9,8;

Largura máxima: 8,9;

Espessura máxima: 3,0; espessura mínima: 1,5;

Índices: alongamento: $(L/C) \times 100 = 90,81$; espessura: $(E/L) \times 100 = 33,70$.

Descrição: Talhe bifacial em grande parte da superfície, com arestas vivas. Possui 424,9 grs. de peso.

Foi encontrado por trabalhadores da pedreira de Ferreira sem qualquer contexto arqueológico.

Matéria-prima: Quartzito rolado, de proveniência fluvial, de coloração acinzentada.

Dureza: 7 (escala de Mohs).

Estado de conservação: Bom, embora apresente a extremidade inferior partida.

Cronologia: A morfologia da peça e o talhe com arestas vivas fazem crer que o biface terá uma cronologia bastante mais recente que os outros bifaces descritos, embora de difícil atribuição, uma vez que se trata de um achado isolado.

Bibliografia: Inédito.



PHA 03 - BIFACES DO LUGAR DA MÓ

Freguesia: Parada.

Lugar: Mó.

Coordenadas planimétricas GAUSS: X = 168,1; Y = 548,9.

Altitude: 463 metros.

C.M.P.: 1/25.000, 15, 1949 e 1996.

C. Geológica: 1/50.000, 1-C, 1962

Geologia: Mancha de rochas eruptivas, de granito calco-alcálico, porfírido, de grão grosseiro.

Geomorfologia: Encosta de declive suave, sobranceira ao Castro de Cristelo, estendendo-se até ao rio Coura. Irrigação abundante.

Mancha de solo de tipo A (aptidão agrícola).

Vegetação: Zona agricultada com milho e outros produtos típicos da região. Presença de alguma florestação.

Povoamento actual: Quase nulo.

Espólio: Em toda esta encosta do vale apareceu, ao longo dos tempos e aquando da realização de trabalhos agrícolas, diverso espólio arqueológico, com destaque para vestígios romanos (s.v. ROM 26).

As peças aqui apresentadas, encontradas em 1989 e cronologicamente atribuíveis ao Acheulense, são quatro seixos afeiçoados, em quartzito, rolados e de formato alongado, do tipo biface. Apresentam – com excepção do nº – muito desgaste provocado pelo uso (percussão).

Bibliografia: Inédito.

Nº 1 - Biface (Fig.11; escala 1:3)

Tipo: Biface ovalado.

Dimensões (em centímetros, segundo o eixo morfológico):

Comprimento: 11,5;

Largura máxima: 9;

Espessura máxima: 6; espessura mínima: 3,3;

Índices: alongamento: $(L/C) \times 100 = 78,26$;

espessura: $(E/L) \times 100 = 66,66$.

Descrição: Talhe bifacial em grande parte da superfície, com arestas roladas, muito lustre e pátina.

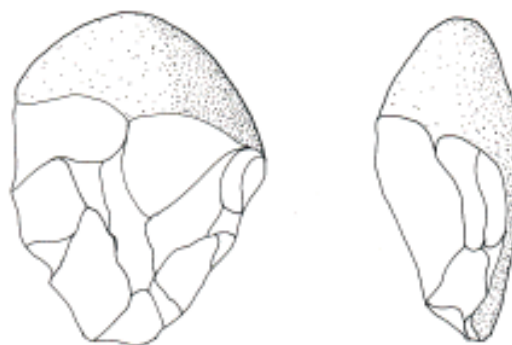
Trata-se de uma peça talhada em duas épocas distintas e cronologicamente distantes entre si. Possui um primeiro talhe muito rolado, na sua parte superior, e um segundo talhe mais tardio, sobretudo na parte dorsal, de modo a permitir a sua reutilização. Considerando o desgaste que o primeiro talhe possui, é de crer que o biface, além de antigo, deverá ter estado depositado em lugar com água corrente.

Matéria-prima: Quartzito rolado, de proveniência fluvial, de coloração acastanhada.

Dureza: 7 (escala de Mohs).

Estado de conservação: Bom.

Cronologia: Paleolítico Inferior (Cultura Acheulense).



Nº 2 - Biface (Fig. 12; escala 1:3)

Tipo: Biface amigdalóide.

Dimensões (em centímetros, segundo o eixo morfológico):

Comprimento: 16,6;

Largura máxima: 10,2;

Espessura máxima: 5,2; espessura mínima: 1,7;

Índices: alongamento: $(L/C) \times 100 = 61,44$; espessura: $(E/L) \times 100 = 50,98$.

Descrição: Talhe bifacial em grande parte da superfície, com arestas roladas, muito lustre e pátina.

Matéria-prima: Quartzito rolado, de proveniência fluvial, de coloração acastanhada.



s da



Dureza: 7 (escala de Mohs).

Estado de conservação: Bom.

Cronologia: Paleolítico Inferior (Cultura Acheulense).

Nº 3 - Biface (Fig. 13; escala 1:3)

Tipo: Biface amigdalóide.

Dimensões (em centímetros, segundo o eixo morfológico):

Comprimento: 11,7;

Largura máxima: 7;

Espessura máxima: 3,9; espessura mínima: 1,6;

Índices: alongamento: $(L/C) \times 100 = 59,82$; espessura: $(E/L) \times 100 = 55,71$.

Descrição: Talhe bifacial em grande parte da superfície, com arestas roladas, muito lustre e pátina.

Matéria-prima: Quartzito rolado, de proveniência fluvial, de coloração acastanhada.

Dureza: 7 (escala de Mohs).

Estado de conservação: Bom.

Cronologia: Paleolítico Inferior (Cultura Acheulense).



Nº 4 - Biface (Fig. 14; escala 1:3)

Tipo: Biface ovalado.

Dimensões (em centímetros, segundo o eixo morfológico):

Comprimento: 13,1;

Largura máxima: 8,1;

Espessura máxima: 4;

espessura mínima:

1,4;

Índices: alongamento:

$(L/C) \times 100 = 61,83$;

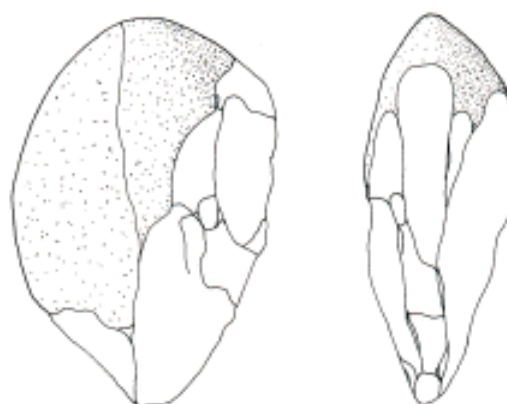
espessura: $(E/L) \times 100$

= 49,38.

Descrição: Talhe bifacial em grande parte da superfície, com arestas roladas, muito lustre e pátina.

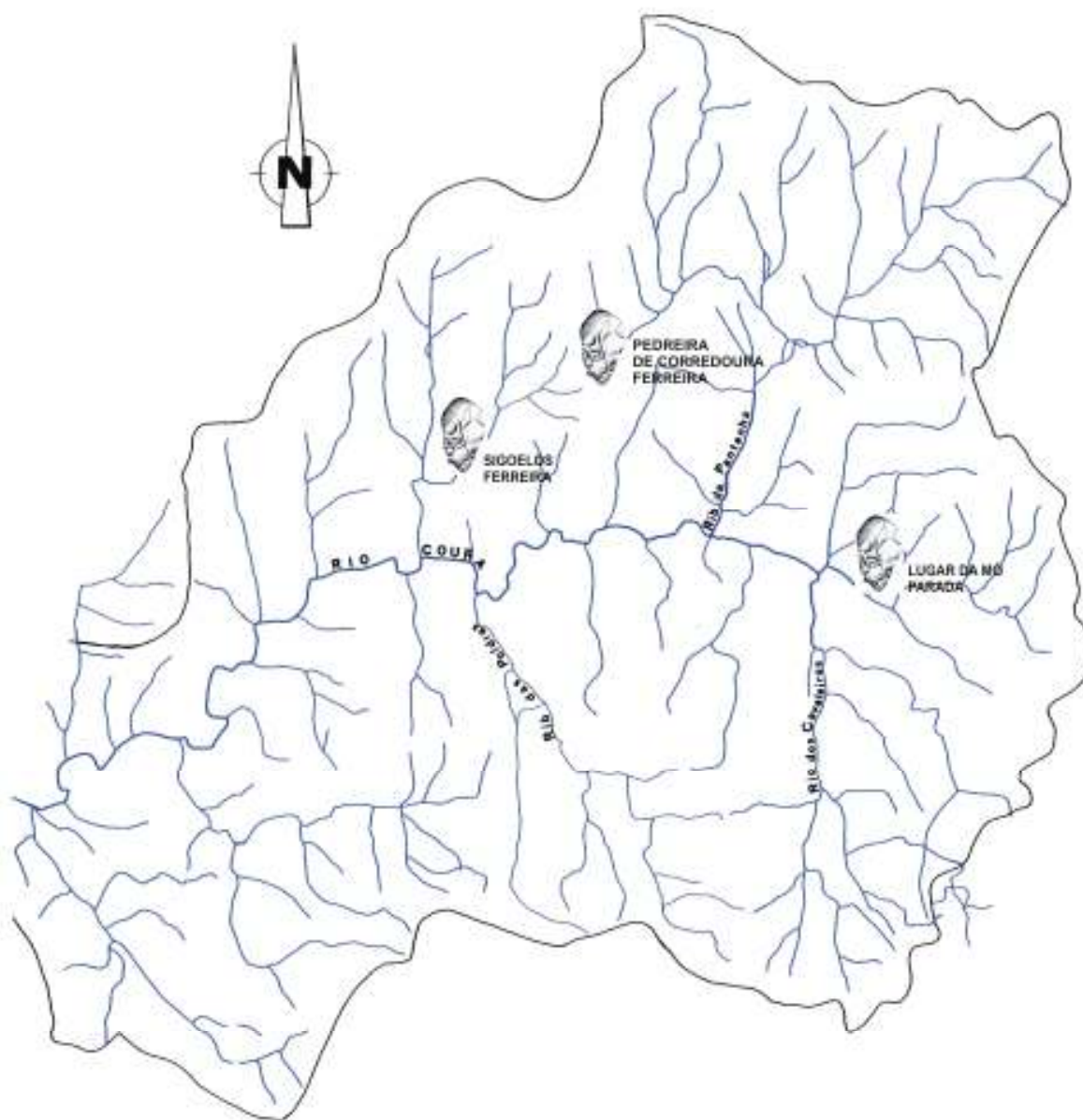
Matéria-prima: Quartzito rolado, de proveniência fluvial, de coloração acastanhada.

Dureza: 7 (escala de Mohs).



Estado de conservação: Bom.

Cronologia: Paleolítico Inferior (Cultura Acheulense).



Bacia hidrográfica do rio Coura
Vestígios arqueológicos
Paleolítico

2 - PRÉ-HISTÓRIA RECENTE ⁽²⁾

2.1 - MONUMENTOS MEGALÍTICOS

MEG 1 - MAMOA 1 DE CHÃ DE AGUEIROS (Fotos 1 e 2)

Freguesia: Bico.

Lugar: Corno de Bico.

Coordenadas Planimétricas GAUSS: X = 167,975; Y = 543,250.

Altitude: 820 metros.

C.M.P.: 1/25.000, 15, 1949 e 1996.

C. Geológica: 1/50.000, 1-D, 1985.

Geologia: Mancha do designado granito de Paredes de Coura – granito porfiróide de grão grosseiro, essencialmente biotítico.

Geomorfologia: Zona montanhosa de considerável altitude, situada no limite da bacia hidrográfica do Coura.

Rede hidrográfica escassa, com existência de algumas lagoas e linhas de água que desaguam na ribeira dos Cavaleiros.

Mancha de solo de tipo F (aptidão florestal).

Vegetação: Vegetação arbustiva constituída por tojo e fetos.

(Mamoas integradas na Área de Paisagem Protegida de Corno de Bico.)

Povoamento actual: Nulo.

Descrição: Mamoas com cerca de 30 metros de diâmetro, nos eixos norte/sul e este/oeste, e 2 metros de altura. *Tumulus* de formato circular com carapaça pétreas algo descarnadas. Possui cratera de violação na zona da câmara. Apenas são visíveis três esteios do dólmen, um provavelmente *in situ*, os outros dois deslocados.

Relações espaciais: Agrupada em núcleo constituído por duas mamoas (Mamoas 1 e 2 de Chã de Agueiros), com visibilidade directa entre si.

Acessos: Ao Km 6 da E.N. 306 (Paredes de Coura - Ponte de Lima), no lugar da Travanca, virar à esquerda. Seguir por estradão de terra batida cerca de 4 Km. Após a Antela da Cruz Vermelha (à face do estradão), vira-se à direita, por caminho carreteiro. A vegetação dificulta em muito a sua visualização.

Estado de conservação: Seccionada devido à abertura de um caminho.

Observações: Toponimicamente é também conhecida por Casa dos Mouros. Não é possível saber se corresponde à mamoas localizada por Narcizo A. Cunha a cerca de 700-800 metros do Núcleo da Cruz Vermelha, na direcção do Corno de Bico (CUNHA 1909 [1979], 116).

Bibliografia: CUNHA 1909 [1979], 116; JORGE 1982, 426; FELIX 1993/94, 21-23.

MEG 2 - MAMOA 2 DE CHÃ DE AGUEIROS (Foto 3)

(2) À fase cronológica designada por Pré-História Recente correspondem os machados de pedra polida (PHR),

Freguesia: Bico.

Lugar: Corno de Bico.

Coordenadas planimétricas GAUSS: X = 168,075; Y = 543,375.

Altitude: 827 metros.

C.M.P.: 1/25.000, 15, 1949 e 1996.

C. Geológica: 1/50.000, 1-D, 1985.

Geologia: Mancha do designado granito de Paredes de Coura – granito porfíroide de grão grosseiro, essencialmente biotítico.

Geomorfologia: Zona montanhosa de considerável altitude, situada no limite da bacia hidrográfica do Coura.

Rede hidrográfica escassa, com existência de algumas lagoas e linhas de água que desaguam na ribeira dos Cavaleiros.

Mancha de solo de tipo F (aptidão florestal).

Vegetação: Vegetação arbustiva constituída por tojo e fetos.

(Mamoas integradas na Área de Paisagem Protegida de Corno de Bico.)

Povoamento actual: Nulo.

Descrição: Mamoas com cerca de 25 metros de diâmetro, nos eixos norte/sul e este/oeste, e 1,5 metros de altura. *Tumulus* de formato circular com carapaça pétreas visíveis. Possui grande cratera de violação na zona da câmara. Apenas são visíveis dois esteios tombados.

Relações espaciais: Agrupada em núcleo constituído por duas mamoas (Mamoas 1 e 2 de Chã de Aqueiros), com visibilidade directa entre si.

Acessos: Ao Km 6 da E.N. 306 (Paredes de Coura - Ponte de Lima), no lugar da Travanca, virar à esquerda. Seguir por estradão de terra batida cerca de 4 Km. Após a Antela da Cruz Vermelha (à face do estradão), vira-se à direita, por caminho carreteiro. A vegetação dificulta em muito a sua visualização.

Estado de conservação: Mau. Foi cortada nos lados oeste e sul, aquando da abertura de um caminho⁽³⁾.

Observações: Toponimicamente é também conhecida por Casa dos Mouros.

Bibliografia: CUNHA 1909 [1979], 116; JORGE 1982, 426; FELIX 1993/94, 21-23.

MEG 3 - ANTELA DA CRUZ VERMELHA (Figs. 15, 16 e 17; Fotos 4 e 5)

Freguesia: Bico.

Lugar: Cruz Vermelha, Corno de Bico.

Coordenadas planimétricas GAUSS: X = 167,750; Y = 542,950.

Altitude: 790 metros.

C.M.P.: 1/25.000, 15, 1949 e 1996.

C. Geológica: 1/50.000, 1-D, 1985.

as estelas (PHR) e os monumentos megalíticos (MEG).

⁽³⁾ Informação cedida por António Monteiro, na altura guarda na torre de vigia dos Serviços Florestais em Corno de Bico.

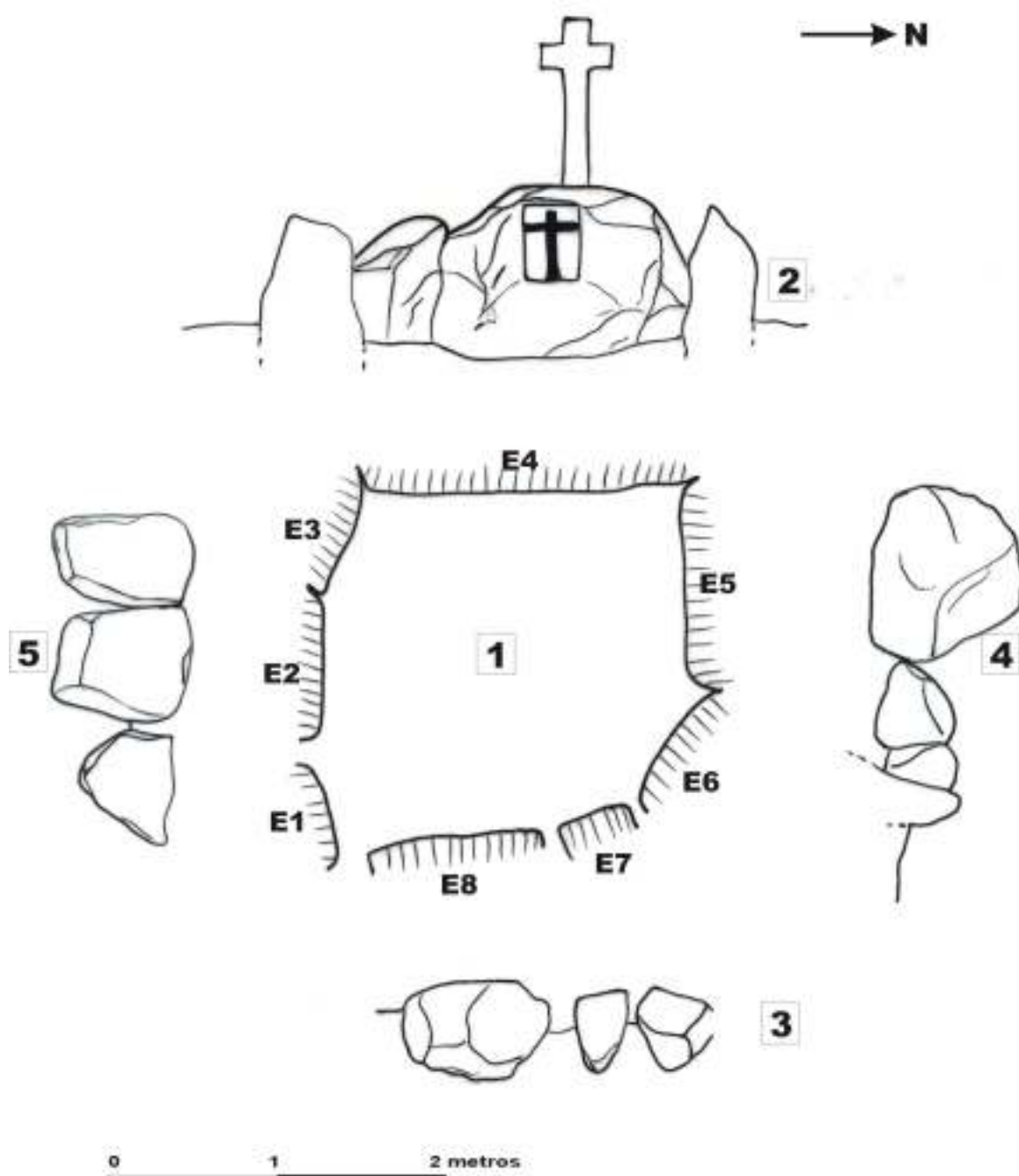


Figura 5 – MEG 3 - Mamao 1 ou Antela da Cruz Vermelha.
 Planta esquemática e alçados: 2 – sul-norte, lado oeste; 3 - sul-norte, lado leste;
 4 – leste-oeste, lado norte; leste-oeste, lado sul.

Geologia: Mancha do designado granito de Paredes de Coura - granito porfiróide de grão grosseiro, essencialmente biotítico.

Geomorfologia: Zona montanhosa de considerável altitude, situada no limite da bacia hidrográfica do Coura.

Rede hidrográfica escassa, com existência de algumas lagoas e linhas de água que desaguam na ribeira dos Cavaleiros.

Mancha de solo de tipo F (aptidão florestal).

Vegetação: Vegetação rasteira constituída por fetos.

(Mamoas integrada Área de Paisagem Protegida de Corno de Bico.)

Povoamento actual: Nulo.

Descrição: A antela da Cruz Vermelha, a única actualmente conservada na área, é um pequeno monumento com uma câmara poligonal constituída por oito esteios. O de cabeceira é um monólito natural afeiçoado *in situ* na face interior, de modo a conferir o aspecto de ortóstato; sobre ele foi construída uma cruz com 80 cm de altura. Uma outra cruz encontra-se insculpida na face interior do esteio, sendo presumivelmente mais antiga que a anterior; no entanto, também não existem referências por parte de Narcizo Alves da Cunha a esta inscultura. Os outros sete esteios são lajes de pequenas dimensões, hoje algo fragmentadas e deslocadas das suas posições originais. Não possui tampa. A matéria-prima utilizada é de origem local – granito porfiróide de grão grosseiro.

Espólio: A prospecção das imediações revelou a presença de restos de esteios e pequenos esteios completos, certamente provenientes das restantes mamoas da zona, hoje totalmente destruídas, ao que não será alheia a abertura recente de novos caminhos florestais. Aliás, aquando da realização dos trabalhos de levantamento conducentes à elaboração desta Carta procedia-se ao alargamento de um deles, desde logo prontamente vistoriado. Deste modo, foi possível recolher nesse caminho (em 1992), a cerca de 80 metros a oeste da antela, onze fragmentos cerâmicos (MEG 3/92-1 a 11(sup)), modelados manualmente e pertencentes a duas peças - uma carenada e outra com perfil troncocónico. A de perfil troncocónico corresponde a um potinho com 12 cm de diâmetro, com bordo arredondado. São peças típicas do ambiente cronológico onde se insere este monumento.

Fig. 18

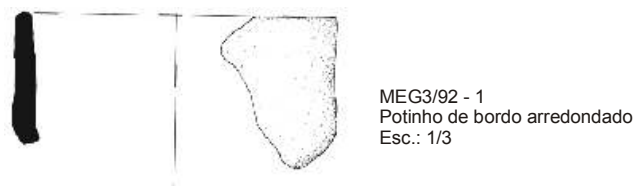


Fig. 19



Os fragmentos possuem colorações, internas e externas, em tons acastanhados, reveladoras de uma cozedura redutora, de qualidade razoável. A pasta de textura compacta foi pouco depurada, contendo mica e quartzo como desengordurante. O acabamento foi realizado por alisamento.

Relações espaciais: Agrupada em núcleo constituído por duas mamoas (Mamoas 1 e 2 da Cruz Vermelha), com visibilidade directa entre si.

Acessos: Ao Km 6 da E.N. 306 (Paredes de Coura - Ponte de Lima), no lugar da Travanca, virar à esquerda. Seguir por estradão de terra batida cerca de 4 Km, findos os quais se encontra, à face do estradão, do lado direito, a antela.

Estado de conservação: Bom.

Observações: A antela situa-se na divisória dos concelhos de Ponte de Lima e Arcos de Valdevez. Sobre os monumentos situados na zona popularmente conhecida por Cruz Vermelha referiu Narcizo A. Cunha o seguinte: "Aí encontra-se um grupo de cinco antas, com as suas mamoas, formando arco

de círculo com a abertura para leste. A 1ª, que penso estar situada nos limites de Ponte de Lima, é a maior deste grupo e dista da 2ª uns cem passos. Tem à vista, no alto da mamoa, cerca de 0m,60 de um esteio. Tanto esta como as outras não têm "meza". Da 2ª à 3ª há uns 12 passos; desta à 4ª, 14 e desta à 5ª, 50 a 55. A mamoa da 3ª está muito desfeita, mas reconhecem-se os seus restos. As quatro últimas deixam ver as extremidades superiores de três esteios em cada uma. Nenhuma apresenta vestígios recentes de profanação." (CUNHA 1909 [1979], 115-116). Do referido, apenas foram encontradas uma antela e uma mamoa bastante destruída. As mamoas 1 e 2 de Chã de Agueiros fariam, eventualmente, parte deste núcleo.

Bibliografia: CUNHA 1909 [1979], 115-116; OLIVEIRA 1993, 460; FELIX 1993/94, 21-23.

MEG 4 - MAMOA 2 DA CRUZ VERMELHA

Freguesia: Bico.

Lugar: Cruz Vermelha, Corno de Bico.

Coordenadas planimétricas GAUSS: X = 167,725; Y = 543,125.

Altitude: 810 metros.

C.M.P.: 1/25.000, 15, 1949 e 1996.

C. Geológica: 1/50.000, 1-D, 1985.

Geologia: Mancha do designado granito de Paredes de Coura – granito porfiróide de grão grosseiro, essencialmente biotítico.

Geomorfologia: Zona montanhosa de considerável altitude, situada no limite da bacia hidrográfica do Coura.

Rede hidrográfica escassa, com existência de algumas lagoas e linhas de água que desaguam na ribeira dos Cavaleiros.

Mancha de solo de tipo F (aptidão florestal).

Vegetação: Vegetação rasteira constituída por tojo e fetos.

(Mamoas integradas na Área de Paisagem Protegida de Corno de Bico.)

Povoamento actual: Nulo.

Descrição: Antela completamente destruída, sendo apenas visíveis esteios derrubados, que não foi possível determinar se se encontram no local original. Construída com matéria-prima de origem local – granito porfiróide de grão grosseiro.

Espólio: Nas suas imediações foi, recentemente (Outono de 2004 - Mário Guerreiro), encontrada uma mó de vaivém, em granito de grão muito grosso, fragmentada, que seria originalmente de grandes dimensões (superiores a um metro).

Se associarmos este achado à cerâmica encontrada nas proximidades da Mamoa 1 da Cruz Vermelha podemos depreender a existência, nas proximidades, de um local de habitação da época em estudo (Calcolítico).

Relações espaciais: Agrupada em núcleo constituído por duas mamoas (Mamoas 1 e 2 da Cruz Vermelha), com visibilidade directa entre si.

Acessos: Ao Km 6 da E.N. 306 (Paredes de Coura - Ponte de Lima), no lugar da Travanca, virar à esquerda. Seguir por estradão de terra batida cerca de 4 Km, junto ao qual se encontra, à face do estradão, do lado esquerdo (em frente à antela), o que resta da mamoa.

Estado de conservação: Mau.

Bibliografia: FELIX 1993/94, 21-23.

MEG 5 - MAMOA DA POÇA DO RAMOS (Foto 6)

Freguesia: Bico.

Lugar: Poça do Ramos, Corno de Bico.

Coordenadas planimétricas GAUSS: X = 167,950; Y = 544,025.

Altitude: 850 metros.

C.M.P.: 1/25.000, 15, 1949 e 1996.

C. Geológica: 1/50.000, 1-D, 1985.

Geologia: Mancha do designado granito de Paredes de Coura – granito porfiróide de grão grosseiro, essencialmente biotítico.

Geomorfologia: Zona montanhosa de considerável altitude, situada no limite da bacia hidrográfica do Coura.

Rede hidrográfica escassa, com existência de algumas lagoas e linhas de água que desaguam na ribeira dos Cavaleiros.

Mancha de solo de tipo F (aptidão florestal).

Vegetação: A cobertura vegetal é constituída por cedro, carvalho, pinheiro nórdico, tojo e fetos.

(Mamoas integradas na Área de Paisagem Protegida de Corno de Bico.)

Povoamento actual: Nulo.

Descrição: Foi descrita por Narcizo Alves da Cunha, que assinalava a existência de três topos de esteios visíveis à superfície (CUNHA 1909 [1979], 116). No entanto, não se observa, actualmente, qualquer esteio, desconhecendo-se se foram tapados ou retirados. Apresenta uma grande cratera de violação com um diâmetro de cerca de 5 m, no eixo norte/sul, 6 m, no eixo este/oeste, e uma profundidade de 80 cm.

Também Anselmo Vieira, que visitou o local aquando da preparação de um trabalho para a Faculdade de Letras do Porto, nada refere acerca da visibilidade dos esteios (VIEIRA s/d, 70-71, cit. por JORGE 1982, 426).

A mamoa é de formato subcircular, possuindo cerca de 20 metros de diâmetro, nos eixos norte/sul e este/oeste, e 1,80 metros de altura.

Relações espaciais: Situa-se cerca de 50 metros a oeste da MEG 6 - Mamoa da Chã do Galo. Apesar da proximidade de outros monumentos, a actual densa vegetação arbórea impossibilita a visibilidade entre si.

Acessos: Por estradão florestal.

Estado de conservação: Bom.

Observações: Toponimicamente é também conhecida por Correchoures ou Correchouso.

Bibliografia: CUNHA 1909 [1979], 116; JORGE 1982, 426; OLIVEIRA 1993, 461; FELIX 1993/94, 21-23.

MEG 6 - MAMOA DA CHÃ DO GALO (Fig. 20; Foto 7)

Freguesia: Bico.

Lugar: Chã do Galo, Corno de Bico.

Coordenadas planimétricas GAUSS: X = 168,275; Y = 544,400.

Altitude: 820 metros.

C.M.P.: 1/25.000, 16, 1948 e 1996.

C. Geológica: 1/50.000,1-D, 1985.

Geologia: Mancha do designado granito de Paredes de Coura – granito porfiróide de grão grosseiro, essencialmente biotítico.

Geomorfologia: Zona montanhosa de considerável altitude, situada no limite da bacia hidrográfica do Coura.

Rede hidrográfica escassa, com existência de algumas lagoas e linhas de água que desaguam na ribeira dos Cavaleiros.

Mancha de solo de tipo F (aptidão florestal).

Vegetação: A cobertura vegetal é constituída por cedro, carvalho, pinheiro nórdico, tojo e fetos.

(Mamoas integradas na Área de Paisagem Protegida de Corno de Bico.)

Povoamento actual: Nulo.

Descrição: Esta mamoa foi referida por Narcizo A. da Cunha (CUNHA 1909 [1979], 116) como estando situada na vertente este do monte do Corno de Bico, "próximo do caminho que segue de Bico para o lugar de Grijó (Arcos de Valdevez), a sudoeste da Chã do Galo". Seria a maior da área, encontrando-se na época bem conservada, a atestar pela sumária descrição que dela faz: "... não se lhe vêem os esteios, mas atenta a sua altura e conservação, é possível que estejam soterrados. Também lhe falta a cobertura." E assim deve ter continuado até que, em meados dos anos 80 do século XX, foi parcialmente destruída pela abertura de um caminho florestal. Conserva-se actualmente cerca de metade do que foi, aparentemente, uma grande massa tumular com mais de 30 metros de diâmetro, nos eixos norte/sul e este/oeste, e cerca de 2,5 metros de altura (VIEIRA s/d, 70-71, cit. por JORGE 1982, 426). Da câmara apenas resta um grande esteio, talvez ainda *in situ*, elaborado em granito porfiróide de grão grosseiro, que desenhámos em alçado (sentido norte/sul).

A prospecção das imediações revelou a existência de restos de esteios, alguns deles de pequenas dimensões. Não foram detectados quaisquer vestígios de espólio.

Relações espaciais: A actual densa vegetação arbórea impossibilita a visibilidade.

Acessos: Por estradão florestal.

Estado de conservação: Mau.

Bibliografia: CUNHA 1909 [1979], 116; JORGE 1982, 426; OLIVEIRA 1993, 461; FELIX 1993/94, 21-23.

MEG 7 - MAMOA 1 DA CHÃ DE CAMPELA

MEG 8 - MAMOA 2 DA CHÃ DE CAMPELA

Freguesia: Bico.

Lugar: Chã de Campela.

Coordenadas planimétricas Gauss: X: 166,125; Y: 544,650.

Altitude: 704 metros.

C.M.P.: 1/25.000, 7, 1949 e 1997.

C. Geológica: 1/50.000, 1-C, 1962.

Geologia: Mancha de rochas eruptivas, de granito calco-alcalino, porfíroide, de grão grosseiro, também designado por granito monzonítico.

Geomorfologia: Zona montanhosa de considerável altitude, situada no limite da bacia hidrográfica do Coura.

Rede hidrográfica escassa.

Mancha de solo de tipo F (aptidão florestal).

Vegetação: Densa vegetação arbórea de carvalho, pinheiro e bétulas, e arbustiva de giestas.

Povoamento actual: Nulo.

Descrição: Zona de remeximento, sendo possível ver grandes lajes graníticas de prováveis esteios e vestígios do que terão sido duas mamoaas e respectivas pedras de carapaça. Num dos casos ainda é possível detectar restos de tampa e dois esteios *in situ*, sendo um deles, eventualmente, de cabeceira.

Acesso: Por estradão florestal.

Estado de conservação: Mau. Completamente destruídas.

Observações: Segundo o guarda-florestal, aquando do remeximento de terras com máquinas apareceram vestígios de “enterramento”, pelo que as obras pararam.

Existem nas imediações muitos rochedos graníticos boleados.

Bibliografia: Inédita.

MEG 9 - MAMOA 1 DE COSSOURADO

MEG 10 - MAMOA 2 DE COSSOURADO

MEG 11 - MAMOA 3 DE COSSOURADO

MEG 12 - MAMOA 4 DE COSSOURADO

MEG 13 - MAMOA 5 DE COSSOURADO

Freguesia: Cossourado.

Lugar: Alto do Carditol.

C.M.P.: 1/25.000, 7, 1949 e 1997.

C. Geológica: 1/50.000, 1-C, 1962.

Referências bibliográficas: Este núcleo é referenciado por Narcizo A. Cunha (CUNHA 1909 [1979], 119) da seguinte forma: "entre a capela de S. Bento da Porta Aberta e a igreja paroquial de Cossourado há uma extensão chã, de monte, onde se encontra um ponto, bastante elevado, chamado – Carritel (...) e bem assim cinco antas, sem esteios, já muito danificadas".

Estado de conservação: Destruídas.

Observações: Nas proximidades existe um local de extracção de mós de moinho.

Toponimicamente as mamoaas são também conhecidas por Chã de Cossourado e Carritel.

A localização dos monumentos na Carta Militar foi efectuada com recurso ao topónimo.

Bibliografia: CUNHA 1909 [1979], 119; JORGE 1982, 427; PEREIRA 1924, 280.

MEG 14 - MAMOA DO PICÃO

Freguesia: Cunha.

Lugar: Picão.

Coordenadas planimétricas GAUSS: X = 162,350; Y = 545,100.

Altitude: 540 metros.

C.M.P.: 1/25.000, 15, 1949 e 1996.

C. Geológica: 1/50.000, 1-C, 1962.

Observações: Assinalada apenas na Carta Geológica. Como não foi encontrada em prospecção, deve ter sido destruída. Estranhamente não se conhecem referências bibliográficas.

MEG 15 - MAMOA 1 DO ALTO DA CENTIEIRA

MEG 16 - MAMOA 2 DO ALTO DA CENTIEIRA

Freguesia: Ferreira.

Lugar: Alto da Centieira.

C.M.P.: 1/25.000, 7, 1949 e 1997.

C. Geológica: 1/50.000, 1-C, 1962.

Observações: Assinaladas apenas na Carta Geológica. Como não foram encontradas em prospecção, devem ter sido destruídas. Estranhamente não se conhecem referências bibliográficas.

MEG 17 - MAMOA DE S. SILVESTRE

Freguesia: Ferreira.

Lugar: S. Silvestre.

Coordenadas planimétricas GAUSS: X = 164,075; Y = 555,250.

Altitude: 700 metros.

C.M.P.: 1/25.000, 7, 1949 e 1997.

C. Geológica: 1/50.000, 1-C, 1962.

Referências bibliográficas: Vitor Oliveira Jorge (1982, 427), citando A. Vieira (p.77), refere que perto do vértice geodésico de S. Silvestre, a nordeste, a cerca de 700 metros de altitude, existe uma mamoa "visível a muitos quilómetros de distância", com cerca de 27 metros de diâmetro e 2 metros de altura.

Estado de conservação: De acordo com informações recentes, foi destruída há alguns anos.

Observações: Está também cartografada na Carta Geológica.

Bibliografia: JORGE 1982, 427.

MEG 18 - MAMOA 1 DO MONTE DO CARVALHO

MEG 19 - MAMOA 2 DO MONTE DO CARVALHO

MEG 20 - MAMOA 3 DO MONTE DO CARVALHO

Freguesia: Ferreira e Linhares.

Lugar: Monte do Carvalho.

Referências bibliográficas: Narcizo A. da Cunha (CUNHA 1909 [1979], 117) refere a existência de três mamoas no Monte do Carvalho: "a carta geodésica n.º 1 (...) marca o Facho (Penedo do Facho) com a cota 434 (ponto trigonométrico) e mais a Sul a cota 366; ora, entre estes dois pontos, mas um pouco para leste, encontram-se 3 mamoas, sem esteios, bastante desfeitas".

Estado de conservação: Os vestígios então descritos alteraram-se, certamente, ao longo dos tempos, tendo sido totalmente destruídos por florestações efectuadas nos anos 70 e 80.

Observações: A localização dos monumentos na Carta Militar foi efectuada com recurso ao topónimo.

Bibliografia: CUNHA 1909 [1979], 117; JORGE 1982, 427.

MEG 21 - MAMOA 1 DO MONTE CÁRDIO

Freguesia: Insalde.

Lugar: Cárdio.

Coordenadas planimétricas GAUSS: X = 166,625; Y = 556,150.

Altitude: 740 metros.

C.M.P.: 1/25.000, 7, 1949 e 1997.

C. Geológica: 1/50.000, 1-C, 1962.

Geologia: Mancha do complexo xisto-grauváquico, ante-ordovícico, e séries metamórficas derivadas do complexo xisto-magmatítico (magmáticos, gnaisses, micaxistos, xistos luzentes, entre outros). Na área existem muitos afloramentos e rochedos de xisto com quartzo.

Geomorfologia: Zona planáltica, com pequenas elevações, situada no limite da bacia superior do rio Coura.

Rede hidrográfica escassa, com existência de algumas linhas de água que vão desaguar no rio Coura.

Mancha de solo de tipo F (aptidão florestal).

Vegetação: Tojo, giesta e pinheiros.

Povoamento actual: Nulo, se exceptuarmos a existência de uma exploração agrícola nas proximidades.

Descrição: *Tumulus* de planta subcircular, com maior pendor a norte, circundado por um fosso pronunciado. Teria cerca de 20 metros de diâmetro, nos sentidos norte/sul e este/oeste, e 1,70 metros de altura. Da estrutura dolménica restam alguns fragmentos de esteios partidos e pedras pertencentes à carapaça lítica, constituída por xistos pelíticos com intercalações quartzíferas e granitos. Em 1991 foi destruída por um corta-fogo, com cerca de 6 metros de largura, no sentido este/oeste.

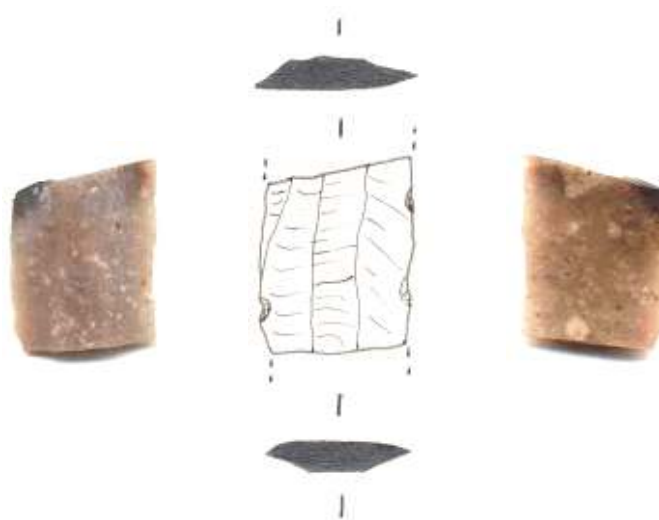
Espólio: Fragmento de lâmina em sílex (Fig. 21, escala 1:1) encontrado recentemente em prospecção, com secção trapezoidal sem retoque, uma vez que as três pequeníssimas truncaduras que possui (duas no bordo direito e uma no bordo esquerdo) são resultado do uso. É atribuível, cronologicamente, ao Calcolítico.

Relações espaciais: Agrupada em núcleo constituído por duas mamoas (Mamoas 1 e 2 de Monte Cárdio), com visibilidade directa entre si.

Estado de conservação: Arrasada em 1991 aquando da abertura de um corta-fogo.

Observações: Toponimicamente é também conhecida por Penedos do Monte Cárdio. Está cartografada na Carta Geológica.

Bibliografia: OLIVEIRA 1993, 463.



MEG 22 - MAMOA 2 DO MONTE CÁRDIO

Freguesia: Insalde.

Lugar: Cárdio.

Coordenadas planimétricas GAUSS: X = 166,550; Y = 556,225.

Altitude: 740 metros.

C.M.P.: 1/25.000, 7, 1949 e 1997.

C. Geológica: 1/50.000, 1-C, 1962.

Geologia: Mancha do complexo xisto-grauváquico, ante-ordovicico, e séries metamórficas derivadas do complexo xisto-magmático (magmáticos, gnaisses, micaxistos, xistos luzentes, entre outros). Na área existem muitos afloramentos e rochedos de xisto com quartzo.

Geomorfologia: Zona planáltica, com pequenas elevações, situada no limite da bacia superior do rio Coura.

Rede hidrográfica escassa, com existência de algumas linhas de água que vão desaguar no rio Coura.

Mancha de solo de tipo F (aptidão florestal).

Vegetação: Tojo, giesta e pinheiros.

Povoamento actual: Nulo, se exceptuarmos a existência de uma exploração agrícola nas proximidades.

Descrição: *Tumulus* de planta alongada, com maior pendor a oeste. Teria cerca de 30 metros de diâmetro e 2,50 metros de altura. Possui uma cratera de violação com 1,10 metros de diâmetro. Foi também parcialmente destruída, embora não de forma tão violenta como a anterior, por uma vala do corta-fogo, com cerca de seis metros de largura, que a atravessou no sentido norte/sul. Da estrutura dolménica resta, a oeste, um esteio, provavelmente deslocado, e vestígios de esteios partidos. A carapaça lítica é constituída por pedras de granito, gnaisse, xistos pelíticos e quartzo.

Relações espaciais: Agrupada em núcleo constituído por duas mamoaas (Mamoas 1 e 2 do Monte Cárdio), com visibilidade directa entre si.

Estado de conservação: Mau; a mamoa está quase toda destruída.

Observações: Toponimicamente é também conhecida por Penedos de Monte Cárdio.

Bibliografia: Inédita.

MEG 23 - MAMOA 1 DO OURAL DAS ÉGUAS OU DAS CRUZES (Foto 8)

Freguesia: Insalde.

Lugar: Lamas Covas, Cruzes.

Coordenadas planimétricas GAUSS: X = 165,625; Y = 555,850.

Altitude: 650 metros.

C.M.P.: 1/25.000, 7, 1949 e 1997.

C. Geológica: 1/50.000, 1-C, 1962.

Geologia: Mancha de rochas eruptivas de granito alcalino de grão médio.

Geomorfologia: Zona planáltica, com pequenas elevações, situada no limite da bacia superior do rio Coura.

Rede hidrográfica escassa, com existência de algumas linhas de água que vão desaguar no rio Coura.

Mancha de solo de tipo F (aptidão florestal).

Vegetação: Giestas, silvas, carvalho e pinheiro.

Povoamento: Nulo.

Descrição: *Tumulus* de grande envergadura, semicircular (no eixo norte/sul a mamoa possui cerca de 20 metros de diâmetro), escavado na câmara e corredor, eventualmente por Martins Sarmento ou J. Leite de Vasconcelos. A área escavada possui 4,80 metros de comprimento, no sentido norte/sul, e uma profundidade de 1,15 m. Não existem vestígios de carapaça lítica. Da estrutura dolménica resta o esteio de cabeceira de grandes dimensões (altura: 1,44 m; largura: 1,15 m; espessura: 0,25 e 0,32 m), elaborado em granito de grão médio. Possui uma cruz gravada, formada por cinco pequenas *fossetes*. Os outros ortóstatos foram retirados, sendo possível encontrar restos de alguns deles nos muros divisórios de uma propriedade contígua. O corredor foi igualmente escavado, tendo sido retirados todos os esteios, com excepção de alguns fragmentos.

Acessos: A partir da Capela de Nossa Senhora do Pilar (Porreiras) seguir pela estrada do Outeiro do Malho. 2200 metros à frente tomar o estradão que segue para norte. A mamoa encontra-se a 50 m, do lado esquerdo.

Relações espaciais: Agrupada em núcleo constituído por duas mamoas (Mamoas 1 e 2 do Oural das Éguas ou das Cruzes), com visibilidade directa entre si.

Estado de conservação: Razoável.

Observações: Situada em propriedade de Artur Pereira Fernandes.

Bibliografia: Inédita.

MEG 24 - MAMOA 2 DO OURAL DAS ÉGUAS OU DAS CRUZES

Freguesia: Insalde.

Lugar: Lamas Covas, Cruzes.

Coordenadas planimétricas GAUSS: X = 165,675; Y = 555,900.

Altitude: +/- 650 metros.

C.M.P.: 1/25.000, 7, 1949 e 1997.

C. Geológica: 1/50.000, 1-C, 1962.

Descrição: *Tumulus* de grande envergadura, semicircular, com cerca de 20 metros de diâmetro. Não possui, aparentemente, esteios visíveis. A elevada quantidade de vegetação que cobre actualmente a mamoa não possibilita uma descrição mais pormenorizada.

Acessos: A partir da Capela de Nossa Senhora do Pilar (Porreiras) seguir pela estrada do Outeiro do Malho. 2200 metros à frente tomar o estradão que segue para norte. A mamoa encontra-se a 70 m, do lado esquerdo.

Relações espaciais: Agrupada em núcleo constituído por duas mamoas (Mamoa 1 e 2 do Oural das Éguas ou das Cruzes), com visibilidade directa entre si.

Estado de conservação: Razoável.

Observações: Situa-se perto do limite nascente da freguesia de Insalde com a de Porreiras.

Situada em propriedade de Artur Pereira Fernandes.

Bibliografia: Inédita.

MEG 25 - MAMOA DE CHÃ DAS PIPAS

Freguesia: Insalde.

Lugar: Chã das Pipas.

C.M.P.: 1/25.000, 7, 1949 e 1997.

C. Geológica: 1/50.000, 1-D, 1985.

Referências bibliográficas: Narcizo Alves da Cunha (1909 [1979], 117) assinala a existência de algumas mamoaas na Chã das Pipas, a este do Forninho do Ouro.

Vitor Oliveira Jorge (1982), por sua vez, baseando-se em A. Vieira, refere que, para norte do Forninho do Ouro, existem várias mamoaas muito destruídas, sem esteios visíveis.

Actualmente, contudo, não é possível detectar qualquer vestígio.

Bibliografia: CUNHA 1909 [1979], 117; JORGE 1982, 427-428.

NÚCLEO MEGALÍTICO DA FONTE DA QUEIMADA OU DA BOULHOSA

MEG 26 - MAMOA DO FORNINHO DO OURO (Fig. 22 - desenho adaptado de J. L. Vasconcelos, 1909)

MEG 27 - MAMOA DO CÔTO DO RODÊLLO OU COTO DA FORÇA (Fig. 23 - desenho adaptado de J. L. Vasconcelos, 1909)

MEG 28 - MAMOA DO MONTINHO DETRÁS DAS POÇAS

MEG 29 - MAMOA DE ANTRE OS CURRAES

MEG 30 - MAMOA DA BOULHOSA

Freguesias: Insalde (Paredes de Coura) e Abedim (Monção).

Lugar: Entre Fonte da Queimada e Fonte dos Tornos, na Serra da Boulhosa, no extremo nordeste da bacia superior do rio Coura, no ponto onde confrontam os concelhos de Paredes de Coura e Monção.

Altitude: Entre 700 e 755 m.

C.M.P.: 1:25.000, 8, 1949 e 1996.

C. Geológica: 1/50.000, 1-D (Arcos de Valdevez), de 1985.

Geologia: Mancha alongada de granito do Extremo (granito de grão fino a médio de duas micas); a este e oeste existem xistos pelíticos, com intercalações de quartzitos, liditos, granodioritos da Boulhosa e a noroeste filões de pegmatito.

Geomorfologia: Zona planáltica, de considerável altitude, situada no limite da bacia superior do rio Coura. Rede hidrográfica escassa, constituída por uma das nascentes do rio de Codecede, afluente do Coura.

Mancha de solo de tipo F (aptidão florestal).

Vegetação: Eucalipto.

Parte do núcleo estaria implantada em terrenos da Reserva Agrícola da Boulhosa.

Povoamento actual: Nulo.

Referências bibliográficas: Narcizo Alves da Cunha (1909 [1979], 118 e 489) refere a existência de uma grande mamoa (**Mamoa do Forninho do Ouro**) junto do caminho que segue do alto do Extremo para oeste, "pelo dorso da Boulhosa", já nos limites de Monção, que teria sido explorada em 1905 por J. L. Vasconcelos; "um pouco antes, também junto ao caminho, viam-se outras mamoaas".

Vitor Oliveira Jorge (1982, 427), citando J. L. VASCONCELOS (1909, 296) e referindo-se à mesma mamoa, assinala, também, a existência de uma anta com câmara poligonal, com 5 esteios *in situ* e uma entrada marcada por duas lajes com cerca de 1,30 m. de altura. Actualmente não resta qualquer vestígio deste monumento.

Narciso Alves da Cunha (1979 [1909], 53) menciona o aparecimento da Estátua Menir da Boulhosa "na Serra da Boulhosa (...) num local em que ha dolmens" (VASCONCELOS, 1910, 32), salientando, já nessa altura, o estado de degradação dos monumentos.

J. L. Vasconcelos, no artigo "Dolmens da Boulhosa (Alto-Minho)" (VASCONCELOS, 1909, 294 a 296), diz que, em Agosto de 1905, teria explorado "quatro dolmens na Serra da Boulhosa, no local onde lidam entre si as freguesias de Abedim e Insalde, aquella no concelho de Monção, e esta no de Paredes de Coura".

A mamoa do "Côto do Rodêllo" (ou **Coto da Forca - MEG 27**) "consta de dolmen propriamente dito, anta, ou camara, de granito, e mamôa. A mamôa é muito grande, e fica em um alto, pelo que não se distingue facilmente das ondulações naturais do terreno, nem se póde medir, mas não tem menos de 100 metros de circunferencia. (...) Da anta, já sem tampa, restam seis esteios no seu lugar; ha a mais uma pedra caída, que talvez servisse de outro esteio. (...) Diametro da camara: *ab* 2m, 79; *cd* 3m, 14."

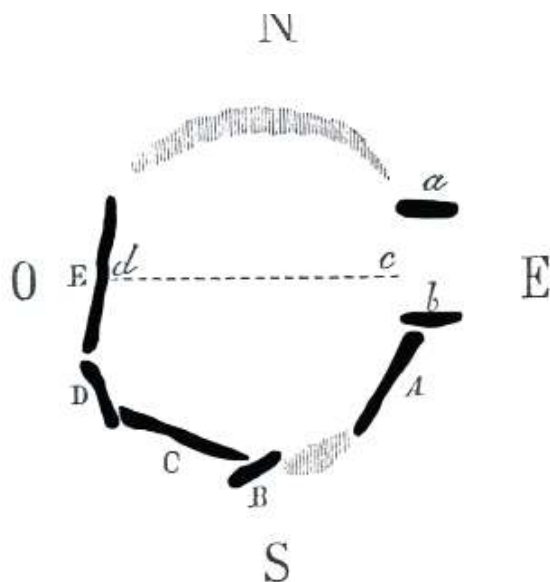
"**Montinho Detrás das Poças. [MEG 28]** Fica ao Poente, e a uns 100 metros do dolmen nº 1. Tem mamôa pouco alta, e resta d' ella só um esteio, de granito, voltado para o Nascente; altura d' elle até o chão natural 0m, 91, largura 0m, 70; estava inclinado para o centro do monumento."

A mamoa do "**Forninho do Ouro**" (**MEG 26**) situa-se a sudeste da mamoa do "Côto do Rodêllo" e "tambem a uns 100 metros do dolmen nº1. Mamôa pouco alta, e coberta de mato. Cinco esteios, e resto do chapéu ou tampa sobre um dos esteios. (...) Ha vestigios de corredor ou galaria, revelados por duas pedras postadas em *a-b*, de 1m, 30 de altura maxima; largura de *a*: 0m, 49, e de *b*: 0m, 53. Diametro: (*cd*) da camara - uns 3 metros."

Por último, a mamoa de "**Antre os Curraes [MEG 29]**. Fica perto da Fonte dos Tornos. Consta de tres esteios muito pequenos, e de vestigios de mamôa. Fica a uns 200 metros do dolmen nº 1, a SO."

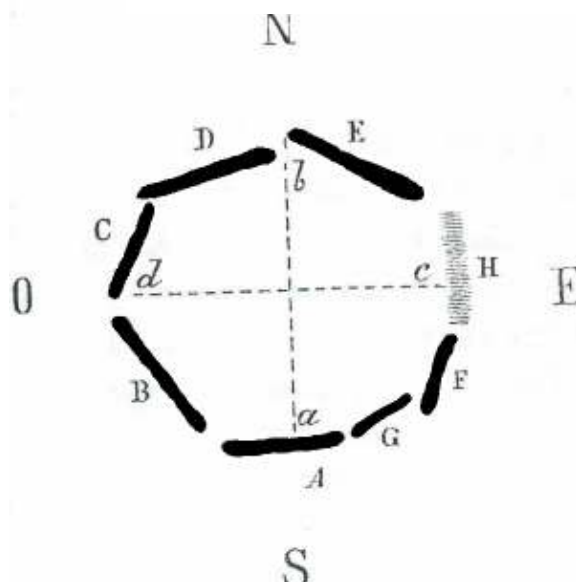
J. L. Vasconcelos referia ainda a existência de um quinto monumento (**Mamoa da Boulhosa - MEG 30**) "a certa distancia do dolmen nº 4". "A aproximação da noite" no dia da campanha impediu, no

Fig. 22 – Planta da estrutura dolménica do Forninho do Ouro.



entanto, o seu estudo. Espólio: J. L. Vasconcelos refere o aparecimento

Fig. 23 – Planta da estrutura dolménica do Coto da Forca.



de "um seixo rolado, com vestígios de percussão e alguns carvões", na Mamoa do "Côto do Rodêllo", e de "uma pedra arredondada, sem importancia", na Mamoa do "Forninho do Ouro".

Estado de conservação: Destruídas.

Observações: A localização dos monumentos na Carta Militar foi efectuada com recurso ao topónimo, uma vez que os trabalhos de prospecção apenas permitiram encontrar fragmentos de esteios descontextualizados.

Bibliografia: CUNHA 1909 [1979], 118 e 489; VASCONCELOS 1909, 296; VASCONCELOS 1910, 32; JORGE 1982, 427.

MEG 31 - MAMOA 1 DO COUTO DA PINHEIRA (Foto 9)

Freguesia: Insalde.

Lugar: Couto da Pinheira.

Coordenadas planimétricas GAUSS: X = 165,800; Y = 554,500.

Altitude: 587.4 metros.

C.M.P.: 1/25.000, 7, 1949 e 1997.

C. Geológica: 1/50.000, 1-C, 1962.

Geologia: Mancha de rochas eruptivas de granito alcalino de grão médio.

Geomorfologia: Zona planáltica, com pequenas elevações, situada no limite norte da bacia superior do rio Coura. O monumento está implantado num cabeço granítico que coroa uma extensa plataforma.

Rede hidrográfica escassa, existindo na área linhas de água que vão desaguar no rio Coura.

Mancha de solo de tipo F (aptidão florestal).

Vegetação: Giesta e tojo.

Povoamento actual: Nulo.

Descrição: O *tumulus*, muito destruído, possui algumas pedras soltas, não tendo sido possível definir nem os contornos nem a altura. Da estrutura dolménica resta um possível esteio, elaborado em granito de grão médio, cujas dimensões são as seguintes: largura, 70 cm; espessura, 17 cm; altura, 50 cm.

Acessos: A partir da Capela de Nossa Senhora do Pilar (Porreiras) seguir pela estrada do Outeiro do Malho. Parar 750 metros à frente. A mamoa encontra-se 50 metros a nordeste da Mamoa 3 do Couto da Pinheira.

Relações espaciais: Agrupada em núcleo constituído por três mamoas (Mamoas 1, 2 e 3 do Couto da Pinheira). Visibilidade directa para as Mamoas 2 e 3 de Chão de Porreiras e para as Mamoas 2 e 3 do Couto da Pinheira.

Estado de conservação: Mau.

Bibliografia: Inédita.

MEG 32 - MAMOA 2 DO COUTO DA PINHEIRA

Freguesia: Insalde.

Lugar: Couto da Pinheira.

Coordenadas planimétricas GAUSS: X = 165,670; Y = 554,340.

Altitude: 585.7 metros.

C.M.P.: 1/25.000, 7, 1949 e 1997.

C. Geológica: 1/50.000, 1-C, 1962.

Geologia: Mancha de rochas eruptivas de granito alcalino de grão médio.

Geomorfologia: Zona planáltica, com pequenas elevações, situada no limite norte da bacia superior do rio Coura.

Rede hidrográfica escassa, existindo na área linhas de água que vão desaguar no rio Coura.

Mancha de solo de tipo F (aptidão florestal).

Vegetação: Giesta e tojo.

Povoamento actual: Nulo.

Descrição: Mamoas de pequenas dimensões e de formato muito irregular, com cerca de 10 metros de diâmetro nos sentidos norte/sul e este/oeste. O *tumulus*, com cerca de um metro de altura, é constituído por um denso aglomerado de pedras graníticas roladas, imbricadas, formando alinhamentos em alguns locais. Algumas, colocadas de cutelo, possuem grandes dimensões, assemelhando-se a esteios. Considerado o pequeno volume da mamoa, a estrutura dolménica deve ser muito pequena, eventualmente do tipo cista.

Acessos: A partir da Capela de Nossa Senhora do Pilar (Porreiras) seguir pela estrada do Outeiro do Malho. Parar 750 metros à frente. A mamoa encontra-se 50 metros a nordeste da Mamoa 3 do Couto da Pinheira.

Relações espaciais: Agrupada em núcleo constituído por três mamoas (Mamoas 1, 2 e 3 do Couto da Pinheira). Visibilidade directa para as Mamoas 1 e 3 do Couto da Pinheira.

Estado de conservação: Razoável.

Bibliografia: Inédita.

MEG 33 - MAMOA 3 DO COUTO DA PINHEIRA

Freguesia: Insalde.

Lugar: Couto da Pinheira.

Coordenadas planimétricas GAUSS: X = 165,500; Y = 554,125.

Altitude: 586.3 metros.

C.M.P.: 1/25.000, 7, 1949 e 1997.

C. Geológica: 1/50.000, 1-C, 1962.

Geologia: Mancha de rochas eruptivas de granito alcalino de grão médio.

Geomorfologia: Zona planáltica, com pequenas elevações, situada no limite norte da bacia superior do rio Coura.

Rede hidrográfica escassa, existindo na área linhas de água que vão desaguar no rio Coura.

Mancha de solo de tipo F (aptidão florestal).

Vegetação: Giesta e tojo.

Povoamento actual: Nulo.

Descrição: O *tumulus* é constituído por uma densa carapaça lítica, com um formato irregular e de médias dimensões. Da estrutura dolménica não se vislumbra qualquer esteio.

Acessos: A partir da Capela de Nossa Senhora do Pilar (Porreiras) seguir pela estrada do Outeiro do Malho. Parar 750 metros à frente. A mamoa encontra-se 150 metros a sudeste.

Relações espaciais: Agrupada em núcleo constituído por três mamoas (Mamoas 1, 2 e 3 do Couto da Pinheira). Visibilidade directa para as Mamoas 1 e 2 do Couto da Pinheira.

Estado de conservação: Mau.

Bibliografia: Inédita.

MEG 34 - MAMOA 1 DE CHÃO DE PORREIRAS (Fotos 10 e 11)

Freguesia: Insalde.

Lugar: Chão de Porreiras.

Coordenadas planimétricas GAUSS: X = 165,760; Y = 554,770.

Altitude: 590.3 metros.

C.M.P.: 1/25.000, 7, 1949 e 1997.

C. Geológica: 1/50.000, 1-C, 1962.

Geologia: Mancha de rochas eruptivas de granito alcalino de grão médio.

Geomorfologia: Zona planáltica, com pequenas elevações, situada no limite norte da bacia superior do rio Coura.

Rede hidrográfica escassa, existindo na área linhas de água que vão desaguar no rio Coura.

Mancha de solo de tipo F (aptidão florestal).

Vegetação: Giesta, tojo e pinheiro.

Povoamento actual: Nulo.

Descrição: Possui 18 metros de diâmetro, no eixo norte/sul, 17,30 metros no eixo este/oeste e cerca de 2 metros de altura. A cratera de violação tem cerca de 5 metros de diâmetro.

Apresenta *tumulus* semicircular, com algum pendor, sobretudo a norte. A densidade da vegetação impede uma melhor visualização. No entanto, é possível observar algumas pedras que sugerem a existência de uma couraça lítica. Na periferia, a norte, é visível um anel de blocos pétreos colocados de cutelo.

A estrutura dolménica revela a existência de um esteio, em granito de grão médio, dentro da cratera de violação, juntamente com outros blocos pétreos de prováveis esteios.

Como nota do ineditismo da estrutura construtiva deste monumento há a referir, além do anel lítico que limita a mamoa, a existência de restos de outros dois possíveis anéis de delimitação, a noroeste, estando o intermédio melhor conservado. Algumas das pedras que os compõem possuem mais de 50 cm de altura visível. Do anel periférico apenas restam 3 *esteios* e do intermédio 10. Entre o limite da mamoa e respectivo anel lítico e o terceiro anel (periférico) existe uma distância de 23,70 m.

Acessos: A partir da Capela de Nossa Senhora do Pilar (Porreiras) seguir pela estrada do Outeiro do Malho. Parar 1050 metros à frente. Tomar o caminho de pé posto que segue para nascente. A mamoa encontra-se 350 metros à frente.

Relações espaciais: Agrupada em núcleo constituído por duas mamoas (Mamoas 1 e 2 de Chão de Porreiras), com visibilidade directa entre si. Visibilidade directa, igualmente, para as Mamoas 3 e 4 de Chão de Porreiras, situadas a maior distância.

Estado de conservação: Bom.

Observações: Esta mamoa integra um conjunto constituído por quatro monumentos (Mamoas de Chão de Porreiras), duas das quais estão implantadas na freguesia de Insalde (Mamoas 1 e 2) e outras duas na freguesia de Porreiras (Mamoas 3 e 4).

Mamoa situada em propriedade da Junta de Freguesia de Insalde.

Bibliografia: OLIVEIRA 1993, 463.

MEG 35 - MAMOA 2 DE CHÃO DE PORREIRAS (Foto 12)

Freguesia: Insalde.

Lugar: Chão de Porreiras.

Coordenadas planimétricas GAUSS: X = 165,650; Y = 554,770.

Altitude: 584.5 metros.

C.M.P.: 1/25.000, 7, 1949 e 1997.

C. Geológica: 1/50.000, 1-C, 1962.

Geologia: Mancha de rochas eruptivas de granito alcalino de grão médio.

Geomorfologia: Zona planáltica, com pequenas elevações, situada no limite norte da bacia superior do rio Coura.

Rede hidrográfica escassa, existindo na área linhas de água que vão desaguar no rio Coura.

Mancha de solo de tipo F (aptidão florestal).

Vegetação: Giesta, tojo e pinheiro.

Povoamento actual: Nulo.

Descrição: Possui 18 metros de diâmetro, no eixo norte/sul, 17 metros no eixo este/oeste e cerca de 1,70 metros de altura. A cratera de violação tem cerca de 4,5 metros de diâmetro.

Tumulus semicircular, com maior pendor a noroeste. A densidade da vegetação impede uma melhor visualização. No entanto, é possível antever a existência de uma possível carapaça lífica, dado o volume que a mamoa apresenta.

A estrutura dolménica revela a existência, no interior da cratera de violação, de vários blocos pétreos de prováveis esteios e de um ortóstato, em granito de grão médio, de grandes dimensões, com 0,80 metros de largura e 0,30 metros de altura visível, bastante polido na face interna.

Acessos: A partir da Capela de Nossa Senhora do Pilar (Porreiras) seguir pela estrada do Outeiro do Malho. Parar 1050 metros à frente. Tomar o caminho de pé posto que segue para nascente. A mamoa encontra-se 450 metros à frente, dentro de uma propriedade murada.

Relações espaciais: Agrupada em núcleo constituído por duas mamoa (Mamoas 1 e 2 de Chão de Porreiras), com visibilidade directa entre si. Visibilidade directa, igualmente, para as Mamoas 3 e 4 de Chão de Porreiras, situadas a maior distância.

Estado de conservação: Bom.

Observações: Esta mamoa integra um conjunto constituído por quatro monumentos (Mamoas de Chão de Porreiras), duas das quais estão implantadas na freguesia de Insalde (Mamoas 1 e 2) e outras duas na freguesia de Porreiras (Mamoas 3 e 4).

Situa-se no interior de um terreno, vedado por um muro rústico de pedra, propriedade de Horácio Pereira Gonçalves.

Bibliografia: OLIVEIRA 1993, 463.

MEG 36 - MAMOA 1 DO DESCAMPADO

Freguesia: Linhares.

Lugar: Descampado.

Coordenadas planimétricas GAUSS: X = 159,425; Y = 551,100.

Altitude: +/-320 metros.

C.M.P.: 1/25.000, 7, 1949 e 1997.

C. Geológica: 1/50.000, 1-C, 1962.

Observações: Assinalada apenas na Carta Geológica de Portugal, a sudoeste do vértice geodésico do Facho. Como não foi encontrada em prospecção, deve ter sido destruída aquando da realização de trabalhos de florestação.

Bibliografia: JORGE 1982, 428.

MEG 37 - MAMOA 2 DO DESCAMPADO

Freguesia: Linhares.

Lugar: Descampado.

Coordenadas planimétricas GAUSS: X = 159,450; Y = 551,150.

Altitude: +/-320 metros.

C.M.P.: 1/25.000, 7, 1949 e 1997.

C. Geológica: 1/50.000, 1-C, 1962.

Observações: Assinalada apenas na Carta Geológica de Portugal, a sudoeste do vértice geodésico do Facho. Como não foi encontrada em prospecção, deve ter sido destruída aquando da realização de trabalhos de florestação.

Bibliografia: JORGE 1982, 428.

MEG 38 - MAMOA DAS ARMADAS

Freguesia: Padornelo.

Lugar: Armadas.

Coordenadas planimétricas GAUSS: X = 169,050; Y = 552,275.

Altitude: +/-760 metros.

C.M.P.: 1/25.000, 8, 1949 e 1996.

C. Geológica: 1/50.000, 1-D, 1985.

Observações: Assinalada apenas na Carta Geológica de Portugal. Como não foi encontrada em prospecção, deve ter sido destruída aquando da realização de trabalhos de florestação.

MEG 39 - MAMOA DOS AGUEIROS

Freguesia: Porreiras.

Lugar: Agueiros.

Coordenadas planimétricas GAUSS: X = 165,075; Y = 554,125.

Altitude: 551.9 metros.

C.M.P.: 1/25.000, 7, 1949 e 1997.

C. Geológica: 1/50.000, 1-C, 1962.

Geologia: Mancha de rochas eruptivas de granito alcalino de grão médio.

Geomorfologia: Zona planáltica, com pequenas elevações, situada no limite norte da bacia superior do rio Coura.

Rede hidrográfica escassa, existindo na área linhas de água que vão desaguar no rio Coura.

Mancha de solo de tipo F (aptidão florestal).

Vegetação: Giesta e tojo.

Povoamento actual: Nulo.

Descrição: Actualmente apenas restam vestígios de carapaça lítica de uma mamoa de médias dimensões, que teria uma massa tumular pouco volumosa. Da estrutura dolménica vislumbram-se fragmentos de esteios, descontextualizados, elaborados em granito local.

A mamoa foi cortada aquando da construção da estrada do Outeiro do Malho.

Do lado oposto da estrada existem restos de esteios tombados, provenientes deste monumento e ali colocados durante os trabalhos de abertura da via ou, eventualmente, provenientes de uma outra mamoa em tempos ali existente.

Acessos: A partir da Capela de Nossa Senhora do Pilar (Porreiras) seguir pela estrada do Outeiro do Malho. Parar 700 metros à frente. A mamoa encontra-se à face da estrada, do lado direito.

Relações espaciais: Visibilidade directa para a Mamoa do Alto do Moinho do Couto.

Estado de conservação: Mau.

Bibliografia: Inédita.

MEG 40 - MAMOA DO ALTO DO MOINHO DO COUTO

Freguesia: Porreiras.

Lugar: Alto do Moinho do Couto.

Coordenadas Planimétricas GAUSS: X = 165,10; Y = 554,60.

Altitude: 548.7 metros.

C.M.P.: 1/25.000, 7, 1949 e 1997.

C. Geológica: 1/50.000, 1-C, 1962.

Geologia: Mancha de rochas eruptivas de granito alcalino de grão médio.

Geomorfologia: Zona planáltica, com pequenas elevações, situada no limite norte da bacia superior do rio Coura.

Rede hidrográfica escassa, existindo na área linhas de água que vão desaguar no rio Coura.

Mancha de solo de tipo F (aptidão florestal).

Vegetação: Tojo.

Povoamento actual: Nulo.

Descrição: Mamoa de pequenas dimensões, com cerca de 12 metros de diâmetro no eixo norte/sul, 13 metros no eixo este/oeste e cerca de 0,80 metros de altura. Apresenta formato subcircular, com maior pendor a oeste, e vestígios de carapaça lítica.

A cratera de violação, de formato circular, com um diâmetro de 4,5 metros no eixo norte/sul e 4,20m no eixo este/oeste, não permite determinar a existência de qualquer esteio no seu interior.

Acessos: A partir da Capela de Nossa Senhora do Pilar (Porreiras) seguir pela estrada do Outeiro do Malho. Parar 700 metros à frente. A mamoa encontra-se 100 metros a nor-noroeste.

Relações espaciais: Visibilidade directa para a Mamoa dos Aqueiros, Mamoa 3 do Couto da Pinheira, Mamoas 1 e 2 de Fonte Cavada e indirecta para as Mamoas de Porto Rabel.

Estado de conservação: Razoável.

Observações: De acordo com a população local, do lado este da mamoa terá existido em tempos um caminho – alternativo, relativamente ao caminho *oficial* – utilizado pelos peregrinos que rumavam a Santiago de Compostela. Embora tal informação não esteja documentada bibliograficamente, o certo é que no local se observam afloramentos graníticos polidos e bastantes pedras dispostas intencionalmente em forma de calçada.

Toponimicamente a mamoa é também conhecida por Fervenças.

Situada em propriedade da Junta de Freguesia de Porreiras.

Bibliografia: Inédita.

MEG 41 - MAMOA 1 DA FONTE CAVADA

Freguesia: Porreiras.

Lugar: Fonte Cavada.

Coordenadas Planimétricas GAUSS: X = 165,125; Y = 554,725.

Altitude: 576.9 metros.

C.M.P.: 1/25.000, 7, 1949 e 1997.

C. Geológica: 1/50.000, 1-C, 1962.

Geologia: Mancha de rochas eruptivas de granito alcalino de grão médio.

Geomorfologia: Zona planáltica, com pequenas elevações, situada no limite Norte da bacia superior do rio Coura.

Rede hidrográfica escassa, existindo na área linhas de água que vão desaguar no rio Coura.

Mancha de solo de tipo F (aptidão florestal).

Vegetação: Giesta e tojo.

Povoamento actual: Nulo.

Descrição: Mamoa de pequenas dimensões, com cerca de 15 metros de diâmetro no eixo norte/sul, 16,30 metros no eixo este/oeste e cerca de 1,50 metros de altura. Apresenta formato subcircular, com maior pendor a norte, abundantes vestígios de carapaça lítica e uma massa tumular relativamente volumosa. A cratera de violação possui cerca de 2 metros de diâmetro. Não são visíveis à superfície vestígios da estrutura dolménica.

Acessos: A partir da Capela de Nossa Senhora do Pilar (Porreiras) seguir pela estrada do Outeiro do Malho. Parar 1150 metros à frente. A mamoa encontra-se 40 metros a sudoeste.

Relações espaciais: Agrupada em núcleo constituído por duas mamoas, com visibilidade directa entre si. A Mamoa 2 situa-se 70 metros a noroeste.

Dista 150 metros da Mamoa 3 de Chã de Porreiras e 300 metros da Mamoa do Outeiro do Malho.

Estado de conservação: Razoável.

Observações: Situada em propriedade da Junta de Freguesia de Porreiras.

Bibliografia: OLIVEIRA 1993, 467.

MEG 42 - MAMOA 2 DA FONTE CAVADA OU DO REGUEIRO DAS CRUZES (Foto 13)

Freguesia: Porreiras.

Lugar: Fonte Cavada.

Coordenadas Planimétricas GAUSS: X = 165,150; Y = 554,750.

Altitude: 568 metros.

C.M.P.: 1/25.000, 7, 1949 e 1997.

C. Geológica: 1/50.000, 1-C, 1962.

Geologia: Mancha de rochas eruptivas de granito alcalino de grão médio.

Geomorfologia: Zona planáltica, com pequenas elevações, situada no limite norte da bacia superior do rio Coura.

Rede hidrográfica escassa, existindo na área linhas de água que vão desaguar no rio Coura.

Mancha de solo de tipo F (aptidão florestal).

Vegetação: Giesta e tojo.

Povoamento actual: Nulo.

Descrição: Mamoas de formato subcircular, com pouco pendor a norte, e massa tumular pouco volumosa. Apresenta cerca de 16 metros de diâmetro no eixo norte/sul, 17 metros no eixo este/oeste e cerca de 1 metros de altura. A cratera de violação possui aproximadamente 3,70 metros de diâmetro. A intensa cobertura vegetal apenas permite uma leitura sumária da superfície do monumento. No entanto, não foram observados vestígios da couraça lítica nem da estrutura dolménica.

Acessos: A partir da Capela de Nossa Senhora do Pilar (Porreiras) seguir pela estrada do Outeiro do Malho. Parar 1150 metros à frente. A mamoa encontra-se 100 metros a noroeste, dentro de uma propriedade murada.

Relações espaciais: Agrupada em núcleo constituído por duas mamoas, com visibilidade directa entre si. A Mamoa 1 situa-se 70 metros a sudeste.

Dista 150 metros da Mamoa 3 de Chão de Porreiras e 300 metros da Mamoa do Outeiro do Malho.

Estado de conservação: Razoável.

Observações: Situada em propriedade dos herdeiros de Simão José Barbosa.

Bibliografia: Inédita.

MEG 43 - MAMOA 3 DE CHÃO DE PORREIRAS

Freguesia: Porreiras.

Lugar: Chão de Porreiras.

Coordenadas planimétricas GAUSS: X = 165,325; Y = 554,950.

Altitude: 582.9 metros.

C.M.P.: 1/25.000, 7, 1949 e 1997.

C. Geológica: 1/50.000, 1-C, 1962.

Geologia: Mancha de rochas eruptivas de granito alcalino de grão médio.

Geomorfologia: Zona planáltica, com pequenas elevações, situada no limite norte da bacia superior do rio Coura.

Rede hidrográfica escassa, existindo na área linhas de água que vão desaguar no rio Coura.

Mancha de solo de tipo F (aptidão florestal).

Vegetação: Giesta e tojo.

Povoamento actual: Nulo.

Descrição: *Tumulus* semicircular pouco volumoso, com maior pendor a oeste. Cratera de violação com 4 metros de diâmetro. A densidade da vegetação impede uma melhor visualização do monumento, não se observando, porém, elementos típicos da carapaça lítica. A estrutura dolménica revela a existência de um esteio, em granito de grão médio, no interior da cratera de violação.

Acessos: A partir da Capela de Nossa Senhora do Pilar (Porreiras) seguir pela estrada do Outeiro do Malho. Parar 1200 metros à frente. Tomar o caminho de pé posto que segue para nordeste. A mamoa encontra-se 250 metros à frente.

Relações espaciais: Agrupada em núcleo constituído por duas mamoas (Mamoas 3 e 4 de Chão de Porreiras), com visibilidade directa entre si. Visibilidade directa, igualmente, para as Mamoas 1 e 2 de Chão de Porreiras, situadas a maior distância.

Estado de conservação: Razoável.

Observações: Esta mamoa integra um conjunto constituído por quatro monumentos (Mamoas de Chão de Porreiras), duas das quais estão implantadas na freguesia de Insalde (Mamoas 1 e 2) e outras duas na freguesia de Porreiras (Mamoas 3 e 4).

Situada em propriedade de Diamantino Pereira Fernandes.

Bibliografia: OLIVEIRA 1993, 463.

MEG 44 - MAMOA 4 DE CHÃO DE PORREIRAS

Freguesia: Porreiras.

Lugar: Chão de Porreiras.

Coordenadas planimétricas GAUSS: X = 165,275; Y = 554,875.

Altitude: 557.4 metros.

C.M.P.: 1/25.000, 7, 1949 e 1997.

C. Geológica: 1/50.000, 1-C, 1962.

Geologia: Mancha de rochas eruptivas de granito alcalino de grão médio.

Geomorfologia: Zona planáltica, com pequenas elevações, situada no limite norte da bacia superior do rio Coura.

Rede hidrográfica escassa, existindo na área linhas de água que vão desaguar no rio Coura.

Mancha de solo de tipo F (aptidão florestal).

Vegetação: Giesta e tojo.

Povoamento actual: Nulo.

Descrição: *Tumulus* circular pouco volumoso, com maior pendor a norte e com cerca de 0.80 metros de altura. A densidade da vegetação impede uma melhor visualização da superfície do monumento. No entanto, no perfil resultante da abertura da cratera de violação observam-se algumas pedras da carapaça.

Acessos: A partir da Capela de Nossa Senhora do Pilar (Porreiras) seguir pela estrada do Outeiro do Malho. Parar 1200 metros à frente. Tomar o caminho de pé posto que segue para nordeste. A mamoa encontra-se 50 metros à frente, do lado esquerdo.

Relações espaciais: Agrupada em núcleo constituído por duas mamoas (Mamoas 3 e 4 de Chão de Porreiras), com visibilidade directa entre si. Visibilidade directa, igualmente, para as Mamoas 1 e 2 de Chão de Porreiras, situadas a maior distância.

Estado de conservação: Razoável.

Observações: Esta mamoa integra um conjunto constituído por quatro monumentos (Mamoas de Chão de Porreiras), duas das quais estão implantadas na freguesia de Insalde (Mamoas 1 e 2) e outras duas na freguesia de Porreiras (Mamoas 3 e 4).

Implantada em propriedade da Junta de Freguesia de Porreiras.

Bibliografia: Inédita.

MEG 45 - MAMOA DO OUTEIRO DO MALHO

Freguesia: Porreiras.

Lugar: Outeiro do Malho.

Coordenadas planimétricas GAUSS: X = 165,525; Y = 555,450.

Altitude: +/-620 metros.

C.M.P.: 1/25.000, 7, 1949 e 1997.

C. Geológica: 1/50.000, 1-C, 1962.

Geologia: Mancha de rochas eruptivas de granito alcalino de grão médio.

Geomorfologia: Zona planáltica, com pequenas elevações, situada no limite norte da bacia superior do rio Coura.

Rede hidrográfica escassa, existindo na área linhas de água que vão desaguar no rio Coura.

Mancha de solo de tipo F (aptidão florestal).

Vegetação: Vegetação arbustiva de giesta e tojo, e arbórea de pinheiro e eucalipto.

Povoamento actual: Nulo.

Descrição: Mamoa cortada do lado oeste aquando da abertura da Estrada do Outeiro do Malho.

Apresenta *tumulus* de formato subcircular, com maior pendor a norte, e uma massa tumular pouco volumosa. Possui actualmente cerca de 16 metros de diâmetro no eixo norte/sul, 11 metros no eixo este/oeste e cerca de 1,10 metros de altura. A cratera de violação, de grandes dimensões, tem 3 metros de diâmetro, no eixo norte/sul, e 2,60 metros no eixo este/oeste. Evidencia fortes vestígios de uma estrutura de contenção composta essencialmente por pedras de granito e algum quartzo. Não se observa à superfície a estrutura dolménica.

Acessos: A partir da Capela de Nossa Senhora do Pilar (Porreiras) seguir pela estrada do Outeiro do Malho. A mamoa encontra-se 1820 metros à frente, do lado direito, parcialmente destruída pelos trabalhos de construção da estrada.

Relações espaciais: Visibilidade directa para as Mamoas 3 e 4 de Chão de Porreiras.

Estado de conservação: Razoável.

Observações: Situa-se no interior de um terreno, vedado por um muro rústico de pedra, propriedade de António Fernandes.

Bibliografia: OLIVEIRA 1993, 467.

MEG 46 - MAMOA 1 DE PORTO RABEL OU DOS PICÕES

Freguesia: Porreiras.

Lugar: Porto Rabel ou Picões.

Coordenadas planimétricas GAUSS: X = 164,575; Y = 554,125.

Altitude: 522.9 metros.

C.M.P.: 1/25.000, 7, 1949 e 1997.

C. Geológica: 1/50.000, 1-C, 1962

Geologia: Mancha de rochas eruptivas de granito alcalino de grão médio.

Geomorfologia: Zona planáltica, com pequenas elevações, situada no limite norte da bacia superior do rio Coura, situando-se o monumento numa área de menor altitude, onde ocorre já a prática da agricultura.

Rede hidrográfica escassa, existindo na área linhas de água que vão desaguar no rio Coura.

Mancha de solo de tipo F (aptidão florestal).

Vegetação: Vegetação arbustiva de giesta e tojo, e arbórea de pinheiro e eucalipto.

Povoamento actual: Nulo.

Descrição: *Tumulus* de formato subcircular, com uma massa tumular pouco volumosa. Possui cerca de 14 metros de diâmetro no eixo norte/sul, 11 metros no eixo este/oeste e cerca de 1 metros de altura. A cratera de violação, igualmente de formato subcircular, apresenta grandes dimensões: 3,50 metros de diâmetro, no eixo norte/sul, e 4,80 metros no eixo este/oeste. Da estrutura dolménica apenas são visíveis três esteios, possivelmente deslocados. Evidencia estrutura de contenção somente a nascente.

Acessos: 15 metros depois da Capela de Nossa Senhora do Pilar, a norte, virar à esquerda e seguir por caminho empedrado (caminho dos Picões). Parar 600 metros à frente. A mamoa situa-se cerca de 100 metros a sudoeste, no interior de uma propriedade murada.

Relações espaciais: Agrupada em núcleo constituído por duas mamoas (Mamoas 1 e 2 de Porto Rabel ou dos Picões), com visibilidade directa entre si.

Estado de conservação: Razoável.

Observações: Toponimicamente é também conhecida por Sorregos.

Situada em propriedade de António Ferreira Barbosa.

Bibliografia: OLIVEIRA 1993, 466.

MEG. 47 - MAMOA 2 DE PORTO RABEL OU DOS PICÕES

Freguesia: Porreiras.

Lugar: Porto Rabel ou Picões.

Coordenadas planimétricas GAUSS: X = 164,650; Y = 554,250.

Altitude: 522.9 metros.

C.M.P.: 1/25.000, 7, 1949 e 1997.

C. Geológica: 1/50.000, 1-C, 1962.

Geologia: Mancha de rochas eruptivas de granito alcalino de grão médio.

Geomorfologia: Zona planáltica, com pequenas elevações, situada no limite norte da bacia superior do rio Coura, situando-se o monumento numa área de menor altitude, onde ocorre já a prática da agricultura.

Rede hidrográfica escassa, existindo na área linhas de água que vão desaguar no rio Coura.

Mancha de solo de tipo F (aptidão florestal).

Vegetação: Vegetação arbustiva de giesta e tojo, e arbórea de pinheiro e eucalipto.

Povoamento actual: Nulo.

Descrição: Cerca de 100 metros a nordeste da Mamoa 1 e 10 metros ao lado do caminho dos Picões existe uma outra mamoa de configuração semelhante à Mamoa 1 de Porto Rabel ou dos Picões. Contudo, a densa vegetação que a cobre não permite a obtenção das suas dimensões nem a observação da sua superfície.

Acessos: 15 metros depois da Capela de Nossa Senhora do Pilar, a norte, virar à esquerda e seguir por caminho empedrado (caminho dos Picões). Parar 600 metros à frente. A mamoa situa-se à face do caminho, do lado esquerdo, no interior de uma propriedade murada.

Relações espaciais: Agrupada em núcleo constituído por duas mamoas (Mamoas 1 e 2 de Porto Rabel ou dos Picões), com visibilidade directa entre si.

Estado de conservação: Razoável.

Observações: Toponimicamente é também conhecida por Sorregos.

Situada em propriedade de Arlindo Ferreira Barbosa.

Bibliografia: Inédita.

MEG 48 - MAMOA DA PORTELA (Foto 14)

Freguesia: Romarigães.

Lugar: Portela.

Coordenadas planimétricas GAUSS: X = 161,025; Y = 544,150.

Altitude: +/-450 metros.

C.M.P.: 1/25.000, 15, 1949 e 1996.

C. Geológica: 1/50.000, 1-C, 1962.

Geologia: Manchas dos complexos xisto-grauváquico e xisto-migmático. Rochas filonianas compostas por filões de quartzo.

Geomorfologia: Zona montanhosa de considerável e irregular altitude situada no limite sudoeste da bacia hidrográfica do Coura; área que une a Portela Pequena à Portela Grande e onde se encontra o marco geodésico da Portela.

Rede hidrográfica caracterizada pela existência de algumas linhas de água que vão desaguar no rio Coura.

Mancha de solo de tipo F (aptidão florestal).

Vegetação: Vegetação arbustiva de giesta e tojo e arbórea de pinheiro e eucalipto.

Povoamento actual: Nulo, embora se localize nas proximidades a *Casa dos Fogos (Quartel)* da Portela.

Descrição: *Tumulus* inexistente. Da hipotética estrutura dolménica existe apenas um esteio que, no entanto, de acordo com um agente da guarda-florestal, foi naquele local colocado há cerca de 200 anos como marco divisório de concelho (Paredes de Coura - Ponte de Lima). Trata-se de um grande monólito com 1,17 metros de altura, 0,50 metros de largura máxima e 0,40 metros de largura mínima.

Acessos: Por caminho florestal, a partir da *Casa dos Fogos (Quartel)* da Portela.

Estado de conservação: Mau.

Observações: Assinalada apenas na Carta Geológica de Portugal.

Propriedade baldia.

Bibliografia: Inédita.

MEG 49 - MAMOA DA PORTELA PEQUENA DA LABRUJA

Freguesia: Romarigães.

Lugar: Portela Pequena da Labruja.

Coordenadas planimétricas GAUSS: X = 160,275; Y = 543,150.

Altitude: +/-420 metros.

C.M.P.: 1/25.000, 15, 1949 e 1996.

C. Geológica: 1/50.000, 1-C, 1962.

Referência bibliográficas: Narcizo A. Cunha (CUNHA 1909 [1979], 118-119) refere a existência de restos de uma mamoa nos limites do concelho de Paredes de Coura com o de Ponte de Lima.

Vitor Oliveira Jorge (JORGE 1982, 427) reproduz a informação de N. A. Cunha.

Observações: Mamoa assinalada na Carta Geológica de Portugal.

Bibliografia: CUNHA 1909 [1979], 118 e 119; JORGE 1982, 427.

MEG 50 - MAMOA 1 de ANTAS

MEG 51 - MAMOA 2 de ANTAS

MEG 52 - MAMOA 3 de ANTAS

Freguesia: Rubiães.

Lugar: Antas.

Altitude: entre 140 e 170 metros.

C.M.P.: 1/25.000, 15, 1949 e 1996.

C. Geológica: 1/50.000, 1-C, 1962.

Geologia: Mancha de granito alcalino de grão grosseiro.

Referências bibliográficas: J. Leite de Vasconcelos, citando o artigo "Materiaes para a archeologia do districto de Vianna", de F. Martins Sarmiento (1883, 96), refere que "Perto do lugar de Antas havia tres mamôas que continham porém só algumas das pedras do monumento que primitivamente encerrára. Estavam dispostas em linha quasi recta, distando entre si respectivamente cem e duzentos metros."

Narcizo A. Cunha (CUNHA 1909 [1979], 111), por seu lado, menciona uma visita efectuada ao lugar de Antas, onde foi informado por um habitante da existência de "*fornos de telhas*". Francisco Martins Sarmiento, que o acompanhava na visita, assinalou de pronto: "são *mamoas*; é a parte externa das *antas*".

Vitor Oliveira Jorge (JORGE 1982, 427) menciona a existência, no mesmo lugar, de três mamoas, tendo duas delas sido escavadas por Narcizo A. Cunha e J. Pestana QUEM DIZ ISTO?.

Observações: Toponimicamente são também conhecidas por Mamoas dos Pinhais de Antas.

Bibliografia: SARMENTO 1883, 96; VASCONCELOS 1896, 61; CUNHA 1909 [1979], 111; JORGE 1982, 427; OLIVEIRA 1993, 458.

NÚCLEO MEGALÍTICO DE CHÃ DE LAMAS (MEG 53 a 57)

Freguesia: S. Martinho de Vascões.

Lugar: Chã de Lamas.

Altitude: 585 metros.

C.M.P.: 1/25.000, 16, 1948 e 1996.

C. Geológica: 1/50.000, 1-D, 1985.

Geologia: Mancha de xistos pelíticos, com intercalações de quartzitos e liditos, grafitosos, em terrenos do Silúrico indiferenciado, e caracterizados por metassedimentos do Paleozóico. A potência estratigráfica é da ordem dos 500 metros, com um pendor médio de 70°. Para oeste, próximo do Núcleo, existem duas explorações abandonadas de tungsténio e estanho, observando-se, nas proximidades, intrusões filonianas de quartzo e pegmatito. A mancha de xistos pelíticos é circundada a nor-nordeste por filões longitudinais de granito de grão fino a médio de duas micas (designado "granito do Extremo") e, nas restantes áreas, por granito porfiróide de grão grosseiro, essencialmente biotítico e de formação tardi-tectónica (designado "granito de Paredes de Coura").

Geomorfologia: Núcleo integrado numa extensa chã, relativamente plana, com um desnível de cerca de 10.57 metros, entre os locais de implantação da Mamoa 3 (a mais elevada) e da Mamoa 1 (a de menor altitude).

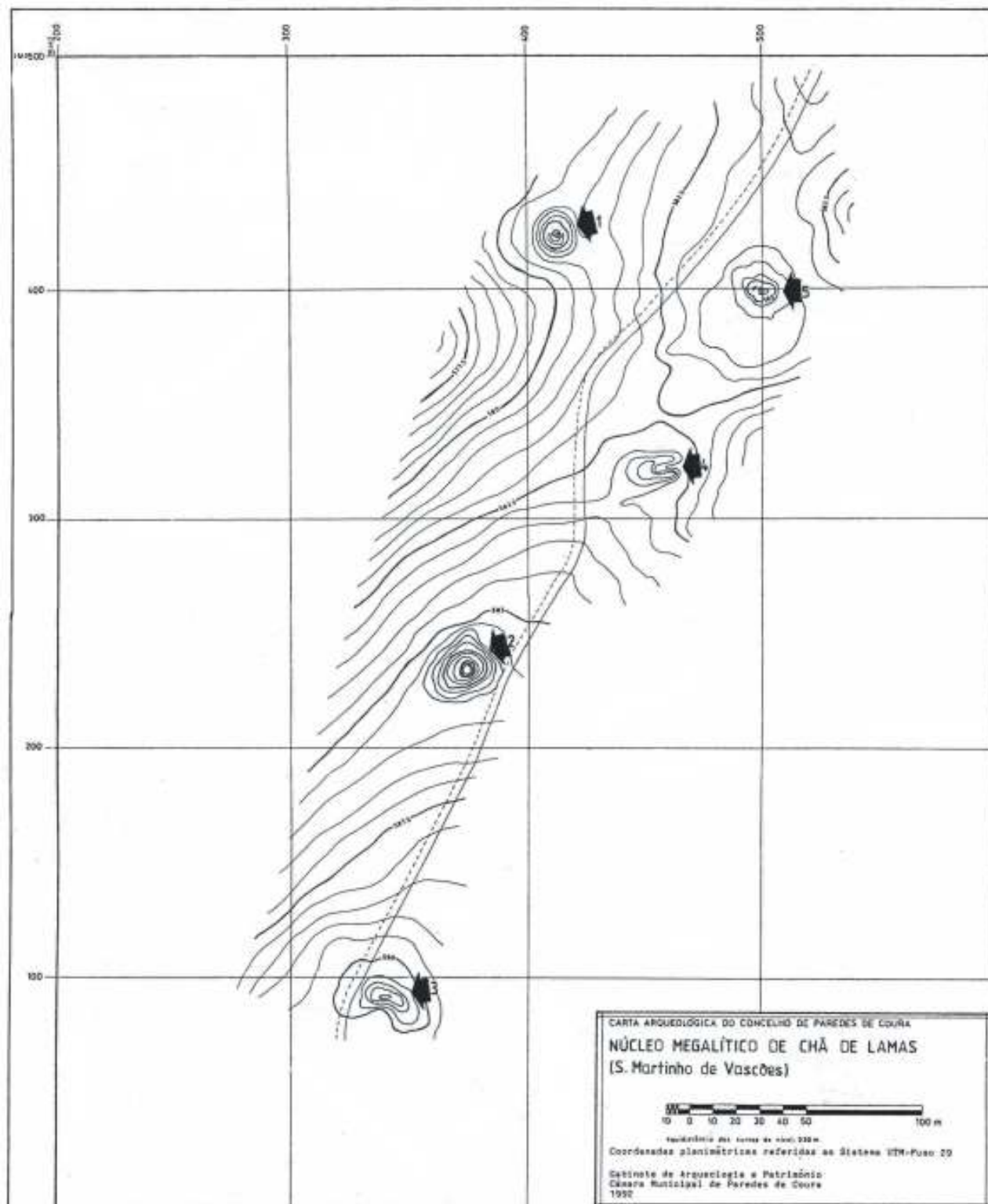
Limitando a nascente a área do Núcleo, encontra-se a Lagoa da Salgueirinha.

O conjunto das cinco mamoas (Figuras 24, 25 e 26) destaca-se na paisagem pela implantação em extenso *plateau*, inserido na Colónia Agrícola de Chã de Lamas, considerada Reserva Agrícola Nacional AINDA É?. Os terrenos estão actualmente reservados a pasto de bovídeos, pelo que as mamoas, mais nuns casos que noutros, foram mantendo a sua integridade.

Vegetação: A chã encontra-se coberta por vegetação rasteira (gramíneas, giestas, tojos e cardos). A norte do Núcleo existem terrenos cultivados com milho e batata, pertencentes à Colónia Agrícola, cujas habitações se situam sensivelmente a nor-nordeste da Mamoa 1. A vegetação arbórea é constituída, maioritariamente, por pinheiro bravo, pinheiro nórdico, videeiro e capacitos.

A chã está cortada longitudinalmente por um caminho carreteiro, ladeado por densa vegetação arbustiva (giestas e silvas) e arbórea (pinheiros e videiros).

Referências bibliográficas: Narciso Alves da Cunha (1909 [1979]), ao descrever a Martins Sarmento as mamoas de Chã de Lamas, refere: "Eram uns montículos de terra, forma alaranjada, ou cónica, destacando-se acima do nível do terreno circunjacente, a que o povo chamava Fornos de Telha". E acrescenta: "Notei que eram bastantes e muito próximos uns dos outros" (111-112). Afirma ainda que existiam "oito antas" a "poente da Lagoa da Salgueirinha", as quais conhecia desde 1881 (*idem*, 117). Como Martins Sarmento não dispunha, na altura, de tempo para as escavar, delegou em Narciso A. da Cunha e em Pestana de Vasconcelos a tarefa da "exploração das antas da Salgueirinha" (*idem*, 112), tendo sido escavada a mamoa por nós designada Mamoa 3.



Pode-se afirmar que pelo menos duas outras mamoaas deste Núcleo sofreram uma acção de escavação: trata-se das denominadas Mamoaas 1 e 2, provavelmente escavadas por Leite de Vasconcelos em 1905 (1909 [1979], 117; VASCONCELOS, 1909). Ficam, no entanto, dúvidas acerca da escavação destes monumentos por parte de Leite de Vasconcelos, pois Narcizo A. da Cunha e Pestana de Vasconcelos, numa carta enviada a Martins Sarmento e por este referida (1933, 97), afirmam a determinado passo: "Fizeram-se escavações em dois montículos e verificamos que os mesmos cobriam dólmenes regularíssimos, como o de Âncora (Lapa dos Mouros), faltando-lhes em todos as pedras que formavam o tecto, decerto por lhes terem sido roubadas. Têm uma entrada formada por um renque de pedras dum e doutro lado, e uma formidável pedra ao fundo, com disposição igual à de Âncora". Seriam dólmenes de corredor com uma grande laje de cabeceira.

Campanha de estudo e valorização do núcleo de 1991: Em Agosto de 1991 efectuou-se uma campanha de estudo e valorização deste Núcleo Megalítico que constou, em síntese, das seguintes etapas:

- limpeza da densa vegetação rasteira que cobria as cinco mamoaas (apenas a Mamoa 3 estava - e assim continua - igualmente coberta com vegetação arbórea);
- elaboração do desenho planimétrico de todas as estruturas visíveis;
- limpeza, verticalização parcial, desenho e estudo do corte estratigráfico resultante de violação da Mamoa 4;
- topografia e cartografia do Núcleo.
- estudo externo dos monumentos;
- levantamento fotográfico e em vídeo;
- sinalização de acessos a partir da E.N. 303 (Foto 15);
- colocação de placa didáctico-explicativa;
- publicação do resultado dos trabalhos (SILVA e FÉLIX 1992, 17-32).

Pela importância de que se revestiu para o estudo destes monumentos, importa explicar aqui a metodologia seguida no levantamento topográfico. Este trabalho foi composto por três etapas fundamentais: levantamento planimétrico e altimétrico de cada uma das mamoaas; levantamento da planta geral do Núcleo; e implantação do Núcleo na Rede Geodésica Nacional.

O método utilizado para o levantamento individualizado de cada monumento consistiu na implantação da maior parte da área a cartografar no interior de uma figura de apoio topográfico.

Terminado o levantamento individualizado das cinco mamoaas, procedeu-se ao desenvolvimento da segunda etapa, a da realização da planta geral. Montada a cadeia, foram então levantados os pontos de pormenor intermédios.

Finalmente, dois dos vértices que definiam um dos lados da cadeia foram ligados à Rede Geodésica Nacional, ou seja, foram determinadas as coordenadas planimétricas (Sistema UTM) e altimétricas. O método escolhido foi o da orientação de giro, efectuado a partir do vértice geodésico Curro de Agosto, situado nas proximidades do Núcleo, com projecção para o lado da cadeia seleccionado.

Com o passar dos anos a vegetação voltou, naturalmente, a crescer, tendo sido esporadicamente feita a sua manutenção, pelo que nem sempre as mamoaas se encontram limpas e passíveis de proporcionar uma visita mais demorada.

Acesso: Pela E.N. 303 (no sentido Coura/Arcos). Ao Km 25 vira-se à esquerda, entrando-se em caminho municipal que segue até à Colónia Agrícola. O acesso está sinalizado desde 1992 através de dois tipos de placas: as indicadoras do local e uma didáctico-explicativa. As primeiras, em forma de seta, sinalizam o caminho a tomar (com indicação da quilometragem). A placa didáctico-explicativa – destruída pouco tempo após a sua colocação –, de formato rectangular (2 x 1,5m), foi colocada à entrada do núcleo e comportava um mapa indicativo do posicionamento das mamoas na chã, um esquema, em corte, de mamoa e anta, além de outras informações.

Observações: O Núcleo é constituído por cinco monumentos, embora existam mais três exemplares algumas centenas de metros a norte, em relativo bom estado de conservação e de configuração e dimensões semelhantes àquelas, provavelmente as restantes do conjunto de oito referidas por Narciso A. da Cunha (1979, 111-113; 117 e 569). Habitantes locais informaram-nos que há alguns anos, aquando da florestação intensiva de várias zonas da chã e terrenos circundantes, várias mamoas haviam sido totalmente destruídas, nomeadamente a sul do monumento por nós designado Mamoa 3. No entanto, tendo em consideração o facto de a Mamoa 3 estar integrada na zona florestada, não ter sido destruída e não haver referências a outros monumentos que não os oito descritos por Narciso A. da Cunha, devemos analisar com prudência estas informações.

MEG 53 - MAMOA 1 DE CHÃ DE LAMAS (Figuras 27 e 28; Fotos 16, 17 e 18)

Coordenadas planimétricas GAUSS: X = 169,080; Y = 549,110.

Altitude: 580.28 metros.

Descrição: Monumento de planta subcircular, constituído superficialmente por terra e alguns clastos de xisto. Apresenta, em termos volumétricos, o maior *tumulus* do Núcleo, sendo, igualmente, o de maior diâmetro e perímetro.

Cratera de violação bastante profunda e ampla, apresentando ainda uma sanja de violação a norte e vestígios de deposição, na base do monumento, da terra extraída da sanja. Trata-se, provavelmente, de vestígios das escavações realizadas por Narciso A. da Cunha e Pestana de Vasconcelos (SARMENTO 1933, 97) ou por Leite de Vasconcelos (1909), actualmente difíceis de distinguir.

Afloram à superfície os topos fracturados de quatro prováveis esteios da câmara, dispostos obliquamente e inclinados para o centro. Dois são em granito de grão fino e os outros dois em granito de grão grosseiro. Um deles encontra-se ao centro da cratera de violação pelo facto de estar deslocado ou por ser apenas um fragmento. Alguns clastos em granito e xisto e uma laje depositada em cutelo completam o que é visível da estrutura interna do monumento.

Dimensões (em metros):

Tumulus :

Diâmetro norte/sul: 31;

Diâmetro este/oeste: 33;

Altura: 2,5 ;

Perímetro (medido com distanciómetro): 98;

Cratera de violação:

Diâmetro médio: 5

Profundidade média: 1,53.

Relações espaciais: Agrupada em núcleo constituído por cinco mamoas com visibilidade directa entre si.

Estado de conservação: Bom.

Observações: Toponimicamente o lugar é também conhecido por Lagoa da Salgueirinha e Colónia Agrícola de Chã de Lamas.

Mamoas situada em propriedade da Colónia Agrícola de Chã de Lamas.

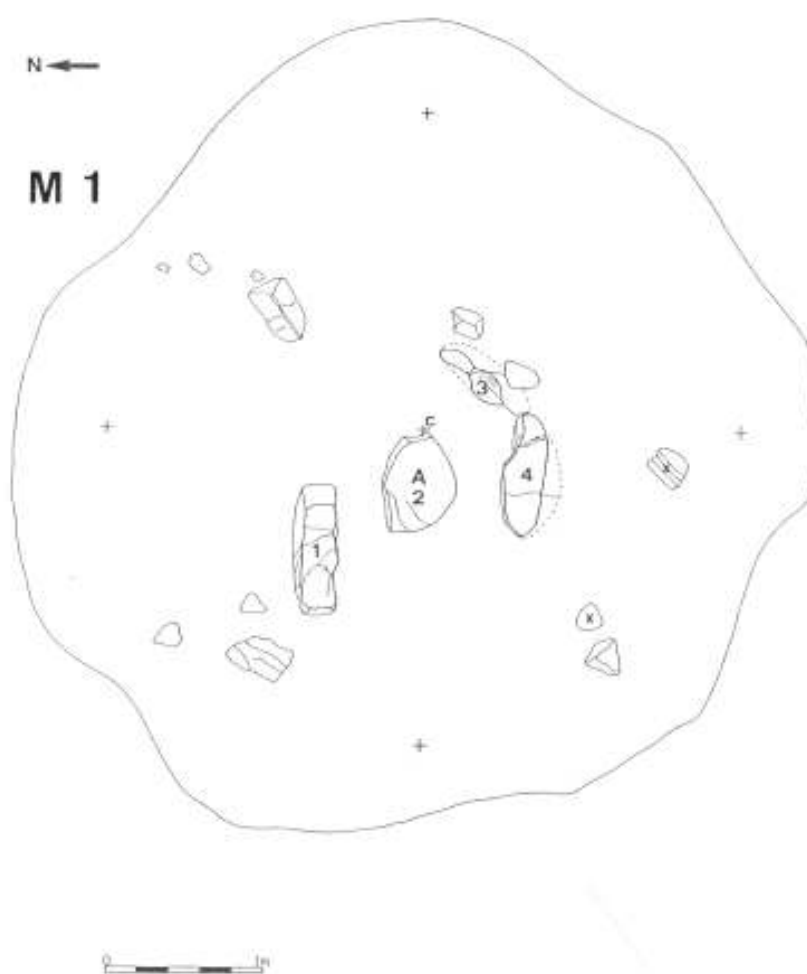


Fig. 27 – Desenho planimétrico da cratera de violação e implantação da estrutura visível (MEG 53 – Mamoas 1 de Chã de Lamas)

A - Esteio deslocado

X - Xisto

MEG 54 - MAMOA 2 DE CHÃ DE LAMAS (Fotos 18 e 19)

Coordenadas planimétricas GAUSS: X = 170,010; Y = 548,900.

Altitude: 586.21 metros.

Descrição: Possui, tal como a cratera de violação, planta subcircular. Não apresenta qualquer vestígio de esteios o que, tendo em consideração a profundidade da cratera, leva a supor a existência de um considerável nível de alteração das estruturas internas. Dentro da cratera apenas foram registados dois pequenos blocos de granito.

A couraça pétreia é pouco visível à superfície do *tumulus* (em granito, xisto e quartzo), embora esteja presente, sendo perfeitamente verificável no corte efectuado pelo caminho no lado este.

Uma sanja de violação desenvolve-se a partir da cratera na direcção nascente (cerca de 2 metros de largura e uma profundidade máxima de 50 cm), devendo tratar-se de um vestígio de escavações antigas, tal como foi atrás assinalado para a Mamoa 1. Observa-se neste ponto uma densa camada de pedra.

A Mamoa 2 é o monumento do Núcleo que mais sobressai no conjunto se tivermos em conta a relação diâmetro/altura do *tumulus* (cerca de 25 metros para 3). Possui bastante pendor em toda a superfície, embora mais pronunciado a oeste.

Dimensões (em metros):

Tumulus:

Diâmetro norte/sul: 25;

Diâmetro este/oeste: 26;

Altura: 3;

Perímetro (medido com distanciómetro): 83;

Cratera de violação:

Diâmetro médio: 5;

Profundidade média: 1,30.

Relações espaciais: Agrupada em núcleo constituído por cinco mamoas com visibilidade directa entre si. Situa-se cerca de 170 metros a sul da Mamoa 1, numa situação de óptima visibilidade, quer topográfica quer efectiva.

Estado de conservação: Bom.

Observações: Toponimicamente o lugar é também conhecido por Lagoa da Salgueirinha e Colónia Agrícola de Chã de Lamas.

Mamoas situada em propriedade da Colónia Agrícola de Chã de Lamas.

MEG 55 - MAMOA 3 DE CHÃ DE LAMAS OU ANTA DO COUTO DO RIGUEIRINHO (Figuras 29 e 30; Fotos 20 e 21)

Coordenadas planimétricas GAUSS: X = 170,020; Y = 548,600.

Altitude: 590.52 metros.

Descrição: Mamoa de configuração subcircular, apresentando vestígios do que aparenta ser um anel lítico exterior de contenção. É o monumento de menores dimensões do Núcleo.

Possui uma sanja de violação que liga a cratera central à periferia do *tumulus*, no sentido sudoeste/nordeste. A cratera é de grandes dimensões e bastante profunda.

O seu maior pendor verifica-se para oeste, onde passa o caminho, esbatendo-se para sul e leste.

Este monumento parece corresponder à mamoa intervencionada em 1881 por Narciso A. da Cunha e Pestana de Vasconcelos com "autorização" de Martins Sarmiento, tendo a intervenção sido descrita pelo

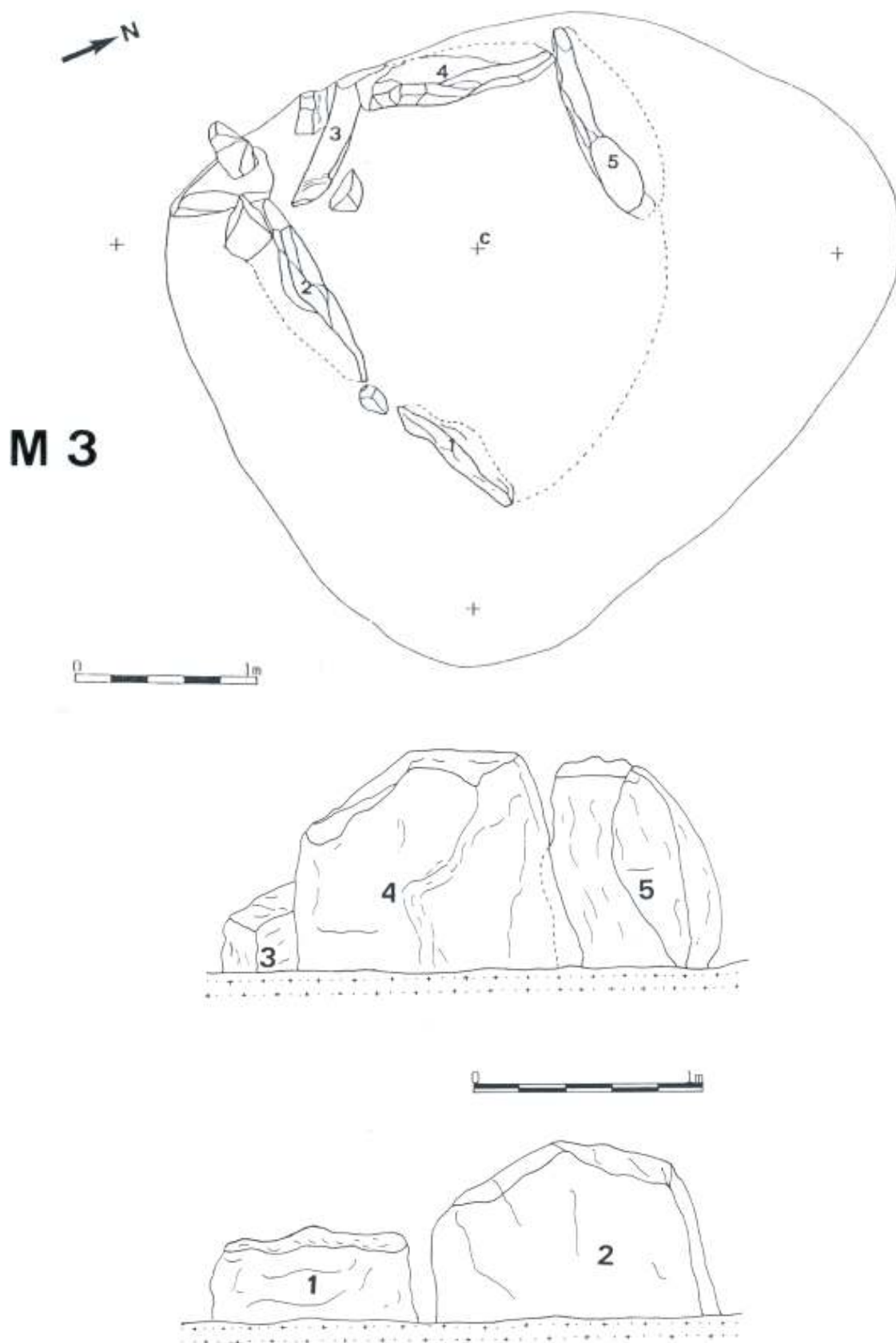


Fig. 30 - Desenho planimétrico e alçados norte/sul e nordeste/sudoeste (MEG 55 – Mamoa 3 de Chã de Lamas).

primeiro nos seguintes termos: *Os trabalhadores [eram dois munidos de enxada e alvião] (...) começaram o ataque e puseram a descoberto, casualmente, uma entrada para a mamoa, espécie de corredor, voltado ao nascente.*

Era a galeria.

Pouco e pouco, foi-se esvasiando a camara, mas não até ao fundo, ficando à vista cinco enormes pedras.

Chegou-se à profundidade de quasi três metros, não se atingindo, porém, a raiz delas, que eram grandes lágeas, encostadas umas às outras, formando uma espécie de forno muito alto e relativamente estreito. A galeria devia ter 0,66 centímetros de largura.

Não apareceram sílex, nem machados de pedra, nem qualquer outros objectos, dos recomendados à nossa... imperícia por M. Sarmiento.

Ou a anta estava profanada, ou os noviços... a profanaram.

A meza tinha desaparecido. (CUNHA, 1979, 113).

A Mamoa 3 é a única que se adapta às descrições de Narcizo A. da Cunha, especialmente no que se refere à orientação e largura do corredor, ao número de esteios e à configuração da câmara. Na realidade, a sanja de violação actualmente visível orienta-se sensivelmente para nascente (sudoeste/nordeste) e possui cerca de um metro de largura; o número de esteios conservados é de cinco, dispostos de forma semi-circular. O único ponto discordante diz respeito à profundidade atingida, que parece demasiada para as características do monumento.

Na periferia do *tumulus* existem alguns blocos graníticos de dimensões apreciáveis, provavelmente fragmentos de esteios ou de tampas.

Dois dos esteios estão fragmentados, um deles um pouco esfacelado e os outros dois praticamente intactos, embora ameaçando tombar. Três são em granito porfiróide de grão grosseiro, um em granito de grão médio e outro em granito de grão fino.

Dimensões (em metros):

Tumulus:

Diâmetro norte/sul: 17;

Diâmetro este/oeste: 17;

Altura: 1,6;

Perímetro (medido com distanciómetro): 63;

Cratera de violação:

Diâmetro médio: 3,6;

Profundidade média: 1,1;

Câmara:

Comprimento (visível): 2,1 m;

Largura (visível): 1,9 m;

Esteios:

Largura (visível): entre 0,9 e 1,3;

Espessura (visível): entre 0,1 e 0,2;

Altura (visível): entre 0,4 e 0,96.

Espólio: Conta de colar, em âmbar (Fig. 31, escala 1:1).

Conta discóide, de cor alaranjada escura; perfuração central cilíndrica.



Dimensões: 1,3 cm de diâmetro e 0,7 cm de espessura.

Depósito: Museu Nacional de Arqueologia (Ref.: conta 1126 - MNA 2201, v. 3, nº 9927).

Refere-se como proveniência a Anta do Couto do Rigueirinho (Serra de Chã de Lamas), Paredes de Coura.

Relações espaciais: Agrupada em núcleo constituído por cinco mamoas com visibilidade directa entre si. Este monumento é o de menores dimensões do núcleo, situando-se cerca de 113 metros a su-sudeste da Mamoa 2 e cerca de 227 metros a sul da Mamoa 4.

Estado de conservação: Razoável.

Observações: Toponimicamente o lugar é também conhecido por Lagoa da Salgueirinha e Colónia Agrícola de Chã de Lamas.

Mamoas situadas em propriedade da Colónia Agrícola de Chã de Lamas.

MEG 56 - MAMOA 4 DE CHÃ DE LAMAS (Figura 32; Fotos 22 e 23)

Coordenadas Planimétricas GAUSS: X = 170,050; Y = 548,980.

Altitude: 583.03 metros.

Descrição: Monumento de planta subcircular, quase não tendo visível a couraça pétreas. Um anel lítico exterior de contenção observa-se na base, nomeadamente no lado nordeste. O *tumulus* é bastante volumoso e de grandes dimensões, quer em perímetro quer em altura, situando-se o seu maior pendor a norte.

Trata-se do monumento do Núcleo que se encontra mais destruído pelo facto de, segundo informações de um dos proprietários da chã, nele ter sido construído um forno para cozedura de tijolo, o qual chegou a funcionar, tendo sido mais tarde abandonado. Actualmente, no entanto, não se vislumbram quaisquer vestígios dessa estrutura e/ou do seu funcionamento.

Não existe nenhum esteio conservado, pois a abertura da vala destruiu por completo a zona da câmara. O facto de a vala se orientar sensivelmente para nascente leva a supor que, a ter existido, também o corredor desapareceu totalmente.

Dimensões (em metros):

Tumulus:

Diâmetro norte/sul: 28;

Diâmetro este/oeste: 29;

Altura: 2;

Perímetro (medido com distanciómetro): 85;

Vala:

Comprimento: 10;

Largura: 4;

Altura máxima: 1,4.

Estratigrafia: Foi aproveitada a parede da vala para o desenho de um perfil estratigráfico, no sentido su-sudoeste/nor-nordeste. O lado poente apresenta duas camadas (descritas de cima para baixo):

- **Camada A:** constituída por terra humosa, pouco compacta, de cor acastanhada;

- **Camada B:** constituída por terra saibrenta, compacta, de cor castanho-amarelada clara.

Apesar da pouca informação que fornece, não quisemos deixar de documentar a estratigrafia do monumento, visto poder vir a perder-se.

Relações espaciais: Agrupada em núcleo constituído por cinco mamoas com visibilidade directa entre si. É o monumento situado mais próximo da Lagoa da Salgueirinha. Está implantado cerca de 86 metros a sul da Mamoa 5. Da sua parte mais alta visualiza-se a Mamoa 1.

Estado de conservação: Mau.

Observações: Toponimicamente o lugar é também conhecido por Lagoa da Salgueirinha e Colónia Agrícola de Chã de Lamas.

Mamoas situada em propriedade da Colónia Agrícola de Chã de Lamas.

MEG 57 - MAMOA 5 DE CHÃ DE LAMAS (Figuras 33 e 34; Fotos 23 e 24)

Coordenadas planimétricas GAUSS: X = 170,060; Y = 549,070.

Altitude: 583.67 metros.

Descrição: O *tumulus* possui, como os demais, uma configuração subcircular, com maior pendor a nascente.

É visível o topo de um esteio em xisto pelítico com muita mica - que deverá ser de grandes dimensões -, bastante inclinado para o centro da cratera e com a superfície interna muito polida.

A cratera de violação apresenta uma mancha de saibro de cor acastanhada clara, provavelmente resultante do remeximento de terras, e pequenas manchas negras com carvões. É de configuração oblonga e, para além do referido esteio, possui alguns blocos de médio e pequeno porte, em xisto pelítico da mesma variedade do esteio e em granito. Algumas pedras salpicam a superfície do *tumulus*.

Dimensões (em metros):

Tumulus:

Diâmetro norte/sul: 24,5;

Diâmetro este/oeste: 23;

Altura: 1,9;

Perímetro (medido com distanciómetro): 80;

Cratera de violação:

Diâmetro médio: 4;

Profundidade média: 0,4.

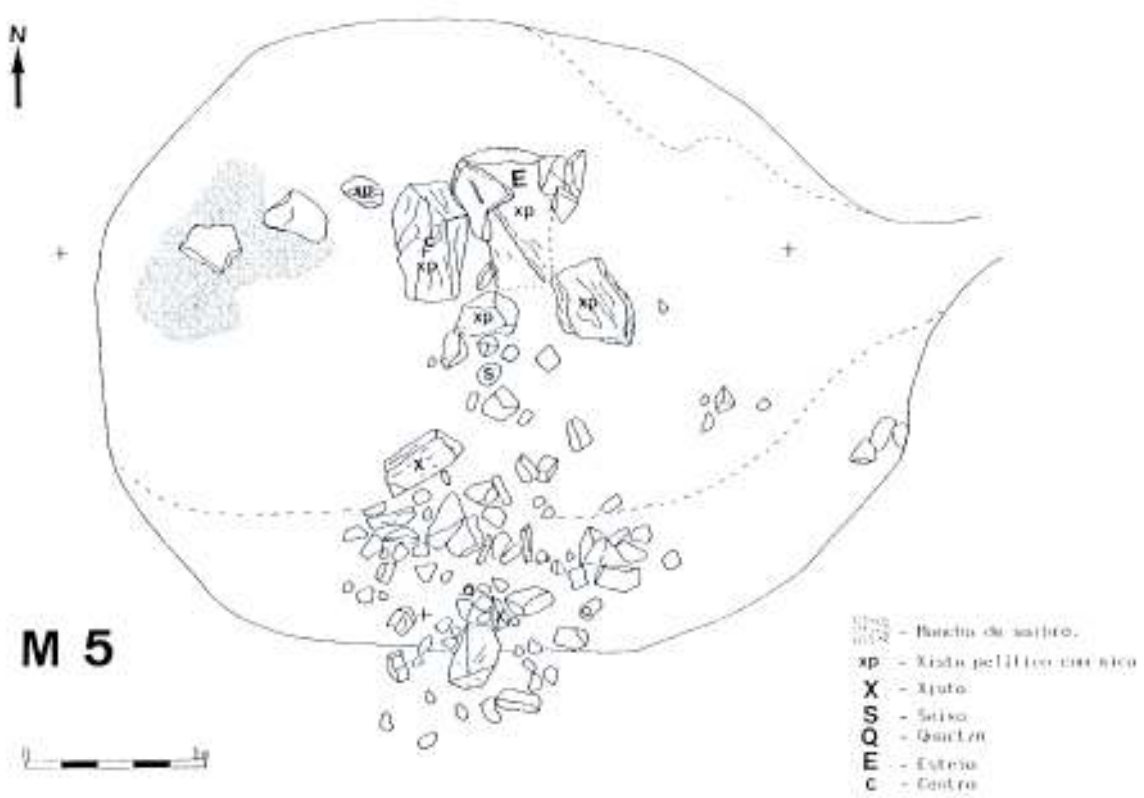
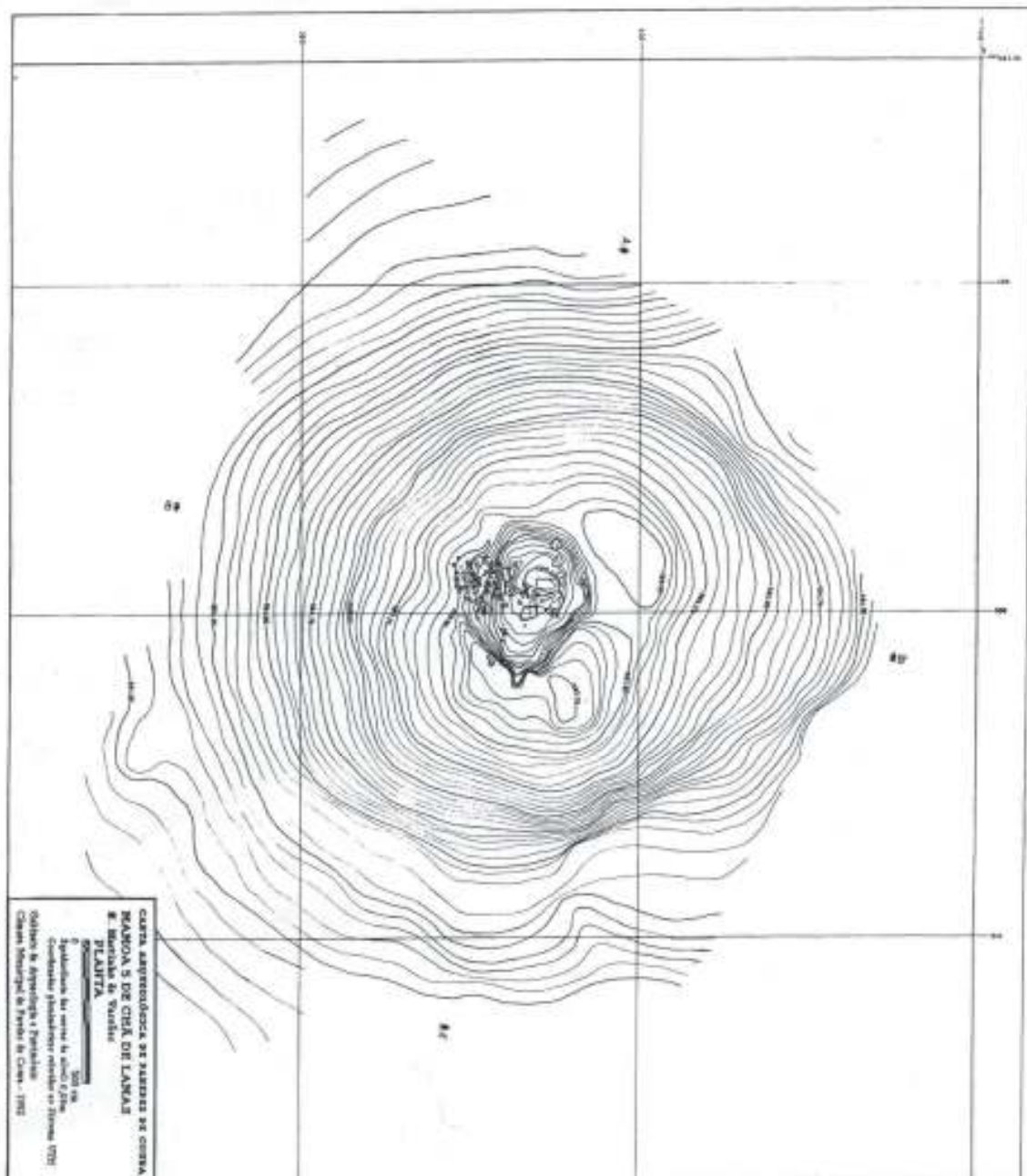
Relações espaciais: Agrupada em núcleo constituído por cinco mamoas com visibilidade directa entre si. Situa-se também próximo da Lagoa da Salgueirinha, a oeste, e possui visibilidade para as Mamoas 4 e 1, na sua parte mais elevada. Aparentemente é o monumento que se encontra em melhor estado de conservação.

Estado de conservação: Bom.

Observações: Toponimicamente o lugar é também conhecido por Lagoa da Salgueirinha e Colónia Agrícola de Chã de Lamas.

Mamoas situada em propriedade da Colónia Agrícola de Chã de Lamas.

Bibliografia do Núcleo: VASCONCELOS 1909; SARMENTO 1933, 97; CUNHA 1909 [1979], 111-113, 117 e 569; JORGE 1982, 426-7 e 830; SILVA e FÉLIX 1992, 17-32; OLIVEIRA 1993, 467.



Freguesia: S. Martinho de Vascões.

Lugar: Coutada da Mó.

Coordenadas planimétricas GAUSS: X = 170,140; Y = 549,800.

Altitude: 625 metros.

C.M.P.: 1/25.000, 16, 1948 e 1996.

C. Geológica: 1/50.000, 1-D, 1985.

Geologia: Mancha de xistos pelíticos, com intercalações de quartzitos e liditos, grafitosos, em terrenos do Silúrico indiferenciado e caracterizados por metassedimentos do Paleozóico.

Geomorfologia: Extensa chã, mais elevada nesta área (em relação ao núcleo constituído pelas 5 mamoa), situada numa zona onde ocorrem pequenas elevações, estando o monumento implantado em encosta de declive suave.

Vegetação: O local situa-se a nor-nordeste da Colónia Agrícola de Chã de Lamas. Vegetação rasteira de gramíneas, giestas, tojos e cardos e arbórea de pinheiro bravo, pinheiro nórdico, videiro e capacitos.

Descrição: *Tumulus* de formato subcircular, com 15 metros de diâmetro nos eixos norte/sul e este/oeste e uma altura de cerca de 2 metros.

Cratera de violação profunda, circular, com cerca de 2 metros de diâmetro e 50 cm de profundidade.

À superfície observam-se fragmentos de topos de esteios em gnaiss e algumas pedras.

Apresenta-se coberta por densa vegetação rasteira e arbórea, o que dificulta a visibilidade.

Acessos: Pela E.N. 303 (no sentido Coura-Arcos). Ao Km 25 vira-se à esquerda, entrando-se em caminho municipal que segue até à Colónia Agrícola, a qual se contorna seguindo-se na direcção da Boulhosa. A mamoa situa-se 100 metros à frente, do lado esquerdo do caminho.

Relações espaciais: Actualmente não existe visibilidade para qualquer dos monumentos situados nas proximidades.

Estado de conservação: Razoável.

Observações: Mamoa situada em propriedade de José Alves Oliveira.

Bibliografia: SARMENTO 1933, 97; VASCONCELOS 1909; CUNHA 1979, 111-3, 117 e 569; SILVA e FÉLIX 1992, 21.

MEG 59 - MAMOA 7 DE CHÃ DE LAMAS OU MALHADOIRA

Freguesia: S. Martinho de Vascões.

Lugar: Chã de Lamas.

C.M.P.: 1/25.000, 16, 1948 e 1996.

C. Geológica: 1/50.000, 1-C, 1985.

Estado de conservação: Destruída.

Observações: Prospectada a zona, em 1992, não foi encontrada a mamoa. Toda a área havia sido recentemente objecto de trabalhos de plantação florestal.

Eduardo Pires de Oliveira (1993) refere, contudo, a existência de uma mamoa, com o n.º 117: "Malhadoira. Mamoa violada. M=549,9; P=169,6".

Bibliografia: SILVA e FÉLIX 1992, 21; OLIVEIRA 1993, 467.

MEG 60 - MAMOA 8 DE CHÃ DE LAMAS OU BURACA DA MOURA

Freguesia: S. Martinho de Vascões.

Lugar: Chã de Lamas.

C.M.P.: 1/25.000, 16, 1948 e 1996.

C. Geológica: 1/50.000, 1-C, 1985.

Estado de conservação: Destruída.

Observações: Prospectada a zona, em 1992, não foi encontrada a mamoa. Toda a área havia sido objecto de trabalhos de plantação florestal.

Vitor Oliveira Jorge (1982, 426-427) refere, contudo, a existência de uma mamoa com cerca de 23,5 metros de diâmetro e 3 esteios *in situ*.

Eduardo Pires de Oliveira (1993) assinala também a existência de uma mamoa, com o n.º 119: "Buraca da Moura. Mamoa violada. M=549,3; P=169,7".

Bibliografia: JORGE 1982, 426-7; SILVA e FÉLIX 1992, 21; OLIVEIRA 1993, 467.

MEG 61 - MAMOA DE SALGUEIROS GORDOS

Freguesia: Labrujó (Ponte de Lima).

Lugar: Salgueiros Gordos.

C.M.P.: 1/25.000, 15, 1949 e 1996.

C. Geológica: 1/50.000, 1-D, 1985.

Geologia: Mancha do designado granito de Paredes de Coura - granito porfíroide de grão grosseiro, essencialmente biotítico.

Geomorfologia: Zona montanhosa de considerável altitude, situada no limite da bacia hidrográfica do Coura.

Rede hidrográfica escassa, com existência de algumas lagoas e linhas de água que desaguam na ribeira dos Cavaleiros.

Mancha de solo de tipo F (aptidão florestal).

Vegetação: Cobertura vegetal constituída por cedros, carvalho, pinheiro nórdico, tojo e fetos.

(Mamoa integrada na Área de Paisagem Protegida de Corno de Bico.)

Povoamento actual: Nulo.

Descrição: Mamoa de médias dimensões, com cerca 20 metros de diâmetro no eixo norte/sul, 25 metros no eixo este/oeste e cerca de 1,50 metros de altura. Apresenta formato subcircular, sem vestígios de carapaça lítica e uma massa tumular relativamente volumosa. A cratera de violação possui cerca de 2 metros de diâmetro. Não são visíveis à superfície vestígios da estrutura dolménica.

Observações: Já situada no concelho de Ponte de Lima, a Mamoa dos Salgueiros Gordos foi registada pelo facto de se integrar no território correspondente à bacia superior do rio Coura.

Bibliografia: FÉLIX, 1993/94, 23.

2.2 - ESTELAS DA BOULHOSA

PHR 01 - ESTELA INSCULTURADA DA BOULHOSA (Figuras 35, 36 - escala 1:35 - e 37 - desenho)

Freguesia: Insalde.

Lugar: Casal (actualmente não identificável).

C.M.P.: 1:25.000, 8, 1949 e 1996.

C. Geológica: 1/50.000, 1-D (Arcos de Valdevez), de 1985.

Geologia: Mancha alongada de granito do Extremo (granito de grão fino a médio de duas micas); a este e oeste existem xistos pelíticos, com intercalações de quartzitos, liditos, granodioríticos da Boulhosa (granodioríticos porfiróides de grão médio e biotíticos) e a noroeste filões de pegmatito.

Geomorfologia: Zona planáltica, de considerável altitude, situada no limite da bacia superior do rio Coura.

hidrográfica escassa, constituída por uma das nascente do rio de Codecede, afluente do rio Coura.

Mancha de solo de tipo F (aptidão florestal).

Vegetação: Eucalipto.

Terrenos da Reserva Agrícola da Boulhosa.

Povoamento actual: Nulo.

Proveniência: Segundo J. L. Vasconcelos (1910, 31), "este monumento estava num campo de milho no Lugar de Casal, freguesia de Insalde, concelho de Paredes de Coura, e foi-me oferecido para o Museu pelo Sr. Pe. Francisco Manoel Lourenço Barreiros, por intermedio do Sr. Dr. Narciso Candido Alves da Cunha". Encontrada - como se depreende - nos finais do século XIX ou inícios do séc. XX, numa área onde abundavam monumentos funerários megalíticos, a estela seguiu depois, de acordo com o investigador J. Leite de Vasconcelos, para Lisboa, mais concretamente para o Museu Nacional de Arqueologia, onde ainda há poucos anos figurava, em lugar de destaque, na exposição permanente de arqueologia e no respectivo cartaz de divulgação.

Matéria-prima: Granito de grão fino, eventualmente de origem local, de características idênticas ao granito existente nas proximidades da área de



achamento - uma das raras manchas deste tipo de granito na bacia superior do rio Coura.

Dimensões (em centímetros, segundo o eixo morfológico):

Altura

Total:	178;
Superfície insculturada:	63 e 70;
Friso superior decorado:	16;

Largura

Máxima (meio da zona não gravada):	75;
Topo:	68;
Topo da gravura:	64;
Meio da gravura:	59;
Final da área gravada:	62,5;
Base:	59;

Espessura

Topo:	13;
Meio da gravura:	19;
Fim da área gravada:	19;
Meio da área não gravada:	14,5;
Base:	18.

Descrição e interpretação: Esta estela insculturada foi descrita, em 1910, por J. Leite de Vasconcelos da seguinte forma: "é uma lage toscamente aparelhada na metade superior, que está toda ella insculpturada. Podemos suppor dividida em duas partes iguaes esta metade. Em baixo vêem-se muitos sulcos, que formam figuras sub-quadrangulares, inclusas umas nas outras. Em cima não posso dizer ao certo o que o artista quis representar (ninguem pensará que seja uma cara); apenas ao lado direito do observador me parece que se desenha um machado" (1910, 31).

Trata-se de um monólito cuja metade superior foi aplanada e gravada. Os sulcos, obtidos por picotagem, são pouco profundos e algo irregulares, marcando linhas que variam entre 0,5 e 0,7 cm de largura. As concavidades existentes no topo central da peça possuem um diâmetro que oscila entre 2 e 2,5 cm.

A superfície posterior do monólito não foi tratada ou gravada.

A parte inferior apresenta-se também em bruto, sugerindo o seu enterramento em posição vertical.

A superfície insculturada é composta por gravuras de contornos esquemáticos e geométricos e encontra-se dividida em duas áreas distintas.



Uma primeira interpretação dos motivos aponta para a existência na área superior, de carácter esquemático-simbólico, de uma figura antropomórfica definida por várias linhas e quatro "fossetes". Desta figura partem várias linhas que definem, à esquerda, figuras rectangulares e, à direita, a estilização de um instrumento encabado - um machado ou outro instrumento de trabalho -, podendo as linhas da esquerda definir, igualmente, instrumentos do mesmo género.

Uma segunda interpretação permite atribuir à figura central a estilização de um rosto, pretendendo as linhas geométricas laterais representar os ombros.

A segunda área da superfície insculturada, de carácter geométrico-simbólico, apresenta-se unida à primeira pela linha externa e é composta por quinze rectângulos concêntricos, que simbolizariam o corpo do ser representado.

Assim sendo, o conjunto das duas partes poderá, de alguma forma, como aliás sugere J. Leite de Vasconcelos (*idem*, 31), querer simbolizar a esquematização de uma figura humana, ideia também partilhada por Vitor e Susana O. Jorge (1990, 199). De resto, existem alguns exemplares - designadamente a estela da Mamoia 1 de Chã do Brinco (Cinfães), entre outras encontradas no sul de Portugal, na Galiza e em França - que apresentam diversas, ainda que ligeiras, semelhanças.

Funcionalidade: A sua função permanece ainda hoje desconhecida. No entanto, o facto de ter estado colocada no solo em posição vertical, próximo de monumentos megalíticos (caso não tenha feito mesmo parte da estrutura de um, o que não nos parece provável), permite-nos atribuir-lhe uma funcionalidade semelhante à desempenhada pelos menires. Uma opinião igualmente partilhada pelos autores referidos (V. e S. JORGE 1990, 199): "Pode ter sido o esteio de um dólmen, mas, evidentemente, não excluimos a hipótese de ter tido uma função diferente".

Qualquer que tenha sido a sua funcionalidade, seria, sem dúvida, uma peça com um importante valor simbólico que se depreende mas do qual se desconhece o real significado, muito provavelmente, no entanto, relacionado com o mundo dos mortos.

Cronologia: O facto de a estela ter sido encontrada na proximidade de monumentos megalíticos, a utilização da técnica de gravação por picotagem e os motivos nela representados apontam para a elaboração da peça num período compreendido entre o Neolítico Final e o Calcolítico, isto é, entre o 4º e o 2º milénio antes de Cristo. Tal cronologia é também assinalada nos registos do Museu Nacional de Arqueologia e apontada pelos autores citados (*idem*, 309).

Estado de conservação: Bom.

Depósito: Museu Nacional de Arqueologia (s/nº de inv.).

Observações: Dadas as dificuldades de interpretação que as gravuras apresentam, optou-se por se inserir diversas ilustrações da estela. Assim, as imagens representadas na figura 37 e 38 dizem respeito à digitalização da fotografia da peça editada em postal pelo Museu Nacional de Arqueologia e a um desenho por nós elaborado informaticamente. A imagem da figura 39 é o resultado do decalque efectuado, em 1993, em polivinilo sobre a peça e posteriormente reduzido e passado a tinta da china - uma imagem, sem dúvida, esclarecedora relativamente às gravuras existentes.

Foi elaborada uma réplica, à escala, para exposição no Núcleo de Arqueologia do Museu Regional de Paredes de Coura.

Nº Nacional de Estação: 4554.

Bibliografia: VASCONCELOS, 1910, 31-39; V. JORGE, 1982, 428. JORGE, S. O. e V. O. JORGE, 1990, 300 e 309; SILVA 1994a; SILVA e SOUSA 1998-2000, 9-16.

PHR 02 - ESTELA-MENIR DA BOULHOSA (Figuras 38 e 39; escala 1:10)

Freguesia: Insalde.

Lugar: Entre Fonte da Queimada e Fonte dos Tornos, na Serra da Boulhosa, no extremo nordeste da bacia superior do rio Coura, no ponto onde confrontam os concelhos de Paredes de Coura, Monção e Arcos de Valdevez.

Altitude: Entre 700 e 755 metros.

C.M.P.: 1:25.000, 8,1949 e 1996.

C. Geológica: 1/50.000, 1-D (Arcos de Valdevez), de 1985.

Geologia: Mancha alongada do designado granito do Extremo (granito de grão fino a médio, de duas micas); a este e oeste ocorrem xistos pelíticos, com intercalações de quartzitos e liditos, estes últimos em menor quantidade, intercalados com os granodioríticos da Boulhosa (granodioríticos porfiróides de grão médio e biotíticos) e a noroeste filões de pegmatito.

Geomorfologia: Zona de planalto montanhoso, de considerável altitude, situada no limite da bacia superior do rio Coura.

Rede hidrográfica escassa, constituída por uma das nascentes do rio de Codecede, afluente do rio Coura.

Mancha de solo de tipo F (aptidão florestal).

Vegetação: Toda esta área tem sido reflorestada com eucalipto, o que tem destruído os núcleos megalíticos aí implantados, além de outros possíveis vestígios de cariz arqueológico e patrimonial. Existem ainda terrenos agricultados pertencentes à Reserva Agrícola da Boulhosa.

Povoamento actual: Nulo, situando-se nas proximidades a designada Exploração Agrícola da Boulhosa.

Proveniência: A estela-menir da Boulhosa foi encontrada por Narciso A. Cunha, em data anterior a 23 de Agosto de 1905, "na porteleira de uma propriedade de bravió, que fica a Sul da região das antas, na serra da Boulhosa" (CUNHA 1909, 53). J. Leite de Vasconcelos, que na altura da descoberta da peça se deslocou ao local, referiu mais tarde que o achado apareceu "na Serra da Boulhosa (...) num local em que ha dolmens. (...). O local em que estava dista alguns hectares de um dólmen ao pé do qual uns aldeões disseram que elle havia apparecido" (VASCONCELOS, 1910, 32). Os monumentos megalíticos em apreço são os estudados nas fichas referentes ao núcleo megalítico da Fonte da Queimada ou da Boulhosa, de que faziam parte os monumentos MEG 26 - Mamoá do *Forninho do Ouro*, MEG 27 - Mamoá do *Côto do Rodêllo* ou Coto



da Forca, MEG 28 - Mamoa do *Montinho Detrás das Poças*, MEG 29 - Mamoa de *Antre os Curraes* e MEG 30 - Mamoa da Boulhosa, monumentos megalíticos de que hoje não restam vestígios.

Matéria-prima: Granito de grão fino que existe nas proximidades da área de achamento - uma das raras manchas deste tipo de granito na bacia superior do rio Coura.

Dimensões (segundo o eixo morfológico, em centímetros):

Altura

Total:	114;
"Cabeça":	38;

Largura

Máxima:	seria 51;
Topo da "cabeça":	seria 7;
"Pescoço":	28,5;
"Ombros":	seria 51;
Abaixo dos "ombros":	38,5;
Abaixo dos "ombros":	seria 42,5;
Meio corpo:	36,5;
Faixa central (meio):	17,5;
Base actual:	19,5;
Base:	seria 30;

Espessura

Topo da "cabeça":	9,5;
Região dos olhos:	12,5;
"Pescoço":	11,5;
Debaixo dos "ombros":	11;
Meio corpo:	12;
Parte inferior:	10;
Base:	6;

Olhos

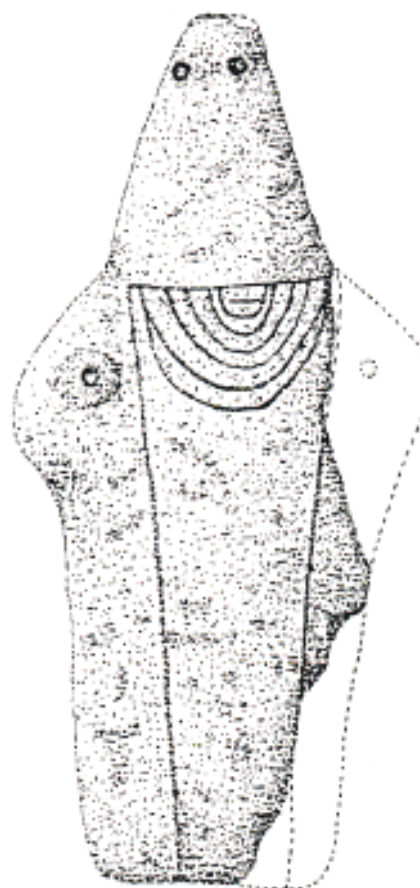
Diâmetro:	2;
Profundidade:	2;

Colares

Diâmetro total:	25;
Altura total:	17;
Diâmetro do nº1:	3,5;
Espaço entre 1 e 2:	2,5;
Espaço entre 2 e 3:	2;
Espaço entre 3 e 4:	2,5;
Espaço entre 4 e 5:	3;
Espaço entre 5 e 6:	3;

Figura nos ombros

Círculo interno	
Diâmetro:	3;



Profundidade: 0,5;
Circulo externo (incompleto)
Diâmetro: 9,5;
Espaço entre círculo externo e interno: entre 3 e 3,5.

Descrição: Segundo a primeira descrição efectuada por J. Leite de Vasconcelos, trata-se de uma pedra "achatada (...) [em que] quis-se sem duvida representar um busto humano. (...) A parte correspondente à cabeça é triangular; em cima vêem-se os olhos (falta o nariz e a boca). Esta parte triangular acha-se separada do tronco anteriormente por um sulco horizontal correspondente ao pescoço, e d'ahi descem seis curvas concêntricas que representam outros tantos colares. Aos lados a figura expande-se em duas saliências indicativas dos ombros; para o lado de dentro há duas cavidades que denotam seios ou mamilos. O tronco está relevado na frente, o que indicará de modo grosseiro a arca do peito e o abdomen." (1910, 32).

Já na altura em que foi encontrada, segundo o mesmo autor, lhe faltava o "ombro" esquerdo, o qual foi restaurado, no então designado Museu Etnológico Português, "com gesso" e pintado "da cor da pedra" (*id.*, *ib.*). A face posterior da peça encontra-se em bruto.

O desenho que se apresenta (Figura 41) é baseado na provável simetria que a peça teria e no decalque, em vinil, elaborado sobre a própria estela no Museu Nacional de Arqueologia, podendo-se observar uma representação gráfica diferente e mais correcta. Aliás, em trabalhos relativos a este achado (JORGE 1982; BARCELO 1988; JORGE e JORGE 1990; ALMAGRO GORBEA 1993) tanto se utiliza o desenho publicado por E. Anati (1968) como se apresenta uma versão redesenhada a partir do mesmo (BARCELO 1988; JORGE e JORGE 1990; ALMAGRO GORBEA 1993).

A estela foi, pois, esculpida numa laje de granito, apresentando um acentuado antropomorfismo, com a indicação da cabeça, cónica, sem marcação do pescoço, e com duas saliências laterais indicativas dos ombros, segundo alguns autores, ou de seios, segundo outros. Apresenta ainda dois orifícios na cabeça, indicativos dos olhos, e outros dois, de maior diâmetro, mas menos profundos, na parte superior do tronco e nos inícios das saliências laterais. Na parte superior central, ocupando um espaço desde o pescoço, figuram seis semicírculos concêntricos, não encostando o exterior no lado superior do motivo subrectangular. No interior do semicírculo interior existe uma pequena linha horizontal, paralela ao topo do motivo subrectangular.

Interpretação: O primeiro autor que a noticiou descreve-a como uma figura humana feminina - um ídolo (VASCONCELOS 1910).

Num artigo de M. Jesus Sanches e V. O. Jorge (1987), a estela-menir da Boulhosa é apenas enunciada quando os autores se referem aos grupos de estelas-menires existentes no Norte de Portugal. Estes autores seguem o esquema tripartido defendido por Susana O. Jorge (1986) que a coloca num grupo por si apenas constituído. A mesma autora, em publicação de 1990, chama a atenção para as características peculiares desta peça, com elaboração mais esquemática e tosca que as demais, referindo-a como "célebre estátua (feminina?)". Embora cronologicamente a insira no Calcolítico, considera que "poderá vir na tradição das mais antigas tentativas de figuração escultórica humana, de raiz megalítica, anunciando remotamente futuras estátuas-menires do Norte de Portugal" (JORGE 1990, 208).

No que diz respeito aos círculos gravados que apresenta, têm sido os mesmos unanimemente interpretados como colares, os quais, associados aos eventuais seios, levam a considerar esta

estela-menir uma figura feminina. A ausência/presença de armas neste tipo de representações tem sido também um elemento em consideração na atribuição do género/sexo.

O antropomorfismo desta estela-menir advém-lhe principalmente da sua forma, de contorno sinuoso, acentuado pelos atributos decorativos que ostenta.

De salientar que apenas está gravada numa das faces e é uma peça achatada e não de vulto redondo, tal como a encontrada, em 1999, no Alto da Escrita, em Tabuaço.

Cronologia: A sua cronologia tem suscitado diversas interrogações, abstendo-se, por vezes, os diversos autores de emitir opinião.

J. Leite de Vasconcelos enquadra-a no Calcolítico (Idade do Cobre).

O Museu Nacional de Arqueologia, por sua vez, na informação adicional à exposição, indica a fase de transição Calcolítico/Idade do Bronze, o que corresponde à passagem do segundo para o primeiro milénio a.C..

Vitor e Susana O. Jorge (1990) - embora realçando o facto de se tratar de uma mera hipótese - apontam para uma cronologia situada entre o Neolítico Final e o Calcolítico, uma vez que se trata de uma estela antropomórfica proveniente, tal como a estela insculturada da Boulhosa, de um possível contexto arqueológico megalítico.

O contexto arqueológico em que foi encontrada associado aos atributos que nela figuram conferem a esta peça bastante antiguidade. O facto de não ter sido objecto de tratamento escultórico na parte posterior, não possuir vulto redondo (é achatada, como uma estela), ter pouca espessura e apresentar determinado tipo de elementos gravados aproximam-na estilística e cronologicamente da estela insculturada da Boulhosa, enquadrando-a mais numa figuração escultórica megalítica do que no grupo das estátuas-menires de tradição calcolítica.

Estado de conservação: Razoável, tendo sido reconstituída com cimento a parte que lhe faltava.

Depósito: Museu Nacional de Arqueologia com o n.º inv. 18639.

Observações: Foi elaborada uma réplica, à escala, para exposição no Núcleo de Arqueologia do Museu Regional de Paredes de Coura.

Bibliografia: VASCONCELOS 1906, 128; 1909, 294-296; 1910, 31-39; CORREIA 1957; ANATI 1968; CUNHA 1979, 53 (este autor apenas apresenta um desenho e uma legenda); JORGE 1982, 73 e 428; 1990, 299-324; JORGE, S. O. 1986; 1990, 208, nota 104; 1991, 261-268; ARRIBAS e MOLLINA 1984, 63-112; BAPTISTA 1985, 7-44; SAVORY H. N., 1985; SANCHES e JORGE 1987, 78-82; BARCELO 1988, 51-85; ALMAGRO GORBEA 1993; SILVA 1994a; SILVA e SOUSA 1998-2000, 9-16.

2.3 – MACHADOS DE PEDRA POLIDA

PHR 03 a 08- MACHADOS DE PEDRA POLIDA

Proveniência: Não existem dados que permitam localizar, com qualquer rigor, o **lugar** e o **contexto de achamento** destes objectos, visto não ter sido efectuado qualquer registo a seu respeito, não obstante esforços diversos levados a cabo nesse sentido, nomeadamente pelo Rev^o Cónego António Macedo⁽⁴⁾. Somente um dos machados apresenta, relativamente à proveniência, a marcação **Parada** (PHA 03), freguesia situada na vertente este do concelho, zona montanhosa onde estão identificados vários monumentos megalíticos. Nada aponta, no entanto, para que este machado provenha de algum desses monumentos.

Pela sua marcação, sabemos apenas que são, todos eles, machados encontrados no concelho de Paredes de Coura.

PHR 03 - MACHADO DE PEDRA POLIDA DE PARADA (Figura 40 - PHR 03)

Freguesia: Parada.

Lugar: Desconhecido.

C.M.P.: 1/25.000, 15, 1949 e 1996.

C. Geológica: 1/50.000, 1-C, 1962

Tipo: II (seg. Fabregas Valcarce - 1988).

Dimensões (em centímetros, segundo o eixo morfológico):

Comprimento: 17,1;

Largura máxima: 6,1; mesial: 5,5; distal: 5,6; proximal: 3;

Espessura máxima: 4,5; mesial: 4; distal: 1,2; proximal: 1,4;

Índices: alongamento: $(L/C) \times 100 = 37,67$; espessura: $(E/L) \times 100 = 73,77$.

Matéria-prima: Granito de grão fino.

Dureza: Aprox. 6 (escala de Mohs).

Cor: Acinzentado.

Descrição: Forma geral: trapezoidal;

Faces: curvas e convexas;

Lados: planos e rectos, irregulares;

Arestas: convergentes e curvilíneas;

Bisel: simétrico;

Gume: curvilíneo e fino, com vestígios de uso;

Talão: truncado e com vestígios de uso;

Perfil: espesso;

Secção transversal: rectangular.

Polimento: Bastante acentuado na zona do gume (75%) e inexistente no corpo e no talão, onde a superfície é muito irregular.

⁽⁴⁾ Agradecemos ao Museu Pio XII, na pessoa do Rev^o Cónego António da Silva Macedo, todas as facilidades e informações prestadas e ao Eng^o Sião Reis pela cedência do machado PRH 09.

Estado de conservação: Bom.

Depósito: Museu Pio XII, Braga.

Observações: Apresenta poucos vestígios de gangas e nenhuns de pátina.

Bibliografia: SILVA 1991, 7-24; SILVA 1993/94a, 29-43.

PHR 04 - MACHADO DE PEDRA POLIDA (Figura 40 - PHR 04)

Proveniência: Desconhecida.

Tipo: II (seg. Fabregas Valcarce - 1988).

Dimensões (em centímetros, segundo o eixo morfológico):

Comprimento: 10,1;

Largura máxima: 3,7; mesial: 3,5; distal: 3,7; proximal: 2,5

Espessura máxima: 2,7; mesial: 2,7; distal: 0,9; proximal: 0,6

Índices: alongamento: $(L/C) \times 100 = 36,63$; espessura: $(E/L) \times 100 = 72,97$.

Matéria-prima: Granito de grão fino.

Dureza: Aprox. 6 (escala de Mohs).

Cor: Acinzentado.

Descrição: Forma geral: trapezoidal;

Faces: curvas e convexas;

Lados: planos e rectos, irregulares;

Arestas: convergentes e curvilíneas;

Bisel: simétrico;

Gume: curvilíneo e fino, com vestígios de uso;

Talão: truncado e com vestígios de uso;

Perfil: espesso;

Secção transversal: rectangular.

Polimento: Bastante acentuado na zona do gume (75%) e inexistente no corpo e no talão, onde a superfície é irregular.

Estado de conservação: Razoável.

Depósito: Museu Pio XII, Braga.

Observações: Apresenta poucos vestígios de gangas e nenhuns de pátina.

Bibliografia: SILVA 1991, 7-24; SILVA 1993/94a, 29-43.

PHR 05 - MACHADO DE PEDRA POLIDA (Figura 40 - PHR 05)

Proveniência: Desconhecida.

Tipo: II (seg. Fabregas Valcarce - 1988).

Dimensões (em centímetros, segundo o eixo morfológico):

Comprimento: 8,1;

Largura máxima: 4,7; mesial: 4,3; distal: 4,5; proximal: 2,4;

Espessura máxima: 2,0; mesial: 2,0; distal: 0,3; proximal: 0,5;

Índices: alongamento: $(L/C) \times 100 = 58,02$; espessura: $(E/L) \times 100 = 42,55$.

Matéria-prima: Granito de grão fino.

Dureza: Aprox. 6 (escala de Mohs).

Cor: Acinzentado.

Descrição: Forma geral: trapezoidal;

Faces: curvas e convexas;

Lados: planos e rectos;

Arestas: convergentes e curvilíneas;

Bisel: simétrico;

Gume: curvilíneo e fino, com vestígios de uso;

Talão: truncado e com vestígios de uso;

Perfil: espesso;

Secção transversal: rectangular.

Polimento: Reduzido na zona do gume (25%) e inexistente no corpo e no talão, onde a superfície é irregular.

Estado de conservação: Bom.

Depósito: Museu Pio XII, Braga.

Observações: Apresenta poucos vestígios de gangas e nenhuns de pátina.

Bibliografia: SILVA 1991, 7-24; SILVA 1993/94a, 29-43.

PHR 06 - MACHADO DE PEDRA POLIDA (Figura 40 - PHR 06)

Proveniência: Desconhecida.

Tipo: II (seg. Fabregas Valcarce - 1988).

Dimensões (em centímetros, segundo o eixo morfológico):

Comprimento: 9,5;

Largura máxima: 4,0; mesial: 4,0; distal: 3,0; proximal: 2,5;

Espessura máxima: 2,65; mesial: 2,6; distal: 0,7; proximal: 1,0;

Índices: alongamento: $(L/C) \times 100 = 42,10$; espessura: $(E/L) \times 100 = 66,25$;

Matéria-prima: Gnaisse micáceo.

Dureza: 5-6 (escala de Mohs).

Cor: Acastanhado.

Descrição:

Forma geral: trapezoidal;

Faces: curvas e convexas;

Lados: planos e rectos;

Arestas: convergentes e curvilíneas;

Bisel: simétrico;

Gume: curvilíneo e espesso, com vestígios de uso;

Talão: truncado e com vestígios de uso;

Perfil: espesso;

Secção transversal: rectangular.

Polimento: Reduzido na zona do gume (25%) e inexistente no corpo e no talão, onde a superfície é irregular.

Estado de conservação: Bom.

Depósito: Museu Pio XII, Braga.

Observações: Apresenta poucos vestígios de gangas e nenhuns de pátina.

Bibliografia: SILVA 1991, 7-24; SILVA 1993/94a, 29-43.

PHR 07 - PERCUTOR (?) (Figura 40 - PHR 07)

Proveniência: Desconhecida.

Dimensões (em centímetros, segundo o eixo morfológico):

Comprimento: 10,8;

Largura máxima: 3,5; mesial: 3,5; distal: 1,8; proximal: 1,1;

Espessura máxima: 1,0; mesial: 0,95; distal: 0,4; proximal: 0,3;

Índices: alongamento: $(L/C) \times 100 = 32,40$; espessura: $(E/L) \times 100 = 28,57$.

Matéria-prima: Ardósia.

Dureza: 4-5 (escala de Mohs).

Cor: Preto.

Descrição:

Forma geral: trapezoidal;

Faces: planas e irregulares;

Lados: planos e irregulares;

Arestas: convergentes e curvilíneas;

Bisel: simétrico;

Gume: recto e espesso, vestígios de uso;

Talão: truncado com vestígios de uso;

Perfil: fino e relativamente plano

Secção transversal: biconvexa.

Polimento: Não possui.

Estado de conservação: Razoável.

Depósito: Museu Pio XII, Braga.

Observações: Apresenta poucos vestígios de gangas e nenhuns de pátina.

Não é possível classificar este objecto como machado de pedra polida. Teve alguma serventia, mas desconhece-se em que contexto.

Bibliografia: SILVA 1991, 7-24; SILVA 1993/94a, 29-43.

PHR 08 - MATÉRIA-PRIMA (?) (Figura 40 - PHR 08)

Proveniência: Desconhecida.

Dimensões (em centímetros, segundo o eixo morfológico):

Comprimento: 8,8;

Largura máxima: 7,0;

Espessura máxima: 1,5.

Matéria-prima: Quartzito.

Dureza: 7 (escala de Mohs).

Cor: Acastanhado.

Descrição:

Forma geral: triangular;

Faces: curvas e convexas;

Lados: curvilíneos;

Arestas: convergentes e curvilíneas;

Gume: curvilíneo e espesso, com vestígios de uso;

Perfil: espesso;

Secção transversal: biconvexa.

Polimento: Não possui.

Estado de conservação: Bom.

Depósito: Museu Pio XII, Braga.

Observações: Apresenta poucos vestígios de gangas e nenhuns de pátina.

Desconhece-se o contexto arqueológico do achado, podendo tratar-se de um simples seixo usado como percutor numa época qualquer.

Bibliografia: SILVA 1991, 7-24; SILVA 1993/94a, 29-43.

PHR 09 - MACHADO DE PEDRA POLIDA (Fig. 41 e 42 (desenho); escala: 1:2)

Freguesia: Ferreira.

Lugar: Passal da Igreja, Sigoelos.

Coordenadas planimétricas GAUSS: X = 161,8; Y = 551,2.

Altitude: 300 metros.

C.M.P.: 1/25.000, 7, 1949 e 1997.

C. Geológica: 1/50.000, 1-C, 1962.

Tipo: II (seg. Fabregas Valcarce - 1988).

Geologia: Mancha de granito alcalino de grão médio, tendo a nascente um filão de granodiorito.

Aparecem vários afloramentos de granito róseo.

Geomorfologia: Zona de vale de perfil suave, propícia para a exploração agrícola.

Rede hidrográfica abundante, situando-se o local entre o regueiro das Corredouras e a ribeira de Bruzendes, além de outras linhas de menor caudal.

Mancha de solo de tipo A (aptidão agrícola).

Vegetação: O vale encontra-se agricultado com os produtos típicos da região e alguns terrenos estão reservados a pastagens. Algumas zonas (junto do cemitério) conservam o bosque de pinheiro, carvalho e vegetação rasteira.

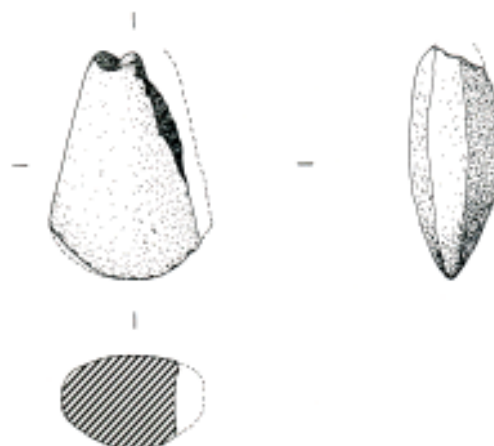
Povoamento actual: Concentrado na área da igreja paroquial e disperso no geral.

Dimensões (em centímetros, segundo o eixo morfológico):

Comprimento: 6 (seria 6,4);

Largura máxima: 3,9 (seria 4,2); mesial: 3,1; distal: 2,0; proximal: 1,5;

Espessura máxima: 2,5; mesial: 2,5; distal: 0,5; proximal: 1,0;



Índices: alongamento: $(L/C) \times 100 = 65,00$ (65,625, se estivesse completo); espessura: $(E/L) \times 100 = 64,10$ (59,52, se estivesse completo).

Matéria-prima: Anfíbolito.

Dureza: Aprox. 7 (escala de Mohs).

Cor: Acinzentado.

Descrição: Este machado foi encontrado, em 1995, pelo Eng^o Sião Reis, aquando da abertura dos alicerces para a construção da residência paroquial de Ferreira, num local onde existiu uma *villa* romana (ROM 12).

Considerando as suas reduzidas dimensões e a sua perfeição, seria, provavelmente, um machado votivo. No entanto, a ter sido utilizado, terá tido uma função (semelhante à de uma goiva) relacionada com o tratamento de madeiras.

Os vestígios de uso que possui talvez se devam à sua utilização numa época posterior à do seu fabrico - romana, por hipótese -, tendo sido trazido, nessa altura, para este local.

Na área não existem actualmente vestígios da época a que se reporta.

Forma geral: trapezoidal;

Faces: curvas e convexas;

Lados: planos e rectos;

Arestas: convergentes e curvilíneas;

Bisel: assimétrico;

Gume: curvilíneo e fino, com vestígios de uso;

Talão: fracturado;

Perfil: espesso;

Secção transversal: ovóide.

Polimento: Acentuado na zona do gume e do corpo (100%). Dado que o talão está fracturado, não é possível saber a percentagem de polimento.

Estado de conservação: Bom, dado que foi reconstruída a parte que lhe faltava, com vista à sua exposição.

Depósito: Gabinete de Arqueologia e Património da Câmara Municipal de Paredes de Coura. Museu

Observações: Apresenta vestígios de pátina e poucos de gangas.

Bibliografia: SILVA 1993/94a, 29-43.

PHR 10 – HABITAT DA BOULHOSA

Freguesia: Insalde.

Lugar: Cooperativa Agrícola da Boulhosa.

C.M.P.: 1:25.000, 8,1949 e 1996.

C. Geológica: 1/50.000, 1-D (Arcos de Valdevez), de 1985.

Altitude: Entre 685 e 688 metros.

Coordenadas planimétricas GAUSS: X = 168,5; Y = 555,9.

Geologia: Mancha alongada de granito do Extremo (granito de grão fino a médio de duas micas); a este e oeste existem xistos pelíticos, com intercalações de quartzitos, líditos, granodioríticos da Boulhosa (granodioríticos porfiróides de grão médio e biotíticos) e a noroeste filões de pegmatito.

Geomorfologia: Zona planáltica, de considerável altitude, situada no limite da bacia superior do rio Coura, e na sua linha de fecho.

Rede hidrográfica constituída por diversas nascentes de afluentes do rio Coura e de diversos rios e ribeiros de outras bacias hidrográficas.

Mancha de solo de tipo F (aptidão florestal).

Vegetação: Terrenos da Cooperativa Agrícola da Boulhosa.

Povoamento actual: Casas da Cooperativa Agrícola.

Descrição do local e do espólio: A área onde ocorreram, em 2004, os materiais arqueológicos é uma zona planáltica, bastante ampla, tendo a norte uma pequena elevação muito alterada pela abertura de caminhos, entretanto inacabados. Não existem outros vestígios arqueológicos visíveis.

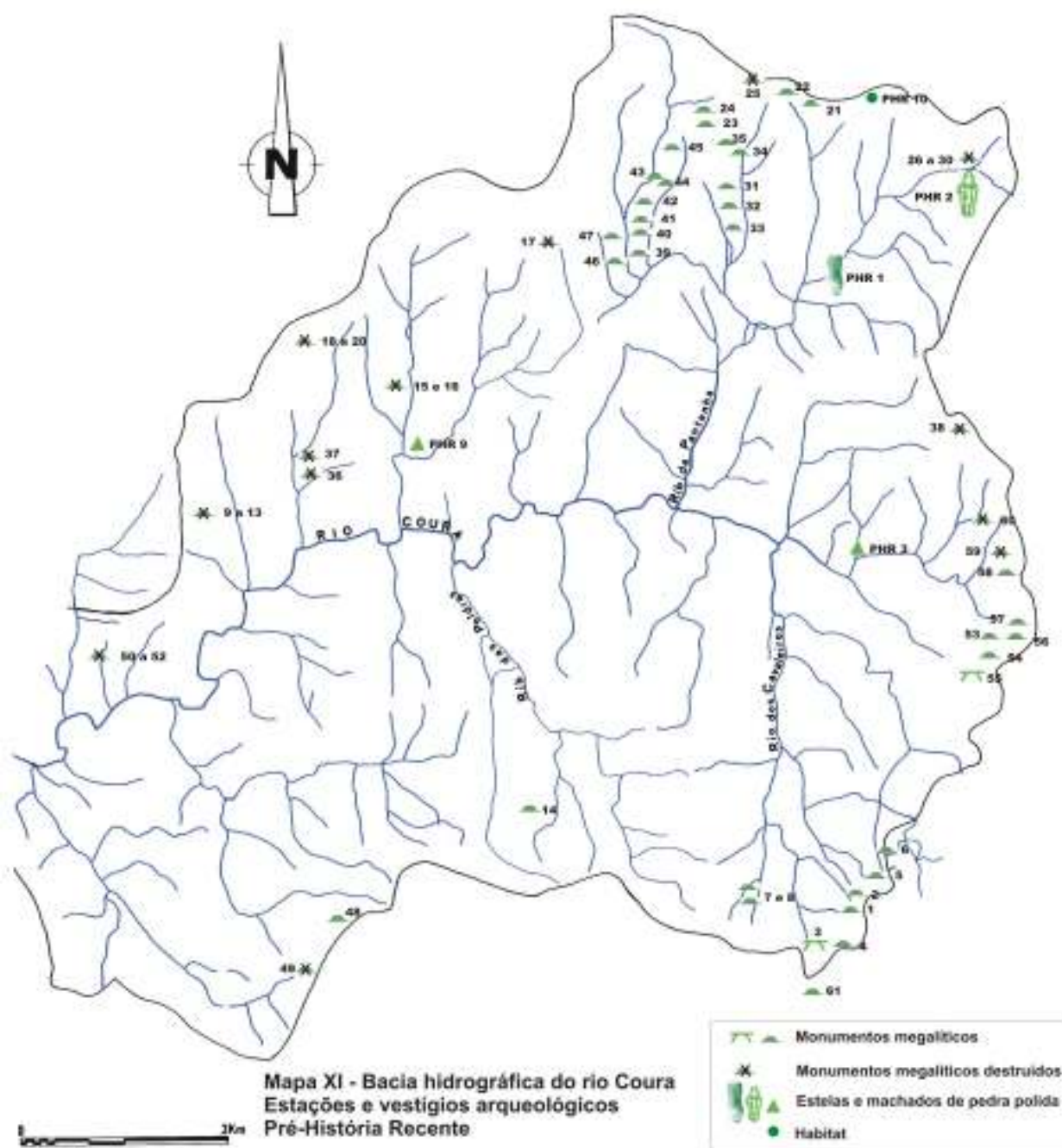
Informações recolhidas no local apontam para a existência, em tempos, de uma necrópole megalítica, actualmente destruída. Estaria situada a cerca de 100 m, a oeste, da pequena elevação referida.

O espólio arqueológico encontrado de forma dispersa nos terrenos (cota média de 685 metros) é constituído por parte de uma mó de vaivém, em granito de grão fino (15 cm de comprimento e 30 cm de largura); um rebolo, em granito de grão fino; um percutor, com talhe do tipo *chopper*, elaborado em granito de grão fino de proveniência fluvial (11 cm x 8,8 cm x 4,2 cm); e metade de uma mó rotativa, dormente, com rebordo, elaborada em granito de grão médio, de cronologia romana. Na pequena elevação mencionada (cota de 688 metros) ocorreu cerâmica de fabrico manual, com mica e quartzo como desengordurante.

A análise do local e do espólio exumado leva-nos a crer estarmos na presença de um local de habitação contíguo a uma necrópole megalítica. Cronologicamente são atribuíveis, num primeiro esboço, ao Calcolítico, com eventual continuidade na Idade do Bronze, como parece indicar a análise da cerâmica. A mó romana aponta para uma possível ocupação posterior do local.

Depósito: Gabinete de Arqueologia e Património da Câmara Municipal de Paredes de Coura.

Bibliografia: Inédito.



Mapa XI - Bacia hidrográfica do rio Coura
Estações e vestígios arqueológicos
Pré-História Recente

- 1 e 2 - Mamões 1 e 2 de Chã de Agueiros. Campo de Bico, Bico.
- 3 e 4 - Antela e Mamão 2 da Cruz Vermelha. Campo de Bico, Bico.
- 5 - Mamão da Poça do Pórcos. Campo de Bico, Bico.
- 6 - Mamão da Chã do Galo. Campo de Bico, Bico.
- 7 e 8 - Mamões 1 e 2 de Chã de Campela. Bico.
- 9 a 13 - Mamões 1 a 5 de Cossourado. Alto do Cardito, Cossourado.
- 14 - Mamão do Prêlo. Cunha.
- 15 e 16 - Mamões 1 e 2 do Alto da Censeira. Ferreira.
- 17 - Mamão de S. Silvestre. Ferreira.
- 18 a 20 - Mamões 1 a 3 do Monte do Cavalho. Ferreira e Linhares.
- 21 e 22 - Mamões 1 e 2 do Monte Cardo. Insalde.
- 23 e 24 - Mamões 1 e 2 do Oval das Eguas ou das Cruzes. Lamas Covas. Insalde.
- 25 - Mamão de Chã das Pipas. Insalde.
- 26 a 30 - Núcleo megalítico da Forno da Queimada ou de Bouzosa. Mamão do Forno do Ouro; Mamão do Coto do Rodêlo ou Coto da Forca; Mamão do Marinho; Dethio das Poças; Mamão de Antre ou Curmas e Mamão da Bouzosa. Insalde (Paredes de Coura) e Abedim (Monção).
- 31 a 33 - Mamões 1 a 3 do Couto da Pinheira. Insalde.
- 34 e 35 - Mamões 1 e 2 de Chão de Pomeiras. Insalde.
- 36 e 37 - Mamões 1 e 2 do Descampado. Linhares.
- 38 - Mamão das Armadas. Padomelo.

- 39 - Mamão dos Agueiros. Pomeiras.
- 40 - Mamão do Alto do Moirão do Couto. Pomeiras.
- 41 e 42 - Mamões 1 e 2 da Fonte Cavada. Pomeiras.
- 43 e 44 - Mamões 3 e 4 de Chão de Pomeiras. Pomeiras.
- 45 - Mamão do Outeiro do Malho. Pomeiras.
- 46 e 47 - Mamões 1 e 2 de Porto Rabel ou Picões. Pomeiras.
- 48 - Mamão da Portela. Romangães.
- 49 - Mamão da Portela Pequena do Labrujo. Romangães.
- 50 a 52 - Mamões 1 a 3 de Antas. Rubiães.
- 53 e 57 - Núcleo Megalítico de Chã de Lamas (mamões 1 e 5). S. Martinho de Vascões.
- 56 - Mamão 6 de Chã de Lamas ou da Costada da Mò. S. Martinho de Vascões.
- 59 - Mamão 7 de Chã de Lamas ou da Malhadeira. S. Martinho de Vascões.
- 60 - Mamão 8 de Chã de Lamas ou da Buraca da Moura. S. Martinho de Vascões.
- 61 - Mamão de Salgueiros Gordos. Labrujo (Ponte de Lima).
- PHR 1 - Estela insculpada da Bouzosa. Casal. Insalde.
- PHR 2 - Estela menir da Bouzosa. Casal. Insalde.
- PHR 3 - Machado de pedra polida. Paredes.
- PHR 9 - Machado de pedra polida. Sigovel. Ferreira.
- PHR 10 - Habitat [?]. Cooperativa Agrícola da Bouzosa. Insalde.

3 - PRÓTO-HISTÓRIA

3.1 - BRONZE FINAL (MACHADOS DE TALÃO)

BRZ 1 - MACHADOS DE TALÃO DE CRISTELO (ver PVF 4)

Freguesia: Cristelo.

Lugar: S. Sebastião.

Coordenadas planimétricas GAUSS: X = 166,2; Y = 548,5.

Altitude: 495,5 metros.

C.M.P.: 1/25.000, 15, 1949 e 1996.

C. Geológica: 1/50.000, 1-C, 1962.

Proveniência: Segundo a população local, estes machados, tal como outros materiais de características castrejas e romanas, foram encontrados num pinhal situado sensivelmente a nascente do Castro de Cristelo.

Nº 1 - MACHADO DE TALÃO COM DOIS ANÉIS (Figura 43; escala: 1:5)

Tipo: 29 A (Minho A - seg. L. Monteagudo - 1977).

Dimensões (em centímetros, segundo o eixo morfológico):

Comprimento: com cabeção: 23,1; sem cabeção: 19,9;

Largura: cabeção: 4,1; talão: 2,65; aletas: 6,25; gume: 4,5; anéis: 0,9;

Espessura: cabeção: 4,4; talão: 2,5; espera do talão: 3,5; gume: 0,5; anéis: 0,95.

Peso: 1,200 Kg.

Descrição: Machado de talão, biface, de duplo anel. Lâmina estreita, com nervuras laterais em ambas as faces, gume alargado, curvilíneo, fracturado, faltando-lhe os cantos. Talão com ressalto médio elevado, espessado e de cantos angulosos, continuando em abas laterais em ambas as faces. Espera do talão de secção hexagonal. Cone de fundição (ou cabeção ou bolo de fundição) com um desnível de 2 mm no topo. Anéis de secção semicircular, estando num deles o orifício praticamente obstruído pelas rebarbas de fundição.

Estado de conservação: Bom, apesar de muito deteriorado. Foi restaurado.

Depósito: Museu Nacional de Arqueologia (nº inv. 11054).

Bibliografia: MONTEAGUDO 1977, 167, nº 990; SILVA 1986, Qd. 4; SILVA 1992, 37-52; SILVA 1993-94, 45-82 e SILVA 1994a.



Nº 2 - MACHADO DE TALÃO COM DOIS ANÉIS (Figura 44; escala: 1:5)

Tipo: 29 A.

Dimensões (em centímetros, segundo o eixo morfológico):

Comprimento: total: 24,6; actual: 19,3;

Largura: cabeção: (?); talão: 3,15; aletas: 7,2; gume: 5,5; anéis: 0,9;



Espessura: cabeção: (?); talão: 2,8; espera do talão: 3,3; gume: 0,45; anéis: 0,9.

Peso: (da parte que resta) 850 gramas.

Descrição: Machado de talão, biface, de duplo anel. Lâmina estreita, com nervuras laterais em ambas as faces, gume alargado, curvilíneo, levemente fracturado, faltando-lhe um canto. Talão com ressalto médio elevado, espessado, assimétrico (em relação à face inferior) e de cantos angulosos, continuando em abas laterais em ambas as faces. Anéis de secção semicircular, bastante grandes, um deles com muitas rebarbas de fundição. Machado fracturado sensivelmente a meio do talão, faltando-lhe a parte superior deste e o cone de fundição. Apesar de idêntico aos anteriores, seria de maiores dimensões.

Estado de conservação: Mau, tendo sido restaurada a parte que resta.

Depósito: Museu Nacional de Arqueologia (nº inv. 11057).

Bibliografia: MONTEAGUDO 1977, 167, nº 992; SILVA 1986, Qd. 4; SILVA 1992, 37-52; SILVA 1993-94, 45-82 e SILVA 1994a.

Nº 3 - MACHADO DE TALÃO COM DOIS ANÉIS (Figura 45 - segundo desenho de L. Monteagudo; escala: 1:5)

Tipo: 29 A.

Dimensões (em centímetros, segundo o eixo morfológico):

Comprimento: com cabeção: 18,3; sem cabeção: 14,3;

Largura: cabeção: (?); talão: (?); aletas: 4,2; gume: (?); anéis: (?);

Espessura: cabeção: (?); talão: (?); espera do talão: 2,3; gume: (?); anéis: (?).

Peso: (?).

Descrição: Apesar de a bibliografia indicar o depósito deste machado no Museu Nacional de Arqueologia, as diligências efectuadas (em Abril de 1993) para o localizar revelaram-se inconsequentes. Por esse facto, a descrição que aqui se apresenta é baseada no estudo publicado por L. Monteagudo.

Machado de talão (que já não possui), biface, de duplo anel. Lâmina estreita, com nervuras laterais em ambas as faces, gume alargado, curvilíneo, ao qual faltam alguns milímetros. Talão com ressalto médio elevado, espessado, continuando em abas laterais em ambas as faces - está fracturado junto dos anéis, tendo sido encontrado já neste estado. Anéis pequenos de secção semicircular. Conserva as rebarbas de fundição. Segundo L. Monteagudo (1977, 167), o machado teria espera do talão de secção hexagonal. A peça que este investigador apresenta não deve, contudo, ser proveniente de Cristelo, uma vez que refere um número de inventário (11060) do Museu Nacional de Arqueologia correspondente a um outro machado - concretamente o machado nº 7, proveniente do lugar de Castelo, freguesia de Formariz. A descrição aqui efectuada, baseada nos dados deste autor, será, por esse facto, pouco credível.

Estado de conservação: Seria o machado em pior estado de conservação, faltando-lhe todo o talão e o gume.

Depósito: Desconhecido.

Bibliografia: MONTEAGUDO 1977, 167, nº 991; SILVA 1986, Qd. 4; SILVA 1992, 37-52; SILVA 1993-94, 45-82 e SILVA 1994a.



Observações: Informações prestadas por Mário Brandão, morador em Cristelo, permitiram identificar a proveniência dos três machados de bronze encontrados no concelho de Paredes de Coura, em parte incerta: "junto a um pinhal, a nascente do Monte de Cristelo, foram encontrados por uns homens e posteriormente recolhidos pelo meu pai, que os entregou ao então Padre da freguesia de Insalde. Eram três e a um deles faltava a parte superior". Corria, então, a década de trinta do século XX. Pela mesma altura, para além dos três machados, foram também entregues ao referido padre "uma pirâmide" em pedra com cerca de um metro, uma ara dedicada a Osiris (?) (ROM 11) e outros materiais em pedra, nomeadamente mós giratórias e diversa cerâmica.

BRZ 2 - MACHADOS DE TALÃO DO CASTELO (ver PVF (?) 8 e ROM 16) - (Figuras 46 (escala: 1:5) e 47 - nºs. 4 a 11)

Freguesia: Formariz.

Lugar: Castelo (Quinta de Mantelães).

Coordenadas Planimétricas: GAUSS: X = 163,4; Y = 550,0.

Altitude: 290 metros.

C.M.P.: 1/25.000, 7, 1949 e 1997.

C. Geológica: 1/50.000, 1-C, 1962.

Geologia: Mancha de rochas eruptivas, de granito calco-alcálico, porfíroide, de grão grosseiro.

Geomorfologia: Elevação de pequenas dimensões, de perfil arredondado e encostas de declive suave.

Rede hidrográfica abundante, situando-se nas imediações uma das zonas de maior caudal do rio Coura e a actual praia fluvial do Taboão.

Mancha de solo de tipo A (aptidão agrícola).

Zona de vale, com explorações agrícolas e terrenos para pastos.

Povoamento actual: Disperso.

Proveniência: Este conjunto de machados de talão foi encontrado na primeira década do século XX na Quinta de Mantelães, num contexto actualmente designado de esconderijo de fundidor. Narcizo A. Cunha refere que "por ocasião da surriba de uma propriedade de sr. conselheiro Miguel Dantas G. Pereira, chamada - "Castello" - (...) apareceram, reunidos, em monte, numa pequena cavidade, aberta no solo, junto dum pequeno bloco granítico, à profundidade de 0,66m, *quatorze machados de bronze*" (1909 [1979], 127), tendo-se deslocado ao local do achado na esperança de encontrar as "formas". Contudo, refere, "só encontrei restos de tijolo de rebordo, e vi a *cama* em que ele [o tesouro] apareceu".

E acrescenta: "Dos *quatorze* machados, que constituíam o achado, foram oferecidos nove ao sr. conselheiro Vargas pelo antigo proprietário do *Castello*, quatro a mim, e um ficou em poder do capataz da surriba, que depois adquiri. Hoje, creio que o *tesouro* está, outra vez, reunido em uma *vitrine* daquele Museu" (1909 [1979], 127-129) - actual Museu Nacional de Arqueologia.

Narcizo A. Cunha descreve os machados dividindo-os em dois grupos: "Aqueles que chamo menos perfeitos eram mais compridos, mais pesados, menos correctos na fundição, com mais rebarbas, sendo um dos anéis mais *apertado* do que o oposto. (...) As quinças do fio eram menos correctas, rombas e amolgadas, talvez pelo trabalho. Os outros, que considero mais perfeitos, tinham as

cabeças mais pequenas, as aberturas das ansas mais regulares, e o gume menos gasto. O *chanfre* do fio era perfeitamente regular, como nos machados ordinários, sem concavidade em nenhuma das faces. Estes pareciam novos, como saíam do molde do calderario." (*idem*, 128).

Estes materiais foram várias vezes mencionados em bibliografia, não se referindo, no entanto, a seu respeito mais que o local de origem e o contexto do seu achamento. Para além de Narcizo A. Cunha, apenas L. Monteagudo (1977) estudou os machados em particular, tendo a sua análise incidido sobre seis peças.

Actualmente conhecem-se somente oito machados. Os outros seis, ao contrário do que tem sido referido em bibliografia, não se encontram no Museu Nacional de Arqueologia, não sendo possível, por isso, apresentar um estudo pormenorizado.

Os machados de talão do Castelo possuem as mesmas características dos machados de Cristelo. No entanto, apesar da grande semelhança formática que lhes confere considerável homogeneidade, formam três subgrupos tipológicos.

O aparecimento de um significativo número de machados de talão neste local - uma pequena elevação com cerca de 200 metros de diâmetro (em cartografia), próxima de um rio - poderá levantar a possibilidade de estarmos em presença de um povoado da Idade do Bronze. Essa hipótese afigura-se, contudo, bastante remota, devendo tratar-se, antes, de um local típico de ocultação.

Observações: Estes machados estão classificados com o número Nacional de Estação 868.

Nº 4 - MACHADO DE TALÃO COM DOIS ANÉIS

Tipo: 29 A.

Dimensões (em centímetros, segundo o eixo morfológico):

Comprimento: com cabeção: 24,4; sem cabeção: 21,0;

Largura: cabeção: 4,3; talão: 2,8; aletas: 6,3; gume: 5,1; anéis: 1,0;

Espessura: cabeção: 3,9; talão: 2,8; espera do talão: 3,6; gume: 0,3; anéis: 0,9.

Peso: 1,100 Kg.

Descrição: Machado de talão, biface, de duplo anel. Lâmina estreita, com nervuras laterais em ambas as faces, gume alargado, curvilíneo, levemente fracturado, faltando-lhe um canto. Talão com ressalto médio elevado, espessado e de cantos angulosos, continuando em abas laterais em ambas as faces. Espera do talão de secção hexagonal. Cone de fundição com um desnível de quatro milímetros no topo. Anéis de secção semicircular. Conserva as rebarbas. Numa das faces possui vários negativos de bolhas de ar.

Estado de conservação: Bom. Foi restaurado.

Depósito: Museu Nacional de Arqueologia (nº inv. 11053).

Bibliografia: CUNHA 1909 [1979], 131; PEREIRA 1903, 132-136; FORTES 1916, 338; MAC WHITE, 1951, 66; SAVORY 1951, 362; MONTEAGUDO 1977, 167, Nº 995; SILVA 1986, Qd. 4; SILVA 1993-94, 45-82 e SILVA 1994a.

Nº 5 - MACHADO DE TALÃO COM DOIS ANÉIS

Tipo: 29 A.

Dimensões (em centímetros, segundo o eixo morfológico):

Comprimento: com cabeção: 23,3; sem cabeção: 21,6;

Largura: cabeção: 3,7; talão: 2,6; aletas: 6,7; gume: 5,3; anéis: 0,9;

Espessura: cabeção: 2,8; talão: 2,5; espera do talão: 3,75; gume: 0,2; anéis: 0,85;

Peso: 1,025 Kg.

Descrição: Machado de talão, biface, de duplo anel. Lâmina estreita, com nervuras laterais em ambas as faces, gume muito alargado, curvilíneo, com os cantos angulosos. Talão com ressalto médio muito elevado, espessado e de cantos angulosos, continuando em abas laterais, muito vincadas, em ambas as faces. Espera do talão de secção hexagonal. Cone de fundição anormalmente pequeno e irregular. Anéis de secção semicircular bastante grandes. Rebarbas praticamente inexistentes. Fabrico do machado diferente dos demais - muito mais apurado, com óptima definição dos pormenores.

Estado de conservação: Bom. Foi restaurado.

Depósito: Museu Nacional de Arqueologia (nº inv. 11059).

Bibliografia: CUNHA 1909 [1979], 131; PEREIRA 1903, 132-136; FORTES 1916, 338; MAC WHITE 1951, 66; SAVORY 1951, 362; MONTEAGUDO 1977, 167, Nº 996; SILVA 1986, Qd. 4; SILVA 1993-94, 45-82 e SILVA 1994a.

Nº 6 - MACHADO DE TALÃO COM DOIS ANÉIS

Tipo: 29 A.

Dimensões (em centímetros, segundo o eixo morfológico):

Comprimento: com cabeção: 24,6; sem cabeção: 20,6;

Largura: cabeção: 4,5; talão: 2,7; aletas: 6,35; gume: 5; anéis: 0, 9;

Espessura: cabeção: 5,4; talão: 2,9; espera do talão: 4,1; gume: 0,3; anéis: 0, 8.

Peso: 1,275 Kg.

Descrição: Machado de talão, biface, de duplo anel, no entanto com algumas variantes relativamente aos outros machados do mesmo tipo. Lâmina estreita, com nervuras laterais em ambas as faces, espessura exagerada e muito próxima da espessura da espera, ligeiramente concava num dos lados, gume alargado, curvilíneo, faltando-lhe os dois cantos (um foi restaurado). Talão com ressalto médio muito elevado, espessado e de cantos angulosos, continuando em abas laterais em ambas as faces. Espera do talão de secção sub-hexagonal. Cone de fundição de secção sub-rectangular, com um rebordo de quatro milímetros. Anéis de secção semicircular. Conserva inúmeras rebarbas.

Estado de conservação: Bom. Foi restaurado.

Depósito: Museu Nacional de Arqueologia (nº inv. 11056).

Bibliografia: CUNHA 1909 [1979], 131; PEREIRA 1903, 132-136; FORTES 1916, 338; MAC WHITE 1951, 66; SAVORY 1951, 362; MONTEAGUDO 1977, 170, Nº 1037; SILVA 1986, Qd. 4; SILVA 1993-94, 45-82 e SILVA 1994a.

Nº 7 - MACHADO DE TALÃO COM DOIS ANÉIS

Tipo: 29 B (Minho B - seg. L. Montegudo - 1977).

Dimensões (em centímetros, segundo o eixo morfológico):

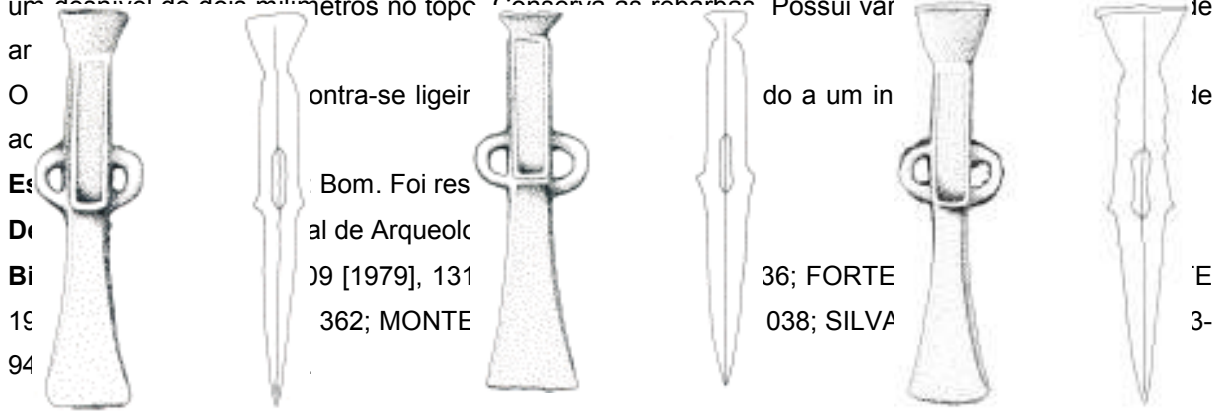
Comprimento: com cabeção: 24,4; sem cabeção: 20,5;

Largura: cabeção: 4,4; talão: 2,5; aletas: 6,3; gume: 5,2; anéis: 0,95;

Espessura: cabeção: 5,5; talão: 3,1; espera do talão: 3,9; gume: 0,4; anéis: 1,1.

Peso: 1,225 Kg.

Descrição: Machado de talão, biface, de duplo anel. Lâmina estreita, com nervuras laterais em ambas as faces, gume muito alargado, curvilíneo e com cantos arredondados. Talão com ressalto médio elevado, espessado, curvilíneo, continuando em abas laterais em ambas as faces. Espera do talão de secção sub-ovóide. Anéis de secção semicircular. Cone de fundição bastante grande, com um diâmetro de dois milímetros no topo. Conserva os rebarbos. Possui vários



ar
O
ac
Es
Di
Bi
19
94

contra-se ligeir
Bom. Foi res
al de Arqueol
99 [1979], 131
362; MONTE

do a um in
36; FORTE
038; SILVA

le
le
E
3-

Nº 8 - MACHADO DE TALÃO COM DOIS ANÉIS

Tipo: 29 B.

Dimensões (em centímetros, segundo o eixo morfológico):

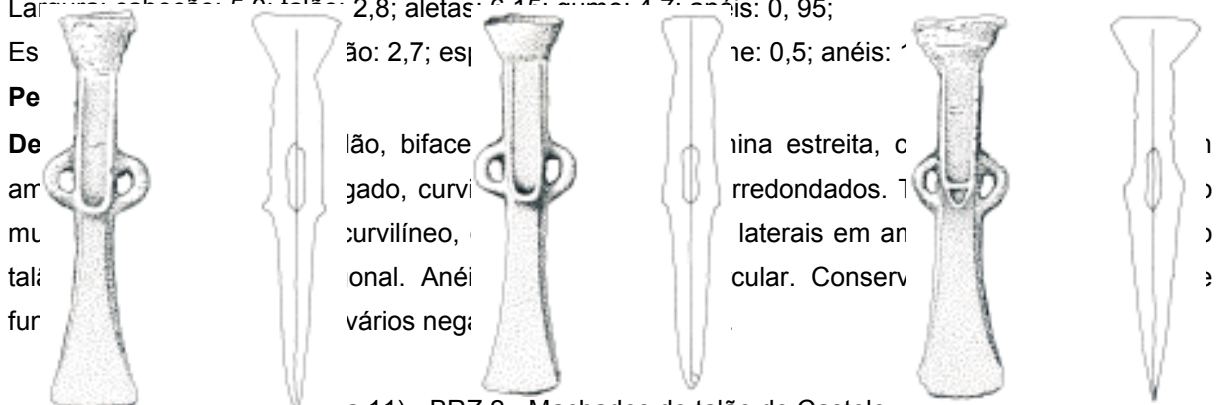
Comprimento: com cabeção: 23,3; sem cabeção: 20,5;

Largura: cabeção: 5,0; talão: 2,8; aletas: 0,45; gume: 4,7; anéis: 0,95;

Es
Pe
De
am
mu
tali
fur

ção: 2,7; esp
lão, biface
gado, curvi
urvilíneo,
onal. Anéi
vários neg;

ina estreita, c
rredondados. T
laterais em an
cular. Conserv



Nº 7 - tipo 29 B

Nº 8 - tipo 29 B

Nº 9 - tipo 29 C

(figura de número... a 11) - BRZ 2 - Machados de talão do Castelo.



M

Silva

Nº 10 - tipo 29 A

Nº 11 - tipo 29 B



Figura 47 – Machados de talão do Castelo (números 7, 11, 10, 6, 4, 5, 8, 9).

Estado de conservação: Bom. Foi restaurado.

Depósito: Museu Nacional de Arqueologia (nº inv. 11058).

Bibliografia: CUNHA 1909 [1979], 131; PEREIRA 1903, 132-136; FORTES 1916, 338; MAC WHITE 1951, 66; SAVORY 1951, 362; MONTEAGUDO 1977, 170, Nº 1039; SILVA 1986, Qd. 4; SILVA 1993-94, 45-82 e SILVA 1994a.

Nº 9 - MACHADO DE TALÃO COM DOIS ANÉIS

Tipo: 29 C (Minho C - seg. L. Monteagudo - 1977).

Dimensões (em centímetros, segundo o eixo morfológico):

Comprimento: com cabeção: 23,4; sem cabeção: 19,8;

Largura: cabeção: 5,5; talão: 2,6; aletas: 5,8; gume (actual): 4,4 (teria 5,5); anéis: 0,9;

Espessura: cabeção: 5,5; talão: 2,7; espera do talão: 3,7; gume: 0,3; anéis: 0,85.

Peso: 1,175 Kg.

Descrição: Machado de talão, biface, de duplo anel. Lâmina estreita, com superfície convexa, nervuras laterais em ambas as faces, gume alargado, curvilíneo e sem os cantos. Talão com ressalto médio elevado, espessado e assimétrico (em relação à face inferior), que continua em abas laterais. Contrariamente ao que se verifica com os outros machados, o ressalto do talão termina, em ambas as faces, com uma figura sub-triangular. Espera do talão de secção sub-ovóide. Anéis pequenos, de secção semicircular. Cone de fundição muito irregular e pronunciado, com um desnível de 5 mm no topo. Possui rebarbas. Uma das faces do machado apresenta um acabamento bastante imperfeito.

Estado de conservação: Bom. Foi restaurado.

Depósito: Museu Nacional de Arqueologia (nº inv. 11055).

Observações: "Este tipo de machado é relativamente raro, tendo uma maior concentração, embora não nítida, a Oeste e Norte do Douro Litoral e a SO, Oeste e Norte do Minho" (MONTEAGUDO 1977, 173).

Bibliografia: CUNHA 1909 [1979], 131; PEREIRA 1903, 132-136; FORTES 1916, 338; MAC WHITE 1951, 66; SAVORY 1951, 362; MONTEAGUDO 1977, 173, N° 1058; SILVA 1986, Qd. 4; SILVA 1993-94, 45-82 e SILVA 1994a.

N° 10 - MACHADO DE TALÃO COM DOIS ANÉIS

Tipo: 29 A.

Dimensões (em centímetros, segundo o eixo morfológico):

Comprimento: com cabeção: 27,3; sem cabeção: 23,3;

Largura: cabeção: 4,4; talão: 2,6; aletas: 7,1; gume (teria): 5,9; anéis: 0,95;

Espessura: cabeção: 3,8; talão: 2,25; espera do talão: 3,7; gume: 0,4; anéis: 1,1.

Peso: 1,150 Kg.

Descrição: Machado de talão, biface, de duplo anel. Lâmina estreita, com nervuras laterais muito vincadas em ambas as faces, gume muito alargado, curvilíneo, ao qual falta um canto. Talão com ressalto médio muito elevado, espessado, de cantos angulosos, que continua em abas laterais em ambas as faces. Anéis de secção semicircular, muito irregulares. Cone de fundição imperfeito. Conserva as rebarbas. Possui vários negativos de bolhas de ar. Fabrico bastante rudimentar.

Estado de conservação: Bom.

Depósito: Museu Nacional de Arqueologia (n° inv. 11061).

Bibliografia: SILVA 1993-94, 45-82 e SILVA 1994a.

N° 11 - MACHADO DE TALÃO COM DOIS ANÉIS

Tipo: 29 B.

Dimensões (em centímetros, segundo o eixo morfológico):

Comprimento: com cabeção: 24,5; sem cabeção: 20,3;

Largura: cabeção: 4,2; talão: 2,1; aletas: 6; gume (teria): 4,9; anéis: 0,8 e 1,2;

Espessuras: cabeção: 4,1; talão: 3,1; espera do talão: 3,6; gume: 0,4; anéis: 1,1.

Peso: 1,200 Kg.

Descrição: Machado de talão, biface, de duplo anel. Lâmina estreita, com nervuras laterais em ambas as faces, gume alargado, curvilíneo mas bastante fracturado, faltando-lhe os dois cantos. Talão com ressalto médio elevado, espessado, de cantos arredondados, que continua em abas laterais em ambas as faces. Anéis de secção semicircular. Cone de fundição de secção sub-circular. Conserva rebarbas. Possui vários negativos de bolhas de ar.

Estado de conservação: Encontra-se em mau estado, visto estar partido no arranque da lâmina. As superfícies de fractura foram limadas tal como a parte externa dos anéis. O gume está muito deteriorado.

Depósito: Museu Nacional de Arqueologia (n° inv. 11076 - Cont. 1177, vol. 3, MNA 0443).

Bibliografia: SILVA 1993-94, 45-82 e SILVA 1994a.

BRZ 3 - MACHADOS DE TALÃO DE CABELUDAS/ALTO DA COGULUDA

Freguesias: Insalde e Padornelo.

Lugar de achamento: Cabeludas.

Coordenadas Planimétricas GAUSS: X = 166,9; Y = 551,9.

Altitude: 470 metros.

C.M.P.: 1/25.000, 7, 1949 e 1997.

C. Geológica: 1/50.000, 1-C, 1962.

Geologia: Mancha de rochas do complexo xisto-migmatítico, composto por migmatitos, gnaisses, micaxistos, xistos luzentes, entre outros.

Geomorfologia: Elevação de encostas com declive suave, onde abundam afloramentos graníticos.

Rede hidrográfica abundante, passando a norte e oeste o rio de Codecede e vários ribeiros.

Mancha de solo de tipo A (aptidão agrícola). Não obstante, parte substancial da área está abandonada no que respeita ao cultivo, sendo apenas agricultada uma pequena superfície.

Povoamento actual: Nulo.

Contexto arqueológico: Os machados foram encontrados em 1935, em depósito, no lugar de Cabeludas, aquando da construção da estrada Paredes de Coura/Extremo.

O local de achamento situa-se na base sudeste de um monte (Alto da Coguluda, Coguluda ou Porta da Várzea) com perfil arredondado, que apresenta no topo uma superfície relativamente plana, alongada no sentido norte/sul, onde existe grande quantidade de blocos graníticos de porte considerável. Topográfica e geomorfologicamente, o recinto evidencia as características habitualmente associadas a um povoado aberto da Idade do Bronze.

Para além dos machados, não foi registada, até ao momento, a ocorrência de qualquer outro espólio. Existem nas proximidades vários topónimos de cariz arqueológico, tais como Portela, Cimo da Vila, Meca e Cidade.

A poucas centenas de metros, a norte, encontra-se o povoado fortificado da Giesteira (Idade do Ferro). Vários monumentos megalíticos terão, igualmente, existido a norte, na Serra da Boulhosa.

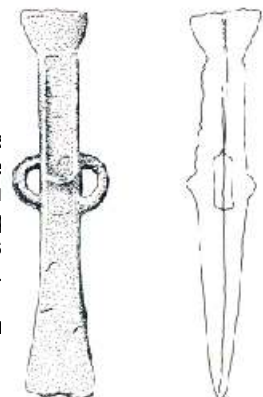
Observações: Nº Nacional de Estação: 1424.

O estudo dos machados de talão das Cabeludas deparou com alguns problemas e erros de identificação. L. Monteagudo publicou o machado nº 994 (1977, 167), encontrado em Afife, como sendo de Paredes de Coura. Por outro lado, o machado publicado por este autor com o nº 993 (actual nº 12) encontrava-se em restauro na década de noventa, pelo que não foi actualizado o seu estudo. O machado incluído neste trabalho com o nº 14, apesar de se enquadrar numa tipologia diferente da dos restantes machados deste grupo, não foi, na altura, publicado por L. Monteagudo⁽⁵⁾.

Nº 12 - MACHADO DE TALÃO COM DOIS ANÉIS (Figura 48; escala: 1:5)

Tipo: 29 A.

⁽⁵⁾ João de Castro Nunes, que publicou o machado nº 12, refere-se a estes machados: conjunto de três, "um dos quais partido" (1957, 199), tendo ficado dois na posse cujos herdeiros os cederam ao Museu Pio XII, onde actualmente se encontra correspondente ao nº 14 do presente trabalho, excluindo-se assim o de Afife, referido | Relativamente ao machado nº12, J. de Castro Nunes acrescenta que estaria, ness: Daniel Maciel, professor de Vila Praia de Âncora" (1957, 198), que o comprou Francisco José Barreiro, a quem o empreiteiro das obras da estrada tinha "cedido" L. Quintas Neves (1969, 276) faz uma referência muito breve a estes achados, cita



Dimensões (em centímetros, segundo o eixo morfológico):

Comprimento: com cabeção: 23,5; sem cabeção: 20,5;

Largura: cabeção: (?); talão: 6,5; aletas: (?); gume: (?); anéis: (?);

Espessura: cabeção: (?); talão: 4,5; espera do talão: (?); gume: (?); anéis: (?).

Peso: 1,150 Kg.

Descrição: Machado de talão, biface, de duplo anel. Lâmina muito estreita (aproximando-se da largura da espera), de gume alargado, curvilíneo e fracturado. A lâmina tem nervuras laterais em ambas as faces. Talão com ressalto médio elevado, espessado, de cantos angulosos, continuando em abas laterais, também em ambas as faces. O ressalto da espera do talão é de secção hexagonal. Anéis de secção semicircular, um maior que o outro. Conserva o cone de fundição, bastante pequeno, e as rebarbas são pouco nítidas. O cabeção, oblíquo, possui um desnível de 2 mm no topo.

Estado de conservação: Bom.

Depósito: Pertenceu à colecção privada de Ribeiro da Cunha e estaria no Museu Pio XII, em Braga. Na altura em que se pretendeu estudá-lo encontrava-se em restauro, segundo nos referiu o Reverendo Cónego António Macedo. A descrição apresentada é, assim, baseada nos dados e gravuras publicados.

Bibliografia: NUNES 1957, 198; NEVES 1969, 276; MONTEAGUDO 1977, 167, nº 993; SILVA 1986, Qd. 4; SILVA 1993-94, 45-82 e SILVA 1994a.

Nº 13 - MACHADO DE TALÃO COM DOIS ANÉIS (Fig. 49; escala: 1:5)

Tipo: 29 B.

Dimensões (em centímetros, segundo o eixo morfológico):

Comprimento: com cabeção: 24,7; sem cabeção: 20,5;

Largura: cabeção: 4,1; talão: 2,7; aletas: 6; gume: 4,8; anéis: 0,9;

Espessura: cabeção: 5; talão: 2,9; espera do talão: 4; lâmina: 0,6; anéis: 1,2.

Peso: 1,250 Kg.

Descrição: Machado de talão, biface, de duplo anel. Lâmina estreita, de gume alargado, curvilíneo, com três sulcos (2 mm de largura) que parecem ser coevos. A lâmina tem nervuras laterais, muito pouco pronunciadas, em ambas as faces. Talão com ressalto médio muito elevado, espessado, assimétrico e de cantos arredondados, continuando em abas laterais. As dimensões do talão são variáveis, aumentando desde o cabeção até à espera, o que não é comum neste tipo. Espera do talão de secção sub-circular. Anéis de secção semicircular. Conserva o cone de fundição e as rebarbas.

Estado de conservação: Bom.

Depósito: Museu Pio XII, em Braga.

Observações: Pertenceu ao "espólio do Padre Clemente Lourenço de Insalde de Coura", tal como refere um cartão que acompanha os machados.

Bibliografia: NUNES 1957, 198; NEVES 1969, 276; MONTEAGUDO 1977, 170, nº 1036; SILVA 1986, Qd. 4; SILVA 1993-94, 45-82 e SILVA 1994a.



Nº 14 - MACHADO DE TALÃO COM DOIS ANÉIS (Fig. 50; escala: 1:5)

Tipo: 38 B.

Dimensões (em centímetros, segundo o eixo morfológico):

Comprimento: sem cabeção: 19,3;

Largura: cabeção: (?); talão: 2,5; aletas: 6,2; gume: 4,3; anéis: 0,7 e 0,9;

Espessura: cabeção: (?); talão: 2,1; espera do talão: 3,6; lâmina: 0,9; anéis: 1,2.

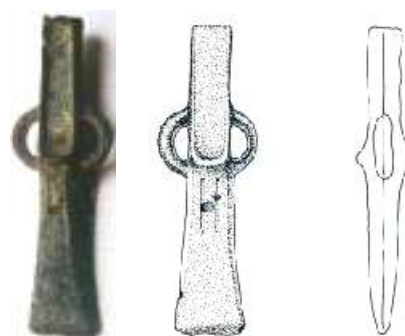
Peso: 1,000 Kg.

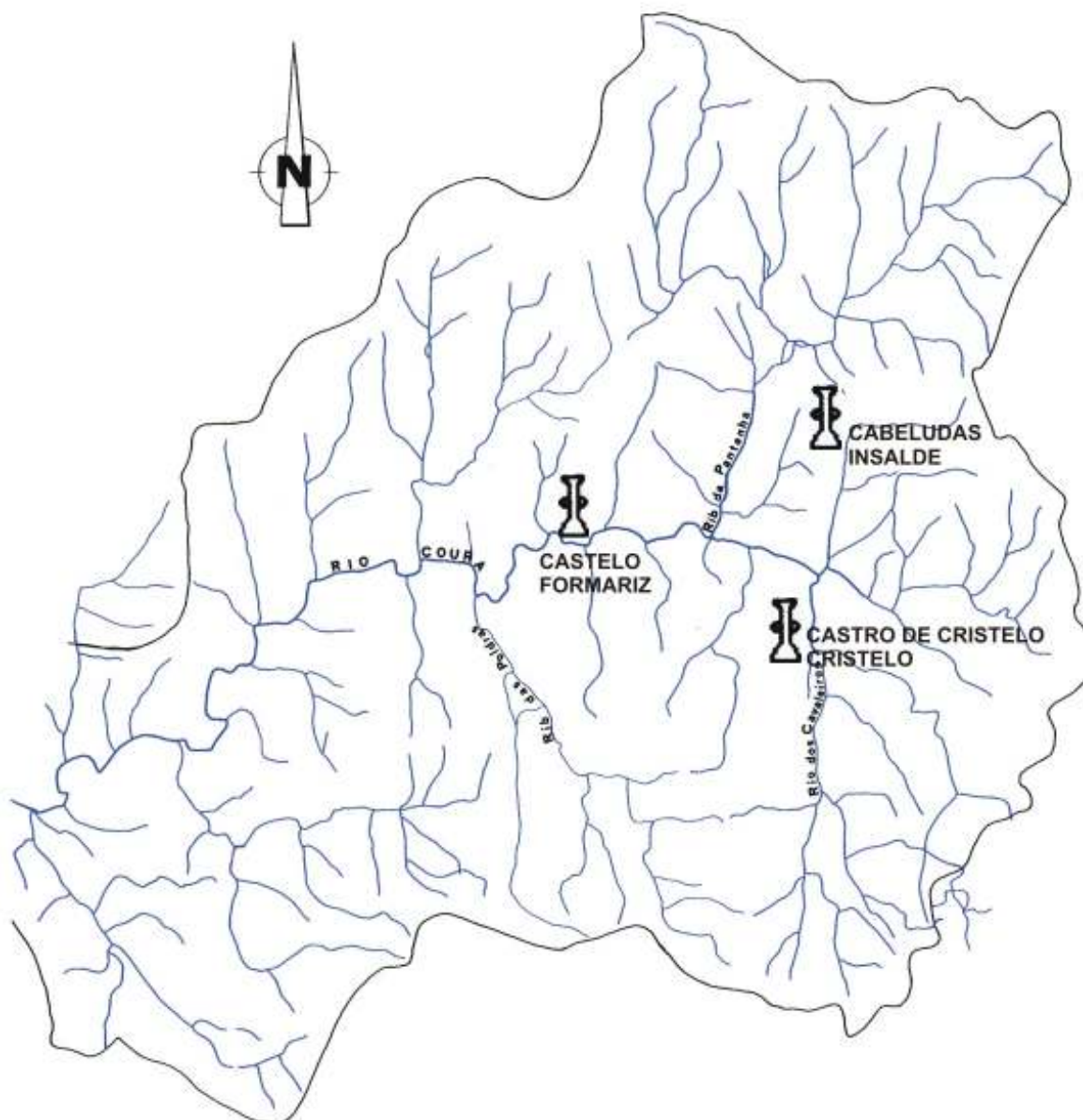
Descrição: Machado de talão, biface, de duplo anel. Lâmina estreita, de gume alargado, curvilíneo, com os cantos danificados. A lâmina possui nervuras laterais, muito pouco pronunciadas, em ambas as faces. Possui ainda dois sulcos centrais (e, entre eles, o negativo de uma bolha de ar) que se prolongam até meio da lâmina. Talão com ressalto médio bastante elevado, espessado e de cantos angulosos, continuando em abas laterais em ambas as faces. Anéis de secção semicircular, de grande dimensão (diâmetro externo de 4,5 cm e interno de 2,3 cm) e polidos, como toda a peça. Raros vestígios de rebarbas, rebatidas e desbastadas, tal como se verifica no gume, que apresenta vestígios de uso. Não possui cabeção, o que indica ter sido utilizado - caso único na bacia superior do rio Coura.

Estado de conservação: Bom.

Depósito: Museu Pio XII, em Braga.

Bibliografia: SILVA 1993-94, 45-82 e SILVA 1994a.





Bacia hidrográfica do rio Coura
Vestígios arqueológicos
Idade do Bronze

3.2 - IDADE DO FERRO

TOP 1 - TOPONÍMIA ARQUEOLÓGICA

Freguesia: Agualonga.

Lugar: Mourela.

Coordenadas planimétricas GAUSS: X = 160,5; Y = 546,8.

Altitude: 409 metros.

C.M.P.: 1/25.000, 15, 1949 e 1996.

C. Geológica: 1/50.000, 1-C, 1962.

Povoamento actual: Nulo.

Descrição: Trata-se de um monte que foi arroteado para plantação de eucalipto. Uma prospecção sistemática no local revelou apenas uma grande quantidade de pedra à superfície, sem vestígios de ter sido aparelhada.

Segundo a população, terá existido aqui um posto militar de vigia.

Bibliografia: OLIVEIRA, 1993, 450-451; SILVA 1994.

TOP 2A e 2B - TOPONÍMIA ARQUEOLÓGICA

Freguesia: Bico.

Lugar: Alto do Castro/Alto da Pena e Castro (ver Chela - ROM 2).

Coordenadas Planimétricas GAUSS: Alto do Castro: X = 165,8; Y = 543,8.

Castro: X = 167,5; Y = 546,8.

Altitude: Alto do Castro: 758 metros; Castro: 530 metros.

C.M.P.: 1/25.000, 15, 1949 e 1996.

C. Geológica: 1/50.000, 1-C, 1962.

Povoamento actual: Nulo (Alto do Castro) e concentrado (Castro).

Descrição:

2A - Alto do Castro/Alto da Pena: Apesar de se conhecer a referência a um castro, não se observam vestígios de estruturas nem de espólio.

Elevação de encosta com algum declive, em torno de uma área relativamente plana. Existem inúmeros rochedos boleados, em granito de grão grosso.

Aparentemente, um talude formado por terra e rochedos contorna o topo do monte (Alto da Pena).

Predomina a vegetação rasteira (tojo e urze) e arbórea (alguns pinheiros), existindo vestígios de grandes revolvimentos de terra para florestação.

2B - Castro: Local situado próximo da sede de freguesia, sem características topográficas para a implantação de um povoado.

Não se conhece, na freguesia, qualquer referência ao aparecimento de vestígios arqueológicos (estrutura ou espólio) que apontem para ocupação de ambos os locais na Idade do Ferro.

Espólio: No lugar do Castro foram em tempos encontrados fragmentos de tégula (ROM 2).

Bibliografia: VIANA 1926, 89; OLIVEIRA 1976, 18; SILVA 1986, nº 65; OLIVEIRA, 1993, 460; SILVA 1994; 1994a., 281-302; 1994b., 477-499.

PVF 1 – POVOADO FORTIFICADO DE COSSOURADO (Figs. 51 e 52; fotos 25 a 28)

Freguesia: Cossourado.

Lugar: Monte da Cividade.

Coordenadas Planimétricas GAUSS (v.g. Forte da Cidade): X = 158,185; Y = 549,700.

UTM (v.g. Forte da Cidade): X = 530.207,74; Y = 4.640.686,09.

Altitude: 375,71 metros (vértice geodésico Forte da Cidade).

C.M.P.: 1/25.000, 7 (S. Pedro da Torre, Valença), de 1949 e 1997; e 15 (Paredes de Coura), de 1949 e 1996.

C. Geológica: 1/50.000, 1-C, 1962.

Geologia: Mancha de rochas eruptivas, de granito alcalino de grão médio. Nas proximidades, a oeste e sudeste, existe uma mancha do complexo xisto-migmatítico; a sul, uma outra de granito alcalino de grão grosseiro; e a norte e nordeste, granito gnáissico.

Geomorfologia: Elevação que, relativamente à área circundante, se distingue na paisagem pela sua altitude. A encosta virada a oeste possui menos declive que as restantes pelo facto de ser mais extensa.

Pelo monte, inclusivamente nas áreas escavadas, abundam afloramentos graníticos de grão médio e grosso com vestígios de extracção de pedra, nomeadamente marcas de guilho. Trata-se de vestígios com desgaste acentuado, o que nos remete para a presença de uma extracção bastante remota.

No cimo do monte existe um *plateau* de grandes dimensões, sub-circular, encimado por uma elevação (torreão) onde se localiza um marco geodésico.

Rede hidrográfica abundante, sendo o monte contornado pelo rio Coura a nordeste, este e sudeste. Nas proximidades existem, igualmente, várias linhas de água.

Mancha de solo de tipo F (aptidão florestal). A nascente existem manchas de solo de tipo A (aptidão agrícola) e outras pertencentes ao complexo A + F (misto de aptidão agrícola e florestal).

Vegetação: Vegetação rasteira (tojo e urze) e arbórea (pinheiro e carvalho).

Povoamento actual: Disperso; na base do monte, a nordeste, situa-se a Igreja Paroquial de Cossourado.

Enquadramento bibliográfico: Não obstante nunca ter sido objecto de estudos aprofundados até 1993, o povoado fortificado de Cossourado mereceu, ao longo dos anos, a atenção de diversos autores e curiosos que lhe dedicaram alguns, ainda que breves, apontamentos. Eivados, em grande parte dos casos, de contornos lendários, alguns dos quais hoje em dia apenas enquadráveis no domínio da tradição, comprovam, no entanto, a noção que as populações tinham da existência, naquele monte, de algo bastante antigo e, por isso mesmo, de considerável valor patrimonial. No século passado, essa consciência era já uma realidade.

José Avelino de Almeida, no seu "Diccionario Abreviado de Chorographia, Topographia e Archeologia", de 1866, a propósito do povoado referia: "Acima da igreja está um monte e nelle vestígios de castello e de grande fortificação, a que chamão cidade". Mais à frente acrescentava: "Conhece-se ainda hoje que teve fossos e trincheiras com estradas cobertas, que servião aos Romanos de proteger as marchas dos comboios para os exércitos que vierão conquistar Braga" (ALMEIDA 1866, 335).

Vinte anos mais tarde, José Augusto Vieira escrevia, no "Minho Pittoresco", que "a configuração do terreno (...) faz pensar nos *Castros* dos romanos, e recorda involuntariamente a história antiga destes logares" (VIEIRA 1886, 121).

Sem se deter em considerações alongadas, nos inícios do século XX Narcizo Alves da Cunha, autor da monografia "No Alto-Minho — Paredes de Coura", afirmava que próximo da igreja paroquial "está o monte da Cidade, onde se encontram importantes restos de fortificação antiga" (CUNHA [1909] 1979, 398). E Félix Alves Pereira concretizava, mais pormenorizadamente: "para poente, vêem-se duas ordens de muralhas derruídas mas do lado da suposta acrópole têm alguma elevação; ao centro há um grande morro. A estrada romana passava na proximidade, de nascente a poente" (PEREIRA 1924, 251).

Quatro décadas antes, Pinho Leal, ao referir-se ao povoado, mais não fazia que transcrever as palavras de Avelino de Almeida. Porém, acrescentava: "É tradição que esta cidade foi destruída pelos árabes, em 717" (LEAL 1874, 410).

Nos "Commentários a Dextero", de 382, Francisco de Vivar defendia ser a cidade de *Cauca* a pátria do imperador romano Teodósio Magno e apontava a sua localização para a região situada entre Braga e Valença. Idácio, por seu lado, partilhava da mesma opinião (CUNHA [1909] 1979).

Perante estes dados, José A. Vieira, a exemplo do que já haviam feito José A. Almeida e outros autores, interrogava: "Seria aqui a antiga cidade *Arnoia*? Seria a *Cauca* romana, dando por corrupção do termo a palavra actual de Coura?" (VIEIRA 1886, 121).

O tempo e os homens não conseguiram, até aos dias de hoje, responder a estas questões. Provavelmente nunca chegarão a fazê-lo e as dúvidas continuarão a persistir, até porque a presença romana no povoado, tão referida por todos os autores, não está de forma alguma documentada.

De um dado, no entanto, nunca se poderá duvidar: da imponente da estação. De tal forma era evidente, que José A. Almeida salientou: "Este forte está em tão alta posição que se não pode fazer ideia da sua grandeza sem que se veja de perto" (ALMEIDA 1866, 335). E ainda hoje, com efeito, a sua grandiosidade é um facto.

Campanhas de escavação arqueológica: O estudo científico da estação teve início em 1993, com a realização da primeira campanha de escavação arqueológica, no âmbito do projecto de investigação "Estudo, musealização e divulgação do povoamento proto-histórico e romanização da bacia superior do rio Coura". Os trabalhos, efectuados sob a forma de uma sondagem, revelaram a existência de construções características da Idade do Ferro, às quais surgiu associado espólio arqueológico diversificado. Confirmadas as previsões iniciais, as investigações continuaram nos anos seguintes (até ao ano de 2001), tendo-se escavado, progressivamente, em pontos distintos do habitat, nomeadamente na plataforma superior (vários sectores), na muralha interna e numa área compreendida entre a primeira e a segunda muralhas.

Os resultados obtidos forneceram, por um lado, elementos científicos significativos para o conhecimento da ocupação do povoado durante a Idade do Ferro. Por outro, sob o ponto de vista patrimonial, revelaram construções habitacionais perfeitamente invulgares no contexto da "cultura castreja", a par de estruturas defensivas de grandes dimensões.

O povoado: O povoado propriamente dito ocupa o topo e as vertentes de uma grande elevação que se distingue com facilidade em relação à paisagem circundante e abrange uma área de aproximadamente 10 hectares. Está situado entre as cotas 325 e 375.71.

Com encostas relativamente acentuadas, principalmente a nascente, a servirem, já de si, como precioso auxiliar na defesa da comunidade, o povoado assenta a sua área habitacional por excelência no topo do monte, onde uma extensa chã, aplanada de forma intencional, oferece as condições ideais

para a construção das habitações e estruturas auxiliares.

Ao centro, um torreão construído com terra e pedra eleva-se como notável posto de vigia, de onde se domina, visualmente, parte das bacias hidrográficas dos rios Coura, a este e sul, e Minho, a norte e noroeste.

. **Construções habitacionais e de serviços:** Os trabalhos desenvolvidos revelaram a existência de um núcleo habitacional constituído por diversas construções. Circulares, umas, de configuração alongada, outras, apresentam como característica dominante dimensões bastante elevadas, pouco enquadráveis no modelo construtivo dito castrejo.

A distribuição das edificações em torno do torreão central não obedeceu, salvo em alguns pontos, a qualquer plano urbanístico definido (ver Fig. 52). A proximidade que se verifica entre algumas delas deixa entender, pelo contrário, a preocupação de construir em função do espaço disponível, aproveitando-o o máximo possível.

Tecnicamente, o processo utilizado é bastante rudimentar. As paredes são compostas por pedra granítica disposta de forma irregular, raramente aparelhada e sem qualquer tipo de argamassa a consolidar – são construções em pedra seca ou vã. Uma análise mais atenta permite verificar, no entanto, a existência, neste aspecto particular, de diferenças entre as diversas construções. Enquanto as cabanas circulares apresentam um tipo de construção mais cuidado, com paramento interno e externo, as alongadas denotam uma elaboração mais arcaica, mais tosca, sem grandes preocupações estéticas. Apesar de a diferenciação funcional dos dois tipos de estruturas não se afigurar muito evidente no registo arqueológico, é provável que as circulares acumulassem funções de habitação e de realização de trabalhos domésticos e artesanais, ao passo que as restantes terão sido utilizadas para a prática de actividades artesanais, para a guarda de instrumentos de trabalho, bens de consumo e animais.

Junto ao torreão, a sudoeste, uma estrutura de planta ovalada terá desempenhado a função de local de reunião e de encontro comunitário. A existência de um banco de pedra ao longo da face interna da parede pelo menos a essa suposição conduz.

O sistema de cobertura seria, por sua vez, bastante simples e o seu formato variava consoante a configuração das cabanas. As de planta circular teriam uma estrutura cónica e as alongadas uma cobertura de duas águas, arredondada nas paredes de topo, ou apenas de uma água, inclinada. Em qualquer dos casos, porém, sem o auxílio de postes, cuja presença não foi documentada pelo registo arqueológico. Os materiais mais aplicados seriam os troncos de madeira, como estrutura de suporte, e a giesta, como revestimento exterior, tal como apontaram as análises antracológicas efectuadas.

No geral, as paredes das cabanas não seriam muito altas, uma vez que a cobertura, principalmente nas construções de planta circular, proporcionaria o prolongamento do espaço para além dos seus limites superiores.

. **Sistema defensivo:** A exemplo de grande parte dos povoados pertencentes a este período cronológico-cultural, Cossourado possui um forte sistema defensivo que circunda e protege a área de habitação. Compõem-no, na prática, duas linhas de muralha, que circundam na totalidade a sua zona habitacional, e uma terceira, apenas a oeste, onde o declive é menos acentuado.

Estruturalmente, as muralhas apresentam um processo construtivo composto por grandes blocos de pedra sem aparelhamento, nas faces interna e externa, e somente por terra, na parte intermédia. Com pequenas rampas e contrafortes – alguns dos quais com degraus – a servirem de acesso interno,

possuem, no geral, uma largura aproximada de quatro metros.

A entrada – única confirmada mediante escavação – situa-se a noroeste e coincide com o caminho actualmente utilizado para o acesso ao topo do povoado.

Espólio: O povoado forneceu, ao longo dos anos, bastante espólio arqueológico. Constituído por diferentes materiais (pedra, metal, barro, restos vegetais, entre outros), por vezes bastante fragmentados, permite apontar, com alguma certeza, a prática de diversas actividades, nomeadamente as relacionadas com a construção e manutenção do povoado e do sistema defensivo, com a exploração dos recursos naturais (recolocção, caça, pesca, desflorestação, mineração...) e com o fabrico de vários utensílios.

De entre os instrumentos de pedra mais documentados no povoado salientam-se bifaces de quartzito, machados de pedra polida, percutores, cinzéis e polidores, que, embora de fabrico anterior (nomeadamente os bifaces e os machados), continuavam a ter um papel fundamental no exercício de actividade artesanais como a extracção de pedra, o abate de árvores, o tratamento de peles e cerâmica, a trituração de diversos tipos de matérias, entre outras.

Igualmente de pedra eram os pesos de rede, as mós de vaivém (com respectivos rebolos) e os cossoiros de fuso, utilizados na pesca, na moagem de bolotas e cereais e na fiacção de tecidos grosseiros, respectivamente.

Com o crescente aperfeiçoamento do trabalho do metal, são também em grande número os utensílios deste género encontrados, principalmente os realizados em bronze (os de ferro são escassos).

São de referir, de entre os mais significativos, um punhal e a lâmina de um outro, fragmentos de machados de talão, uma agulha e diversos objectos de adorno, como braceletes e diversos pendentos.

A olaria seria, por sua vez, uma das actividades mais praticadas no povoado. A testemunhá-lo estão os milhares de fragmentos de cerâmica encontrados. Surgem normalmente bastante fragmentados e nunca sob a forma de peças completas. No entanto, um estudo pormenorizado permite descobrir algumas das formas mais comuns: painéis (algumas das quais com orifícios ou asas interiores, a fim de serem penduradas sobre as lareiras), potes (para armazenamento de alimentos e líquidos), púcaros, entre outras. Trata-se de uma cerâmica de fabrico manual, produzida com barro extraído na região. Em termos de tratamento das superfícies externas é, na maior parte dos casos, alisada e raramente surgem fragmentos decorados.

Há ainda a registar o aparecimento de contas de colar em pasta vítrea (que documentam os contactos comerciais estabelecidos com povos de outras regiões); centenas de restos de madeira carbonizada, provenientes, em grande parte, dos troncos utilizados no sistema de cobertura; e inúmeras bolotas e sementes que, obtidas através da recolocção e da prática da agricultura, se destinavam à alimentação humana.

Embora não documentadas directamente, actividades como a agricultura, a caça, a pastorícia e a tecelagem teriam, de igual forma, um papel de relevo na vida do povoado, constituindo um complemento importante para a satisfação das necessidades básicas da comunidade.

Depósito:

Interpretação funcional e cronologia: Trata-se de um povoado com funções de habitação permanente, cujo modo de vida se enquadra no modelo caracterizador de uma sociedade agro-pastoril.

A construção do povoado neste local obedeceu, com toda a certeza, a uma escolha criteriosa. Para além de implantado numa área que possibilitava a obtenção de uma vasta gama de recursos naturais, o habitat dispunha de uma excelente posição geográfica.

Situado no topo de uma elevação, numa área de transição entre a bacia superior do rio Coura e parte da bacia do rio Minho, o povoado desfrutava de um invejável controlo visual de todo o espaço circundante: do cimo do seu torreão avistava-se, por um lado, uma série de povoados do mesmo período cronológico, embora de menor envergadura, e por outro, a norte, uma extensão do rio Minho, do qual dista, em linha recta, menos de 8 quilómetros.

A proximidade deste importante curso de água, navegável de há longa data, num ponto não muito afastado da foz e, por isso, do Atlântico, e a obtenção de objectos de importação confirmada através das escavações arqueológicas (cerâmicas de morfologia e tipo de fabrico distintos da indígena e contas de colar, para referir os mais significativos) apontam para a provável inclusão do povoado na rota de trocas comerciais efectuadas com povos de outras paragens, sobretudo da região do Mediterrâneo, que à península afluíam em busca de recursos, sobretudo metais.

Cossourado figuraria como o típico "lugar central", do qual estariam dependentes, a vários níveis de influência, as comunidades situadas na região envolvente.

Construído, muito provavelmente, na passagem da primeira para a segunda metade do I milénio a. C., e apesar da monumentalidade que alcançou e da influência que exerceu, o povoado não teve uma vida muito longa. As análises e estudos realizados apontam para a existência de um período contínuo e relativamente curto de ocupação. NAO QUERES AGORA APONTAR DATAS?

Na base do monte, a este, haveria de passar mais tarde a IV Via Militar Romana, ou XIX do Itinerário Antonino, que ligava as cidades de *Bracara Augusta* (Braga) e *Asturica Augusta* (Astorga). Nessa altura, porém, já o povoado havia sido intencionalmente abandonado, muito provavelmente aquando das primeiras incursões de Décimo Júnio Bruto (138-136 a.C.).

Musealização do povoado: A execução de um projecto integrado que, através de acções diversas, possibilitasse a salvaguarda de toda a área escavada e a necessária transmissão, ao público em geral, dos conhecimentos científicos obtidos foi sempre um dos objectivos prioritários do projecto de investigação do povoado – que viria a ser posto em prática durante os anos de 1997 e 1998.

Financiado pelo FEDER, no âmbito do Subprograma C do PRONORTE, e pela Câmara Municipal de Paredes de Coura, o projecto incidiu em três vertentes fundamentais: conservação/restauro/reconstituição, sinalização/informação e divulgação do povoado.

No que ao primeiro ponto diz respeito, para além de outras iniciativas, efectuou-se a conservação, o restauro e a reconstituição parcial de todas as construções escavadas e a reconstituição integral, e o mais aproximada possível, com utilização de pedra de origem e aplicação de sistemas construtivos idênticos, de duas cabanas caracterizadoras do habitat: uma circular e uma outra alongada.

No domínio da sinalização foram colocadas, nas imediações da estação arqueológica, diversas placas que, desde as principais vias rodoviárias até ao topo do monte, assinalam o povoado. Neste a informação é fornecida ao visitante através de diversas placas com funções distintas: apresentação do monumento e respectivo período cronológico, explicitação do sistema defensivo e explicitação do núcleo reconstituído.

A divulgação da estação arqueológica tem vindo a acompanhar, sob diversas formas, todos os trabalhos de investigação desde 1993. No entanto, foi substancialmente reforçada com a realização

deste projecto. Elaborou-se, nesse sentido, diverso material de divulgação, com características marcadamente pedagógicas: dois desdobráveis (um para o público juvenil e outro para o público adulto), um jogo didáctico (puzzle), uma colecção de postais, diapositivos e um livro (SILVA e SILVA 1998), que pretendem sintetizar, de forma acessível, os conhecimentos obtidos até à data.

Paralelamente, procedeu-se à beneficiação, alargamento e pavimentação do caminho de acesso ao povoado.

Relações espaciais: Visibilidade para vários habitats e para grande parte do vale do Coura, sendo Cossourado aquele que mais facilmente se observa de vários pontos do actual concelho de Paredes de Coura. Condições atmosféricas nítidas possibilitam mesmo avistar o rio Minho e território actualmente espanhol.

Estado de conservação: Bom. Encontra-se em curso o Processo de Classificação como Imóvel de Interesse Público.

Acesso: Acesso automóvel pela auto-estrada A3 Porto-Valença, com saída no nó de Vila Nova de Cerveira/Paredes de Coura, e/ou pela E.N. 303, virando-se, ao Km 6, em direcção à Igreja Paroquial de Cossourado. Daqui sobe-se por estradão empedrado e por caminho de terra batida. Este sítio arqueológico encontra-se devidamente sinalizado com diversas setas indicativas do percurso a seguir.

Observações: Os terrenos onde se situa o povoado são baldios, sendo administrados por várias entidades, entre as quais a Junta de Freguesia de Cossourado.

Toponimicamente o monte é conhecido por Monte da Cidade, Forte da Cidade e Cidade de Cossourado.

Encontra-se em vias de classificação como Imóvel de Interesse Público, por despacho de 8 de Novembro de 1996.

Número Nacional de Estação (IPPAR): 3628; Instituto Português de Arqueologia: código CNS 3628; Carta Arqueológica Concelhia e Plano Director Municipal: código PVF 1 – Povoado Fortificado de Cossourado.

Bibliografia: VIEIRA 1886 [1987], 121-122; ALMEIDA 1866, 335; DIAS 1903, 128; CUNHA 1909 [1979], 131-132; PEREIRA 1924, 280-281, nº15; VIANA 1926, 89 e 1932, 161; CARDOSO 1934, 21; MOITA 1966, 529 e 549; OLIVEIRA 1976, 13, 21, 96; CORREIA 1957, 22-23; MHOP-DGPU 1978, Nº81; SILVA 1986, 71, nº 55; OLIVEIRA 1993, 451; SILVA 1994, 1994a., 281-302; 1994b., 477-499, 1995/97, 39-57 e 167-177; SILVA e SILVA 1995/97, 39-57; 1998; 1998/2000, 17-29; 2002, 139-152; 2004; 2004a e 2004b.

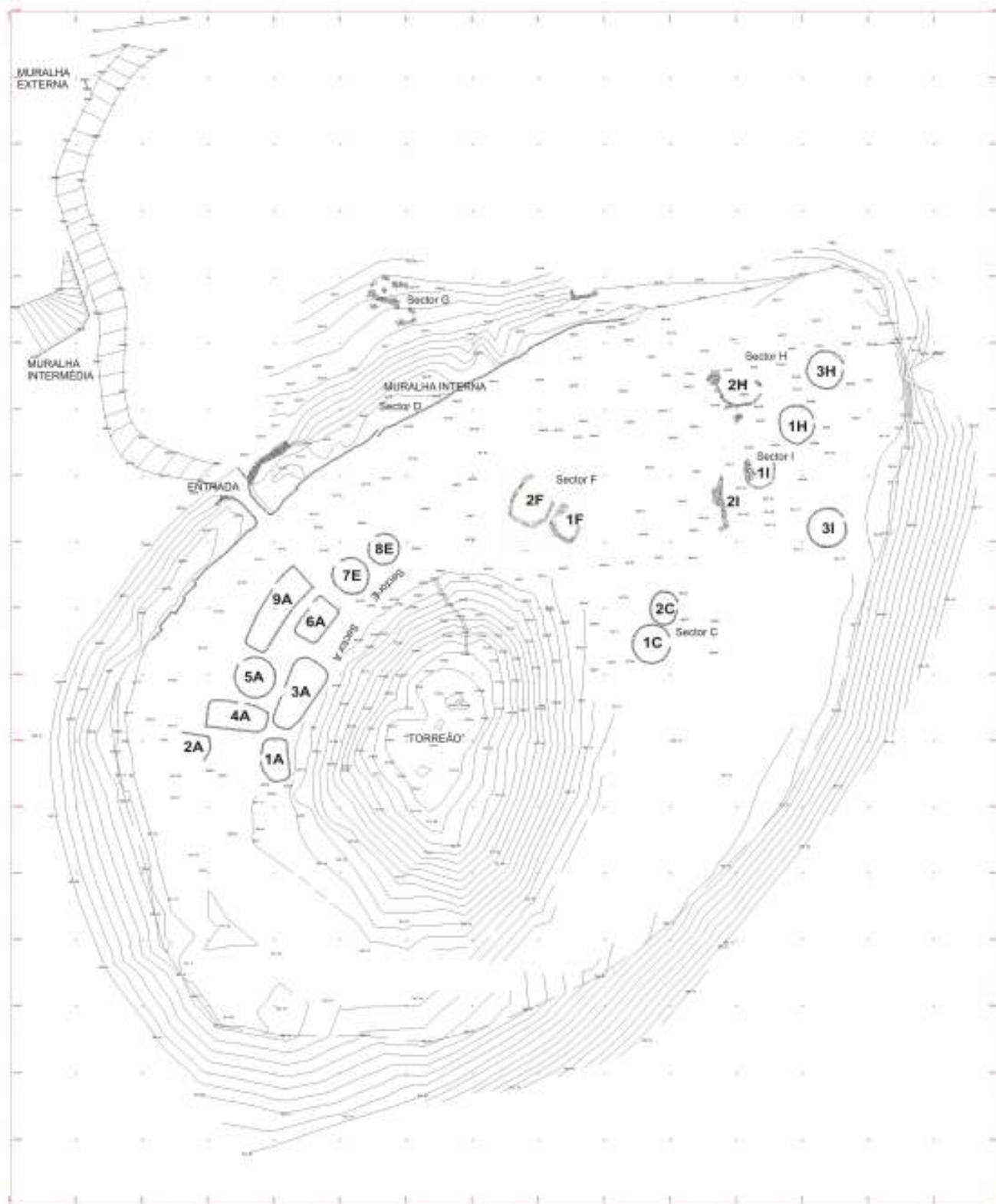


Figura 52 – Povoado fortificado de Cossourado.

Topografia simplificada e distribuição dos sectores escavados e das estruturas existentes.

PVF (?) 2 – POVOADO FORTIFICADO DE LOUSADO

Freguesia: Coura (S. Martinho de).

Lugar: Lousado.

Coordenadas Planimétricas GAUSS: X = 155,92; Y = 545,14.

UTM: X = 527.903,43; Y = 4.636.109,47; Cota Terrestre: 324,91.

Altitude: 324,91 metros.

C.M.P.: C.M.P.: 1/25.000, 15, 1949 e 1996.

C. Geológica: 1/50.000, 1-C, 1962.

Geologia: Mancha do complexo xisto-grauváquico, ante-ordovício, especificamente de xistos andaluzíticos. Os afloramentos de xisto são abundantes, em formas muito interessantes, por vezes com intercalações de quartzo. Existem também afloramentos de quartzo leitoso e róseo. A oeste aparece xisto negro (lousa).

Nas proximidades, a norte, oeste e sul, verifica-se a ocorrência de minérios, nomeadamente estanho.

Geomorfologia: Elevação de encostas abruptas, a este e oeste, que se prolonga para sul e norte por toda a Serra de Lousado. A erosão é bastante acentuada, encontrando-se grande parte do monte na rocha de base; outra parte foi revolvida para plantação de pinheiro e carvalho.

Rede hidrográfica abundante, registando-se a existência de nascentes nesta área.

Mancha de solo de tipo F (aptidão florestal).

Vegetação: Rasteira, em pequena quantidade (tojo e gramíneas).

Povoamento actual: Nulo.

Descrição: O possível povoado situa-se num esporão da Serra de Lousado. O perfil do monte é arredondado no sentido este/oeste e plano no sentido norte/sul. Possui duas valas do lado nascente, limitadas por grandes afloramentos, criando-se, assim, defesas naturais.

Caso aqui tenha existido um povoado fortificado – a prospecção sistemática efectuada no local não forneceu elementos que o possam confirmar –, está hoje completamente destruído, para o que muito terá contribuído a acentuada erosão.

Relações espaciais: Tem visibilidade para a Portela da Bustarenga, a Cividade de Romarigães e para os povoados de Cossourado, Montuzelo e Alto da Madorra.

Espólio: Cerâmica de características "castrejas" e tégula, encontradas nas proximidades do monte.

Depósito:

Acesso: Muito difícil: por estradão municipal, em terra, partindo de S. Martinho de Coura e seguindo após a casa do guarda e o campo de futebol.

Observações: Toponimicamente o local é também conhecido por Eira da Moura.

Bibliografia: SILVA 1986; SILVA 1994; 1994a., 281-302; 1994b., 477-499.

PVF 3 - POVOADO FORTIFICADO DA PORTELA DA BUSTARENGA (Figs. 53 e 54; foto 29)

Freguesia: Coura (S. Martinho de).

Lugar: Portela da Bustarenga.

Coordenadas planimétricas GAUSS: X = 157,05; Y = 543,94.

Altitude: 221,0 metros.

C.M.P.: 1/25.000, 15, 1949 e 1996.

C. Geológica: 1/50.000, 1-C, 1962.

Geologia: Mancha do complexo xisto-grauváquico, ante-ordovício, de xistos andaluzíticos.

Neste esporão afloram rochas de xisto, intercaladas com grande quantidade de afloramentos de quartzo, que por vezes se misturam num mesmo afloramento.

Próximo, a oeste e sul, verifica-se a ocorrência de minérios, nomeadamente estanho. Uma das minas aí existentes foi em tempos explorada.

Geomorfologia: Esporão de encostas íngremes, com um perfil troncocónico, aplanado no topo, estreito e alongado. Área envolvente de relevo muito acidentado, com elevações consideráveis e encostas abruptas.

Rede hidrográfica abundante, sendo o monte contornado por duas linhas de água, a norte e nordeste, afluentes do ribeiro do Outeiral, existindo ainda outras linhas de água nas proximidades.

Mancha de solo de tipo F (aptidão florestal); a este, mancha de solo de tipo A (aptidão agrícola).

Vegetação: Densa vegetação rasteira e arbórea (pinheiro bravo).

Povoamento actual: Nulo, existindo somente, um quilómetro a norte, uma pequena povoação.

Descrição: A. Carvalho da Costa, autor das mais antigas referências bibliográficas a povoados da Idade do Ferro desta região, observou, em 1706, o seguinte: "Na Portella da Bustaranga se vem vestígios de hum forte chamado o Crasto, que pelo nome mostra ser obra dos Romanos" (1706, 263). Apesar da atribuição cronológica enganosa, o autor confere a este povoado (tal como à Cividade de Romarigães - PVF 12) uma importância histórica significativa, que adquire ainda mais relevância se se atender ao facto de não efectuar qualquer referência aos restantes povoados do concelho de Paredes de Coura.

Trata-se de um povoado de dimensões reduzidas, se comparado com outros desta região, que assenta sobre um esporão elaborado propositadamente pelos povos da época, através de um considerável trabalho de engenharia (ver Fig. 54 e foto 29).

O seu topo, de pequenas dimensões (cerca de 50 metros de diâmetro), é contornado por uma cintura de muralha, alongada, constituída por lajes de xisto e granito, que se apresentou bem visível, sobretudo a oeste, após a ocorrência de um incêndio nos anos noventa do século XX. Uma outra muralha, intermédia, aparentemente mais destruída, situa-se a meio da encosta, à qual se segue, nas encostas este e oeste, um fosso com uma cota de base de 210 e 190 metros, respectivamente, atingindo, por isso, uma grande profundidade face à altitude máxima do povoado (221 metros). O fosso separa o esporão das elevações contíguas, tornando o povoado numa zona independente, de encostas com elevado pendor. No estreito talvegue que se criou corre, por vezes, em anos de maior pluviosidade, uma linha de água. Após o fosso externo da vertente oeste foi construído um talude, também alongado, que contorna pela base o povoado.

O recinto interior está coberto por grande quantidade de pedras, em granito de grão fino e xisto, provenientes do derrube de estruturas. O granito foi, muito provavelmente, recolhido noutros locais.

Possuía boas condições de defesa e vigilância, dominando o vale. Encontra-se, contudo, bastante camuflado na paisagem, o que sugere uma escolha estratégica e planeada do local para a implantação do povoado. Este tipo de situação geográfica, segundo o esquema evolutivo que preconizamos para o povoamento desta área ao longo da Idade do Ferro, permite, em comparação com outros povoados, situar cronologicamente a Portela da Bustarenga no século II a. C., altura em que os povoados com evidente destaque na paisagem haviam sido abandonados.

Relações espaciais: Visibilidade directa para a Cividade de Romarigães (situada a nordeste) e para toda a área atravessada pela via romana (IV Via Militar *Bracara-Astorga* e XIX do Itinerário Antonino), abrangendo-se, assim, um território vasto que compreende as actuais freguesias de S. Martinho de Coura, Romarigães e Rubiães.

Espólio: Ao longo dos tempos tem sido encontrada cerâmica indígena, micácea, de fabrico manual (de que possuímos exemplares fornecidos pela população, como o da Fig. 53), para além de várias mós circulares, graníticas, e de uma mó de vaivém – materiais estes que revelam a existência de actividades artesanais relacionadas com a olaria e a moagem de cereais e uma ocupação permanente do local.

Mó de vaivém: Apresenta um desgaste de cerca de quatro centímetros devido ao uso (fricção longitudinal). Encontra-se fracturada.

Matéria-prima: granito de grão médio.

Dimensões (em centímetros):

Comprimento: 28;

Largura: 10;

Espessura: 6 (meio), 10 (extremos) .

Depósito: Gabinete de Arqueologia e Património.

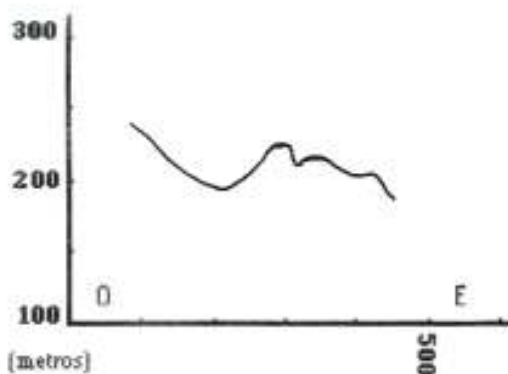
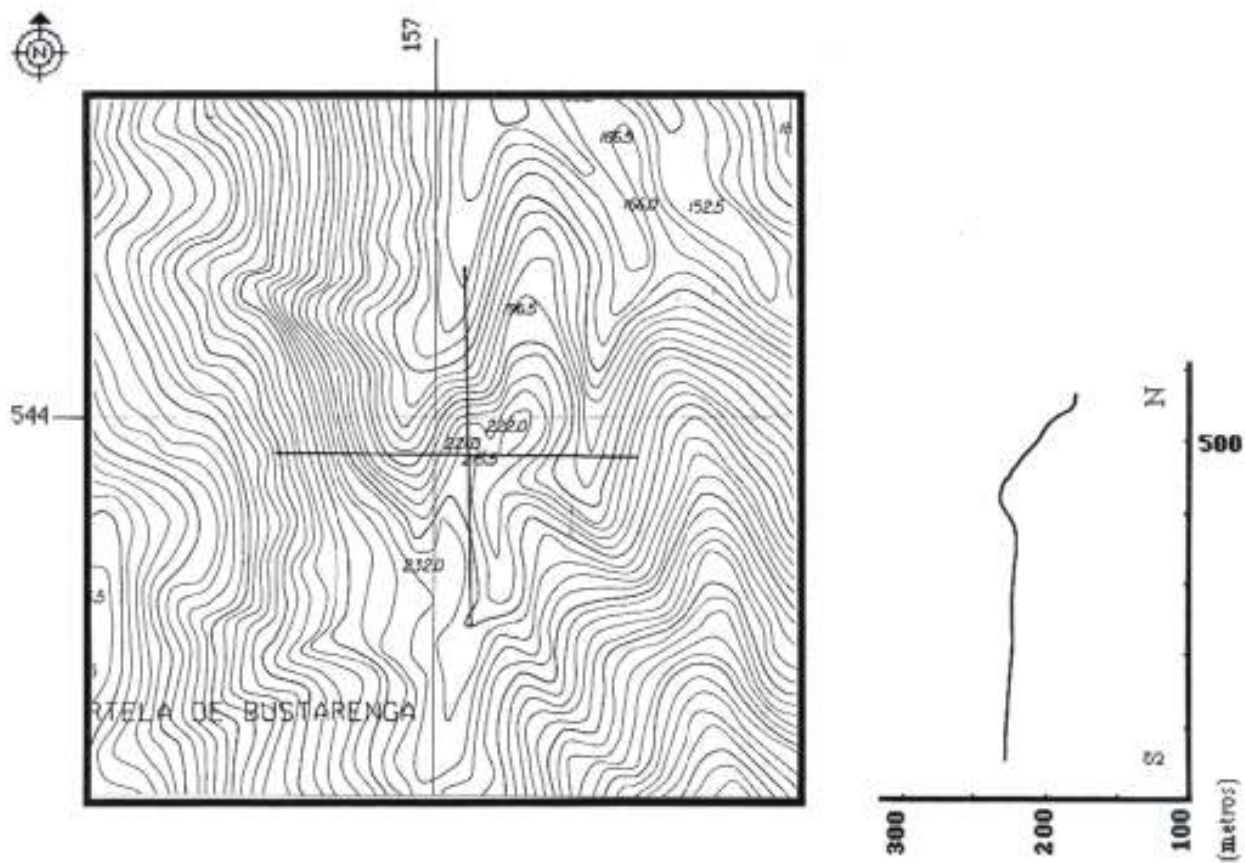
Acesso: Muito difícil, por estradões de terra (caminhos florestais) e a corta-mato.

Observações: Este povoado é também conhecido por Castro de S. Martinho.

Encontra-se em vias de classificação como Imóvel de Interesse Público, por despacho de 15 de Julho de 1996.

Bibliografia: COSTA 1706, 263; VIEIRA 1886, 137; ALMEIDA 1866, 338; VIANA 1926, 89; CUNHA 1909 [1979], 131; MHOP-DGPU 1978, nº 76; SILVA 1986, 71, nº 62 e 1995/97, 163-166; OLIVEIRA 1993, 452; SILVA 1994; 1994a., 281-302; 1994b., 477-499; 1995/97, 163-166.





Implantação e perfis topográficos do povoado fortificado da Portela da Bustarenga
Ortofotomapa, Esc.: 1:10.000



Foto aérea, Esc.: 1:5.000, I.G.C.
Cobertura fotográfica de Maio de 1991

PVF 4 - POVOADO FORTIFICADO DE CRISTELO (Figs. 55 a 58; fotos 30 a 32)

Freguesia: Cristelo.

Lugar: S. Sebastião.

Coordenadas Planimétricas GAUSS: X = 166,2; Y = 548,5.

UTM (v.g. de 2ª ordem - S. Sebastião): X = 538.541,80; Y = 4.639.712,86.

Altitude: 490,76 metros (cota no terreno – vértice geodésico de 2ª ordem, S. Sebastião).

C.M.P.: 1/25.000, 15, 1949 e 1996.

C. Geológica: 1/50.000, 1-C, 1962.

Geologia: Mancha de rochas eruptivas, especificamente granito calco-alcálico, porfíroide, de grão grosseiro, também designado granito monzonítico.

Geomorfologia: Pequena elevação de encosta abrupta, a norte, e mais suave, a sul, no cimo da qual existe um *plateau*, sub-circular, de pequenas dimensões. O monte possui cerca de 40 metros de declive ACHO MUITO POUCO entre o topo e o vale (que passa a uma cota média de 450 metros).

Grande número de rochedos graníticos distribuem-se por todo o monte.

O povoado sobressai na paisagem pelo facto de estar rodeado por zonas de vale relativamente planas, sobretudo a este e a sul, e por socacos sem grande declive, a norte e a oeste.

A rede hidrográfica é abundante, sendo o monte contornado, a cerca de 400 metros de distância, pelo rio Coura, a este e a norte, para o qual convergem várias linhas de água, e a Oeste pela ribeira do Fundão e pelo rio dos Cavaleiros.

O povoado está implantado numa mancha de solo de tipo C (aptidão agrícola condicionada), rodeada por uma larga mancha de solos de tipo F (aptidão florestal). A nascente localiza-se uma mancha alongada de solos de tipo A (aptidão agrícola) que, como acontece frequentemente em outras áreas, margina o rio Coura.

Vegetação: Densa vegetação rasteira (tojo, urze), arbustiva (giesta) e por abundante vegetação arbórea (pinheiro, videiro e carvalho).

Toda a zona agricultada do vale circundante é trabalhada em regime intensivo, em sistema de minifúndio. Na encosta sul do povoado pratica-se alguma agricultura de subsistência (milho e batata), intercalada com terrenos para pastagens.

Povoamento actual: Concentrado na base do monte. No topo assenta a capela de S. Sebastião.

Descrição: O povoado situa-se no cimo do monte e na sua vertente, sensivelmente entre as cotas 460 e 490,76, representando esta última a altitude máxima.

Tal como o monte que o alberga, é um povoado de pequenas dimensões, não excedendo os cento e cinquenta metros, no sentido norte/sul, e os duzentos metros, no sentido este/oeste – cerca de três hectares de área, aproximadamente.

A densa vegetação e a grande quantidade de blocos graníticos, de grande porte, não possibilitam uma visualização correcta do perfil do monte. Depreende-se, contudo, ser arredondado, apresentando uma pequena superfície plana no cimo e diversos patamares.

A considerável destruição do povoado, a vegetação e os rochedos aí existentes impedem a determinação do local por onde passariam as linhas defensivas. Os poucos indícios recolhidos apontam para a existência de duas: uma em torno do recinto superior e outra sensivelmente a meio da encosta, apenas nas vertentes norte e este. Dado o declive acentuado, a defesa seria relativamente fácil, pelo que dispensaria a construção de muralhas em pedra (de que não se encontraram vestígios), tendo os habitantes optado pelo reforço de algumas zonas mediante escavação ou deposição de terras.

A sul e oeste existem grandes blocos graníticos, de paredes quase abruptas, que funcionariam como defesa natural e que substituiriam as cinturas amuralhadas, não permitindo a construção de estruturas habitacionais.

As encostas norte e leste, apesar de possuírem bastante declive, são as mais extensas, existindo vestígios de muros, provavelmente de estruturas habitacionais. Num rochedo situado a nascente encontra-se um pio circular, muito polido, com cerca de 25 cm de diâmetro.

Na zona da "acrópole", constituída por um grande afloramento granítico, registam-se vários rebaixamentos que indicam o assentamento de uma estrutura actualmente inexistente. Sensivelmente no mesmo local foi construída a capela de S. Sebastião.

Escavações arqueológicas e estruturas: Os trabalhos de escavação realizados neste povoado desenvolveram-se em duas campanhas, nos anos de 1997 e 1998. Mediante estas intervenções foi possível documentar a existência de diversas estruturas de habitação e de actividades artesanais, que se constatou pertencerem a duas fases de ocupação distintas: à Fase 1 correspondem as cabanas 1, 4, 5 e 6 e à Fase 2 as cabanas 2 e 3.

Trata-se de estruturas circulares, constituídas por pequenas pedras graníticas com o formato de paralelepípedos irregulares.

As estruturas da Fase 1 apresentam um aparelho de tipo horizontalizado irregular, interno e externo, consolidado por uma argamassa amarelada, saibrenta, supostamente de origem local, usada em abundância.

As estruturas correspondentes à Fase 2 evidenciam um tipo de construção muito menos cuidado que as anteriores, embora utilizem igualmente pedras de pequeno porte – certamente resultantes da desmontagem das construções da Fase 1 –, que definem um aparelho irregular, de tipo *opus incertum*, interna e externamente, consolidado por uma argamassa idêntica à da Fase 1.

As entradas das cabanas de ambas as fases não se situariam ao nível do solo, uma vez que não foram encontrados quaisquer indícios, nomeadamente as designadas pedras de soleira. Da mesma forma não ocorreram ombreiras e padieiras.

Espólio proveniente de escavação: A cultura material obtida através das escavações arqueológicas permitiu documentar algumas actividades económicas indispensáveis à vida do povoado, tais como o trabalho da pedra, a olaria, a fição, a moagem e a metalurgia do bronze e do ferro.

A cerâmica ocorreu em grande quantidade, apresentando-se, regra geral, muito fragmentada. Trata-se de uma cerâmica de fabrico manual, embora a utilização do torno lento e da roda esteja também registada. O tratamento das superfícies foi feito por alisamento interno e externo. Em alguns fragmentos é visível o uso de escova.

Apesar da fragmentação, é possível definir algumas formas: panelas, tigelas, taças, um escorredor/coador, potes de armazenamento, transporte e outras funcionalidades. Também em cerâmica foram encontrados cossoiros de fuso e pequenas fichas de jogo circulares.

A decoração ocorreu com bastante frequência. Foi realizada por técnicas diversas como a estampagem, a incisão, o puncionamento e a técnica plástica, e os motivos aplicados foram essencialmente geométricos ("SSS", caneluras, ziguezagues, círculos, bandas quadriculadas e outras composições).

O espólio metálico deste povoado apresenta-se relativamente pobre, tendo ocorrido sobretudo nas camadas estratigráficas representativas da Fase 1. Nestes níveis foram encontrados dois objectos de

adorno/preensão (fíbulas anulares, incompletas e em bronze - variantes do tipo Fowler); um fragmento de uma lâmina de faca ou punhal, em ferro; um fragmento de um cravo, também em ferro; e sete restos cujas configurações apontam para lâminas, pregos ou espetos.

Além destes objectos, a escavação arqueológica forneceu diversos restos de fundição de ferro (escória e espuma de fundição), que documentam o fabrico de peças em ferro no povoado. Um dos restos de fundição, pela sua configuração côncava, peso e envergadura, aponta, muito provavelmente, para a existência de um forno, em cuja base terá solidificado. Do forno não se encontrou qualquer vestígio.

No nível superficial (camada 1), dentro do sector A de escavação, foi encontrada uma pata de animal, em bronze, com quatro dedos apoiados sobre um disco côncavo. Terá pertencido a uma pequena escultura de animal, ao que tudo indica de tipologia romana.

Tal como o restante espólio, os objectos líticos provenientes deste povoado não reflectem, a diversos níveis, uma diferenciação significativa entre as duas fases de ocupação. Verifica-se, em ambos os casos, um largo predomínio de objectos cuja funcionalidade se prende com as acções de partir, esmagar e, eventualmente, cortar, como é o caso dos percutores. A moagem está igualmente identificada através de duas mós de vaivém, três rebolos e uma mó rotativa (movente). Polidores e cossoiros de fuso completam o espólio lítico exumado.

Interpretação funcional e cronologia: Trata-se de um povoado com actividades de produção que permitiriam a auto-suficiência dos seus habitantes e que traduzem uma organização socio-económica simples.

Segundo os estudos actuais, o Castro está implantado numa área com óptimas potencialidades económicas, factor de primordial importância para os povos do primeiro milénio antes de Cristo. O acesso aos recursos naturais, como solos para a agricultura e pastagem, recursos hídricos e minerais (nomeadamente o granito e as argilas), caça e pesca, seria relativamente fácil, quer pela proximidade do rio, quer pela proximidade da montanha. Tal situação permitiria ainda a transumância de gados e a obtenção de outros recursos, como lenha, diversos tipos de frutos e outra vegetação utilizada na alimentação humana, animal ou noutras aplicações como a cobertura de cabanas.

O povoado de Cristelo foi, numa primeira fase, ocupado por volta de meados do século II a. C., na sequência das incursões de Décimo Júnio Bruto, e abandonado nos finais do século I a. C., por motivos que se desconhece, eventualmente relacionados com a chegada do exército do Imperador Augusto à Península Ibérica.

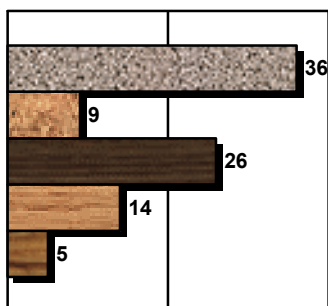
Pouco tempo depois, o povoado foi novamente ocupado, tendo sido construídas cabanas sobre as estruturas da fase anterior e, eventualmente, reocupadas as que se encontravam menos destruídas.

Não obstante a presença dos romanos na bacia superior do Coura, Cristelo não assimilou a cultura romana em qualquer das fases de ocupação.

Posteriormente, o povoado não mais voltou a ser habitado, tendo os povos da região começado a estabelecer-se no vale, em assentamentos de tipo aberto, sem defesas, dedicados à exploração da terra, antecipando as explorações agrícolas romanas que se terão implantado nesta área por volta de finais do século III e inícios do século IV d. C..

Achados ocasionais encontrados ao longo dos tempos (descritos nos diversos quadros anexos, relativos aos objectos líticos e aos ceramológicos): Ao percorrer-se o monte encontravam-se, em tempos, inúmeros fragmentos de cerâmica doméstica, nomeadamente fragmentos de dólio, ânfora e de outras vasilhas de transporte, armazenamento e de utilização culinária. Abundava, também, a cerâmica de construção (tégula, ímbrice, tijolo), bem como pedras aparelhadas.

PVF 4 Cerâmica de superfície - Tipos de fabrico e de cozedura



Redutora	36
Oxidante	9
Torno lento	26
Roda	14
Manual	5

Tem aparecido, igualmente, cerâmica indígena de fabrico micáceo, alguma com decoração em "SSS", de feição castreja, e coeiros de fuso. Alguns destes materiais apenas se conhecem através de relatos.

Foram também encontradas várias mós graníticas, dormentes e moventes, um fragmento de rebole de mó manual, em granito de grão fino, e vários seixos truncados, com vestígios de uso. Igualmente no topo do monte, junto a um penedo, aquando da construção do caminho no princípio do século, surgiu uma ara (ROM 9), reutilizada mais tarde para fins religiosos. Está praticamente ilegível e encontra-se actualmente no Museu Pio XII, em Braga.

Tipo de vasilha	Total
Tigela (?)	7
Pote (?)	6
Mistura de substâncias	1
Panela de suspensão	3
Prato	2
Dólio	1
(?)	9
Ânfora	1
Peça de ir ao lume	3
Nº mínimo peças	33
Total de fragmentos	45

A obtenção deste espólio arqueológico de características romanas na camada superficial pressupõe uma deposição tardia, uma vez que as camadas estratigráficas inferiores não registam, como referido anteriormente, qualquer vestígio de ocupação romana.

Nas imediações do povoado apareceram três machados de talão, de dois anéis, bifaces, em bronze (BRZ 1). Cronologicamente são atribuídos ao período de transição entre o Bronze Final e o Ferro Inicial, e estão depositados no Museu Nacional de Arqueologia, em Lisboa.

Tipo de peça	Matéria prima	Diâmetro (cm)	Espessura (cm)	Conservação	Observações	Depósito	Bibliografia
MÓ DORMENTE	GGM	36	16	Boa	Inteira com 16 cm de diâmetro no orifício central	Alpoim Brandão	SILVA, 1992
MÓ DORMENTE	GGM	33	14	Boa	Apareceu na vertente nascente, inteira com 14 cm no orif. central.	G.A.P	SILVA, 1992
MÓ MOVENTE	GGG	33	16,5 x 22	Má	Rebordo com 5,5 cm de largura; orifício central com 6 cm de diâmetro	G.A.P	SILVA, 1992
MÓ MOVENTE	GGF róseo	33	12 x 9	Má	Apareceu a oeste do povoado. Rebordo com 5,5 cm, orifício central 7 cm	G.A.P	SILVA, 1992
MÓ MOVENTE	GGM	33,5	10	Boa	Orifício central com 8 cm de diâmetro	G.A.P	—
PERCUTOR / REBOLO	GGF	—	3,7	Má	Formato ovóide com 10 cm de comprimento	G.A.P	—

Por diversas ocasiões foi referida a existência de uma sepultura escavada na rocha na base do povoado. Não foi, contudo, efectuada a sua localização talvez pelo facto de se encontrar soterrada.

Relações espaciais: Povoado localizado numa área de transição entre o vale e a montanha, um pouco à margem das habituais áreas de implantação dos povoados da Idade do Ferro. Por esse facto, apenas possui visibilidade directa para o povoado da Giesteira.

Estado de conservação: Bastante destruído.

Acessos: Relativamente bom; pela E.N. 303, por estrada municipal e por caminho empedrado até ao topo do monte.

Bibliografia: VIEIRA 1886, 132; LEAL 1874, 448; VIANA nº 6, 1926, 89 e nº 1, 1932, 161; CORREIA 1957, 23; MONTEAGUDO 1977, 167; OLIVEIRA 1976, 23; SANTOS 1983, 16, nº19; SILVA 1986, 71, nº 64; ALARCÃO II, 1988, 1/32; OLIVEIRA 1993, 462; SILVA 1992, 37-52; 1993, 139-146; 1993/94, 45-82; 1994; 1994a., 281-302; 1994b., 477-499.

Observações: Nº Nacional de Estação: 3523.

PVF 5 - POVOADO FORTIFICADO DE MONTUZELO (MONTUZELO 1) E ALTO DA CIDADE (MONTUZELO 2)

Freguesia: Cunha e Infesta.

Lugar: Montuzelo e Alto da Cidade.

Coordenadas Planimétricas GAUSS: Montuzelo 1 - X = 162,14; Y = 547,33;
Alto da Cidade ou Montuzelo 2 - X = 162,40; Y = 546,90.

Altitude: Montuzelo 1 - 495,50 metros; Alto da Cidade ou Montuzelo 2- 468 metros;

C.M.P.: 1/25.000, 15, 1949 e 1996.

C. Geológica: 1/50.000, 1-C, 1962.

Geologia: Mancha de rochas eruptivas, especificamente granito calco-alcalino, porfiróide, de grão grosseiro. Nas proximidades, a noroeste, encontra-se uma mancha do complexo xisto-migmatítico. Nos montes ocorrem grandes rochedos e afloramentos em granito de grão grosso.

Geomorfologia: Elevação de encostas com bastante inclinação, de perfil arredondado, com dois cabeços, onde abundam afloramentos graníticos, especialmente em Montuzelo 1. A erosão é acentuada, pelo que os rochedos estão muito boleados e, alguns, em destacamento.

Rede hidrográfica abundante, sendo o monte rodeado por várias linhas de água, salientando-se, a nascente, o ribeiro do rio Pinheiro.

Mancha de solo de tipo F (aptidão florestal), ocorrendo a sudoeste solo de tipo A (aptidão agrícola).

Vegetação: Vegetação arbórea de eucalipto (em Montuzelo 1, a sul e este) e vegetação rasteira de tojo e carqueja (Montuzelo 2).

Povoamento actual: Nulo.

Referências bibliográficas: A primeira referência a estes povoados surge, aparentemente, nas Memórias Paroquiais de 1758. Nesse documento menciona-se que, na freguesia de Cunha, existia "hum piqueno monte a que chamão o Monte de Ventozello", onde "está um sitio a que chamão a Cidade [Montuzelo 1] a qual está com seus fossos e cercada com seus baluartes de torrão tudo; e perto desta no mesmo monte está outra fortificação da mesma sorte mas mais piquena [Alto da Cidade ou Montuzelo 2] e tudo quazi razo com o monte, as quais fortificacoens se presume que serão feitas pelos romanos ou pellos mouros".

Outra bibliografia que se lhes refere aponta os topónimos *Cidade de Pedrauca*, na freguesia de Infesta, e *Cidade*, na freguesia de Cunha (MOITA 1966, 537; OLIVEIRA 1976, 24-25 e 31; SILVA 1986, 71, nº 60 e nº 61), como dois povoados distintos.

Descrição (s.v. Fig. 63 e foto 33):

Montuzelo 1: O povoado situa-se no cimo do monte e na sua vertente, sensivelmente entre as cotas 480 e 495, representando esta a altitude máxima.

As dimensões do recinto excedem os trezentos metros de comprimento e de largura, sendo um povoado de grandes dimensões. O topo do monte possui, no sentido nor-noroeste/su-sudeste, cerca de 200 metros de comprimento.

Possuía uma linha de defesa que circundava a plataforma superior na sua totalidade. Passava entre as cotas 480 (a norte) e 490 (a sul) e tinha cerca de 150 metros de comprimento no sentido norte/sul. Actualmente, tal como todas as estruturas existentes, foi destruída, sobretudo na vertente sul e este, aquando da plantação de eucalipto e da construção de um corta-fogo.

Abaixo da muralha interna observa-se vestígios de uma segunda linha defensiva que, partindo da vertente norte do povoado, contorna a elevação ao longo da vertente leste, terminando na encosta sul do Alto da Cidade ou Montuzelo 2.

Montuzelo 1 seria um povoado de grandes dimensões, com várias áreas habitacionais que ocupavam a extensa plataforma superior do monte. Algumas cabanas de planta circular afloravam, não há muitos anos, à superfície, em duas áreas situadas nos limites oeste e nordeste do topo do monte – dois núcleos, precisamente, onde se registou o aparecimento de cerâmica e de alguns materiais líticos.

Existem vários pios de formato circular, de dimensões variáveis, em diversos afloramentos graníticos.

Alguns rochedos de grandes dimensões encontram-se encostados, formando, pela sua junção, autênticos abrigos naturais.

Alto da Cidade ou Montuzelo 2: Encontra-se situado numa elevação contornada pela ribeira do rio Pinheiro.

Possui uma muralha interna que circunda na totalidade a plataforma superior e uma externa que, como referido anteriormente, contorna o povoado e Montuzelo 1 através da vertente leste da elevação em que ambos se encontram implantados.

A entrada que actualmente dá acesso ao topo do monte deverá ser a mesma utilizada durante a ocupação do povoado, uma vez que a muralha se eleva de ambos os lados. Está voltada a noroeste, em posição frontal para Montuzelo 1.

A área ocupada pela estação é bastante mais reduzida que a de Montuzelo 1, encontrando-se confinada somente à plataforma superior, com cerca de 150 metros de diâmetro. No espaço situado entre a muralha superior e a exterior não devem existir estruturas pelo facto de ambas estarem construídas muito próximo uma da outra. A densa vegetação que cobre o solo não permite observar quaisquer vestígios de construções ou de espólio.

Tal como em Montuzelo 1, existem bastantes penedos com pios e guilhos. No centro de um desses penedos, a sudeste, encontra-se uma lagareta de formato subcircular (78 cm x 70 cm x 8 cm), com um canal de escoamento para o exterior.

Espólio (s.v. Figuras 59 a 61):

Montuzelo 1: Nas proximidades da muralha interna, na área oeste do povoado e, sobretudo, na zona mais elevada, em torno do marco geodésico, ocorrem, com alguma frequência, fragmentos de cerâmica (uma vez que o terreno foi revolvido para a plantação de um eucalipto), com características técnicas e morfológicas atribuíveis ao Calcolítico, ao Bronze Final e à Idade do Ferro.

A cerâmica da Idade do Ferro é a característica da Cultura Castreja e os seus elementos técnicos permitem agrupá-la em dois tipos. O primeiro possui grande percentagem de desengordurante de mica e pouco de quartzo. Os tons variam entre os acinzentados e os acastanhados. Os cernes são, por vezes, negros. A pasta é pouco depurada e revela uma cozedura razoável, em atmosfera redutora. O segundo tipo de cerâmica diferencia-se do primeiro, essencialmente, por utilizar uma pasta cerâmica bastante mais depurada, com desengordurante de menores dimensões.

Como não possuímos peças completas ou fragmentos de tamanho considerável, não é possível apontar diferenças morfológicas significativas. Assim, podemos apenas referir que ocorrem alguns fragmentos de bordos e de fundos, bem como um fragmento de uma pequena vasilha, de cerâmica muito fina, com decoração em relevo.

A cerâmica cronologicamente atribuível ao Bronze Final é, como as anteriores, de fabrico manual e apresenta uma pasta mais depurada que a das outras épocas. De entre os fragmentos encontrados, na maioria dos casos atípicos, destaca-se um que possui várias digitações (Fig. 61), além de bordos e de um fundo plano de vasilha.

Os fragmentos mais antigos pertencem a vasos hemisféricos, por vezes com decoração incisa, geométrica, em alguns casos metopada, em bandas alternadas de linhas horizontais ou oblíquas, que se cruzam ou não (Figs. 59 e 60). A um deles acresce uma decoração ungulada. De um modo global podemos referir que possuem uma decoração na tradição da gramática decorativa do campaniforme de Ciempouzelos, excepto um pequeno fragmento, com decoração característica do campaniforme marítimo, com uma pasta bastante mais depurada do que os demais, mais compacta e de melhor cozedura.

Apresentam, regra geral, pastas pouco depuradas, com a utilização de desengordurantes como a mica e o quartzo, este último de dimensão média a grande. Um dos fragmentos decorados apresenta como desengordurante a paragonite (mica dourada). As colorações internas e externas predominantes são as acastanhadas claras. A cozedura foi feita em atmosfera redutora, a temperaturas pouco elevadas, pelo que é deficiente.

Este tipo de cerâmica foi durante muito tempo atribuído ao Bronze Final – a designada cerâmica de tipo “penha” –, erro que, pela nossa parte, foi igualmente cometido em relação a um fragmento anteriormente publicado (PVF5/93 – 17; SILVA 1996).

Alguns autores (BETTENCOURT 2000; 2001; SANCHES 1977) atribuem este tipo de cerâmica ao Calcolítico, com cronologias balizadas entre finais do IV e meados do III milénio a.C..

Estas cerâmicas de Montuzelo 1 foram analisadas por especialistas – designadamente o Prof. Doutor M. Carrilero, da Universidade de Almeria – que, por analogia com outras cerâmicas de diversas estações do sul de Portugal e Espanha, as consideram, à excepção do fragmento com decoração campaniforme marítimo, produto de uma interpretação local da decoração do campaniforme tipo Ciempouzelos, com cronologias atribuíveis aos finais do Calcolítico e inícios da Idade do Bronze, e possível perduração durante o II milénio a. C.. Contudo, existem fragmentos análogos que se podem atribuir a horizontes muito variáveis, cronologicamente perduráveis entre o Neolítico e a Idade do Bronze.

Pelo facto de serem achados descontextualizados, não é possível, neste momento, apontar que tipo de assentamento terá existido em Montuzelo 1 em épocas anteriores à Idade do Ferro. Não obstante, estes dados vêm antecipar em muito a ocupação desta zona, mesmo que essa ocupação se tenha processado de uma forma descontínua.

Quanto a espólio lítico – algum descrito no quadro anexo –, foram encontradas várias mós de vaivém e rebolos, assim como percutores graníticos. À superfície do povoado existe muita pedra, em granito de grão fino, médio e grosso.

Tipo de peça	Forma	Matéria prima	Comprimento (cm)	Largura (cm)	Espessura (cm)	Conservação	Observações	Material Gráfico
MÓ DE VAIVÉM	Irregular	GGM	9,7	12,7	5,5	Má	Zona do marco geodésico. Com secção sub-triangular. Moagem por fricção transversal	—
MÓ DE VAIVÉM	Irregular	GGM	14,6	14,3	4,8	Má	Zona do marco geodésico. Moagem por fricção transversal	—
MÓ DE VAIVÉM	Irregular	GGF	19,1	10,7	4,4	Má	Zona do marco geodésico. Moagem por fricção transversal	—
MÓ DE VAIVÉM	Irregular	GGM	14,4	11	7	Má	Zona do marco geodésico. Moagem por fricção transversal	—
MÓ DE VAIVÉM	Subrectangular	GGM	29	16,5	5,6	Boa	Muro do campo da casa da Igreja Paroquial de Infesta. Moagem por fricção transversal	—
PERCUTOR (?)	Subtriangular	Quartzito	9,4	4	6	Má	Área do Marco Geodésico. Proveniência fluvial	—
PERCUTOR	Subtriangular	GGF	4,4	5,6	3,2	Má	Área do Marco Geodésico. Proveniência fluvial	Desenho

Alto da Cidade ou Montuzelo 2: O espólio é nulo.

Depósito: Gabinete de Arqueologia e Património.

Relações espaciais: Visibilidade perfeita a partir de Montuzelo 1 para todo o vale que o circunda, para os povoados de Cossourado, Giesteira, Pena e Assureira, bem como para o vale do Coura. A visibilidade do Alto da Cidade ou Montuzelo 2 é bastante mais reduzida.

Acesso: Fácil; pela Estrada Municipal de Roriz a Cunha para Montuzelo 1 e pela Estrada Nacional 301 para o Alto da Cidade ou Montuzelo 2.

Estado de conservação: Mau (Montuzelo 1) e razoável (Alto do Cidade ou Montuzelo 2).

Observações: Toponimicamente Montuzelo 1 é também conhecido por Cidade, Rechio da Cidade e Ventuzelo.

Numa pequena elevação situada a oeste de Montuzelo 1, designada **Monte do Cruzeiro**, encontrava-se, na última década dos anos 90 do século XX, com alguma facilidade e numa área pequena, grande quantidade de cerâmica idêntica à cerâmica de características castrejas encontrada em Montuzelo 1. Surgia nas terras retiradas aquando da construção de um campo de futebol e a uma cota que ronda os 415 metros de altitude. Tratar-se-ia, provavelmente, de terras deslocadas de Montuzelo 1. Não se encontrou qualquer estrutura.

Actualmente o Monte do Cruzeiro e Montuzelo 1 estão separados por uma estrada municipal, existindo, entre os pontos mais altos de cada um (respectivamente 495,5 e 424,5), uma distância em linha recta de cerca de 600 metros.

Bibliografia: AZEVEDO 1896, 240; MOITA 1966, 537; OLIVEIRA 1976, 24-25 e 31; SILVA 1986, 71, nº 60 e nº 61; SILVA 1994; 1994a., 281-302; 1994b., 477-499.

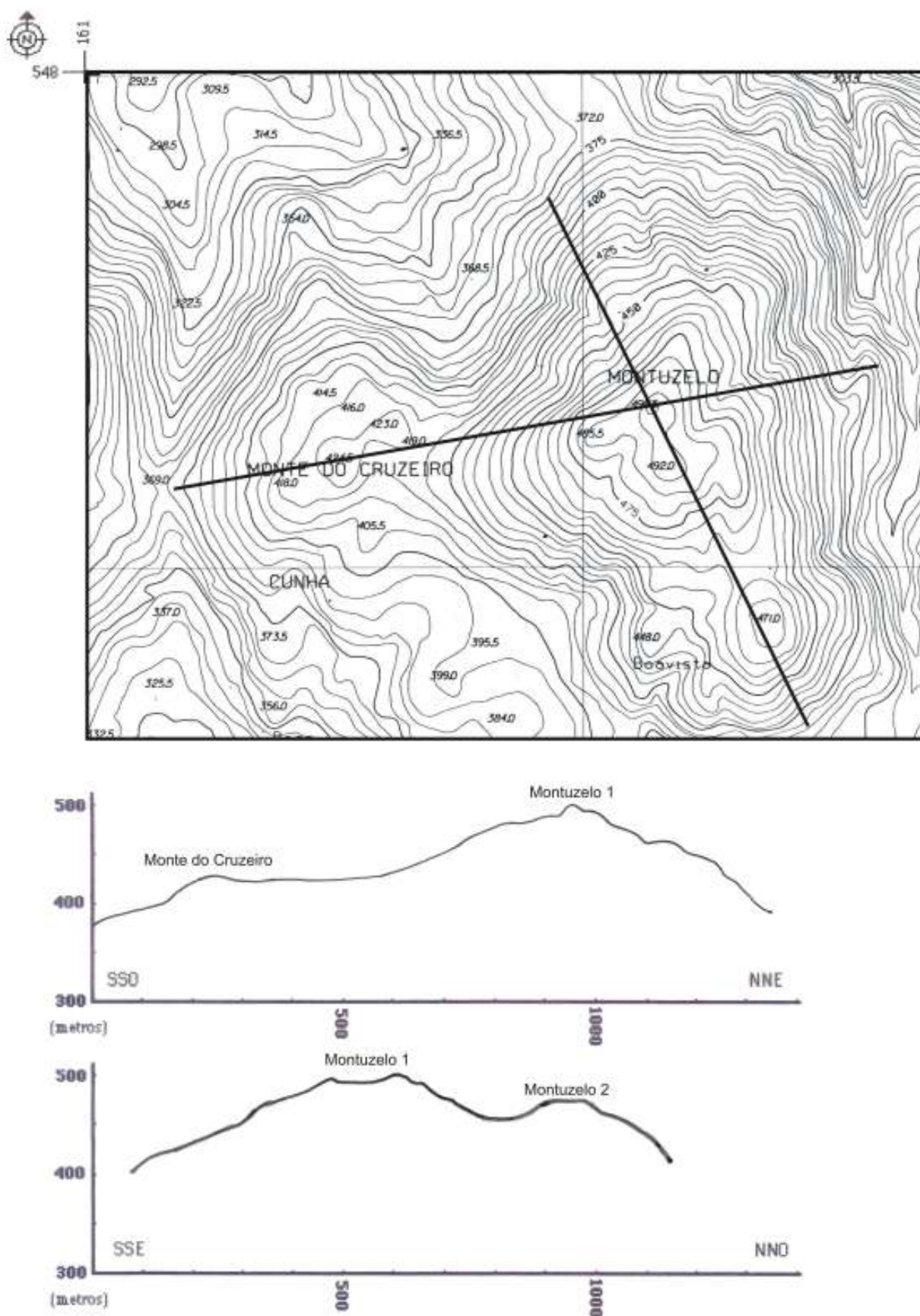


Figura 62 – Implantação dos povoados fortificados de Montuzelo 1 e 2 no Ortofotomapa, e respectivos perfis tipográficos.

TOP 3 – TOPONÍMIA ARQUEOLÓGICA

Freguesia: Cunha.

Lugar: Travanca.

Coordenadas planimétricas GAUSS: X = 163,7; Y = 544,6.

Altitude: 700 metros.

C.M.P.: 1/25.000, 15, 1949 e 1996.

C. Geológica: 1/50.000, 1-C, 1962.

Geomorfologia: Trata-se de um monte com encostas muito acentuadas, onde a erosão atinge índices elevados. Existem inúmeros rochedos boleados, em granito de grão grosso.

Vegetação: Vegetação rasteira (tojo) e arbórea (alguns pinheiros).

Povoamento actual: Nulo.

Observações: Uma prospeção sistemática no local permitiu observar uma quantidade considerável de penedos formando uma espécie de castelo roqueiro.

De acordo com informações fornecidas por um agente da guarda florestal, aquando da construção da Casa dos Fogos foram encontrados alicerces e muitas telhas pertencentes a uma construção que a tradição e a monografia de Narcizo A. Cunha indicam ser um mosteiro de Freiras que dava apoio aos peregrinos que rumavam a Santiago de Compostela.

A Casa dos Fogos está situada ao lado do caminho de Santiago, actualmente assinalado por setas amarelas.

Bibliografia: OLIVEIRA 1993, 453; SILVA 1994.

PVF 6 - POVOADO FORTIFICADO DA MADORRA (Fig. 63)

Freguesia: Ferreira.

Lugar: Monte da Madorra.

Coordenadas planimétricas GAUSS: X = 160,72; Y = 551,525.

Altitude: 353,00 metros.

C.M.P.: 1/25.000, 7, 1949 e 1997.

C. Geológica: 1/50.000, 1-C, 1962.

Geologia: Mancha de rochas eruptivas, especificamente granito alcalino, de grão médio.

Nas proximidades, a sudeste, ocorre uma mancha do complexo xisto-migmatítico e a oeste um filão de granodiorito.

Geomorfologia: Elevação de encostas suaves, onde abundam afloramentos graníticos (utilizados para extracção de pedra). No cimo do monte existe um *plateau* sub-circular, de grandes dimensões.

Rede hidrográfica abundante.

Mancha de solo de tipo A (aptidão agrícola).

Vegetação: Vegetação rasteira (tojo, urze e giesta) e arbórea (carvalho), de plantação recente.

Povoamento actual: Escasso em todo o vale que circunda o monte.

Descrição: Pinho Leal refere, em 1874, que a oeste e "proximo á igreja, estão as ruínas de uma fortaleza, chamada a *Modorra*" (vol. III, 170), "de forma circular" (vol.IV, 102). Félix A. Pereira, por sua vez, menciona ter aqui encontrado, no lugar correspondente ao mesmo topónimo, "ruínas de construções e (...) um triturador preistórico" (1924, 282).

O monte apresenta um perfil arredondado e uma área aplanada no topo, devendo o povoado ter-se situado nesta plataforma superior e nas vertentes. As dimensões da superfície ocupada não ultrapassariam os duzentos metros de comprimento e de largura.

Da linha defensiva pouco resta actualmente, observando-se apenas um pequeno troço de muralha a meio da encosta sul, a uma cota que ronda os 350 metros de altitude.

Relações espaciais: Visibilidade directa para o povoado fortificado de Cossourado, a sudoeste.

Espólio: Em trabalho de prospecção foram encontrados alguns fragmentos de cerâmica micácea, de fabrico manual. De acordo com informações recolhidas, no monte situado a sul, designado por Zorros (coord. plan. Gauss: X: 160,800; Y: 551,775; altitude: 343 metros), foi encontrada alguma cerâmica aquando da realização dos trabalhos de acompanhamento da construção do gasoduto.

Acesso: Dificil, por caminhos carreteiros.

Estado de conservação: Mau. A destruição é grande devido não só ao avanço das construções e muros divisórios de propriedade, mas, sobretudo, à construção do gasoduto e, mais recentemente, à plantação de árvores.

Observações: N° Nacional de Estação: 2476.

Bibliografia: ALMEIDA 1866, 426; LEAL 1874, v. III, 170 e v. IV, 102; VIEIRA 1886, 123, VIANA 1926, 89 e 1932, 162; PEREIRA 1924, 282; OLIVEIRA 1976, 33 e 96; SILVA 1986, 71, nº 57 (este autor situa este povoado na freguesia de Linhares); SILVA 1994; 1994a., 281-302; 1994b., 477-499.

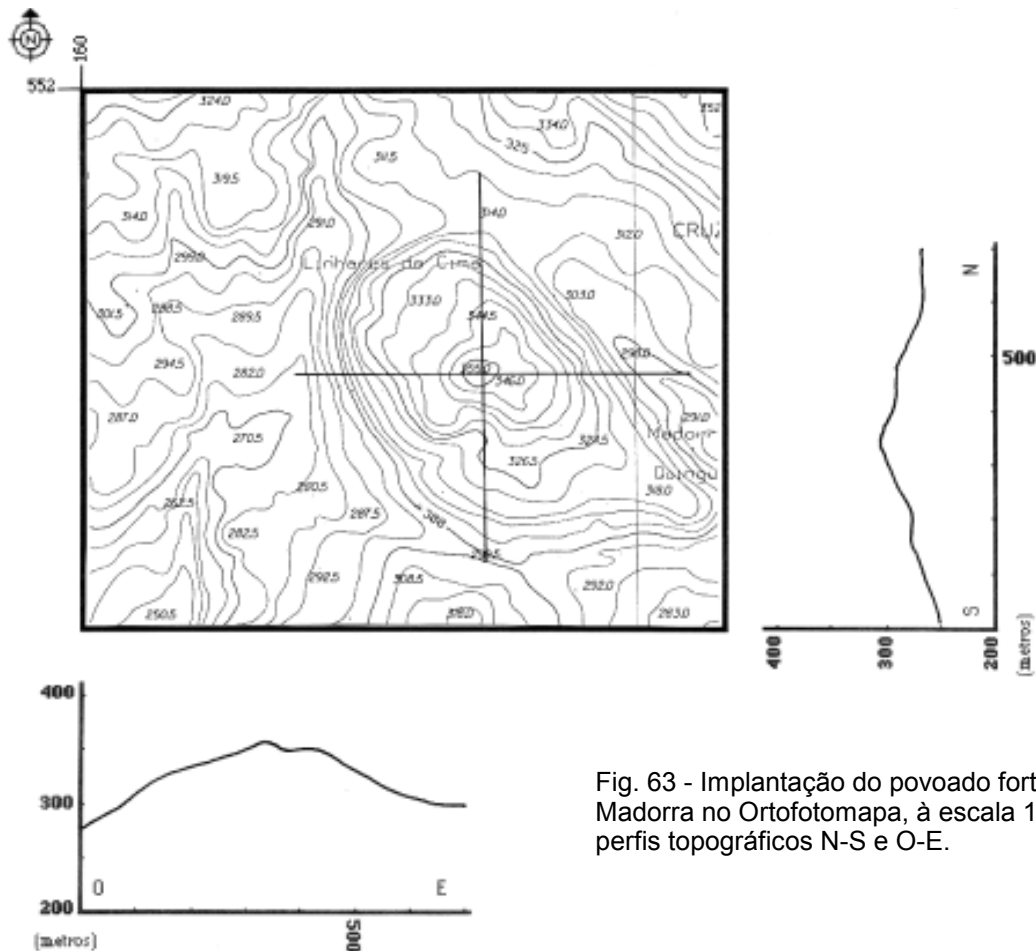


Fig. 63 - Implantação do povoado fortificado da Madorra no Ortofotomapa, à escala 1:10.000 e perfis topográficos N-S e O-E.

PVF 7 -

POVOADO FORTIFICADO DA GIESTEIRA (Figs.64 a 66; Foto 34)

Freguesia: Neste monte verifica-se a confrontação das freguesias de Ferreira, Formariz, Mozelos e Padornelo.

Lugar: Giesteira.

Coordenadas planimétricas GAUSS: X = 164.570,34; Y = 552.414,87.

Altitude: 603 metros.

C.M.P.: 1/25.000, 7, 1949 e 1997.

C. Geológica: 1/50.000, 1-C, 1962.

Geologia: Mancha de rochas eruptivas de granito calco-alcalino, porfiróide, de grão grosseiro, também designado granito monzonítico.

Nas proximidades, a noroeste e norte, existe uma outra mancha do complexo xisto-migmatítico.

Geomorfologia: Elevação de grande altitude, de encostas abruptas, com perfil ovalado. Em todo o monte abundam afloramentos graníticos de grão fino a médio e grosso, assim como muitos rochedos bastante boleados em resultado da erosão, que, pelo facto de se encontrarem encostados uns aos outros, configuram autênticos abrigos naturais, tal como se verifica em Montuzelo 1.

No topo do monte existe um recinto plano de grandes dimensões, sub-circular, encimado por uma pequena elevação onde assenta um marco geodésico.

Rede hidrográfica abundante, sendo o monte contornado pela ribeira de Porreiras, a norte e nordeste, registando-se também a existência de diversas linhas de água nas proximidades.

Mancha de solo de tipo F (aptidão florestal) e muito próximo, a norte, mancha de solo de tipo A (aptidão agrícola).

Vegetação: Rasteira (tojo e urze) e arbustiva (giesta).

Povoamento actual: Nulo, em todo o vale que circunda o monte. A noroeste e norte situam-se as povoações de Venade e Porreiras.

Descrição: Existem algumas referências a este povoado, embora pouco esclarecedoras.

Em 1866, José Avelino de Almeida refere: "No mais alto monte d'esta freguezia ha um grande forte com trincheira. Chamão-lhe Crasto. Acha-se muito devassado pela diuturnidade dos tempos" (1866, 439). A esta descrição, sucessivamente transcrita ao longo dos anos, vários autores acrescentam algo mais. Pinho Leal adianta que seria "provavelmente obra dos romanos, porque, pouco distante, passava uma das vias militares romanas (ou ramal d'ella)" (LEAL 1874, 215).

Narcizo A. Cunha designa-o como "crasto de Venade", referindo que "é a fortificação em que a natureza, com os seus gigantescos penedos, mais colaborou para a sua defesa e segurança. Os *ciprianistas* não o tem largado. A cada passo vão lá fazer novas escavações, para ... *desencantar a moura*. Há uns anos, puseram a descoberto uma grande viga carbonizada, e ao presente, noutra escavação, vêem-se os topos doutras vigas, nas mesmas condições. Tem aparecido muitas tegulas de rebordo não só neste sítio, mas nos circunvisinhos" (1909 [1979], 134).

Mais recentemente, embora sem especificar o local exacto, A. L. de Oliveira refere uma particularidade aparentemente situada neste monte: "na encosta Norte, abre-se uma pequena pia circular, denominada dos quatro abades" (1976, 29).

O povoado situa-se no cimo do monte e nas suas vertentes, sensivelmente entre as cotas 570 e 603, representando esta a altitude máxima. O perfil do monte é bastante arredondado, apresentando no topo uma superfície plana com muitos rochedos. As dimensões do recinto rondam os trezentos metros de comprimento e de largura, tratando-se, pois, de um povoado de grandes dimensões.

As muralhas são três: uma em torno da plataforma superior e as outras – de localização relativamente fácil – na vertente sudeste. Apresentam um sistema construtivo constituído provavelmente por paredes em pedra, exceptuando a única linha de defesa existente a oeste, em forma de talude com volume considerável, provavelmente construída em terra.

A muralha intermédia – a mais extensa e de planta irregular – corre, pela vertente sul, de este a oeste a uma altitude variável.

Nenhuma das linhas defensivas forma um circuito fechado, uma vez que todas elas são interrompidas na encosta norte, de vertente mais acentuada e de mais fácil defesa.

À superfície observam-se estruturas de cabanas circulares e, nos rochedos, vários pios de igual configuração.

Relações espaciais: Visibilidade para todo o vale que o circunda e para os povoados de Cristelo, Montuzelo, Cossourado, Madorra e Bruzendes.

Espólio: Ao percorrer-se o monte encontram-se com facilidade fragmentos de cerâmica com maior ou menor quantidade de desengordurante micáceo, de características castrejas, nos quais se inclui um fragmento decorado com punção impressa arrastada (Fig. 64). Existem, também, outros fragmentos cuja forma induzida e características da pasta



apontam para cronologias anteriores à Idade do Ferro, bem como outro tipo de cerâmica, doméstica (Fig. 65A) e de construção, de características romanas (nomeadamente tégula



Fig. 65A – Bordo arredondado em aba. – Fig. 65B) que parecem indicar a romanização do povoado.

É provável que as mós (moventes e dormentes) e o tríscele encontrados no lugar de Favais, freguesia de Mozelos, sejam provenientes deste sítio arqueológico.

Acesso: Muito difícil; a partir de Venade de Cima por caminhos carreteiros e a corta-mato.

Observações: Vários topónimos se referem ao povoado: Monte do Castro, Castro de Venade, Castro da Giesteira e Castelo.

Bibliografia: ALMEIDA 1886, 439; VIEIRA 1886, 125; LEAL 1874, 215; CUNHA 1909 [1979], 134; OLIVEIRA 1976, 29; OLIVEIRA 1993, 454; SILVA 1994; 1994a., 281-302; 1994b., 477-499.



Fig. 65B – Tégula com rebordo. Esc.:1/4).

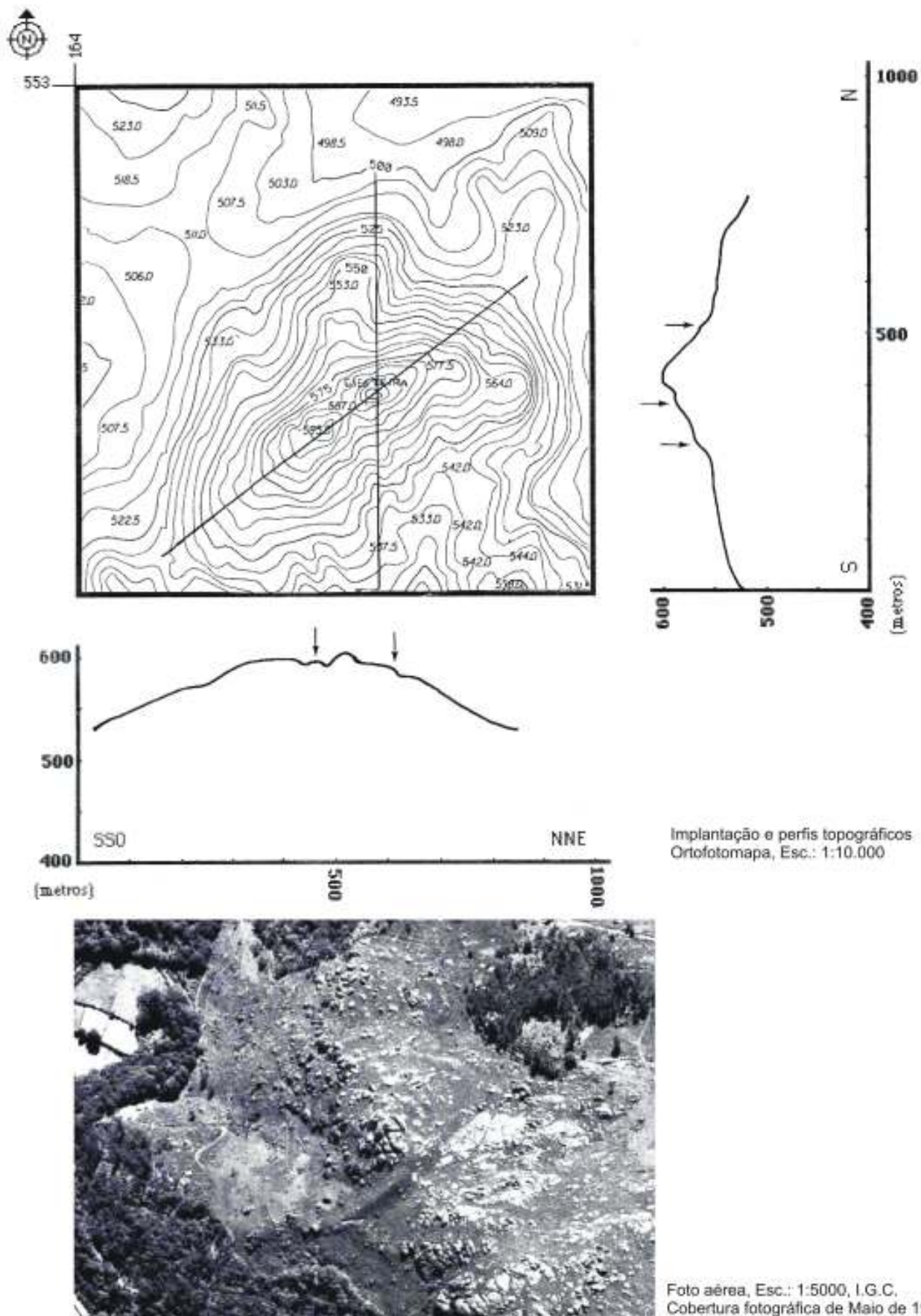


Fig. 66 – Povoado fortificado da Giesteira.

PVF (?) 8 - POVOADO FORTIFICADO (?) DO CASTELO (Ver BRZ 2 e ROM 16)

Freguesia: Formariz.

Lugar: Castelo (Quinta de Mantelães).

Coordenadas planimétricas GAUSS: X = 163,4; Y = 550,0.

Altitude: 300 metros.

C.M.P.: 1/25.000, 7, 1949 e 1997.

C. Geológica: 1/50.000, 1-C, 1962.

Geologia: Mancha de rochas eruptivas, de granito calco-alcálico, porfírico, de grão grosseiro.

Geomorfologia: Elevação de pequenas dimensões, com perfil arredondado e encostas de declive suave.

Rede hidrográfica abundante, localizando-se nas proximidades uma das zonas de maior caudal do rio Coura e a praia fluvial do Taboão.

Mancha de solo de tipo A (aptidão agrícola).

Vegetação: Zona de vale, com explorações agrícolas e terrenos de pastorícia.

Povoamento actual: Disperso.

Descrição: Pequena elevação com cerca de 150 metros de diâmetro, em cartografia, onde alguns autores, no princípio do século XX, localizaram restos de uma fortificação e um pio num afloramento. Na parte mais elevada foram construídos, em tempos, uma torre e um lago. Na área não se observam actualmente vestígios de estruturas de defesa ou de outra natureza, não obstante o monte apresentar as características topográficas de um povoado de vale.

Espólio: Na primeira década do século XX foi descoberto um conjunto de catorze machados de talão, em bronze (ver BRZ 2), num contexto de esconderijo de fundidor. Mais recentemente foram encontrados fragmentos de cerâmica bastante fina, cujas características apontam para uma cronologia romana ou medieval.

Relações espaciais: Visibilidade restrita.

Bibliografia: VIANA 1926, 89 e 1932, 161; CUNHA 1909 [1979], 131; SILVA 1986, 71, nº 58; OLIVEIRA 1993, 456; SILVA 1993, 139-146; 1993/94, 45-82; 1994; 1994a., 281-302; 1994b., 477-499.

PVF 18 – POVOADO FORTIFICADO DA CIDADE

Freguesia: Formariz.

Lugar: Cidade.

Coordenadas planimétricas GAUSS: X = 163,85; Y = 550,5.

Altitude: 360 metros.

C.M.P.: 1/25.000, 7, 1949 e 1997.

C. Geológica: 1/50.000, 1-C, 1962.

Geologia: Mancha de rochas eruptivas, de granito calco-alcálico, porfírico, de grão grosseiro.

Geomorfologia: Elevação de médias dimensões, de perfil arredondado e encostas de declive suave, a norte, e acentuado, a sul.

Rede hidrográfica abundante, sendo o monte contornado por várias linhas de água que desaguam numa das zonas de maior caudal do rio Coura, que corre nas proximidades.

Mancha de solo de tipo A (aptidão agrícola).

Vegetação: Vegetação arbórea; pequenas explorações agrícolas.

Povoamento actual: Existem diversas habitações nas imediações do povoado, junto à estrada municipal. O monte encontra-se vedado pelo facto de fazer parte de uma propriedade.

Descrição: Elevação com cerca de 200 metros de diâmetro, em cartografia. Terá possuído duas cinturas de defesa: uma interna, visível sobretudo na vertente sul, e uma externa, que contorna praticamente todo o monte. Em vários pontos do povoado observam-se panos de muralha relativamente bem conservados, principalmente a norte. Na parte mais elevada do monte existem bastantes pedras soltas.

Espólio: Na prospecção efectuada não foi encontrado qualquer espólio.

Relações espaciais: Visibilidade restrita para o eventual povoado fortificado do Castelo.

Acesso: À face da estrada municipal 1070.

Bibliografia: Inédito.

PV 15 – POVOADO DO MONTE DA CUMIEIRA OU IRIJÓ

Freguesia: Infesta.

Lugar: Monte da Cumieira ou Irijó.

Coordenadas planimétricas Gauss: X: 163,300; Y: 548,650.

Altitude: 451 metros.

C.M.P.: 1/25.000, 15, 1949 e 1996.

C. Geológica: 1/50.000, 1-C, 1962.

Geologia: Mancha de rochas eruptivas, de granito calco-alcalino, porfiróide, de grão grosseiro, também designado granito monzonítico.

Geomorfologia: Elevação de encostas com declive suave, onde abundam afloramentos graníticos.

Rede hidrográfica abundante, passando a norte o rio Coura, a sudoeste a ribeira das Poldras, para além de outras linhas de água.

Mancha de solo de tipo C (aptidão agrícola condicionada).

Vegetação: Vegetação arbórea (eucalipto).

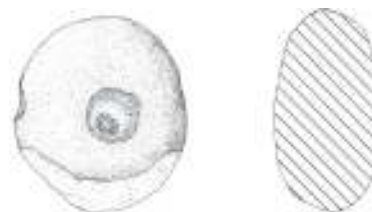
Povoamento actual: Nulo.

Descrição: Monte com perfil arredondado, que apresenta no topo uma superfície relativamente plana, alongada no sentido norte/sul, onde se encontra grande quantidade de blocos graníticos de porte considerável. Não se observam vestígios de linhas defensivas. Topográfica e geomorfologicamente, o recinto evidencia as características habitualmente associadas a um povoado aberto da Idade do Bronze.

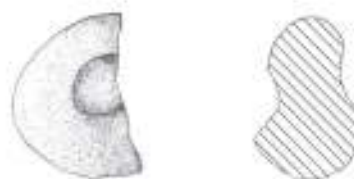
O assentamento que poderá ter existido neste local estará actualmente destruído quer pela abertura de corta-fogos, quer pelas plantações de eucaliptos entretanto efectuadas.

Em diversos penedos ocorrem formações geológicas associadas a lendas, nomeadamente as relacionadas com pegadas de Nossa Senhora.

Espólio: Os materiais conhecidos – líticos e ceramológicos – foram encontrados após o revolvimento de terras efectuado aquando da abertura de corta-fogos e da plantação de eucaliptos.



O espólio lítico (descrito no quadro anexo) é constituído por uma mó de vaivém, em granito de grão fino, com vestígios de uso por fricção longitudinal; um percutor, em quartzito de proveniência fluvial; e dois "martelos" de formato esférico (um deles completo), em granito de grão fino muito rolado, de proveniência fluvial, com cavidades centrais toscas. Seriam encabados e utilizados como percutores. Cronologicamente os "martelos" são anteriores à Idade do Ferro, eventualmente da Idade do Bronze, dos quais se conhecem paralelos em alguns locais da Andaluzia,



Figs. 67 e 68 – Martelos(?).

os designados *tipo 8*, mas de funcionalidade e cronologia desconhecidas. Esc.: 1/4.

Os fragmentos de cerâmica, de reduzidas dimensões, são de fabrico manual. São constituídos por pasta relativamente depurada, cozida em forno de atmosfera redutora.

Tipo de peça	Forma	Matéria prima	Comprimento (cm)	Largura (cm)	Espessura (cm)	Diâmetro (cm)	Conservação	Observações
MÓ DE VAIVÉM	Irregular	GGF	6,5	9,5	4,7	—	Má	Moagem por fricção longitudinal
PERCUTOR (?)	Irregular	Quartzito	6,1	6,6	4,4	—	Má	Proveniência fluvial
MARTELO (?) – Fig.67	Esférica achatada	GGF	—	—	6	10,1 e 8,9	Boa	Possui muito desgaste num extremo e cavidades centrais devido a encabamento (?). Prov. fluvial
MARTELO (?) - Fig.68	Esférica achatada	GGF	—	—	4,8	7,5	Má	Possui muito desgaste num extremo e cavidades centrais devido a encabamento (?). Prov. fluvial

Relações espaciais: Visibilidade directa para o povoado fortificado de Montuzelo I e para o do Monte da Assureira.

Acesso: Por caminho de terra, a partir da Capela de Nossa Senhora de Irijó.

Bibliografia: Inédito.

PV 16 – POVOADO DO MONTE DA ASSUREIRA

Freguesia: Infesta.

Lugar: Monte de Assureira.

Coordenadas planimétricas Gauss: X: 162,975; Y: 547,300.

Altitude: 446 metros.

C.M.P.: 1/25.000, 15, 1949 e 1996.

C. Geológica: 1/50.000, 1-C, 1962.

Geologia: Mancha de rochas eruptivas, de granito calco-alcálico, porfírido, de grão grosseiro.

Geomorfologia: Esporão situado à margem da Estrada Nacional em cuja base passa o ribeiro do rio Pinheiro, que o separa dos povoados fortificados de Montuzelo I e II SINGULAR OU PLURAL?. Elevação de encostas com declive acentuado, muito abrupto a norte, onde abundam afloramentos graníticos.

Rede hidrográfica abundante, passando a oeste o ribeiro do rio Pinheiro, para além de outras linhas de água.

Mancha de solo de tipo F (aptidão florestal).

Vegetação: Vegetação arbórea (eucalipto).

Povoamento actual: Nulo.

Descrição: Esporão situado a uma altitude considerável, em cuja zona mais elevada se encontra grande quantidade de blocos graníticos de porte notável. Não se observam vestígios de linhas defensivas.

O assentamento – necessariamente não muito grande – que poderá ter existido neste local estará actualmente destruído quer pela abertura de corta-fogos, quer pelas plantações de eucaliptos entretanto efectuadas. Pela sua posição geográfica e topográfica disfrutaria de visibilidade para uma vasta área da bacia do rio Coura.

Entre este local e os povoados fortificados de Montuzelo 1 e 2 passa o ribeiro do rio Pinheiro.

Espólio: Nos regos das plantações de eucaliptos e nas aberturas dos corta-fogos aparecem fragmentos de cerâmica, de reduzidas dimensões, fabricados manualmente. São constituídos por pasta relativamente depurada, cozida em forno de atmosfera redutora, de características semelhantes à cerâmica encontrada no povoado fortificado de Cossourado. Alguns fragmentos apresentam uma ganga negra, reveladora de uma utilização culinária.

Relações espaciais: Visibilidade directa para os povoados fortificados de Montuzelo I e II e para o do Monte da Assureira MONTE DA ASSUREIRA JÁ É ELE, NÃO?.

Acesso: À face da Estrada Nacional 301, ao Km 34.

Estado de conservação: Mau.

Observações: No topo do monte foi colocada uma antena de telefones móveis.

Bibliografia: Inédito.

PV (?) 19 – POVOADO DOS VALES

Freguesia: Infesta.

Lugar: Vales.

Coordenadas planimétricas Gauss: X: 162,6; Y: 548,1.

Altitude: 303 metros.

C.M.P.: 1/25.000, 15, 1949 e 1996.

C. Geológica: 1/50.000, 1-C, 1962.

Geologia: Mancha de rochas eruptivas, de granito calco-alcalino, porfíroide, de grão grosseiro, também designado granito monzonítico.

Geomorfologia: Pequena elevação de encostas com declive acentuado, onde abundam afloramentos graníticos.

Rede hidrográfica abundante, localizando-se o monte entre o ribeiro das Poldras e o ribeiro do rio Pinheiro.

Mancha de solo de tipo C (aptidão agrícola condicionada).

Vegetação: Densa vegetação arbórea.

Povoamento actual: Nulo.

Descrição: Monte com perfil arredondado, que apresenta no topo uma superfície relativamente plana, onde se encontram diversos blocos graníticos. Não se observam vestígios de linhas defensivas construídas em pedra. Contudo, o declive acentuado e abrupto que rodeia a elevação, a que não foi

alheio o trabalho humano, confere-lhe uma defesa natural significativa. Topográfica e geomorfologicamente, o recinto evidencia as características habitualmente associadas a um povoado aberto da Idade do Bronze.

Espólio: Na prospeção efectuada não foi encontrado qualquer espólio.

Relações espaciais: Visibilidade reduzida.

Acesso: Muito difícil, por diversos caminhos de terra.

Bibliografia: Inédito.

PVF (?) 9 - POVOADO FORTIFICADO (?) DO CASTELINHO

Freguesia: Insalde.

Lugar: Castelinho (Meca).

Coordenadas planimétricas GAUSS: X = 167,8; Y = 552,9.

Altitude: 476 metros.

C.M.P.: 1/25.000, 7, 1949 e 1997.

C. Geológica: 1/50.000, 1-C, 1962.

Geologia: Mancha do complexo xisto-migmatítico, com várias intercalações de filões de granodiorito.

Geomorfologia: Elevação de encostas suaves, onde abundam afloramentos graníticos.

Rede hidrográfica abundante.

Mancha de solo de tipo F (aptidão florestal).

Vegetação: Vegetação rasteira. Existem vários campos agricultados, em socalcos, e com plantação de vinha.

Povoamento actual: Nulo.

Observações: Na freguesia de Insalde existem diversos topónimos indicadores de povoamento remoto, tais como Cidade, Moinhos da Cidade, Castelo, Castelinho, Cabanelas, Meca, Souto da Torre, Monte do Casal e Cimo da Vila.

O local a que se refere o topónimo Castelinho ou Castelo situa-se na encosta sul de uma das elevações que configuram a Serra da Boulhosa. A prospeção efectuada no local não revelou, no entanto, a existência de quaisquer vestígios, apesar de a bibliografia situar um castro no lugar do Castelinho/Meca.

Bibliografia: VIEIRA 1886, 128 e 131; VIANA 1926, 89 (refere Forte-de-Insalde); CUNHA 1909 [1979], 489; OLIVEIRA 1976, 30 e 32; SILVA 1986, 71, nº 54; OLIVEIRA 1993, 463; SILVA 1994; 1994a., 281-302; 1994b., 477-499.

TOP 4 - TOPONÍMIA ARQUEOLÓGICA

Freguesia: Insalde.

Lugar: Castro.

C.M.P.: 1/25.000, 7, 1949 e 1997.

C. Geológica: 1/50.000, 1-C, 1962.

Observações: Não foi identificado/localizado o topónimo nesta freguesia.

Bibliografia: VIANA 1926, 89 e 1932, 162; OLIVEIRA 1976, 32, SILVA 1986, 71, nº 53.

PVF (?) 10 - POVOADO FORTIFICADO (?) DE BRUZENDES (Fig. 69)

Freguesia: Linhares.

Lugar: Bruzendes.

Coordenadas planimétricas GAUSS: X = 161,23; Y = 549,58.

Altitude: 223,50 metros.

C.M.P.: 1/25.000, 7, 1949 e 1997.

C. Geológica: 1/50.000, 1-C, 1962.

Geologia: Mancha de rochas eruptivas de granito alcalino, porfiróide, de grão médio e, na parte nascentete, uma outra pertencente ao complexo xisto-migmatítico.

Geomorfologia: Elevação de encostas abruptas onde abundam afloramentos graníticos.

Rede hidrográfica abundante, sendo o monte rodeado por várias linhas de água: a sul o rio Coura, a nascente a ribeira de Bruzendes, a norte e oeste outras linhas afluentes do Coura.

Mancha de solo de tipo C (aptidão agrícola condicionada).

Vegetação: Densa vegetação rasteira (tojo, silvas e giesta) e vegetação arbórea (pinheiro bravo).

Povoamento actual: Nulo.

Descrição: Pinho Leal refere terem aqui existido "vestígios de um castello, que dizem ser dos mouros: chama-se Crasto de Brozendes. Aqui appareceram moedas d'ouro e prata romanas" (1874, 170).

O Castro de Bruzendes - tal como é designado na bibliografia antiga - é hoje de difícil localização, visto não se ter encontrado, até ao momento, qualquer vestígio, com excepção de algumas pedras aparelhadas no caminho que supostamente lhe dá acesso.

A população localiza o castro em pontos diferentes – três elevações contíguas, cujos cabeços se designam na cartografia militar por Berzendes, Chã da Burra e Bruzendes, confrontando, este último, com o rio Coura. Todos os três são, com efeito, topograficamente passíveis de terem possuído povoamento, embora a localização geográfica do monte de Bruzendes, esporão sobranceiro ao rio Coura (que lhe passa a sul, a cerca de 70 metros), seja a que mais se coaduna com a implantação de um sítio arqueológico desta cronologia.

Recentemente esta zona foi atravessada pelo Gasoduto, sem que se tenha encontrado qualquer vestígio.

Relações espaciais: Visibilidade reduzida para o povoado fortificado de Cossourado.

Espólio: Na prospecção efectuada não foi encontrado qualquer espólio.

Acesso: Muito difícil. Vários estradões municipais circundam o monte, mas nenhum dá acesso à sua parte superior.

Observações: N° Nacional de Estação: 3139.

A. L. Oliveira (1976, 31 e 33) refere a hipotética existência de um cromeleque em Penacalvão, local situado muito próximo de Bruzendes.

Bibliografia: ALMEIDA, 1866, 426; LEAL 1874, v. III, 170 e v. IV, 102; VIEIRA 1886, 123; VIANA 1926, 89 e 1932, 162; CUNHA 1909 [1979], 131 e 133; OLIVEIRA 1976, 31, 33 e 96; SILVA 1986, 71, nº 56; OLIVEIRA 1993, 464; SILVA 1994; 1994a., 281-302; 1994b., 477-499.

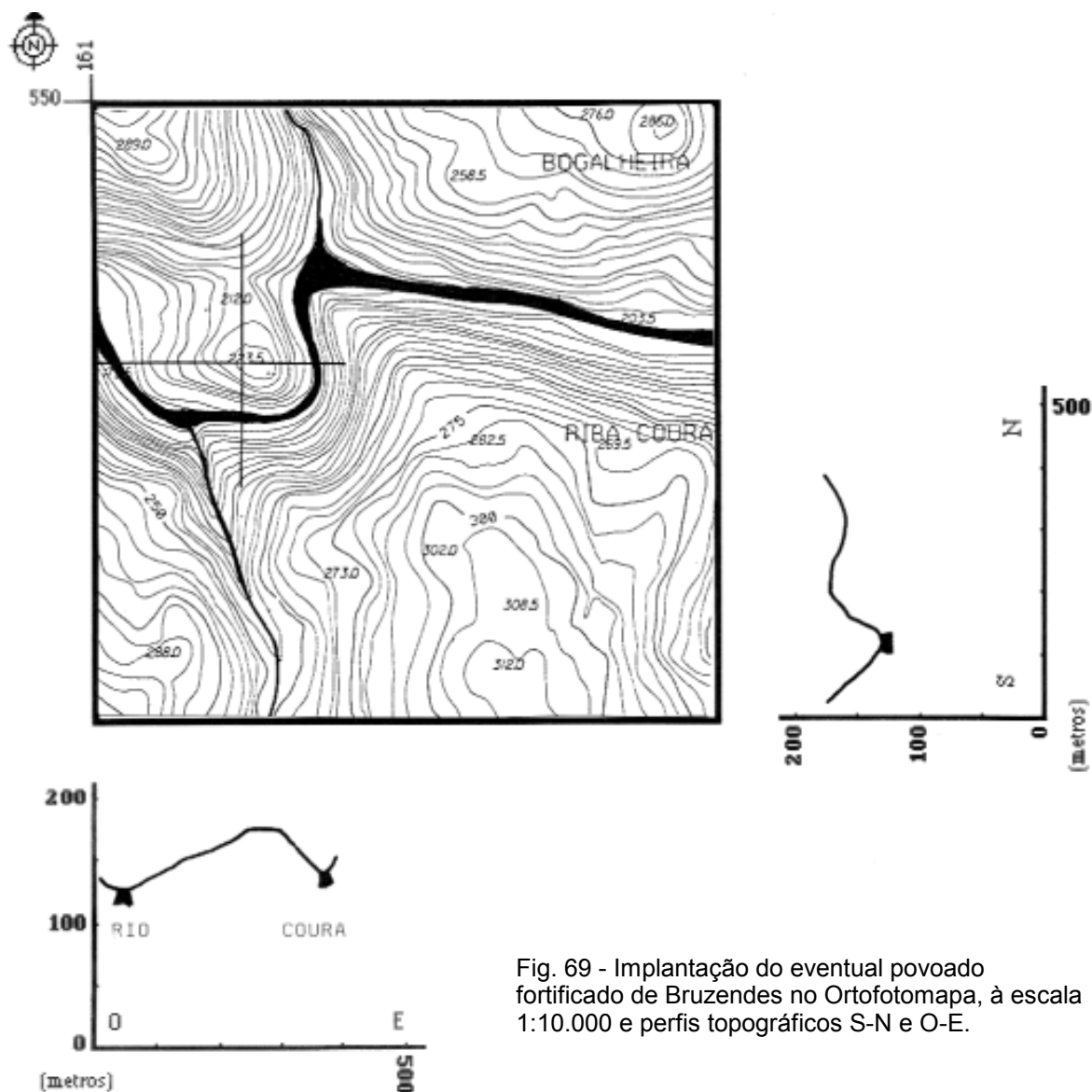


Fig. 69 - Implantação do eventual povoado fortificado de Bruzendes no Ortofotomapa, à escala 1:10.000 e perfis topográficos S-N e O-E.

TOP 5 - TOPONÍMIA ARQUEOLÓGICA

Freguesia: Linhares.

Lugar: Crastinho / Campo de Cabanas (Arestim).

Coordenadas planimétricas GAUSS: X = 160,3; Y = 549,9.

Altitude: 229 metros.

C.M.P.: 1/25.000, 7, 1949 e 1997.

C. Geológica: 1/50.000, 1-C, 1962.

Observações: Zona contígua ao rio Coura. Em trabalhos de prospecção nada foi detectado.

Bibliografia: OLIVEIRA 1993, 464; SILVA 1994.

PVF (?) 11 - POVOADO FORTIFICADO (?) DA PENA

Freguesia: Mozelos.

Lugar: Monte da Pena.

Coordenadas planimétricas GAUSS: X = 164,9; Y = 551,6.

Altitude: 564 metros.

C.M.P.: 1/25.000, 7, 1949 e 1997.

C. Geológica: 1/50.000, 1-C, 1962.

Geologia: Mancha de rochas eruptivas de granito calco-alcalino, porfiróide, de grão grosseiro, também designado granito monzonítico. Nas proximidades, a oeste, existem intrusões filonianas de microdiorito quartzífero.

Geomorfologia: Elevação de encostas íngremes onde abundam afloramentos graníticos.

Rede hidrográfica abundante.

Vegetação: Vegetação rasteira e arbórea.

Povoamento actual: Nulo; no topo do monte existe somente a Capela de Nossa Senhora da Pena e, na encosta sudeste, o edifício do antigo Sanatório Marechal Carmona.

Mancha de solo de tipo F (aptidão florestal).

Descrição: Monte com perfil arredondado, aplanado no topo. Actualmente não são visíveis quaisquer tipos de estruturas.

Visibilidade óptima para grande parte do vale do rio Coura e para o povoado da Giesteira.

O topónimo Eira do Cabo, referido em bibliografia (VIANA 1926, 89 e 1932, 162; OLIVEIRA 1976, 34; SILVA 1986, 71, nº 59) como sendo um povoado fortificado, não foi localizado. No entanto, nesta freguesia de Mozelos é apontado o monte de Nossa Senhora da Pena como um povoado da Idade do Ferro. Apesar das óptimas características de que dispõe, nada foi encontrado que aponte nesse sentido.

Relações espaciais: Visibilidade directa para grande parte do vale do rio Coura e para o povoado fortificado da Giesteira.

Espólio: A prospecção efectuada não permitiu encontrar qualquer espólio, embora, no Outono de 2004, tenha sido descoberta, a meia encosta, alguma cerâmica digitada, pertencente a um vaso de dimensões médias, colocado possivelmente em sepultura. Cronologicamente é atribuível à Idade do Bronze (agradece-se informação à Prof. Doutora Ana Bettencourt).

Acesso: Muito fácil, por estrada municipal, com sinalização.

Estado de conservação: Mau.

Bibliografia: VIANA 1926, 89 e 1932, 162; CUNHA 1909 [1979], 131; OLIVEIRA 1976, 34; SILVA 1986, 71, nº 59; OLIVEIRA 1993, 465; SILVA 1994, 1994a., 281-302; 1994b., 477-499.

ESPÓLIO 1 - TRÍSCELE

Freguesia: Mozelos.

Lugar: Cruzes (Favais).

Coordenadas planimétricas GAUSS: X = 164,50; Y = 550,50.

Altitude: 380 metros.

C.M.P.: 1/25.000, 7, 1949 e 1997.

C. Geológica: 1/50.000, 1-C, 1962.

Proveniência: O tríscele foi encontrado encaixado no muro divisório de um quinteiro PROPRIEDADE? juntamente com duas mós (ROM 24).

Matéria-prima: Granito de grão médio.

Descrição: Peça de formato subrectangular, com decoração em tríscele *dextrorsum*, ou seja, com os ângulos dos braços apontando para a esquerda mas girando à direita. Está envolto em círculo irregular. A face posterior encontra-se em bruto, uma vez que deveria encaixar numa parede. Técnica de gravação em U, ou talhe arredondado, com superfície côncava, pouco profunda, efectuada com pico.

Dimensões (em centímetros):

Altura: 39;

Largura: 40;

Espessura média: 15;

Diâmetro do círculo: 32.



Interpretação: Tal como outros exemplares conhecidos (SILVA 1986), estaria inserido no muro de uma habitação "castreja", provavelmente num dos povoados situados nas redondezas. Para além de embelezar o lar, representará um motivo com carácter simbólico-religioso, relacionado com os símbolos astrais, nomeadamente o sol, testemunhando, por isso, um culto heliolátrico (SILVA 1987).

Cronologicamente, é atribuível à Fase Final da Idade do Ferro e da Cultura Castreja.

Depósito: Gabinete de Arqueologia e Património MUSEU?.

Observações: Segundo J. Correia, em 1957, para além desta peça, estariam em posse de um morador desta freguesia "umas pedras com insculpturas, representadas por círculos concentricos, SS, etc" (1957, 31).

Bibliografia: SILVA 1992, 33-36 e 1994; SILVA e SILVA 2004.

PVF 12 – POVOADO FORTIFICADO DE ROMARIGÃES (Figs. 71 a 73; Fotos 35 a 37)

Freguesia: Romarigães.

Lugar: Alto da Cidade.OS OUTROS NAÕ?

Coordenadas planimétricas UTM (v.g. Couto D'Ouro): X = 530.487,96; Y = 4.635.801,22

GAUSS: X = 158,2; Y = 544,6

Altitude: 280,18 (v.g. Coto D'Ouro).

C.M.P.: 1/25.000, 15, 1949 e 1996.

C.Geológica: 1-C, Caminha, 1962.

Geologia: Mancha de rochas eruptivas de granito calco-alcálico, porfiróide, de grão grosseiro, também designado granito monzonítico s.l. (granito com muito quartzo e mica), rodeada por uma outra mancha pertencente ao complexo xisto-grauváquico, ante-ordovício.

Geomorfologia: Elevação alongada com encostas de declive suave, com cerca de 460 metros de comprimento, possuindo em redor uma área relativamente plana.

Rede hidrográfica abundante, sendo o monte contornado por vários afluentes do Coura, que corre a norte e noroeste. Destaca-se, a nordeste e leste, a ribeira da Codeceira, que lhe passa no sopé.

Mancha de solo de tipo F (aptidão florestal), rodeada por uma larga mancha de solos de tipo A (aptidão agrícola).

Vegetação: Vegetação rasteira (tojo e urze) e arbustiva (giesta), não se verificando a existência de vegetação arbórea devidos aos sucessivos incêndios que têm ocorrido (1996, 1993 e 2003).

Na área circundante da fortificação pratica-se uma agricultura de subsistência (milho e batata), em regime intensivo e sistema de minifúndio.

Povoamento actual: Disperso; constituído por algumas casas que circundam o monte.

Referências bibliográficas: Já no Códice de D. Fernando (rei de Leão), de 1026, Romarigães aparecia como *Romariganes*, a qual, segundo a tradição, terá sido antecedida pela cidade da Labruja, fundada pelos Visigodos.

Na *Corografia Portuguesa*, de 1706, o padre António Carvalho da Costa, ao referir-se à freguesia de Romarigães, escreve: "Aqui está hum monte, que chamão a Cidade do Penedo do Curral de Egoas; mostra vestígios de grande fortificação com tres linhas, outros tantos fossos, estradas encubertas, e no meyo hum Castello" (1706, 263).

José Avelino de Almeida no *Diccionario Abreviado de Chorographia*, de 1866, repete o que Carvalho da Costa havia mencionado e acrescenta apenas que as muralhas do povoado foram destruídas pelos Mouros "quando ganharão a Hespanha" (1866, 24). Pinho Leal, no seu *Portugal Antigo e Moderno*, refere os mesmos elementos, apontando a data de 716 para esta destruição (1876, 242).

Também nas Memórias Paroquiais de 1758 este povoado e a freguesia são descritos. A freguesia, segundo o documento, não é amuralhada, não tem "praça de armas, nam tem torres antigas, só ha nos limites d'ella vestígios de um antigo Castello de terra em monte chamado Cidade do Curral Degoas, que fica para a parte do norte, e todo está coberto de tójo".

Narcizo A. Cunha afirma que Romarigães seria uma Cividade pertencente a uma linha de fortificações que circundava o concelho de Coura. E observa: "Em geral, a estrutura dos *castros* desta região obedece a duas ou três ordens de trincheiras, adaptadas à forma cónica dos montes em que assentam. O da *Cividade* de Romarigães afasta-se, um pouco, deste tipo curvilíneo, pois é de configuração *ovoidal*, e ainda conserva um extenso trecho de estrada coberta [?], a poente do monte" (CUNHA 1909 [1979], 133). Mais adiante, acrescenta que no local da "Cividade do Curral das Egoas (...) se encontram manifestos vestígios e importantes restos de fortificação, como trincheiras, para-peitos, etc" (*idem*, 547).

Contrariando o autor do *Minho Pitoresco* (VIEIRA 1987), Narcizo A. Cunha defende não ser Romarigães a antiga cidade de *Cauca*, que J. A. Vieira aí pretendia situar. Aliás, em toda a bibliografia antiga citada existe uma discussão sobre a localização das cidades de *Cauca* e da *Labruja*, repetindo-se constantemente os mesmos elementos que, em 1706, Carvalho da Costa escrevera, sem que se chegue a conclusão alguma.

Para além dos autores enunciados, muitos outros mencionam o povoado: Pedro A. de Azevedo (1897); Rocha Dias (1903, 264); Abel Viana (1926, 89, nº 6 e 1932); Lopes de Oliveira (1976, 42, 43 e 96); Brochado de Almeida (1979) e Armando C. F. Silva (1986, 72, nº 66).

Campanhas de escavação arqueológica: Os trabalhos de escavação arqueológica realizaram-se entre 1992 e 1997, no âmbito do projecto de investigação "Estudo, musealização e divulgação do povoamento proto-histórico e romanização da bacia superior do rio Coura".

O levantamento topográfico foi realizado pelo G.A.T. do Vale do Minho, em 1986, na escala 1:500. No entanto, houve necessidade de reformular a orientação da planta executada de forma a tornar possível a inserção dos sectores escavados na rede geral. Desta reformulação constou também a ligação da área cartografada à Rede Geodésica Nacional, através do Sistema U.T.M..

A área correspondente à escavação é constituída por dois sectores independentes, posteriormente relacionados cartograficamente: o Sector A, com uma área de 224 m² (quadrado de 16 x 14 m), dividido em 56 quadrados de 2 x 2 m; e o Sector B, com uma área de 40 m² (rectângulo de 10 x 4 m), dividido em 10 quadrados de 2 x 2 m.

O povoado: O povoado fortificado de Romarigães é um povoado de vale situado no topo e nas vertentes de uma elevação de baixa altitude, sensivelmente entre as cotas 254 e 280,18. As dimensões do recinto oscilam entre os 240 metros de comprimento e os 175 de largura, atingindo, por isso, uma área de 42.000 m².

O perfil do monte é bastante aplanado devido à existência, no topo, de uma extensa chã com cerca de 110 metros de comprimento e 35 de largura, superfície que corresponderia à área total de ocupação/construção de estruturas de habitação e serviços. Esta área está rodeada pela primeira linha de muralha, em talude, construída com terra e pouca pedra solta e, em redor, por nova zona relativamente plana (na qual não existiriam construções) e pelo talude externo. Este talude terminaria em fosso; porém, actualmente, com a erosão provocada pelas condições naturais da área e por acção humana (inclusivamente a construção de uma estrada), quase não é perceptível em toda a sua extensão, excepto a norte.

. As construções habitacionais e de serviços: As estruturas escavadas (Estruturas 1 e 2), circulares, são constituídas por pedras graníticas (algumas de granito gnáissico) e pouca participação de xisto – pedras essas raras vezes aparelhadas e consolidadas com uma argamassa saibrenta, de coloração bege. Foram elaboradas em aparelho de tipo irregular, ou *opus incertum*, com paramento interno e externo e enchimento de pequenas pedras. A parede tem de espessura, em média, 50 cm.

A cabana 1, de grande envergadura, tem, no sentido norte/sul, 7,40 metros de diâmetro externo e 6,34 metros de diâmetro interno.

A cabana 2 apresenta menores dimensões que a cabana 1: 6.27 metros de diâmetro externo e 5.42 metros de diâmetro interno, igualmente no sentido norte/sul. A sua construção, embora seguindo o mesmo processo que a cabana 2, parece ter sido um pouco mais descuidada. A parede do lado nascente encontra-se muito destruída, não tendo sido possível delimitar a totalidade do muro nem, inclusivamente, localizar o alicerce ou o respectivo negativo em toda a parte nordeste da estrutura.

Em ambas as construções não foi encontrada qualquer indicação do buraco de poste ou de outra estrutura que ajudasse a sustentar a cobertura da cabana.

O estudo microespacial interno da cabana 1 revelou-nos a existência de várias áreas de trabalho: uma lareira, a hipótese de uma outra, um depósito de matéria-prima (seixos de quartzito rolados), uma

estrutura de moagem e trituração/percussão e um local de fabrico de peças cerâmicas. Externamente encontrou-se uma "lixreira" com vários fragmentos de barro, restos de objectos cerâmicos, muitos carvões e cinzas, várias mós de vaivém e rebolos e, por fim, um avançado – o habitualmente designado *caranguejo* – muito destruído, apenas com um braço.

A escavação efectuada entre o torreão de vigia e o talude externo, na zona norte do povoado (Sector B), não revelou qualquer estrutura.

. **Sistema defensivo:** O povoado possui um imponente sistema defensivo constituído por duas linhas de defesa, uma em torno da superfície superior (entre os 270 e 275 metros de altitude) e outra na encosta de declive pouco acentuado (entre os 260 e 267 metros). Formam em toda a área do monte um circuito fechado, duplo, com cinco metros de altura, excepto a norte, onde ambas se unem, atingindo, actualmente, uma altura de cerca de 10 metros (ver planta topográfica simplificada e perfis topográficos). Neste ponto a defesa culminaria com um fosso, denunciado pela geomorfologia do terreno.

No topo do monte assenta uma espécie de torreão ainda hoje visível de Cossourado. Possui uma configuração cónica, aberta no lado nordeste por *violadores*, e foi construído em terra com alguma pedra solta. Apresenta uma altura de 3.45 metros e, no sentido norte/sul, um diâmetro aproximado de 12,5 metros, no topo, e de 30 metros, na base. Na cratera avultam pedras de granito aparelhadas, de médio a grande porte, que talvez tenham servido, à semelhança do que se verifica em Cossourado, para a construção de um cruzeiro.

A entrada do povoado localizar-se-ia a noroeste, visto existir nesse ponto, a uma altitude máxima de 259.55 metros, um outro talude que teria por função garantir a defesa de uma zona de acesso (actualmente não utilizada pela população local). Forma, nesta área, uma terceira linha defensiva, talvez a referida por Carvalho da Costa em 1706.

Este talude de defesa da entrada situa-se entre as cotas 254 e 259 m e, apesar da erosão que dificulta a sua identificação, apercebemo-nos que se orienta na direcção norte, convergindo para o talude externo e unindo-se a este de modo a vedar o acesso, que se faria apenas pelo lado sul.

Espólio: O povoado forneceu diverso espólio arqueológico, a maior parte do qual, como é habitual neste tipo de estação, de tipo cerâmico. Em termos genéricos, é constituído por diferentes materiais – pedra, metal, barro, restos vegetais, entre outros – que permitem apontar a prática de diversas actividades, nomeadamente as relacionadas com a construção e manutenção do povoado e do respectivo sistema defensivo, com a exploração dos recursos naturais (recolocção, caça, pesca, desflorestação...) e com o fabrico de vários utensílios.

A olaria seria uma das actividades mais praticadas no povoado. Os fragmentos encontrados surgem normalmente bastante fragmentados e nunca sob a forma de peças completas, embora um estudo pormenorizado tenha permitido descobrir algumas das formas mais comuns: panelas (algumas das quais com orifícios para serem penduradas sobre as lareiras), potes (para armazenamento de alimentos e líquidos), púcaros, taças e pratos. Trata-se de uma cerâmica de fabrico manual, produzida com barro extraído na região, cozida em fornos rudimentares, em atmosfera redutora. O tratamento das superfícies externas é, de um modo geral, feito por alisamento. Os fragmentos decorados são muito raros.

A cerâmica de importação teve uma presença residual, sendo de destacar um fragmento de cerâmica ática, designadamente de um *skyphos* proveniente da Grécia, utilizado para beber vinho. A sua cronologia aponta para o segundo quartel do século IV a. C..

O espólio metálico em bronze é pouco significativo e resume-se, sobretudo, a peças de adorno. A ausência de espólio em ferro não fica de todo explicada, uma vez que não parece plausível o desconhecimento da sua existência.

No Sector B apenas se encontrou uma moeda romana, em bronze, concretamente um *folli* dedicado a Constantino I e consagrado a Marte, o Conservador. Foi cunhada em Treveris (Trier, na Alemanha), na 1ª oficina e no primeiro período de cunhagem, entre 309/310 e 313.

Há ainda a registar o aparecimento de contas de colar em pasta vítrea, que documentam os contactos comerciais estabelecidos com povos de outras regiões e que, naturalmente, serviriam para o adorno masculino ou feminino, associado a uma função de prestígio social que destacaria quem as usava.

Entre os instrumentos de pedra encontrados foi possível definir algumas funções/actividades como esmagar, partir, amassar, executadas por diversos tipos de percutores que têm uma ocorrência bastante frequente. Além destas actividades, registamos as de afiar ou aguçar instrumentos metálicos; moer - a actividade mais representativa, testemunhada por mós de vaivém e rebolos de mó manual; pescar (pesos de rede), entre outras.

Embora não documentadas directamente, a agricultura, a caça, a pastorícia e a tecelagem seriam actividades com um papel fundamental na vida do povoado, constituindo um complemento importante para a satisfação das necessidades básicas da comunidade.

Interpretação funcional e cronologia: O reduzido número de estruturas intervencionadas apenas permite efectuar, no que respeita ao trabalho desenvolvido, um estudo ao nível do micro-espço.

Nesse sentido, é possível concluir que a cabana 1, situada em local de destaque no povoado, era uma estrutura de boa construção. Servia de espaço para habitação mas também para a realização de actividades artesanais, motivo que explica as suas consideráveis dimensões. Os seus ocupantes, por necessidade de espaço e talvez em busca de um acréscimo de defesa contra as intempéries oriundas de nordeste, construíram um avançado, utilizado também para a prática da moagem e da fundição.

A destruição acentuada da cabana 2 e a escassez de material arqueológico aí encontrado não permitem determinar o seu tipo de ocupação.

A escassez de espólio arqueológico no interior das cabanas será justificada, entre outros factores, pela realização de uma limpeza periódica.

A análise a uma escala mais abrangente – uma escala média de interpretação – permite concluir que este povoado teria funções de habitação permanente e características económicas caracterizadoras de uma sociedade agro-pastoril, não obstante a recolocção ter sido ainda um elemento de grande importância na sobrevivência da população.

A ambiência geográfica que envolve o povoado aponta para a relativa facilidade que teriam os seus habitantes na obtenção de matérias-primas. Por outro lado, não parece que tenham sido valorizadas as condições de defesa aquando da escolha do local para a implantação do povoado, pelo que foi necessário um significativo investimento de tempo, de matéria-prima e de mão-de-obra para a construção das linhas de defesa.

A área habitada seria relativamente pequena, se comparada com as dimensões do povoado, e restringir-se-ia à superfície delimitada pela muralha interna. Os resultados da sondagem realizada no

sector B – área situada a norte, entre a primeira e a segunda muralhas – e a relativa proximidade entre as duas linhas defensivas indiciam a ausência de qualquer tipo de estruturas neste espaço. A pressão demográfica seria pouco significativa, uma vez que as cabanas não se aproximam da muralha interior, verificando-se a existência, entre ambas, de um *corredor* com alguns metros.

Em termos de organização social, existiria aqui uma sociedade de tipo igualitário, na qual as eventuais distinções sociais seriam ditadas pela idade e pela experiência. A existirem elementos materiais de distinção social e de prestígio esses seriam apenas os objectos de adorno (fíbula, contas de colar, alfinete de toucado), utilizados, segundo se pensa, apenas por mulheres.

Vários elementos observados, associados aos resultados das análises efectuadas pelo método de carbono 14, atribuem a Romarigães uma cronologia antiga (início de ocupação entre os séculos VII/VI a. C.), um abandono relativamente precoce (fase final do séc. II a. C.), provocado pela chegada/aproximação dos romanos, através das campanhas militares de Décimo Júnio Bruto (138/136 a. C.) e, por consequência, uma romanização nula.

Relações espaciais: Visibilidade directa para os povoados fortificados da Portela da Bustarenga e de Montuzelo e para o extenso vale que o rodeia. Possui visibilidade para o povoado fortificado de Cossourado somente a partir do ponto mais elevado – o torreão.

Acesso: Fácil, por estrada municipal, estando sinalizado por diversas placas.

Observações: Classificado como Imóvel de Interesse Público em 15 de Fevereiro de 1990 (DR 126, de 01-06-1992) e como Monumento de Interesse Concelhio no Plano Director Municipal.

Vários topónimos se referem ao povoado: Coto d'Ouro, Alto da Cidade, Cidade Murada, Monte da Cividade, Monte do Alto da Cividade, Curral das Éguas. Nas proximidades ocorrem topónimos como Crasto, Cascalhal, Moldes e Portela.

Bibliografia: COSTA, 1706, 261-263; ALMEIDA 1866, 24; VIEIRA 1886, 137; LEAL 1876, 242; AZEVEDO, 1897; DIAS 1903, 264; CUNHA 1909 [1979], 133 e 547; VIANA 1926, 89 e 1932, 163; MOITA, 1966, 536, 537, 544 E 547; OLIVEIRA 1976, 42-43 e 96; ALMEIDA 1979, 61-163; SANTOS 1979, 3-52; SILVA 1986, 72, nº 66 e 189; OLIVEIRA 1993, 456; SILVA 1994; 1994a., 281-302; 1994b., 477-499; 1995-97c., 9-38; SILVA e SILVA 2004.



Fig. 73 - Ortofotomapa (Instituto Geográfico e Cadastral) - 1:10.000, Folha 155/540 (Maio de 1991)
Localização dos povoados da Portela da Bustarenga e de Romarigães

PVF (?) 17 – POVOADO FORTIFICADO (?) DA CIDADE MURADA

Freguesia: Romarigães.

Lugar: Portela Grande.

Coordenadas planimétricas GAUSS: X = 160,3; Y = 543,0.

Altitude: 442 metros.

C.M.P.: 1/25.000, 15, 1949 e 1996.

C.Geológica: 1-C, Caminha, 1962.

Geologia: Mancha de rochas pertencente ao complexo xisto-migmatítico.

Geomorfologia: Elevação com encostas acentuadas, sobretudo a nascente e sul.

Rede hidrográfica pouco significativa.

Mancha de solo de tipo F (aptidão florestal).

Vegetação: Vegetação rasteira (tojo) e arbórea (alguns pinheiros).

Referências bibliográficas: Pinho Leal aponta a existência de “uma grande praça ou fortaleza” (1878, 242) no lugar da Portela, freguesia da Labruja, concelho de Ponte de Lima, designando-a por Cidade Murada ou Portela da Labruja. Outros autores do século XVIII e XIX sublinham os mesmos dados (COSTA 1706, 262; ALMEIDA 1866, 24; VIEIRA 1886, 137).

Brochado de Almeida refere: “em zona montanhosa, bastante mais perto das terras agrícolas do vale da freguesia de Romarigães e, em especial, da Portela da Câmboa, a qual controla a passagem natural do vale superior do Labruja para o vale do rio Coura, está um *habitat* da Idade do Ferro, conhecido por *cidade murada*. (...) É uma pequena povoação rodeada de duas muralhas, em pedra, castreja de raiz ao que parece, mas, certamente, romanizada, porque há por lá alguma tégula” (1990, 151).

Pires de Oliveira, em publicação de 1993, diz que “Pela sua posição topográfica poderia ter sido um castro. Na visita ao local nenhum vestígio de interesse arqueológico foi encontrado.” (1993, 456).

Observações: Em trabalhos de prospecção efectuados em 1997 foram percorridos os montes da Portela Grande e da Portela Pequena sem que se tenha encontrado qualquer vestígio do povoado. Um ano mais tarde, ambos os montes sofreram remeximentos de terras motivados pela construção de um Gasoduto.

Bibliografia: CUNHA 1909 [1979], 548; ALMEIDA 1990, 151, nº 86; OLIVEIRA 1993, 456, nº 44.

TOP 6 - TOPONÍMIA ARQUEOLÓGICA

Freguesia: Romarigães.

Lugar: Crasto.

Coordenadas planimétricas GAUSS: X = 158,5; Y = 544,0.

Altitude: 230 metros.

C.M.P.: 1/25.000, 15, 1949 e 1996.

C. Geológica: 1/50.000, 1-C, 1962.

Observações: Zona de vale, agricultada, onde por vezes ocorrem fragmentos de cerâmica incaracterística.

Bibliografia: OLIVEIRA 1993, 456; SILVA 1994.

PVF 13 - POVOADO FORTIFICADO DO ALTO DA MADORRA (Fig. 74)

Freguesia: Rubiães.

Lugar: Alto da Madorra ou Modorra.

Coordenadas planimétricas GAUSS: X = 157,70; Y = 546,50.

Altitude: 234 metros.

C.M.P.: 1/25.000, 15, 1949 e 1996.

C. Geológica: 1/50.000, 1-C, 1962.

Volume II - Carta Arqueológica da bacia superior do rio Coura

Geologia: Mancha do complexo xisto-migmatítico. A sul, uma mancha de granito alcalino de grão médio.

Geomorfologia: Elevação de encostas suaves com alguns afloramentos graníticos.

Rede hidrográfica abundante. A norte e oeste corre o rio Coura e a leste a ribeira da Codeceira.

Mancha de solo de tipo F (aptidão florestal) e próximo, a oeste, mancha de solo de tipo A (aptidão agrícola).

Vegetação: Vegetação arbórea e rasteira.

Povoamento actual: Nulo.

Descrição: O povoado situa-se no cimo de um monte de perfil ovalado, alongado no sentido norte/sul, numa extensa plataforma com cerca de duzentos metros nos sentidos norte/sul e este/oeste. É UM POUCO CONTRADITÓRIO

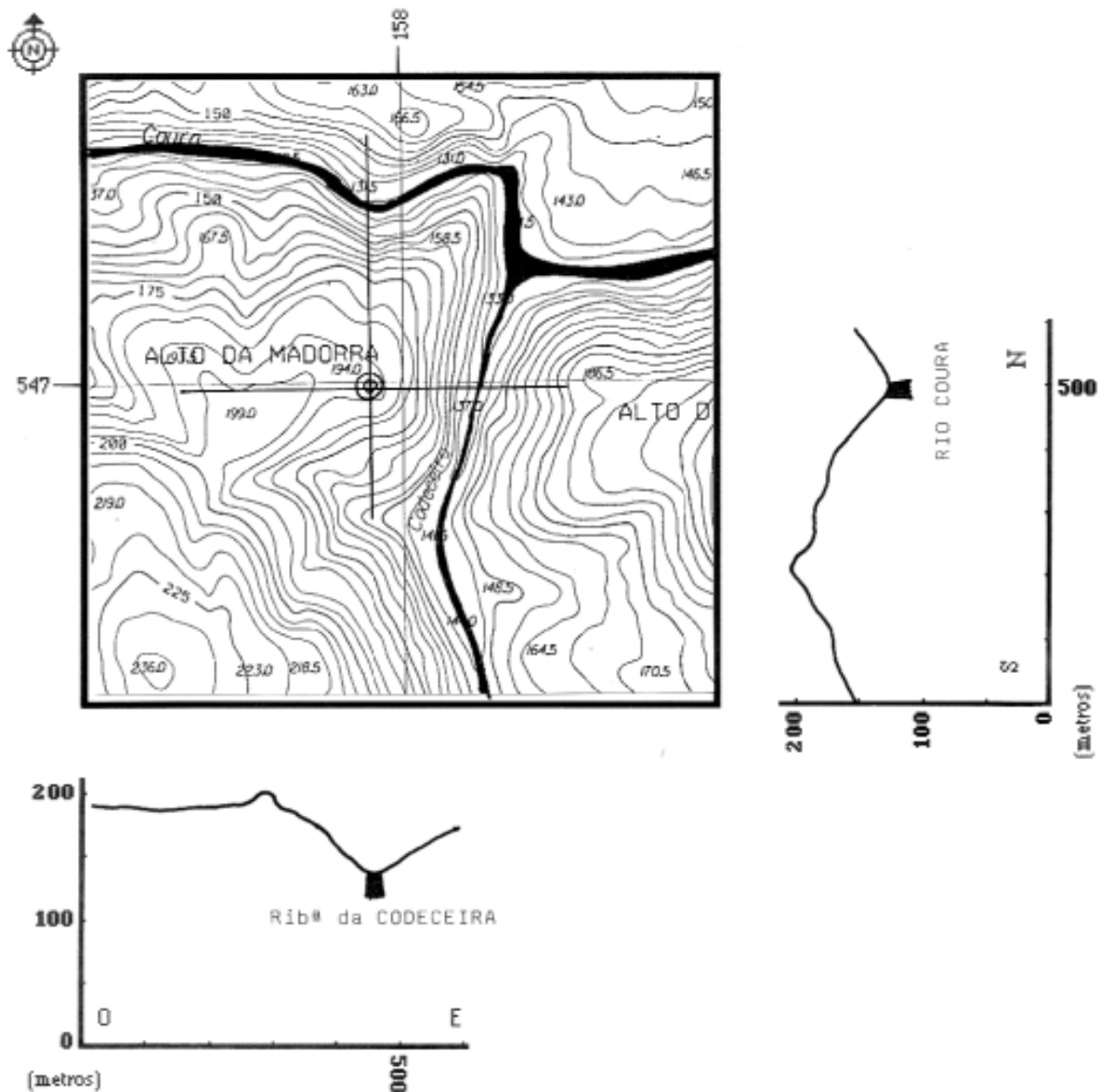
Possui somente uma cintura de muralha muito pouco perceptível.

Relações espaciais: Visibilidade muito reduzida.

Espólio: Fragmentos de cerâmica indígena, micácea, de fabrico manual. Alguns deles, com vestígios de fumação, terão pertencido a vasilhas de utilização culinária.

Depósito: Gabinete de Arqueologia e Património.

Acesso: Pela estrada municipal que liga S. Martinho de Coura a Antas (Rubiães) e por caminho de terra com início junto à ponte dos Capões, na margem esquerda do rio Coura.



A

Freguesia: Rubiães.

Lugar: Crasto.

Coordenadas planimétricas GAUSS: X = 158,93; Y = 548,13.

Altitude: 186,00 metros.

C.M.P.: 1/25.000, 15, 1949 e 1996.

C. Geológica: 1/50.000, 1-C, 1962.

Geologia: Mancha de rochas eruptivas de granito alcalino de grão médio e, a oeste, de grão grosseiro. A nascente existe uma mancha do complexo xisto-migmatítico.

Geomorfologia: Elevação com encostas de declive suave, de perfil bastante arredondado, onde abundam afloramentos graníticos.

Rede hidrográfica abundante; cerca de 200 metros, a norte, corre o rio Coura.

Mancha de solo de tipo A (aptidão agrícola).

Vegetação: Arbórea (mimosa e pinheiro) e rasteira (tojo e silvas).

Povoamento actual: Disperso.

Descrição: O povoado situa-se no topo de um pequeno monte, ocupando uma área com cerca de 50 metros de diâmetro. Possui, na encosta leste, vestígios de uma muralha bastante destruída pela construção de habitações. Na superfície superior situam-se dois muros, uma cisterna de água e os alicerces de uma estrutura angular, construída em granito e xisto, de cronologia indeterminada mas certamente posterior à do povoado.

Relações espaciais: Visibilidade directa para o povoado fortificado de Cossourado.

Espólio: A prospecção efectuada não permitiu encontrar qualquer espólio.

Acesso: Fácil; a partir do km 13 da Estrada Nacional 201 (sentido S. Bento/Ponte do Lima) e da estrada municipal Rubiães/Antas.

Estado de conservação: Mau.

Bibliografia: VIANA 1932, 89; OLIVEIRA 1993, 458; SILVA 1994; 1994a., 281-302; 1994b., 477-499.

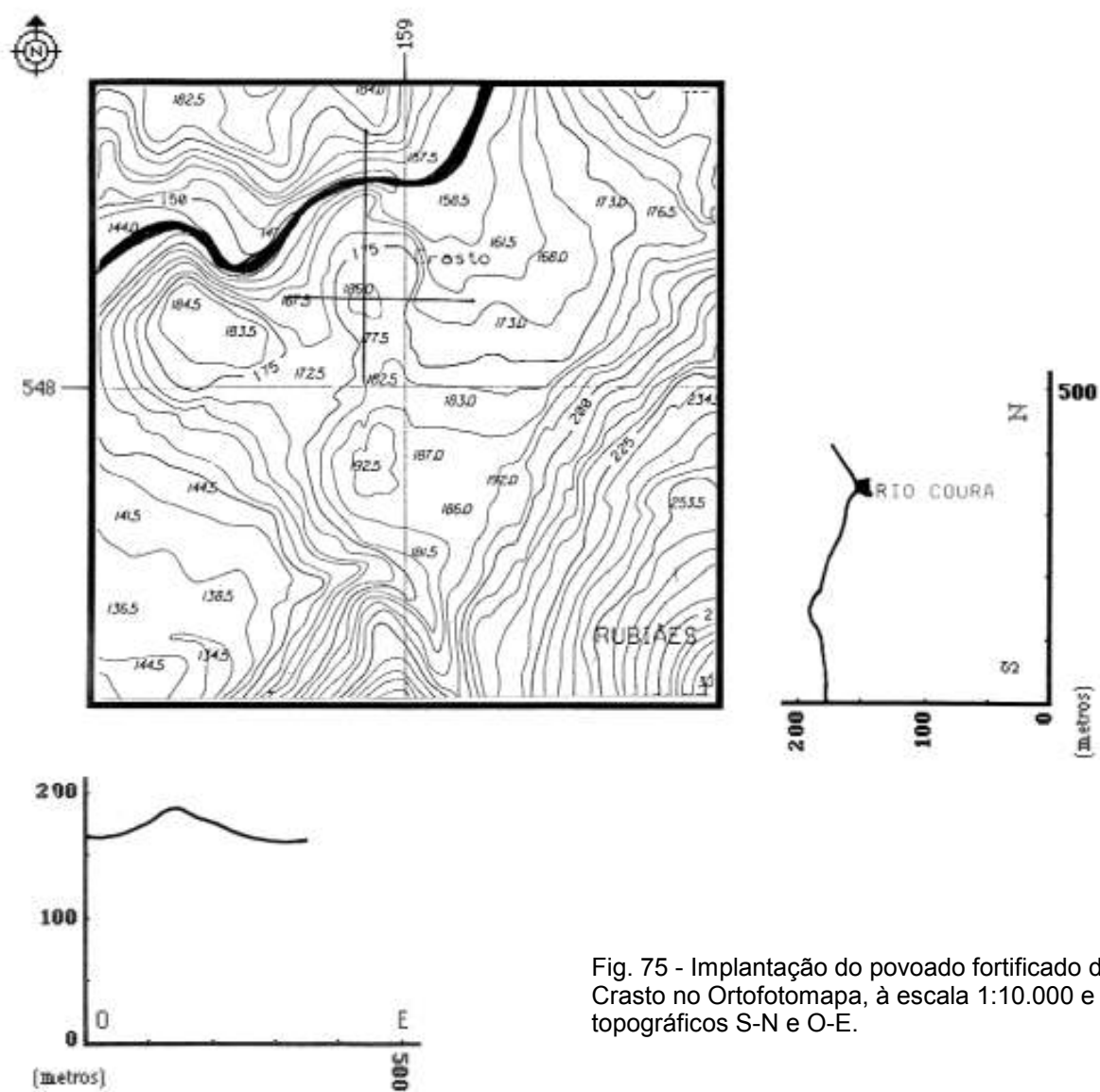
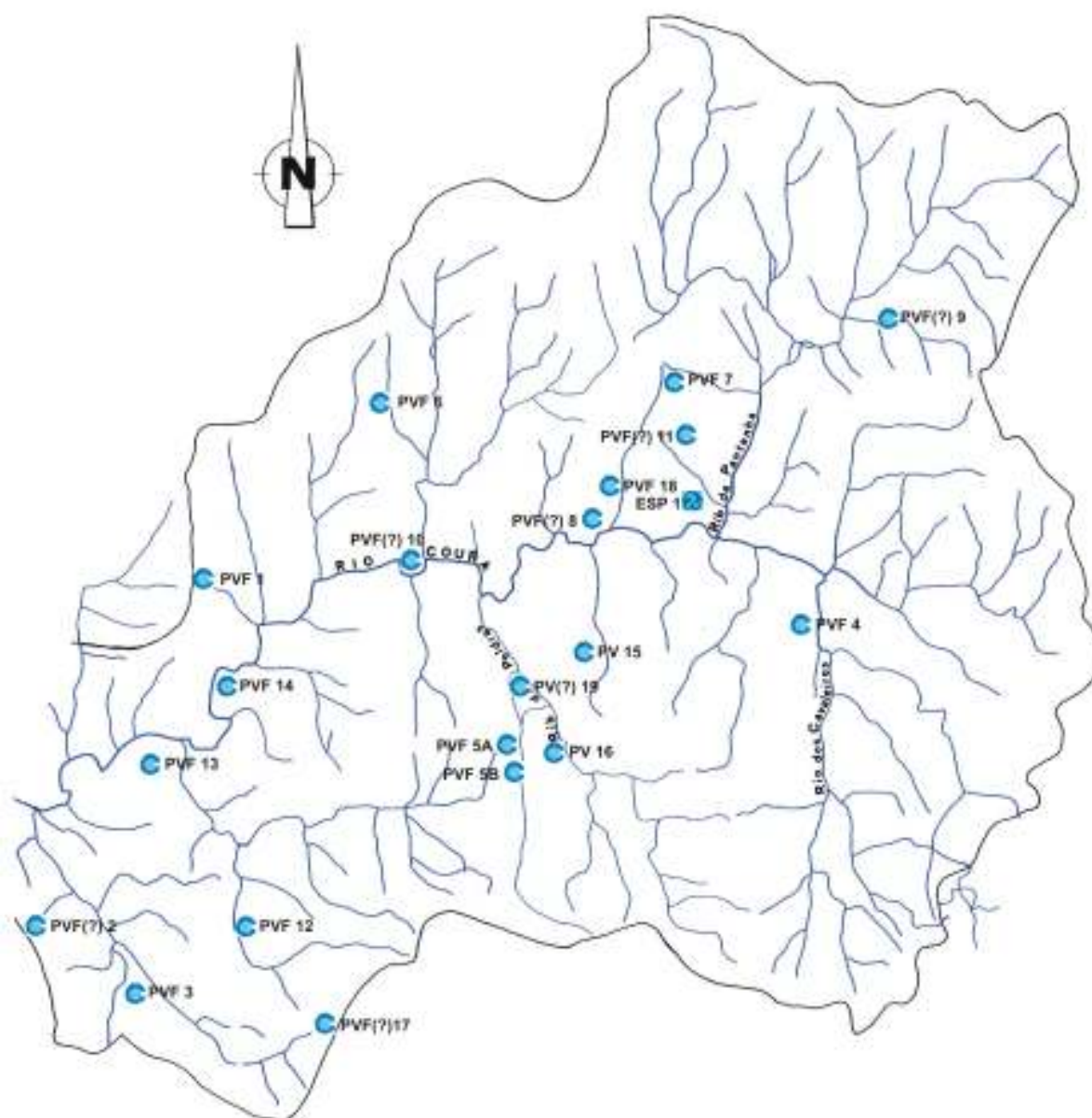


Fig. 75 - Implantação do povoado fortificado do Crasto no Ortofotomapa, à escala 1:10.000 e perfis topográficos S-N e O-E.



**Mapa XVIII - Bacia hidrográfica do rio Coura
Estações e vestígios arqueológicos
Proto-História**

0 2km

- PVF 1 - Povoados Fortificados de Cossourado.
- PVF (?) 2 - Povoados Fortificados (?) de Lousado. S. Martinho de Coura.
- PVF 3 - Povoados Fortificados da Paiteira da Bustarenga. S. Martinho de Coura.
- PVF 4 - Povoados Fortificados de Oisela.
- PVF 5A - Povoados Fortificados de Montuzelo 1. Infesta.
- PVF 5B - Povoados Fortificados de Montuzelo 2 ou Alto da Cidade. Cunha.
- PVF 6 - Povoados Fortificados da Madona. Ferrela.
- PVF 7 - Povoados Fortificados da Giesteira. Ferrela, Formaz, Mouselos e Padomelo.
- PVF (?) 8 - Povoados Fortificados (?) do Castelo. Formaz.
- PVF (?) 9 - Povoados Fortificados (?) do Castelinho. Insaide.
- PVF (?) 10 - Povoados Fortificados (?) de Bruzendes. Linhares.
- PVF (?) 11 - Povoados Fortificados (?) da Pena. Mouselos.
- PVF 12 - Povoados Fortificados de Romarigães.
- PVF 13 - Povoados Fortificados do Alto da Madona. Rubiães.
- PVF 14 - Povoados Fortificados da Crasta. Rubiães.
- PV 15 - Povoados da Cumieira. Infesta.
- PV 16 - Povoados do Monte da Assureira. Infesta.
- PVF (?) 17 - Povoados Fortificados (?) da Cidade Murada. Romarigães.
- PVF 18 - Povoados Fortificados da Cidade. Formaz.
- PV (?) 19 - Povoados (?) das Vales. Infesta.
- ESP 1 - Triscele de Fovais. Mouselos.

4 - ROMANIZAÇÃO

ROM 1 - TÉGULA - DESPERDÍCIOS DE FORNO (?)

Freguesia: Aigualonga.

Lugar: Monterrão.

Coordenadas planimétricas GAUSS: X = 159,45; Y = 545,55.

Altitude: 278 metros.

C.M.P.: 1/25.000, 15, 1949 e 1996.

C. Geológica: 1/50.000, 1-C, 1962.

Geologia: Zona de transição entre mancha de rochas eruptivas, de granito de grão médio de duas micas, e mancha pertencente ao complexo xisto-migmatítico.

Geomorfologia: Monte com encostas de fraco declive.

Rede hidrográfica abundante.

Mancha de solo de tipo A (aptidão agrícola).

Vegetação: Pinheiro bravo e vegetação rasteira típica da região.

Povoamento actual: Nulo.

Espólio: A descoberta deste espólio, em Maio de 1993, resultou da realização de trabalhos para a colocação de um poste de electricidade, no lugar de Monterrão, por funcionários da Câmara Municipal de Paredes de Coura que, ao abrirem um buraco no solo, depararam com dezenas de fragmentos de cerâmica de características romanas, maioritariamente de tégula e de ímbrice.

Do total dos fragmentos encontrados foram recolhidos 127. Os fragmentos de tégula, em maior número, distribuem-se da seguinte forma: 49 rebordos, com diversos perfis, e 72 fragmentos da parte central. Destes 8 possuem marcas diversas: marcas de oleiro (3), vestígios de negativos de patas de animais (2) e marcas indeterminadas (3). Contabilizaram-se igualmente 12 fragmentos de ímbrice e 4 de panças de dólios (vasos de grandes dimensões).

Alguns fragmentos de tégula possuem um pequeno orifício que certamente estaria relacionado com a sua preensão a traves de madeira da estrutura do telhado.

Esta cerâmica de cobertura foi elaborada com uma pasta depurada, tendo o quartzo e uma mistura de barro vermelho moído como desengordurante. A maior parte dos fragmentos possui, ainda, micas brancas de diâmetro inferior a 0,5 mm. Apresentam a característica cor alaranjada resultante da cozedura em forno com atmosfera redutora. Os acabamentos foram maioritariamente elaborados com recurso a engobe.

A sua espessura média é de 19 e 20 cm. Os rebordos apresentam-se bastante altos, o que lhes confere bastante resistência. Trata-se de telhas bastante pesadas, que necessitariam de um robusto travejamento de suporte.

Apesar de a grande quantidade de fragmentos obtidos apontar para um local de desperdícios de um forno, os trabalhos de prospecção efectuados na área não proporcionaram a descoberta de quaisquer vestígios dessa estrutura.

Bibliografia: ALVES 1998/2000, 31-43.

ROM 2 - TÉGULA E MÓS

Freguesia: Bico.

Lugar: Chela/Castro.

Coordenadas planimétricas GAUSS: X = 167,7; Y = 546,8.

Altitude: 540 metros.

C.M.P.: 1/25.000, 15, 1949 e 1996.

C. Geológica: 1/50.000, 1-C, 1962.

Geologia: Mancha de rochas eruptivas, especificamente granito calco-alcalino, porfíroide, de grão grosseiro, também designado granito monzonítico.

Geomorfologia: Elevação de fraco declive.

Rede hidrográfica abundante, com várias linhas de água nas proximidades.

Mancha de solo de tipo A (aptidão agrícola).

Vegetação: Produtos agrícolas característicos da região; actualmente bastantes terras estão abandonadas.

Povoamento actual: Disperso.

Espólio: Nesta área detectou-se cerâmica de cobertura (tégula) e mós moventes em granito de grão médio.

Bibliografia: ALARCÃO 1988a, 1/38; OLIVEIRA 1993, 460; SILVA 1994.

ROM 3 - TÉGULA E MÓ

Freguesia: Bico.

Lugar: Cascalhal (cemitério).

Coordenadas planimétricas GAUSS: X = 167,2; Y = 547,2.

Altitude: 508 metros.

C.M.P.: 1/25.000, 15, 1949 e 1996.

C. Geológica: 1/50.000, 1-C, 1962.

Geologia: Mancha de rochas eruptivas de granito calco-alcalino, porfíroide, de grão grosseiro, também designado granito monzonítico.

Geomorfologia: Monte com encostas de fraco declive.

Rede hidrográfica abundante.

Mancha de solo de tipo A (aptidão agrícola).

Vegetação: Produtos agrícolas característicos da região; bastantes terrenos encontram-se incultos.

Povoamento actual: Disperso.

Espólio: Cerâmica de cobertura (tégula) e uma mó circular movente, em granito de grão médio.

Bibliografia: ALARCÃO 1988a, 1/42; OLIVEIRA 1993, 460; SILVA 1994.

ROM 4 – TÉGULA

Freguesia: Bico.

Lugar: Esteve.

Coordenadas planimétricas GAUSS: X = 167,3; Y = 547,5.

Altitude: 450 metros.

C.M.P.: 1/25.000, 15, 1949 e 1996.

C. Geológica: 1/50.000, 1-C, 1962.

Geologia: Mancha de rochas eruptivas de granito calco-alcálico, porfiróide, de grão grosseiro.

Geomorfologia: Encosta com declive acentuado.

Rede hidrográfica abundante.

Mancha de solo de tipo C (condicionado para a agricultura).

Vegetação: Terrenos agrícolas, existindo terras incultas e outras reservadas a pastagens.

Povoamento actual: Disperso.

Espólio: Cerâmica de cobertura (tégula).

Bibliografia: ALARCÃO 1988a, 1/36; OLIVEIRA 1993, 460; SILVA 1994.

ROM 5A - TÉGULA - FORNO / HABITAT

Freguesia: Bico.

Lugar: Telheiras (Lameira).

Coordenadas planimétricas GAUSS: X = 167,9; Y = 547,1.

Altitude: 550 metros.

C.M.P.: 1/25.000, 15, 1949 e 1996.

C. Geológica: 1/50.000, 1-C, 1962.

Geologia: Mancha de rochas eruptivas de granito calco-alcálico, porfiróide, de grão grosseiro, na transição para mancha de granodiorito, porfiróide de grão médio.

Geomorfologia: Elevação com encostas de fraco declive.

Rede hidrográfica abundante, com várias linhas de água nas proximidades.

Mancha de solo de tipo A (aptidão agrícola).

Vegetação: Terrenos agrícolas, existindo bastantes terras actualmente abandonadas.

Povoamento actual: Disperso.

Espólio: Cerâmica de cobertura (tégula). Existem referências ao aparecimento de restos de um forno no local assinalado.

Bibliografia: SILVA 1994 e informações do Inquérito toponímico-arqueológico.

ROM 5 B - TESOURO MONETÁRIO DA LAMEIRA

Freguesia: Bico.

Lugar: Lameira, Telheiros ou Telheira.

Coordenadas planimétricas GAUSS: X = 168.1; Y = 547.4.

Altitude: 548 metros.

C.M.P.: 1/25.000, 15, 1949 e 1996.

C. Geológica: 1/50.000, 1-C, 1962.

Geologia: Mancha de rochas eruptivas, especificamente granito calco-alcálico, porfiróide, de grão grosseiro, na transição para mancha de granodiorito, porfiróide de grão médio.

Geomorfologia: Elevação de encostas com fraco declive, cujo terreno se destina à agricultura, embora, actualmente, existam bastantes terras incultas.

Rede hidrográfica abundante, com várias linhas de água nas proximidades

Mancha de solo de tipo A (aptidão agrícola).

Vegetação: Alguma vegetação arbórea.

Povoamento actual: Disperso.

Condições do achamento: Na Primavera de 2003, aquando da realização de trabalhos de arroteamento de um terreno, uma máquina agrícola colocou a descoberto um considerável tesouro monetário, de origem romana, acondicionado numa vasilha cerâmica que se encontrava enterrada a cerca de 50 cm de profundidade.

O Gabinete de Arqueologia e Património da Câmara Municipal de Paredes de Coura tomou conhecimento, no decurso do mês de Agosto, da ocorrência do achado arqueológico, pelo que, a partir de então, encetou todas as diligências possíveis no sentido da salvaguarda, estudo e recuperação do espólio.

Informações fornecidas pelo achador do então designado "Tesouro Monetário da Lameira", complementadas pelos vestígios patentes no interior do pote cerâmico – concretamente óxidos das diversas ligas metálicas com que foram elaboradas as moedas –, permitem concluir que o interior da vasilha, com 31 cm de altura, estaria cheio, pelo que se estima que contivesse um número compreendido entre 20.000 a 25.000 moedas. Uma vez que o achador do tesouro e o proprietário do terreno são pessoas distintas (embora familiares), procederam, na altura, à partilha dos numismas, tendo apenas parte do montante relativo ao achador sido objecto de doação, em Novembro de 2004, à Câmara Municipal de Paredes de Coura, juntamente com o pote cerâmico. Relativamente às restantes moedas - a maior parte do Tesouro, no fundo - desconhece-se o seu paradeiro.

As moedas entregues para estudo, limpeza, consolidação e posterior exposição no Museu Regional de Paredes de Coura (Núcleo de Arqueologia), contadas na sua totalidade (inteiras e fracturadas), perfazem um total de 5020 unidades. Além das moedas, foram encontrados no interior do recipiente diversos fragmentos de objectos em ferro (nomeadamente pregos) e carvões.

Espólio: O "Tesouro Monetário da Lameira", caso não tivesse ocorrido a referida divisão, seria, certamente, um dos maiores entesouramentos de moedas romanas conhecidos em Portugal. Não obstante, o estudo sistemático e aprofundado das moedas disponíveis proporcionará, a seu tempo, a obtenção de elementos fundamentais para o conhecimento da romanização da bacia superior do rio Coura e da circulação monetária tardo-romana no território correspondente à actual Península Ibérica.

O estudo sumário já efectuado a cerca de três centenas de numismas revelou estarmos em presença de moedas cunhadas no tempo dos imperadores Constantino Magno (306-337), Licínio (308-324), Crispo (317-326), Constantino II (337-340), Constante (337-350), Constâncio II (337-361), Decêncio (351-353), Juliano Apóstata (360-363), Valentiniano I (364-375), Valente (364-378), Graciano (367-383), Teodósio I (378-395), Honório (393-423 – Imperador do Ocidente) e Arcádio (395-408 – Imperador do Oriente). Uma das moedas de maior raridade será a de Hanibaliano, Rei de *Pontus* entre 335 e 337, neto de Constantino I (imperador do qual, nesta altura do estudo, parece ser a maior quantidade de moedas). Existem, ainda, moedas de Helena e de Teodora.

Algumas das moedas não apresentam o busto do imperador, sendo dedicadas a Roma ou a Constantinopla (330-346) ("Urbs Roma" e "Urbs Constantinopla").

A identificação destes imperadores permite-nos, por ora, estabelecer uma cronologia que remete para o século IV d. C., com eventual continuidade nos inícios do séc. V d. C..

Os locais de cunhagem destas moedas são também muito variáveis: Roma, Constantinopla (Turquia), Lyon (França), Trier (Alemanha), entre outros.

As figuras presentes nos reversos das moedas são igualmente muito ricas e variadas, representando diversas alegorias e divindades como Roma, *Fecunditas*, *Victoria*, além dos reversos com as referências características do séc. IV (*Felt Temp Reparatio*, *Gloria Exercitus*, *Gloria Romanorum*, etc).

O metal utilizado na composição das moedas estudadas foi maioritariamente o cobre, embora o estanho também esteja presente.

A grande maioria dos numismas apresenta um desgaste considerável, revelador de uma circulação intensa.



Fig. 75 – Desenho e foto do pote que continha o tesouro monetário (Esc.: ¼).

O pote que continha as moedas foi elaborado numa cerâmica comum, de fabrico local. Foi objecto de diversos tratamentos de conservação e restauro, tendo sido efectuada a sua reconstituição integral.

As moedas foram submetidas a diversos tratamentos de limpeza e conservação.

Depósito: Museu Regional de Paredes de Coura.

Bibliografia: SILVA e SILVA 2004c 16-17, SILVA 2005A, 146-147.



Figura 76 – Caixa com as cerca de cinco mil moedas quando nos foram entregues e algumas das moedas, ampliadas, após trabalhos de limpeza e conservação: Constantino Magno, velado, Constâncio II, Valentiniano e Juliano.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS SOBRE A FREGUESIA DE BICO

Existem diversas referências bibliográficas sobre o aparecimento, ao longo dos tempos, de materiais arqueológicos na freguesia de Bico.

Em 1758, o pároco, em resposta aos inquéritos paroquiais enviados pelo padre Luís Cardoso, escreveu o seguinte: “A pessoas antigas desta freguezia ouvi que em hum campo pouco distante do lugar em que está situada a sua igreja se descobrirão em tempo humas pequenas caixas de tijollo com suas cubertas do mesmo inteirissas, e tudo muito bem lavrado, que abertas não tinham dentro em si mais do que sinzas e craboins, mostrando ser algumas daquellas urnas em que os antigos Romanos guardavão as sinzas dos seus defuntos depois de lhe queimarem os corpos”. Tratar-se-ia, certamente, de uma necrópole do período romano, embora se desconheça a sua localização exacta.

Mais adiante acrescentou: “Ainda hoje se está vendo na quinta da Pereira desta freguezia servir de pés a huma grande meza de pedra huma colluna não grossa de pedra fina e bem lavrada que não há muitos annos acazo se descobriu debaixo da terra em o cítio a que chamão o Telhado.” Actualmente não é possível localizar o topónimo no território da freguesia (terá, eventualmente, evoluído para Telheiros ou Telheira), nem os materiais referidos. São, de qualquer forma, indicadores da provável existência de uma *villa* rústica romana.

Pinho Leal (1873, 399), no século seguinte, anotou: “Tem-se encontrado em varias partes (...) vestigios de povoação antiga, como são tijolos, pedras lavradas, columnas, cippos, alicerces de casas, urnas de pedra e de tijolo, etc., e é tradição que existiu aqui uma cidade populosa” – dados estes mencionados igualmente por outros autores posteriores (VIEIRA 1886, 133; OLIVEIRA 1976, 18).

ROM 6 - MÓ ROTATIVA

Freguesia: Castanheira.

Lugar: Pereiros.

Coordenadas planimétricas GAUSS: X = 166,1; Y = 547,5.

Altitude: 480 metros.

C.M.P.: 1/25.000, 15, 1949 e 1996.

C. Geológica: 1/50.000, 1-C, 1962.

Geologia: Mancha de rochas eruptivas, de granito calco-alcálico, porfiróide, de grão grosseiro.

Geomorfologia: Vale de fraco declive.

Rede hidrográfica abundante.

Mancha de solo de tipo C (aptidão condicionada para a agricultura).

Vegetação: Produtos agrícolas característicos da região.

Povoamento actual: Disperso.

Espólio: Neste local, foi encontrada uma mó rotativa, dormente, em granito de grão médio, por um lavrador, quando arroteava o campo.

Depósito: Propriedade de Henrique Sião Reis.

Bibliografia: SILVA 1994.

ROM 55 - TÉGULA

Freguesia: Castanheira.

Lugar: Outeirais.

Coordenadas planimétricas GAUSS: X = 166,4; Y = 546,5.

Altitude: 495 metros.

C.M.P.: 1/25.000, 15, 1949 e 1996.

C. Geológica: 1/50.000, 1-C, 1962.

Geologia: Mancha de rochas eruptivas, de granito calco-alcalino, porfíroide, de grão grosseiro.

Geomorfologia: Vale de fraco declive.

Rede hidrográfica abundante.

Mancha de solo de tipo C (aptidão condicionada para a agricultura).

Vegetação: Produtos agrícolas característicos da região.

Povoamento actual: Disperso.

Espólio: Cerâmica de cobertura (tégula).

Bibliografia: Inédito.

ROM 7 - MILIÁRIO DE CONSTANTE I (Figs. 77 e 78)

Localização na via: Desconhecida, visto utilizar uma forma diferente de numeração.

Local de achamento: Lugar de Cascalhal (altitude de 250 metros), freguesia de Romarigães.

Localização actual: Lugar de Barreiros, num caminho público, à entrada de uma residência particular, próximo da capela de Nossa Senhora da Conceição.

Freguesia: Coura (S. Martinho de).

Coordenadas planimétricas GAUSS: X = 157,1; Y = 545,5.

Altitude: 160 metros.

C.M.P.: 1/25.000, 15, 1949 e 1996.

C. Geológica: 1/50.000, 1-C, 1962.

Matéria-prima: Granito de grão médio.

Dimensões (em centímetros):

Altura: 162; campo epigráfico: 95;

Altura das letras: **L1:** nº1: 7,5; nº2: 8; nº3: 8; nº4: 8;

L2: nº1: 6,5; nº2: 5,5; nº3: 6,5; nº4: 8; nº5: 7; nº6: 6,5; nº7: 7; nº8: 8,2; nº9: 8; **L3:** nº1: 6; nº2: 5; nº3:

6,1; nº4: 4; nº5: 4,8; nº6: 4,6; nº7: 5; nº8: 6,5; nº9: 6; nº10: 6,2; nº11: 6,2; **L4:** nº1: 5,9; nº2: 6; nº3: 6,5;

nº4: 5,6; nº5: 6; nº6: 6,4; nº7: 5,8; **L5:** nº1: 6; nº2: 6,2; nº3: 7; nº4: 6; nº5: 6,5; nº6: 6; **L6:** nº1: 8,2; nº2: 5;

nº3: 5,6; nº4: 6; nº5: 7; **L7:** nº1: 7,8; nº2: 7,2; nº3: 9; nº4: 6; nº5: 7,4; nº6: 9,8; nº7: 8; nº8: 8,5; nº9: 9; **L8:**

nº1: 5,5; nº2: 6; nº3: 5,5; nº4: 5,1; nº5: 5,8; nº6: 5,9; nº7: 6;



**Fig. 77 –
Miliário de
Constante**

Altura: média das letras: 6,71 (entre 4 e 9); espaços interlineares: nº1: 5; nº2: - 0,8; nº3: 0; nº4: 0,8; nº5: 2; nº6: 2; nº7: 2,8; média dos espaços interlineares: 1,68;

Largura do campo epigráfico: 65;

Diâmetro: 45 x 38;

Perímetro: 149 (topo); 130 (base).

Descrição: Coluna miliária em razoável estado de conservação. Epígrafe disposta em oito linhas, com caracteres actuários e em gravação em “V”, sem pontos distintivos entre as palavras. Os caracteres são muito irregulares e encontram-se em mau estado de conservação. As letras OS, na terceira linha, e C, na quarta, foram reavivadas.

Os espaços interlineares são também muito irregulares, verificando-se a existência de letras da segunda e terceira linhas que invadem o espaço das linhas que lhe estão imediatamente abaixo (respectivamente a terceira e a quarta), pelo que, na média de cada linha, não existe um espaço real.

Os valores que acima se apresentam referem-se às medidas mínimas de cada linha. O facto de em alguns casos os valores serem negativos indica a dificuldade do lapicida em manter uma gravação linear, tendo que sucessivamente – sobretudo após o centro da linha –, ir baixando e inclinando a gravação das letras, as quais, contudo, nunca se sobrepõem.

A inscrição, honorífica, é dedicada a Constante I.

É o miliário com o número *XXVIII* (sic - XIX) da Quarta Via, ou seja, o vigésimo nono da série a ser colocado.

Apesar de cronologicamente se situar no Baixo-império, revela ainda o culto imperial, numa altura em que este se encontrava já em decadência, em detrimento do Cristianismo que se expandia.

Trata-se de uma epígrafe extremamente interessante e única no género na bacia superior do rio Coura, uma vez que apresenta o nome da pessoa que o colocou, que o dedicou e, muito provavelmente, que o elaborou: *Rovinus*. Apresenta, por outro lado, uma fórmula diferente de numeração: não tem como ponto de referência a distância em milhas em relação a

Bracara Augusta, mas sim o seu número sequencial de colocação na via.

Transcrição: *D(ominis) N(ostris) / CONSTANTE / NOBILISSIMO / NOBILISSIMO / CAESARI / POSVIT / ROVIN[US] / ...AESARI / MILIARIVM / XXVIII*

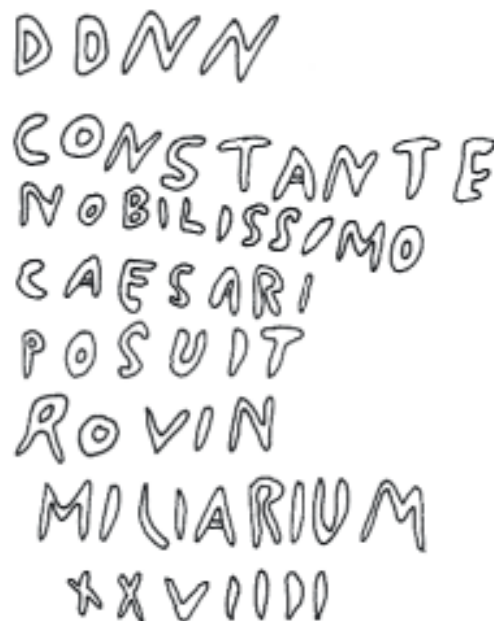


Fig. 78 – Epígrafe do miliário de Constante

	DDNN	DDNN
	CONSTANTI	CONSTANTE
	NOBILISSIMO	NOBILISSIMO
	...AESARI	CAESARI
	POSVIT	POSVIT
	FLAVINV...	ROVIN
	MILIARIVM	MILIARIVM
	XXVIII	XXVIII

Leitura: *Aos nossos senhores. A Constante, nobilíssimo César, colocou Rovinus o miliário vigésimo nono.*

Cronologia: Entre 333 e 337 (século IV d. C.).

Bibliografia: SANTOS 1979, 26-30; ARAÚJO 1982, 228-229; ALARCÃO 1988, 91 e 1988a, II, 1/31; SILVA 1994; SILVA e DÍAZ 1995/97, 59-109; RODRÍGUEZ COLMENERO *et alii* 2004, 293.

ROM 8 - MILIÁRIO DE MAGNÊNCIO (Fig. 79)

Localização na via: Desconhecida, visto faltar-lhe a indicação da milha.

Localização actual: Lugar de Fonte de Olho, a servir de suporte de ramada numa quinta particular. A parte superior encontra-se muito danificada, estando inserida no topo uma coluna de ferro.

Freguesia: Coura (S. Martinho de).

Coordenadas Planimétricas GAUSS: X = 157,4; Y = 546,4.

Altitude: 170 metros.

C.M.P.: 1/25.000, 15, 1949 e 1996.

C. Geológica: 1/50.000, 1-C, 1962.

Matéria-prima: Granito de grão fino.

Dimensões (em centímetros):

Altura: 130; campo epigráfico: 34;

Altura das letras: **L1:** nº1: 12,5; nº2: 9; **L2:** nº1: 8; nº2: (?); nº3: 12; nº4: 9; nº5: 9; **L3:** nº1: (?); nº2: (?); nº3: (?); nº4: 8;

Altura: média das letras: 9,41; espaços interlineares: nº1: 6; nº2: 7; nº3: 6; média dos espaços interlineares: 6,3;

Largura do campo epigráfico: 62;

Diâmetro: 42 x 49;

Perímetro: 152.

Descrição: Coluna miliária em mau estado de conservação. A epígrafe está incompleta, tendo sido elaborada em épocas distintas, com caracteres actuários e gravação em “V”, de diferentes dimensões, num único campo epigráfico disposto actualmente em cinco linhas. Os caracteres de menores dimensões são, provavelmente, mais tardios, actualmente de difícil percepção.

A inscrição, honorífica, é dedicada a Magnêncio.

Transcrição: D(omino) N(ostro) / MAGNO / MA[G] NENTIO / ... / TRI (bunícia) POT(estate) / ... / A BR(acara)

Leitura: *Ao nosso senhor. Grande Magnêncio ..., investido no poder Tribunício... / A Braga...*



Fig. 79 – Miliário de Magnêncio.

DN	DN
MAGNO	MAGNO
...NEN...O	MA...NENTIO

(CAPELLA 1895, 248)

TRI PO(T)

A BR

(Transcrição actual)

Cronologia: Entre 350 e 353 (séc. IV d. C.).

Observações: Classificado como Monumento Nacional (Via romana de Braga a Tui - 14 miliários, série Capela), por Decreto de 16-6-1910 (DG 136 de 23 de Junho de 1910). Inventariado pela D. G. dos Edifícios e Monumentos Nacionais com o nº 160500.001. Nº Nacional de Estação: 868.

Bibliografia: CAPELLA 1895, 248; ALMEIDA 1979, 120-124, 146-147; OLIVEIRA 1976, 97; SANTOS 1979, 9-15; ARAÚJO 1982, 226-227; ALARCÃO 1988, 91 e 1988a, II, 1/30; SILVA 1994; SILVA e DÍAZ 1995/97, 59-109; RODRÍGUEZ COLMENERO *et alii* 2004, 294.

ROM 48 - MÓ DORMENTE

Freguesia: Coura (S. Martinho de).

Lugar: Azenha do Custódio (Portela da Bustarenga).

Coordenadas Planimétricas Gauss: X: 157,10; Y: 544,10.

Altitude: 180 metros.

C.M.P.: 1/25.000, 15, 1949 e 1996.

C. Geológica: 1/50.000, 1-C, 1962.

Geologia: Mancha do complexo xisto-ordovício, de xistos andaluzíticos.

Geomorfologia: Área de relevo muito acidentado, com elevações consideráveis e encostas abruptas.

Rede hidrográfica abundante.

Mancha de solo de tipo F (aptidão florestal).

Florestação e povoamento actual: Vegetação arbórea densa.

Descrição: Mó dormente de grande porte.

Encontrada em 1997 a Norte da Portela da Bustarenga, aquando da construção de uma estrutura do viaduto da auto-estrada Porto-Valença.

Depósito: Gabinete de Arqueologia e Património.

Bibliografia: Inédita.

ROM 9 - LOCAL DE CULTO (?) - ARA DE CRISTELO

(Fig. 80)

Freguesia: Cristelo.

Lugar: Monte de S. Sebastião (Castro de Cristelo - PVF 4).

Coordenadas planimétricas GAUSS: X = 166,2; Y = 548,5.

Altitude: 493 metros.

C.M.P.: 1/25.000, 15, 1949 e 1996.

C. Geológica: 1/50.000, 1-C, 1962.

Proveniência: "junto a um pinhal, a nascente do monte de Cristelo".



Matéria-prima: Granito de

Dimensões (em

Altura total: 76; campo

Altura: letras: **L1:** 1: 9; 2: 9,5;

L4: 1: 9 2: 5; espaços

Espessura: 22;

Largura: 28; campo

Nº de linhas: 4;

Nº de campos: 1.

Descrição: Ara em granito, posterior à época romana e

o nicho (13 x 7 cm) e a decoração actual. No nicho existem ligações em chumbo.

O campo epigráfico encontra-se rebaixado, com gravação em "V" e com pontos distintivos entre as letras da epígrafe. As letras foram reavivadas, o que se confirma pela irregularidade dos tamanhos, dos espaços interlineares e da própria gravação em talhe vincado.

Transcrição: SE · Q / FM / B · V · L / SO

Leitura: "Para além da fórmula V.L./SO, não podemos arriscar nenhum desenvolvimento. O texto, a julgar pela gravação profunda, pela configuração e pelo aspecto do monumento, foi certamente renovado na Antiguidade. Não nos é possível esclarecer as infidelidades e erros que daí resultam." (SANTOS 1983, 16).

Depósito: Museu Pio XII, Braga, nº inv. 602.

Observações: Nº Nacional de Estação: 3523.

Bibliografia: SANTOS 1983, 16; ALARCÃO 1988a, 1/32; SILVA 1992, 43; 1994.

ROM 10 – HABITAT (Fig. 81)

Freguesia: Cristelo.

Lugar: Cristelo (igreja e cemitério paroquiais).

Coordenadas planimétricas GAUSS: X = 166,5; Y = 548,6.

Altitude: 380 metros.

C.M.P.: 1/25.000, 15, 1949 e 1996.

C. Geológica: 1/50.000, 1-C, 1962.

Geologia: Mancha de rochas eruptivas, de granito calco-alcalino, porfíróide, de grão grosseiro.

Geomorfologia: Zona de encosta com declive acentuado.

Rede hidrográfica abundante.

Mancha de solo de tipo C (aptidão agrícola condicionada).

Vegetação: O vale encontra-se agricultado.

Povoamento actual: Concentrado em redor da igreja.

Espólio: Neste local, assim como na base Este do monte onde está implantado o povoado fortificado de Cristelo, foram encontradas cerâmicas de utilização culinária, de construção e de cobertura



Fig. 80 – Ara de Cristelo e pormenor da epígrafe.

grão médio.

centímetros):

epigráfico 31;

3: 9; **L2:** 1: 7; 2: 8; **L3:** 1: 10; 2: 6,5; 3: 6;

interlineares: 1: 3; 2: 1; 3: 2.

epigráfico: 18;

cançada em forma de pontos em período reutilizada para fins religiosos, como indica



(fragmentos de tégula), mós rotativas (moventes e dormentes (Fig. 81), o que confirma a romanização de toda esta área e a provável existência de *vicus* (exploração agrícola romana).

Bibliografia: ALARCÃO 1988a, 1/32; OLIVEIRA 1993, 462; SILVA 1994.

ROM 49 – MÓ MOVENTE

Freguesia: Cristelo.

Lugar: Casal.

Coordenadas planimétricas GAUSS: X = 166,65; Y = 548,8.

Altitude: 430 metros.

C.M.P.: 1/25.000, 15, 1949 e 1996.

C. Geológica: 1/50.000, 1-C, 1962.

Geologia: Mancha de rochas eruptivas, de granito calco-alcálico, porfíroide, de grão grosseiro.

Geomorfologia: Encosta com declive acentuado.

Rede hidrográfica abundante.

Mancha de solo de tipo C (aptidão agrícola condicionada).

Vegetação: O vale encontra-se agricultado com as espécies características da região.

Povoamento actual: Concentrado.

Espólio: Mó movente em bom estado de conservação que terá aparecido aquando do alargamento de um caminho.

Matéria-prima: Granito de grão médio.

Bibliografia: Inédita.

ROM 11 - LOCAL DE CULTO / HABITAT

Freguesia: Cunha.

Lugar: Lizouros (Capela de Santo Estêvão).

Coordenadas planimétricas GAUSS: X = 165,1; Y = 546,2.

Altitude: 465 metros.

C.M.P.: 1/25.000, 15, 1949 e 1996.

C. Geológica: 1/50.000, 1-C, 1962.

Geologia: Mancha de rochas eruptivas, de granito calco-alcálico, porfíroide, de grão grosseiro.

A Sul, um filão do complexo xisto-migmatítico e uma mancha de granito alcálico de grão médio.

Geomorfologia: Encosta de declive suave que ladeia um vale extenso e amplo.

Rede hidrográfica abundante.

Mancha de solo de tipo C (aptidão agrícola condicionada).

Vegetação: Espécies agrícolas características da região, existindo algumas terras incultas e outras reservadas a pastagens.

Povoamento actual: Disperso.

11A - ARA DE LIZOUROS (Fig. 82)



Referências ao achamento: Narcizo A. Cunha refere que, em Janeiro de 1908, encontrou uma ara "no adro de Sto. Estevão, e mais duas, na substrução do altar da ermida". A primeira – agora em estudo – estava "encravada no solo, ao alto" (CUNHA 1909 [1979], 137) e foi por si enviada para o actual Museu Nacional de Arqueologia. Sobre as outras duas não adianta quaisquer elementos para além dos mencionados, embora a população local refira que ficaram enterradas nos alicerces da capela e F. A. Pereira (1924, 28) acrescenta que uma delas foi novamente talhada para pedestal do púlpito e outra foi reaproveitada para a elaboração da cruz que se encontra na empena do telhado.

Matéria-prima: granito de grão fino.

Dimensões (em centímetros):

Altura: total: 190,5; fuste: 102; capitel: 48; cornija: entre 7 e 8,5; plinto: 40,5; campo epigráfico: 87; média das letras: 8,75 (entre 6,5 e 11); espaços interlineares: 1: 1; 2: 2,5; 3: 2; 4: 1; 5: 1,5; 6: 9; 7: 9; média dos espaços interlineares: 3,42;

Espessura: fuste: 24; capitel: entre 25 e 33; cornija: 33; plinto: 34,5;

Largura: fuste: 27; capitel: entre 25,3 e 30,5; cornija: 28; plinto: entre 31 e 45;

Nº de linhas: 8;

Nº de campos: 1.

Descrição: Ara votiva, em granito de grão fino, em bom estado de conservação. Trabalhada nas quatro faces. A sua altura (190 cm) é desproporcionada, visto o fuste ser exageradamente alto e estreito (24 cm). O capitel, de forma paralelipipédica, encontra-se em bom estado, tendo sido relativamente bem elaborado. O fôculo para as libações e os dois toros estão bem definidos.

A base, de forma quadrangular, apresenta molduração constituída por três pequenos toros. Encontra-se em mau estado de conservação.

A epígrafe foi elaborada com gravação em "V", com pontos distintivos entre os caracteres, em capital actuária, mal definida, com inclinação predominante à direita.

A paginação é deficiente, sem alinhamento ou eixo de simetria, tendo o *ordinator* disposto os caracteres, os espaços entre os caracteres e os espaços interlineares de forma muito irregular, aumentando significativamente o tamanho dos caracteres e dos espaços interlineares nas duas últimas linhas e, especialmente, na fórmula final consecratória, elementos que reflectem a pouca prática do lapicida.

Apesar das diversas opiniões sobre os atributos do deus indígena (*Macarius*) a que é dedicada a ara, nomeadamente as que defendem tratar-se de uma divindade naturalista, ainda os mesmos se consideram indeterminados devido, sobretudo, à ausência de paralelos.

Transcrição: FRON / TONIAN / VS · FRO / NTON / IS (*filius*) · MA / CARI [O] / V(*otum*) S(*olvit*) L(*ibens*) / M(*erito*)

Leitura: *Frontoniano, filho de Frontão, ao deus Macario cumpriu este voto de boa mente.*

Paradeiro: Museu Nacional de Arqueologia (nº inv. E 5209, arrecadação).

Observações: O granito para elaboração desta ara de altura considerável e da coluna (ROM 11B) foi, com toda a certeza, extraído bastante longe, provavelmente na zona da Portela Grande, concelho de Ponte de Lima, uma vez que na área estudada não existem manchas de granito de grão fino.

Nº Nacional de Estação: 4970 (com este número estão classificadas uma ara e duas lápides).

Bibliografia: CUNHA 1909 [1979], 136-137; VASCONCELOS 1913, 196-198; PEREIRA 1924, 280; LÓPEZ CUEVILLAS, 1933-34, 355; TOVAR, 1950, 189; CORREIA 1957, 26; BLÁSQUEZ MARTINEZ 1962, 69-70; ENCARNAÇÃO 1975, 230-231; OLIVEIRA 1976, 14 e 25; TRANOY 1981-82, 275; ALARCÃO 1988, 217 e 1988a, II, 1/39; OLIVEIRA 1993, 453; SILVA 1994.

11B - COLUNA

Tal como as aras, foi encontrada no adro da capela. Actualmente encontra-se a servir de banco, no lado direito da porta do edifício religioso.

Matéria-prima: granito de grão médio.

Dimensões (em centímetros):

Altura: 50;

Diâmetro (em cada extremidade): 26 x 30;

Perímetro (em cada extremidade): 90 x 94.

Observações: Em torno do adro e nos campos adjacentes foram encontrados diversos fragmentos de cerâmica, de coloração acinzentada, de paredes bastante finas e pasta depurada, tendo como desengordurante mica e quartzo. Encontrou-se, igualmente, junto de uma linha de água, um fragmento de tégula e três fragmentos de escória de ferro.

Trata-se de uma área bastante extensa onde, pelas características do lugar e pelos achados de que se conhece notícia (coluna, três aras e cerâmica), deverá ter existido, na época romana, um pequeno templo e, possivelmente, uma propriedade rústica.

Bibliografia: OLIVEIRA 1993, 453; SILVA 1994.

ROM 12 - VILLA / TESOURO MONETÁRIO (Figs. 83 a 87)

Freguesia: Ferreira

Lugares: A *villa* romana de Ferreira estende-se por vários locais, designados actualmente por Sigoelos, Campos da Monumenta e Quintão.

Coordenadas Planimétricas (ponto central): **GAUSS:** X = 161,8; Y = 551,2.

Altitude: A área situa-se entre as cotas 200 e 300, sendo a parte mais alta a ocupada pela igreja paroquial e pelo cemitério de Ferreira.

C.M.P.: 1/25.000, 7, 1949 e 1997.

C. Geológica: 1/50.000, 1-C, 1962.

Geologia: Mancha de granito alcalino de grão médio, situando-se a Este um filão de granodiorito. Ocorrem, igualmente, vários afloramentos de granito róseo.

Geomorfologia: Zona de vale, de perfil suave, propícia para a exploração agrícola.

Rede hidrográfica abundante, situando-se o local entre o Regueiro das Corredouras e a Ribeira de Bruzendes.

Mancha de solo de tipo A (aptidão agrícola).

Vegetação: O vale encontra-se agricultado com produtos típicos da região; alguns terrenos estão reservados a pastagens. Determinadas áreas da freguesia, como os designados Campos da Monumenta (próximo do cemitério), conservam o bosque de pinheiro, carvalho e vegetação rasteira.

Povoamento actual: Concentrado na zona da igreja paroquial e disperso na restante área da freguesia.

Referências aos achamentos: Narcizo A. Cunha refere na sua monografia que "pouco depois da construção do actual cemitério da freguesia de Ferreira e quando se procedia à abertura dum as das primeiras sepulturas" (1909 [1979], 121) foram encontradas várias moedas e que era frequente o aparecimento de tégula "quer no cemitério, quer nas paredes, caminhos e propriedades conjuntas" (*Id., ib.*, 125). Mais adiante o mesmo autor menciona: "fazendo caminho pelas *Moimentas*, presenciei que um trabalhador, estando a arrancar a sapata de um pinheiro, que havia sido cortado, encontrou debaixo dela um *forno*, feito de tijolos. Mais tarde, a pequena distância deste, apareceu outro, também soterrado." (*Id., ib.*). Referir-se-ia, neste caso, ao aparecimento de fornos de cerâmica. No entanto, ao explicar o significado do termo *Moimentas*, o autor sugere a hipótese de se estar na presença de uma necrópole. A dúvida, por isso, persiste: fornos, sepulturas, ou ambos?

Por toda esta vasta área tem sido encontrado, aquando do arroteamento de terras, diverso espólio, com maior incidência para mós giratórias, fragmentos de cerâmica de armazenamento, de utilização culinária e de cobertura (tégula e ímbrice), tijolo e outros materiais de construção em granito, como pedra aparelhada, fustes, capitéis e bases de coluna. No geral, este espólio ou foi destruído ou encontra-se na posse de particulares da freguesia.

Em 1995, quando se procedia à realização de obras para a construção da residência paroquial (lado Norte do muro do adro), surgiram pesos de tear, parte de um muro e, para além de outro espólio, centenas de fragmentos de cerâmica de tipologia diversa.

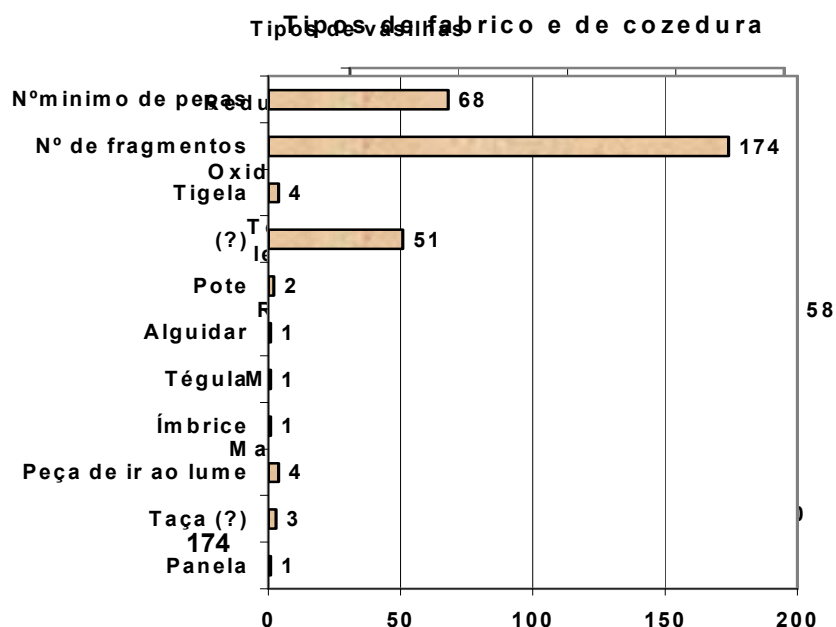
Alguns anos mais tarde (2002), aquando do alargamento do cemitério paroquial, foram encontrados diversos fustes de coluna de excelente fabrico, bases, capitéis, centenas de fragmentos de cerâmica de tipologia e cronologia diversas (Idade do Ferro, Época Romana e, provavelmente, Idade Média), um cossoiro bulboso de fabrico em molde e uma conta de colar em pasta vítrea azul. Grande parte deste material, designadamente o espólio pétreo, ficou à guarda da Junta de Freguesia de Ferreira, não tendo sido efectuado o seu estudo.

No lugar de Quintão, próximo deste local, no lado direito do muro de suporte do portal de uma habitação, apareceram dois pesos esféricos (de que se desconhece a cronologia e a respectiva funcionalidade) e uma mó rotativa. Também encaixada num muro, na freguesia de Ferreira, foi encontrada uma outra mó rotativa, dormente.

12A – Cerâmica

No grande amontoado de terra resultante do aterro para a construção dos alicerces da residência paroquial, encontraram-se, em 1995, centenas de fragmentos de cerâmica de tipologia diversa. Destes foram estudados 174 fragmentos, relativos a um número estimado de 68 peças,

Maria de Fátima Matos da Silva



cujas características estão resumidas no quadro anexo e no dois gráficos, enquanto que as características individuais de cada fragmento são apresentadas no Quadro Descritivo.

Trata-se, resumidamente, de fragmentos de cerâmica de pasta depurada, de textura compacta, com reduzida quantidade de desengordurante (essencialmente mica de fracção fina a média) e de outros, embora em muito menor quantidade, de cerâmica de fabrico menos elaborado, apresentando uma pasta pouco depurada e um aspecto visual grosseiro. Em termos de coloração, os tons são avermelhados, alaranjados e acinzentados, em grande quantidade. A maioria foi elaborada em roda de oleiro.

A morfologia de alguns fragmentos, associada às suas características técnicas, permite, com algumas dúvidas, apontar o tipo de 17 peças, ficando 51 por determinar. Assim, constata-se que se trata essencialmente de cerâmica doméstica, utilizada para fins culinários e de armazenamento, sendo de destacar a presença de painéis e outras peças indeterminadas de ir ao lume, taças, tigelas e potes.

A decoração ocorre com pouca frequência, salientando-se um fragmento de uma vasilha de armazenamento de grandes dimensões, decorada com motivo plástico, ondulado e repuxado.

Da amostra de cerâmica recolhida constam apenas dois fragmentos de cerâmica de cobertura (tégula e ímbrice).

Quadro-síntese das características da cerâmica encontrada em 1995

Tipos de peças	Bordos		Fundos tipo	Asas				Colo	Atípicos									
	secção	Total		orientação	tipo	Total	posição			Total	situação	Total						
Panela = 1	Arredondado	5	Saliente = 34	C/ pé = 1	Fita	3	Vertical	1	Colo/bojo	1	1	117						
Taça (?) = 3	Apontado	9	Reentrante = 2	Planos=15	Rolo achatado em "D"	2	Vertical Externa	2	Bordo	2								
Peça de ir ao lume = 4	Arredondado esp. externo	4	Recto = 2										Vertical Indet.	1	Indeter.	2		
Ímbrice = 1	Arredondado esp. interno	1	Vertical Indet.														1	
Tégula = 1	Apontado em aba	5																
Alguidar = 1	Aplanado	7																
Pote = 1	Arredondado em aba	2																
Indeterminadas = 51	Aplanado esp. externo	1																
Tigela = 4	Apontado em aba	1																
	Apontado esp. ext.	3																
TOTAL		38									38	16						

Acabamento externo	Total	Cor				Pasta	Total	Textura	Cerne cor	Total
		interna	Total	externa	Total					
Alisamento	156	Acast. clara	23	Acast. clara	10	Depurada	149	Compacta = 174	Acast. claro	6
Engobe	14	Acastanhada	15	Acast. escura	1	Pouco depurada	25		Acastanhado	20
Engobe ext.; alisada int.	2	Acinz./negra	4	Acastanhada	14				Acinzentado	44
Engobe int.; alisada ext.	1	Acinzentada	28	Acinzentada	25				Alaranjado	35
Espatulado	1	Alaranjada	36	Alaranjada	36				Negro	69
		Negra	68	Negra	88					
TOTAL	174		174		174		174			174

Desengordurante	Total	Desengord. quantidade	Total	Fabrico	Total	Cozedura			Espessura média (cm)	
						Tipo	Total	Qualidade		Total
Mica	137	Muito	19	Manual	8	Oxidante	33	Boa	174	0,7
Mica e quartzo	37	Pouco	155	Molde	7	Redutora	141			
				Roda	158					
				Torno lento	1					
TOTAL	174		174		174		174		174	0,7

Os fragmentos ceramológicos, relativos às obras efectuadas em 2002, que estão em posse do Gabinete de Arqueologia e Património apresentam as mesmas características dos referidos anteriormente, pelo que apenas foram estudados com maior pormenor aqueles que apresentam cronologias diferentes. Temos, assim, seis fragmentos de cerâmica da Idade do Ferro, típica da produção indígena castreja, cujas características técnicas e morfológicas apontam para formas como taças, tigelas e potes. Foram igualmente recolhidos alguns fragmentos de cerâmica pertencentes a pequenas taças medievais, cronologicamente atribuíveis ao século XII.

12B - Pesos de Tear

Nº 1

Dimensões (segundo o eixo morfológico, em centímetros):

Comprimento: 15;

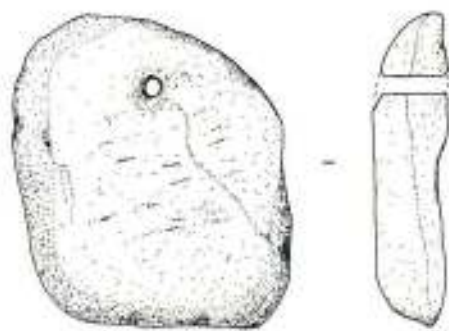
Largura: 13,2;

Espessura: 3,2.

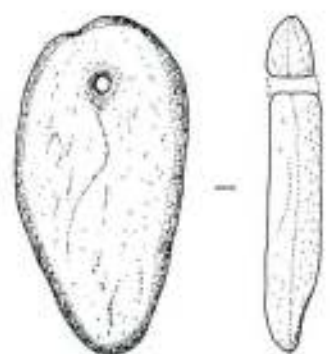
Matéria-prima: Xisto luzente acastanhado.

Descrição: Grande peso de tear, de formato sub-quadrangular, muito irregular e com um orifício central. Encontra-se em bom estado de conservação.

Depósito: Residência de José Manuel da Cunha Alves.



ROM 12 - Passal da Igreja, Sigoelos
Pesos de tear, xisto



Nº 2

Dimens

ões:

Com

prim

ento:

16,2;

Larg

ura:

8,4;

Espe

ssur

a: 2,5.

Matéria-prima: Xisto luzente acastanhado.

Descrição: Grande peso de tear, de formato ovóide, muito irregular e com um orifício central. Encontra-se em bom estado de conservação.

Depósito: Residência de José Manuel da Cunha Alves.

Fig. 83 – Pe

12C – Estruturas e materiais de construção

O muro, posto a descoberto (a cerca de dois metros profundidade) em 1995, junto à Igreja Paroquial de Ferreira, fazia parte uma estrutura de grandes dimensões, de formato rectangular, em granito, que continuava por debaixo do actual muro do adro da igreja.

Na área compreendida pela estrutura, observavam-se duas fossas, com cerca de um metro de diâmetro, preenchidas com terra, cinzas e dezenas de fragmentos de tégula. Apesar do grau de destruição que apresentam estes vestígios, poder-se-á estar em presença de um local de cozedura de cerâmica.

Além desta construção, encontrou-se pedra aparelhada e outros possíveis restos de alicerces.

Os capitéis (três: n.ºs. 1, 2 e 3) e as bases (duas: n.ºs. 4 e 5) de coluna que apareceram no lugar de Sigoelos foram elaborados em granito de grão médio.

Dois dos capitéis são de tipo toscano provincial e um é de tradição jónica. Os capitéis de tipo toscano provincial apresentam as tradicionais características, designadamente o plinto quadrangular, e o toro e a escócia circulares. Os capitéis evidenciam melhor estado de conservação do que as bases. Não obstante, o plinto de um deles encontra-se bastante deteriorado e o de um outro já não existe.

O capitel de tradição jónica está fracturado sensivelmente pela metade. Deveria rematar uma estrutura, uma vez que a parte superior central, arredondada, não permite suportar uma trave. Lateralmente é rematado por dois grossos rolos.

A base n.º 4 tem a particularidade de não possuir escócia; o toro, muito largo, atinge o mesmo tamanho do plinto. Pouco perfeita é uma das bases encontradas em 1995 (n.º 5). Trata-se de uma peça muito pouco aparelhada, de formato cilíndrico, tal como a coluna n.º 6. São ambas de grande porte e deveriam sustentar uma estrutura de menor importância no contexto da *villa* rústica, uma vez que as bases, capitéis e fustes encontrados em 2002 e em outras épocas apresentam acabamentos bastante mais cuidados.

Além destas peças, são de referir várias pedras aparelhadas.

1 - Capitel - Sigoelos

Plinto: Largura: 32;

Altura: 9;

Toro: Diâmetro: 29;

Altura: 5;

Escócia: Diâmetro: 24;

Altura: 4;

Fuste: Diâmetro: 22;

Altura: 2.

2 - Capitel - Sigoelos

Diâmetro: 34;

Altura: 20.

3 - Capitel - Sigoelos

Comprimento: 35;

Altura: 25.

4 - Base - Sigoelos

Plinto: Largura: 23;

Altura: 7;

Toro: Diâmetro: 23;

Altura: 6.

5 - Base - Passal da Igreja

Matéria-prima: granito de grão grosso.

Altura: 30;

Diâmetro: 50.

6 - Coluna - Passal da Igreja

Matéria-prima: granito de grão grosso.

Altura: 1.60;

Diâmetro: 48.

12D - Mós rotativas

As mós estudadas (duas dormentes e sete moventes) foram elaboradas em granito e apenas duas apresentam a sua integridade inicial; as restantes encontram-se fracturadas. Uma das mós moventes evidencia muito desgaste provocado pelo uso e possui o orifício lateral para encaixe do toro de madeira que facilitava o movimento giratório.

Depósito: Residência de José Manuel da Cunha Alves e Gabinete de Arqueologia e Património.

Estação	Tipo de peça	Matéria prima	Diâmetro (cm)	Espessura (cm)	Conservação	Observações	Depósito	Bibliografia
ROM 12 - Sigoelos - Ferreira	MÓ DORMENTE	GGF	—	—	Boa	—	—	SILVA 1993/94
ROM 12 - Sigoelos - Ferreira	MÓ MOVENTE	GGF	—	—	Má	—	—	SILVA 1993/94
ROM 12 - Sigoelos - Ferreira	MÓ MOVENTE	GGM	—	—	Má	—	—	SILVA 1993/94
ROM 12 - Sigoelos - Ferreira	MÓ MOVENTE	GGM	—	—	Má	—	—	SILVA 1993/94
ROM 12 - Sigoelos - Ferreira	MÓ MOVENTE	GGM	—	—	Má	—	—	SILVA 1993/94
ROM 12 - Sigoelos - Ferreira	MÓ MOVENTE	GGM	—	—	Má	—	—	SILVA 1993/94
ROM 12 - Sigoelos - Ferreira	MÓ MOVENTE	GGM	37	22,5	Má	Passal da Igreja de Ferreira. Rebordo com 4,5 cm de largura	G.A.P	SILVA 1993/94
ROM 12 - Quintão - Ferreira	MÓ DORMENTE	GGG	35 ; 30	18,5 x 22	Boa	Encontrada no muro da habitação de José António Montenegro	G.A.P	SILVA 1993/94

12E - Outros Materiais

São ainda de referir o fragmento de um pequeno pio granítico, muito polido na parte central devido ao uso, dois fragmentos graníticos de uma possível caleira e uma pedra com um orifício, que, provavelmente, terá desempenhado função semelhante às prisões de gado "castrejas".

Nas descobertas efectuadas em Sigoelos em 1995 foi encontrado um pequeno machado de pedra polida, já estudado.

12F - Tesouro Monetário

De acordo com Narcizo A. Cunha (1909 [1979], 121), “quando se procedia à abertura duma das primeiras sepulturas” do cemitério paroquial de Ferreira “apareceram, dentro dela, algumas moedas romanas, todas de cobre”. As moedas “estavam juntas, em monte, cerca de um punhado, e apresentavam vestígios de terem sido soterradas dentro de um envólucro de tecido, porque parte delas tinha incrustada uma espécie de rede fina, como a de um estofado, representando uma gravura no metal”. O mesmo autor refere ainda que obteve algumas e que cedeu “uns exemplares a um cavalheiro da cidade do Porto” (*Id., ib.*).

Os dados e a leitura que aqui se apresentam têm por base os elementos fornecidos por Narcizo A. Cunha, pelo que várias dúvidas permanecem. Trata-se de sete *foliis*, em cobre, distribuídos pelos seguintes imperadores e cronologias: um de Constantino I ou Magno (306-337); um de Constantino II (317-337); dois de Constâncio II (337-361); dois de Constante (337-350) e um de Graciano (367-383). Cronologicamente todas as moedas foram cunhadas no século IV d.C.. As cecas onde foram elaboradas não são todas evidentes. Mais seguras são as de Arles (um numisma de Constantino e um de Constante) e de Cízico (um numisma de Constante); Roma, Aquileia, Heracleia e Constantinopla permanecem como cecas por confirmar.

Nº 1 - Bronze, *foliis* de Constantino Magno.

Anverso: DV CONSTANTINVS PF AVGG

Busto de Constantino, à direita, velado.

Reverso: VN MR

Imperador velado, em pé, à direita.

Ceca: Heracleia ou Constantinopla. Pode ainda ter sido cunhada em Nicomédia, Antioquia ou Alexandria - 2ª oficina.

Marca: SMSL (sic) B.

Cronologia: Entre 306 e 337 d.C.

Diâmetro: (?).

Peso: (?).

Nº 2 - Bronze, *foliis* de Constantino II.

Anverso: FL IVL [CL ?] CONSTANTINVS NOB C

Busto de Constantino, à direita, laureado e com couraça.

Reverso: GLORIA EXERCITVS

Soldados com lança e escudo, de pé, voltados um para o outro; entre eles um estandarte.

Ceca: Arles - 2ª oficina. Pode também ser Constantinopla.

Marca: S CONST.

Cronologia: Entre 317 e 337 d.C.

Diâmetro: (?).

Peso: (?).

Nº 3 - Bronze, *foliis* de Constâncio II.

Anverso: DN CONSTANTIVS PF AVG

Busto de Constâncio, à direita, com diadema e paludamento.

Reverso: FEL TEMP REPARATIO

Soldado com capacete e escudo, ferindo com a lança um inimigo caído com o cavalo, no campo.

Ceca: Provavelmente Roma ou Aquileia - 3ª oficina.

Marca: (louros) AGT (louros). Provavelmente será RQT ou AQT.

Cronologia: Entre 337 e 361 d.C.

Diâmetro: (?).

Peso: (?).

Nº 4 - Bronze, *foliis* de Constâncio II.

Anverso: DN FL [?] CONSTANTIVS AVG

Busto de Constâncio, à direita, com diadema e paludamento.

Reverso: SECVRITAS REIPVB

A *Segurança* em pé encostada a uma coluna, olhando à direita, com as pernas cruzadas e segurando o ceptro.

Ceca: Roma (?) - 2ª oficina.

Marca: R . V . S (sic). Provavelmente seria R . (*hedera*) . S ou R . (*meia lua horizontal*) . S.

Cronologia: Entre 337 e 361 d.C.

Diâmetro: (?).

Peso: (?).

Nº 5 - Bronze, *foliis* de Constante.

Anverso: CONSTAN(S) PF AVG

Busto de Constante.

Reverso: VICTORIAE DD AVGG (q.n.n.)

Duas Vitórias olhando-se, cada uma com sua coroa. No campo um P, encimado por um ponto.

Ceca: Arles - 1ª oficina.

Marca: ___P___
 PAR[L]

Cronologia: Entre 341 e 346 d.C.

Diâmetro: (?).

Peso: (?).

Paralelos: LRBC: nº 449-450.

Nº 6

Descrição: Bronze, *foliis* de Constante.

A: DN CONSTANS PF AVG

Busto de Constante.

R: VOT XX MLVT XXX

Escrito em quatro linhas dentro de uma coroa de louros.

Ceca: Cízico - 1ª oficina.

Marca: SMKA

Cronologia: Entre 337 e 358 d.C.

Diâmetro: (?).

Peso: (?).

Paralelos: LRBC: nº 1305-6.

Nº 7 – Bronze, *foliis* de Graciano.

Anverso: DN GRATIANVS PF AVG

Busto de Graciano, à direita, com diadema e paludamento.

Reverso: GLORIA ROMANORVM

Imperador vestido como um militar, com o *labarum*, marchando à direita e olhando à esquerda. Arrasta pelos cabelos um cativo. No campo, aos lados da figura, CS.

Ceca: (?).

Marca: C | S

Cronologia: Entre 367 e 383 d. C.

Diâmetro: (?).

Peso: (?).

12G - Quintão (mó dormente)

Descrição: Mó dormente, com "umbigo" central saliente, bastante espessa e com alguns sinais de desgaste provocados pelo uso.

Matéria-prima: Granito de grão grosso.

Dimensões (em centímetros):

Diâmetro: 35;

Diâmetro do orifício: 5,5;

Espessura: 17,5 x 19,5 (centro);

12H - Pesos

1 - Esfera oblonga, com uma asa de suspensão em ferro, achatada na base.

Matéria-prima: Granito de grão médio.

Dimensões (em centímetros):

Diâmetro: 26; altura: 26,5;

Peso: c. 30 Kg.

2 - Cilindro com parte superior cónica. Falta-lhe a asa de suspensão, da qual só resta o arranque. Base plana.

Dimensões (em centímetros):

Diâmetro: 24;

Altura: 23.

Cronologia: Muito provavelmente estes pesos não são da Época Romana.

Depósito: Gabinete de Arqueologia e Património.

Interpretação funcional e cronologia: Após a análise do contexto (a proximidade da via romana, que passava a cerca de três quilómetros) e do material estudado (fustes, bases, capitéis, moedas, cerâmica, pesos de tear e mós), parece não haver dúvidas quanto à existência de um habitat romano do tipo *villa* neste local. Seria uma propriedade rústica composta por uma *domus* com *peristilo* e anexos, com várias áreas cobertas por tégula e ímbrice de tipologia diversa. As estruturas seriam construídas com tijolo e granito e apresentariam um acabamento relativamente bom, a julgar pela perfeição do talhe de uma das bases e dos capitéis.

Cronologicamente, os materiais apontam para uma ocupação situada entre os séculos II e IV d.C., sobretudo para esta última data.

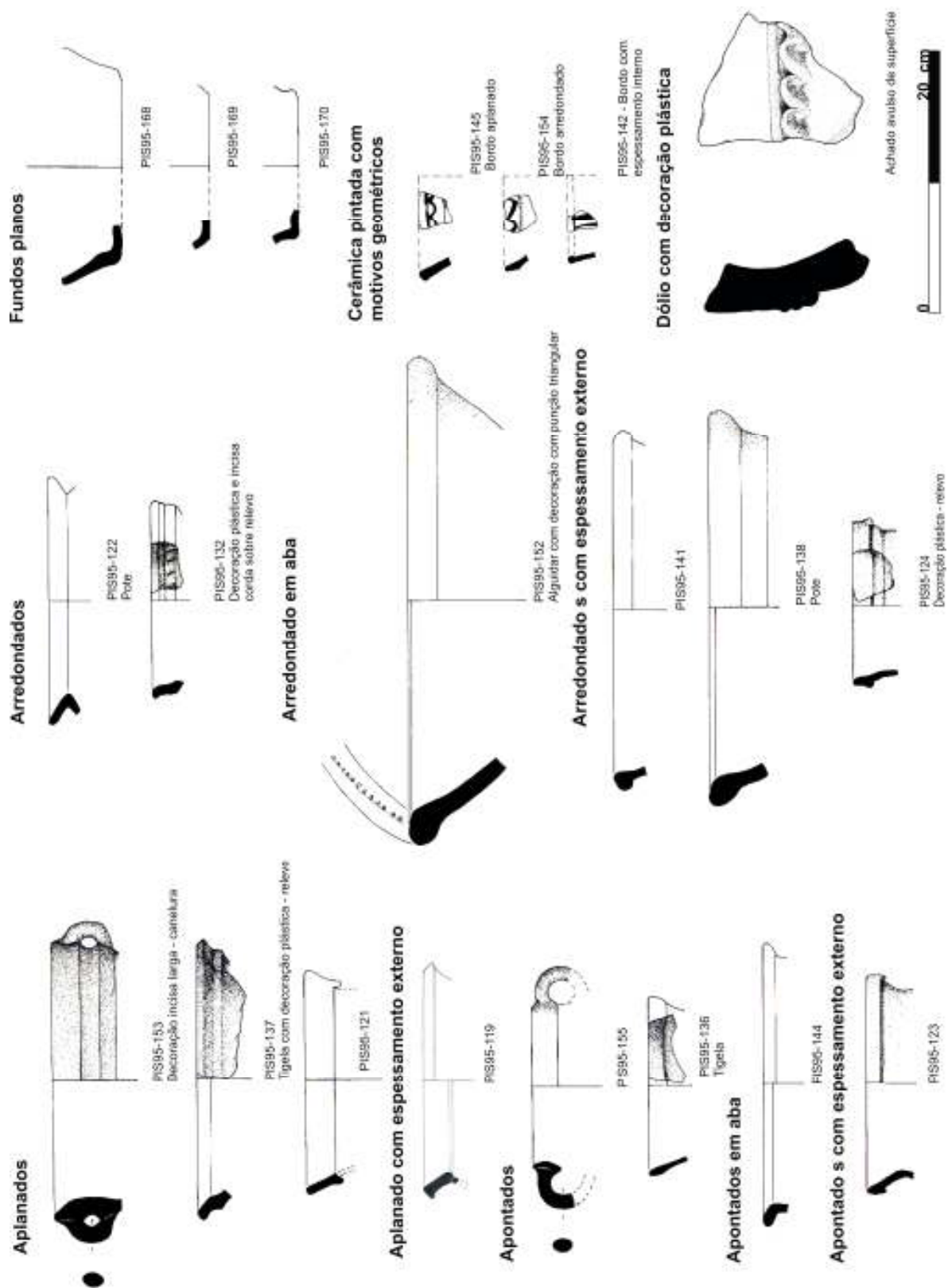
Caso as condições geográficas da época fossem de algum modo semelhantes às actuais, a actividade moageira e a necessária produção cerealífera seriam abundantes, como se pode concluir pela localização geográfica da *villa* em zona de fácil irrigação, atravessada por várias linhas de água, e pela considerável quantidade de mós rotativas encontradas.

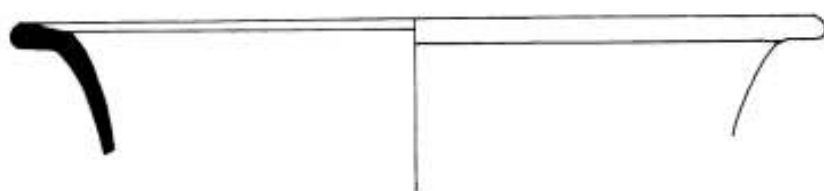
A olaria seria, igualmente, uma actividade bastante desenvolvida, a atestar pela quantidade e pela variedade da cerâmica, assim como a fição e a elaboração de tecidos, tal como testemunham os pesos de tear encontrados.

O aparecimento de espólio de outras épocas, designadamente da Idade do Ferro e da Idade Média, faz ampliar bastante mais a cronologia de ocupação do local, cuja fundação, embora ocorrida provavelmente em época romana, terá coabitado com povos castrejos deslocados para o vale, continuando a utilizar elementos da cultura material autóctone. A ocupação do local terá perdurado, de forma contínua ou descontínua, no tempo, atingindo a época medieval.

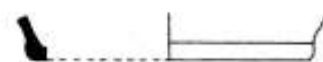
Observações: N° Nacional de Estação: 2479 (o topónimo referido é Moimenta).

Bibliografia: VIEIRA 1886, 124; CUNHA 1909 [1979], 121-125 e 438; OLIVEIRA 1976, 96; ALARCÃO 1988a, 1/16; OLIVEIRA 1993, 454; SILVA 1993/94, 83-96 e 1994.

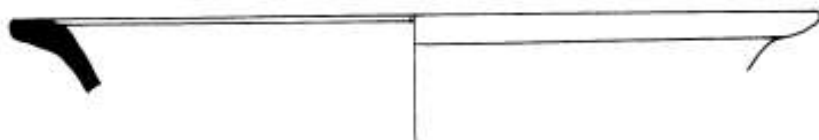




Sigoelos Nº5



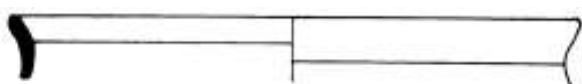
Sigoelos Nº3/2002



Sigoelos Nº6/2002



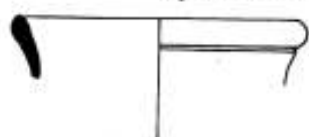
Sigoelos Nº2/2002



Sigoelos Nº1/2002



Sigoelos Nº4/2002



Sigoelos Nº2/2002 - medieval (séc. XII)

Cerâmica castreja e medieval
Esc.: 1/4



Cossoiro bulboso, cerâmica - Esc.: 1/1



Conta de colar, pasta vítrea azul - Esc.: 1/1; ampliação 50x

ROM 13 – TÉGULA

Freguesia: Ferreira.

Lugar: Bouça do Croas, Venade de Cima.

Coordenadas planimétricas GAUSS: X = 164,9; Y = 553,3.

Altitude: 540 metros.

C.M.P.: 1/25.000, 7, 1949 e 1997.

C. Geológica: 1/50.000, 1-C, 1962.

Geologia: Mancha do complexo xisto-migmatítico.

Geomorfologia: Vale com fraco declive.

Rede hidrográfica abundante.

Mancha de solo de tipo A (aptidão agrícola).

Vegetação: Espécies agrícolas e florestais.

Povoamento actual: Nulo.

Espólio: Fragmentos de cerâmica de cobertura (tégula) nas proximidades de uma sepultura antropomórfica escavada na rocha.

Bibliografia: ALARCÃO 1988a, 1/15; OLIVEIRA 1993, 453; SILVA 1994.

ROM 14 – HABITAT

Freguesia: Ferreira.

Lugar: Campos de Lourido/Coto das Barrocas.

Coordenadas planimétricas GAUSS: X = 161,8; Y = 552,0.

Altitude: 380 metros.

C.M.P.: 1/25.000, 7, 1949 e 1997.

C. Geológica: 1/50.000, 1-C, 1962.

Geologia: Granito alcalino de grão médio, envolto, a Este, por granodiorito e, a Oeste, por granito gnáissico.

Geomorfologia: Zona de vale com fraco declive.

Rede hidrográfica abundante.

Mancha de solo de tipo A (aptidão agrícola), ladeada a Este por solo de tipo C (condicionado para a prática da agricultura), a Oeste por solo de tipo F (aptidão florestal) e a Sudoeste por solo de tipo misto (aptidão agrícola e florestal).

Vegetação: Espécies agrícolas e florestais.

Povoamento actual: Nulo.

Espólio: Nos terrenos de Campos de Lourido, no Caminho de Ferreira e em Barrocas ou Coto das Barrocas foram encontrados fragmentos de tégula, uma mó movente, em granito de grão médio, e pedras aparelhadas.

Narcizo A. Cunha refere que a Norte desta freguesia "próximo do Coto da Bouça, há uns terrenos de cultura, na encosta, chamados das Barrozas, onde aparecem restos (alicerces) de edificações, cerâmica, tégulas de grande espessura, etc." (CUNHA 1909 [1979], 437). De acordo com este autor e com a tradição local, terá aí existido a "cidade de Lourido".

Observações: Nº Nacional de Estação: 2478.

Na continuidade desta zona, a Sul, situa-se a *villa* romana de Ferreira (ROM 12).

Bibliografia: CUNHA 1909 [1979], 437; OLIVEIRA 1976, 27; OLIVEIRA 1993, 454; SILVA 1993/94, 83-96 e 1994.

ROM 15 – HABITAT (?)

Freguesia: Formariz.

Lugar: Outeiro.

C.M.P.: 1/25.000, 7, 1949 e 1997.

C. Geológica: 1/50.000, 1-C, 1962.

Espólio: Mó movente, em granito de grão médio, encontrada no adro da capela de Nossa Senhora do Livramento, com nítidos vestígios de uso. Apresenta algumas particularidades: um ressalto na parte superior; uma altura considerável e dois orifícios centrais que não se unem (ao contrário do que é habitual suceder nas mós moventes), um na parte superior e outro, mais profundo, na parte inferior.

No orifício inferior deveria encaixar uma estrutura de madeira ou de outro material que impediria o deslocamento indevido da mó e que facilitaria o movimento giratório da mó movente, que se sobrepunha.

Matéria-prima: granito de grão médio.

Dimensões (em centímetros):

Diâmetro: 35; orifício: 4,5;

Espessura: 27;

Ressalto: altura: 4; largura: 5,5.

Observações: Na freguesia de Formariz foram encontrados vários fragmentos de mós rotativas, uma mó giratória, em granito de grão médio (na posse do Gabinete de Arqueologia e Património), e cerâmica de construção, nomeadamente de cobertura. Contudo, não é possível precisar o local onde se situaria o habitat romano, uma vez que o espólio aparece muito disperso e, como tal, descontextualizado.

Tipo de peça	Matéria prima	Diâmetro (cm)	Espessura (cm)	Conservação	Observações	Depósito
MÓ MOVENTE	GGM	36	22 x 15	Má	Rebordo com 5 cm de largura	G.A.P

Segundo informações obtidas através do Inquérito Toponímico-arqueológico efectuado junto da população, nos lugares de Casal e Outeiro é vulgar o aparecimento de materiais romanos (sobretudo mós e cerâmica).

Bibliografia: SILVA 1994.

ROM 16 – TÉGULA

Freguesia: Formariz.

Lugar: Castelo (Quinta de Mantelães).

Coordenadas planimétricas GAUSS: X = 163,5; Y = 550,0.

Altitude: 290 metros.

C.M.P.: 1:25.000, 7, 1949 e 1997.

C. Geológica: 1/50.000, 1-C, 1962.

Geologia: Mancha de rochas eruptivas, de granito calco-alcalino, porfíroide, de grão grosseiro.

Geomorfologia: Elevação de pequenas dimensões, de perfil arredondado e encostas de declive suave. Rede hidrográfica abundante, localizando-se nas proximidades uma das zonas de maior caudal do rio Coura e a praia fluvial do Taboão.

Mancha de solo de tipo A (aptidão agrícola).

Zona de vale, com explorações agrícolas e terrenos de pastorícia.

Povoamento actual: Disperso.

Espólio: Cerâmica de cobertura (tégula), juntamente com catorze machados de bronze já referidos (BRZ 2).

Bibliografia: CUNHA 1909 [1979], 127; ALARCÃO 1988a, 1/18; OLIVEIRA 1993, 455; SILVA 1993, 139-146; 1993/94, 45-82 e 1994.

ROM 17 – TÉGULA

Freguesia: Formariz.

Lugar: Igreja.

Coordenadas planimétricas GAUSS: X = 162,8; Y = 550,6.

Altitude: 340 metros.

C.M.P.: 1/25.000, 7, 1949 e 1997.

C. Geológica: 1/50.000, 1-C, 1962.

Geologia: Mancha de granito calco-alcálico, porfiróide, de grão grosseiro.

Geomorfologia: Encosta com fraco declive.

Rede hidrográfica abundante.

Mancha de solo de tipo C (aptidão agrícola condicionada).

Vegetação: Alguma vegetação arbórea e rasteira; em volta, no vale, ocorrem explorações agrícolas.

Povoamento actual: Disperso.

Espólio: Cerâmica de cobertura (tégula).

Bibliografia: ALARCÃO 1988a, 1/21; OLIVEIRA 1993, 455; SILVA 1994.

ROM 18 – MOEDA

Freguesia: Formariz.

Lugar: Codeçal (Mantelães).

Coordenadas planimétricas GAUSS: X = 163,7; Y = 549,8.

Altitude: 300 metros.

C.M.P.: 1/25.000, 15, 1949 e 1996.

C. Geológica: 1/50.000, 1-C, 1962.

Espólio: Narcizo A. Cunha aponta a descoberta de uma moeda em ouro aquando da abertura dos alicerces para a construção de um moinho, junto ao regato dos Freis. J. Alarcão, no entanto, vai mais longe e refere a ocorrência de "moedas de ouro".

Bibliografia: CUNHA 1909 [1979], 12; OLIVEIRA 1976, 97; ALARCÃO 1988a, 1/23; OLIVEIRA 1993, 455; SILVA 1994.

ROM 19 – TÉGULA

Freguesia: Infesta.

Lugar: Rapadoura.

Coordenadas planimétricas GAUSS: X = 161,1; Y = 548,9.

Altitude: 350 metros.

C.M.P.: 1/25.000, 7, 1949 e 1997.

C. Geológica: 1/50.000, 1-C, 1962.

Geologia: Granito alcalino de grão médio, envolto, a Este e Oeste, por complexo xisto-migmatítico.

Geomorfologia: Elevação com encostas de fraco declive.

Rede hidrográfica abundante, correndo nas proximidades, a Norte, o rio Coura.

Mancha de solo de tipo F (aptidão florestal).

Vegetação: Vegetação arbórea e espécies agrícolas.

Povoamento actual: Disperso.

Espólio: Fragmentos de cerâmica de cobertura (tégula) encontrados em caminhos.

Bibliografia: ALARCÃO 1988a, 1/34; OLIVEIRA 1993, 462; OLIVEIRA 1993, 462; SILVA 1994.

ROM 20 – TÉGULA

Freguesia: Infesta.

Lugar: Bouça do Crasto, Tarrio.

Coordenadas planimétricas GAUSS: X = 161,2; Y = 548,9.

Altitude: 320 metros.

C.M.P.: 1/25.000, 7, 1949 e 1997.

C. Geológica: 1/50.000, 1-C, 1962.

Geologia: Granito alcalino de grão médio, envolto, a Este e Oeste, por complexo xisto-migmatítico.

Geomorfologia: Encosta de fraco declive.

Rede hidrográfica abundante.

Mancha de solo de tipo F (aptidão florestal).

Vegetação: Vegetação arbórea.

Povoamento actual: Concentrado.

Espólio: Bastantes fragmentos de cerâmica de cobertura (tégula) encontrados a Oeste da igreja paroquial.

Bibliografia: OLIVEIRA 1993, 462; SILVA 1994.

ROM 50 - TÉGULA

Freguesia: Infesta.

Lugar: Balsa, Chamoim.

Coordenadas planimétricas GAUSS: X = 162,3; Y = 548, 9.

Altitude: 230 metros.

C.M.P.: 1/25.000, 7, 1949 e 1997.

C. Geológica: 1/50.000, 1-C, 1962.

Geologia: Mancha pertencente ao complexo xisto-migmatítico.

Geomorfologia: Encosta de fraco declive.

Rede hidrográfica abundante.

Mancha de solo de tipo F (aptidão florestal).

Vegetação: Vegetação arbórea.

Povoamento actual: Nulo.

Espólio: Alguns fragmentos de cerâmica de cobertura (tégula).

Observações: Informação de Mário Rafael Guerreiro.

Bibliografia: Inédito.

ROM 51- HABITAT

Freguesia: Infesta.

Lugar: Tarrío.

Coordenadas planimétricas GAUSS: X = 161,6; Y = 548,9.

Altitude: 310 metros.

C.M.P.: 1/25.000, 7, 1949 e 1997.

C. Geológica: 1/50.000, 1-C, 1962.

Geologia: Mancha de granito alcalino de grão médio.

Geomorfologia: Encosta de vale extenso.

Rede hidrográfica abundante.

Mancha de solo de tipo F (aptidão florestal).

Vegetação: Espécies agrícolas.

Povoamento actual: Concentrado.

Espólio: Dezenas de fragmentos de cerâmica de utilização culinária e de armazenamento encontrados, na Primavera de 2005, aquando do arroteamento de terras para construção de uma habitação.

Trata-se de uma cerâmica de tipologia muito variada, cuja técnica de fabrico e morfologia apontam para uma cronologia romana. A análise dos diversos fragmentos permite identificar dois grupos de características distintas: um onde predomina a cerâmica de coloração alaranjada e outro onde prevalece a coloração acinzentada; todos os fragmentos, no entanto, feitos com roda e apresentando boa cozedura. A cerâmica de coloração acinzentada apresenta-se muito depurada, tendo os pertencido a vasilhas mais pequenas, algumas delas com paredes muito finas. Qualquer dos grupos apresenta acabamentos de boa qualidade efectuados por alisamento ou engobe. Existem fragmentos de bordos, de fundos (planos ou com pé), de panças e alguns atípicos. De realçar a ocorrência de um fragmento de um bordo de uma pequena peça imitando *terra sigillata*; um fragmento de orelha de uma panela de suspensão; e um grande fragmento de bordo de um dólio, peça de grandes dimensões cujas paredes apresentam uma espessura de 3 cm.

Bibliografia: Inédito.

ROM 54- HABITAT (?)

Freguesia: Infesta.

Lugar: Tarrío.

Coordenadas planimétricas GAUSS: X = 161,1; Y = 548,75.

Altitude: 300 metros.

C.M.P.: 1/25.000, 7, 1949 e 1997.

C. Geológica: 1/50.000, 1-C, 1962.

Geologia: Mancha de granito alcalino de grão médio.

Geomorfologia: Encosta de vale extenso.

Rede hidrográfica abundante.

Mancha de solo de tipo F (aptidão florestal).

Vegetação: Espécies agrícolas.

Povoamento actual: Concentrado.

Espólio: Fragmentos de cerâmica de utilização culinária e de armazenamento encontrados, no Verão de 2005, aquando de trabalhos de prospeção.

Trata-se de uma cerâmica de tipologia variada, cuja técnica de fabrico e morfologia apontam para uma cronologia romana.

Observações: No quintal da casa, construída em 1719, onde encontramos a cerâmica, foi-nos revelada uma estrutura em falsa cúpula, construída abaixo do solo e tapada por uma laje de médio porte, que, uma vez retirada, permite o acesso ao interior da estrutura. Esta possui cerca de um metro de diâmetro e de altura. Foi construída por pedras graníticas, de pequeno porte, sem aparelhamento. O chão é revestido por uma argamassa de barro. O seu interior forneceu alguma cerâmica vidrada contemporânea.

Apesar da adiantada idade do proprietário da casa este desconhecia a sua existência, tendo-a encontrado quando cavava superficialmente o terreno, na Primavera de 2005.

Desconhecemos a cronologia e a função desta estrutura, embora, a opinião local indique que teria sido utilizada para esconder, provavelmente cereais e outros mantimentos em épocas de guerra. Existe uma estrutura semelhante a esta na freguesia de Linhares.

Bibliografia: Inédito.

ROM 21 – HABITAT

Freguesia: Linhares.

Lugar: Cabeceiras.

Coordenadas planimétricas GAUSS: X = 160,2; Y = 550,9.

Altitude: 320 metros.

C.M.P.: 1/25.000, 7, 1949 e 1997.

C. Geológica: 1/50.000, 1-C, 1962.

Geologia: Mancha de granito alcalino de grão médio.

Geomorfologia: Zona de vale com fraco declive.

Rede hidrográfica abundante.

Mancha de solo de tipo A (aptidão agrícola).

Vegetação: O vale encontra-se agricultado, verificando-se, igualmente, a existência de terrenos destinados a pastagem e outros ocupados com pinheiro.

Povoamento actual: Disperso.

Espólio: Neste local foram encontradas cerâmicas domésticas e de construção (incluindo cerâmica *sigillata* hispânica), assim como um fragmento de vidro azul claro, aquando da abertura dos alicerces de uma habitação. Numa bouça contígua surge tégula com alguma frequência. Uma vez que apenas

sabemos da existência deste espólio por relatos e que uma visita ao local se revelou nula no que concerne à obtenção de espólio, a existência de um habitat romano permanece, por isso, em dúvida.

Observações: Segundo Pinho Leal (1874, 170) "Nesta freguesia, em Linhares e outras povoações circunvisinhas, ha muitos vestigios de edificios antigos e de fortificações dos tempos dos romanos."

Bibliografia: ALARCÃO 1988a, 1/17; OLIVEIRA 1993, 465; SILVA 1994.

ROM 22 – HABITAT

Freguesia: Linhares.

Lugar: Vinhas (igreja e cemitério paroquiais e escola primária).

Coordenadas planimétricas GAUSS: X = 159,9; Y = 550,7.

Altitude: 250 metros.

C.M.P.: 1/25.000, 7, 1949 e 1997.

C. Geológica: 1/50.000, 1-C, 1962.

Geologia: Mancha de granito alcalino de grão médio e, a Norte, granito gnáissico.

Geomorfologia: Vale circundado por encostas com fraco declive.

Rede hidrográfica abundante.

Mancha de solo de tipo misto: transição de tipo C (aptidão agrícola condicionada) para tipo F (aptidão florestal).

Vegetação: O vale encontra-se agricultado com oliveira, vinha e outras espécies agrícolas. Alguns terrenos possuem pinheiro bravo e outros encontram-se reservados para a pastorícia.

Povoamento actual: Disperso.

Espólio: Neste local (cemitério e a igreja) foi encontrada cerâmica de cobertura (tégula) em abundância (ALARCÃO 1988a, 1/22). Segundo informações recolhidas, quando se efectuava o desaterro para a construção da escola primária de Linhares foram encontradas cerâmicas de cobertura (tégula) e de utilização culinária ou de armazenamento, assim como duas moedas, de bronze, em muito mau estado de conservação.

Bibliografia: ALARCÃO 1988a, 1/22; OLIVEIRA 1993, 465; SILVA 1994.

ROM 23 – HABITAT

Freguesia: Mozelos.

Lugar: Afe.

Coordenadas planimétricas GAUSS: X = 164,5; Y = 550,2.

Altitude: 370 metros.

C.M.P.: 1/25.000, 7, 1949 e 1997.

C. Geológica: 1/50.000, 1-C, 1962.

Geologia: Mancha de granito calco-alcalino, porfiróide, de grão grosseiro.

Geomorfologia: Zona de vale com fraco declive.

Rede hidrográfica abundante.

Mancha de solo de tipo A (aptidão agrícola).

Vegetação: O vale encontra-se agricultado, existindo também terrenos destinados à pastorícia.

Povoamento actual: Disperso.

Espólio: De acordo com informações locais, nos campos de cultivo é frequente o aparecimento de mós e restos de estruturas.

Bibliografia: OLIVEIRA 1993, 465; SILVA 1994.

ROM 24 - MÓS ROTATIVAS E TÉGULA

Freguesia: Mozelos.

Lugar: Favais (Cruzes).

Coordenadas planimétricas GAUSS: X = 164,4; Y = 550,5.

Altitude média: 380 m.

C.M.P.: 1/25.000, 7, 1949 e 1997.

C. Geológica: 1/50.000, 1-C, 1962.

Geologia: Mancha de rochas eruptivas, de granito calco-alcalino, porfíroide, de grão grosseiro.

Geomorfologia: Zona de vale.

Rede hidrográfica abundante; próximo, a Sul, corre o rio Coura.

Mancha de solo de tipo F (aptidão florestal).

Vegetação: Espécies agrícolas características da região.

Povoamento actual: Concentrado.

Espólio: Encaixadas no muro divisório de um quinteiro, no lugar das Cruzes, foram encontradas duas mós rotativas (dormente e movente), juntamente com um tríscele (ESP 1). As mós evidenciam um fabrico rudimentar e um grande desgaste provocado pelo uso.

Matéria-prima: Granito de grão médio (dormente) e de grão fino (movente).

Dimensões (em centímetros):

Mó dormente - Diâmetro: 33;
Diâmetro do orifício: 3;
Espessura: 11 x 14;
Mó movente - Diâmetro: 40;
Diâmetro do orifício: 8,8;
Espessura: 15 x 10,5;
Rebordo: 8.

Depósito: Gabinete de Arqueologia e Património.

Observações: A Norte do lugar de Favais, próximo do actual campo de futebol, numa zona reflorestada com eucalipto, foram encontrados tégula e um pio num afloramento granítico.

Bibliografia: SILVA 1992b, 33-36 e SILVA 1994.

ROM 25 - TÉGULA E TIJOLO

Freguesia: Mozelos.

Lugar: Pantanhas.

Coordenadas planimétricas GAUSS: X = 164,5; Y = 550,9.

Altitude: 380 metros.

C.M.P.: 1/25.000, 7, 1949 e 1997.

C. Geológica: 1/50.000, 1-C, 1962.

Geologia: Mancha de rochas eruptivas, de granito calco-alcálico, porfírico, de grão grosseiro.

Geomorfologia: Encosta com fraco declive.

Rede hidrográfica abundante.

Mancha de solo de tipo A (aptidão agrícola).

Vegetação: Espécies agrícolas.

Povoamento actual: Concentrado.

Espólio: Nos campos envolventes da Casa dos Viscondes, no lugar de Pantanhas, encontrou-se cerâmica de cobertura (tégula) e no cemitério ocorreram diversos fragmentos de cerâmica de construção (tégula e tijolo).

Bibliografia: ALARCÃO 1988a, 1/19 e 1/20; OLIVEIRA 1993, 465; SILVA 1994.

ROM 26 – HABITAT (Figs. 88 e 89)

Freguesia: Parada.

Lugar: Mó.

Coordenadas Planimétricas GAUSS: X = 167,1; Y = 548,9.

Altitude: 463 metros.

C.M.P.: 1/25.000, 15, 1949 e 1996.

C. Geológica: 1/50.000, 1-C, 1962

Geologia: Mancha de rochas eruptivas, de granito calco-alcálico, porfírico, de grão grosseiro.

Geomorfologia: Encosta de declive suave, sobranceira ao Castro de Cristelo, estendendo-se até ao rio Coura.

Mancha de solo de tipo A (aptidão agrícola).

Vegetação: Zona agricultada com milho e outros produtos típicos da região e com alguma florestação.

Povoamento actual: Praticamente nulo.

Referências a achamentos: Em 1991 e de vestígios de uma "casa redonda c 519, em Parada. Teriam aparecido fra terras de aluvião". O proprietário do ter tendo encontrado "além de mais cerân castrejo, fragmentada (...), fragmentos terrenos em redor vêem-se, nas la avermelhado." (VIEIRA 1991).

Espólio: Ao longo dos tempos, foi enc fortificado de Cristelo diverso espólio de referências bibliográficas. Entre esse cerâmica de cobertura (tégula), de u potes, asas de jarros em fita, fundo de vulcânica), um grande fragmento de bo cerâmico; mós circulares (uma dela fragmentos de vidro e restos de estrutu



A tégula apresenta perfis semelhantes

entre si, baixos e muito largos (SILVA 1994), enquadráveis no Tipo 1, com as variantes A, B e C, que se aproximam da variante 3 B do povoado fortificado de Cristelo.

A cerâmica de utilização culinária e de transporte/armazenamento estudada apresenta-se maioritariamente depurada, evidenciando boa cozedura, coloração bege e acabamento por alisamento e engobe.

Ao fundo de ânfora atribui-se, com algumas dúvidas, o tipo Haltern 70. Trata-se de um tipo de ânfora hispânica, originária da Bética, utilizada no transporte/armazenamento de vinho, cronologicamente situada entre o último terço do século I a.C. e o fim do século I d.C. e perfeitamente enquadrável na fase de deslocação dos habitantes dos povoados castrejos de ocupação tardia, como Cristelo, para o vale.

Foram encontrados, ainda, quatro bifaces (**PHA 03**), já estudados, que documentam a remota ocupação do local.

Os materiais de tipologia romana encontrados indicam a existência de uma propriedade rústica que ocuparia uma vasta área, com várias dependências cobertas. Permitem-nos, igualmente, supor a existência de um fabrico local e apurado de cerâmica, assim como a importação de produtos (como o vinho) transportados em ânforas.

Depósito: Gabinete de Arqueologia e Património.

Observações: Na área registam-se topónimos arqueológicos como Mó, Chã dos Ferros e Cristelo.

Bibliografia: VIEIRA 1991; SILVA 1992a, 37-52 e SILVA 1994.

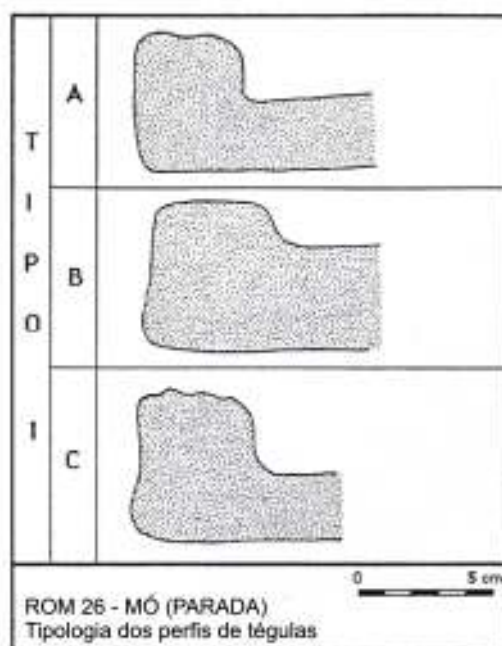


Fig. 89

ROM 27 – NECRÓPOLE

Freguesia: Paredes de Coura.

Lugar: Nogueira.

Coordenadas planimétricas GAUSS: X = 165,3; Y = 549,3.

Altitude: 420 metros.

C.M.P.: 1/25.000, 15, 1949 e 1996.

C. Geológica: 1/50.000, 1-C, 1962.

Geologia: Mancha de rochas eruptivas, de granito calco-alcálico, porfiróide, de grão grosseiro. Próximo, a Este, existe um filão de microdiorito quartzífero.

Geomorfologia: Elevação com encostas de declive acentuado.

Rede hidrográfica abundante.

Mancha de solo de tipo C (aptidão agrícola condicionada).

Vegetação: Área essencialmente agrícola, verificando-se, também, a existência de terrenos florestados.

Povoamento actual: Disperso.

Espólio: Na área do cemitério e nas zonas envolventes da capela de S. Sebastião foi encontrada cerâmica de cobertura (tégula).

Segundo J. Vieira, cerca de 1886 o proprietário da capela mandou realizar "excavações", tendo-se descoberto "no adro e imediações grande número de sepulturas sendo algumas de uma só pedra, outras formadas de pequenas pedras e ainda outras de tijolos" (1886, 127). Numa das sepulturas terão aparecido ossadas.

Bibliografia: VIEIRA 1886, 127; OLIVEIRA 1976, 38; ALARCÃO 1988a, 1/24; OLIVEIRA 1993, 455; SILVA 1994.

ROM 52 - HABITAT (?) (Figs. 90 e 91)

Freguesia: Paredes de Coura.

Lugar: Vila.

Coordenadas planimétricas GAUSS: X = 164,5; Y = 549,4.

Altitude: 490 metros.

C.M.P.: 1/25.000, 15, 1949 e 1996.

C. Geológica: 1/50.000, 1-C, 1962.

Geologia: Mancha de rochas eruptivas, de granito calco-alcálico, porfiróide, de grão grosseiro. Próximo, a Este, existe um filão de microdiorito quartzífero.

Geomorfologia: Elevação com encostas de declive acentuado.

Rede hidrográfica abundante.

Mancha de solo de tipo C (aptidão agrícola condicionada).

Vegetação: Inexistente.

Povoamento actual: Concentrado (aglomerado urbano).

Espólio:

1 – Cerâmica (Fig. 90)

Fragmento de fundo, plano, de um recipiente de utilização doméstica (ROM 52/92 - 1), com um diâmetro de 10 cm (s.v. quadro referente à cerâmica proveniente de prospecção e desenho).



ROM52/1992 - 1
Recipiente de fundo plano
Esc.: 1/4

2 - Peso de Tear (Fig. 91)

Matéria-prima: xisto luzente.

Dimensões (segundo o eixo morfológico em centímetros):

Comprimento:

8,4;

Largura: 7,4;

Espessura:

2,8.



Paredes de Coura
Peso de tear, xisto luzente
Esc.: 1/2

Descrição: Peso de tear de formato sub-triangular, irregular e com um orifício bicónico central. Encontra-se em bom estado de conservação.

Depósito: Gabinete de Arqueologia e Património.

Observações: Espólio encontrado por São Reis aquando da abertura das fundações para construção do actual Centro de Saúde de Paredes de Coura.

O Instituto Português do Património Arquitectónico catalogou, com o número Nacional de Estação 868, "recintos amuralhados", da época romana, nesta freguesia de Paredes de Coura, designando-os por *Corium* ou *Coura*. Desconhece-se qualquer outra referência a este sítio arqueológico.

Bibliografia: Inédito.

ROM 53 – HABITAT (Fig. 92)

Freguesia: Porreiras.

Lugar: Cachada.

Coordenadas planimétricas GAUSS: X = 165,2; Y = 553,4.

Altitude: 500 metros.

C.M.P.: 1/25.000, 7, 1949 e 1997.

C. Geológica: 1/50.000, 1-C, 1962.

Geologia: Mancha de rochas eruptivas de granito calco-alcálico, porfiróide, de grau grosseiro.

Geomorfologia: Zona de vale com fraco declive.

Rede hidrográfica abundante. Próximo corre o rio das Porreiras.

Mancha de solo de tipo tipo A (aptidão agrícola).

Vegetação: Rasteira (tojo e urze), arbustiva (azevinho) e arbórea (carvalho e pinheiro).

Povoamento actual: Nulo.

Espólio: Grande quantidade de fragmentos de cerâmica de cobertura (tégula) e restos de estruturas.

Bibliografia: Inédito.

Fig. 92 – Foto aérea, Esc.: 1:5.000, I.G.C. Cobertura fotográfica de Maio de 1991.



ROM 28 – HABITAT

Freguesia: Porreiras.

Lugar: Cerdeirais/ Longos.

Coordenadas planimétricas GAUSS: X = 165,1; Y = 553,3.

Altitude: 500 metros.

C.M.P.: C.M.P.: 1/25.000, 7, 1949 e 1997.

C. Geológica: 1/50.000, 1-C, 1962.

Geologia: Mancha pertencente ao complexo xisto-migmatítico.

Geomorfologia: Zona de vale com fraco declive.

Rede hidrográfica abundante.

Mancha de solo de tipo A (aptidão agrícola).

Vegetação: Vale agricultado.

Povoamento actual: Nulo.

Espólio: Informações diversas referem o achamento de fragmentos de tégula, de tijolo e de pedras aparelhadas no Campo de Cerdeirais, em Longos e num caminho de acesso a Porreiras.

Observações: Informações do Inquérito toponímico-arqueológico.

Bibliografia: ALARCÃO 1988a, 1/14; OLIVEIRA 1993, 466; SILVA 1994.

ROM 29 – TÉGULA

Freguesia: Resende.

Lugar: Resende.

Coordenadas planimétricas GAUSS: X = 164,8; Y = 548,3.

Altitude: 480 metros.

C.M.P.: 1/25.000, 15, 1949 e 1996.

C. Geológica: 1/50.000, 1-C, 1962.

Geologia: Mancha de rochas eruptivas de granito calco-alcalino, porfiróide, de grão grosseiro.

Geomorfologia: Encosta com fraco declive.

Rede hidrográfica escassa.

Mancha de solo de tipo C (aptidão agrícola condicionada).

Vegetação: Espécies agrícolas.

Povoamento actual: Disperso.

Espólio: Em vários caminhos e nos cemitérios (antigo e moderno) encontraram-se fragmentos de cerâmica de cobertura (tégula).

Bibliografia: CUNHA 1909 [1979], 545; ALARCÃO 1988a, 1/35; OLIVEIRA 1993, 456; SILVA 1994.

ROM 30 - MILIÁRIO DE VALENTINIANO I (Fig. 93)

Localização na via: Desconhecida, visto a referência à milha se encontrar incompleta. Depreende-se, contudo, pela leitura da parte final da epígrafe, que o miliário esteve colocado entre Braga (milha XXVI) e a Cividade de Romarigães (milha XXX).

Local de achamento: Desconhecido, embora na freguesia de Romarigães.

Localização actual: Museu Pio XII, em Braga.

Matéria-prima: Granito de grão médio, com um filão de quartzo disposto diagonalmente (cerca de 2 cm de largura).

Dimensões (em centímetros):

Altura: 111; campo epigráfico: 71;

Altura das letras: **L1:** nº1: 9,5; nº2: 8,5; **L2:** nºs.1 e 2: 8; nº3: 9; nº4: 9,5; nº5: 10; nºs.6 e 7: 10,5; nº8: 10; **L3:** nº1: 8; nº2: 9; nº3: 10; nº4: 8; nº5: 9; nº6: 12; nº7: 10; nº8: 9; **L4:** nºs.1,2,3,4 e 5: (?); nºs. 6 e 7: 10; nº8: 9; nº9: 10; nº10: 8,5; nº11: 9; nº12: 10,5; **L5:** nº1: 12; nº2: 10; nº3: 9,5; nº4: 11; nº5: 8,5; nº6: 10; nº7 e 8: 9;

Altura: média das letras: 9,44; espaços interlineares: nº1: 2; nº2: 3; nº3: 3; nº4: 4; nºs.5 e 6: (?); média dos espaços interlineares: 3;

Largura do campo epigráfico: 64;

Diâmetro: 53 (topo); 56 (base);

Perímetro: O miliário está cortado ao meio, não se podendo, por consequência, definir com precisão o seu perímetro (um cálculo aproximado aponta para 171 cm).



Fig. 93 – Miliário de Valentiniano.

PIA

Dimensões: Comprimento (interno): 70; largura (interna): 27; espessura (da parede): 10.

Descrição: Coluna miliária em mau estado de conservação. A epígrafe está incompleta, tendo sido elaborada em capital actuária, mal definida, com inclinação predominante à direita, em gravação em V, num único campo disposto actualmente em seis linhas.

A inscrição, honorífica, é dedicada a Valentiniano I (imperador com os cognomes de *Vencedor* e *Triunfador*).

Foi reutilizada como pia de porcos, tendo sido escavada toda a parte interna, quebrada a base e aberto um orifício na zona da epígrafe.

Actualmente resta metade da coluna cilíndrica e, por consequência, parte da inscrição, que se encontra muito deteriorada.

DN	DN
VALENTIN	VALENTIN
VICTORI AC	VICTORI AC
TRIVMPHATORI ...	TRIVMPHATORI
SEMPER AV...	SEMPER AV
MILIA PAS XX ...	MILIA PAS XX
(SANTOS 1983, 22)	(Transcrição actual)

Transcrição: D(omino) N(ostro) / VALENTIN(iano) / VICTORI AC / TRIVMPHATORI [PERP(etuo)] / SEMPER AV[G](usto) / MILIA PAS(vm) XX [...]

Leitura: Ao nosso senhor. Valentiniano, Vencedor e Triunfador Perpétuo, Sempre Au(gusto). (De Braga Augusta) Vinte e... mil passos.

Cronologia: Entre 364 e 375 (séc. IV).

Observações: Está catalogado no Museu Pio XII (onde se encontra desde 1966) com o nº 572.

Bibliografia: ALMEIDA 1979; SANTOS 1979, 21-26; ARAÚJO 1982, 200-201; SANTOS 1983, 22; ALARCÃO 1988, 91 e 1988a, II, 1/40; SILVA 1994; SILVA e DÍAZ 1995/97, 59-109; RODRÍGUEZ COLMENERO *et alii* 2004, 291-292.

ROM 56 - MILIÁRIO ANEPÍGRAFO (CASA GRANDE DE ROMARIGÃES)

Localização na via: Desconhecido.

Localização actual: Quintal da Casa Grande de Romarigães.

Matéria-prima: Granito de grão médio.

Dimensões (em centímetros):

Altura: 125;

Diâmetro: 35/38.

Descrição: Coluna miliária em bom estado de conservação. Segundo R. Colmenero (RODRÍGUEZ COLMENERO *et alii* 2004), trata-se de um miliário anepígrafo. Contudo, a sua presença, estabelece a existência de uma milha fixa nas proximidades do lugar onde se encontra, que será a “XXVIII a Bracara, sem dúvida” (*idem*, 292).

Bibliografia: ARAÚJO 1982, 204-216; RODRÍGUEZ COLMENERO *et alii* 2004, 292.

ROM 57 - MILIÁRIO ANEPÍGRAFO (CASA GRANDE DE ROMARIGÃES)

Localização na via: Desconhecido.

Localização actual: Quintal da Casa Grande de Romarigães.

Matéria-prima: Granito de grão médio.

Dimensões (em centímetros):

Altura: 113;

Diâmetro: 37.

Descrição: Coluna miliária em bom estado de conservação. Segundo R. Colmenero (RODRÍGUEZ COLMENERO *et alii* 2004), trata-se de um miliário anepígrafo. Contudo, a sua presença, estabelece a existência de uma milha fixa nas proximidades do lugar onde se encontra, que será a “XXVIII a Bracara, sem dúvida” (*idem*, 292).

Bibliografia: ARAÚJO 1982, 204-216; RODRÍGUEZ COLMENERO *et alii* 2004, 292.



Acessos: Ao Km 13 da E.N. 201 (sentido S. Bento da Porta Aberta – Ponte de Lima) vira-se à direita, seguindo a indicação *Antas*. Os miliários encontram-se 2 Km depois.

Observações: Contador de Argote menciona um outro miliário encontrado num regato, próximo do lugar de Antas ("pelo lado da vila"), que teria sido enterrado nos alicerces de uma ponte aí construída por volta de 1728 (ARGOTE 1734, 638, nº1039).

1 2 Todos estes miliários estão classificados como Monumentos Nacionais, tendo sido um deles (não foi possível identificar qual) reconfirmado mais tarde com o nº 160520-NP.



ROM 31 - MILIÁRIO DE NERVA (Figs. 95 e 96)

Localização na via: Monte das Contenças (altitude entre 200 e 250), actual concelho de Valença.

Fig. 94 – Capela de S. Bartolomeu – miliário anepígrafo (1), miliário de Maximino e Máximo (2), de miliário de Juliano (3), miliário de Magnêncio (4) e miliário de Nerva (5).

Matéria-prima: Granito de grão grosso.

Dimensões (em centímetros):

Altura: 231 (com sapata), 190 (sem sapata); campo epigráfico: 110;

Altura das letras: **L1:** nº1: 11,2; nº2: 10,2; nº3: 10; nº4: 10,5; nº5: 10;

nº6: 10,3; nº7: 10; nº8: 12,8; nº9: 10,8; nº10: 11,5; nº11: 10,6; nº12:

10,7; nº13: 10,2; **L2:** nº1: 9,5; nº2: 8,8;

nº3: 8,5; nº4: 8; nº5: 8,5;

nº6: 8,5; nº7: 8; nº8: 7,5; nº9: 8; **L3:** nº1:

9; nº2: 9; nº3: 9,5; nº4: 10; nº5: 10; nº6:

10,5; nº7: 10; nº8: 10; nº9: 10,6; **L4:** nº1:

9; nº2: 9,2; nº3: 9,5; nº4: 10; nº5: 10; nº6:

9,8; nº7: 10; nº8: 9; **L5:** nº1: 10,5; nº2: 11;

nº3: 12; nº4: 11,5; nº5: 11,3; nº6: 12; nº7:

11,8; nº8: 10,8; nº9: 10,2; **L6:** nº1: 12;

nº2: 13; nº3: 13,4; nº4: 13; nº5: 13; nº6:

13; nº7: 13,2;

Altura: média das letras: 10,39; espaços

interlineares: nº1: 4,5; nº2: 3,8; nº3: 2,5;

nº4: 4; nº5: 7,8; média dos espaços interlineares: 4,52;

Largura do campo epigráfico: 120;

Diâmetro: 63;

Perímetro: 200.

Descrição: Coluna miliária em bom estado de conservação.

Fig. 95 – Miliário de Nerva

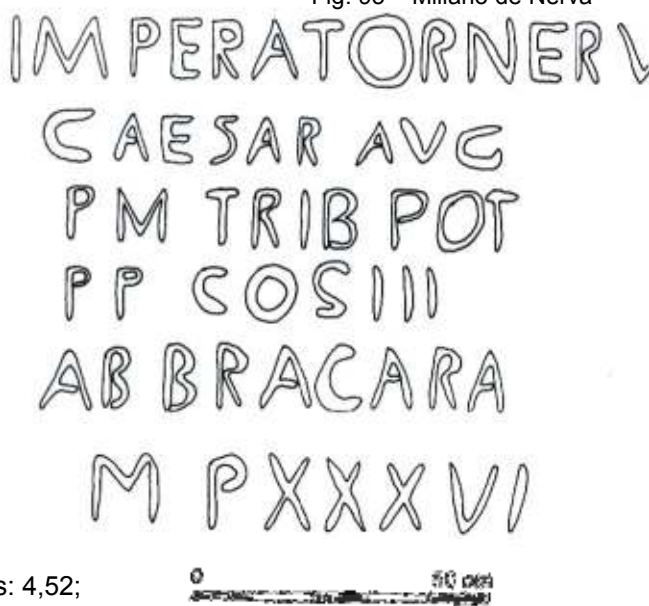


Fig. 96 – Epígrafe do miliário de Nerva.

Epígrafe completa, elaborada em letra capital actuária, bem definida, com inclinação predominante à direita e executada em gravação em V, num único campo epigráfico disposto em seis linhas. Ao contrário do que tem sido publicado (ALMEIDA 1979), não existem pontos distinguentes entre as palavras.

A inscrição, honorífica, é dedicada a Nerva.	IMPERATOR NERVA	IMPERATOR NERVA	IMPERATOR NERV
Apresenta a milha XXXVI.	CAESAR AVG	CAESAR AVG	CAESAR AVG
Foi realizado sob a influência do sistema imperial, como revela a inscrição em nominativo.	P · M TRIB POT	P · M TRIB · POT	P M TRIB POT
Possui uma sapata com 16 centímetros de altura,	P · P · COS III	P · P · COS III	P P COS III
	A BRACARA	A BRACARA	AB BRACARA
	M P · XXXVI	M P · XXXVI	M P XXXVI
	(CAPELLA 1895, 111)	(ALMEIDA 1979,147)	(Transcrição actual)

efectuada em 1973 aquando da realização de obras na capela.

Transcrição: **IMPERATOR NERVA / CAESAR AVG(vstvs) / P(ontifex) M(aximvs) TRIB(unicia) POT(estate) / P(ater) P(atriciae) CO(n)S(vl) III / AB BRACARA / M(ilia) P(asvm) XXXVI**

Leitura: *Ao Imperador Nerva, César Augusto, Pontífice Máximo, investido no poder Tribunício, Pai da Pátria, sendo Cônsul pela terceira vez. A Braga trinta e seis milhas.*

Cronologia: Ano 97 (séc. I d.C.).

Observações: Classificado como Monumento Nacional (Via romana de Braga a Tui - 14 miliários, série Capela), por Decreto de 16-6-1910 (DG 136 de 23 de Junho de 1910). Inventariado pela D. G. dos Edifícios e Monumentos Nacionais com o nº 160500.001. Nº Nacional de Estação: 868.

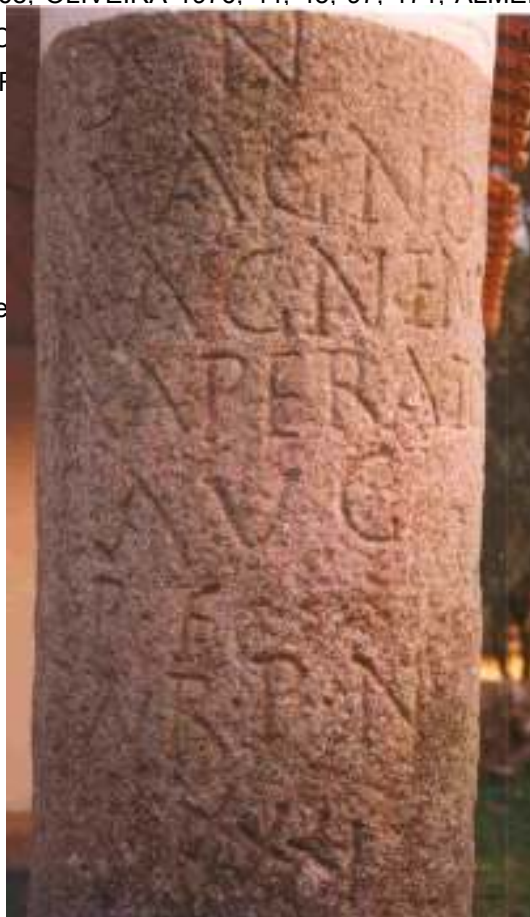
Bibliografia: CIL II, 6226; ALMEIDA 1866, 26; LEAL 1878, 258; VIEIRA 1886, 122-123; CAPELLA 1895, 111; DIAS 1903, 265-266; CUNHA 1909 [1979], 97-108; VIANA 1926, 43; CORREIA 1957, 23 e 35; ARAÚJO 1962, 10 e 1982, 204-216; ALMEIDA 1968; OLIVEIRA 1976, 44, 45, 97, 171; ALMEIDA 1979, 122-123, 146-147; SANTOS 1979, 30-38; ALARCO 1983, 459; SILVA 1994; SILVA e DÍAZ 1995/97, 59-109; RODRIGUES 1999, 100

ROM 32 - MILIÁRIO DE MAGNÊNCIO

Localização na via: Lugar de Pereiros (altitude de 249 metros do local onde se situa actualmente.

Localização: pela de do

Localização:
 D · N
 MAGNO
 MAGNENTIO
 IMPERATORI
 A VC
 P · F
 B · N · R · P · N
 XXXVI



Figs. 97 e 98 – Epígrafe e miliário de Magnêncio.

Matéria-prima: Granito de grão médio.

Dimensões (em centímetros):

Altura: 247 (com sapata), 2,28 (sem sapata); campo epigráfico: 118;

Altura das letras: **L1:** nº1: 12,5; nº2: 12; **L2:** nº1: 12; nº2: 13; nº3: 12,5; nº4: 12,5; nº5: 11,5; **L3:** nº1: 14; nº2: 14; nº3: 13,5; nº4: 13,75; nº5: 15; nº6: 16,5; nº7: 15; nº8: 15; nº9: 16,5; **L4:** nº1: 13,5; nº2: 15; nº3: 14,5; nº4: 15,5; nº5: 15; nº6: 13,5; nº7: 14; nº8: 14; nº9: 14,75; nº10: 14,5; **L5:** nº1: 16; nº2: 14,5; nº3: 14; **L6:** nº1: 15; nº2: 14; **L7:** nº1: 19,5; nº2: 16,5; nº3: 17,5; nº4: 19,5; nº5: 21,5; **L8:** nº1: 11; nº2: 12; nº3: 12,5; nº4: 12,5;

Altura: média das letras: 14,28; espaços interlineares: nº1: 5; nº2: 3,8; nº3: 1,8; nº4: 4,2; nº5: 5; nº6: 8; nº7: 8; média dos espaços interlineares: 5,11;

Largura do campo epigráfico: 109;

Diâmetro: 53;

Perímetro: 197 (meio), 212 (topo), 193 (base).

Descrição: Coluna miliária em bom estado de conservação.

Inscrição completa, muito profunda (cerca de 1 cm), com pontos distintivos entre as palavras, num único campo epigráfico disposto em oito linhas.

Epígrafe muito bem elaborada em letra capital actuária, com inclinação predominante à direita e gravação em V.

Espaços interlineares um pouco mais irregulares, aumentando nas duas últimas linhas por uma questão estética, face ao espaço vazio existente.

A inscrição, honorífica, é dedicada a Magnêncio (a inscrição apresenta-se em dativo, embora o dedicante seja anónimo).

Segundo a leitura efectuada por vários autores (incluindo a por nós recentemente realizada), apresenta a milha XXXI. Luciano dos Santos (1979), contudo, leu milha XXX. A fórmula B.N.R.P.N. utilizada nesta epígrafe é rara, sendo interpretada, por alguns especialistas, como “nascido para o bem da República”.

Possui uma sapata com 16 centímetros de altura, efectuada em 1973 aquando da realização de obras na capela.

D · N

MAGNO

MAGNENTIO

IMPERATORI

AVG

P · F

B · N · R · P · N ·

XXXI

(CAPELLA 1895, 235)

D · N ·

MAGNO

MAGNENTIO

IMPERATORI

AVG

P · F

B · N · R · P · N ·

XXXI

(CUNHA 1909 [1979], 106)

D · N

MAGNO

MAGNENTIO

IMPERATORI

AVG

P · F

B · N · R · P · N ·

XXX

(SANTOS 1979, 34)

D · N

MAGNO

MAGNENTIO

IMPERATORI

AVG

P · F

B · N · R · P · N ·

XXXI

(Transcrição actual)

Transcrição: D(omino) · N(ostro) / MAGNO / MAGNENTIO / IMPERATORI / AVG(vsto) / P(ii) · F(elice) / B(ono) · N(ostrae) · R(ei) · P(ublicae) · N(ato) · XXXI

Leitura: Ao nosso Senhor o Grande Imperador Magnêncio, Augusto, Pio Feliz, Nascido para o bem da nossa República. Trinta e uma (milhas a Braga).

Cronologia: Entre 350 e 353 (séc. IV d.C.).

Observações: Classificado como Monumento Nacional (Via romana de Braga a Tui - 14 miliários, série Capela), por Decreto de 16-6-1910 (DG 136 de 23 de Junho de 1910). Inventariado pela D. G. dos Edifícios e Monumentos Nacionais com o nº 160500.001. Nº Nacional de Estação: 868.

Bibliografia: CIL II, 6225; ARGOTE 1734, 619, nº1011; ALMEIDA 1866, 26; LEAL 1878, 258; SARMENTO 1882, 143; VIEIRA 1886, 122-123; CAPELLA 1895, 235; DIAS 1903, 265-266; CUNHA 1909 [1979], 97-108; FEIO, 1926, 9; VIANA 1926, 43; CORREIA 1957, 23 e 35; ARAÚJO 1962, 10 e 1982, 204-216; ALMEIDA 1968; OLIVEIRA 1976, 44, 45, 97, 171; ALMEIDA 1979, 122-123, 146-147; SANTOS 1979, 30-38; ALARCÃO 1988, 91 e 1988a, II, 1/28; JOSÉ VIVES, nº 1805, 216; OLIVEIRA 1993, 459; SILVA 1994; SILVA e DÍAZ 1995/97, 59-109, RODRÍGUEZ COLMENERO *et alii* 2004, 299.

ROM 33 - MILIÁRIO DE JULIANO

	D N	DN	D N
Localização na via: P · CLAVDIO	FL CLAVDIO
Lugar do Crasto (altitude	IVLIANO	IVLIANO
de 160 metros), freguesia	VICTORI AC	VICTORIAC
de Rubiães, próximo da	TRIV(M)PHATORI	TRIVMPHATORI
ponte romano-medieval,	(PE)RPETVO	PERPETVO
a cerca de 1300 metros	SE(MP ·) AVG ·	SEMP AVG
do local onde se encontra		XXXII	XXXIII
actualmente.			(RODRÍGUEZ COLMENERO <i>et alii</i> 2004, 293.)
Localização actual: Adro	(CUNHA 1909 [1979], 108)	(SANTOS 1979, 35)	
da capela de S.			
Bartolomeu de Antas.			

Matéria-prima: Granito de grão grosso.

Dimensões (em centímetros):

Altura: 175; campo epigráfico: 70 (?);

Altura média das letras: 10 (?);

Diâmetro: 65;

Perímetro: 192.

Descrição: Coluna miliária em mau estado de conservação. Por esse motivo não foi possível efectuar o seu desenho, nem medir, com alguma exactidão, as letras que compõem o campo epigráfico.

Inscrição incompleta e muito erodida, hoje em dia praticamente ilegível. Pelo facto, transcreve-se uma leitura de 1946 (SANTOS 1979, 35) e a revelada pelo bicromático de 2004 (RODRÍGUEZ COLMENERO *et alii* 2004).

Elaborada em caracteres actuários (actualmente muito ténues), em gravação em V, num único campo epigráfico disposto em oito linhas.

Inscrição honorífica, dedicada ao imperador Juliano, o *Apóstata*.

Transcrição: D(omino) N(ostro) / [IM]P(eratori) · CLAVDIO / IVLIANO / VICTORI AC / TRIV[M]PHATORI / [PE]RPETVO / SE[MP(er) ·] AVG(vsto) · / XXXII

Leitura: *Ao nosso Senhor, o Imperador Cláudio Juliano, Vencedor e Triunfador Perpétuo, Sempre Augusto. Trinta e duas (milhas a Braga).*

Cronologia: Entre 360 e 363 (séc. IV d.C.).

Observações: Classificado como Monumento Nacional (Via romana de Braga a Tui - 14 miliários, série Capela), por Decreto de 16-6-1910 (DG 136 de 23 de Junho de 1910). Inventariado pela D. G. dos Edifícios e Monumentos Nacionais com o nº 160500.001.

Bibliografia: ALMEIDA 1866, 26; LEAL 1878, 258; VIEIRA 1886, 122-123; DIAS 1903, 265-266; CUNHA 1909 [1979], 97-108; VIANA 1926, 43; CORREIA 1957, 23 e 35; OLIVEIRA 1976, 44, 45, 97, 171; ALMEIDA 1979, 122-123, 146-147; SANTOS 1979, 30-38; ARAÚJO 1982, 204-216; ALARCÃO 1988, 91 e 1988a, II, 1/28; OLIVEIRA 1993, 459; SILVA 1994; SILVA e DÍAZ 1995/97, 59-109, RODRÍGUEZ COLMENERO *et alii* 2004, 303-304.

ROM 34 - MILIÁRIO DE MAXIMINO E MÁXIMO

Localização na via: Desconhecida, visto faltar-lhe a indicação da milha.

Localização actual: Adro da capela de S. Bartolomeu de Antas.

Matéria-prima: Granito de grão grosso.

Dimensões (em centímetros):

Altura: 153; campo epigráfico existente: 102;

Altura das letras:

L1: nº1: 10,5; nº2: 9; nº3: 9; Ponto distinguente: 2; nº4: 8,5; nº5: 9,8; nº6: 10,5; nº7: 11,5; Ponto distinguente: 2; nº8: 10,5; Ponto distinguente: 1,5; nº9: 10; nº10: 10,5; nº11: 10,5; Ponto distinguente: 1,5; nº12: 10,5; nº13: 11; nº14: 11; Ponto distinguente: 2; nº15: 12; nº16: 11; nº17: 11; nº18: 10; nº19: 10,5;

L2: nº1: 10,2; Ponto distinguente: 2; nº2: 10,5; nº3: 10,8; nº4: 11; nº5: 10; nº6: 10,5; nº7: 11,5; nº8: 11; nº9: 11; nº10: 11; nº11: 10,2; nº12: 11; Ponto distinguente: 3; nº13: 10,5; nº14: 11,5; nº15: 10;

L3: nº1: 11; nº2: 10,4; nº3: 11,5; Ponto distinguente: 2; nº4: 11,5; nº5: 11; nº6: 12; nº7: 11; Ponto



IMP·CAES·G·IVL·VER·MAXIM
P·F AVCCERM·MAX·DAC
MAX·SARM·MAX·
MAX·TRIB·POT·V·IMP·VII
PAT·PAT·CONS·PROCONS ET
C·IVL·VER·MAX·NOB·CAES
GERM·MAX·DAC·MAX

distinguente: 1,8; nº8: 10,2; nº9: 10; nº10: 12,3; Ponto distinguente: 3,2;

L4: nº1: 10,5; nº2: 11,4; nº3: 10,3; Ponto distinguente: 2,8; nº4: 10,2; nº5: 10,4; nº6: 9; nº7: 10,5; Ponto distinguente: 2,3; nº8: 10,4; nº9: 9,4; nº10: 11,6; Ponto distinguente: 2,8; nº11: 11,2; Ponto distinguente: 1,8; nº12: 9,5; nº13: 9; nº14: 9,5; Ponto distinguente: 2; nº15: 11; nº16: 9,9; nº17: 9;

L5: nº1: 9; nº2: 9; nº3: 10; Ponto distinguente: 2; nº4: 10,2; nº5: 10,3; nº6:



11,1; Ponto distinguente: 2; nº7: 8; nº8: 7,5; Figs. 99 e 100 – Epígrafe e miliário de Maximino e Máximo.

nº9: 8,1; nº10: 10,5; Ponto distinguente: 2,5; nº11: 11; nº12: 11,5; nº13: 10; nº14: 10; nº15: 10,1; nº16: 12; nº17: 11; nº18: 12; nº19: 12,3;

L6: nº1: 9,5; nº2: 9,8; nº3: 11,9; nº4: 11,5; Ponto distinguente: 3,4; nº5: 10,5; nº6: 11; nº7: 12,9; Ponto distinguente: 3; nº8: 12; nº9: 10; nº10: 9,9; Ponto distinguente: 3,5; nº11: 10; nº12: 10,2; nº13: 11; nº14: 9,5; nº15: 9,5; nº16: 11,5; nº17: 12;

L7: nº1: 9,5; nº2: 9,8; nº3: 11,8; nº4: 11,4; Ponto distinguente: 3,2; nº5: 10,1; nº6: 11; nº7: 12,5; Ponto distinguente: 3; nº8: 12; nº9: 10; nº10: 9,7; Ponto distinguente: 3,5; nº11: 10,1; nº12: 10,2; nº13: 11; **L8:** (?); **L9:** (?).

Altura: média das letras: 10,56; espaços interlineares: nº1: 3,5; nº2: 3; nº3: 4; nº4: 3,5; nº5: 2,5; nº6: 3,8; média dos espaços interlineares: 3,38;

Largura do campo epigráfico: 174;

Diâmetro: 74;

Perímetro: 235.

Descrição: Coluna miliária em razoável estado de conservação uma vez que lhe falta a parte inferior e, por consequência, parte da inscrição. Desconhece-se a milha.

Inscrição elaborada em capital actuária, em gravação em V, muito profunda (cerca de 1 cm - provavelmente foi reavivada modernamente) e pontos distinguentes entre as palavras, num único campo epigráfico disposto em sete linhas. Em tempos observavam-se nove linhas.

A inscrição, honorífica, é dedicada a Maximino e seu filho Máximo.

IMP · CAES · G · IVL · VER · MAXIM

P · F · AVG · GERM · MAX · DAC

MAX · SARM · MAX · PONT

MAX · TRIB · POT · V · IMP · VII

PAT · PAT · CONS · PROCONS · ET

C · IVL · VER · MAX · NOB · CAES

GERM · MAX · DAC · MAX

SARM · MAX · PRINCEPS

sic **IVENT · F · D · N ...**

IMP · CAES · G · IVL · VER · MAXIM

P · F · AVG · GERM · MAX · DAC

MAX · SARM · MAX · PONT

MAX · TRIB · POT · V · IMP · VII

PAT · PAT · CONS · PROCONS · ET

C · IVL · VER · MAX · NOB · CAES

GERM · MAX · DAC · MAX

SARM · MAX · PRINCEPS

IVENT · F · D · N ...

(CAPELLA 1895, 172)

(ALMEIDA 1979, 147)

Transcrição: IMP(eratorī) · CAES(ar) · G(ermano) ·
IVL(io) · VER(o) · MAXIM(o) / P(ivs) · F(elix) AVG(vsto) IMP · CAES · G · IVL · VER · MAXIM
GERM(anico) MAX(imo) · DAC(io) / MAX(imo) · P · F AVG GERM MAX · DAC
SARM(ento) · MAX (imo) / [PONT(ífex)] / MAX(imus) · MAX · SARM · MAX ·
TRIB(unicia) · POT(estate) · V · IMP(eratorī) · VII / MAX · TRIB · POT · V · IMP · VII
PAT(er) · PAT(riae) · CONS(vl) · PROCONS(vl) ET / PAT · PAT · CONS · PROCONS ET
C(lavdio) · IVL(io) · VER(o) · MAX(imo) · NOB(re) · C · IVL · VER · MAX · NOB · CAES
CAES(ar) / GERM(anico) · MAX(imo) · DAC(io) · GERM · MAX · DAC · MAX
MAX(imo) / [SARM(ento) · MAX(imo) · PRINCEPS /
IVENT · F(ílio) · D(omino) · N(ostro) · ...]
(Transcrição actual)

Leitura: *Ao Imperador César Germano Júlio Vero Maximino, Pio Feliz, Augusto, Germano Máximo, Dácio Máximo, Sarmento Máximo, Pontífice Máximo, investido no Poder Tribunício pela quinta vez, sétimo Imperador, Pai da Pátria, Cõnul, Procõsul e a Cláudio Júlio Vero Maximino, Nobre César, Germano Máximo, Dácio Máximo, Sarmento Máximo, Filho do Príncipe Imperial, Nosso Senhor ...*

Cronologia: Entre 235 e 238 (séc. III d. C.).

Observações: Classificado como Monumento Nacional (Via romana de Braga a Tui - 14 miliários, série Capela), por Decreto de 16-6-1910 (DG 136 de 23 de Junho de 1910). Inventariado pela D. G. dos Edifícios e Monumentos Nacionais com o nº 160500.001. Nº Nacional de Estação: 868.

Bibliografia: ARGOTE 1734, 619, nº1011; CIL II, 6228; ALMEIDA 1866, 26; LEAL 1878, 258; VIEIRA 1886, 122-123; CAPELLA 1895, 172; DIAS 1903, 265-266; CUNHA 1909 [1979], 97-108; VIANA 1926, 43; CORREIA 1957, 23 e 35; ALMEIDA 1968; OLIVEIRA 1976, 44, 45, 97, 171; ALMEIDA 1979, 122-123, 146-147; SANTOS 1979, 30-38; ARAÚJO 1982, 204-216; ALARCÃO 1988, 91 e 1988a, II, 1/28; OLIVEIRA 1993, 459; SILVA 1994; SILVA e DÍAZ 1995/97, 59-109; RODRÍGUEZ COLMENERO *et alii* 2004, 300-301.

ROM 35 - MILIÁRIO DE MAXIMINO DAIA (Maximino II)

Localização na via: Desconhecida, visto faltar-lhe a indicação da milha. Contudo o recente trabalho de R. Colmenero (RODRÍGUEZ COLMENERO *et alii* 2004) atribui-lhe a milha 31 ou 32.

Localização actual: Adro da capela de S. Bartolomeu de Antas.

Matéria-prima: Granito de grão grosso.

Dimensões (em centímetros):

Altura: 165; campo epigráfico: (?);

Altura das letras: L1: nº1: 5,5; nº2: 10;

Altura: média das letras (existentes): 7,5 (?); média dos espaços interlineares: (?);

Largura do campo epigráfico: (?);

Diâmetro: 40;

Perímetro: 151.

Descrição: Coluna miliária em mau estado de conservação. Encontra-se praticamente ilegível, apenas se conseguindo definir algumas letras. Não há muitos anos, Luciano dos Santos (1979, 32) conseguiu efectuar a sua leitura – a qual aqui se apresenta.

Transcrição: D(*omino*) N(*ostro*) / GALERIO / VALERIO / MAXSIMINO (sic) /
IMPERATORI

DN
GALERIO
VALERIO
MAX SIMINO
IMPERATORI

Leitura: *Ao Nosso Senhor, o Imperador Galério Valério Maximino ...*

Cronologia: Entre 305 e 313 (séc. IV d.C.).

Observações: Classificado como Monumento Nacional (Via romana de Braga a Tui - 14 miliários, série Capela), por Decreto de 16-6-1910 (DG 136 de 23 de Junho de 1910). Inventariado pela D. G. dos Edifícios e Monumentos Nacionais com o nº 160500.001. Nº Nacional de Estação: 868.

(SANTOS 1979, 32)

Bibliografia: ALMEIDA 1866, 26; LEAL 1878, 258; VIEIRA 1886, 122-123; DIAS 1903, 265-266; CUNHA 1909 [1979], 97-108; VIANA 1926, 43; CORREIA 1957, 23 e 35; ALMEIDA 1968; OLIVEIRA 1976, 44, 45, 97, 171; ALMEIDA 1979, 122-123, 146-147; SANTOS 1979, 30-34; ARAÚJO 1982, 204-216; ALARCÃO 1988, 91 e 1988a, II, 1/28; OLIVEIRA 1993, 459; SILVA 1994; SILVA e DÍAZ 1995/97, 59-109; RODRÍGUEZ COLMENERO *et alii* 2004, 302-303.

ROM 36 - MILIÁRIO ANEPÍGRAFO

Localização na via: Desconhecido, visto faltar-lhe a indicação da milha.

Localização actual: Adro da capela de S. Bartolomeu de Antas.

Matéria-prima: Granito de grão grosso.

Dimensões (em centímetros):

Altura: 95;

Diâmetro: 55/59;

Perímetro: 184.

Descrição: Coluna miliária em mau estado de conservação, muito deteriorada. Actualmente está ilegível. Segundo alguns autores, trata-se de um miliário anepígrafo.

Observações: Classificado como Monumento Nacional (Via romana de Braga a Tui - 14 miliários, série Capela), por Decreto de 16-6-1910 (DG 136 de 23 de Junho de 1910). Inventariado pela D. G. dos Edifícios e Monumentos Nacionais com o nº 160500.001. Nº Nacional de Estação: 868.

Bibliografia: ALMEIDA 1866, 26; LEAL 1878, 258; VIEIRA 1886, 122-123; CAPELLA 1895, 235; DIAS 1903, 265-266; CUNHA 1909 [1979], 97-108; VIANA 1926, 43; CORREIA 1957, 23 e 35; ALMEIDA 1968; OLIVEIRA 1976, 171; ALMEIDA 1979, 122-123, 146-147; SANTOS 1979, 30-38; ARAÚJO 1982, 204-216; ALARCÃO 1988a, 1/28; SILVA 1994; SILVA e DÍAZ 1995/97, 59-109; RODRÍGUEZ COLMENERO *et alii* 2004, 301.

ROM 37 - FORNO E TÉGULA

Freguesia: Rubiães.

Lugar: Bouça do Lima/ Monte das Balas.

Coordenadas planimétricas GAUSS: X = 156,8; Y = 548,0.

Altitude: 150 metros.

C.M.P.: 1/25.000, 15, 1949 e 1996.

C. Geológica: 1/50.000, 1-C, 1962.

Geologia: Mancha de rochas eruptivas, de granito alcalino de grão médio.

Geomorfologia: Monte com encosta de fraco declive.

Rede hidrográfica abundante.

Mancha de solo de tipo A (aptidão agrícola).

Vegetação: Vegetação arbórea.

Povoamento actual: Nulo.

Espólio: Fragmentos de cerâmica de cobertura (tégula) e fornos de telha.

Bibliografia: ALARCÃO 1988a, 1/29; OLIVEIRA 1993, 459; SILVA 1994.

ROM 38 - NECRÓPOLE

ROM 39 - MILIÁRIO DE CARACALA

Freguesia: Rubiães.

Lugar: Costa (adro da Igreja Românica de Rubiães).

Coordenadas planimétricas GAUSS: X = 159,2; Y = 547,8.

Altitude: 210 metros.

C.M.P.: 1/25.000, 15, 1949 e 1996.

C. Geológica: 1/50.000, 1-C, 1962.

Geologia: Mancha de rochas eruptivas, de granito alcalino de grão médio. Nas proximidades, a Oeste, existe uma mancha de granito de grão grosseiro e a Este e Sul-Sudoeste ocorrem manchas do complexo xisto-migmatítico.

Geomorfologia: Zona de encosta de fraco declive.

Rede hidrográfica abundante.

Mancha de solo de tipo A (aptidão agrícola).

Vegetação: Espécies florestais.

Povoamento actual: Nulo.

Acessos: À face esquerda da Estrada Nacional 201, Km 13, no sentido S. Bento da Porta Aberta - Ponte de Lima. Local devidamente sinalizado.

Observações: Este local, além de ter sido ponto de passagem da via romana e, mais tarde, da via medieval de peregrinação a Santiago de Compostela, forneceu, ao longo dos séculos, diversos achados e elementos arqueológicos de variada cronologia. A saber:

- um miliário (ROM 39), com a respectiva epígrafe, reutilizado na Idade Média para a elaboração de uma sepultura antropomórfica (I. MED 1 – ver estações medievais) na sua face posterior (está colocado em frente da Igreja Românica, do lado esquerdo do adro);
- uma ara (ROM 38) (actualmente no Museu Nacional de Arqueologia);
- uma necrópole (I. MED (?) 2) (no adro da Igreja – ver estações medievais);

- referências ao aparecimento de um "esconderijo" de "facas de pedra talhada, em número de dezasseis" (PEREIRA 1924, 279).

ROM 38 - ARA FUNERÁRIA (Fig. 101)

De acordo com Narcizo A. Cunha, esta ara – “uma pedra em forma de coluna quadrangular, rente ao solo” (1909 [1979], 555) – foi por si encontrada na Igreja Românica de Rubiães a servir “de pilastra (!) num lance de escadas para a torre” (1909 [1979], 138). Lida a inscrição por Leite de Vasconcelos, em Setembro de 1905, foi depois “enviada pela Junta da Paróquia por intermédio do Dr. Narcizo” – tal como consta na ficha da peça – para o Museu Nacional de Arqueologia.

Matéria-prima: Granito de grão fino.

Nº de linhas: 8;

Nº de campos: 1.

Descrição: Ara funerária, de elaboração esmerada, trabalhada nas suas quatro faces.

Possui capitel moldurado, com um *foculus* actualmente desfigurado devido à posterior implantação de outro orifício, eventualmente para o encaixe de uma cruz.

A base apresenta formato quadrangular, com molduração constituída por filete reverso, toro e soco.

A epígrafe, disposta em oito linhas, está cortada lateralmente e foi elaborada com gravação em "V", em caracteres actuários, bem definidos, separados, entre as linhas cinco e oito, por pontos distintivos, de formato circular, posicionados a meio das letras.

A paginação está bem conseguida, tendo o *ordinator* disposto os caracteres, os espaços entre os caracteres e os espaços interlineares de forma regular e cuidada, aproveitando bem o espaço do fuste, elementos que reflectem a experiência do lapicida.

Apresenta uma epígrafe muito cuidada, que reflecte a preocupação que o lapicida teve em ocupar o espaço total de cada linha e em separar em duas áreas as ideias principais do texto: o nome do morto e o nome do seu filho (o dedicante).

Actualmente, devido aos cortes laterais do fuste, não é possível ler a epígrafe na íntegra.

Transcrição: D(iis) M(anibus) / CORVN[is] / MEDAM[i] F(ilius) / CANTIENS [is] / H(ic) S(itus) CAM[a] / VS CORV[n] / [i] S F(ilius) / PIVS PA[tr] / [i] SVO F(aciendum) C(uravit).

Leitura: Consagrada aos Deuses Manes. Aqui jaz Coruno, filho de Medamo, cantiense (?). Camalo, filho piedoso de Coruno, mandou fazer [este monumento à memória de] seu pai.

Cronologia: Século I ou II d. C., possivelmente.

Depósito: Museu Nacional de Arqueologia (nº inv. 5208 -266EPI).

Observações: Em 1994, na sequência de um trabalho efectuado no Museu Nacional de Arqueologia, publicámos um estudo (SILVA 1994) sobre esta ara funerária de Rubiães (com o código de entrada 5208), baseado somente na transcrição da epígrafe efectuada por outros autores (uma vez que o contacto directo com a peça não foi possível pelo facto de se encontrar no museu em parte incerta), e



sobre uma outra ara (com o código de entrada 5298), alegadamente de Paredes de Coura, segundo informação do corpo técnico do museu, mas, ao que mais tarde pudemos constatar através de um artigo de Manuela Alves Dias na revista "O Arqueólogo Português" (8/10, série IV, 1990/1992, 299-307), originária de Cortes Pereira, freguesia de S. Martinho, do concelho de Alcoutim.

O lapso, que se lamenta, certamente provocado pela semelhança dos respectivos códigos de entrada, aqui fica, desta forma, desfeito.

Bibliografia: MACHADO 1920, 270; CUNHA 1909 [1979], 138 e 555-556; OLIVEIRA 1976, 170; ALARCÃO 1988a, 1/37(2); G. E. P. B., s/d, v. XXVI, 338/9.

ROM 39 - MILIÁRIO DE CARACALA (Figs. 102 e 103)

Localização na via: Desconhecida, visto faltar-lhe a indicação da milha.

Local de achamento: Adro da Igreja Românica de Rubiães (foi encontrado aquando da realização de obras de desaterro, por volta de 1894, a servir de sepultura, juntamente com outros sepulcros do século XIII).

M P C A E S · D I V I S E
D I V I M A R C I A N T
D I V I A N T O N I N I
D I V I H A D R I A N I
D I V I T R A I A I I
D I V I N E R V A · A D
M · A V R E L I O A O
P A R T · M A
B R I T · M A
G E R M A N
P O N T I F I C
T R I B · P O T
C O S I I I I P
A B R A C A

0 50 cm



Figs. 102 e 103 – Epígrafe e miliário de Caracala.

Localização actual: Adro da Igreja Românica de Rubiães.

Matéria-prima: Granito de grão fino.

Dimensões (em centímetros):

Altura: 160; campo epigráfico existente: 135;

Altura das letras: **L1:** nº1: 8; nº2: 7,5; nº3: 7,5; nº4: 7; nº5: 8; nº6: 7; nº7: 7,25; Ponto distinguente: 1; nº8: 8; nº9: 8,15; nº10: 8,25; nº11: 7,5; Ponto distinguente: 1; nº12: 8; nº13: 7,8; **L2:** nº1: 7; nº2: 7,8; nº3: 8; nº4: 8; nº5: 8,2; nº6: 7,5; nº7: 7,8; nº8: 8,3; nº9: 8,5; nº10: 8,5; nº11: 7; nº12: 8; **L3:** nº1: 8; nº2: 7,8; nº3: 7,5; nº4: 7,5; nº5: 7,4; nº6: 7,8; nº7: 8; nº8: 9; nº9: 8; nº10: 8,4; nº11: 8,3; nº12: 8,5; **L4:** nº1: 8,3; nº2: 8; nº3: 8,5; nº4: 8,5; nº5: 8,5; nº6: 8,5; nº7: 8,6; nº8: 8; nº9: 8,4; nº10: 8,5; nº11: 8,5; nº12: 8,5; **L5:** nº1: 7,8; nº2: 8; nº3: 8; nº4: 7,8; nº5: 7,6; nº6: 7,6; nº7: 7,6; nº8: 8; nº9: 7,9; nº10: 7,5; nº11: 7,5; **L6:** nº1: 7,4; nº2: 7; nº3: 7,4; nº4: 7,1; nº5: 7; nº6: 6,5; nº7: 6,5; nº8: 6,5; nº9: 6,6; Ponto distinguente: 1; nº10: 6,5; nº11: 6,6; **L7:** nº1: 6,5; Ponto distinguente: 0,5; nº2: 7,2; nº3: 6,5; nº4: 7; nº5: 7; nº6: 7,3; nº7: 7,2; nº8: 7,8; nº9: 7,4; nº10: 7; **L8:** nº1: 7; nº2: 7,1; nº3: 7,5; nº4: 7,5; Ponto distinguente: 0,5; nº5: 7,5; nº6: 7,5; **L9:** nº1: 7,5; nº2: 7,5; nº3: 7,5; nº4: 7,5; Ponto distinguente: 0,8; nº5: 7,5; nº6: 7,5; **L10:** nº1: 7,4; nº2: 7,6; nº3: 7,6; nº4: 8; nº5: 7,6; nº6: 8; **L11:** nº1: 7,5; nº2: 7,6; nº3: 7,3; nº4: 7,4; nº5: 7,4; nº6: 7,6; nº7: 7,5; nº8: 7,5; **L12:** nº1: 7; nº2: 7; nº3: 7; nº4: 7; Ponto distinguente: 1; nº5: 7; nº6: 7; nº7: 7,3; **L13:** nº1: 7,4; nº2: 7,3; nº3: 7,5; nº4: 7,5; nº5: 7,4; nº6: 7,4; nº7: 7; nº8: 7,5; **L14:** nº1: 6,5; nº2: 7; nº3: 7; nº4: 6,5; nº5: 7; nº6: 7,2;

Altura: média das letras: 7,49; espaços interlineares: nº1: 4; nº2: 2,5; nº3: 2; nº4: 2,8; nº5: 2,8; nº6: 2,2; nº7: 3,8; nº8: 3; nº9: 3,5; nº10: 2,8; nº11: 3; nº12: 3; nº13: 4,5; média dos espaços interlineares: 3,06;

Largura do campo epigráfico: 97;

Diâmetro: 68;

Perímetro: 209.

Descrição: Coluna miliária em bom estado de conservação. Foi reaproveitada para sepultura antropomórfica na época medieval, sem, contudo, lhe ter sido danificado o campo epigráfico.

Inscrição incompleta, não se conseguindo ler a milha pelo facto de, muito provavelmente, se encontrar enterrada.

Epígrafe elaborada em caracteres actuários, em gravação em V, com pontos distinguentes entre algumas palavras, num único campo epigráfico disposto em catorze linhas visíveis.

A inscrição, honorífica, é dedicada a Caracala, apesar de alguns autores afirmarem ser dedicada a Marco Aurélio.

IMP CAES · DIVI · SE	IMP CAES · DIVI · SE	IMP · CAES · DIVI · SEVERI · PII · FIL
DIVIMARCI ANT	DIV MARCI ANT	DIV · MARCI · ANTONINI · PII NEP
DIVIAANTONINI	DIV ANTONINI	DIV · ANTONINI · PII PRONEP
DIVIHADRIANI ABNEP	DIV HADRIANI ABNEP	DIV HADRIANI ABNEP
DIVITRAIANI	DIV TRAIANI	DIV TRAIANI · PAR · ET
DIVINERVAE AD	DIV NERVAE AD	DIV · NERVAE · ADNEP ·
M · AVRELIO A O	M · AVRELIO A O	M · AVRELIO · ANTONINO PIO FEL · AVG ·
PART · MAX	PART · MAX	PART · MAX ·
BRIT · MAX	BRIT · MAX	BRIT · MAX ·
GERMANIC ·	GERMANIC ·	GERM · MAX ·
PONTIFIC · M	PONTIFIC · M	PONTIFIC · MAX ·
TRIB · POT	TRIB · POT	TRIBVNI · POT · IMP · III
COS IIII · P P	COS IIII · P P	COS · IIII · P · P · PROCONS ·
A BRACA ...	A BRACARA	A BRACARA AVG · M ·
...	...	?

(CAPELLA 1895, 143)

(CUNHA 1909 [1979], 103)

(M. J. da Cunha Brandão citado por
CUNHA 1909 [1979], 104)

IMP CAES · DIVI · SE	IMP CAES · DIVI · SE
DIVI MARCI ANT	DIVI MARCI ANT
DIVI ANTONINI	DIVI ANTONINI
DIVI HADRIANI ABNEP	DIVI HADRIANI
DIVI TRAIANI	DIVI TRAI A II
DIVI NERVAE AD	DIVI NERVAE · AD
M · AVRELIO A ... O	M · AVRELIO A O
PART · MAX	PART · MA
BRIT · MAX	BRIT · MA
GERMANIC	GERMAN
PONTIFICI · M	PONTIFIC
TRIB · POT	TRIB · POT
COS IIII · PP ·	COS IIII · P
A BRACARA	A BRACA
...	

(ALMEIDA 1979, 146)

(Transcrição actual)

Transcrição: IMP(eratorī) CAES(ar) · DIVI · SE(mper) / DIVI MARCI ANT(onio) / DIVI ANTONINI / DIVI HADRIANI [ABNEP(otī)] / DIVI TRAIAN]I / DIVI NERVAE AD / M(arco) · AVRELIO A...O / PART(ico) · MA[X](imo) / BRIT(anico) · MA[X](imo) / GERMAN[IC](o) / PONTIFIC[us] · M(aximo) / TRIB(vnicia) · POT(estate) / CO(n)S(vl) IIII · P(ater) [P](atriae) · A BRACA[RA] /...

Leitura: Ao Imperador Divino César, Sempre Divino Marco António, Divino Antonino, trineto dos Divinos Adriano, Divino Trajano, Divino Nerva, próximo a Marco Aurélio, Pártico Máximo, Britânico Máximo, Germânico, Pontífice Máximo, investido do Poder Tribunício, Cônsul pela quarta vez, Pai da Pátria. A Braga ...

Cronologia: Ano 214 (séc. III d.C.).

Observações: Classificado como Monumento Nacional (Via romana de Braga a Tui - 14 miliários, série Capela), por Decreto de 16-6-1910 (DG 136 de 23 de Junho de 1910). Inventariado pela D. G. dos Edifícios e Monumentos Nacionais com o nº 160500.001. Nº Nacional de Estação: 868.

Bibliografia: CAPELLA 1895, 143-144; CUNHA 1909 [1979], 97-108; MACHADO 1920, 270; PEREIRA 1924, 279; CORREIA 1957, 35; ARAÚJO 1962, 10 e 1982, 218-221; OLIVEIRA 1976, 97 e 171; ALMEIDA 1979, 146; SANTOS 1979, 9-15; E.E. VIII, 245; ALARCÃO 1988a, 1/37; OLIVEIRA 1993, 459; SILVA 1994; SILVA e DÍAZ 1995/97, 59-109; RODRÍGUEZ COLMENERO *et alii* 2004, 297-298.

ROM 40, 41 e 42 – MILIÁRIOS DA QUINTA DO CRASTO

Freguesia: Rubiães.

Coordenadas planimétricas GAUSS: X = 158,93; Y = 548,13.

Altitude: 175 metros.

C.M.P.: 1/25.000, 15, 1949 e 1996.

C. Geológica: 1/50.000, 1-C, 1962.

ROM 40 - MILIÁRIO DE AUGUSTO (Figs. 104 a 106)

Localização na via: Desconhecida, visto faltar-lhe a indicação do milhar

Local de achamento:

Romarigães, perto do lu

Localização actual: Ent

Matéria-prima: Granito

Dimensões (em centímet

Altura total: 244; campo

Altura das letras: L1: nº

distinguente: 2; nº3: 9; nº

10; nº5: 9; L4: nº1: 11; nº

nº12: 9,25; nº13: 9; nº14

8,75; nº10: 9,5; nº11: 9;

9; nº6: 8; nº7: 10; nº8: 9;

Altura: média das letras

dos espaços interlineare

Maria de Fátima Matos da



Largura do campo epigráfico: 66;

Diâmetro: 52;

Perímetro: 169.

Descrição: Coluna miliária em bom estado de conservação.

Epígrafe completa, elaborada em caracteres actuários, em gravação em V,



Figs. 104 a 106 – Miliário de Augusto enterrado e visto na sua totalidade. Desenho da epígrafe.

com inclinação predominante à direita e pontos distinguentes entre as palavras, num único campo epigráfico disposto em seis linhas.

A inscrição, honorífica, em nominativo, é dedicada a Augusto (o mesmo que Octaviano). Apresenta a milha XXX. Abaixo da milha está inserida uma argola de ferro.

IMP · CAESAR · DIVI
F · AVG · PONT · MAXI
MVS ... MP XX · CON
SVL · XIII TRIB · POT ...
XXXIV · PATER · PATRI ...
A BRAC · XXX

(CAPELLA 1895, 83)

IMP · CAESAR · DIVI
F · AVG · PONT · MAXI
MVS ... MP XX · CON
SVL · XIII TRIB POT ...
XXXIV · PATER PATRI ...
ABRAC · XXX

(ALMEIDA 1979, 146)

I CAESAR
VG · PONT
V S · M PX
SVL XIII TRIB POTE
XXXIV PATER PATRI
ABBRAC XXX

(Transcrição actual)

Transcrição: I[MP](erator) [-] CAESAR [- DIVI] / [F(ilio) · A]VG(vsto) · PONT(ifici) . [MAXI / M]VS · MP X[X · CON] / SVL [-] XIII TRIB(vnicia) POTE(state) ... / XXXIV [-] PATER PATRI(ae) ... / AB BRAC(ara) [-] XXX

Leitura: Ao Imperador César, filho do Divino Augusto, Pontífice Máximo, vigésimo, Cônsul pela décima terceira vez, investido no Poder Tribunício pela trigésima quarta vez, Pai da Pátria. A Braga trinta (milhas).

Cronologia: Apesar de todos os autores apresentarem uma cronologia situada entre 11 e 12 (séc. I d.C.), o miliário deve ser relativamente mais tardio, uma vez que o título *Pai da Pátria* surge apenas depois do ano 13 d.C.. Contudo, a menção ao 34^a tribunado do Imperador Augusto situa-o cronologicamente entre 1 de Julho do ano 11 e 30 de Junho do ano 12 d.C..

Observações: Este miliário de Augusto reveste-se de importância considerável no contexto da rede viária romana do Noroeste Peninsular visto ser o mais antigo da XIX Via do Itinerário Antonino, juntamente com um outro, dedicado ao mesmo imperador, aparecido junto à ponte de Prado, Vila Verde. Nas vias que ligavam Braga às Astúrias apenas se conhecem miliários de elaboração anterior na via de *Aquae Flaviae*: um encontrado na encosta da Serra da Pastoria, em Chaves, e outro em Castro de Avelãs, perto de Bragança, ambos dedicados a Augusto.

Classificado como Monumento Nacional (Via romana de Braga a Tui - 14 miliários, série Capela), por Decreto de 16-6-1910 (DG 136 de 23 de Junho de 1910). Inventariado pela D. G. dos Edifícios e Monumentos Nacionais com o nº 160500.001. Nº Nacional de Estação: 868.

Bibliografia: CAPELLA 1895, 83; BRANDÃO 1904, 462-465; CUNHA 1909 [1979], 97-108; PEREIRA 1926, 279; CORTEZ 1951, 23; ALMEIDA 1979, 120-123, 146-147; ALMEIDA 1968; OLIVEIRA 1976, 45; SANTOS 1979, 9-15; ARAÚJO 1982, 222-225; ALARCÃO 1988, 91 e 1988a, II, 1/33; E.E. VIII, 244; OLIVEIRA 1993, 458; SILVA 1994; SILVA e DÍAZ 1995/97, 59-109; RODRÍGUEZ COLMENERO *et alii* 2004, 295.

ROM 41 - MILIÁRIO DE VALENTINIANO I (Fig. 107)

Localização na via: Luciano dos Santos (1979) propõe a milha V ou VI, o que situaria originalmente o miliário no lugar de Negreiros, Corga, à saída de Prado, Vila Verde. Em recente trabalho R. Colmenero (RODRÍGUEZ COLMENERO *et alii* 2004, 296) adianta que, através do método bicromático, conseguiu ler a milha XXX.

Local de achamento: Desconhecido.

Localização actual: Quinta do Crasto, a servir de suporte de ramada.

Matéria-prima: Granito de grão médio a grosso.

Dimensões (em centímetros):

Altura: 200; campo epigráfico: (?);

Altura: letras: (?); média das letras: 9 (?);

Diâmetro: 48;

Perímetro: 160.

Descrição: Coluna miliária em mau estado de conservação, com a epígrafe incompleta.

Epígrafe elaborada em caracteres actuários, em gravação em V, num único campo epigráfico, disposto actualmente em seis ou sete linhas (dependendo do autor).

A inscrição, honorífica, é dedicada a Valentiniano I.

O estudo pormenorizado da epígrafe afigura-se praticamente inviável não só devido à erosão, mas sobretudo pelo facto de o miliário se encontrar em posição invertida e com a epígrafe parcialmente enterrada, apenas se conseguindo decifrar algumas letras. O miliário está bastante danificado, apresenta vários sulcos e serve actualmente de esteio de ramada.



DN
VALENTINIANO
VICTORI HAC
TRIVMPHA
TORI PERPET ...
SEMPER
AVGVSTO

(CAPELLA 1895, 243)

DN
VALENTINIANO
VICTORI HAC
TRIVMPHATORI
PERPET
... SEMPER
AVGVSTO ...

(SANTOS 1979, 19)

DN
VALENTINIANO
VICTORI HAC
TRIVMPHA
TORI PERPET ...
SEMPER
AVGVSTO

(ALMEIDA 1979, 146)

Transcrição: D(omino) N(ostro) / VALENTINIANO / VICTORI HAC / TRIVMPHA / TORI PERPET[VO] / SEMPER AVGVSTO / XXX

Leitura: Ao Nosso Senhor Valentiniano, Vencedor e Triunfador Perpétuo, Sempre Augusto ... milha XXX.

Cronologia: Entre 364 e 375 (séc. IV).

Observações: Classificado como Monumento Nacional (Via romana de Braga a Tui - 14 miliários, série Capela), por Decreto de 16-6-1910 (DG 136 de 23 de Junho de 1910). Inventariado pela D. G. dos Edifícios e Monumentos Nacionais com o nº 160500.001. Nº Nacional de Estação: 868.

Bibliografia: CAPELLA 1895, 243-244; BRANDÃO 1904, 462-465; CUNHA 1909 [1979], 97-108; ALMEIDA 1968; OLIVEIRA 1976, 171; ALMEIDA 1979, 122-123, 146-147; SANTOS 1979, 9-15; ARAÚJO 1982, 222-225; ALARCÃO 1988, 91 e 1988a, II, 1/33; E.E. VIII, 246; OLIVEIRA 1993, 458; SILVA 1994; SILVA e DÍAZ 1995/97, 59-109; RODRÍGUEZ COLMENERO *et alii* 2004, 296.

ROM 42 - MILIÁRIO DA QUINTA DO CRATO

(Fig. 108)

Localização na via: Desconhecida, visto faltar-lhe a indicação da milha.

Local de achamento: Desconhecido.

Localização actual: Quinta do Crasto, Rubiães.

Matéria-prima: Granito de grão fino.

Dimensões (em centímetros):

Altura (actual): 78;

Diâmetro: 46;

Perímetro: 144 cm.



Descrição: Coluna miliária em mau estado de conservação, faltando-lhe, eventualmente, a parte inferior, onde estaria gravada a epígrafe.

O miliário encontra-se tombado e parcialmente enterrado.

Bibliografia: OLIVEIRA 1993, 458; SILVA 1994, 34, 58-65 (ROM 42); RODRÍGUEZ COLMENERO *et alii* 2004, 297.

ROM 43 / I. MED 3 - PONTE ROMANO-MEDIEVAL (Fig. 109)

Lugar: Peorada.

Freguesia: Rubiães.

Coordenadas Planimétricas GAUSS: X = 159,1; Y = 548,4.

Altitude: 160 metros.

C.M.P.: 1/25.000, 15, 1949 e 1996.

C. Geológica: 1/50.000, 1-C, 1962.

Descrição: Ponte com tabuleiro em cavalete assente sobre três arcos plenos, sendo maior o central, sob a qual corre o rio Coura.

Possui guardas de cantaria (com cerca de 25 centímetros de espessura) em praticamente toda a extensão, sensivelmente recuadas em relação ao nível das paredes laterais. Com cerca de três metros de largura, está pavimentada com lajes de grande porte, bastante gastas, directamente assentes sobre o fecho dos arcos.

Possui um talha-mar prismático junto à margem direita, virado a montante.

De um lado e de outro ainda se observam vestígios do caminho medieval, herdeiro da via romana.

Actualmente tem uma utilização reduzida e essencialmente pedonal.

Acessos: No final do KM 11 da E.N. 201 (sentido S. Bento da Porta Aberta - Ponte de Lima), alguns metros antes da Ponte Nova de Rubiães, vira-se à direita. A ponte romano-medieval encontra-se 100 metros à frente.



Cronologia: Segundo A. de Oliveira (1979, 14) a construção da ponte terá ocorrido entre 100 e 50 a.C.. Não obstante, hoje em dia apenas conserva deste período um arco pleno, situado do lado Nascente, junto à margem esquerda. Vários autores consideram a sua actual estrutura medieval, designadamente a solução arquitectónica da dupla rampa ou cavalete.

Estado de conservação: Bom.

Observações: Classificada como Imóvel de Interesse Público, por Decreto de 5-12-1961, com o nº 44.075. Inventariada pela D. G. dos Edifícios e Monumentos Nacionais com o nº 160520.004. Nº Nacional de Estação: 3526.

Bibliografia: CUNHA 1909 [1979], 93 e 559; PEREIRA 1924, 279-280 e 1926, 279; CORREIA 1957, 35; ALMEIDA 1968, 204; OLIVEIRA 1976, 99; REIS 1978, 21; ALMEIDA 1979, 120-124, 146-147; ALARCÃO 1988a, 1/33; OLIVEIRA 1993, 459; SILVA 1994; SILVA e DÍAZ 1995/97, 59-109.

ROM 44 – TÉGULA

Freguesia: Rubiães.

Lugar: Vila Chã.

Coordenadas planimétricas GAUSS: X = 158,8; Y = 548,1.

Altitude: 182 metros.

C.M.P.: 1/25.000, 15, 1949 e 1996.

C. Geológica: 1/50.000, 1-C, 1962.

Geologia: Mancha de rochas eruptivas, de granito alcalino, de grão médio.

Geomorfologia: Encosta de declive suave, sobranceira ao povoado do Crasto (PVF 14), que se situa muito próximo, a Oeste.

Rede hidrográfica abundante, correndo o rio Coura poucos metros a Norte.

Mancha de solo de tipo A (aptidão agrícola).

Vegetação: Espécies agrícolas.

Povoamento actual: Disperso.

Espólio: Fragmentos de cerâmica de cobertura (tégula), que ocorrem neste local com alguma frequência. Nas proximidades passava a via romana.

Bibliografia: SILVA 1994.

FREGUESIA DE VASCÕES (16.05.21)

Apesar das respostas ao Inquérito toponímico-arqueológico efectuado junto das populações locais terem fornecido referências ao aparecimento de moedas e de outros materiais romanos, não são conhecidos elementos mais pormenorizados nem localizações precisas, uma vez que se trata de referências com origem muito antiga e de tradição oral.

CONCELHO DE VILA NOVA DE CERVEIRA

ROM 46 - MILIÁRIO DA CAPELA DE S. BRÁS

Localização na via: Desconhecida, visto faltar-lhe a indicação da milha.

Local de achamento: Desconhecido.

Localização actual: Adro da Capela de S. Brás, freguesia de Sapardos.

Coordenadas planimétricas GAUSS: X = 157,3 ; Y = 549,8.

Altitude: 200 metros.

C.M.P.: 1/25.000, 15, 1949 e 1996.

C. Geológica: 1/50.000, 1-C, 1962.

Matéria-prima: Granito de grão médio.

Dimensões (em centímetros):

Altura: 48; campo epigráfico: (?);

Altura: média das letras: 10; espaços interlineares: nº1: 4; média dos espaços interlineares: 4;

Largura do campo epigráfico: (?);

Diâmetro: 62 x 38;

Perímetro: 194 cm.

Descrição: Coluna miliária em mau estado de conservação, restando menos de um terço, em altura, e somente metade, em largura.

Epígrafe incompleta, existindo apenas a parte final. Foi elaborada em gravação em V, num único campo epigráfico disposto actualmente apenas numa linha.

Transcrição: BRACA(ra) [A]VG(usta) M(ilia) ·

...

Leitura: *A Braga (?) mil (passos).*

BRACA ...VG M ·

Cronologia: Indeterminada (a ausência de elementos não permite apontar o período exacto em que foi elaborado o miliário).

(Transcrição actual)

Observações: Classificado como Imóvel de Interesse Público, por Decreto de 5-12-1961, com o nº 44.075. Inventariado pela D. G. dos Edifícios e Monumentos Nacionais com o nº 160520.004. Nº Nacional de Estação: 868.

Bibliografia: ALMEIDA 1979, 174; ARAÚJO 1982, 230; ALARCÃO 1988a, 1/12; SANTOS 1979, 14, 38-44; SILVA 1994; SILVA e DÍAZ 1995/97, 59-109); RODRÍGUEZ COLMENERO *et alii* 2004, 304.

ROM 47 - MILIÁRIO DE CONSTÂNCIO I OU II

Localização na via: Desconhecida, visto faltar-lhe a indicação da milha.

Local de achamento: Ranhadoura.

Localização actual: Jardim da Direcção de Estradas de Viana do Castelo.

C.M.P.: 1/25.000, 7, 1949 e 1997.

C. Geológica: 1/50.000, 1-C, 1962.

Matéria-prima: Granito de grão médio.

Dimensões (em centímetros):

Altura: 157: campo epigráfico: (?);

Altura das letras: entre 4,5, 6,5 e 8,5;

Diâmetro: 43 x 33;

Perímetro: 150.

Descrição: Coluna miliária em razoável estado de conservação. Epígrafe incompleta, elaborada em gravação em V, sem pontos distinguentes entre as palavras, num único campo epigráfico disposto, consoante os autores, em cinco ou oito linhas.

O mau estado de conservação do miliário tem dificultado bastante a sua transcrição, assim como a medição e o desenho das letras.

A inscrição, honorífica, é dedicada a Constâncio I, embora também seja apontado o nome de Constâncio II (ALMEIDA 1979).

MINO NO
CONSTANTIO
DIVI CONST
MAXIMINO

POT

(Gente Minhota 1926, 9)

MINO NO
CONSTANTIO
DIVI CONST
MAXIMINO

POT

(ALMEIDA 1979, 147)

IM ... OMINO NOSTRO
FLA
... ONSTANTIO MAXIMO
VICTORI RIVMPHATORI AVGVST
DIVI CONSTANTINI MAXIMI
FILIO DIVO RVM FLAVIO CNTANTI
ET VALERI MAXIMIANI NEPOTI
CLAVDIº PRONEPOTI ...

(SANTOS 1979, 42)

Transcrição: [D]OMINO NOSTRO / FLA(vio)/ [C]ONSTANTIO MAXIMO / VICTORI
[T]RIVMPHATORI AVGVST(o)/ DIVI CONSTANTINI MAXIMI(no) / FILIO DIVORVM FLAVIO
C[O]N[S]TANTI / ET VALERI MAXIMIANI NEPOTI / CLAVDIº PRONEPOTI ...

Leitura: Ao Nosso Senhor Flávio Constâncio Máximo, Vencedor e Triunfador Augusto, Filho do Divino Constantino Máximo, Neto dos Divinos Flávio Constante e Valério Maximiano, Bisneto de Cláudio ...

Cronologia: Constâncio I, Cloro - entre 292 e 306 (séc. II/III d.C.); Constâncio II - entre 337 e 361 (séc. III d.C.).

Observações: Não nos foi possível, estudar este miliário, por esse facto, as dúvidas relativas à epígrafe e aos dados nela contidos persistem.

Classificado como Imóvel de Interesse Público, por Decreto de 5-12-1961, com o nº 44.075. Inventariado pela D. G. dos Edifícios e Monumentos Nacionais com o nº 160520.004. Nº Nacional de Estação: 868.

Bibliografia: *Gente Minhota* 1926, 9; ALMEIDA 1979, 147; ARAÚJO 1982, 230; ALARCÃO 1988a, 1/12; SANTOS 1979, 14, 38-44; SILVA 1994; SILVA e DÍAZ 1995/97, 59-109; RODRÍGUEZ COLMENERO *et alii* 2004, 306-307.

ROM 48 - MILIÁRIO DE MAXIMINO DAIA

Localização na via: Couto das Cabras (com 240 metros de altitude), freguesia de Cossourado, Paredes de Coura.

Local de achamento: Monte da Gândara, Sapardos.

Localização actual: Jardim da Direcção de Estradas de Viana do Castelo.

Matéria-prima: Granito de grão médio.

Dimensões (em centímetros):

Altura: 167; campo epigráfico: (?);

Altura das letras: entre 9 e 11;

Diâmetro: 39;

Perímetro: 122,46 (calculado).

Descrição: Coluna miliária em razoável estado de conservação. Epígrafe incompleta, elaborada em gravação em V, sem pontos distinguentes entre as palavras, num único campo epigráfico disposto em seis linhas.

A inscrição, honorífica, é dedicada a Valeriano (Galério Valério Maximino), segundo Brochado de Almeida (1979), e a Maximino Daia, segundo Luciano dos Santos (1979), que apresenta igualmente outras hipóteses. A nosso ver a inscrição é dedicada a Maximino Daia uma vez que a fórmula de tratamento (IMP CAESAR GALERIVS VALERIVS MAXIMINVS AVG) é a que mais se aproxima da utilizada por este imperador.

Apresenta a milha XXXVIII.

**DIVI ALERIO
VALERIO
MAXIMINO NOB**

**DIVI ALERTO
VALERIO
MAXIMINO NOB**

**DN GALERIO
VALERIO
MAXIMINO NOB**

CAES

MP

XXXVIII

(*Gente Minhota* 1926, 9)

CAES

MP

XXXVIII

(ALMEIDA 1979, 147)

CAES

M P

XXXVIII

(SANTOS 1979, 38)

Transcrição (segundo ALMEIDA 1979): **DIVI ALERTO / VALERIO / MAXIMINO NOB(re) / CAES(ar) / M(ilia) P(asum) / XXXVIII**

Leitura: *Ao Divino Alerto Valério Maximino, Nobre César. (A Braga) trinta e quatro mil passos.*

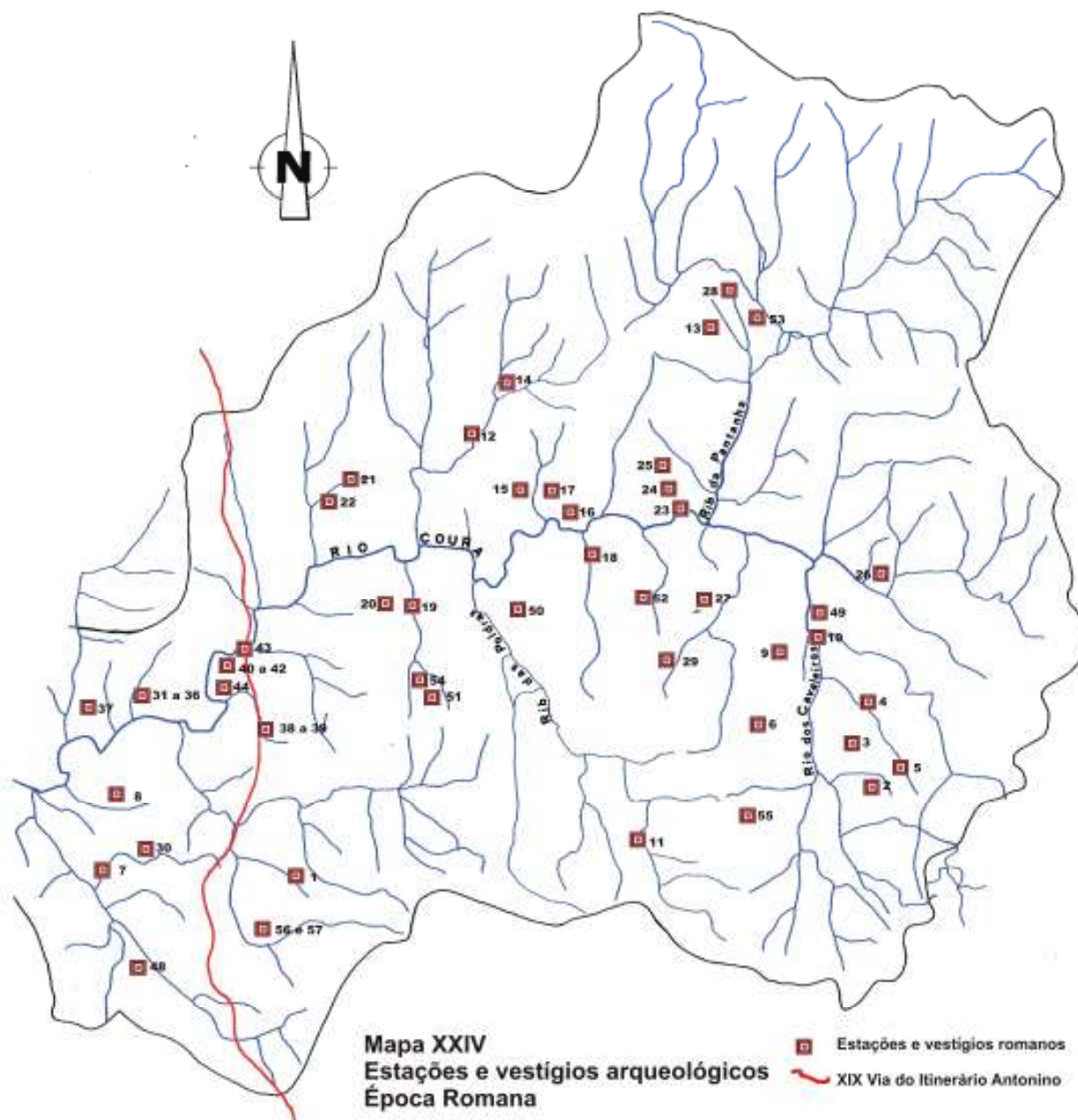
Transcrição (segundo SANTOS 1979): **D(omino) N(ostro) GALERIO / VALERIO / MAXIMINO NOB(re) / CAES(ar) / M(ilia) P(asum) / XXXVIII.**

Leitura: *Ao Nosso Senhor Galério Valério Maximino, Nobre César. (A Braga) trinta e quatro mil passos.*

Cronologia: Entre 305 e 309 (séc. IV d.C.).

Observações: Classificado como Imóvel de Interesse Público, por Decreto de 5-12-1961, com o nº 44.075. Inventariado pela D. G. dos Edifícios e Monumentos Nacionais com o nº 160520.004. Nº Nacional de Estação: 868.

Bibliografia: *Gente Minhota* 1926, 9; ALMEIDA 1979, 147; ARAÚJO 1982, 230; ALARCÃO 1988a, 1/12; SANTOS 1979, 14, 38-44; SILVA 1994; SILVA e DÍAZ 1995/97, 59-109); RODRÍGUEZ COLMENERO *et alii* 2004, 305.



Mapa XXIV
Estações e vestígios arqueológicos
Época Romana

Estações e vestígios romanos
 XIX Via do Itinerário Antonino

0 3Km

- 1 - Tégula. Montemão, Agualonga.
- 2 - Tégula e mós. Chela/Castro, Bico.
- 3 - Tégula e mós. Cascahal, Bico.
- 4 - Tégula. Estêvão, Bico.
- 5 - Tégula, forno, habitat e tesouro monetário. Lameira, Bico.
- 6 - Mós rotativa. Pezeiros, Castanheira.
- 7 - Milário de Constante I. Barreiros, Coura (S. Martinho de).
- 8 - Milário de Magnêncio. Fonte de Ocho, Coura (S. Martinho de).
- 9 - Local de culto (?) (ara). Monte de S. Sebastião, Cristelo.
- 10 - Habitat. Cristelo.
- 11 - Local de culto/ habitat (ara e coluna). Lizouros, Cunha.
- 12 - Vila e tesouro monetário. Sigoelos, Campos da Moura e Quintão, Ferreira.
- 13 - Tégula. Bouça do Croas/Venade de Cima, Ferreira.
- 14 - Habitat. Campos de Lourido/Coto das Barocas, Ferreira.
- 15 - Habitat (?). Duteiro, Formariz.
- 16 - Tégula. Castelo, Formariz.
- 17 - Tégula. Igreja, Formariz.
- 18 - Moeda. Codeçal (Mantelões), Formariz.
- 19 - Tégula. Rapadoura, Infesta.
- 20 - Tégula. Bouça do Crato/Tarrio, Infesta.
- 21 - Habitat. Cabeceiras, Linhares.
- 22 - Habitat. Vinhas, Linhares.
- 23 - Habitat. Afe, Mozelos.
- 24 - Mós rotativas e tégula. Favais (Cruzes), Mozelos.
- 25 - Tégula e tijolo romanos. Pantanhas, Mozelos.

- 26 - Habitat. Lugar da Mós, Parada.
- 27 - Necrópole. Nogueira, Paredes de Coura.
- 28 - Habitat. Cerdeiras/Longos, Pomeiras.
- 29 - Tégula. Resende.
- 30 - Milário de Valentiniano I. Romarigães.
- 31 a 36 - Milários de Nerva, Magnêncio, Juliano, Maximino e Máximo, Maximino Daia (Maximino II) e um anepígrafo. Adro da capela de S. Bartolomeu de Antas, Rubiães.
- 37 - Forno a tégula. Bouça do Lima/Monte das Balas, Rubiães.
- 38 e 39 - Necrópole (ara funerária) e milário de Caracala. Igreja Românica de Rubiães.
- 40 a 42 - Milários de Augusto e Valentiniano I e um anepígrafo (?). Quinta do Crasto, Rubiães.
- 43 - Ponte Romano-Medieval. Parada, Rubiães.
- 44 - Tégula. Vila Chã, Rubiães.
- 45 a 47 - Milários da XIX Via do Itinerário Antonino deslocados de Coura para Vila Nova de Cerveira (Sapardos).
- 48 - Mós dormente. Azinha do Custódio, Coura (S. Martinho de).
- 49 - Mós movente. Casal, Cristelo.
- 50 - Tégula. Balsa/Chamoim, Infesta.
- 51 - Habitat. Tarmo, Infesta.
- 52 - Habitat (?). Vila, Paredes de Coura.
- 53 - Habitat. Cachada, Pomeiras.
- 54 - Habitat (?). Tarrio, Infesta.
- 55 - Tégula. Duteiras, Castanheira.
- 56 e 57 - Dois milários anepígrafos. Casa Grande de Romarigães.

5 – IDADE MÉDIA

I. MED 1 – SEPULTURA ANTROPOMÓRFICA MEDIEVAL (Fig. 110)

I. MED (?) 2 – NECRÓPOLE (Fig. 111)

Freguesia: Rubiães.

Lugar: Costa (adro da Igreja Românica de Rubiães).

Coordenadas planimétricas GAUSS: X = 159,2; Y = 547,8.

Altitude: 210 metros.

C.M.P.: 1/25.000, 15, 1949 e 1996.

C. Geológica: 1/50.000, 1-C, 1962.

Geologia: Mancha de rochas eruptivas, de granito alcalino de grão médio. Nas proximidades, a oeste, existe uma mancha de granito de grão grosseiro e a este e su-sudoeste ocorrem manchas do complexo xisto-migmatítico.

Geomorfologia: Zona de encosta de fraco declive.

Rede hidrográfica abundante.

Mancha de solo de tipo A (aptidão agrícola).

Vegetação: Espécies florestais.

Povoamento actual: Nulo.

Acessos: À face da E.N. 201, Km 13, do lado esquerdo, no sentido S. Bento da Porta Aberta – Ponte de Lima. Local devidamente sinalizado.

I. MED 1 – SEPULTURA ANTROPOMÓRFICA (Fig.110)

Dimensões (em centímetros):

Comprimento: 146;

Largura: cabeça: 10; pescoço: 16; ombros: 40;

pés: 31;

Bordo: 6 (meio) e 12 (topo);

Profundidade: caixa: 25; cabeça: 15.

Descrição: Sepultura elaborada na parte posterior do miliário de Caracala (ROM 39). Apresenta internamente formato antropomórfico. Encontra-se em bom estado de conservação. Está colocada em posição vertical, com a parte correspondente aos pés enterrada.

Observações: O miliário em cuja face posterior esta sepultura foi elaborada está classificado como Monumento Nacional (Via romana de Braga a Tui - 14 miliários, série Capela), por Decreto de 16-6-1910 (DG 136 de 23 de Junho de 1910).

Bibliografia: CUNHA 1909 [1979], 97-108; ARAÚJO 1982, 218-221; OLIVEIRA 1976, 97 e 17; SILVA 1994 (ROM 39).



I. MED (?) 2 – NECRÓPOLE (Fig. 111)

Descrição: Em 1997, aquando da realização de obras de beneficiação da Igreja Românica de Rubiães e do respectivo adro, foram encontradas sete sepulturas, visíveis parcialmente. Estavam distribuídas da seguinte forma: três em frente da fachada principal, dispostas paralelamente entre si; três junto à parede externa da igreja, do lado sul (Fig. 111); e a sétima alinhada com a parede externa da igreja, lado norte, embora um pouco afastada.

Foram elaboradas com lajes graníticas e cobertas com tampas do mesmo material. No interior de uma delas encontrava-se um crânio.

Cronologia: Muito duvidosa: podem ser medievais ou de época posterior.

Espólio: Fragmentos de tégula e ímbrice e fragmentos de cerâmica incaracterística, de pouca espessura, feita à roda, de entre os quais um bordo.

Estado de conservação: Razoável.

Bibliografia: Inédita.



I. MED. 3 – PONTE ROMANO-MEDIEVAL – VER ROM 43

I. MED. 4 – SEPULTURA ANTROPOMÓRFICA (Fig. 112)

Freguesia: Cossourado.

Lugar: Igreja Paroquial de Cossourado.

Coordenadas planimétricas

Gauss (Igreja): X: 158,325; Y: 550,025.

Altitude: 300 metros.

C.M.P.: 1/25.000, 7, 1949 e 1997.

Carta Geológica: 1/50.000, 1-C, 1962.

Dimensões (em centímetros):

Comprimento: interno: 178; externo: 200;

Largura externa máxima: 70;

Largura interna: cabeça: 27; ombros: 48; pés: 31;

Altura interna: cabeça: 26; centro: 35;



Altura externa máxima: 43.

Espessura do rebordo da sepultura: entre 10 e 11,5.

Descrição: Sepultura de tipo caixão, elaborada num bloco de granito de grão grosso. Possui internamente formato antropomórfico. São visíveis vestígios verticais do uso do pico.

Observações: Foi encontrada em Junho de 2000, aquando da realização de obras de beneficiação do adro da Igreja Paroquial de Cossourado, local onde actualmente se encontra, junto à parede de topo da capela-mor, do lado exterior.

Bibliografia: Inédita.

I. MED. 5 – SEPULTURA ANTROPOMÓRFICA (Fig. 113)

Freguesia: Ferreira.

Lugar: Giesteira.

Coordenadas planimétricas Gauss: X: 164,70; Y: 552,80.

Altitude: 520 metros.

C.M.P.: 1/25.000, 7, 1949 e 1997.

Carta Geológica: 1/50.000, 1-C, 1962.

Geologia: Mancha de rochas eruptivas de granito calco-alcálico, porfiróide, de grão grosseiro.

Geomorfologia: Encosta norte do povoado fortificado da Giesteira (PVF 7). Em toda a zona abundam afloramentos graníticos de grão fino a médio e grosso, assim como muitos rochedos.

Rede hidrográfica abundante.

Mancha de solo de tipo F (aptidão agrícola).

Vegetação: Rasteira (tojo e urze) e arbustiva (giesta).

Povoamento actual: Nulo, em todo o vale que circunda o monte.

Dimensões (em centímetros):

Comprimento: 280;

Largura nos ombros: 52;

Altura: cabeça: 18; ao centro: 21.

Descrição: Sepultura antropomórfica escavada em afloramento granítico, orientada no sentido norte/sul. A diminuta profundidade da



cavidade de sepultação deixa antever uma erosão muito acentuada ou, então, a sua não conclusão.

Bibliografia: CUNHA 1909 [1979], 134; OLIVEIRA 1993, 453.

I. MED. 6 – SEPULTURAS ANTROPOMÓRFICAS DE FORMARIZ (Figs. 114 a 116)

Freguesia: Formariz.

Lugar: Igreja.

Coordenadas planimétricas GAUSS (Igreja): X = 162,8; Y = 550,6.

Altitude: 340 metros.

C.M.P.: 1/25.000, 7, 1949 e 1997.

C. Geológica: 1/50.000, 1-C, 1962.

Geologia: Mancha de granito calco-alcálico, porfiróide, de grão grosseiro.

Geomorfologia: Encosta de fraco declive.

Rede hidrográfica abundante.

Mancha de solo de tipo C (aptidão agrícola condicionada).

Vegetação: Alguma vegetação arbórea e rasteira; em volta, no vale, ocorrem explorações agrícolas.

Povoamento actual: Disperso.

Referências: De acordo com Narcizo A. Cunha, terão aparecido neste local vários "sarcófagos" (1909 [1979], 456). No adro da Igreja Paroquial encontra-se actualmente uma sepultura antropomórfica, medieval, provavelmente uma das anteriormente referidas (**sepultura 1**). Segundo informações locais, foi encontrada no alicerce do muro do adro, aquando da realização de obras.

Cem metros a norte da Igreja Paroquial, do lado direito da estrada, em frente à Casa da Covinha (lugar de Burgo), encontra-se outra sepultura antropomórfica (**sepultura 2**). Uma terceira encontra-se em propriedade particular, de José Tomás Rodrigues, também no lugar de Burgo (**sepultura 1**).

Descrição da sepultura 1 (Fig. 114)

Sepultura de tipo caixão, elaborada num bloco de granito de grão médio. Possui internamente formato antropomórfico. Evidencia um tratamento muito tosco e um acabamento imperfeito. Nas faces externas dos topos (cabeceira e pés) apresenta uma decoração geométrica.

Dimensões (em centímetros):

Comprimento: interno: 180; externo: 206;

Largura externa: cabeça: 81; ombros: 70; pés: 45;

Altura interna: cabeça: 29; ao centro: 35;

Altura externa máxima: 50.

Espessura do rebordo da sepultura: entre 9 e 14.



Descrição da sepultura 2 (Fig. 115)

Sepultura de tipo caixão, elaborada num bloco de granito de grão médio. Possui interna e externamente formato antropomórfico. Evidencia um tratamento muito tosco e um acabamento imperfeito. Nas faces externas dos topos (cabeceira e pés) apresenta gravada uma cruz de Cristo.

Durante muitos anos esteve na Casa da Covinha, no lugar de Burgo, tendo sido colocada no exterior da propriedade nos inícios da última década do século XX, altura em que se fracturou.

Dimensões (em centímetros):

Comprimento: externo: 210;



Largura externa: cabeça: 55; ombros: 64; pés: 43;
Altura interna: cabeça: 27; ao centro: 30; pés: 28;
Altura externa: cabeça: 38; ao centro: 45; pés: 40;
Espessura do rebordo da sepultura: 12.

Descrição da sepultura 3 (Fig. 116)

Sepultura de tipo caixão, elaborada num bloco de granito de grão médio. Possui internamente formato antropomórfico. Evidencia um tratamento tosco e um acabamento um pouco mais perfeito que as anteriores.

Dimensões (em centímetros):

Comprimento: externo: 204;
Largura externa: cabeça: 58;
pés: 47;
Largura interna no estrangulamento da cabeça: 40;
Altura externa: cabeça: 45; ao centro: 48; pés: 39;
Espessura do rebordo da sepultura: entre 9 e 11.

Bibliografia: CUNHA 1909 [1979], 456.



I. MED. 7 – NECRÓPOLE (Figs. 117 a 121)

Freguesia: Paredes de Coura.

Lugar: Nogueira.

Coordenadas planimétricas GAUSS: X = 165,3; Y = 549,3.

Altitude: 420 metros.

C.M.P.: 1/25.000, 15, 1949 e 1996.

C. Geológica: 1/50.000, 1-C, 1962.

Geologia: Mancha de rochas eruptivas, de granito calco-alcálico, porfiróide, de grão grosseiro. Próximo, a nascente, existe um filão de microdiorito quartzífero.

Geomorfologia: Elevação com encostas de declive acentuado.

Rede hidrográfica abundante.

Mancha de solo de tipo C (aptidão agrícola condicionada).

Vegetação: Área essencialmente agrícola, verificando-se, também, a existência de terrenos florestados.

Povoamento actual: Disperso.

Referências: Segundo E. Pires de Oliveira, encontram-se “recolhidas na capela” de S. Sebastião “várias cabeceiras de sepultura medievais” (1993, 455, nº 39). Uma deslocação ao local permitiu constatar que se tratam de três cabeceiras de sepultura medievais, junto das quais se encontra um fragmento de uma epígrafe.

Cabeceira de sepultura 1 (Figs. 117 e 118):

Cabeceira de sepultura de formato circular com pé de secção subrectangular.

Apresenta na parte frontal uma cruz grega e, na dorsal, uma espiral com cinco espiras.

Dimensões (em centímetros):

Comprimento total: 63;

Espessura: cabeceira: 9,5; início do pé: 10; fim do pé: 12;

Cabeceira: largura: 34,5; altura: 27,5;

Cruz grega: largura máxima: 28; espessura do relevo: 5.



Cabeceira de sepultura 2 (Figs. 119 e 120):

Cabeceira de sepultura de formato circular com pé de secção subrectangular.

Apresenta na parte frontal uma cruz grega e, na dorsal, uma espiral com seis espiras.

A parte superior da cabeceira está danificada, faltando-lhe uma parte considerável.

Dimensões (em centímetros):

Comprimento total: 51;

Espessura: cabeceira: 8,5; início do pé: 8,5; fim do pé: 11;

Cabeceira: largura: 32;



Cruz

relevo:

Pé:

20;

altura:



grega:

espessura do

0,5;

largura mínima:

máxima: 23;

28.

Cabeceira de sepultura 3 (Fig. 121):

Cabeceira de sepultura de formato circular sem pé.

Apresenta na parte frontal uma cruz grega; na parte dorsal encontra-se em bruto.

Está em muito mau estado de conservação dado que apenas resta uma parte da cabeceira.

Dimensões (em centímetros):

Comprimento total: 31,5;

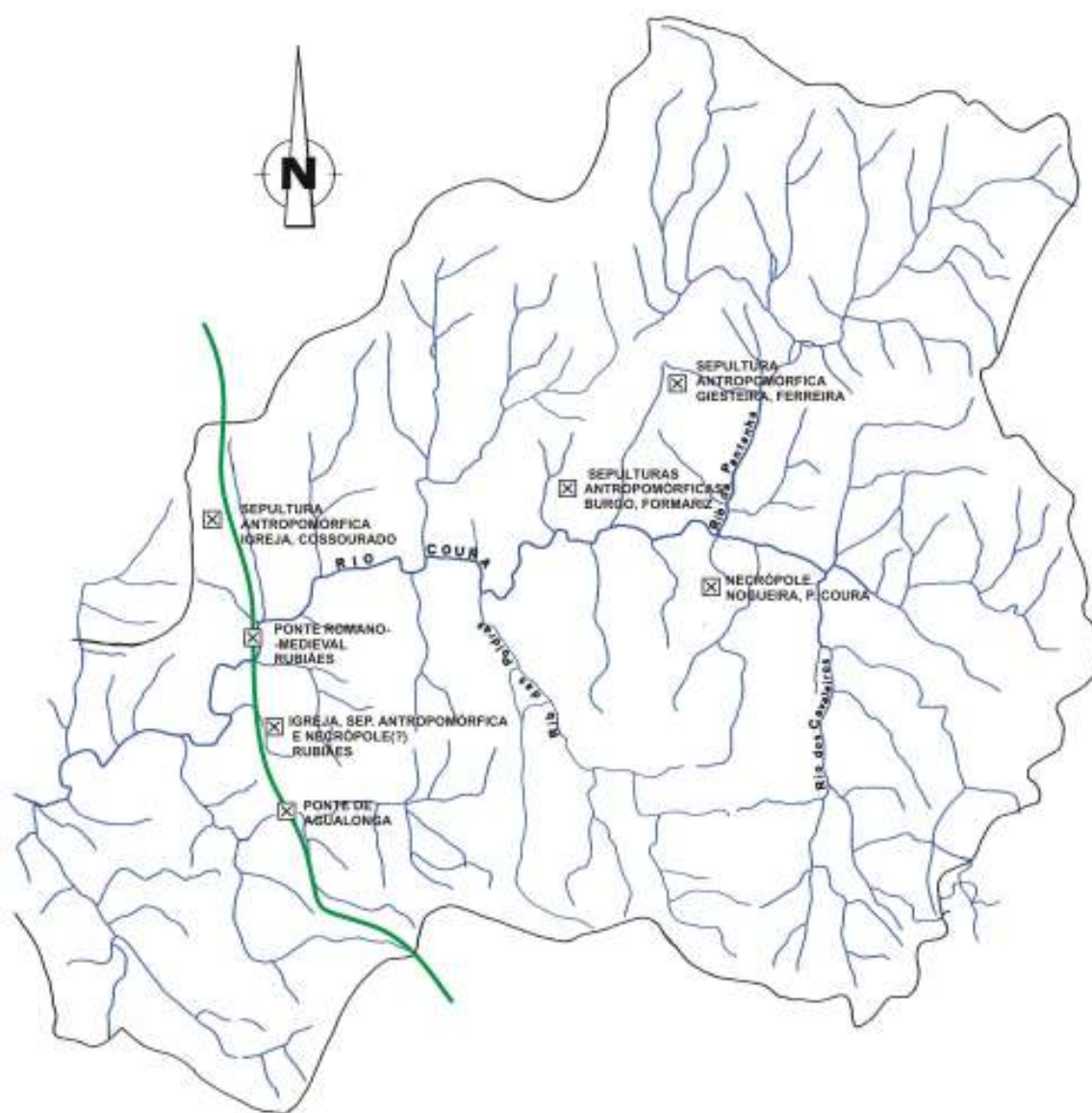
Espessura: entre 9,5 e 10,5;

Cabeceira: largura: 36; altura: 31,5;

Cruz grega: largura máxima: 29; espessura do relevo: 1,8.

Bibliografia: OLIVEIRA 1993, 455, nº 39.





**Vestígios arqueológicos
Idade Média**



- Estações e vestígios medievais
- Caminho Medieval de Peregrinação a Santiago

BIBLIOGRAFIA

- ALARCÃO, Jorge. (1980). Os problemas da origem e da sobrevivência das villae romanas no Norte do País. *Seminário de Arqueologia do Noroeste Peninsular*, 3, 171-179.
- (1988). *O Domínio Romano em Portugal*, Lisboa.
- (1988a). *Portugal*, 2, f.1, Warminster.
- ALMAGRO-GORBEA, M. (1993). *Las estelas antropomorfas en la Península Iberica. Tipología, dispersión, cronología y significado*. Madrid.
- ALMEIDA, Carlos A. Brochado. (1979). A rede viária do conventus Bracaraugustanos. Via Bracara Asturicam Quarta. *Mínia*, 2ª Série, 2 (3), Braga, 61-163.
- (1980). Via Veteris. Antiga Via Romana?. *Actas do Seminário de Arqueologia do Noroeste Peninsular*, III, Guimarães, 151-170.
- (1990). *Proto-história e romanização da bacia inferior do Lima*. Estudos Regionais, 7/8, Viana do Castelo.
- ALMEIDA, Carlos A. F. (1968). *Vias Medievais de Entre-Douro-e-Minho*, Porto (polic.).
- ALMEIDA, J. (1866). *Diccionario Abreviado de Chorographia*. 3 vols., Valença.
- ANATI, E. (1968). *Arte rupestri nelle regioni occidentali della Penisola Iberica*. Val Camonica, Centro Camuno di Studi Preistorici.
- ARAÚJO, José R. (1962). *Caminhos velhos e Pontes de Viana e Ponte de Lima*. Viana do Castelo.
- (1982). Os miliários da estrada Romana de Braga a Tuy. *O Distrito de Braga*, 2ª série, 5, 121-246.
- ARGOTE, Jerónimo C. (1728). *De Antiquitatibus Conventus Bracaraugustanus*. Lisboa.
- (1732-34). *Memórias para a História Ecclesiástica do Arcebispado de Braga*. Lisboa.
- ARRIBAS, A. e Fernando Mollina. (1984). Estado actual de la investigación del Megalitismo en la Península Ibérica. *Scripta Praehistorica*, Salamanca, 63-112.
- AZEVEDO, Pedro A. (1896). Extractos Archeológicos das Memórias Parochiais de 1758. *O Archeologo Português*, 3, Lisboa, 305-318.
- BAPTISTA, A. Martinho. (1985). A Estátua-Menir da Ermida (Ponte da Barca). *O Arqueólogo Português*, Série IV, 3, 7-44.
- BARCELO, Juan A. (1988). Introduccion al razonamiento estadístico aplicado a la Arqueologia: un analisis de las estelas antropomorfas de la Península Iberica. *Trabajos de Prehistoria*, 45, 51-85.
- BLÁSQUEZ MARTINEZ, José M. (1962). *Religiones Primitivas de Hispania - Fuentes Literarias y Epigraficas I*. Roma.
- (1978). *Historia Economica de la Hispania Romana*, Madrid.
- (1985). Asimilación y resistencia à la romanizacion entre los pueblos del Norte de Hispania. *Asimilacion y Resistencia a la romanizacion en el Norte de Hispania*, Univesidad del Pais Vasco, Vitoria, 1985.7-46.
- BRANDÃO, Cunha. (1906). *Ephemerides de Coura*, Tipografia de Costa & Carvalho, Porto.

- CAAMAÑO GESTO, José M. (1977/78). Posible utilización de caminos preromanos en época romana. *Gallaecia*, 3/4, S. de Compostela, 281-286.
- CAPELLA, Martins. (1895). *Miliários do Conventus Bracaraugustanus em Portugal*, Porto.
- CARDOSO, L. (1758). *Memorias parochiaes*.
- CORREIA, J. (1957). *Cidades e Vilas de Portugal. Paredes de Coura*. V. N. de Famalicão.
- CORTEZ, F. R. (1951). O culto do Imperador no Conventus Bracaraugustanus. *Bracara Augusta*, Braga, 3 (1), 16-30.
- COSTA, Antonio C. (1868). *Corografia Portuguesa*. I, Lisboa, 261-263.
- CUNHA, Narcizo Candido A. (1909). *No Alto Minho. Paredes de Coura*. 1ª Ed., Paredes de Coura, (2ª Ed., Braga, 1979).
- DIAS, E. Rocha. (1903). *Noticias Archeologicas extrahidas do Portugal Antigo e Moderno*. Lisboa, 264.
- (1908). *Notícias arqueológicas extraídas dos Dicionários de Pinho Leal*. Lisboa.
- Ephemeris Epigraphica*. (1898).
- ENCARNAÇÃO, J. (1975). *Divindades Indígenas sob o Domínio Romano em Portugal*. Lisboa, 1975.
- Estudos Sumários de Planeamento*. (1983). Plano Director Municipal, G.A.T - Vale do Minho, C.C.R.N., Paredes de Coura.
- ÉTIENNE, R., G. Fabre, P. Le Roux e A. Tranoy. (1976). Les dimensions sociales de la Romanisation dans la Péninsule Ibérique des origines à la fin de l'Empire. *VI Congrès d'Études Classiques* (Madrid 1974), Paris, 95-108.
- FABREGAS VALCARCE, Ramón e Félix de la Fuente Andres. (1988). *Aproximaciones a la cultura material del megalitismo gallego: la industria lítica pulimentada y el material cerámico*. "Arqueohistorica", vol. 2, Santiago de Compostela.
- FERNÁNDEZ OCHOA, C. (1986). El impacto romano sobre el habitat del noroeste (estado de la cuestión sobre los fenómenos de transición y articulación del território). *Coloquio de Proto-História e História Antiga da Península Ibérica*, S. Compostela.
- Gente Minhota*. (1926). Noticia de dois miliários. 1, Braga, 9 (o autor provável é Félix Alves Pereira).
- H.O.P. - DGPV, 1978 - Direcção-Geral do Planeamento Urbanístico, nº81 e nº 76, Porto.
- HUBNER, E. (1869/92). *CIL - Inscriptionum Latinarum*, II, Berlim, 1869; *Supplementum*, Berlim, 1892.
- JORGE, S. O. (1986). *Povoados da Pré-História Recente da região de Chaves-V. P. de Aguiar: Bases para o conhecimento do III e princípios do II milénios a.C. no norte de Portugal*. 3 vols., Porto.
- (1990). Desenvolvimento da hierarquização social e da metalurgia. *Nova História de Portugal*, I (dir. J. de Alarcão), Lisboa, Ed. Presença, 208, nota 104.
- (1991). Habitats du Néolithique et du Chalcolithique du Nord du Portugal (IVe.-IIe mill. a v. J.C). *Revista de História*, 9, Porto, 261-268.
- JORGE, S. O. e V. O. Jorge. (1990). Statues-Menhirs et Stèles du Nord du Portugal. *Revista da Faculdade de Letras*, II Série, VII, Porto, 299-324.

- JORGE, V. Oliveira. (1982). *Megalitismo do Norte de Portugal: O Distrito do Porto. Os Monumentos e a Sua Problemática no Contexto Europeu*, Porto, Faculdade de Letras do Porto, 2 vols., Dissertação de Doutoramento, policopiado.
- KALB, P. (1979). Contribución para el estudio de Bronze Atlântico. Excavaciones en el Castro "Senhora da Guia" de Baiões. *XV Congreso Nacional de Arqueologia*, Zaragoza, 581-604.
- (1980). Zur Atlantischen Bronzezeit in Portugal. *Germania*, 58, 1980, 25-115.
- (1980a). O Bronze Atlântico em Portugal. *Seminário de Arqueologia do Noroeste Peninsular*, 1, 113-120.
- LEAL, P. (1873-1890). *Portugal Antigo e Moderno*. 8 vols., Lisboa.
- MACHADO, L. S. (1920). Aquisições do Museu Etnológico Português. *O Archeologo Português*, 24, 241-270.
- MAC WHITE, E. (1951). *Estudios sobre las relaciones atlánticas en la Península Hispánica en la Edad del Bronce*. Madrid.
- MARTINS, M. (1990). O Povoamento Proto-Histórico e a Romanização da Bacia do Curso Médio do Cávado. *Cadernos de Arqueologia*, Monografias, Braga.
- MONTEAGUDO, L. (1977). *Die Beile auf der Iberischen Halbinsel Prahistorische Bronzefunde*. IX, 6, Munique.
- MOREIRA, Armando y Margarida Simões. (1988). *Notícia Explicativa da Carta Geológica de Portugal, folha 1-D (Arcos de Valdevez, 1988)*. Lisboa.
- NEVES, L. Quintas. (1969). Achegas para um possível e necessário rol de achados da Idade do Bronze, no distrito de Viana do Castelo. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, Porto, 21, 273-280.
- NUNES, J. C. (1957). Três nótulas de arqueologia pré-histórica. *Rv. Guimarães*, Guimarães, 67 (1-2), 198-200, gv.4.
- OLIVEIRA, A. L. (1976). *Terras de Coura*. Póvoa de Varzim.
- OLIVEIRA, Eduardo Pires. (1993). Levantamento arqueológico do Concelho de Paredes de Coura. *Bracara Augusta*. Braga, 445-468.
- PEREIRA, Félix A. (1903). Machados de duplo anel. *O Archeologo Português*, 8, Lisboa, 132-136.
- (1924). Rescunho de Velharias de Entre Lima e Minho. *O Arqueólogo Português*, 26, Lisboa, 251-282.
- (1924). A suposta ponte romana de Rubiães in *O Archeologo Português*, vol. 26, Lisboa, 279-280;
- (1927-29). Rascunhos de Velharias de Entre Lima e Minho. *O Arqueólogo Português*, 28, 155-158.
- (1927/29). Jornadas de um curioso pelas margens do Lima. *O Arqueólogo Português*, 28, 1-51 e 155-158.

- PERICOT GARCIA, L. (1950). *La España Primitiva*, Barcelona.
- PINHEIRO, J. H. (1895/96). *Estudo da Estrada Militar Romana de Braga e Astorga*. Porto. *Portugaliae Monumenta Historica*. Inquisitiones, I, 382.
- REIS, António P. M. (1978). *A romanização do concelho de Ponte de Lima*. Ponte de Lima 1978.
- ROLDÁN HERVÁS, J. M. (1974). *Hispania y el ejército romano*. Salamanca.
- (1975). *Itineraria Hispania*. Valladolid.
- RODRIGUEZ COLMENERO, A. (1976). *La rede viária Romana del Sudeste de Galicia*. Valladolid.
- RODRIGUEZ COLMENERO, A., Santiago F. Sierra e Ruben D. Alvarez Asorey (2004). *Callaeciae et Asturiae Itinera Romana – Miliários e outras inscrições viárias romanas do Noroeste Hispânico (Conventos Bravarense, Lucense e Asturicense)*. Santiago de Compostela..
- SANTOS, Luciano A. (1979). Miliários Inéditos da via romana de Braga a Tuy. *Arquivo do Alto Minho*, 24, 4, Viana do Castelo, 3-52.
- SANTOS, L., P. Le Roux e A. Tranoy. (1983). Inscrições Romanas do Museu Pio XII em Braga. *Bracara Augusta*, 37, 83-84 (96-97), Braga.
- SANCHES, M. J. e V. O. Jorge (1987). A estátua-menir da Bouça (Mirandela). *Arqueologia*, 16, Porto, 78-82.
- SARMENTO, F. M. (1882). Os miliários de S. Bartolomeu de Antas. *A Vida Moderna*, 2, Porto, 1882, 143 (compilado em *Dispersos*, 83-85).
- (1883). Inscrições Inéditas. *Boletim da Real Associação dos Arquitectos e Arqueólogos*, 4, Lisboa, 1883, 84 (compilado em *Dispersos*, 84-85).
- (1933). *Dispersos*. Coimbra.
- (1944). Cartas de Martins Sarmiento ao Abade de Tagilde. *Revista de Guimarães*, 54 (3-4), 91-104.
- SAVORY, H. N. (1949). De Atlantic Bronze Age in southwestern europe. *PPS*, 15, 128-155.
- (1951). A Idade do Bronze Atlântico no SW da Europa, *Revista de Guimarães*, 61 (3-4), 323-377 e 455-472.
- (1985). *Espanha e Portugal*. Ed. Verbo, Lisboa.
- SILVA, A. C. F. (1986). *A Cultura Castreja do Noroeste de Portugal*. Museu Arqueológico da Citânia de Sanfins, Paços de Ferreira.
- SILVA, M. Fátima M. (1986). Subsídios para o Estudo da Arte Castreja. *Arte Decorativa Arquitectónica I. Revista de Ciências Históricas*, 1, Porto, 31-68.
- (1987). Subsídios para o Estudo da Arte Castreja. *Arte Decorativa Arquitectónica II. Revista de Ciências Históricas*, 2, Porto, 121-147.
- (1991a). O Povoamento Castrejo em Paredes de Coura. *Boletim Municipal*, 3, Paredes de Coura.
- (1991b). Considerações sobre a Consolidação e Restauro do Espaço Castrejo. *Revista de Ciências Históricas*, 6, Porto, 55-68.
- (1991c). Machados de Pedra Polida do Concelho de Paredes de Coura. *Revista de Ciências Históricas*, 6, Porto, 7-24.

- (1992a). O Gabinete de Arqueologia e Património da Câmara Municipal de Paredes de Coura. *Cadernos de Arqueologia e Património*, 1, Paredes de Coura, 9-16.
- (1992b). O Castro de Cristelo : apontamentos para o seu estudo. *Cadernos de Arqueologia e Património*, 1, P. Coura, 37-52.
- (1992c). Documentos para a Carta Arqueológica de Paredes de Coura: Trísceles e Mós rotativas de Favais (Moselos). *Cadernos de Arqueologia e Património*, 1, P. Coura, 33-36.
- 1993). Machados de Talão da Bacia Superior do Rio Coura . *Actas do XXII Congreso Nacional de Arqueología de España*, Vigo, 139-146.
- (1993/94a). Documentos para a Carta Arqueológica da Bacia Superior do Rio Coura: Machados de pedra polida, *Cadernos de Arqueologia e Património*, 2/3, Paredes de Coura, 29-43.
- (1993/94b). Contributos para o Estudo do Bronze Final na Bacia Superior do Rio Coura, *Cadernos de Arqueologia e Património*, 2/3, Paredes de Coura, 45-82.
- (1993/94c). Estações Romanas da Freguesia de Ferreira *Cadernos de Arqueologia e Património*, 2/3, Paredes de Coura, 83-96.
- (1993/94d). Inquéritos à População do Concelho de Paredes de Coura (Inquérito toponímico-arqueológico e Inquérito artístico-documental. *Cadernos de Arqueologia e Património*, 2/3, Paredes de Coura, 181-191.
- (1994a). *O Povoamento Proto-Histórico e a Romanização da Bacia Superior do Rio Coura: estudo, restauro e divulgação*. *Cadernos de Arqueologia e Património - Monografias*, 2, Paredes de Coura.
- (1994b). Estudo, Conservação, Restauro, Dinamização e Divulgação do Povoamento Castrejo da bacia superior do rio Coura: primeiros resultados. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 34 (1-2), 281-302.
- (1994c). Carta Arqueológica do concelho de Paredes de Coura - uma perspectiva de arqueologia espacial. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 34 (1-2), 477-499.
- (1995-97a). O Povoado Fortificado de Cossourado - Relatório da primeira campanha de escavações (1993). *Cadernos de Arqueologia e Património*, 4/6, Paredes de Coura, 39-57.
- (1995-97b). Proposta de Classificação do Povoado Fortificado de Cossourado ou Forte da Cidade, *Cadernos de Arqueologia e Património*, 4/6, Paredes de Coura, 167-177.
- (1995-97c). O Povoado Fortificado de Romarigães - Resultados da Campanha de 1992, *Cadernos de Arqueologia e Património*, 4/6, Paredes de Coura, 9-38.
- (1995-97d). *Proposta de Classificação do Povoado Fortificado da Portela da Bustarenga* *Cadernos de Arqueologia e Património*, 4/6, Paredes de Coura, 163-166.
- (2001). Simpósio Conservação e Intervenção em Sítios Arqueológicos e Monumentos Históricos, *Boletim Municipal*, C. M. P. Coura, XIII (2), 19.
- (2002) (coord.) *Actas do Simpósio Conservação e Intervenção em Sítios Arqueológicos e Monumentos Históricos*, Porto/Paredes de Coura.
- (2005a). O "Tesouro Monetário da Lameira", Bico (Paredes de Coura) - Notícia preliminar. *Al'madan*, 13, Lisboa, 146-147.
- (2005b). Candidatura dos Castros do Noroeste Peninsular a Património Mundial pela UNESCO, *Informação Municipal*, C. M. P. Coura, 19 (Julho de 2005), 14.

- SILVA, M. Fátima Matos e SILVA, Carlos Gouveia. (1993). O Intercâmbio Universidade Portucalense/Autarquias no fomento da Arqueologia. *Actas do XXII Congreso Nacional de Arqueología de España*, Vigo, 1993, 323-330.
- (1993/94). O Intercâmbio Câmara Municipal de Paredes de Coura/Universidade Portucalense: Balanço de quatro anos de actividade, *Cadernos de Arqueologia e Património*, 2/3, Paredes de Coura, 11-19.
 - (1995-97). Projecto de Musealização e Divulgação do Povoado Fortificado de Cossourado - Paredes de Coura, *Cadernos de Arqueologia e Património*, 4/6, P. Coura, 179-188.
 - (1996). Breve Viagem pelo Património Arqueológico do Concelho, *Boletim Municipal*, Câmara Municipal de Paredes de Coura, VIII (2), 17-18.
 - (1997). A Cidade de Cossourado: um testemunho de tempos proto-históricos, *Boletim Municipal*, Câmara Municipal de Paredes de Coura, IX (1), Fev. 1997, 12.
 - (1998a). O Povoado Fortificado de Cristelo, *Boletim Municipal*, C. M. P. Coura, X (1), Fev. 1998, 28-29.
 - (1998b). Os Miliários e a IV Via Militar Romana em Terras de Coura, *Boletim Municipal*, P. Coura, X (2), Agosto, 1998, 24-25.
 - (1999a). Nova Publicação: Cadernos de Arqueologia e Património, *Boletim Municipal*, C. M. P. Coura, XI (1), 26.
 - (1999b). Balanço do Projecto de Musealização e Divulgação, *Boletim Municipal*, C. M. P. Coura, XI (1), 27.
 - (1998/2000). Um Projecto de História ao Vivo no Povoado Fortificado de Cossourado. *Cadernos de Arqueologia e Património*, 7/9, Paredes de Coura, 17-29.
 - (2001). Actividades Arqueológicas em Cossourado, "*Boletim Municipal*", C. M. P. Coura, XIII (1), 19.
 - (2002a). A Estela Menir da Boulhosa, *Paredes de Coura - Informação Municipal*, C. M. P. Coura, 3, 5.
 - (2002b). Tríscele de Favais, "*Paredes de Coura - Informação Municipal*", C. M. P. Coura, 4, 20.
 - (2002c). Colóquio Barroco Rural, *Paredes de Coura - Informação Municipal*, C. M. P. Coura, 6, 16.
 - (2002d). O Povoado Fortificado de Cossourado (Paredes de Coura): considerações sobre a sua Musealização e Divulgação. *Revista de Ciências Históricas*, Universidade Portucalense, XVIII, Porto, 139-152.
 - (2003). A Estela da Boulhosa, *Paredes de Coura - Informação Municipal*, C. M. P. Coura, 7, 13.
 - (2004a). Estratégias pedagógicas de dinamização e divulgação do povoado fortificado de Cossourado: uma experiência de "História ao vivo". Portal Iberoamericano de Gestión Cultural: *Boletín GC: Gestión Cultural Nº 9: Turismo Arqueológico*, octubre de 2004. ISSN: 1697-073X. www.gestioncultural.org
 - (2004b). Projecto de valorização e divulgação do povoado fortificado de Cossourado (Paredes de Coura). Portal Iberoamericano de Gestión Cultural: *Boletín GC: Gestión Cultural Nº 9: Turismo Arqueológico*, octubre de 2004. ISSN: 1697-073X. www.gestioncultural.org

- (2004c). O "Tesouro da Lameira", *Informação Municipal*, C. M. P. Coura, 14 (Maio de 2004), 16-17.
- (2004d). *Património Arqueológico*, Câmara Municipal de Paredes de Coura/Museu Regional de Paredes de Coura/Rede Portuguesa de Museus, Paredes de Coura.
- SILVA, M. Fátima Matos e Paula Cristina Oliveira. (2000). Estudo tipológico dos cossoiros do Museu da Sociedade Martins Sarmento (Citânia de Briteiros, Castro de Sabroso e proveniência diversa), *Actas do I Congresso de Proto-História Europeia*, vol.II, Guimarães, 633-659.
- SILVA, M. Fátima Matos e Paulo J. Félix. (1992). Campanha de Limpeza, Protecção, Cartografia e Sinalização do Núcleo Megalítico de Chã de Lamas, S. Martinho de Vascões. *Cadernos de Arqueologia e Património*, 1, Paredes de Coura, 17-32.
- SILVA, M. Fátima M. e Orlando Sousa. (1998/2000). Elementos para a Carta Arqueológica da bacia superior do rio Coura: a estela-menir da Boulhosa. *Cadernos de Arqueologia e Património*, 7/9, Paredes de Coura, 9-16.
- SILVA, M. Fátima M. e Nicolas Marín Días. (1995-97). Os Miliários da IV Via Militar Bracara Augusta-Asturica Augusta na área da Bacia Superior do Rio Coura. *Cadernos de Arqueologia e Património*, 4/6, Paredes de Coura, 59-109.
- TEIXEIRA, C. (1961). *Notícia Explicativa da Carta Geológica de Portugal, folha 1-C (Caminha, 1962)*. Serviços Cartográficos do Exército, Lisboa.
- TRANOY, A. (1981). La Gallice romaine, *Recherches sur le nord-ouest de la Péninsule Ibérique dans l'Antiquité*. Paris.
- VASCONCELOS, J. L. (1905/1913). *Religiões da Lusitânia*, 3, Lisboa.
- (1906). Bibliographia. *O Archeologo Português*, Série I, 9, 128.
- (1909). Dolmens da Boulhosa (Alto-Minho). *O Archeologo Português*, Série I, 14, 294-296.
- (1910). Esculturas prehistoricas do Museu Ethnologico Português. *O Archeologo Português*, série I, 15, 31-39.
- VIANA, A. (1932). Justificação de um cadastro de monumentos arqueológicos para o estudo da Arqueologia do Alto Minho. *Anuário do Distrito de Viana do Castelo*, 1, 11-24.
- VIEIRA, José A. (1886). *O Minho Pittoresco*, I, Lisboa, 121-141 (Valença, 1987, reedição).
- VIEIRA, A. (1991). Arqueologia em Paredes de Coura. *O Coura*.
- VIEIRA, A. (s/d). *Megalitismo no Alto Minho*, Trabalho apresentado ao Seminário de Pré-História da Faculdade de Letras do Porto.

ANEXO FOTOGRÁFICO



Foto 1 - Esteios da Mamoa 1 de Chã de Aqueiros, Bico (MEG 1).



Foto 2 - Mamoa 1 de Chã de Aqueiros (MEG 1).



Foto 3 - Mamoa 2 de Chã de Aqueiros, Bico (MEG 2).



Foto 4 - Antela da Cruz Vermelha, Bico (MEG 3).



Foto 5 - Antela da Cruz Vermelha; vista superior (MEG 3).



Foto 6 – Mamoa da Poça do Ramos, Bico (MEG 5).



Foto 7 - Mamoa da Chã do Galo, Bico (MEG 6).



Foto 8 - Mamoa 1 do Oural das Éguas ou das Cruzes, Insalde (MEG 23); esteio de cabeceira com cruz formada por cinco covinhas.



Foto 9 - Mamoa 1 do Couto da Pinheira, Insalde (MEG 31); esteio de cabeceira (?).



Foto 10 - Mamoa 1 de Chão de Porreiras, Insalde (MEG 34); esteios visíveis.



Foto 11 - Mamoa 1 de Chão de Porreiras, Insalde (MEG 34).



Foto 12 - Mamoa 2 de Chão de Porreiras, Insalde (MEG 35).



Foto 13 - Mamoa 2 da Fonte da Cavada ou do Regueiro das Cruzes, Porreiras (MEG 42).



Foto 14 - Mamoa da Portela, Romarigães (MEG 48).



Foto 15 – Placa sinalizadora do núcleo megalítico de Chã de Lamas.



Foto 16 - Mamoa 1 de Chã de Lamas, Vascões (MEG 53).



Foto 17 - Mamoa 1 de Chã de Lamas, Vascões (MEG 53); esteios na cratera de violação.



Foto 18 - Mamoas 1 e 2 de Chã de Lamas, Vascões (MEG 53 e 54).



Foto 19 - Mamoas 2 de Chã de Lamas, Vascões (MEG 54).



Fotos 20 e 21 - Mamoa 3 de Chã de Lamas, Vascões (MEG 55); perspectivas da estrutura dolménica.



Foto 22 - Mamoa 4 de Chã de Lamas, Vascões (MEG 56); corte estratigráfico resultante da vala de violação.



Foto 23 - Mamoas 4 e 5 de Chã de Lamas, Vascões (MEG 56 e 57).



Foto 24 - Mamoa 5 de Chã de Lamas, Vascões (MEG 57); esteios visíveis na cratera de violação.



Foto 25 - Povoado fortificado de Cossourado, Cossourado (PVF 1).



Foto 26 - Povoado fortificado de Cossourado (PVF 1); algumas estruturas do sector A, muralha interna e entrada.



Foto 27 - Povoado fortificado de Cossourado (PVF 1); algumas estruturas do sector A e cabanas modelo.



Foto 28 - Povoado fortificado de Cossourado (PVF 1; cabanas modelo).



Foto 29 - Povoado fortificado da Portela da Bustarenga, S. Martinho de Coura (PVF 3).



Foto 30 - Povoado fortificado de Cristelo, Cristelo (PVF 4).



Foto 31 - Povoado fortificado de Cristelo (PVF 4); perspectiva do sector escavado.



Foto 32

Povoado fortificado de Cristelo (PVF 4), cabana 1 em primeiro plano.



Foto 33 - Povoado fortificado de Montuzelo 1, Cunha e Infesta (PVF 5).

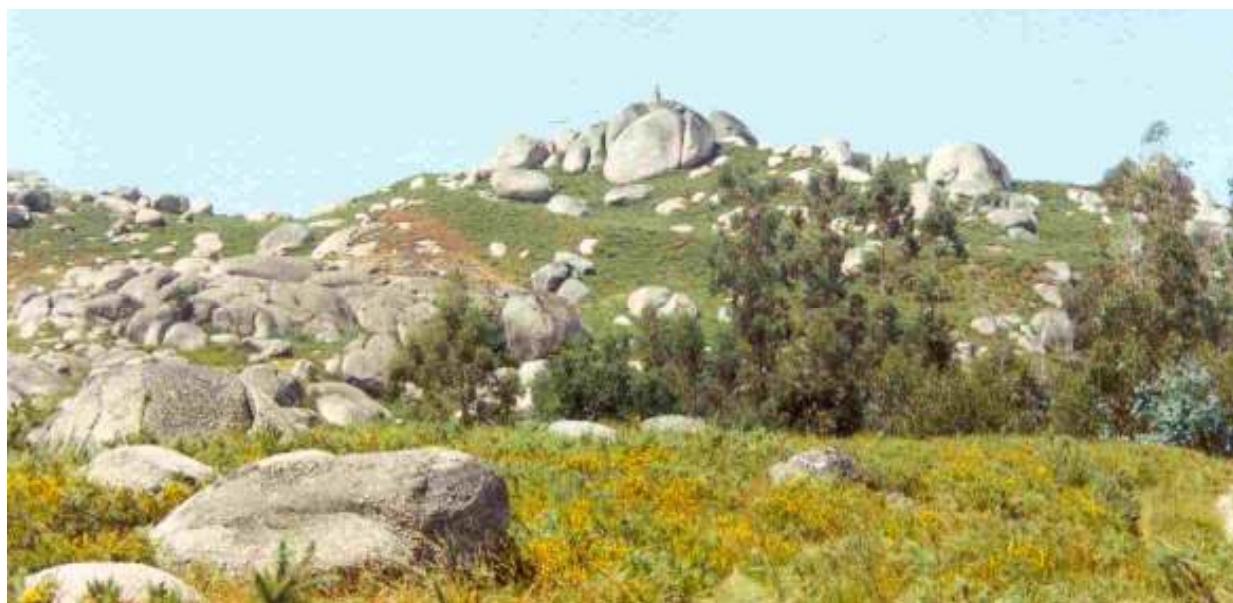


Foto 34 - Povoado fortificado da Giesteira, Ferreira e outras freguesias (PVF 7).



Foto 35 – Povoado fortificado de Romarigães, Romarigães (PVF 12).



Foto 36 – Povoado fortificado de Romarigães (PVF 12); estruturas do sector A.



Fot

o 37 - Povoado fortificado de Romarigães (PVF 12); cabana 1.